2º seminário internacional

urb bio anismo político

org.

RENA, Natacha
FREITAS, Daniel
BRANDÃO, Marcela
SÁ, Ana Isabel

Associação Imagem Comunitária

EAD — UFMG / Belo Horizonte

24 — 27 JUN / 2018

ORGANIZAÇÃO
RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; BRANDÃO, Marcela; SÁ, Ana Isabel (orgs.)

REVISÃO
Valéria França

CAPA
André Victor & Marilia Pimenta

PROJETO GRÁFICO
André Victor

LICENÇA CREATIVE COMMONS
Atribuição-SemDerivações-SemDerivados
CC BY-NC-ND

1ª edição (livro digital): Julho de 2019

2º seminário internacional urbanismo biopolítico

org.
RENA, Natacha
FREITAS, Daniel
BRANDÃO, Marcela
SÁ, Ana Isabel

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

Associação Imagem Comunitária
RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela; (orgs.)

2º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico /
Organizadores Natacha Rena, Daniel Freitas, Ana Isabel
Sá, Marcela Brandão – Belo Horizonte: Associação Imagem
Comunitária, 2019. 1108 p. : 17 x 24 cm

ISBN 978-85-69479-21-5

1. Arquitetura – Estética. 2. Arte e arquitetura. 3. Arquitetura e urbanismo.

CDD-701.17

Associação Imagem Comunitária
EAD — UFMG / Belo Horizonte
24 — 27 JUN / 2018

16 APRESENTAÇÃO
SEGUNDO SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBANISMO BIOPOLÍTICO

RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRAGANÇA, Luciana; MAIA, Marcelo; BRANDÃO, Marcela.

42 **eixo temático 1 Urbanismo Neoliberal**

44 **a estética do medo e o objeto na época de sua reprodução biopolítica**

SILVA, TIAGO AMARAL DA (1).

66 **As contradições do complexo penal ppp em ribeirão das neves**

GOMES, THALIA M. (1)

86 **CIDADE MARCA, INTERVENÇÕES URBANAS E CONFLITOS: Uma proposta de avaliação**

SÁNCHEZ, FERNANDA E. G. (1); MONTEIRO, POLIANA G. (2); ALVES, FERNANDA H. M. M. (3)

104 **controle territorial frente ao desastre-crime da samarco, vale e bhp billiton**

GUIMARÃES, PAULA (1); LEMOS, RAUL (2)

136 **FAZER DA TÁTICA A ESTRATÉGIA: O caminhar e o urbanismo tático**

SANTOS, BÁRBARA BRENA ROCHA DOS (1).

158 **OS IMPACTOS MORFOLÓGICOS DOS GRANDES PROJETOS URBANOS: A Operação Urbana Torres do Santa Tereza**

JACOMINI, ANDRÉ ALVES (1); FREITAS, DANIEL MEDEIROS DE (2).

184 **INSUBORDINAÇÃO MATERIAL: CORPO E A CIDADE CONTEMPORÂNEA.**

Mestre, Renata Perissinotto Passos. (PPGCA-UFF)

206 **Megaeventos e seus legados: O CONTROLE TERRITORIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

ANTÃO, RENATA C. N.

222 narrativas do capital: Discursos urbe et orbi sobre o viaduto estaiado de Curitiba

COMIN, BIANCA P. (1)

250 OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA COMO PROCESSO E CRISE: o processo da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/ Leste –Oeste em Belo Horizonte e o urbanismo diante do limite interno do Capital

Coelho, Thiago Teixeira da Cunha

272 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A HEGEMONIA NORUEGUESA: um estudo sobre o papel das empresas no Brasil

BARBOSA, Danilo C. (1); RENA, Natacha (2).

294 SOCIEDADE EM CÁRCERE: Uso do espaço público e violência urbana

VIEIRA, Maria Dalígia Letícia(1); MOTA, Davi Correia Almeida(2); MENESES, Vítor Domício de (3)

316 #SOMOSTODOSCONTRAPBHATIVOS: REDE DE LUTA CONTRA A FINANCEIRIZAÇÃO EM BELO HORIZONTE

RENA, Natacha (1); MOURA, Sírlei (2); MEZZACAPPA, Lucca (3); CANETTIERI,Thiago (4)

354 TERCEIRO SETOR: Governança e participação na administração urbana

PORTO, HENRIQUE DIAS (1); RENA, NATACHA (2)

378 URBANISMO NEOLIBERAL E A ESCASSEZ DE ÁGUA: a importância do desenho urbano sensível à água inclusivo na Serrinha do Paranoá na Bacia do Paranoá – DF

ANDRADE, LIZA M. S. (1); LEMOS, NATÁLIA S. (2), CONSEVA, CÁTIA S. (3), SOUTO, B. M. (4), UDRY, M. C. F. V (5)

406 URBANISMO NEOLIBERAL NA ZONA SUL DO RECIFE: Reprodução de desigualdades

FERRAZ, ANA RÚBIA. (1)

430 **eixo temático 2 Resistências Biopotentes**

432 **A DISPUTA PELO DIREITO À CIDADE: narrativas e territórios**

NOBRE, Maíra R. (1); LOTT, Lygia (2); RENA, Natacha (3)

458 **As ocupações culturais nos territórios periféricos da cidade de São Paulo e as múltiplas resistências ao urbanismo neoliberal**

MARINO, Aluízio (1); SILVA, Alberto Gerardo. (2)

478 **Dia de glória: Se todo artista é marginal, todo marginal é um artista em potencial.**

PETRUS, MARIA BEATRIZ.

504 **Espaços generificados de resistência: possibilidades contra indiferença no urbanismo**

TAVARES, ROSSANA (1)

526 **GÊNERO, CIDADE E VIOLÊNCIA: Apontamentos sobre a Casa de Referência da Mulher Tina Martins**

ISABELLA DE ARAÚJO BETTONI (1)

548 **JARDINS POSSÍVEIS: pessoas, natureza e cidade**

BRAGANÇA, Luciana; REZENDE, Gabriela; SOUZA, Lorena

572 **LUTAS BIOPOTENTES: MOBILIDADE E JUVENTUDE**

COLOSSO, PAOLO.

594 **MOVIMENTOS SOCIAIS E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O FÓRUM DE LUTA PELA MORADIA EM NITERÓI**

ALVES, LUIZ EDUARDO (1); BIENENSTEIN, REGINA (2)

614 **O comum e as ocupações urbanas de moradia: reflexões a partir da Ocupação Solano Trindade**

Petrus do Prado Silva, Fernanda (1); Da Silva Andrade, Luciana (2)

638 “OCUPAS”: protestos pelo direito à cidade e construção de um coletivo comum

IZELI, RAFAELA L. (1)

658 OS COMMUNITY LAND TRUSTS COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA AOS PROJETOS URBANOS NEOLIBERAIS

RIBEIRO, TARCYLA F.; ANTÃO, RENATA C. N.

682 PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO: ESTUDO DE CASO PUR PENDOTIBA, NITERÓI, RJ.

GORHAM, CYNTHIA

704 Por um performer parresiasta: relações entre filosofia, arte e vida

SILVA, MATHEUS.

724 POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS NA DIFÍCIL LUTA PELO DIREITO À MORADIA: o caso da Ocupação Mama África em Niterói, RJ.

BIENENSTEIN, REGINA; GORHAM, CYNTHIA; BIENENSTEIN, GLAUCO; VERMIL, RAPHAEL

746 eixo temático 3
Tecnopolíticas

748 Cartografia como ferramenta de denúncia e planejamento insurgente: experiências na “Cracolândia”, São Paulo, Brasil

MARINO, ALUÍZIO. (1); LINS, REGINA. (2); ROLNIK, RAQUEL. (3); VILLELA, FELIPE. (4); ANZEI, TALITA. (5)

784 CONTRACARTOGRAFIA DO GRAJAÚ:
Repensando o território a partir das vivências

MASSIMETTI, FLÁVIA (1); RODRIGUES, MARLA (2); BASSANI, JORGE (3)

806 CONTRACARTOGRAFIAS: tecnopolíticas de espacialização da informação - atores, agenciamentos e sistemas

SPERLING, DAVID (1) RAMOS, GABRIEL (2); SANTANA, MARIANE (3)

834 **Da Vila Autódromo às Vargens: Planos Populares na luta contra-hegemônica na cidade**

TANAKA, GISELLE. (1); OLIVEIRA, FABRÍCIO LEAL DE. (2); SANTOS, FERNANDA DOS. (3); COLI, LUIS RÉGIS. (4)

864 **Do armário DISCIPLINAR à sexualidade ciborgue: Usos e abusos da informação no aplicativo Grindr**

RODRIGUES, Gustavo R.

892 **ESTUDO PARA O DIAGNÓSTICO E A PROPOSIÇÃO DE PLANO DE AÇÃO PARA O BRASIL EM INTERNET DAS COISAS: Uma análise das propostas para as cidades e dos interesses dos atores envolvidos**

BORGES, JÉSSICA (1); BRITO, MICHELE (2); DE SÁ, ANA ISABEL (3); MAIA, MARCELO (4)

918 **KERS URBANO: Tecnopolíticas como catalisadores do microplanejamento**

Magalhães de Oliveira, Pedro Henrique

946 **METROPOLIZAÇÃO DA REBELDIA**

TAVARES, FELIPE. (1)

970 **Mídias Insurgentes:A influência do midiativismo na cobertura de protestos de rua a partir das Jornadas de Junho de 2013**

Davi Figueiredo de Sousa

992 **Perícia popular no centro histórico de salvador. ficções políticas, desentendimentos radicais e encontros com cuidado**

ESTÉVEZ-VILARIÑO, Brais; FIGUEIREDO, GLÓRIA CECÍLIA

1016 **REDES URBANAS HÍBRIDAS: conflitos na criação dos espaços virtuais de participação**

MENESES, Vítor Domício de (1); CARDOSO, Daniel Ribeiro (2); BEIRÃO, José Nuno (3)

1038 MEMÓRIA, TECNOLOGÍA y PRODUCCIÓN DEL TERRITORIO ECUATORIANO

MARX, JANAINA (1); ESPINOZA, HERNÁN (2); GODOY, IRINA (3); CEVALLOS, LUIS ANDRÉS (4)

1068 UBERIZAÇÃO E A AÇÃO POLÍTICA DA UBER: A precarização como norma e o uso do território como recurso

CASTANHEIRA, GABRIEL ROCHA. (1); DUARTE, LEANDRO RIBEIRO (2)

1092 UNIVERSIDADE, TECNOPOLÍTICAS, SINGULARIDADES

SILVA, BRENO. (1); TOSTES, SIMONE. (2)

SEGUNDO SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBANISMO BIOPOLÍTICO[1]

RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRAGANÇA, Luciana; MAIA, Marcelo; BRANDÃO, Marcela.

> *Virgínia Kastrup: Toda a nossa preocupação foi em não abrir mão da noção de método. A noção de método não pode ser necessariamente reduzida à noção do método tradicional de pesquisa, o método é o como pesquisamos, como investigamos, como fazemos, e esse "como" tem uma dimensão epistemológica, está ligado a determinadas concepções de conhecimento, concepções do que é fazer ciência, e também com uma dimensão política, ética e estética. A cartografia procura contemplar estas três dimensões, mostrando que a produção de conhecimento é, ao mesmo tempo, algo que tem uma dimensão epistemológica, e também uma dimensão ética, estética e política, dentro deste paradigma que Guattari tanto insistiu. A questão metodológica está completamente inserida. Como produzir conhecimento sem pensar no tipo de conhecimento que se está produzindo, nos efeitos que aquele conhecimento vai provocar no campo de atuação, ou o texto que se vai escrever? Uma maneira de trabalhar com participantes de pesquisas que têm uma dimensão participativa, que têm uma dimensão de trabalho com pares, de trabalhar com outras pessoas. Qual é o tipo de relação que eu vou ter com eles, vou estudar de fora, ou vou produzir um conhecimento coletivamente, vou pensar com eles? Vou chegar com um saber superior, universitário, achando que vou simplesmente ensinar alguma coisa ou extrair alguma coisa que levarei para casa, ou vou produzir coletivamente? Estas são questões de políticas de pesquisa das quais não podemos abrir mão.*
>
> *(RENA, N.; BRANDÃO, M.; RENA, A.; NEVES, B., 2016.)*

Este é o *ebook* resultado do Segundo Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico realizado em Belo Horizonte (MG) em julho de 2018. Trata-se de um evento, uma ação extensionista do grupo de pesquisa Indisciplinar[2], vinculado ao CNPq e à Escola de Arquitetura da UFMG que, além de pesquisas e disciplinas na graduação e na pós-graduação, vem atuando com destaque em Projetos extensionistas, são eles: (i) Programa IndLab abrigando 5 projetos de extensão (Plataformas Tecnopolíticas, Cartografia das Lutas, Geopolítica e Cidades, BH S/A; Plataforma Urbanismo Biopolítico); (ii) Programa Natureza Política, coordenado pela professora Marcela Brandão, abrigando 3 projetos de extensão (Artesanias do Comum, Cartografias Emergentes e Natureza Urbana). Estes programas e projetos estão associados também às pesquisas

[1] Blog do evento: <http://seminariourbanismobiopolitico.indisciplinar.com/>; Album de fotos do evento: <https://www.facebook.com/pg/indisciplinar.ufmg/photos/?tab=album&album_id=1792760080815480>; Link para o evento no Facebook: <https://www.facebook.com/events/1017478001751057/>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

[2] Wiki do Grupo de Pesquisa Indisciplinar: <http://wiki.indisciplinar.com>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

do grupo, assim como às disciplinas e também aos eventos culturais e acadêmicos que, aos poucos, constituem uma rede de pesquisadores vinculados ao INCT "Tecnopolíticas: territórios urbanos e redes digitais".

O Segundo Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, que aconteceu em julho de 2018, adotou em sua estrutura: palestras, mesas redondas e sessões temáticas (apresentação oral dos artigos selecionados). Além dos trabalhos selecionados para apresentação oral em Sessões Temáticas, também foram escolhidos trabalhos acadêmicos para publicação neste *ebook*, que acontece às vésperas do Terceiro Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico a ser realizado entre os dias 26 e 30 de agosto de 2019.

O comitê científico deste Seminário foi composto por Ana Isabel de Sá (UFMG/IFMG), Clodoveu Augusto Davis Junior (UFMG), Daniel Medeiros de Freitas (UFMG), David Sperling (USP/SC), Fábio Tozi (UFMG), Felipe Nunes Magalhães (UFMG), Geraldo Magela (UFMG), Gloria Cecilia Figueiredo (UFBA), Harley SIlva (UFMG), Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG), João Tonucci Filho (UFMG), Juliana Torres de Miranda (UFMG), Junia Maria Ferrari de Lima (UFMG), Jupira Mendonça (UFMG), Karine Gonçalves Carneiro (UFOP), Leonardo Barci Castriota (UFMG), Liza Maria de Souza Andrade (UNB), Luciana Souza Bragança (UFMG), Marcela Silviano Brandão Lopes (UFMG), Marcelo Savergnini Reis Maia (UFMG), Monique Sanches Marques (UFOP), Natacha Rena (UFMG), Paula Santoro (USP), Raquel Rolnik (USP), Renato Emerson dos Santos (UERJ), Rogério Palhares (UFMG), Simone Cortezão (IFMG) e Simone Parrela Tostes (IFMG).

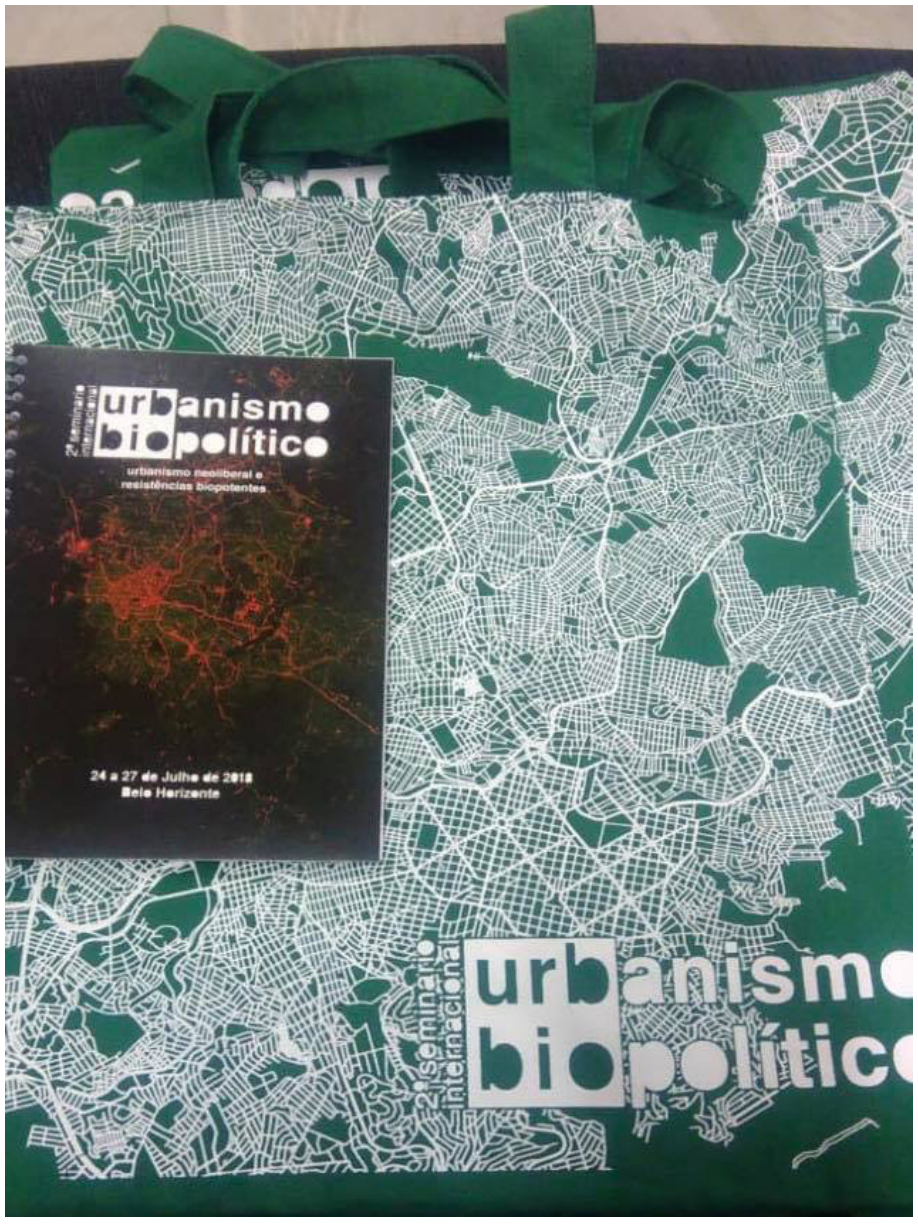
A produção[3] do evento atuou desde o início da curadoria, colaborando com o envio do projeto aos editais, assim como na elaboração dos dados para o blog do evento e convite dos palestrantes. Toda a produção gráfica foi realizada pela equipe de alunos bolsistas dos projetos de pesquisa e extensão do grupo Indisciplinar, assim como o registro das palestras e mesas redondas[4].

[3] Arlete Soares de Oliveira (coordenação executiva/organização), Ana Carolina Costa D'Almeida (organização), Valéria Tomé França (apoio), Reinaldo Ferreira (transporte), Neuza Santos Oliveira (coffee-break), Norberto (Livraria Multi Books), Projeto Ecobolsa Brasil e equipe técnica da Faculdade de Direito da UFMG.

[4] Todas as fotos de registro do evento foram realizadas pelo bolsista Lucca Mezzacapa. Os vídeos e os *streamings* foram realizados pelos bolsistas Lucca Mezzacappa, Luis Henrique Marques e Marília Pimenta. O projeto gráfico deste ebook foi realizado pelo designer gráfico que tem atuado como pesquisador do Indisciplinar desde 2015, André Victor.

Todo o material para divulgação, incluindo flyers com biografia dos convidados foram produzidos pela equipe dos bolsistas do grupo que participaram da organização. Para divulgação das ações, foram utilizadas as plataformas das redes sociais como Facebook do Indisciplinar, assim como a plataforma de organização de eventos EVEN[5].

[5] Para acesso à plataforma do evento: <https://www.even3.com.br/urbbio2018/>.



Os apoiadores financeiros do Seminário foram UFMG com recursos do PAIE - Programa de Apoio Institucional a Eventos - e a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

***

Nesta segunda versão do evento, no primeiro dia (à noite) tivemos uma palestra de abertura com a professora doutora Giselle Beiguelman (USP) e, nos 3 dias consecutivos, aconteceram palestras (durante as manhãs) e apresentações orais dos trabalhos organizados em 3 eixos transversais ao conceito de Urbanismo Biopolítico (durante as tardes):

1. Urbanismo Neoliberal (com foco nos instrumentos utilizados pelo Estado-capital para a financeirização do espaço urbano);

2. Resistências Biopotentes (com foco na constituição de redes que objetivem a produção do comum);

3. Tecnopolíticas Urbanas (com foco nos modos de produção do espaço que entrelacem redes, ruas e tecnologias digitais de comunicação; universidade e sociedade).

Ao total foram produzidos 46 artigos distribuídos entre os três eixos supracitados, sendo que a maioria dos artigos foi apresentado durante o Seminário.

***

A programação do SEGUNDO SEMINÁRIO INTERNACIONAL URBANISMO BIOPOLÍTICO teve início em 24/07/2018 com palestra de abertura da artista e pesquisadora Giselle Beiguelman (USP) e mediação da pesquisadora Natacha Rena (UFMG)[6]. Nas falas de abertura do Seminário foi abordado

[6] Ver vídeos dos streamings de todo o evento no link: <https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg/videos/1786404121451076/>.

com destaque o tema da extensão entrelaçada com a pesquisa e o ensino, assim como a importância de fazer-com a sociedade, os coletivos e os movimentos sociais e populares. A tecnologia e a arte entrelaçadas às ações da academia surgiram com uma série de exemplos de projetos que interferem no cotidiano das cidades contemporâneas.

***

No dia 25/ 07/ 2018 aconteceu o eixo **URBANISMO NEOLIBERAL.**

Na parte da manhã, foi realizada mesa redonda com presença de Raquel Rolnik (USP) e Krzysztof Nawratek (The University of Sheffield), mediada por Daniel Medeiros de Freitas (UFMG). A fala de Raquel Rolnik abordou o recente agravamento da transformação do espaço urbano em ativo financeiro e o modo como os produtos imobiliários globais avançam sobre as paisagens da vida. A urbanista enfatizou o papel exercido por um modelo de planejamento urbano orientado pela ideia de propriedade como única forma de relação possível com o território, e pela ideia de Estado como distribuidor de bens e serviços. Em contraponto, Raquel Rolnik lançou luz sobre lógicas de resistências, persistências e existências sobre o território, cujo reconhecimento e assimilação seriam fundamentais para descolonizar a imaginação planejadora em direção a novas geografias possíveis. Na sequência, Krzysztof Nawratek mobilizou um amplo referencial teórico em torno da crise do capitalismo enquanto conceito unificador/integrador de nossa existência, apontando para a mobilização em torno de outros conceitos, tais como a concepção chinesa de império, a relação homem x natureza, a religião, entre outros. O arquiteto espacializa a discussão para a condição hierarquizada e relacional entre espaços A e B, a partir da qual, fatores externos afetam as estratégias e as lógicas de deslocamento, integração e inclusão, utilizando como exemplo os projetos de Paris e Barcelona. Nawratek conclui que o principal entrave para avançar na produção de novos mecanismos de mediação entre política e território reside na concepção ocidental de que a política deve começar no indivíduo e não na co-existência. Na parte da tarde, 10 trabalhos foram apresentados em duas sessões temáticas mediadas por Thiago Canettieri (UFMG).

***

No dia 26/ 07/ 2018 aconteceu o eixo **RESISTÊNCIAS BIOPOTENTES.**

Na parte da manhã foi realizada uma mesa redonda composta por ilustres convidados e mediação da professora e pesquisadora do Indisciplinar Marcela Silviano Brandão (UFMG); seguida, na parte da tarde, por uma sessão temática composta por trabalhos enviados para o evento e cuidadosamente selecionados, e cuja mediação foi feita pela professora e pesquisadora do Indisciplinar Luciana Bragança (UFMG) .

A mesa redonda teve a presença do professor da UERJ Renato Emerson dos Santos, que trouxe para o debate uma importante provocação: "De que maneira o racismo (e o anti-racismo) se transforma em geografia?", entendendo o racismo como forma de dominação, inclusive nas suas formas camufladas ("democracias raciais"), que tentam maquiar e naturalizar as desigualdades existentes. Emerson chama atenção para a pluralidade das formas de luta, que "com o espaço" e "no espaço", produzem "imaginações espaciais" e "toponímias" de luta contra o racismo. O professor apresentou o conceito de "r-existência" , como algo para além de uma resposta ou uma reação aos sistemas de poder, mas como afirmação do que já existe e permanece (re-existe) de maneira potente e contínua no território, à revelia de qualquer tentativa de expulsão ou anulação de sua força criadora, complexificando, assim, o entendimento que se costuma ter sobre resistência. Por fim, Emerson falou sobre a importantância das práticas cartográficas baseados nos auto-mapeamentos , como ferramenta fundamental de visibilização das r-existências na luta pelas permanências nos processos de "disputas de lugar" (Massey).

Na sequência, a arquiteta Ana Lopéz Ortego, integrante do coletivo colombiano Arquitectura Expandida, abriu sua palestra apresentando um conceito ampliado do que seja periferia (geográfica, econômica, política), a partir do qual ela propôs estratégias de organização das práticas de

resistências, baseadas em ações alternadas entre as escalas micro e o macro, incorporando 4 dimensões: coletividade (um sentido a ser construído), autogestão (sistemas organizativos abertos, que incorporam a autoconstrução, no sentido material, político e cultural), incidência (lugar onde as resistências já se realizam), simbólico (que supõe participação em diferentes formatos: como processo, prática social e instrumento). Em seguida, a arquiteta apresentou 4 projetos promovidos pelo Arquitectura Expandida em parceria com moradores de territórios socialmente vulneráveis: Potocine-Sala de Cine Autogestionada (Ciudad Bolívar, Bogotá), La Casa del Viento (San Cristóbal, Bogotá), LA CASA DE LA LLUVIA [de ideas] (San Cristóbal, Bogotá) e COMMUNauté: provocaciones tácticas en Clichy-sous-Bois (Paris). Ao longo da apresentação, a arquiteta levantou importantes questões para o debate sobre projeto oriundos desse tipo de parceria, a saber: entendimento do conceito de "artesania" associada à qualidade (Sennet); necessidade de se promover a articulação entre os territórios vulneráveis e as instituições artísticas; desafios de se construir processos participativos de fato; importância de se buscar por mecanismos de legitimação das ações construídas; importância de se investigar sobre mecanismos organizativos que incorporem formas de auto-representação.

A Sessão Temática contou com treze artigos. Esses artigos, em sua maioria, abordam estudos de casos de resistências ao urbanismo neoliberal no território ou em espaços institucionais.

As lutas urbanas articuladas via arte, ocupação por moradia, ocupações culturais, mobilidade e natureza foram o argumento da maior parte dos artigos. Foram também discutidos: o relacionamento entre movimentos sociais e a extensão e pesquisa universitária, instrumentos metodológicos de resistência bem como a participação cidadã nos processos do urbanismo. com uma reflexão teórica ampliada sem o exemplo de caso específico foi apresentado um artigo que discute o conceito de direito à cidade, suas limitações avanços e esvaziamentos e outro que aborda a “generalização” dos espaços de resistência.

LATINO
AMÉRICA
UNIDA

***

No dia 27/07 aconteceu o eixo **TECNOPOLÍTICAS DO URBANO**.

Na parte da manhã, foi realizada mesa redonda com a presença de Jorge Toledo (Ecosistema Urbano) e Fábio Tozi (UFMG), mediada por Marcelo Maia (UFMG). As contribuições de Tozzi abriram o debate com uma fala geral que nos convidou a refletir quanto a contribuição da geografia para o urbanismo e tecnopolítica. Tozzi nos apresenta a técnica como categoria chave de reflexão crítica tendo como referência principal a obra do geógrafo e professor Milton Santos. Num segundo momento, aprofunda o debate nos mostrando como a geografia tem trabalhado atualmente a técnica e o fenômeno técnico no Brasil. A natureza se torna técnica, uma segunda natureza, uma leitura fenomênica do espaço. A técnica como uma manifestação da realidade, uma situação da qual podemos nos debruçar numa análise mais profunda do sentido da realidade. Nesta reflexão, fomos convidados a superar a aparência e a materialidade analisando e compreendendo o que se apresenta aos sentidos, à superfície. Jorge Toledo na sequência, compartilha conosco sua experiência profissional e prática de atuação no coletivo Ecossistema Urbano de Madrid. Toledo faz um debate e uma reflexão em torno de áreas temáticas tais como empoderamento do cidadão, inovação na mobilidade, desenho da regeneração urbana, big data e smart cities. Numa abordagem crítica, o coletivo trabalha a idéia de smart citizens no lugar de smart cities, uma inteligência cidadã, uma cultura aberta aos moldes dos softwares livres e do código aberto, desenvolvendo a idéia de cidade de código aberto, um urbanismo de código aberto.

Sessão temática Tecnopolíticas Urbanas, que teve como foco os modos de produção do espaço que entrelaçam redes, ruas e tecnologias digitais de comunicação; universidade e sociedade coordenada pela Michele Brito (UFMG).

ecossistema urbano

***

Indisciplinar: No nosso caso não é só a controvérsia que interessa, porque entendemos que jogar os holofotes sobre determinado conflito, determinada controvérsia, vai expor os atores com muita força. Trabalhamos muito com o dispositivo de linhas do tempo para entender estes processos. Estas linhas do tempo têm camadas, se transformam em diagramas daquele momento. Então, estamos em uma fase de tentar sistematizar essas informações, temos produzido muita informação junto às lutas, e vem a cobrança acadêmica, cadê a sistematização da informação? Como é que vocês trabalham?

Virgínia Kastrup: Isso é um desafio. Indisciplinar: Na verdade ainda estamos engatinhando. A presente edição da revista Indisciplinar é uma tentativa de começar essa discussão, de fazer uma chamada para cartógrafos no Brasil (e estrangeiros) cujas pesquisas possuem pontos de convergência com a nossa. O objetivo é dialogar com quem está trabalhando com a cartografia dentro da universidade, e com esses métodos tangenciais à cartografia, com a copesquisa, a pesquisa participativa, a pesquisa-ação, trabalhando dentro do universo das artes, da educação, com metodologia cartográfica em sala de aula, junto aos alunos, por exemplo. Virgínia Kastrup: Então, acho que vocês estão com um trabalho bastante maduro, consistente, com muita coisa articulada com essa rede de atores nessas tensões urbanas. Acho que vocês têm uma pegada muito peculiar à da arquitetura que se envolve com esse ativismo, com essa cidade que está sendo inventada por todos nós, que não é uma cidade à qual você tem que se adaptar, mas uma cidade que está em movimento, com essas intervenções dos atores e da universidade, que também traz seus atores e suas forças nesse lugar.

Indisciplinar: E empurrando os limites da própria academia, os limites da extensão, do ensino e da pesquisa que ainda estão muito separados. Virgínia Kastrup: Muito separados! Não sei como é pra vocês, mas nós usamos bastante o conceito de pesquisa-intervenção, o que torna completamente sem sentido a diferença entre pesquisa e extensão, uma vez que pesquisa-intervenção é investigação, mas também é produção de realidade, produção de mundo.

Indisciplinar: É a cartografia.

(RENA, N.; BRANDÃO, M.; RENA, A.; NEVES, B., 2016.)

Referências

RENA, N.; BRANDÃO, M.; RENA, A.; NEVES, B.. *Cartografia enquanto método de investigação:* uma conversa com Virgínia Kastrup. Revista Indisciplinar, v. 2, n.2, P. 17 - 30. 2016.

eixo temático 1

Urbanismo Neoliberal

a estética do medo e o objeto na época de sua reprodução biopolítica

SILVA, TIAGO AMARAL DA (1).

1. Escola de Arquitetura da UFMG. Graduando em Arquitetura e Urbanismo
Rua Paraíba, 697, Funcionários, Belo Horizonte - MG
tiago.amaral96@gmail.com

Resumo

O artigo tem por objetivo discutir como a estetização dos objetos cotidianos e a fusão entre obra de arte e mercadoria influenciaram os modos de reprodução das relações sociais desde o advento da segunda revolução industrial até a contemporaneidade. Baseado nos conceitos de aura e da estética da guerra apresentados por Walter Benjamin no ensaio A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica, traça-se um panorama do avanço das estratégias biopolíticas praticadas pela sociedade da produção em massa e do hiperconsumo, e sua relação com o esforço histórico de estetização do capital. Discute-se os artifícios de ressignificação do ofício da arte por intermédio de seu amálgama com objetos de fabricação serial de caráter perverso, e como tal processo é utilizado para a perpetuação do poder subreptício das sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Biopolítica; estetização; sociedade de consumo; sociedade de controle.

1. Introdução

Durante grande parte da história da humanidade, arte e objeto se encontravam plenamente dissociados. Os objetos caracterizavam-se como ferramentas, cotidianas e ordinárias, cuja função era a realização de tarefas que não representavam condição de excepcionalidade na vida de seus usuários. A obra de arte, em contraponto, era a manifestação de um contexto extraordinário, de um momento que transcendia a linearidade da rotina do indivíduo.

Nos primórdios da raça humana a arte possuía caráter fortemente ritualístico. As pinturas paleolíticas, por exemplo, estavam atreladas integralmente às crenças e à visão de mundo do homem pré-histórico. Isso quer dizer que as obras de arte eram únicas por estarem ligadas a um momento histórico e a um contexto social específico. Não é possível produzir arte paleolítica sem imbuir a esta os rituais realizados pelos homens paleolíticos. Walter Benjamin, desse modo, enuncia:

> *(...) o valor único da obra de arte 'autêntica' tem sempre um fundamento teológico, por mais remoto que seja: ele pode ser reconhecido, como ritual secularizado, mesmo nas formas mais profanas do culto do Belo. (BENJAMIN, 1987, p. 171).*

A essa autenticidade e valor único da obra Benjamin atribui o conceito de aura. A aura é a singularidade de espaço, tempo e representação cuja presença garantiu, até o início da modernidade, a autonomia da obra da arte.

Com o advento da segunda fase da revolução industrial a lógica de produção - seja de objetos, do espaço ou de relações - se altera, com a serialização se sobrepondo cada vez mais ao artefato autêntico. A racionalidade da produção em massa sobrepõe-se à arte, diluindo desta sua dimensão de singularidade. Ainda que nos demais períodos históricos de transição houvessem significativas alterações das hierarquias de poder e das dinâmicas

sociais, não se presenciou o efeito de mudança da dimensão produtiva do homem em termos laborais que a modernização industrial promoveu. Há uma mudança do eixo de significação da arte, que antes se fixava em um referencial externo, seja ele o do culto, do mito ou do humanismo. Quando o referencial é a própria produção da obra, que se altera em seu termo mais crítico - o da autenticidade - há uma inflexão que torna sua caracterização insustentável:

> *O conceito de aura permite resumir essas características: o que se atrofia na era da reprodutibilidade técnica da obra de arte é sua aura. Esse processo é sintomático, e sua significação vai muito além da esfera da arte. Generalizando, podemos, dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial. (BENJAMIN, 1987, p. 168).*

A aura no período da revolução industrial se desfaz pela impessoalidade imposta, seja pelo desmembramento do processo de produção, seja pela substituição do trabalho humano pela força da máquina. Ainda que esta seja uma lógica específica deste momento histórico, não se pode dizer que as obras produzidas nessas condições são obras de arte industriais. As obras industriais são exatamente o oposto da obra de arte: são o produto da massificação da produção e da propagação expandida de um objeto destituído de caráter único. A obra industrial, ao ser produzida por uma força de trabalho coletiva não torna-se obra de arte coletiva, mas obra de significado nulo. Para William Morris, "A arte é a expressão da alegria do homem no trabalho" (MORRIS, 2003, p.25), e o trabalho industrial, por meio da racionalização extrema, esmaga qualquer vestígio de deleite incorporado ao ofício do indivíduo.

Produzido pela força de trabalho das massas em escala abrupta, logo percebe-se que o excedente produtivo de obras deve se voltar para as próprias massas. Além de ampliar o potencial produtivo da arte até esvaziar seu sentido de unicidade, a lógica do capital precisa banalizá-la de modo que possa ser acessada por todos. A arte precisa, então, fundir-se ao objeto. Dessa confluência surge o *design*: um desenho - com caráter de obra esvaziada - que designa um objeto cuja produção, serializada, racional e industrializada, pode ser reproduzida e comercializada em larga escala. A similaridade entre categorias antes díspares é tanta que, nas artes de vanguarda, a aura torna-se um anacronismo: Os *ready-mades* de Marcel Duchamp equalizam objetos do cotidiano a obras de arte consagradas, expostas em museus. Esta radicalização proposta pelo artista plástico evidencia que a linha entre objeto e arte, na modernidade, é sensivelmente tênue.

Da modernidade à pós-modernidade verifica-se que a aura não é só desmontada, mas pode ressurgir como método de significação conforme os interesses da lógica capitalista. A produção de obras de arte não se resume mais à cristalização do impulso artístico, mas na imposição da singularidade como indicador de *status* social. Por outro lado, a fusão arte-objeto se intensifica ainda mais em pontos críticos onde a ofensividade de um dos lados pode ser suavizada pelo viés estético do outro.

Este último viés será analisado com mais detalhes na seção 5, por intermédio de um estudo de caso. Neste, será possível analisar como a intrusão da dimensão de uma estética do belo - providenciada pela obra de arte - em objetos de caráter defensivo geram uma genuína estética da guerra, tal como preconizada por Walter Benjamin (1987, p.194-196). A produção deste contexto reflete-se no espaço urbano à medida que tais obras ressignificadas pela estética, e em interação com o homem, formam cidades em estado de sítio. Contudo, tal estado reproduz-se não como excepcionalidade, mas como *modus operandi* da vida contemporânea.

2. O design na era da máquina

O sistema de produção Fordista, quando implantado, significou uma mudança estrutural dos meios de produção, fazendo sobrepor a dimensão da quantidade sobre a da qualidade do que era produzido. A serialização e a massificação dos objetos confeccionados fizeram com que se perdesse o gesto artístico aplicado pela mão do artesão. A linha de produção foi um artifício bem sucedido na tarefa de multiplicar os excedentes produtivos e diluir o saber-fazer do ofício artesanal e autoral. No livro *Origens da arquitetura moderna e do design*, Nikolaus Pevsner (1981) traça um panorama dos caminhos da ideologia artística durante a segunda metade do século XIX e o início do século XX, até alcançar a modernidade industrial. O autor demonstra, nesse contexto, como tal mudança estrutural permitiu o surgimento de um novo estilo, o *Art Nouveau*.

As formas desta nova corrente ainda inspiravam uma artesania apurada, mas promoviam uma quebra de paradigma ao incorporar nas artes e arquitetura a escala do comum. A representação e destinação da arte deslocaram-se da igreja e da sociedade de alto poder aquisitivo para uma classe média que então tinha para si o desenho da casa, da decoração e até mesmo dos utensílios domésticos.

A produção industrial, que por sua vez focava o rendimento, encontrou maior abrigo nas ideias de Adolf Loos, autor de *Ornamento e crime* (1910). Neste livro, Loos defende que o ornamento é antieconômico e sinal de depravação da sociedade. Desse modo, o *design* deveria adotar um aspecto asséptico, de formas racionais e elementares. A extinção do ornamento significava a extinção do trabalho de caráter individual e específico, perpetuando o racionalismo da forma. Os objetos assim puderam ser replicados indefinidamente, por uma força de trabalho que não precisava dispensar impulso criativo em sua realização. O esforço da produção expandida precisava apenas de uma contraparte: a destinação do que era elaborado.

Indústria e consumo foram, assim, forças complementares que passaram a se sustentar mutuamente.

Por outro lado, o paradigma histórico da segunda guerra mundial intensificou o funcionalismo dos objetos e sua estetização pela arte na dimensão produtiva. Com o arrasamento da Europa no pós-guerra foi necessário reconstruir uma sociedade de forma rápida, eficiente e barata. A partir desse contexto, o *design*, já bastante racionalizado pelo impulso antiornamental de Loos, adotou uma estética de sobriedade. Os objetos passaram a ser desenhados de modo a terem a maior eficiência possível, com linhas simples e economia de material. Nesse mundo alterado por um evento de tal magnitude e horror, excessos de consumo não faziam mais parte da realidade dos indivíduos, pelo menos não em curto prazo.

De modo totalitário e impositivo, há movimentos que enxergaram nesta alteração social ocasionada pela guerra e na planificação do *design* uma vantagem, e não obstante, a veneravam. É o caso da vanguarda futurista, de Filippo Tommaso Marinetti, cujo manifesto escrito em 1909 em tom fascista e agressivo louva o advento da máquina e a velocidade como vetores de modernização progressiva e inexorável da humanidade. A antiguidade clássica e a obra de arte em sua acepção esteticamente bela foram dadas como superadas, e aludidas como sinal de primitivismo. Segundo Marinetti:

> *Um carro de corrida cuja capota é adornada com grandes canos, como serpentes de respirações explosivas de um carro bravejante que parece correr na metralha é mais bonito do que a Vitória da Samotrácia. (MARINETTI, 1980, p.32).*

Evidencia-se, assim, que a ideologia que os futuristas cultuavam não almejava apenas a fusão entre arte e indústria, mas a dominação completa e esmagadora desta última sobre a primeira. Para alcançar o estado de êxtase da sociedade hiperindustrial, a estética futurista pregou a justaposição completa da máquina em todas as instâncias da vida do indivíduo. Tal estado remete ao conceito de obra de arte total (*Gesamtkunstwerk*), podendo

ser caracterizada como uma das primeiras manifestações de uma estética totalizante unindo arte e objeto.

Outra tentativa de aplicação estética totalizante - e com êxito maior que a dos futuristas - foi o pensamento moderno de Le Corbusier. Em *Por uma arquitetura* (1977), o arquiteto leva o funcionalismo na arquitetura a seu ponto extremo, caracterizando a casa como a máquina de morar (LE CORBUSIER, 1977, p.73). Nas suas propostas de planejamento urbano, a setorização da cidade deveria ocorrer através de seus usos: habitar, trabalhar, recrear e circular. Em suma, o que o modernista propõe é uma experiência pré-determinada da escala urbana, que impõe os modos agir no espaço, estabelecendo relações de produção e de uso programadas.

A arquitetura e o planejamento moderno ressoam ainda hoje como métodos de aplicação do funcionalismo e da lógica fordista aos indivíduos. Entretanto, o que estes métodos não lograram êxito foi na unificação desta prática com uma estética globalizante, que não dissocia funções, tipos ou hierarquias de relações, agindo de modo subreptício no cotidiano. Essa estética, que controla não só a ação como o corpo - individual e social - só foi consolidada na pós-modernidade.

3. Sociedades do consumo e sociedades do espetáculo

O advento da máquina trouxe, mais que uma revolução no caráter quantitativo da produção, uma nova forma de vida. A automatização do trabalho cotidiano e a massificação dos objetos traziam o conforto, a segurança e o bem-estar da humanidade - ou pelo menos da parte dela que não sofria espoliação direta de sua força de trabalho - dando a impressão de que o progresso dali em diante se estenderia eternamente. Nesse período, Walter Benjamin experimentou viver no *locus* da sociedade de consumo, a capital econômica, cultural e catalisadora da efervescência da nova sociedade: a cidade de Paris.

Entre 1927 e 1940 Benjamin escreveu sua mais extensa obra: *Passagens* (2007). Referência direta a uma nova modalidade de espaço que florescia em Paris, as passagens eram os locais de concentração comercial, onde, pela primeira vez, o consumo possuía um espaço exclusivo de exposição e fruição. O princípio da imageabilidade era indispensável nas passagens: as vitrines, os vendedores, as estruturas inovadoras de ferro e vidro: todas as condições fluíam para uma experiência estética voltada para a circulação de bens econômicos. O poder de aquisição nunca fora tão aprazível e acessível. As passagens eram forma obrigatória de desfrute citadino que consumavam, acima de tudo, a passagem do tempo, do espaço e do capital.

A magnificência da sociedade parisiense de fins do século XIX e a obra de Benjamin terminam em um trágico ponto de convergência: a ascensão dos governos fascistas na Europa e a deflagração da Segunda Guerra Mundial. O horror desses eventos de demonstração de soberania política das potências trouxe consigo tempos de economia e racionamento, mas não marcou um fim precoce das sociedades de consumo. Quando do fim deste período sombrio com uma vitória expressiva dos Estados unidos da América, a cultura da mercadoria volta com toda força sob a égide do *american way of life*. Nesse contexto, as passagens ressurgem em uma encarnação mais complexa e diversificada: as lojas de departamentos, que elevam o capital a um novo patamar:

> *A figura mais imediatamente visível, identificada, observada, comentada, que lança o capitalismo em sua aventura artista é inegavelmente a loja de departamentos. A grande distribuição, encarregada de escoar os artigos padronizados, se impôs bem cedo, através desta, como um espetáculo fulgurante de beleza, teatralidade e luxo. O capitalismo de consumo inventou e multiplicou novos espaços estéticos: "templos" das compras que, combinando comércio e mise-en-scène, deram o pontapé inicial do capitalismo artista. (LIPOVETSKY, SERROY, 2015, p.95).*

Agora, somente o consumo não é mais suficiente, é necessário o excesso. A circulação de bens, imagens e relações alcançam uma velocidade tal que sua riqueza não consiste mais em seu conteúdo, mas na sua saturação. O prazer reside numa sociedade baseada na renovação incessante e repetitiva de bens, uma sociedade do espetáculo, onde qualidade de vida quer dizer quantidade de aparências que se pode ostentar. "O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem" (DEBORD, 1997, p.25), já nos alertava Guy Debord sobre como um sistema econômico até então pautado pela exploração extensiva do proletariado se tornou sorrateiramente uma sociedade da fruição por meio de uma estetização ampla do estilo de vida. Afirma ainda que:

> *O espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo. (DEBORD, 1997, p.30).*

Quando os objetos, imbuídos pelo potencial estetizante da obra de arte, tomam a sociedade do espetáculo como totalidade, é pela sua via de negociação, a do consumo, que passam a se pautar as relações entre indivíduos. O caráter do consumo passa de um nível de mero atendimento de necessidades do homem para o de um meio complexo de legitimação de sua posição social. O *status* não é mais obtido por meio de títulos, mas sim pelo potencial de propriedade que os indivíduos carregam.

Desse modo, o capital passa a ser instrumento de consolidação de desigualdades sem nem mesmo precisar do estabelecimento de barreiras físicas. A distinção pela posse gera diferenciações sociais que ratificam a segregação no espaço. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2013, p.137), o capital é o mais eficiente instrumento de distanciamento socioespacial entre os estratos populacionais. Ser possuidor do capital lhe permite se aproximar de posições e pessoas que o interessem, ao mesmo tempo em que o mantém longe dos aspectos indesejáveis. Posse de capital, nesse sentido, equivale à posse da acessibilidade facilitada, espacialmente e temporalmente.

A essa construção social e simbólica das classes e indivíduos promovidos pelo capital e transpostas a sua posição espacial e hierárquica, Bourdieu dá o nome de *habitus*. Abordado na obra *A distinção - crítica social do julgamento* (2007), o conceito de *habitus* defende que aspectos culturais e do estilo de vida dos indivíduos definem seu posicionamento na hierarquia social (BOURDIEU, 2007, p.162-211). A segregação, portanto, estabelece-se pelos modos de vida que o capital de consumo, ou a ausência deste, impõe-se na cotidianidade do sujeito: o modo de agir, de se comunicar, o que come, o que veste e os locais que frequenta. Posição social, portanto, está intrinsecamente ligada a uma construção estética do ser, cuja comercialização, encarnada na imagem, é a principal moeda de transação da sociedade do espetáculo.

Para os que podem arcar com a aquisição de um modo de vida esteticamente fabricado pelo capital, a distinção social se estabelece pelo gosto. Estar na moda, adquirir itens luxuosos e únicos, fazer parte de um círculo social prestigiado: o capital criou simulacros de vida desejável que partem antes do ter que do ser. Aos que não participam deste circuito, resta o ordinário, o comum, sendo o simples direito de escolha entre o feio e o belo sobrepujado pela necessidade.

Em sociedades hedonistas e exibicionistas, o *modus operandi* do consumo e do espetáculo fazem com que a autenticidade e exclusividade das obras não sejam mais dadas em função da aura de seu autor, mas da posição social para a qual se direcionam e do *status* que podem inspirar.

4. Biopolítica e a estetização do mundo

A condição pós-moderna é definida por Harvey (1992), Lyotard (1998), Dardot e Laval (2016) e outros autores como o período onde ocorre a flexibilização do capital produtivo e acirramento do individualismo e competitividade dos

sujeitos. A maleabilidade das formas de produção e consumo e a atomização do corpo social permitem o surgimento de um sistema de controle atuando sobre a coletividade e o indivíduo: a biopolítica.

Em Foucault, a biopolítica surge como uma prática de poder que foca-se no conjunto dos indivíduos sobre os quais, enquanto coletividade, serão direcionados os métodos de controle. Este "movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como o objeto da técnica de governo" (FOUCAULT, 1979, p.265), aplica o poder como tecnologia, como modo de gestão dos costumes cotidianos, ou seja, como modo de controle da vida. Estabelece-se, assim, um governo dos hábitos e da dominação dos corpos (no sentido biológico).

As novas formas de controle por meio de uma coletivização do indivíduo demandam uma reinvenção também dos sistemas de consumo, cujo domínio social deve ter o poder de infiltrar-se neste corpo social global. Surge assim o capitalismo artista como a nova esfera de contaminação dos objetos do cotidiano pela arte, iniciada na sociedade de consumo do século XIX. Jean Serroy e Gilles Lipovetsky apontam em *A estetização do mundo* (2015) como o sistema Fordista falhou em promover um consumismo constante ao limitar-se apenas à produção desenfreada, sendo superado pelo hiperconsumismo, onde as experiências e a imageabilidade atreladas aos produtos impulsionam a perpetuação da necessidade de aquisição de bens.

> *O capitalismo artista corresponde precisamente a nossa contemporaneidade, cujo fluxo desenfreado de consumo, experiências, imagens e relações a definem como uma hipermodernidade. Nesse cenário ocorre a hibridização das dimensões do viver, totalmente oposta às funções que Le Corbusier propôs no século XX. As diferentes instâncias da nossa rotina se fundem de tal modo que não é mais possível separar trabalho do ócio e do lazer, vida pública da vida privada. Somos subordinados a uma transestética que esvazia, pelo excesso, nossos gostos e experiências:*

O capitalismo artista é o sistema em que são desestabilizadas as antigas hierarquias artísticas e culturais, ao mesmo tempo em que as esferas artísticas, econômicas e financeiras se interpenetram. Onde funcionavam universos heterogêneos se desenvolvem processos de hibridização que misturam de maneira inédita estética e indústria, arte e marketing, magia e negócio, *design* e *cool*, arte e moda, arte pura e divertimento. (LIPOVETSKY, SERROY, 2015, p.34).

Vivemos na época em que todo objeto, de uma garrafa de água ao mais moderno automóvel no mercado, possuem *designs* singulares. O capitalismo artista não vende apenas produtos estandardizados em uma linha de produção, mas modos de vida e de identidade estética. O controle das massas não se dá por um estado onipresente e autoritário, mas por megaempresas que estão presentes no nosso trabalho, na nossa casa e no nosso lazer. Sob um só símbolo concentramos nossos dados, eletroeletrônicos, utensílios, e mais importante que isso, nossa personalidade. O capitalismo não é mais somente um sistema econômico, mas um sistema de existência.

Pela biopolítica a estética pode, de fato, exercer sua dimensão totalizante. Isso não ocorre pela força fascista, como previu Marinetti, ou pelo planejamento urbano funcionalista, ao modo de Le Corbusier. Ocorre pela intrincada e estruturada naturalização do consumo como prática inerentemente humana, por intermédio de uma banalização da arte como artifício embelezador das relações de reprodução do capital.

Estabelecida a sociedade da hipermodernidade e da biopolítica, resta saber como se comportam as relações e as dinâmicas estabelecidas por tais conjunturas quando transpostas no espaço. E o único lugar capaz de comportar a estrutura complexa de conexões efetuadas na sociedade do espetáculo e da transestética é o fenômeno urbano, ou seja, a cidade.

Do ponto de vista do neoliberalismo, onde predomina o consumismo, podemos definir a cidade como *locus* da produção e da concentração do trabalho e das relações humanas. A aglomeração urbana resume-se, portanto, à criação, sobretudo criação de obras (LEFEBVRE, 2016, p.8). O desenvolvimento das cidades, desde o paradigma da revolução industrial vem sendo composto pelo agenciamento entre estas obras e os indivíduos. A estetização dos objetos, frutos do trabalho humano, tem o poder de desestabilizar a balança que equaliza seus vínculos relacionais. Portadores da agência e com a aparência estetizada, os objetos são agora capazes de exercer modificações na percepção do homem e de seu modo de vivência no espaço. A hipermodernidade anima os objetos ao passo que reifica os indivíduos.

5. Estética da beleza e estética da segurança: o medo como paradigma da estetização hipermoderna

Durante os anos de 2015 e 2016, foi desenvolvida na Escola de Arquitetura da UFMG, no âmbito do grupo de pesquisa Narrativas topológicas, a pesquisa de iniciação científica voluntária *Arquitetura da violência: o muro como limiar estético da vida nas cidades*. Sob a premissa da guerra como continuação da política à medida que rebate as relações de poder no espaço urbano (FOUCAULT, 2005, p.41), a pesquisa teve como objetivo desmistificar o grau de agência de um objeto que é originado pelo trabalho humano e tem interface direta com suas relações sociais: o muro.

Elementos comuns na nossa realidade urbana, os muros são responsáveis, a princípio, por estabelecer os limites da propriedade privada e garantir a segurança da mesma. Entretanto, no campo da transestética, estes artefatos não se resumem a sua funcionalidade original. Os muros podem ser concebidos como obras de arte integrantes de uma estética específica: a da guerra. Como tal, são significantes bastante enfáticos de posição social e de *status*.

Na pesquisa foram estudados bairros localizados nas nove regionais administrativas de Belo Horizonte, de modo a analisar como o elemento muro se comporta em diferentes territorialidades e contextos sociais. A eles, aplicaram-se duas metodologias, que complementarem-se pelo seu caráter antagônico: um levantamento de dados objetivos e uma análise da percepção subjetiva.

A primeira metodologia foi a elaboração de um inventário urbano focado nos muros, grades e barreiras encontrados pelos bairros. O levantamento destes elementos foi realizado por meio de fotografias autorais, seguindo sempre uma padronização de representação. Esta uniformização dos registros permitiu gerar parâmetros para elencar, comparativamente, os aspectos construtivos, contextuais, sociais e até mesmo filosóficos dos muros. A segunda metodologia constituiu-se pela aplicação do método da Deriva Perceptiva, pautando-se nos estudos situacionistas propostos por Guy Debord. A deriva foi essencial para desvelar as qualidades do espaço enquanto o pesquisador encontrava-se inserido e experienciava o mesmo. Nessa posição, importava perceber o muro como resultado de uma percepção estética e investigar sua influência na composição do espaço urbano e como gerador de sensações e juízos pessoais no indivíduo.

Da aplicação destes procedimentos, juntamente à associação de informações legais, históricas e dos contextos socioculturais dos bairros estudados, foram concebidas hipóteses sobre o espaço urbano a partir do muro. Dentre tais especulações destaca-se uma que estabelece um fio-condutor para as demais, e cujo emprego, em certa medida, aplica-se a todos os contextos estudados sob o prisma da estetização do espaço que se ressaltou na hipermodernidade. Seria uma relação entre o que se nomeou de Estética da beleza e Estética da segurança.

Em princípio o muro - na sua acepção puramente funcionalista - atende a uma Estética da segurança. Seria, portanto, um elemento que atua como barreira e ferramenta de delimitação do espaço, promovendo a segregação entre o espaço público e o privado. Para exercer esse papel, o muro não necessita de adornos, muito menos inspirar simpatia ou catarse a quem o contempla. Quando muito, deve apenas demonstrar solidez e intransponibilidade, ou adições que reforcem sua instrumentalidade agressiva, como os ofendículos, que vão de pontas de lança a cercas elétricas. A Estética da segurança isolada deve, portanto, demonstrar que o elemento é pragmático e cumpre com eficiência sua tarefa de proteção e isolamento.

Há, entretanto, contextos urbanos nos quais o limiar entre público e privado não necessita ocorrer de forma tão abrupta. Constatou-se que, predominantemente em bairros de maior poder aquisitivo ou onde há elementos de notável interesse para o patrimônio cultural e histórico, o muro funciona antes como elemento compositivo da arquitetura e do contexto que como barreira. Atende, assim, ao que se nomeia Estética da Beleza. O muro é aqui um elemento que, através de adições decorativas, compõe a fachada, ou, por meio do uso de vidro e maiores aberturas, promove permeabilidade visual e funciona como expositor. Importa não mais proteger-se, mas ostentar: O elemento que antes isolava é agora suporte para estabelecer um demonstrativo de posição social e de integração com o público. A imageabilidade exerce, nesse contexto, muito mais poder que uma expressão bélica.

Entretanto, a aplicação de uma estética somente da beleza ou somente da segurança só era possível na sociedade moderna do contexto funcional e fordista, a qual o filósofo francês Gilles Deleuze caracteriza como sociedade disciplinar. Na conjuntura onde os meios de confinamento eram instituições organizadoras da sociedade, as barreiras como segurança eram o modo mais naturalizado de ordenamento. Logicamente, nestas circunstâncias qualquer muro que se objetivasse por ser belo seria evidentemente discrepante do padrão vigente. A estetização do mundo que vimos surgir com a neoliberalização pós-moderna e a biopolitização da vida transpôs essa dicotomia. Na contemporaneidade, estética da segurança e da beleza estão intrinsecamente ligadas, formando uma nova categoria de sociedade que agora é definida pelo consumo, pela efemeridade das relações associada a uma continuidade da submissão do cotidiano à vida alienada. É o que Deleuze chama de sociedade de controle:

> *Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal (...). O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente dos nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado. (DELEUZE, 1992, p. 221-224).*

O muro que é ao mesmo tempo belo e seguro incorpora-se ao cotidiano de tal forma que não é mais possível distinguir suas instâncias funcional e decorativa. Câmeras de vigilância, sensores de presença, controle biométrico, blindex: elementos comuns das proteções que cercam nossas casas e que são considerados desejáveis, e mais ainda, a última tendência arquitetônica a ser seguida pelo indivíduo. A essa fusão das estéticas, cria-se uma nova, que alinha cegamente as massas com os interesses de um controle social disfarçado de bom gosto. Walter Benjamin define este estado de transe como a Estética da Guerra:

> *(...) os movimentos de massa e em primeira instância a guerra constituem uma forma de comportamento humano especialmente adaptada ao aparelho. As massas têm o direito de exigir as mudanças das relações de propriedade; o Fascismo permite que elas se exprimam, conservando, ao mesmo tempo,*

> *essas relações (...). 'Fiat ars, pereat mundus', diz o fascismo e espera que a guerra proporcione a satisfação artística de uma percepção sensível modificada pela técnica, como faz Marinetti. É a forma mais perfeita do art pour l'art. (BENJAMIN, 1987, p.196).*

O ideal de uma humanidade que incorpora ao seu cotidiano a beligerância de um estado de guerra permanente, que tanto desejava Marinetti com o movimento futurista, parece agora ter sido alcançada. Não da maneira imaginada, com uma manifestação explícita um tratamento fascista e agressivo no convívio social, mas por meio da incorporação da sua lógica no objeto comum e sua artesania inerente. A beleza e a arte de nossos dias são transcritas cada vez mais para a legitimação de um estado de controle coletivo e discreto, validado no consumismo.

6. Considerações finais

O esvaziamento gradual da aura da obra de arte iniciado no período industrial e seu paulatino entrelaçamento com o objeto tem pautado o estado das relações de produção e consumo da pós-modernidade. Entender essa dinâmica é essencial para uma cartografia da sociedade contemporânea no campo das suas formas de controle cada vez mais biopolíticas. Os objetos, alicerçados nas formas de difusão do consumismo hipermoderno, são peças essenciais do processo de agência e formação de relações que o capitalismo artista constrói sobre a reprodução do espaço e da sociedade.

É necessário, entretanto, frisar que o esvaziamento da aura relevante para as sociedades de consumo contemporâneas está relacionado com a escala do cotidiano e da produção do comum, campo que no estágio histórico anterior era dominado pelo artefato industrial e pela artesania. A solução para desalienar a gestão da sociedade como massa de consumo não perpassa, portanto, pela revigoração da aura da arte, ou em outras palavras, por uma retomada da autenticidade da obra. A autoria e a iconicidade das grandes artes ainda continua vigente, configurando um *star system* restrito a poucos e que movimenta um mercado bilionário por intermédio da "Renda da forma", tal como apontada por Pedro Fiori Arantes em *Arquitetura na Era digital-financeira: Desenho, Canteiro e Renda da Forma* (2012). Este campo de arte elitizado faz parte de um circuito econômico superior que muito pouco influencia nos objetos e manifestações da obra de arte na escala das massas e do banal, cujo enfoque ressoa diretamente no sistema de poder das sociedades de controle biopolíticas.

A artesania étnica e popular na atualidade sobrevive como única manifestação da obra de arte autoral que ainda não sofreu um processo de esvaziamento da autoria. Por serem confeccionadas, na maior parte das vezes, em contextos comunitários e locais, também possuem uma influência muito maior sobre o cotidiano e as relações de uso e necessidades dos indivíduos que as produções de objetos massificados ou do *star system*.

Entretanto, na sociedade do excesso que nos situamos, essas manifestações de arte são esmagadas pelas produções vigentes, que possuem alcance físico e simbólico muito mais amplo. São, assim, caracterizadas pelo *status quo* como "artes menores" e manifestações folclóricas restritas a seu contexto social, que não contribuem para a consolidação de um patrimônio global e massificado. A opressão dessas expressões étnicas e comunitárias que se encontram fora do circuito de consumo é hoje muito combatida por um movimento que clama pelo estabelecimento de uma genealogia de saberes periféricos. Mas, ainda que sua importância tenha vindo cada vez mais à tona, é inegável que ainda se configura em nossa sociedade um extensivo apagamento das identidades culturais minoritárias.

Quando o objeto mescla-se com a obra de arte para formar uma estética e torna-se serial, ele torna-se nada mais que um produto. Como produtos, as obras são objetos de troca, esvaziados de valor social. Em outras palavras, objetificar a arte e embelezar o objeto fez com que ambos destes

elementos perdessem seu sentido de transmissão histórica, cultural e política. As mercadorias contemporâneas são, assim, artefatos impessoais e despolitizados, que não inspiram no sujeito nenhum resquício de identidade.

Como campo de fuga, a autonomia surge como alternativa. Dar ao sujeito a noção de que ele pode produzir obras fora do circuito formal de produtivismo é uma forma de quebrar a impessoalidade e a planificação dos objetos provindos do capitalismo produtivo. Deve-se ressaltar que a produção de mercadorias em si não é colocada aqui uma perversidade que aliena irremediavelmente o consumidor. Interessa mais aplicar a autonomia no sentido de uma postura crítica que deseja enxergar nestas mercadorias, ou obras produzidas fora destes padrões de consumo, uma identidade própria. Identidade essa que não deve ser utilizada como instrumento de autenticidade para a perpetuação de *status* sociais, mas sim como meio de utilizar os objetos como receptáculos da ação do homem e de aplicação de seu trabalho social e cultural. Autonomia de criação de obras é, então, autonomia na produção de objetos fruto da expressividade humana em seu contexto identitário e cotidiano.

Deve-se, entretanto, atentar para o fato de que a biopolítica, como sistema social, abrange em uma escala mais ampla a estruturação do sistema que pauta o consumo e a estetização da rotina do sujeito. Não se pode ser ingênuo e afirmar que a autonomia da produção de obras é o meio pelo qual se formará uma práxis revolucionária capaz de causar o colapso das sociedades de controle. Entretanto, a desmistificação dos processos de ressignificação da arte e do objeto realizados pelo capitalismo artista são formas de explicitar as estratégias do controle sociopolítico e estabelecer fissuras no sistema imposto. Se Benjamin defendia a politização da arte como resposta à estetização da política realizada pelo fascismo (1987, p.196), deve-se responder a estetização do consumo realizado pela biopolítica com uma nova forma de não apenas consumir estética, mas de fruir de sua capacidade de reconstrução de identidades hoje fragmentadas.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na Era Digital□Financeira: Desenho, Canteiro e Renda da Forma.** São Paulo: Editora 34, 2012.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica (Primeira versão).** IN: BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas. Magia, Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.165-196. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet.

BENJAMIN, Walter. **Passagens.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp, 2007

BOURDIEU, Pierre. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado.** IN: *Revista Estudos Avançados*, v.27, n.79, p.133-144, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle.** IN: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 4, 1979.

HARVEY. **David. Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: O direito à cidade II.** *2ª ed. rev. e ampliada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOOS, Adolf. **Ornamento e crime.** Lisboa: Edições Cotovia, 2004.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1998.

MARINETTI, Filippo Tommaso. **Fundação e manifesto do futurismo.** IN: BERNARDINI, Aurora Fornoni. *O Futurismo italiano: manifestos*. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, p. 31-36, 1980.

MORRIS, William. **As artes menores e outros ensaios.** Lisboa: Antígona, 2003.

PEVSNER, Nikolaus. **Origens da arquitetura moderna e do design.** São Paulo: Martins Fontes, 1981.

As contradições do complexo penal ppp em ribeirão das neves

GOMES, THALIA M. (1)

Estudante de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais.
tgomesx3@gmail.com

Resumo

Nas últimas décadas do século XX, o país começou a ter sua política econômica e urbana guiada por princípios de desestatização e privatização que surgem como resposta às crises na prestação de serviços públicos, tomando forma, entre outras medidas, nas Parcerias Público-Privadas (PPPs). No entanto, observa-se que, apesar de esconderem-se em indicadores "positivos", diversos empreendimentos resultantes de PPPs não conseguiram cumprir com seus objetivos iniciais e acabam servindo como fachada para geração de lucro para as concessionárias. Tendo isso em vista, o presente artigo busca investigar a implantação de um complexo penitenciário em Ribeirão das Neves (MG), um dos produtos de uma série de ações realizadas por Aécio Neves em seu período como governador do estado de Minas Gerais (2003 – 2011) que visavam resolver problemas de déficit fiscal do estado e implementar ferramentas de gestão do setor privado. Fruto de uma parceria entre o governo de Minas Gerais e o consórcio Gestores Prisionais Associados (GPA), a PPP em questão evidencia a crise carcerária no Brasil, especialmente em Ribeirão das Neves, que recebe o estigma de "cidade carcerária". Evidencia-se, também, a incoerência na delegação do poder punitivo estatal para a iniciativa privada. Além disso, o estudo também objetiva visibilizar os processos de resistência da população local em decorrência de problemáticas econômicas, sociais, ambientais e culturais que o empreendimento apresenta – resistência que se deu em diferentes frentes, como na participação em audiências públicas e na realização de protestos.

A partir do estudo realizado, pode-se perceber a necessidade de aprofundamento nas noções criadas acerca das parcerias público-privadas, que estão sempre sendo sustentadas pelo argumento de incapacidade do Estado de gerir os serviços públicos somente com seus próprios recursos, e também por propagandas de sua "efetividade", em indicadores que se mostram nebulosos e questionáveis. No caso do Complexo Penal, soma-se ainda a problemática constitucional na delegação do monopólio da violência para a iniciativa privada, que deve ser questionada.

O estudo mostrou, também, que há uma carência de ampliação do debate com a sociedade civil e de participação popular nos processos de decisão, tendo em vista a insatisfação com o empreendimento manifestada pelos cidadãos de Ribeirão das Neves.

Palavras-chave: parcerias público-privadas, grandes projetos urbanos, neoliberalismo, privatização.

Introdução

Durante a década de 1990, especialmente no período de gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), vigorou no Brasil a lógica de desestatização e transferência de serviços públicos para a iniciativa privada, que teve início com a privatização de rodovias federais e empresas estatais dos setores de energia e telecomunicações (MORADO e FREITAS, 2017, p. 5). A partir da intensa propaganda veiculada pela mídia em conjunto com os governos federal e estaduais que estavam sempre se utilizando de indicadores positivos para demarcar essas experiências como bem-sucedidas, foi possível criar precedentes para o avanço das privatizações e das Parcerias Público-Privadas (PPPs), instituídas em 2004 pela lei nº 11.079/2004, em diversos outros setores, como o carcerário, simbolizado pela experiência pioneira do Complexo Penal em estudo.

O Complexo Penal, implantado no município de Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), é um dos produtos de uma série de ações realizadas por Aécio Neves em seu período como governador do estado de Minas Gerais (2003 – 2011) que visavam resolver problemas de déficit fiscal do estado e implementar ferramentas de gestão do setor privado, em uma política denominada "Choque de Gestão". Apesar da instituição das PPPs em âmbito nacional se dar somente em 2004 através da lei nº 11.079, Aécio Neves, já no início de sua gestão, lança diretrizes para PPPs em Minas Gerais através das leis 14.868 e 14.869, ambas de 2003, que definem objetos de contratação, obrigações, instrumentos, remunerações, inadimplências, cria fundos e define a composição do grupo coordenador (PRAXIS, 2016). Além disso, em sua gestão, Neves também extingue a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Segurança Pública, dando lugar à Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), que se torna a responsável pela execução de políticas carcerárias no estado de Minas Gerais.

Em 2008, a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) em associação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDE) lança o edital de licitação para uma PPP de penitenciária com a finalidade de criação de novas 3 mil vagas em curto prazo, o que justificaria a escolha por uma PPP. A empresa que ganha a licitação é a Gestores Prisionais Associados (GPA), uma sociedade de propósito específico (SPE) composta por cinco empresas, sendo elas: CCI – Construções S/A; Construtora Velloso S/A; Empresa Tejofran de Saneamento e Serviços Ltda.; N.F Motta Construções e Comércio Ltda. e Instituto Nacional de Administração Prisional Ltda. (Inap). A proposta feita pela concessionária é de custo de R$74,63 por vaga/dia. O projeto seria construído em terreno localizado em Ribeirão das Neves (MG) na Fazenda Mato Grosso, cedido pela CODEMIG, empresa pública controlada pelo estado de Minas Gerais que atua como "financiador público em projetos do estado nas indústrias de mineração, energia, infraestrutura, alta tecnologia e indústria criativa mineira" (PRAXIS/UFMG, 2016).

A Parceria Público-Privada no contexto carcerário

O modelo de parceria público-privada já era uma realidade no Brasil em mais de 20 presídios até a construção do complexo em estudo. No entanto, a diferença é que os primeiros eram públicos e apenas alguns de seus serviços passaram a ser providos por empresas terceirizadas, como alimentação e saúde, enquanto que o Complexo Penal de Ribeirão das Neves é concebido como PPP desde seu edital de licitação e projeto inicial. O modelo foi inspirado nos presídios ingleses implementados por Margaret Thatcher, de acordo com o próprio ex-governador Aécio Neves:

> *"Nas PPPs há o pressuposto de que o setor privado faz o investimento e é remunerado a partir de condicionantes estabelecidas em contrato, que vão desde o percentual de presos estudando, trabalhando a [obrigações como] não haver fuga,*

> *nenhum tipo de rebelião. Com o descumprimento, [a empresa] deixa de receber a remuneração previamente estabelecida" (NEVES, 2017, 0min34s)*

Apesar da afirmação do ex-governador, o que se observa é uma situação contrária: o investimento do setor público no Complexo de Ribeirão das Neves corresponde a 84,8% (R$2.111.476.080,00) do valor total, enquanto que o do setor privado é de 15,2% (R$380.000.000,00) (PRAXIS/UFMG, 2016). Cabe ressaltar que os gastos com um preso em um presídio público totalizam entre R$ 1.300 e R$ 1.700 por mês, enquanto que na PPP de Neves o valor ficou em torno de R$ 2.200 por mês.

O edital de licitação do Complexo Penal foi lançado em decorrência da necessidade de criação de novas vagas no sistema penitenciário de Minas Gerais. O governo estadual justificou a adoção de uma PPP para tal objetivo pela necessidade de se obter essas vagas a curto prazo, o que se tornaria possível com o auxílio do investimento do setor privado. O contrato de concessão dura 27 anos que, posteriormente, poderão ser renovados por mais cinco. Flexível, contou com sete termos aditivos adicionados à sua versão original. Em 2016, foi concluído após auditoria com a Controladoria Geral do Estado (CGE) que houve repasse indevido de R$ 42,5 milhões durante a construção do Complexo[1]. Segundo a CGE, essas irregularidades foram encontradas no segundo dos sete termos aditivos. As características

[1] "Segundo o parecer, o aditivo inclui repasse de dinheiro público para obrigações que a empresa deveria cumprir com recursos próprios. Exemplo: o contrato inicial previa que a GPA recebesse R$ 7 milhões do governo para fornecer água potável aos detentos. No aditivo, o governo ficou responsável por custear essa obrigação, com a construção de um reservatório de água potável, por mais R$ 3 milhões. No total, R$ 42,5 milhões estariam superfaturados. Nos R$ 80,5 milhões restantes também foram encontrados problemas, mas a auditoria não foi conclusiva até agora."
MARQUES, José. Auditoria aponta superfaturamento em obra de gestão tucana em Minas. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1650152-auditoria-aponta-superfaturamento-em-obra-de-gestao-tucana-em-minas.shtml. Acesso em 8 março 2018.

de flexibilidade e complexidade presentes no contrato denotam o interesse e vigor dos diversos agentes envolvidos em legitimar o modelo de PPP:

> *"O contrato do Complexo Penitenciário PPP, por se tratar de um projeto pioneiro em segurança pública, é considerado emblemático, uma vez que houve um esforço jurídico enorme para que ele pudesse ser considerado legal. Além disso, por se tratar de um tema bastante complexo, o contrato teve muitas mudanças ao longo de sua execução e houve a necessidade de se criar um dicionário de conceitos para que as interpretações de suas informações fossem realizadas de forma única por todos os parceiros. " (CORREA e CORSI, 2014, p. 6)*

Em documentário sobre o complexo penal (AGÊNCIA PÚBLICA, 2014), o coordenador do Núcleo de Sistema Carcerário da Defensoria Pública de São Paulo, Bruno Shimizu, afirma que a iniciativa de uma prisão no modelo de PPP é inconstitucional uma vez que delega para a iniciativa privada a incumbência estatal do poder punitivo:

> *"Acontece que o que tem impulsionado isso é um argumento político e muito bem construído. Primeiro se sucateou o sistema penitenciário durante muito tempo, como foi feito durante todo um período de privatizações, (...) para que então se atingisse uma argumentação que justificasse que esses serviços fossem entregues à iniciativa privada". (SHIMIZU, 2014, 1min52s)*

A atividade torna-se lucrativa na medida em que recebe mais presos e, desta forma, o interesse é em manter a população carcerária em níveis altos para que o lucro se torne cada vez maior. Isso é reforçado no contrato: o Estado se compromete a manter 90% das vagas da penitenciária ocupadas, caso contrário arcará com os prejuízos. Cabe ressaltar que a assistência jurídica oferecida aos detentos que não podem pagar por um advogado é disponibilizada pela própria concessionária, o que implicaria em possíveis alongamentos de sentenças a fim de manter os presos por mais tempo para dar continuidade ao lucro.

Na penitenciária, são aceitos quaisquer indivíduos que estejam dispostos a trabalhar e a estudar, exceto aqueles que são membros de facções criminosas ou que tenham cometido crimes contra os costumes, como estupradores, considerados entraves para o sucesso do projeto. No documentário, alguns entrevistados consideram essa uma tática de mascaramento dos resultados de desempenho da PPP, tendo em vista que esse "peneiramento", que separa presos não-violentos dos violentos, evitaria rebeliões e fugas, cujas consequências são arcadas pela concessionária.

Impacto do empreendimento no município de Ribeirão das Neves

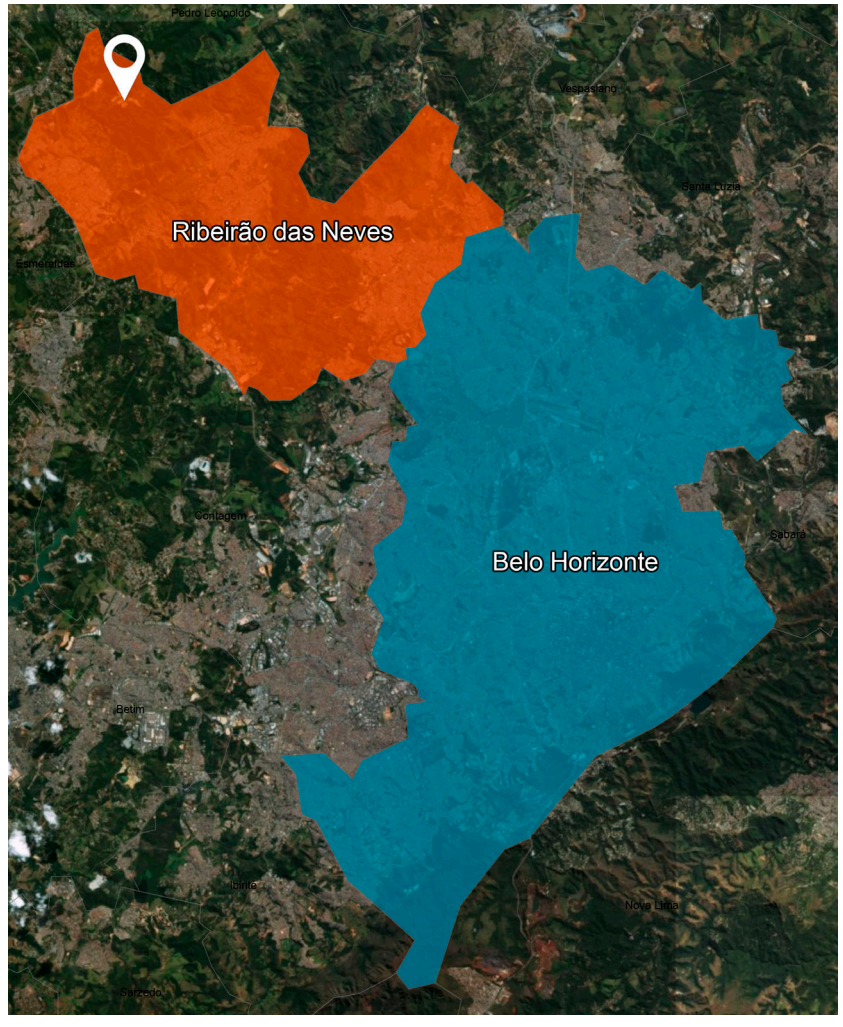


Imagem 1: mapa com destaque para os municípios de Belo Horizonte (em azul) e Ribeirão das Neves (em laranja), e para o Complexo Penal, apontado em branco. Fonte: mapa elaborado pela autora; ArcMap (2018).

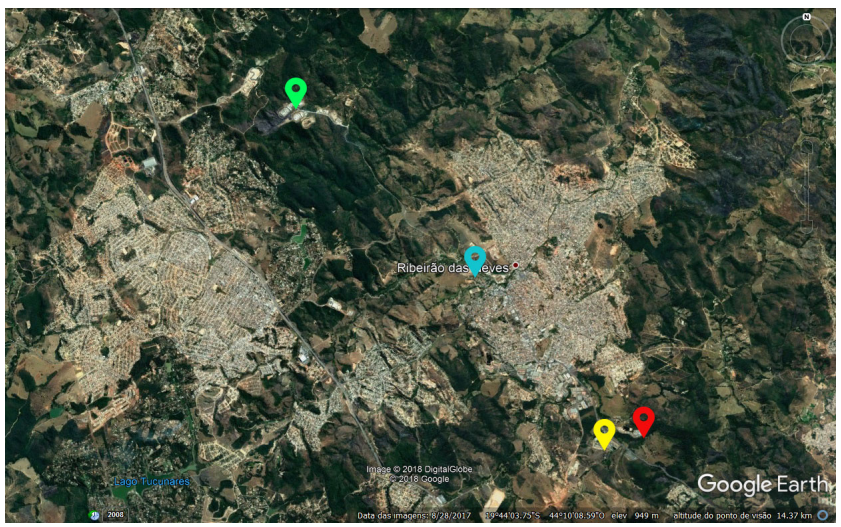


Imagem 2: Localização de presídios e penitenciárias em Ribeirão das Neves: Complexo Penal PPP (verde), Penitenciária José Maria Alkimin (azul), Presídio Inspetor José Martinho Drumond (vermelho) e Presídio Antônio Dutra Ladeira (amarelo). Fonte: mapa elaborado pela autora; Google Earth Pro, 2018.

O Complexo Penal está localizado no município de Ribeirão das Neves, na região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Antes da construção da PPP, o município já contava com outras cinco unidades prisionais que, juntas, abrigavam mais de 10% dos presos do estado de Minas Gerais. Isso conferiu a Ribeirão das Neves o caráter estigmatizante de "cidade carcerária".

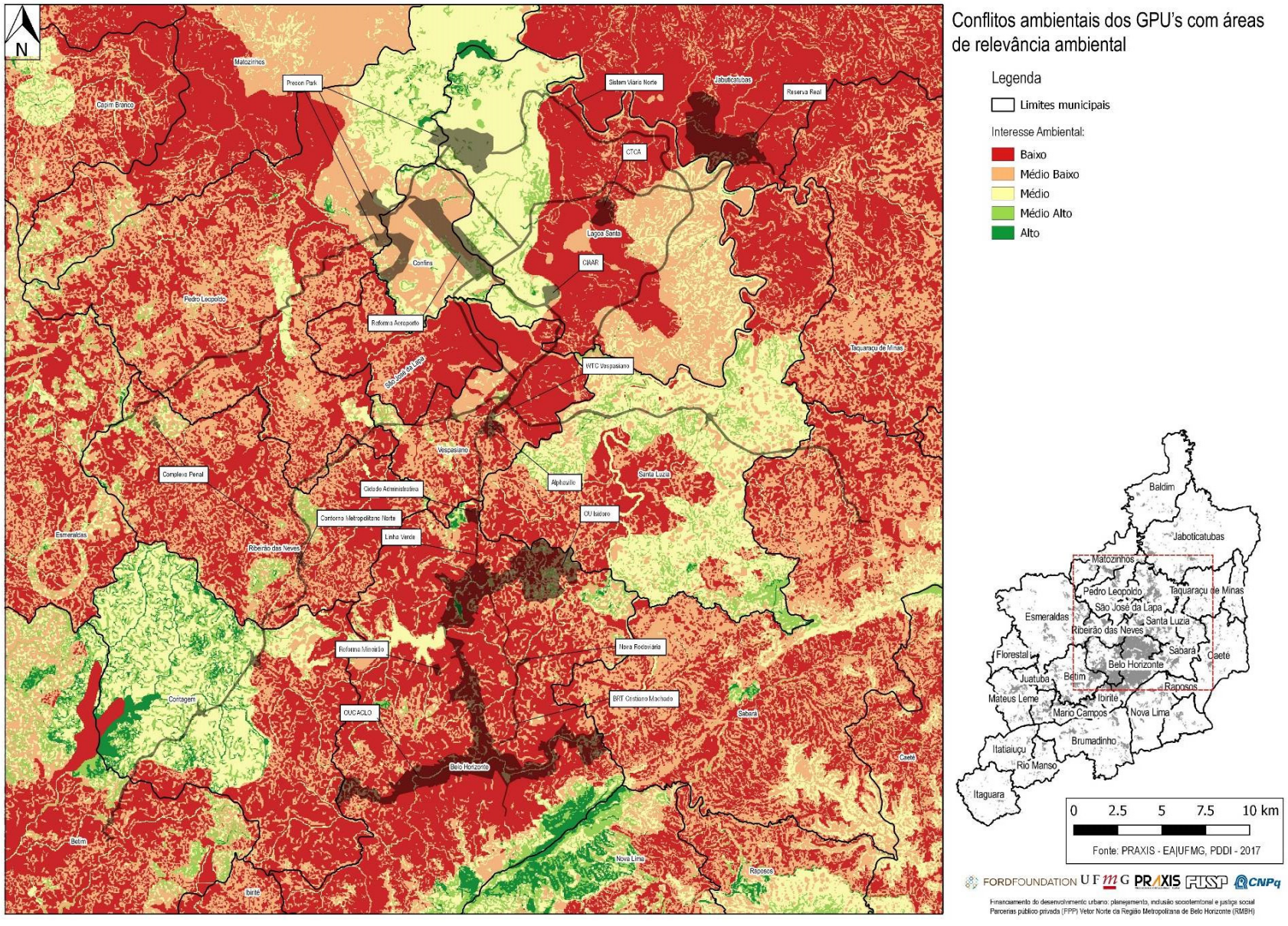
De forma geral, a população local reagiu negativamente à construção do Complexo Penal e muitas associações queixaram-se do fato da população não ter sido consultada antes da decisão de sua criação, sinalizando como autoritária a atitude do então governador de Minas Gerais Aécio Neves, que posteriormente apontou a iniciativa como um dos grandes feitos de seu mandato. Na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 2011, foram levantadas diversas questões acerca do novo empreendimento, que vão desde complicações ambientais na sua implantação até a legitimidade em se transferir uma incumbência estatal para a iniciativa privada.

À época, a bióloga e presidente da Associação Ambientalista Naturae Vox, Márcia Aparecida Silva, afirmou que as obras do Complexo estavam sendo realizadas em uma área de preservação ambiental do município, a Fazenda Mato Grosso, que representaria uma das últimas áreas de mata de transição entre o Cerrado e a Mata Atlântica. Como pode-se verificar na imagem 3, o Complexo localiza-se em uma região de média/média alta relevância ambiental. Márcia e outros moradores também postularam a revisão do processo de licenciamento ambiental e a construção de um parque cultural e ambiental na localidade, em vez do complexo prisional.

As reivindicações dos moradores também consistiram na melhoria das condições das unidades carcerárias já existentes, que passavam e passam até hoje por problemas como superlotação e carência de infraestrutura. Além disso, na mesma ocasião, o coordenador de Direitos Humanos da Defensoria Pública, Gustavo Corgosinho Alves de Meira, apontou como preocupante a possibilidade de lucro de empresas com a prisão de pessoas, reforçando a contradição em ceder para a iniciativa privada o dever punitivo básico do Estado.

No mesmo ano da audiência pública, os cidadãos também realizaram outras ações tais como o bloqueio da rodovia BR-040 e uma caminhada ecológica que seria realizada no terreno em que o Complexo estava sendo construído, visando a sensibilização da população para a degradação ambiental que o empreendimento estaria gerando. No entanto, foram recebidos de forma agressiva pelo GIT (Grupo de Intervenções Táticas) e não puderam realizar a caminhada.

Imagem 3: mapa de Conflitos Ambientais dos GPUs com áreas de relevância ambiental. Fonte: Práxis – EAUFMG (2017).



Linha do tempo do empreendimento

Quadro 1: linha do tempo contendo as etapas mais importantes no processo de implantação do empreendimento.

Data	Ação	Agentes	Descrição
17 Julho 2008	Lançamento do edital para PPP de penitenciária	Governo de Minas Gerais (governador: Aécio Neves - PSDB); Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sede)	Fruto do Programa de Ampliação e Modernização do Sistema Prisional, do Governo de Minas Gerais, o edital é lançado para a criação de 3 mil vagas em curto prazo, o que, para as secretarias, justifica a escolha pela Parceria Público-Privada (PPP)
03 Fev. 2009	Julgamento da Proposta Econômica para gestão, construção e manutenção do Complexo Penal da RMBH	Governo de Minas Gerais (governador: Aécio Neves - PSDB); Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds); Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sede) e Consórcio GPA	O Consórcio GPA foi o único considerado pré-qualificado na proposta econômica para a construção, gestão e manutenção da PPP de penitenciária. A proposta é o valor de R$74,63 por vaga/dia. Também é aberto o envio da proposta de projeto arquitetônico do complexo.
16 Junho 2009	Aécio Neves assina contrato para início da construção da primeira penitenciária do país por meio de PPP	Governo de Minas Gerais (governador: Aécio Neves - PSDB) e Consórcio GPA	O governador Aécio Neves (PSDB) anuncia o início da construção da penitenciária, que deverá durar no máximo 30 meses e com investimento de R$ 190 milhões pelo Consórcio GPA, que serão amortizados pelo Estado dentro do período de 27 anos. A construção será feita no município de Ribeirão das Neves em terreno concedido pela CODEMIG

28 Jan. 2011	Lançamento do Edital para contratação do verificador independente do contrato da PPP	Governo de Minas Gerais (governador: Antônio Anastasia - PSDB); Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds) e Accenture	O edital é lançado para a contratação de uma empresa especializada para verificação do cumprimento dos deveres da concessionária definidos pelo contrato. A empresa escolhida foi a multinacional Accenture. Aqui, cabe ressaltar que a PPP foi alvo de suspeitas de superfaturamento em auditoria realizada em 2015. Foram feitos repasses milionários de dinheiro público referentes a serviços que, no contrato, eram de responsabilidade da concessionária.
29 Jan. 2013	Inauguração da 1ª unidade	Governo de Minas Gerais (governador: Antônio Anastasia - PSDB); senador Aécio Neves (PSDB); Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds); Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sede) e Consórcio GPA	Inauguração da 1ª unidade (de um total de cinco, sendo três de regime fechado e duas de regime semiaberto) do complexo penitenciário.

Considerações Finais

Ao longo da discussão, foram traçadas as problemáticas e contradições que cercam o modelo de parcerias público-privadas, em especial quando aplicado a uma esfera que apresenta diversas fragilidades como a carcerária. Sustentadas pela alegação de incapacidade do Estado de gerir esses serviços com seus próprios recursos, iniciativas como o Complexo Penal de Ribeirão das Neves crescem em Minas Gerais e no Brasil:

> *"Permeia todo o processo de neoliberalização, a permanente narrativa de crise atrelada ao estoque mundial de ativos financeiros que não parou de crescer e que oferece as condições instrumentais e ideológicas para estabilização do ciclo de acumulação vigente. O reconhecimento e a publicização das condições de produção contemporânea do espaço urbano pretende alimentar os movimentos de resistências constituintes na construção de novas políticas urbanas". (MORADO e FREITAS, 2017, p. 13)*

A argumentação também se tece com base em indicadores nebulosos, contratos demasiadamente complexos, inacessíveis e com flexibilização que muitas vezes pode ser considerada inválida do ponto de vista constitucional, sendo necessárias diversas estratégias por parte dos envolvidos para que a parceria se torne legítima. Aliado a isso, o debate nulo com a população nevense nos processos de decisão do empreendimento e a problemática da construção em área de relevância ambiental também reforçam o questionamento acerca de a quem interessa o modelo, uma vez que a prioridade ao bem comum não se mostra presente.

Sinaliza-se aqui, portanto, a necessidade de fomento ao debate acerca das transformações que o Estado tem sofrido nas últimas décadas no Brasil, que

se adapta a uma lógica que beneficia a iniciativa privada em detrimento da melhoria nos equipamentos e serviços públicos oferecidos.

Referências Bibliográficas

Accenture. **Disponível em: <https://www.accenture.com/br-pt/company> Acesso em 20 março 2018.**

AÉCIO Neves entrega a Temer e ao ministro da Justiça modelo de PPP prisional implantado em MG. **PSDB Youtube.** Entrevista com Aécio Neves 2’05”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9QdwOHtmJFs>. Acesso em 10 junho 2018.

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **População de Ribeirão das Neves protesta contra construção de presídio.** 2011. Disponível em: <https://al-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2660781/populacao-de-ribeirao-das-neves-protesta-contra-construcao-de-presidio>. Acesso em 20 março 2018.

CCI Concessões e Construções de Infraestrutura. **Disponível em: <http://www.cci.com.br/empresa.html> Acesso em 20 março 2018.**

CONSTANTI, Marcia; MENEZES, Enzo. **Minas bancará prejuízo se lotação de presídio privado diminuir.** 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/minas-bancara-prejuizo-se-lotacao-de-presidio-privado-diminuir-08062014>. Acesso em 12 março 2018.

CORREA, Gustavo; CORSI, Lucas. **O Primeiro Complexo Penitenciário de Parceria Público-Privada do Brasil.** São Paulo. 2014. Disponível em: <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/o_primeiro_complexo_penitenciario_de_parceria_publico-privada_do_brasil.pdf>. Acesso em 04 junho 2018

FIGUEIREDO, A.; **CRUZ, M.** V. G. Parceria Público-Privada no Sistema Prisional de Minas Gerais: os limites da governança pública e seus reflexos na produção de sentidos substantivos para o modelo. Caxambú, Minas Gerais. 2016.

FREITAS, D. **M.** de. Campo de poder dos Grandes Projetos Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2017.

MARQUES, José. **Auditoria aponta superfaturamento em obra de gestão tucana em Minas.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1650152-auditoria-aponta-superfaturamento-em-obra-de-gestao-tucana-em-minas.shtml>. Acesso em 20 março 2018.

MORADO, D. **N.;** FREITAS, D. M de. Ampliação do conceito de PPP para compreender seu papel no processo de neoliberalização. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 17., 2017, São Paulo. Anais.

NASSIF, Luis. **Os problemas do primeiro presídio realmente privado do Brasil.** 2017. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/os-problemas-do-primeiro-presidio-realmente-privado-do-brasil>. Acesso em 12 março 2018.

PRAXIS - UFMG. **Disponível em: <http://praxis.arq.ufmg.br/gpus/projetos-agentes/>.** Acesso em 20 março 2018.

SACHETTA, Paula. **Quanto mais presos, maior o lucro.** 2014. Disponível em: <https://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>. Acesso em 12 março 2018.

SERVIÇOS. **GPA PPP.** Disponível em: <http://www.gpappp.com.br/index.php/br/servicos>. Acesso em 12 março 2018.

Serviços | NFMotta. **Disponível em: <http://www.nfmotta.com.br/servicos>.** Acesso em 20 março 2018.

SHIMIZU, Bruno [entrevista]. **In: Quanto mais presos, maior o lucro.** Agência Pública, 2014. Disponível em: <https://vimeo.com/96243525>. Acesso em 12 março 2018.

Website INAP. **Disponível em: <https://trade.nosis.com/pt/INSTITUTO-NACIONAL-DE-ADMINISTRACAO-PRISIONAL-LTDA/Sites/4896828/315/p/s> Acesso em 20 março 2018.**

CIDADE MARCA, INTERVENÇÕES URBANAS E CONFLITOS: Uma proposta de avaliação

SÁNCHEZ, FERNANDA E. G. (1); MONTEIRO, POLIANA G. (2); ALVES, FERNANDA H. M. M. (3)

1. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Urbanismo/PPGAU - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua General Glicério, 445, apt. 702 – Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ
sanchezf2010@gmail.com

2. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Urbanismo
Rua do Catete, 42, bloco 7, apt. 401 – Catete, Rio de Janeiro, RJ
poli.dmambembe@gmail.com

3. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Urbanismo
Rua Passo da Pátria, 83, apt. 404 – São Domingos, Niterói, RJ
fernandahelenamalves@gmail.com

RESUMO

Quatro anos após a Copa sediada no Rio de Janeiro, o mundo se prepara para o mesmo megaevento esportivo que ocorrerá esse ano na Rússia. A pequena intermitência entre esses espetáculos mundiais pôde ser contraposta, aqui no Brasil, com os (des)legados que se alongam do período anterior aos eventos até anos mais tarde, no momento atual. Apoiada pela Fundação Ford, o intuito da seguinte pesquisa tem sido analisar os efeitos e reações causados na Cidade Olímpica do Rio de Janeiro dois anos após os megaeventos. Esse projeto faz parte de um fio condutor com foco em grandes projetos urbanos que vêm ocorrendo antes, durante e, agora, pós-olimpíadas, interpelados aqui por meio de uma perspectiva crítica.

Palavras-chave: *megaeventos; conflitos urbanos; Rio 2016; grandes projetos urbanos; deslegados.*

Introdução

O processo que garantiu, nos últimos 20 anos, a convergência de um modelo de intervenção urbana que articula as mesmas forças econômicas e sociais, e promove a concentração de grandes investimentos públicos na implantação de projetos, reconfigurando parcelas específicas da cidade, culmina com os Jogos Rio 2016. A era dos projetos pautados no "urbanismo de oportunidades", que se ocupa da produção do ambiente construído como meio de valorização, se encerra em meio à grave crise política, institucional e econômica no País e no Estado do Rio de Janeiro. Os megaeventos, certamente não inauguraram processos de segregação socioespacial e periferização da pobreza, mas acentuaram e aceleraram estes processos, assim como colaboraram para legitimar e consolidar as exceções à legislação e outras vantagens concedidas aos operadores privados do ambiente construído, abrindo precedente urbanístico, político e jurídico para a reprodução das práticas de planejamento e intervenção urbana aplicadas no Rio de Janeiro. Os Jogos passaram, mas os impactos permanecem.

Enquanto na avaliação "em processo" do projeto olímpico, observamos as narrativas midiáticas tomando posicionamentos favoráveis a esses eventos, a partir de 2017, a balança política é modificada de forma que os holofotes se acendem para lados opostos. Essa dinâmica demonstra uma constante remodelação de alvos a serem eliminados para a ascensão, ou ao menos conservação, da pujança de grandes e poderosos interesses.

A realidade pós-megaeventos trouxe desafios diferentes dos experimentados em outras fases, uma vez que, passado o calor do encontro de nações e a chama da tocha olímpica, ficam as contas a serem pagas e as vidas cotidianas do povo a serem readequadas às diversas remoções, desvios, descaracterizações e desprezos causados a nós. Buscamos, enfim, resgatar as previsões realizadas em períodos anteriores e investigar os novos desafios que a cidade enfrenta. Entender o papel de cada agente e suas articulações em coalizões é também perceber como o Poder é mantido e perpetuado. Por isso, a importância em examinar as construções da mídia hegemônica e sua relação com o Estado e a população. Fato é que, a cada quatro anos, certas repetições e reiterações ocorrem, vez por vez, em uma parte do mundo. Uma vez que tivemos a "sorte" de tê-las em sequência em nossa cidade, que possamos desvelar os rastros aqui deixados, reconhecer a emergência ir seus conflitos ainda latentes e expor suas incongruências.

Apontamentos de método

Sendo esta uma pesquisa contínua e fruto de análises anteriores, foi fundamental buscar produções já consolidadas sobre este objeto. Isto implicou em retomar as dimensões já utilizadas como procedimentos metodológicos para, então, testar e construir contrapontos às previsões feitas durante o período olímpico. Tais dimensões são:

- POLÍTICO-SIMBÓLICA: relacionada à economia simbólica dos eventos e à sua ordem de justificação, às referências conceituais e matrizes, aos valores e representações acionados para fundamentar, justificar e orientar a implementação dos mesmos, às instituições criadas na esfera governamental bem como ONGs relacionadas aos eventos, às retóricas e discursos em disputa, tanto dos atores que se inscrevem no campo da apologia e afirmação do projeto quanto daqueles que se inscrevem no campo da crítica e resistência;[1]
- URBANÍSTICO-TERRITORIAL: relativa ao entendimento da territorialização dos projetos, com o desvendamento da complexidade das dinâmicas locais bem como das pré-existências, tendo em vista que os eventos em tela e as intervenções urbanas a eles associadas carregam

[1] FERRARI, Murilo. Forjando o projeto Olímpico Rio 2016. In: XXVII SEMINÁRIO VASCONCELLOS TORRES - PROPPi/UFF - CNPq, 2017, Niterói.

sedimentos de estágios anteriores de desenvolvimento urbano bem como legados ou efeitos, positivos ou negativos, de outros eventos, como os Jogos Pan-americanos Rio 2007, mas compreendem também um "vir a ser" de obras e novas estruturas urbanas.[2]

A sequência metodológica, então, utilizada até o produto atual foi cronologicamente pensada para que, ao longo dos estudos, pudesse ser construída uma análise sólida e atualizada do assunto. Em tempo, foi primordial o contato assíduo ao longo de todo o processo com pesquisadores de outros laboratórios. Isso para troca de informações oficiais e extraoficiais, que são muitas vezes dificultadas pelos meios de comunicação do poder público, ou mesmo pela velocidade da informação e da sequência dos fatos.

A reflexão sobre o Ciclo Olímpico e suas implicações na cidade do Rio de Janeiro é um esforço fundamental para a compreensão do projeto de cidade implementado e sua influência na produção do espaço. Isso a partir de instrumentos de planejamento e práticas de gestão do território, ora experimentados no período em que se consolidam opções políticas bastante controversas, potencialmente antipopulares e segregadoras no período pós-olímpico.

Com o intuito de alcançar uma visão mais completa e profunda do Ciclo Olímpico definimos duas tarefas iniciais prioritárias: primeiramente, a leitura crítica do Dossiê de Candidatura e a confrontação de seu conteúdo com os demais documentos oficiais divulgados ao longo do tempo, como a Matriz de Responsabilidades, Plano de Políticas Públicas, entre outros. Além dos relatórios divulgados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ). E depois, um levantamento de notícias relacionadas ao ciclo olímpico organizado segundo os eixos de análise Legados, Gastos; Dívidas, Olimpíadas; Megaeventos, Investigações; Denúncias, Conflitos; Manifestações, com cortes temporais nos anos de 2009, 2013, 2014, 2016 e 2017.

Esse recorte feito nos anos-chave foi imprescindível para um enfoque maior nos anos considerados cruciais para a relação da cidade com os Megaeventos. Foi importante aceitar que, para o volume de notícias veiculadas ao longo desses quase dez anos, deveríamos escolher as faixas temporais que mais nos diriam sobre os diferentes tratamentos da mídia quanto o assunto. 2009 sendo o ano de anúncio do Rio de Janeiro como cidade-sede foi o primeiro ano a ser inserido; em seguida, pulamos para 2013, momento da chamada Primavera brasileira, em virtude das marchas de junho do mesmo ano; 2014 é, então, um ano primordial em virtude da Copa do Mundo FIFA no Rio; sendo 2016 de mesma importância devido às Olimpíadas também no Rio de Janeiro; e, finalmente, 2017, pelas diversas reformas políticas e alta de escândalos de corrupção.

Para o levantamento de notícias utilizamos o grupo Globo como fonte principal, mas incluímos também Folha de São Paulo, Estadão, Rio on Watch, El País, The Guardian, BBC e Veja na pesquisa, com o intuito de obter diferentes perspectivas dos acontecimentos e dos discursos que vão aí sendo consolidados ao longo dos anos. Os eixos assim organizados permitiram a percepção do modo como a imprensa hegemônica, de acordo com os acontecimentos, foi se apropriando dos conceitos e consolidando o discurso em relação às Olimpíadas, assim como o contraditório e as críticas que vão se avolumando ao longo do processo. O levantamento, sistematização e catalogação de notícias de acordo com a metodologia desenvolvida acumulou cerca de 840 notícias que revelam, ao final, um Ciclo Olímpico bem menos consensual e ufanista do que aquele sugerido pelo Dossiê de Candidatura em 2009.

O clima de otimismo e exaltação do Rio de Janeiro e do Brasil, apresentado como um cenário incrível e inigualável com potencial de oferecer imagens

[2] Idem.

extraordinárias durante as competições, assim como a solidez da economia brasileira e o apoio total e unificado dos três níveis de Governo e da sociedade brasileira para viabilizar os Jogos, na atual conjuntura, parece estar se referindo a outra cidade e outro país. Soa leviano para milhares de pessoas que tiveram suas vidas impactadas direta ou indiretamente pelos Jogos Rio 2016. (MONTEIRO, COSENTINO, 2017, p.43.).

A Construção do Legado

As narrativas midiáticas, como veremos ano a ano, são costuradas para legitimar obras faraônicas apresentadas como legados, sendo essa produção o principal argumento para a corrida das cidades aos megaeventos (Oliveira, 2016, p.103.). Tornando-a natural, a construção da ideia de legado pela Mídia Hegemônica é dada como posta.

O desafio de identificar quais são os gatilhos que reposicionam certos assuntos como de interesse público e midiático é também um dos objetivos do levantamento, sistematização e catalogação das notícias relacionados ao Ciclo Olímpico. Em 2009, até outubro, quando o Rio de Janeiro foi efetivamente escolhido como sede dos Jogos Olímpicos, as notícias orbitavam em torno dos possíveis gastos relacionados às olimpíadas e à possibilidade de mudança e melhorias na cidade que os Jogos proporcionariam, em um tom de otimismo e confiança característico do período. Em editoriais mais críticos já havia ressalvas em relação ao Dossiê de Candidatura que mantinha as escolhas, consideradas equívocos nos Jogos Pan-americanos 2007. A notícia da escolha do Brasil como sede das Olimpíadas é celebrada em notícia de capa em O Globo que afirmava: "2016, o ano que já começou: agora só faltam 7 [anos] para fazer uma estação de metrô por ano, duplicar as vagas da rede hoteleira, despoluir a Baía e as Lagoas da Barra e construir e reformar 33 instalações esportivas".[3]

A questão ambiental esteve muito em pauta em 2013, depois é esquecida, sendo posteriormente retomada já como um legado não efetivado. As intervenções do Porto Maravilha também são destacadas em diversos editoriais especiais, com atenção constante à demolição do Elevado da Perimetral. As notícias sobre atrasos nas obras e atritos com o COI começam a aumentar. Já no contexto das grandes manifestações que eclodiram, o seguinte editorial de O Globo demonstra bem o acirramento das tensões nesse momento: "Pelo país, a Copa das manifestações: enquanto milhares de brasileiros vibravam nos estádios, povo pressionou autoridades"[4], a nova alcunha da Copa das Confederações reverberou em diversos meios de comunicação. "Não há como não reconhecer a conexão estreita entre os protestos em curso e o contexto propiciado pelos intensos e maciços investimentos urbanos associados à Copa do Mundo de 2014 e, no caso do Rio de Janeiro, também aos Jogos Olímpicos de 2016". (Vainer, 2013, p.37.). Ainda faltava 1 ano para a Copa e as incongruências dos megaeventos começavam a ser desveladas também pelas ruas.

Finalmente, o grande ano chega e a pressão feita pelos protestos é abafada por um discurso midiático do vandalismo e da imoralidade das manifestações. A Copa se aproxima e é hora do país do futebol mostrar toda sua receptividade, como apostado pelo próprio governo federal. A preparação para a Copa do Mundo FIFA 2014, divide espaço nos meios de comunicação com as notícias

[3] EDITORIAL O GLOBO. *2016, o ano que já começou*. In: O Globo. Rio de Janeiro, out. 2016. Capa. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020091003> Acesso em: 30 ago. 2017.

[4] HERDY, T.; HELAL FILHO, W.; GRANDELLE, R. *Pelo país, a Copa das manifestações*: Enquanto milhares de brasileiros vibravam nos estádios, povo pressionou autoridades. In: O Globo [Online]. São Paulo; Rio de Janeiro, jun. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/pelo-pais-copa-das-manifestacoes-8862335> Acesso em: 11 jan. 2018.

sobre licitações, atrasos em obras e alteração de projetos executivos de obras olímpicas. As críticas em relação à preparação da cidade para as Olimpíadas define uma nova estratégia midiática da Prefeitura do Rio de Janeiro, que em 2015 lança a campanha "Os três mandamentos da Prefeitura" , que define o legado para a cidade, a economia de dinheiro público e a entrega das obras, prazo e sem "elefantes brancos" como prioridades da organização dos Jogos Rio 2016, ao mesmo tempo que começa a divulgar os gastos dos Jogos na Matriz de Responsabilidades e no Plano de Políticas Públicas de forma propositadamente obscura e que sugeria que a maior parte dos investimentos era privado. Percebemos, aqui, como a construção desse estado de exceção e de emergencial desespero para finalização de obras é justificativa incontestável acionada pelos meios para chegar ao fim tão almejado: uma Copa de sucesso aos olhos internacionais.

A retórica do financiamento privado com o objetivo de evitar o questionamento sobre o investimento público em obras e intervenções de interesse do mercado, ao mesmo tempo, converteu os custos em ganhos e retirou da esfera política a discussão sobre a prioridade dos investimentos públicos. Para finalmente, já no momento de crise, permitir que o Poder Público desvinculasse a crise política e econômica da organização das Olimpíadas[5].

Passado o mal-estar causado pela semi-final contra a Alemanha, no conturbado ano de 2016, as críticas e incoerências analisadas na Copa do Mundo dão lugar não só aos preparos para as Olimpíadas de 2016 mas a uma crise política e econômica. Crise essa que tem o seu apogeu no impedimento presidencial e nas eleições municipais, que tiveram destaque nos meios de comunicação. A grande mídia, já na esteira das denúncias das investigações da Lava Jato, começou a dar destaque às denúncias envolvendo empreiteiras

[5] GUSMÃO, N. *A retórica do financiamento privado dos Jogos Olímpicos 2016.* In: Jornal dos Economistas [Online]. Rio de Janeiro, nº 325, ago. 2016b. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/anexos/DB8BE7AFC5810BD21F023B5D48EB8D30.pdf> Acesso em: 21 jan. 2017.

e possíveis favorecimentos ilícitos, assim como às críticas ao modelo dos Jogos Olímpicos e ao descumprimento das promessas olímpicas. O modelo de cidade segregador, privilégios para os mais ricos, remoções em massa e militarização do espaço público são abordados. Entretanto, de forma geral, principalmente no jornal O Globo, ainda é bem evidente a defesa do "Legado Olímpico". Nesse momento, o legado ambiental é considerado a "grande dívida das Olimpíadas", com destaque para a não despoluição da Baía de Guanabara. Por outro lado, alguns editoriais mais críticos questionam o Legado como um todo, afirmando que poucos projetos realizados vão de fato significar melhorias para a cidade.

Com a aproximação dos Jogos Rio 2016 a mídia hegemônica, no esforço de forjar o tão esperado e necessário espírito olímpico, investe na divulgação de uma visão mais positiva do processo, divulgando artigos em que destaca a confiança do COI em que os Jogos Olímpicos iriam unir o país após o impeachment, tema com enorme destaque no momento. Passado o evento, retornamos à crítica às obras de legado olímpico que não saíram do papel ou não ficaram prontas, com destaque à reportagem do The Guardian que evidencia o "legado do abandono" das favelas, e mostra como políticas de auxílio à comunidade foram descontinuadas após as olimpíadas.

O Ministério Público Federal (MPF), embora tardiamente, constatou que o planejamento de legados não foi satisfatório e que o plano não vem sendo cumprido e realizou em março de 2017, a Audiência Pública Legado Olímpico Participativo com objetivo de promover uma prestação de contas sobre o Legado Olímpico e definição do uso dos equipamentos olímpicos. Mas nada efetivo foi encaminhado. O Legado Esportivo exaltado no Dossiê de Candidatura como ferramenta para transformação social por meio da inclusão e da transformação da cidade, por meio de um legado sustentável proporcionado pelas instalações esportivas não se efetivou. A evidente ausência do Legado Esportivo rendeu diversas reportagens destacando a perda de investimento em esportes olímpicos e de patrocínio para atletas.

Em entrevista ao UOL Esportes, o Diretor de Comunicação da Rio-2016, Mario Andrada e Silva, afirmou que o Legado Esportivo sempre foi considerado secundário e que o maior problema, na realidade é visual/estético, pois gera a impressão de maior abandono. Assim, 2017 na grande mídia foi o ano das dívidas, das dúvidas e das investigações. Se em 2012 as Olimpíadas justificavam tudo, em 2017 a crise passaria a isentar qualquer coisa.

O papel da mídia hegemônica

"A imposição de vender ao mundo a imagem de uma cidade asséptica, sem conflitos e, portanto, atraente aos investimentos, por um lado e o desejo de agradar às instituições promotoras, seus parceiros e os grupos que sustentam a coalizão pró-crescimento local, por outro lado, tem conduzido às leis de exceção. " (Oliveira, 2016, p.122.)

A ideia do legado se apresenta claramente pela primeira vez na atualização da Carta Olímpica realizada em 2003. A Carta Olímpica é um conjunto de regras e guias para a organização dos Jogos Olímpicos, e para o comando do Movimento Olímpico, e a partir dessa versão, introduz em posição de destaque a promoção do "legado" como uma atribuição da entidade. O novo posicionamento do Comitê Olímpico Internacional (COI) se relaciona com o desafio de poupar as cidades de despesas superiores às necessárias para uma boa organização dos Jogos Olímpicos, cujos custos organizacionais são cada vez mais elevados, receosos de que cidades começassem a desistir das disputas pelo evento. E, ao mesmo tempo, garantir seu caráter espetacular, o apelo universal e a grandiosidade do evento. A consolidação da estratégia discursiva do "Legado Olímpico" permite transformar os custos em ganhos, afinal diante de um legado imensurável destinado à produção do bem comum para as atuais e futuras gerações qualquer gasto se torna justificável.

A contradição entre a preocupação com o "bem comum", definido como base discursiva para a consolidação da ideia do "legado" como tema central e a produção da cidade neoliberal centrada nos interesses do mercado, contudo, não passa desapercebida e grandes manifestações evidenciaram o quanto o "legado" está distante dos reais anseios e necessidades da população.

A materialidade do "legado" vai cambiando ao longo dos anos diante dessa contradição. O jornal o Globo afirmava em dezembro de 2011 que o "O legado já é tangível e real" destacando a urbanização de todas as favelas da cidade em entrevista com a economista Maria Silvia, presidente da Empresa Olímpica Municipal na época. Como é sabido, o programa Morar Carioca que prometia urbanizar todas as favelas cariocas até 2020 foi desmontado posteriormente. O editorial Especial Cidade Sustentável d'O Globo de setembro de 2014, afirmava, por sua vez, que o "legado já chegou", estando este associado principalmente ao avanço do mercado imobiliário na região da Barra da Tijuca, com destaque para o fato que "a cada ano um novo shopping chega à região". Eduardo Paes, em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo em março de 2015, afirma de forma genérica que "Rio-2016 terá legado melhor que o de Barcelona", destacando o recorrente discurso sobre a contestável predominância de investimentos privados nas obras relacionadas à Olimpíadas. Em 2016, a afirmação do legado já aparece mais parcimoniosa. A coluna de Arnaldo Bloch em O Globo de agosto de 2016 afirma que o "legado" material "é uma aposta no escuro", mas que "o legado simbólico está garantido".

A observação da ocorrência da palavra "legado" no jornal O Globo, evidencia a consolidação da ideia e, ao mesmo tempo, uma possível inflexão no momento pós olímpico no Brasil. Após um ciclo com crescimento exponencial das ocorrências, começando com 1.202 em 2004, e recorrente, porém tênue queda em anos pós olímpicos, observamos um intenso crescimento da utilização do termo em 2016, com 2.495 ocorrências e brusca queda no ano seguinte, no qual foram constatadas apenas 1.395 menções à palavra. A expressão "legado olímpico", como relatado anteriormente, segue a mesma tendência.

A narrativa privilegiada pelo Grupo Globo, de maneira geral, pode ser considerada tendenciosa e direcionada, fato eventualmente justificado pelas restrições impostas pelo COI, mas essencialmente vinculada à agenda política e aos interesses da própria emissora. Na cobertura jornalística da Copa do Munda FIFA 2014, por exemplo, a emissora se eximiu de noticiar os grandes protestos que envolveram o questionamento do "padrão FIFA" e a negligência do poder público com questões relevantes como educação, saúde e transporte público. Fato que dominou as redes sociais e formas alternativas de comunicação, gerando críticas contundentes à cobertura midiática proporcionada pelo Grupo Globo. As notícias sobre a ineficiência organizacional e da infraestrutura, assim como problemas logísticos e denúncias de corrupção também diminuíram gradualmente até desaparecer no início de ambos os megaeventos. A estratégia da emissora embebida de interesses políticos pautados, entre outras questões, à manutenção do monopólio do grupo nas transmissões esportivas.

O interesse do Grupo Globo na construção e consolidação da ideia de legado, e consequentemente, legitimação dos megaeventos esportivos se evidencia a partir da comparação da ocorrência da palavra legado entre o jornal O Globo e Folha de São Paulo. Embora a tendência de crescimento da utilização da palavra se verifique em ambos os veículos, no O Globo, a ocorrência, em termos quantitativos é muito superior em comparação à Folha de São Paulo, sugerindo que enquanto O Globo se preocupou em fundar e propagar a ideia do legado, outros veículos, seguiram a tendência de forma mais crítica e parcimoniosa. A mesma tendência pode ser observada quando pesquisada a ocorrência da expressão "legado olímpico".

Ressignificações Pós-Olímpicas: Considerações Finais

O evidente desgaste público das Olimpíadas expressou como o gigantismo do evento consiste em um obstáculo para sua realização, à revelia do que a ideia do "legado" doutrinava poucos meses antes. O discurso sobre a necessidade de adaptação aos novos tempos, sugerindo inclusive uma alteração no sistema de candidaturas, e, especificamente, de redução dos custos financeiros vem na esteira da desistência de diversas cidades-candidatas nos últimos anos. Em março de 2017 já se manifestava a ideia de realizar uma escolha dupla das próximas cidades-sede, Paris e Los Angeles. De acordo com artigo do Globo Esporte, a "manobra evitaria perda de candidata de peso e demandaria mudança na Carta Olímpica". A "manobra" se efetiva e em julho de 2017, o COI divulga comunicado oficializando a escolha da capital francesa para os Jogos Olímpicos 2024 e Los Angeles como sede em 2028.

Assim, após uma possível reavaliação, novos acordos foram feitos e a estratégia discursiva do "legado" parece se fortalecer para os megaeventos nos próximos anos. A ocorrência da palavra "legado" nos Dossiês de Candidatura das cidades-sede permite observar claramente a consolidação de uma estratégia discursiva delineada a partir de 2003, e potencialmente fortalecida após 2016. O gradual crescimento da ocorrência da palavra "legado" nos Dossiês de Candidatura das cidades-sede começa com moderadas 16 citações da palavra nas 544 páginas do Dossiê de Candidatura dos Jogos Atenas 2004. O Dossiê de Candidatura dos Jogos Rio 2016 apresentou o auge até aquele momento com 487 ocorrências em 614 páginas. Após queda significativa de ocorrências no Dossiê de Candidatura dos Jogos Tóquio 2020, há abrupto crescimento até os Jogos Los Angeles 2028 (o dossiê é referente à candidatura para os Jogos 2024), com 218 ocorrências distribuídas em 115 páginas. Assim, é curioso observar como a ideia se fortalece justamente em cidades ricas. Assim, depois da crise da estratégia discursiva gerada após os Jogos Rio 2016, o recado pode ser: o "legado" é real, se beneficia dele quem é competente?

A coalisão entre empresas e Estado é a grande ganhadora das Olimpíadas. Mesmo inseridas em um contexto internacional, e sabemos que há

vencedores além dos aqui citados, a recorrência de certos grupos nas obras dos grandes eventos nos mostra como o (des)legado não era a futura gestão, pós-megaeventos, desses ginásios, estádios e edifícios para o uso da população, mas, sim o lucro em cima das obras justificado pela venda de um imaginário de cidade.

Diante de um cenário político instável brasileiro, compreender as construções narrativas efetivadas no território e de que forma elas se consolidam na cidade é um instrumento para que possamos enfrentar os gestores e responsáveis pela venda da vida da população. Por isso, "identificar e revelar as estratégias adjacentes a esses discursos antes que elas alcancem o reconhecimento necessário para a legitimação" (Oliveira, 2016, p.122.) é tão importante, uma vez que os efeitos dos (des)legados olímpicos perdurarão por muitos anos e, apesar do entendimento de seu enorme impacto, ainda é incerto o quanto irão nos afetar a longo prazo.

É de suma relevância investigarmos as diversas dimensões de todos os processos ocorridos. As narrativas midiáticas são forjadas diante dos interesses do momento para perpetuação de influências simbólicas, políticas e territoriais. Os desafios de interpretar a construção política que permitiu ao Rio de Janeiro ser a cidade dos megaeventos são agora os de avaliar a maneira como essa mesma cidade vai superar os sintomas de um projeto contínuo de mercantilização.

Referências

AGÊNCIA PÚBLICA. *100 histórias. 100 remoções. 100 casas destruídas pelos jogos olímpicos 2016*. Rio de Janeiro, 20 jul. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/100/>. Acesso em: 02 out. 2017.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê Violações do Direito ao Esporte e à Cidade***.** Rio de Janeiro, 2015. 54 p. Disponível em: <https://issuu.com/justicaglobal/docs/dossi___viola____o_direito_ao_espor?workerAddress=ec2-54-197-66-201.compute-1.amazonaws.com>. Acesso em: 10 ago. 2017.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro***.** Rio de Janeiro, 2015. 177 p. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico***.** 1. ed. Rio de Janeiro: Morula, 2015. 124 p.

LEFÉBVRE, Henri. *The Production of Space***.** Tradução de Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell Publishing, 1991. 454 p.

MONTEIRO, Poliana; COSENTINO, Renato. *Projeto, orçamento e (des)legados olímpicos***.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017. 42p.

ORLANDI, Eni P. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours).** *Revista Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 1, n.1, p. 9-13, jun. 2005. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem

/article/view/4>. **Acesso em: 11 jun.** 2018.

ROLNIK, Raquel; FERNANDES, Ana (Org.). *Cidades***.** 1. ed. Rio de Janeiro: Funarte, 2016. 552 p.

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; OLIVEIRA, Fabrício; NOVAIS, Pedro. *A Copa do Mundo e as Cidades: políticas, projetos e resistências***.** Niterói: EDUFF, 2014.

VAINER, Carlos. **et al.** (Org.). *Os Megaeventos e a Cidade*: Perspectivas Críticas. 1. ed. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2016. 512 p.

controle territorial frente ao desastre-crime da samarco, vale e bhp billiton

GUIMARÃES, PAULA (1); LEMOS, RAUL (2)

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo
Rua Ceará, 1620/503. Savassi, Belo Horizonte-MG
paulaguimaraes1701@gmail.com

2. Universidade Federal de Minas Gerais. Graduação de Arquitetura e Urbanismo
Avenida Afonso Pena,1781/901. Funcionários, Belo Horizonte-MG
raullemosdossantos@hotmail.com

RESUMO

Este estudo objetiva visibilizar a rede de articulação que permite às empresas Samarco, Vale e BHP Billiton interiorzar seu poder no território e nas vidas atingidas pelo desastre-crime pelo rompimento da barragem da Samarco (Vale e BHP Billiton), em Fundão, no município de Mariana – MG, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015. Sinaliza-se que as relações entre os agentes envolvidos na rede somadas aos discursos mobilizados sustentam a atuação das empresas no território atingido. Ora reproduzindo-a, ora dissimulando-a, ora legitimando-a no âmbito jurídico e simbólico. Desse modo, propõe-se cartografar as conexões entre empresas, Estado e instituições do terceiro setor, a partir do entrelaçamento entre análises teóricas e documentais ao uso de dispositivos cartográficos transescalares.

Palavras-chave: *Desatre-crime; Desterritorialização; Controle territorial; Dispositivos biopolíticos.*

INTRODUÇÃO

O estudo aborda o maior desastre-crime envolvendo barragens de mineração no mundo, deflagrado pelo rompimento da barragem da Samarco (uma joint venture da Companhia Vale e da Anglo Australiana BHP Billiton), em Fundão, no município de Mariana – MG, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015.

A contaminação da bacia do Rio Doce pela lama de rejeitos da mineração resulta na ruptura entre povos e comunidades tradicionais e a natureza, elemento central na constituição da territorialidade, referente a como as pessoas utilizam o espaço, se organizam sobre e por meio dele e, ainda como atribuem significado a ele (HAESBAERT, 2005)/.

Uma leitura possível a esse contexto de deslocamento do controle sobre o território é a partir do conceito de *desterritorialização* (DELEUZE, GUATTARI, 1972; HAESBAERT, 2005). No contexto histórico de constituição da sociedade capitalista, a desterritorialização se traduz na criação de um distanciamento entre as sociedades tradicionais e a terra, reduzindo-a a espaço de mediação das relações sociais. Entretanto, para a efetivação da acumulação capitalista não basta que haja um processo de desterritorialização e descodificação, dissolvendo os fluxos sociais e materiais preestabelecidos. Sua realização está condicionada ao concomitante processo de reterritorialização e recodificação, reorganizando os fluxos sob sua lógica e permitindo o controle sobre o território.

Seguindo esta lógica, associa-se à precarização territorial, os procedimentos de resposta ao desastre-crime condicionados pelo Estado-Capital que os permitem decidir os rumos dos processos de reparação e reconfigurar o território atingido, garantindo o controle sobre este, a despeito da imprescindível primazia dos atingidos. De tal modo que tais práticas institucionais configuram um desastre-crime , isto é, um processo em curso de vulnerabilização socioterritorial.

Tal domínio empresarial sobre o processo de reparação frente ao desastre-crime e sobre o território atingido se perfaz por meio de um conjunto de estratégias e instrumentos legais, valendo-se da apropriação do Estado, associado ao aprofundamento da fragmentação socioterritorial e se amparam na produção de narrativas visando legitimar a atuação corporativa.

Sob a égide neoliberal, os interesses corporativos canalizam a gestão do desastre-crime para a esfera privada, recostados na deslegitimação do aparelho estatal como instituição capaz de gerir os recursos. Bem como, a racionalidade neoliberal suporta um amplo léxico organizativo empresarial - *governança*, *compliance*, *parceria* - que legitima e endossa as políticas adotadas.

Ressaltamos que a ideia de neoliberalismo empregada transcende uma política econômica que pressupõe uma relação cada vez mais intrínseca entre Capital e Estado, se fundamentando como modalidade de discurso e política da sociedade, que cria também estreitas conexões entre vida e capital (LAVAL, DARDOT, 2016). Assim, o sistema neoliberal, através de uma biopolítica (FOUCAULT, 2008), opera sob uma lógica de descentralização das relações de poder que atuam sobre o território.

De certo, o controle territorial não é algo se aplica de fora, mas é interiorizado no território e nas vidas atingidas através da articulação em rede, que por influência via de regra financeira deriva-se em conexões infinitas, envolvendo até mesmo os atingidos através da concessão arbitrária do auxílio financeiro emergencial. E talvez o mais preocupante seja que, não limitado em si, o controle territorial lança mão da máquina cognitiva, penetrando em níveis subjetivos e incidindo no controle sobre a população (FOUCAULT, 2008).

Para além da conhecida relação entre Capital e Estado, o domínio empresarial sobre o território atingido não poderia ser realizado sem a

conexão entre empresas, plúrimas instâncias e entidades do poder público, instituições do terceiro setor - fundações, organizações não governamentais, associações - organizações sociais, prestadoras de serviços de auditoria e consultoria, Universidades e grupos de pesquisa, absorvendo até mesmo grupos atingidos. As conexões entre estes, mobilizam um duplo movimento: de acesso e influência ao(no) território atingido atrelado à produção de narrativas legitimadoras da ação empresarial. Em atenção à complexidade de atores que configuram a rede incompatíveis com as limitações de um artigo, vamos nos ater neste item as organizações e instituições que incidem sobre toda a bacia, explorando as seguintes categorias: Estado, empresas, instituições do terceiro setor e prestadoras de serviços.

No caso do desastre-crime, as relações entre os agentes envolvidos na rede somadas aos discursos mobilizados sustentam a atuação das empresas no território atingido. Ora reproduzindo-a, ora dissimulando-a, ora legitimando-a no âmbito jurídico e simbólico. Nesta configuração, cada ator conectado à rede expande o território - econômico, político e cultural (HAESBAERT, 2004) - de influência das empresas, ao adicionar as dimensões sobre os quais exercem influência.

Esta configuração difusa assumida pelo poder nos coloca diante de um processo que é de natureza transescalar. Isto significa que as configurações de força não estão contidas numa escala geográfica isolada, nem mesmo na dicotomia local-global e, as escalas que permeiam essa quadro de forças se apresentam de maneira relacional. Propõe-se então cartografar os dispositivos biopolíticos de reconfiguração do território frente ao desastre-crime, a partir do entrelaçamento entre análises teóricas e documental (notas técnicas emitidas pelo CIF, tratativas jurídicas e relatórios técnicos produzidos pelo Ministério Público) ao uso de dispositivos cartográficos transescalares, a saber: diagramas de rede de atores e sistematização das informações espaço-temporais em mapas e linha do tempo.

Mediante o exposto, tem-se como objetivo central investigar e visibilizar a rede de articulação que permite às mineradoras dissiparem o seu poder no território atingido pelo desastre-crime no vale do Rio Doce. Como ponto de partida para esta análise delineia-se a emergência de uma parceria público privada percorridas no item a seguir.

A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DO DESASTRE-CRIME

Em tempos de avanço neoliberal, embora alimente-se o discurso de deslegitimação do Estado enquanto modelo de administração, não o torna dispensável, pelo contrário, suscita-se um Estado direito forte na criação de condições propícias ao funcionamento do mercado, pautado em primeira medida pela garantia do direito de propriedade (DARDOT, LAVAL, 2016). Nestes moldes, o papel do Estado é a sustentação de um marco institucional fundamentado por direitos de propriedade privada, assegurador de mercados livres e da liberdade de comércio (HARVEY, 2014, p.12).

Frente ao desastre-crime, o papel do Estado, em primeira medida, consistiu em avalizar a operação das empresas no âmbito legal por meio do licenciamento e moniatoramento ambiental. Após o rompimento da barragem de Fundão, a função estatal nesta articulação foi estruturar em conjunto com as empresas Samarco, Vale e BHP Billiton um sistema de administração do desastre sob o controle corporativo e disponibilizar suas estruturas e instituições - civis, jurídicas e policiais - para operacionalizá-lo.

O controle institucional sobre os processos de reparação do desastre-crime se alicerça em primeira medida na retirada da questão da arena judicial e no encaminhamento às vias extrajudiciais situadas no campo da resolução mediada de conflitos, a partir do instrumento jurídico do Termo de Ajustamento de Conduta. Tal dispositivo compõe o quadro de artifícios neoliberais que reconfiguraram o sistema de justiça a partir dos anos 1980,

com base na crítica à burocracia da máquina estatal, bem como na difusão do discurso de eficiência, eficácia e celeridade dos processos (VIÉGAS et al., 2014).

Todavia, escamoteado por este discurso, recostam-se os interesses empresariais de assumir o protagonismo dos processos de reparação dos danos causados; escapar das penalidades cabíveis em via judicial e, garantir a renovação e prorrogação de suas licenças ambientais, viabilizando, portanto, a continuidade de suas atividades econômicas (ROJAS, PEREIRA, 2017).

A efetivação do acordo extrajudicial no desastre-crime do Rio Doce resulta da Ação Civil Pública nº 0069758-61.2015.4.01.3400 e se efetivou a partir da assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) em 02/03/2016, entre as empresas responsáveis, representantes da União e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo (UNIÃO et al., 2016). Apesar da homologação ter sido suspensa pela justiça, a tratativa segue orientando os procedimentos de recuperação e o sistema de administração. Tal arranjo organizativo é fundamentado por uma parceria público-privada, instituída através do Comitê Interfederativo (CIF) composto pelo poder público e da constituição de uma fundação privada, a Fundação Renova, mantida pela Samarco (Vale-BHP). Articulada à parceria-público privada, o arranjo conta com auditorias independentes, painel de especialistas e parcerias para a execução dos programas.

]

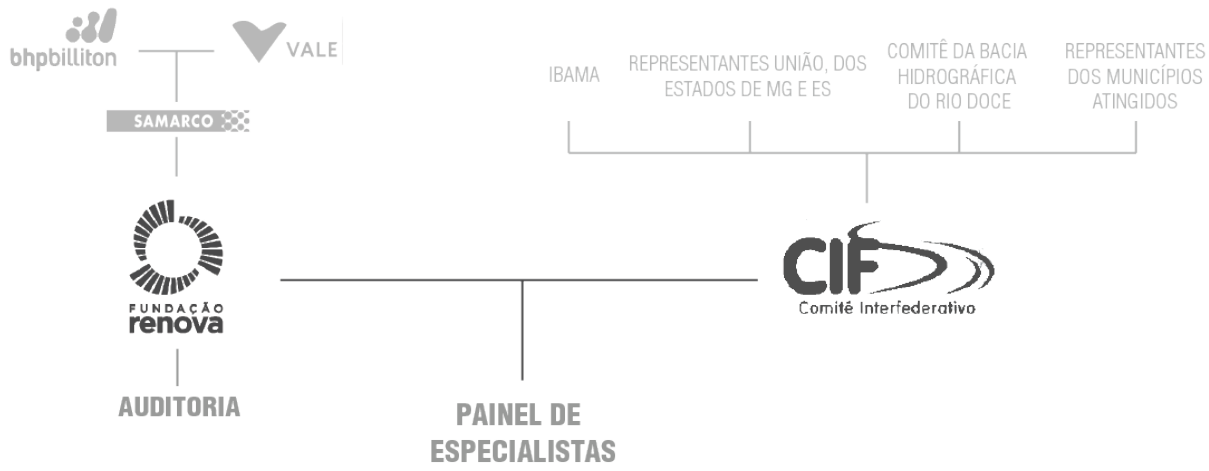


Figura 1 - Diagrama da governança estabelecida no TTAC
Fonte: Paula Guimarães e Raul Lemos (Indisciplinar)

Seguindo o receituário neoliberal, recorre-se a novos modelos de administração, que passam de um modelo gerencial característico do Estado a um modelo de empreendedorismo (HARVEY, 2014), ao qual opta-se por uma lógica de organização, a *governança*, que replica estruturas e mecanismos advindos da condução empresarial. Para Dardot e Laval (2016), a *governança* é colocada como uma "palavra-chave da nova norma neoliberal", em que submete a ação pública e as agendas do Estado a uma normatização internacional privada, produzida por instituições políticas e jurídicas supra-governamentais. No entanto, esta configuração não implica a anulação do Estado, pois, nos termos dos autores,

> *É com os recursos do Estado, e com uma retórica em geral muito tradicional (o interesse nacional, a «segurança do país», o «bem do povo» etc.), que os governos, em nome de uma concorrência que eles mesmos desejaram e de uma finança global que eles mesmos construíram, conduzem políticas vantajosas para as empresas e desvantajosas para os assalariados de seus países (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 282).*

É neste rumo que funda-se o alinhamento entre a governança e as pretensões empresariais tanto de controle sobre o processo de reparação, quanto na retomada das operações. Pois, o Estado em vez de garantir a salvaguarda dos direitos dos atingidos e a reparação integral dos danos socioambientais, privilegia o resguardo à operação empresarial, alicerçados no discurso de utilidade pública.

Para respaldar o controle institucional sobre o processo suscita como fundamental a atuação do Comitê Interfederativo (CIF), formado por entes federativos e agências reguladoras estatais, tendo a representação da sociedade civil restrita à inclusão do Comitê da Bacia. A coalizão de interesses é sinalizada na falta de um posicionamento efetivo do CIF frente à Fundação Renova, para garantir o cumprimento da deliberação Nº 58 elaborada pelo próprio comitê no fim de março de 2017, relativa à inclusão de comunidades litorâneas nos programas de indenização e de auxílio emergencial. Após quatro meses de descumprimento da deliberação pela fundação, na reunião em agosto de 2017, o CIF, em benefício dos interesses empresariais, emitiu uma nova deliberação de nº93, restringindo-se apenas a notificar a entidade e estabelecer um novo prazo (também descumprido) para entrega dos cadastramentos, para uma ação que demandaria sanções financeiras, em respeito às comunidades até então desassistidas. Com isso, esta deliberação que gerou grandes expectativas nas comunidades do norte e sul da foz operou para arrefecer os processos de resistência até então efervescentes. É interessante pontuar, que tanto a inclusão das novas comunidades, como a necessidade de autuação da Renova frente ao desucmprimento da deliberação foram pleiteadas pela Defensoria Pública da União e Defensoria Pública do Espírito Santo, embasada pela nota técnica emitida em fevereiro de 2017 (NT nº3/2017/Vitória ES/TAMAR/DIBIO/ICMBio).

Assim como há a apropriação das estruturas burocráticas, também ocorre sobre o uso instrumentos disponíveis no sistema de justiça brasileiro, encaminhando decisões em benefício dos interesses corporativos.

> *Apesar das decisões parcialmente favoráveis [aos atingidos] nas ACP's ajuizadas em especial pelo MP Federal e Estadual (DORNELAS et al., 2016), [...] engendraram desfechos favoráveis [às empresas], tais como: prorrogação de prazos para pagamento de indenizações emergenciais; adiamento e revogação de depósitos milionários; assinatura de acordos com tribunais para agilizar e padronizar as indenizações; manutenção de cláusulas abusivas nos acordos de indenização; emissão de declaração de conformidade para a retomada das operações da Samarco; substituição de promotores de justiça contrários à retomada das atividades da Samarco; suspensão de mais de 50 mil ações ajuizadas contra as empresas por danos morais e desabastecimento de água; suspensão da ACP proposta pelo MPF requerendo R$ 155 bilhões para garantir a reparação integral dos danos; e a paralisação do processo criminal que tornou rés 22 pessoas e quatro empresas por homicídio e crimes ambientais*
>
> *(ORDUZ, PEREIRA, 2017, p. 24)*

De modo controverso à atuação estatal validadora dos interesses empresariais, situam-se algumas iniciativas do Ministério Público e de Minas Gerais e da Defensoria Pública de contestação a algumas medidas, inclusive em detrimento do próprio Estado representado por entes federativos e instâncias reguladoras. Este é o caso da Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800 ajuizada pelo Ministério Público Federal em maio de 2016, contra os signatários do acordão (incluindo o Estado) exigindo a impugnação da tratativa e a condenação das empresas em R$ 155 bilhões para total reparação dos danos sociais, ambientais e econômicos causados pelo desastre (MPF, 2016). Contudo, não isento das contradições, o Ministério Público Federal é responsável por abrir processos de negociação com as empresas, em que não houve a participação dos afetados, embora preveja mecanismos de consulta e oitiva durante a implementação. Seguindo este procedimento que assinaram o Termo de Ajustamento Preliminar assinado em janeiro de 2017 e iniciaram a discussão do Termo de Ajustamento de

Conduta sobre a Governança (TAC-Governança), postura que tornou-se alvo de críticas dos atingidos (MPF, MPMG, 2018).

De outro lado desse arranjo, a designação de uma "organização da sociedade civil sem fins lucrativos e autônoma em relação a interesses privados empresariais", da categoria fundação privada como responsável pela implementação dos programas e projetos de reparação (UNIÃO et al, 2016, p.96) alinha-se com o recorrente esforço de concatenar as saídas pelo terceiro setor. Esta prática é central para o avanço do ambientalismo neoliberal, estimulado pelo Banco Mundial, a pretexto de que os governos - sobretudo dos países pobres, aos quais se dirigem estas políticas - são corruptos e ineficientes, e portanto, essas ações devem ser gerenciadas por organizações não governamentais. Neste sentido, o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2016, p.139) ressalta que a expressão não governamental é "significativa do universo ideológico em que opera", o neoliberalismo.

É sintonizado com essa perspectiva, que Roberto Waack, presidente da Fundação Renova, explica a emergência da instituição privada nesse modelo de governança, justificada pela indesejada administração dos recursos pela União, porque estes estariam suscetíveis à corrupção e burocracia governamental no repasse . De certo, este posicionamento reflete sua trajetória profissional, na qual possui vínculos com diversas instituições e organizações não governamentais nacionais e internacionais: WWF Brasil, Global Reporting Initiative (GRI), Forest Stewardship Council (FSC), Ethos e Fundo Brasileiro para a Biodiversidade.

Em contraposição, tais ingerências estatais são consideradas passíveis de ser administradas no meio empresarial a partir de mecanismos de gestão, a exemplo do setor de Compliance e Ombudsman presente na linha de frente da composição da Fundação Renova (GUIMARÃES, LEMOS, 2017). A incorporação deste léxico e mecanismos empresariais além de dificultar a compreensão de seus papéis, já que este vocabulário é alheio às comunidades em que operam (MPF, MPMG, 2018), têm um papel legitimador dessa estrutura.

De modo contraditório, o setor de Ombudsman, considerado como uma ouvidoria, tem sua efetividade questionada devido à dificuldade de contato no serviço de 0800 e a demora apresentada pela instituição para devolver uma resposta, sugerindo a ineficácia desse mecanismo em dialogar com os atingidos. Um caso emblemático desse descaso é trazido pelo relato do pescador de Mascarenhas, em Baixo Guandu-ES que ficou 127 dias esperando para receber uma resposta da fundação . A recorrência destas reclamações transparece em relatório elaborado pelas equipes técnicas da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA/MPF) e da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos/MPMG) em março de 2018.

No mesmo caminho, as medidas de Compliance, que de acordo com a fundação objetivam "estar em conformidade com leis e regulamentos externos e internos" (FUNDAÇÃO RENOVA, 2018) são colocadas em questionamento frente às denúncias de corrupção e superfaturamento na contratação de serviços, exemplificada no seguinte apontamento levantado por um atingido do Alto Rio Doce:

> *Lugar que ele sabe que gasta 5 mil para fazer uma cerca, eles trazem uma nota de 20. Eles trazem uma nota em um valor muito maior do que o que a gente gastaria pra fazer. Nós não somos engenheiros, nós não fizemos a faculdade, mas nós temos a prática [...] a gente tem uma noção. (MPF, MPMG, 2018, p. 19)*

Muito embora, nessa governança defenda-se através do acordo que há uma relação autônoma entre a Fundação Renova e as empresas, isto é questionado devido a dependência financeira e institucional em que se embasa. Pois, a fundação é mantida diretamente pelas empresas culpadas pelo desastre-crime (UNIÃO *et al*, 2016, p. 101), e estas exercem influência sobre a composição dos recursos humanos da governança interna à Renova, da seguinte forma

(ver figura 2): a Vale, a Samarco e a BHP Billiton indicam seis dos sete integrantes do Conselho Curador, que por sua vez é responsável pela eleição e destituição dos três Diretores Executivos. Sendo o único representante do conselho curador indicado pelo Comitê Interfederativo condicionado a origem da iniciativa privada (UNIÃO *et al*, 2016, p. 98). Dos atuais diretores elegidos, além de Roberto Waack e da Andrea Aguiar Azevedo, também com trajetória ligada a organizações não governamentais ambientalistas, o terceiro diretor, Marcelo Figueiredo possui um histórico de 15 anos ocupando vários cargos na Vale, até o ano de 2017, quando passou a integrar o corpo da Renova. A estrutura de governança interna da fundação ainda possui um Conselho Fiscal, para o qual as empresas realizam 3 das 7 indicações. Além disso, tem os setores de *Compliance* e *Ombusdsman* não previstos no acordo
.

Em contrapartida, a participação dos atingidos é restrita ao conselho consultivo, sendo sua atuação de assessoria à Fundação e de expedição de recomendações não vinculativas e sem poder de deliberação e veto. Além disso, alguns grupos afetados questionam que a escolha desses representantes não foi realizada pelas comunidade, "resultando em alheamento desses representantes das questões e dos problemas locais" (MPF, MPMG, 2018, p.77). Tais impedimentos à participação social coloca em xeque a eficiência a que se a se justifica o uso dos termos de ajustamento de conduta. A falta de controle social sobre este processo, exigindo o cumprimento dos objetivos e prazos - pontua-se de passagem, mal delimitados no TTAC (MILANEZ, PINTO, 2016; MPF, 2016) -, abre a perspectiva de que estes sejam adiados sucessivamente, prejudicando seriamente a desejada celeridade (VIÉGAS *et al.*, 2014).

Figura 2 - Diagrama da organização interna da Fundação Renova, com as respectivas indicações de composição
Fonte: Paula Guimarães e Raul Lemos (Indisciplinar)

Este é o principal ponto de contestação do TTAC, em que alijou os atingidos tanto do processo de negociação da tratativa, quanto da sua implementação. Além das manifestações contrárias, o acordo deu partida a referida Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800 ajuizada pelo Ministério Público Federal em maio de 2016. Por sua vez, essa ação civil pública abriu um processo de negociação entre o MPF e as empresas, que vem culminando em propostas de adequação das medidas e governança implementadas através do acordo.

Este processo já gerou 2 outros acordos, o Termo de Ajustamento Preliminar e o Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar visando a realização de diagnósticos, auditoria dos trabalhos desempenhados pela Fundação Renova e a contratação de assessoria técnica independente aos atingidos, a fim de embasar a celebração de um acordo final, o Termo de Ajustamento

de Conduta Final (TACF). E, recentemente, vem se delineando um terceiro, o Termo de Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-Governança), que busca um ajustamento deste sistema organizativo, sem no entanto, abrir mão da parceria público-privada. O que é passível de mudança neste processo de aprimoramento das medidas implementadas e do arranjo não é a parceria público-privada em si, mas a participação e controle social que ela permite.

Figura 3 - Linha do tempo dos encaminhamentos institucionais (parte 1)

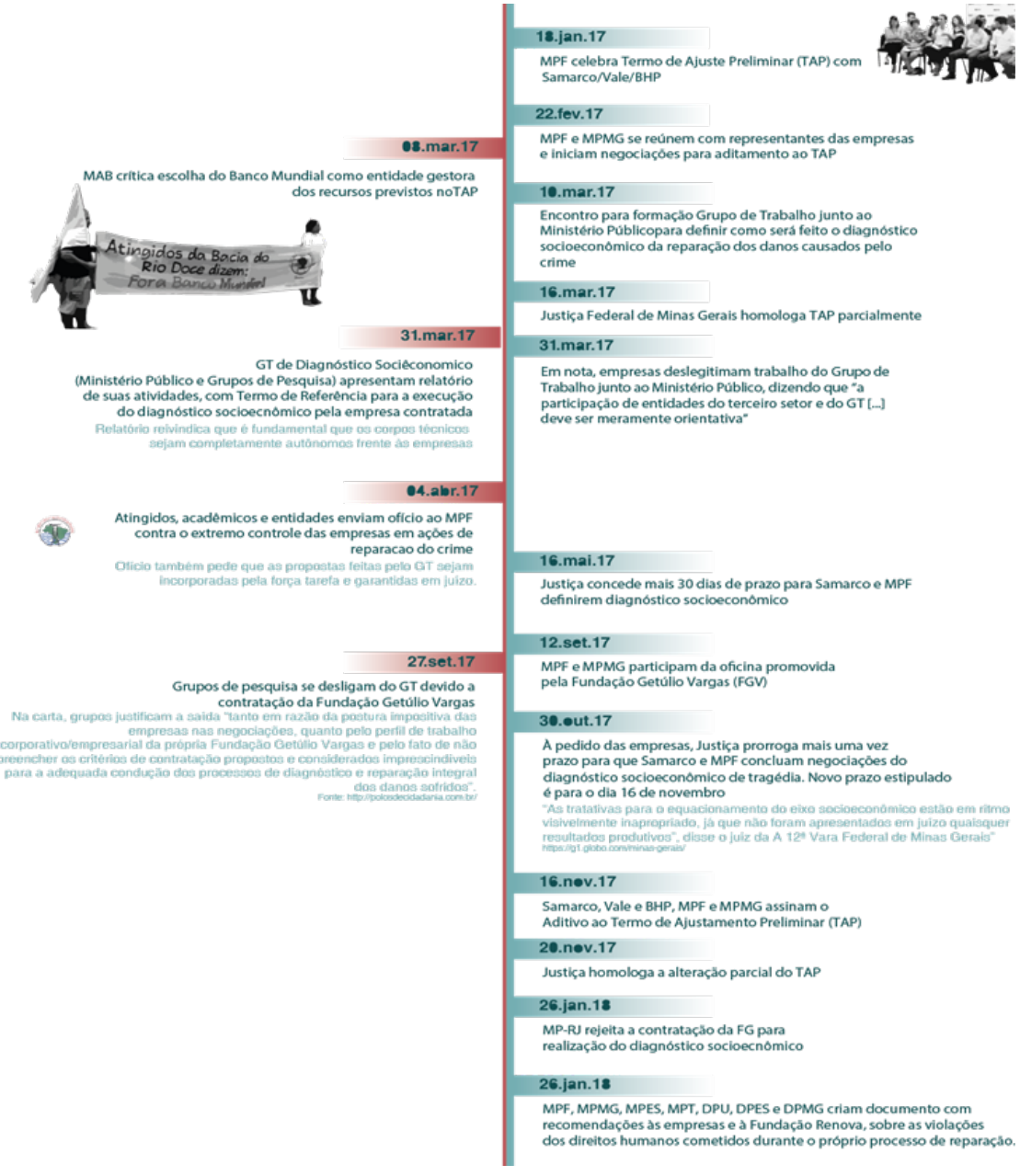


Figura 4 - Linha do tempo dos encaminhamentos institucionais - parte 2

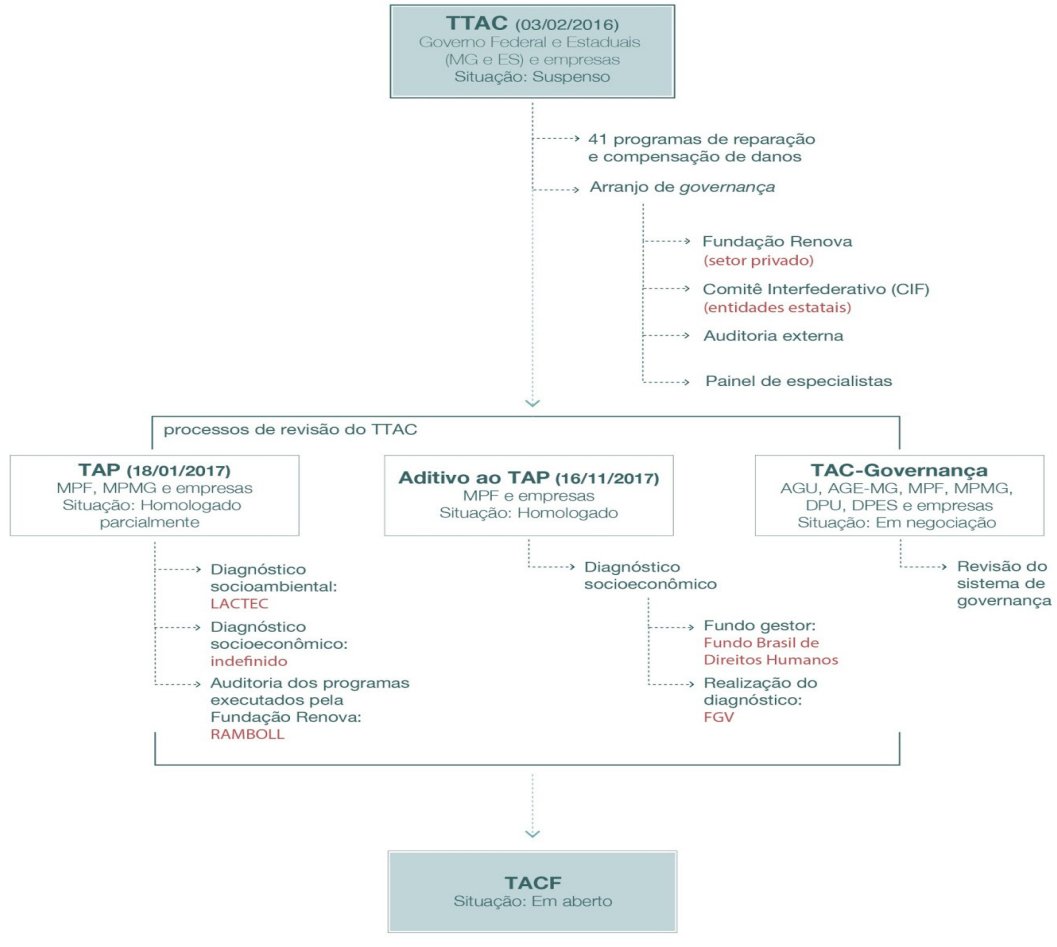


Figura 5 - Diagrama dos encaminhamentos institucionais

Fonte: Paula Guimarães e Raul Lemos (Indisciplinar).

No processo de avaliação participativa da minuta do Termo de Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-Governança)[1] realizado pelas equipe técnicas do MPF e do MPMG aos atingidos, deixou-se clara a insatisfação dos afetados com o arranjo de gestão atual, devido ao protagonismo dado às empresas através da Fundação Renova na definição do processo de reparação. Como reflexo desta falta de independência entre a executora e as mantenedoras, sublinha-se algumas críticas em relação a atuação da Renova, que visam o beneficiamento das empresas, a saber:

> *definição arbitrária de quem é ou não atingido e dos critérios de reparação; imposição de inúmeras dificuldades para acesso às ações de reparação; abordagem fragmentada dos danos e das comunidades; baixa responsividade às demandas concretas dos atingidos; desrespeito às diretrizes e deliberações do CIF, como no caso do PIM e da inclusão das comunidades litorâneas; suspeitas de superfaturamento na contratação de serviços e uso indevido dos recursos; tratamento diferenciado e mesmo discriminatório aos atingidos; uso de técnicas de negociação empresarial na interlocução com atingidos em estado de vulnerabilidade social (PIM) (MPF, MPMG, 2018).*

Em contrapartida às críticas apresentadas, encaminhou-se nesta avaliação que o controle social sobre o processo de reparação deve ser viabilizado por meio de mecanismos de participação social direta nas instâncias deliberativas tanto interna às câmaras técnicas do CIF como à Renova, com paridade de voto e direito de veto. Adcionalmente, visto a linguagem técnica predominante nestes espaços e a complexidade deste arranjo e do território, a efetividade desta participação está vinculada a constituição e reconhecimento de comissões locais, apoiadas por assessorias técnicas independentes, e de fóruns regionais de comissões (MPF, MPMG, 2018).

Diante desses apontamentos, o papel da Fundação Renova na rede se apresenta em três dimensões: permitir através de sua atuação, que as empresas tenham grande poder de deliberação sobre os critérios e as formas como serão executados os programas de reparação; preservar a imagem e reputação das empresas culpadas pelo crime ao deslocar a responsabilidade jurídica e civil e os holofotes para a fundação; legitimar a atuação empresarial e por fim, diante das suspeitas de superfaturamento, emerge como questionamento se a mobilização da Fundação Renova sob controle corporativo permite às empresas a acumulação de capital.

De modo articulado, a validação dessa estrutura institucional também se perfaz por meio da contratação de consultorias especializadas, terceirização de serviços e estabelecimento de parcerias analisadas a seguir.

II. TERCEIRIZAÇÕES E PARCERIAS PARA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

No âmbito jurídico, Claúdia Orduz e Doralice Pereira (2017) demonstram os altos custos dos serviços de consultoria jurídica para legitimação desse arranjo, em que estas despesas são

> maior do que os gastos efetuados, no mesmo período, de forma individual, em programas socioambientais e socioeconômicos, como os de conservação da biodiversidade aquática, sistema de abastecimento de água, programas de proteção social e reconstrução de Bento, Paracatu e Gesteira, entre outros

[1] A minuta Termo de Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-Governança) está sob sigilo. Porém seu teor é mencionado no Laudo *da Avaliação participativa da minuta do Termo de Ajustamento de Conduta sobre a Governança (TAC-Governança), do processo de reparação e recuperação dos danos decorrentes do rompimento de barragens de rejeitos das mineradoras Samarco, BHP e Vale em Mariana, Minas Gerais* elaborado pelas equipes técnicas da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA/MPF) e da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos/MPMG) (2018).

Tal alicerce explicita o campo assimétrico de forças em que ocorre a disputa pelo controle do processo de reparação no âmbito jurídico-institucional, sobretudo quando transpostas para o âmbito das negociações individuais vinculadas ao Plano de Indenizações Mediadas (PIM), voltado a reparar e indenizar os impactados que comprovem prejuízos e danos (UNIÃO et al., 2016). Nesses moldes, ao retirar a questão da arena coletiva e relegá-la ao tratamento individualizado, mesmo que assistida por um defensor público ou advogado, o domínio corporativo tende a pesar sobre os encaminhamentos, visto o disparate entre o suporte jurídico empresarial e dos atingidos.

Já no campo simbólico, as terceirizações de serviços e parcerias - conceito também suscitado no âmbito do neoliberalismo ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2016) - contribuem em meio a esta rede de controle territorial por meio de algumas práticas: atribuição de imagem de cumprimento de responsabilidade social e ambiental; dissimulação da participação social; produção de narrativas e discursos visando validar a atuação empresarial ou a desresponsabilização das empresas pelo crime; e implementação de mecanismos de arrefecimento das resistências.

Um dos atores articulados na rede a mobilizar um discurso a favor dos interesses empresariais, são as organizações não governamentais ambientalistas, configurando um modelo de gestão empresarial com roupagem verde. Esta articulação, via de regra, fundamenta-se na promoção de ações superficiais de mitigação dos impactos gerados pelas atividades econômicas, as quais são incorporadas nas estratégias de marketing como instrumento de valoração monetária e de imagem.

No contexto do desastre-crime, um exemplo é a parceria entre a Fundação Renova e o Instituto Terra, cujo porta-voz é o renomado fotógrafo Sebastião Salgado. Previamente, essa relação foi tecida entre a Vale e a organização não governamental, por meio de financiamento de projetos de recuperação das nascentes do Rio Doce. A atual parceria com a fundação, além de uma estratégia de marketing por garantir uma imagem de cumprimento da responsabilidade ambiental, também opera na disseminação de uma narrativa que negligencia as consequências do desastre-crime.

Sebastião Salgado se posicionou publicamente dizendo que "essas empresas primam pela preocupação ecológica" (ÉPOCA, 24/112015) e tenta argumentar que a degradação do Rio Doce seria anterior ao desastre, posicionamento enfatizado pela Fundação Renova no uso da denominação "desastre silencioso"[2]. No entanto, considerar que o processo prévio de degradação, causado inclusive pela mineração, ofusca a morte instantânea de peixes das mais diversas espécies, sendo várias delas endêmicas e ameaçadas de extinção (IBAMA, 2016), além da ameaça à fonte de sobrevivência das várias comunidades ao longo da bacia é corroborar com a desresponsabilização das empresas pelos danos causados.

Um outro caminho de confluência entre as empresas e a chamada sociedade civil organizada - que abarca o terceiro setor - se dá pela ocupação dos espaços e formas de participação social, imprescindível para que este arranjo tenha legitimidade democrática. A emergência de formas de organização da sociedade civil no debate das agendas públicas no Brasil emerge num contexto convergência "perversa" de avanço neoliberal com a transição democrática (DAGNINO, 2004). Assim suscita-se a emergência de um discurso de deslegitimação e otimização do aparelho estatal associado à democratização da gestão pública a fim de garantir uma "boa governança", viabilizada através da emergência "novos atores sociais". Sob um viés tecnicista, as organizações não governamentais assumem uma posição de representatividade legítima justificada pelos saberes técnicos que possuem, em detrimento da atuação dos movimentos populares e organizações

[2] Conceito utilizado por Roberto Waack em apresentação na reunião do Comitê Interfederativo em 04/08/2017. O diretor situa os desastres silenciosos em conjunto com o "desastre de Mariana" e o "desastre dos efeitos colaterais" relativos aos desequilíbrios sociais. Registro pessoal.

comunitárias nesses espaços. A maior fragilidade dessa atuação reside nos vínculos financeiros e institucionais que entre terceiro setor e grandes empresas, canalizando os espaços de participação social para a defesa dos interesses privados.

No arranjo de gestão do desastre-crime no Rio Doce, a participação social tanto no CIF, como no conselho curador da Renova, é representada por membros da sociedade civil componentes da Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, órgão colegiado constituído por representantes dos governos, empresas - incluindo a Vale SA - e da sociedade civil - compreendendo segmentos dos usuários e entidades não governamentais, dentre elas o Instituto Terra. Não sem motivos, este mecanismo de participação social não é reconhecido pelos atingidos, por entenderem que

> *em sua maioria, os representantes da sociedade civil que compõem o comitê da Bacia do Rio Doce partilha de uma visão associada ao universo empresarial, sendo em muitos casos vinculados à fundações de direito privado cujas mantenedoras são empresas mineradoras, siderúrgicas e de silvicultura (MPF, MPMG, 2018, p.59)*

Ao contrário dessa atuação deslocada do território atingido, outra ação performada pelo terceiro setor em rede com a Fundação Renova avança sobre este, infiltrando o poder e o discurso das empresas a partir de suas ações, bem como levantado dados sobre os atingidos a fim de validar a atuação empresarial.

Um vetor de inserção destes atores no território é a partir dos cadastramentos, relativo ao procedimento de coleta e organização de dados que objetivam a identificação e aferição de danos. Esse processo figurou entre as primeiras medidas relativas à reparação no âmbito *socioeconômico*[3]. Em caráter emergencial, cadastros foram aplicados por diversas consultorias contratadas

[3] Utilizando a subdivisão dos programas entre socioeconômico e socioambiental conforme estabelecido no TTAC e implementado no processo de recuperação em curso.

pela Samarco ao longo da bacia. Posteriormente, foi implementado através da consultoria Synergia contratada pela fundação Renova "o Cadastro Integrado, que objetiva complementar o conjunto de estudos já realizados pela Samarco, sobretudo o Cadastro Emergencial" (SYNERGIA, 2016, p. 40 apud GESTA, 2016, p. 75).

Os extensos questionários foram alvo de contestações dos atingidos, de grupos de pesquisa e movimentos sociais. No *Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental* produzido pelo Grupo de Estudo em Temática Ambientais (GESTA-UFMG) são levantados 24 pontos críticos do Cadastro Integrado. Em geral, os apontamentos vão no sentido da exclusão de formas de relação comunitárias e informais, da adoção de uma lógica "patrimonialista" baseada na propriedade privada individualizada, da abordagem meramente quantitativa e da imposição de termos e parâmetros alheios ao cotidiano dos atingidos. A questão que se coloca, é que a maior parte dessas falhas tem em sua raiz o fato de que o levantamento das afetações é feito por um mecanismo sem a participação dos atingidos elaborado por empresas que "operam a partir da lógica de mercado e na defesa dos interesses dos contratante" (GESTA-UFMG, 2016, p. 12), a despeito dos atingidos.

Para fins de análise da rede, ressaltamos a partir do relatório do GESTA (2016) que existem certas questões do cadastramento que extrapolam a finalidade de orientar os programas de reparação e abarcam o levantamento de dados sobre lideranças e mobilizações, configurando o trabalho das consultorias como uma forma de recenseamento dos atingidos, que permitem às empresas o acesso privilegiado a informação sobre as redes de resistência. Estas questões são encontradas nos módulo do Cadastro Integrado sobre *organização social* e *práticas religiosa*s, em que é indagado nome do líder religioso responsável, e requerido a identificação de lideranças locais e

organizações e instituições que atuam no território diante do rompimento da barragem. Conforme destacado pelo GESTA (2016, p. 72),

> *Entre as opções de resposta, figuram movimentos sociais como MAB e Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, o que revela que os objetivos do cadastro se relacionam ao levantamento e controle de informações para os propósitos corporativos, inclusive de mapeamento e identificação dos stakeholders, garantindo-lhe vantagens de atuação na relação com a crítica pública (BRONZ, 2011; PINTO, 2013)*

Tal trabalho de mapeamento e identificação de informações sobre as redes de resistência, em geral, prefiguram os estudos de risco social corporativo. Sobre este tema, Raquel Giffoni Pinto (2013), no artigo *O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental,* situa que no contexto da "democratização das instituições sociais e o maior acesso à comunicação no mundo globalizado", em que o capitalismo avança sobre a produção cognitiva, as empresas são expostas a potenciais ações de grupos contrários a sua atuação. Essa ameaça é chamada de *risco social*, que se constitui quando "[...] um *stakeholder* [comumente traduzidos como partes interessadas] empoderado leva adiante uma questão social e pressiona a corporação (explorando sua vulnerabilidade através da reputação, da imagem corporativa)" (KYTLE, RUGGIE, 2005 apud PINTO, 2013, p. 310).

Dentre as práticas que compõem este estudo de risco social corporativo estão a identificação dos *stakeholders* com maior potencial de influência e representatividade, bem como suas contestações, com a finalidade de definir o empenho empresarial necessários a fim de dissolver tais críticas.

A metodologia de mapeamento de stakeholders estruturadas no âmbito da gestão de projetos por Mitchell, Agle e Wood (1997) e difundida no meio empresarial estabelece que as ações mobilizadas pelas empresas em resposta aos riscos promovidos por determinados *stakeholders* devem ser orientadas em função do grau de risco que cada um desses grupos oferece. Sendo os riscos classificados de acordo com: "(i) o poder de influência do stakeholder sobre a empresa; (ii) a legitimidade da relação do stakeholder com a empresa; e (iii) o grau de urgência das solicitações feitas pelo stakeholder." (MACKE, 2005, p. 42).

Desse modo, o tratamento diferencial entre localidades, grupos ou pessoas adotado por vezes pelas empresas para questões similares também são estratégicos e influenciados pelo teor crítico que cada grupo apresenta.

Um exemplo dessa diferenciação de tratamento pode ser sinalizado pela proximidade com a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) controlada pela Vale, palco de diversas manifestações de descontentamento com a atuação da Fundação Renova. O potencial de risco que as comunidades próximas à linha férrea oferecem com a paralisação da via acarreta prejuízos à Vale, com a interrupção do fluxo de cargas em larga escala inserido no sistema mundial de circulação de matéria-prima.

As paralisações demonstram ser um importante mecanismo de pressão popular que efetivou decisões assertivas referente ao citado processo de inclusão de novas comunidades nos programas executados pela Renova, como também viabilizou o acesso ao auxílio financeiro mensal para atingidos de localidades como Mascarenhas, em Baixo Guandu (SÉCULO DIÁRIO, 18/11/2016) e Maria Ortiz, em Colatina, margeadas pela linha férrea. Contudo, os atingidos de Mascarenhas, em Baixo Guandu, relatam tais manifestações foram alvo de repressão policial e deram partida a um processo de criminalização das resistências, na qual mais de 10 pessoas foram processadas[4].

Em correspondência, o relatório elaborado pelas equipes técnicas do MPMG e MPF (2018, p. 80, grifo nosso) em referência ao baixo rio Doce aponta que

[4] Relato extraído de roda de conversa em novembro de 2016, durante a Arena Itinerante do grupo de pesquisa Organon-UFES. Registro pessoal.

"para determinados segmentos sociais a exclusão [da participação social] é mais profunda, caso dos habitantes, ribeirinhos ou não, localizados na margem esquerda do Rio Doce, **onde não passam os trilhos da Vale**".

Outra situação que representa esse tratamento diferenciado é a contração de certos grupos de atingidos pelas empresas para execução de atividades emergenciais. Se por um lado tais ações de incorporação dos atingidos no processo de reparação tem por efeito minimizar os impactos socioeconômicos deflagrados pelo desastre-crime, por outro, a escolha arbitrária de determinados grupos para tal ação e por conseguinte a exclusão de outros, tem como desdobramento a fragmentação socioterritorial.

Nesta perspectiva que Flávia Amboss, Aline Trigueiro e Eliana Creado (2016) explicam a contratação informal de alguns pescadores artesanais na região da foz do Rio Doce pelas empresas para prestação de serviços de mitigação dos danos. Para além do problema da informalidade e falta de garantia dos direitos trabalhistas, a contratação priorizou os pescadores que integravam a associação de pesca local, excluindo os demais. Sob a perspectiva do risco social corporativo, sugere-se que tal critério é direcionado pela capacidade de articulação que um grupo de pescadores organizados em uma associação têm a mais que pescadores "informais". Com efeito,

> *essa ação de priorizar pescadores associados gerou uma série de embates na região, tendo em vista que havia uma ampla quantidade de pescadores, marisqueiras e ribeirinhos não associados que não conseguiram se integrar a essa ação de imediato e vivenciaram (e vivenciam) enormes dificuldades financeiras decorrentes da interrupção forçada das suas atividades (LEONARDO, TRIGUEIRO, CREADO, 2016, p. 15).*

Da mesma forma excludente, o relatório sobre governança também menciona a percepção dos atingidos do Alto Rio Doce sobre a conduta mais ativa no que diz respeito à resolução das questões dos atingidos mais instruídos ou mais influentes financeiramente, do que em relação aos problemas dos menos esclarecidos.

> *A forma deles tratarem uma pessoa não é igual à outra. Se eles pegam um grande fazendeiro, um cara formado, um cara que tem esclarecimento, eles tratam ele, eles arrumam o terreno dele, eles fazem tudo para o cara. Se eles pegam um cara incapaz, eles cometem abusos [...] (MPF, MPMG, 2018, p. 19)*

Vale enfatizar que a mira deste questionamento não são as contratações de mão de obra locais. Mas o que coloca-se em contestação é a arbitrariedade em que estão fundados os critérios de contratação. É, também, a partir dessa lógica excludente e arbitrária que prossegue a concessão do auxílio emergencial através do cartão, abrindo possibilidades de fragmentação entre grupos de atingidos e intrafamiliares. De modo que, numa perspectiva alarmante, grupos atingidos "com cartão" muitas vezes sejam incorporados na rede de legitimação da atuação empresarial.

CONCLUSÃO

Mediante o exposto, sintetizamos que nesta articulação em rede enquanto as empresas se beneficiam do apoio e validação de sua atuação, os demais atores envolvidos são mobilizados a cooperar seja por beneficiamento financeiro estabelecido através de financiamentos de projetos e campanhas eleitorais, relações de contratação e prestação de serviços e especialmente no caso dos atingidos, por meio da concessão do auxílio emergencial e, de modo complementar, alguns atores são absorvidos na rede por compreender suas questões de maneiras convergente.

Embora esta arquitetura institucional, bem como as medidas implementadas previstas no TTAC estejam em revisão visando uma adequação que permita maior controle social, a ideia em si de uma parceria público-privada não está em questão. Visto que a dissolução não é posta como possibilidade, a célere estruturação desse arranjo foi o grande êxito institucional para a

configuração da gestão do desastre-crime sob a égide empresarial. Nesta dinâmica, permite-se às empresas controlarem a gestão do desastre-crime e o território atingido, visto lógica excludente que fundamenta os critérios de reparação .

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pesquisadores do Indisciplinar, parceiros da pesquisa Geopolítica e Território e aos pesquisadores do grupo Mobiliza Rio Doce, vinculado ao projeto extensionista Participa UFMG Rio Doce-Mariana que compartilham conosco grande parte das conversas sobre os temas apresentados. Agradecemos também ao à PROEX (UFMG) pelo apoio concedido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRONZ, D. **Empreendimentos e Empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, sec.** XXI. Tese em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2011.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: MATO, Daniel (Coord.). Políticas de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

DELEUZE, G.; **GUATTARI, F.** Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: História e Implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBAMA. **Nota Técnica nº 001/2016 – Presid/IBAMA Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta Relativo ao Rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG// Brasília-DF/IBAMA.2016**

LEONARDO, F; TRIGUEIRO, A.; **CREADO, E.** Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES). Relatório de pesquisa. GEPPEDES. 2017.

MILANEZ, B.; **PINTO, R.** Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado de Espírito, Samarco Mineração S.A, Vale S.A. e BHP Billiton LTDA. UFJF, POEMAS, 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Ação Civil Pública, Autos nº 60017-58.2015.4.01.3800 e 69758.61-2015.4.01.3400, Belo Horizonte, 28 abr.** 2016

ROJAS, C.; **PEREIRA, D.;** O rompimento da barragem de Fundão/MG: reflexões preliminares sobre o modus operandi da Samarco (Vale/BHP Billiton). ANPOCS. 2017.

GESTA. **Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental.** 2016.

FUNDAÇÃO RENOVA. **Compliance.** Disponível em: <http://www.fundacaorenova.org/quem-faz-parte/>. Acesso em: 02 jun. 2018.

MACKE, J. **Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A.,** Vale S. A. e BHP Billiton Brasil LTDA. Tese de doutorado em Administração. Rio Grande do Sul. dezembro de 2005.

MITCHELL, R. **K.;** AGLE, B. R.; e WOOD, D. J. Toward a theory of stakeholder identification and salience: defininf the princple of who an what really counts. Academy of Management Review, 1997.

MPF; MPMG. **Parecer nº 279/2018/SPPEA.** PGR, Brasília/DF, 2018.

ICMBio. **Nota Técnica nº3/2017/ Vitória- ES/TAMAR/DIBIO/ICMBio.** 2017

PINTO, R. **G.** O Poder da Crítica: um estudo sobre a relação entre empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. Estudos de Sociologia, vol. 10, n. 35, 2013.

Porto-Gonçalves, C. **W.** O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 182

UNIÃO et al. **Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta.** Brasília. 2016. Disponível em: https://goo.gl/yayTAY. Acesso em: 17/03/ 2017

VIÉGAS R. **N.;** R. G. PINTO; e GARZON F. N. Negociação e acordo ambiental: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais. Fundação Heinrich, Rio de Janeiro, 2014

Fazer da tática a estratégia: o caminhar e o urbanismo tático

SANTOS, BÁRBARA BRENA ROCHA DOS (1).

1. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFBA
Rua Caetano Moura, 121, Federação, CEP: 40210-905, Salvador-Bahia
barbarabrena@live.com

Resumo

Dentre as maneiras de pensar e perceber a cidade contemporânea que nos são oferecidas a consumir, que estampam revistas e compõe o hype das tendências urbanas, este artigo escolhe como objeto de estudo a apropriação de um universo de referências e imagens que associam o caminhar, o pedestre, a escala do pequeno e a experiência daquele que caminha e erra pela urbe, a produtos, ideias, discursos, imagens e projetos políticos repletos de princípios e intenções que muitas vezes fogem aos significados que tais referências carregam. Em meio a essa discussão, atenta-se para uso do caminhante e da experiencia daquele que vive a cidade desde a rua como referência comum entre o debate construído por Michel de Certeau e as práticas do urbanismo tático. Busca-se evidenciar diferenças, camadas e vínculos entre essas duas maneiras de pensar cidade afim de expor o conflito e retirar o caráter perverso que se observa nessas apropriações.

Palavras-chave: *Urbanismo Tático, Urbanismo Neoliberal, Caminhar.*

INTRODUÇÃO

A ideia de que maneiras de ver e de sentir, de pensar e perceber, são oferecidas a todo instante como qualidade ou valor de algum produto, já não nos parece óbvia? Estamos habituados ao "tudo vira mercadoria" e por vezes não atentamos à perversidade de processos que permeiam nossas vidas cotidianamente.

Dentre as maneiras de pensar e perceber a cidade contemporânea que nos são oferecidas a consumir, que estampam revistas e compõe o hype das tendências urbanas, este artigo escolhe como objeto de estudo a apropriação de um universo de referências e imagens que associam o caminhar, o pedestre, a escala do pequeno e a experiência daquele que caminha e erra pela urbe, a produtos, ideias, discursos, imagens e projetos políticos repletos de princípios e intenções que muitas vezes fogem aos significados que tais referências carregam.

Investiga-se a respeito de tais capturas, cooptações ou apropriações de subjetividades, e da sujeição deste universo de referências e imagens do caminhar a interesses mercadológicos, percebendo o avanço do mercado como parte de um projeto político neoliberal de governo em disputa pelo lugar do Estado. Portanto, entende-se também que o perigo neste tipo de associação vai além da banalização de termos, da cobiça pelo lucro e da espantosa casualidade mercadológica em apropriar-se destas questões e transformá-las em produtos.

Evelina Dagnino (2004) nos fala de uma crise discursiva pela qual estaríamos passando em que a homogeneidade no vocabulário e o uso de uma mesma linguagem corrente são capazes de obscurecer diferenças, diluir nuances e reduzir antagonismos. O risco habita no uso de referências comuns afim de promover projetos e discussões sobre cidade que caminham em direções opostas. Ademais, o que surpreende em meio à familiarização aos processos

de captura, é perceber que a estratégia corrente nos últimos tempos tem sido fazer da tática a estratégia.

A fim de observar tais apropriações e discorrer sobre alguns desdobramentos dessas questões, elege-se uma discussão em específico: A apropriação da "Tática", formulação construída por Michel De Certeau (1980), pelo urbanismo tático em um discurso a favor da participação popular, frente a falência das instituições governamentais, contribuindo ativamente para o avanço de um projeto neoliberal de governo.

Em meio a essa discussão, atenta-se para uso do caminhante e da experiencia daquele que vive a cidade desde a rua como referência comum entre o debate construído por Michel de Certeau e as práticas do urbanismo tático. Busca-se evidenciar diferenças, camadas e vínculos entre essas duas maneiras de pensar cidade afim de expor o conflito e retirar o caráter perverso que se observa nessas apropriações.

Este ensaio é parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento no grupo de pesquisa Laboratório Urbano do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, e dialoga diretamente com as discussões que vêm sendo pautadas na pesquisa da Cronologia do Pensamento Urbanístico, no campo de debates da Participação.

A PROMOÇÃO DO CAMINHAR

"Rio, modo de usar" era a manchete que intitulava uma das páginas da sessão de turismo da Revista Gol, nº 173, de agosto de 2016. A revista é deste tipo de publicação que fica à disposição nos bolsões das poltronas do avião durante o voo, uma opção de leitura rápida aos passageiros e turistas que viajam pela companhia área brasileira. As imagens e os pequenos parágrafos que compunham a página convidavam o leitor a consumir as atrações que movimentavam a capital carioca durante os Jogos Olímpicos de 2016. Entre os recorrentes anúncios - desta vez disfarçados em etiquetas que sugeriam experiências de cidade - eventos, produtos e serviços eram promovidos. Propunha-se partir de "Mochilão" pelas 50 casas olímpicas onde cada nação estaria promovendo a sua cultura. O visitante poderia optar por curtir um "Samba e muito mais" através da assinatura de um serviço digital de música online com trilhas exclusivas para ouvir nos principais pontos turísticos da cidade. Sugeria-se saborear "Energia" em um almoço tipicamente africano no recém-inaugurado *grastro lounge* da cidade e logo após, talvez seguir por um passeio pelo "Centrão", ilustrado ali, pelo mais novo *regalo* de Calatrava ao Rio de Janeiro. No lateral direita, a última das etiquetas apresentava um personagem conhecido: o "*Flâneur*" informava aos turistas que a cidade poderia ser melhor conhecida se a fizessem a pé. Os passeios saiam diariamente e eram orientados por guias bilíngues, divididos em sete roteiros temáticos com 4 horas de duração. Disponíveis enquanto durassem as Olimpíadas.

É no mínimo curioso se deparar com uma vitrine de experiências de cidade e de rua ofertada entre as nuvens. E até um tanto cômico perceber um personagem tão próprio das multidões, da despreocupação e do chão como porta voz de uma experiência em que espaço e tempo são pressupostos condicionados por roteiros temáticos e por horas de duração.

A figura do *Flâneur*, personagem literário recriado por Charles Baudelaire na Paris do século XIX, apesar de demonstrar fascinação pelo processo de modernização das cidades corrente na época, reagia com lentidão à velocidade imposta como crítica às grandes reformas urbanas. É aquele que caminha pela cidade para experimentá-la, que vaga pelas ruas a contemplar a vida e que "se perde voluntariamente, com um inebriante prazer, entre a alteridade e o anonimato da multidão" (JACQUES, 2012, p. 53). A *flanância*, o ser *Flâneur* e a própria *flanerie* configuram um imaginário bastante consolidado no debate moderno a respeito do caminhar nas cidades e apesar de ser comumente associado ao perambular, assume uma posição frente ao processo de modernização urbana evidenciando às consequências

das transformações no cotidiano das cidades - “Flanar é a distinção de perambular com inteligência” (DO RIO, 1997, p. 51).

Ao se apropriar superficialmente do personagem, a Revista acaba afastando-o da coerência que carrega em seu nome, e faz uso de uma faceta acrítica a serviço da venda da cidade pelo turismo. A errância inebriante traduzida nos versos de *Baudelaire* como qualidade inerente ao ser *Flâneur* é invalidada ao condicionamento do personagem à ideia de exploração de cidade por meio de roteiros temáticos com duração e condução pré-determinadas. O valor de troca perpassa o significado e faz da poética cotidiana mercadoria.

Se até mesmo o *Flâneur* já surge enquanto etiqueta de experiência, acessível aos dispositivos de captura mercadológicos e facilmente apropriado pelo discurso de uma grande empresa, seria possível entender o caminhar e o imaginário contemporâneo que o acompanha enquanto mercadoria ou tendência de mercado?

Não é de hoje que o debate a respeito da escala do pequeno, das possibilidades criativas do uso da rua no cotidiano das cidades e da experiência do caminhar em uma perspectiva crítica da vida urbana atravessa ideias, discussões e produções no campo do urbanismo e da produção de cidade, e se posiciona na contramão da lógica das intervenções e do planejamento urbano. E dentre aqueles que já levantaram questões a respeito deste imaginário, podemos citar desde autores que experienciaram a rua do século passado a práticas coletivas contemporâneas de retomada das cidades através da apropriação dos espaços públicos e das ruas.

Em A alma encantadora das ruas (1908) e em Vidas Vertiginosas (1911), João do Rio, pseudônimo do cronista carioca Paulo Barreto, já refletia sobre o impacto do automóvel no cotidiano do homem carioca mediante às transformações urbanas que Pereira Passos, o “*Haussman* tropical”, realizou no Rio de Janeiro entre 1902 e 1904. No final da década de 1950 e começo dos anos 1960, o movimento Internacional Situacionista propunha derivas pelas ruas de Paris - experimentações de errância voluntária e de crítica radical ao urbanismo moderno. Jane Jacobs, por meio de seu livro “A Vida e Morte das Grandes Cidades Americanas” de 1961, foi pioneira em contestar os princípios da Carta de Atenas[1] e reclamar a volta da ordem da cidade pela valorização do pedestre e da rua. Em 1980, o historiador e filósofo francês, Michel de Certeau, dedicou um capitulo de seu livro “A invenção do cotidiano, tomo 1: Artes de fazer ao andar na cidade” ao andar pela cidade “o que considera a forma mais elementar de experiência urbana” (JACQUES, 2012, p. 267).

Apesar da relação entre o caminhar e a produção de cidade atravessar décadas e se manter presente no tempo enquanto potência para a reflexão do campo, pode-se dizer que foi no início do século XXI que a discussão sobre a valorização da escala do pedestre se intensificou. “Agora, (...) podemos perceber os contornos dos vários e novos desafios globais que salientam a importância de uma preocupação muito mais focalizada na dimensão humana” (GEHL, 2000, p. 06). Dimensão Humana; Pedestrianismo; *Walkability*; Cidade para Pessoas; Pequena Escala; entre outros termos, conformavam naquele momento o foco da atenção do pensamento urbanístico e colocavam a experiência do caminhar em um lugar de tendência global na discussão acerca do planejamento das cidades.

Desde os anos 2000, por exemplo, grandes capitais globais, como Londres[2], Nova Iorque e Copenhagen mantem projetos urbanos voltados ao pedestre, visando uma melhor circulação de pessoas dentro da cidade. Grandes avenidas começaram a ser fechadas no mundo inteiro para usufruto de pedestres e ciclistas, entre os exemplos icônicos: a requalificação da Times

[1] A Carta de Atenas é o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933. A carta define o conceito de urbanismo moderno, traçando diretrizes e fórmulas que seriam aplicáveis internacionalmente.

[2] Entre eles estão o Walkable London (Londres caminhável) e o Legible London (Londres legível).

Square (2009-2017) em Nova Iorque, que transformou uma das áreas mais congestionadas da cidade em uma grande praça pública de mais de 9 mil metros quadrados; e a abertura da Avenida Paulista na cidade de São Paulo aos domingos e feriados em 2015, iniciativa que fez parte e foi propulsora do programa municipal Ruas Abertas, implementado sob a ação conjunta entre coletivos ativistas e o poder público.

Entre as publicações que repercutiriam no debate internacional, evidenciam-se o livro "Cidade para Pessoas" (2010) do arquiteto dinamarquês Jan Gehl, em que o autor nos convida a pensar cidade a partir da pequena escala; por Francesco Careri "Walkscapes: o caminhar como prática estética" (2002), publicação em que o arquiteto italiano apresenta a ideia do "andar a zonzo", zanzar, ziguezaguear, vagabundear; e *A history of walking* (2000) e *A field guide to getting lost (2005)* ambos da historiadora Rebecca Solnit, publicados nos EUA.

No que diz respeito ao debate nacional, fica impossível não contextualizar a discussão sobre o caminhar como crítica ao urbanismo sem recorrer ao círculo de debates que atravessaram o tema no Laboratório Urbano. As publicações "Apologia à deriva" de 2003 e "Elogio aos errantes" de 2012, de Paola Berenstein Jacques, coordenadora do grupo, assim como a pesquisa coletiva estabelecida entre 2011 e 2014 - "Experiências metodológicas para a compreensão da complexidade da cidade contemporânea" abordaram o caminhar em uma perspectiva crítica da vida urbana e enxergavam nessa prática "uma potente ferramenta de apreensão da cidade, mas também de ação urbana, na medida em que, ao tornar o lugar praticado, possibilita microresistências dissensuais" (JACQUES, 2012, p.315), capazes de desestabilizar processos de homogeneização nas cidades.

É possível inferir, então, que a efervescência no debate a respeito do caminhar e da construção de ideias que acompanhavam a temática tenha possibilitado o direcionamento de holofotes mercadológicos a uma discussão que estava acostumada a se colocar em contrapelo ao que geralmente reluzia no pensamento urbanístico tradicional.

Percebe-se, desde então, a apropriação de imagens, discursos e ideias associadas ao caminhar nas cidades por grandes empresas e até mesmo por projetos políticos repletos de intenções que muitas vezes escapam aos significados que tais referências carregam. Observa-se, por exemplo, a presença de caminhantes e manifestantes em campanhas publicitárias de grandes montadoras de automóveis[3] e incorporadoras imobiliárias[4] favorecendo o esvaziamento de pautas políticas através da associação direta do caminhar à produtos e ideais de cidade que oprimem, selecionam e diferenciam aqueles que estão aptos a usufruir da experiência do corpo na rua. Além disso, menções à experiência do caminhar e a "venda da experiência"

[3] Podemos citar a campanha publicitária "Vem pra rua" de 2013 da FIAT, em que a chamada a tomada das ruas é coordenada por uma montadora de automóveis. A propaganda se popularizou em um contexto da Copa do Mundo de Futebol e das manifestações de Junho de 2013 no Brasil. Naquele ano, a FIAT recebeu o prêmio de melhor empresa automobilística e melhor publicidade do ano. Disponível em: <https://revistaautoesporte.globo.com/Carro-do-Ano/noticia/2013/12/vem-pra-rua-da-fiat-ganha-premio-de-publicidade-do-ano.html> Acesso em 09 de fev. 2018.
Em novembro de 2016 a Chevrolet anunciava a campanha publicitária de lançamento do novo Chevrolet Tracker 2017 através hashtag #RetomarACidadeEh. Como parte da campanha de venda do novo automóvel, a Chevrolet realizou um círculo de debates intitulado "Tracker Talks The City" que propunha repensar a maneira de como nos apropriamos de nossas cidades, associando a "evolução das ruas" à venda de um "carro evoluído". Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Xp2H00SVZY4> Acesso em 09 de fev. 2018.

[4] Em 2016 a Gafisa, empresa líder no mercado imobiliário de alto padrão produziu uma série de produtos audiovisuais. "Cidade-se!" foi o conceito escolhido. O convívio democrático na rua, a ocupação do espaço público e as ruas fechadas para o pedestre aos domingos eram a pauta. A Praça Mauá, os museus de arquitetos renomados e os megaeventos constituíam o cenário. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCjdvK-jhuEsB9m5o4p61XDA> Acesso em 09 de fev. 2018.

pelo turismo[5] são facilmente encontradas em ações encabeçadas tanto pelo Estado quanto pelo mercado, em que a *flanerie* é associada aos *walking tours* e a *experience*[6] se torna slogan de autenticidade e alteridade urbana.

Percebe-se um suposto chamado das ruas, um ativismo traduzido em consumo, que é veiculado massivamente em propagandas, discursos políticos e até mesmo em pautas de governo. Ao consumidor se oferece a possibilidade de compra de uma lógica de alteridade urbana que se legitima pela associação a referências consolidadas, mas que no entanto por ser veiculada de maneira rasa e superficial, acaba contribuindo para a banalização do discurso.

Em "Confluência perversa, deslocamento de sentido e crise discursiva" (2004), Evelina Dagnino delineia os contornos de uma disputa de discursos e imaginários mediante a instalação do projeto neoliberal na américa latina nas últimas décadas. Um momento marcado pela utilização de referências comuns como linguagem corrente aponta para a crise discursiva elucidada, uma vez que a homogeneização do vocabulário "obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos" (DAGNINO, 2004, p. 198) e oferece o risco de servir aos objetivos de projetos que lhe são incompatíveis.

Segundo Dagnino, tal crise discursiva resulta de uma confluência perversa entre um processo de alargamento da democracia, que se expressa na crescente participação da sociedade civil em processos de emancipação política, e na emergência de um "projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil" (Ibidem, p. 197). A perversidade se faz presente uma vez que, mesmo apontando, em direções opostas sob intenções até antagônicas, ambos os projetos partem de referências aparentemente comuns como participação, cidadania e democracia, mas que se examinadas com cuidado, escondem distinções e divergências fundamentais.

Afim de contribuir para a diluição da crise discursiva instaurada e revelar os obscurecimentos que ela tem provocado, elege-se neste artigo a apropriação da "Tática", formulação construída por Michel De Certeau (1980), pelo urbanismo tático como exemplo de deslocamento a ser analisado. Em um esforço para evidenciar as diferenças desses dois projetos, que além do uso de uma mesma palavra compartilham do elogio à rua e ao caminhar, busca-se acessar o que se esconde e o que se pode revelar de tal relação.

A TÁTICA DE MICHEL DE CERTEAU E O urbanismo EXTRA SMALL

Em "A invenção do cotidiano" (1980), Michel de Certeau constrói uma narrativa de elogio ao caminhante presente desde a dedicatória do livro ("Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável"), que atravessa a leitura da obra por completo mas que acaba culminando no capítulo "Caminhadas pela cidade" em que o autor nos conta "daqueles que experimentam a cidade, que a vivenciam de dentro – ou 'embaixo' como ele diz, referindo-se ao contrário da visão aérea, do alto, dos urbanistas através dos mapas" (JACQUES, 2012, p.267).

> *Mas "embaixo" (down), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade.* **Forma elementar dessa experiência***, eles são caminhantes, pedestres, Wandersmanner, cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um "texto" urbano que escrevem sem poder lê-lo (DE*

[5] No portal do Ministério do Turismo do Governo Federal (www.turismo.gov.br) é possível acessar o projeto "Economia da Experiência" que visa conduzir a monetização e a valoração de produtos turísticos agregando a eles o conceito de "Experiência". No mesmo portal, os passeios a pé são apresentados como nova tendência de experiencia no turismo brasileiro.

[6] O site AirBnb (www.airbnb.com.br), portal de aluguel de quartos e hospedagens em todo o mundo, também oferece desde 2016 a venda de "experiences". As "caminhadas culturais" são uma das categorias de experiência disponíveis em diversos destinos. Os valores variam em média de R$90 a R$200 por duas horas de caminhada.

CERTEAU, 1994, p. 157, grifo nosso).

Para De Certeau, ao jogar o jogo dos passos os caminhantes tecem os lugares. E é o pedestre que ao se movimentar efetivamente faz a cidade. Ao rodar e girar segundo a lei anônima das ruas, o corpo joga ao mesmo tempo que também é jogado. E nessa brincadeira de produzir cidade com os pés, o caminhante além de tornar efetiva algumas "possibilidades fixadas pela ordem construída" (Ibidem, p.165) (ao seguir por caminhos projetados e reconhecidos) também é capaz de aumentar as possibilidades (ao criar atalhos e desvios).

Em Elogio aos Errantes (2012), Paola Berenstein Jacques associa diretamente a prática cotidiana dos praticantes ordinários das cidades, em referência direta aos caminhantes de De Certeau, à formulação também construída pelo filósofo francês no mesmo livro, ao qual ele nomeia de "tática" numa oposição à ideia de "estratégia".

> *As práticas cotidianas dos praticantes ordinários, como as dos errantes, são do tipo tática – estão diretamente relacionadas com a experiência urbana do 'embaixo', com o 'corpo a corpo amoroso' –, enquanto as estratégias 'escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder' que sustenta os espaços. São duas lógicas de apreensão da cidade, da experiência urbana, que coexistem:* **a estratégica, do urbanismo e planejamento hegemônico – hoje também chamado, não por acaso, de planejamento estratégico** *–, daqueles que produzem os espaços a partir da vista aérea, dos cálculos objetivos e do poder que os sustenta;* **e a tática, astúcia daqueles que cotidianamente praticam o espaço, usando-o, desviando-se, profanando-o, subvertendo-o: jogam com o espaço dado** *(JACQUES, 2012, p. 268, grifos nossos).*

Ao contrário da estratégia, desenhada como um gráfico que o olho pode dominar, a tática se ilustra na astúcia e "sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, o ato de aproveitar a 'ocasião'" (DE CERTEAU, 1994, p.46). A tática é a vitória do "fraco" sobre o mais "forte", é o escape ao sistema, ao passo que a força da estratégia se faz no poder que a sustenta, guardado pelo lugar próprio ou da instituição.

A discussão de "tática" *versus* "estratégia" em um debate no campo do urbanismo vem sido retomada nos discursos propagadas pelo urbanismo tático nas últimas décadas. Em referência direta a formulação de Michel de Certeau, os "urbanistas táticos" associam a ideia de "estratégia" às "ultrapassadas" políticas governamentais de planejamento urbano, e atribuem à "tática" o poder transformador das cidades movido de dentro para fora pelos cidadãos. Apesar de fazer uso da dialética dicotômica entre os termos, o urbanismo tático entende que "o governo pode – e deve – trabalhar mais taticamente assim como os cidadãos podem aprender como trabalhar mais estrategicamente. Estratégias e táticas tem portanto igual valor e devem ser usadas em conjunto" (LYDON, GARCIA, 2015, p.10).

Sendo assim, se faz importante investigar as ações do urbanismo tático, para além de questionar e disputar a utilização do termo, mas afim de refletir em que contextos e à sombra de quais interesses as ações e práticas ditas "táticas" constroem cidade e de fato se mantem coerentes ao significado e a construção das ideias de Michel de Certeau.

A dita falência dos projetos estatais de urbanização por vezes reproduzida, divulgada e até mesmo comemorada brinda o engajamento dos coletivos ativistas, arquitetos, urbanistas e designers dispostos a representarem a sociedade civil em reclames pontuais pelo direito à cidade através da organização, realização e manutenção de ações e intervenções no espaço público. Tais práticas urbanas de abordagem voluntária, em colaboração com o Estado e/ou a iniciativa privada, realizadas em curto prazo e geralmente mobilizadas de "baixo para cima" são assumidamente associadas à chancela do urbanismo tático.

Celebrado como potente alternativa ao planejamento urbano moderno, o urbanismo tático surge associado a um contexto de crise de governança e

das possibilidades e potencialidades que emergem das tentativas por parte de indivíduos e grupos sociais em encontrar formas de construir uma vida decente em um ambiente decente de vida (HARVEY, 2015).

Dentre as recentes reflexões e formulações interpretativas acerca do tema, aquelas que partem em defesa e afirmação do conceito constroem argumentos por meio dos ideais de descentralização; maleabilidade e abertura; participação popular e reapropriação do espaço público, e costumam convencer através da crítica à burocracia e ineficiência dos modelos de gestão pública.

Parklets; hortas urbanas; intervenções artísticas em ruas e calçadas; *food trucks*; cadeiras e sombreiros de praia no asfalto; faixas de pedestres improvisadas; mobiliários urbanos de pallet e ruas abertas aos pedestres são alguns exemplos do ilimitado espectro de ações colaborativas de atuação no espaço público e de produção de cidade vinculadas ao urbanismo tático. Entende-se que à frente dessas intervenções devam estar cidadãos ou coletivos ativistas, que em um movimento "de baixo para cima" proponham e liderem pequenas transformações em seus espaços de sociabilidade, e que a depender do impacto de tal construção coletiva e da capacidade de tais intervenções alertarem a consciência publica, as ações de urbanismo tático deixem a efemeridade e assumam uma natureza permanente.

Apesar do discurso elogioso, a série de quatro publicações coordenadas pelos urbanistas americanos Mike Lydon e Antony Garcia – "Urbanismo tático: ação a curto-prazo para mudança a longo-prazo" (2011; 2012; 2013; 2014) promoveu a difusão do urbanismo tático através da exposição de experiências nos Estados Unidos, América Latina, Austrália e Nova Zelândia, e constitui um importante meio de divulgação e consolidação da lógica do "faça-você-mesmo".

Entre as primeiras iniciativas dos urbanistas táticos nos EUA está a implementação do "*Bike Miami Days*" em novembro de 2008. O evento pioneiro em fechar as ruas para pedestres e ciclistas na cidade foi propulsor de inúmeras outras iniciativas conjuntas de Lydon e Garcia, a exemplo de workshops e seminários sobre o tema, que vieram a culminar na publicação dos livros citados anteriormente e na popularização do termo.

Apadrinhados por Andrés Duany, arquiteto e urbanista americano fundador do Congresso do Novo Urbanismo e ex-chefe de Lydon, os *tacticians* conduziram o urbanismo XS (*Extra Small*[7]) em uma rápida ascensão à tendência de urbanização global. O padrinho e novo-urbanista atribui o brilhantismo do urbanismo tático ao fato de tais ações terem sido capazes de reformular a oposição pública e privada em um propósito comum. E enxerga a recuperação do processo "frustrado e frustrante"[8] de participação pública a medida que se estabelece confiança nas manifestações do urbanismo tático.

Em 2015, o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA) exibiu a exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities* [Crescimento desigual: urbanismo tático para megacidades em expansão], abrindo espaço para a tendente presença de discussões acerca do urbanismo tático em eventos e exposições internacionais[9]. O catálogo da exposição, organizado pelo curador do MoMA, Pedro Gadanho, conta com artigos de arquitetos e críticos de renome, a exemplo de Saskia Sassen, David Harvey e Ted Cruz, e contribuiu para a consolidação do urbanismo tático como assunto

[7] Em referência a formulação de Rem Koolhaas - S, M, L e XL - no livro homônimo de 1995, acerca das categorias de urbanismo do século vinte e um.

[8] Em referência a trecho do prólogo de Andrés Duany - "The frustrated and frustrating process of public participation begins skeptically and tentatively and then picks up as confidence is reestablished with Tactical Urbanist demonstrations" - retirado do prefácio do livro Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change de 2015.

[9] Das quais podemos destacar também o pavilhão dos Estados Unidos na Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza de 2012 com a mostra intitulada Spontaneus Interventions: Design Actions for the Common Good. A exposição exibiu 124 projetos, sendo a maioria deles informais e espontâneos.

recorrente nas discussões de urbanização e produção de espaço na cidade contemporânea.

Dando seguimento às reflexões construídas a partir da *Uneven Growth* e disponibilizadas pelo MoMa na página da mostra, o professor de Teoria Urbana na *Harvard Graduate School of Design* (GSD), Neil Brenner, explicita uma série de contradições no discurso e nas ações alternativas dos projetos urbanísticos apresentados na exposição. "À medida que a busca por novas abordagens para reorganizar nosso futuro urbano planetário coletivo ganha urgência crescente, esses discursos amplamente afirmativos em torno de um urbanismo tático exigem um exame crítico" (BRENNER, 2016).

O professor centra sua crítica na noção construída pelos comentaristas envolvidos na referida mostra, que apresenta as ações do urbanismo tático como alternativa aos paradigmas modernista-estatista e neoliberal de intervenção urbana. A justificativa apresentada nos comentários faz uso do selo da participação democrática como legitimador de intervenções bem-intencionadas em defesa da coesão social e aplaude a espontaneidade de ações supostamente não programadas e construídas "de baixo pra cima". No entanto, "não se pode simplesmente presumir que, por causa de suas lógicas operacionais ou orientações político-normativas, as intervenções táticas vão de fato contra-atacar o urbanismo neoliberal" (BRENNER, 2016).

> *Em alguns casos, os tipos de urbanismos táticos parecem mais propensos a reforçar os urbanismos neoliberais, aliviando-os temporariamente, ou talvez simplesmente deslocando alguns de seus efeitos sociais e espaciais perturbadores, mas sem interromper os regimes básicos associados a um desenvolvimento urbano – tudo isto sem desafiar a confiança fundacional das instituições governamentais que sustentam o projeto neoliberal (BRENNER, 2016).*

Ao assumir a diminuição do papel das instituições públicas e ao aliviar algumas falhas de governança o urbanismo tático internaliza e acaba reforçando uma agenda neoliberal, contribuindo para o seu enraizamento e consolidação. Surge e atua em espaços de neutralidade, que não são nem funcionais nem perturbadores ao projeto neoliberal, e coexiste, por vezes, sem questionar a que tipo de relações e posicionamentos políticos suas ações alimentam.

A municipalidade, por sua vez, encontra no urbanismo tático uma estratégia de redução de gastos e de repasse da responsabilidade pública à sociedade civil e ao mercado. Logo, grandes empresas e corporações abraçam a oportunidade de se disfarçar de pequeno e de se aproximar ainda mais do cotidiano dos consumidores. Em um movimento de produção de certas maneiras de se relacionar e de criar subjetividades, o neoliberalismo intenciona a naturalização de uma norma de vida que mina a lógica das instituições e coloca em disputa o lugar do Estado (DARDOT, LAVAL, 2016).

O esforço por desenhar ou acessar camadas outras na atuação na produção de urbanismo tático nos espaços públicos objetiva limpar a vista ou pelo menos organizar as inúmeras imagens construídas por meio de um compartilhamento de referências adversas. Apesar do cenário nebuloso, também decorrente da simultaneidade entre o lançar dos dados e a consciência do estado de jogo, fazer da tática uma estratégia parece ser uma forma de avançar na disputa.

A DISPUTA PELO LUGAR DO ESTADO

Apesar da associação entre financeirização, Estado e planejamento urbano ainda nos levar a reflexões acerca do Planejamento Estratégico[10], que por sua vez carrega a lógica neoliberal na maneira como submete as cidades às

[10] "O plano estratégico de desenvolvimento, experimentado pela cidade de Barcelona, em vias da realização dos Jogos Olímpicos de 1992, instaurou um modelo de gestão urbana copiado e editado, e também criticado em todo o mundo não apenas pelas mudanças físicas na paisagem e vida urbana, mas principalmente por seus efeitos sociais" - retirado de Verbete da Cronologia do Pensamento Urbanístico, disponível em: http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1267&langVerbete=pt. Acesso em 09 de maio. 2018.

mesmas condições e desafios que as empresas, e que ainda é uma realidade nas plataformas de governo de inúmeras cidades brasileiras, a discussão sobre a mercantilização da vida e a constatação do estreitamento da relação entre capital e produção de cidade não cessa nos moldes da cidade pátria-empresa-mercadoria[11].

No entanto, diante da complexa teia de relações entre capital e Estado, entender as reflexões sobre processos urbanos já consolidados pode contribuir na percepção do avanço do projeto neoliberal na disputa pelo lugar do Estado. Partir do que se conhece a respeito do Planejamento Estratégico pode ser estratégico na tentativa em delinear o lugar em que o urbanismo tático se insere em um contexto de mercantilização da vida cotidiana, por meio da constatação de manobras inéditas ou da identificação das principais diferenças discursivas entre tais processos distintos.

A cartilha[12] do Planejamento Estratégico regulamenta o papel de cada uma das esferas envolvidas no processo de urbanização das cidades: a iniciativa privada surge como provedora de recursos e balizadora das intenções; o Estado assume o papel de gerir tais parcerias e tirar o máximo proveito delas; e da sociedade civil se espera a confirmação do sucesso do projeto por meio da conquista de um amplo "consenso citadino", atribuindo à participação popular a função de legitimação de interesses maiores.

Ainda que, o Planejamento Estratégico tenha sido construído com o intuito de "ocupar o trono deixado vazio pela derrocada do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário" (VAINER, 2000) de planejamento

[11] Em referência a célebre crítica "Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano" de Carlos Vainer, publicada em "A cidade do pensamento único: desmanchando consensos" em 2000, escrito em conjunto com Otília Arantes e Ermínia Maricato.

[12] Em referência a "As Cidades e o Planejamento Estratégico: uma Reflexão Europeia e Latino-Americano" de Jordi Borja, publicado em 1996, em que o autor descreve o passo-a-passo na implantação do modelo Planejamento Estratégico na América Latina.

urbano e que as parcerias público-privada garantam ao mercado poder de decisão sobre os espaços públicos, o discurso pregado todavia assegura ao Estado um lugar de gestão e operação das manobras estratégicas.

Com o avançar das fases e a conformação da lógica que passa ao urbanismo tático a vez na partida, esbarramos em uma mudança significativa na leitura das regras do jogo. Concede-se, agora, certa vantagem a atuação da sociedade civil por meio de um persistente discurso de desvalorização do Estado e da necessidade de recuperação do processo de participação pública.

O pressuposto para o surgimento do urbanismo tático que fundamenta a atuação de uma classe criativa nas ruas e nos espaços públicos é a total incapacidade do Estado em atender as necessidades de seus habitantes. A lógica máxima do "faça-você-mesmo" não só admite a falência da gestão pública como também justifica a tomada de responsabilidade urbana por parte da sociedade civil e do mercado. Aqui, diferente do Planejamento Estratégico, a tarefa de firmar alianças e o poder de decisão sobre o espaço público é aparentemente entregue à sociedade civil, através de um discurso de "propósito comum".

Em "A nova razão do mundo" (2016), Pierre Dardot e Christian Laval atribuem parte do sucesso e do predomínio do neoliberalismo enquanto sistema normativo dotado de certa eficiência, à capacidade de "orientar internamente a prática efetiva dos governos e das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não tem necessariamente consciência disso" (DARDOT, LAVAL, 2016, p.15).

Em um movimento de produção de subjetividades que estende fundamentos como a racionalidade e a competitividade a uma maneira de viver e de agir do indivíduo, o neoliberalismo visa obter um autogoverno do governado, isto é, produzir certo tipo de relação deste consigo mesmo.

> *o governo requer liberdade como condição de possibilidade: governar não é governar contra a liberdade ou a despeito da*

> *liberdade, mas governar pela liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que esses venham a conformar-se por si mesmos a certas normas (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 18-19).*

O neoliberalismo compreende o empoderamento da sociedade civil e a motivação dessas "milhões de pessoas" com as possibilidades de liberdade e de autogoverno como estratégia na disputa pelo lugar do Estado. As ações da sociedade civil que lhe convém são mantidas e tem sua existência permitida.

É por isso e por outros motivos que a reflexão e questionamento crítico acerca da complexidade da produção da cidade contemporânea se faz necessária, quais sejam os vínculos e atores envolvidos nos mais diversos campos de atuação. Desconfiar de discursos amplamente afirmativos e de ações participativas em espaços públicos repletas de boas intenções, que apesar do intuito genuíno de criar ambientes decentes de socialização nas cidades, por exemplo, acabam internalizando agendas políticas de privilégio para poucos e contribuindo para o avanço do neoliberalismo no cotidiano das cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Na ausência de margens de manobra, o confronto político com o sistema neoliberal enquanto tal é inevitável. Mas esse confronto também é problemático, porque é difícil reunir as condições em que ele se dá" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8). Sabe-se da dificuldade em lidar com um sistema que de tudo se apropria e em que tudo vê vantagem, e pode parecer não valer a pena lutar se até mesmo a resistência já aparece no discurso e nas ações daqueles que promovem a desigualdade, a competição e o consumo.

Sobretudo cabe atentar também ao contexto político em que cada ação ou intervenção no espaço público se dá, percebendo as particularidades das dinâmicas de cada caso. É importante ter a consciência de que em um processo de imbricamento de lógicas opostas, ambos os lados da disputa são potentes, e que apesar do risco de adentrar em campos adversários, a possibilidade de transformação é real e deve ser encorajada.

Neste sentido, as possibilidades de transformação no fazem perceber que até mesmo a crítica, por vezes, precisa esperar ou ser dosada, em um movimento de precaução, evitando que seja ela também usada a favor daquilo a que não se destina. No entanto, em um contexto político marcado por contradições e lógicas que operam através da sobreposição de outras lógicas, colocar-se em constante questionamento assume uma posição de desafio. E seguir desafiando, experimentando e descobrindo formas outras de enfrentar o sistema pode ser de fato fazer uso da tática na tentativa de construir outras margens de manobra possíveis.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília B. **F.** Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRENNER, Neil. **Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal? E-metropolis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 27, p.6-18, dez. 2016. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/027/original/emetropolis27.pdf?1485998410>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?.** In: GARCIA, Illia e MATO, Daniel (coords.). **Políticas de Ciudadania y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización**. Caracas: UCV, 2004.

DARDOT, Pierre.; **LAVAL, Christian. A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1.** artes de fazer, original de 1980. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994

DO RIO, João. **A Alma Encantadora das Ruas.** Organização de Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GADANHO, Pedro. **Uneven Growth: Tactical Urbanism for Expanding Megacities.** Nova Iorque: The Museum of Modern Art, 2014.

GEHL, Jan. **Cities for People.** Washington: Island Press, 2010.

HARVEY, David. **A crise da urbanização planetária.** 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/10/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planetaria/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes.** EDUFBA: Salvador, 2012.

LYDON, Mike, & GARCIA, Antony. **Tactical Urbanism vol. 1**: Short-term Action for Long-term Change. Washington: Island Press, 2011.

os Impactos morfológicos dos grandes projetos urbanos: A Operação Urbana Torres do Santa Tereza

JACOMINI, ANDRÉ ALVES (1); FREITAS, DANIEL MEDEIROS DE (2).

1. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, ajacomini@ymail.com

2. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, danielmedeirosdefreitas@gmail.com

Resumo

O trabalho discute os impactos do Grande Projeto Urbano Operação Urbana Simplificada Torres do Santa Tereza, enfatizando suas caraterísticas morfológicas e as relações políticas, sociais e econômicas observadas ao longo da concepção, licenciamento e implementação do projeto. Tendo como recorte espacial os bairros Santa Tereza e Santa Efigênia, a análise da Operação Urbana Simplificada Torres do Santa Tereza destaca a interface da proteção da condição de urbanidade do bairro, inserido em uma Área de Diretrizes Especiais, e o contexto de neoliberalização da política urbana local. A proposta urbano-arquitetônica iniciada em 2012, na tentativa de aprovar o "maior prédio da América Latina", vem enfrentando uma série de resistências de grupos que defendem a preservação do bairro e população do entorno imediato, processo que provocou uma série de adaptações do projeto. Hodiernamente, o partido se pauta na interligação viária entre a rua que dá acesso ao empreendimento e a Av. dos Andradas e na previsão de praças públicas que buscam justificar o interesse público necessário para se estabelecer o processo de operação urbana. A problemática se estabelece frente aos reflexos sócio-espaciais e político-econômicos desse tipo de intervenção de larga escala sobre áreas protegidas e detentoras de dinâmicas urbanas singulares. Esta influência se apresenta como um aparato de práticas e instituições que referendam uma ordem pautada pela injeção de capital interessado em retorno financeiro imediato por meio de estruturas urbanas que promovem rupturas espaciais e temporais de alto impacto sobre dinâmicas urbanas locais.

Palavras-chave: *Grandes Projetos Urbanos, Torres Santa Tereza, Operação Urbana, Morfologia Urbana, Belo Horizonte*

Introdução

O trabalho é fruto de uma discussão mais ampla, que vem analisando o campo de poder que estrutura a produção de Grandes Projetos Urbanos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A análise a seguir se concentra nas características físico-morfológicas desta escala de projeto e ao modo como estas intervenções materializam relações específicas de poder na produção do espaço urbano, tanto simbólicas, quanto financeiras.

O estudo de caso escolhido é a Operação Urbana Simplificada – OUS Torres do Santa Tereza, GPU caracterizado pelo embate entre interesse público e privado e pela desarticulação entre o projeto e as especificidades de proteção do contexto em que se insere. A injeção de capital nesta localidade, até então abandonada, dialoga com recente valorização fomentada pela inserção de importante corredor viário; implantação de grandes empreendimentos, tais como o complexo do Boulervard Shopping; e da articulação com diversos instrumentos de escalas municipal e regional, como a Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Leste-Oeste – OUC ACLO.

Parte-se neste artigo do pressuposto de que a forma urbana resulta de impactos contínuos da vida de uma sociedade em um espaço, de maneira dinâmica, sendo palco de processos sociais de estagnação ou progresso, em diversos setores, tais como políticos-culturais ou econômicas. Essa reação se estabelece de maneira multiescalar, em virtude da pluralidade da abrangência e ação dos diversos agentes envolvidos na constituição de um dado espaço urbano, moldado a partir da convivência dos antagonismos que permeiam na sociedade e pelas diferenciações que as pessoas ostentam, tanto pela subjetividade e individualidade, quanto as formadas pela própria vida social. Assim, considera-se que cada intervenção se apresenta como um ambiente de discussão e liberdade ou de confronto ideológico e tensões sociais, a partir da lógica da concepção do espaço como meio em que é exercido o poder pelos agentes sociais. Em ambos os casos, ele se torna político e está atrelado intrinsecamente com a constituição da sociedade.

Cabe resgatar para a discussão que se propõe o conceito de *Bigness,* desenvolvido por Rem Koolhaas (1995), que se debruça sobre o poder transmitido pela condição do projeto e da inserção urbana no momento em que afirma que a morfologia é capaz de transmitir um ideal abstrato de hierarquia social. Para o autor, o "*Bigness* gera uma distribuição arbitrária e exacerbada de espaços de circulação, diminui distâncias, artificializa interiores, reduz massas e estende dimensões" (KOOLHAAS, 1995)

Os empreendimentos que se enquadram neste conceito são marcados pela desarticulação com o enredo e a historicidade local, usufruindo da arquitetura como modo de veiculação e reafirmação do poder socioeconômico e não do tratamento da escala humana e da inserção do usuário. As Torres do Santa Tereza exemplificam essa teoria ao serem concebidas como salas genéricas, espaços sóbrios e neutros frente ao contexto complexo e único do bairro Santa Tereza. A proposição dos espaços abertos que monumentalizam um empreendimento de concepção plástica icônica evidencia a teatralidade e espetacularização da forma edilícia, tendo a fluidez espacial de pedestres e veículos, pelas praças e ponte respectivamente, como potencializadores do discurso.

O artigo se divide em três partes. A primeira contextualiza o projeto em estudo e o enquadramento no aparato legislativo municipal. A segunda descreve as alterações projetuais frente aos seus condicionantes, principalmente em relação aos movimentos de resistência e a repercussão midiática das diversas propostas. Finalmente, a terceira apresenta críticas acerca das dimensões espaciais e institucionais decorrentes das Torres do Santa Tereza.

1. O empreendimento

A OUS das Torres do Santa Tereza, também chamado pelo empreendedor privado de projeto Praça da Cidade, é uma iniciativa coordenada pelo poder público municipal de implantação de um grande empreendimento comercial e de serviços localizado na Rua Conselheiro Rocha, 1.400 no bairro Santa Tereza em parceria com o Grupo PHV Engenharia (FIGURA 01). O atual terreno de inserção do projeto é indiviso e soma uma área total de 35.522,69m², tendo a linha férrea como delimitadora do fundo, os lotes vizinhos como limites laterais e a frente voltada para a área central da cidade em entorno em processo de valorização. As únicas edificações presentes no terreno são: um centro esportivo em funcionamento e alguns galpões desativados que serão demolidos.

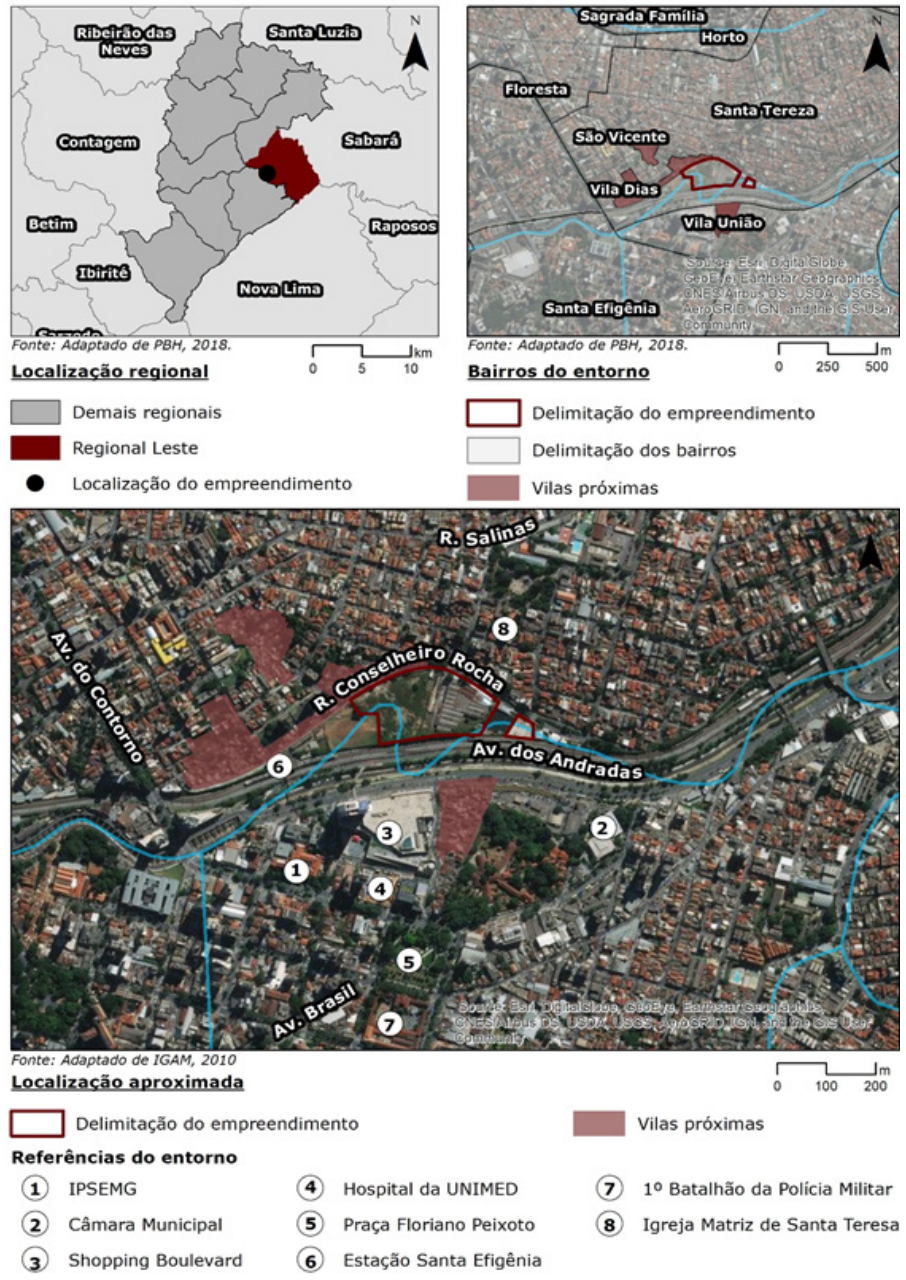


Figura 01. Mapa de Localização da OUS das Torres do Santa Tereza

O uso do instrumento OUS se dá pela necessidade de flexibilização dos parâmetros urbanísticos definidos para a localidade na Lei nº 7.166/96 – Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Belo Horizonte e suas alterações, a fim de viabilizar e intensificar o potencial construtivo projetual. Por Operação Urbana, a Lei 9.959, de 20 de julho de 2010, que alterou a Lei 7.165/96 – Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, adota definição semelhante ao Estatuto da Cidade, mas cria um instrumento mais específico denominado Operação Urbana Simplificada:

> *Art. 65 - Operação Urbana é o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Executivo Municipal, com a participação de agentes públicos ou privados, com o objetivo de viabilizar projetos urbanos de interesse público, podendo ocorrer em qualquer área do Município. [...]*
>
> *Art. 66 - A Operação Urbana Simplificada, sempre motivada por interesse público, destina-se a viabilizar intervenções tais como: I - tratamento urbanístico de áreas públicas; II - abertura de vias ou melhorias no sistema viário; III - implantação de programa habitacional de interesse social; IV - implantação de equipamentos públicos; V - recuperação do patrimônio cultural; VI - proteção ambiental; VII - reurbanização; VIII - amenização dos efeitos negativos das ilhas de calor sobre a qualidade de vida; IX - regularização de edificações localizadas em área não parcelada oficialmente. IX - regularização de edificações e de usos; X - requalificação de áreas públicas. (BELO HORIZONTE, 2010)*

Necessário destacar que, para justificar uma Operação Urbana Simplificada, é necessário comprovar interesse público atrelado ao empreendimento e à flexibilizações dos parâmetros urbanísticos. Para as Torres do Santa Tereza, o interesse apresentado pelo executivo municipal foi formulado a partir do compromisso com a melhoria da mobilidade urbana, favorecendo a articulação entre os bairros Santa Tereza e Santa Efigênia, ao longo da linha férrea que acompanha a Av. dos Andradas e a implantação de uma grande área de fruição pública no entorno do empreendimento. As flexibilizações demandadas mais que quintuplicam o coeficiente de aproveitamento máximo e reduzem à metade os afastamentos laterais e de fundo mínimos estipulados para a localidade (QUADRO 01).

Quadro 10 – Parâmetros urbanísticos - Torres do Santa Tereza

Parâmetros da legislação vigente a serem flexibilizados pela OUS	
Coeficiente de aproveitamento (CA): 1,0 para edificações não residenciais	Taxa de permeabilidade 20%
Resumo de áreas e parâmetros do projeto	
Coeficiente de aproveitamento: 4,13	Número de vagas: 1.300
Área do terreno: 24.413,14m²	Área Líquida: 100.800,00m²
Área permeável: 3.230,00m² (13,23%) sobre terreno natural e 1655,00m² (6,77%) de jardineiras	

Fonte: Adaptado de PHV, 2017.

Sobre o processo para a realização da Operação Urbana Simplificada (QUADRO 02), a atuação pública ocorre majoritariamente pela ação da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano – SMAPU, que emite os pareceres referentes à condição de interesse público, necessário para o enquadramento na OUS, e as diretrizes urbanísticas para o empreendimento em questão.

Quadro 02. Etapas para implementação de uma OUS na Prefeitura de Belo Horizonte

Etapa	Descrição	Responsabilidade
1ª	Protocolo de caracterização da OUS	Empreendedor
2ª	Emissão do parecer da SMAPU – configuração de interesse público e diretrizes urbanísticas	Poder executivo
3ª	Elaboração dos estudos de impacto urbanístico e de repercussões do empreendimento na vizinhança	Empreendedor
	Apresentação da proposta completa de OUS	
	Estudo de viabilidade econômica e financeira	
4ª	Emissão do parecer pela SMAPU – condições da OUS, contrapartida e parâmetros urbanísticos	Poder executivo
5ª	Audiência Pública	Empreendedor: Divulgação, publicidade e organização
		Poder Executivo: Convocação pelo Compur
6ª	Assinatura do Termo de Conduta Urbanística - TCU	Empreendedor e Poder Executivo
7ª	Encaminhamento do Projeto de Lei – PL à Câmara Municipal	Poder executivo
	Viabilização da Contrapartida	Empreendedor
	Aprovação do projeto	Poder executivo
	Monitoramento do cumprimento dos requisitos urbanísticos	Empreendedor e Poder Executivo

Fonte: Adaptado de BELO HORIZONTE, 2018.

Quando da elaboração desse artigo, o processo ainda estava em trâmite na SMAPU com as deliberações acerca da flexibilização dos parâmetros urbanísticos (QUADRO 03). Posterior à apreciação da SMAPU, caso sejam acatadas as flexibilizações demandas por parte do empreendedor, são traçadas as contrapartidas sociais a serem realizadas e o aporte financeiro.

Quadro 03. Etapas e agentes envolvidos na OUS das Torres do Santa Tereza

Etapa	Agentes públicos	Objetivo
Operação Urbana Simplificada – em andamento	SMAPU	Flexibilização de parâmetros urbanísticos
Aprovação junto ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH)	CDPCM-BH FMC	Definir premissas de projeto com menor impacto no patrimônio histórico e cultural do município
Licenciamento Ambiental -obtenção das licenças prévia e de instalação (LP e LI) subsequentes	SMMA SMARU BHTrans SUDECAP	Analisar a viabilidade do empreendimento do ponto de vista ambiental e urbanístico, definir projetos e medidas mitigadoras e compensatórias para estes impactos
Aprovação de projetos de parcelamento e edificação	SMARU	Aprovar os projetos de acordo com a legislação vigente

Fonte: Adaptado de PHV, 2017.

A sugestão de contrapartida informada pela PHV está na faixa de 16 milhões de reais, tendo a destinação recomendada da contrapartida para a aplicação do Plano Global Específico – PGE da Vila Dias, a construção de uma Unidade

Municipal de Educação Infantil – UMEI e a interligação viária em cima da linha férrea. O PGE é um plano desenvolvido pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL de 2013, que serviu para levantar diversas problemáticas da forma de assentamento da Vila Dias. Foram traçadas diretrizes que se atrelam, por exemplo, à implantação de espaços de convivência e reassentamento das populações que se encontram em áreas de risco.

Além da tramitação da aprovação do projeto pelo poder executivo municipal e pelos agentes públicos envolvidos no processo, diversos outros estão envolvidos na controvérsia das Torres do Santa Tereza (QUADRO 04). Por parte da equipe empreendedora, a PHV Engenharia, o escritório FarKasVölGyi, a Aliansce Shopping Centers e NRG Empreendimentos detém o interesse local da valorização da terra e da projeção da localidade, que vise o aquecimento do poder financeiro e o fluxo mais dinâmico de pessoas e capital. Já no âmbito da população, os habitantes dos bairros formais do entorno, os moradores das vilas e o Movimento Salve Santa Tereza representam a camada envolvida que mais absorverá os impactos violentos nas modificações da forma de vida e apropriação da localidade.

Quadro 04. Agentes envolvidos na OUS das Torres do Santa Tereza

Ação	Outros agentes	Envolvimento
Empreendedorismo	PHV Engenharia	Responsável legal e pela construção do empreendimento
Projeto arquitetônico	FarKasVölGyi	Responsável pelo projeto arquitetônico, adaptações e quem da relevância e destaque para a obra, uma vez que é um grupo renomado de arquitetura
Contestação dos diversos projetos	Movimento Salve Santa Tereza	Manutenção e preservação das qualidades físico-morfológicas locais com respaldo legislativo da Lei 8.137/00
Habitam no bairro próximo ao empreendimento	População do bairro Santa Tereza	Influência na morfologia, paisagem, fluxo de veículos e pedestres, ...
Influência nos processos de licenciamento	Prefeitura de Belo Horizonte	Responsável pelos trâmites inicias do projeto, especialmente na personificação do ex-prefeito Márcio Lacerda
Administração e financiamento do Boulevard Shopping	Aliansce Shopping Centers e NRG Empreendimentos	Terá suas terras e empreendimentos valorizados em virtude da implantação de infraestrutura e requalificação regional
Administração da linha férrea e estações do metro	Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU	Terá impactos na provisão dos serviços e deverá dar anuência em relação às intervenções próximas de linhas férreas
Impacto no trânsito e reformulações da via	Transeuntes e veículos	Inserção de novas possibilidades de trânsito
Veiculação de informações de forma mais generalizada	Veículos midiáticos	Aquisição de novas matérias de relevância municipal e regional
Habitam nas adjacências ao terreno	População da Vila Dias	Participação em partes do processo de licenciamento, que garantiram intervenções de melhoramento na Vila, entretanto serão realizadas remoções
Atuação nas vilas próximas ao terreno	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL	Aplicação dos planos e deliberações acerca das vilas, tais como o PGE da Vila Dias

Fonte: Adaptado de PHV, 2017.

Uma análise preliminar do histórico de relações sociais que estruturaram o projeto a partir do conceito de campo de poder (BOURDIEU, 2004) no qual estes agentes atuam – considerando principalmente o modo como acumulam e mobilizam capitais sociais, culturais, políticos e econômicos – revela uma estrutura decisória exageradamente assimétrica na qual agentes dominantes – grupo privado promotor e determinados setores do poder público – formam uma coalisão de interesses que atua na mediação das críticas e resistências ao projeto e a ação dos agentes de menor capital econômico, político e cultural.

Dessa forma, cabe observar o modo como a estratégia de viabilidade do GPU vem sendo construída a partir da divulgação de um restrito conjunto de imagens que evidenciam a monumentalidade do complexo, invisibilizando

sua influência sobre a Área de Diretrizes Especiais (ADE) do bairro Santa Tereza. A implantação das edificações contraria as premissas de proteção das qualidades urbanas de um dos bairros mais tradicionais e detentores de um arcabouço simbólico, imagético e de memória único no município. O bairro sofre com as violentas pressões imobiliárias decorrentes da valorização do entorno, que ameaçam a descaraterização da ambiência residencial e cultural que motivou a criação da ADE. Um dos indicativos desta reflexão é revelado na consideração da articulação viária como a força motriz do projeto, que é associada à prerrogativa de desenvolvimento dos grandes corredores de transporte, que sustentam as previsões de flexibilização dos parâmetros pelas outras Operações Urbanas em curos, entre elas a OUC ACLO. Impactos de cunho cultural se atrelam ao esvaziamento das diretrizes de proteção do Conjunto Urbano de Santa Tereza, estabelecidas pelo Conselho de Patrimônio em 2015, as diretrizes de tombamento da Serra do Curral, ao prejudicarem a visada do monumento natural de proteção enrolada pela Lei Orgânica do Município e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e prevê-se a demolição antiga fábrica de pregos, remanescente do estilo Art Déco, datada da década de 1940. Cabe destacar ainda o impacto sobre a Vila Dias, localizada ao lado do empreendimento, removida nos primeiros projetos, mas agora passível de reurbanização pela OUS.

2. O processo de projeto

Lançado em 2012, na mesma localidade do projeto atual, o "Complexo Andradas" (FIGURA 02) foi idealizado pelo escritório de arquitetura FarKasVölGyi e pretendia a implantação do maior arranha céu da América Latina, que dispunha de 85 pavimentos envidraçados, totalizando uma altimetria aproximada de 350 metros. A proposta, que na época estava inserida dentro de área definida como Operação Urbana Consorciada – OUC, foi recebida com tanto descontentamento pela população e pelos órgãos de regulação urbana e aprovação, que o projeto foi completamente reformulado. Por outro lado, a forma inusitada e a escala garantiram ao empreendimento grande visibilidade na mídia, ampliando o capital cultural dos agentes privados envolvidos.

A idealização do projeto como algo que projetaria o nome dos empreendedores e do escritório de arquitetura se reflete desde a primeira concepção arquitetônica. Essa situação se dá por ser, sistematicamente, citado nos veículos midiáticos como "maior arranha-céu da América Latina" ou "maior arranha-céu do Brasil" ou em outros termos que reafirmavam sua grandeza. Essa caracterização é importante para garantir uma relação de ícone para o edifício, tendo visibilidade internacional e atração de investimentos como objetivo.

Figura 02. Concepção arquitetônica inicial do projeto.
Fonte: FKVG, 2012 apud OLIVEIRA, 2015.

O projeto anterior seria encaminhado ao poder público que, na época, estava desenvolvendo o plano urbanístico de uma grande Operação Urbana Consorciada – OUC no local e que, ao que tudo indica, seria compatibilizada com a proposta das Torres. Essa OUC ainda hoje está em elaboração e a estratégia do empreendedor de viabilizar a OUS corre em paralelo, apostando em contínuas adaptações do projeto, tanto à viabilidade financeira quanto às demandas decorrentes de resistências ao projeto.

A segunda proposição, formulada em 2015, propõe uma altimetria um pouco menor, passando para um conjunto de três torres de 60 pavimentos cada, que somam aproximadamente 240 metros de altura, o que seria o maior arranha-céu do Brasil, tendo tanto a previsão de unidades comerciais, quanto residenciais (FIGURA 03). O escritório FarKasVölGyi afirmou que a adaptação do partido arquitetônico se deu pela melhor viabilidade e pela facilitação da comercialização dos andares da edificação. Ainda era reafirmada a implantação de praças públicas, argumento sustentado por preceitos de sustentabilidade e gentileza urbana, a fim de ofuscar as denúncias de impacto paisagístico e morfológico nos contextos ricos em tradição e memória em que se inseria, entretanto, sem levá-los em consideração.

Figura 03. Segunda concepção arquitetônica do projeto.
Fonte: OLIVEIRA, 2015

Em 2016, a proposta foi novamente reformulada e adaptada para a composição de três edificações de 23 pavimentos cada, o que resulta em aproximadamente 80 metros de altura (FIGURA 04). A adaptação continuava com impactos semelhantes na paisagem urbana e propunha a implantação de uma base densa e com uma grande área obstruída na base das torres. Ademais, essa base contribuiria na desarticulação ainda maior do espaço e da escala humana. Cabe destacar, nesta terceira tentativa do empreendedor a aparente fragilidade conceitual do partido arquitetônico e o modo como

ele absorve, sem resolver de modo estrutural, parte das críticas recebidas. Neste caso, o rebaixamento da altimetria ao gabarito de altura do Shopping Boulevard é utilizado como argumento para um menor impacto na paisagem do bairro, embora a proporção das 3 torres conforme uma barreira visual de alto impacto, solução que será inteiramente revista pela concepção seguinte.

Figura 04. Terceira concepção arquitetônica do projeto.
Fonte: O TEMPO, 2016.

O último partido do projeto das Torres do Santa Tereza se pauta na interligação viária entre a rua que dá acesso ao empreendimento e a Av. dos Andradas, como supracitado. Na parcela voltada ao Santa Tereza foram escalonados os primeiros pavimentos para a alocação das praças urbanas, que abrigam equipamentos de lazer, e das fachadas ativas de lojas e serviços. Estas praças servirão de bandeja para estruturar duas torres envidraçadas de mais de vinte pavimentos, que abrigarão espaços de eventos, lojas e salas (FIGURA 05). A área construída total se encontra na marca de 100 mil m², tendo a previsão de 1.300 vagas de estacionamento, carga e descarga. Retomando a análise do partido arquitetônico, a crítica à barreira visual e à perda da escala humana do projeto anterior, amplamente difundida nas reações ao projeto, novamente, são assimiladas ao partido arquitetônico de modo literal, indicando um aparente desapego do empreendedor à configuração morfológica do projeto, que se apresenta como simulação altamente adaptável às críticas e modelagens de viabilidade econômico-financeira.

Figura 05. Quarta concepção arquitetônica do projeto.
Fonte: PHV, 2017

O aparente desapego à concepção urbana e arquitetônica do projeto, ou a facilidade de sua modificação em resposta às críticas recebidas, aponta também para o esforço dos empreendedores em mobilizar opinião pública de modo favorável ao projeto por meio, sobretudo, da espetacularização e ampla divulgação de sua arquitetura. Cabe lembra que a criação de consenso em torno da proposta, no entanto, não garante sua implementação tal qual se apresenta, uma vez que estará sujeita a condicionantes de viabilidade econômica e a novas rodadas de adaptação ao longo da negociação com o poder público. Finalmente, cabe observar o modo como a espetacularização cumpre o papel de dar visibilidade e publicidade ao empreendimento, fomentando apoiadores e identificando resistências, antecipando e exercendo influência sobre a estrutura do campo de poder do projeto. Nesse sentido, cabe destacar o acesso desigual dos agentes a este espaço de visibilidade, de um lado o grupo empreendedor e o interesse do público e, de outro, agentes sem poder de decisão no campo, cujo acesso a esta visibilidade depende de uma atuação organizada e capacidade de se tornarem atores coletivos na busca de ampliar seu capital político e cultural, conforme será retomado.

Em relação ao impacto territorial, a implantação do projeto impactará na composição tipo-morfológica, tanto no que diz respeito à articulação entre quarteirões e implantação das edificações e suas formas (FIGURA 06), quanto na Paisagem (FIGURA 07) e nas dinâmicas urbanas do bairro Santa Tereza de forma violenta, uma vez que se apresenta como um aparato de práticas e instituições que referendam e servem para a manutenção de uma ordem pautada pela injeção de capital e redução das singularidades e simplificação irresponsável dessas dinâmicas.

Figura 06. Impactos do GPU na paisagem do entorno – Vista do bairro Santa EfigêniaFonte: PHV, 2017

Figura 07. Impactos do GPU na paisagem do entorno.
Fonte: PHV, 2017

3. GPUs e a reestruturação da política urbana

O Quadro 5, a seguir, apresenta matriz desenvolvida pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG, que abarca duas dimensões intrínsecas – territorial e institucional – dos GPU, apontando a para a relação entre estes projetos e o processo, mais amplo, de reestruturação da política urbana frente a recentes determinações do campo político e econômico.

Quadro 5 – Matriz de análise: meios e dados

Categorias		Materialização	Meios utilizados
Dimensão territorial	Estrutura Fundiária	(1) Ganhos locacionais específicos a proprietários de terra e aos grupos investidores (incluindo empreiteiras) como agentes dominantes	(1) Diversificação das frentes de atuação dos agentes dominantes
	Planejamento da cidade através de novos arranjos e tipologias	(1) Aumento de investimentos em grandes obras e empreendimentos; (2) Tipologias específicas (habitação de luxo, hotel, shopping, vias expressas, condomínios, galpões de logística, etc.); (3) Hegemonia do projeto em relação ao plano	(1) Vinculação entre: (a) novas modalidades de financiamento (PPPs, Fundos, consórcios, operações urbanas, etc.) e (b) novas estratégias de ação no território (tipologias preferenciais, projeto em vez de planejamento, etc.)
	Exclusão socioespacial	(1) Agravamento de exclusão socioespacial através de remoções/desapropriações e produção de enclaves fechados; (2) Conflito entre intervenções e interesses sociais	(1) Imposição de agenda de intervenções de modo violento sobre o território (não democrático, não transparente, ilegal, etc)
Dimensão institucional	Inflexões nas políticas urbanas	(1) Priorização de ações, intervenções e políticas orientadas por lógica de mercado	(1) Uso de investimento público como atrator de investimento (incluindo assumir riscos); (2) Discurso de instituições públicas voltado para atração de investidores (lógica de mercado)
	Alterações na estrutura do Estado	(1) Criação de empresa pública de capital misto; (2) a regulação da desregulamentação; (3) planejamento e serviços sob responsabilidade de empresas privadas; (4) consórcios privados, necessários para atendimento à novos arranjos contratuais	(1) Desconstrução do aparato regulatório
	Negligências nas agendas sociais	(1) Alto número de remoções decorrentes das intervenções; (2) Pressão por gentrificação e expansão imobiliária	(1) Desconstrução das conquistas sociais; (2) Conflitos e resistências - reação ativa (aos processos) e reação reativa (aos produtos)

Fonte: Adaptado de PRAXIS-EA/UFMG, 2017

Nas Torres do Santa Tereza, a dimensão territorial parte de ganhos locacionais específicos e a espectativa de escala de investimento, ainda que não viabilizada até então, denota tentativa de atração de novos agentes investidores. A escala do empreendimento também dialoga com tipologias e estratégias específicas de produção do espaço urbano, em confronto com o planejamento de longo prazo. Como resultado territorial, observa-se o agravamento de exclusão socioespacial através de remoções/ desapropriações e produção de enclaves fechados, desarticulados do tecido urbano e das dinâmicas sócio-culturais do local de inserção. A intervenção, mesmo que ocorra por meio de instrumento de desenvolvimento urbano, no caso uma operação urbana simplificada, cujo rito burocrático prevê momentos de participação e escuta da população, é definido de modo pouco transparente e participativo.

Do ponto de vista institucional, trata-se de claro uso do Estado em prol de uma lógica de mercado, incluindo flexibilização de legislação e tentativas de desmonte das relações socioculturais e de pertencimento das populações locais e dos movimentos de resistência, a partir da tentativa de erradicação dos seus discursos e demandas. A apropriação midiática das propostas se divide entre às grandes mídias, que veiculam opiniões positivas, focadas na questão plástica e nas possibilidades de lazer, e às mídias alternativas dos veículos de comunicação de menor escala que deflagram a falta de transparência e os impactos negativos. Por conseguinte, é demonstrado o anestesiamento da população frente às problemáticas ao prevalecer a questão político-econômica sobre o debate público e a produção da cidade, na formulação do imaginário que vislumbra o mercado imobiliário como a viabilização do desenvolvimento da cidade.

4. Considerações finais

Nas duas últimas décadas, a política urbana do município de Belo Horizonte e de sua Região Metropolitana se caracterizou pela maior intensidade de intervenções de alto impacto territorial e por importantes inflexões nas políticas de produção do espaço urbano. Estas intervenções mobilizam grandes investimentos públicos e privados, recebem máxima prioridade política, dialogam com referências técnicas internacionais legitimadas por urbanistas e arquitetos “de ponta”, ganham destaque em publicações especialistas e ostentam indicadores, nem sempre precisos, de desenvolvimento econômico. No entanto, sobre as formas urbanas produzidas, observou-se como agravam problemas de exclusão socioespacial, causam danos ambientais irreversíveis, geram impactos e desarticulação no tecido urbano, provocam aumento dos gastos públicos, interrompem, atrasam e corrompem contratos de financiamento, projeto, obra e concessão, além de consolidar problemas técnicos e operacionais da política urbana.

O caso das Torres no Santa Tereza combina a maior parte dessas constradições. O fato de utilizar como estratégia de viabilidade o instrumento urbano Operação Urbana Simplificada, que atrela o ganho econômico do empreendedor à construção de um discurso de utilidade pública pelo poder público, especialmente em contexto de assimetria de poder entre os agentes envolvidos na disputa, obscurece os impactos reais do empreendimento e a responsabilidade do empreendedor em relação à mitigação ou compensação dos impactos gerados. Por fim, a não viabilidade até então e as contínuas modificações (não estruturais) pelas quais passou o projeto, materializa resistências locais e institucionais que ainda resistem ao processo de desmonte das restrições a este tipo de empreendimento e de política urbana orientada por tipologias moldadas pelo ganho imediato de grandes investidores. Cabe destacar, no entanto, que o grande projeto apresentado possui fluidez suficiente para negociar alterações pontuais o que é utilizado

como estratégia de consenso e argumento para interesse público, aspectos que contribuem para seu discurso de viabilidade sem afetar a concepção geral e, ao nosso ver, os reais impactos do GPU para o bairro.

Referências Bibliográficas

BELO HORIZONTE. **LEI Nº 9.959, de 20 de julho de 2010.** Belo Horizonte, 2010.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 7.165 – Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, de 27 de agosto de 1996.** Belo Horizonte, 1996.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 7.166 – Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Belo Horizonte, de 27 de agosto de 1996.** Belo Horizonte, 1996.

BELO HORIZONTE. **Lei Orgânica, de 23 de março de 1990.** Belo Horizonte, 2010.

BELO HORIZONTE. **Operações Urbanas Simplificadas.** Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/operacoes-urbanas/simplificadas. Acessado em: 16 abr. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

FREITAS, Daniel Medeiros de. **Campo de poder dos Grandes Projetos Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte.** São Paulo: Annablume, 2017.

KOOLHAAS, Rem. **Small, Medium, Large, Extra-Large.** Nova York: Monacelli Press, 1995.

PHV. **Praça da Cidade.** Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://www.phvengenharia.com.br/downloads/cidade.pdf. Acessado em: 16 abr. 2018.

PRAXIS-EA/UFMG. **Categorias de análise relacional.** Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2017. Disponível em: http://praxis.arq.ufmg.br/gpus/. Acessado em 04 jun. 2018.

INSUBORDINAÇÃO MATERIAL: CORPO E A CIDADE CONTEMPORÂNEA.[1]

Mestre, Renata Perissinotto Passos. (PPGCA-UFF)

INTRODUÇÃO

Este ensaio precisa ser ambientado. Estamos diante de um objeto: as novas cidades fata mas da China que correspondem hoje à mais de 2 bilhões de metros quadrados construídos[2] e nunca ocupados. Essas cidades não podem ser encaradas no sentido original que damos à palavra: cidade - *civitas[3]* - referente ao encontro ou aglomeração dos cidadãos. Sendo vazias, fundadas no vazio, essas cidades se apresentam para nós como imagens. Subitamente o olhar se desloca do objeto para a representação, em uma espécie de equivalência instantânea. A imagem publicitária, profecia do sucesso do empreendimento em 3D um sonho imaterial que guarda a mesma frieza dos prédios vazios. Estamos diante de uma paisagem de ruínas recém nascidas, edificações repetidas, avenidas vazias: a cidade abstrata dos anúncios. (FIG.1)

Uma imagem bizarra que confunde realidade e ficção se apresenta, no entanto, como a proliferação mais evidente e banal da arquitetura comercial globalmente padronizada. Esses edifícios vazios, longe de serem exclusividade chinesa, estabelecem-se mundo afora como monumentos mórbidos. A China apresenta sempre uma forma extrema por seu gigantismo inevitável, uma espécie de caricatura global. Desde a abertura do regime, em 1978 o país vem protagonizando em volume o cenário da construção civil mundial. A imagem dessas cidades vazias, assume duas formas principais: os *Business Districts* e os conjuntos de torres residenciais de subúrbios, o

[1] Esse artigo, reúne algumas reflexões desenvolvidas em minha dissertação de mestrado: Especular: cidade imagem. Defendida em agosto de 2018 no Programa de Pós Graduação em Estudos Contemporâneos das Artes da Universidade Federal Fluminense e orientado pelo Professor Dr. Lucianho Vinhosa Simão. O trabalho está disponível na íntegra no site: https://bax-uva.github.io/fantasmas/

[2] Os dados foram tirados da reportagem China in debit - disponível em: https://www.aljazeera.com/programmes/countingthecost/2016/09/china-debt-160924081946832.html (visualizado em: 04/03/2018)

[3] "Civitas, atis, *s. ap. f.* (*de civis*). 1o Cidade, reunião de cidadãos, nação, estado, forma de governo de uma nação; 2o Pátria, foro, direito de cidadão romano; 3o Cidade, o povo da cidade." (SARAIVA, 2000: 229).

sonho do desenvolvimento, o projeto do futuro coincide com sua ruína no silêncio que emana dos prédios vazios, e no entanto a imagem permanece pouco alterada enquanto imagem de sonhos, num sentido Benjaminiano encaramos essas imagens como ruínas.

O que proponho neste curto ensaio é um dilaceramento desta imagem em busca do que ela nos distancia, seja pelo vazio, seja pela reciprocidade em relação ao duplo imagético, o corpo e a materialidade. Como nos posicionamos diante da imagem? Nesse sentido vamos trabalhar com dois autores distantes (embora conterrâneos): (1) Georges Bataille nos acompanhará como espécie de provocador anti-idealista, a partir de seus textos publicados na revista *Documents*[4] (1929-1930): *Soleil pourri*, *L'architecture*, *Espace*, *Le gros orteil*, e *Le bas matérialism et la gnose*. Seus textos nos servirão não apenas no conteúdo, mas também na forma de sua publicação no contexto da revista *Documents*, como ideias agenciadas às imagens e inseparáveis do corpo. (2) Paul Virílio aprofundará as questões relativas às distorções espaço-temporal da percepção na cidade contemporânea, cidade das telecomunicações e do mundo digital. Através de suas reflexões nos encaminharemos para as noções de superfície, transparência e da luz como matéria; última materialidade das imagens circulantes. Desta forma pretendo elaborar brevemente uma reflexão sobre o corpo e a imagem ou o corpo da imagem diante das cidades fantasmas e suas representações como formas simbólicas da nossa relação com as imagens/cidades, sempre nossas imagens.

[4] Todas as traduções utilizadas nesse artigo foram feitas pela autora. Os textos de Bataille foram lidos no contexto de estudo do livro de DIDI-HUBERMAN, Georges. *A Semelhança do informe ou o gaio saber visual segundo George Bataille*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

PARTE 1- CIDADES IMAGENS

"A arquitetura é a expressão do *ser* mesmo das sociedades, da mesma forma que a fisionomia humana é a expressão do *ser* dos indivíduos"[5]. É, "sobretudo às fisionomias dos personagens oficiais que essa comparação deve ser feita." - O ser ideal, aquele que ordena; ora Bataille nos falava de "cardeais, magistrados, almirantes", mas os seres ideais mais eficazes de nossos tempos, na medida do poder que emana de suas fisionomias, parecem ser os personagens publicitários, ou o caráter publicitário dos personagens, sejam eles modelos, presidentes, pastores, atores ou outras estrelas. Mais precisamente estamos falando das imagens destas fisionomias (poderíamos dizer: as imagens destas imagens). Se levarmos esse paralelo adiante encaramos também a arquitetura como imagem; fisionomia "do *ser* mesmo das sociedades." (FIG. 2)

Contemplamos essas cidades fantasmas em seu porte ostensivo de imagem dominante. Essa "composição arquitetural" é uma espécie de espelho que vem sendo erguido em escala delirante por todo o globo, refletindo em todo canto a mesma imagem "cada vez mais estática, cada vez mais dominante"[6]. Esses horizontes de prédios recém construídos que brotam feito fungos nas paisagens mais distantes, adestrando o espaço com suas formas sempre iguais, ecoam a imaterialidade do espaço além do tempo, o espaço imaterial das imagens. Se a "privação sensorial"[7] das cidades e seus subúrbios já em meados do século XX encontrava na velocidade das vias a deformação temporal que aproxima a experiência do citadino à do telespectador; o jogo da arquitetura "reforçando as mídias de massa"[8]. Nas nossas cidades

[5] BATAILLE, Georges. L'architecture, In: *Documents*, Paris, n.2, 1929.

[6] Idem.

[7] SENNET, Richard. Carne e Pedra, Rio de Janeiro: BestBolso. 2014, p.17

[8] Idem. p.16

vazias toda velocidade foi sublimada no imediato, parecem se apresentar como as próprias imagens publicitárias, imagens de animação 3D, imagens da representação arquitetônica, cidades em um tempo suspenso (espaço da imagem) cuja existência prescinde do real material, e da própria população. A aceleração ao nível do instantâneo suprime as distâncias, o efeito das tecnologias de comunicação não desloca os usuários como um automóvel, mas cria defasagem em relação à seu ambiente imediato. Para Paul Virílio a velocidade é a tônica das transformações perceptivas diante das novas mídias, dromologia; uma ciência da corrida, "poluição dromosférica":

De fato a contaminação atinge não somente os elementos, as substâncias naturais, o ar, a água, a fauna, mas ainda o espaço tempo do nosso planeta. Reduzido progressivamente *a nada* pelos diversos meios de transporte e comunicação instantâneos, o meio geofísico sofre uma inquietante desqualificação de sua "profundidade de campo" que degrada as relações entre o homem e seu ambiente. Desta forma, a *espessura óptica da paisagem* diminui rapidamente, resultando em uma confusão entre o horizonte aparente sobre o qual toda cena se destaca, e o horizonte profundo do nosso imaginário coletivo, em benefício de um último horizonte de visibilidade, o horizonte trans-aparente, fruto da amplificação ótica do meio natural do homem. (VIRÍLIO, 1993, p.106)

'Os efeitos desta "poluição" provocada pela aceleração total à instantaneidade, como distorções do espaço-tempo real à uma tendência plasmada, tendência à forma imagem "horizonte de visibilidade" sem profundidade, superfície, interface, nos permitem comparar a forma imagem dessas cidades instantâneas em seu modo de produção. Um edifício de 15 andares leva 7 dias para ser construído na China e, diante dos novos horizontes erguidos, há um efeito generalizado de presente absoluto; não há história nessas novas cidades, como não há história nos subúrbios[9]. Cinco mil anos de civilização achatados em uma imagem repetida. É evidente que não estamos abordando o mesmo efeito que Virílio sugere, efeito na percepção afetada pelas novas tecnologias e aceleração, no entanto, curiosamente, nosso exemplo material de areia e pedra parece emular seu duplo digital no espaço indeterminado dos parâmetros numéricos a desenvolver-se como comentado sob o toque acelerado da construção civil chinesa.

Este panorama em que a arquitetura se confunde com a imagem é desenvolvido numa perspectiva, podemos dizer, materialista na pesquisa do grupo *Project on the City* coordenada por Rem Koolhas sobre a urbanização do Delta do Rio Pérola na China. Fenômeno do período da abertura do país ao mercado global, marcado pela construção de uma metrópole em 15[10] anos estabelece novos paradigmas para o pensamento arquitetônico/urbanístico frente à ação da especulação imobiliária no novo terreno do socialismo de mercado. A arquitetura em si afasta-se definitivamente de suas funções primordiais e passa a atender à demandas puramente quantitativas (volume e velocidade) do mercado imobiliário, nesse sentido além de seguirem uma abstração característica do capital financeiro, as arquiteturas passam a ser conhecidas e circularem sobretudo na forma de suas imagens publicitárias: outdoors, maquetes e complexas renderizações dos projetos eram naquele momento fundamentais para o fluxo mercadológico dessa cidade/Zona

[9] SMITHSON, Robert. Um passeio pelos monumentos de Passaic, Nova Jersey.In: *Arte Ensaios,* Rio de Janeiro, n.22, 2011, p.165

[10] Shezhen, área escolhida para o estabelecimento da Zona Econômica Especial, era um vilarejo de 25.000 habitantes em 1982 e contava com uma população de 3.790.000 habitantes em 1997, quando foi publicado o estudo.

KOOLHAS e Harvard Project on the City, *Great Leap Forward*. Harvard University, Koln: Taschen, 2001, p. 119

Econômica Especial que ademais era definida como janela pelas autoridades: um entre espaço de aparições[11], e visibilidades.

Interessa aqui, no entanto, mais do que estabelecer este lastro real e material com a motivação da construção dessas cidades, as cidades fantasmas, assim como os diversos novos empreendimentos que nos cercam, muito deles também ocos e pautados na abstração do mercado financeiro, encarar como a imagem dessas edificações, determina-se como imagem de um desejo, um desejo ligado ao progresso, um desejo vendido e acatado cotidianamente que se figura neste interstício cambiante, aparências confusas entre a imagem e o real, o real e o digital, o tempo e sua suspensão.

Parece ser uma questão de superfície: a pele, o revestimento destes entes arquitetônicos ostentam essa imaterialidade, as chapas cimentícias *superboards*, pré-fabricadas para parecer qualquer coisa: *superboard* madeira, material não identificável, as peles de vidro, ou os frisos enganosos que transformam a alvenaria em modernas chapas de alumínio. O acabamento dos prédios contemporâneos parecem seguir essa estranha tendência geral de tornar a realidade mais próxima da imagem digital, na mesma medida em que as texturas nos *renders* são uma mudança abstrata tratando-se sempre apenas do mesmo material: o código, a simulação do volume tridimensional em seus vários revestimentos; parece uma premonição de ficção barata, mas me refiro, por exemplo, à progressiva saga pelo aplanamento da pele, a extinção de suas marcas, rugas, poros, pelos, oleosidade; é provável que possamos afirmar que na história da maquiagem[12] e dos cosméticos essa intenção já se expressava na vaidade humana há séculos, mas a injeção da toxina botulínica que impede que os impulsos nervosos cheguem aos músculos do rosto e se popularizou sob o nome de botox leva a vontade de juventude ao extremo da paralisia expressiva, toda marca do tempo no corpo parece reversível na indústria estética hoje, e ainda assim é sempre impossível chegar aos modelos ideais das revistas, filmes, séries, publicidades, essas imagens-referência passam pela operação impossível da manipulação digital e promovem sua beleza ideal objetificada, perfeitamente plástica e uniforme. No interior arquitetural frequentemente notamos ambiente análogo, por contraste por exemplo, os recém reformados bares e pequenos restaurantes que geralmente tendem a parecer mais lisos e luminosos como um *Starbucks*, um *shopping center*, um prédio comercial ou um hotel, hospital ou estação de trem moderna, ou um banco (basicamente qualquer coisa); materiais que imitam materiais, variedades cromáticas, composições lúdicas, a pobreza material generalizada sempre revestida com as inúmeras opções do catálogo, todas iguais.

Genéricos e assépticos. É verdade que essa tendência arquitetônica está em voga há mais tempo que a popularização massiva da tecnologia digital, no entanto, é precisamente a convergência entre essas realidades, esse caleidoscópio infinito e progressivo entre as cidades e as imagens, que nos interessa. O desafio do realismo na representação 3D lida justamente com a difícil tarefa de reproduzir as marcas do tempo, alcançar o efeito das

[11] "Special Econimic Zones are a window to technology, menagement, knowledge, and foreign policies..."/ "As Zonas Econômicas Especiais são uma janela para a tecnologia, gerenciamento, conhecimento e políticas estrangeiras" Deng Xiaoping, In: KOOLHAS e Harvard Project on the City, *Great Leap Forward*. Harvard University, Koln: Taschen, 2001. p. 87

Essa analogia difere radicalmente da proposta por Mao no período anterior, que via a cidade como uma "floresta de chaminés", a ideia de janela parece mais moderna, ou melhor, mais pós-moderna, a janela, desde o renascimento é referencia simbólica para a espacialidade da imagem, espacialidade que diferencia-se do real, espacialidade do visível, mas não do sensível.

[12] Aqui vale lembrar uma conveniente citação de Baudelaire encontrada no Livro *Estâncias, a palavra e o fantasma na cultura ocidental* de Giorgio Agambem : "... para nos restringirmos ao que nosso tempo denomina vulgarmente maquiagem, quem não vê senão o pó de arroz, tão simploriamente anatematizado pelos filósofos cândidos, tem por objetivo e por resultado fazer desaparecer da tez todas as tarefas que a natureza ultrajantemente nela semeou, e criar uma unidade abstrata no sinal e na cor da pele, unidade que, assim como aquela produzida pelo maiô, aproxima imediatamente o ser humano da estátua, ou seja, de um ser divino e superior... " p.80

imagens fílmicas, da realidade registrada pela câmera, e ultrapassá-la no sentido de projetar na realidade sua própria forma: " os criadores das imagens de computador não querem atrair *lakhs* de pássaros gregos, seu paraíso deve ser povoado por criaturas de sua própria criação."[13], o que Harun Farocki sugere é que ao contrário da lenda antiga em que a representação realista de frutas atrairia pássaros de verdade, a representação computadorizada desenvolve sua realidade absoluta. Sugerimos aqui que do outro lado da tela o mundo parece tentar reproduzir sua própria representação desmaterializada das superfícies lisas e luminosas: "Cada vez mais estáticas, cada vez mais dominantes."

Se acatamos aqui a imobilidade das formas dominantes não o fazemos sem problematizar sua desmaterialização evaporante, na relação que propomos com o espaço digital, é justamente na imobilidade da aceleração apontada por Virílio que encontramos o termo desta contradição, como se a velocidade do imediato nos circuitos telemáticos materializasse no solo essas construções diretamente surgidas dos *renders* 3D, "acidentes de estacionamento"[14]. O que Virílio aponta é um cambio perceptivo, como já comentamos, esta poluição da percepção do espaço-tempo tem seus perigos sintetizados na supressão de todas as dimensões em uma dominância absoluta do ponto, o PIXEL como unidade de tudo, o ponto-luz. Talvez tenhamos avançado rápido demais entre o espaço real e o ponto final, vamos retomar o pensamento, a percepção estaria alterada por um progressivo deslocamento do objeto à imagem: o que o autor chama de "pressão do audiovisual"[15] é essa forma de transparência, por exemplo catódica, das imagens instantâneas que vem se sobrepor às aparências dos objetos causando dano na própria capacidade de se ter sensações.

[13] Parallel I, Harun Farocki, Harun Farocki Filmproduktion, Berlin, 2012 – disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Yzc3OPc8gUM (visualizado em: 15/03/2018)

[14] VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*, Rio de Janeiro: Ed.34, 1993, p. 108

[15] Idem. p. 73

Essa "supremacia da luz sobre a matéria" é observável já nas inovações arquitetônicas do século XIX, "o declínio dos materiais densos em benefício do estruturalismo da 'parede cortina'", Virílio utiliza como exemplo emblemático a construção do Palácio de Cristal para a Exposição Universal de 1851:

'*Nós vemos uma rede de linhas de uma grande finura, mas não há qualquer indício que nos permita apreciar suas dimensões verdadeiras e a distância na qual o palácio se encontra*, o olho desliza ao longo de uma perspectiva infinita que se perde na bruma.' O comentário antecipa a crise das dimensões físicas, o surgimento de construções privadas de centro ótico nos quais a arquitetônica estrutural do ferro e do vidro se comporta como mais tarde fará sua 'forma-imagem' na tela dos computadores ou nas sequências televisivas: *rede de linhas* (625 ou 819 linhas) de uma finura imperceptível onde o PIXEL atualiza a cavilha e o rebite, onde o olho do telespectador desliza ao longo de uma perspectiva eletrônica infinita e onde a arquitetura da luz não passa de uma *memória da trama*, um sistema sequencial, cuja a existência foi prenunciada pelas primeiras estruturas metálicas, pelos teatros óticos e outros 'panoramas' do século XIX. (VIRÍLIO, 1993, p. 74)[16] (FIG.4 e FIG.5)

As atuais peles dos edifícios, em especial as peles de vidro são, como sugere Jameson, uma versão extrema da 'parede cortina' moderna, "diminuem a densidade e o peso do edifício enquanto aumentam o volume e o contorno" e representam simbólicamente a abstração do uso capitalista do espaço, "desmaterializando sem significar nenhuma espiritualidade

[16] Destaques do autor. Aqui vale comentar que o exemplo do Palácio de Cristal também é utilizado por Agamben no capitulo "Marx ou a Exposição Universal" para reforçar o caráter fantasmagórico da mercadoria. AGAMBEN, Giorgio. *Estâncias: A palavra e o fantasma na cultura ocidental*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 68

tradicional"[17]. Essa é, como sabemos, uma das formas arquitetônicas mais recorrentes da contemporaneidade, seja no diz respeito a forma construtiva, seja na exploração da terra pela especulação. Se insistirmos no olhar para essas fachadas de luminosidade reflexiva, para essa miragem alinhada no *skyline*, se nos aprofundarmos nessa superfície[18] estamos diante do vazio. O vazio dos prédios cava nesses jovens corpos reluzentes da arquitetura o tom sombrio da ruína. Contrária à ruína idílica romântica, mas ainda distante do reino da morte e das trevas da alegoria barroca; o tom é como o vermelho de um cravo em uma natureza morta, ou como o osso do crânio em cima da mesa ao lado de outros objetos do homem. Na natureza morta a morte nos toca sob a forma do objeto, o inanimado, não o decrépito; mas o caminho do osso ao pó está anunciado, as flores secas e podres. A condição da ruína material que o tempo guarda para todo objeto, tenha sido vivo ou não, é a luz estranha que emana das naturezas mortas eternizadas sob a forma de imagem, como o horror do desmembramento nos olhos petrificados das bonecas.

As ruínas das nossas cidades aparecem assim, como a "morte terrível, a morte que cai sobre quem nunca viveu"[19], a imagem colada na imagem do projeto, da propaganda nos tapumes, do que ainda não é. "As edificações não desmoronam em ruínas, mas se erguem em ruínas antes mesmo de serem construídas"[20], este paradoxo temporal em torno das ruínas, essas "ruínas às avessas" são como as que Benjamin identifica no olhar alegórico de Baudelaire diante da novíssima Paris do séc. XIX; suas ruínas são a crítica ao progresso, a moderna crítica à modernidade. Se a ordem arquitetural não é outra coisa se não o desenvolvimento da ordem humana, como nos sugere Bataille, as reluzentes fachadas dos mais novos edifícios são a face deste desenvolvimento; a face do ideal deste desenvolvimento, é por isso que as ruínas em todo seu apelo material são enunciadas para atacar a imagem serena das novas construções, para evocar em seu seio o "mal" e a morte, desencantar essas "imagens de sonho"[21], o que viria à ser suscitado simplesmente por uma "dor atroz no dedão do pé" que detém o ímpeto mais elevado do citadino comum que "cego, tranquilo, entretanto desprezando estranhamente sua base obscura (está) pronto para evocar em seu espírito as grandezas da história humana, por exemplo quando seu olhar mira um monumento que testemunha a grandeza de seu país"[22], algo como o Empire State Building, poderíamos imaginar.

Bataille faz emergir contra a "ordem arquitetural"[23], "atacando de algum modo o homem", a "monstruosidade bestial" da pintura moderna, que dilacera o corpo, a figura humana, "como se não houvesse outra possibilidade de escapar à condenação arquitetural"[24], pois afinal, mesmo em seu mais elevado ímpeto, "o mais nobre dos animais, tem entretanto calos nos pés, isto é ele tem os pés e esses pés levam, independentes dele, uma existência desprezível." O corpo como espaço da morte podre e dos desejos

[17] JAMESON, Frederic. The Brick and the Balloon: Architecture, Idealism and Land Speculation, In: *The Cultural Turn – Selected Writings on the Postmodern 1983-1998*, Londres: Verso, 1998. p. 186 – Tradução livre da autora.

[18] Mishima descreve seu percurso em direção a superfície, na busca pro um profundidade relacionada ao corpo que emergisse em direção ao sol, direção contrária `as profundezas da mente. "Por que é que não é possível para o pensamento mudar de direção e ascender na vertical, sempre para cima, até a superfície? Por que razão a área da pele, que garante nossa existência no espaço, é tão relegada aos ternos favores dos sentidos?" MISHIMA, Yukio. *Sol e Aço*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 22

[19] Idem. p. 49

[20] SMITHSON, Robert. Um passeio pelos monumentos de Passaic, Nova Jersey.In: *Arte Ensaios* Rio de Janeiro, n.22. PPGAV UFRJ. 2011, p.164

[21] Walter Benjamin, In: BUCK MOORS, Sandra. *Dialética do olhar. Walter Benjamin e o Projeto das Passagens*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

[22] BATAILLE, Georges. Le gros orteil, In: *Documents,* Paris, n.6, 1929.

[23] BATAILLE, Georges. L'architecture, In: *Documents*, Paris, n.2, 1929.

[24] Idem.

mais baixos, sufocado até a deformação nos sapatinhos chineses dos pés de lótus, irrompe, insubordinado, com o retrato de um enorme dedão do pé, "as dimensões do clichê, seu enquadramento, seu fundo escuro, tudo isso que é oferecido à representação de um dedão do pé é geralmente privilégio... dos rostos, dos retratos."[25], da "fisionomia do ser". O ignóbil dedão do pé, o acéfalo, são o corpo, a carne excluída e sufocada trazida para o primeiro plano das imagens; a "insubordinação material" sob o reino do ideal, faz presente o "movimento de vai e vem do lixo ao ideal e do ideal ao lixo" que "causa verdadeira raiva aos homens"[26]. É dentro deste movimento que parece se desenvolver a dialética sintomal de Bataille, contra todo idealismo. (FIG.3)

Hoje, diante das nossas imagens dominantes, digitais, mais imaterias do que nunca é também possível, e parece fundamental lembrar que sua origem técnica e científica inseparável de cada aparição está intimamente ligada ao universo do conhecimento racional e linear, ainda que persista seu efeito mágico, esse afastamento da percepção direta dos fenômenos a reiterar o afastamento do corpo:

Como podemos ter deixado de acreditar em nossos próprios olhos para crer tão facilmente nos vetores da representação eletrônica e, sobretudo, no vetor-velocidade da luz? Não estaríamos nós diante de um obscurantismo da relatividade, de um culto solar reencontrado? (VIRÍLIO, 1993, p.31)

[25] DIDI-HUBERMAN, Georges. *A Semelhança do informe ou o gaio saber visual segundo George Bataille*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015. p. 68

[26] BATAILLE, Georges. Le gros orteil, In: *Documents,* Paris, n.6, 1929.

Esse culto solar aparece como um novo Iluminismo no qual a velocidade da luz é um culto em que o tempo do homem é sacrificado[27]. Em *Soleil Pourri*, Bataille refere-se à dois sóis, o cegante que fixamos obstinadamente em busca da elevação do espírito, e aquele que não podemos ver, este movimento aparece sintetizado no mito de ícaro: "ele divide claramente o sol em dois aquele que brilhava no momento da elevação, e aquele que derreteu a cera, determinado a deserção e a queda estridente quando ícaro se aproxima de mais"; a aspiração à eternidade do ideal, e a inevitável queda e morte da matéria.

Há uma oposição análoga entre símbolo e alegoria em Benjamin: o continuum entre o belo e o divino do símbolo romântico da eternidade ideal e a natureza em decadência, a ruína como emblema da transitoriedade histórica na alegoria barroca. No entanto a alegoria barroca trai toda a materialidade quando opera no sentido de significar seu oposto: a negação da história humana em benefício da salvação divina, como redenção espiritual. O terreno, em oposição ao reino de Deus, só pode ser ilusão e trevas, nesse sentido a alegoria barroca termina por negar-se completamente em nome do mito, toda a natureza representada na alegoria é o que não-é (não-ser). Se Benjamin ergue o conceito de alegoria contra o idealismo do símbolo, sua crítica aos alegoristas é também ao idealismo destes que "buscam refúgio no espírito" diante da realidade terrena. Seu esforço de alegorista no projeto das Passagens é o do jogo dialético das "imagens do desejo", o "desencantamento" dialético dessas imagens como ruínas, como fragmentos indicam o "despertar revolucionário" do sonho capitalista. Despertar da história adormecida sob o feitiço das mercadorias. Virílio também está nos falando de uma suspensão da história, a velocidade como

[27] Paul Virílio em entrevista concedida a Guilherme Soares dos Santos: "Minha língua estrangeira é a velocidade, é a aceleração do real" – disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/entrevista-virilio-%E2%80%9Cminha-l%C3%ADngua-estrangeira-%C3%A9-velocidade-%C3%A9-acelera%C3%A7%C3%A3o-do-real%E2%80%9D (visualizada em: 16/03/2018)

poluição das distâncias ao suprimir os trajetos, reduz à NADA o campo da história[28], essa impossibilidade histórica significa para os dois autores, sob perspectivas diferentes - mas como pretendi demonstrar não tão distantes; a impossibilidade política.

Não adentraremos essa discussão, chamamos Bataille para acompanhar este trajeto por nos apontar contra as abstrações luminosas, estáticas, dominantes, o corpo. O corpo esquecido neste "relevo de telas" que nos cerca e media as relações, pode aparecer como a possibilidade última de resistência. O corpo como nossa "mídia primária" e, até segunda ordem, inevitável também, é o escudo de combate contra o idealismo apocalíptico dos Cybers para Stefaan Decostere[29]. Esse corpo que é também imagem, mas que insurge-se de uma maneira ou de outra como "uma dor atroz no dedão do pé", por onde seguimos em meio à confusão de imagens para fazer audível este corpo semi-adormecido?

PARTE 2 – RUÍNA E LUZ

Numa busca por encontrar as ruínas das imagens dessas cidades fantasmas, as imagens digitais de seus projetos, encontrei um procedimento material que as atravessaria: a captação digital da imagem na tela revela as grades de pixels que constituem os dois meios, a tela e o sensor da câmera, através do efeito moiré. A captação sucessiva dessas imagens deformadas leva à seu desaparecimento por uma forma de acumulo de dados perdidos no cruzamento dessas grades; sobreposição e vazio. A imagem original é o comercial publicitário do Condomínio Saint Michel[30] no empreendimento Ilha Pura (Vila Olímpica) no Rio de Janeiro. O resultado[31] de sua decadência é um movimento luminoso abstrato, uma espécie de fantasmagoria de luz da imagem original. O som por sua vez, regravado sucessivamente, faz emergir a ressonância do espaço, sobrepondo-se progressivamente à composição original o resultado é um ruído agudo muito alto, como o das taças tibetanas, que guarda modulações da composição original, um grave distante e algo da percussão como se fossem sinos de algum ritual. A ruína material das nossas imagens são fantasmas, a matéria as invade informe, uma confusão entre corpo e espírito e, no entanto, o que surge é pura materialidade: a luz como matéria última da forma de aparição dessas imagens não poderia deixar de ser sua ruína, como os tijolos aparentes de uma casa em destroços, mas o som que irrompe extrapola a mídia e presentifica o espaço real da transmissão acusmática.

Se levamos a reflexão a diante encontramos a deterioração na reprodução, e somos obrigados a admitir que a reprodutibilidade técnica em si, coloca em jogo o que seria o "corpo" das imagens. Longe de propor qualquer tipo de conclusão a partir desta experiência, ela surge como imagem frente a reflexão esboçada no texto.

[28] Idem.

[29] Cineasta belga, realizou uma série de projetos em colaboração com Paul Virílio no início dos anos 2000. Em 1997 escreve Angels in Hell texto crítico aos prognósticos cybers, faz uso do conceito de ruínas em Benjamin para desenvolver sua crítica ao idealismo da supressão do mundo real pelo mundo digital em voga na época.

[30] É possível visualizar o comercial aqui: https://www.youtube.com/watch?v=KQnBLPu_zEs&t=47s

[31] É possível visualizar o trabalho aqui: https://bax-uva.github.io/fantasmas/ilhapura.html

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGAMBEN, Giorgio. **No mundo de Odradek a obra de arte frente à mercadoria.** In: *Estâncias: A palavra e o fantasma na cultura ocidental*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 59_94

BATAILLE, Georges: Le gros orteil*. Documents*, Paris, n.6, 1929.

BATAILLE, Georges: Le bas matérialism et la gnose*. Documents*, Paris, n.1, 1930.

BATAILLE, Georges: Le dictionnaire critique: Espace*. Documents*, Paris, n.1, 1930.

BATAILLE, Georges: Soleil pourri*. Documents*, Paris, n.3, 1930.

BATAILLE, Georges: L'architecture*. Documents*, Paris, n.2, 1929.

Disponíveis em: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb34421975n/date.r=documents+1929.langPT (visualizado em: 21/03/2018)

BUCK MOORS, Sandra. *Dialética do olhar: Walter Benjamin e o Projeto das Passagens*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CRACIUN, Mihai. **Ideology.** In: KOOLHAS e Harvard Project on the City. *Great Leap Forward*. Harvard University, Koln: Taschen, 2001. p. 44_154

DECOSTERE, Stefaan. Angels in Hell: Benjamin in Cybers the weird return of allegory, *Website do V2_Lab for the unstable media*. Disponível em: http://v2.nl/archive/articles/angels-in-hell (visualizado em: 21/03/2018)

DIDI-HUBERMAN, Georges: *A Semelhança do informe ou o gaio saber visual segundo George Bataille*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015

JAMESON, Frederic. **The Brick and the Balloon: Architecture, Idealism and Land Speculation, In: JAMESON, Frederic.** *The Cultural Turn – Selected Writings on the Postmodern 1983-1998*, Londres: Verso, 1998. p. 162_199.

LIN, Nancy. **Architecture.** In: KOOLHAS e Harvard Project on the City. *Great Leap Forward*. Harvard University, Koln: Taschen, 2001. p.156_264

MISHIMA, Yukio. *Sol e Aço***.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SMITHSON, Robert. Um passeio pelos monumentos de Passaic, Nova Jersey.In: *Arte Ensaios*, Rio de Janeiro:PPGAV - UFRJ, 22, p.162_167, 2011. (texto completo - PDF)

VIRÍLIO, Paul. *O espaço crítico/* **Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.**

VIRÍLIO, Paul: entrevista concedida a Guilherme Soares dos Santos: "Minha língua estrangeira é a velocidade, é a aceleração do real" – disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/entrevista-virilio-%E2%80%9Cminha-l%C3%ADngua-estrangeira-%C3%A9-velocidade-%C3%A9-acelera%C3%A7%C3%A3o-do-real%E2%80%9D (visualizada em: 16/03/2018)

Obras:

Parallel I, Harun Farocki, imagens de arquivo em mídia digital, Harun Farocki Filmproduktion, Berlin, 2012 – disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Yzc3OPc8gUM (visualizado em: 15/03/2018)

Ilha Pura, Renata Perissinotto Passos, 2017, imagens de arquivo em mídia digital, 3"23"' - disponível em: https://bax-uva.github.io/fantasmas/ilhapura.html (visualizado em: 02/04/2018)

Fig. 1 – *'Anel da Vida', colagem de fotografias do distrito fantasma de Fushun, província de Shenyang, China 03/2017.*

Fig.2 – *Montagem contendo 3 fotos presidenciais*: Em janeiro deste ano o publicitário Elsinho Mouco divulgou a primeira versão do retrato oficial de Temer. O retrato foi motivo de chacota na internet por apresentar um recorte visível na montagem da foto do presidente com o céu azul. Mais tarde o planalto divulgou a versão definitiva em que o recorte foi apagado, e o rosto do presidente passou pelo tratamento necessário. A faixa usada por Temer, que aparece na foto visivelmente envelhecida e com menos detalhes da que foi usada pela ex-presidente Dilma Rousseff, é considerada a mais histórica.
https://oglobo.globo.com/brasil/apos-polemica-fotografo-divulga-foto-oficial-de-temer-20825786#ixzz4rFJVTaWq

Fig.3 - *Jaques-André Boiffard, Dedão do pé, sujeito masculino, 30 anos. Documents, Paris, n.6, 1929. https://bax-uva.github.io/fantasmas/paginas-externas/presidentes.html*

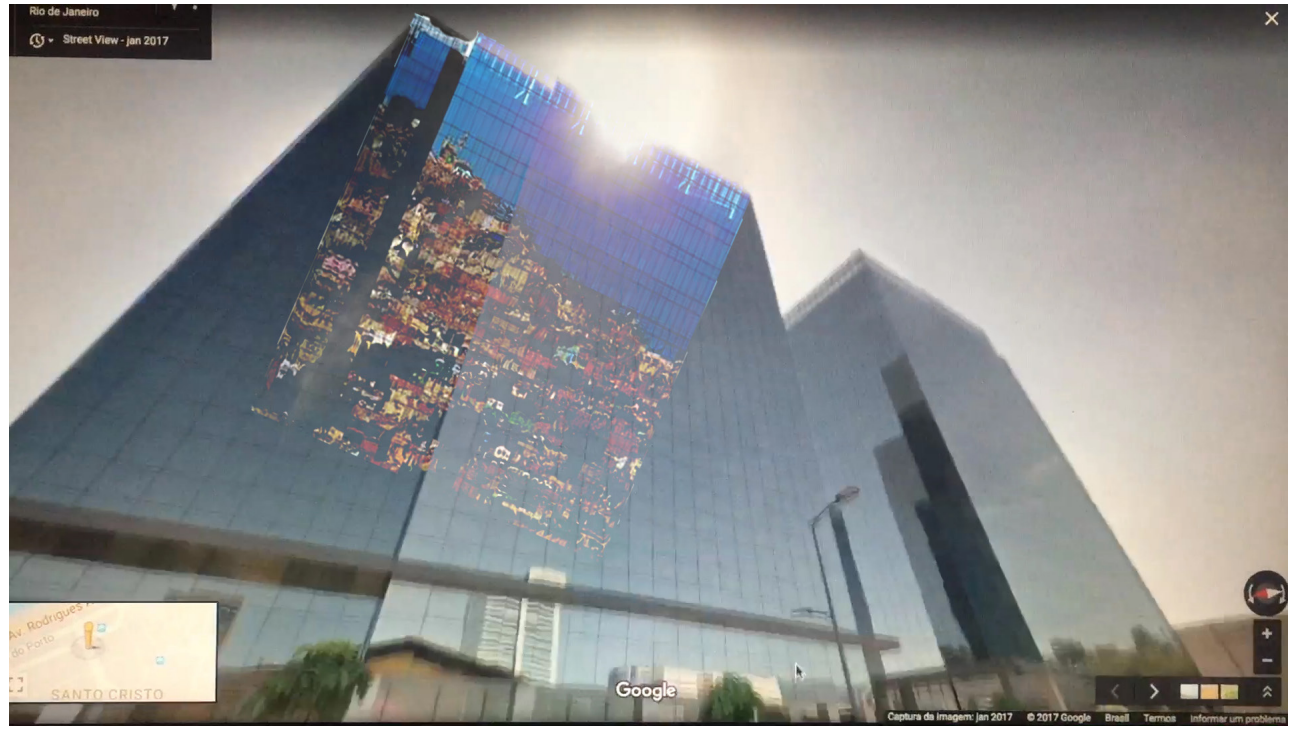


Fig. 4 – *'Rio holográfico'* – colagem realizada a partir de duas imagens da mesma fachada de um novo edifício da zona portuária do Rio de Janeiro, a região passou por uma revitalização no período pré-olímpico, e é hoje a região com mais prédios desocupados da cidade, como aponta essa reportagem de dezembro de 2017: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/zona-portuaria-do-rio-e-a-que-mais-tem-predios-desocupados-na-cidade.ghtml

Megaeventos e seus legados: O CONTROLE TERRITORIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

ANTÃO, RENATA C. N.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ
E-mail:renata.antao@gmail.com

Resumo

A governamentalidade neoliberal orienta as condutas dos indivíduos e de populações, se utilizando de um quadro normativo cujos aspectos politico, econômico, social e subjetivo dominam a integralidade das vidas. Esse projeto de governabilidade parte de um conceito esvaziado de democracia (ou antidemocrata), pois privilegia o direito privado e a lógica proprietarista, em lugar do público e do coletivo. Para isso transforma a cidade em mercadoria, flexibiliza direitos e controla corpos. A cidade do Rio de Janeiro, palco dos chamados "megaeventos" é importante espaço de experimentação desse projeto de governabilidade e de uma regulação social armada no Brasil. A institucionalização de uma gestão policial dos territórios, se deu na criação das Unidades de Polícia Pacificadora, mas também nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem e na atual na Intervenção Militar Federal, instrumentos e mecanismos de controle das populações, em especial as periféricas, que borram os limites e garantias de uma política de segurança pública dentro de um governo democrático de direito. Mais do que garantir segurança, essas politicas se propõem a garantir governabilidade e espaço para o mercado, dentro de um projeto de cidade excludente e violento.

Palavras-chave: governabilidade, segurança pública, favelas cariocas, militarização

MEGAEVENTOS E SEUS LEGADOS: O CONTROLE TERRITORIAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Introdução

O presente artigo buscará tratar dos megaeventos realizados na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2007 a 2016, a partir do pressuposto que racionalidade neoliberal se apoia em um quadro normativo global que orienta as condutas, as escolhas e as práticas dos indivíduos e se apresenta em quatro aspectos principais: (1) politico - na conquista de poder pelas forças neoliberais; (2) econômico - no crescimento do capitalismo financeiro globalizado; (3) social – na individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas (polarização ricos vs. pobres); e (4) subjetivo - no surgimento de um novo sujeito e suas novas patologias psíquicas.

O Rio de Janeiro agora atuando no papel de "cidade-empresa" tem como exigência a produtividade, competitividade, agilidade e flexibilidade para atrair investimentos e dessa forma auxiliar na produção e reprodução do capital. Para isso adota um padrão de segurança pública militarizada, em uma clara proposta de intervenção urbana e agigantamento do aparato estatal vigilante, coercitivo e repressivo, que abre espaço para investidores, visitantes e usuários solventes na cidade, mas neutraliza politicamente a população excluída ou marginalizada às custas do sacrifício de muitas vidas humanas.

Megaeventos e seus legados: Quadro de um passado recente

A cidade do Rio de Janeiro passou nos últimos anos por um ciclo de mega eventos, período que se iniciou com os Jogos Pan-Americano em 2007[1] e seguiu com Jogos Mundiais Militares[2] em 2011, Jornada Mundial da Juventude em 2013[3], Copa do Mundo FIFA em 2014, finalizando com os Jogos Olímpicos em 2016[4]. A preparação para esse ciclo de eventos se iniciou muito antes nos na elaboração do Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro em novembro de 1993, quando a Prefeitura do Rio de Janeiro firmou com a Associação Comercial (ACRJ) e a Federação das Indústrias (FIRJAN) um acordo de cooperação para promover o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ). No ano seguinte foi constituído um consórcio de empresas e entidades, objetivando custear e supervisionar a contratação da equipe técnica para a elaboração do Plano Estratégico (o Consórcio Mantenedor do Plano Rio Sempre Rio), de modo que a participação da Prefeitura ocorreu através de uma empresa municipal – IPLANRIO[5].

Para a efetivação do PECRJ o consórcio contratou pra a Diretoria Executiva think tanks europeus como a empresa catalã Tecnologias Urbanas Barcelona S.A (Tubsa) presidida por Jordi Borja, o qual junto com Manuel Castells vende mundo afora seu *know-how* em empresariamento de cidades ou *city marketing*, a partir de casos de "sucesso" como Barcelona. Esse movimento

[1] Denominados oficialmente "XV Jogos Pan-Americanos", o evento multiesportivo foi realizado em julho na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil.

[2] Denominados oficialmente "V Jogos Mundiais Militares do CISM" o e evento multiesportivo militar foi realizado entre 16 e 24 de julho, no Rio de Janeiro, Brasil.

[3] A XXVIII Jornada Mundial da Juventude aconteceu de 23 a 28 de julho de 2013 no Rio de Janeiro.

[4] Os Jogos Olímpicos de 2016 ou Jogos da XXXI Olimpíada foi um evento multiesportivo realizado no segundo semestre de 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

[5] Página Iplanrio - http://www.rio.rj.gov.br/web/iplanrio/principal

de comercializar a cidades foi muito bem tratado no livro "A cidade do pensamento único: desmanchando consensos", na qual Carlos Vainer tece notas sobre a estratégia discursiva do novo planejamento estratégico urbano a cidade, fazendo três analogias constitutivas desse planejamento (1) cidade-mercadoria – cidade a ser vendida num mercado cada vez mais competitivo a partir da disponibilização de atributos e recursos infra-estruturais e simbólicos; (2) cidade-empresa – cidade virando sujeito ativo e competitivo, se assimilando a uma empresa; e (3) cidade-pátria – cidade que busca no discurso da crise e do patriotismo legitimar seu projeto de encolhimento do espaço público e subordinação do Estado ao capital internacional e local (VAINER, 2009a), analogias que se alinham à racionalidade neoliberal trazida por Dardot e Laval ao falarem do "conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o principio universal da concorrência" (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17).

A cidade do Rio de Janeiro foi tomada por um teórico-político-institucional de alinhamento da cidade "à disciplina e à lógica do desenvolvimento capitalista" (Harvey, 1996, p. 56), porém com o discurso de consenso da crise e violência urbana de um lado e da transformação patriótica da cidade (na figura do) e dos legados que os megaeventos deixaria, de outro lado. Houve, assim, uma forte da potencia dos eventos para mudanças positivas no Brasil, tanto em termos de infraestrutura (turismo, mobilidade urbana, transporte coletivo, na modernização dos aeroportos, etc.), quanto em termos de imagem nacional e internacional do Brasil e no presente artigo do Rio de Janeiro.

Diferentemente do prometido, muito foi perdido não apenas economicamente, mas principalmente no que concerne a garantia de direitos. Isso porque, apenas na Copa do Mundo foram gastos R$ 25,5 bilhões, dos quais R$ 7 bilhões em mobilidade urbana, R$ 8 bilhões em estádios, R$ 6,2 bilhões em obras relativas a aeroportos, conforme relatório consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU). Por sua vez na contabilidade das perdas relacionadas a direitos humanos, o caso mais emblemático do Rio de Janeiro é o da comunidade da Vila Autódromo, que se tornou símbolo de resistência contra a politica de remoções associadas aos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro, mas teve cerca de 550 famílias removidas. Dados apresentados pela Prefeitura do Rio de Janeiro em julho de 2015 contabilizavam 22.059 famílias removidas na cidade do Rio de Janeiro, totalizando cerca de 77.206 pessoas, entre 2009 e 2015 (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2015.). Tanto que uma iniciativa do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro realizou a campanha "Jogos da Exclusão", desenvolvendo um "mapa da Exclusão" e realizando diversas manifestações no decorrer dos Jogos Olímpicos[6].

Um "ciclo oficial" de remoções se encerrou com término dos Jogos Olímpicos de 2016, momento em que determinadas obras foram paralisadas e outras tantas seguem se encontram atrasadas, mas determinadas populações seguem sendo removidas de seus territórios como a comunidade da Barrinha Janine de Castro localizada na Barra da Tijuca ou a comunidade de Rio das Pedras, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Tais remoções passam a ganhar legalidade com o Decreto nº 44.557, de 16 de maio de 2018, que instituiu um Grupo de Trabalho (GT) para tratar de assuntos relacionados a ocupações irregulares na cidade.

Por fim, dentre os legados deixados pelos megaeventos temos os Centros Integrados de Comando e Controle Regionais (CICCR), implementados nas 12 cidades sede de jogos e em Brasília, para os quais os investimentos superaram os R$ 810 milhões de reais. Os CICCs foram implantados a partir de contratos da Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos, do Ministério da Justiça (SESGE/MJ) com empresas de tecnologia de informação, serviços e infraestrutura, sendo destaque o contrato com o consórcio "Brasil

[6] Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Novembro de 2015. https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf Acesso em 10.06.2018

Seguro". Os centros envolvem mais de 10 instituições de segurança pública como polícia Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Rodoviária Federal no monitoramento e controle da segurança pública e emergências. Resta-nos saber qual segurança se busca com tal sistema, se do morador da orla do Leblon ou do morador da Cruzada São Sebastião ou da Chácara do Céu.

A "cidade-empresa" carioca se conforma pós-megaeventos em cidade de flexibilidade, oportunidade e negócios para determinadas segmentos socais, mas de remoções, controle e exceção outros, dentro de um urbanismo que denominaremos militarizado.

Urbanismo, militarização e controle

A adoção de um modelo de gestão empresarial da cidade tem na coerção do Estado o recurso para fazer respeitar o direito do mercado e o direito privado (DARDOT; LAVAL, 2016, p.155), ou seja, a governabilidade neoliberal prescinde de um estado forte, coercitivo e guardião do direito proprietário, do direito privado, afinal a "conversão dos espíritos" não é suficiente para a racionalidade neoliberal, sendo necessárias técnicas e dispositivos de disciplina, "(...) sistemas de coação, tanto econômicos como sociais" (DARDOT; LAVAL, 2016, p.193) os quais se diversificam conforme a necessidade.

As técnicas de "disciplina", "controle" e "normalização" foram e são diversas, na cidade dos megaeventos, sendo a lei geral da copa, lei nº 12.633, de 2012, aquela que uniu mais claramente um controle mercadológico com o territorial. A lei dispunha sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013 chegando a delimitar limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição, os quais eram estabelecidos pelas autoridades competentes, conforme requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados, e nos quais se formava um cinturão com o perímetro máximo de 2 km (dois quilômetros) ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição, nos quais não apenas os fluxos e o comercio eram controlados, mas foram criminalizadas condutas de natureza comercial e direitos sociais e coletivos, como o direito do consumidor, foram flexibilizados.

Paralelamente a esse controle mais especifico no espaço dos eventos, temos a implementação de uma politica de controle das regiões favelizadas do Rio de Janeiro a partir das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), presentes na zona central, sul e oeste cariocas (num total de 38 UPPs instaladas na cidade do Rio de Janeiro), formando um cinturão de segurança para os lugares no entorno dos eventos esportivos e compondo a vitrine da "cidade-mercadoria". Se utilizando de discursos como "segurança, a porta de entrada da cidadania" (BRITO, 2013, p.814) vemos a institucionalização de uma "gestão" policial dos territórios, de modo que "(...) as UPPs veiculam não só um padrão de segurança publica, mas também uma proposta de intervenção urbana, em um contexto de crise urbana ou de crise de "planejamento urbano" (BRITO, 2013, p.85), com o discurso de segurança e "guerra às drogas". Cabe notar que o uso da categoria "pacificação" já se deu em praticas e expectativas do nosso passado colonial e contextos anteriores da vida nacional, em uma lógica clara de dominação.

> *"A governança, bem como o próprio exercício regular e organizado da dominação, supõe a construção de um "outro" por meio da inculcação de categorias e práticas, que logo se tornam amplamente conhecidas, partilhadas e utilizadas pelos atores sociais ali presentes. É com base nisso que se dá a instituição de uma unidade social imaginada como relativamente consensual (OLIVEIRA, 2017, p.49)*

A realidade da implementação das UPPs não se deu conforme o anunciado na mídia, mantendo o comércio varejista de drogas ilícitas continuou acontecendo nas comunidades pacificadas, porém com novos contornos como a venda dissimulada e menos ostensiva, o aumento da utilização de menores como vendedores e o aumento de olheiros inicialmente r posterior

rotinização da UPP como o (re)fortalecimento do tráfico e a (re)formatação dos "arregos" (MENEZES, 2018) após as Olimpíadas de 2016, quando se intensificou a descrença em relação ao projeto das UPPs, havendo rumores do iminente término das unidades e reorganização do efetivo policial a partir de novas estratégias dos interventores. Somam-se as diversas denuncias de violência institucional e violações de direitos individuais e coletivos nas operações policiais nas comunidades cariocas, denunciadas por coletivos que atuam nas favelas "pacificadas" e moradores que se articulam em campanhas como "Caveirão Não".

Terminado o ciclo de grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro com a reorganização de determinadas unidades de pacificação e encerramento das atividades de outras, vemos novos dispositivos de controle e disciplina serem reativados pelo Estado, como a garantia da lei e da ordem (GLO) prevista no art. 142 da Constituição Federal de 1988, disciplinada, em 1999, âmbito infraconstitucional e cujas diretrizes fixadas em Portaria Normativa nº 186/MD, de 31 de janeiro de 2014, do Gabinete do Ministro da Defesa conceitua as "operações de Garantia da Lei e da Ordem", da seguinte forma:

> *Operação de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) é uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001)*

No Estado do Rio de Janeiro, o Decreto de 28 de julho de 2017 autorizou o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem para o período de 28 de julho a 31 de dezembro de 2017, ampliando o período de autorização para 31 de dezembro de 2018, de modo que a realidade militarizada antes muito presente nas favelas e morros cariocas passa a ser presente também no asfalto e áreas nobres. O controle militarizado estabelecido pela GLO se soma a intervenção militar decretada dia 16 de fevereiro de 2018 (Decreto nº 9.288, de 2018), invocado o inciso III do artigo 34 da constituição Federal para "pôr termo a grave comprometimento da ordem pública".

Em quatro meses de intervenção militar aumentaram quase todos os principais indicadores de violência como operações policiais e militares, aumentaram as violações de direitos humanos e os índices de criminalidade não sofreram redução, conforme relatório "À deriva: sem programa, sem resultado, sem rumo" produzido pelo Observatório da Intervenção.

> *Em sua primeira operação na Vila Kennedy, Vila Aliança e Coreia, em 23 de fevereiro, militares abordaram aleatoriamente os moradores e os fotografaram, junto aos seus documentos de identificação. As imagens seriam remetidas para a Polícia, para checagem de antecedentes criminais. A OAB-RJ e a Defensoria Pública do Rio de Janeiro reagiram, lembrando que o Código Penal exige que as abordagens sejam baseadas em elementos objetivos e que o procedimento colocava toda a comunidade como suspeita. Apesar de defendida pelo Comando Militar do Leste, a ação não se repetiu (RAMOS, 2018, p.10).*

Vemos assim a crescente militarização da vida social do cotidiano através de uma gestão militarizada do espaço urbano e de controle[7], a qual se mostra ainda pior em periferias do capitalismo global como o Brasil e a cidade do

[7] Graham ao tratar da militarização da questão urbana, nos mostra o quanto técnicas, doutrinas e exercícios próprios das forças militares são usados para gerenciar riscos no espaço urbano. No Brasil Marcelo Lopes de Souza denominando essa militarização de "dimensão geopolítica supralocal da escala local" nos mostra que no sul global "não são apenas terroristas e criminosos que estão na mira das 'forças da ordem', mas sim qualquer agente potencialmente perturbador da ordem sócio-espacial hegemônica (SOUZA, Marcelo. In GRAHAM, Stepehn, 2016, p.15).

Rio de Janeiro, transformado de laboratório para todo o tipo de experiência de regulação social armada[8].

Governabilidade neoliberal no Rio de Janeiro e os riscos à democracia

O "neoliberalismo não é apenas uma ideologia ou um tipo de politica econômica, mas um sistema normativo que estende "a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida" (DARDOT; LAVAL, 2016, p.7) sendo a cidade, o território seu principal espaço de materialização dentro do regime de acumulação. Harvey é enfático ao nos falar que "os processos de acumulação não existem (...) fora dos respectivos contextos geográficos" (HARVEY, 2011, p. 120).

Dentro dessa geografia do capitalismo vemos toda uma produção normatizadora da cidade-mercadoria que segrega e exclui e se aproxima em muito do "Estado de Exceção" de Agamben, que nos mostra o quanto o processo de extensão da racionalidade mercantil desaparece com as fronteiras do público e do privado "corrói até mesmo os fundamentos da própria democracia liberal" (AGAMBEN, 2004, p.379) que se manifesta na "suspensão da lei e transformação do estado de exceção em estado permanente" (AGAMBEN, 2004, p.382). Esse novo regime e sua governamentalidade escoram-se num quadro normativo global que rompe a aliança histórica entre Estado nacional, sistema econômico e democracia representativa.

O neoliberalismo enquanto governo de exceção democrática dilui estruturas clássicas usadas no "mundo do direito" como "Estado de direito" e "Estado democrático de direito", esvaziando conceitos como o de democracia (deslocamento no qual o termo democracia serve para diferentes projetos políticos – "desdemocratização" da Wendy Brown) e consequentemente empobrecendo a cidadania (cidadania aqui entendida enquanto garantia de direitos de igualdade). Tanto as mudanças de infra-estrutura trazidas pelos megaeventos quanto a implementação e reorganização ao aparato policial militar na cidade do Rio de Janeiro remetem a uma suposta busca pela ordem. Ocorre que "ordem não é um conceito neutro e sua definição operacional, em todos os níveis do processo de tomada de decisão politica, envolve escolhas que refletem as estruturas politica e ideológica dominantes. Portanto, a noção de (des)ordem envolve julgamentos ideológicos e esta sujeita a estereótipos e preconceitos sobre a conduta (in)desejada de determinados indivíduos." (ZAVERUCHA, 2010, p.42, p.49) dentro do que podemos chamar de uma cidadania negativa, na qual o sistema genocida é cumplice das agencias do Estado.

O termo "ordem" possui definição conceitual variável de acordo com o interesse ideológico em jogo, podendo vir a servir tanto aos regimes autoritários, quanto aos democráticos, tamanhas as possibilidades de uso conforme o modelo de Estado instituído, o que no caso brasileiro, em especial o carioca nos mostra um modelo de Estado neoliberal e "cuja governamentalidade está centralizada, seja pela anulação da democracia (...), seja pela sua minimização" (CANDIOTTO, 2012, p.24). O Brasil se coloca como lugar no qual a ordem cosmopolita legitima e legaliza formalmente a política do estado de exceção. O Rio de Janeiro por sua vez, se mostra como *locus* de maior incidência da exceção militarizada, que ao reatar com prerrogativas pré-modernas de "guerra justa", "guerra contra o tráfico de

[8] Aqui temos como principal exemplo de uma "gestão" policial dos territórios, as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), as quais "veiculam não só um padrão de segurança publica, mas também uma proposta de intervenção urbana, em um contexto de crise urbana ou de crise de "planejamento urbano"" (BRITO, 2013, p. 85). Exemplo temos nas comunidades da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, as quais encontram-se em situação de ocupação militar em que pese não ter havido decretação de estado de defesa, estado de sitio ou intervenção federal. Tanto que "(...) Após um ano de ocupação, o numero de militares empregados atingia a casa dos 1.860, e os gastos públicos envolvidos beiravam R$160 milhões" (BRITO, 2013, p. 85)

drogas" e "batalha do bem contra o mal", funda na exceção soberana um modelo de Estado, que permanentemente afirma o território da regra e da exceção.

Conclusão

Podemos afirmar a existência de um projeto politico neoliberal de governabilidade. Este projeto não traz mais a ideia democrática (entendendo "democracia" como uma forma de governo na qual o poder está nas mãos de todos ou da maior parte), mas uma construção de um novo regime e um quadro normativo global que rompe a aliança histórica entre Estado nacional, sistema econômico e democracia representativa, que em muitos aspectos deriva de uma antidemocracia, na qual o direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e de qualquer controle, mesmo o do voto universal.

O sempre presente discurso da crise somado à "guerra às drogas", violência urbana e medo na cidade, oportuniza a implementação de medidas excepcionais de militarização, intervenção e controle em um agigantamento do aparato estatal vigilante, coercitivo e repressivo, que abre espaço para investidores, visitantes e usuários solventes na cidade, abertura claramente seletiva.

Os possíveis caminhos desta gestão e controle de vida e morte das populações que cada vez mais se espraia globalmente estão em repensar o espaço público e comunitário e coletivo, de modo que ideias, interpretações do mundo e da vida passam ser compartilhados em um exercício ampliado e real do poder democrático em lutas não apenas de resistência, mas de existência. Tais práticas, que são potentes e biopolíticas, nunca deixaram de existir, apenas ainda são estão e são muito espalhadas ou invisibilidades pelo discurso neoliberal, devemos busca-las.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção; trad.** Iraci D. Poleti. 2ª ed., São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Jaime Amparo. **Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo.** Revista do Departamento de Geografia – USP, São Paulo, Volume 22, p. 108-134, 2011.

_____.Necro-política espacial: a produção racial da morte em São Paulo. **Revista da ABPN, v.** 1, n. 3, p. 89-114, 2010.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX.** SP: Annablume, 2008.

BOAVENTURA, Santos. **A difícil democracia – Reinventar as esquerdas.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. "Reinventar as Esquerdas" e Epílogo.

BRITO, Felipe Brito. **Considerações sobre a regulação armada de territórios cariocas.** In.: BRITO, Felipe Brito; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013.

CANDIOTTO, Cesar. **Neoliberalismo e Democracia.** In.: Princípios, UFRN, CCHLA v.19, n. 32, jul./dez. 2012, Natal (RN) EDUFRN – Editora da UFRN, 2012.

CHALOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: Curso dado no Collège de France (1977-1978).** Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT. **Michel.** Vigiar e punir: Nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete, 35. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GRAHAM, Stephen; Cidades Sitiadas; tradução Alyne Azuma. **1ª edição.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio", Espaço e Debates, ano XVI, n.** 39, 1996, p. 48-64.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MENEZES, Palloma Valles. **Os rumores da 'pacificação': A chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus.** Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, [S.l.], v. 7, n. 4, p. 665-684, out. 2014. ISSN 2178-2792. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7267>. Acesso em: 16 Mar. 2018.

MENEZES, Palloma Valles. **Monitorar, negociar e confrontar: as (re)definições na gestão dos ilegalismos em favelas "pacificadas" (prelo)**

OLIVEIRA, João Pacheco de Oliveira. **Uma guerra sem fim: A retórica da 'pacificação' e práticas institucionalizadas de produção da desigualdade.** In.: Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs. (Org) Adriana Barreto de Souza... [et al.]. São Paulo: Alameda, 2017.

RAMOS, Silvia (coord.). **À deriva: sem programa, sem resultado, sem rumo.** Rio de Janeiro: Observatório da Intervenção/CESec, abril de 2018.

VAINER, Carlos. **"Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano".** In: Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. B.. A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos. 5ª ed. Petropolis: Vozes, 2009ª.

VAINER, Carlos. **"Os liberais também fazem planejamento urbano: glosas ao "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro".** In: Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. B.. A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos. 5ª ed. Petropolis: Vozes, 2009b.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil Democracia.** Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Sites:

http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/2116763/4104305/RioGestaoAltoDesempenho.pdf Acesso em 10.06.2018

https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf Acesso em 10.06.2018

https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf Acesso em 10.06.2018

narrativas do capital: Discursos urbe et orbi sobre o viaduto estaiado de Curitiba

COMIN, BIANCA P. (1)

1. UTFPR. Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Rua Dep. Heitor Alencar Furtado, 5000 – Campo Comprido, Curitiba, PR, 81280-340
biancacomin@hotmail.com

Resumo

Dentre os diversos mecanismos utilizados pelo Estado-capital para alçar as cidades ao competitivo mercado global, o sediamento de grandes eventos mundiais é um dos que se mostra mais capaz de direcionar seus holofotes às cidades-sede. Contudo, grande parte dos investimentos ocorridos nessas cidades resume-se a meras ações de acupuntura urbana e não contempla as complexidades inerentes ao espaço citadino, reforçando centralidades já existentes. Ademais, essas ações não necessariamente mostram-se significativas para a melhoria do aparato urbano em termos funcionais e de infraestrutura, mas agem sobre o campo simbólico e arquetípico desses lugares. Esse tipo de ação pode obliterar a função social da cidade em favor da financeirização e da espetacularização do espaço urbano. Inclusive, em alguns casos isso é tão evidente que o reforço da atratividade dos espaços se dá por intervenções de cunho mais artístico-monumental que urbanístico. Desta feita, dá-se margem à construção de monumentos em pontos específicos das cidades, os quais têm o intento de criar ou mesmo reforçar discursos de interesse do "capitalismo artista". Nesse sentido, a monumentalização das paisagens urbanas poderia ser compreendida como um processo de aumento da atratividade das cidades-produto aos olhos do capital-consumidor, o qual se utiliza de persuasivos discursos-slogan e de sedutores processos de embelezamento da imagem-embalagem como estratégias de venda. Portanto, o que se propõe aqui é estudar a instalação do viaduto estaiado Francisco H. dos Santos em Curitiba-PR – uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 – enquanto monumento urbano inserido nesse panorama. Sob a premissa de desafogar o fluxo e de eliminar a concentração de veículos causada pela interseção semafórica entre as avenidas Comendador Franco e Francisco H. dos Santos, o viaduto custou altas cifras aos cofres públicos e deu origem a uma diversidade de discursos acerca das reais intenções da sua construção. Localizado na via que faz a principal ligação entre o aeroporto Afonso Pena e o centro da cidade de Curitiba, a obra mostra-se como um portal de entrada para aqueles que chegam à capital via aeroporto. A opção pela solução estaiada, ainda que defendida pela Prefeitura do município devido às suas benesses técnicas, reproduz um modelo defasado de modernização do espaço já implantado em outras cidades da América e, assim, enfatiza a perda do caráter inovador de Curitiba no que se refere às soluções urbanísticas. Com o objetivo de contrapor o discurso dominante (orbi) acerca da instalação desse monumento com aqueles fornecidos pelos habitantes locais (urbe), o presente artigo utiliza como metodologia a análise de entrevistas realizadas com habitantes do entorno do viaduto e também de declarações fornecidas pelos órgãos municipais aos principais meios midiáticos. Por essa análise, pôde-se perceber que o discurso dominante mais mascara as ações impositivas de um urbanismo pautado em princípios mercadológicos que as explica, ressaltando a atuação de uma gestão urbana cujas práticas global-mercantis, preponderam sobre as local-sociais.

Palavras-chave: Paisagem urbana; arquitetura de espetáculo; Curitiba; viaduto estaiado.

historicamente, a cidade se consome

Desde os primeiros agrupamentos urbanos, a formação de cidades acompanhou as necessidades humanas. Sendo assim, a função por elas exercida no contexto de cada sociedade modificou-se ao longo de um continuum histórico. No princípio, a adoção de um modelo sedentário para o cotidiano humano tornou imprescindível a societalização e, consequentemente, a divisão do trabalho e a prestação de serviços. Isso permitiu à cidade tornar-se um local de intensas trocas, o que ainda é bastante evidente mesmo nos dias atuais: trocam-se serviços, mercadorias, conhecimentos e, não obstante, experiências. Sob uma vertente mais etérea, Aristóteles chegou a afirmar que o objetivo primeiro das cidades é o de fornecer aos citadinos os subsídios para que estes alcancem a verdadeira felicidade. Para o filósofo, a cidade *per se* já poderia ser considerada o próprio trunfo da humanidade, pois se constitui como o lugar onde convivem harmoniosamente numerosos seres humanos especificamente distintos.

Tal concepção é de todo sensata se imaginarmos que o modelo que a embasou é aquele da polis grega. A existência de espaços de convívio e de discussão de ideias – no caso da ágora – salienta que sua forma corresponde à função: a cidade é filha dos desígnios sociais. Quando pensada nos tempos do Renascimento, vê-se que o apreço pelas artes, pela simetria e pela arquitetura clássica também se reflete nos espaços urbanos das cidades do *cinquecento*. Já em meados do XVIII, o advento da produção mecanizada deixou de lado questões urbanas para priorizar a produtividade e o lucro; assim, as cidades ficaram submetidas a uma série de problemas estruturais e sanitários.

Com o passar dos anos, as benesses da Revolução Industrial permitiram a reformulação do ambiente urbano no período anteguerras. A iluminação pública, a democratização dos sistemas de transporte e até mesmo as questões de defesa e controle do território ditaram a necessidade de reformulações desse ambiente urbano, tais quais as assinadas por Haussmann no século XIX. Vivia-se a *belle-époque*: momento de auge da vida urbana, da *flânerie* e das artes modernas.

A "máquina de morar" de Corbusier é, inclusive, uma das resultantes tardias desse mesmo processo. Na cidade moderna do XX, sua forma obedece a uma lógica organizacional mais mecânica que humana, preocupando-se, por vezes, mais com questões funcionais que ambientais em si mesmas – tal qual o era a produção fabril da Revolução. Lipovetsky e Serroy (2015) afirmam que a arquitetura modernista deu à cidade um ar tão utilitário que, por vezes, obliterou questões sensoriais e de ambiência, desumanizando, maquinizando e uniformizando seus espaços.

Todo esse contexto inicial embasa as próximas colocações a respeito da atual "cidade hipermoderna" (Lipovetsky e Serroy, 2015). Acredita-se que o primeiro ponto que fica evidente após este preâmbulo é o de que a cidade responde aos ditames socioeconômicos de cada época, variando sua forma e função segundo os desígnios que fundamentam a sociedade em cada período considerado. O segundo é o de que os fatores históricos permitiram-nos chegar à cidade atual que, diferentemente de outros momentos, revela-se mais refém que agente de si mesma. Isso porque, por refletir os imperativos do sistema econômico vigente, a cidade se torna um produto vendido em embalagens meticulosamente arquitetadas para atrair os consum(invest) idores num mercado global: eis uma cidade que se consome.

Dessa forma, o espaço urbano tem deixado de ser produção social para ser constructo capital. Com exceção de algumas ações protagonizadas por movimentos de resistência, essa é a tendência: gestões urbanas subvertidas operam (às vezes mascaradamente e outras nem tanto) na cidade com o objetivo de torná-la mais atrativa ao capital investidor. Valoriza-se a imagem, pois a aparência do produto conquista o consumidor: característica do urbanismo neoliberal que, para atingir seus objetivos, usa de intervenções

de caráter acupuntural (Lerner, 2011) focadas na valorização estética e na espetacularização do cenário urbano.

Como resultado, muitas questões sociais são postas de lado em nome da construção de monumentos que vivifiquem a ideia de modernidade, de atualidade e, mais ainda, de que a cidade é um espaço confiável para se investir. Foca-se mais em atender aos interesses globais que aos locais. Da mesma maneira que as diferentes marcas de um mesmo produto usam estratégias de marketing para conquistar um mercado consumidor cada vez maior, assim também o é com as cidades, que passam a disputar umas com as outras a atração por grandes investimentos.

Contudo, a população nem sempre passa alheia a este processo. Por vezes, as ações de uma gestão urbana autoritária são incompreendidas pelos citadinos, que constroem discursos de contraposição àqueles dominantes. Levantam-se questões sobre as reais intenções de tais ações e mesmo sobre a ineficiência da administração dos gastos públicos com obras que enaltecem mais os olhos de quem por elas passa que o cotidiano de quem as vive. A polarização desses discursos é o que alimenta a análise aqui proposta, pautada pela incompatibilidade entre a teoria e a prática de um urbanismo que se pretende humano, mas que cerra seus ouvidos aos reclames locais.

A cidade é Curitiba: a "capital social", "capital ecológica", "cidade modelo" ou mesmo a "República de Curitiba". Mas o ano é 2014, então Curitiba é "cidade-sede" da Copa do Mundo FIFA. O local é a Avenida Comendador Franco: portal de entrada da capital para aqueles que chegam a ela via aeroporto Afonso Pena. O ponto é um viaduto estaiado de 84,5 milhões de reais sustentados em 129 metros de extensão e 74 metros de altura (Brandenburg e Chimenez, 2015), instalado na interseção entre a avenida citada e a de nome Francisco Heráclito dos Santos. O universo é a população residente no entorno desse monumento.

O que se busca, portanto, é apreender as razões da contradição entre o discurso gestor *orbi* e o discurso habitante *urbe* acerca da construção desse viaduto. Para isso, insere-se tal intervenção urbana no contexto de um urbanismo de mercado cujas ações foram exponencializadas em virtude da escolha de Curitiba como cidade-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Os recursos empregados para propiciar tal compreensão foram as entrevistas fornecidas pelos habitantes da região e a coleta de declarações feitas aos meios midiáticos por parte dos órgãos gestores. As discussões presentes nas próximas seções enfatizam a atuação de uma gestão de princípios neoliberais, preocupada em preparar seu produto para encenar sob os holofotes do grande capital.

MEGAEVENTOS, MONUMENTOS E GRANDES NEGÓCIOS

Eventos de repercussão global como as Olimpíadas, as Exposições Mundiais (Expo World) e a Copa do Mundo, podem ser considerados como megaeventos devido ao montante de ações que mobilizam em um curto espaço de tempo, sejam elas em termos de movimentação de pessoal, de alcance midiático ou de investimentos físicos em infraestrutura, segurança, urbanismo e outros. Além disso, constituem uma oportunidade ímpar para propagandear a imagem da cidade, já que sua publicidade seleciona aspectos, imagens, ambientes e paisagens que reiteram um ideário de modernização, clareza, estabilidade e confiabilidade para o capital investidor.

Ademais, os benefícios do sediamento desse tipo de evento para as cidades-sede constituem o discurso dominante de agências como a ONU, por exemplo. No documento *Shanghai Manual – A Guide for Sustainable Urban Development in the 21st Century* redigido em 2011 como resultado dos debates promovidos pela Expo World 2010 realizada naquela cidade, a ONU defende uma posição extremamente favorável e positiva da cidade-negócio. Reitera, ao longo do texto, a necessidade de as cidades estarem receptivas aos

eventos e capitais globais, pois considera que estes são meios para alavancar sua imagem a nível mundial por meio de investimentos que agradam os olhares externos. Afirma ainda que esses eventos de alcance mundial atraem os holofotes globais por algum período de tempo e propiciam a injeção de investimentos conjuntos das esferas municipal, nacional e estrangeira nos lugares-sede, criando infraestruturas e discursos que permitem que sua imagem seja requintada, maximizada e contenha elementos que garantam a sua segurança às elites representantes do capital de investimento. Esse documento (ONU, 2011) apresenta ainda um guia que auxilia na escolha do "melhor evento" para a cidade em questão com base em algumas variáveis como o grau de exposição midiática intentada e a quantidade de visitantes que se deseja receber.

Tal posicionamento por certo se mostra sustentável apenas no título – não considera as questões locais e sugere a cidade como campo de ação das forças globais. Reclames internos são obliterados em função da obediência a um ditame externo, até porque as forças globais mostram-se imensuravelmente mais poderosas que as locais se considerarmos uma política neoliberal de investimentos. Além disso, muitas dessas ações de melhoramento urbano ocorrem em pontos específicos e estratégicos da cidade, não considerando a complexidade do sistema urbano, menos ainda sua sustentabilidade. Portanto, apesar de o discurso hegemônico propagar mensagens de legado, o que resulta desse tipo de intervenção são construções de cunho mais estético que estrutural, as quais não se constituem como melhoria significativa do aparato urbano em termos macro.

O poder de hegemonia desse discurso reside no uso de um aparato imagético e discursivo que não cogita as contradições, e que busca firmar-se como inquestionável e verdadeiro pela valorização intensa de seus aspectos positivos (Omena, 2015). Para Lipovetsky e Serroy (2015, p. 225), o momento atual

> *Assiste ao desenvolvimento da mis-en-scène da cidade e do city marketing, e as cidades se empenham num trabalho de identidade visual, de imagem e de comunicação para conquistar "fatias de mercado", tal como as marcas comerciais.*

Assim, na cidade-produto, omitem-se as mazelas urbanas que são inerentes aos imperativos do sistema econômico vigente, bem como todos aqueles aspectos que possam atrapalhar a venda da imagem de uma cidade bem resolvida em termos urbanísticos. Isso porque "a venda da imagem de cidade segura [para se investir] muitas vezes vai junto com a venda da cidade justa e democrática" (Vainer, 2002, p. 81), mas tudo isso ocorre a nível pró-forma. Nesse tipo de estratégia, criam-se uma imagem-síntese da cidade e um discurso limitado e monofocal sobre ela que, majoritariamente, não se coadunam com a realidade, mas se comprazem aos desejos do capital investidor (Sánchez, 2001a).

Para reforçar a imagem da cidade, outro recurso que auxilia a ajustá-la aos moldes do que se pretende que ela simbolize e/ou signifique é a monumentalização das paisagens. Segundo Sánchez (2001a), ao criar-se um ícone monumental ou mesmo qualquer objeto material na cidade, cria-se, além da sua materialidade, um discurso sobre ele, ou seja, uma dimensão simbólica que, nem por isso, deixa de ser ela própria representativa de uma realidade. Para a autora, o discurso sobre o elemento construído representa a maneira como este será consumido.

Andreotti (2012) denomina eurritmia à inserção de elementos que quebram a continuidade – até então – lógica da paisagem, e revela que a inserção de elementos estranhos a ela pode causar sensação de repulsa por parte daqueles que a vivem. Para a autora, "a entrada à força de corpos estranhos à tradição rompe com resultados destrutivos o equilíbrio do espaço definido, harmonioso, completo na sequência da época e dos estilos que traçaram sua existência" (Andreotti, 2012, p. 14). O estranhamento decorre da sensação de que há uma interrupção no processo histórico de formação de paisagens

que talvez, à época, também tenha se formado de maneira repentina, mas que, anos depois, passou a fazer parte do imaginário local, pois "a eurritmia, através do símbolo, agrega à cultura também aquilo que foi apresentado como antagonista, diferente, não homogêneo" (Andreotti, 2012, p. 10).

Os monumentos, nas palavras de Lynch (1980), são elementos marcantes na imagem da cidade, pois podem ser facilmente identificados pelo observador, garantindo tanto a identidade da imagem quanto o senso de localização no espaço. Ao combiná-los com outros dos elementos da cidade – como cruzamentos de ruas, bairros ou vias de significativa importância – é possível reforçar sua identidade. Contudo, vale ressaltar a opinião de Lipovetsky e Serroy (2015) sobre a monumentalização e espetacularização das imagens. Incrementar as paisagens urbanas não necessariamente é sinônimo de construção de significados e de embelezamento urbano. Para esses autores, na cidade hipermoderna muitos dos monumentos são desprovidos de significações e não têm outro objetivo senão a apreciação estética ou mesmo a valorização dos espaços com vistas aos interesses mercantis. Ao contrário dos monumentos que narravam uma história ou que aludiam à grandeza e à transcendência dos homenageados, os monumentos hipermodernos carecem de sentido e se destinam apenas a "*designizar*" as paisagens. "À hipertrofia da forma ou do volume responde o minimalismo do conteúdo e das mensagens veiculadas: excrescência da imagem, retração do sentido" (Lipovetsky e Serroy, 2015, p. 193).

É por esse motivo que se torna possível considerar que a arquitetura da cidade hipermoderna é a arquitetura de espetáculo ou mesmo do hiperespetáculo: a forma dos monumentos é ideada tendo em vista apenas o efeito espetacular e momentâneo que causa em quem a observa (Lipovetsky e Serroy, 2015). Ainda para esses autores, esse modelo de arquitetura responde a uma estética mercantil, consumista e necessariamente imediatista "[...] que consiste em fazer imagem e causar choque, uma estética midiática do instante imediato sem prolongamento emocional, adaptada aos desejos de fruição direta e rápida do neoconsumidor" (Lipovestky e Serroy, 2015, p. 193).

Contudo, mesmo que o objetivo dos monumentos hipermodernos seja puramente físico, acrescentar monumentos às paisagens urbanas não acarreta modificações exclusivamente de ordem material; as paisagens-imagens são também produto de um processo de formação simbólica tanto num sentido social quanto psicológico. Tal qual revela Sánchez (2001b), elas são capazes de projetar um código produzido por certos atores aos cidadãos, que o recebem passivamente.

Assim, o espaço público passa a ser formulado, produzido e arquitetado por uns poucos atores, na lógica dominante. O espaço urbano é pensado apenas em termos de gestão, não sendo construído como resultado do exercício da democracia local (Dreyfuss, 1995). A cidade-mercadoria, espelhando as lógicas do sistema, é um ambiente desigual, onde uns são mais atores que outros, e onde o exercício da cidadania é encoberto pelo véu das promessas da globalização, negando a construção política e democrática da cidade.

Todavia, em grande parte das vezes, identificam-se discursos opostos ao hegemônico aqui e ali. Ainda que por vezes desmobilizados, estes representam a insatisfação de certa população para com as ações autoritárias exercidas sobre um espaço que se diz democrático. Esse tipo de resistência coaduna-se com o desejo de construir uma cidade mais humana e que corresponda aos anseios daqueles que nela habitam, e encoraja as forças locais. Segundo Harvey (2009, p. 45) esse tipo de posicionamento vai ao encontro do próprio caráter social da construção urbana, pois a concepção da cidade que queremos é inseparável do tipo de pessoa que desejamos nos tornar. Assim, buscar uma cidade mais justa e popular enquanto cidadão equipara-se ao ímpeto de se tornar também um ser humano mais íntegro e compreensivo.

O CASO DO VIADUTO ESTAIADO DE CURITIBA

Sob as premissas de eliminar a lentidão do tráfego provocada pela presença de semáforos e desafogar o trânsito existente no cruzamento entre as avenidas Comendador Franco (Avenida das Torres) e Coronel Francisco Heráclito dos Santos (Figura 1), a Prefeitura de Curitiba, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), aprovou, no ano de 2011, a construção de um viaduto no local (Curitiba, 2011). Trata-se uma obra de arte especial de engenharia que, por se tratar de uma modalidade de cruzamento em desnível, cumpriria com os objetivos a que se propunha. A localização do viaduto é estratégica, pois está instalado no corredor que liga o aeroporto internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais, e o centro de Curitiba.

Figura 1 – Localização do viaduto Francisco H. dos Santos
Fonte: Autora (2018)

O projeto do viaduto, de autoria do próprio IPPUC, aprovava um modelo do tipo estaiado, com extensão de 129 metros, sustentado por 21 cabos de aço, engastados em um pilar diagonal de 74 metros de altura (Figura 2) (Brandenburg e Chimenez, 2015). Executado por um consórcio entre as construtoras J. Malucelli e C. R. Almeida, o viaduto custou altas cifras para o Poder Público – cerca de R$ 84,5 milhões (Marchiori, 2012) –, envolvendo financiamentos federais advindos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Copa e investimentos municipais.

Figura 2 – Vista do viaduto Francisco H. dos Santos sobre a Av. Comendador Franco
Fonte: Justi (2014)

O viaduto teve sua inauguração na data de 12 de abril de 2014 (Curitiba, 2014), sendo uma das obras viabilizadas pelo rol de melhorias para a Copa do Mundo FIFA de 2014. Contudo, as extensas cifras despendidas pelos cofres públicos provenientes da escolha deste modelo de solução geraram questionamentos: uma parte da população curitibana, alguns especialistas e, principalmente, os moradores do entorno da obra ainda se indagam a

respeito do real custo-benefício de sua construção e das intenções do Poder Público em viabilizá-la.

Essas constatações baseiam-se tanto na falta de transparência do processo licitatório quanto na rapidez de aprovação da sua execução, o que sugere dúvidas a respeito do favorecimento de determinadas empreiteiras no vencimento das licitações. Ademais, na própria planilha de custos da matriz de responsabilidades para a Copa do Mundo FIFA de 2014, a obra do viaduto não é citada explicitamente, mas apenas como parte das obras do corredor aeroporto-rodoviária (Portal da Copa, 2016; Firkowski, 2015). Isso reitera a obscuridade das informações, já que uma obra de montante tão significativo deveria constar como um item específico desse documento. Além disso, quando se visita o Portal da Copa[1], a única planilha de medição disponível para consulta é aquela referente ao primeiro mês da obra.

A despeito de todas essas questões de cunho orçamentário e burocrático, há que se mencionar também a falta de democratização no processo de inclusão do viaduto no espaço urbano. Segundo relatos dos próprios moradores entrevistados[2], não houve nenhuma consulta à população local anteriormente à instalação da obra. Inclusive, algumas residências do entorno precisaram ser desapropriadas às pressas para viabilizar a execução do projeto em tempo hábil (Brandenburg e Chimenez, 2015). Ademais, a decisão pela solução do projeto se deu, unicamente, pelo órgão gestor urbano.

Essa série de ações impositivas que permearam a instalação do viaduto estaiado levanta dubiedades a respeito da solução arquitetônica e de engenharia adotada; adicionam-se também os constantes incrementos no custo da obra: "a obra do viaduto estaiado superou cerca de 60% o seu custo no projeto original, sem qualquer discussão com os habitantes locais" (Brandenburg e Chimenez, 2015, p. 118). Diante disso, algumas outras questões de caráter político e mercadológico passam a ser consideradas. Como exemplo, cita-se a escolha da solução estaiada que, embora defendida pelo IPPUC como aquela que permitiria manter o tráfego da avenida Comendador Franco, chega a custar oito vezes mais que a construção de uma trincheira (Marchiori, 2012); solução esta aplicada, inclusive, em outro ponto do mesmo corredor aeroporto-rodoviária, sob a mesma avenida Comendador Franco, a poucos quilômetros da obra do viaduto.

Paralelamente, pode-se dizer que os esteios do viaduto sustentam não apenas a plataforma de rolamento, mas também a carga simbólica e monumental que advém da opção por tal solução. Pontes e viadutos estaiados têm sido uma solução reproduzida em grandes cidades emergentes, como São Paulo (Brasil), Chirajara (Colômbia) e Bangkok (Tailândia), e carregam consigo um discurso de inovação e de suposta paridade com o alto nível tecnológico requerido para sua execução. Por outro lado, a simples reprodução de modelos empregados mundialmente acaba por bestializar a solução justamente por ela repetir um modelo enfadonho e ultrapassado que prioriza questões estéticas às urbanísticas.

Do ponto de vista da paisagem, as grandes dimensões do viaduto diante do entorno acabaram por torná-lo um monumento, no sentido que Lynch (1980) confere a esse termo. A destituição de um sentido para sua construção coloca-o na posição de arquitetura de espetáculo hipermoderna, dado que a principal intenção de sua execução é o choque que causa no espectador que trafega pela Av. Comendador Franco. A grandeza do pilar de cor vermelha que ancora os esteios não permite que a obra passe despercebida nem aos olhares mais distraídos.

Nesse aspecto, vale ressaltar a importância da valorização da imagem diante dos olhos do capital, neste movimento que Lipovetsky e Serroy

[1] <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa>

[2] Relatos concedidos em entrevista à autora entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2015, entre as 10:00 e 17:00.

(2015) chamam de capitalismo artista. A busca pela atratividade da cidade em um cenário mundial reitera a necessidade de constante afirmação de que se trata de um ambiente moderno, atualizado e seguro para investir. Analisando-se as características das obras realizadas no corredor aeroporto-rodoviária, pode-se afirmar que a totalidade delas teve esse intento como mote: preparar os espaços para os olhares externos, pois se aplicou um grande esforço em trabalhar sobre o gigantismo da forma sem a respectiva atenção ao conteúdo. Trata-se da compreensão do espaço citadino enquanto um produto comercializável, que embasa o conceito de cidade neoliberal. As melhorias no espaço urbano são realizadas com vistas à atratividade ao capital externo e não necessariamente levam em consideração as questões e as opiniões de moradores do entorno.

Diante dessas considerações, entendidas como contrafaces ao discurso predominante das obras da Copa do Mundo FIFA 2014, o qual se populariza pelo apoio de grande parcela do meio midiático, faz-se necessário "[...] destacar a urgência de um novo modelo de política urbana reconhecendo, sobretudo, outros modos de produção da cidade [...]" (Brandenburg e Chimenez, 2015, p. 122), especialmente aquele que se refere à produção social do espaço urbano. Mostra-se como necessidade iminente rever as prioridades consideradas pelos órgãos de planejamento urbano e pelo próprio Poder Público, de maneira que existam espaços que aliem as obras urbanas às reais necessidades da população que neles vivem e que correspondam às demandas de uma cidade democrática, e não de um urbanismo corporativo de princípios mercadológicos.

MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Os dados trabalhados neste artigo são resultado de uma pesquisa de dissertação de mestrado. Assim, será selecionada apenas a parcela dessas informações que se mostra pertinente aos objetivos aqui propostos, como será visto nesta seção.

Para tomar conhecimento da opinião da população a respeito da inserção do viaduto estaiado Francisco H. dos Santos nos arredores de seus locais de permanência e, paralelamente, compreender quais os discursos por eles protagonizados, lançou-se mão de entrevistas com a população que habita o entorno do viaduto, num raio de até 350 metros partindo da interseção entre as avenidas Francisco H. dos Santos e Comendador Franco. Foram realizadas 12 entrevistas – sendo 7 mulheres e 5 homens adultos –, nos locais ilustrados pela Figura 3. Os triângulos azuis representam os locais onde a população residente foi entrevistada. A numeração das entrevistas segue o sequenciamento cronológico de sua realização e constitui os códigos que serão posteriormente utilizados para identificar cada resposta.

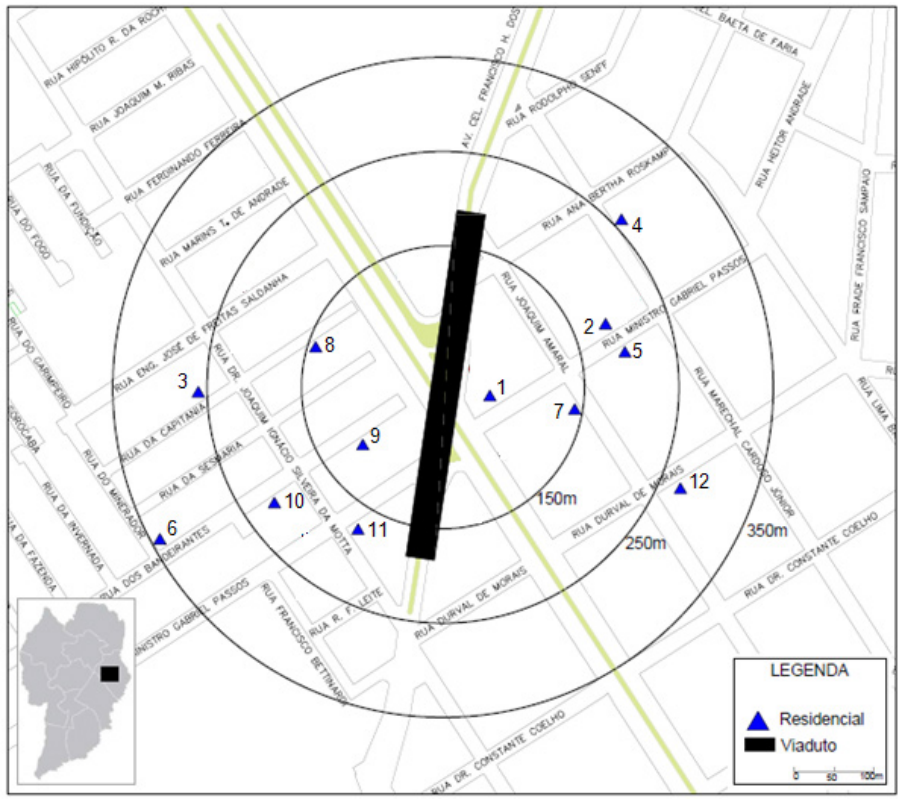


Figura 3 – Pontos de coleta de entrevistas
Fonte: Autora (2018)

As entrevistas foram realizadas no período de 14 a 17 de dezembro de 2015, no intervalo das 10:00 às 17:00. O questionário compreendia um total de quatro perguntas. O foco da presente análise considera apenas as respostas fornecidas à primeira pergunta, qual seja: *"o que o viaduto estaiado significa para o seu bairro?"*. A partir desse questionamento, solicitou-se que o entrevistado o respondesse fazendo uso de um desenho, o qual foi posteriormente analisado enquanto mapa mental. Os mapas mentais não serão objeto de análise desta pesquisa; contudo, foram registrados os comentários feitos durante a sua produção e as respostas verbais à pergunta anteriormente mencionada, e é sobre essas narrativas que a presente análise se debruçará.

Em contrapartida, o discurso dominante, de autoria da gestão urbana do município, foi propagado pelos principais meios midiáticos da cidade, especialmente os jornais digitais e físicos de grande circulação. Além disso, algumas entrevistas de profissionais do IPPUC foram concedidas a esses meios e serão igualmente utilizadas como fontes de dados relativos à construção do viaduto estaiado, representantes do discurso hegemônico. Inclusive, alguns já constam na seção 3 deste trabalho.

DISCURSOS URBE ET ORBI

Nesta seção busca-se apresentar, discutir e contrapor os discursos encontrados como resultado das pesquisas realizadas. O Quadro 1 organiza as respostas fornecidas à pergunta *"o que o viaduto estaiado significa para o seu bairro?"* pela população residente. Nele constam as declarações fornecidas relativamente ao código de identificação de cada entrevistado, conforme mostrado pela Figura 3. As declarações que não constam nesse quadro são aquelas em que não houve resposta verbal à pergunta, apenas a produção do mapa mental.

Quadro 1 – Declarações dos entrevistados (início)

CÓDIGO	DECLARAÇÃO
2	"Pra mim não significou nada."
3	"Eu acho que valorizou a região [...]. É, tem gente que não gosta... pra mim, se foi superfaturado, se não foi, aí já é outra coisa, mas ele não é feio, eu acho positivo."
4	"Eu adoro o viaduto, acho ele lindo! De verdade, é um cartão postal pra quem vem de fora. Quando você vai de Curitiba pra São José [dos Pinhais], tem o portal que diz que você tá entrando em São José [dos Pinhais]. Agora quando você vinha de lá pra cá, não tinha nada. Então ele passa a marcar a entrada da nossa cidade. E além de ser um ponto de referência, é um ícone, um monumento bonito."
5	"[...] acabou o sossego aqui, tá muito movimento nessa rua, caminhão principalmente... isso aqui é um bairro residencial, não pode!"
7	"Isso aqui é nosso, aqui do bairro né... ao invés de jogar dinheiro fora não, fizeram aqui perto, não quero nem saber o preço... poder ser um bilhão, não faz mal, eu não ligo."
8	"Vou desenhar um dinheiro ali, uma nota de cem aqui... pra representar o gasto que teve com isso, o desperdício."
9	"É um atraso de vida, acabaram com a nossa rua! Cortaram todas as nossas árvores [...]"

Quadro 2 – Declarações dos entrevistados (continuação)

10	"Não precisava nem fazer isso aí... fazia uma passarela e pronto. Então eu acho que deveria ser invertido, não na posição que foi feito. Mudou todo o tráfego aqui, e pra pior ainda."
11	"Sinceramente, eu não sou contra assim mudança... mas desde que seja pra melhor. Antigamente, quando era só a rua direto, era bem mais fácil do que... ou um viaduto normal assim, porque pelo preço [...]. Eu acho que foi muito dinheiro, na verdade acho que inventaram só uma desculpa pra pegar dinheiro."
12	"É uma ilha. A gente não consegue se mover direito, se sente ilhado."

Pode-se depreender que das dez declarações presentes no Quadro 1, sete delas apresentam alguma conotação negativa (5, 7, 8, 9, 10, 11 e 12), enquanto que duas mostram-se positivas (3 e 4) e uma neutra (2). Vê-se que há uma preocupação evidente com os gastos despendidos na construção dessa obra, especialmente nas declarações 7, 8 e 11, o que pode indicar uma insatisfação para com a solução urbanística adotada. Contudo, a declaração 7 revela que a opinião do declarante não se coaduna com a da maioria da população no que tange ao montante gasto com a construção da obra, demonstrando a consciência do entrevistado para com a situação.

O aspecto estético da obra também é evidenciado em declarações como a 3 e a 4. Ademais, a declaração 4 expõe a ideia de monumento quando cita que o viaduto é um ícone ou mesmo um cartão postal, deixando claro o caráter

simbólico da obra e a ênfase na marcação de um lugar, dada sua ausência de conteúdo.

É inegável que a instalação desse viaduto no cruzamento de duas grandes avenidas trouxe benefícios para o tráfego de veículos na região, pois, ao se tratar de uma interseção em desnível, o fluxo de uma das vias passa a não interferir no da outra. Assim, pode-se afirmar que a instalação da obra facilitou os deslocamentos externos à região, especialmente no sentido aeroporto-Curitiba. Contudo, o acesso ao local se viu prejudicado – não à toa foi assunto de cinco das dez declarações estudadas. Isso ocorreu porque o projeto do viaduto não previu alças de acesso independentes: se o desejo é sair de uma das duas avenidas principais e entrar nos bairros da região (ou vice-versa), deve-se ingressar pelas próprias ruas do bairro, as quais sofreram algumas modificações de sentido para se adaptar a esse fim. Devido a essas alterações, as vias locais viram-se descaracterizadas, pois a inserção do viaduto gerou um fluxo maior de veículos nas ruas do bairro. Para alguns moradores, esse fato é visto como um ponto que fere a segurança do local, inclusive (declaração 5). Ademais, ainda em termos de mudanças na região, cita-se que algumas árvores precisaram ser cortadas para garantir maior visibilidade dos motoristas aos acessos (declaração 9).

Sobre essas questões projetuais, o IPPUC não forneceu nenhuma declaração aos meios midiáticos que abordasse a ausência de alças de acesso isoladas. Apenas pode-se inferir que, em seu favor, a construção de alças isoladas nesse viaduto geraria maior número de desapropriações, o que oneraria ainda mais o custo da obra (Marchiori, 2012). Esse argumento também é apresentado pelo órgão gestor quando questionado sobre o montante despendido de R$ 84,5 milhões para sua execução, o qual poderia arcar com os custos de instalação de cerca de oito trincheiras e vinte viadutos comuns que, em termos funcionais, atingiriam igualmente o objetivo proposto (Marchiori, 2012). Inclusive, a construção de uma trincheira sob a Avenida Comendador Franco, a apenas alguns quilômetros do viaduto estaiado, faz desse um argumento parcialmente refutável.

Sobre a opção pela construção da solução estaiada, o Instituto reitera que, apesar do maior custo, esta foi a que permitiu realizar a obra sem a necessidade de interromper o significativo fluxo diário de veículos da Avenida Comendador Franco (Marchiori, 2012). Ademais, os esteios permitem sustentar grandes vãos sem a necessidade de pilares intermediários; assim, essa opção conserva o espaço do canteiro central intacto para o caso de projetos futuros (Marchiori, 2012).

De toda forma, percebe-se que os argumentos sustentados pela gestão urbana pretendem-se hegemônicos e encontram o apoio dos meios midiáticos para isso. Na mesma reportagem em que se encontram as declarações do IPPUC, também se registra a opinião de alguns poucos moradores que se dizem satisfeitos com a obra e ressaltam apenas seus aspectos positivos (Marchiori, 2012). Trata-se justamente de uma tentativa de impor e divulgar – como os decretos *urbe et orbi* – um discurso originário de uma visão unilateral e que não necessariamente reflete a opinião de um grupo.

Desse modo, destacam-se as contraposições entre o discurso majoritário sustentado pela gestão urbana que viabilizou a construção do viaduto e a opinião da população local, que vive diariamente as consequências, tanto positivas quanto negativas, de sua instalação. Verifica-se ainda que a falta de diálogo horizontal entre as duas partes é o que dá origem a esse confronto de opiniões, caracterizado pela ação impositiva de um urbanismo de mercado – se fosse resultado de uma construção coletiva, algumas questões poderiam ser mais bem explicitadas e evitar-se-iam discursos paralelos, já que os principais reclames locais poderiam ser mais bem atendidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que a ausência de diálogo entre a gestão urbana e a população é a maior causa da contraposição entre o discurso dominante (*orbi*) e o da população local (*urbe*) a respeito da construção do viaduto estaiado de Curitiba. Utilizando-se de métodos autoritários de gerenciamento do espaço, a construção desse monumento negou o caráter democrático da cidade, conforme previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001).

Contudo, há que se considerar também o aspecto temporal. As entrevistas, realizadas em dezembro de 2015, ocorreram pouco mais de um ano e meio após a inauguração do viaduto. Assim, a inserção desse monumento ainda é relativamente recente, e a repulsão a ele relacionada pode ser interpretada, de certa maneira, como um processo natural. Isso porque a instalação dessa obra vai de encontro a uma construção historicamente consolidada do espaço e, repentinamente, irrompe-se o equilíbrio com a inserção de um novo monumento na paisagem – eurritmia. Conforme demonstrado por Andreotti (2012) é possível que, decorrido algum tempo, esse monumento seja incorporado à paisagem e ao imaginário local, tornando-se um símbolo e, assim, passe a ter um significado para a imagem da cidade e seus habitantes. O que fica em aberto são as conotações que esse símbolo poderá perpetuar e os discursos que reproduzirá.

Por outro lado, por negar a construção coletiva do espaço urbano, vê-se que essa obra é um representante da arquitetura de espetáculo, pois, vazia de sentido, tem o objetivo de impactar os olhos do turista e do investidor já que, funcionalmente, poderia ter-se optado por uma solução menos onerosa aos cofres públicos. Assim, a obra transforma-se numa manobra dispendiosa – não apenas em termos financeiros – com vistas a alavancar a imagem da cidade diante da realização de um megaevento. Pouca preocupação com o local – desapropriações, acessos, custos – e obsessão no mascaramento das mazelas internas em nome da *designização* de um produto cuja embalagem não reflete o conteúdo.

De qualidade estética duvidosa, de idoneidade suspeita e sustentando um significativo rol de críticas a seu respeito, o viaduto reflete as contradições inerentes à cidade hipermoderna: a mera reprodução de um modelo mundialmente propagado de desenvolvimento visando satisfazer aos moldes neoliberais e penalizando aspectos sociais. Nesse espetáculo urbano, os papéis dos gestores são orquestralmente ensaiados para convencer o público pagante, deixando refém desse ciclo a própria população que, ao não se organizar em movimentos de resistência, vê-se sempre coadjuvante diante das ações de um capitalismo artista.

REFERÊNCIAS

ANDREOTTI, G. **O senso ético e estético da paisagem.** In: *RAEAGA – O espaço geográfico em análise*. v. 24. 2012.

BRANDENBURG, E. **J.;** CHIMENEZ, A. C. O. Reflexões sobre os casos do Viaduto Estaiado e do Parque Centenário da Imigração Japonesa no contexto da Copa do Mundo FIFA 2014 em Curitiba. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F.; BALISKI, P. (orgs.) *Curitiba*: os impactos da Copa do Mundo 2014. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

CURITIBA. *Viaduto estaiado é liberado para o tráfego***.** Publicado em 12 abr. 2014. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/viaduto-estaiado-e-liberado-para-otrafego/32593>. Acesso em 03 jun. 2018.

CURITIBA vai ganhar viaduto estaiado sobre a Avenida das Torres. *Gazeta do Povo***, Curitiba, 02 dez.** 2011. Trânsito. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/curitiba-vai-ganhar-viadutoestaiado-sobre-a-avenida-das-torres-844p3xo5mtdqt4taojwq39cni>. Acesso em 03 jun. 2018.

DREYFUSS, L. **Gouvernement local et légitimation: vers des Républiques urbaines?.** In: *Futur Antérieur*. n. 29, 1995. n.p.

FIRKOWSKI, O. **L.** C. F. A Copa do Mundo de 2014 e as transformações em Curitiba: intenções e ações. In: FIRKOWSKI, O. L. C. F.; BALISKI, P. (orgs.). *Curitiba*: os impactos da Copa do Mundo de 2014. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

HARVEY, D. **The right to the Just City.** In: MARCUSE, P. et al. *Searching for the Just City:* Debates in urban theory and practice. New York: Routledge, 2009.

JUSTI, A. **Viaduto da Copa em Curitiba que custou R$17 mi a mais é liberado.** *G1 PR*. 09 abr. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/04/viaduto-da-copa-em-curitibaque-custou-r-17-mi-mais-e-liberado.html>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

LERNER, J. *Acupuntura Urbana***.** 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LIPOVETSKY, G.; **SERROY, J.** *A estetização do mundo*: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LYNCH, K. *A imagem da cidade***.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARCHIORI, R. **O alto preço do viaduto estaiado.** *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 abr. 2012. Urbanismo. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-ecidadania/o-alto-preco-do-viaduto-estaiado-21luss1srh0n89bs1pj2yywjy>. Acesso em 03 jun. 2018.

OMENA, E. **A "Copa das Manifestações" e os Processos de Governança Urbana no Brasil.** In: SANTOS JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. Q. (orgs.). *Brasil*: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

ONU. **Bureau International des Expositions.** *Shanghai Manual*: A Guide for Sustainable Urban Development of the 21st Century. United Nations: 2011. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/susdevtopics/sdt_pdfs/shanghaimanual>. Acesso em 03 jun. 2018.

PORTAL DA COPA. *Matriz de responsabilidades***.** Disponível em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/matrizresponsabilidades>. Acesso em 03 jun. 2016.

SÁNCHEZ, F. **A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine.** In: ACSELRAD, H. (org.). *A duração das cidades*: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.

_____. **A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política.** In: *Revista Sociologia Política*. Curitiba. 16, jun. 2001b. pp. 31-49

TUAN, Y. *Espaço e lugar*: **a perspectiva da experiência.** Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: EdUEL, 2013.

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA COMO PROCESSO E CRISE: o processo da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/ Leste –Oeste em Belo Horizonte e o urbanismo diante do limite interno do Capital

Coelho, Thiago Teixeira da Cunha

UFMG. PPGG-DG/IGC
Av. Antônio Carlos, 6.627 - Campus Pampulha, CEP: 31270-901 - Belo Horizonte – MG
thiagoteixeira.tx@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a tentativa não concretizada de utilização do instrumento urbanístico Operação Urbana Consorciada (OUC) – através da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Leste – Oeste (OUC ACLO) – em Belo Horizonte. Estado e capital se imbricam criando mecanismos de elevação dos patamares da renda fundiária urbana, através da mobilização da acumulação via renda, gerando uma disputa contínua entre a Sociedade Civil e o Estado em torno de instrumentos urbanísticos cujo papel central é a manutenção dos processos de acumulação através da produção do espaço urbano no Brasil pós Estatuto da Cidade. Assim, o Estado assume um papel de promotor da acumulação, algo que é próprio ao pensamento neoliberal que emerge nas décadas de 80 e 90 do século XX. Além disso, por conta de alguns elementos progressistas presentes na Constituição de 1988, o Estatuto da Cidade e a OUC são tratados, como projetos que não se completaram ou não atingiram o seu proposito legal. Observando esse processo por meio da crítica da economia política podemos compreender melhor esta questão e demonstrar o que a não realização do projeto da OUC ACLO evidencia. Retornando as análises marxianas sobre a renda fundiária podemos compreender o papel da renda na atualidade da produção do espaço urbano. A renda se diferencia do preço da terra e, também, do preço dos elementos do ambiente construído porque possui sua origem na concorrência entre os capitais em busca de sobrelucros que emergem na formação das taxas médias de lucro em diferentes setores, sendo um mecanismo central para formar uma média social, forçando a transformação dos sobrelucros em renda e diminuindo o ímpeto dos capitais em transitar nos diferentes setores. Em sua relação com a reprodução do capital, a renda da terra cresce conforme a tendência de queda da taxa de lucro avança. Essas rendas são fundamentais para compreender o aumento dos preços da terra urbana. O crescimento da renda fundiária urbana a se vincular a capacidade de atração do capital fictício através de promessas de valorização, já que a contradição entre trabalho vivo e trabalho morto atinge os limites da (re)produção de riqueza. Buscamos, portanto, situar a OUC nesse contexto de dessubstancialização do capital, reconhecendo que a incapacidade da OUC ACLO se tornar um mecanismo eficiente de atração de capitais em busca de acumulação põe por terra sua possibilidade de efetivação, considerando o propósito real desse instrumento urbanístico.

Palavras-chave: OUC; Capital; renda da terra.

Constituição histórica da Operação Urbana Consorciada, crise do capital e produção do espaço urbano

A abertura política no fim dos 80 e a reorganização de movimentos de luta social terá um papel fundamental nos processos de Reforma Urbana. Esse processo, marcado pelo embate entre um modelo redistributivo e de ampliação da cidadania (ROLNIK, 2013) e a gestão empresarial urbana do planejamento estratégico (VAINER, 2002) serão responsáveis pela consolidação do Estatuto da Cidade, que irá refletir esse embate e os interesses envolvidos. Além disso, os processos próprios ao desenvolvimento do capitalismo pós-70, onde a terra urbana como ambiente construído assume uma centralidade nos processos de acumulação do capital diante de um processo de dessubstancialização do capital (KURZ, 2014) são fundamentais para relacionar o papel da atuação do Estado nas dinâmicas de alteração dos patamares de renda da terra urbana e a profunda crise do capital. Neste contexto, a chamada "especulação imobiliária" atua como reconfiguração na relação entre lucro, renda e juros por meio da produção do espaço urbana. Isto aponta para outro problema de fundo que tem sido pouco tematizado nas discussões sobre planejamento no tocante ao Estatuto e seus instrumentos: a capacidade de certos instrumentos de reter parte da "mais-valia fundiária" e qual o papel disto na produção do espaço urbano. É interessante que o resgate de uma parcela da precificação dos negócios urbanos – agora transformada pelo Estado em ruas, avenidas, praças – é central na recolocação do "jogo especulativo da terra urbana" em novos patamares. Desta maneira, há que se considerar que o aparecimento dos instrumentos urbanísticos que compõem o Estatuto da Cidade, entre eles a OUC, se insere num contexto nacional e mundial de discussão sobre os rumos do processo de urbanização, levando em consideração as enormes disparidades da realidade urbana entre o Brasil e os chamados "países desenvolvidos". Eventos como Habitat I/ONU formulam uma interpretação acerca da função social da propriedade, reconhecendo a necessidade de relativizar a propriedade privada, conferindo ao Estado a capacidade de promover um desenvolvimento mais justo e igualitário. Neste contexto emerge o solo criado, um instrumento cuja origem remete a tensão entre planejamento urbano estratégico e a busca de um planejamento que visa à função social da cidade. Estes novos instrumentos urbanísticos que surgem neste período têm uma dupla determinação, onde a separação entre o direito de propriedade e o direito de construir, pressuposto para a existência deste e de outros instrumentos (inclusive a OUC), parece ser a forma de acessar a função social da propriedade e da cidade – como parece ser o caso do uso do instrumento na Europa, mas é também fundamental para a criação de novo estoque de potencial construtivo e no incentivo a produção do setor imobiliário, sendo Chicago uma expressão possível deste viés do instrumento. De qualquer maneira, parece fundamental compreender que este descolamento entre os estatutos jurídicos da propriedade - o direito de propriedade e o direito de construir - são "pressupostos mais do que lógicos para a flexibilização dos termos da propriedade" (SILVA, 2014, p.6). Fica claro, portanto, que o fundamento da forma jurídica está vinculado à reprodução de um processo geral que não se encerra no próprio instrumento ou na sua forma de aplicação.

No Brasil, o solo criado é o primeiro instrumento a aparecer nas discussões e debates acerca das mudanças nos instrumentos urbanísticos e do papel do Estado na regulação, promoção e requalificação do espaço urbano[1]. Dos anos 80 em diante, o aparecimento dos diversos instrumentos urbanísticos que posteriormente estarão presentes no

[1] O Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal (CEPAM), órgão da prefeitura de São Paulo será entre os anos de 1975 e 1976 a CEPAM o berço de diversos debates sobre o instrumento, produzindo duas publicações - o "Solo Criado" e a Carta de Embu, primeiros registros de discussões do tipo no país (SILVA, 2014).

Estatuto da Cidade, regulamentado somente em 2001, vão estar ligados às várias experiências municipais de formulação e utilização de instrumentos urbanísticos fundamentados na função social da propriedade. A operação urbana aparece neste contexto, na cidade de São Paulo, como o primeiro instrumento a flexibilizar de fato a propriedade, sendo que com Paulo Maluf (Partido Progressista/PP) à frente da Prefeitura a convergência entre o capital e o Estado se intensificou e o Estado vai atuar como fomentador dos projetos de Operação Urbana, sendo que a contrapartida recebida pelo Estado como parte dos ganhos particulares com a valorização da área da operação, será reinvestida no perímetro da Operação Urbana em questão. Desta maneira, o sentido da implementação de um projeto de Operação Urbana só pode se realizar caso o mercado demonstre interesse no plano, tendo em vista que os proprietários ou incorporadores só estão dispostos a "dividir" parte da rentabilidade dos empreendimentos com a prefeitura considerando que os lucros advindos das incorporações em áreas de Operações Urbanas possam ser superiores à média observada em outras áreas da cidade, algo latente no caso de Belo Horizonte que pretendemos apresentar. Assim, este instrumento urbanístico surge como uma forma de parceria, onde a "iniciativa privada" entra com a racionalidade da lucratividade e o Estado com o potencial de imposição violenta sobre a realidade e os ritmos da cidade e do seu cotidiano. Este é o embrião do instrumento que aparece no Estatuto da Cidade e que será nosso foco daqui em diante: a Operação Urbana Consorciada.

Das operações simplificadas à Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste/Oeste

A operação urbana aparece no município de Belo Horizonte já nos anos 90, antes da sua regulamentação como instrumento urbanístico dentro do Estatuto da Cidade. O plano diretor municipal de 1996 prevê o uso desse instrumento em sua redação Operação urbana é o conjunto integrado de intervenções, com prazo determinado, coordenadas pelo Executivo, com a participação de entidades da iniciativa privada, objetivando viabilizar projetos urbanísticos especiais em áreas previamente delimitadas (Art. 65 da Lei no7165/1996 – BELO HORIZONTE, 1996). A capacidade de flexibilizar os parâmetros previstos na lei de uso e ocupação do solo é certamente um elemento central para compreender a importância que este instrumento vai recebendo ao longo dos anos. Na legislação belo-horizontina a Operação Urbana pode ser proposta "ao Executivo por qualquer cidadão ou entidade que nela tenha interesse" (Parágrafo Único, Art. 65 da Lei no7165/1996 – BELO HORIZONTE, 1996). Esta redação da lei esteve vigente na legislação urbana municipal até o ano de 2010 quando, após a 3ª Conferência Municipal de Politica Urbana em 2009, se redigiu uma nova lei, aprovada pelo legislativo municipal em 2010/11 (COTA, 2009, p. 297). Esta nova lei apresenta ainda a distinção entre Operação Urbana Simplificada e Operação Urbana Consorciada, fazendo valer o Estatuto da Cidade aprovado em 2001. Entre a aprovação do plano diretor de 1996 e sua reformulação em 2010, foram aprovados 12 projetos de operação urbana em Belo Horizonte. Apesar disso, muitos deles sequer saíram do papel, tendo em vista que a realização de uma operação urbana requer certa sintonia entre os interesses do Estado e os caminhos do mercado imobiliário. Desta maneira, algumas das operações foram realizadas somente parcialmente, pois o município não apresentou propostas que cultivassem o interesse privado, ou porque havia outros eixos de investimentos cujo potencial de atração dos capitais em busca de remuneração eram maiores.

Após um longo processo de audiências públicas e oficinas, o projeto da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste/Oeste (OUC ACLO) foi reformulado, criando novas diretrizes para as áreas que compõe o projeto. Este projeto, apresentado em setembro de 2015 no

COMPUR foi submetido a novas discussões, com parecer favorável para a aprovação e aprovado em maio de 2016 pelo COMPUR. A OUC se divide em 12 programas, sendo que cada programa é composto por diversos bairros da cidade. Os programas já existiam na primeira versão do plano urbanístico/ EIV (OUC Nova BH), mas eles ganham nova importância depois da decisão judicial do MPMG de barrar a OUC Nova BH por falta de discussão pública e participação popular. O novo processo de discussão pública e formulação dos documentos expõe as diferenças profundas entre as muitas áreas que compõe a OUC ACLO. Este processo de debate público e reformulação dos documentos programáticos da OUC explicitou as tensões existentes entre os diferentes entes da sociedade civil, como os movimentos sociais de luta por moradia e por direitos sociais e as instituições que organizam os interesses do mercado imobiliário – como o SECOVI/MG. A OUC ACLO teve uma considerável alteração em sua área, que com a incorporação das extremidades leste (Parque Cachoeira do Arrudas) e oeste (Parque Metropolitano Oeste) e de novas áreas em Venda Nova e no Bonfim passou de 24,54 Km² para 30, 4 Km², aumentando a área de amortecimento e o impacto direto e indireto da OUC na cidade e região metropolitana. Duas alterações realizadas no projeto são cruciais para entender seu movimento. Uma das alterações mais importantes em relação ao projeto inicial é a realização da OUC em partes, por meio da venda do CEPAC divida de acordo com os diferentes programas que fazem parte da OUC. Este elemento definidor leva a uma "alteração estrutural no Plano Urbanístico da OUC (...) a proposta de realização de diversos leilões de CEPAC associados às etapas de execução, o que possibilita maior recuperação da mais-valia fundiária incorporando na arrecadação parte da valorização decorrente das próprias obras da OUC das etapas anteriores" (SMAPU, 2015, p. 19). Assim, as áreas com maior atrativo para o mercado ou com projetos de "requalificação" já em andamento tem maior possibilidade de produzir CEPACs com preços maiores e, assim, atrair os capitais do setor imobiliário. Isso se configura numa das principais mudanças em relação ao projeto anterior, onde havia um reconhecimento do maior interesse imobiliário em certos programas em relação à outros. Além da separação dos programas e da venda dos respectivos CEPACs, outra mudança é a utilização dos recursos oriundos das vendas dos CEPAC's em várias áreas do projeto, demonstrando o esforço necessário para transformar algumas áreas que não possuem impacto na dinâmica imobiliária da cidade em áreas com patamares de renda da terra superiores as médias. O EIV/ Plano Urbanistícos apresenta, portanto, algumas mudanças importantes em relação ao projeto da "Nova BH". Umas das caracteristícas mais interessantes é o fato de o projeto não focar prioritariamente intervenções e obras, mas ao contrário reforçar políticas públicas para atingir os objetivos propostos (como as estratégias de tipologias incentivadas e habitação social para garantir mais usuários de transporte coletivo junto aos corredores). No mesmo sentido se buscou pautar a discussão dos modelos de ocupação em função do resultado urbanístico pretendido e não como instrumento para venda de potencial adicional para viabilizar as intervenções (não se limitando também a viabilidade dos empreendimentos). Assim, a reestruturação da área da OUC foi pensada não apenas através das intervenções, mas principalmente com a mudança dos modelos de ocupação (SMAPU, 2015, p. 19). Apesar de ser uma mudança considerável, isto não modifica a característica central do instrumento, que está vinculado a capacidade de gerar novas rendas para os capitais do setor imobiliário que buscarem produzir na área, ao mesmo tempo que engendra uma conexão entre o adensamento da cidade e os ritmos do capital financeiro. O CEPAC não precisa aparecer como a finalidade, pois ele regula a capacidade da OUC funcionar como mecanismo de promoção do setor imobiliário em sua área de ação. Sem garantir condições novas de renda, o Estado não é capaz de formular suas politícas de habitação social ou incentivo ao transporte coletivo no interior da OUC, pois os recursos para esses processos devem vir da própria OUC – ou seja, dos CEPAC. Isto está previsto no EIV, quando se considera que o programa de aluguel social tem

a "previsão de investimento de cerca de 15% dos recursos da OUC" (SMAPU, 2015, p. 20). Por maior que seja o esforço e o esmero do técnicos, a OUC é um mecanismo que busca promover a captação de parcelas maiores do mais-valor global para os capitais que nele investem. Assim, a capacidade redistributiva do instrumento é uma contradição em seus próprios termos, pois só é possível gerar mobilizações políticas visando alocar estes recursos "extras" em pautas sociais se o instrumento realizar sua finalidade. Os instrumentos urbanísticos como a OUC surgem no contexto da reprodução crítica do capital, entre o neoliberalismo e o "empreendedorismo urbano", sendo elementos importantes nessa disputa dos "munícipios-gestores" por capitais ociosos em busca de processos de acumulação. OUC ACLO se insere na produção do ambiente construído em Belo Horizonte por meio da relação entre a diminuição do C.A básico no novo plano diretor e

a capacidade construtiva acima da média na área da OUC (via CEPAC), além do investimento de partes dos CEPAC angariados nos programas mais rentáveis na estruturação dos programas com menos interesse e capacidade de atração do setor imobiliário. Só é possível compatibilizar os parâmetros urbanistícos da OUC com os do futuro plano diretor, pois as áreas da OUC que produzirão CEPAC já possuem relevância para a mercado imobiliário, o que permite que parte dos CEPAC produzam elementos que possam causar impacto equivalente nas áreas menos atrativas. Esta modulação entre os parâmetros construtivos, o adensamento, e a renda da terra urbana está vinculada diretamente aos circuitos financeiros do capital, por meio do CEPAC, e do capital fictício. O impulso para a criação de uma forma financeira de adensamento construtivo, por intermédio da ação estatal, expõe a uma relação fundamental entre a reprodução do capital diante dos seus limites estruturais e a produção do espaço construído. Devemos reconhecer que a ideia de recuperar uma parcela deste processo de apropriação de uma parte do mais-valor global promovido pelo Estado é fundamental para que o Estado tenha funcionalidade no processo, sendo capaz de arcar com processos de desvalorização e endividamento e, ainda assim, continuar a mobilizar elementos que auxiliam na reprodução dessubstancial do capital.

Renda da terra urbana, recuperação do mais-valor fundiário e a OUC diante dos limites da acumulação capitalista

O capital financeiro, como "um tipo particular de processo de circulação do capital que se concentra no sistema de crédito" (HARVEY, 2013, p. 373), constitui um processo repleto de particularidades, cujos desdobramentos apontam para uma nova modalidade de crise do capitalismo. A autonomização da terra e do dinheiro são expressões do processo de aprofundamento da contradição entre trabalho vivo e morto, onde a substância do capital (trabalho) deixa de ser o elemento central no processo de produção de riqueza permitindo, portanto, que possamos considerar um esgotamento objetivo da própria relação capital. Grespan insiste que a existência de tendências e contra tendências tem papéis similares e pesos equivalentes, fazendo com que a história do capital se mantenha como uma indeterminação. Harvey faz o mesmo, além de reiterar que os ajustes permitidos pelas crises ocorrem por meio de desvalorizações e choques na relação de classes, sendo, portanto, este o caminho para a superação do capital. Robert Kurz apresenta um tratamento distinto sobre o tema. Suas análises sobre o dinheiro tem sido apresentadas no bojo de uma crise estrutural de valorização do capital, e não somente mais um mecanismo de ajuste. Assim, "o capital realmente produtor de mercadorias suga por assim dizer o seu próprio futuro (fictício), prolongando assim num metanível a sua vida, para lá do limite interno já visível. Este mecanismo só funciona enquanto o modo de produção continua a expandir-se (como foi o caso até ao último terço do século XX) e apenas na medida em que a massa de valor futuro ficticiamente antecipada se

realizar efectivamente, ao menos em escala suficiente para pagar os juros dos créditos. O facto de os investimentos de capital, em contínuo aumento, já não poderem ser financiados integralmente com os próprios meios, isto é, através da massa real de lucros – pelo menos como norma e na maior parte dos casos - é um claro indício do carácter cada vez mais precário de todo o processo. Este adiamento estrutural em beneficio do capital que rende juros não é ainda a mesma coisa que pagar directamente os juros com outros créditos; mas o movimento real de acumulação acaba por depender indirectamente das poupanças concentradas da sociedade" (KURZ, 1996). O movimento apresentado por Kurz condiz com o desenvolvimento do sistema financeiro e creditício ao longo do século XX, mas a diferença em sua apresentação corresponde à transformação da teoria da crise em uma teoria radical da crise, ou teoria do colapso (KURZ, 2014). Sua posição é reforçada pelo movimento do capital, cujo processo de produção endividado passa a depender do capital fictício não "só à primeira potência, isto é, devido ao financiamento do próprio capital fixo, mas também à segunda potência, porque depende de mercados de bens de consumo financiados com créditos" (KURZ, 1996). Assim, "o capitalismo só é substancialmente possível se parte suficientemente crescente [...] do "emprego" é capaz de produzir, no contexto das relações mercadoria-dinheiro, uma identidade em si mediata de "consumo produtivo", na qual a produção e o consumo do "valor" interagem, de modo a fazer coincidir em amplitude suficiente forma-fetiche e substância-fetiche" (KURZ, 1996). Há que se considerar, portanto, que a capacidade limitada do dinheiro de criar promessa de mais-valor reflete o processo de dessubstancialização do dinheiro (KURZ, 1996), cujo papel de conservação do valor é dinamitado pela forma fictícia. A vontade de determinar, a partir da interpretação marxiana do capitalismo, os rumos da ascensão e declinío do capital é, sem dúvida, algo a ser criticado em diversas interpretações das teorias da crise.

Consideramos, assim, que a produção do ambiente construído se insere na dinâmica contraditória do capital e, portanto, tem relação direta com os processos críticos apresentados. Mecanismos como a queda tendencial da taxa de lucro e o desenvolvimento das forças produtivas são fundamentais na compreensão da dinâmica dos preços dos elementos do ambiente construído. A taxa de lucro, por exemplo, é a base fundamental da formação das rendas – o sobrelucro. O preço do solo (PS), formado pela relação entre a renda (R) e a taxa de lucro (l), onde o PS=R/l demonstra uma relação inversa entre ambos (JARAMILLO, 2010, p. 187). Assim, a queda tendencial da taxa de lucro condiz com o avanço do preço da terra, algo que se demonstra pela dinâmica empiríca dos preços. O desenvolvimento das forças produtivas também influencia diretamente na formação dos preços, pois a renda não diminui, no entanto, o aumento da produtividade do capital e diminuição dos preços da mercadorias. Isto permite que a renda aumente de forma relativa. Além disso, a proporção entre o valor da mercadoria produzida no espaço construído (imóvel) e a renda da terra se modifica, pois o avanço do trabalho morto na construção civil implica uma parte cada vez maior do preço da terra na composição do preço do imóvel (JARAMILLO, 2010, p. 189). Além disso, a expansão do tecido urbano para a realização de atividades produtivas e improdutivas e para a reprodução da força de trabalho ganhou proporções estratosféricas no século XX, fazendo com que o preço da terra tenha um crescimento proporcional a urbanização. O dinheiro que fomenta o consumo do espaço construído e o pagamento das rendas está vinculado, cada vez mais, com as movimentações do capital financeiro. Diferente do que apontam Harvey e Jaramillo, isto não se configura somente numa barreira para o capital em retomar seu caráter produtivo, mas num processo histórico de autonegação, onde o ambiente construído emerge como possibilidade de acumulação via processo de crédito e hipotecas de massas futuras de valor (KURZ, 1996). A própria expansão do capital em crise nos países centrais para a "periferia", como forma de solucionar

a crise fordista já se configura num momento onde tal expansão só era possível através da concomitante expansão das condições infra-estruturais improdutivas em termos capitalistas. Uma parte cada vez maior dos produtos industriais fordistas suplementares era consumida por trabalhadores improdutivos, o que pressupunha uma alteração fundamental do regime de acumulação. A mundialização da acumulação capitalista levou a uma mundialização desta necessidade de construir os elementos fundamentais para a circulação do capital, considerando que a exploração em novos locais seria uma maneira de reequilibrar a acumulação, por meio do ajuste espacial (HARVEY, 2005). Entretanto, se considerarmos este processo como indício da dessubstancialização do capital, como nos indica Kurz, a ideia do ajuste espacial se torna um aprofundamento do capital em suas próprias contradições e, portanto, o delinear de que não há saída por meio do resgate de um crescimento em equilíbrio. O capital "quanto mais próximo está do seu conceito, da sua realização como processo ampliado do capital, maior é a produtividade do capital, menor a unidade elementar de trabalho, como unidade de capital" (DAMIANI, 2009, p. 318). Sua máxima expansão, no sentido de se reproduzir como aquilo que tudo alcança, realiza e determina é o aprofundamento das contradições até um ponto onde não parece mais possível reajustar suas barreiras, somente por meio da promessa de produtividade real futura. Neste sentido, o capital fictício torna-se motor dos processos de reprodução do capital e, portanto, do espaço urbano. Harvey adverte que as dinâmicas do capital financeiro e fictício não podem ser separadas dos usos do espaço e do processo de produção do ambiente construído que, por sua vez, estão articulados pela relação entre a formação dos mercados fundiários e do preço da terra. Assim, a produção do espaço urbano deve ser considerada como "um campo aberto para a circulação do capital que rende juros" (HARVEY, 2013, p. 476). Um dos elementos que o caráter crítico da produção do ambiente construído implica é a ação continua, via Estado, para retomar, ou atualizar (DAMIANI, 2009, p. 328) os patamares da renda. Isto ocorre porque "o preço da terra carrega simultaneamente a temporalidade da acumulação (como está registrada pelos movimentos na taxa de juros) e a especificidade dos valores de uso materiais distribuídos no espaço e, portanto, ligados a considerações temporais e espaciais dentro de uma estrutura singular definida pela lei do valor. Mas isso tudo não acontece de uma maneira passiva ou neutra. O preço da terra deve ser realizado mediante a apropriação da renda futura, que se baseia no trabalho futuro. Por isso, o pagamento do preço da terra pelo capital condena o trabalho a atividades muito específicas em determinados locais durante um espaço de tempo determinado pela taxa de juros – isto se o capital adiantado para a aquisição da terra não vier a ser desvalorizado. Aqui vemos, uma vez mais, como a operação da lei do valor restringe o trabalho vivo. (HARVEY, 2013, p. 476). A característica do ambiente construído, cuja composição explicita os processos históricos de desenvolvimento do capital, implica numa reconfiguração de seus elementos. O desenvolvimento diferencial do capital na relação entre os Estados, e no interior deles, demonstra que o caráter geral da crise do capital se expressa por meio das dinâmicas concorrenciais também nas esferas inter e intra nacionais. Assim, "a organização geográfica do capitalismo internaliza as contradições da forma de valor" (HARVEY, 2013, p. 528), fazendo com que o capital se apresente por meio de um desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2013). Entretanto, a desigualdade geográfica do capital diz respeito ao caráter de seu desenvolvimento histórico, onde as contradições que fundamentam uma parcela da sociedade se mundializam. Portanto, isto não se refere à uma má-formação do capital, mas sim a sua forma de desenvolvimento. Assim, as reflexões de Harvey sobre a expansão do capital global e seus desdobramentos apontam para o caráter crítico que as desigualdades espaciais produzem e reproduzem.

Aqui aparece o debate em torno da ideia de recuperar uma parcela do mais-valor global produzido por meio da atuação do Estado nessa relação entre o ambiente construído e a renda da terra. A renda da terra,

como tratamos anteriormente, remete a capacidade da propriedade da terra em converter uma parcela da produção de mais-valor global, através da propriedade fundiário e mecanismo diversos relacionados a isto. Este elemento é fundamental, pois define a compreensão sobre o papel da renda no capitalismo. A renda se diferencia do preço da terra e, também, do preço dos elementos do ambiente construído porque possui sua origem na concorrência entre os capitais em busca de sobrelucros que emergem na formação das taxas médias de lucro em diferentes setores, sendo um mecanismo central para formar uma média social, forçando a transformação dos sobrelucros em renda e diminuindo o ímpeto dos capitais em transitar nos diferentes setores. A propriedade fundiária é um elemento fundamental para que a terra tenha preço, mas este preço só se constitui porque há renda. A multiplicidade dos usos e formas de produção do ambiente construído impactam diretamente nas diversas formas de renda que emergem no espaço urbano. A renda aparece no capitalismo plenamente desenvolvido, sendo a forma econômica (monetária) da propriedade fundiária. Dessa maneira, o capital se desenvolve de forma contraditória e, portanto, produz suas barreiras e limites, tangenciando sua incapacidade de reprodução. No entanto, isto implica que uma parcela cada vez maior do capital total é utilizada para reproduzir elementos da reprodução social que não retornam ao capital de forma produtiva. A renda é um desse momentos e, desta forma, seu crescimento condiz com a existência de massas cada vez maior de dinheiro fictício circulante. Isto está vinculado aos problemas da autonomização da fórmula trinitária marxiana, onde o desenvolvimento autônomo das esferas que a compõe é um dos desdobramentos contraditórios que conferem identidade ao funcionamento do capital em seu nível de reprodução geral. Desta maneira, o mais-valor que compõe a renda é produzido socialmente e, portanto, é impossível determinar quantitativamente (qual parcela de mais-valor?) ou qualitativamente (este mais-valor é produzido por qual capital? em que setor?). É impossível, portanto, determinar uma forma de taxação

ou imposto, cujas quantidades em dinheiro representem o mais-valor "realmente" produzido. Isto transforma a recuperação da mais-valia fundiária (FURTADO, 1998) numa proposta que, por "considerar as "mais-valias fundiárias" em separado das mais-valias, não pode ser dissociada da ética do capital" (FURTADO, 1998, p.78). Esta ideia visa "Recuperar (para a coletividade, porque cabem à coletividade,) (a totalidade ou uma parcela estabelecida pela coletividade das) mais-valias fundiárias urbanas decorrentes da atuação do Estado (na provisão de obras públicas e na regulação urbanística)" (FURTADO, 1998, p. 93). A ideia traz consigo uma carga de justiça social, onde se procura obter uma parcela de mais-valor justa através de mecanismos de regulação urbana. Furtado reconhece que os "motivos que podem" ser apresentados para que (...) "essas mais-valias, ou uma parcela delas, cabem à coletividade, o que remete aos princípios éticos que formam a base da motivação para recuperá-las" (FURTADO, 1998, p. 79). Estes princípios estão fundamentados na "proposição ética usualmente considerada neste campo de que "cada um deve ser recompensado apenas pelo seu próprio esforço", relembrando que, como advertimos na seção anterior, na urbanização capitalista ela não pode ser dissociada da "ética do capital", o que qualifica o que se depreende de "próprio esforço" (FURTADO, 1998, pg. 79) Ao reconhecer a separação entre a crítica radical do capital e a noção ética de produção de um espaço urbano mais justo que o instrumento expressa Furtado (1998, p. 78) deixa clara sua incapacidade de perceber que os processos de recuperação do mais-valor são uma maneira do Estado atuar na gestão da crise do capital, tendo como aparência um ética de questionamento e ajuste do capital. Isto está relacionado à compreensão do Estado como indivíduo ou capital individual, onde "o princípio ético se transforma, desaparecendo como "cada um deve ser recompensado apenas pelo seu próprio esforço" e reaparecendo como "cada um deve ser responsável pelos seus próprios custos" "(FURTADO, 1998, p. 80). Assim, o Estado deve se mover diante da abstração "mercado" da mesma maneira que os indivíduos ou os capitais individuais, em busca

de vantagens econômicas em relação aos demais campos concorrenciais (neste caso, um embate no interior do "setor dos municípios"). Entretanto, a produção do ambiente construído e a reprodução do capital está baseado no papel do Estado como provedor de infraestruturas básicas e regulação urbana. Se consideramos a crise estrutural do capital, os Estados passa a atuar como gestores, disputando os capitais em busca de remuneração com o objetivo de obter sua parcela neste processo. A ideia de que cada um é responsável por seus custos está vinculada a ética do neoliberalismo e do Estado mínimo. A ideologia neoliberal está carregada de discursos meritocráticos, sendo fundamentalmente contrária às ações do Estado para manutenção de qualquer direito social. Em meio a crise do trabalho e do capital, os trabalhadores devem ser responsáveis pelos seus próprios custos, ainda que não recebam conforme seu próprio esforços. Nem que isto represente a hipoteca de trabalho (e vida) futura via endividamento. Os capitais, porém, por aparecerem como o motor real do movimento fetichista do dinheiro devem ser responsáveis de forma apenas parcialmente pelos custos de sua acumulação. Os instrumentos urbanísticos que modificam a infraestrutura, usos e parâmetros construtivos de um município podem ser tratados como mecanismos de recuperação do mais-valor fundiário, se considerarmos este processo em sua perspectiva contábil, onde uma parcela do investimento privado retorna as mãos do Estado, antes de reaparecer materialmente como intervenção urbana. A OUC é apresentada desta maneira, pois demarca uma área na cidade que sofrerá grandes mudanças. O financiamento da OUC, que se dá via CEPAC, tem uma importante particularidade: o dinheiro arrecado com os CEPAC é investido integralmente na área da OUC. Isto significa que o município de Belo Horizonte pretende flexibilizar os parâmetros de construções em uma grande parcela da cidade para estimular o setor imobiliário, para isso "simula" um pagamento por essa flexibilização. Dessa maneira, o capital recebe possibilidades de adensamento em novas áreas sem pagamentos excepcionais. Apesar dos esforços na formulação de um projeto que visa produzir "um espaço urbano vivo e diversificado", com "serviços e espaços públicos qualificados, com incentivo ao uso de meios de transporte não motorizados ou coletivos e redução dos tempos de deslocamento, seguindo o modelo de cidade compacta" (SMAPU, 2015, p. 19) o potencial de coletivização desta experiência urbana está atrelado a capacidade de acumulação geradas pelos CEPAC e pela OUC. E esta coletivização, via de regra, ocorre por meio de elementos materiais. Assim, o incentivo a construção de vãos livres, corredores de ônibus e ciclovias, parques e praças está relacionado a sua capacidade de gerar renda aos capitais investidos na área da operação, apesar do uso coletivo desses espaços. A recuperação do mais-valor só pode ocorrer por meio de sua produção, fomentada pelo Estado. Desta maneira, o caráter redistributivo e coletivo do espaço urbano pressupõe a possibilidade do capital se apropriar de forma privada destes elementos coletivos. Nesses termos, a produção do espaço pode avançar rumo uma forma de direito à cidade que, portanto, também é o aprofundamento da reprodução crítica do capital.

Referências Bibliográficas

COTA, D. **A.** A parceria público-privada na política urbana brasileira recente: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte. Tese de doutorado. Belo Horizonte. 2009.

DAMIANI, A. **L.** Urbanização crítica e produção do espaço. Revista Cidades, Presidente Prudente, v. 6, n. 10, p.307 – 340, 2009

FURTADO, F. **O.** e S. Recuperação de mais-valias fundiárias urbanas na América Latina: debilidade na implementação, ambigüidades na interpretação. Tese de doutorado. São Paulo. 1999

GRESPAN, J. **O Negativo do Capital.** São Paulo. Expressão Popular. 2012.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital.** Boitempo Editorial, São Paulo, 2013

_____ Produção Capitalista do Espaço. **Annablume, São Paulo, 2005.**

JARAMILLO, Samuel. **Hacia una teoría de la renta del suelo urbano.** Centro de Estudios sobre Desarrollo Económico, Facultad de Economía, Universidad de los Andes, Segunda edición revisada y ampliada, 2008

KURZ, R. **A ascensão do dinheiro aos céus.** Revista Krisis, n. 16-17, 1996. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>

_____ O dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. **Antígona, Lisboa, 2014.**

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política.** Belo Horizonte.

_____O Direito à Cidade. **São Paulo.** Editora Centauro. 2001

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política – Livro I.** O processo de produção do capital. São Paulo. Boitempo. 1890/2013.

_____ O Capital: Crítica da economia política – Livro II. **O processo de produção do capital.** São Paulo. Boitempo. 1885/1893/2014

_____O Capital – Crítica da Economia Política. **Livro III, Tomo I e II.** São Paulo, Abril Cultural, 1986. (Série "Os Economistas").

ROLNIK,. **10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo.** 2013. Disponível em <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/10_anos_do_estatuto_da_cidade.pdf>.

SILVA, R. **M.** Entre significantes e significados: do solo criado ao instrumento "Operação Urbana". VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404066028_ARQUIVO_Entresignificantesesignificados-textocompleto.pdf

VAINER, C. **Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento urbano estratégico.** In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. Petrópolis. Vozes. 2002.

Relatórios e Documentos Utilizados

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE; Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Urbanas. **2014.** Plano Urbanístico: Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste. Belo Horizonte. Disponível em <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.doevento=download&urlArqPlc=plano_urbanistico_site.pdf>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE; Secretaria Municipal Adjunta de Políticas Urbanas. **2015.** Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos-Pedro I +

Leste/Oeste. Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança. Caderno de Textos, Tabelas e Figuras. Belo Horizonte.

Leis Utilizadas

BELO HORIZONTE, Lei No 7.165, de 27 de agosto de 1996. **Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte.** Disponível em <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=Lei_7165_Plano_Diretor.pdf>.

BELO HORIZONTE, LEI No 7.166, DE 27 DE AGOSTO DE 1996. **Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município.** Disponível em <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.doevento=download&urlArqPlc=Lei_716696_LPOUS_consolidada.pdf>.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A HEGEMONIA NORUEGUESA: um estudo sobre o papel das empresas no Brasil

BARBOSA, Danilo C. (1); RENA, Natacha (2).

1. Mestrando no PPACPS da EA UFMG; pesquisador no grupo Indisciplinar UFMG;
Rua Professor Baroni, n°40, 1302 – Belo Horizonte - MG
danilocb90@hotmail.com

2. Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora e Professora do NPGAU e do PACPS - Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Rua Guajajaras, 65/802, Bairro Boa Viagem; Belo Horizonte, Minas Gerais
natacharena@gmail.com

RESUMO

O presente artigo expõe os resultados preliminares desenvolvidos na pesquisa Geopolítica e Território. A pesquisa busca mapear e compreender as relações entre a atual conjuntura do país e a disputa de forças nacionais e internacionais que vêm traçando as políticas públicas empregadas no Brasil. Para tanto, partiu-se do recorte do tema da sustentabilidade. A partir deste ponto, buscou-se entender os principais eventos, atores e dispositivos que disputam o território e o discurso da sustentabilidade. Deparando com o discurso hegemônico de desenvolvimento sustentável norueguês, assim como com a ação de suas empresas em território brasileiro, decidiu-se investigar características de organizações vinculadas à Noruega. Apresentar-se-á aqui o resultado parcial da pesquisa em andamento, uma vez que os esforços já empregados refletem a realidade sintomática de atuação das diversas multinacionais norueguesas. Como resultados gerais destaca-se a atuação destas empresas tanto no mercado petrolífero, quanto em atividades extrativistas. Como apontamento final, aproxima-se da hipótese de que o discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável vem sendo empregado, por vezes, com a finalidade de enfraquecer o controle brasileiro sobre o próprio território.

Palavras-chave: Sustentabilidades; Petróleo; Empresas Norueguesas; Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Rio 92. Neste evento, Gro Harlem Brundtland, então primeira ministra norueguesa, declara a emergencial necessidade de se erradicar a miséria no mundo, conectando pobreza, meio ambiente e aumento populacional.

> *Poverty degrades not only those who suffer it, but also those who tolerate it. The time has come for a real attack on mass poverty. Poverty, environment and population can no longer be dealt with/- or even thought of/- as separate issues; they are interlinked in practice and cannot be delinked in the formulation of policies.*
>
> *Unless poverty is alleviated, there is no change that we will be able to stabilize the world population. It has grown by 500/ million since the Commission last met five years ago. We must deal with population growth through an integrated approach, including education and the enhancement of the status of women, improved public health and family planning.[1] (BRUNDTLAND, 1992)*

É a partir da relação entre o discurso do desenvolvimento sustentável e o Estado norueguês que se dá o início aos estudos aqui apresentados. Em linhas gerais, as relações exteriores entre Brasil e Noruega são estáveis e crescentes. O país nórdico chegou a ser o oitavo maior parceiro comercial do Brasil em 2017 de acordo com o Portal Planalto (PORTAL DO PLANALTO, 2017). Entretanto, no mesmo ano, com o vazamento das barragens da empresa Hydro em Barcarena no Pará, tornou-se público que a empresa de extração mineral não só é de origem norueguesa como também tem como acionista majoritário o próprio governo (SENRA, 2017). Em face destes dados, apresenta-se a problemática das contradições entre ação e discurso por parte da Noruega. Questiona-se: (i) Seria o discurso do desenvolvimento sustentável parte de uma estratégia do controle e da exploração das riquezas dos países periféricos?; (ii) Quais as consequências das propostas de desenvolvimento sustentável apresentadas por Brundtland[2]?; (iii) Como tem sido o *modus operandi* das empresas norueguesas no Brasil?

Para tentar responder as questões, deu-se início a pesquisa cujos resultados preliminares serão aqui expostos. Escolheu-se, como ponto de partida, entender a atuação das empresas norueguesas no Brasil. Destaca-se que na atual conjuntura de desestabilidade política e crise econômica, as relações entre o governo e empresas internacionais tornaram-se mais delicadas. Portanto, este estudo agrega argumentos e indicadores vinculados a debates que se aprofundam sobre as temáticas do neoliberalismo, da sustentabilidade, da soberania e do urbano.

Para organizar a coleta de dados e a avaliação destes, foram criadas seis categorias de ramos de atuação das empresas norueguesas no Brasil: Navegação, Petróleo, Energia, Fertilizante, Minério e Outros. Cada uma das empresas abordadas foi enquadrada em uma das categorias de acordo com as atividades que exercem no Brasil, mas também no mundo. Durante a avaliação preliminar dos resultados, verificaram-se os seguintes percentuais

[1] A pobreza degrada não apenas aqueles que a sofrem, mas também aqueles que a toleram. Chegou a hora de um verdadeiro ataque à pobreza em massa. Pobreza, meio ambiente e população não podem mais ser tratados - ou mesmo considerados - como questões separadas; elas estão interligados na prática e não podem ser desvinculados da formulação de políticas. A menos que a pobreza seja aliviada, não há mudança que possam estabilizar a população mundial. Esta cresceu em 500 milhões desde a última reunião da Comissão, há cinco anos. Precisamos lidar com o crescimento populacional por meio de uma abordagem integrada, incluindo educação e melhoria da condição da mulher, melhoria da saúde pública e planejamento familiar. (tradução do autor)

[2] Relatório *Our Common Future* publicado em 1987 ficou também conhecido pelo nome de Relatório Brundtland. O trabalho é resultado de uma série de estudos realizados pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Organizações das Nações Unidas, chefiado pela primeira ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. Nele é definido o conceito de desenvolvimento sustentável.

de atuação das empresas por categoria: 38% são da Navegação; 28% são do Petróleo; 6% são de Energia; 6% são de Fertilizantes; 6% são de Minério; 16%, Outros. Dentro da categoria Navegação, 74% exercem alguma atividade de prestação de serviços ou de apoio à extração de petróleo.

Entre 2006 e 2012, 34% das empresas pesquisadas deram abertura aos seus CNPJs. Destas 35,3% eram da categoria Navegação e 47% da categoria Petróleo. O período histórico levantado conta com empresas de 1968 até 2014.

Avaliando a relação destes dados com o contexto brasileiro, fica evidente o interesse das empresas do mercado petrolífero, principalmente após o anúncio feito pela Petrobras em 2006 de indícios de petróleo no pré-sal. Neste ponto destaca-se uma aparente contradição entre o discurso promovido de desenvolvimento sustentável e as atividades desempenhadas pelas empresas norueguesas no Brasil. A contradição entre um discurso de preservação e exploração consciente do meio ambiente e a atuação direta ou indireta das empresas em três setores de grande impacto ambiental, mineração, fertilizantes e petrolífero. A ampla participação das empresas norueguesas nas categorias aqui propostas de Petróleo, Fertilizantes e Minério, levanta algumas questões: O discurso de desenvolvimento sustentável seria parte de uma estratégia de exploração de recursos em países periféricos? As atividades relacionadas às categorias mencionadas fazem parte de grandes cadeias produtivas responsáveis por impactos como aquecimento global, esterilização do solo e degelo das calotas polares?

A contradição é acirrada à medida que se observa a atuação norueguesa frente à ONU - Organização das Nações Unidas - como propositora de medidas de combate a impactos globais, e porta voz do desenvolvimento sustentável.

Apesar do estudo aqui apresentado chegar a resultados prévios que fortalecem a hipótese de que discurso da sustentabilidade e atuação empresarial possuem uma lógica de confluência perversa, este trabalho não pretende explorá-la por completo, mas apenas iniciar uma investigação divulgando dados preliminares sobre a relação das empresas norueguesas com o mercado brasileiro. Os dados aqui expostos não refletem a totalidade, mas sim um universo amostral de 50 empresas. Futuramente o estudo terá continuidade buscando cobrir o que se estima ser por volta de 120 empresas norueguesas atuando no Brasil. Para tanto a pesquisa parte da busca pelas empresas, passando pela coleta de suas informações e seguindo para a análise dos dados encontrados. Assim, determinou-se a metodologia detalhada à frente.

Metodologia

A fim de mapear as empresas propostas, o primeiro desafio é encontrá-las. Para tanto, duas foram as fontes principais, a página Web de membros da Norwegian-Brazilian Chamber of Commerce - NBCC[3] e o site da Catho[4]. Todas as nacionalidades das empresas foram conferidas em seus sites e cadastro na receita federal. Foram consideradas como como empresas norueguesas aquelas que seguem um ou mais dos seguintes critérios: historicamente tiveram suas origens na Noruega; possuem sua sede ou

[3] Norwegian-Brazilian Chamber of Commerce -NBCC, é uma associação sem fins lucrativos que promove encontros, reuniões e palestras para seus membros a fim de promover integrações entre organizações públicas e privadas do Brasil e da Noruega.Disponível em: <http://nbcc.com.br/>. Acesso em 10 jun. 2018.

[4] A Catho é uma empresa de tecnologia que atua como um classificado de currículos, oferecendo vagas de empregos e ferramentas para seleção de candidatos. A escolha deste site ocorreu devido a uma ferramenta da plataforma em que pode-se buscar por empresas de acordo com suas nacionalidades. Uma vez que para efetivar o cadastro a empresa deve inserir o CNPJ e auto declarar a nacionalidade. Disponível em: <https://cadastro.catho.com.br/busca-nacionalidade/nacionalidade/norueguesa/>. Acesso em 10 jun. 2018.

escritório principal na Noruega; os acionistas majoritários são noruegueses; pertencem a conglomerados noruegueses; comercializam ações na bolsa de valores de Oslo.

Isto posto, realizou-se a busca de informações sobre cada uma das empresas. Definiu-se para seleção das informações os seguintes grandes grupos:

Informações cadastrais: aquelas que permitem identificar a empresa e que estão disponíveis no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no site da Receita Federal[5].

INFORMAÇÕES CADASTRAIS					
Nº	NOME	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	DATA DE ABERTURA NO CNPJ	CAPITAL SOCIAL EM R$	CIDADE ONDE ESTÁ A SEDE NO BRASIL

Rede: informações que permitem compreender o quadro societário das empresas.

REDE			
ACIONISTA MAJORITÁRIO	ACIONISTA 02	ACIONISTA 03	DEMAIS ACIONISTAS

Atuação: informações direcionadas para a atuação das empresas no território ou quais as suas principais atividades econômicas.

ATUAÇÃO				
SEDE MUNDIAL	OUTRAS SEDES	ÁREA DE ATUAÇÃO	ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

[5] Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp>. Acesso em 10 jun. 2018.

No grupo de informações referentes à Atuação, o campo Área de Atuação corresponde à categorização criada para classificar as empresas de acordo com a cadeia produtiva a que se vinculam. Desta maneira, a atuação das empresas foi classificada de acordo com os parâmetros apresentados a seguir.

Categorização das empresas

As empresas encontradas até o momento foram categorizadas em seis principais grupos de acordo com suas atividades econômicas e ramo de atuação: Petróleo; Minério; Fertilizantes; Navegação; Energia; Outros. Tais agrupamentos buscam visualizar e compreender a inserção das organizações nas cadeias produtivas ou segmentos de mercado relacionados aos respectivos nomes.

A fim de qualificar esta categorização faz-se necessário conceituar o termo ‘cadeias produtivas’. Para tanto, assume-se a definição apresentada pelo SEBRAE [20--].

> *(...) cadeias produtivas, aqui entendidas como a malha de interações seqüenciadas de atividades e segmentos produtivos que convergem para a produção de bens e serviços (articulação para frente e para trás), articulada com o fornecimento, o processamento, a distribuição e a comercialização de insumos, mediando a relação do sistema produtivo com o mercado consumidor. (SEBRAE, [20--], p.155)*

Neste sentido, foram construídas as categorias de empresas de acordo com o enquadramento em cadeias produtivas como petróleo e gás ou minério e fertilizantes. Para tanto foram avaliadas as indicações de Atividade Econômica Principal e Secundárias, que constam no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas da Receita Federal. Além disso, foram avaliados nas páginas das

empresas quais os principais setores de atuação de cada uma delas. Desta forma, as categorias englobam as seguintes atuações:

Petróleo: Esta categoria engloba empresas de extração, beneficiamento, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de petróleo e gás, incluindo também fornecedores de serviços, insumos, equipamentos, tecnologia e máquinas. Excetuam-se as empresas ligadas ao grupo aqui criado de Navegação.

Minério: Esta categoria engloba empresas de extração, beneficiamento, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de todos os tipos de minérios, incluindo também fornecedores de serviços, insumos, equipamentos, tecnologia e máquinas. Excetuam-se as empresas que exercem atividade minerária para extração de fertilizantes.

Fertilizantes: Esta categoria engloba empresas de extração, beneficiamento, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de todos os tipos de fertilizantes, incluindo também fornecedores de serviços, insumos, equipamentos, tecnologia e máquinas.

Navegação: Esta categoria engloba empresas de navegação, apoio, fornecimento, compra e venda de embarcações; prestação de serviços de transporte marítimo, maquinários, tecnologia e mão de obra especializada à navegação ou atividade portuária.

Energia: Esta categoria engloba empresas de geração, apoio, comercialização e fornecimento de energia, além de empresas de venda e aluguel de equipamentos para fornecimento de energia. Incluem-se também empresas de instalação de equipamentos para geração e fornecimento de energia. Excetuam-se as empresas que exercem atividades ligadas ao setor petrolífero.

Outros: Esta categoria engloba diversas empresas que não se enquadram nos demais grupos e que suas atividades não apresentam correlatas para criação de novos grupos. Dentre elas inclui-se empresas que atuam em setores como financeiro, militar, prestação de serviços e vendedores atacadistas.

Ressalta-se que as empresas relacionadas à Navegação não correspondem a uma cadeia produtiva específica, mas durante a implementação das categorias, verificou-se uma presença marcante de empresas que fazem transporte marítimo e outras atividades em alto mar. A partir de disso decidiu-se criar esta categoria a fim de apresentá-la de forma distinta.

A partir desta categorização, em conjunto com a coleta de informações foi possível desenvolver uma tabela constando todos os dados obtidos sobre as empresas e em seguida analisá-los por meio da construção de gráficos e cruzamentos que serão apresentados em seguida.

A coleta de dados, como já relatado, parte da identificação das empresas e em seguida para as informações contidas no CNPJ e nas próprias páginas Web. Ao iniciar a pesquisa, dimensionou-se um universo amostral de aproximadamente 120[6] empresas norueguesas operando no Brasil. Destas 120 empresas encontradas, apenas 50 foram avaliadas. Apesar do baixo volume, ressalta-se a representatividade dos números aqui apresentados. Para além disso, é relevante evidenciar também a dificuldade de identificação da origem das empresas, uma vez que é comum que os principais sócios sejam outras organizações internacionais situadas em diferentes países como Inglaterra, Holanda, Estados Unidos, Taiwan, Suíça, Bahamas, Ilhas Cayman e Chipre.

Aplicados os dados nas tabelas, foi possível verificar numericamente diversas informações e em seguida cruza-las para geração de gráficos.

Resultados preliminares

A primeira análise de dados feita objetivou identificar como é a distribuição das organizações no território brasileiro. Para tanto se observou o campo

[6] Este dado é confirmado por publicação do dia 23 de junho de 2017 em redes sociais do Palácio do Planalto. https://plus.google.com/+PalacioDoPlanalto/posts/fkxNnxEVb5H, acesso em 11 jun. 2018

Cidade Onde Está a Sede no Brasil. Produziu-se assim os seguintes gráficos - Figura 1; Figura 2.

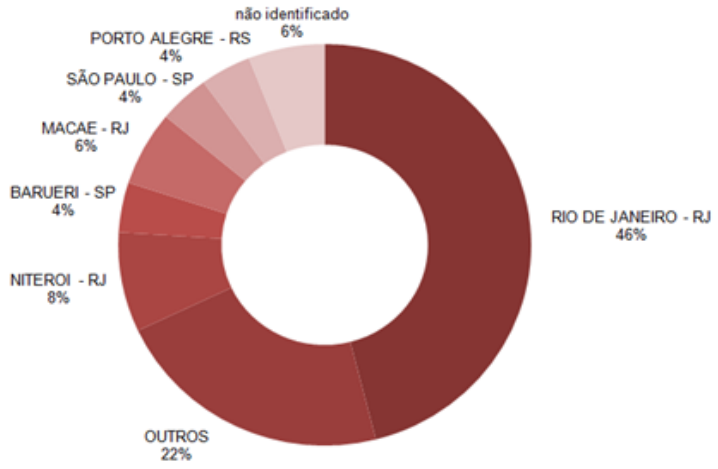


Figura 1: Gráfico de percentual de empresas norueguesas em municípios do Brasil.
Fonte: Criado pelos Autores.

Figura 2: Diagrama de concentração das empresas norueguesas por estado no Brasil.
Fonte: Criado pelos Autores.

A partir deste dado é possível verificar a preferência pela implementação das sedes e escritórios gerais no sudeste e, principalmente, no Rio de Janeiro. Suscita-se então uma possível hipótese: A ausência total de sedes administrativas nas regiões nordeste, norte e centro oeste não significa necessariamente que as atividades destas empresas não estejam enraizadas nestas regiões. Pelo contrário, verifica-se, por exemplo, a presença da Hydro Alunorte em Barcarena-PR, da Statoil (atual Equinor) no Ceará e da Yara no triângulo mineiro e também no Ceará. Neste sentido, observa-se que a perpetuação de um modelo em que os níveis operacionais e estratégicos estão territorialmente descolados, produzindo assim, espaços urbanos distintos, porém estruturados sob uma mesma lógica.

O dado analisado em seguida se refere às áreas de atuação. Ao aplicar a metodologia descrita de classificação em categorias, verificou-se primeiramente que há apenas um pequeno leque de cadeias produtivas nas quais a maior parte das empresas se insere. Dentro de tais categorias, verifica-se ainda uma distribuição desigual, na qual empresas ligadas à Navegação e Petróleo, representam juntas mais de 60% do total - Figura 3.

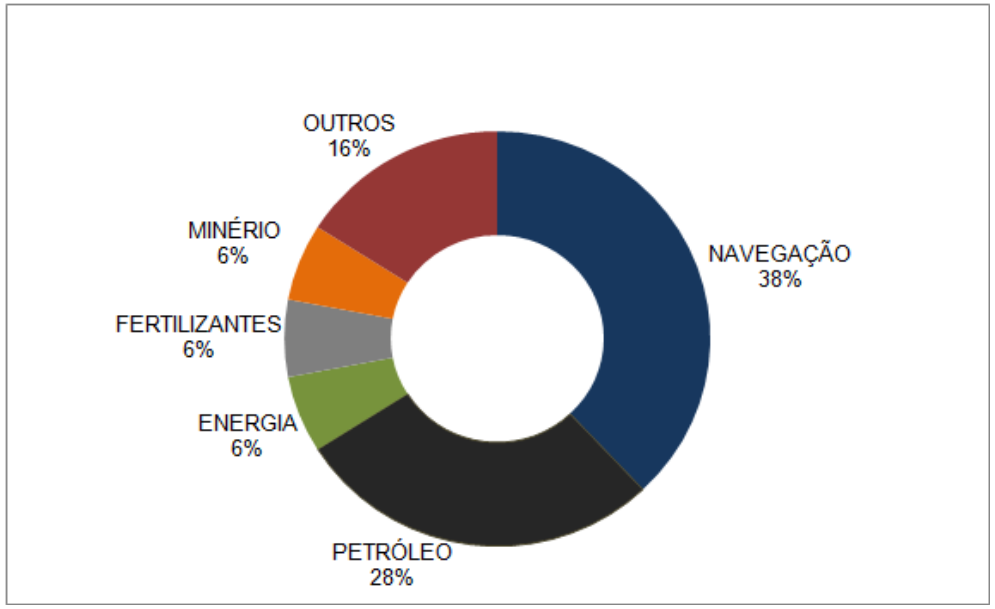


Figura 3: Empresas por setor de atuação de acordo com as categorias criadas.
Fonte: Criado pelos autores.

Com o apresentado na Figura 3, surge uma questão em relação às empresas de Navegação: quais seriam suas participações nestes setores de Petróleo e Energia? Na metodologia utilizada aqui, elas foram selecionadas excluindo seu vínculo com Petróleo e Energia uma vez que apesar de participarem destas cadeias produtivas, compunham um grupo de grande relevância numérica. A partir desta indagação, reformulou-se a categoria, distribuindo-a pelas demais e criando uma nova categoria denominada Carga. Este novo enquadramento teve como função abrigar as empresas que fazem apenas transporte de cargas de contêineres. Verificou-se novamente as páginas Web das empresas e as atividades relatadas no CNPJ. Ao executar esta nova divisão, chegou-se ao seguinte resultado: 74% das empresas norueguesas de navegação marinha que atuam no Brasil estão ligadas à cadeia produtiva de petróleo e gás (Figura 4).

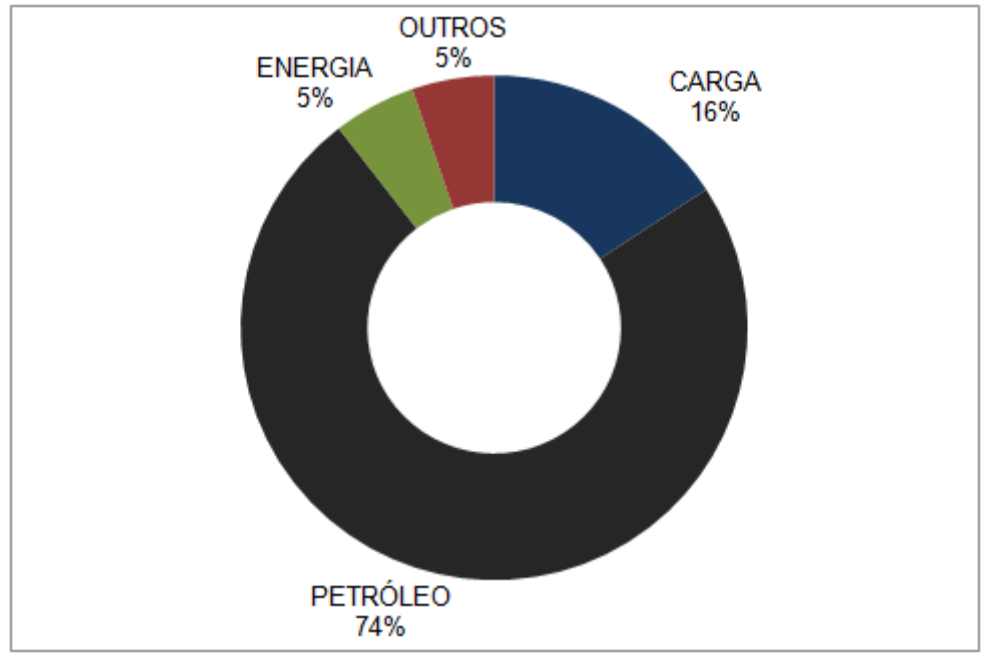


Figura 4: Empresas de Navegação subdivididas pelas categorias criadas.
Fonte: Criado pelos autores.

Associando as informações de ambas as figuras 3 e 4, chega-se ao número de 28 empresas atuando em Petróleo, o que representa 56% do total do universo amostral. Em 2012, de acordo com o portal da Portogente (2012), quase todas as empresas que buscavam abrir filial no Brasil eram ligadas ao setor do petróleo.

Segundo estimativas da Innovation Norway - agência ligada ao Ministério de Indústria e Comércio da Noruega - , que tem como objetivo promover o desenvolvimento industrial e internacionalização das empresas do país -, cerca de 90% das companhias norueguesas que procuram o escritório da organização no Brasil, localizado no Rio de Janeiro, são ligadas ao setor de

petróleo e gás. Elas buscam, em geral, auxílio para entrar no tão promissor mercado brasileiro (PORTOGENTE, 2012).

A fim de explorar melhor a entrada das empresas no país, cruzaram-se os dados de Área de Atuação e Data de Abertura no CNPJ. Desta forma obteve-se o gráfico da Figura 5.

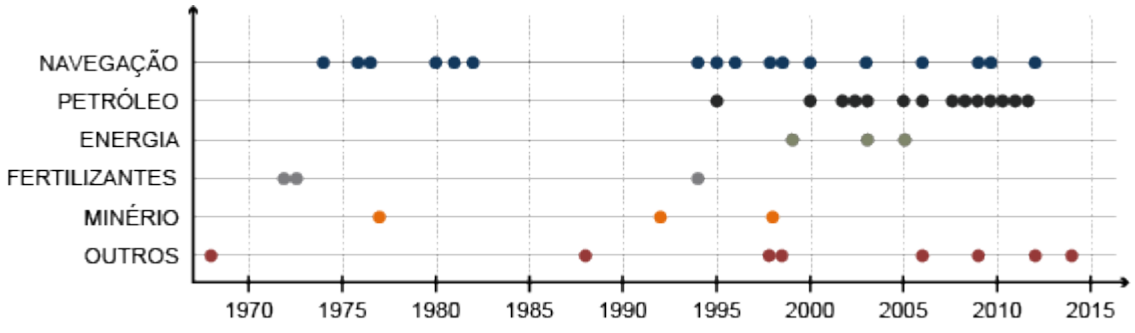


Figura 5: Data da abertura no CNPJ por área de atuação.
Fonte: Criado pelo autor

A partir da leitura da figura 5, fica evidente um processo sistêmico de instalação de empresas da categoria Petróleo de 2000, acirrado em 2006, ano de anúncio da descoberta de petróleo nas camadas do pré-sal.

Apresentados os dados preliminares da pesquisa, propõe-se então a discussão dos mesmos de forma teórica.

Discussão dos resultados

Antes da elaboração desta discussão, deve-se pontuar o caráter preliminar e não conclusivo dos dados, de modo que os mesmos devem sofrer alterações com os avanços da pesquisa. Por isso, avaliar-se-á as tendências como mais relevantes do que os números gerais. Neste sentido, o percentual amostral exposto é representativo do universo, mas não o define completamente.

Levando em consideração o número de empresas da categoria Petróleo, em conjunto com as empresas da categoria Navegação, que operam na cadeia produtiva petrolífera, é possível notar o interesse em preencher atividades de apoio e suporte à extração. Este movimento indica uma tendência de ocupação desta cadeia com empresas norueguesas. Questiona-se então, qual a representatividade ou a influência destas organizações no cenário de extração de petróleo brasileiro. Suscita-se para a pesquisa, a partir do apontado, um novo ramo de investigação, o do nível de influência destas empresas na extração de petróleo, principalmente nas camadas de pré-sal.

O pré-sal se tornou, desde seu anúncio, parte fundamental no jogo geopolítico mundial, uma vez que o controle e exploração dessas jazidas petrolíferas, consideradas por muitos como os principais estoques mundiais do recurso, constituindo importante fator de influência na economia mundial.

> *O pré-sal em produtividade é extraordinário e concorre com poucas regiões do planeta, só com Oriente Médio. E estar no pré-sal é como jogar na "primeira liga" do petróleo mundial, onde todas as gigantes querem estar. Já na "segunda liga" estão os poços tradicionais de águas profundas, com uma produtividade média de 5 mil a 8 mil barris por dia. Neste caso, além do Brasil, tem o Oeste da África e o Golfo do México. (ODDONE, 2017).*

Assim, a produção nacional coloca o Brasil como um dos principais gigantes do petróleo, abrindo os olhos de todo o mundo para suas reservas. Entretanto, a tecnologia para exploração do pré-sal não é simples. Desde seu anúncio, a estatal brasileira, Petrobras, trabalha em inovações para perfuração e extração do recurso. Assim, o mundo se volta para o Brasil não só em busca do pré-sal, mas também da tecnologia de exploração do mesmo. A possibilidade de efetivação do potencial petrolífero permitiria ao explorador grande influência na economia global, comparável com a do Oriente Médio. De acordo com Klare (2001),

> *[...] quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo. (KLARE, 2001 apud HARVEY, 2004, p.25).*

Essa colocação dimensiona a importância do petróleo na economia mundial e mais, no caso do Brasil, apresenta a relevância de se conseguir explorar e controlar o pré-sal nas bacias nacionais. Partindo então deste ponto, questiona-se: Qual a participação dos demais recursos minerais na dinâmica geopolítica? É necessário avaliar qual o nível de controle que determinada empresa extrativista possui sobre o território. É necessário ainda levar em conta não só se a posse da terra explorada ou do recurso pertence ao explorador, mas também o grau de influência que este passa a ter nas tomadas de decisão internas ao país. Tal questionamento pode parecer incipiente em primeira análise, principalmente quando se observa toda a extensão territorial brasileira, mas quando avaliada a escala regional, de municípios, regiões metropolitanas e até estados, estas empresas passam a ter poder de barganha e influenciam em decisões. Isso porque não só detêm grandes volumes de capital, como também podem utilizar da quantidade de empregos gerados como estratégia de negociação e barganha política.

Algumas das empresas avaliadas no presente estudo, como a Hydro e a Statoil, são empresas controladas pelo governo norueguês. Desta forma é concebível que em certa escala, há influência na política interna do país por parte destas organizações e seus governos. Discute-se neste ponto, se a atuação de empresas estatais multinacionais fere de alguma forma a soberania nacional. A princípio, não é possível afirmar que há uma manipulação geral da política interna, ou que a simples presença delas seja representativa do fim da soberania nacional. Não o é. Para Sahid Maluf (1993), o entendimento do Estado passa pela compreensão da soberania nacional:

> *A exata compreensão do conceito de soberania é pressuposto necessário para o entendimento do fenômeno estatal, visto que não há Estado perfeito sem soberania. [...] soberania se compreende no exato conceito de Estado. Estado não soberano ou semissoberano não é Estado.[...] Soberania é uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhum outro poder. (MALUF, 1993, p.35)*

Assim, a forma como um determinado país decide explorar seus recursos minerais é uma decisão própria, soberana. Abrir mão de tal exploração ou passá-la para outro, não é, em si, deixar de ser soberano. Entretanto, monitorar a extensão real das influências externas no território nacional é necessário, principalmente frente à capacidade de controle econômico possibilitada pelos recursos minerais e principalmente do pré-sal.

Considerações finais

Apresentados os resultados parciais e a metodologia, sintetizar-se-á o encaminhamento presente da pesquisa, seus desdobramentos e por fim, as sinalizações para novos direcionamentos.

O presente artigo parte da exposição do discurso de Gro Harlem Brundtland (1992), que traz consigo indicações que pautaram e ainda pautam as política ambientais no mundo. Frente à contradição do discurso ambiental e da prática de ações empresariais extrativas e degradatórias, questionou-se a possibilidade de ambos fazerem parte de uma mesma estratégia de exploração. Neste sentido, pergunta-se se o *modus operandi* das ações norueguesas supracitado não se enquadraria em uma forma de *greenwashing*, seja para legitimar a entrada de suas empresas em países estrangeiros, seja para influenciar uma política de anti-desenvolvimento em países periférico. Para David Harvey (2016) esta prática está diretamente relacionada à ação comercial e política de muitas empresas.

> *Em áreas como saúde pública e água potável, essa dialética funciona em benefício das pessoas, às vezes à custa dos lucros.*

> *Consequentemente, o apoio popular ao ambientalismo das grandes empresas tem sido útil tanto para o capital quanto para as políticas ambientais. Parte dessas políticas, infelizmente, é simbólica, e não substantiva. Isso é conhecido como greenwashing - disfarçar um projeto com fins lucrativos como um projeto para melhorar o bem-estar das pessoas. (HARVEY, 2016)*

A fim de explorar tal hipótese, o presente artigo desenvolve uma metodologia e uma análise de dados inicial que busca entender a perspectiva de ação das empresas norueguesas no brasil. Para tanto, investigou-se e categorizou-se 50 empresas de acordo com seus ramos de atuação. A partir da aplicação desta metodologia, mostra-se uma tendência, ainda a ser confirmada numericamente, de atuação de grande parte das empresas em cadeias produtivas de desenvolvimento nacional e de degradação ambiental. As empresas estão distribuídas também de forma desigual sobre o território brasileiro, ocupando massivamente o sudeste. Seria importante, consequentemente, ampliar a investigação sobre local de atuação e sede empresarial. Assim, seriam abertos novos caminhos para verificar um possível acirramento do desenvolvimento inter-regional desigual no país.

Baseando nos dados coletados e trabalhados, houve uma representativa entrada de empresas da categoria Petróleo a partir do ano de 2006. Esta informação foi analisada juntamente com outras duas: (i) a primeira está relacionada com a marcante presença de empresas que dão suporte à produção petrolífera dentro da categoria Navegação. Este quadro lança mais um apontamento para avanço da pesquisa. Deve-se investigar qual é o grau de envolvimento destas empresas em relação à extração de petróleo e ainda, se há alguma forma de dependência desta cadeia pelos serviços por elas prestados; (ii) a segunda informação analisada junto com as datas de entrada das empresas no Brasil foi o anúncio em 2006 da descoberta de petróleo na camada do pré-sal. A partir desses dados, infere-se o interesse norueguês em toda a descoberta do pré-sal.

Destaca-se então a importância de monitorar toda a movimentação, não só norueguesa, como mundial, em torno da descoberta daquela que se estima ser uma das maiores reservas de petróleo do mundo. Entende-se que o controle do petróleo representa também controle econômico. Por isso, salienta-se a necessidade do aprofundamento sobre a temática da soberania nacional, tanto em pesquisa primária sobre a influência das empresas sobre o território e o Estado brasileiro, quanto em pesquisas teóricas.

Assim, o trabalho apresentado avança sobre o entendimento das atividades das empresas norueguesas, lançando luz sobre suas ações no território nacional brasileiro. Apesar de não comprovar a hipótese geral de uma consonância perversa entre discurso ambiental e ação extrativista, este trabalho traz importantes indicativos e apontamentos para novos caminhos de investigação. Para além dos questionamentos e direcionamentos, a pesquisa em relação às empresas norueguesas terá continuidade e assimilará as propostas aqui apresentadas, buscando maior amplitude do número de organizações atuantes no país.

Agradecimentos

Agradecemos aos pesquisadores do Indisciplinar parceiros da pesquisa Geopolítica e Território Henrique Porto, Maíra Ramirez e Paula Guimarães que compartilham conosco grande parte das conversas sobre os temas apresentados. Agradecemos também ao Programa PACPS, à PROEX UFMG, ao PRPq da UFMG, à Escola de Arquitetura da UFMG, ao CNPQ e à Fapemig.

Rereferências

BETARELLI JUNIOR, Admir Antonio; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Urbanização extensiva e o processo de interiorização do Estado de São Paulo : um enfoque contemporâneo.** In: CEDEPLAR. Texto para discussão. nº 480. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Statement by Gro Harlem Brundtland, Prime Minister of Norway and Chairman of the World Commission on Environment and Development.** In:UNITED NATIONS. Report of the United Nations Conference on Environment and Development. 3-14 Jun 1992. Rio de Janeiro, 1992.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **(Org.)** Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CASTELLS, M. **Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho.** Espaço & Debates, v.6,n;17,p.5-23, 1986.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KLARE, Michael. **Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict, New York, Henry Holt, 2001.** *apud*. HARVEY, David. O Novo Imperialismo. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves – São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado.** 22. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 1993.

ODDONE, Décio. **Entrevista para o Jornal o Globo.** [Rio de Janeiro], 2017. In: ORDONEZ, Ramona; ROSA, Bruno. O Mundo à Espera do Pré-sal. O Globo: Caderno de Economia Rio de Janeiro, 16 out. 2017.

PORTAL DO PLANALTO. **Com investimentos de US$ 2 bi, Noruega se torna 8º maior parceiro do Brasil.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/06/com-investimentos-de-us-2-bi-noruega-se-torna-8o-maior-parceiro-do-brasil>. Acesso em: 11 jun. 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE POLÍTICA (BRAZIL). **Agenda de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil do século XXI: relatório final.** Brasília: PNUD: Instituto de Política, 2000.

PROTOGENTE. **Brasil entra na rota de empresas norueguesas.** Notícias do dia 29 de Agosto de 2012. Disponivel em: <https://portogente.com.br/noticias/noticias-do-dia/59956-brasil-entra-na-rota-de-empresas-norueguesas>. Acesso em: 01 maio 2018.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.1.** ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SEBRAE.Cenários econômicos de Pernambuco: Cadeias produtivas dinâmicas e oportunidades de negócios. **Parte 3.** Recife: SEBRAE, [20--]. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/livro_cenarios_parte_3.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

SENRA, Ricardo. **Noruega é maior acionista de mineradora denunciada por contaminação na Amazônia.** BBC Brasil. 28 junho 2017. Washington, 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-40423002>. Acesso em: 26 mar. 2018.

SOCIEDADE EM CÁRCERE: Uso do espaço público e violência urbana

VIEIRA, Maria Dalígia Letícia(1); MOTA, Davi Correia Almeida(2); MENESES, Vítor Domício de (3)

1. Centro Universitário UniFanor/Wyden. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Av. Santos Dumont, 7800 - Fortaleza CE
daligia_leticia@hotmail.com

2. Centro Universitário UniFanor/Wyden. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Av. Santos Dumont, 7800 - Fortaleza CE
davimota.arq@outlook.com

3. Centro Universitário UniFanor/Wyden. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Av. Santos Dumont, 7800 - Fortaleza CE
vitor.meneses@unifanor.edu.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir as ligações entre a forma com que as cidades foram e são moldadas, a desertificação de seus espaços públicos, promoção dos espaços privados e as formas com que a violência e a sensação de medo reverberam na cidade. Levar-se-á em conta a relação entre a cidade e as pessoas, seus usos e o poder do capital imobiliário no planejamento urbano neoliberal que influencia o contexto social contemporâneo, e a importância da segurança urbana e das relações interpessoais na qualidade de vida das pessoas que vivem nas cidades. Foi realizada uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo acerca do tema, primeiramente analisando a crítica de Jacobs (2011) ao urbanismo de influência modernista, porém, mais do que debater sobre a vida e a morte das cidades grandes, a presente análise discute como o medo da morte manifestado na insegurança urbana é transformado em promessa de vida vendida pelos agentes imobiliários, utilizando da biopolítica, descrita por Foucault (1999), e financiando biopoder para retroalimentar uma forma de vida social não sociável e soluções para as mazelas urbanas criadas por esse mesmo modelo de vida. Foram estudados, também, os diferentes tipos de violência descritos por Zizek (2014) e como os mesmos podem ser identificados no contexto urbano. Por fim, tendo a cidade de Fortaleza (Ceará) como local de análise, foi traçado um paralelo entre as notícias de jornais a respeito da repressão policial em espaços públicos e os anúncios publicitários de novos empreendimentos residenciais, que ressaltam os atributos de exclusividade e praticidade dos empreendimentos, comprovando que a segregação social é vendida como valor agregado pelas imobiliárias.

Palavras-chave: Violência Urbana; Urbanismo Neoliberal; Enclaves Fortificados; Espaço Público.

Introdução

As cidades são produções e produtoras de subjetividades. Criamos as cidades, e, à medida que alteramos o espaço público, também somos afetados e alterados por este. Para além de estruturas físicas, a cidade é também um espaço relacional e político que determina em parte as vivências de seus habitantes. Segundo Robert Park, a cidade é

> *a mais consistente e, no geral, a mais bem sucedida tentativa do homem de refazer o mundo onde vive de acordo com o desejo do seu coração. Porém, se a cidade é o mundo que o homem criou, então é nesse mundo que de agora em diante ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma ideia clara da natureza de sua tarefa, ao fazer a cidade, o homem refez a si mesmo. (PARK apud HARVEY, 2013, p. 27).*

Do ponto de vista social e político, podemos compreender a cidade como uma rede de relações humanas em intersecção com os espaços públicos. Nessa perspectiva, a cidade é também composta por articulações entre pessoas, espaços e poderes, sendo estes mediados pelo contrato socialmente compartilhado entre eles (ROUSSEAU, 1978). No entanto, ainda que saibamos que a cidade é constituída por relações entre pessoas e o compartilhamento de espaços comuns, constata-se, no âmbito das cidades contemporâneas, um empobrecimento crescente desses aspectos urbanos.

Esse empobrecimento torna, muitas vezes, a cidade um ambiente hostil, perigoso e cansativo, fazendo com que as pessoas tendam a usar o espaço público apenas como meio de passagem, como ponte entre dois espaços segregados; fora da rotina, quando não é necessário sair de um lugar para chegar à outro, elas permanecem em seus "cárceres" domiciliares.

Este trabalho discute as ligações entre a forma com que as cidades são moldadas e a desertificação de seus espaços públicos, os tipos de violência e a sensação de medo presentes; a relação entre a cidade e o homem, seus usos e a influência do capital imobiliário no planejamento urbano e no contexto social atual.

Levando em conta a importância da segurança urbana na qualidade de vida das pessoas que vivem na cidade, foi realizada uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo para obter informações sobre os temas centrais da pesquisa, e, posteriormente, buscar-se-á traçar um paralelo entre elas e a realidade de Fortaleza – CE referente ao uso e a desqualificação dos espaços públicos em meio à promoção dos espaços privados.

Que Forma e Como Forma a Cidade

Foi a partir da transformação da vila medieval em cidade-capital do Estado moderno que começaram uma série de mudanças e reorganização do espaço que influenciaram e resultaram, séculos depois, na forma que as cidades têm hoje. A princípio houve a mercantilização do espaço, a terra urbana que antes era comunalmente ocupada, passou a ser mercadoria, depois, passa a haver a segregação espacial, a sociedade é dividida em classes, onde os ricos, proprietários dos meios de produção, são separados dos despossuídos, que apenas tem sua força de trabalho como moeda de troca, e, por fim, ocorreu a instalação do poder centralizado, o Estado (ROLNIK, 1995).

Assim, se inicia um processo de mudanças tanto na micropolítica familiar, quanto na forma de ver e viver o espaço: o público e o privado tornaram-se termos opostos; os locais de habitar e trabalhar se separaram; no ambiente da casa, a mulher se afastou da produção e do contato com o mundo exterior e se atenta apenas a trabalhos domésticos e aos filhos que, se antes acompanhavam o pai em seus ofícios, passaram a ser mandados às escolas. Essas transformações dividiram a cidade, ocasionando a luta pelo espaço urbano, na qual:

> *Para os membros da classe dominante, a proximidade do território popular representa um risco permanente de contaminação, de desordem. Por isso deve ser, no mínimo,*

> *evitado. Por outro lado, o próprio processo de segregação acaba por criar a possibilidade de organização de um território popular, base de luta por trabalhadores pela a apropriação do espaço da cidade. (ROLNIK, 1995, p. 56).*

Tendo em vista agora o contexto contemporâneo das cidades, segundo Bauman (2003), essa privacidade, ou até mesmo o conforto, causados pela individualização tornam-se inviabilizados na sociedade globalizada, uma vez que não se beneficiam da segurança propiciada pelo modelo de vida comunitário, então, segundo o autor, há a liberdade, porém esta é inviável devido à insegurança e incerteza do que se pode encontrar no externo.

O censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) diz que em 2010 cerca de 84,36% da população brasileira era urbana, mas, embora as cidades vivam um aumento populacional em escalas de proporções geométricas, é cada vez mais raro observarmos o espaço público como um campo de vivências e experiências coletivas.

Mesmo com o abarrotamento das cidades, as vivências urbanas quase inexistem, o que torna os ambientes cada vez mais inseguros. Devido ao grande número de furtos e a violência nas cidades, as pessoas se sentem cada vez mais desconfortáveis nestes espaços públicos, o que constrói um círculo vicioso: quanto menos pessoas nas ruas, maior a sensação de insegurança, e, quanto maior a sensação de insegurança, menos pessoas utilizam as ruas. Além disso, Gehl (2015) afirma que existe uma necessidade de contato e estimulação, onde pessoas atraem pessoas e estimulam o uso do espaço.

Esse círculo vicioso é retroalimentado por diversos meios de comunicação que veiculam com frequência notícias de cunho sensacionalista, reforçando a sensação de medo existente. O resultado disto tudo é que as pessoas se relacionam cada vez menos com os espaços públicos e com as outras pessoas.

Para comportar o crescimento populacional, não raramente são realizadas diversas obras de infraestrutura sem o devido planejamento, tais como alargamento de ruas, construção de viadutos e túneis, destruição de praças e desmatamento de parques ecológicos, muitas vezes, intervenções que reforçam a cultura do carro e não possuem relevância para a mobilidade urbana, mas atendem uma demanda imediata por tempo limitado, fazendo com que as cidades acabem se encontrando estagnadas em meio ao "progresso" utópico imediato.

Ainda como medidas para comportar o crescimento populacional, porém, neste caso, considerando as formas de habitação, as casas são substituídas por edifícios e para se "proteger" da violência, os muros das casas que ainda existem aumentam de tamanho e são adicionadas cercas elétricas – exemplo de materialização de biopoder descrita por Foucault (1999) –, a inviabilização da permeabilidade visual veda o que Jane Jacobs (2011) define como olhos da rua.

O contraditório desta situação é que os prédios têm capacidade de comportar um maior número de pessoas. Em uma torre, por exemplo, de vinte andares, pode abrigar facilmente cerca de oitenta famílias de três à quatro pessoas, ou seja, em poucas torres residiria o mesmo número de pessoas que viveriam em um bairro compostos por casas, porém o número de pessoas utilizando os espaços públicos é cada vez menor.

Com isso, o crescimento vertical das cidades reproduz a lógica da individualização em massa, pois, ao mesmo tempo em que existem várias pessoas em um condomínio, por exemplo, não há coletividade, apenas um agregado de indivíduos. Logo, o que se pode observar são modelos sociais e econômicos que refletem na forma de habitar e vivenciar a cidade como um todo, ou seja, as categorias hiperindividuais sobrepondo-se às necessidades coletivas.

O dito “progresso” e o crescimento das cidades são cada vez mais superestimados, e muitas vezes, usados como atrativos e, até mesmo, como marketing, ou um convite a turistas e novos moradores. O interior das cidades cresce de forma horizontal e vertical, mas isso não se traduz necessariamente em desenvolvimento.

Segundo Choay, “Aristóteles resumiu todos os princípios da construção das cidades nesta sentença: uma cidade deve ser construída de modo a proporcionar a seus habitantes segurança e felicidade” (CHOAY, 2005, p. 206), no entanto, o que se constata é um planejamento urbano pautado nas condições de insegurança e na infelicidade constante que seus habitantes experimentam. A cidade que deveria ser pensada e executada de modo que proporcionasse possibilidades de vivências, riqueza de experiências, sociabilidade e compartilhamento do espaço social de forma segura e saudável, passa a ser pensada agora em modelos de pequenos cárceres. Quanto mais individual, privado, fechado, estático, distante, irrelacionável e longe da vida urbana são as casas, mais desejadas elas são.

Segundo Mauro Lasi

> *A cidade não é apenas a organização funcional do espaço, suas ruas e edificações, seus bairros, pessoas carregando sonhos, isoladas na multidão, em um deserto de prédios, que aboliu o horizonte e apagou as estrelas. A cidade é a expressão das relações sociais de produção capitalista, sua materialização política e espacial que está na base da produção e reprodução do capital. As pessoas vivem as explosões cotidianas das contradições urbanas na forma de uma serialidade, isto é, presas em seus casulos individuais, estão no mesmo lugar fazendo as mesmas coisas, mas não formam um grupo, e sim um coletivo serial no qual prevalece a indiferença mútua. (LASI, 2013, p. 41-42).*

E o contexto neoliberal atual propicia e reforça esses aspectos cada vez mais individualizantes, oriundos da lógica capitalista em que estamos inseridos. Hiperindividualização, ritmo acelerado de trabalho e a lógica meritocrática da vitória individual reforçam e reproduzem relações de atomismo social na qual os indivíduos se fecham cada vez mais em espaços privados (ZIZEK, 2011).

Dessa forma, a desigualdade social oriunda do sistema neoliberal não reflete apenas no que diz respeito aos problemas sociais, mas sim, a todo um modelo de se pensar as cidades. É lucrativo pensar uma cidade mal planejada, pois isto obriga os cidadãos a pensarem em estratégias à nível individual para enfrentar os problemas cotidianos. Ou seja, se o planejamento da mobilidade urbana, por exemplo, não é eficiente, a cultura do carro passa a ser reforçada, pois os cidadãos passam a menosprezar os transportes coletivos, buscando meios individuais de transporte. Sendo assim, ao invés de cobrarem do Estado melhores condições das malhas viárias, ciclovias, ciclofaixas, calçadas e transporte público de qualidade, estes optam por meios não coletivistas de transporte.

Pode-se observar a insistência na reprodução de um modelo econômico fetichista, baseado no crescimento populacional e no turismo, mesmo sabendo que a cidade não satisfaz as necessidades dos próprios habitantes e nem lhes proporciona o conforto necessário. “Atualmente, quando um presidente diz ‘o país está indo muito bem’, ele quer dizer que o capital está indo bem, mas as pessoas estão indo mal” (HARVEY, 2013), e é basicamente essa a lógica aplicada. Enquanto o capital moldar e movimentar a cidade, muitas vezes levando em conta apenas o interesse da construção civil e da especulação imobiliária, as condições de vida da população estarão em segundo plano. A cidade por sua vez, se torna apenas um reflexo do contexto sociopolítico, e tudo isso faz parte do panorama capitalista como um todo.

Direito a (Vivenciar a) Cidade

Muitas das intervenções no tecido urbano acontecem de forma arbitrária, o planejamento tecnocrático que, sem leitura ou consulta social, intervém de forma impositiva, seguindo o modelo "top-down", como sugere o termo: de cima para baixo. Estas intervenções provocam sérios impactos na vida de quem mora na cidade, bem como na forma em que a violência reverbera na mesma. Fazendo uma análise histórica, vê-se que esta é uma metodologia que se repete desde as formações e idealizações de modelos utópicos de cidades. Pode-se citar, como exemplo, três situações nas quais houve uma resposta direta da população à intervenções top-down: as comunas de Paris, crise urbana de 1960 em Nova York e a revolta da vacina, no Rio de Janeiro.

Segundo Harvey (2014), para resolver os problemas de excedente de capital e desemprego, foi investido em reformas urbanas, onde Haussmann sujeitou Paris à uma série de transformações urbanísticas que não vislumbrava apenas remodelar a sua forma, mas também, criar uma "persona urbana"[1] todas essas transformações culminaram, vinte anos mais tarde, na sua perda de poder. A comuna de Paris é considerada um dos maiores episódios revolucionários da história capitalista urbana, "a comuna foi criada em parte devido à nostalgia do mundo urbano que havia sido destruído por Haussmann (ecos da revolução de 1848) e ao desejo de recuperar sua cidade por parte dos desalojados" (HARVEY, 2014, p. 35).

Em Nova York, Robert Moses, seguidor de Haussmann, após a segunda guerra mundial, agora para estabilizar a economia, produzir e absorver o capital excedente, optou pelo sistema de autoestradas e transformações infraestruturais, trazendo a questão da suburbanização, e trabalhando não só nos limites da cidade, mas da região metropolitana como um todo, que gerou a "crise urbana" de 1960, "definidas por revoltas de minorias prejudicadas (sobretudo aos afro-americanos) que viviam nos guetos no centro das cidades e às quais se negava acesso à nova prosperidade." (HARVEY, 2014, p.39).

No Rio de Janeiro, houve a "era do bota-abaixo" onde o antigo centro e região portuária foram totalmente remodelados, a região de uso popular foi substituída pelo comércio, e esses foram alguns dos fatores que fizeram explodir, no começo do século XX, a Revolta da Vacina (ROLNIK, 1995).

A mesma metodologia de intervenção urbana que nesses casos resultou em revoltas, atualmente resulta em uma espécie de guerra não declarada, em que, na rua, o outro é tido constantemente como ameaça, e como efeito dominó, uma série de quebras de direitos fundamentais volta pro cenário urbano com a vestimenta de violência.

Zizek (2014) denomina de violência sistêmica as consequências do funcionamento dos sistemas econômicos e políticos, esta é um tipo de violência invisível, tida como objetiva. Para ele, existe ainda a violência subjetiva, sendo esta a violência mais visível, exercida por um agente identificável e evidenciada em confrontos diários como crimes e conflitos internacionais. A violência objetiva pode ser tida como simbólica e sistêmica, para ele, a violência sistêmica fundamental do capitalismo é

> *muito mais estranhamente inquietante do que qualquer forma pré-capitalista direta de violência social e ideológica: essa violência não pode ser atribuída à indivíduos concretos e às suas "más" intenções, mas é puramente "objetiva", sistêmica, anônima. (ZIZEK, 2014, p. 26).*

Logo, a cidade vai muito além de uma superfície topográfica, o que caracteriza uma cidade é a reprodução das forças e formas de trabalho, são as políticas públicas urbanas como transporte, moradia, saneamento, iluminação pública, saúde, lazer e segurança; é, também, um grande negócio, levando em consideração o capital que é explorado em forma de lucro, juros e renda (MARICATO, 2013). Logo,

[1] Não se tratava apenas de remodelar a cidade, mas também os citadinos, onde os hábitos se adequassem ao modelo de cidade sugerido.

a economia da reurbanização não se baseia unicamente no investimento racional através de subsídios públicos, como proclama a teoria da renovação urbana, mas também em vastos e involuntários subsídios, arrancados de vítimas locais indefesas. (JACOBS, 2011, p. 3).

Um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento eficaz de uma cidade é a democratização das políticas públicas e a participação popular dos que serão afetados pelas intervenções urbanísticas propostas. Segundo Jane Jacobs (2011), ao lidarmos com as cidades, estamos lidando com a vida em seu aspecto mais complexo e intenso.

Quando há a desocupação de comunidades, geralmente em terrenos particulares e sem uso, muitas vezes ocasionadas pelo capital especulativo, os moradores são privados não só do direito à moradia, mas também estão sendo retirados dos lugares onde criaram laços afetivos, sendo realocados para áreas periféricas, muitas vezes sem a infraestrutura adequada e em condições precárias. Mesmo quando lhes é dada a moradia, algumas pessoas voltam para o local de residência anterior, motivados pela ausência de identidade local e pela falta de políticas públicas urbanas. Essa segregação pode voltar para o cotidiano da população em forma de violência urbana. Estas pessoas apenas sobrevivem à cidade.

Segundo Maricato, "a desoneração dos automóveis somada a ruína do transporte coletivo fez dobrar o número de carros nas cidades" (MARICATO, 2013, p.25) e essa desestruturação dos transportes coletivos, além de incentivar o uso de transportes individuais, priva as pessoas que não tem veículos próprios de saírem em alguns horários e vivenciar a cidade de forma democrática. Um dos fatores que democratizam os direitos urbanos e consequentemente minimizam a violência nas ruas é ter a sua estrutura pensada para o bem-estar das pessoas: "Quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela é perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas." (JACOBS, 2011, p.29).

Em nível de morfologia, pode-se comentar sobre o prejuízo social de quarteirões totalmente fechados à cidade – como de empreendimentos predatórios que ocupam uma quadra inteira sem oferecer muitos acessos – vai além dos olhos da rua descritos por Jacobs ao estudar os bairros de Boston, a violência subjetiva nas metrópoles brasileiras é mais gritante e o medo de se locomover a pé pelas ruas faz com que os cidadãos que não tem outra opção a não ser caminhar, o façam traçando possíveis 'rotas de fuga' diante do medo de assalto ou assédio iminente.

Há ruas, becos, trilhos e viadutos em que as pessoas evitam passar, ou, se não podem evitar, o fazem mais rápido, por outro lado, diminuem sua velocidade em pontos de uso público em que é possível a entrada de todos, que transmitem a sensação de segurança, como em bares e supermercados. Estes locais são os pontos de alívio imediato.

O direito à cidade diz repeito primeiramente ao acesso irrestrito a todo espaço público, assim como a autonomia de criar, a partir da apropriação, possibilidades de remodulação desses espaços de acordo com os anseios e necessidades comuns, logo, como afirma Harvey, "se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito" (HARVEY, 2013, p. 33).

Promoção do Espaço Privado e Repressão do Meio Público

O urbanismo, desde o movimento moderno, tem se distanciando da escala humana. O modulor de Le Corbusier parece fadado a propiciar que os habitantes estejam à vontade somente em casa e se movimentem de carro pela cidade hostil. Esse distanciamento da escala humana na cidade-

máquina resultou em ruas repletas de muros onde a arquitetura busca se proteger da cidade.

> *Quanto mais nos separamos de nossas vizinhanças imediatas, mais confiança depositamos na vigilância do ambiente (...) existem, em muitas áreas urbanas, um pouco no mundo todo, casas construídas para proteger seus habitantes, e não para integrá-los nas comunidades às quais pertencem (GUMPERT; DRUCKER apud BAUMAN, 2009, p. 25).*

Anúncios de novos empreendimentos residenciais, ilustram a afirmação de Gumpert e Drucker por estamparem expressões como 'exclusivo' (fig.1), comprovando que a desagregação social é vendida como valor agregado pelas imobiliárias. A nível de exemplo, foram utilizados anúncios imobiliários da cidade de Fortaleza - CE, mas essa é uma realidade genérica da cidade globalizada.

Figura 1: Talassa Dunas Residence.
Fonte: Folder publicitário da Construtora Magis.

Motivados, também, pela carência de espaços públicos de convívo, os condomínios criam espaços simulados em áreas de convivência restrita (fig. 2). Piscinas de borda infinita e paisagismo bem elaborado tentam disfarçar a descontinuidade dos muros que separam os abastados dos indesejáveis socialmente, isolando diferentes e aglomerando iguais. Esse modelo de vida revela a mixofobia que "se manifesta como impulso em direção a ilhas de identidade e de semelhança espalhadas no grande mar da variedade e da diferença" (BAUMAN, 2009, p. 44).

Figura 2: Talassa Dunas Residence.
Fonte: Folder publicitário da Construtora Magis.

Outra tendência nos anúncios publicitários é a visibilidade dada à localização próxima das edificações e os shoppings centers – quando não integradas – onde os empreendimentos são vendidos como vantajosos, pois diminuem a necessidade do morador percorrer a cidade real para satisfazer suas necessidades (fig. 3), reforçando a afirmação de Bauman, que o condomínio é "um lugar isolado que fisicamente se situa dentro da cidade, mas, social e idealmente, está fora dela" (BAUMAN, 2009, p. 39).

Figura 3: Sant Gerard Edifício.
Fonte: Grupo Meu Lar.

Tendo em vista a cidade de São Paulo, Teresa Caldeira afirma que a Capital:

> *é uma cidade feita de muros. Barreiras físicas são construídas por todo lado: ao redor das casas, dos condomínios dos parques, das praças, das escolas, dos escritórios. (...) A nova estética da segurança, decide a forma de cada tipo de construção, impondo uma lógica fundada na vigilância e na distância. (CALDEIRA apud BAUMAN, 2009, p. 38-39).*

Ao mesmo tempo em que o espaço privado é superestimado, o público é negligenciado e muitas vezes estigmatizado. A sua deterioração não vem apenas do descuido de órgãos públicos, mas também da "proibição" de seus usos. Na cidade de Fortaleza – CE a repressão ao uso de praças vêm sendo sistematicamente retratada nas manchetes de jornais, tanto em bairros periféricos como os do Grande Bom Jardim, Serrinha e Jangurussu como no Centro e em bairros mais nobres como o Benfica e Meireles.

Em uma reportagem do jornal O Povo (2016) intitulada "Juventude que ocupa espaços públicos denuncia ações policiais" é abordada a irônica desconfiança do Estado sobre o uso do espaço público e expõe a criminalização não só de alguns territórios, como também de seus habitantes, principalmente habitantes que não podem pagar pelos enclaves fortificados exemplificados acima.

A reportagem discorre sobre um evento que acontece no bairro Jangurussu, este começou a ser realizado em um contexto de brigas territoriais, que limitavam a locomoção das pessoas dentro do próprio bairro e adjacências, segundo uma entrevistada, os conflitos aconteciam de esquina para esquina, e mesmo assim, com o evento, conseguiu-se atingir um público de vários lugares, inclusive de cidades vizinhas. Ainda segundo a reportagem, em uma praça do bairro Santa Cecília, no Grande Bom Jardim, também houve abordagem agressiva feita pela polícia, segundo relatou um entrevistado: "os policiais chegaram por volta das 21h30 e cercaram a praça, com muitas viaturas (...) atiraram, mesmo sem princípio de violência ou tumulto".

Outro acontecimento que repercutiu na cidade foi a repressão policial ocorrida na Praça dos Leões, praça tradicional do centro da Capital que é impulsionada por festas promovidas por um bar do local, o espaço recebeu grande adesão do público jovem e foi incluído no circuito cultural da vida noturna de Fortaleza. Uma reportagem do Jornal o Povo denuncia:

> *A Cidade viu a relação dos fortalezenses com a Praça General Tibúrcio – popularmente conhecida como Praça dos Leões – crescer nos últimos meses. O local virou ponto de encontro certo com as festas realizadas no bar Lions Self-Service, se destacando dos eventos culturais mais intimistas realizados anteriormente (...) o local ficou marcado pelo medo da violência. O fato ganhou as redes sociais: duas pessoas detidas no local e relatos de agressão por parte de policiais militares e guardas municipais. No dia seguinte, populares foram impedidos pela Guarda Municipal de Fortaleza (GMF) a entrar na praça pública. (O POVO, 2016)*

Figura 4: Jovens utilizando a praça dos Leões.
Fonte: Imagem Autoral.

As repressões policiais em eventos públicos acontecem corriqueiramente nos bairros populares, porém a violência sistêmica – que subjaz a violência subjetiva – é evidenciada quando se apresenta fora do círculo periférico, atingindo as camadas mais abastadas. Logo, o uso do espaço público começa a ser tido como "ameaça" não unicamente por causa de seu uso, mas, também, influenciado pelos sujeitos que protagonizam esse uso, como no caso da praça dos leões: quando o evento se popularizou, passou a ser criminalizado ou inviabilizado.

Esse fator evidencia e influencia, também, o uso não democrático da cidade, além de reforçar o estigma social de que o uso do espaço público está atrelado a "vadiagem" e, nesse contraste de sujeitos e espaço pode-se identificar quem protagoniza o homo sapiens e o homo sacer, que Agamben (2002) define como vidas nuas permanentemente em perigo em meio ao poder soberano, corpos sem status político reduzidos à condição biológica, correlacionando ao que Foucault (1999) chamará de biopoder: poder que antes causava a morte, agora deixa morrer, onde o objetivo encontra-se em investir no controle da vida dos indivíduos ou das populações tendo em vista os seus aspectos biológicos.

Considerações Finais

O atual modelo de planejamento urbano propicia formas de vivências atomizadas, nas quais os espaços privados têm sido cada vez mais privilegiados em detrimento dos espaços públicos, como medida de proteção e conforto, as pessoas, quando saem, minimizam ao máximo a permanência em espaços comuns, dando preferência à shoppings centers do que à uma praça pública, por exemplo, o que gera a desertificação dos espaços, processo que contribui fortemente para a violência urbana.

Os condomínios e shoppings centers se apresentam como soluções pontuais do 'viver com segurança', mas só engloba quem o pode pagar. Somaram-se às necessidades de proteção garantidas pelas mais variadas técnicas de vigilância, os símbolos de status que por contraste negam grande parte da população. Esse conjunto transformou-se numa forma fetichista de habitar e constitui uma rede própria em um urbanismo paralelo sobreposto à cidade real.

Na cidade real, a juventude está na vanguarda do uso do espaço público, porém este uso é visto de forma suspeita pelos agentes do Estado que acabam por criminalizá-lo. O uso de espaços não atrelados ao consumo obrigatório e às delimitações privadas é culturalmente encarado como marginal, pois na urbe repleta de desigualdade, o centro dos interesses é particular. No cenário atual, o neoliberalismo é o principal agente por trás do biopoder.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na Cidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CHOAY, Françoise. *O Urbanismo***: utopias e realidades, uma antologia.** 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I:* **a vontade de saber.** 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

AGANBEM, Giorgio. *Homo Sacer:* **o poder soberano e a vida nua.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GEHL, Jan. *Cidade para pessoas.* 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade.** In: *Cidades rebeldes:* passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. [et al] 1.ed. São Paulo: Boitempo: carta maior, 2013.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes:* **do direito a cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Pontes, 2014.

HARVEY, David. *Occupy.* 1.ed. São Paulo: Boitempo: carta maior, 2012.

HARVEY, David. **Urbanização incompleta é estratégia do capital.** *Canal iBase*: 24 de nov. 2013. Entrevista concedida Camila Nobrega e Rogério Daflon. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/harvey-urbanizacao-incompleta-e-estrategia-do-capital/>. Acesso em: 06 jun. 2018.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades.* 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JORNAL O POVO (Fortaleza). *Festas no Lions continuam; organizadores e público temem novos atos de repressão.* 2016. Elaborado por Rubens Rodrigues. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/10/festas-no-lions-continuam-organizadores-e-publico-temem-novos-atos-de.html>. Acesso em: 06 jun. 2018.

JORNAL O POVO (Fortaleza). *Juventude que ocupa espaços públicos em Fortaleza denuncia ações policiais.* 2016. Elaborado por Sara Oliveira. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/09/juventude-que-ocupa-espacos-publicos-denuncia-acoes-policiais.html>. Acesso em: 06 jun. 2018.

LASI, Mauro. **A rebelião, a cidade e a consciência.** In: *Cidades rebeldes:* passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. [et al] 1.ed. São Paulo: Boitempo: carta maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. **É a questão urbana, estúpido!.** In: *Cidades rebeldes:* passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. [et al] 1.ed. São Paulo: Boitempo: carta maior, 2013.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social***.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ZIZEK, Slavoj. *Primeiro Como Tragédia, Depois Como Farsa.* 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZIZEK, Slavoj. *Violência***: seis reflexões laterais.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

#SOMOSTODOSCONTRAPBHATIVOS: REDE DE LUTA CONTRA A FINANCEIRIZAÇÃO EM BELO HORIZONTE

RENA, Natacha (1); MOURA, Sírlei (2); MEZZACAPPA, Lucca (3); CANETTIERI,Thiago (4)

1. UFMG. Doutora e Professora do NPGAU e do PACPS
Rua Guajajaras, 65/802, Bairro Boa Viagem; Belo Horizonte, Minas Gerais
natacharena@gmail.com
2. Mestre em Direito Público. ACD e GEFBDE. Rua Otaviano Gomes, n. 256, Bairro Santa Cruz; Belo Horizonte, Minas Gerais
ssmoura2009@gmail.com
3. UFMG. Estudante de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo. Rua Curitiba 1022/612, Bairro Centro; Belo Horizonte, Minas Gerais.
luccamezz@gmail.com
4. UFMG. Doutorando no programa de pós-graduação em Geografia. Rua Maria Heilbuth Surette, 236/101, Buritis; Belo Horizonte, Minas Gerais
thiago.canettieri@gmail.com

RESUMO

Pós-golpe de 2016 no Brasil, dinâmicas capitalistas neoliberais ganharam mais destaque, atingindo a governança das cidades envolvendo, por exemplo, a criação de Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias em São Paulo. Para além da adoção de instrumentos urbanos neoliberalizantes no Estatuto das Cidades, como é o caso das Operações Urbanas Consorciadas, outros mecanismos, do tipo criação de empresas públicas para realização de PPPs, têm feito parte das estratégias de ampliação da lógica financeira de produção espacial. Em Belo Horizonte, a PBH Ativos representa um bom exemplo deste novo modelo de empresa estatal não dependente, com objetivos sociais, como o auxílio à Administração Pública Direta e Indireta com as PPPs, seja como garantidora dos contratos, seja como a estruturadora da parceria. Desde sua criação, a PBH Ativos S/A participa de PPPs importantes como as dos Parques, dos Cemitérios, do Hospital Regional Metropolitano e dos Centros de Saúde, da Educação, da Iluminação Pública, dos mercados de bairros. Neste artigo, pretende-se relatar como ocorreu, não somente a formação desta empresa desde 2010, mas principalmente, o processo de resistência a esta ampliação do poder financeiro sobre o território. Trata-se aqui de narrar como os processos de resistência ao urbanismo neoliberal criou o #SomosTodosContraPBHAtivos agenciando atores numa rede de luta (gabinetes do legislativos municipal, movimentos sociais como Auditoria Cidadã da Dívida e o grupo de pesquisa Indisciplinar) que vêm utilizando de diversas ações tecnopolíticas (aulões, cartilhas, notas públicas, denúncias, cartografias e infográficos, grupo de estudos para participação da CPI da PBH Ativos) para avançar no combate ao urbanismo excludente próprio de territórios em processo de privatização.

Palavras-chave: PBH Ativos, financeirização, rede de lutas, Belo Horizonte, urbanismo neoliberal.

Introdução

Hoje vemos em todo o mundo ocidental um avanço das políticas neoliberais, marcado pela disseminação das práticas baseadas no *mercado* como racionalidade dominante e a *empresa* como modelo fundamental de governança (DARDOT; LAVAL, 2016). O avanço dessa estratégia de acumulação tem significado uma intensificação da espoliação que os países do sul global estão sujeitos.

O golpe jurídico-parlamentar-midiático perpetrado contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, do PT, em 2016, deve ser lido nesta chave: um inequívoco avanço das forças alinhadas com o projeto neoliberal global, que significa o aumento da exploração, a diminuição das políticas sociais redistributivas, o aprofundamento das desigualdades e a dominação do mercado em todas as esferas da vida. No Brasil, estas dinâmicas capitalistas neoliberais ganharam mais destaque, atingindo a governança das cidades envolvendo, por exemplo, a criação de Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias em São Paulo. Para além da adoção de instrumentos urbanos neoliberalizantes no Estatuto das Cidades, como é o caso das Operações Urbanas Consorciadas, outros mecanismo do tipo criação de empresas públicas para realização de PPPs, têm feito parte das estratégias de ampliação da lógica financeira de produção espacial (FREITAS, 2018).

Desde 2013 vem sendo divulgada a recessão econômica que acomete o Brasil. A queda do crescimento, decorrente de variados motivos – globais e locais –, tem um impacto direto na queda da receita dos estados e municípios, resultando assim numa crise fiscal que salta aos olhos, em especial a partir de 2015, mantendo-se entre as manchetes dos jornais.

Esse processo vem absorvendo grande parte dos recursos dos orçamentos estaduais e municipais. Apesar de pagar a conta, a sociedade não sabe que dívidas são essas; como foram contraídas; onde foram aplicados os recursos; quem se beneficiou dos recursos; qual a natureza dos passivos dos bancos estaduais privatizados que foram transformados em dívida do estado, etc. As condições de refinanciamento impostas pela União aos estados e municípios mostraram-se extremamente onerosas. A cada mês a dívida é atualizada e sobre o montante atualizado incidem os elevados juros, de forma cumulativa ao longo dos meses. Esse formato fez com que as dívidas se multiplicassem e se transformassem em uma bola de neve.

Desta maneira, estados e municípios têm se mobilizado para encontrar fontes alternativas de captação de recursos para a gestão pública. Duas saídas principais têm sido adotadas: as chamadas operações de *securitização de dívida ativa* (uma das principais tendências para os próximos anos em todo o Brasil) e a adoção de PPPs - *parcerias público-privadas* - para o provimento de políticas públicas. E é exatamente isso que aconteceu em Belo Horizonte com o surgimento da empresa *PBH Ativos S/A*.

No bojo dessa conjuntura de submissão a *nova razão de mundo neoliberal* (DARDOT; LAVAL, 2016) é que se insere a gestão municipal de Belo Horizonte realizada, por dois mandatos, pelo prefeito Márcio Lacerda (PSB). Foi sob sua direção que Belo Horizonte experimentou a maior intensificação das lógicas neoliberais da produção do espaço. Ao longo dos oito anos em que esteve como chefe executivo do município criou todas as condições para que a gestão empresarial da cidade fosse consolidada, implementando medidas de maior privatização do espaço, de concessão de recursos público para a iniciativa privada e novas formas de empresariamento urbano. Todo este processo é muito bem representado pela criação da *PBH Ativos S/A*. Esta é uma empresa privada sob a forma de uma sociedade anônima de capital fechado que foi criada pela Prefeitura de Belo Horizonte por meio da Lei Municipal de número 10.003, de 25 de novembro de 2010, e do Decreto de número 14.444, de 9 de junho de 2011.

A empresa, conforme consta em sua página de internet[1], tem por missão auxiliar o município na articulação e operacionalização de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do Município, atuando na gestão das obras de infra-estrutura, na modelagem econômica e garantidora de contratos de parcerias público-privadas, por meio de captação de recursos junto aos mercados de capitais, na administração patrimonial e na gestão de ativos e imóveis do município. Entretanto, conforme discutido por Canettieri (2017), o que tem se observado ao longo do funcionamento da *PBH Ativos S/A* é a transferência de vultosas quantias do patrimônio público dos cofres do município para a *PBH Ativos S/A*.

Mecanismos desta natureza são amplamente utilizados nas cidades dos Estados Unidos, como é exposto por Jamie Peck e Heather Whiteside (2016), em que os autores apresentam os impactos da adoção de parâmetros e lógicas do mercado financeiro para a governança urbana. No Brasil, a discussão ainda é muito recente[2], embora a adoção da política avance rapidamente[3] no país entre municípios e estados. Entre 2010 e 2017, foram criadas 12 empresas desta natureza em municípios brasileiros e outras 9 em estados, juntamente com a aprovação no Senado (com 45 votos a favor) do Projeto de Lei n. 204/2016, de autoria de José Serra (PSDB), que autoriza União, estados e municípios a operarem a securitização da dívida. Este cenário nos leva a apresentar a hipótese da formação de uma rede de financeirização e neoliberalização em todo o Brasil, que faz parte das pesquisas que os autores vêm desenvolvendo.

[1] Ver em <www.pbhativos.com.br>. Acesso em 04/06/2018.

[2] Fruto da pesquisa do Indisciplinar uma série de publicações sobre a PBH Ativos já foram realizadas (CANETTIERI, 2017; CANETTIERI, FRANZONI, 2018). Juntamente, Maria Lúcia Fatorelli (2017), da Auditoria Cidadã da Dívida tem escrito e palestrado sobre o tema, bem como a auditoria fiscal aposentada Eulália Alvarenga (2018).

[3] Sobre isso, ver Peck e Theodore (2015) sobre as *fast policies*.

Dito isso, o objetivo deste artigo é narrar como os processos de resistência a este mecanismo financeiro que atravessa o urbanismo neoliberal criaram o *#SomosTodosContraPBHAtivos* agenciando múltiplos atores numa rede para investigar e atuar - gabinetes do legislativos municipal, movimentos sociais (como Auditoria Cidadã da Dívida) e universidade (grupo de pesquisa Indisciplinar) - e o uso de tecnopolíticas envolvendo redes e ruas foi fundamental para a partir da produção coletiva de inúmeros diagramas e infográficos que compõem aulões, cartilhas, notas públicas, denúncias, artigos acadêmicos, palestras, cartografias. Mas o mais importante foi termos organizado um grupo de estudos sobre a empresa que atuou fortemente e em rede na participação da *CPI da PBH Ativos*.

É importante salientar que os autores deste artigo[4] representam exatamente essa confluência de forças para a formação e consolidação do movimento *#SomosTodosContraPBH Ativos*, e participaram ativamente nas atividades que serão narradas. Em outras palavras, muito do método de nossa investigação parte no envolvimento político com a realidade e no imbricamento entre

[4] Natacha Rena é professora da Escola de Arquitetura da UFMG, líder do grupo de pesquisa Indisciplinar. Sirlei Moura é advogada, assessora do gabinete do vereador Gilson Reis (PCdoB) e membra do movimento Auditoria Cidadã da Dívida. Lucca Mezzacappa é bolsista de extensão do grupo de Pesquisa Indisciplinar e aluno de graduação do curso Arquitetura e Urbanismo na UFMG. Thiago Canettieri é doutorando em geografia pela UFMG, pesquisador do Indisciplinar e do Observatório das Metrópoles e membro do movimento Brigadas Populares.

pesquisador e movimentos sociais[5] o que denominamos pesquisa-intervenção.

Em seguida, apresentamos um pouco sobre o Grupo de Pesquisa e os métodos de atuação, e na sequência faremos uma análise cronológica dos principais marcos do funcionamento da empresa *PBH Ativos S/A* bem como do movimento de resistência que se formou a partir da rede com atores heterogêneos. Ao final, apresentamos um balanço das conquistas que o movimento e o uso de nossa estratégia conseguiram lograr contra a *PBH Ativos S/A* e o modelo que ela representa.

Tecnopolíticas e a formação de redes de resistência

Esta pesquisa-intervenção está vinculada ao projeto em andamento denominado *Plataforma Urbanismo Biopolítico* que é uma das ações investigativas do grupo Indisciplinar[6]. Considerada a importância dos processos de globalização e a produção biopolítica nas/das metrópoles como constitutiva do espaço social, o grupo imbrica indissociadamente teoria e prática. As atividades do grupo são predominantemente extensionistas envolvendo FA - As frentes de ação - que atuam cotidianamente tanto em processos destituintes contra o urbanismo neoliberal, quanto em processos constituintes de novos espaços engendrados pela coletividade.

Considerando o conjunto de ações tecnopolíticas estratégicas para a investigação-intervenção do Indisciplinar[7], é necessário ressaltar o modo como se atua nas redes de luta envolvendo, tanto procedimentos táticos, quanto estratégicos, adotando de forma rizomática uma série de dispositivos e ferramentas tecnopolíticas (TORET, 2015; SÁ, 2015). De modo geral, pode-se dizer que os dispositivos de pesquisa-intervenção vêm sendo explorados pelo grupo (RENA; SÁ; BRUZZI; QUINTÃO, 2016) a partir de quatro dimensões principais: I) *Espacial/territorial,* por meio da criação de mapas digitais colaborativos que reúnem ferramentas de georreferenciamento com a possibilidade de atuação em rede e em tempo real; b) produzindo cartografias coletivas a partir de encontros presenciais, como oficinas e workshops; II) *Temporal*: por meio da produção de linhas do tempo que analisam a evolução temporal dos fenômenos investigados e sua relação com eventos/acontecimentos paralelos da dinâmica urbana; III) *Conceitual e informacional*: utilizando páginas de blogs como as Narrativas Cartográficas que possibilitam a produção processual do conhecimento como forma de desenvolvimento dos marcos teóricos que norteiam nossas pesquisas, assim como meio de produção/armazenamento de bases de dados; IV) *Comunicacional ou de criação de redes*: a partir do uso tático das redes sociais e canais de comunicação com ampla utilização na internet (RENA, SÁ, BRANDÃO, FRANZONI, 2016).

[5] Para acessar informações mais gerais sobre o grupo ver <https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg/posts/1240601122698048:0> e <http://blog.indisciplinar.com/>. Sobre o método de pesquisa-intervenção utilizado pelo indisciplinar, ver artigo publicado no Contested Cities em 2016: http://contested-cities.net/wp-content/uploads/sites/8/2016/07/WPCC-165524-RenaS%C3%A1BrandaoFranzoni-GrupodePesquisaInterdisciplinar.pdf, acesso em 04/06/2018; Para entender o surgimento do grupo ligado ao ativismo urbano ver texto de apresentação do livro Tecnopolíticas do comum publicado pós evento Cidade Eletronika 2015. <http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/Rena_Bambozzi_Rena_ELTNK_Cidade_Baixa.pdf>, acesso em 04/06/2018. Para contextualizar o início da luta em rede contra a Operação Urbana Consorciada que iria ocupar 7% do território da cidade de Belo Horizonte ver artigo publicado na revista Virus: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus14/?sec=4&item=2&lang=pt>, acesso em 04/06/2018.

[6] Grupo de pesquisa vinculado ao CNPQ, sediado na Escola de Arquitetura da UFMG.

[7] Este artigo faz parte da Frente de Ação do grupo Indisciplinar denominada Financeirização que se organiza no dispositivo criado para dar visibilidade aos processos de pesquisa-intervenção em Narrativas Cartográficas.

No caso desta investigação aqui apresentada, a utilização do dispositivo *Narrativa Cartográfica* criado tem sido fundamental para dar visibilidade aos processos complexos de financeirização territorial. Para desenvolver a pesquisa *Plataforma Urbanismo Biopolítico* foi criado o blog <http://pub.indisciplinar.com> estruturado em: (i) *Narrativa cartográfica*: responsável por situar os principais pontos do processo investigativo, explicando termos, demarcando e explicando o recorte territorial, apontando as tensões e disputas. O texto é estruturado por perguntas e respostas, facilitando a compreensão e a navegação, além de ser repleto de *hiperlinks* que levam a documentos originais, reportagens, cartilhas, etc.; (ii) *Linha do tempo*: embedada na narrativa responsável por elencar os principais momentos históricos de forma visual e esquemática, onde linhas e cores criam recortes indiciais para assuntos relevantes. A Linha do Tempo se apresenta como imagens que podem ser deslizadas para os lados, permitindo interação na leitura dos dados; *Mapa:* embedado na narrativa como dispositivo para demonstrar visualmente um recorte territorial específico de cada pesquisa, além de lugares relevantes para entendimento das disputas e tensões; *Anexos:* botões situados ao fim da narrativa cartográfica para inclusão de outros materiais produzidos durante a pesquisa.

Acredita-se que temas com complexidade jurídica, econômica, política, como os que envolvem processos de financeirização, solicitam modos de comunicar com interfaces amigáveis para que a disputa da narrativa com os meios hegemônicos possa se dar de forma mais eficaz. Portanto, junto de muitos atos presenciais, reuniões e aulões, o grupo de pesquisa vem atuando em rede com outros atores, procurando incidir no que chamamos de "ponto cego das lutas". Para isso desenvolvemos meios para facilitar a explicação sobre as contradições e irregularidades dos processos impostos pelo Estado-capital. Um dos papeis principais da universidade como ator nestas redes de luta é, não somente auxiliar na produção da contra-informação aos meios hegemônicos, mas também, facilitar o entendimento de processos complexos. Por isso o Indisciplinar utiliza exaustivamente, de diagramas e infográficos, *gifs*, vídeos, streamings, como processos complementares entre si, configurando atuação de enxame.

Abaixo uma sequência de imagens *printadas* da Narrativa Cartográfica:

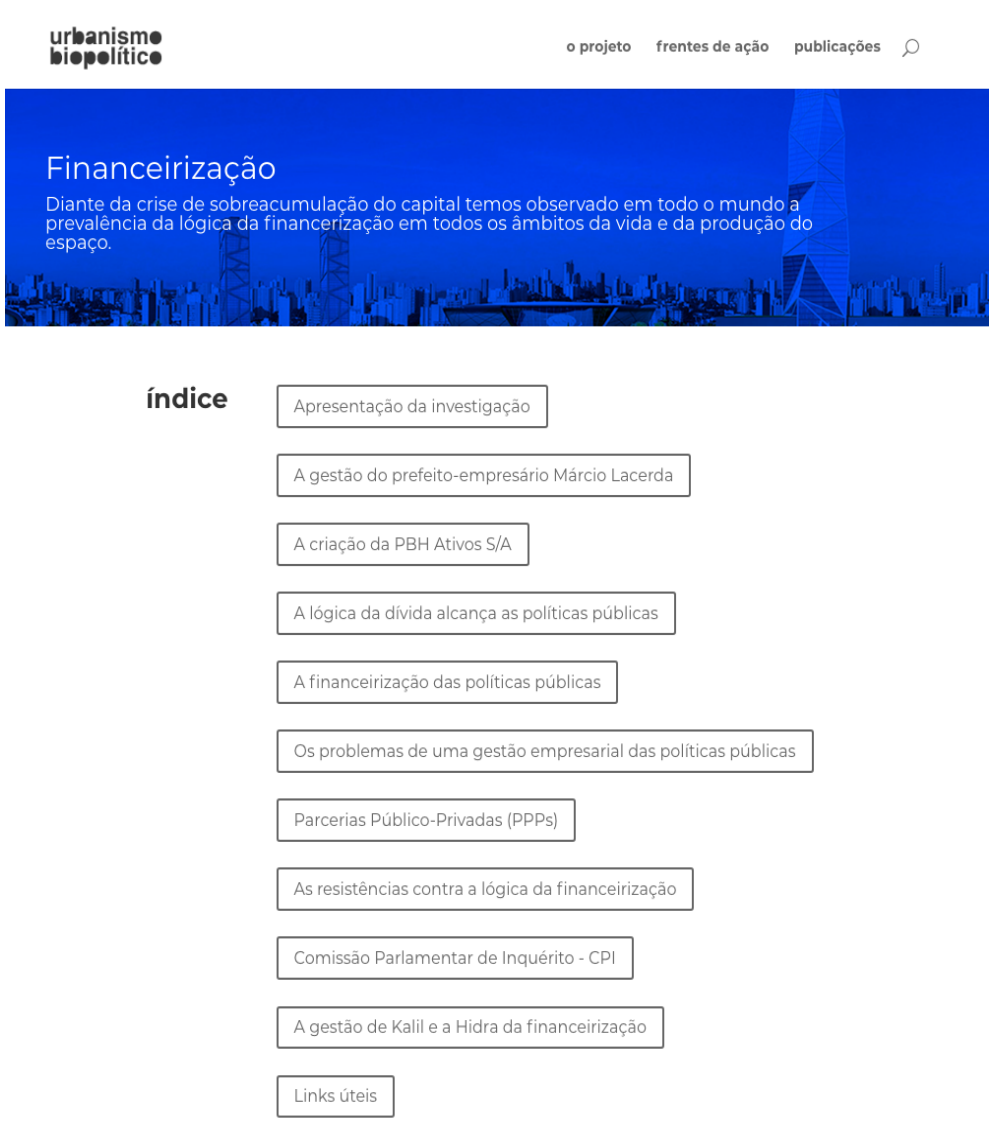
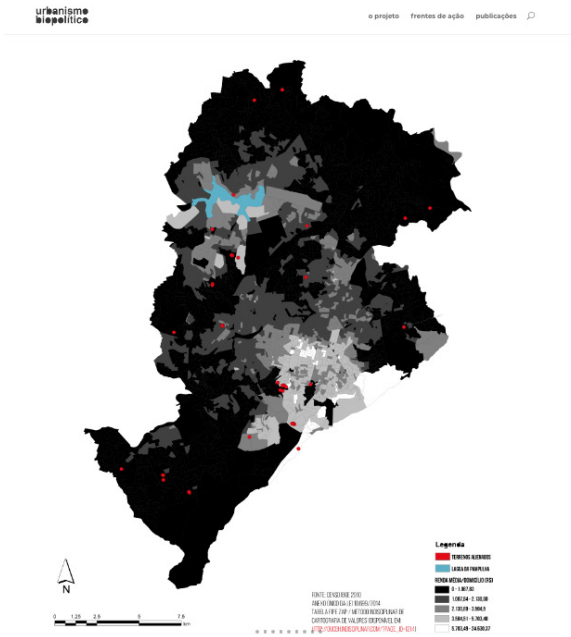


FIG. 1 – Sumário que abre a Narrativa Cartográfica da Frente de Ação Financeirização que faz parte da pesquisa Plataforma Urbanismo Biopolítico. Ver no blog <pub.indisciplinar.com>. Acesso em 04/06/2018.



Como demonstra, foram transferidos para a integralização de capital da PBH Ativos vultuosos recursos do orçamento municipal que deveriam ser destinado para o conjunto da sociedade como consta na tabela à seguir, totalizando quase **R$282 milhões**:

Tabela 2: Integralização de capital pela prefeitura

Ativo	Data da integralização	Valores integralizados
Créditos do município com a Copasa (Dremurbs)	29/05/2012	R$ 243.374.808,29
Créditos do município com a Copasa (outros)	29/05/2012	R$ 9.249.777,54
Integralização de capital com transferência de terrenos	03/09/2015	R$ 29.305.190,88
Total		R$ 281.930.576,71

Fonte: PBH Ativos (2016).

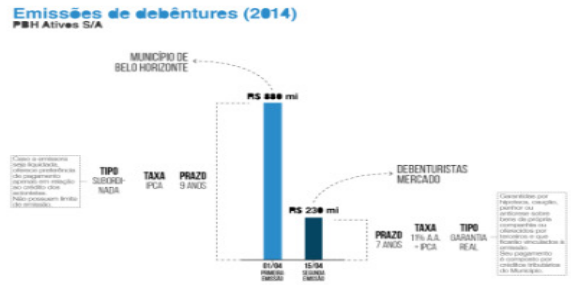
A lógica da dívida alcança as políticas públicas

A PBH Ativos apela para um artifício comum nos esquemas financeiros: o sistema da dívida. A empresa, para continuar a integralização de seu capital e receber um adiantamento de dinheiro para suas atividades, realizou duas emissões de debêntures, com especificidades, uma para o próprio município e outra para os debenturistas do mercado, como pode ser verificado na tabela abaixo:

Tabela 3: Emissão de debêntures

Emissão	Credor	Tipo	Data do contrato	Valor financiado	Taxa	Prazo
1ª	Município de Belo Horizonte	Subordinada	09/04/2014	880.320.000,00	IPCA	9 anos
2ª	Debenturistas do mercado	Garantia real	15/04/2014	230.000.000,00	11% a.a. + IPCA	7 anos

Fonte: PBH Ativos (2014).



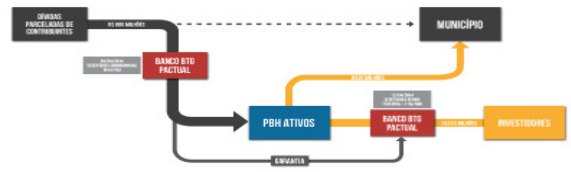
A tabela acima revela grandes diferenças entre a primeira e segunda emissão de debêntures. Na primeira emissão, de maior valor, quase um bilhão de reais é proveniente de recursos da prefeitura, que compra as debêntures da PBH Ativos utilizando um contrato do tipo subordinado. Isso significa que a garantia das debêntures está subordinada ao capital da empresa. Em caso de desvalorização desta, as debêntures também são desvalorizadas e, ainda, se a empresa quebrar, "esses papeis viram pó", deixando a prefeitura no prejuízo, o que implica um investimento de altíssimo risco no mercado. Situação muito diferente dada aos debenturistas do mercado. Os investidores privados que detêm as debêntures com garantia real possuem uma segunda garantia fora do capital da empresa, por meio de recursos do município provenientes de **créditos tributários** e **não tributários**.

Outra diferença está na taxa de remuneração de cada uma dessas dívidas. Enquanto a emissão para o município de Belo Horizonte garante uma remuneração vinculada ao índice **Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, a emissão para os investidores privados garante também uma taxa de **juros de 11% ao ano**, atualizada mensalmente pelo IPCA, representando mais de **23% ao ano** (já que essa taxa incide juro sobre juro), muito mais vantajosa. E ainda, de acordo com o contrato dessa segunda emissão, o município de Belo Horizonte estaria obrigado a compor o fluxo de pagamento quando há inadimplência ou redução no valor devido. Ou seja, o risco é assumido pelo poder público com base nos impostos da população. E, portanto, um risco duplicado. Em outras palavras, o município repassou créditos parcelados nesse valor à **PBH Ativos S/A** e está obrigado a compor o fluxo de pagamento desses créditos se os devedores (contribuintes) ficarem inadimplentes por mais de 90 dias, o que inviabiliza a sustentabilidade financeira atual e futura do município de Belo Horizonte.

O mecanismo da dívida tendo por base a debênture cumpre uma função importante na estruturação da gestão empresarial do município de Belo Horizonte por intermédio da PBH Ativos S/A. Além das transferências de terrenos, créditos do município e aportes em dinheiro, a emissão de debêntures funciona como um adiantamento de dinheiro para a integralização do capital.

Segundo o relatório financeiro de 2015, a PBH Ativos S/A já havia pago **37,03% da dívida com o município de Belo Horizonte**, e em relação a segunda emissão de debênture dedicada aos investidores do mercado já foi pago **55,87%**.

O município repassou créditos parcelados no valor de R$ 880.320.000,00 à PBH Ativos S/A e está obrigado a compor o fluxo de pagamento desses créditos se os devedores (contribuintes) ficarem inadimplentes por mais de 90 dias, o que inviabiliza a sustentabilidade financeira atual e futura do município de Belo Horizonte.



O diagrama demonstra a movimentação da operação financeira realizada pela PBH Ativos S/A, anunciada como forma de captação de recurso para obras. Primeiro, ficou definido pela Lei que instituí a empresa que o fluxo de

[1] Na Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Câmara dos Vereadores para investigar possíveis

FIG. 2 - Trechos da Narrativa Cartográfica da Frente de Ação Financeirização contendo mapa georreferenciado e mapa dos terrenos que seriam leiloados pela PBH Ativos S/A.

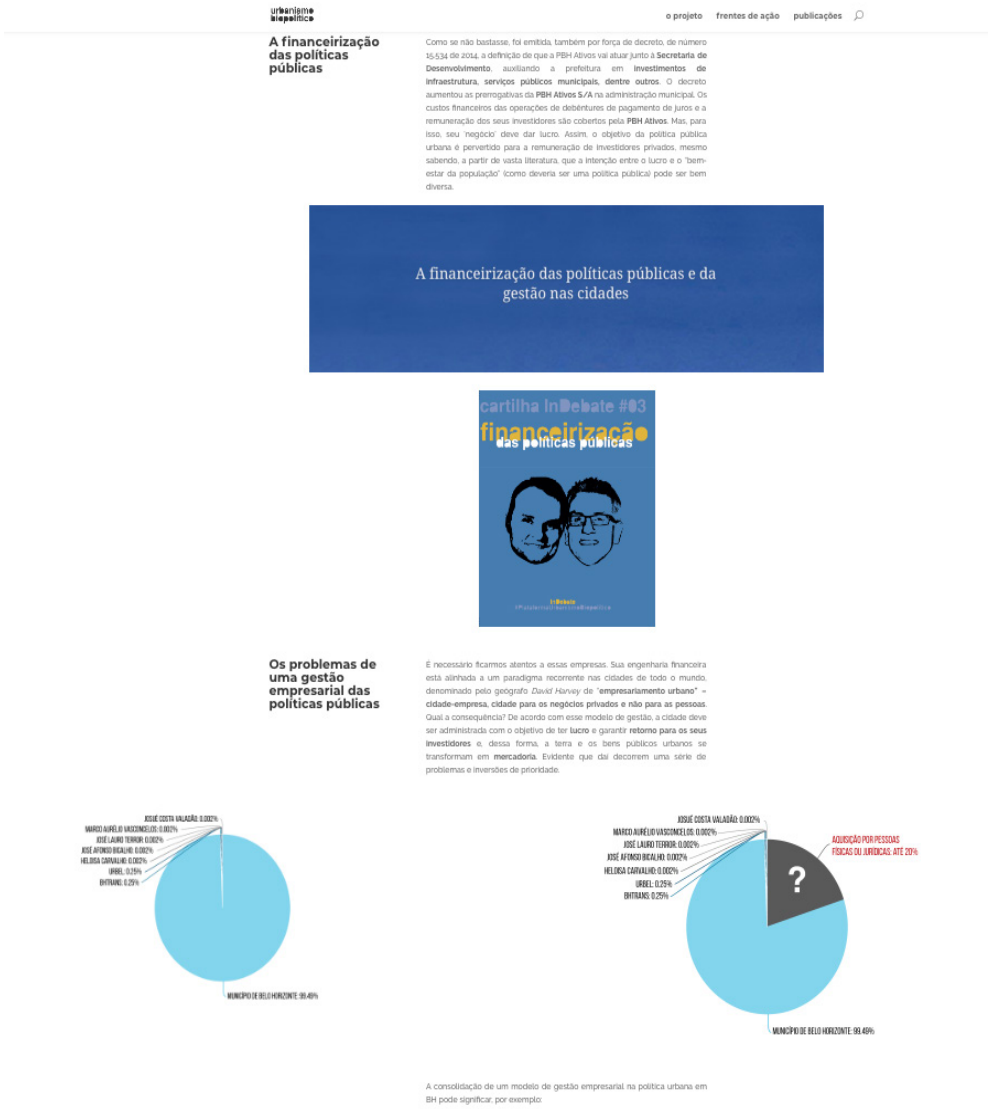


FIG. 3 - Trechos da Narrativa Cartográfica da Frente de Ação Financeirização contendo diagramas e infográficos analíticos sobre PBH Ativos, cartilhas digitais e impressas.

FIG. 4 - Trechos da Narrativa Cartográfica da Frente de Ação Financeirização contendo links para cinemas comentado (IndCine), Aulão Público com ativistas da Auditoria Cidadã da Dívida e pesquisador Indisciplinar, posts, links pros vídeos streaming na CPI.

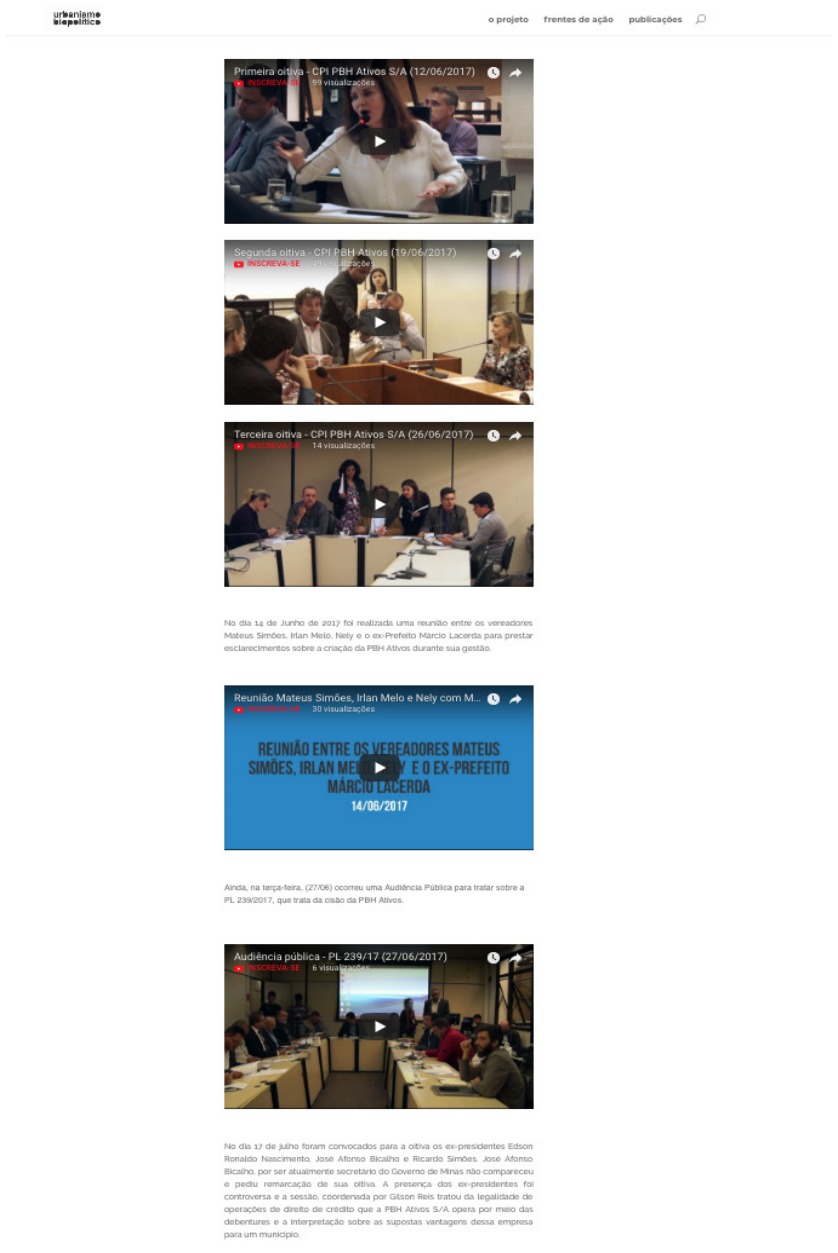


FIG. 5 - Trechos da Narrativa Cartográfica da Frente de Ação Financeirização contendo registros em vídeo das oitivas da CPI da PBH Ativos na Câmara Municipal de Vereadores de BH.

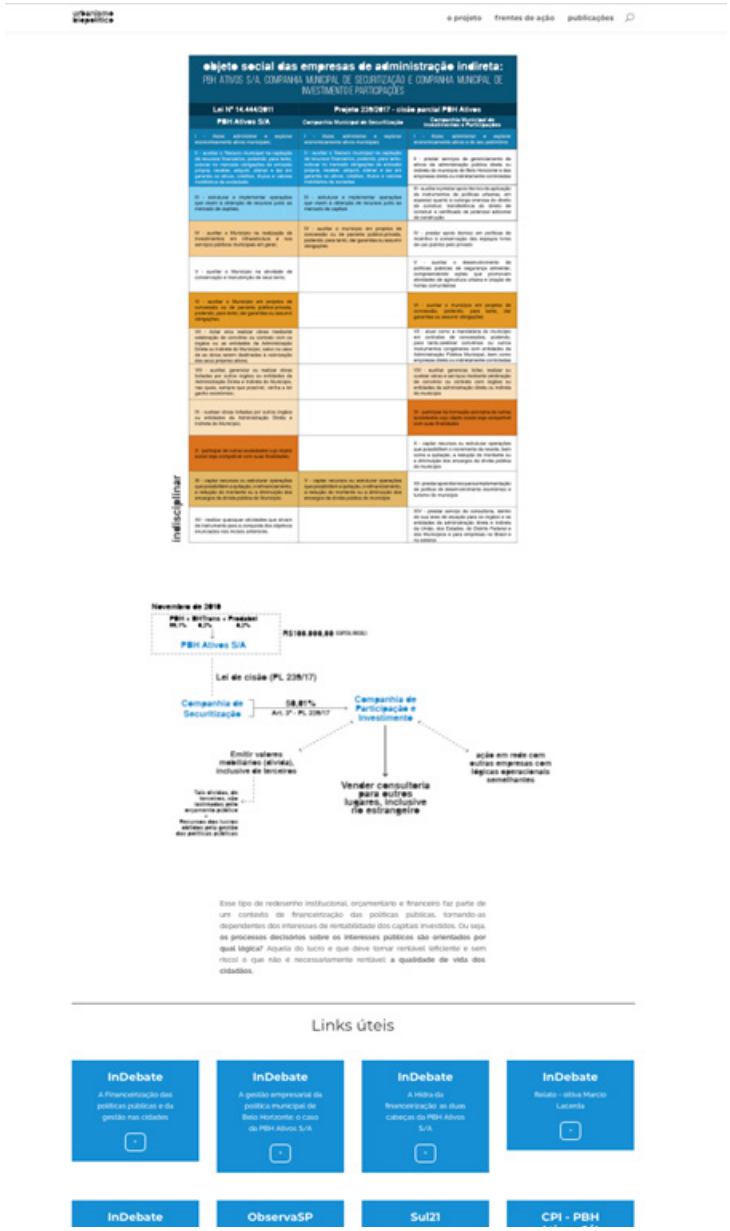


FIG. 6 - Trechos da Narrativa Cartográfica da Frente de Ação Financeirização contendo estudos a partir do PL 239, que propunha a cisão parcial da PBH Ativos; links para conteúdos relacionados e estudos técnicos da rede de parceiros do Grupo.

FIG. 7 - Registo da fanpage Somos Todos Contra a PBH Ativos. Imagem de capa e da nota-manifesto contra a PBH Ativos, sua cisão e o modelo de gestão empresarial das políticas públicas.

Linha do tempo narrando o processo de formação de redes de luta contra a concretização da PBH Ativos S/A

As resistências ao modelo empresarial de administração urbana e a razão neoliberal inerente a ela, em crescente atuação em escala nacional e municipal, como se observará a partir do caso da *PBH Ativos S/A* aqui apresentado, demonstram o potencial da atuação em rede entre movimentos sociais, universidade e corpo técnico e político do poder público, aqui presente na escala do poder legislativo municipal. A partir da criação da empresa estatal não dependente *PBH Ativos S/A* pela gestão de Marcio Lacerda (PSB), em seu primeiro mandato, através da Lei Municipal n. 10.003/2010 e do Decreto Municipal n. 14.444/2011, iniciaram-se estudos acerca do modelo de gestão que tal empresa representa e dos riscos que esse modelo pode apresentar à experiência democrática da cidade e a administração pública municipal.

Em 2014 foi publicada a Lei Municipal n. 10.699, que autorizava o Município a transferir 53 imóveis de seu domínio à *PBH Ativos S/A*. Posteriormente, em 2015, 20 desses imóveis foram postos à leilão pela S/A como forma de integralização de seu capital. No mesmo ano, o *Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida* funda um Grupo de Estudos (GE) com corpo multidisciplinar, contando com economistas e advogados, acerca da *PBH Ativos S/A*. Nesse momento, o *Indisciplinar*[8] se insere no GE, dando início em sua investigação sobre essa S/A, a partir de uma perspectiva crítica do modelo neoliberal de produção do espaço. A partir da leitura da Lei Municipal n. 10.699/2014, o Grupo compreende a incoerência de se transferir bens municipais, que poderiam abrigar equipamentos públicos, a uma empresa de capital privado para ela posteriormente leiloá-los a entes do mercado privado. Assim, inicia-se a investigação específica sobre os terrenos em conjunto com a *Auditoria Cidadã da Dívida* (ACD).

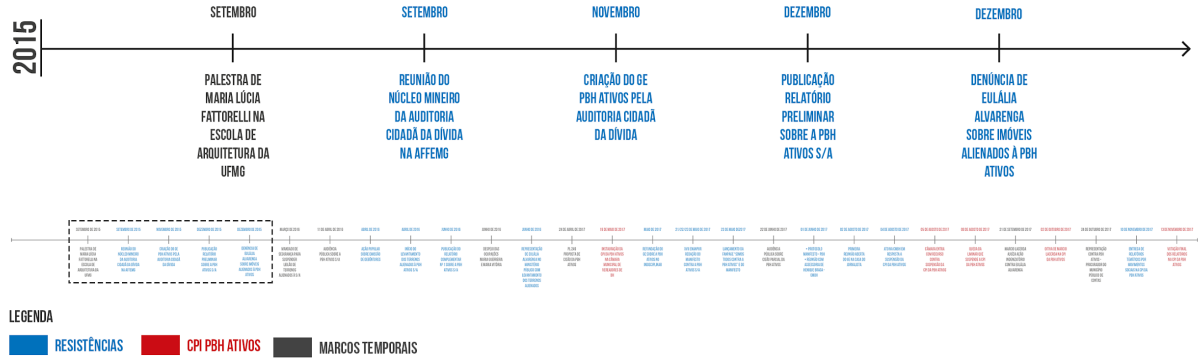


Fig. 8: linha do tempo da atuação em rede das resistências à PBH Ativos S/A.

Ao final do ano de 2015, a economista e auditora fiscal aposentada do Município de Belo Horizonte, Eulália Alvarenga, publica seu primeiro relatório preliminar acerca da *PBH Ativos* e posteriormente, em Dezembro, protocola uma denúncia acerca dos imóveis alienados à empresa e de seu posterior leilão como forma de aporte de capital. Em Março de 2016 ocorre a suspensão do leilão dos imóveis e em Abril o Indisciplinar realiza o levantamento da localização, dos parâmetros urbanísticos e dos usos relativos aos 53 imóveis alienados à empresa, dentre os quais se encontravam os 20 imóveis que foram postos a leilão. O levantamento realizado pelo Indisciplinar subsidiou, em Junho do mesmo ano, uma representação de Eulália Alvarenga no Ministério Público de Minas Gerais, a tratar da problemática em questão.

[8] Apresenta-se a partir deste momento, uma Linha do Tempo sobre principais eventos no processo de construção coletiva de redes em resistência à financeirização via PBH Ativos S/A em Belo Horizonte. O grupo Indisciplinar tem utilizado essa ferramenta como um dos principais dispositivos para compreender os processos de produção do espaço a partir da disputa territorial dentro de um conjunto de dispositivos do método de pesquisa-intervenção.

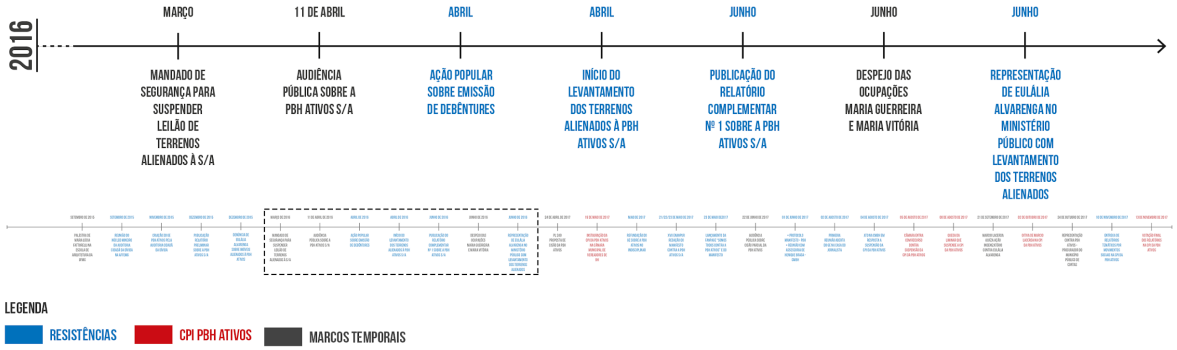


Fig 9: linha do tempo da atuação em rede das resistências à PBH Ativos S/A.

O ano de 2017 representa a continuidade da implantação do modelo de securitização da dívida dos municípios do sudeste com a autorização a *SP Negócios* realizar tal procedimento (PL 179/2017) e com o PL 221, que cria o Fundo Especial de Créditos Inadimplidos, inscritos ou não em Dívida Ativa, da Prefeitura Municipal de Contagem (FECON) em Contagem. Há, simultaneamente, a maior incidência de ações contra o modelo de empresariamento urbano em Belo Horizonte, a partir da publicação do PL 239/2017, que propõe a cisão parcial da PBH Ativos, criando a Companhia Securitizadora de Belo Horizonte, agora na gestão municipal de Alexandre Kalil, do PHS.

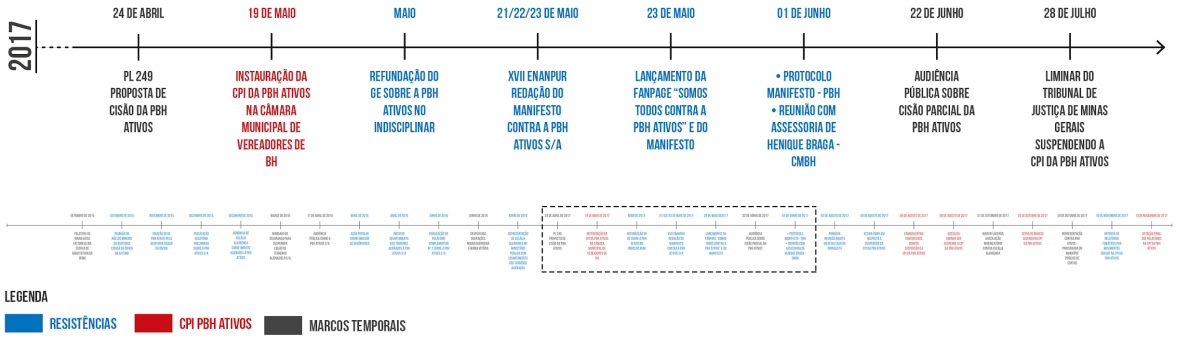


Fig. 10: linha do tempo da atuação em rede das resistências à PBH Ativos S/A.

Em 19 de Maio de 2017, após mobilizações internas na Câmara Municipal de Vereadores de Belo Horizonte, é aberta uma *Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)*[9] a fim de investigar as ações da *PBH Ativos S/A*[10]. No mesmo mês, o GE sobre a PBH Ativos é refundado na Escola de Arquitetura da UFMG, com a presença de membros da *Auditoria Cidadã da Dívida*, do *Grupo Indisciplinar* e membros dos gabinetes dos vereadores Pedro Patrus (PT) e Gilson Reis (PCdoB). O GE passa a atuar, nesse momento, como instância não apenas de estudos sobre a PBH Ativos, mas como ambiente de discussão sobre a CPI da empresa e, dentro dele, são elaboradas ações tecnopolíticas de mobilização e de divulgação dos fatos em curso na CPI.

Nos dias 21, 22 e 23 de Maio, durante o XVII Enanpur[11], que corria no Hotel Novotel Jaraguá, em São Paulo, no qual pesquisadores do Grupo compuseram mesas apresentando a investigação em curso sobre a PBH

[9] Os documentos, pautas e relatórios tratados na comissão podem ser acessados através de sua página no site da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Ver: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/temporarias/cpi/2c907f765b8e8f38015bd52f51802cc7>

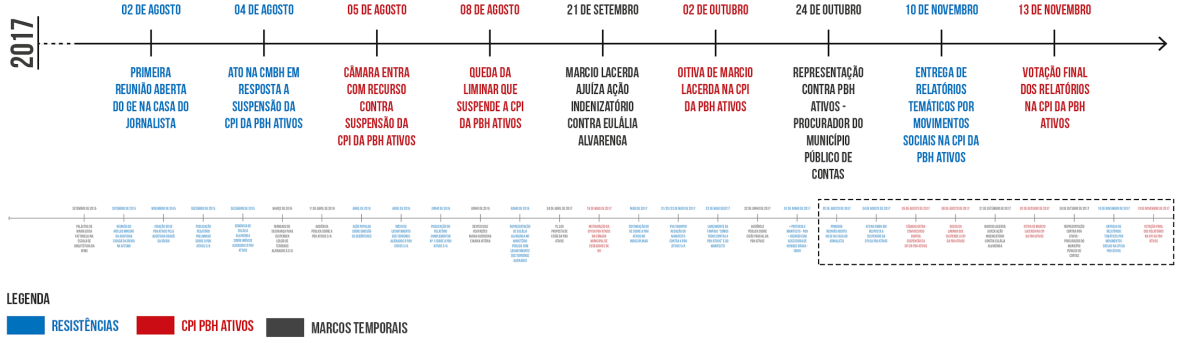
[10] A CPI da PBH Ativos foi presidida pelo vereador Gilson Reis (PCdoB) e contou com outros 12 membros da casa nos cargos de relator, sub-relator, membros efetivos e seus respectivos suplentes. Ao longo de 33 reuniões realizadas, foram ouvidos depoimentos de 34 pessoas consideradas fundamentais tanto para o entendimento dos mecanismos de operação da empresa, quanto com pessoas envolvidas diretamente na estruturação e administração da S/A, dentre as quais se fizeram presentes membros do secretariado de fazenda, educação e saúde das gestões de Márcio Lacerda (2008 - 2016) e de Alexandre Kalil (2016 - 2020), atuais e ex-membros gestores da PBH Ativos S/A, membros de movimentos sociais como Auditoria Cidadã da Dívida e Brigadas Populares, representantes do Banco BTG Pactual# e o próprio ex-Prefeito de Belo Horizonte Márcio Araújo de Lacerda (PSB).

[11] Ver: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/>. Acesso em 11/06/2018.

Ativos[12]. Também durante este mesmo evento, pesquisadores elaboraram um manifesto contra a empresa, apontando os riscos que o exercício da administração pública por meio de uma empresa de tal natureza pode oferecer à experiência democrática das cidades e no dia 23 de Maio ocorreu o lançamento da *fanpage #SomosTodosContraPBHAtivos*[13] e a publicação do manifesto[14], oficializando a rede de resistência contra a *PBH Ativos S/A*. O manifesto contou com a assinatura de mais de 60 movimentos e instituições que se mostraram contrários ao modelo empresarial de gestão expresso por meio dessa S/A. Estar presente neste evento de caráter nacional e internacional foi bastante importante para que a mobilização com outros pesquisadores do Brasil, muitos vinculados a movimentos sociais, apoiassem o manifesto que foi assinado também por diversos movimentos das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo ao longo da semana seguinte.

Após o lançamento do manifesto e sua vasta circulação em grupos de Whatsapp, páginas no Facebook e em diversos sites de opinião, membros do *#SomosTodosContraPBHAtivos* realizaram, no dia 01 de Junho de 2017, o protocolo do manifesto na Prefeitura de Belo Horizonte, destinando a carta ao prefeito Alexandre Kalil, o qual não recebeu presencialmente os membros do movimento. Em seguida, seguiu-se para a Câmara Municipal de Vereadores para realizar a entrega do manifesto no gabinete do presidente da casa, Henrique Braga, do PSDB. Na ocasião, o vereador não estava presente, levando os membros do movimento a se reunirem com sua assessoria, que se dispôs a dialogar sobre a questão da *PBH Ativos* e receber o manifesto redigido. Posterior a reunião realizada, o movimento se dirigiu aos gabinetes dos demais vereadores para entregar cópias do manifesto e debater a problemática da S/A com os políticos presentes.

Houve a suspensão da CPI da PBH Ativos a partir de uma liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no dia 28 de Julho, acarretando o pronunciamento dos vereadores Gilson Reis[15] e Pedro Patrus[16] e do *#SomosTodosContraPBHAtivos*[17]. A suspensão da CPI culminou em uma reunião aberta do GE na Casa do Jornalista, em 02 de Agosto, contando com a presença de dezenas de economistas, advogados e militantes dos mais diversos movimentos sociais de Belo Horizonte, movidos pela necessidade de reafirmar a *CPI da PBH Ativos* como instrumento legítimo e fundamental para a gestão democrática do município. A partir dos encaminhamentos da reunião realizada, foi mobilizado um ato na Câmara Municipal no dia 04 de Agosto, reivindicando a retomada dos trabalhos da comissão e enfatizando a importância da CPI para o Município.



[12] Os artigos apresentados no XVII ENANPUR podem ser acessados nos anais do evento. Ver: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.4/ST%209.4-02.pdf>. Acesso em 11/06/2018 e <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/SL_Sessoes_Livres/SL%202.pdf>

[13] Ver: <https://www.facebook.com/todoscontrapbhativos/> Acesso em 11/06/2018.

[14] Ver: <https://www.facebook.com/notes/somos-todos-contra-a-pbh-ativos-sa/somos-contra-a-pbh-ativos-sa-somos-contra-a-cisão-parcial-dessa-empresa-carta-ma/188630544993454/>. Acesso em 11/06/2018.

[15] Ver: <https://www.facebook.com/gilsonreis65/posts/1564675580231405:0>

[16] Ver: <https://www.facebook.com/patruspedro/posts/1565084500209666>

[17] Ver: <https://www.facebook.com/notes/somos-todos-contra-a-pbh-ativos-sa/nota-manifesto-em-apoio-à-cpi-da-pbh-ativos/231214634068378/>

Fig. 11: linha do tempo da atuação em rede das resistências à PBH Ativos S/A.

Após as mobilizações realizadas e a repercussão na mídia local, a Câmara de Vereadores entra com recurso contra a suspensão da CPI, no dia 05 de Agosto, culminando na queda da liminar que suspendeu a CPI, três dias após o recurso da Câmara. Após a retomada dos trabalhos da comissão, o ex-Prefeito Marcio Lacerda ajuizou uma ação indenizatória contra Eulália Alvarenga, alegando danos a imagem do pré-candidato ao governo de Minas Gerais pelo PSB a partir de uma entrevista concedida pela economista. Após não comparecer a duas oitivas para as quais havia sido convocado, Márcio Lacerda prestou depoimento à CPI no dia 02 de Outubro de 2017, acompanhado de seus advogados e do ex-secretário de governo Vitor Valverde, ligado ao PDT.

Aproximadamente um mês após a oitiva de Marcio Lacerda, no dia 10 de Novembro foram entregues relatórios temáticos por associações e grupos, como o MAM-BH e o Grupo Indisciplinar, com objetivo de complementar os produtos dos relatores da comissão e oferecer uma perspectiva externa à CPI. Por fim, no dia 13 de Novembro, ocorreu a reunião final para votação dos relatórios apresentados na comissão, culminando na não votação de um parecer final em função do prolongamento das falas dos presentes.

Cabe destacar aqui a atuação do *Grupo Indisciplinar* em conjunção a *Auditoria Cidadã da Dívida*, o *#SomosTodosContraPBHAtivos* e aos gabinetes dos vereadores municipais Pedro Patrus e Gilson Reis. O registro audiovisual sistemático de todas as reuniões da CPI, a transmissão ao vivo, a elaboração de peças gráficas e cartilhas didáticas acerca dos temas abordados pelo Grupo a partir de uma perspectiva acadêmica ou pela *ACD* e pelos atores da Câmara Municipal com um viés técnico de alta complexidade são dispositivos utilizados para dar visibilidade e expandir as discussões e ações das resistências com as quais o Grupo Indisciplinar atua.

Um breve balanço das ações

Em decorrência das irregularidades apontadas pela sociedade civil e movimento social, a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte em maio de 2017, instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito da *PBH Ativos S/A* (CPI PBH Ativos), cuja finalidade era a de se investigar e posteriormente, se fosse o caso, tomar as medidas necessárias para que a empresa pudesse cumprir o seu papel social.

Referida CPI não era a primeira realizada naquela Câmara Municipal, mas sem dúvida, se não a mais importante, tendo em vista o seu escopo, foi a que se obteve a maior participação da sociedade civil e de movimentos sociais.

Aliás, a sua existência só foi possível devido à força desse conjunto de interesses, haja vista que a partir do momento em que o requerimento foi aprovado e a CPI instalada começou-se a sentir as pressões no âmbito político e jurídico. Cite-se por exemplo, o fato de que o ex-prefeito da cidade de Belo Horizonte conseguiu suspender por breve lapso temporal o andamento da Comissão, por meio de liminar deferida em sede de Mandado de Segurança[18], cujo argumento utilizado foi o de que a CPI estava eivada de vício e que por isso se tratava de procedimento nulo.

Veja que a CPI investigava a empresa *PBH Ativos S/A*, portanto, o ex-prefeito não era legitimado para interferir no procedimento investigatório, conclusão a que se chegou o Tribunal de Justiça de Minas Gerais quando em sede recursal determinou o prosseguimento da investigação.

No período em que estava em funcionamento a CPI conseguiu trazer informações que não eram obtidas pelos sistemas de transparência da Administração Pública direta e indireta (empresa). Foram coletados mais de 30 mil documentos de toda ordem, desde os processos administrativos que instauraram as Parcerias Público Privadas da Educação, Saúde e Iluminação

[18] Processo n. 5096625-09.2017.813.0024

Pública, até o edital de licitação (e processo) da modelagem e operação de emissão de debêntures, realizada, neste último caso pelo BTG Pactual S.A.

Também foram coletados os balanços contábeis da empresa, devidamente analisados pela *Auditoria Cidadã da Dívida*. Foram ouvidas mais de 20 (vinte) pessoas, entre membros da sociedade civil organizada, ex-secretários de governo, especialistas, ex-presidentes e presidente da empresa, envolvidos diretamente nas operações e o próprio ex-prefeito de Belo Horizonte, Márcio de Araújo de Lacerda.

O trabalho perdurou pelo período de 06 (seis) meses com encerramento em 13 de novembro de 2017. Em que pese, a CPI não ter obtido um resultado do ponto de vista formal, haja vista que a sessão terminou antes mesmo da votação dos relatórios apresentados (foram três relatórios confeccionados, um relatório específico, feito pelo vereador Pedro Patrus, um relatório geral, feito pelo vereador Irlan Melo, e um relatório alternativo, feito pelo vereador Gilson Reis).

Sob o ponto de vista prático-material a não votação dos relatórios apresentados permitiu que se buscassem os órgãos de controle para a entrega destes, e que referidos órgãos tomassem as providências que achassem pertinentes. Os órgãos de controle visitados pelo Presidente da CPI foram: o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, Defensoria Pública da União e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Em todos esses órgãos foram entregues os 03 (três) relatórios, que apesar de terem conclusões diferentes, servem de excelente material de pesquisa e de fundamento para as medidas adotadas.

Por outro lado, há necessidade de se esclarecer que a sociedade civil organizada já havia tomado algumas providências contra atos da empresa, pois conforme já colocado, houve uma série de irregularidades cometidas por esta antes mesmo da instauração da CPI.

Além do trabalho no campo político, foram propostas algumas ações no âmbito jurídico, discutindo a ausência de transparência da empresa, cuja liminar foi deferida em desfavor da empresa para que as publicações fossem realizadas conforme determinava a sua lei de criação; discutindo a venda irregular de imóveis, cuja liminar de suspensão do leilão foi deferida; discutindo a irregularidade de contratação de pessoas sem a realização de concurso público (MPMG); discutindo o repasse de créditos de programa de saneamento básico do Município em desvio de finalidade (DPMG); discutindo a emissão irregular das debêntures; e representação proposta pelo Ministério de Público de Contas do Estado para que as atividades da empresa sejam suspensas[19].

Os documentos e relatórios produzidos pela CPI nortearão os próximos passos que serão dados pelos órgãos de controle e pela sociedade civil, como por exemplo, o estudo produzido pela *Auditoria Cidadã da Dívida* que atestou que a empresa não atende o seu fim social, haja vista que o Município de Belo Horizonte não obteve nenhum ganho real e substancial financeiro com a operacionalização da empresa, ao contrário, há considerável prejuízo.

Constatou-se irregularidades de ordem formal nos processos licitatórios das PPPs da Saúde e da Educação, bem como daquele referente a contratação do *Banco BTG Pactual S.A.* Nos dois primeiros casos, eles sofreram com uma série de aditivos que não estavam previstos inicialmente, contrariando inclusive estudos realizados pelo agente financeiro, que para a Educação havia demonstração de que o serviço público sairia mais barato que o serviço privado.

[19] Processo n. 5094407-42.2016.8.13.0024; Processo n. 5043491-04.2016.8.13.0024; Processo n. 5044155-98.2017.8.13.0024; Processo n. 5169812-84.2016.8.13.0024; Processo n. 5049588-20.2016.8.13.0024; e Representação n. 1024572.

Notadamente à contratação do *Banco BTG Pactual S.A.* para realizar a modelagem e comercialização de debêntures, o edital possui algumas falhas como por exemplo, a ausência de transparência e não indicação de como a modelagem deveria ser realizada.

Os depoimentos prestados na CPI nos mostram que nem os idealizadores do projeto PBH Ativos S.A. sabiam de que os valores cobrados para a remuneração dos títulos seriam tão altos, por volta de 23% (vinte e três por cento) ao ano[20].

Portanto, ao longo dos mais de 03 (três) anos tratando sobre o tema, ainda existem muitas providências a ser tomadas pelos órgãos de controle e pelo movimento social, pois o material que foi coletado tem muito ainda a ser estudado.

Considerações finais

Ao se construir uma empresa com o fim de gerir a cidade, ou seja, de adotar as políticas públicas no lugar do gestor público, qual é o tipo de participação social será permitida nesse modelo. Não há. Empresas como a *PBH Ativos S/A* têm como finalidade a burla da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, por se tratar de empresa não dependente, ela traz em si, a oportunidade de se endividar sem passar pelo crivo do teto de endividamento e sem precisar pedir autorização para a operação à Secretaria do Tesouro Nacional, como determina a Lei Complementar n. 101/2000.

Mas há um agravante nesse endividamento, o ente público é o garantidor do pagamento. Melhor explicando, apesar da empresa emitir os títulos (debêntures), e em tese garantir o seu pagamento, se por uma razão ou outra ela não honrar o compromisso, quem arcará com o pagamento do título mais encargos do financiamento será o próprio município, no caso da *PBH Ativos S/A*.

Logo, não há como ficar indiferente a tal realidade, a permanência desse tipo de modelo na cidade, faz com que a escolha do gestor público municipal, seja mera peça de enfeite.

O texto constitucional, ao tratar da atividade econômica exercida diretamente pelo Estado permite que ela seja exercida quando "necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo" (art. 173, CF)[21] e no tocante ao planejamento afirma ser este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado (art. 174, CF)[22], não está fazendo mera conjectura, mas determinando sobre quais pilares econômicos e sociais devem ser observadas as políticas públicas adotadas pelos entes da federação.

Destarte, não há no regramento jurídico brasileiro norma que permita a existência desse tipo de empresa, por enquanto, porque o mercado financeiro pratica lobby fortíssimo para a aprovação do modelo de securitização de direitos creditórios, como ocorre no Município de Belo Horizonte[23].

Para finalizar apresentamos uma cartilha resumo do processo que cumprirá papel na nova rodada de mobilização como processo de construção de novas redes para continuarmos o trabalho de controle social do que é público.

[20] Depoimento do ex-presidente da PBH Ativos S.A. e ex-secretário de finanças José Afonso Bicalho realizado na CPI da PBH Ativos S.A.

[21] Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

[22] Art. 174 Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

[23] Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/13/senado-aprova-a-securitizacao-de-dividas-de-entes-federados> e <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2166464>

Neste momento estamos produzindo um conjunto de material gráfico a ser divulgado em diversas instâncias e um dos principais dispositivos tecnopolítico, que tem sido cartilhas impressas e disponíveis digitalmente,

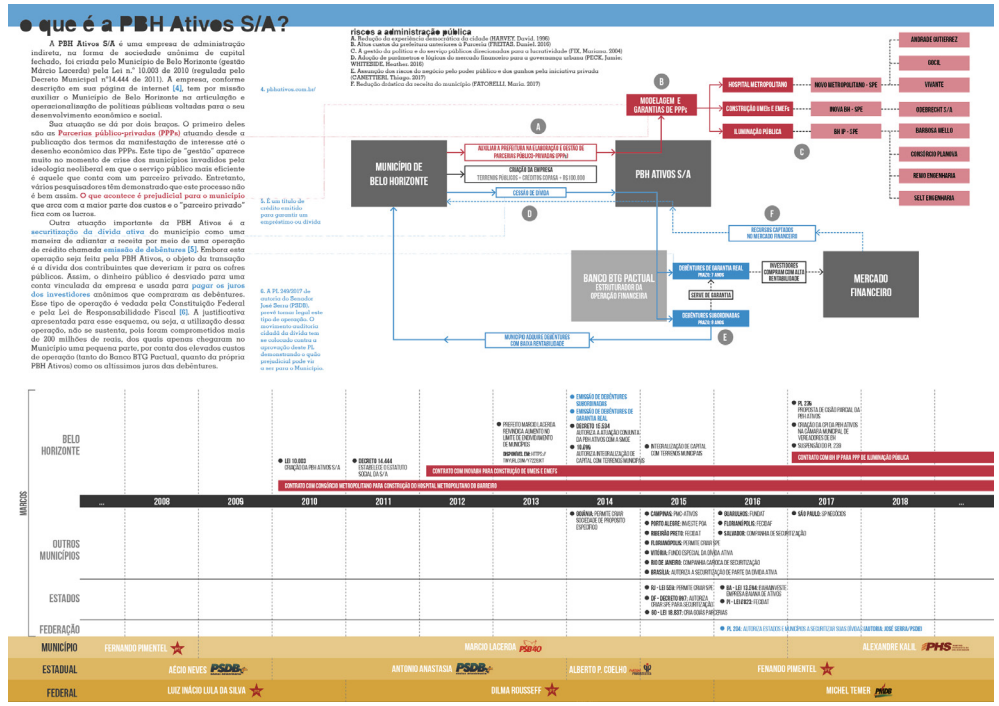


Fig. 12: Cartilha sobre crise fiscal, financiamento de políticas públicas e sua relação com a PBH Ativos S/A.

Agradecimentos

Agradecemos aos pesquisadores do Indisciplinar, aos militantes, técnicos do Estado, Ministério Público, gabinetes de vereança envolvidos. Agradecemos aos Programas de pós-graduação da UFMG e às pró-reitorias PROEX/ UFMG, PRPq/ UFMG. Agradecemos às agências de fomento à pesquisa que nos apoiam CNPQ e à Fapemig, assim como à Ford Foundation que financia o projeto *Plataforma Urbanismo Biopolítico*.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União, Brasília, 5 outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao /constituicao.htm>Acesso em: 02 jun 2018.

BRASIL. **Lei Complementar n.101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de maio de 2000. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp101.htm>. Acesso em 03 mai 2018.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal n.** 10.003, de 25 de novembro de 2010.Autoriza a criação de sociedade sob o controle acionário do Município de Belo Horizonte e estabelece outras disposições relativas à atuação da entidade. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 26 de novembro de 2010. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1047868> Acesso em 03 mai 2018.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal n.** 10.699, de 10 de janeiro de 2014. Autoriza a alienação à PBH Ativos S/A, sob a forma de doação, de bens imóveis de propriedade do Município. Diário Oficial do Município, Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2014. Disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1114086> Acesso em 03 mai 2018.

CLARK. **Giovani.** LIMA. Maria Jocélia Nogueira.XXV Encontro Nacional do Conpedi – Brasília/DF. Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação.PBH Ativos S.A.: uma instituição financeira às avessas? Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/8t069971/8hPpf300Pu3dKrRc.pdf> Acesso em: 03 mai 2018.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik. **2015.** Fast policy: experimental statecraft at the thresholds of neoliberalism. Minneapolis: University of Minnesota Press.

HARVEY, David. **1996.** Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. Espaço e debates, São Paulo, n.39, p.48-64.

CANETTIERI, Thiago. **2017.** A produção capitalista do espaço e a gestão empresarial da política urbana: o caso da PBH Ativos S/A. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.19, n.3, p.513-529.

PBH, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **2011.** Decreto número 14.444.

PBH, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **2014.** Decreto número 15.534.

FATTORELI, Maria Lúcia. **2017.** O impasse da dívida de estados e municípios. Blog da Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-impasse-da-divida-de-estados-e-municipios/ Acesso em: 07 de maio, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **2016.** A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.

FREITAS, Daniel. **2018.** Neoliberalização da política urbana nos Grandes Projetos Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Journal of Latin American Geography, v.17, p.86-107.

CANETTIERI, THIAGO; FRANZONI, Júlia. **2018.** Dívida e gestão pública, o caso da PBH Ativos S/A. In: Raquel Rolnik; Paula Freire Santoro; Denise Morado Nascimento; Daniel Medeiros de Freitas; Natacha Rena; Luis Renato Pequeno. (Org.). Cidade Estado-Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo. São Paulo: FAUUSP, p. 49-59.

PECK, Jamie; WHITESIDE, Heather. **2016.** Financializing Detroit. Economic Geography, v.92, n.3.

RENA Natacha; SÁ Ana Isabel; BRUZZI Paula; QUINTÃO Fernanda. **2016.** Cartografias Emergentes e Cultura: relatório da pesquisa Cartografias Emergentes: a distribuição territorial da produção cultural em Belo Horizonte.

Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7X1-JNexXRaU3pJOVdaRUhLR0U/view>.

Acesso em: 28 Mai, 2016.

RENA, Natacha; SÁ, Ana Isabel; BRANDAO, Marcela; FRANZONI, Julia. **2016.** Grupo de pesquisa Indisciplinar: método, ativismo e tecnopolítica na defesa dos bens comuns urbanos. In: Anais do Contested Cities 2016, Madrid. Madrid: Contested Cities.

SÁ, Ana Isabel. **2015 Urbanismo entre pares: cidade e tecnopolítica.** Belo Horizonte: UFMG.

TORET, Javier; @DATAANALISYS15M. **Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas.** El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuída. IN3 Working Paper Series.

Disponível em: < http://in3wps.uoc.edu/index.php/in3-working-paper-series/article/view/1878>. **Acesso em: 10 Mai.** 2015.

TERCEIRO SETOR: Governança e participação na administração urbana

PORTO, HENRIQUE DIAS (1); RENA, NATACHA (2)

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo
Escola de Arquitetura Urbanismo e Design

Rua Santa Helena, 88/501, Bairro Serra; Belo Horizonte, Minas Gerais
henporto@gmail.com

2. UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora e Professora do NPGAU e do PACPS - Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Rua Guajajaras, 65/802, Bairro Boa Viagem; Belo Horizonte, Minas Gerais
natacharena@gmail.com

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo avaliar a evolução da pauta sobre participação da sociedade civil no ambiente institucional brasileiro a partir de sua inclusão definitiva na agenda urbana, celebrada na conferência Habitat II. Por meio da análise de bibliografia dedicada ao tema e também de documentos oficiais das autoridades e instituições brasileiras, conclui-se que, ao longo do período analisado, efetivou-se uma destilação ideológica, deslocamento de significados de principais conceitos da agenda e cooptação dos espaços e sujeitos políticos vinculados aos processos participativos. Levantam-se questionamentos a respeito da atual legitimidade desses espaços e seus efetivos papéis quanto à gestão dos territórios, tendo em vista os processos político-econômicos efetivados para a construção dos paradigmas analisados.

Palavras-chave: Participação da Sociedade Civil; Democracia Participativa; Instituições Financeiras Multilaterais; Neoliberalismo.

A década de 1990 foi um período de grandes mudanças no âmbito da sociedade civil no Brasil e no mundo. Vivia-se, globalmente, um período de grandes quebras de paradigma, acompanhando a queda do Muro de Berlim e o fim das utopias do socialismo real, enquanto ampliava-se a hegemonização do projeto neoliberal. No Brasil, acabávamos de ter instituída a constituição cidadã de 1988 como resultado de um período de abertura democrática, além de termos, contraditoriamente, eleito Fernando Collor de Mello em 1989 como o primeiro presidente escolhido pelo voto direto após o longo período ditatorial. Em meio a todas essas mudanças e contradições, formava-se uma nova sociedade civil efervescente e mobilizada em torno dos inéditos desenhos institucionais sendo também qualificada por uma "nova noção de cidadania" (Dagnino, 1994, p.103), transformando os espaços públicos brasileiros e instituindo a participação da sociedade civil como uma realidade concreta de um Brasil pós-ditatorial.

Os Orçamentos Participativos, os Conselhos Municipais, a reorganização partidária, o crescimento dos movimentos sociais organizados, os surgimentos e multiplicação das Organizações Não-Governamentais (ONGs)[1], dentre outros acontecimentos, são marcos desse período de amplas transformações sociais. Muitas experiências construtivas se desenvolveram, assim como, muitas foram as mudanças institucionais ocorridas para que se pudesse configurar esse novo cenário.

Nesse momento, a gestão e o planejamento das cidades aparecem como protagonistas dos debates, caracterizados pela importância do município como foco das transformações políticas e uma progressiva descentralização rumo ao ideário das cidades inteligentes e competitivas. Em 1996, a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre assentamentos humanos, também denominada Habitat II, surge como consequência e fomento a todos esses debates. Realizada em Istambul, sob grande influência das deliberações da Eco 92 (conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada quatro anos antes no Rio de Janeiro) e de todo o restante da conjuntura geopolítica do momento (caracterizada por um grande enfraquecimento dos governos nacionais), o encontro foi protagonizado pelas pautas do "Desenvolvimento Sustentável" e fortalecimento dos poderes locais.

A conferência assume, como prioridade, o fomento às iniciativas de participação da sociedade civil nas diversas instâncias das municipalidades, instituindo definitivamente a participação como pauta da agenda urbana. Érica Rabelo e Marcel Fantin, pesquisadores da USP São Carlos, em um estudo dedicado a avaliar as três conferências Habitat, classificam o encontro de Istambul como o reflexo dessa nova conjuntura, marcada pela emergência do neoliberalismo no âmbito do pensamento sobre as cidades:

> *O novo paradigma passa a ser a descentralização e o fortalecimento do poder local, sendo a Habitat II instituída como a primeira conferência das Nações Unidas que incluiu oficialmente na programação as autoridades locais, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, líderes locais, entre outros, com poder de influir formalmente nas decisões da conferência por meio de um Comitê próprio para estes atores, paralelo ao Comitê governamental. (Rabelo; Fantin, 2017, p.895)*

Em um momento de ajuste financeiro propagado por todo mundo, o enxugamento e "otimização" das máquinas públicas não deixaria de alcançar a gestão das cidades, especialmente nos países periféricos. Nesse momento, portanto, a participação da população nas instâncias do poder público é inserida na conferência, não só como um mecanismo de democratização, mas também como um instrumento para garantir a "efetividade" e a "boa

[1] Neste trabalho, os termos Organização Não-Governamental (ONG) e Organização da Sociedade Civil (OSC) serão utilizados como sinônimos, alternando-se apenas por adequação às citações feitas.

governança" nas cidades. Rabelo e Fantin, apoiando-se na avaliação de Ermínia Maricato a respeito da conferência, apontam que:

> *Os conceitos de parceria e participação foram outros paradigmas defendidos na Conferência. A ideia da parceria público-privado e da participação popular na gestão de serviços públicos e de infraestrutura foi incentivada e elogiada ao passo que não faltaram críticas à ineficiência do Estado. O PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - apoiou através da LIFE - Local Initiative Facility for Urban Environmental - 50 experiências ditas inovadoras, todas elas contavam com a participação de comunidades. Há uma relação direta entre esses paradigmas e a demissão do Estado, seja pela privatização de alguns serviços nas parcerias entre os setores públicos e privados, seja pela 'privatização indireta' endossando a autogestão ou cogestão de serviços públicos. (Rabelo; Fantin, 2017, p.898)*

Assim, a Habitat II institui (ou formaliza), dentro do debate urbanístico, as diversas formas de participação como boas práticas para o desenvolvimento das cidades nesse novo contexto político-econômico estabelecido. Com isso, concomitantemente a diversos outros marcos do período, várias foram as remodelações pensadas e executadas para os espaços de participação pública brasileiros - alguns de maneira pioneira - em função da adequação das cidades do país a esse novo modelo de sucesso.

Cerca de vinte anos depois, após o desenrolar de diversas das soluções encontradas para a participação nas cidades, questiona-se o verdadeiro impacto destas medidas, sob a perspectiva da democratização e efetividade das gestões públicas. Quais os efeitos desta institucionalização sobre as formas de organização existentes na sociedade? Qual a real relevância da participação popular sobre os orçamentos e políticas públicas nas cidades? Quais os interesses existentes (e conflitantes) por trás da elaboração dos mecanismos de participação? São esses alguns dos questionamentos que tentaremos desenvolver neste trabalho, tendo em vista a realidade da produção do espaço no capitalismo avançado e suas especificidades frente à cidade brasileira/latino americana na contemporaneidade.

Duas décadas de participação

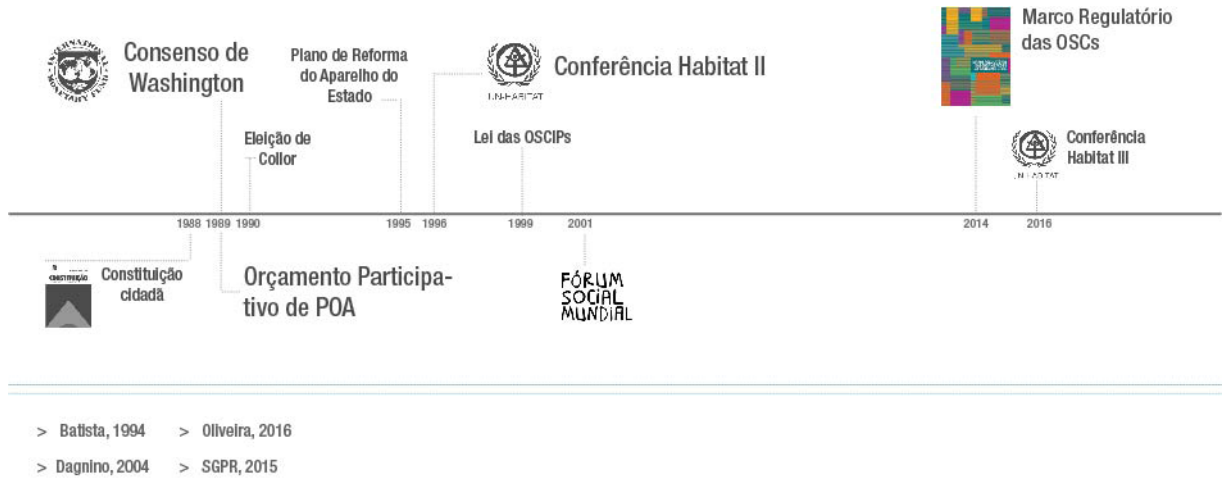


Imagem 1: Linha do Tempo de duas décadas de participação
Fonte: Elaborado pelos autores com base em Dagnino (2004), Batista (1994), Oliveira (2016) e SGPR (2015).

Evelina Dagnino, cientista política e pesquisadora pela Unicamp que investiga desde meados da década de 1990 a participação da sociedade civil e os "novos sujeitos sociais", acompanha, desde muito embrionários, todos estes processos referentes à transformação da sociedade civil, com publicações regulares ao longo do período em questão, tendo acompanhado o desenrolar de diversas das dinâmicas que se pretendem compreender aqui.

Para traçar uma breve perspectiva histórica dos processos participativos no país, a autora aponta a constituição de 1988 como "marco formal (...) que consagrou o princípio de participação da sociedade civil" no Brasil (Dagnino,

2004, p.141). Dagnino entende que, como resultado de uma série de esforços de diversos atores comprometidos com a redemocratização no país (reunidos historicamente na luta contra a ditadura militar), a Constituinte se consolida como aglutinadora de um processo de "expansão da cidadania" e "aprofundamento da democracia". Elaborada a partir da contribuição desses atores que, a partir da restituição da democracia formal e das eleições livres e diretas, conseguem incidir efetivamente sobre o Estado, a Constituição institui diversos espaços públicos voltados para a contribuição da sociedade civil - entendendo-se por sociedade civil justamente os grupos e formas de organização constituídos nesse processo - e abre espaço para a constituição de diversos outros.

A partir de então, afloram pelo país processos participativos exemplares, constituindo a década de 1990 como "cenário de numerosos exemplos desse trânsito da sociedade civil para o Estado" (Dagnino, 2004, p.141). O mais emblemático e pioneiro desses processos é o Orçamento Participativo, elaborado (nos moldes e termos em que se popularizou) pela primeira vez na administração do prefeito Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), em Porto Alegre a partir de 1989. A política foi um modelo de participação baseado na realização de "Plenárias Regionais", onde a população, sobretudo, as associações de bairro - muito presentes em Porto Alegre - poderiam opinar a respeito das prioridades orçamentárias da administração municipal. O modelo foi um absoluto sucesso, e multiplicou-se rapidamente pela América Latina (primeiramente no Brasil, em especial, nas prefeituras do PT) e, posteriormente, chegaria a outros continentes como África e Europa (Oliveira, 2016). Vale ressaltar que, como aponta o pesquisador do Departamento de Relações Internacionais da Unifesp, Osmany Porto de Oliveira, o Orçamento Participativo foi, em um segundo momento, incentivado, financiado e propagado por instituições e bancos multilaterais (BID, Banco Mundial e FMI) e também recomendado na conferência Habitat II, quando Porto Alegre recebeu a distinção de "Melhor Prática" (Oliveira, 2016, p.226).

Oliveira, em seu estudo realizado acerca do OP (Orçamento Participativo) e sua difusão global, aponta como, a partir da circulação de ideias e personalidades influentes, da realização de eventos temáticos - Habitat II e o Fórum Social Mundial - e da criação de agências e instituições especializadas, o OP circulou o mundo, tendo como principal propagador o Banco Mundial. Entretanto, diferentemente da abordagem adotada pelos entusiastas da política no PT (baseada no entendimento de uma radicalização da democracia), o banco passa a propagar a prática como uma forma de "combate à corrupção, controle social e luta contra a pobreza" (Oliveira, 2016, p.220), o que ainda assim não impediu que as diversas recomendações internacionais da prática fossem utilizadas por seus executores nas prefeituras do PT como forma de legitimação do OP em território nacional.

Oliveira destaca ainda como, tanto o Banco Mundial, quanto a ONU e a União Europeia, passam a divulgar o OP como uma espécie de "prescrição global" para todos os municípios:

> *A difusão massiva é fomentada especialmente nessa década [de 2000], quando as organizações internacionais como a ONU, a União Europeia e o Banco Mundial passam a recomendar o OP, publicar manuais sobre essa política, organizar encontros internacionais para reunir pessoas interessadas no tema e financiar diretamente o desenvolvimento de novas experiências e o intercâmbio entre práticas já existentes. (Oliveira, 2016, p.226)*

Para o autor, essa divulgação é feita a partir de um discurso tecnicista com pretensões universalizantes, baseado em alguns conceitos chave desse momento de reestruturações administrativas e diminuição do estado, como demonstrado a partir de Shah: "para o Banco Mundial o OP é um instrumento para melhorar as instituições locais e está associado a princípios como o da 'boa governança', transparência, *empowerment* e *accountability*" (Shah, 2007 *apud* Oliveira, 2016, p.238).

Esse é um processo desencadeado pelo Banco Mundial e outras instituições multilaterais, estudado e classificado pelo professor Pedro Fiori Arantes (Unifesp), como parte de uma "Agenda Urbana do Ajuste" (Arantes, 2006). Arantes explica, sob a perspectiva da economia, que, com a falência dos modelos de financiamento das cidades brasileiras e latino-americanas na década de 1980, e o consequente endividamento destas, diversas foram as condicionalidades instituídas pelas instituições financeiras multilaterais aos empréstimos e financiamentos que ofereciam a essas nações e cidades a partir desse período. Com isso, o Banco Mundial teve grande ingerência sobre as administrações destas cidades, sobre as formas de financiamento de suas políticas urbanas e também sobre as formas de participação civil nelas instituídas. Um conceito chave levantado por estes bancos nesse momento é justamente o de "governança". Sob a alegação de que a pobreza e os demais problemas sociais das cidades do terceiro mundo eram fruto da "má administração" por parte de seus governantes, foram propagadas diversas técnicas e modelos de governança (que muito se assemelham com os adotados no setor privado) para, como descrito em um documento do próprio Banco Mundial: "introduzir métodos e técnicas modernas de *management* e tornar o setor público menor e mais eficiente" (Price, 1991, p. 9 *apud* Arantes, 2006, p.68).

Como parte dessas boas práticas, foram também recomendadas, e implantadas pelo Banco Mundial e outras instituições, algumas medidas em forma de processos participativos para a remediação do degradado quadro social de então, que serviriam também como reguladores desta "nova governança" que se pretendia implantar nas cidades da periferia global:

> *(...) a criação de mecanismos de participação local e inúmeros conselhos, apesar de seu limitadíssimo poder de acesso aos fundos públicos, pretende criar um sentido de legitimidade para o novo governo. Advoga-se uma participação restrita (aos problemas "da comunidade"), mediada por ONGs, e, sobretudo, apaziguada (Arantes, 2006, p.68).*

Ainda nessa linha temporal, outro marco pontuado por Dagnino no âmbito da participação institucional é a Reforma Administrativa do Estado, de 1995 (Dagnino, 2004, p.152). A reforma, formalmente denominada "Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado", foi um projeto capitaneado pelo então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Apresentava-se como objetivo do plano remodelar a estrutura administrativa do Estado em função de sua modernização frente aos desafios enfrentados pela administração pública brasileira, ou, nas palavras do então presidente, Fernando Henrique: "dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de "gerencial", baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão" (Presidência da República, 1995, p.7).

Dentre as medidas apresentadas ao congresso no Plano, estava a instituição das "Organizações Sociais", ou "OSs". As OSs seriam - como forma de pôr em prática a participação da sociedade civil nas políticas públicas, instituída pela Constituição de 1988 (Dagnino, 2004, p.152) - uma maneira de garantir a efetividade de determinados serviços públicos, transferindo-os para organizações não-estatais.

> *O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal.*
>
> *Entende-se por "organizações sociais" as entidades de direito privado que, por iniciativa do Poder Executivo, obtêm autorização legislativa para celebrar contrato de gestão com esse poder, e assim ter direito à dotação orçamentária (Presidência da República, 1995, p.60).*

Com isso, diversas organizações da sociedade civil puderam adquirir o título de "OS", podendo, assim, trabalhar em parceria com o poder público na execução de políticas. Essa estrutura foi apontada no plano como uma forma de aproximar a população das funções administrativas.

> *(...) busca-se através das organizações sociais uma maior participação social, na medida em que elas são objeto de um controle direito da sociedade através de seus conselhos de administração recrutado no nível da comunidade à qual a organização serve. Adicionalmente se busca uma maior parceria com a sociedade, que deverá financiar uma parte menor mas significativa dos custos dos serviços prestados (Presidência da República, 1995, p.60).*

É possível observar um alinhamento preciso da reforma proposta com os princípios de "boa governança", anteriormente mencionados, na evidência da participação da sociedade civil colocada como um instrumento de "otimização" e "regulação" da administração pública. Dagnino avalia o papel de "participação" designado às OSs como restrito à "implementação e a execução de políticas públicas, provendo serviços antes considerados como deveres do Estado, [mais] do que compartilhar o poder de decisão quanto à formulação dessas políticas." (Dagnino, 2004, p.152). Dagnino também destaca que a estrutura proposta tem o papel de deslocar o significado político da participação da sociedade civil, que passa a ser designada a funções meramente gerenciais.

Contudo, as OSs alcançam grande abrangência dentre as organizações da sociedade civil, que passam a atuar na gestão de setores importantes dentre as funções públicas. Vale ressaltar a grande popularização e crescimento do número de OSCs (Organizações da Sociedade Civil) atuantes no Brasil ao longo das décadas de 1990 e 2000, quando foram criadas 71,7% (de 1991 a 2010) de todas as Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos já estabelecidas no país (IBGE, 2012, p.30). Ocorre, também neste período, uma sucessão de diferentes formas de organização jurídicas que surgem como atualização ou mesmo alternativas institucionais às OSs - destacam-se as OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), instituídas pela lei nº 9.790 de 1999, que alcançam grande relevância prática e numérica. Assim, as OSCs assumem grande importância no âmbito da sociedade civil no país, a ponto que, no ano de 2014 (sob grande influência das transformações políticas e demandas levantadas dentre a sociedade no ano de 2013), a Secretaria-Geral da Presidência da República (governo da presidenta Dilma Rousseff) elabora um "Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil" (MROSC). O MROSC consiste em um estudo acerca das OSCs no Brasil e suas relações com o poder público, que resultou numa série de normas que compõem a lei 13.019/2014. A lei institui e formaliza uma série de instrumentos legais para o estabelecimento de parcerias entre o poder público e as OSCs na execução de políticas públicas. Além disso, o processo de elaboração do Marco (que se estendeu de 2011 a 2014) resultou na publicação de diversos materiais e dados a respeito da atuação de OSCs no país. No livreto publicado em 2016 pela Secretaria de Governo da Presidência da República, intitulado "Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014", o Marco foi classificado como um instrumento de "aprofundamento da democracia" e "qualificação" das políticas públicas:

> *A nova lei vai impactar as relações entre poder público e OSCs em todo o País. A sua implementação estimula a gestão pública democrática nas diferentes esferas de governo e valoriza as organizações da sociedade civil como parceiras do Estado na garantia e efetivação de direitos.*
>
> *As parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil qualificam as políticas públicas, aproximando-as das pessoas e das realidades locais e possibilitando a solução de problemas sociais específicos de forma criativa e inovadora.*
>
> *Com a nova lei, as OSCs podem ampliar suas capacidades de atuação e incorporar muitas de suas pautas à agenda pública.*

Além disso, as parcerias com o poder público estão agora amparadas em regras claras e válidas em todo o País, com foco no controle de resultados das parcerias.

Com um marco legal próprio e práticas institucionais que valorizem as OSCs, é possível responder adequadamente às necessidades de uma sociedade civil atuante, que se expandiu e diversificou nas últimas décadas e que tem muito a contribuir com a democracia brasileira. (Secretaria de Governo da Presidência da República, 2016, p.6).

Fica evidente no texto como as OSCs são apontadas como uma representação legítima da sociedade civil e de seus diversos interesses e necessidades. Evidencia-se ainda a persistência do discurso da "otimização" e "regulação" de políticas públicas como uma atribuição das OSCs, adotado no plano de reformas administrativas do governo Fernando Henrique, anteriormente mencionado, e propagado como "melhor prática" de governança pelas instituições financeiras multilaterais ao longo das décadas de 1990 e 2000. Entende-se que, no decorrer deste período, as OSCs cresceram em número e relevância nos espaços públicos brasileiros, e aparecem agora como um componente definitivo nos processos de execução de políticas públicas e gestão dos territórios, o que, de certa forma, evidencia um relativo sucesso da agenda mencionada.

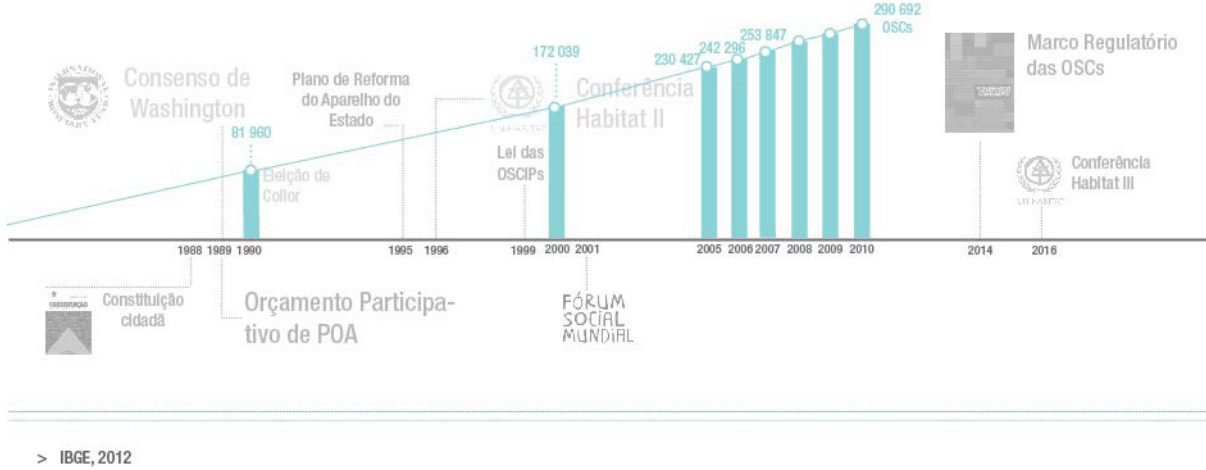


Imagem 2: Crescimento do número de OSCs no Brasil
Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE (2012)

Neoliberalismo e participação: uma "Confluência Perversa"

Por outro lado, é importante ressaltar que, paralelamente a todo esse movimento de "efervescência" da sociedade civil e "aprofundamento da democracia", em uma perspectiva geopolítica, têm-se como marco principal deste período o "Consenso de Washington" como grande receituário de todas as movimentações político-econômicas que viriam a se concretizar em toda América Latina e demais países "em desenvolvimento". Consenso de Washington fora o termo utilizado para designar a série de medidas desenvolvidas por representantes de instituições financeiras, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), reunidos em novembro de 1989 sob convocação do *Institute for International Economics* na capital estadunidense (Batista, 1994, p.6). Tais medidas, a partir de então, pautaram as recomendações (ou imposições) oficiais das instituições financeiras multilaterais para os países latino-americanos que enfrentavam

dificuldades financeiras após o período de grandes turbulências vivenciado na década de 1980. Destacam-se dentre essas medidas a privatização de empresas estatais, a flexibilização de leis trabalhistas, a prática de juros e câmbio de mercado, o incentivo a investimentos estrangeiros diretos, a redução dos gastos públicos, dentre outras que compuseram as estratégias neoliberais, aplicadas no Brasil, principalmente a partir do governo Collor.

É a partir da análise deste contexto que, no âmbito da participação civil, Dagnino indica a existência de uma "Confluência Perversa" entre o projeto neoliberal e o "participativismo" que se desenvolvia no Brasil (Dagnino, 2004). Para Dagnino, a coexistência de um projeto de democratização dentre a sociedade civil e um projeto de um "Estado que deve se isentar progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil" (Dagnino, 2004, p.142) configura uma perversidade que se manifesta através da captura e da disputa de significados. Para a autora, estes dois projetos políticos disputam a concepção cultural de termos como "sociedade civil", "participação" e "cidadania", o que resulta em uma captura dos espaços constituídos - ou mesmo dos atores envolvidos - nos processos participativos, que acabam por corroborar em suas atividades para um fim antagônico ao projeto democratizante, porém, expresso em termos coincidentes.

Essa estratégia se manifesta, por exemplo, a partir do deslocamento do significado de "sociedade civil", como mencionado. Segundo Dagnino, a marginalização dos Movimentos Sociais e a escalada de relevância das ONGs representam uma face dessa perversidade (Dagnino, 2004, p.149). Para a autora, as ONGs parecem ter sido "escolhidas" como representação legítima da sociedade civil no paradigma neoliberal por representarem uma inserção suficientemente "legítima" dentre a sociedade, ao mesmo tempo que uma possibilidade de interlocução eficiente e técnica com o poder público.

> *As relações entre Estado e ONGs parecem constituir um campo exemplar da confluência perversa que mencionamos antes. Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores "confiáveis" entre os vários possíveis interlocutores na sociedade civil, elas são frequentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil (Dagnino, 2004, p.149).*

Além disso, as ONGs configuram uma representatividade baseada nos saberes técnicos que estas instituições acumulam, determinando o reconhecimento das diversas multiplicidades que estas organizações supostamente representam como fator determinante da sociedade civil, em detrimento da representação numérica baseada em vínculos orgânicos que configuram os movimentos sociais e organizações comunitárias.

> *A questão da representatividade assume facetas variadas e/ou é entendida de formas diversas por parte de diferentes setores da sociedade civil. Por um lado, a capacidade de pressão do Movimento Sem Terra (MST), por exemplo, se evidencia na realização de protestos e manifestações de massa que, assim como o número de participantes no Orçamento Participativo e sua capacidade de mobilização atestam as suas respectivas representatividades, entendidas num sentido clássico.*
> *Por outro lado, há um deslocamento no entendimento da representatividade, tanto por parte do Estado quanto por parte de atores da sociedade civil. No caso das ONGs, por exemplo, essa representatividade parece se deslocar para o tipo de competência que possuem: o Estado as vê como interlocutoras representativas na medida em que detêm um conhecimento específico que provém do seu vínculo (passado ou presente) com determinados setores sociais: jovens, negros, mulheres, portadores de HIV, movimentos ambientais, etc. Portadoras dessa capacidade específica, muitas ONGs passam também a se ver como "representantes da sociedade civil", num entendimento particular da noção de representatividade. Consideram ainda que sua representatividade vem do fato de que expressam*

> *interesses difusos na sociedade, aos quais "dariam voz". Essa representatividade adviria então muito mais de uma coincidência entre esses interesses e os defendidos pelas ONGs do que de uma articulação explícita, ou relação orgânica, entre estas e os portadores destes interesses. (Dagnino, 2004, p.150)*

Outra estratégia pontuada pela autora como constituinte dessa confluência perversa é a desnaturação e captura dos próprios espaços e formas de participação. Além do grande incentivo a uma forma de "participação solidária" (Dagnino, 2004, p.151), baseada em ações filantrópicas, sobretudo vinculadas às fundações privadas ou mesmo a ONGs (o chamado "terceiro setor"), e desprovida de qualquer forma de reflexão crítica acerca dos problemas sociais que enfrentam ou mesmo sem qualquer compromisso com a efetiva inserção da população marginalizada nos processos políticos, têm-se também um intenso esforço do poder público em instituir as parcerias com organizações da sociedade civil na execução de políticas públicas como uma forma de participação civil legítima e suficiente ao processo democrático, em detrimento dos espaços de participação que de fato colocam a sociedade civil para discutir e deliberar acerca da concepção destas mesmas políticas públicas.

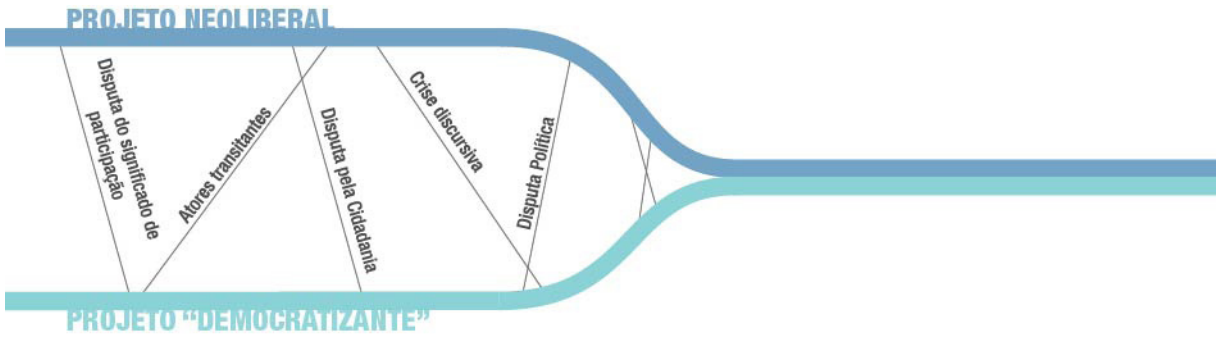


Imagem 3: Ilustração do conceito de "Confluência Perversa"
Fonte: Elaborado pelos autores com base em Dagnino (2004)

Tais estratégias aparecem muito nitidamente nos casos analisados na seção anterior. Seja na "Reforma Administrativa" de Fernando Henrique Cardoso, que institui as OSs como responsáveis pela execução de políticas públicas (no lugar do Estado) e a persistência deste discurso duas décadas mais tarde no Marco Regulatório das OSCs, ou mesmo no processo de difusão do Orçamento Participativo, descrito por Oliveira, a respeito do qual o autor pontua a existência de uma "destilação ideológica" do OP por parte do Banco Mundial para fins de sua divulgação global com caráter técnico, neutro e universal (Oliveira, 2016, p.237).

Diante deste cenário de questionável representatividade das formas de participação instituídas - e da constatação de suas reais persistências e relevâncias no cenário atual, como demonstra o MROSC - destaca-se uma evidente deslegitimidade destes espaços frente ao verdadeiro ambiente político da sociedade brasileira na atualidade. Vale ressaltar que, diante das crises levantadas pelas Jornadas de Junho, em 2013 (que tiveram a representatividade como uma das principais pautas), várias foram as formas de organização que surgiram, dentre elas, várias OSCs que hoje atuam em parceria com o poder público na lógica acima descrita. As "novas instituições" da sociedade civil surgem a partir da multiplicidade da sociedade, dos "novos sujeitos sociais", em busca de uma "cidadania ampliada", entretanto, pouco se evidencia o impacto ou as verdadeiras modificações estruturais das lógicas de poder a partir das da vontade da sociedade civil, uma vez que, à princípio, nascem e operam dentro de uma lógica cooptada.

Dagnino, uma década antes, já alertava a respeito da real legitimidade das representações da sociedade civil instituídas:

> *O predomínio maciço das ONGs expressa, por um lado, a difusão de um paradigma global que mantém estreitos vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que responde às exigências dos ajustes estruturais por ele determinados. Por outro lado, com o crescente abandono de vínculos orgânicos com os*

movimentos sociais que as caracterizava em períodos anteriores, a autonomização política das ONGs cria uma situação peculiar na qual essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público. Por mais bem intencionadas que sejam, sua atuação traduz fundamentalmente os desejos de suas equipes diretivas (Dagnino, 2002).

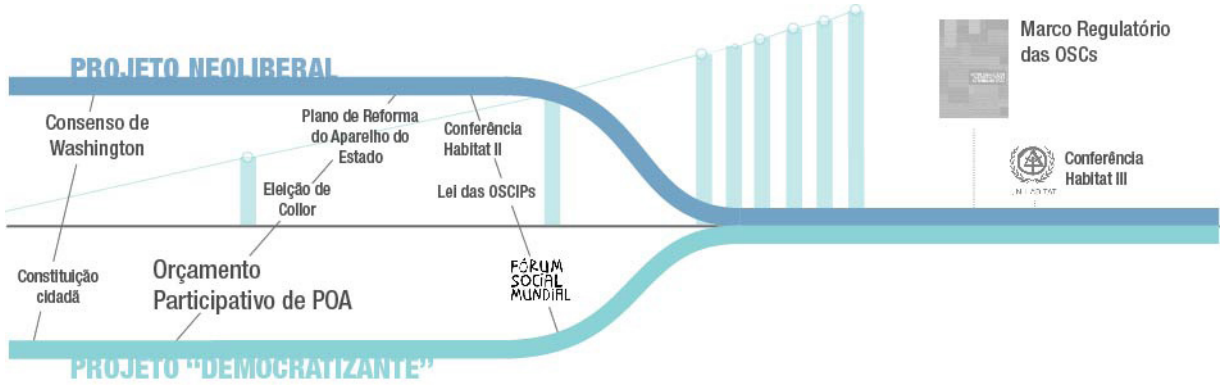


Imagem 4: Ilustração da Hipótese de uma "Confluência Perversa".
Fonte: Elaborado pelos autores.

Na atualidade, a situação parece não ter mudado muito. A fundação Open Society - fundação filantrópica internacional instituída a partir de doações patrimoniais do magnata húngaro-americano George Soros - que se estabeleceu no Brasil no ano de 2014, segundo dados publicados na página da própria fundação, destinou, respectivamente, 16%, 17% e 28% do orçamento anual de U$940.700.000,00 em 2017 para projetos comprometidos com "Reforma da justiça e do estado de direito", "Governança e avanço econômicos" e "Prática democrática e direitos humanos"[2], ao redor do mundo. No Brasil, segundo o estudo da Secretaria-Geral da Presidência da República, realizado como parte do processo de formulação do MROSC, a principal forma de financiamento das OSCs são as doações de origem privada, sendo parte significativa delas provenientes da chamada "Cooperação Internacional", que consiste em agências não governamentais de cooperação, agências governamentais estrangeiras e agências multilaterais estrangeiras (Secretaria Geral da Presidência da República, 2015, p.129). Na mesma publicação, um estudo realizado entre as 250 OSCs vinculadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) no ano de 2010, mostrou que 50% dos recursos financeiros dessas instituições provêm da mencionada "Cooperação e solidariedade internacional" (Secretaria Geral da Presidência da República, 2015, p.132).

Com tantos vínculos financeiros e institucionais com entes privados e públicos estrangeiros e tão poucos com a população, faz-se necessário questionar o verdadeiro papel destas "participações" e "representações" da sociedade civil junto ao poder público brasileiro. Se não expressando as vontades da população nestes espaços institucionais, o que estariam expressando essas organizações colocadas com tanto protagonismo no espaço público? Seriam as Organizações da Sociedade Civil um elo mais frágil da democracia brasileira, escolhido pelas agências da "Cooperação Internacional" como espaço de ingerência de suas agendas e interesses? Ou ainda, seriam essas organizações os parceiros ideais, construídos pelas instituições financeiras multilaterais dentro do desenho institucional brasileiro para substituir o Estado em suas funções essenciais? Qual a razão de ser de tanta pressão

[2] Dados extraídos de texto explicativo publicado na página web da Open Society Foundations, intitulado "A Open Society Foundations e George Soros". Disponível em: <https://www.opensocietyfoundations.org/explainers/open-society-foundations-and-george-soros/pt>. Acesso em: 03/06/2018.

e marginalização dos movimentos populares no país, enquanto as OSCs crescem e fortalecem-se progressivamente?

São esses alguns questionamentos que devem ser colocados e investigados no ambiente público brasileiro por uma questão, não só de representatividade da população, mas de soberania sobre nossos próprios processos administrativos. Inauguramos com este artigo uma linha de investigação que denominamos Geopolítica e Territórios, que pretende avançar também sobre como esses mecanismos de globalização neoliberal avança sobre as políticas urbanas, ambientais, culturais de maneira mais evidente, através de mecanismos multilateriais mais evidentes como a ONU, e também como movimento disperso e aparentemente popular de ação através de ONGs, muitas vezes difusoras de pautas advindas dos novíssimos movimentos sociais e ativistas (GOHN, 2014).

Considerações finais

Diante desta análise sobre o perigo do avanço neoliberal como uma confluência perversa, faz-se necessário questionar a própria existência e protagonismo da participação da sociedade civil na agenda urbana. Se, desde a década de 1990 - quando a participação da sociedade civil fora pioneiramente instituída e recomendada na Habitat II - até a atualidade, observou-se um desvirtuamento e cooptação das formas de participação elaboradas no seio de uma sociedade civil ativa, sobretudo, na América Latina, é preciso observar na presente realidade qual papel estes espaços têm, de fato, cumprido nas cidades em questão.

Observa-se uma crescente diversidade de OSCs colocadas como atores definitivos da produção do espaço nas cidades, uma vez que, não só aparecem em grande número nas cidades, mas também estão instituídas formalmente como componentes da elaboração e execução de políticas públicas, como demonstrado, sobretudo a nível municipal. Diante disso, é preciso dedicar atenção aos espaços de participação instituídos e às práticas e lógicas por trás destas instituições, para que, com isso, seja possível questionar e reivindicar esses espaços e a própria pauta da participação da sociedade civil na agenda urbana. Esse é um esforço imprescindível, no contexto da produção contemporânea do espaço, para efetivamente construir cidades realmente mais justas e participativas voltadas e referenciadas na expressão popular, na soberania de nossos territórios e no desenvolvimento e bem-estar da população.

Agradecimentos

Agradecemos aos pesquisadores do Indisciplinar, parceiros da pesquisa Geopolítica e Território, Maíra Ramirez e Danilo Caporalli que compartilham conosco grande parte das conversas sobre os temas aqui apresentados. Agradecemos também ao Programa PACPS, à PROEX UFMG, ao PRPq da UFMG, à Escola de Arquitetura da UFMG, ao CNPQ e à Fapemig.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Pedro Fiori. **O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades.** Pós-: Revista do Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da fauusp, São Paulo, nº 20, p. 60- 74, dez. 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** São Paulo, 1994.

BRASIL. **Presidência da República.** Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. 86 p. Brasília, 1995.

DAGNINO, Evelina. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa.** Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política, Florianópolis, n. 5, p. 139- 164, out. 2004.

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.** In: _____. (Org.). Os Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAGNINO, Evelina. **(Org).** Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2010.** Rio de Janeiro: ibge, 2012.

OLIVEIRA, Osmany Porto de. **Mecanismos da difusão global do Orçamento Participativo: indução internacional, construção social e circulação de indivíduos.** Opinião Pública, Campinas, vol. 22, nº 2, p. 219- 249, ago. 2016.

RABELO, Erica; FANTIN, Marcel. **Prioridades e diretrizes das conferências habitat: entre o neoliberalismo e o bem comum.** In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 930-947.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LOPES, Laís de Figueirêdo; SANTOS, Bianca dos; XAVIER, Iara Rolnik (orgs.). **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: A Construção da Agenda no Governo Federal – 2011 a 2014, Brasília: Governo Federal, 2014.** 240 pp.

SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; LOPES, Laís de Figueirêdo; SANTOS, Bianca dos; BROCHARDT, Viviane. **Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014.** Brasília: Presidência da República, 2016. 130p.

URBANISMO NEOLIBERAL E A ESCASSEZ DE ÁGUA: a importância do desenho urbano sensível à água inclusivo na Serrinha do Paranoá na Bacia do Paranoá – DF

ANDRADE, LIZA M. S. (1); LEMOS, NATÁLIA S. (2), CONSEVA, CÁTIA S. (3), SOUTO, B. M. (4), UDRY, M. C. F. V (5)

1. Universidade de Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Docente do Departamento de Projeto, Expressão e Representação
Instituto Central de Ciências - ICC Norte - Gleba A, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Caixa Postal 04431. CEP: 70842-970 - Brasília / DF
lizamsa@gmail.com

2. Universidade de Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Docente do Departamento de Projeto, Expressão e Representação
Instituto Central de Ciências - ICC Norte - Gleba A, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Caixa Postal 04431. CEP: 70842-970 - Brasília / DF
lemos.natalia@gmail.com

3. Universidade de Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Mestranda.
Instituto Central de Ciências - ICC Norte - Gleba A, Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Caixa Postal 04431. CEP: 70842-970 - Brasília / DF
cconserva@gmail.com

4. Instituto Oca do Sol.
EPPN DF 005, Núcleo Rural do Córrego Urubu - SMLN Trecho 1, Chácara 66. Lago Norte. CEP: 71.540-010 - Brasília/DF
betuliasouto@gmail.com

5. Instituto Oca do Sol.
EPPN DF 005, Núcleo Rural do Córrego Urubu - SMLN Trecho 1, Chácara 66. Lago Norte. CEP: 71.540-010 - Brasília/DF
infocadosol@gmail.com

Resumo

No contexto do projeto de pesquisa Brasília Sensível à Água do grupo Água e Ambiente Construído da FAU/UnB, o objetivo deste trabalho é atentar para a relação dos impactos dos projetos de urbanismo neoliberal no ciclo da água e na função social da cidade e da propriedade, pautados no capital financeiro para aquisição da propriedade tanto pelo processo de produção quanto de comercialização, e expor que pelos fundamentos do desenho urbano é possível somar as atribuições das infraestruturas ecológicas e da densidade habitacional por tipologia da diversidade socioeconômica mais inclusiva. A Terracap, Companhia Imobiliária Pública de Brasília, tem como principal função promover habitações na direção de giro de capital da construção civil e a redução do déficit habitacional em toda sua amplitude. A expansão e ocupação urbana do território estabelecida tem reflexos de dependência ao sistema de credito e capital fictício, o que evidencia a financeirização sob o poder dos incorporadores imobiliários. Assim, o quadro posto pela Terracap demonstra um reordenamento escalar da urbanização pelo foco em faixas de rendas média e média-alta por deflagração de seu poder aquisitivo, deixando a cargo da CODHAB o compromisso dos programas habitacionais de interesse social para a faixa de renda mais baixa.

Neste contexto, a Terracap se destitui do papel de efetividade nas diretrizes que impactam a produção socioeconômica do espaço, consequentemente na vertente ambiental, uma vez que exclui a função social da propriedade pela ausência de diversidade social e favorecimento das classes de renda maior, em regiões de sensibilidade ambiental e alta conectividade ao tecido urbano. Um caso emblemático, é o projeto urbanístico neoliberal de expansão da região da Serrinha do Paranoá, no Setor Habitacional Taquari - SHTQ, especificamente no Trecho 2 da Etapa 1, que explicita o desprezo da função social da propriedade e da eminência de impactos sobre áreas de grande vulnerabilidade ambiental que são recarga hídrica do Lago Paranoá. Isto tem grande implicações ao considerar o Lago como manancial de abastecimento para 600mil pessoas, em contexto de pleno racionamento de água desde início de 2017 em Brasília e ainda de incapacidade do Lago em diluir a demanda adicional de esgoto.

Assim, com uma readequação do projeto existente é possível desenvolver um desenho mais ecológico e inclusivo no Trecho 2, Etapa 1 do SHTQ com possibilidades efetivas de mitigação aos impactos eminentes, do enfrentamento ao âmbito da crise hídrica vivida e ao atendimento à propriedade pública da terra. Isso é mostrado pelo resultado do estudo de mapas de sensibilidades ambientais e um rearranjo do projeto existente.

Palavras-chave: Desenho urbano sensível, Desenho urbano inclusivo, Crise hídrica, Serrinha do Paranoá.

Introdução

No Brasil, pouco se discute sobre a relação dos impactos do urbanismo neoliberal com a situação de estresse hídrico nas cidades. O ciclo da água é amplamente danificado pelos impactos da urbanização no meio ambiente e pela necessidade de prover serviços de água à população urbana, incluindo abastecimento de água, drenagem, gestão e coleta de águas residuais, e usos benéficos de águas receptoras. A abordagem tradicional, ainda utilizada pelo urbanismo neoliberal para o manejo das águas urbanas tem contribuído para aumentar os prejuízos financeiros, ambientais, estéticos, à saúde e, sobretudo, à qualidade de vida da população.

As causas da crise hídrica estão relacionadas à diminuição das taxas pluviométricas verificadas nos últimos anos, à garantia da oferta de água e à gestão da demanda de água. No caso Distrito Federal, com o agravamento do desmatamento do Cerrado pelo agronegócio, além da redução do volume de precipitação e a elevação da temperatura, os principais reservatórios apresentam suas vazões naturais reduzidas e taxas de evaporação aumentadas. Outro fato preocupante em Brasília, com o crescimento populacional contínuo, segundo o IBGE na ordem de 60 mil por ano em média, nos últimos 16 anos, não houve um planejamento e execução de obras estruturantes. Isto fez com que o abastecimento de água ficasse comprometido.

No ano de 2016, o DF entrou em estado de alerta de crise hídrica, os níveis dos principais reservatórios aproximaram de 40% (abaixo do esperado, mesmo para o final do período de seca). Já no ano de 2017, o GDF decretou estado de emergência, em plena estação chuvosa, foi o primeiro racionamento de água no DF, no auge da crise, no final do ano, chegou-se à perigosa marca de 5,5%.

Mesmo sendo uma cidade “planejada” em sua forma urbanística, Brasília expandiu para além do Plano Piloto com ocupações urbanas a configurar uma grande metrópole. Esse crescimento não previsto, culminou em uma ocupação do território que configurou diversos padrões espaciais que se formaram ao redor do Plano Piloto, dentro e fora da Bacia do Lago Paranoá, sem o adequado provimento da infraestrutura necessária. Essa configuração tem provocado impactos no manejo das águas em Brasília, uma vez que o projeto de drenagem se fundamenta pela ênfase no lançamento das águas pluviais urbanas nos corpos d´água, ainda se projeta por modos em que não se reconhecesse o real valor ambiental e econômico da água em tempos de crise hídrica.

Com o racionamento de água em plena estação chuvosa em 2017, o MPDFT acionou o governo, a sociedade e a academia para uma audiência pública sobre “Escassez Hídrica do DF”, com o fim de promover a discussão em torno da gestão das águas e possibilidades futuras de abastecimento. O Seminário “O Lago Paranoá e a Crise Hídrica: Desafios do Planejamento Urbano para Brasília” teve motivação vinculada à audiência pública “Escassez Hídrica no DF” e foi organizado em parceria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT com o grupo “Água e Ambiente Construído” da FAU/UnB, por meio do Projeto de Pesquisa e Extensão “Brasília Sensível à Água”, movimentos sociais e ambientalistas da Serrinha do Paranoá, organizações da sociedade civil como Instituto Oca do Sol, Projeto Águas da Serrinha, Fórum das ONGs Ambientalistas do Distrito Federal e Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável do Lago Norte - CRDRS.

Também contou com contribuições temáticas da Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF, do Instituto Brasília Ambiental, - IBRAM, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal - SEMA e da própria Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP. A promotoria do meio ambiente do MPDFT, em sua fala de abertura do Seminário, reconheceu a influência dos processos de configuração urbana nos processos de escassez hídrica, destacando a necessidade da comunhão entre atores, ciência e tecnologia para decisões de projeto que sejam benéficas ao meio ambiente.

O Seminário teve como objetivo analisar a situação atual e debater alternativas para a ocupação da bacia do Lago Paranoá nos paradigmas da sustentabilidade, investigando diretrizes para o enfrentamento da escassez de recursos hídricos e mitigação dos prejuízos dela advindos, tendo como objeto de estudo o SHTQ, especificamente o projeto de expansão urbana para o Trecho 2, Etapa 1. A "Serrinha do Paranoá", termo cunhado pelo historiador Paulo Bertran, é uma dessas áreas em que a expansão urbana tem acontecido, não obstante sua alta sensibilidade ambiental e relevância dos seus processos sociais pelas atividades de turismo rural, agricultura familiar e trilhas ecológicas. A região tem grande número de nascentes, vegetação preservada e trechos com declividade acentuada do terreno.

O governo sofre forte pressão das construtoras e inclusive da população que não tem conhecimento da importância do local para as águas do DF. Em contraponto à pressão da especulação imobiliária, há questões que envolvem problemas de regularização fundiária, com ocupações irregulares. Entre os líderes comunitários locais, há consenso de que ali deveria ter uma ocupação ecologicamente sustentável, inclusive a Administração do Lago Norte defende que aquela área deve ser totalmente preservada.

As ações da Terracap como "Companhia Imobiliária Pública de Brasília" com função de gerenciar o patrimônio imobiliário, iniciada na década de 1970, imbricam no capital financeiro rompendo os limites impositivos da propriedade da terra, tanto na imposição do processo de produção como nos processos de comercialização. O papel da Terracap na geração de moradias direciona as possibilidades de giro de capital da construção civil e a redução do déficit habitacional de diversas faixas de renda.

A produção do espaço urbano pelo poder público local depende do sistema de crédito e capital fictício, revelando a produção do espaço urbano como processo de financeirização. Esse contexto brasileiro reflete os últimos dez anos em que houve uma centralidade da relação entre incorporadores e mercado de capitais transformadores da negociação imobiliária.

Existe uma articulação financeira indutora dos processos de dispersão territoriais e ampliação da escala de capital, o que configura um reordenamento escalar do processo de urbanização mediante aquisições destinadas para faixas econômicas média e média-alta, detentoras do poder aquisitivo que rapidamente supera a financeirização do espaço.

Na "função" social da terra, a Terracap repassa áreas à SEGETH, que pela CODHAB implanta programas sociais de habitação para a população de baixa renda. Ocorre que a "companhia imobiliária pública" não cumpre seu papel quanto à efetivação de ações e decisões relacionada aos impactos ambientais e socioeconômicos, em especial à função social da propriedade que exclui a diversidade de habitantes, favorecendo as classes de renda mais alta por meio do urbanismo neoliberal em áreas privilegiadas, mais acessíveis e sensíveis ambientalmente.

A inadequação do projeto urbano da Terracap para o Trecho 2, Etapa 1 do SHTQ, na região da "Serrinha do Paranoá" ocorre pela função social da propriedade, impactos em região de alta vulnerabilidade ambiental e grande número de nascentes que abastecem o Lago Paranoá que será manancial de abastecimento de 600mil pessoas.

Segundo as ponderações do MPDF o projeto de parcelamento do solo do Trecho 2, apesar de registrado em cartório, requer estudo ambientais prévios e licenças (ambiental e urbanística), bem como projetos adequados de paisagismo, drenagem e esgoto aprovados, além das definições de lotes uni ou multifamiliar, áreas e densidade habitacional. Isso tudo inviabiliza um projeto adequado que se reinicie sob todos os aspectos, especialmente pelas normativas do PDOT consideradas e pelas definições particulares que permitiram a aprovação do projeto.

As irregularidades são a inserção do empreendimento na APA do Planalto Central e do Lago Paranoá, construção sobre área de recarga de aquífero da bacia do Rio Paranoá. O EIA apontou que o Lago atingiu a capacidade de diluição de esgoto, já no ano de 1998, se questiona sua consideração após 20 anos. A Caesb e o ICMBio foram contrários ao empreendimento. Outra questão inerte ao projeto do trecho 2 é a ação dos agentes geradores da moradia sobre o espaço urbano com ênfases na ampla reprodução e ampla acumulação do capital.

Além de atentar para a relação dos impactos dos projetos de urbanismo neoliberal no ciclo da água e na função social da cidade e da propriedade, pautados no capital financeiro para aquisição da propriedade tanto pelo processo de produção quanto de comercialização, este trabalho tem como objetivo demonstrar as possibilidades do desenho urbano readequar o projeto do Trecho 2 para a drenagem, paisagismo e esgoto pelas atribuições do caminho natural das águas, da capacidade natural de reabsorção dos resíduos do esgoto e do paisagismo ecológico integrado.

À infraestrutura ecológica serão atribuídos fatores de adensamento urbano para a função social da propriedade, os vínculos projetam a diversidade socioeconômica por tipologias habitacionais que não priorizem a financeirização somente a empreendimentos destinados ao déficit habitacional da classe média e média-alta.

A Companhia Imobiliária Pública de Brasília, a Terracap, e a financeirização do espaço

Em Brasília, as induções da produção do espaço pela Terracap, a "Companhia Imobiliária Pública de Brasília" que gerencia o patrimônio imobiliário, desde a década de 1970. A sua gestão imobiliária é condicionada a circulação de capital da construção civil e a redução do déficit habitacional de diversas faixas de renda. As suas ações rompem os limites impositivos da propriedade da terra, seja pelo processo de produção como pelo de comercialização, ambos materializados nos interesses de capital que contradizem a função social da terra.

De acordo com Silva (2013), a financeirização pela gestão do capital via especulação, decorre na desregulamentação, que atribui ao sistema financeiro uma centralidade de atividades redistributivas de favorecimento de classes socioeconômicas com maior poder aquisitivo. Nessa conjuntura, Sanfelici (2013) coloca que existem traços centrais que residem nas práticas finaceirizados em todas as relações sociais e econômicas atuais, sobre as quais a urbanização é vista como um fenômeno crescente e fundamentado na influência do capital portador de juros.

A produção do espaço urbano pelo poder público brasiliense depende do sistema de crédito e capital fictício, revelando a produção do espaço urbano como processo de financeirização. A presença da Terracap é indispensável como papel de coordenação, pois coletará o capital ocioso do território urbano e de todos os "poupadores" da sociedade, a fim de alocá-los na produção espacial urbana de maior potencial de produção da mais-valia que induz a equalização de taxas de lucro entre regiões e setores.

Nos últimos vinte anos, de acordo com Sanfelici (2013) houve um empenho nítido do Estado em aprimorar as condicionantes jurídicas e institucionais que fortalecem as negociações com a propriedade privada do solo e as respectivas relações com o sistema financeiro. Outra consequência é o reordenamento escalar do processo de urbanização que se apropria da extração de rendimentos pela ininterrupta reconfiguração dos espaços urbanos brasileiros.

As situações decorrentes são que as rendas do solo apropriadas na escala local compõem o raio de operacionalidade das incorporadoras, que ignoram ou desconhecem as especificidades dos lugares em cujo mercado imobiliário

decide inserir. Isso não condiciona ou dissocia a escala local por subordinação a global, mas sim uma preponderância por vínculos forjados entre as escalas ininterruptas da redefinição e contestação do processo social intrínseco a produção do tecido urbano.

Em síntese, Sanfelici (2013) aponta que a convergência do processo de financeirização induz a fragmentação socioespacial, a ênfase é posta pelos grandes grupos imobiliários em ofertar projetos com graus de maior ou menor ruptura com tecido urbano por razão da natureza introvertida (cercamentos, diversidade funcional complementar, moradia-trabalho, segurança-vigilância, etc) que expressa materialmente a negociação da propriedade privada do solo urbano.

Para a "função" social da terra, a Terracap repassa à SEGETH[1], que pela CODHAB[2] gerencia os programas sociais de habitação às faixas socioeconômicas mais baixas. No papel de "imobiliária pública" descumpre a função de efetividade das ações e decisões diante dos impactos socioeconômicos e ambientais, principalmente a função social da propriedade ao excluir a diversidade de habitantes em favor de classes de maior renda, afirmando o urbanismo neoliberal implantado em áreas privilegiadas, integradas e sensíveis ambientalmente.

O EIA-RIMA do projeto de expansão urbana para a Serrinha do Paranoá e a questão ambiental em favor do capital

Conforme colocado, o projeto urbanístico para a área de estudo, se insere nesse modo tradicional de pensar a drenagem urbana e na questão ambiental utilizada em favor do capital. A área do SHTQ é dividida em duas Etapas, a primeira com três trechos, desses três, o Trecho 2, Etapa 1 apesar de área de elevada sensibilidade ambiental, recebeu projeto de parcelamento elaborado pelo poder público em 1990.

[1] Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação

[2] Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF

Segundo as ponderações do MPDFT (in Andrade et al, 2018) esse parcelamento, registrado em cartório, hoje (28 anos após o projeto) para sua construção requer estudo ambientais prévios e licenças (ambiental e urbanística) atualizadas. No EIA consta uma séria de relevâncias e alertas para a situação do Lago. Portanto a questão ambiental, em favor do capital vinculada ao licenciamento ambiental do projeto, no caso do SHTQ, é exposta no questionamento de sua consideração após 20 anos.

O EIA-RIMA traz apontamentos relevantes às grandes variações de declividade na região. Saliente-se no art 3º da Lei 6.766 a não permissão de parcelamento em terrenos com declividade igual ou superior a 30%. E na Lei 12.651/2012 (Código Florestal) que considera Área de Preservação Permanente (APP) nas encostas com declividade superior a 45 º e áreas com altitude superior a 1.800m, não deve haver parcelamento.

Para a declividade natural do terreno, como característica relevante na drenagem urbana, o EIA atenta considerá-la como meio de evitar os danos ao meio físico. A região é uma encosta negativa para parcelamento urbano, que salienta a necessidade de padrões de desenho diferenciados para o manejo das águas da chuva em terraços muito inclinados, já que podem prejudicar o solo. A retirada da vegetação para implantação de empreendimentos urbanos agrava os ricos eminentes de erosões. O EIA levanta os impactos existentes nas faixas marginais de proteção por ação humana.

O texto do EIA atenta às ocorrências de erosões e ravinas, expõe que a drenagem das águas pluviais já tinha problemas incidentes apenas pelo manejo natural das águas, sem qualquer parcelamento urbano. Ele coloca que a impermeabilização do solo e a retirada da vegetação para a instalação de empreendimento habitacional trará para tais processos proporções elevadas de incidência. Como diretriz estabelece que as obras de infraestrutura de antemão contemplem as contenções das erosões existentes, assim reforça a abordagem de um desenho urbano que tenha

ênfases de proteção ambiental e conservação da vegetação para conter tais impactos.

Sobre a relevância hidrológica da área, o EIA afirma a importância por abrigar cabeceiras de cursos d'água (superficiais, perenes e intermitentes) que diretamente abastecem o Lago (exceto o córrego do Urubu por desaguar no ribeirão Torto). Os cursos de água se diferenciam por suas densidades de vazão e drenagem. Pelo projeto o EIA argumenta que as obras previstas de rede de drenagem (107km) e pavimentação (823 mil m² de asfalto) precisam de revisão para ampliar a drenagem pluvial com previsão de escoamento que evite alagamentos das calçadas e ruas.

Quanto à qualidade das águas do Lago Paranoá, ressalta que deve haver diretrizes projetuais da forma de uso e ocupação do território por consequências diretas na qualidade. O parcelamento como proposto trará mudanças no uso do solo que incidem mudanças climáticas e afetam o regime hídrico das bacias hidrográficas, pois alteram limites de várzea, a forma e o tamanho do leito e margens dos córregos, prejudicando os ecossistemas aquáticos.

Toda a ênfase projetual do parcelamento urbano, ao revisar o projeto para atender as colocações do EIA, ainda sim ignora a questão ambiental como fator agravante de impactos eminentes. O conjunto de ponderações do EIA enfatizam investimentos na elaboração de projetos completos de drenagem e parcelamento urbanos que sejam elaborados por uma infraestrutura ecológica e visão sistêmica do ciclo da água e natureza.

Nessa direção ressalta-se que o projeto proposto visa o capital, propondo um parcelamento com maior número de lotes unifamiliares possíveis e ausência completa de infraestrutura ecológica de sensibilidade às águas, sendo direcionados pelo estereótipo prevalece são diretrizes para projetos urbanísticos de baixas densidades, ou edifícios em altura isolados, ambos salvaguardados pelo "urbanismo sustentável" de classes de renda mais alta.

Ele adota o estereótipo de "condomínios residenciais" precedidos do isolamento ao contexto urbano e sem a promoção da totalidade do espaço urbano e da heterogeneidade espacial e diversidade de classes sociais. Assim o capital insere valorização imobiliária ao local e agrega valor de mercado na obtenção de maiores lucros, com total desconsideração dos preceitos da propriedade social da terra.

Apesar da propriedade ter algum fundamento subjetivo, o direito de propriedade atribui para o sujeito proprietário o poder de excluir e assegura a garantia de tal poder, viabilizado pelo Estado. O fundamento do direito de propriedade pública encontra no processo de despossessão, não esporadicamente, mas cotidiana.

Alves (2015) coloca que tentativas de superação não pode ser vista como retomada de regime de alienação ou um regime de proprietário. O autor sugere, ao citar Agamben (2004), que ao invés de reivindicar mais Estado e direitos por instrumentos de liberdade, se deveria caminhar por outros meios desprovidos de violência jurídica e estatal de comando da vida, insistindo na desativação desses dispositivos de controle biopolítico. Para o autor, a busca deve se dar no direito puro, a ser identificado pela práxis humana, no qual a vida se constitui como normativa a ser vivida.

Por esse trabalho cabe ressaltar que desenho sensível à água e inclusivo para o parcelamento urbano agrega qualidades reais que contradizem a lógica perversa do capital. Por ele se elabora os primeiros traços do projeto urbanístico, aqueles que determinam em muitos aspectos, o desempenho da drenagem e a inclusão de densidade habitacionais e diversidade socioeconômicas. Esse desenho soma os efeitos da densidade das ocupações urbanas no escoamento superficial das águas pluviais, uma densidade maior protegerá melhor a qualidade da água regional por consumir menos solo com o mesmo número de moradias.

Portanto o que o trabalho apresenta através do desenho urbanos sensível à água e inclusivo são algumas estratégias de melhores práticas de gestão de recursos hídricos e aplicando-as aos cenários de áreas de densidades mais altas, áreas urbanizáveis e subúrbios, áreas de conservação e áreas rurais, é possível a identificação de critérios e diretrizes focados no ciclo da água urbano, para assegurar a proteção e uso de bacias hidrográficas.

O desenho urbano sensível à água e inclusivo na Serrinha do Paranoá na Bacia do Paranoá – DF

A Serrinha do Paranoá na Região Administrativa do Lago Norte, em Brasília, DF, embora área de sensibilidade alta, é área de e expansão urbana estabelecida pela Terracap, em plena situação de racionamento de água. Para com a função social da propriedade, os agenciadores da habitação enfatizam a ampla reprodução pela acumulação do capital, com densidade habitacional média estabelecida por tipologias de casas unifamiliares, sem previsões de habitações coletivas.

No urbanismo neoliberal proposto ao Trecho 2, Etapa 1, os fluxos de água inseridos pelas modificações antrópicas na paisagem afetarão diretamente a circulação local da água, desde os processos de infiltração, escoamento e precipitação até a recarga de aquíferos. O desafio ignorado é a conciliação da densidade populacional aos padrões de ocupação e uso do solo atribuídos à justiça socioambiental, capacidade de suporte das cidades mediante à pegada ecológica e à dinâmica da água no meio urbano.

Adota-se medidas de visão pontual dos sistemas tradicionais de drenagem (bacias de retenção para lançamento das águas no Lago) que aumentarão as vazões e a frequência de inundações. Também há predominância de diretrizes habitacionais pela abordagem de condomínios isolados do contexto urbano e não promovem a totalidade do espaço urbano e a heterogeneidade espacial e diversidade de classes sociais.

Para tanto, Andrade (2014) aponta o desenho urbano sensível à água como medidas projetuais de manutenção do ciclo da água no meio urbano, em áreas de sensibilidade ambiental. Esse desenho implementa a infraestrutura ecológica que reduzir o consumo de água potável, maximizar a água de reuso, reduzir a descarga de águas residuais, minimizar a poluição de águas pluviais antes de serem despejadas no ambiente aquático e maximizar a proteção das águas subterrâneas. Em suma, utiliza da infraestrutura ecológica para gestão total do ciclo hidrológico.

O desenho urbano sensível à água frisa o controle da drenagem pluvial pensado desde os primeiros traços do desenho urbano, isso determina os diversos aspectos de desempenho da drenagem no empreendimento como um todo. Por essa razão, Andrade (2014) coloca que o desenho urbano não deve começar com foco nas redes de drenagem, mas no sistema como um todo, serão pensados todos os aspectos possíveis para a infiltração das águas no local de precipitação.

À infraestrutura ecológica, inserida pelo desenho urbano sensível à água, se atribui fatores de adensamento urbano para a função social da propriedade, os vínculos projetam a diversidade socioeconômica através de tipologias habitacionais que não priorizem a financeirização direcionada apenas a empreendimentos destinados ao déficit habitacional da classe média e média-alta.

Ainda fundamentado nos estudos de Andrade (2014), direcionar ocupações com maior densidade pode proteger melhor a qualidade regional da água, por consumir menos espaço para assentar o mesmo número de casas. A grande questão é proteger as funções da bacia hidrográfica, em áreas generosas de espaço aberto, em áreas ecologicamente sensíveis no entorno

das aglomerações. Portanto, não é a densidade populacional que deve ser avaliada e sim a densidade construtiva relacionada à forma urbana.

No caso do Trecho 2 da Etapa 1 do SHTQ, conforme estabelece o ZEE, a perspectiva de crescimento populacional na área, pela baixa e média densidade prevista pelo PDOT, permite a suposição de alteração da tipologia habitacional com permissividade para habitações coletivas, e assim agregar um maior adensamento da subzona. Nessa direção, o trabalho irá mostrar as análises de sensibilidade ambiental do projeto estabelecido pela Terracap e apontar medidas de adequação para que o desenho urbano se aproxime as premissas do desenho urbano inclusivo e sensível à água.

Para a sensibilidade ambiental incisa à área, com intuito de identificar incoerências, é apresentado o estudo realizado pela equipe do grupo de pesquisa Periférico/FAU/UnB. Neste foi estabelecido uma sobreposição do projeto urbanístico do Trecho 2, Etapa 1 aos mapas Risco Ecológico de Perda de Áreas Remanescentes de Cerrado Nativo (1), Risco Ecológico de Perda de Área de Recarga de Aquífero (2), Risco Ecológico de Perda de Solo por Erosão (3) e Risco Ecológico de Contaminação do Subsolo (4). Todos esses mapas foram compilados do ZEE.

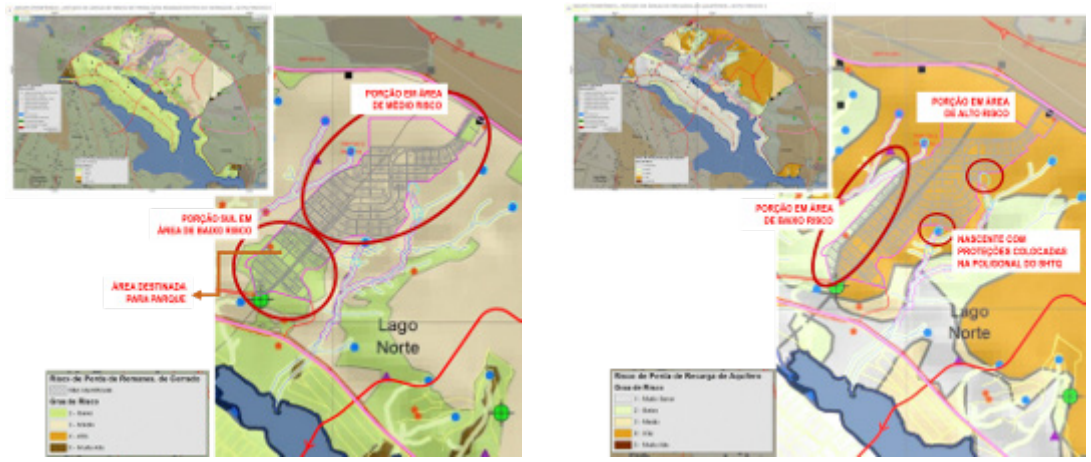


Figura 1. Sobreposição do Mapa (1), à esquerda e Mapa (2), à direita. Fonte: Projeto Brasília Sensível à Água, Grupo Água e Ambiente Construído/FAU/UnB, produzido por Gabriel Dutra, Samuel Prates e Natália Lemos.

As conclusões do Mapa (1) (figura 1) é a inexistência de objeções de alta relevância, embora grande parcela do projeto situa em área de médio risco, indicando atenção aos objetos de preservação postos no projeto, à exemplos de corredores ecológicos, os quais não são identificados no projeto. A porção mais ao sul (partes do conjunto 8, 9 e 10 e os conjuntos de 11 a 15) situa em áreas de baixo risco, portanto não se identifica agravantes.

A Terracap justifica que parte da área será destituída para implantação de um parque, mesmo não sendo a adequada, tem valor e deveria ser aplicada em diversas partes, não apenas em um ponto. Toda a poligonal respeitou as zonas de proteção, apenas em alguns pontos teve uma pequena invasão.

No Mapa (2) (figura 1) revelou que a maior parcela do projeto será implantada em região de alto risco de perda de recarga de aquíferos. A área urbana total do Trecho 2, Etapa 1 é aproximadamente 242,1ha, somente 15,982ha não estão em área de alto risco de perda. Esses 15,982ha ficam em área da APP de Hidrografia e Drenagem (conforme legenda do mapa do ZEE), portanto o projeto não deve ocupar a área em questão. A legenda revela que essa

área de alto risco terá, quando impermeabilizada pelo empreendimento, impactos diretos recursos hídricos por quantidade reduzida de recarga.

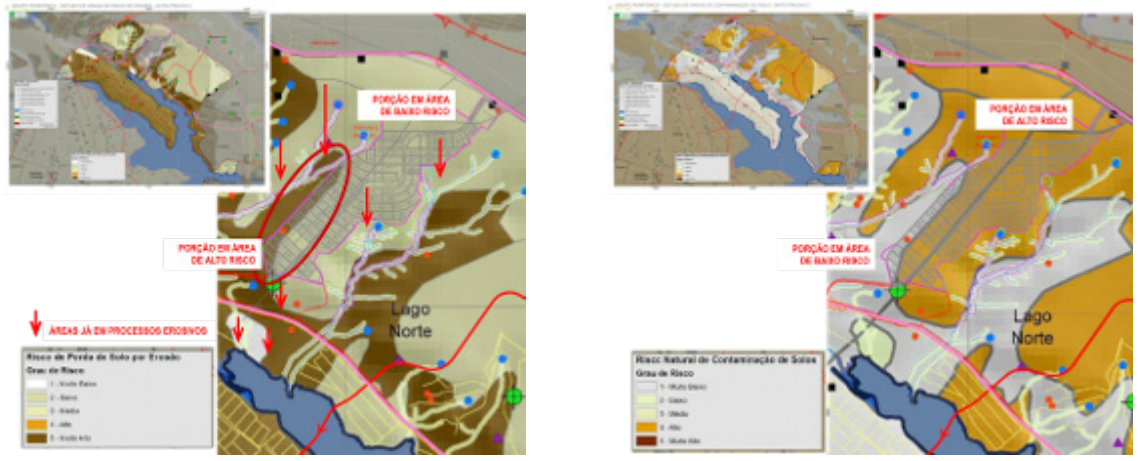


Figura 2. Sobreposição do Mapa (3), à esquerda e Mapa (4), à direita. Fonte: Projeto Brasília Sensível à Água, Grupo Água e Ambiente Construído/FAU/UnB, produzido por Gabriel Dutra, Samuel Prates e Natália Lemos.

Em complementação ao estudo, o Mapa (3) (figura 2) expõe que a maior parte do conjunto urbanístico (223,628 ha) está em área de baixo risco de erosão e que 15,982ha estão em áreas de risco muito alto de perda por erosão. No trecho, os ricos muito altos representam intensificação de processos erosivos existentes em outras áreas próximas.

Outro ponto crítico é a porção abaixo da poligonal do SHTQ, na borda do Lago que também é de risco muito alto, as consequências são o aumento da velocidade em que as águas pluviais do Trecho 2 descarregará no local. As voçorocas decorrem dos processos urbanísticos e impermeabilizações por aumentarem suas ocorrências e agravam os processos de assoreamento do Lago.

Na área de 15,982ha os estudos recomendam a não urbanização em razão do risco muito alto, portanto essa parcela do projeto deveria ser retirada e configurar uma nova poligonal e parcelamento, nesse encaminhamento 153 lotes seriam excluídos. Essa nova poligonal permite um novo arranjo de lotes para que alguns ganhe áreas (17 lotes) e outros reduza suas áreas (10 lotes).

Pelo Mapa (4) (figura 2) o trabalho tem sua maior porção projetada em região de alto risco de contaminação dos solos, neste caso a sensibilidade é inversa aos estudos anteriores. Os 223,628ha locam em áreas de alto risco de contaminação, enquanto que os outros 15,982ha estão em área de baixo risco.

Por esse estudo a conclusão é que o empreendimento não pode ser implantado no local em questão, portanto sua inviabilidade fica evidente, uma vez que a porção em área de baixo risco não justifica os custos de implantação de um projeto habitacional com as expectativas do SHTQ.

A conclusão que se chega é que, a partir de todos os mapas, sobre o aspecto da sobreposição, que o empreendimento não justifica os impactos naturais eminentes ao local e em escala global do DF. Algumas incoerências configuram alertas para a desconstituição da menor porção (15,982ha) da poligonal por se tratar do local de maiores riscos. Essa desconstituição é importante para a questão da recarga de aquífero e redução de erosão ao permitir uma parcela de solo natural entre as fronteiras da APP do córrego Urubu com a poligonal da área urbana do Trecho 2.

O embasamento projetual ao considerar a cidade como um ecossistema urbano engloba os componentes do ambiente construído, físicos, biológicos e sociais. As dimensões de conexão da ecologia com desenho urbano inclusivo e sensível à água integram os conhecimentos de atores envolvidos com heterogeneidade espacial; fluxos de água na área urbana; mudanças, resiliência e adaptação; e atores e agentes da organização urbana.

Para o desenho urbano inclusivo, baseado nos preceitos do direito à cidade por concordâncias à questão da propriedade social da terra, a análise e as sugestões, a partir do Mapa (3), sugerem que os rearranjo dos lotes sejam

direcionados para arranjos socioeconômicos com diversidade de classes por tipologias arquitetônicas que permita a mescla no parcelamento urbano.

O trabalho sugere é algumas projeções de ocupação do lote seja posta por tipologias de edifícios (prédios de até 6 pavimentos), conforme o esquema da figura 3. O esquema de readequação do projeto estabelece, sob a ótica do desenho urbano inclusivo, que as tipologias habitacionais sejam estabelecidas por ocupações de uso misto multi ou unifamiliar, comércios, ocupação unifamiliar, ocupações em blocos (prédios) para diversidade de faixa socioeconômica e etária.

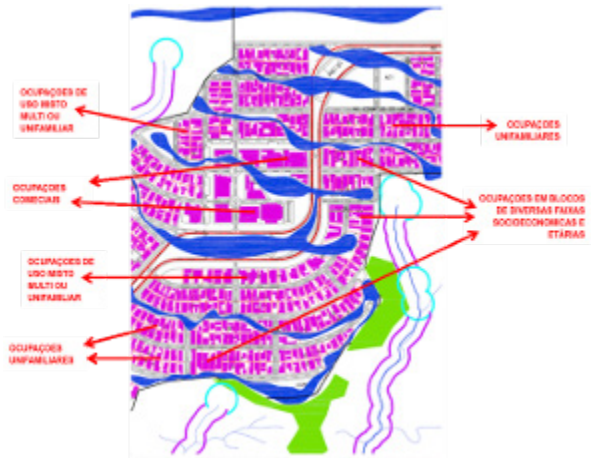


Figura 3. Proposta de readequação do projeto urbanístico do Trecho2, Etapa 1 – SHTQ, recorte da mescla de usos por projeções nos lotes voltados para diversidade de faixas socioeconômicas e etárias. Fonte: Projeto Brasília Sensível à Água, Grupo Água e Ambiente Construído/FAU/UnB, produzido por Gabriel Dutra e Natália Lemos.

Pela ênfase o desenho urbano sensível à água e inclusivo tem-se uma drenagem por rede que vai além das ampliações sucessivas de redes de drenagem. A infiltração da água está em primeiro lugar, prevendo vegetação abundante e canais de infiltração, permitindo a absorção da água da chuva em excesso e protegendo contra alagamentos. Somente após a infiltração máxima possível, busca-se as soluções de drenagem convencional para escoar a água que não foi possível infiltrar no solo, por meio da proposta estabelecida por padrões da infraestrutura ecológica de Andrade (2014) conforme mostra a figura 4.

PADRÕES PARA A DRENAGEM URBANA POR INFRAESTRUTURA ECOLÓGICA (ANDRADE, 2014)	
Visão Holística e Transdisciplinar dos fluxos da água, pois quando as políticas, planos do território e zoneamentos urbano, rural, manejo e recursos hídricos são feitos de forma integrada formando uma teia de relações entre a paisagem e a comunidade, todo o fluxo da água é reconhecido, uma vez que é estudado em todas as suas variantes e especificidades (ANDRADE, p. 412)	
Quando a topografia possui elevada inclinação, a simples retirada da vegetação aumenta a velocidade do escoamento das águas pluviais, provocando erosões e assoreamento dos corpos d'água, além de prejudicar as terras cultiváveis. (ANDRADE, p. 414)	
Técnicas de bioengenharia para contenção de margens, taludes, encostas e margens de cursos d'água, usando materiais vivos (pedras, troncos finos e flexíveis, bambu, mudas de galhão, sacos com substrato, preusl) e vegetação. (ANDRADE, p. 414)	
Canais de infiltração em forma de valas de nível ou valas construídas como faixas de umidade ao longo das curvas de nível do terreno, em forma de longas trincheiras rasas, que funcionam ao longo do contorno da paisagem para barrar o escoamento superficial, favorecer a agricultura e recuperar áreas degradas. (ANDRADE, p. 415)	
Traçado das Vias em formatos que influenciam positivamente os fluxos das águas na Bacia Hidrográfica, garantem a manutenção da permeabilidade do solo e a hidrologia. A seleção de alternativa de desenho com vias curvilíneas e grandes macroparcelas pode resultar em redução de 26% no total de áreas impermeáveis. (ANDRADE, p. 416)	
Biovaletas ou Valas com vegetação e taludes de proteção. Integrados às características da paisagem em parques, jardins, projetos de ruas, podem ser usadas para transmitir o excesso de fluxo ao transbordamento da água represada. Garantir a densidade suficiente para os diferentes tipos de vegetação a fim de proporcionarem uma boa filtração. (ANDRADE, p. 417)	
Filtração das águas pluviais por meio de Jardins de Chuvas, em camadas médias de areia com vegetação. Em seguida a água é recolhida por tubos perfurados para o curso da água fluir para reutilização. A vegetação previne a erosão do meio filtrante, carrega os nutrientes e a água, além de gerar a quebra contínua da estrutura pelo crescimento da planta, evitando o entupimento do sistema e fornecendo biofilmes. Em áreas mais íngremes, barragens de verificação são necessárias para reduzir o fluxo de velocidades. Para indicação mais suaves é importante garantir uma drenagem adequada para evitar alagamentos. (ANDRADE, p. 418)	

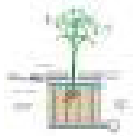
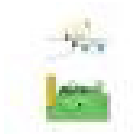
Cova de Árvore de jardins de chuva em relação com o ambiente construído para incorporar o tratamento de águas pluviais em ruas cujo escoamento desvia o fluxo para as covas das árvores. Constituem buracos que circundam as árvores para filtrar o escoamento das águas de chuvas por meio da vegetação. Um tubo perfurado é incorporado ao projeto para fornecer a subdrenagem para os canais de recepção e alagamento. (ANDRADE, p. 418)	
Pavimento Poroso. A instalação de pavimentos porosos proporciona maior absorção de água para o solo subjacente e diminui o escoamento da água poluída que é arrastada para os rios. Ocorre aumento da recarga de águas subterrâneas e melhora da qualidade da água. (ANDRADE, p. 419)	
Trincheiras de Infiltração em áreas industriais e áreas mais densas, também ao longo de ruas e avenidas para infiltração de água das áreas urbanas pavimentadas. Estruturas lineares pouco profundas que funcionam como filtro e permitem o armazenamento e a infiltração da água no solo. (ANDRADE, p. 419)	
Praças pequenas de Bairro para Infiltração. As praças pequenas são utilizadas para infiltração das águas pluviais a partir de padrões espaciais como bioretenções, pequenas lagoas, zonas úmidas ou trincheiras de infiltração. (ANDRADE, p. 419)	
Traçado do Terreno e Paisagismo. Investigar os padrões de drenagem existentes no local logo nos primeiros riscos do projeto no terreno, estudando fluxos superficiais, solo, topografia, precipitação, vegetação. Uso de plantas nativas e telas de proteção para filtrar os sujeitos que são carreados com os cursos d'água, direcionando o escoamento das águas pluviais dos vias, calçados e gramados para áreas de produção de alimentos e jardins. (ANDRADE, p. 421)	
Canais Sensíveis à Água. Práticas de coleta, tratamento e reutilização de água da chuva, tanques de águas pluviais para descarga dos banheiros, paisagismo respeitando o terreno e jardins de chuva com uso de plantas nativas de raízes profundas e gramíneas, associados aos padrões de agricultura urbana e ecosaneamento. Pavimentos porosos no lugar de pavimentos de concreto para áreas de garagens. (ANDRADE, p. 420)	
Tanques de Águas Pluviais para uso em rega ao ar livre. Tem a finalidade de proteger os riachos, auxiliar a coleta e o armazenamento de águas pluviais onde há incidência de grandes tempestades, reduzindo o volume dessas águas e dos poluentes originados dessas residências que irão parar nos rios. Somente para usos não potáveis. (ANDRADE, p. 420)	
Telas Verdes. Os telhados verdes, além de reter boa quantidade das águas das chuvas, proporcionam melhoria na eficiência energética, na qualidade do ar (retenção de até 85% da poeira), na redução do barulho, na estética e no aumento da vida útil do telhado e na diminuição do volume das águas que iam para as galerias. (ANDRADE, p. 421)	

Figura 4. Padrões de desenho da infraestrutura ecológica para o desenho urbano sensível à água. Fonte: Andrade (2014).

Conclusão

A aproximação do conceito de direito à cidade com as críticas das formas sociais passa por um movimento de reavaliação do pensamento de produção de espaço urbano contemporâneo, em especial, o planejamento urbano. Essa reavaliação é mais objetiva ao tratar a problemática por iniciativas de consolidação projetual direcionada para uma ampla emancipação. Na ótica do planejamento urbano isso rebate na crítica da apropriação da questão ambiental para favorecimento do capital, sobre o qual a distinção política e social se reduz para questões econômicas distantes das reflexões aproximadas a universalidade da própria sociedade.

O âmbito da política do urbanismo tende a atuar sob uma esfera de filtro condicionante das relações sociais legitimadas nas esferas de determinação do bem comum, o que deveria ser condicionante da expansão e ocupação urbana enquanto respeito à estrutura social do espaço, sem considerá-las uma questão individual e restrita a determinadas faixas de classes socioeconômicas.

Do exposto, a compreensão do parcelamento urbano do Trecho 2, Etapa 1 do SHTQ demonstra que o direito da propriedade social se oculta, pelo fundamento que insere a forma jurídica (Terracap) como sujeito proprietário da área com poderes especiais para excluir os demais sujeitos não proprietários do uso e da apropriação de seu espaço como produto de capital imobiliário. Por essa razão, a Terracap agrega ao parcelamento um fetiche de mercadoria por determinar fundamentos inertes à propriedade privada. Essas são as razões pelas quais se vislumbra a diversidade de questões incorretas.

Portanto, o que o trabalho evidenciou é a contradição da questão ambiental, direcionada por um licenciamento ambiental ultrapassado, utilizada em favor do capital. Para tanto, o trabalho expõe que é possível sim ter um desenho urbano sensível ao ciclo urbano da água com inclusão social em sua forma

mais diversificada e ampliada. Todas as diretrizes e construções mostradas, bem como as sugestões de readequação, ambas com a proposição e construção de um desenho urbano consolidado na abordagem do desenho urbano sensível à água e inclusivo demonstram tal sensibilidade e inclusão.

Referências Bibliográficas

ALVES, R. **O.** O direito à cidade e a propriedade: o privado, o público, o comum. In COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Teorias e práticas urbanas* – condições para a sociedade urbana. 1ed. Belo Horizonte: Editora c/ arte, 2015. p.259-282

AGAMBEN, G. **Estado de exceção.** São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Conexão dos Padrões Espaciais dos Ecossistemas Urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e o no nível da paisagem.** 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: http://repositorio.unb.br/andle/10482/748order=ASC&rpp=45&value=Andrade%2C+Liza+Maria+Souza+de

ANDRADE, L. **M.** S.; CONSERVA, C. S.; LEMOS, N. S.; PRATES, S. C.; NÓBREGA, G. D. P. Gestão compartilhada para cidades sensíveis à água: o agenciamento de atores para o fortalecimento do Lago Paranoá e o enfrentamento da crise hídrica em Brasília. In Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano - Regional, Integrado e Sustentável (PLURIS 2018). Coimbra, 2018.

FILHO, J. **B.** M. T. O direito à cidade na urbanização planetária, ou: Henri Lefebvre por uma nova cidade urbana. In COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Teorias e práticas urbanas* – condições para a sociedade urbana. 1ed. Belo Horizonte: Editora c/ arte, 2015. p.215-230.

MELO, M. **G.** P. Da crítica ao direito à cidade: uma primeira aproximação. In COSTA, G. M.; COSTA, H. S. M.; MONTE-MÓR, R. L. M. (Org.). *Teorias e práticas urbanas* – condições para a sociedade urbana. 1ed. Belo Horizonte: Editora c/ arte, 2015. p.231-258.

SILVA, Vânia da. **A financeirização na produção do espaço urbano.** Encuentro de Geógrafos de América Latina – Reencuentro de saberes territoriales latino-americanos. Lima, 2013.

SANFELICI, Daniel. **Financeirização e produção do espaço urbano no Brasil: uma contribuição ao debate.** *Eure*, v. 39, n. 118, p. 27 – 46, set. 2013.

URBANISMO NEOLIBERAL NA ZONA SUL DO RECIFE: Reprodução de desigualdades

FERRAZ, ANA RÚBIA. (1)

1. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU
anarubiaferraz@gmail.com

Resumo

O trabalho tem como objetivo levantar questões relativas à construção do espaço urbano na zona sul da cidade do Recife, considerando a inserção deste espaço nas dinâmicas neoliberais de produção das cidades. Para nossa análise, trazemos algumas reflexões sobre a concepção e a implantação dos empreendimentos Shopping RioMar e Via Mangue aliados a situação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no entorno, relacionando esse processo ao urbanismo neoliberal, à gestão pública empresarial e identificando as contradições presentes ao longo desses acontecimentos. A problemática observada está no caráter das prioridades de investimentos incentivados pelo poder público, focados em possíveis benefícios indiretos ao invés do enfrentamento direto das questões urbanas e fundiárias. Dessa forma, são levados a cabo empreendimentos os quais geram a agudização das desigualdades socioespaciais, através de obras que priorizam as demandas particulares de agentes privilegiados, sejam esses empreendimentos de iniciativa privada (como o Shopping RioMar), ou de iniciativa pública (caso da Via Mangue). De forma antagônica, o mesmo poder público é o articulador das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - presentes nas adjacências dos empreendimentos em estudo - sendo este um mecanismo de demarcação de territorialidades importantes, onde agentes sociais com maior vulnerabilidade urbanística podem ser mantidos em áreas onde a pressão do mercado imobiliário, frente às valorizações, expulsariam essa população com facilidade. Ainda que no Recife a institucionalização desses territórios tenha uma relevância forte no planejamento urbano por significar a consolidação de uma série de lutas urbanas dos grupos excluídos, ao longo do tempo o instrumento foi afetado pelas oscilações políticas e seus objetivos concretos de melhorias urbanas avançam de forma frágil. Isto posto, entende-se a heterogeneidade interna ao poder público e, a partir disso, questionamos o seu papel de mediação desses conflitos frente à coletividade e aos interesses específicos. Busca-se que a proposta de análise contribua para a compreensão sobre como as estratégias do urbanismo neoliberal se materializam no espaço urbano, como se dão os impactos da gestão pública empresarial e dos grandes empreendimentos, além da discussão sobre as contradições do Estado e suas políticas públicas.

Palavras-chave: urbanismo neoliberal, ZEIS, Recife.

Introdução

Este trabalho busca levantar questões relativas à construção do espaço urbano na zona sul da cidade do Recife, considerando a inserção deste espaço nas dinâmicas neoliberais de produção das cidades.

Para tal, iniciamos pela recuperação da história de consolidação urbana da zona sul recifense, onde evidenciamos as marcas das desigualdades socioespaciais desde as origens da ocupação daqueles territórios.

Logo em seguida, abordamos a institucionalização de uma séria de lutas urbanas, concretizadas no instrumento da ZEIS, de modo a discutir seus avanços na garantia de permanência das populações de baixa renda em suas áreas, mas seus limites na produção de uma cidade menos desigual nas dimensões jurídica e urbanística.

Por ser um fator central na materialização do neoliberalismo nas cidades, também trazemos questões sobre o empresariamento urbano, o qual envolveu as gestões públicas e direcionou as decisões sobre as políticas urbanas e seus desdobramentos.

Isto posto, a problemática do caráter das prioridades de investimentos incentivados pelo poder público se manifesta nas estratégias neoliberais identificadas na produção do espaço da zona sul a partir dos anos 2000, onde discutimos empreendimentos que priorizam as demandas particulares de agentes privilegiados, como a Via Mangue e o complexo *Shopping* RioMar.

Finalmente, questionamos o papel do Estado como o mediador dos processos estudados, sua recorrente atuação em favor dos agentes econômicos e o consequente agravamento das desigualdades socioespaciais.

Consolidação urbana da zona sul do Recife

Além do centro tradicional, Recife possui outros dois polos de áreas com alta valorização imobiliária: um localizado na zona norte e outro na zona sul da cidade. Segundo Alves (2009) essa alta valorização é consequência da conjunção de investimentos públicos e das normativas que incrementam a área construída em ambos os polos. Na zona sul, em especial, o preço do solo é incrementado também pela frente ao mar, seu principal atributo de localização (ALVES, 2009).

Nos interessa ressaltar que o polo da zona sul, foco deste trabalho, teve um processo de ocupação notavelmente distinto entre dois dos seus principais bairros: Pina e Boa Viagem, apesar dos dois bairros estarem lado a lado, dividindo, inclusive, a frente ao mar. Para entender os fatores que diferenciaram esta ocupação, recuperamos aqui suas trajetórias de consolidação urbana.

A ocupação mais vigorosa da parte sul do Recife só foi possível a partir da construção de acessos que permitissem a conexão com o restante da cidade, sendo que as primeiras pontes e estradas de ferro foram feitas no século XIX. Já no início do século XX, os investimentos públicos em infraestrutura e saneamento começaram a privilegiar nitidamente essa região, mesmo que outras porções da cidade, mais populosas, fossem também carentes de serviços públicos.

Desde as primeiras investidas, a grande atração de fluxos para a zona sul eram as atividades de lazer relacionadas à praia, de modo que as primeiras ocupações consolidadas foram os imóveis de segunda residência das classes mais abastadas (GOMES, 2007).

Paralelamente, a população pobre se instalava nas áreas alagadiças, sobretudo no Pina, bairro bastante estigmatizado, visto que era onde

os rejeitos recolhidos pelo sistema de esgoto da cidade eram lançados (ARAÚJO, 2001 apud CALÁBRIA, 2009). Embora esteja próximo ao centro tradicional da cidade e possua parte de sua área frente ao mar, o mau cheiro e a contaminação do mar afastaram as classes mais altas e relegou vários territórios do bairro do Pina aos que não tinham escolha.

Especialmente a partir da década de 1930, a população de baixa renda foi expulsa de forma intensiva das áreas centrais da cidade, devido a ações do governo incluídas na chamada Liga Social Contra o Mocambo. Esse fato reforçou a busca de grandes contingentes de população por outras áreas para se estabelecer, como os desvalorizados alagados do Pina (GOMES, 2007).

Já nos anos de 1940 o Pina recebe a implantação de dois condicionantes importantes do seu processo de urbanização: a *Radio Station* (depois Rádio Pina) e o Aeroclube. A primeira, vinculada à Marinha Americana durante a Segunda Guerra Mundial, limitava o gabarito das construções nas proximidades devido às suas funções de transmissão, de maneira que esteve ativa até 1992. Da forma menos impactante, o Aeroclube também impunha uma limitação de altura às construções próximas a partir de seu cone de voo, sendo que o equipamento esteve em operação até 2013.

Esses inibidores de verticalização foram efetivos para frear o setor imobiliário. A Rádio Pina e o Aeroclube "guardaram" ao seu lado a maior área de manguezal em área urbana do Brasil, além de inibir um padrão de construção e de aproveitamento do solo mais agressivo, desestimulando as ações dos promotores imobiliários no bairro do Pina.

Aliado a isso, a vizinha Boa Viagem estava em condições muito favoráveis de verticalização e adensamento, com uma legislação permissiva associada a um interesse imobiliário expressivo, especialmente pela orla (ALVES, 2009). Desde os anos 1950 já havia um movimento forte de consolidação urbana no bairro, até que nos anos 1970 houve o estouro do mercado, com intensa substituição de residências unifamiliares por multifamiliares verticais.

Já nos anos 1980, um dos principais fatos imobiliários que marcaram a valorização e a ocupação da zona sul foi a implantação do *Shopping Center* Recife. O empreendimento conseguiu uma abrangência comercial de importância regional (COSTA, 1995) e se tornou uma âncora da urbanização das áreas próximas, promovendo valorização imobiliária no seu entorno e induzindo outros empreendimentos.

A supervalorização de certas áreas se conjuga com as ocupações populares nas imediações. Foi também na década de 1980 que algumas comunidades vivem momentos de conquistas e de organizações, como a criação das ZEIS em 1983, demarcando importantes territórios ao lado de outros de grande interesse do mercado.

ZEIS e a fragilidade urbana de uma resistência

Os anos 1980 foram um momento de efervescência no cenário político brasileiro devido aos processos de redemocratização. A partir de então, houve um incremento concreto nas discussões sobre o direito à cidade na legislação urbanística federal, culminando no capítulo de política urbana da Constituição de 1988, cujos princípios norteadores eram a função social e a gestão democrática das cidades

Consoante a esses princípios, no Recife um importante instrumento é criado de forma inovadora para lidar com a regularização urbanística e fundiária de áreas vulneráveis do ponto de vista socioespacial: o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS), regulamentado em 1987 pela Lei 14.947/1987.

O PREZEIS se destaca fundamentalmente por ser a consolidação de uma série de lutas urbanas da sociedade civil pelo reconhecimento das áreas

pobres. Além disso, possui um conjunto de fundamentos que buscam reconhecer o direito social de moradia (FERNANDES; PEREIRA, 2010), uma vez que: (i) este não se encerra na posse jurídica, mas pressupõe intervenções na infraestrutura e serviços urbanos básicos, necessários na produção de cidade; (i) admite os riscos que uma titulação tem na pressão imobiliária sobre as populações de baixa renda, sobretudo em áreas estratégicas da cidade para o mercado imobiliário:

> *A Zeis se constitui, a princípio, num instrumento de regulação e controle do uso e ocupação do solo, a partir da previsão de parâmetros urbanísticos, dimensões máximas das áreas dos lotes para novos parcelamentos ou resultantes de remembramentos, inibindo, assim, os interesses dos empreendedores imobiliários e comerciais. (MIRANDA; MORAES, 2007, p.417)*

Entretanto, apesar dos avanços institucionais e normativos, ao longo do tempo o instrumento foi afetado por oscilações políticas e seus objetivos concretos de melhorias urbanas para tratar das desigualdades socioespaciais avançaram de forma frágil.

Entre 2001 e 2012 Recife esteve sob administração de prefeitos do Partido dos Trabalhadores (PT), os quais priorizaram o instrumental do Orçamento Participativo nas políticas urbanas, pois este representava mais simbolicamente seu partido, enquanto o PREZEIS estava associado às gestões anteriores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (ROCHA, 2017).

A isso se relaciona a reforma administrativa pela qual a prefeitura passou em 2005. As mudanças afetaram diretamente a organização e o suporte institucional do PREZEIS e o enfraqueceram, de forma a diminuir o corpo técnico e os recursos destinados ao programa. É representativo desse período que nas gestões petistas nenhuma nova ZEIS foi criada na cidade.

A partir de 2013 o Partido Socialista Brasileiro (PSB) assume a gestão do município e introduz outros modelos e programas, mas o PREZEIS não consegue voltar a ter uma participação ativa e protagonista sobre os caminhos da política urbana.

Destacamos que nenhuma proposta posta como prioridade em detrimento do PREZEIS tinha diretamente seus objetivos, nem abrangeram "a segurança da permanência no local de moradia, o fortalecimento da identidade local e o exercício do modelo de gestão participativo" (ROCHA, 2017).

Dessa forma, a urbanização e a legalização efetiva de áreas ZEIS tiveram resultados muito tímidos nesses 30 anos de existência do instrumento. Exemplo disso é o fato de apenas três áreas terem concluídos seus processos de urbanização, enquanto a maior parte ainda apresenta graves problemas de infraestrutura urbana (MORAES, 2017).

A fragilidade das ações de um instrumento voltado para as questões urbanas nas áreas mais pobres é também um reflexo direto da falta de prioridade dos investimentos públicos. Ainda assim é importante salientar que a demarcação das ZEIS é de suma importância na manutenção das populações em suas áreas frente às pressões dos agentes de mercado, ainda que sob condições urbanas normalmente desfavoráveis.

Exemplos disso são algumas das áreas demarcadas na zona sul como a ZEIS Brasília Teimosa (ao lado de Boa Viagem, com frente ao mar), a ZEIS Pina (hoje ao lado do *Shopping* RioMar) e a ZEIS Entra Pulso (ao lado do *Shopping Center* Recife), sendo que as restrições da legislação urbanística das ZEIS foram a principal salvaguarda das resistências da população dessas áreas.

Gestão urbana neoliberal e empresariamento

A construção das cidades capitalistas sempre conteve o componente da desigualdade, contudo, nas últimas décadas do século XX, essa construção agregou novos mecanismos, de modo que trazemos para discussão

um conjunto dos mais influentes no desenvolvimento das cidades contemporâneas, a gestão urbana empresarial.

A ascensão de atividades empreendedoras como estratégias de gestão urbana ocorre a partir da década de 1970 nos países centrais do capitalismo - com destaque para Inglaterra e Estados Unidos da América - tendo um contexto geopolítico de crise que, segundo Harvey (2005) envolvia desindustrialização, desemprego e austeridade fiscal.

Essas crises, marcadas pela decadência do regime fordista e do Estado de bem-estar social, promovem uma reorientação clara para políticas de cunho neoliberal (THEODORE et al., 2009), isto é, políticas de fortalecimento do mercado a partir das instituições públicas. São exemplos de prática neoliberal dos governos: a abertura ao investimento direto estrangeiro, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação ou flexibilização de leis trabalhistas e econômicas e a valorização do direito à propriedade.

Em tempos de globalização da economia e das finanças, a expansão de políticas neoliberais na dinâmica das cidades está relacionada, sobretudo, a viabilizar a inserção dessas cidades dentro do cenário de competição entre lugares (SÁNCHEZ, 1999; VAINER, 2011), com o propósito de atrair investimentos.

Harvey (2005) aponta que o desenvolvimento desses planos está associado à atração de investimentos externos para projetos muito mais relacionados à economia política do lugar do que ao território propriamente. Isto é, os projetos específicos tornam indiretos - e duvidosos - os benefícios potenciais, além de desviarem a atenção e até recursos de problemas mais críticos dos territórios, como educação, moradia e saneamento básico. Em resumo, o autor explica:

> *Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico enquanto seu objetivo econômico imediato (ainda que não exclusivo) (HARVEY, 2005, p.175).*

Com a consolidação desse quadro, as práticas empresariais nas gestões urbanas se tornam um consenso como estratégia de sucesso para o enfrentamento do desequilíbrio econômico das nações, de modo que na década de 1990 o empresariamento urbano alcança novos níveis de expansão, sendo adotado por governos de origens e crenças políticas muitas vezes diversas.

Para tanto, tem-se a difusão de planos estratégicos elaborados por órgãos governamentais inspirados em experiências internacionais de *marketing* urbano, inclusive no Brasil (SÁNCHEZ, 1999). Os objetivos desses planos se relacionam diretamente com a implantação de projetos urbanos promovidos por parcerias entre os setores públicos e privados.

Recife teve seu exemplar de plano estratégico explícito com o Projeto Capital (1999), cujo conteúdo consistia em um conjunto de estratégias para o mercado imobiliário, as quais envolviam ações nos eixos central e sul da cidade.

O Projeto Capital em si não foi executado, contudo suas ideias foram retomadas com o Projeto Complexo turístico-cultural Recife/Olinda (2006), onde houve uma tentativa de discurso mais democrático para tratar da abertura para investimentos públicos e privados voltados para o turismo e a consequente inserção da cidade nos fluxos financeiros globais (SANTOS e GOMES, 2016).

Também não houve a realização desse segundo projeto, e com isso não havia perspectiva da atuação pública de forma ampla e concreta, mas, ainda assim, as diretrizes trabalhadas durante os processos seguiram influenciando a gestão urbana do Recife.

Ademais, a forma mais efetiva encontrada para viabilizar as ideias do mercado imobiliário para a cidade se deu em uma fragmentação desses projetos nos "territórios da vez", onde temos como exemplos o Projeto Novo Recife (iniciado em 2012), o Plano Específico para a Vila Naval (iniciado em 2014), e a proposta de ocupação do terreno do Aeroclube (ainda a ser apresentado em 2018). Todos exemplos de atuações públicas de subsídio às ações privadas, por meio de adequações das regras urbanísticas com forte presença dos investidores.

Leal (2014) defende que as propostas empreendedoras, mais que vindas de interferências externas, já estão incorporadas no planejamento e na gestão dos próprios governos locais, a fim de atrair investimentos para ações estruturadoras nas cidades:

> *Nesse sentido, as intervenções de grande impacto nas metrópoles, na prática conduzidos por articulações de governança do tipo corporativo, passam a ser assim bem vindas ao receituário empreendedor dos governos, apesar das resistências demonstradas pela sociedade civil a presença desses megaempreendimentos (LEAL, 2014, p.164, grifo nosso)*

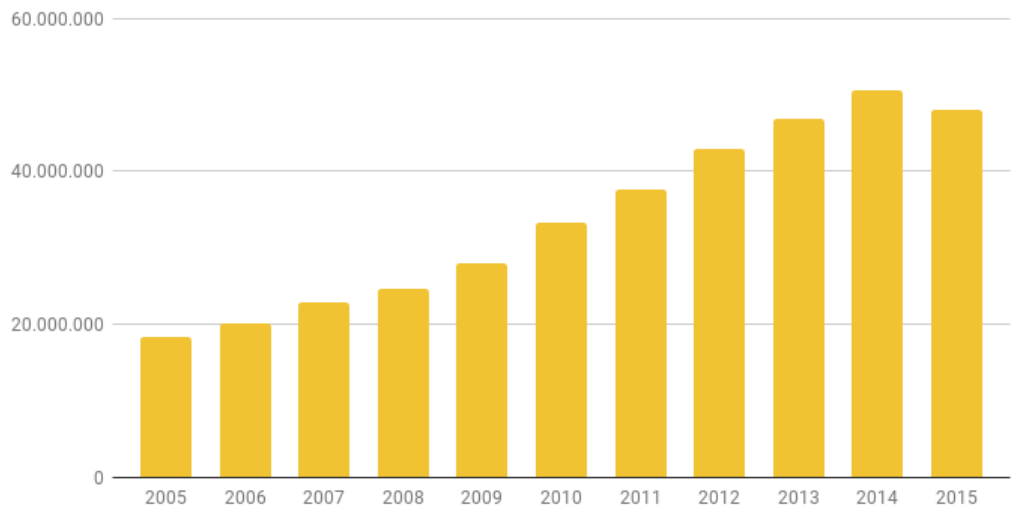
A autora argumenta, ainda, que esse processo tem levado à uma crescente fragilização do aparato estatal em seu papel de defensor de interesses públicos, resultando no fortalecimento da acumulação urbana nas cidades brasileiras, na intensificação das ações dos agentes imobiliários - à revelia do planejamento estatal - e na crescente privatização do Estado (LEAL, 2014).

Estratégias neoliberais na zona sul do Recife

Além das novas formas de gestão pública baseadas no empresariamento, mais próximos da atualidade as disputas pelos territórios tiveram como ingrediente fundamental um momento forte de dinamização econômica nas dimensões nacional, regional e local. A cidade do Recife viu seu PIB mais que dobrar entre os anos de 2008 e 2014 (Figura 1).

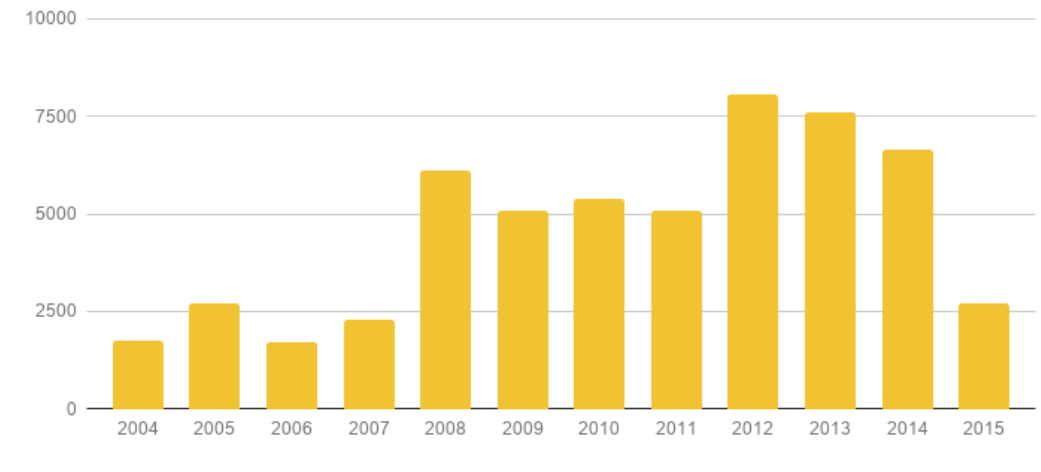
O comportamento da economia no país teve repercussões diretas no mercado imobiliário, e ao buscarmos os lançamentos imobiliários no Recife (Figura 2), temos uma atividade intensa entre 2008 e 2014 (com picos em 2008 e 2012), sendo que após o ano da Copa do Mundo FIFA, os números demonstram o início do declínio econômico e imobiliário.

FIGURA 1 – Produto Interno Bruto a preços correntes (mil reais/ano)



Fonte: IBGE, gráfico elaborado pela autora

FIGURA 2 – Lançamento de imóveis residências, Recife 2004-2017 (unidade/ano)



Fonte: FIEPE/ADEMI, gráfico elaborado pela autora

O mercado buscou aproveitar o momento oportuno para ampliar a acumulação sobre o solo urbano. As alternativas para aumentar essa acumulação pela construção civil requerem uma ampliação da zona de interesse do mercado imobiliário. Serve de estratégia para o mercado a expansão sobre áreas protegidas ambientalmente e sobre áreas pobres, ambas muitas vezes coincidentes.

No contexto recifense da década de 2000, o bairro do Pina emerge como forte possibilidade de fronteira, uma vez que possui uma razoável concentração de áreas passíveis de expansão - tanto ambientais quanto de assentamentos informais - pouco exploradas até então.

Junto a essa situação, é preciso salientar que os investimentos na zona sul, embora muito focados em Boa Viagem, "respigaram" consideravelmente no Pina, de modo que este bairro associou as melhorias na infraestrutura e na oferta de comércio e serviços à sua boa localização em relação ao centro. Por fim, corrobora com o interesse imobiliário a suavização das restrições à verticalização com as desativações da Rádio Pina e do Aeroclube.

Portanto, com o crédito disponível e o mercado aquecido, são lançados novos produtos imobiliários como indutores do consumo das demandas. A exemplo, tem-se os complexos imobiliários, como os condomínios resort e centros empresariais, os quais exploram as paisagens com atributos naturais ali contíguas, como o próprio Parque dos Manguezais (Figura 3).

FIGURA 3 – Anúncio de lançamento do condomínio *Le Parc* Boa Viagem

Fonte: *Le Parc* Boa Viagem

Em vista disto, destacamos que o ideário dos planos estratégicos e dos projetos em maior escala já ressaltados aqui estão atrelados ao surgimento de uma série de projetos e empreendimentos pontuais voltados para as classes mais altas, os quais se espalharam, valorizaram o solo e geraram acumulação para um seleto grupo de empresas.

Ressaltamos, ainda, dois empreendimentos que consideramos chave para a discussão das prioridades de investimento na zona sul. A Via mangue, como obra pública articuladora, e o complexo *Shopping* RioMar, como referência de empreendimento privado que orientou diversas decisões da gestão pública.

Via Mangue

Em meio a disponibilidade de recursos, capitaneados especialmente pela realização da Copa do Mundo FIFA, de 2014, a obra pública de grande importância realizada na zona sul foi o corredor viário Via Mangue. As obras tiveram um orçamento próximo aos 500 milhões de reais, captados através de recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) da Mobilidade Urbana, programa federal criado para as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA.

A ideia da via surgiu na década de 1970 e na época era chamada de Via Costeira Sul. Nos anos 1990, a via retorna no contexto estratégico do Projeto Capital com o nome de Linha Verde, inclusive com a proposta de ser operada pelo setor privado. No início dos anos 2000 o projeto, então, é retomado com o nome de Via Mangue (NUNES, 2015).

O projeto foi promovido como um importante eixo para articulação viária entre a zona sul e as áreas centrais da cidade, contudo, a sua implantação reflete uma prevalência explícita dos veículos automóveis particulares, uma vez que nos 5 km da via não há transporte público e a ciclovia instalada não se conecta com nenhuma outra.

A construção do sistema viário se deu sobre ambiente de mangue, na margem leste do Parque dos Manguezais[1]. O discurso defendia que sua estrutura funcionaria como um cinturão protetor para o manguezal, de modo a trazer infraestrutura de saneamento e a lidar com as populações que ali viviam.

O que se efetivou foi a remoção de aproximadamente 1000 famílias de sete comunidades dos bairros Pina e Boa Viagem (Beira Rio, Jardim Beira Rio, Pantanal, Paraíso, Ilha do Destino, Xuxa e Deus nos Acuda). A relocação foi feita próxima ao local de moradia, contudo os apartamentos seguem um padrão condominial segregador em relação ao entorno e com nenhuma participação dos relocados nas escolhas sobre o projeto, situação ainda mais grave ao considerarmos a ruptura nos modos de vida anteriores: grande parte dessa população relocada morava em palafitas e vive de atividades relacionadas ao mangue.

[1] A construção da Via Mangue foi a responsável pela desativação do Aeroclube que também ocupava parte desta margem do manguezal.

Complexo Shopping RioMar

Composto pelo centro comercial e mais 3 edifícios empresariais, o complexo *Shopping* RioMar entra como empreendimento indutor da expansão imobiliária no bairro do Pina. Isto porque sua concretização foi um reflexo da gestão urbana pensada para a zona sul do Recife, sendo explicitamente comemorada pelos gestores como geradora de requalificação para toda aquela parte da cidade (NUNES, 2015).

Mais que isso, o empreendimento busca nitidamente a ampliação da zona de interesse do mercado imobiliário, pois se instala às margens de uma área com características ambientais especiais (com aterramento de grandes porções de alagados durante as obras), assim como ao lado de áreas pobres: o Parque dos Manguezais e a ZEIS Pina, respectivamente.

Para tanto, o RioMar lida com esses atributos a seu favor, uma vez que utiliza a natureza e o discurso da sustentabilidade social e ambiental como fundamentos da sua propaganda. O grupo empresarial inclusive promove ações com as comunidades do entorno através de um dos seus braços, o Instituto JCPM de Compromisso Social.

Contudo, a própria existência do empreendimento é uma ameaça às pessoas mais vulneráveis nas disputas pelo solo urbano, isto porque toda a construção espacial e urbana que o *Shopping* RioMar gera serve para manter o público consumidor do centro comercial e trabalhador dos empresariais distante da população que vive nas áreas pobres mais próximas, como a ZEIS Pina.

Aliado ao projeto da Via Mangue, também foi possível estabelecer uma articulação direta entre o complexo *Shopping* RioMar e o outro núcleo comercial ancorado pelo *Shopping Center* Recife. A expectativa desse eixo gerou vários lançamentos e são esperados outros (ALBUQUERQUE; GOMES, 2013). O próprio RioMar já foi objeto de proposta para expansões em 2016, com o acréscimo de duas torres empresariais[2].

Na Figura 4 temos uma síntese das atuações públicas e privadas trazidas aqui, com foco nos lançamentos do bairro Pina e suas proximidades:

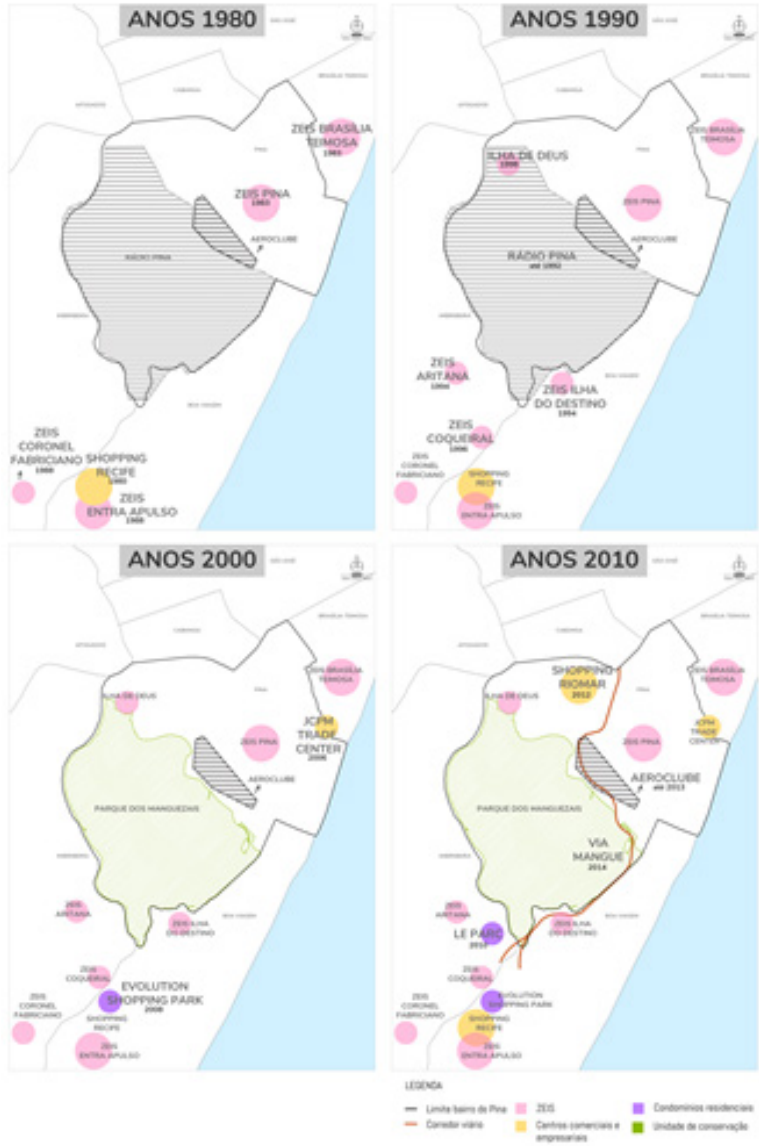


FIGURA 4 – Principais lançamentos imobiliários e áreas ZEIS na zona sul do Recife, décadas de 1980-2010
Fonte: elaborada pela autora

[2] Reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) 16/12/2016

Considerações finais: o Estado e suas contradições

Através dos casos levantados, problematizamos o papel do Estado como mediador dos processos urbanos, em vista, especialmente, do frequente apoio aos grandes agentes do capital imobiliário.

Ao considerarmos o Estado do ponto de vista marxista, admitimos que seu funcionamento se relaciona ao controle das relações políticas e econômicas entre as classes sociais e ao apoio às formas de produção capitalista (ENGELS, 1941 apud HARVEY, 2005).

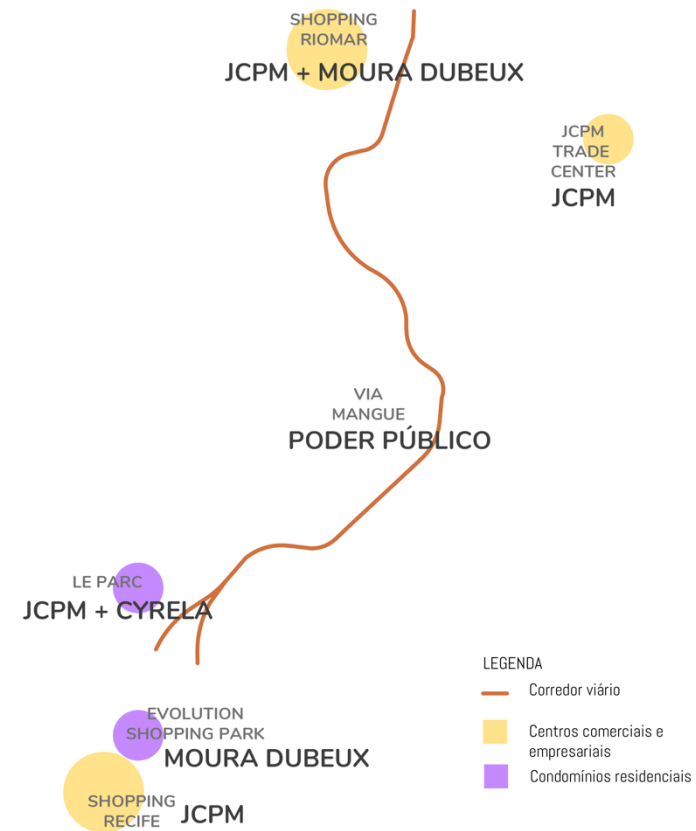
O Estado não deve ser tomado como uma abstração neutra, pois enquanto agente complexo e heterogêneo, possui em sua composição classes com poderes e capacidades de incidência distintos.

É patente que a ocupação do Estado pelas classes hegemônicas tem como resultados o exercício de poder em função de seus próprios interesses. Segundo HARVEY (2005), a maneira dessa situação ser viabilizada é através da afirmação de que os interesses específicos são, na verdade, ações para o bem de todos, sendo que o convencimento se dá, sobretudo, na dimensão ideológica.

Quando as políticas urbanas neoliberais são implantadas, é importante que a população de uma forma geral acredite que a melhoria da qualidade de vida urbana esteja submetida à atração de investimentos, ao crescimento econômico e ao aumento da acumulação urbana. Dessa forma, tem-se uma supervalorização do papel dos agentes econômicos e as cidades refletem o protagonismo de suas necessidades.

Ao trazermos o foco para os processos da zona sul do Recife a partir dos anos 2000, nos interessa explicitar como ações prioritárias da administração pública, como a Via Mangue, se articulam com grandes agentes imobiliários (Figura 5).

FIGURA 5 – Articulação da Via Mangue com os principais lançamentos imobiliários do entorno e seus agentes



Fonte: elaborada pela autora

Apesar de variar de uma cidade para outra, é possível generalizar que políticas neoliberais costumam restringir as possibilidades de apropriação do espaço urbano pelos mais pobres. O modelo neoliberal produz um aumento da fragmentação e da privatização através de uma ideologia que pretende recolonizar áreas da cidade para as classes mais abastadas. (JANOSCHKA et al.,2014).

Nessa perspectiva, entende-se que os problemas urbanos são deslocados, ao invés de resolvidos, de modo que os efeitos das ações envolvidas em políticas neoliberais são a complexificação das desigualdades urbanas.

Observamos, finalmente, que as desigualdades socioespaciais, vindas desde as origens da formação da zona sul, não conseguiram ser amenizadas mesmo com instrumentos institucionais de enfretamento direto dessas questões, como o PREZEIS, e mesmo em um período de grande disponibilidade de recursos, como o início dos anos 2000. Os investimentos públicos aqui apresentados claramente privilegiaram obras que focavam em um crescimento da acumulação urbana e os efeitos certamente não vem sendo melhorias na qualidade urbanísticas da maioria da população.

Referência Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS D O MERCADO IMOBILIÁRIO DE PERNAMBUCO (ADEMI). *Relatório IVV- Índice de Velocidade de Vendas***.** Recife: ADEMI/FIEPE, n. 12, dez. 2017.

ALBUQUERQUE, Mariana. **Z.** A.; GOMES, Edvânia. T. A. Reflexões sobre vetores do atual processo de reprodução do espaço urbano no Recife. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

ALVES, Paulo R. **M.** *Valores do Recife:* o valor do solo na evolução da cidade. Recife: Luci Artes Gráficas Ltda., 2009.

CALÁBRIA, Ericka M. **de M.** R. *A ideia de natureza na promoção imobiliária:* o caso do Recife. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

COSTA, Kátia C. **R.** da. *Shopping Center Recife:* conflitos e valorização do Espaço. 1995. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FERNANDES, Edésio; PEREIRA, Helena D. **Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte?** *Planejamento e Políticas Públicas* (*PPP*), Brasília, n. 34, p. 171-199, jan./jun. 2010.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. *Recortes de paisagens na cidade do Recife:* **uma abordagem geográfica.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço***.** São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2015***, 2016.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em 27 de mai. de 2018.

JANOSCHKA, Michael; SEQUERA, Jorge; SALINAS, Luis. **Gentrification in Spain and Latin America - a Critical Dialogue.** *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 38.4, p. 1234–1265, jul 2014.

LEAL, Suely. **As veias abertas do planejamento urbano e a avalanche da governança do mercado.** In FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia (orgs.). *Desenvolvimento, planejamento e governança:* expressões do debate contemporâneo. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2015. p. 161- 179.

MIRANDA, Lívia; MORAES, Demóstenes. **O Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (Prezeis) do Recife: democratização da gestão e planejamento participativo.** In: CARDOSO, Adauto L. (org.). *Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras* - Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 2007, p. 415-435.

MORAES, Demóstenes. **Revisitando as ZEIS e o PREZEIS no Recife: entre o "reformismo" e o Direito à Cidade 2017.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. *Anais...*São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017. p. 182-202.

NUNES, Sandra M. **de T.** *Planejamento urbano no Recife:* futuro do pretérito. 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ROCHA, Danielle. **Revisitando o PREZEIS: um instrumento de luta e resistência no embate entre o Planejamento Estratégico e o Direito à Cidade.** In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2017, Natal. *Anais eletrônicos do Seminário Nacional do Observatório das Metrópoles*, Natal: Observatório das Metrópoles, 2017. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/rmnatal/evento_2017/anais/ST4/revisitando_o_prezeis.pdf>. Acesso em 20 abr. de 2018.

SÁNCHEZ, Fernanda. **Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, 1999, p. 115–132.

SANTOS, Otávio. **A.** A. dos S.; GOMES, Edvânia T. A. A questão do desenvolvimento e os desdobramentos recentes do processo de fragmentação do espaço urbano em Recife/PE – o caso do "Projeto Novo Recife". *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v. 36, n. 2, p. 379-398, maio/ago. 2016.

SWYGEDOUW, Erik; MOULAERT, Frank; RODRÍGUEZ, Arantxa. **Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy.** *Antipode*, n. 34, 2002.

THEODORE, Nik; PECK, Jamie; BRENNER, Neil. **Urbanismo neoliberal: la ciudad y el imperio de los mercados.** *Temas Sociales*. Santiago de Chile, v. 66, 2009, p. 1-12.

VAINER, Carlos B. **Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro.** *Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR)*, v. 14, 2011. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/carlos_vainer_ippur_cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em 26 de abr. de 2018

eixo temático 2

Resistências Biopotentes

A DISPUTA PELO DIREITO À CIDADE: narrativas e territórios

NOBRE, Maíra R. (1); LOTT, Lygia (2); RENA, Natacha (3)

1.Universidade Federal de Minas Gerais. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Rua São Luiz 601, ap 204. Bairro Sagrada Família; Belo Horizonte, Minas Gerais
mairaramirez@gmail.com

2. Universidade Federal de Minas Gerais. Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Escola de Arquitetura
Rua Professor Amedee Peret, 476/201, Bairro Cidade Nova; Belo Horizonte, Minas Gerais
lygiablott@gmail.com

3. Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora e Professora do NPGAU e do PACPS - Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Rua Guajajaras, 65/802, Bairro Boa Viagem; Belo Horizonte, Minas Gerais
natacharena@gmail.com

RESUMO

Direito à cidade é um conceito presente no discurso de diferentes atores como a academia, os movimentos sociais, as leis, algumas ONGs e até mesmo entidades internacionais, como a ONU. Cada um destes grandes grupos adapta o conteúdo à sua plataforma e experimenta disputas internas de narrativas de acordo com o interesse de redes menores que os compõe. O direito à cidade está em disputa, entretanto não é difícil imaginar, em um contexto neoliberal, que a leitura e o uso preponderantes do termo se dão em favor desse dispositivo hegemônico. Para compreender a maneira como esta concorrência se dá, é preciso buscar a origem do conceito, o contexto em que foi pensado e os desdobramentos que sofreu ao longo do tempo.

Palavras-Chave: direito à cidade; neoliberalismo; urbanismo neoliberal.

Introdução

A década de 1960 é emblemática para grande parte do mundo e a França é um dos principais símbolos das transformações do período. Os acontecimentos, principalmente em Paris, 1968, fizeram parte de um conjunto de eventos que geraram diversas rupturas e modificações dos sistemas político, econômico, social e pessoal, que vem sendo intensamente investigadas desde então.

1968 é também o ano em que Henri Lefebvre lança um de seus principais livros: *O Direito à Cidade.* Dotado de um pensamento questionador que tomava por angústia grande parte dos pensadores da época, Lefebvre era uma personalidade polêmica daquela Paris efervescente.

> *Su trayectoria acompaña un buen número de hitos del siglo XX y a veces los determina: las vanguardias, de dadá a los situacionistas; la lucha contra el fascismo y el colonialismo; las relecturas disidentes de Marx; el diálogo crítico con el existencialismo y con los estructuralismos; las revueltas de finales de los años 60.... No es por azar que fuera en París y dos meses antes de las barricadas de mayo de 1968, que apareciera El derecho a la ciudad[...] (DELGADO, 2018).[1]*

Ao longo dos quarenta anos seguintes *direito à cidade* não ocupou o centro do debate urbano, apesar de tangenciá-lo diversas vezes, Entretanto, em 2008, o conceito voltou a ser debatido com intensidade em artigo homônimo de David Harvey.

Em Lefebvre (2001), o termo está carregado de questões ligadas à forma como a sociedade e os indivíduos produzem e se apropriam do espaço urbano, o que, indubitavelmente, se relaciona com as experiências cunhadas pelo autor nos tempos da Internacional Situacionista[2]. Fato que pode facilitar a compreensão da ligação estabelecida entre o *direito à cidade*, a obra[3] e o entendimento da festa como finalidade primeira da cidade[4]. A apropriação do termo por Harvey (2008) conta com diferente leitura, recontextualizando-o numa perspectiva mais concreta que inclui abordagens econômicas e relacionadas ao planejamento urbano, principalmente no que tange sua infraestrutura. A nuvem de palavras seguinte (FIGURA 1) traz as palavras mais presentes no artigo de Harvey de forma hierarquizada.

[1] Sua trajetória acompanha uma série de marcos do século XX e às vezes os determina: as vanguardas, do dadá aos situacionistas; a luta contra o fascismo e o colonialismo; as releituras dissidentes de Marx; o diálogo crítico com o existencialismo e com os estruturalismos; as revoltas do final dos anos 60... Não é por acaso que foi em Paris e dois meses antes das barricadas de maio de 1968 que surgiu o direito à cidade [...] (DELGADO, 2018). Tradução do autor.

[2] Em 1956 ocorreu, em Alba, Itália, um encontro entre vários grupos de vanguarda relacionados às questões da revolução da arte que ocorria no período, influenciados pelo dadaísmo e pelo surrealismo. Neste episódio, a Internacional Letrista, vinculada ao pensador francês Guy Debord, a London Psychogeographical Association – LPA, o MIBI (Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista) oriundo do grupo Cobra juntaram-se com outras vanguardas e fundaram a Internacional Situacionista, grupo que publicou em revista de mesmo nome, textos relacionados à arte, arquitetura, urbanismo e política de 1958 a 1969.

[3] Obra é um termo muito utilizado por Lefebvre que se relaciona com a criação. Segundo o autor, o surgimento da cidade industrial acabou com a obra, tendo em vista que a produção deixa de ser imaginativa e única e acaba por se tornar massiva, tendo por finalidade única a criação do maior número possível de elementos iguais de maneira a atender as necessidades do mercado e gerar lucro. Para o autor, o direcionamento da cidade para o dinheiro e a técnica, para o produto, vai de encontro à sua característica própria de obra. A cidade, por si só, é uma obra. Essa contradição é muito significativa tendo em vista que a obra tem valor de uso, enquanto o produto, valor de troca. Lefebvre defende que mesmo nas sociedades opressoras havia a produção de obras, ou seja, havia o valor de uso. Esse quadro se modificou quando a sociedade deixa de ser opressora e se torna exploradora. A exploração mata a criação. Isso porque ela foca o processo no fazer e não no inventar, tornando-o prático e mecânico. O valor de troca, a generalização e a mecanização levam o foco para o produto, atingindo a cidade em sua essência, o uso.

[4] "O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro)". (LEFEBVRE 2001, p.12).

Figura 1 - Nuvem de palavras extraídas do artigo *O Direito à Cidade* (HARVEY, 2008).

Fonte: elaborado pelas autoras, 2018.

O movimento de retomada da discussão sobre o *direito à cidade* por Harvey aponta para uma tendência de apropriação do conceito por parte de atores internos e externos à academia. Pesquisadores, ONGs, instituições nacionais e internacionais e movimentos sociais adotaram-no e o lançaram no cerne da disputa das narrativas sobre o urbano. De 2008 para frente o debate seguiu ganhando força e atingiu novos grupos, até se tornar, em 2016, uma pauta de destaque da UN-HABITAT III em Quito.

O ponto central da disputa tem sido o processo de apropriação do *direito à cidade* pelos atores envolvidos no jogo do neoliberalismo[5]. Isso só é possível porque ao longo dos anos o termo foi se esvaziando de significado, tornando-se adaptável à praticamente qualquer discurso. Este artigo tem como proposta expor uma introdução à investigação sobre o conceito, sua formulação e os rumo por ele tomados, que vai culminar em um estudo sobre seu uso na UN-HABITAT III.

[5] "[...] o neoliberalismo não é apenas uma ideologia um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida." (DARDOT e LAVAL, 2016, p.7).

Direito à Cidade

Direito à cidade tem sido um tema muito abordado nos últimos anos, mas não é de conhecimento de todos que o conceito foi criado em 1968 por Lefebvre. A crítica desenvolvida pelo autor está relacionada à restrição do estudo de questões urbanas relativas ao espaço e ao planejamento, apontando para uma possível alienação gerada ao tratar os problemas urbanos como questões meramente técnicas, administrativas e científicas, o que transforma os indivíduos em objetos ao invés de sujeitos do espaço social (Lefebvre, 2001).

Segundo o Lefebvre (2003), o processo de urbanização está diretamente ligado ao de industrialização. Esta é o motor das transformações na cidade e deu origem a espaços de acumulação de capital, técnicas, conhecimentos e produtos. A configuração da cidade como espaço de produção, de acordo com Lefebvre (2001), vai de encontro à sua característica própria de obra. A cidade, por si só, é uma obra, mas começa a ter seu valor de uso transformado em valor de troca por meio do processo de industrialização.

Por outro lado, Harvey (2008) afirma que a urbanização teve origem nos locais onde havia produção de excedente - lembrando que este tende a estar concentrado nas mãos de uma minoria - ou seja, o desenvolvimento urbano, desde os primórdios, esteve vinculado à ideia de classes. O autor explica essa relação por meio da equação dinheiro X produto X produção, na qual os capitalistas precisam da mais valia para criar os excedentes que, por sua vez, deveriam ser vendidos gerando um ciclo de exploração e consumo. Desta forma, é possível relacionar a origem das cidades à ascensão da burguesia. Com um ideal progressista e democrático, tendo como base unicamente um crescimento econômico racionalizado, a burguesia

substituiu a lógica da opressão pela exploração, pondo fim à criação e, consequentemente, reduzindo tudo à produto. Lefebvre (2001) evidencia o falso humanismo pregado pela burguesia na formação deste novo modelo de cidade/sociedade, cuja ideologia liberal deitava-se sobre o povo e seus sofrimentos.

Mesmo diante das críticas traçadas ao processo de urbanização, Lefebvre (2001) defende que a desigualdade socioespacial não faz com que a sociedade se desintegre ou venha à falência. A cidade que segrega funciona, independentemente do mal estar que ela gera. Para ele, a única forma de agir contra a as desigualdades sociais e espaciais é a mobilização política dos cidadãos.

> *Se a classe operária se cala, se não age, quer espontaneamente, quer através de meditação, de seus representantes e mandatários institucionais, a segregação continuará com resultados em círculo vicioso (a segregação tende a impedir o protesto, a contestação, a ação, ao dispensar aqueles que poderiam protestar, contestar, agir). A vida política, nesta perspectiva, contestará o centro de decisão política ou reforçará. (Lefebvre, 2001, p. 123).*

No final do livro, Lefebvre (2001) aprofunda e amplia conceito atribuído ao *direito à cidade*. O francês o relaciona às inúmeras necessidades duais que o ser humano possui, como a da certeza e da aventura, da unidade e da diferença, da solidão e do coletivo, ou seja, necessidades que não satisfazem com equipamentos comerciais ou culturais. Segundo ele, o homem precisa da obra, da criação, do imaginário, do simbólico, do lúdico. Essas necessidades são, apenas parcialmente, consideradas pelos urbanistas e assim dá-se a crítica do autor a este tipo de planejamento urbano:

> *(...) a cidade não pode ser concebida como um sistema significante, determinado e fechado enquanto sistema. A consideração dos níveis da realidade proíbe aqui, como em outros casos, essa sistematização. Todavia, a Cidade teve a singular capacidade de se apoderar de todas as significações a fim de dizê-las, a fim de escrevê-las (estipulá-las e significa-las), inclusive as significações oriundas do campo, da vida imediata, da religião e da ideologia política. (Lefebvre, 2001, p. 61-62).*

O posicionamento assumido por Lefebvre (2001) provavelmente se relaciona com o contexto político no qual o livro foi lançado. Imerso em inúmeros pensamentos e manifestações, em uma Paris tomada por estudantes e operários que, inclusive, pouco dialogavam entre si, Lefebvre claramente afeta e se deixa afetar pelos posicionamentos políticos revolucionários do período que carregavam consigo um desejo de mudança, não só nas estruturas sociais, mas também no modo de vida. Mudanças essas relacionadas majoritariamente ao fortalecimento de indivíduos autônomos, autores dos próprios destinos e muito críticos às instituições e ao Estado.

Slavoj Zizek, em um pequeno texto intitulado Reciclagem, *Comidas Orgânicas, Andar de Bicicleta... Não é assim que nós salvaremos o planeta*, publicado pela Lavra Palavra em 2017, alerta sobre a exploração que o neoliberalismo faz desse processo iniciado na década de 60, mas crescente até a atualidade, no qual os indivíduos autônomos são supervalorizados e responsabilizados por mudanças sistêmicas complexas e o Estado é atacado e redimido de suas funções. Para ele, há um uso perverso de sentimentos como ego e culpa, presentes de forma intensa no homem ocidental.

> *Mesmo quando nós nos dizemos prontos para assumir a nossa responsabilidade, podemos ver que existe aí um truque que visa esconder a sua verdadeira amplitude. Há algo falsamente tranquilizador nesta prontidão para bater em nosso próprio peito. Sentimo-nos culpados de bom grado porque, se somos culpados, é que tudo depende de nós, nós é que puxamos as cordas, basta mudarmos o nosso estilo de vida para sairmos dessa. Aquilo que é mais difícil para nós aceitarmos, nós ocidentais, é sermos reduzidos a um papel puramente passivo de um observador impotente. Nós preferimos nos lançarmos a um frenesi de atividade, reciclar nosso desperdício de papel, comer orgânicos, dar-nos a ilusão de fazer algo, dar a nossa*

contribuição, como um torcedor de futebol bem acomodado em seu sofá na frente de uma tela de TV, que acredita que as suas vociferações influenciarão o resultado do jogo. (ZIZEK, 2018).

Direito à cidade: de 68 aos dias atuais

O conceito de *direito à cidade*, como supracitado, foi cunhado na década de 1960 e apesar da amplitude alcançada no período, acabou sendo pouco explorado nos anos seguintes. Observa-se, entretanto, que atualmente, a discussão sobre o *direito à cidade* tem ocupado espaços significativos da esfera social. Desde 2008, com o lançamento do artigo *O Direito à Cidade* por Harvey, o conceito tem aparecido com frequência. Pode-se citar, no processo de retomada desse debate, as contribuições significativas de Mark Purcell (2003), Don Mitchell (2003), Arlete Moysés Rodrigues (2006), Edésio Fernandes (2007), David Harvey (2008), Marcelo Lopes de Souza (2010) e Peter Marcuse (2010) e Ermínia Maricato que a introduz no plano governamental por meio da criação do Estatuto da Cidade (2001). (TRINDADE, 2012, p.139). O debate sobre o tema ocupou não apenas o espaço da academia, mas também o dos movimentos sociais, como no caso do V Fórum Urbano Mundial, denominado: "O *Direito à Cidade*: unindo o urbano dividido"; das ONGs, como o Instituto Polis e o Observatório das Metrópoles; e da Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente com a realização da Un-Habitat III em 2016, como pode ser observado na Figura 2.

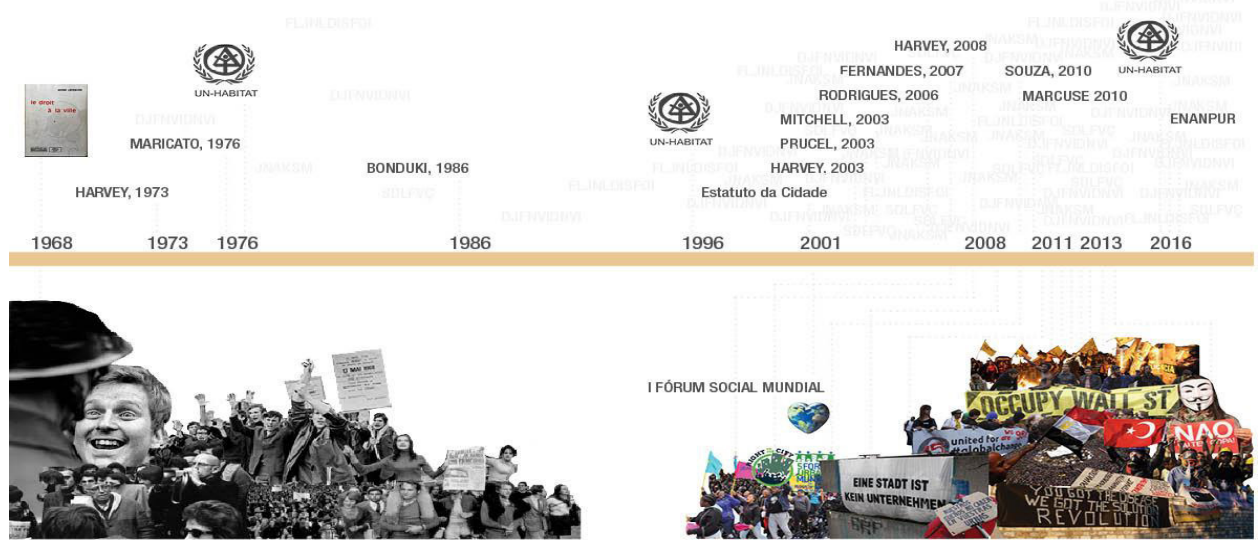


Figura 2 - Linha do tempo *o direito à cidade.*
Fonte: elaborado pelas autoras, 2018.

Nas Jornadas de Junho de 2013, por exemplo, a pauta inicial ligada à mobilidade urbana, trazia também o *direito à cidade*: "lutamos por uma vida sem catracas, onde cidadãos terão *direito à cidade* e aos serviços públicos de forma universal". Essas foram as palavras usadas em uma carta de reivindicações escrita pelos ativistas em Salvador ao ocuparem a Câmara Municipal. No ano seguinte, o Movimento Passe Livre (MPL), em convocatória para o primeiro ato do ano, publicou em sua página no Facebook: "cada vez que a tarifa sobe, aumenta o número de pessoas excluídas do transporte coletivo. Com menos gente circulando, novos aumentos serão necessários, numa espiral que diminui cada vez mais o *direito à cidade* da população." Os dizeres acerca do *direito à cidade* começaram também a aparecer com maior frequência na voz dos ativistas urbanos e nos movimentos de ocupação. Por fim, pode-se perceber um estreitamento na relação entre este conceito e o dos direitos humanos expressa em dossiês dos Comitês Populares da Copa

que, ao listarem os despejos frutos das obras relacionadas à Copa do Mundo de 2014, citavam as ações policiais como violação aos direitos humanos e ao *direito à cidade*.

Dentro do contexto analisado do século XXI é possível perceber que a discussão sobre o *direito à cidade* se tornou global e foi inseridas nas lutas das ruas do Brasil e de outros países do mundo, como por exemplo em: (i) multidão reunida na praça Taksim (Istambul/ Turquia) que protestava contra a derrubada das árvores do parque Gezi; (ii) movimentos que se auto-denominaram *Direito à cidade* como é o caso da *Right to the City Alliance* em Nova York, da rede *Recht auf Stadt* em Hamburgo e movimento *Pravo na grad* em Zagreb. Já, na esfera institucional, foi a UN-Habitat III (2016), organizada pela ONU em Quito, que lançou o conceito no centro da agenda mundial para as cidades (TAVOLARI, 2016).

Para rastrear a construção histórica do *direito à cidade* e compreender o crescimento do debate no final da primeira década dos anos 2000, será desenhada uma análise que tem em Lefebvre seu fio condutor. Pode-se considerar como ponto inicial a relação já citada entre urbanização e industrialização, por meio da qual Lefebvre (2003) aponta a existência de um momento em que o processo urbanizatório desatrelou-se do industrial e se impôs à sociedade moderna. A criação desta hipótese permite ao autor formular a imagem de um tempo no qual haverá urbanização total da sociedade, independentemente da indústria. Neste momento seria alcançada o que o ele chama de *sociedade urbana*, uma sociedade que se difere radicalmente da *sociedade industrial* experienciada no período. De alguma maneira, quase que somente na utópica *sociedade urbana* lefebvriana seria possível viver o *direito à cidade* como a experiência ampla e complexa que o autor sugere.

Lefebvre não diz como a sociedade chegaria neste ponto de urbanização total, o que faz muitos pesquisadores apontarem esta possibilidade como utopia. Segundo Tavolari (2016), nos casos de Castells e Harvey, até mesmo a ideia de que a urbanização precede a industrialização, que subsidia a possibilidade da existência da *sociedade urbana*, é questionada. Para o primeiro, o único jeito de ter acesso ao *direito à cidade* é na existência de uma sociedade sem Estado.

Após o lançamento do artigo *Direito à Cidade* (2008), Harvey se tornou a maior referência viva para o conceito, mas antes deste momento passou três décadas sem debatê-lo, desde a publicação de *Social Justice and the City,* em 1973. Apenas em 2003 o tema voltou a ser abordado pelo autor em um pequeno e pouco conhecido artigo intitulado *"The Right to the City"*, publicado no International Journal of Urban and Regional Research e, posteriormente, em 2008 ganhou grande representação, com a publicação de um artigo homônimo, na *New Left Review* (TAVORALI, 2016).

Apesar de menos intenso que nos anos 2000, Tavolari (2016) trata de abordagens pontuais do tema que ocorreram entre as décadas de 1970 e 1990. Em 1976, Maricato mencionava o livro de Lefebvre no artigo *Autoconstrução, a arquitetura possível*. Na década de 1980 em *Direito à terra ou direito à cidade?* publicado na Revista de Cultura Vozes, Maricato apontou para o fato de que se fazia necessário ampliar a ideia de direito à terra, pensando o *direito à cidade.* Já Nabil Bonduki, em dissertação defendida na FAU (1986) denominada *Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais*, citou o termo lefebvriano em relação aos movimentos de luta urbana de São Paulo (TAVORALI, 2016).

Afora esses apontamentos e outros casos pontuais de discussão do conceito na academia brasileira, principalmente em programas de pós-graduação, pouco se produziu em direção ao *direito à cidade* como possibilidade de realização ou debate. Tavolari (2016) lembra ainda que uma das teses mais importantes das décadas de 1970 a 1990 para se compreender os movimentos sociais e os processos de redemocratização é a de Eder Sader

denominada *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*, de 1999 e que nela, o *direito à cidade* aparece apenas uma vez como nota de rodapé. A autora segue narrando que "não houve uma pretensão sistemática de dizer o que o *direito à cidade* é ou mesmo de discutir seu estatuto" (TAVOLARI, 2016, p.102).

Este movimento se transformou significativamente após 2008 e o *direito à cidade* alcançou diversas esferas de discussão. Entretanto é possível perceber modificações profundas em sua abordagem, principalmente devido ao movimento advindo do abandono anterior e retomada (no presente) intensa em número, mas muitas das vezes, rasa em conteúdo. Para Harvey (2008) o *direito à cidade* se tornou um "significado vazio". É como se tivesse ocupado muito espaço nos imaginários, sendo possível encaixá-lo praticamente em qualquer assunto, o que o fez perder seu potencial crítico (TAVOLARI, 2016, p.103).

É notória a dificuldade de definir um conceito que é amplo e potente demais para ser enquadrado. Esta tentativa sempre caracterizaria um "desvio de uma concepção originária" (TAVOLARI, 2016, p. 105). A criação destas narrativas que buscam definir o *direito à cidade* enquanto conceito cristalizado, seja pela academia, por movimentos sociais ou até mesmo por órgãos internacionais, traduz tanto o seu esvaziamento, quanto a disputa por sua narrativa (FIGURA 3).

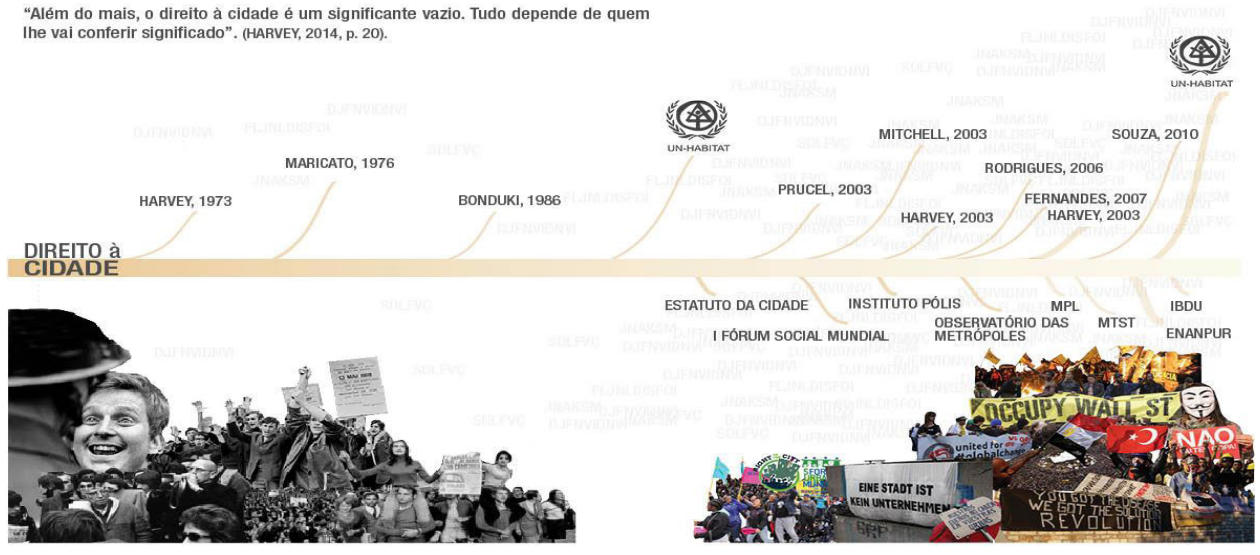


Figura 3 - Linha do tempo esvaziamento do conceito *direito à cidade.*
Fonte: elaborado pelas autoras, 2018.

Direito à cidade: um conceito esvaziado?

A multiplicidade de narrativas criadas sobre o *direito à cidade* é perceptível em diversas esferas de discussão. É preciso compreender este contexto como uma disputa pelas pautas que ele envolve e, assim, pensar sobre o que de fato está em jogo. Não se trata meramente de formas divergentes de entender um tema complexo, diz-se de interesses e finalidades apropriativas distintas. "Além do mais, o direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado". (HARVEY, 2014, p. 20).

De acordo com Harvey (2008), não só a cidade enquanto território, mas também a qualidade de vida urbana se tornou mercadoria a serviço do capitalismo. Entretanto, para além da crítica ao capitalismo (industrial), é preciso pensar como se insere o debate acerca do *direito à cidade* em um contexto neoliberal, reflexão que leva a um incômodo: o neoliberalismo

se apropriou do conceito? Esta questão será explorada por dois principais pontos levantados a seguir.

O primeiro deles, abordado com maior frequência pelos estudiosos do tema, diz de uma simplificação do conceito com a finalidade de transformá-lo apenas em materialidade e infraestrutura. É como se o *direito à cidade* pudesse ser alcançado com a criação de equipamentos públicos, melhoria de mobilidade ou a implantação de redes de esgoto. Esta forma de abordá-lo subsidia a realização de ações vinculadas a uma agenda urbana capitalista contemporânea, altamente neoliberal, realizando-se, por exemplo, Parcerias Público Privadas (PPP) e incluindo no Estatuto das Cidades o instrumentos privatistas como a Operação Urbana, por meio dos quais o Estado se responsabiliza por grande parte dos investimentos[6], o setor privado é beneficiado e favorecido com a maior porcentagem dos lucros e a população acaba prejudicada. Essa maneira de relacionar o público e o privado pode ser analisada com base no pensamento de Dardot e Laval (2016) ao dizerem da formação de um Estado neoliberal, gerido pela lógica empresarial, que atua não mais como um instrumento da sociedade, mas como mantenedor de instituições privadas. Os autores deixam claro que não há, no neoliberalismo, nenhuma relação de livre mercado, pelo contrário, o sistema é dependente do Estado e atua sobre sua organização e modo de atuação, fazendo com que a instituição deixe de cumprir grande parte de sua função social para se tornar um instrumento do mercado. Em entrevista a Mariana Siqueira e Natacha Rena publicada na Revista AU em 2015, Harvey pontua essa clara contradição explicitada pelas PPPs:

> *Voltando às PPPs, elas são como quase tudo que o capital faz hoje em dia: são como os bancos - se algo der errado, o público irá socorrê-los -, e a mesma coisa com os incorporadores. E aí você se pergunta: que tipo de capitalismo é esse? Eu sempre pensei que o capitalismo se baseasse em correr riscos; e se você perder, perdeu, certo? Agora você não corre mais riscos já que eles estão socializados pelo Estado: é um tipo de comunismo capitalista, uma loucura! Temos o comunismo do lado errado! (AU, fev. 2015).*

O segundo ponto diz sobre a cooptação do imaginário gerado pela produção e difusão do *direito à cidade*. Dardot e Laval (2016) levantam uma importante questão: o neoliberalismo age por meio da produção de subjetividades. Houve um processo de fabricação de um *sujeito neoliberal* baseado no individualismo, por meio da "mercantilização das relações sociais" que ocorreu junto à urbanização e levou a uma "emancipação do indivíduo em relação às tradições, raízes, apegos familiares e realizações pessoais" (DARDOT e LAVAL, 2016 p. 323). O preço pago por essa liberdade pessoal, foi a criação de um indivíduo proprietário de si mesmo, mas que continua sendo uma peça do "grande mecanismo". De maneira similar ao que acontece com o Estado, os indivíduos se tornam responsáveis por quase tudo, desde alimentação, saúde, educação e trabalho, até a felicidade individual e coletiva. Foram criados sujeitos gestores de si mesmos que devem assumir todos os riscos de suas ações na vida privada ou no trabalho. A obrigatoriedade declinada ao indivíduo de realizar tarefas que anteriormente estavam à cargo do Estado, reforça o posicionamento de "não responsabilidade" do último em relação à cidade e à sociedade.

> *Do sujeito ao Estado, passando pela empresa, um mesmo discurso permite articular uma definição do homem pela maneira como ele quer ser "bem-sucedido", assim como pelo modo como deve ser "guiado", "estimulado", "formado", "empoderado" (empowered) para cumprir seus "objetivos". Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita olhando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso,*

[6] Mariana Fix (2009), aponta a maneiro como os recursos arrecadados nas OUCs são destinados ao setor privado por meio do fundo exclusivo da OUC que restringe o uso dos recursos em seu próprio território, impedindo que ele seja investido em outras áreas da cidade e, consequentemente gerando concentração de investimentos.

> *deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos". (DARDOT e LAVAL, 2016, p.328)*

Se o *direito à cidade* se esvaziou de significados, a liberdade, tão cara à maio de 68, também. Agora ela diz, principalmente, da possibilidade de consumir e assume uma luta frontal contra o Estado, que não chegará a outro lugar além de desvinculá-lo de suas funções sociais e ajoelha-lo, de vez, frente ao capital. "Muitos países submetidos, aos programas de ajuste neoliberal, têm suas políticas sociais praticamente reduzidas a 'programas' de socorro à pobreza absoluta, para evitar 'desordens e caos"" (RODRIGUES, 2007, p. 6). Em entrevista supracitada, Harvey também tece algumas críticas à condução e apropriação do processo revolucionário de 1968:

> *Eu digo, meio brincando, que o movimento dos anos de 1960 combinava duas demandas, liberdade e justiça social, e que o capital respondeu dizendo "nós te damos a liberdade dentro do mercado, mas esqueça a justiça social". E essa foi, de fato, a natureza do urbanismo resultante. Acho que a geração dos anos de 1960, que tanto falou sobre justiça social, esqueceu-se disso e tem se mostrado satisfeita com esse consumismo de nichos e com essa liberdade cultural (AU, fev. 2015).*

A apropriação do *direito à cidade* pelo neoliberalismo, diz da construção lefebvriana de um conceito utópico que só é alcançável por meio do que o autor concebe como *sociedade urbana*. "É impossível criar um mundo ideal na cidade real, com 'realismos' e senso comum." (RODRIGUES, 2007, p.5). A relocação do *direito à cidade* enquanto potencial real em meio à sociedade neoliberal, é amplamente estratégica para seu esvaziamento e, consequentemente para as ferramentas de apropriação e desvio de significado. Se partirmos do princípio de que não há a *sociedade urbana*, não há, portanto, a possibilidade do *direito* à cidade. Sendo assim, só é

viável entendê-lo enquanto disputa de diferentes narrativas que revelam os interesses em jogo.

Direito à cidade: um debate na UN-Habitat III

O Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos, conhecido como UN-HABITAT é um setor específico da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem por objetivo a formulação de diretrizes para a criação de cidades sustentáveis social e ambientalmente. Foram realizadas três conferências desde o surgimento do setor, nos anos de 1976, 1996 e 2016.

De acordo com Rabelo e Fantini (2018) há uma constante preocupação com a evolução do pensamento sobre as cidades, agravada pelo processo de urbanização global, que aparece ao longo dos três momentos da UN-HABITAT. Para compreender o fio condutor que deu origem à UN-HABITAT III, na qual o *direito à cidade* foi amplamente debatido, será explicado, brevemente, o que ocorreu nas outras duas versões da Conferência.

A UN-HABITAT I, *Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos*, ocorreu em Vancouver no ano de 1976, período em que os Estados-nação eram muito atuantes nas decisões políticas e econômicas de ordem local e mundial. De acordo com Balbim (2016) a *Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos* tinha como base a proposta de regulação dos assentamentos urbanos no mundo por meio dos Estados-nação. O documento conta com sessenta e quatro recomendações para ações nacionais e demonstra certa preocupação com a cooperação internacional, colocando-a como fundamental para o cumprimeiro da agenda.

Vinte anos após a ocorrência da primeira Conferência, em 1996 aconteceu, em Istambul, a UN-HABITAT II. O cenário político modificara significativamente, pautado por questões como o enfraquecimento dos Estado-nação e o avanço da globalização e do neoliberalismo. Uma das situações que se pode

considerar simbólica nesta transformação foi a forte presença de setores não governamentais como ONGs, movimentos sociais e líderes locais.

> *É certo que estava sendo planejada não só uma agenda urbana para os vinte anos seguintes, mas também uma nova forma de governabilidade dos municípios pelos governos nacionais, bem como a relação entre governos e entidades não governamentais, com forte participação popular.. (RABELO e FANTIN, p. 936, 2018).*

Criou-se, na Conferência, uma imagem de metrópole a ser seguida, a exemplo de Nova York, Barcelona e Curitiba. Para além disso, houve fortalecimento da pauta das cidades globais; debate sobre conceitos ligados às PPPs e participação popular na gestão pública; e uma sessão de críticas às ações dos Estados. Junto à essas mudanças, a sustentabilidade ganhou novo rumo ao ter adicionado a ela conceito "desenvolvimento". Este acréscimo foi tão significativo que a UN-HABITAT III, Quito 2016, teve seu nome modificado e ficou conhecida como *Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável*. O termo *direito à moradia*, debatido nas versões anteriores também sofreu alterações e foi substituído por *direito à cidade*. Neste caso, o conceito lefebvriano foi abordado como "serviços urbanos que garantam a plena realização das funções básicas do espaço na satisfação de direitos fundamentais, como mobilidade de qualidade e acessível, serviços de saúde, lazer, áreas verdes, alimentação, entre tantos outros". (RABELO e FANTIN, p. 942, 2018).

Ao longo da terceira conferência houve investimento na criação de uma Nova Agenda Urbana que tinha como finalidade criar economias urbanas sustentáveis e inclusivas. As palavras-chave usadas para caracterizar a cidade que deve emergir por meio da aplicação das diretrizes desta Agenda são: compacta, inclusiva, participativa, resiliente, segura e sensível. A nuvem de palavras seguinte (FIGURA 4) é formada pelos termos que mais apareceram no relatório da ONU fruto do debate desenvolvido sobre o urbano na Conferência de Quito, denominado *Documentos Temáticos Habitat III: cidades inclusivas*.

Figura 4: nuvem de palavra sobre *Documentos Temáticos Habitat III: cidades inclusivas* (ONU, 2016).
Fonte: elaborado pelas autoras, 2018.

Dentro do processo de evolução da UN-HABITAT aqui exposto, fica clara a transição de um sistema político econômico mundial baseado em Estados-nação soberanos para uma forma globalizada de gestão que atua diretamente no enfraquecimento destes Estados e crescimento do terceiro setor. Estas mudanças se deram principalmente com o fim da Guerra Fria e avanço do neoliberalismo, mas indiscutivelmente são fortalecidas em eventos como estes, que tomam para si o desafio de desenvolver diretrizes urbanas mundiais sem levarem em conta as particularidades de cada país e, nem mesmo, se posicionarem contra os avanços neoliberais recorrentes. Ao contrário do esperado, desde a segunda edição da conferência, percebe-se

um fortalecimento de elementos da base neoliberal, como a presença de entidades não governamentais, o uso de termos estratégicos no processo do neoliberalismo de produção de subjetividades, a criação de pautas globalistas e o ataque ao Estado-nação.

Já que a edição de 2016 se propôs debater o *direito à cidade* e Harvey é a principal referência viva no assunto, nada mais natural de um convite por parte da ONU para a participação do intelectual. Entretanto, o que não se esperava era sua recusa. O geógrafo explicitou a disputa pelo conceito dentro do processo de esvaziamento do mesmo e acusou a UN-HABITAT III a assumir um posicionamento neoliberal dentro dessa batalha. Em entrevista à Marc Marti y Mónica Salazar, divulgada pelo Centro de Derechos Econômicos e Sociales em 2014, Harvey faz a seguinte declaração:

> *Revisando los documentos de posición respecto al Hábitat III, puede uno ver la posición neoliberal de dicho evento. En términos generales, el Hábitat III es simplemente un encuentro. Algo de acción se podrá evidenciar en Quito, y lo ideal sería colaborar con diferentes grupos y asegurarse que dichos encuentros los involucren a todos. Mi opinión personal es que estamos concentrando nuestros esfuerzos y recursos hacia la construcción de ciudades para invertir en lugar de ciudades para vivir. La satisfacción humana se mide ahora en dinero. Discusiones en torno a la vivienda asequible y a la ausencia de políticas públicas decentes que luchen por ella, a los diferentes derechos de propiedad a parte de la propiedad privada y la identificación de modelos alternativos para el desarrollo, deberían ser algunos de los temas a tratar en el Hábitat III. No se puede seguir validando el modelo neoliberal actual de desarrollo, donde las urbanizaciones privadas son el objetivo ideal, destruyendo a su paso el espacio público y la calidad de vida urbana. (CENTRO DE DERECHOS ECONÔMICOS E SOCIALES, 2014).*[7]

O autor segue afirmando, que o desafio da conferência era, exatamente, a disputa pelo *direito à cidade*, já que, com seu processo de esvaziamento, muitos grupos podem se apropriar dele de diferentes maneiras e atendendo a interesses próprios.

Considerações Finais

Após análise do processo histórico de construção, esvaziamento e disputa do *direito à cidade* é possível afirmar que esta se dá não somente entre grupos pertencentes a diferentes esferas, como o caso dos acadêmicos e dos movimentos sociais, mas também no interior destes círculos. Isso por dois principais motivos: o tempo de silêncio afastou a discussão de sua problemática inicial e, após o retorno ao debate, que se multiplicou ocupando diferentes imaginários, o conceito pode ser adaptado a quase qualquer narrativa. Esvaziado, o *direito à cidade* tornou-se ainda mais sedutor, tendo em vista que poder-se-ia preenchê-lo com o discurso mais interessante ao ator que vencesse a disputa.

Infelizmente, até o presente momento, quem tem lucrado com este processo é o neoliberalismo que conta com ferramenta potentes como a

[7] "Revendo os documentos de posicionamento referentes ao Habitat III, pode-se ver a posição neoliberal desse evento. Em termos gerais, o Habitat III é simplesmente um encontro. Alguma ação será evidente em Quito e o ideal seria colaborar com diferentes grupos e garantir que essas reuniões envolvam todos. Minha opinião pessoal é que estamos concentrando nossos esforços e recursos para a construção de cidades para investir ao invés de cidades para viver. A satisfação humana agora é medida em dinheiro. As discussões sobre habitação a preços acessíveis e a ausência de políticas públicas decentes que lutem por ela, diferentes direitos de propriedade além da propriedade privada e a identificação de modelos alternativos para o desenvolvimento, devem ser alguns dos tópicos a serem abordados na Habitat III. Não podemos continuar a validar o atual modelo de desenvolvimento neoliberal, onde as urbanizações privadas são o objetivo ideal, destruindo o espaço público e a qualidade de vida urbana em seu caminho". (CENTRO DE DERECHOS ECONÔMICOS E SOCIALES, 2018). Tradução do autor.

nova forma de atuação e gestão do Estado, o crescimento do terceiro setor e o controle de subjetividades, instrumentalizados por diferentes meios, como o uso dos canais de comunicação, a produção acadêmica, a criação de conferências nacionais e internacionais, como as UN-HABITAT II e III, dentre outros.

Entretanto não se pode negar que esta conquista, mesmo que pontual, tem como forte aliado um processo de modificação da forma de pensar, principalmente da esquerda, que se fortaleceu em momentos históricos como a década de 1960. Não que os manifestantes envolvidos tivessem como finalidade fortalecer o processo capitalista que deu origem ao neoliberalismo, mas que parte dos movimentos e das pautas foram cooptadas em favor do sistema. Além disso é possível perceber nos dias de hoje, uso distorcido da maioria dos discursos proferidos no período anterior, atendendo e fortalecendo as demandas neoliberais diversas, com destaque para a produção de subjetividades.

Por fim, vale lembrar que tal como a *sociedade urbana*, o *direito à cidade* pertence a um horizonte utópico e, portanto, imerso em vários conflitos, o que permite à academia e aos movimentos sociais que não estão de acordo com a forma de apropriação neoliberal que ele vem sofrendo, disputá-lo pelo tempo que for preciso.

Agradecimentos

Agradecemos aos pesquisadores do Indisciplinar parceiros da pesquisa que envolve este artigo - Geopolítica e Território -: Henrique Porto e Danilo Caporalli. Agradecemos também ao Programa PACPS, à PROEX UFMG, ao PRPq da UFMG, à Escola de Arquitetura da UFMG, ao CNPQ e à Fapemig.

Referências

BALBIM, Renato. **Para entender o relatório.** In: IPEA, C. Relatório Brasileiro para a Habitat III. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada , 2016. p. 17 - 21.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Tradução de Arlene Caetano. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

DELGADO, Manuel. **Elogio y rescate de Henri Lefebvre: La usurpación de 'El derecho a la ciudad' por las nuevas políticas urbanas.** El País, Barcelona, 19 mar. 2018. Urbanismo. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2018/03/16/seres_urbanos/1521194122_492095.html>. Acesso em: 04 jun. 2018.

DARDOT, P.; **LAVAL, C.** A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo,Boitempo, 2016.

FERNANDES, Edésio. **Constructing the 'right to the city' in Brazil.** Social & Legal Studies, v.16, n.2, pp.201-19. 2007.

FIX, M. **Uma ponte para a especulação - ou a arte da renda na montagem de uma cidade global.** Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 55, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792009000100003>. Acesso em 11 de jun. de 2018.

HARVEY, David. **The Right to the City.** International Journal of Urban and Regional Research, v. 27, n. 4, 2003.

_____. **O Direito à Cidade.** 2008. Traduzido do original em inglês "The right to the city", por Jair Pinheiro, professor da FFC/UNESP/Marília. New Left Review, n. 53, 2008, p. 73-89.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tadução Jeferson Camargo. São paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Minneapolis. 2003

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MARCUSE, Peter. **"Os direitos nas cidades e o direito à cidade".** In: SUGRANYES, A.; MATHIVET, C. (orgs.). Cidades para todos: propostas e experiências pela direito à cidade. Santiago: Habitat International Coalition. 2010.

MARICATO, Ermínia. **Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade**. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro; Orlando dos Santos Junior (org.). As metrópoles e a questão social brasileira. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan; Fase, 2007, v. 1, p. 165-195.

MARTI, Marc; SALAZAR, Monica. **Entrevista a David Harvey sobre Gentrificación: "Habitat III tiene una posición neoliberal".** Centro de Derechos Económicos y Sociales, 10 out. 2016. Disponível em: <http://cdes.org.ec/web/entrevista-a-david-harvey-sobre-gentrificacion-habitat-iii-tiene-una-posicion-neoliberal/>. Acesso em: 04 jun. 2014.

MITCHELL, Don. **The right to the city: social justice and the fight for public space.** New York: Guilford. 2003.

ONU. **New Urban Agenda, Quito, 23 Dezembro 2016.** 1 - 29.

PURCELL, M. **Citizenship and the right to the global city: reimagining the capitalist world order.** International Journal of Urban and Regional Research, v.27, n.3, p.1564-90. 2003.

RABELO, Erica; FANTIN, Marcel. **Prioridades e diretrizes das conferências habitat: entre o neoliberalismo e o bem comum.** In: RENA, Natacha; FREITAS, Daniel; SÁ, Ana Isabel; BRANDÃO, Marcela (orgs.). I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico. Belo Horizonte: Fluxos, 2018. p. 930-947.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A Cidade como Direito.** In: IX Colóquio Internacional de Geocrítica, 2007, Porto Alegre. Los Problemas del Mundo Actual. Soluciones y Alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales. 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/arlete.htm>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SIQUEIRA, Mariana; RENA, Natacha . **Um dos mais influentes pensadores marxistas da atualidade expõe o papel central da urbanização na economia mundial.** aU, fev. 2015. Urbanismo, p. 160. Disponível em: <http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/251/artigo338475-1.aspx>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SOUZA, Marcelo.Which right to which city? **In defense of political-strategic clarity.** Interface, v.2, pp.315-333, 2010.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual.** Novos Estudos 104, São Paulo, p. 93-109, mar. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/306056929_Direito_a_cidade_uma_trajetoria_conceitual>. Acesso em: 04 jun. 2018.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Direitos e Cidadania: reflexões sobre o direito à cidade.** Lua Nova, São Paulo, 87: 139-165, 2012

ŽIŽEK, Slavoj. **Reciclagem, comidas orgânicas, andar de bicicleta...:** não é assim que nós salvaremos o planeta. Tradução de Daniel Alves Teixeira, LavraPalavra, [S.l.], 07 mar. 2017. Tag slavoj-zizek, p. 1. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2017/03/07/reciclagem-comidas-organicas-andar-de-bicicleta-nao-e-assim-que-nos-salvaremos-o-planeta/>. Acesso em: 26 fev. 2018.

As ocupações culturais nos territórios periféricos da cidade de São Paulo e as múltiplas resistências ao urbanismo neoliberal

MARINO, Aluízio (1); SILVA, Alberto Gerardo. (2)

1. Universidade Federal do ABC. Planejamento e Gestão do Território
Alameda da Universidade, s/n - Anchieta, São Bernardo do Campo - SP, 09606-045
aluizio.marino@ufabc.edu.br

2. Universidade Federal do ABC. Planejamento e Gestão do Território
Alameda da Universidade, s/n - Anchieta, São Bernardo do Campo - SP, 09606-045
gerardo.silva@ufabc.edu.br

Resumo

A existência de movimentos culturais nos territórios periféricos da cidade de São Paulo não é um fato novo. Pelo contrário, o surgimento desses territórios é marcado desde sua origem por ações coletivas em torno da cultura popular, compreendida também como cultura de resistência ou oposição. Mais recentemente coletivos culturais passaram a ocupar espaços ociosos para se encontrar, produzir, atender a comunidade e exigir condições para os artistas e trabalhadores da cultura. Este ensaio trata especificamente dessas ocupações, instaladas em espaços públicos e protagonizadas por coletivos culturais. Entendemos que essas ocupações constituem agenciamentos do comum urbano que se contrapõem ao urbanismo neoliberal, posto que produzem alternativas ao processo de privatização e cercamento do espaço urbano que se pretende impor.

Palavras-chave: território, periferia, coletivos, ocupações culturais, urbanismo neoliberal, resistências

Introdução

A existência de movimentos culturais nos territórios periféricos da cidade de São Paulo não é um fato novo. Pelo contrário, o surgimento desses territórios é marcado desde sua origem por ações coletivas em torno da cultura popular, compreendida também como cultura de resistência ou oposição (Downing, 2002). São movimentos plurais, que se transformaram ao longo do tempo, mas que possuem uma forte característica comum: ocupar espaços como forma de resistência. Alguns exemplos disso: no período da ditadura militar o samba era duramente reprimido no espaço público, encontrando nos quintais o espaço de resistência; muito próximo ao que acontece hoje com os "fluxos" do funk são reprimidos nas favelas e periferias, obrigando os jovens a alterar os locais dos eventos constantemente como forma de driblar o cerco da repressão.

Mais recentemente coletivos culturais passaram a ocupar espaços ociosos para se encontrar, produzir, atender a comunidade e exigir condições para os artistas e trabalhadores da cultura. Este ensaio trata especificamente dessas ocupações, instaladas em espaços públicos e protagonizadas por coletivos culturais. Para tanto, está dividido em quatro sessões: (i) inicialmente traça um breve histórico e contextualiza o cenário atual a partir de uma cartografia que singulariza o perfil das ocupações culturais existentes nas periferias; (ii) a segunda sessão explora o processo de articulação em curso entre essas ocupações, que passaram recentemente a discutir agendas comuns em torno da cidade, para além de suas regiões ou "quebradas" específicas; (iii) a terceira sessão trata do avanço do urbanismo neoliberal na cidade de São Paulo, cujos planos de intervenção urbana e/ou de mercantilização dos espaços públicos ameaçam essas ocupações; (iv) a quarta sessão esboça uma reflexão acerca das múltiplas resistências com as quais as ocupações estão ligadas, especificamente daquelas que fazem frente ao avanço do urbanismo neoliberal.

Entendemos que as ocupações culturais constituem agenciamentos do comum urbano que se contrapõem ao urbanismo neoliberal, posto que produzem alternativas ao processo de privatização e cercamento do espaço urbano que se pretende impor. Vale a pena destacar que os coletivos culturais responsáveis por essas ocupações também possuem vínculos com outras lutas na cidade, tais como o racismo, o machismo, o patriarcado e o capitalismo.

O resultado dos projetos de privatização em curso ainda é uma incógnita, entretanto sua existência configura uma ameaça direta a essas ocupações, após o início de alguns projetos e de novas regulamentações que visam alienar terras e bens públicos verificamos que ao menos quatro ocupações culturais foram removidas. Em outros casos os embates pela permanência das ocupações culturais são travados com o poder local, ou seja, afrontando a velha e tradicional cultura política presente nesses territórios.

1. Uma cartografia das ocupações culturais nas periferias de São Paulo

Ocupar é um ato de necessidade nas periferias metropolitanas. Esses territórios abrigaram a população excluída da cidade planejada, forçada a ocupar e constituir um território "ilegal". O território, além de um espaço físico delimitado, é resultado de uma trama de relações culturais. Cultura, territorialidade e pertencimento, são, de certo modo, sinônimos. "O território em que vivemos é mais do que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico" (Santos, 1992, p. 82).

A ocupação de espaços na periferia de São Paulo para a produção da cultura popular é uma característica da formação desses territórios. Inclusive muitos espaços autoconstruídos na formação dos primeiros bairros populares

abrigam atualmente espaços comunitários que incidem sobre seu entorno a partir de intervenções artísticas, culturais, esportivas e educacionais[1].

Nesse artigo, abordamos a noção de ocupação cultural a partir de um recorte específico, que compreende o ato de ressignificar equipamentos públicos ociosos, abandonados pelo Estado. Protagonizados por coletivos culturais[2] nas periferias de São Paulo. Existem outros tipos de ocupação cultural (quintais, terreiros, pixação, graffiti, fluxos, rolezinhos) nesses territórios, mas que não serão exploradas aqui. Basta apenas destacar que ambas possuem características comuns, são resultado da cidadania insurgente (Holston, 2013) e alvos de constante criminalização.

Em São Paulo, as primeiras ocupações culturais surgem na zona leste. Em 2002, na região do Patriarca, o coletivo Dolores Boca Aberta ocupa um galpão subutilizado (Itokazu, 2017) – onde na época funcionava de forma precária um Clube da Comunidade, batizado de CDC Vento Leste[3]. A segunda ocupação ocorreu em 2003 na região de Cidade Tiradentes, extremo leste da cidade. Em um galpão da COHAB onde chegou a funcionar um supermercado e que posteriormente ficou abandonado por 10 anos, servindo como ponto de uso e tráfico de drogas (Diba, 2012). Nesse local, em 2003, o grupo de teatro Pombas Urbanas em parceria com a comunidade local transformou esse espaço abandonado e degrado em um centro cultural, nomeado “Arte em Construção”.

Essa lógica de ocupação ganha fôlego partir dos anos 2000, intensificando-se a partir de então. Verifica-se um aumento significativo dessas ocupações após o ano de 2013. Principalmente por conta da “brecha democrática” aberta pelas jornadas de junho (Silva e Corsini, 2015) e pela articulação entre coletivos culturais via Movimento Cultural das Periferias (Marino; Silva, 2016).

Um exemplo disso, também na zona leste, é o coletivo Love CT, que ocupou uma antiga base da guarda civil metropolitana localizada na região de Cidade Tiradentes. A base foi abandonada em 2006 quando ocorreu o “Salve Geral”, quando o Primeiro Comando da Capital (PCC) ordenou ataques contra agentes e instituições de segurança pública. Em 2013 o coletivo de skatistas ocupou o espaço e desde então realizam oficinas de skate e atividades lúdicas como sarau e musicalização, voltadas principalmente para as crianças do entorno.

Atualmente, a partir de um mapeamento pelo bloco de ocupações, estimamos que no início de 2017 existissem ao menos 17 ocupações culturais em atividade nas periferias de São Paulo. A maioria dessas ocupações está em equipamentos municipais, tais como galpões da COHAB, prédios das prefeituras regionais e antigos telecentros desativados.

Órgão responsável pelo equipamento	Total de ocupações mapeadas
COHAB	4
Prefeitura regional	4
Secretaria de Serviços (antigos telecentros)	3
Secretaria do Verde e Meio Ambiente	2
Assistência Social	1
Empresa Metropolitana de Águas e Energia	1
Guarda Civil Metropolitana	1
Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação	1

[1] É o caso por exemplo do espaço e ponto de cultura São Mateus em Movimento, que atua desde 2007 na favela do Vila Flávia, localizada no distrito de São Mateus, zona leste de São Paulo.

[2] Compreendemos que os coletivos culturais são formados principalmente por jovens, que vivem no local onde atuam. Surgem como grupos informais a partir do final da década de 1990, operando na lógica dos combinados e tratos estabelecidos pelos membros, em outras palavras, pelo sentido da coletividade (MARINO, 2016). Alguns desses grupos mais recentemente se institucionalizaram para acessar determinados “espaços de ação convidados” (MIRAFTAB, 2016), entretanto permanecem operando de forma desierarquizada.

[3] O galpão construído no final da década de 1970 pelo grupo de teatro Vento Leste. Ainda no início da década de 1980, a gestão do então governador Paulo Maluf removeu o grupo do local, deixando o galpão abandonado por mais de 20 anos. Apenas em 2001 que a gestão municipal reativou o espaço, entretanto de forma precária e subutilizada, nesse contexto que surge a ocupação.

2. Bloco de Ocupações: avanços e limites na disputa institucional

O Bloco de Ocupações é uma arena que agrega trabalhadores e militantes da cultura organizados em coletivos que compartilham a gestão espaços públicos abandonados pelo poder publico. Surge em 2013, inserido em uma ampla articulação entre coletivos: o Movimento Cultural das Periferias (MCP). Sua formação não ocorre por acaso nesse ano, período de intensas mobilizações sociais no Brasil - reconhecido principalmente pelas jornadas de junho – e coincidentemente o ano de realização da 3ª Conferência Municipal de Cultura.

Na 3ª Conferência Municipal de Cultura, o MCP trouxe à tona a existência desses espaços, pautando a importância das ocupações culturais nas periferias, territórios historicamente marcados pela falta de infraestrutura adequada para a realização de atividades culturais. Ao mesmo tempo, expuseram a necessidade de que o poder público reconhece esses espaços, historicamente criminalizados. A pressão popular surtiu efeito e a quarta proposta mais votada (com 181 votos) contemplou as ocupações culturais:

> *"Mapear e regularizar os espaços públicos, privados (e/ou tombados) ociosos, para serem ocupados e revitalizados por grupos culturais, com fins de utilização, através de concessão de uso, desapropriação ou instrumento jurídico pertinente."*

A proposta do MCP, através do Bloco de Ocupação, é que esses processos sejam reconhecidos, para tanto exigem que os equipamentos sejam concedidos pelo poder público, garantindo assim segurança jurídica para a atuação dos coletivos. Na conferência o MCP conseguiu marcar espaço e a partir disso deu prosseguimento as disputas institucionais para alcançar seus objetivos. Para tanto, em 2014 elaborou um dossiê das ocupações, onde mapeou os espaços e o identificou o histórico de atuação dos coletivos.

Esse dossiê serviu como referência para a elaboração de uma proposta de termo de cessão de uso de até 20 anos para os coletivos ocupantes.

Na época, a gestão municipal abriu o diálogo com os movimentos culturais, tendo realizado a conferência e outros espaços de participação que resultaram em um Plano Municipal de Cultura. O plano prevê metas para a política cultural no município para os próximos 10 anos, trata-se de um documento que contou com contribuições presenciais e online. Nele existe uma meta específica para as ocupações culturais:

> *Meta 7: Gestão colaborativa e espaços independentes*
>
> *Ação 7.1: ampliar, diversificar e potencializar a rede de equipamentos culturais em parceria com a sociedade civil por meio de novos modelos de gestão e cessão de espaços.*
>
> *Ação 7.2: Mapear imóveis públicos ocupados e ociosos, regularizá-los e realizar parcerias para gestão colaborativa desses espaços com instituições de interesse público e coletivos culturais com comprovada relevância e histórico de atuação.*

O MCP conseguiu avanços indiscutíveis ao ocupar os espaços institucionais e tencionar o poder público. Ao mesmo tempo a gestão municipal, durante o período de 2012 a 2016, abriu espaços de diálogo que possibilitaram isso. Entretanto, todo esse acúmulo de participação social não se traduziu em uma política concreta para as ocupações, permanecendo ilegais[4]. Além disso, mesmo durante esse período de diálogo houveram tentativas de remover algumas das ocupações, principalmente por parte das prefeituras regionais e da COHAB, órgãos responsáveis pela maior parte dos espaços ocupados.

[4] A única exceção ocorreu no Centro Cultural Arte em Construção, que representado pelo instituto pombas urbanas conseguiu um termo de cessão de uso do espaço por até 20 anos.

3. Ocupações Culturais x Urbanismo Neoliberal

A partir de 2017, com a entrada de uma nova gestão municipal, o diálogo que até então foi estabelecido entre o poder público e os movimentos culturais foi interrompido. O Plano Municipal de Cultura por exemplo foi desconsiderado, suas diretrizes não estão previstas no plano de metas do município. As ocupações culturais foram impactadas diretamente, já que sem o diálogo antes existente as chances de regularização da situação dos coletivos ocupantes é ainda mais distante.

Além da falta de diálogo e descompromisso com a participação social, recentemente a prefeitura tem procurado vender as terras municipais para gerar recursos. Segundo a prefeitura a partir dos valores obtidos será formado um Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, entretanto os objetivos desse fundo não estão bem definidos. Outra questão delicada é que essa decisão não considera os limites em longo prazo, uma vez que a terra é um recurso esgotável.

O Plano Municipal de Desestatização (Lei Municipal nº 16.703/2017) é parte fundamental nesse processo de venda de terras públicas. Nele está elencada uma lista de bens públicos que podem ser privatizados ou concedidos: mercados, sacolões, parques e praças, planetários e pátios. Além dele, tramita na câmara dos vereadores um projeto de lei (nº 404/2017) que autoriza a venda ou transferência de todos os imóveis públicos com área igual ou inferior a dez mil metros quadrados.

Somam-se as legislações mencionadas acima: o projeto de comercialização de pelo menos 900 terrenos da Companhia de Habitação (COHAB), anunciado no início de 2018[5]; e os Projetos de Intervenção Urbanística (PIUs) que, entre outros objetivos, proporcionam a transferência de terras para a exploração comercial de terceiros (Santoro & Nunes, 2018).

A lógica da privatização em grande escala das terras e bens públicos reforçam a existência de um "urbanismo neoliberal". A terra pública, em tese, deve cumprir uma função social que beneficie a coletividade. Todavia verifica-se recentemente na cidade de São Paulo uma crescente regulação da terra pública que facilita sua alienação ou concessão para o mercado, sem garantia do cumprimento do interesse público na sua utilização (Santoro et. al, 2017).

Embora ainda não tenham sido realizadas grandes alienações ou privatizações dessas terras/bens públicos, as ocupações culturais já sentem diretamente o avanço desse urbanismo neoliberal. A partir de 2017 foram removidas quatro ocupações. Três dessas possuem total relação com a lógica exposta nessa sessão: (i) o Sacolão das Artes[6], ocupação localizada no Capão Redondo, que foi removido em março de 2018 sob justificativa de que espaço apresentava riscos para seus usuários, entretanto os sacolões municipais são um dos equipamentos previstos no plano municipal de desestatização, e em conversas com a prefeitura regional os coletivos foram informados que o local poderia ser concedido via Parceria Público Privada (PPP); (ii) o Barracão das Artes e o Reação Arte e Cultura, que ocupavam galpões da COHAB em Itaquera e foram alvo de reintegração de posse por parte da companhia, que prevê vender esses espaços para a iniciativa privada.

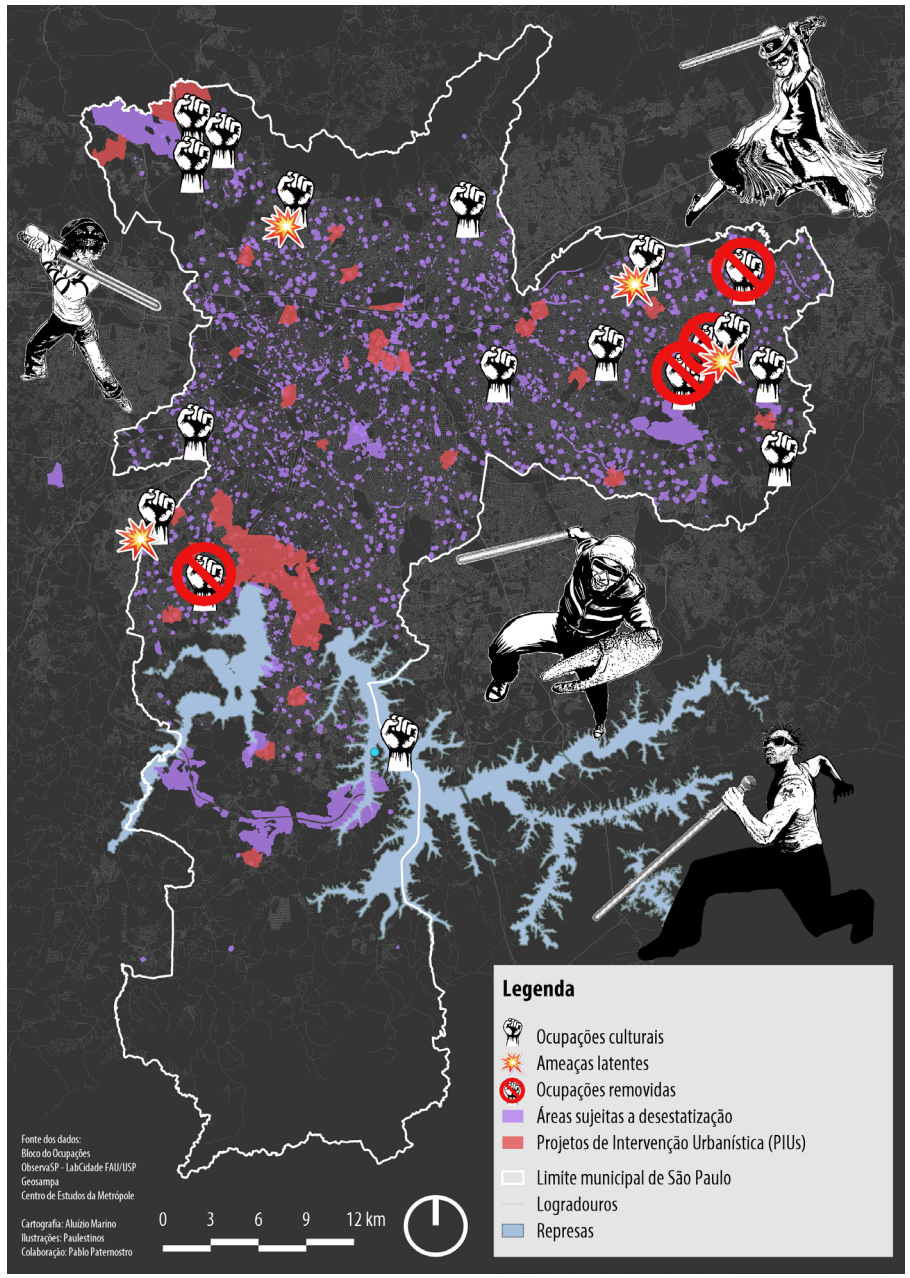
Outro caso de remoção ocorreu na Ocupação Cultural Vila Mara, localizada na região do Jardim Helena, zona leste. Entretanto o motivo da remoção não possui relação com o avanço do urbanismo neoliberal. O espaço que entre 2015 e 2017 foi ocupado por coletivos da região e anteriormente abrigou um telecentro, foi alvo de disputa por parte de atores locais alinhados a atual gestão municipal. Com o apoio da prefeitura regional, uma organização

[5] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/gestao-doria-vai-vender-900-imoveis-da-cohab-avaliados-em-r-500-mi.shtml

[6] https://mural.blogfolha.uol.com.br/2018/04/07/prefeitura-regional-do-mboi-mirim-fecha-sacolao-das-artes/

assumiu a gestão do espaço, entretanto, devido a falta de recursos o espaço encontra-se fechado na maior parte do tempo.

Além das quatro ocupações já removidas existem outras sob ameaça latente de remoção, como é o caso da Okupação Cultural CORAGEM, uma das principais galerias de arte urbana da zona leste. O espaço que pertence a COHAB estava abandonado há quase uma década, desde 2015 ele abriga exposições de grandes nomes do graffiti brasileiro, além de atividades de formação, apresentações musicais e encontros de articulação entre coletivos, inseridos no Fórum de Cultura da Zona Leste. Outra ocupação ameaçada pelo avanço do urbanismo neoliberal é o Espaço Cultural CITA, localizado no Campo Limpo. A ocupação está localizada no perímetro do PIU Campo Limpo e pode ser alvo de cessão para a iniciativa privada.



Mapa 1. Ocupações Culturais x Urbanismo Neoliberal

Dentre as ocupações ameaças existem dois casos que aparentemente não tem relação direta com o processo em massa de privatização: (i) a Ocupação Cultural Mateus Santos, em Ermelino Matarazzo, que em 2017 foi alvo de críticas e violências verbais por parte do atual secretário de cultura – o espaço chegou a inclusive a ser interditado pela prefeitura regional e teve o fornecimento de água e luz cortados, mesmo com as adversidades a ocupação permanece ativa, atendendo diariamente a comunidade do entorno, com atividades[7]; e (ii) o Espaço Cultural Jardim Damasceno, localizado na região da Brasilândia, que após arrecadar via financiamento coletivo, recursos para a construção de uma escola de permacultura teve as obras embargadas e o espaço interditado pela prefeitura regional.

4. Múltiplas resistências

É importante destacar que a maioria das ocupações mapeadas sofreram ao longo de sua existência tentativas de silenciamento, criminalização e remoção. Entretanto essas ações eram pontuais. Atualmente parece que existe um movimento amplo, contrário as ocupações e outras formas de resistência cultural como um todo. Nesse cenário, o urbanismo neoliberal possui papel central, mas também existem outros elementos importantes que merecem destaque.

No dia 23 de novembro de 2016 aconteceu uma roda de conversa com a temática "gestão compartilhada de equipamentos culturais", onde foram discutidas alternativas que garantam a autonomia e a horizontalidade na gestão de equipamentos públicos e espaços culturais independentes na cidade de São Paulo. O encontro ocorreu na Ocupação Cultural Mateus Santos, na época ainda sob gestão compartilhada entre os coletivos acompanhado pela Secretaria Municipal de Cultura. Entre os presentes haviam 13 representantes de ocupações culturais, mas também de coletivos e pontos de cultura; trabalhadores da cultura ou "artivistas"; e gestores públicos.

Durante as falas, foram elencadas uma série de alternativas/potencialidades e desafios/limites relacionados à gestão compartilhada desses espaços. O acúmulo foi sistematizado através de uma facilitação visual em formato de cartografia. O resultado final é um mapa, no qual é possível verificar a síntese das principais contribuições, bem como localizar a região de origem de cada uma delas. O resultado visual e a síntese das contribuições é fruto de uma parceria entre os pesquisadores e articuladores culturais Aluízio Marino e Pablo Paternostro.

Pelo fato de ter sido um encontro bastante representativo e legitimado pelas ocupações, iremos aproveitar o acúmulo dos "desafios e limites" sistematizados na cartografia, destacando aqueles que as ocupações resistem. Essa seleção de destaques resultou em quatro problemáticas principais: (i) escassez de equipamentos culturais; (ii) falta de participação social; (iii) sucateamento e privatização dos equipamentos existentes; (iv) a cultura política e os conflitos com os poderes locais; e (v) o avanço da especulação imobiliária.

Historicamente na cidade de São Paulo existe uma péssima distribuição dos equipamentos culturais pelo território, com abundância nas áreas centrais e escassez nas periferias. Essa desigualdade foi um pouco reduzida após a implementação dos Centros Educacionais Unificados, entretanto, persiste uma discrepância que é inclusive assumida no levantamento publicado em 2016 no Plano Municipal de Cultura, escrito pelos técnicos da Secretaria Municipal de Cultura.

Nos poucos equipamentos de cultura existentes regiões periféricas da cidade a participação social é incipiente. As Casas de Cultura foram criadas a partir da Lei Municipal nº 11.325/1992, essa lei determinava a criação de

[7] http://www.redebrasilatual.com.br/entretenimento/2018/02/casa-de-cultura-de-ermelino-matarazzo-amplia-programacao-para-resistir-a-fechamento

20 casas de cultura, após mais de 20 anos existem atualmente apenas 17. A mesma lei prevê em seu art. 7º a existência de conselhos gestores formados majoritariamente por produtores culturais locais, entretanto esses conselhos não chegaram a se concretizar. Não só nesses tipos de equipamentos, são poucas as exceções dos equipamentos culturais que estabelecem diálogo com a comunidade em que está inserida.

O modelo de gestão por Organizações Sociais tem ganhado cada vez mais espaço no Estado de São Paulo e surge como meta para o atual governo municipal. Esses modelos, que na prática se assemelham a privatização, são fortemente criticados pelos coletivos culturais. Nesse sentido, afirmamos que as ocupações culturais não se insurgem apenas contra a escassez como se colocam como uma alternativa a gestão estatal ou privada dos espaços culturais da cidade.

Mapa 2. Alternativas e desafios no contexto das ocupações culturais

Os conflitos com as instâncias locais de governo são constantes com as ocupações culturais. Quando não criminalizam os coletivos, a governança local opera na base do "balcão de negócios": não existe cooperação, quando ações são realizadas possuem fins eleitorais. As Prefeituras Regionais possuem hierarquia e organogramas padronizados, todas elas contam com uma supervisão dedicado a temática cultural. Entretanto, os profissionais que poderiam facilitar a articulação entre coletivos e potencializar a dinâmica cultural do território são, na grande maioria das vezes, profissionais indicados por vereadores ou lideranças locais que não compreendem a importância dos coletivos e ocupações culturais.

A especulação imobiliária é um dos maiores desafios à preservação do patrimônio cultural, seja ela tangível ou intangível. O caso da região de Perus, onde estão localizadas três ocupações culturais é bastante emblemático. Nessa região os movimentos culturais fazem frente aos interesses do mercado imobiliário, disputando o terreno e as instalações da antiga Fábrica de Cimento Portland, que para os grupos locais deve se transformar em um memorial da resistência e da cultura local.

Considerações finais

A primeira cartografia ilustra as ameaças que o avanço do urbanismo neoliberal trazem as ocupações culturais. Mais do que dados ou informações, ela expõe uma narrativa: as ocupações culturais são uma resistência a esse avanço, ao mesmo tempo em que todas estão ameaças por ele. Mesmo que em algumas delas não esteja destacado uma "ameaça latente", todas estão ameaçadas pelo movimento de privatização e venda de terras/bens públicos.

Mesmo que as expectativas de venda desses bens ainda não tenha se concretizado verificamos que pelo menos quatro espaços já foram removidos e outros quatro estão sob ameaça latente. Somando esse fato à falta de diálogo com os movimentos culturais da cidade e o desrespeito a participação social – em especial no que tange a não implementação do plano municipal de cultura –, surge a suspeita de que existe a intenção do poder público de sufocar esses movimentos de resistência.

Referências bibliográficas

DIBA, Denise. **De ponto de drogas à ponto de cultura: o grupo Pombas Urbanas em Cidade Tiradentes.** In: De ponto de drogas à Ponto de Cultura: juventude, teatro e promoção da saúde - o grupo Pombas Urbanas em Cidade Tiradentes. Dissertação de mestrado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. pp. 74-101 2012.

DOWNING, John D.H. **Mídia Radical, Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.** Senac, São Paulo, 2002

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Ed. Martins Fontes. São Paulo: 2014

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** Cia das Letras, São Paulo, 2013.

ITOKAZU, Róger Seiji. **CDC Vento Leste: do espaço ao lugar.** In: Arte da Periferia, território e transformação social: análise psicossocial dos afetos no Teatro Mutirão, do Coletivo Dolores Boca Aberta Mecatrônica de Artes. Dissertação de mestrado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. pp. 85-97. 2017.

MARINO, Aluízio & SILVA, Gerardo. **Política Cultural e Território: dos Pontos de Cultura ao Programa de Fomento à Cultura das Periferias.** Anais VIII Seminário Internacional de Políticas Culturais. PP. 366-375. Rio de Janeiro, 2017

MARINO, Aluízio. **Ação Cultural e Territórios Insurgentes: "Uma pesquisa-ação com coletivos culturais de São Paulo e Bogotá".** Dissertação de Mestrado. UFABC. Santo André, 2016.

MIRAFTAB, F. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 18, n. 3. pp. 363-377. Recife, PE: 2016.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. **Território, Cultura e Política: Movimento Cultural das Periferias, resistências e cidade desejada.** Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2017

SANTORO, P. **F.;** UNGARETTI, D.; MENDONÇA, P. O papel das terras públicas na mobilização do Estado pelo capital em São Paulo. In: ROLNIK, R et al (org.) Cidade Estado-Capital: reestruturação urbana e resistência em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo. FAU USP: São Paulo. 2018.

SANTORO, P.; **NUNES, F.** Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) em São Paulo: transferência de terras para exploração comercial por terceiros. Blog do ObservaSP. Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2018/05/25/projetos-de-intervencao-urbana-pius-em-sao-paulo-transferencia-de-terras-para-exploracao-comercial-por-terceiros/>. Acessado em 11 jun. 2018.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão.** Edusp: São Paulo. 1992.

SILVA, Gerardo; CORSINI, Leonora. **Além das reivindicações, explorar as brechas democráticas abertas pelas jornadas de junho no Brasil.** In: SILVA, Gerardo; CORSINI, Leonora (org.) Democracia x Regimes de Pacificação. São Paulo: Annablume, 2015

Documentos públicos:

Plano municipal de cultura (decreto nº 57.484/2016): http://www.docidadesp.imprensaoficial.com.br/NavegaEdicao.aspx?ClipID=0PRG9373NJO7UeBV69CPBF79209

Propostas mais votadas na 3ª conferência municipal de cultura: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/propostas%20conferencia%20ok_1376410708.pdf

Dia de glória: Se todo artista é marginal, todo marginal é um artista em potencial.

PETRUS, MARIA BEATRIZ.

Casa de Estudos Urbanos. Núcleo de Curadoria
Rua da Glória, 18A, Glória, 22241-180, Rio de Janeiro/RJ
biapetrus@gmail.com

Resumo

Esse artigo apresenta reflexões em torno do projeto Dia de Glória, desenvolvido para provocar atravessamentos durante o curso [re]Agir, oferecido pela Casa de Estudos Urbanos, no bairro da Glória, Rio de Janeiro, durante o segundo semestre de 2017. Apresento o processo em diálogo com conceitos e imagens que pensam a relação arte-cidade como meio para manutenção e fortalecimento de elos interpessoais e como potência de transfiguração do espaço público.

Palavras-chave: Glória; Arte; Urbano; Afeto.

Oh Glória!
É o teste, é o teste, é a febre, é a glória
Não se corromper pra nós já é vitória
É o teste, é o teste, é a febre, é a glória
Procure ser feliz, pobreza não é derrota
É o teste, é o teste, é a febre, é a glória
(Criolo, 2006).

No momento em que o nome *Dia de Glória* foi pronunciado como sugestão, por um dos participantes do grupo que se reunia naquela casa da Glória para pensar os eventos, esse projeto começou a existir no imaginário de quem escutou. Foi a partir dos inúmeros sentidos da palavra, percebidos pelo grupo, que o nome resultou num consenso. Sabíamos que estávamos tentando encontrar palavras que comportassem as contradições do bairro da Glória, como por exemplo a memória do passado grandioso no Rio de Janeiro de 1850 e a atual decadência do bairro e sua expressiva presença nas estatísticas de desigualdade social, violência e de pessoas em situação de rua. Glória, palavra que contém aspectos divinos e humanos, do povo e do poder. Segundo Agamben (2011), a democracia contemporânea é fundada sobre a "Glória", ou seja, sobre *uma* exaltação vazia que multiplicada por inúmeras mídias nos mais diversos campos, constrói toda uma imaginação que passa a servir ao poder. Para o filósofo, "somos fascinados pela Glória". Colby Dickinson, autor de *Agamben and Theology*, afirma em entrevista dada a revista *IHU On-Line* que, para Agamben, é preciso ir além da glória, a fim de pensar a política com novos olhos, de um lugar onde ela esteja suspensa, para que possamos retornar a ela novamente, mas de uma perspectiva totalmente nova. (DICKINSON, 2017).

Em companhia de muitos outros movimentos artísticos que atuam nas ruas, *Dia de Glória* se propõe a realizar ações artísticas como uma forma de

resistência, que através de ações efêmeras e simples, extraordinárias aos acontecimentos rotineiros, dão lugar a uma imaginação fora das normas. Acreditamos que eventos aparentemente desprovidos de sentido, alheios aos acontecimentos da lógica, revolvem obstáculos que ações mais profundas talvez não consigam romper. Os agenciamentos engendrados nesses dias de "ações gloriosas" durante o ano de 2017 surpreenderam por sua potência de transformação.

A enorme quantidade de manifestações no contexto das cidades brasileiras, reforça a rua como um lugar de resistência e consequentemente um lugar que a arte ativista desejar ocupar – seja pelo elemento de insurgência que essas ações carregam, seja pela espontaneidade de uma demanda afetiva que condensam. Qualquer brecha não ocupada ou de "propriedade frágil", como prédios abandonados, casarões em ruínas, fábricas desativadas e outros, é potencialmente local fértil para o surgimento de uma manifestação artística. Ações e performances borram fronteiras com protestos e outras formas de reivindicações. Artistas voltam a se apropriar das grandes cidades e suas contradições sociais, assim como dos atores, dos espaços de publicidade, das praças, calçadas, vagas, buracos e becos para criar estranhamentos, embates ou afinidades. Os coletivos de artistas se tornam muito próximos das manifestações, não só em sua intenção de protesto, mas também em linguagem visual. Acreditamos que o embate arte/vida se torna ainda mais contundente quando a matéria artística e o modo como nos relacionamos com ela são postos na perspectiva de uma cidade, ou de um mundo, que luta ativamente para diminuir a desigualdade social em que vivemos.

A Glória é um dos bairros mais antigos da cidade do Rio de Janeiro, próximo ao centro, de relevância histórica, com enorme diversidade cultural e muitas disparidades sociais. Podemos perceber um número significativo de "indisciplinas urbanas", que não ocorrem nos bairros mais nobres da cidade. A região tem vários lugares que funcionam como aglutinadores; um comércio de vizinhança com bares, padarias, mercadinhos e cafés, que são pontos de encontro onde percebemos que muitos se tratam pelo nome. Velhos conhecidos que vivenciaram as transformações da paisagem, dos empreendimentos e da história do bairro. Ao permanecer nesses estabelecimentos é comum ouvir os que se referem às antigas "Glórias" com lembranças fortemente afetivas e saudosas. Por outro lado, jovens que moram ou simplesmente frequentam o bairro, tem uma atuação importante na capacidade de atravessar fronteiras e viver indisciplinas que animam o fortalecimento do sentido de comunidade e espaço comum. Da nossa chegada ao endereço Rua da Glória, número 18, até a festa de inauguração, passou-se um bom tempo para perceber a teia de relações existente no bairro e a importante oxigenação na vida ao redor da Casa de Estudos Urbanos, produzida pela juventude.

O cotidiano no bairro da Glória parece bem estabelecido e seus atores agenciam enredos de forma relativamente acordada. Percebemos que aqueles que compartilham as ruas do bairro, mesmo fazendo uso do espaço comum de modo indisciplinado, em meio a uma situação predominante de conflito e disputa, fazem acordos que, para além da sobrevivência, expõem conhecimentos, estratégias de levante e adaptabilidade, de extrema lucidez em suas contradições. Afinal, como nos lembra Criolo, "Cada maloqueiro tem um saber empírico." (CRIOLO, 2014).

A rua: lugar de incertezas, conflitos e disputas. Lugar da arte.

Há um componente constante de risco e imprevisibilidade inerente ao espaço coletivo urbano. Na arte este mesmo componente pode ser conquistado, principalmente quando se faz uso da co-presença e se produz algo autônomo. Por não ser a arte um campo bem delimitado, algumas obras ou ações nos conduzem a caminhar em terrenos demasiadamente *lisos* como propõem Deleuze e Guattari (1997) ao pensar as estratégias de deslocamento nômade e sedentário, numa perspectiva de incertezas. Como

nas cidades de Ítalo Calvino (1990), nos propusemos a olhar para a Glória e tentar ativar paisagens invisíveis através da imaginação, incentivando o público (atores locais) a compartilhar gestos com artistas, performers, músicos ou poetas, gestos e qualquer outra forma possível de coprodução e transmissão de significados. Entendemos que os gestos que as performances geram, nas brechas dos espaços públicos da Glória, podem se repetir até se tornarem práticas corporais que sejam capazes de modificar as relações pré-existentes.

A Casa de Estudos Urbanos se localiza em um ponto estratégico do bairro em frente a uma praça onde muitas indisciplinas são praticadas. Na nossa janela estamos de frente para o ponto onde ficam as travestis, convivemos em proximidade com o "shopping chão" como também com pessoas em situação de rua e moradores de ocupações e abrigos informais. Presenciamos diariamente episódios de conflitos e disputas entre personagens dos mais diversos, que muitas vezes parecem estar atuando para uma grande arquibancada que os assiste sem capacidade de intervir.

Nesse contexto de disputa e incertezas é que acreditamos encontrar uma via de mão dupla. Buscamos algo que renove os ânimos de quem está na rua lutando e também os nossos para sairmos deste ponto de inércia. Através da arte, em seus campos expandidos e ativismos que dela derivam, podemos produzir narrativas contra hegemônicas que sugestionem direções de um mundo possível a ser imaginado. Nossa busca tem sido proporcionar deslocamentos de percepção e consequentes subversões que tornem visíveis a força criativa e inovadora que atua por trás das formas excêntricas, menos convencionais, de viver e produzir na cidade. Acreditamos que somos afetados pelas pessoas com quem convivemos no entorno da Casa de Estudos Urbanos, da mesma forma que as ações que saem da casa para a rua podem afetar o comportamento cotidiano do bairro e de seus atores. A possibilidade de mútuo crescimento acontecerá se pudermos destituir o olhar julgador sobre os "indisciplinados", que entendemos como importantes criadores de sentidos e subjetividades que se contrapõem à lógica capitalista predominante.

Em 2013, quando as manifestações no Brasil se faziam presentes no que foi denominado "jornadas de junho", delineou-se um quadro mais favorável para que as práticas artísticas se misturassem às multidões de manifestantes e voltassem a questionar as formas de arte confinadas em arquiteturas de prédios espetaculares. Em um mundo fluido, desestruturado no tempo e no espaço sob a égide de um capitalismo técnico-científico neoliberal, onde percebemos as coisas a partir de perspectivas móveis, a arte se vê novamente ameaçada pelo inevitável distanciamento de seu público. O artista que insistir em produzir uma arte resguardada da desordem, da desestabilização e do desconforto, presentes na sociedade desigual em que vivemos, deve avaliar o risco de caminhar na direção do isolamento de sua obra.

Nos anos 90, as formas de arte que estabeleceram relações com o lugar onde estavam instaladas e que iniciaram um processo de expansão de limites físicos e conceituais dos lugares da arte, levaram ao início da derrubada dos muros dos museus e criaram novos campos de investigação. De lá para cá vivenciamos período e modos de fazer arte lutando para aproximá-la da vida. Assim, as obras que provocaram o desmanche do objeto, as práticas situacionistas, a Land Art., os artistas que usaram o corpo como meio de questionar as fronteiras entre criação e existência, levaram o espectador a caminhar junto com as práticas que buscavam um espaço fora das instituições. Hoje, não importa em que lugar, a arte nasce sempre na zona de contato em que o "eu" encontra o "outro". O desafio para o artista é lidar com deslocamentos, permutas e mobilidades. Presença, gesto e contexto transformam a qualidade do contato, e a arte, com sua capacidade de expressão, pode transformar ao desencadear afetos. Para Brian Holmes ativismo artístico é "afetivismo" e afetar é o que poderá trazer o que ele chama de "novas chances." (Holmes, 2008).

A arte é um todo. Autor e espectador imersos na cidade e no mundo.

As performances, como experiências subjetivas próprias do mundo da arte, quando feitas nas ruas, podem contribuir para a aproximação entre os diversos corpos que circulam e se esbarram nos espaços e fazer deste contato uma possibilidade de transformação. Algumas vezes as ferramentas digitais e mídias sociais que transmitem ações artísticas em tempo real proporcionam, quando menos se espera, encontros de linguagens que dão vida a quimeras nunca imaginadas. Novos corpos compostos por partes que até então estavam separadas por distâncias físicas, conceituais ou sociais emergem em meio às diversas manifestações e formas de protesto. O que vemos é um sujeito verdadeiramente envolvido com as ações, cujo status de obra de arte é inicialmente ambíguo e nem sempre possível a portas fechadas ou dentro de alguma moldura instituída. O todo da rua nos faz perceber arte-espaço-recepção como uma única matéria, e quando presenciamos um desses eventos somos não só espectadores, somos conviventes, podemos ser coniventes. Profanar o espaço isolado destinado à arte e tornar o todo um único evento de celebração cria uma atmosfera coletiva que não é mais tão estranha ao espectador – já que se torna parte de seu próprio mundo.

O potencial poético em disputa

Reiniciamos os Dias de Glória em 2018, partindo da seguinte pergunta: De que maneira as ações realizadas em 2017 modificaram o entorno da Casa e as interações sociais no espaço público? É necessário contextualizar como iniciamos esse trabalho e, para exemplificar, descreveremos algumas ações que repercutiram mais intensamente no contexto local.

Quando fomos convidados pela Casa de Estudos Urbanos a participar do núcleo de curadoria, sugerimos contribuir com ações na rua que atravessassem o curso [re]Agir. O curso se propunha a trabalhar e a interagir com a população local a partir dos rastros de indisciplina percebidos na vizinhança. Criamos a nossa proposta de ações como uma forma de posicionamento artístico-crítico em relação ao local em que estaríamos inseridos, propondo-nos a caminhar na incerteza e a interrogar os sistemas sociais e políticos "ideais" e aqueles que já se encontravam em atuação. Planejávamos suscitar acontecimentos, mesmo que pequenos, que escapassem ao controle, ou que pudessem "engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volumes reduzidos" (DELEUZE, 1992, p.218) para esgarçar a lógica vigente e fazer ver as heterogeneidades e complexidades de um outro ponto de vista. Sabíamos que disputar a rua seria fundamental, mas pretendíamos também atuar num imaginário em disputa.

Caminhos: uma intervenção urbana

Logo na abertura da Casa, em maio de 2017, entre muitos convidados que fizeram suas performances dentro e fora da Casa, estava o grupo de teatro *Cia EnvieZada,* que se propôs a atuar nas ruas com o espetáculo Caminhos: Uma intervenção Urbana. Atores se misturaram aos cidadãos, sem aviso prévio, e colocaram seus corpos por entre às narrativas da rua, em justaposição a uma outra narrativa que é escutada em *ipods* e fones que foram distribuídos para quem quis acompanhar o grupo. O público segue o grupo de atores por diversos locais no bairro e ao se deslocar convoca os passantes a interagir e os leva para dentro do espetáculo sem mudar, no entanto, nada do que já estava acontecendo. Ao final, abre-se uma faixa com os seguintes dizeres: "NINGUÉM MANDA NO QUE A RUA DIZ". As cenas construídas por atores e passantes reverberam até hoje no imaginário local.

Companhia EnvieZada – Caminhos

A Sopa da Xepa

Num segundo momento, *Dia de Glória* se propôs a interagir com o bairro num domingo, dia da feira livre local, que já concentra um grande público. Dois artistas fizeram suas ações performáticas simultaneamente. Eduardo Mariz cobre seu corpo, com a ajuda do público, com objetos comprados no shopping chão local. Cristiane de Souza atravessa as ruas do bairro provocando reações a um vestido para duas pessoas, com 40 metros de comprimento, em que ambas as pontas podem ser usadas. Os dois atravessam a feira livre, interagem com feirantes, moradores, turistas enquanto saboreiam e experimentam frutas e outras comidas que lhes são oferecidas.

Fenótipo - Eduardo Mariz

O vestido Branco - Cristiane de Souza

Enquanto isso, um outro grupo pede doação dos feirantes para fazermos a Sopa da Xepa na praça em frente à Casa de Estudos Urbanos. O tempo de cozimento da sopa estendeu o evento até escurecer e, enquanto a mesa estivesse ali na praça, sob os olhares de estranhamento da guarda municipal e do "Aterro Presente", teríamos a quem oferecer sopa e com quem conversar sobre a vida. Cozinhar na rua já é um hábito das pessoas em condição de rua – altamente reprimido. Logo, não foi algo inventado pelo grupo. Partimos do que vimos e do que presenciamos todos os dias em forma de conflito e criamos uma ação. As pessoas que cozinhavam em fogareiros com botijões improvisados e os que estavam sentados à mesa puderam permanecer por horas comendo e conversando sem serem retirados ou reprimidos. A quimera-festa-fome não foi interrompida. E quando um morador em situação de rua se aproximou e disse: *"brilhou!"* – fez-se a Glória.

Vinte anos depois do famoso desfile de Joãosinho Trinta, parecíamos uma visão de "Ratos e Urubus, Larguem Minha Fantasia". "Reluziu... / É ouro ou lata / Formou a grande confusão / Qual areia na farofa / É o luxo e a pobreza / No meu mundo de ilusão / Xepa de lá pra cá xepei / Sou na vida um mendigo / da folia eu sou rei (...)." (G.R.E.S. Beija Flor de Nilópolis, 1989). Muito possivelmente repetiremos essa ação de cozinhar e comer no fim da feira com intervalos e alternâncias de lugar porque acreditamos que gestos repetidos criam desdobramentos. A potência de cozinhar na rua evidencia uma possibilidade do uso do alimento da xepa da feira que seria descartado. Acreditamos que essa percepção poderá criar pontes para a busca de uma solução de melhor aproveitamento do lixo da feira. O almoço de domingo, com performance de artistas, passeio na feira e sopão festivo, confrontou os avessos e cutucou pessoas e instituições. Tocar no real da fome é sempre situação de muita complexidade. Mas a rua e a fome desfilam na nossa avenida e nós retiramos o pano, enquanto celebridades e autoridades públicas celebrizadas são fotografadas em banquetes e festas

Desfile New Look

Vou aproveitar esse Dia de Glória porque amanhã volto pro dia de derrota.

(Carmem, vendedora no "shopping chão")

Em toda a extensão da Rua da Glória, vê-se um forte comércio informal pelas calçadas, que se auto intitula garimpo urbano e que alguns chamam de "shopping chão". Para entrarmos na Casa, todos os dias, precisamos inevitavelmente atravessar a faixa de produtos organizados no chão por entre as pequenas passagens que eles deixam entre um pano e outro onde expõem os objetos que vendem. Nos domingos de feira livre o shopping chão se coloca no final da feira ocupando um espaço de grande extensão na pista tripla da Avenida Augusto Severo. Com nossa convivência diária e com os cafés da manhã que oferecemos na Casa mensalmente nos tornamos próximos de alguns "garimpeiros", e criou-se uma camaradagem entre os usuários da Casa de Estudos Urbanos e esses sujeitos que dão sobrevida a uma infinidade de mercadorias que a princípio seriam descartadas. O "forte da região" são os livros usados e roupas.

Calçadas - em frente à Casa de Estudos Urbanos

A partir desta potência da venda de roupa é que pensamos num desfile. O projeto Eco Moda, que já atua em comunidades com moda sustentável, lixo zero, aceitou de imediato nosso convite para participar de um Dia de Glória. Durante um período compramos peças de roupa a R$1,00 no "shopping chão" para que fossem modificadas para o evento. Fizemos um desfile com 40 pessoas entre artistas, atores, estudantes, moradores e com a participação das duas componentes do "shopping chão" que escolheram também atuar como modelos.

Desfile New Look – feira da Glória

Na passarela do asfalto, no final da feira livre, a população local aplaudiu as roupas saídas do chão da rua a R$1,00. Se por algumas horas subvertemos o olhar que julga o comércio do garimpo como algo prejudicial, talvez tenha se desenhado alguma outra possibilidade para estes que resistem à desigualdade e se manifestam diariamente de forma indisciplinada. As imagens nas redes sociais rapidamente conquistaram simpatizantes.

As águas vão rolar

Para encerrar o ano de atuação no bairro, a Casa de Estudo Urbanos escolheu o dia 15 de dezembro. Os meses que transcorreram da abertura até o evento de encerramento haviam sido marcados por uma sequência de ações para abrirmos a casa para a rua, ou seja, criar diversos elos que nos permitissem uma aproximação. A Casa durante anos funcionou com portas e janelas fechadas e isso começou a mudar. Foram inúmeras formas de aproximação. Além dos Dias de Glória outros grupos que compartilham a Casa, promoveram importantes ações. Os eventos denominados de *PROVOCA.AÇÕES* iniciaram um diálogo maior com os moradores da Glória. Procuramos trazer discussões sobre a cidade, as favelas, o prefeito que não cuida da cidade, o feminino e outras questões de gênero. O *Cine Mureta* teve seis edições em 2017 e a cada sessão onde a praça virava uma grande plateia alguma coisa na paisagem local se modificava. O telão foi colocado na rua com filmes que pudessem aproximar interesses e agendas dos mais diversos co-viventes do entorno da casa. O público chegava a ultrapassar 50 pessoas, sentadas no chão em esteiras e bancos improvisados e essas noites de reunião em volta da tela também geravam conversas e moviam afetos.

Cine Mureta - em frente à Casa de Estudos Urbanos

Conflitos também eram comuns em alguns eventos. Como foi o caso do dia que fizemos *As Águas Vão Rolar.* Durante o curso *[re]Agir*, que propunha um estudo transdisciplinar e participativo do entorno da casa, o grupo levantou as causas da falta de acesso à água para a população em situação de rua. Não existem abrigos nem banheiros públicos na região. Os locais de pernoite cobram um valor alto pelo banho. Nos cafés da manhã que organizamos pudemos perceber como era importante lavar as mãos e usar o banheiro da Casa. A falta de acesso a água havia nos ajudado a construir um elo entre a Rua e a Casa através da janela do térreo. Deixávamos no peitoril uma garrafa com água e copos. Quando terminava a água éramos chamados para servir mais um copo ou recolocar a garrafa cheia. Esse gesto/ritual passou a fazer parte da nossa rotina e tornou-se um importante ponto de contato. Uma conversa na janela nos mantinha conectados aos nossos parceiros de luta e de resistência. E a ideia de solicitarmos a volta dos banheiros públicos que haviam sido retirados estava em andamento. Decidimos então pelo evento de encerramento com o tema “Abertura do Verão: As Águas Vão Rolar”.

Abertura do verão – evento de fechamento de 2017

Resolvemos fazer um dia de performances, música e piscinas. Agendamos um caminhão pipa para fornecer 10.000 litros de água. Fizemos um cenário na praça, negociamos com o "shopping chão" o local das piscinas. Munidos de cadeiras de praia, cerveja e infláveis coloridos fomos para a rua após algumas performances. Com as piscinas cheias e a aproximação do público para os mergulhos coletivos fomos procurados pelo *Aterro Presente* e informados que uma denúncia de vizinhos havia solicitado a presença da Guarda. Como não tínhamos autorização para o evento não conseguimos evitar o desmonte das piscinas. Alguns registros já haviam sido feitos. Os banhos prosseguiram durante nossa tentativa de negociação, mas infelizmente as banheiras foram retiradas.

Se há um jogo, não podemos desperdiçar a chance de oxigená-lo

Após o encerramento do ano de 2017, nos interrogamos sobre de que forma as ações que fizemos com arte na rua haviam provocado transformações no entorno da casa. A questão central para nós era se o conflito provocado ou os impasses percebidos nos Dias de Glória podem trazer transformações naquele espaço e arredores. Avaliamos que a continuidade do processo de aproximações melhorou a qualidade da convivência no espaço em que atuamos. Decidimos seguir em frente, apesar das dificuldades, prolongando-o enquanto qualquer pequena transformação continuar perceptível. A "invenção" de gestos, linguagens, formas, discursos e práticas artísticas, ainda não vistos pelo poder público local, traz, junto com a surpresa, novas imagens de uma rua mais afetiva. Um olhar atento às tantas zonas de contato que se estabelecem através das inúmeras formas que o Dia de Glória assume, tem nos levado a passagens parcial ou totalmente desobstruídas – mesmo que tenhamos que nos arriscar por atalhos instáveis e incertos, fazendo uso de transgressões e indisciplinas.

Continuaremos promovendo micro ações estético-poético-políticas nos Dias de Glória em 2018 que provoquem um desequilíbrio temporário ou, ao menos, uma mínima sensação de instabilidade no que já se encontra estabelecido, e que nos permitam imaginar outras possibilidades de arrumação. Observamos que as ações propostas, provocaram no contexto em que foram realizadas a emergência de novas pontes relacionais, trazendo leituras simbólicas e estéticas que inauguraram conexões.

Para exemplificar uma das direções que pretendemos continuar a seguir, podemos mencionar o que percebemos a partir da nossa relação com o "shopping chão", presente em toda a área em que atuamos na Glória. Instrumentos do controle público, como o Aterro Presente, realizam operações diárias de remoção desses vendedores, responsabilizados pela degradação do local. Esse procedimento, no entanto, não cessa e nem evolui para uma possível solução. Essa é uma das brechas potencialmente disponíveis para ativações. Acreditamos que a valorização do papel de recicladores e da sua postura de resistência à ordem capitalista, pode reclamar um lugar de reconhecimento e a merecida "Glória", para aqueles que atuam com coragem diante de um sistema cuja lógica alimenta simultaneamente a riqueza e a miséria. Se há um jogo entre o poder que os retiram todos os dias pela manhã para vê-los voltar mesmo antes da tarde, esse jogo está sendo jogado e não podemos desperdiçar a chance de oxigená-lo.

Mas, essa primeira etapa parece ser apenas o gatilho para abrir um leque mais amplo de possibilidades. Nos encontros com artistas e público em diferentes experiências, seja no espaço público ou em exposições de formatos não convencionais, o jogo provocativo da co-presença continua a tentar responder uma questão há tanto tempo colocada sobre a indistinção entre arte e vida. Percebemos que, de uma forma geral, a arte que se apresenta em edifícios em ruínas, fábricas abandonadas, viadutos, praias, feiras livres, na rua ou em meio a multidões, encontra a vida. Podemos pensar que, se evocados forem os platôs de ativação que certos rituais provocam, não estaremos tão distantes assim daquilo que perseguimos. Por isso a pesquisa e as ações devem seguir esse caminho da experiência compartilhada, do corpo a corpo, do encontro, da entrega. E perceber se provocar atritos e afetos resulta em transformações que renovem os ânimos. Investigar lugares e modos que consigam continuar a nos surpreender e, mesmo que o percurso nos mostre que existem enormes distâncias, enquanto pudermos permaneceremos nos movendo em direção a horizontes que possibilitem alcançar pontos de vista que justifiquem o esforço.

Parece-nos relevante buscar respostas para as perguntas que se colocaram nessas primeiras experiências. De que forma o conflito provocado ou os impasses em ações artísticas de rua podem trazer transformações? O fato de não termos que atravessar uma roleta nem de dar conta das dívidas a

serem pagas em consequência da construção de edifícios espetaculares, nos torna mais livres e autônomos como público? Podemos criar as agendas da arte em consonância com o contexto e o desejo da população local? Somos mais potentes como coletivos livres, compostos de artistas e público juntos, que performam em qualquer lugar de "propriedade frágil"? Quais os campos ainda disponíveis para que a arte possa ser o gatilho para afetos e fugas do lugar da ordem para um outro extraordinário. Onde podemos encontrar poesia em nossas próprias vidas? As diversas dimensões e escalas de contato onde a arte se dá, do íntimo ao cibernético compõem uma trama sensível ou teremos que usar novos recursos para passarmos de uma escala à outra? Esse embate em diferentes dimensões é capaz de sobreviver a tantos deslocamentos?

A "Glória" para aqueles que atuam com coragem

Prosseguir com as ações trará novas perguntas. E será esse processo de perguntas-resposta-perguntas, provocados por experiências, que manterá o jogo vivo e atuante. Nossa experiência pareceu comprovar que através da arte pode-se encontrar maneiras mais eficientes de driblar a manipulação e o controle do poder público e também de romper com dualismos e pensamentos engessados sobre o espaço urbano. O campo ampliado das artes e das relações sociais pode contribuir para uma aproximação mais eficaz entre os diversos corpos que se esbarram pelas ruas da cidade e nos fazer enxergar em imagens metafóricas e poéticas o surgimento de formas inéditas e sensíveis com características polifônicas. A experiência nos mostrou que a aproximação participativa nos exigiu incorporar uma emoção de entrega que só faria sentido se for capaz de gerar mudanças. Ao voltarmos para a Casa de Estudos Urbanos, após os Dias de Glória, tentávamos alternar nossa posição para uma abordagem analítica, mas ficava difícil de retomar do ponto em que estávamos, pois já não éramos os mesmos.

Apoiados neste entendimento, queremos contribuir na busca que os coletivos de arte e artistas adeptos às causas coletivas fazem quando utilizam ferramentas além do campo convencional da arte para disputar uma narrativa que alcance o maior número de sujeitos desejosos por mudanças. Para tal pretendemos promover a integração da arte com as lutas locais, sociais, ambientais e culturais, animando possibilidades de contaminação constante ao ziguezaguear entre ruas, espaços frágeis e instituições. Acreditamos que ao utilizar as redes com conexões abertas de forma criativa é possível construir também uma narrativa coletiva que possa permanecer em constante produção.

As indisciplinas de uma forma geral podem ser entendidas como ferramentas de desmanche do que estava pré-estabelecido. O bairro da Glória concentra diversos sujeitos ainda hoje considerados "marginais" aos padrões da sociedade, como as travestis, as prostitutas, os andarilhos, e a população em situação de rua, muitas vezes em estado alterado pelo frequente uso de drogas e que vivem em mundos delirantes. Facilmente encarnam personagens inusitados desencontrados das normas e descartados pela sociedade e podem parecer vindos de uma espécie de submundo. Para muitos essa é uma visão muito próxima dos artistas, que também são afeitos a transgredir regras e causar incômodos sociais. Vistas por este ângulo, as indisciplinas praticadas nos arredores da casa se tornam um facilitador que nos permite trazer para um mundo real a potência de mundos fantásticos, imaginados por artistas e traduzidos em suas performances. Essa arte participativa do ombro a ombro, vivida por artistas e público, tira o pensamento dos rumos habituais que nos prendem no pré-estabelecido e nos leva, segundo Tania Rivera, a ensaiar modelos de mundo.

> *Por outro lado, o campo da produção artística pode ser rigorosamente tomado como terreno cultural de construção de realidade. Na arte, delira-se – ou seja, o pensamento sai dos trilhos habituais, dos eixos imaginários que fixam a realidade*

> *"comum" na qual nos alienamos. A arte ensaia modelos de mundo e nos convida a revirar os eixos imaginários prevalentes, seguindo a estrutura moebiana da subversão do sujeito. (RIVERA, 2017, não paginado).*

Concluímos afirmando que experimentar uma potência delirante da arte nas ruas do bairro nos colocou diante da afirmação feita no título desse artigo: se todo artista é marginal, todo marginal é um artista em potencial. Enquanto essa experiência fizer sentido como caminho de transformação, continuaremos compartilhando a Glória com aqueles que atuam com coragem para enfrentar a vida nessa cidade tão desigual.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CRIOLO. **É o teste.** In: CRIOLO. Ainda há tempo. São Paulo: Sky Blue Music, 2006. Faixa 2.

_____. **Esquiva de esgrima.** In: CRIOLO. Convoque seu Buda. São Paulo: Oloko Records, 2014. Faixa 2.

DELEUZE, Gilles; Guattari, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

DICKINSON, Colby. **Entrevista: Colby Dickinson.:** IHU On-Line, maio 2017. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao505.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

G.R.E.S. **Beija-flor de Nilópolis.** Ratos e urubus, larguem minha fantasia. Samba enredo, 1989.

HOLMES, Brian. **The Affectivist Manifesto.** In: Escape the Overcode: Activist Art in the Control Society. 2008. Disponível em: <https://brianholmes.wordpress.com/2008/11/16/the-affectivist-manifesto/>. Acesso: 03 maio 2018.

RIVERA, T. **Entrevista: Tania Rivera.:** Subversos, jul 2017. Entrevista concedida a Fátima Pinheiro. Disponível em: <http://subversos.com.br/in-situ-lugares-do-delirio-entrevista-com-tania-rivera/>. Acesso: 03 maio 2018.

Espaços generificados de resistência: possibilidades contra indiferença no urbanismo

TAVARES, ROSSANA (1)

1. EAU/UFF. TUR
e Unigranrio Arq. Urb.
R. Passo da Pátria, 156 - São Domingos, Niterói - RJ, 24210-240
rossanatavares@id.uff.br

Resumo

Partimos da constatação que para romper com o viés predominantemente heteronormativo e patriarcal no campo do urbanismo, é preciso investir em construção de ferramentas metodológicas em pesquisa e extensão de forma articulada e engajada, estabelecendo também um processo de resistência sobre a suposta neutralidade científica, que tem justificado historicamente a indiferença à problemática de gênero. Atualmente, se projeta um campo cada vez mais favorável de formulação de metodologias atentas às resistências urbanas que se apresentam através de diversas formas de praticas espaciais. Entre as temáticas mais pulsantes, não é mais possível ignorar a problemática de gênero no espaço urbano. É evidente que se amplia o interesse em pesquisa, como também urge a necessidade de desenvolver possibilidades de experimentação extensionista para que as questões de gênero penetrem no ensino da arquitetura e urbanismo. Nesse sentido, o conceito de espaços generificados de resistência proposto pelo trabalho de tese de Rossana Tavares (2015) se constitui como uma possibilidade de construção de ferramentas metodológicas, a partir da articulação do debate de movimentos feministas, a universidade e as práticas sociais das mulheres nas ruas. Desta forma, pretendemos apresentar considerações sobre a importância dessa articulação, que também pode se dar na relação entre pesquisa e extensão, como possibilidades analíticas e propositivas que incorporem a dimensão social de gênero no urbanismo.

Palavras-chave: gênero; feminismo; espaço urbano; práticas espaciais.

ESPAÇOS GENERIFICADOS DE RESISTÊNCIAS: possibilidades contra a indiferença no urbanismo

Introdução

Este artigo parte da constatação que para romper com o viés predominantemente heteronormativo e patriarcal no campo do urbanismo, é preciso investir em construção de ferramentas metodológicas em pesquisa e extensão de forma articulada e engajada, estabelecendo também um processo de resistência sobre a suposta neutralidade científica, que tem justificado historicamente a indiferença à problemática de gênero.

Atualmente, se projeta um campo cada vez mais favorável de formulação de metodologias atentas às resistências urbanas que se apresentam através de diversas formas de praticas espaciais. Entre as temáticas mais pulsantes, não é mais possível ignorar a problemática de gênero no espaço urbano. É evidente que se amplia o interesse em pesquisa, como também urge a necessidade de desenvolver possibilidades de experimentação extensionista para que as questões de gênero penetrem no ensino da arquitetura e urbanismo. Nesse sentido, o conceito de *espaços generificados de resistência* proposto pelo trabalho de tese de Rossana Tavares (2015) se constitui como uma possibilidade de construção de ferramentas metodológicas, a partir da articulação do debate de movimentos feministas, a universidade e as práticas sociais das mulheres nas ruas.

A proposta conceitual leva em consideração que a própria experiência das mulheres na cidade é um ato de resistência. Além disso, que alguns lugares se constituem mais como espaços generificados de resistência que outros, em função dos diferentes graus de vulnerabilidade impostos aos corpos das mulheres, de forma paradoxal. Ou seja, não é uma simples tensão pela segregação espacial dos nossos corpos no espaço privado, ou em bairros periféricos, em especial, de mulheres negras e pobres, mas um processo constante no espaço urbano, onde se articula espaço publico e privado, onde as mulheres buscam brechas para existir, seja como.

Estupro, assédio, feminicídio, somadas às resistências frente à heteronormatividade, transparece o não reconhecimento das possibilidades e a diversidade do que é ser mulher, em corpos também diversos, e o urbanismo como prática sob a égide neoliberal ainda se mostra indiferente. Jovens, velhas, trans, lésbicas, bissexuais, queers, não importa, estes corpos no espaço urbano carregam em si processos, experiências e práticas sociais, culturais e políticas que se interpenetram no cotidiano. Assim, a articulação da pesquisa e da extensão atentas aos espaços generificados de resistência pode se constituir como uma ferramenta metodológica significativa. Além disso, em grande medida, pesquisadoras focadas na problemática de gênero no urbanismo também se revelam militantes e articulam suas reflexões e experiências políticas no âmbito da pesquisa. E isso também precisa ser considerado.

Desta forma, pretendemos apresentar uma discussão teórico-metodológica sobre a importância dessa articulação, levando em consideração os estudos feminista, na relação entre pesquisa e extensão, como possibilidades analíticas e propositivas que incorporem a dimensão social de gênero no urbanismo.

Estudos e Metodologia feminista[1]

> *As mulheres não precisam erradicar suas diferenças para se sentirem solidárias umas com as outras. Nós não precisamos ser todas vítimas da mesma opressão para lutar contra a opressão. Nós não precisamos odiar o masculino para nos unir, tão*

[1] Este capítulo é uma variação do segundo capítulo da minha tese, defendida em novembro de 2015, intitulada “Sobre os pressupostos de construção da tese a partir da teoria feminista”.

> *rico é o tesouro de experiências, cultura e ideias que podemos compartilhar entre nós. Podemos ser irmãs unidas por interesses e crenças compartilhadas, unidas em nossa apreciação da diversidade, unidas na luta que estamos empreendendo para acabar com a opressão sexista, unidas em solidariedade política (bell hooks, p.134, 2008).*

Ciente de que a perspectiva teórico-metodológica é um desafio às(aos) que ainda não foram iniciadas(os) numa área em cuja produção do conhecimento coexistem prática teórica e prática técnica, pode parecer panfletário ou controverso. Todavia, o debate acerca da problemática de gênero a partir da teoria feminista não é tão recente. Seu papel tem sido estabelecer uma crítica à ciência como mecanismo de fundamentação da pertinência analítica e propositiva da teoria feminista. Na década de 1970, por exemplo, se estabeleceu estreita relação entre o movimento feminista e os estudos sociais e culturais da ciência, contribuindo para argumentos dos(as) adeptos(as) ao relativismo metodológico, contrários(as) à implementação de um sistema de regras com intuito de obter validade universal (Lowy, 2009).

A teoria feminista desestabilizou a imagem de uma ciência hierarquizada, pura e desencarnada na qual naturaliza abordagens a respeito das mulheres como inferiores e incapazes. A desmistificação dos estereótipos femininos rompe com o enfoque universalizante e genérico das experiências e características femininas (SOIHET, 1989). Boaventura Santos (2011) quando discorre sobre a dificuldade de construir uma teoria crítica ressalta que os silêncios construídos sob a capa dos valores universais autorizados pela razão [impôs] a razão de uma raça, de um sexo e de uma classe social (Santos, 2011, p. 30). Desse modo, legitimaram-se múltiplas faces de dominação e opressão que, consequentemente, produziram múltiplas resistências, incluso a das mulheres.

Atualmente, em sua amplitude e pluralidade, os feminismos lidam com a complexidade das abordagens sobre o poder relacionado à raça, classe, sexualidade, idade, habilidade física e assim por diante. Por essa razão, adotar a perspectiva da teoria feminista também implica em escolher um dos caminhos possíveis desse campo em processo fértil de transformação e de influência significativa na ciência.

Apesar de haver consensos sobre a importância da teoria crítica feminista, adotar esse posicionamento é um paradoxo. Já é possível observar quem prefira a reflexão de forma mais distanciada, tomando a perspectiva de gênero como premissa. No âmbito dessas contradições, a própria noção de gênero não é um consenso. É um conceito em disputa.

Um dos aspectos mais interessantes dos estudos feministas atualmente refere-se às teorias do Feminismo Negro (*Black Feminism*) nos EUA. Primeiramente podemos destacar a importância das histórias pessoais na construção de qualquer pesquisa e, consequentemente, de reflexões sobre o sistema de opressão sofrido pelas mulheres negras. Desta forma, considera-se que somos sujeitos partícipes dos processos de contradição social, inclusive como pesquisadoras (hooks, 1990; Dorlin, 2008), lugar privilegiado de reflexão. Para as intelectuais do Feminismo Negro, o trabalho intelectual, consciente dos processos de opressão que operam sobre as mulheres negras, é fundamental para a descolonização e liberdade das mentes, com vistas a passar de objeto para sujeito (hooks, 1995). Para muitas, essa seria então a principal motivação de tornar-se uma intelectual.

Percebendo as condições da construção epistemológica com base nos princípios androcêntricos é que inicialmente gostaria de destacar o reconhecimento e a relevância de minhas experiências, a própria construção de subjetividades e meu posicionamento político e ideológico que induziram as reflexões aqui expostas, além de ser um ponto de partida fundamental para a construção do processo de pesquisa no urbanismo com perspectiva de gênero.

Essa postura epistêmica se relaciona à defesa da ideia de que precisamos romper com a noção de "neutralidade científica", pois todo o trabalho acadêmico é fundado em ideologias, princípios e objetivos que estão longe de ser um olhar distanciado de nossas experiências. Além disso, para a teoria feminista, uma ciência que se denomina neutra parte da construção masculina e patriarcal do saber acadêmico que pressupõe uma imparcialidade para operar no controle de métodos, formas e resultados de pesquisa. Como consequência, se constrói um processo de discriminação e banalização do ponto de partida do debate da teoria feminista a partir do estabelecimento histórico de padrões de comportamento acadêmico, parâmetros, bibliografias e construção de teorias e métodos.

Perante essa ultima questão, é importante destacar que há um embate teórico sobre o que é gênero. Há controvérsias e discordâncias sobre o significado de gênero, tanto no debate acadêmico quanto no debate político e militante, variando conforme o país e a sociedade. Joan Scott[2] acredita ser uma noção e que gênero é independente da teoria crítica feminista, como mais uma categoria de análise, ou seja, não necessariamente quem traz uma abordagem de gênero no ensino e na pesquisa, o faz a partir da perspectiva feminista. O que é relevante salientar, como Scott revela, é que nos últimos anos o uso do termo gênero tem sido usado de forma arbitrária e despolitizada, ou mesmo criticado como um conceito que neutraliza a discussão sobre as opressões e esconde a pertinência da sexualidade, do corpo, e da performance. Como as(os) teóricas(os) *queers* que buscam desconstruir a construção social e o senso comum a respeito das sexualidades, dos desejos e das identidades de gênero. Judith Butler afirmar que

> *o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que gênero não está para cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/ cultural pelo qual "a natureza sexuada" ou "um sexo natural" é produzido e estabelecido como "pré-discursivo", anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (Butler, 2008, p.25).*

No decorrer desta rota, a teoria crítica feminista se tornou um importante elemento de elaboração das reflexões e de crítica a respeito das contradições do espaço urbano, sobretudo, uma realização de pesquisa de modo a evitar proposições de uma espécie de manual para projetos urbanos com perspectiva de gênero. Dentre as questões mais marcantes, a essencialização do lugar da mulher em nossa sociedade, que por sua vez se reflete na maneira como reproduzimos os espaços em nosso campo disciplinar.

> *Embora o pensamento de um "saber conectado" entre a razão e a emoção sugira transcender o dualismo da epistemologia positivista, a própria ideia de uma epistemologia feminista por vezes reforça o dualismo próprio do Iluminismo, de macho/ feminino, de racional/irracional, mente/corpo, cultura/natureza. Esse é um problema particular na literatura ecofeminista, que por vezes aceita estes dualismos e, em seguida, tenta reverter o valor colocado sobre eles. Em outras palavras, ecofeministas concordam com argumentos iluministas que identificam as mulheres com a (mãe) natureza, sugerindo que a superioridade das mulheres reside nas suas qualidades de nutrir/amamentar e de admiradoras da paz (em comparação com o homem agressor e destruidor). Essa posição essencialista sobre a natureza das mulheres tem estado sob escrutínio (Sandercock, 1998a, p. 68, tradução nossa).*

A autora de "Towards Cosmopolis: planning for multicultural cities" (SANDERCOCK, 1998a), a partir dessas assertivas, concorda que não existe um método, uma ciência social feminista como algo desgarrado ou

[2] Informação verbal na Conferência "Les bons usages du genre et quelques autres", com Joan Scott do Institut for Advanced Study, no Pôle de Langues et Civilisation, Paris, em 25 de setembro de 2013.

naturalmente inerente às feministas. Essa visão se originaria sobretudo daqueles que estão fora ou que não se incluem na teoria crítica. Nesse sentido, ela aponta três dimensões que contribuem para uma noção própria de uma epistemologia feminista que busca atingir criticamente o modo como a ciência tem sido produzida: as reflexões das mulheres negras (no caso, ela se refere ao Feminismo Negro), das feministas não-ocidentais e da filosofia feminista pós-moderna. A escolha da abordagem do tema a partir da teoria feminista, e não simplesmente da categoria de gênero, é uma compreensão de que não há neutralidade científica ou técnica possível. De modo geral, a perspectiva de gênero na ciência surge da tentativa de compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada em suas múltiplas manifestações, buscando incorporar as dimensões subjetiva e simbólica de poder, para além das fronteiras materiais e das conformações biológicas (Araújo, 2000). Levando em consideração as contribuições do Feminismo Negro numa perspectiva *interseccional* (Crenshaw,1989), essas dimensões precisam ser analisadas a partir da interdependência das relações de poder de raça, classe e gênero com fins de abranger a diversidade de identidades e experiências.

Sexualidade, desejo, práticas, performances, identidade, cultura, história, lugar e ideologia estão em jogo no debate sobre gênero O sistema de significação de gênero, além de relacional, é efeito, é mutante e subjetivo. Contudo, se olharmos mais a fundo, é um lugar de posicionamento e/ ou contestação política que corresponde ao lugar em que cada corpo se posiciona diante das relações de poder em uma sociedade (Butler, 2008; Saffioti, 2013). Sendo assim, é um sistema de normas que perpassam todas essas questões que gostaria de também chamá-lo de heteronormatividade, já que a relação sexo e gênero basicamente se relaciona a essa tensão que parte não só de uma visão androcêntrica, machista e patriarcal mas também a partir de uma determinada sexualidade e expressão de desejos, interesses e demandas. Com isso, propomos uma análise com perspectiva de gênero que leve em consideração essa prerrogativa heteronormativa, ampliando seu significado.

Se concluímos que, em aliança com o urbanismo, o modo como o espaço urbano das cidades é produzido não considera as mulheres, então seria preciso considerá-las frente a seus interesses e práticas sociais. Contudo, como os projetos e a política urbana podem traduzir tanto interesses práticos e estratégicos das mulheres (Molyneux, 2010), sem recair na armadilha de reforçar as contradições de gênero na mudança das condições materiais do espaço urbano?

Heleieth Saffioti (2013) analisa o modo no qual a mística feminina estabelece mecanismos altamente integradores em sociedades baseadas na ciência e na tecnologia, buscando mistificar a mulher no seu papel de esposa e mãe como únicas formas de realização. Esse processo impõe a valorização das ocupações não disputadas por homens, de forma a manter condições de desigualdade, restringindo as aspirações e interesses das mulheres; e barreiras à ascensão profissional das mulheres. Essas restrições conferem, ao mesmo tempo, restrições de *ser*, de *existir* na cidade. A dimensão cultural é relevante, mas também a dimensão racial e geracional operam com as contradições de classe e de gênero. Por isso, concordo com a opinião de analisar *coexistencialmente* essas dimensões, pensadas em termos aditivos (sexismo + racismo + classe), no sentido de reconhecer que os sistemas de opressão não devem ser analisados hierarquicamente. Aqui, tomo as sugestões da socióloga francesa Danièle Kergoat (2012) sobre a necessidade de olhar mais atentamente para as práticas sociais de forma coexistensiva frente a esse somatório de categorias. A autora defende o debate das práticas sociais por esse viés como meio de evitar a fixação das categorias de análise em posições hierarquizadas, pois acabaria por utilizar o mesmo método de enquadramento das relações sociais pelo discurso dominante. As posições são dinâmicas, renegociadas e incorporadas no tempo e no espaço de forma constante, processualmente. As categorias não são estáticas, são

móveis, assim como os corpos e as práticas sociais. Por isso, não bastaria se concentrar nas relações sociais.

Esse caminho escolhido surge no sentido de superar o que Leoni Sandercock (1998a) destaca em relação à visão que se tem sobre a teoria crítica feminista: produzir críticas que contribuem mais para a crítica da ciência do que uma teoria da transformação efetiva no cotidiano das mulheres. Ao nosso ver, o urbanismo com perspectiva de gênero tem nas mãos a possibilidade de ultrapassar essa barreira e descontruir dúvidas quanto às possibilidades da teoria feminista. Num cenário que se disputa o debate sobre cidade e espaço urbano, entre organizações, fóruns, coletivos e mulheres preocupadas com a questão da violência contra as mulheres no espaço publico, temos um terreno fértil de articulação de pesquisa e extensão, inclusive de avanço ao debate da segurança estreitamente associado ao urbanismo com perspectiva de gênero. Assim, considero pesquisa como diálogo, como instrumento de aproximação como o cotidiano, com interesse sociais, onde a extensão não é apenas uma muleta mas prática social de pesquisa (Demo, 2006).

Possibilidades contra a indiferença no urbanismo[3]

Com vistas a apresentar considerações sobre a importância da articulação e abordagem crítica de gênero no urbanismo, levando em consideração a teoria feminista, e a importância da relação entre pesquisa e extensão engajada e crítica, apresento o conceito *espaço generificados de resistência*, que se constitui como uma possibilidade de construção de ferramentas metodológicas contra a indiferença à abordagem de gênero no urbanismo.

A primeira questão a ser ressaltada é que o processo de construção deste conceito parte de experiências pessoais diversas de pesquisa/extensão, profissionais e também como militante em processos de resistências contras as remoções no Rio de Janeiro, em especial na Favela da Providência, entre 2011 e 2014. No entanto, não irei apresentar a experiência deste caso, mas como ela se tornou o ponto de partida de reflexão epistêmica e metodológica para o urbanismo e apontando para as categorias fundamentais do conceito em questão: práticas espaciais, espaço urbano e interesses de gênero.

No contexto de despejos forçados que o ultimo prefeito[4] da cidade do Rio de Janeiro submeteu inúmeras famílias, ficou evidente como a questão da moradia é central para refletir sobre as contradições da experiência urbana e como este tema é significativo para as mulheres quando muitas não se silenciaram diante de inúmeras violações de direitos humanos[5], em especial em favelas e loteamentos precários da cidade. Nesse contexto, foi possível perceber o quanto paradoxal são as práticas de resistências cotidianas e de mobilização na luta pelo direito à cidade onde se estabelecem no espaço urbano inúmeras geometrias e localizações, em contradição. Foi preciso ir além do local, nos espaços construídos a partir de um modo de produção do espaço urbano fragmentador e segregador. Foi preciso resistir através de seus corpos que precisavam se articular entre a periferia e o centro, com organizações locais e municipais, com sua família e militantes, com instituições sociais, com o tempo e a sazonalidade da cidade, com incertezas, medos e a violência urbana e do Estado. Nesse processo, suas práticas espaciais diante de seus interesse práticos mais urgentes, visaram garantir a permanência de sua moradia em seus territórios. Todavia, suas reinvindicações e interesses eram constantemente banalizados em múltiplas esferas da sociedade, em nome de eventos internacionais (Copa do Mundo e Olimpíadas) efêmeros e eventuais. O estigma sobre seus corpos, presença, e condição de mãe eram ilimitadamente evocados para justificar as indiferenças ou mesmo as propostas de intervenção urbana. Aqui podemos lembrar

[3] Este capítulo é uma ampla variação do capítulo conclusivo da minha tese.

[4] Gestão do Prefeito Eduardo Paes durou de 2009 a 2016.

[5] Ver Relatório do Comitê Popular da Copa e Olimpíada.

o conflito entre Robert Moses e Jane Jacobs em Nova Iorque, nos anos de 1960, a respeito do projeto Lower Manhattan Expressway que propunha o desaparecimento do bairro onde a urbanista residia. Ele repetidamente a acusava de "mãe"[6] como forma de deslegitimar sua resistência ao projeto. Isso era muito comum não só no discurso da prefeitura do Rio de Janeiro como implícito nas abordagens de seus técnicos e apoiadores para fragilizar o processo de resistências, em que as mulheres eram a grande maioria. O lugar onde minimamente se protegem, a casa, estava vulnerável; mesmo que seja também o lugar contraditório das desigualdades de gênero (espaço doméstico versus espaço público).

A violência urbana relacionada à juventude, a pobreza, o trabalho doméstico, assim como a maternidade, são marcantes na identificação das mulheres que vivem em favelas. Como se esse conjunto de fatores as legitimassem como mulheres, numa cidade que estigmatiza profundamente as mulheres pobres e negras. Estigmatização relacionada às desigualdades de gênero que se acentuam em bairros pobres violentos e nas favelas, onde se legitima violações, mas também onde se estabelecem processos radicais de resistências.

Por essa razão, é pertinente analisar como as práticas espaciais de resistência dessas mulheres atuam no espaço urbano, tanto em termos coexistentes como interseccionais. Frente à concepção de cidade que se espacializa de forma perversa e contraditória, as pessoas são submetidas, a uma lógica de produção do espaço urbano que transforma espaço e corpos em mercadoria, buscando desconectá-las do espaço urbano. Essa tensão produz uma brutalidade que alisa não só os territórios, mas os espaços urbanos,

[6] *"Não há ninguém contra isso [o "Lower Manhattan Expressway"] – NINGUÉM, NINGUÉM, NINGUÉM, a não ser um monte de ... um monte de MÃES!"* – Fala de Robert Moses, em uma audiência pública sobre seu projeto urbano. Ver artigo em Feminismurbana, disponível em: https://feminismurbana.wordpress.com/2018/05/13/jane-jacobs-uma-mae-urbanista/#more-480.

as práticas sociais e as possibilidades de resistência para a construção de identidades urbanas, vínculos sociais e produção de memórias. Alisar e normatizar o espaço e as práticas que ali se estabelecem é um modo mais fácil de perpetuação do poder. E, assim, o patriarcado e a heteronormatividade se estabelecem de forma mais eficaz, inclusive quando somos pressionadas a pautar nossos interesses pelos mesmos fundamentos praticados por quem está no poder.

A relevância e o reconhecimento dos direitos e interesses das mulheres no espaço urbano em uma cidade, nos desafia à formulação de caminhos teóricos que contribuam para que essa problemática venha à tona nos estudos urbanos. Na luta contra os despejos forçados, compreender as práticas espaciais das mulheres, é um meio não só analítico como também propositivo, já que torna-se uma ferramenta de tensionamento que acionamos para a construção de mudanças, potencializadas por múltiplas formas de resistência. São brechas que comunicam possibilidades para o nosso campo. Na Favela da Providência, presenciei como as práticas sociais de resistência frente ao Morar Carioca emergem essa possibilidade que pode favorecer uma perspectiva de mudança no cotidiano, tanto individualmente como coletivamente, por solidariedade mas com base em interesses práticos significativos para o espaço que tencionam. Não se reduzem aos interesses estratégicos (Molyneux, 2010) que se direciona politicamente para um futuro distante e utópico, mas para questões (interesses) práticos que têm possibilidade de transformação do e no cotidiano, como forma de resistir a desumanização que se impõe também por um urbanismo dito universal e neutro.

No livro de Henri Lefebvre, *La production de l'espace* (2000), o sociólogo discorre sobre sua tese acerca do espaço diferencial a partir das contradições do espaço que apresento neste artigo. Uma contradição comumente caracterizada como centro-periferia, resultado da dialética *globalité-parcelles* (globalidade-parcelada) e que define determinadas densidades que, na verdade, são

propriedades (*propriété*) do centro (espaço urbano em paradoxo). Em seu entorno, cada espaço e intervalo, vetor de constrangimentos, se carrega de normas e valores. Esse espaço indiferenciado, desintegrado e fraturado por necessidades e funções, assim como pelas exigências da divisão social e sexual do trabalho, divide os corpos em imagens, particularmente os corpos femininos cujas partes são separadas e de certo modo desumanizados (Lefebvre, 2000).

Assim como na teoria de Lefebvre, é possível afirmar que as relações entre o urbano e a vida cotidiana são, dialeticamente, produtos e produção do espaço. A segregação existe sim por exclusão de pessoas e coisas que pressionam e resistem para estar no centro. Todavia, o espaço segregado também é resistência e não apenas subordinação. Se tomarmos o caso das favelas: são lugares criativos de resistência e proteção onde as famílias monoparentais chefiadas por mulheres é cada vez mais uma realidade, onde seu espaço doméstico torna-se ao mesmo tempo lugar de proteção e lugar de resistência, assim com se discute nos estudos do Feminismo Negro. Uma segregação que tende a violar seu corpo, mas que é também possibilidade. Nas favelas, por exemplo, no espaço onde a relação entre o público e privado é bastante permeável, surgem possibilidades de solidariedade e também de resistência. Suas trajetórias pela cidade são diversas e multiplas e se relacionam com o seu lugar tanto na produção quanto na reprodução social. Esse é o paradoxo da vida cotidiana das mulheres na cidade. A qualidade dos lugares para as mulheres depende de inúmeras variáveis. Variáveis temporais e espaciais que tornam um mesmo lugar restritivo e possível para nós.

O conceito de espaço paradoxal de Gillian Rose (1993) ajuda a compreender e dialogar com esta crítica ao urbanismo a partir da qualidade do espaço diferencial de Lefebvre (2008), posto que nele, diferentes subjetividades se articulam no tempo e no espaço por meio de um processo de mutualidade e reconhecimento de diferentes gêneros, classes sociais, raças, gerações, religiões e sexualidades, assim como espacialidades. Nesse sentido, acredito que as bases históricas do urbanismo acabaram por dificultar essas possibilidades pela tensão que gera em direção a um espaço abstrato, indiferente.

O interessante da perspectiva de Rose (1993) é que ela nos dá uma luz no fim do túnel, reconhecendo que no território do conquistador há também o conquistado, que por sua vez não é passivo. A força de resistência do dominado dá sentido ao poder exercido, gerando uma relação simultaneamente contraditória/complementar de dependência, já que a prática do poder só se justifica pela ação que resiste a ele. Esta perspectiva é potencial para se constituir a visibilidade de grupos não hegemônicos, já que rompe com a visão universal do poder (Silvia, 2009, p. 84).

Ambos os conceitos de espaço facilitam os argumentos em nosso campo sobre a importância do corpo das mulheres, suas subjetividades e interesses como ferramentas de construção do espaço diferencial, de diferentes perspectivas generificadas de resistência. O desafio que se coloca é: qual é o papel das(os) urbanistas que pesquisam, analisam e propõe intervenções no espaço? (diferentemente de outros campos das ciências sociais). Atualmente, inspirados pelo lema da cidades para as pessoas, não se coloca a questão: quais são as pessoas que ali resistem e quais são as que reprimem para que de fato sejam de todas as pessoas? Talvez afirmar, mulheres e homens, respectivamente, seria simplificar os processos e práticas sociais em jogo nesse espaço paradoxal.

Assim, um aspecto importante é o fato de que não é possível falar de um mesmo espaço de forma unitária, total e universal. Os diferentes modos de apropriação provocam um tipo de conhecimento que se relaciona à ideologia e às praticas conscientes e inconscientes. Permitir que as mulheres possam se apropriar do espaço, marcando sua presença, desnaturaliza os

significados sobre seu corpo que é pressionado para permanecer à margem, constrangido e segregado.

A análise e consideração de práticas espaciais contribui para que reconheçamos os processos de resistência como possibilidades da criação da novidade, confrontando o ideal de gênero e de (hetero)normatividade masculina no espaço urbano. Em lugares que comumente se desdobram mais evidentemente tais normativas, eles podem se tornar locais de resistência, subversão e ressignificação dos ideais de gênero. A meu ver, perante as múltiplas experiências como mulher na cidade e observando práticas espaciais de resistência, a mera presença das mulheres confronta e ameaça as normativas hegemônicas e patriarcais. Assim, analisar de forma relacional os corpos e as práticas das mulheres, nos permite qualificar as múltiplas resistências. A sua presença permite o surgimento ou a manifestação de um espaço diferencial tensionado pelas contradições de gênero que opera uma geometria complexa e paradoxal, tanto à margem como ao centro. Assim, o tradicional debate de segregação espacial é colocado em xeque.

Portanto, apresento o conceito de *espaço generificado de resistência,* que não se caracteriza por determinado lugar ou materialidade, apesar de operarem e interfirirem na conformação destes lugares no tempo e no espaço. Ele não é fixo uma vez que a primeira dimensão do *espaço generificado de resistência* reside no corpo das mulheres a partir de suas práticas espaciais. No entanto, mesmo que o espaço generificado de resistência derive do corpo e de suas práticas, é o espaço que suscita práticas generificadas de resistência, diante dos processos de desigualdade, discriminação, exploração, opressão e segregação socioespacial que se espacializam e tencionam os seus interesses e suas práticas. Se há práticas sociais (espaciais) de resistência frente às desigualdades de gênero, ali se constitui o *espaço generificado de resistência,* compondo de um lado a correlação de forças do modo de produção do espaço urbano, no caminho do reconhecimento e da justiça, e de outro, resistências para garantir práticas hegemônicas.

Sendo assim, é fundamental uma noção de espacialidade para a construção de uma nova relação que articule poder (possibilidade), conhecimento e subjetividade, como propõe Gillian Rose (1993), sem que repliquemos a exclusão das(os) consideradas(os) diferentes e das(os) iguais onde possamos nos reconhecer e estabelecer práticas de interdependência (Butler, 2018) e tolerância. Com isso, tanto o material quanto o simbólico coexistem paradoxalmente. Precisamos projetar esse espaço de desconstrução e construção, de aprendizagem política e epistemológica, sem preconcepções, para o reconhecimento das diferenças e de múltiplos interesses nas pesquisas do campo da arquitetura e urbanismo.

O espaço urbano, espaço de atuação de arquitetas(os) e urbanistas, através da arquitetura ou urbanismo, é um objeto sempre em fuga que nos escapa onde tentamos, seja por modelos, mais rígidos ou menos rígidos, adestrar. Romper com esse padrão na elaboração de pesquisas e projetos de extensão é questionar paradigmas hegemônicos e propor um novo olhar sobre as contradições sociais que estão em jogo nas cidades. A análise centrada nas práticas sociais contribui no sentido de desfazer os referenciais que homogeneízam a tudo e a todas(os) pela linha reta.

Por isso, reconhecer aquilo que caracterizo como os *espaços generificados de resistência* na cidade, sejam eles constituídos por práticas espaciais ligadas aos interesses estratégicos (que politicamente apontam para o futuro e de certa forma para um momento utópico), sejam eles ligados aos interesses práticos (mais possíveis de serem alcançados), seria fundamental para nutrir o debate do urbanismo para a busca de análises e propostas com abordagem transdisciplinar de gênero. Desta forma, em termos teóricos e metodológicos, o urbanismo não deveria ser indiferente à teoria feminista. Ele deve ser aberto às interferências daquelas(es) que estão à margem, tencionando as(os) que estão no centro e na margem (Rose, 1993), tanto por suas práticas espaciais, que se caracterizam por formas distintas de apropriação do espaço urbano, quanto por práticas políticas de pressão e

participação nas esferas públicas onde a extensão pode contribuir para a construção desse processo dialético e amplificar possibilidades de pesquisa em nosso campo.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero.** Revista Crítica Marxista, Campinas, p. 63-70, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018.

DEMO, Pedro. **Pesquisa princípio científico e educativo.** São Paulo: Cortez Editora, 2006.

DORLIN, Elsa. **Black Feminism Revolution!** La Révolution du Féminisme Noir ! In: DORLIN, Elsa (org). Black Feminisme, Anthologie du Féminisme African-Américan, 1975-2000. Paris: L'harmattan, p. 9-43, 2008.

hooks, bell. **Sororité : la solidarité politique entre les femmes.** DORLIN, Elsa (org). Black Feminisme, Anthologie du Féminisme African-Américan, 1975-2000. Paris: L'harmattan, P. 113-134, 2008.

_____. **Intelectuais negras.** Estudos Feministas. Florianópolis ano 3 n.2, p. 464-478, 1995

_____. **Yearning race, gender and cultural politics**. Cambridge: South end Press, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **Le manifeste différentialiste.** Paris: Ed. Gallimard, 1970.

_____. **La production de l'espace.** 4ª Edição. Paris: Anthropos, 2000.

LÖWY, Ilana. **Ciência E Gênero.** In: HIRATA, H.; LABOIRE, F.; et al. (org). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora Unesp, p. 40-47, 2009.

MCDOWELL, Linda. **Gender, identity and place: understanding feminist geography.** Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1999.

MOLYNEUX, Maxime. **Mobilization without emancipation?** women's interests, the state, and revolution in nicaragua. In: KROOK, Mona Lena; CHILDS, Sarah (org). Women, gender, and politics: a reader. Oxford: Oxford University Press, p. 21-28, 2010.

ROSE, Gillian. **Feminist & Geography: The limits of geographical knowledge.** Cambridge, Oxford: Polity Press, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes - mito e realidade.** 3ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

SANDERCOCK, Leonie. **Towards cosmopolis: planning for multicultural cities.** Wiley, Chichester: John Wiles & Sons, 1998a.

_____. **Space of insurgent citizenship.** In: SANDERCOCK, Leonie (org.). Making invisible visible: a multicultural planning history. Berkely, Los Angeles, London: University of California Press, p. 1- 33, 1998b.

SANTOS, Boaventura. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8ª Edição. Vol. 1. São Paulo, Sp: Ed. Cortez, 2011.

SILVA, Joseli. **"Ausênciais e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica.** In: SILVA Joseli. Geografias subversivas: discursos sobre o espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra Editora, p. 55-92, 2009.

TAVARES, Rossana Brandão. **Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero.** Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2015.

GÊNERO, CIDADE E VIOLÊNCIA: Apontamentos sobre a Casa de Referência da Mulher Tina Martins

ISABELLA DE ARAÚJO BETTONI (1)

Graduanda em Direito na Faculdade de Direito da UFMG
isabellabettoni2@gmail.com

RESUMO

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins é um espaço em Belo Horizonte que presta atendimento a mulheres vítimas de violência, integrando a Rede de Enfrentamento à violência contra a mulher. Gerida voluntariamente por mulheres do Movimento Olga Benário e apoiadoras, a Casa teve início em 2016 com a ocupação de um prédio no centro da cidade cuja principal pauta era a efetivação do direito das mulheres a uma vida digna e sem violência. Esta demanda denuncia como a desigualdade de gênero se manifesta no uso e apropriação do espaço urbano e em como as mulheres (sobre)vivem nas cidades. Assim, a partir da trajetória da Casa, o presente artigo pretende compreender as relações entre espaço, gênero e violência, defendendo que a(s) teoria(s) feminista(s), além da crítica ao capitalismo, são elementos essenciais para a análise e para construção de uma cidade mais inclusiva, democrática e popular.

Palavras-chave: Direito à cidade, Feminismo, Violência de gênero, Resistência.

Introdução

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins teve início com a ocupação de um prédio, desativado há 10 anos, na região central de Belo Horizonte. Esta foi a primeira ocupação de mulheres da América Latina, liderada pelo Movimento de Mulheres Olga Benário e com o apoio do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas e de lideranças feministas da cidade.

A ocupação de prédio no hipercentro de Belo Horizonte traz questionamentos sobre a distribuição e uso da cidade, uma vez que em contexto capitalista, a cidade e a centralidade se tornam mercadoria. Assim, a produção capitalista do espaço urbano (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2001), calcada na legislação urbanística, estabelece fronteiras de poder e exclusão, concentrando riqueza, acesso a políticas públicas e cidadania em determinadas regiões da cidade.

As ocupações urbanas têm sido manifestações de resistência a esta lógica, questionando a propriedade privada e o mercado imobiliário. Nesse sentido, ocupar é confrontar o público e o privado, e ocupar entre mulheres e para mulheres é questionar esta divisão, a sua divisão em gêneros e sua hierarquização. Assim, tendo como pano de fundo a questão da cidade mercadoria e exclusão socioespacial, a pauta central da Ocupação Tina Martins foi e é o direito das mulheres a uma vida digna e sem violência. Esta demanda denuncia como a desigualdade de gênero se manifesta no uso e apropriação do espaço urbano e em como as mulheres (sobre)vivem nas cidades.

A partir da hierarquia construída socialmente dos papéis de gênero, percebe-se uma relação de desigualdade de poderes, com subordinação e opressão feminina. Enquanto os homens se constroem na qualidade de sujeitos, as mulheres têm sido consideradas como objetos (BEAUVOIR, 1970, p. 10), e seus corpos são tratados como propriedade masculina.

Nesse contexto, a violência contra a mulher aparece como forma de controle de corpos femininos e reafirmação do poder patriarcal, se relacionando com a ocupação de espaços públicos e privados pelas mulheres. Portanto, o trabalho pretende compreender as relações entre espaço, gênero e violência, a partir da história - em construção - da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, defendendo que a(s) teoria(s) feminista(s), além da crítica ao capitalismo, são elementos essenciais para a análise e para construção de uma cidade mais inclusiva, democrática e popular – uma "cidade para todos e todas" (ALFONSIN, 2006).

Para tanto, o texto é dividido em três partes. Primeiramente, será apresentada breve retomada da história da Casa de Referência da Mulher Tina Martins e características atuais de seu funcionamento. Em seguida, será explorado o contexto da formação da Casa Tina Martins, qual seja, a cidade imersa na estrutura capitalista e patriarcal, demonstrando como a experiência das mulheres na cidade de classes é marcada também pelos papéis de gênero. Por fim, serão tecidas considerações sobre a violência de gênero enquanto limitação da fruição do direito das mulheres à cidade.

Casa de Referência da Mulher Tina Martins: breve histórico e propostas[1]

O Movimento de Mulheres Olga Benário é uma mobilização nacional e classista criada para unir as mulheres brasileiras na luta por melhores condições de vida a partir dos pilares da igualdade de gênero e crítica ao capitalismo. Com estes ideais como ponto de partida e com o apoio do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas e de lideranças feministas da cidade, o movimento liderou em Belo Horizonte a formação da primeira ocupação de mulheres da América Latina.

A Ocupação teve início com manifestação política ocorrida no dia oito de março de 2016, dia simbólico por ser o dia nacional da mulher. Na ocasião, as mulheres do Movimento tomaram um imóvel desativado há dez anos

[1]

onde já funcionou o antigo restaurante universitário da engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na região central da cidade. Com o ato, reivindicavam a efetivação dos serviços previstos na Lei Maria da Penha de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, considerando que Belo Horizonte não possui instrumentos suficientes para protegê-las. Além disso, apresentaram a demanda de construção de mais espaços de acolhimento para mulheres e seus filhos, mais creches e funcionamento 24 horas das delegacias de mulheres.

Assim, formou-se a Ocupação Tina Martins, nomeada em homenagem à Espertirina Martins. Espertirina nasceu em 1902, em um contexto de péssimas condições de trabalho. Por isso, alguns anos depois, em 1917, houveram greves em todo o país visando direitos trabalhistas. Neste ano em Porto Alegre um operário foi assassinado em uma das manifestações e em repúdio a esta morte, os grevistas da cidade promoveram ato de protesto e enterro do trabalhador, evento conhecido como Batalha da Várzea.

Conta-se que Espertirina, na época com quinze anos, participou do ato carregando um buquê de flores, lançado por ela na cavalaria da Brigada Militar que ali estava para reprimir o ato. O buquê era, em verdade, uma bomba disfarçada e explodiu garantindo a vitória dos operários nesta disputa. Graças ao ocorrido, foram conquistadas a jornada de oito horas de trabalho, o fim do trabalho infantil, a aposentadoria, a licença-maternidade, o direito à assistência médica e a indenização em caso de acidente de trabalho. Neste sentido, Espertirina é referência de lutas pelos trabalhadores e pelas mulheres, confluindo com os ideias do Movimento Olga Benário e sendo inspiração para o novo espaço de luta em Belo Horizonte.

Esta seção foi elaborada com base na vivência pessoal da autora, que acompanha, enquanto estudante de Direito, o núcleo jurídico da Casa; postagens e vídeos no site oficial da Casa de Referência da Mulher Tina Martins e do Movimento Olga Benário; e trabalho desenvolvido como conclusão de curso de arquitetura pela aluna Ana Carolina Machado Amoni Girundi, com orientação da Prof. Marcela Silviano Brandão.

Desde a época em que a Tina Martins era Ocupação, as mulheres do movimento já pretendiam o estabelecimento como Casa de Referência e, para garantir a visibilidade e movimentação no espaço, foram promovidos diversos eventos políticos e culturais, como rodas de conversa, apresentações de música, entre outros, além do acolhimento a mulheres vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade social.

Deste modo, o imóvel antes abandonado foi revitalizado a partir do trabalho coletivo realizado pelas mulheres do movimento, mulheres acolhidas, e apoiadoras e apoiadores. Foi-se construindo, aos poucos e de acordo com as possibilidades materiais, ambientes para suprirem as necessidades das acolhidas, como dormitórios, banheiros, cozinha, dispensa e brinquedoteca.

Em resposta à Ocupação, foi ajuizada ação de reintegração de posse com o propósito de retirar as mulheres do local. Sendo deferido o pedido liminar, foi expedida ordem de despejo a ser cumprida pela Polícia Federal, com previsão judicial de multa de dez mil reais diários pela permanência no local.

Apesar disso, a Ocupação durou 87 dias e na época foram realizadas uma série de reuniões com Superintendência da União, a Secretaria dos Direitos Humanos e com a Secretaria da Mulher do Estado de Minas Gerais. Após intensa negociação com o poder público, foi cedida ao Movimento uma casa na Rua Paraíba pelo Estado pelo prazo inicial de dois anos.

No novo imóvel, foi estabelecida a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, que hoje integra a Rede de enfrentamento à violência contra a mulher e é gerida voluntariamente por mulheres do movimento, moradoras acolhidas e apoiadoras. O trabalho das apoiadoras teve caráter essencial desde o início, sendo elas mulheres estudantes, arquitetas, advogadas, assistentes sociais, psicólogas, entre outras profissionais, que contribuíram na concepção da Casa e sua manutenção com trabalhos voluntários e doações.

Acrescenta-se que atualmente a Casa apresenta quatro eixos de atendimento, a partir dos quais é realizada a assistência às mulheres. Um destes eixos é o

acolhimento das mulheres em situação de vulnerabilidade com atendimento nas áreas da psicologia, serviço social e direito. Os serviços, gratuitos, são prestados voluntariamente por mulheres profissionais que já acompanham o movimento ou são apoiadoras da Casa. Outro eixo é o encaminhamento para órgãos da rede de enfrentamento contra a violência, quando necessário. Há também o eixo do abrigamento, sendo que a Casa consegue abrigar, por tempo determinado, até oito mulheres em situação de emergência.

Por fim, há de se ressaltar o eixo da formação política, a partir do qual são organizados diversos eventos, como formações e rodas de conversa. Estes eventos, em geral abertos ao público, visam o fortalecimento das mulheres a partir da discussão sobre o caráter classista, patriarcal e racista das relações sociais e possibilidades de enfrentamento e efetivação de seus direitos. Assim, tangenciam a pauta feminista em diversas áreas do conhecimento, pautando temas múltiplos. Exemplos de eventos que já tiveram espaço na Casa são formação de doulas, roda de conversa sobre a saúde da mulher, aula sobre violência contra a mulher, encontro de mulheres trabalhadoras, exibição de filmes, feiras, entre tantos outros. Considerando que a Casa é autogestionada e não recebe financiamento do Estado, os eventos também têm a finalidade de promover a visibilidade da Casa e arrecadar doações de itens necessários para sua manutenção, como alimentos e materiais de limpeza.

Diante do exposto, para compreender os motivos da criação da Casa Tina Martins e o que este espaço representa em termos de resistência e luta das mulheres em Belo Horizonte, é preciso analisar o contexto nível macro no qual a sua trajetória se encontra. Assim, no próximo tópico será desenvolvida a ideia de que as cidades são marcadas pelas desigualdades advindas do capitalismo e patriarcado, de maneira que a experiência das mulheres na cidade-mercadoria é marcada também pela desigualdade de gênero.

Capitalismo e patriarcado na cidade: o contexto da formação da Casa de Referência Tina Martins

Como já abordado, a Casa Tina Martins foi instituída por um movimento crítico ao capitalismo, bem como ao patriarcado. Com o objetivo de analisar a Casa enquanto espaço de resistência a estas lógicas, é preciso localizar tais relações de opressão no espaço urbano. Duas referências iniciais para a discussão são David Harvey e Henri Lefebvre, cujos apontamentos selecionados serão apresentados brevemente, para contextualização.

Lefebvre foi um filósofo francês que elaborou o conceito de "direito a cidade" a partir da análise da influência do sistema capitalista no espaço urbano. De acordo com o autor, a industrialização caracteriza a sociedade moderna e quando o processo de industrialização tem início, se desenvolve o sistema chamado capitalismo concorrencial e a burguesia industrial. As cidades começam, então, a ser pólos de riquezas e lócus da vida social e política, sendo a urbanização o outro aspecto inseparável e conflitante da industrialização. Neste contexto, os centros urbanos se fortalecem enquanto centros de decisões políticas e do poder (LEFEBVRE, 2001, p. 16 e 20).

David Harvey, por sua vez, relaciona a teoria da acumulação do capital, de Marx, com o entendimento da estrutura espacial, argumentando que o aumento da velocidade de circulação de capital contribui para o processo de acumulação. Isto posto, argumenta o geógrafo, "que a necessidade de minimizar o custo de circulação e o tempo de giro promove a aglomeração da produção em grandes centros urbanos, que se tornam a oficina da produção capitalista" (HARVEY, 2005 p. 50 e 52).

Portanto, a lógica capitalista de produção da cidade mercantiliza o espaço urbano e o transforma em instrumento a serviço do capital (HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2001). A distribuição do espaço urbano ocorre de acordo com interesses econômicos, estabelecendo fronteiras de poder e exclusão,

criando uma cidade cuja riqueza e decisões políticas se concentram em determinadas regiões. Assim, "a infraestrutura, os equipamentos públicos, as praças, áreas verdes e espaços de lazer não estão distribuídos igualmente pela cidade. Pelo contrário, estão disponíveis para as pessoas de acordo com a sua renda, e também a sua raça" (MORENO, 2015, p. 63).

Por outro lado, as ocupações urbanas têm sido manifestações de resistência a esta lógica, questionando a propriedade privada e o mercado imobiliário. Elas

> *Concretizam uma nova forma, mais radicalizada, de ação de cidadania insurgente, que atua no âmbito do jurídico, interno aos espaços do Estado, instrumentalizando as instituições e a suposta igualdade perante a lei, conclamando direitos, inclusive aquele de realizar para si com as próprias mãos, a política pública efetiva que deveria ser função do ente público cristalizado na instituição estatal. (MAGALHÃES, 2016, p.232)*

No caso em questão, a Ocupação Tina Martins contribui para a ampliação das definições sobre as ocupações urbanas. Isso porque, em maioria, as ocupações são ações planejadas por movimentos sociais e outros grupos de pessoas fundamentadas principalmente na demanda por moradia, mesmo também envolvendo outras disputas relativas ao direito à cidade. A Ocupação Tina Martins, ao contrário, tinha como foco a demanda da efetivação da lei e de políticas públicas, sem partir da luta pela moradia.

Em verdade, mesmo tendo como pano de fundo extremamente relevante a questão da cidade mercadoria e exclusão socioespacial, a sua pauta central é o direito das mulheres a uma vida digna e sem violência. A partir deste objetivo, tem-se um panorama de como as mulheres vivenciam a cidade e a noção de que renda e território são centrais na discussão de desigualdades, mas não são os únicos fatores de opressão.

Neste sentido, o gênero aparece como aspecto importante que marca as relações de poder na cidade. O conceito apresenta definição polissêmica e tem sido bastante discutido pelas teóricas feministas, dentre as quais destacamos para o presente debate Gayle Rubin, Joan Scott e Judith Butler. Gayle Rubin é referência para o termo pois escreveu trabalho pioneiro nos estudos de gênero, intitulado "*O Tráfico de Mulheres*". Neste, a antropóloga elabora o sistema sexo/gênero, definido por ela como uma "série de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana" (1975, p. 159).

Já a autora Joan W. Scott, em seu texto "*Gênero: uma categoria útil para análise histórica*", apresenta o gênero como "elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, forma primeira de significar as relações de poder" (1990, p. 21). Judith Butler, por sua vez, defende que o "gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos" (BUTLER, 2013, p. 25).

É possível perceber, apesar das diferenças de pressupostos filosóficos entre as autoras selecionadas, uma tentativa de desnaturalizar a opressão contra as mulheres, concebendo o gênero e os papéis sociais impostos a partir dele como construções sociais. Neste sentido, temos que os papéis sociais de gênero são baseados na diferenciação entre o que seria considerado "feminino" ou "masculino". Destaca-se como exemplo, o fato de que os homens são valorizados por sua suposta força e racionalidade, enquanto as mulheres supostamente seriam frágeis, sensíveis e guiadas pelas emoções.

Esta dualidade construída, que costuma ser fundamentada em diferenças biológicas, é também hierarquizada. Assim, historicamente as características "femininas", ou os papéis sociais ditos das mulheres foram inferiorizadas em relação aos dos homens (BOURDIEU, 2002), em uma desigualdade de poderes com subordinação e opressão das mulheres. Neste contexto, os homens se constroem na qualidade de sujeitos enquanto as mulheres têm

sido consideradas como objetos (BEAUVOIR, 1970, p. 10), e seus corpos são tratados como propriedades masculinas e possíveis mercadorias. O patriarcado, outro conceito multifacetado e alvo de críticas, é utilizado no presente texto no sentido de fazer referência a esta estrutura social de relações desiguais de poder entre gêneros. Ou seja, é considerado uma das possibilidades de organização das relações de gênero, baseada na dominação masculina.

Diante do exposto, a partir dos papéis de gênero certas atividades, tarefas e responsabilidades foram condicionadas como masculinas ou femininas. Em consequência, o mercado de trabalho e o trabalho doméstico foram vivenciados de maneira desigual entre os gêneros. A chamada divisão sexual do trabalho concerne à "designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)", de acordo com Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 599). As autoras denunciam que o trabalho doméstico, de reprodução e cuidado, é um trabalho enorme e invisível prestado gratuitamente pelas mulheres. Este seria atribuição das mulheres sob a argumentação de que elas biologicamente teriam o instinto, ou uma tendência inata, ao amor e deveres maternos.

Por outro lado, as mulheres têm participado cada vez mais do mercado de trabalho, mas sem as mesmas oportunidades e reconhecimento que os homens. Ainda existe grande desigualdade salarial para homens e mulheres que exercem a mesma função e mesmo que as mulheres tenham excelentes e por vezes melhores formações do que os homens, elas ocupam menos funções de altos cargos, de liderança e chefia. Além disso, o exercício de funções produtivas não fez com que o peso das tarefas domésticas desaparecesse sobre as mulheres, de maneira que elas vivenciam múltiplas jornadas de trabalho.

Como resultado, os papéis de gênero estabelecidos e a divisão sexual do trabalho, decorrentes da estrutura patriarcal, influenciam as necessidades, deslocamentos e vivências das mulheres nas cidades. A título de exemplo, em pesquisa "Origem e destino" em São Paulo (2012), é demonstrado que as mulheres utilizam mais o transporte coletivo e andam mais a pé, em deslocamentos mais curtos que os dos homens. Os seus deslocamentos também tem diferentes objetivos, sendo que os homens majoritariamente têm trajetos maiores, até o trabalho, e as mulheres conciliam os deveres domésticos, em trajetos curtos para levar os filhos à escola, ir ao mercado, entre outros.

Assim, para pensar a noção de direito a cidade é importante partir do pressuposto de que tanto o espaço quanto os papéis de gênero são socialmente construídos, de maneira que não podemos falar em espaço neutro (PÉREZ SANS, 2013 p. 99). A cidade é construída a partir de um sujeito chamado de universal que corresponde ao padrão de homem, branco, cis, hétero, e que não diz respeito à maior parte da população real das cidades, atravessadas por marcadores identitários como a classe, raça e orientação sexual, além do tema em debate, o gênero. Por isso:

> *Se faz necessário uma mudança de paradigma na qual o espaço não é neutro mas sim nos condiciona, e como tal o faz de maneira diferente a mulheres e homens, não somente pelas experiências corporais, sexuadas, diferentes, mas também pelos papéis de gênero que nos faz necessitar, utilizar e perceber a cidade de maneira diferente. (MUXÍ, 2009, p. 42)[2].*

[2]

Interseções entre gênero, violência e direito à cidade

Como afirmado em seção anterior, o ato que deu origem à Casa Tina Martins tinha como principal reivindicação a efetivação dos serviços previstos na Lei Maria da Penha de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar, considerando que a cidade de Belo Horizonte não possui instrumentos suficientes para protegê-las. Isso porque apesar dos avanços conquistados ao longo dos séculos, a violência contra a mulher ainda ocorre em quantidades alarmantes no Brasil.

De acordo com o Mapa da Violência de 2015, o país ocupa a 5ª posição em um grupo de 83 países, com sua taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres. Além disso, a taxa de homicídios de mulheres no Brasil entre os anos de 2006 e 2013 aumentou em 12,5%, chegando a 4,8 vítimas de homicídio em cada 100 mil mulheres: somente em 2013 foram 4.762 mortes, representando 13 feminicídios por dia (WAISELFISZ, 2015, p. 27 e 13).

A violência contra a mulher se manifesta de diversas maneiras. Majoritariamente, ela é cometida no âmbito de relações intímas e no ambiente doméstico, conceituada como violência doméstica e familiar. Esta é definida na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause às mulheres morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou patrimonial, e que aconteça no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, independente da orientação sexual.

Tradução própria. Original: "Se hace necesario un cambio de paradigma ya que el espacio no es neutro, nos condiciona, y como tal lo hace de manera diferente a mujeres que a hombres, no sólo por las experiencias corporales, sexuadas diferentes, sino que esta diferencia se ve acrecentada por los roles de género que nos hace necesitar, utilizar y percibir la ciudad de manera diferente".

De acordo com a Lei, tal violência pode também ser classificada como moral, psicológica, patrimonial, sexual ou física (BRASIL, 2006). Sem entrar nos detalhes desta classificação, destaca-se também a recente Lei do Feminicídio, que qualifica o homicídio cometido contra a mulher como aquele ocorrido por razões de "sexo" tanto no caso de violência doméstica quanto em situação de menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015).

Assim, os principais diferenciais dos feminicídios são o local da agressão, os meios utilizados e o grau de convivência com os agressores. O domicílio das vítimas mulheres é local mais relevante do que para os homens e mais mulheres são mortas por conhecidos, no âmbito doméstico e familiar, do que os homens. Ademais, enquanto na maior parte dos homicídios de homens são utilizadas armas de fogo, os feminicídios têm taxas maiores de estrangulamento/sufocação, objeto cortante/penetrante e objeto contundente, indicando maior presença de crimes de ódio ou por motivos fúteis/banais (WAISELFISZ, 2015, p. 39 e 55).

Ao saírem do ambiente doméstico, as mulheres enfrentam também violências cometidas nas ruas, em meios de transporte e mesmo em ambientes de trabalho, como o assédio e a violência sexual. Mesmo se não se enquadrarem enquanto violência doméstica, sem dúvidas estas são violências perpetradas em razão da estrutura patriarcal, podendo ser definidas como violência contra a mulher e limitando a liberdade das mulheres se deslocarem nas cidades e vivenciarem plenamente seus direitos.

Além da insegurança quanto aos trajetos nas ruas, a ausência de transporte público, com qualidade e segurança, também dificulta os deslocamentos das mulheres. A violência sexual nestes espaços ocorre com tanta frequência que medida polêmica foi adotada em Belo Horizonte (bem como em outras cidades do Brasil) por determinação de lei municipal publicada em janeiro de 2016. A medida é chamada de "vagão rosa", e é um vagão exclusivo para

mulheres no horário de pico no metrô, sob a justificativa de evitar que as passageiras sofram constrangimentos em meio à superlotação (G1, 2016). Esta comprova a gravidade da situação e reconhece o imenso impacto da violência na rotina das mulheres na cidade.

Ou seja, as mulheres enfrentam também medos e inseguranças diferentes das dos homens em seus deslocamentos, de modo que, por causa do assédio, "para as mulheres, a rua, ou melhor, o espaço público é um locus de constrangimento, não de liberdade" (SOUTO, 2017, p. 71). Neste sentido:

> *A questão da segurança pública é central quando falamos de uso do espaço público. Um dos maiores motivos pelos quais as mulheres evitam estar nos centros urbanos, principalmente desacompanhadas e em determinados horários, é o medo da violência, dos assaltos e principalmente da violência sexual. Ao não frequentarmos determinados locais, ou não andarmos sozinhas à noite por medo, estamos tendo nosso direito de ir e vir violado. Não basta que possamos, formalmente, estar em certo espaço em certa hora — ao contrário do que acontece em muitos países — é preciso que tenhamos condições materiais de o fazê-lo. Ruas desertas, escuras, são um obstáculo a nossa autonomia nas cidades (ARAÚJO, 2015).*

Acrescenta-se, ainda quanto à possibilidade de mobilidade, que é comum as mulheres terem seus deslocamentos coibidos por proibições masculinas, com controle de locais, horários, trajetórias, companhias e meios de transporte. Esta violência ocorre tanto no âmbito psicológico e moral quanto se concretiza com impedimentos físicos. Por exemplo, os dados do Disque 180 do primeiro semestre de 2016, em comparação com o mesmo período de 2015, demonstram que houve um aumento de 142% nos registros de cárcere privado, crime cuja conduta típica se concretiza ao privar a mulher da sua liberdade de locomoção, em verdadeiro confinamento (SPM, 2016, p.5).

Neste sentido, a mobilidade urbana é um dos aspectos do direito à cidade e influencia na fruição de outros direitos, como lazer, educação e saúde, ou seja, impacta diretamente nas possibilidades das mulheres de vivenciarem plenamente a sua cidadania. Portanto, considerando o contexto em que a desigualdade de gênero limita o direito à cidade, a violência contra a mulher, em suas várias formas, aparece como forma de controle de corpos femininos e reafirmação do poder patriarcal, se relacionando com a ocupação de espaços públicos e privados pelas das mulheres.

Conclusão

Em conclusão, as cidades não são neutras, tendo seu planejamento baseado em um sujeito supostamente universal, que não corresponde às necessidades da maioria da população cujas características são marcadas pela diversidade e relações de poder. Assim, a perspectiva que guia o presente artigo é que a produção capitalista e patriarcal do espaço contribui para a produção e manutenção de desigualdades de gênero.

Ademais, tem-se que a partir dos papéis de gênero socialmente construídos, as mulheres vivenciam as cidades de maneira diferente da dos homens, tendo necessidades, trajetos e experiências distintas. Neste contexto, a violência contra a mulher é uma das formas de controle dos corpos das mulheres e representa limitação à fruição de seu direito a cidade.

A necessidade de combater a violência contra a mulher foi a principal demanda da ocupação Tina Martins, que deu origem à Casa Tina Martins em Belo Horizonte. Atualmente, a Casa permanece como espaço de denúncia das violações dos direitos das mulheres, bem como é importante espaço de resistência feminista na cidade, contrapondo a lógica de mercantilização da vida. Neste sentido:

> *As cidades estão em disputa. O capital avança de forma violenta, mas existe luta, existe resistência e existe a reapropriação cotidiana e criativa das cidades, em seus centros e periferias.*

> *Esta disputa é política, e se expressa na defesa coletiva de espaços comuns frente ao avanço do capital. (...) O feminismo, ao dar visibilidade para a interdependência entre as esferas da reprodução e da produção, do privado e do público, pode contribuir para a reapropriação da cidade pela diversidade das pessoas que nela habitam (MORENO, 2015, p. 70).*

Portanto, a trajetória da Casa de Referência Tina Martins demonstra a necessidade da igualdade de gênero para que haja uma cidade mais inclusiva, democrática e popular – uma "cidade para todos e todas" (ALFONSIN, 2006).

Referências bibliográficas

ALFONSIN, Betânia. **Cidade para todos/ Cidade para todas – vendo a cidade através do olhar das mulheres.** *in*: ALFOSIN, Betânia; FERNANDES, Edésio. (Org.). Direito urbanístico: Estudos brasileiros e internacionais. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. P. 243 a 264.

ARAÚJO, Debora. **A mulher e o direito à cidade.** 2015. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/07/a-mulher-e-o-direito-a-cidade/> Acesso em 10 de maio de 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: Fatos e Mitos.** Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, Marcela Silviano; GIRUNDI, Ana Carolina Machado Amoni. **Casa de Referência da Mulher Tina Martins.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF. 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF. 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ªed., 2013.

G1. **Vagão rosa, exclusivo para mulheres, começa a funcionar no metrô de BH.** 2016 Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2016/11/vagao-rosa-exclusivo-para-mulheres-comeca-funcionar-no-metro-de-bh.html> Acesso em 05 de maio de 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, Felipe Nunes Coelho. **Ocupações e o embate pelo direito à cidade em Belo Horizonte: buscando saídas da cidade neoliberal.** *in*: Favelas e Periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência. Belo Horizonte: Favela é isso aí, 2016. p.223-235.

METRO DE SÃO PAULO. **Pesquisa de Mobilidade Urbana – Origem e Destino.** São Paulo, 2012. Disponível em: < https://transparencia.metrosp.com.br/dataset/pesquisa-de-mobilidade-urbana> Acesso em 04 de dezembro de 2017.

MORENO, Renata. **Entre o capital e a vida: pistas para uma reflexão feminista sobre as cidades.** *in*: Reflexões e práticas de transformação feminista. Renata Moreno (Org.). Cadernos Sempreviva. São Paulo. P.43-74, 2015.

MUXÍ, Zaida. **2011.** Reflexiones en torno a las mujeres y el derecho a la ciudad desde una realidad con espejismos. Disponível em: <http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/6726/derecho_humano_vivienda.pdf> Acesso em 10 de maio de 2018.

PÁGINA OFICIAL Casa de Referência da Mulher Tina Martins. **Disponível em: <https://www.facebook.com/casatinamartins/> Acesso em 05 de maio de 2018.**

PÁGINA OFICIAL Movimento de Mulheres Olga Benário de Minas Gerais. **Disponível em: <https://www.facebook.com/movimentoolga//> Acesso em 05 de maio de 2018.**

PÉREZ SANS, Paula. **Reformulando la nocion de 'derecho a la ciudad' desde una perspectiva feminista.** Salamanca. Encrucijadas: Revista Crítica de Ciencias Sociales, nº5, 2013 pp. 92-105.

RUBIN, Gayle. **The Traffic in Women.** Notes on the Political Economy of Sex. In: REITER, Rayna (ed.) *Toward an Anthropology of Women.* New York, Monthly Review Press, 1975.

SPM - SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. **Balanço 180: 1º Semestre de 2016.** Brasilia, DF. 2016. Disponível em: < http://www.spm.gov.br/balanco180_2016-3.pdf> Acesso em 10 de julho de 2017.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e realidade, Porto Alegre, 16 (2):5-22, jul/dez, 1990.

SOUTO, Anna Luiza Salles. **Gênero e Cidades: Violência, Assédio e Exclusão.** *in*:

Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico. Direito à Cidade: uma outra visão de gênero - São Paulo: IBDU, 2017.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015.** Homicídios de mulheres no Brasil. Brasilia, 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br> Acesso em 05 de agosto de 2017.

JARDINS POSSÍVEIS: pessoas, natureza e cidade

BRAGANÇA, Luciana; REZENDE, Gabriela; SOUZA, Lorena

1. Luciana Souza Bragança. Coordenadora do projeto Jardins Possíveis, Coordenadora do programa Natureza Urbana - Indisciplinar, PRJ – Departamento de projetos, Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Minas Gerais.
lubraganca@gmail.com

2. Gabriela Rezende Ferreira
Bolsista do Projeto Jardins Possíveis. Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Minas Gerais.
gabrielarezendef@gmail.com

3. Lorena de Souza Rocha Bonfim
Bolsista do Projeto Jardins Possíveis. Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Minas Gerais.
lorena.souzarocha@gmail.com

Resumo

O artigo a ser apresentado tem como objetivo entender a potência dos jardins como elementos de resistência do comum e da relação pessoas natureza entendidas como uma unidade no território das cidades. Para isso tratará do caso da Lagoinha, onde experiências de resistência biopotente e urbanismo neoliberal coexistem no mesmo território, a poucos metros de distância. A complexidade da destruição da natureza e da urbanização que a subjuga não pode estar afastada da produção capitalista onde não é o valor de uso que está em questão, mas sim o valor de troca e a natureza transformada em bens naturais entendidos como mercadoria e meios de produção. Tal situação rompe com o vínculo inicial e com uma gratuidade da natureza, pois ela deixa de ser um meio comum de subsistência humana e uma unicidade da qual as pessoas fazem parte. Incorporar pessoas e natureza separadamente ao círculo produtivo é a base para que o capital se expanda.

Palavras-chave: jardim; resistência; Lagoinha; cidade.

A Pesquisa

A reflexão aqui apresentada é um fragmento da pesquisa "Jardins Possíveis"[1] que tem o objetivo de entender a relação pessoas natureza[2] na cidade. A reflexão que fundamenta a pesquisa parte do entendimento da modernidade como um marco importante na afirmação da separação pessoas natureza e na transformação dos elementos naturais em bens de produção incorporados à cadeia produtiva. Para Latour (1994) a modernidade se caracteriza pelo humanismo que, ao nascer, faz nascer conjuntamente a não humanidade das coisas ou a não naturalidade dos humanos e de um deus fora do jogo. A divisão natureza e cultura traz a separação entre ciência e política. A ciência parte para o estudo da natureza independente da ação humana e a política se ocupa da coletividade humana idealizada. Tal separação se não cria, intensifica o afastamento cotidiano do meio natural fomentando uma relação de estranhamento e aversão.

O planejamento urbano e a construção não fogem à regra e constroem espaços sob a lógica das narrativas hegemônicas do neoliberalismo. A questão que se abre como possibilidade é o entendimento de que as epistemologias não são únicas e que há híbridos no território.

Segundo Latour (1994) as práticas modernas separam pessoas e natureza em duas esferas diferentes e por vezes contraditórias. Ao contrário, as práticas pré-modernas buscavam estabelecer numa única direção de pensamento as ligações e as articulações entre a natureza e o homem. Tal ação moderna favorece a proliferação dos híbridos naturais-culturais que nos obrigam a repensar as ligações entre a natureza e a sociedade. Se a modernidade exerce o papel de purificar e construir uma narrativa única, os híbridos proliferam no território em contrapartida frustrando tal expectativa de purificação e criando outros espaços. Os jardins podem ser entendidos como esses híbridos que acolhem no mesmo território natureza e cultura.

A ferramenta teórica ATN ou teoria ator-rede desenvolvida por Latour (2012, p.43), convida-nos a pensar os coletivos "não-humanos (objetos, técnicas, natureza) e os coletivos humanos (valores, cultura, linguagem) como, simultaneamente, objetos da experiência e fontes instituístes da experiência, ou seja, numa contínua relação, movimento, vínculo que tecem redes de ação". Ao invalidar o entendimento da sociedade como centralizadora da ação em face do mundo dos não-humanos a serem submetidos o autor considera esses não-humanos como relevantes na rede, dispensando as diferenças pré-estabelecidas entre seres humanos e objetos. Ou seja, os humanos são quase-objetos e os objetos são quase-humanos dependendo das circunstâncias que ocupam nas redes.

Pensar uma cidade/natureza numa política pública que alia humanos e não-humanos pode partir da identificação dessas formas territoriais e é aí que os jardins ganham sua potência. Assim, a hipótese geral de trabalho é: entender os Jardins contribui para pensar a cidade integradamente, pois os jardins são elementos de conexão pessoas natureza e constroem uma relação para além das trocas capitalistas no cotidiano. São híbridos naturais-culturais presentes no território.

Numa concepção clássica de jardim, ele é considerado um microcosmo do infinito, a representação de um mundo, de uma cosmologia. Segundo Mongin (2013), no contexto da cidade fluxo, o mundo não é dado antecipadamente e é preciso sim reinventá-lo. Não há mais totalidades a serem representadas. Assim, o jardim não seria só a expressão de um mundo preexistente, mas a manifestação de um mundo singular onde não se forma mais mundos. Seria uma raridade num planeta urbano que falsifica as paisagens, capaz de se abrir como possibilidade. O jardim surge então como uma alternativa de

[1] Mais elementos da pesquisa podem ser encontrados em <https://jardinspossiveis.wordpress.com/>.

[2] Embora a maioria dos autores use o termo homem natureza para se referir a esse par usa-se na pesquisa o termo pessoas natureza por considera-lo mais abrangente.

recriação do mundo e sua invenção favorece outra relação. Partindo para a análise de Haesbaert (2009) sobre as novas territorialidades, os jardins podem ser um dos elementos capazes de estabelecer uma relação territorial pessoas natureza e principalmente, um meio experimentado por aqueles que o constroem e compartilham.

Não há dúvida de que são necessárias vastas medidas sistêmicas e de uma cooperação tanto internacional quanto cotidiana. É preciso também reaprender a conviver humanos e não-humanos e recolocar a humanidade como parte da natureza. Pensar e viver a natureza urbana pode ser assim uma forma democrática de reflexão sobre o que é público e de fazer política para além do urbanismo neoliberal. Entender os Jardins contribui para pensar a cidade integradamente, pois eles são área de resistência do comum na cidade. Entretanto, ao mesmo tempo eles podem ser também instrumentos de dissimulação e ação socialmente elitista e hegemônica.

Mesmo que seja evidente sua importância, o próprio Estado muitas vezes vem transformando estes territórios comuns em territórios rentáveis, entendendo a cidade como empresa. Esse é o desafio das cidades: como ir além do alcance individual e propor uma política pública que tenha potencial de ação includente para humanos e não-humanos?

Neste contexto, Jardins Possíveis é uma pesquisa que surge em Belo Horizonte como uma forma de buscar, entender e compreender algumas formas de expressão da natureza na cidade, fora do contexto hegemônico. A natureza é entendida na pesquisa como lugar de humanos e não-humanos em interação. É com esse objetivo que, ao observar nossa cidade, foram escolhidas áreas principais de atuação: o Barreiro, o bairro São Geraldo e os bairros Hipercentro/ Lagoinha, este último a ser tratado neste artigo.

Esses bairros representam respectivamente o início, meio e fim de um dos principais cursos d'água de Belo Horizonte, o Ribeirão Arrudas. Guiada pelo seu curso, a pesquisa faz a investigação desses espaços, começando de forma não tradicional: pela jusante do rio. Assim, começou a se realizar visitas, observações, aplicação de questionários e entrevistas pelo São Geraldo, para levantamento de dados na área. Em paralelo, outras experiências de jardim trazidas pelas pesquisadoras foram conectadas à pesquisa. Foi dessa forma que o bairro da Lagoinha junto com seus moradores, relações e resistência foram incorporados ao recorte de estudo, compondo junto ao hipercentro uma área de interesse da pesquisa.

Para entender melhor o porquê desse movimento e dessa resistência, é preciso antes entender a importância e a história do lugar onde essas relações se desenrolam, pois que este é um elemento de extrema influência no cotidiano das pessoas, e as mudanças que nele acontecem são gatilhos para o movimento.

Lugar

Localizado na divisão das regionais nordeste e noroeste de Belo Horizonte, o Bairro Lagoinha foi berço primário de uma vila operária, acolhendo em sua maioria imigrantes italianos e migrantes da região central do estado, que vieram para trabalhar na construção da nova capital de Minas Gerais no final do século XIX e início do século XX. Fora dos limites urbanos estabelecidos pelo plano modernista de Aarão Reis, operários ergueram suas casas em território alagadiço ao lado do baixo centro e aos pés da pedreira, de onde se retirava o material para as obras dentro da Avenida do Contorno. Até meados dos anos 60, o bairro constituía um verdadeiro reduto dos amantes da vida noturna, que vinham de outras partes da cidade em busca da boêmia e diversão. Para seus moradores, por outro lado, a região formava um espaço heterogêneo de dinâmica vida urbana, rico em manifestações culturais, tradições e ativo comércio.

O avanço dos ideais de desenvolvimento contribuiu para alterar o panorama do bairro da década de 60 em diante. Primeiro, vieram as demolições dos

velhos casarões e da Praça Vaz de Melo (principal ponto da zona boêmia) e das tradicionais rodas de samba, aos redutos do baixo meretrício. Assim, a boêmia perdeu espaço. Com o passar dos anos, os quintais das casas restantes diminuíram e um resultante enfraquecimento do convívio familiar fez com que muitas das famílias tradicionais se mudassem do bairro.

A implantação da Avenida Presidente Antônio Carlos inicia o processo de fragmentação rodoviarista do bairro. Somado a isso, houve um intenso processo de esvaziamento e intensificação da fragmentação decorrente da construção do Túnel Lagoinha-Concórdia, em 1971 e, mais tarde, em 1984, com a duplicação do túnel que conecta o Centro à zona Norte da cidade. A implantação do metrô de superfície, paralelo à linha ferroviária também contribuiu para a fragmentação já em curso no bairro.

A ampliação constante dos viadutos que compõem o complexo da lagoinha é uma ação considerável nessa fragmentação: coloca em evidência a premissa rodoviarista das intervenções nesse território. As recentes obras de ampliação da Avenida Presidente Antônio Carlos contribuem ainda mais para a transfiguração de uma zona original do bairro de multitude diversa em atmosfera árida e agressiva, de áreas residuais e comércios que não tiveram outra opção a não ser fechar as portas.

A revista Marimbondo, que em sua quinta edição publicou um volume exclusivo sobre a Lagoinha, coloca um olhar cuidadoso a respeito da abordagem da região, à qual denomina complexo: é preciso cuidado com a

> *"dicotomia que reduz o bairro ora a um símbolo de um passado idealizado, ora a um espaço abandonado que clama por revitalização, fruto do ímpeto modernista que guiou a construção da cidade e que apaga memórias, em sua busca incessante por dar lugar ao novo." (MACEDO, MOYSES, SOARES, 2016, p.3)*

A ressalva é pertinente na medida em que compreende a Lagoinha como espaço vivo e reconhece que, apesar das sucessivas transformações que a atingiram, permanece como foi em sua origem: um local de resistência.

É nessa perspectiva que se pretende traçar um paralelo entre a pulsante biopotência, emergente das marcas de um complexo processo histórico - seja nas transformações que suprimem seus espaços, seja no fortalecimento da noção de resistência e valor de seus moradores - e a continuidade dos avanços de um urbanismo neoliberal para a financeirização do espaço urbano.

Hortelões da Lagoinha

Os Hortelões da Lagoinha são uma iniciativa coletiva, realizada por moradores da cidade de Belo Horizonte que acreditam nos novos processos de produção de alimentos, de ocupação urbana e nas relações interpessoais em grupos organizados. O projeto tem o intuito de:

> *"criar ambientes educadores que estimulem as práticas da agricultura urbana no plantio de hortaliças, verduras, frutas e plantas medicinais e que sirvam como espaços que abriguem atividades de lazer, aprendizado e confraternização entre aqueles que o experimentam, potencializando assim uma melhora na qualidade de vida na cidade." (BARCELOS, Cida; FONSECA, Pierre)*

O grupo, segundo sua própria apresentação, acredita nos processos de organização social para criação de hortas comunitárias que possam ser acolhidas e cuidadas pelos cidadãos, onde todos possam cultivar, produzir, processar e compartilhar a colheita de uma diversidade de produtos orgânicos. Isso por meio do desenvolvimento da prática do trabalho voluntário e do estudo de tecnologias sustentáveis, como a economia no uso da água, a produção de adubos orgânicos, a horticultura agroecológica e o respeito à natureza. Assim, o grupo se organizou independentemente do poder público com o objetivo de ocupar um espaço residual gerado pelo alargamento da Avenida.

O primeiro espaço escolhido pelo projeto para a implementação de uma horta urbana chama-se "Quintal de Sô Antônio" e trata-se de uma área

remanescente da duplicação da Avenida Presidente Antônio Carlos lindeira à Rua Francisco Soucasseaux, onde está sendo construída uma horta. Os hortelões pretendem transformar o local em laboratório a céu aberto, com troca de experiências, conhecimentos, plantio, confraternização e ações culturais.

Já no nome, o "Quintal de Sô Antônio" carrega a ironia de sua existência: critica a opção rodoviarista de expansão constante de vias para automóveis representado pela avenida e busca trazer o elemento urbano tão agressivo no espaço para a intimidade do quintal. A palavra quintal significa terreno com horta ou jardim junto de uma casa ou habitação. Dessa forma, o nome transporta para o espaço público significados de uma vida doméstica de convívio com elementos naturais.

A área remanescente onde se implantou a experiência, devido ao desuso e abandono, tornou-se um espaço de acúmulo de lixo, que atraía usuários de drogas, com a ocorrência de pequenos furtos, aumentando o risco de insegurança para comunidade. Com a intenção de diminuir os riscos e propor uma melhor utilização pública desse espaço, o terreno começou a ser utilizado pelos Hortelões da Lagoinha para o cultivo de plantas medicinais, aromáticas, hortaliças e ornamentais, visando o envolvimento da comunidade do entorno. Os canteiros de plantio desse quintal na Avenida foram construídos no formato de hortas mandalas. Para os hortelões essa escolha traz além de resultado estético agradável, a dinamicidade para a realização de oficinas, contribuindo para a mudança de paradigma do local, que antes era tido como abandonado.

Com o tempo, a ação ultrapassou as barreiras do bairro e atraiu novos interessados, como grupos de estudos, professores, estudantes e profissionais de várias áreas, que juntos estão desenvolvendo e construindo a ocupação no "Quintal do Sô Antônio". Essa construção coletiva, conta com cidadãos de conhecimentos diversos e em sintonia com os princípios da agroecologia, produzindo com responsabilidade e com resultados multidimensionais, beneficiando usuários, consumidores, solo, ambiente e sociedade como um todo. Entretanto, ainda são poucos os moradores do bairro que participam da iniciativa.

Quintal do Sô Antônio: da Lagoinha, a Resistência

A história do quintal iniciou-se 2015 e se desenvolve até hoje conforme linha do tempo (Figuras 1, 2, 3). O grupo, que hoje conta com dezenas de voluntários e apoiadores, começou suas atividades com uma moradora. Cida Barcelos é atriz e vive no bairro há seis anos e, embora não tenha nascido ali, se sente pertencente e conectada ao lugar e tem a Lagoinha como parte de sua identidade. É membro ativa do bairro e busca unir seus projetos profissionais ao desejo de fazer mais pelo lugar onde mora. Assim, surgiu o Sarau das Cachorras, projeto de poesia coordenado por ela, que em 2015 ocupou pela primeira vez uma área remanescente da duplicação da Avenida Presidente Antônio Carlos, localizada entre as ruas Adalberto Ferraz e Francisco Soucasseaux. Na ocasião, estava sendo inaugurado o Armazém 8, restaurante localizado na esquina do cruzamento das duas vias, e foi realizada uma grande festa na rua. Com poesia e performance, Cida e mais de 500 pessoas, entre amigos e espectadores, ocuparam um espaço residual com outros usos e experiências de compartilhamento e interação com a cidade. No mesmo ano, Cida promoveu no espaço um "Café com poesia", junto às crianças da Escola Municipal Belo Horizonte e Escola Estadual Olegário Maciel.

Em um segundo momento, a moradora procura a Prefeitura de Belo Horizonte através da Regional Nordeste. Seu objetivo era a adoção do espaço através do projeto Adote o Verde, em que qualquer cidadão, associação de bairro, escola, empresa ou ONG pode se tornar responsável por um jardim ou outras áreas verdes. Apesar das tentativas, não houve diálogo com o

poder público e, como resposta, Cida organiza uma série de intervenções poéticas nas ruas e locais importantes do bairro e imediações, no intuito de atrair atenção ao lugar. A Rua do Bonfim, Rua Itapecerica, Rua Guaicurus e o Conjunto IAPI foram palco para a performance "Dama Geni e o Malandro da Lagoinha", que inspirada na canção de Chico Buarque, usa das tradições e personagens históricos para retratar o valor material e imaterial da Lagoinha, representada no teatro como a prostituta de Belo Horizonte.

No ano seguinte, Cida conhece Ricardo Moura, Pai Ricardo, zelador da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente, localizada na Vila Senhor dos Passos à entrada da Pedreira Prado Lopes, conhecida popularmente como Buraco Quente. Pai Ricardo, assim como seus pais Joaquim e Maria das Dôres de Moura, é líder religioso e político dentro da Vila, responsável pelo acolhimento da comunidade em necessidades diversas e pelo diálogo com as forças políticas que ali atuam. Cida foi procurá-lo na esperança de dividir seu anseio de ocupar o espaço residual. "O Preto Velho falou pra semear erva doce que tudo ia florescer e dar muita fartura. Então eu joguei umas sementes por aí, tanto que é cheio delas aqui" diz Cida apontando para o espaço. Cida também semeou girassóis no espaço.

É em 2017 que o Grupo Hortelões da Lagoinha se forma, a partir do encontro de Cida com o artista e morador da Lagoinha Pierre Fonseca e o estudante de biologia e membro do coletivo Agroê, Paulo Morgado, que passam a se engajar no projeto. Como grupo, as atividades dividem-se em dois eixos principais: reuniões e ações internas para pensar um projeto para o espaço e ações de envolvimento com a comunidade, que envolviam distribuição de sementes e flores, oficinas de plantio para as crianças das escolas parceiras, sarau e música.

A fim de se articular melhor e expandir seus conhecimentos, o coletivo passa a procurar pessoas e associações que já praticavam uma experiência de hortas urbanas em Belo Horizonte, como o Roots Ativa. O Roots possui uma experiência de agroecologia urbana no aglomerado da Serra, região Sul da capital.

No segundo semestre, é iniciado o plantio. Desse modo, a experiência de ocupação antes transitória é territorializada trazendo novas dimensões e problemáticas a serem organizadas. O terreno era difícil, o solo muito compactado e com pedras e não havia disponibilidade de água. A falta de água era resolvida inicialmente com baldes carregados que Cida trazia de sua casa, localizada na Rua Adalberto Ferraz. Em seguida, foi estabelecida uma parceria com a distribuidora de bebidas próxima, que, mesmo relutante, permitiu o acesso ao ponto de água.

Ainda que longe do ideal, foi nesse contexto que o grupo começou, em março de 2018, a prática de mutirões, que acontecem todos os sábados às 07:30 da manhã. As atividades desenvolvidas nos encontros variam de acordo com as demandas da semana podendo ser de capina, de marcação das mandalas - estrutura de organização escolhida para o plantio -, ou de tratamento do solo - através do plantio de espécies fixadoras de nitrogênio e de raiz axial. Mais recentemente começou-se a demarcar os espaços de circulação no interior das mandalas. O mutirão é aberto a qualquer pessoa que queira aprender sobre agroecologia e participar da implementação da horta comunitária, possibilitando assim que novas pessoas passassem a compor o grupo e participassem da organização à medida que compareciam e se envolviam nos mutirões, como é o caso de Sônia, professora de história, moradora e Hortelã da Lagoinha.

Por indicação de Pai Ricardo, em abril de 2018 Cida e Pierre procuraram a Regional Nordeste de Belo Horizonte pela segunda vez e esta resultou em uma articulação bem sucedida. Os dois moradores da Lagoinha tornaram-se adotantes do espaço pelo projeto municipal Adote o Verde, e o grupo passou a contar com o apoio da coordenadora responsável, Juliana Azevedo. Como apadrinhadores do espaço, Cida e Pierre legitimam as ações já de cuidado,

manutenção e plantio em curso a partir do reconhecimento do órgão oficial. Em contrapartida, a prefeitura deve instalar e arcar com os gastos de água e luz, além de fornecer apoio técnico.

Paralelamente ao avanço da ocupação do terreno, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design tornam-se também apoiadoras dos Hortelões da Lagoinha por meio da pesquisa Jardins Possíveis, apresentados pela pesquisadora bolsista Gabriela Rezende, que passa a compor o grupo. A parceria propõe um encurtamento entre a universidade e as ações na Lagoinha, tanto pela pesquisa quanto através das disciplinas ministradas pela professora Luciana Bragança. Os alunos da disciplina Desenho Técnico 1, do curso de Design, estão em processo de produção de peças de mobiliário para serem usadas no espaço. Dessa maneira, os hortelões passaram a compor junto à Lagoinha, seus moradores e relações, uma das áreas de interesse da pesquisa.

Em abril de 2018 o grupo batiza o espaço de “Quintal de Sô Antônio”, nome atribuído em referência à Avenida Antônio Carlos, elemento fundamental das transformações ocorridas no bairro e via limítrofe ao jardim. Simbolicamente, Sô Antônio é também referência aos Pretos Velhos, protetores espirituais do quintal, que além das mandalas que receberão um plantio agroflorestal terá um espaço para plantas de axé, no intuito de complementar o uso das folhas em casas de Umbanda e Candomblé da região.

Figura 1: Linha do tempo Quintal do Sô Antônio
Fonte: BRAGANÇA, Luciana; REZENDE, Gabriela; SOUZA, Lorena; ALMADA, Alice; ORNELAS, Cintya.

Figura 2: Linha do tempo Quintal do Sô Antônio
Fonte: BRAGANÇA, Luciana; REZENDE, Gabriela; SOUZA, Lorena; ALMADA, Alice; ORNELAS, Cintya.

Figura 3: Linha do tempo Quintal do Sô Antônio
Fonte: BRAGANÇA, Luciana; REZENDE, Gabriela; SOUZA, Lorena; ALMADA, Alice; ORNELAS, Cintya.

Mercado Popular da Lagoinha: Atuação do Poder Público

Além destes atores e espaços apresentados, o Mercado Popular da Lagoinha é outro elemento importante para entender as relações que acontecem no bairro, principalmente no que se refere à alternância de iniciativas biopotentes e neoliberais. A construção do Mercado[3] remonta à década de 1950, quando houve uma crise de abastecimento na cidade que levou à construção do "Supermercado Popular Municipal", como o mercado era conhecido até então, promovido pela BEPREM (Beneficiência da Prefeitura Municipal). Sua inauguração aconteceu em 1951 e 37 anos mais tarde foi desativado, para então em 1995 começar a sua reforma com o "Projeto Lagoinha".

Dois anos mais tarde, o mercado foi reaberto como espaço de lazer e encontro, abrigando um comércio variado, desde lanchonete, restaurante tailandês, loja de biscoito, feira de hortifrutigranjeiros e comida típica, a galeria de arte, banca de revista, loja de artesanato e palco para shows. Dessa forma, o mercado funcionou com esse comércio variado por algum tempo, com o objetivo de apropriação dele por parte da população, incorporando-o às atividades do bairro e fazendo uso dele.

Porém, com o passar do tempo e principalmente com o alargamento da Avenida, o espaço perdeu adesão por parte dos moradores e as atividades que nele acontecem foram mudando. Atualmente ele abriga uma padaria-escola, uma cozinha experimental, uma unidade do Pró-jovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que visa à capacitação profissional de jovens com idade entre 18 e 24 anos e é realizado com os recursos do governo federal e municipal), uma biblioteca comunitária e um restaurante popular na área externa. É clara a importância das atividades que o espaço promove, apesar de ainda não possuir uma efetiva apropriação e reconhecimento por parte dos moradores.

Ao longo dos anos, o mercado, bem como o próprio bairro da Lagoinha, foi sofrendo com o abandono e a descaracterização, estimulados principalmente pelos elementos de fragmentação que o bairro hoje possui: o Ribeirão Arrudas, as vias, viadutos e o próprio Complexo da Lagoinha.

Como uma tentativa de reverter esse processo de isolamento, a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, atribuiu também ao Mercado o papel de Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, lançando nele o Programa "Valorizar a Gastronomia Articulada às Bases Agroecológicas". Nele, são ofertados cursos de panificação, confeitaria, gastronomia mineira e empreendedorismo, voltados para o público atendido pelos programas sociais da prefeitura, bem como adolescentes em conflito com a lei, usuários do Programa Territórios Sustentáveis, população em situação de rua, pessoas trans e travestis e a população do entorno do Mercado Popular da Lagoinha. Além destes, é ofertado também o curso de agroecologia, aberto à população em geral e frequentado, inclusive, por membros do Hortelões da Lagoinha.

Dessa forma, o discurso por trás da proposta de revitalização do Mercado e do bairro estaria de encontro ao dos Hortelões, baseando-se na agroecologia, sustentabilidade e produção de alimentos orgânicos para envolver e potencializar os moradores do bairro na produção e transformação do espaço comum. Tanto as iniciativas do estado quanto as dos Hortelões mobilizam a natureza como forma de inserção de propostas para a cidade. Entretanto, se por um lado a iniciativa do poder pública é positiva por dar oportunidade à população, por outro ela pode servir às ações do Estado-capital, subjugando aquele espaço ao investimento privado e iniciando um processo de renovação ligada à expansão do capital.

[3] História do Mercado baseado em FREIRE, 2011.

Resistência Biopotente x Urbanismo Neoliberal

Uma dificuldade de todo planejamento urbano é sua articulação nas escalas da cidade: as grandes propostas de reconfiguração do tecido urbano ligadas à escala macro do planejamento e às pequenas porções do território que definem as qualidades do espaço e da vida cotidianos. As grandes intervenções contem geralmente interesses ligados aos grandes capitais. As intervenções em escalas cotidianas navegam entre as duas possibilidades.

As grandes intervenções urbanas na Lagoinha que reconfiguraram seu espaço foram movidas principalmente pela opção rodoviarista. Tal ação de urbanismo neoliberal tem o objetivo de priorizar a circulação alçada como função urbana primordial. Podemos observar nessa ação a inoperância na utilização do planejamento da circulação como forma de melhorar ambientes urbanos e a utilização do planejamento como forma de concentração dos investimentos urbanos em benefício de setores específicos, com aumento da concentração de renda e da segregação territorial e a desconsideração dos agentes sociais e de seu cotidiano nas elaborações das propostas de planejamento. (Bragança, 2005)

A natureza e os Jardins que são a lente de análise dos projetos urbanos na pesquisa sequer são uma questão e são completamente ignorados. Uma proposta de requalificação paisagística foi elaborada após a ampliação da Avenida para as áreas remanescentes como forma de minimizar os impactos do alargamento e como possibilidade de criação de um cenário agradável para a Copa do Mundo de 2014.

As elaborações das propostas de planejamento da circulação, portanto, desconsideram os agentes sociais e seu cotidiano em sua elaboração. Isso cria um descompasso entre essas propostas de planejamento que prioriza as intervenções viárias e as micronarrativas urbanas, fazendo com que as especificidades que compõem os lugares sejam homogeneizadas pelas propostas de planejamento. (Bragança, 2005)

Sendo assim, a Lagoinha é palco que abriga dois movimentos: “Hortelões da Lagoinha”, enquanto iniciativa biopotente que foca na produção do comum, e as intervenções do poder público como a ampliação da Avenida e dos viadutos e a transformação do Mercado Popular em Centro de Referência, como iniciativa hora neoliberal, hora biopotente.

A potência de recriação de mundo dos Jardins anunciada por Mongin (2013) se espacializa como resistência no “Quintal do Sô Antônio”. O ato de plantar um jardim em uma área remanescente estabelece uma relação territorial onde este ato é o elemento de conexão entre humanos e não-humanos e a forma de ocupar a cidade. A presença dos espaços residuais no tecido urbano criava uma tensão nas redes compostas pelos moradores, pelo poder público e o espaço da cidade. A associação entre os moradores com elementos da natureza como forma de ocupar e transformar o espaço residual resignifica esse espaço a princípio identificado como problema. Nesse sentido, a existência desses espaços residuais promovidos pelo urbanismo neoliberal é tanto a condição para que ocorra o jardim como o problema inicial identificado numa associação de conflitos e potencialidades.

O jardim foi o elemento capaz de estabelecer uma relação territorial pessoas natureza. O novo mundo que se anuncia no “Quintal do Sô Antônio” articula moradores, poder público e espaço residual, guiados pela natureza para um entendimento e se abre para o comum na cidade. A universidade, ao se associar aos Hortelões, tem o objetivo de entender o processo além de contribuir para seu desenvolvimento. O processo do Quintal do Sô Antônio e das ações dos hortelões criam através do cultivo de jardins formas de resistência tanto da natureza quanto do bairro. São resistências biopotentes, constituídas por redes que objetivam a produção do comum na cidade.

Esse meio experimentado por aqueles que o constroem e compartilham anuncia uma possibilidade de associação como poder público para uma política urbana onde as iniciativas comunitárias possam ser um ponto de partida. Tal ação anuncia uma forma outra de fazer cidades, um urbanismo biopotente na medida em que tem seu início e suas abordagens definidas pelas ações cotidianas na cidade.

As transformações do Mercado Popular carregam a ambiguidade de potência para o fortalecimento da população unindo humanos e não-humanos numa política pública que se baseia na agroecologia. O mercado também pode ser utilizado como instrumento para financeirização do espaço urbano, cada vez mais provável à medida que se realizam as medidas legais para concessão do Mercado à iniciativa privada.

Além disso, é importante traçar um paralelo com as esferas das novas proposições para o mercado da Lagoinha. Estas se fazem valer do mesmo discurso a princípio usado pelos Hortelões: agroecologia, sustentabilidade, produção de alimentos orgânicos. O que por um lado é positivo, uma vez que dá abertura a iniciativas interessantes, e por outro pode ser perigoso, por poderem fazer parte, em uma escala maior, de ações do Estado-capital e consequente privatização do espaço público. Os circuitos gastronômicos propostos pelo mercado correm o risco de priorizar ganhos de setores econômicos específicos e o turismo. Por outo lado, os cursos que o mercado abriga proporcionam inserção da população e estão conectados com as propostas já em curso no território como o Quintal do Sô Antônio.

Observamos principalmente muita luta onde o processo não é totalmente íntegro. Há um trabalho sempre presente no sentido de tentar uma vitória sobre as resistências, portanto acompanhar essa batalha pela narrativa e criação da cidade é inerente à pesquisa que estamos desenvolvendo. Nessa relação pessoas natureza a Lagoinha se apresenta como uma ampla possibilidade de entender essas redes de associações que se desenvolvem nos jardins e como a narrativa da natureza participa disso.

Entender os Jardins contribui para pensar a cidade integradamente, pois eles constroem uma relação presente no cotidiano e no território e são uma importante área de resistência do comum na cidade. Ao mesmo tempo, eles podem ser instrumentos de dissimulação e ação individualista, socialmente elitista que se presta a ações hegemônicas. Os jardins carregam então sua contradição: potência comum ou instrumento de poder.

Referências:

BARCELOS, Cida. **FONSECA, Pierre.** Entrevista concedida a Gabriela Rezende. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://jardinspossiveis.wordpress.com/>. Acesso em: jun. 2018.

BRAGANÇA, Luciana Souza. *Do planejamento da circulação ao Microplanejamento Integrado***.** 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BRAGANÇA, Luciana; REZENDE, Gabriela; SOUZA, Lorena; ALMADA, Alice; ORNELAS, Cintya. *Jardins Possíveis.* Disponível em: <https://jardinspossiveis.wordpress.com/>. Acesso em: maio. 2018.

CLÉMENT, Gilles. **Gardens of Resistance.** Disponível em: <http://www.gillesclement.com/fichiers/_jardinresistance_68614_Gardens-of-Resistance-English-version>. Acesso em: jan. 2018.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos***.** São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização:* **do fim dos territórios à multiplicidade.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos:* **ensaio de antropologia simétrica, Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.**

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza:* **como fazer ciência na democracia.** Bauru, SP: Edusc, 2004.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social:* **uma introdução à teoria do ator-rede.** Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.

LÉFÈBVRE, Henri. *A Revolução Urbana***.** Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

MACEDO, Carol; MOYSES, Júlia; SOARES, Jéssica. **Revista Marimbondo 2016.** Disponível em: <http://revistamarimbondo.com.br/admin/tmp/revistas_6.pdf>. Acesso: maio. 2018.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana:* **A Cidade na Era da Globalização.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MONGIN, Olivier. *Les jardins front la ville.* Rio de Janeiro: Fundação Total, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. *PBH lança curso de gastronomia com base agroecológica.* Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-lanca-curso-de-gastronomia-com-base-agroecologica>. Acesso em: jun. 2018.

FREIRE, Cíntia Mirlene Pela. *Do outro lado da linha do trem***: História e intervenções no bairro Lagoinha.** *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, 1º sem. 2011. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p110>. Acesso em: jun. 2018.

LUTAS BIOPOTENTES: MOBILIDADE E JUVENTUDE

COLOSSO, PAOLO.

Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia.
Rua Treze de Maio, 2127- ap.174.
Email: paolocolosso@gmail.com

Resumo

Tendo como referencial teórico a noção de "razão biopolítica" trabalhada por Hardt e Negri, o artigo vai reconstituir a trajetória recente de alguns movimentos de juventude que tem a cidade não apenas como objeto da pauta, mas que se valem da centralidade urbana – concentração de infraestruturas, serviços e populacional -- como plataforma para o contágio de mobilizações inventivas que disputam narrativas sobre o futuro em comum. A apresentação é dividida em três momentos. No primeiro, repassamos alguns marcos da história urbana recente, nos quais a mobilidade é encampada como pauta. São eventos que envolvem forças do movimento estudantil – Rua, Juntos e Levante Popular da Juventude – e o denominado movimento secundarista, que em 2015 ocupou escolas públicas e em 2017 ocupou a Câmara dos Vereadores de São Paulo contra o corte do passe livre estudantil. No segundo momento, tratamos de ações do Levante Popular da Juventude, uma das forças políticas mais expressivas. Devemos analisar em que medida esses jovens investem esforços em insurgências festivas, aglomerativas, cuja potência nem de longe esmaece a luta, mas aumenta o contágio afetivo dos envolvidos e forja uma política cotidiana com feições populares. O terceiro momento traz um episódio em que essas práticas agitativas e vinculantes aparecem sintetizadas, a saber, um escracho ao prefeito da cidade de São Paulo. Embora o movimento não se valha do termo, é nessas práticas que identificamos "resistências biopotentes".

Palavras-chave: mobilidade; juventude; resistências biopotentes; fenômeno urbano.

Introdução

Em 2013, o aumento das passagens de transporte coletivo foi o estopim da maior mobilização de nossa história recente. Naquela conjuntura, ocorreu em São Paulo uma reorientação significativa na matriz de mobilidade, com investimentos em corredores e faixas exclusivas, tarifa zero para estudantes e desempregados, além da ascensão pública dos cicloativismos e de coletivos em defesa do caminhar a pé pela cidade. No último ano, no entanto, tal tendência reflui e a mobilidade, por sua vez, tende a ser secundarizada numa conjuntura nacional mais regressiva. Não vamos aqui disputar os sentidos do fenômeno junho de 2013, um evento que certamente ainda vai render muitos debates. Nosso objetivo é identificar forças políticas que se valem dos impulsos progressistas desse evento e, ao mesmo tempo, incorporam na pauta da mobilidade um repertório de ação partilhado entre movimentos de juventude, isto é, mobilizações inventivas, com alto potencial de contágio e aglomeração, que constelam insurgência e festividade numa gramática política com feições populares. É nessas práticas coletivas que identificamos "resistências biopotentes" capazes de reorientar um futuro para o urbano em comum. A apresentação se divide em três momentos. No primeiro, repassamos alguns marcos da história urbana recente, nos quais a mobilidade é encampada, envolvendo forças do movimento estudantil – Rua, Juntos e Levante Popular da Juventude – e o denominado movimento secundarista. No segundo momento, mapeamos um repertório de ação relativamente partilhado entre esses jovens. O terceiro momento traz um episódio em que essas práticas agitativas e vinculantes aparecem sintetizadas, a saber, um escracho ao prefeito da cidade de São Paulo.

Dito rapidamente, nossa chave de leitura sobre Junho se alinha às perspectivas de Singer (2013), para quem se tratou de um fenômeno com "ideologias cruzadas" e, ainda, com Bringel (2015), para quem se tratou de uma "abertura societária". Ambos dão conta de destacar o caráter ambivalente daqueles dias convulsivos, reconhecendo que este evento seria apropriado com sentidos diversos, por forças antagônicas. Mas o fundamental aqui é salientar, com Maricato (2013), que os anos anteriores foram um período marcado por crescimento econômico – alavancado em grande medida pelos setores dos negócios imobiliários e construção civil – sentido, ao mesmo tempo, como regressão nas condições de vida de boa parte da população das grandes cidades. Tal acirramento ocorre, em grande medida, pelo aumento no custo da moradia muito acima da inflação geral, a decorrente periferização das camadas populares, a vivência de bloqueio ligada aos grandes congestionamentos e más condições do transporte coletivo, além da já conhecida poluição.

Como destaca Maricato, "em São Paulo, o preço dos imóveis sofreu aumento de 153% entre 2009 e 2012"; e logo em seguida completa: "embora a piora de mobilidade seja geral – isto é, atinge a todos –, é das camadas de rendas mais baixas que ela vai cobrar o maior preço em imobilidade" (Maricato, 2013, p. 23-24). Já em 2007, o tempo médio de viagens por dia era de 2h42min. Não por acaso, lembra ainda Maricato, estudos comprovam que os grandes centros urbanos concentram casos de distúrbios psíquicos – ansiedade, depressão mórbida, comportamento compulsivo. São contradições objetivas que tiveram impacto na cidade vivida e podem explicar, pelo menos em parte, os disparadores das insatisfações sociais.

Isto posto, lembramos que em 2013 a pauta da mobilidade foi puxada pelo Movimento Passe Livre (MPL), mas transborda para amplos setores da sociedade. Nos meses seguintes, as mobilizações reverberam em diversas outras esferas da opinião pública como, por exemplo, a Bienal de Arquitetura de São Paulo, que reservou espaço privilegiado para cartazes, grafismos e documentários produzidos no calor da hora por integrantes desses

levantes.[1] Em 2014, intervenções do Movimento Passe Livre circulam em outra exposição em São Paulo, esta sobre design gráfico, chamada *Cidade gráfica*.[2]

Na cidade de São Paulo, a pauta foi absorvida por uma administração que percebe ali a possibilidade de implementar políticas de valorização do transporte coletivo de massa. O próprio prefeito reconhecera, em entrevista ao jornal El País, que aquela conjuntura permitiu abrir em seis meses corredores e faixas exclusivas que levariam quatro anos em clima de *realpolitik*.[3] Ainda desse lugar da política institucional, a abertura de ruas e avenidas aos pedestres vai no mesmo sentido de reforço dessas iniciativas do viver os espaços urbanos. Foi nessa mesma conjuntura do pós-junho de 2013 que ascenderam grupos cicloativistas, coletivos defensores do caminhar pela cidade, além de sites de mídia ativista. Com termos de Paulo Arantes (2014, p. 362), pode-se falar numa "contiguidade contagiosa", com a qual podemos entender a multiplicação de ocupações por uso da cidade e, ainda, que tem a cidade como palco. Tem-se, de fato, um caldo de cultura urbana ligado à reapropriação coletiva dos espaços públicos, com expressiva reativação de uma vida urbana que passa pelo político, enquanto campo de disputa de narrativas sobre a cidade.[4]

No início de 2015, as mobilizações puxadas pelo Movimento Passe Livre conseguiram tarifa zero estudantil e, no ano seguinte, para desempregados. À época as conquistas não seriam muito celebradas; apenas em 2018 o MPL reconhece que esses foram ganhos do movimento. Por conta da conjuntura nacional conturbada e adversa, marcada pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, pela austeridade com a cidadania, cortes em direitos básicos e fundamentais, a pauta da mobilidade é secundarizada na opinião pública. Mas no ano de 2017, quando o recém empossado prefeito João Dória (PSDB) cortou o passe livre estudantil, a pauta foi retomada por atores sociais ainda mais jovens, os estudantes secundaristas, cuja irreverência tem impactado até os mais céticos, a saber,. Tais estudantes são aqueles mesmos que, dois anos antes, ocuparam 200 escolas em defesa do ensino público e levaram à queda do Secretário de Educação do Estado de São Paulo (MEDEIROS et. al., 2016).

Nosso argumento aqui é o de que esse ciclo de mobilizações atravessa - e não raro aproxima - uma geração de novos sujeitos coletivos, dos autônomos aos organizados de linhas progressistas diversas. No recorte desse artigo, lembramos de mais alguns episódios que envolvem três dessas novas forças, a saber, o Levante Popular da Juventude, o Juntos e o Rua. Do ponto de vista da identidade política dessas organizações, é arriscado aproximá-las, porque na disputa de espaços e instituições estudantis como Centros Acadêmicos, DCEs e a UNE, há mais diferenças do que pontos comuns. Devemos pontuar algumas antes de prosseguir.

O *Levante Popular da Juventude* nasce em 2006 no Rio grande do Sul através de ações ligadas à luta por memória, verdade e justiça, que visavam trazer a público os crimes de torturadores da ditadura. O Levante se nacionaliza em 2012, mesmo ano em que recebe uma menção honrosa no Prêmio Direitos Humanos da Presidência da República, pelas ações em defesa da memória e justiça. Um de seus momentos altos são os acampamentos, tidos como sua maior plenária. A primeira edição (2012) levou 1.000 jovens a Porto Alegre, o segundo 3.000 à Cotia e o terceiro 7.000 jovens à Belo Horizonte. O Levante reitera o caráter de movimento popular que se constrói cotidianamente, como "fermento na massa da juventude brasileira", cujo tripé é constituído

[1] Sobre o tema, conferir o número especial da revista *Monolito* sobre a X Bienal de São Paulo, n.17, 2013.

[2] A exposição que contava com o manifesto do Movimento Passe Livre ocorreu no Itaú Cultural da avenida Paulista, entre os dias 20 de novembro de 2014 e 04 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://novo.itaucultural.org.br/programe-se/agenda/evento/cidade-grafica/>.

[3] Cf. entrevista de Fernando Haddad ao jornal El País, em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/03/politica/1388787506_411833.html>.

[4] Este ponto já foi desenvolvido, em alguma medida, no último capítulo de Colosso (2017).

por formação, organização e luta. Em São Paulo de 2017, o movimento conta com 14 células relativamente estáveis, sediadas em universidades públicas e privadas, e as células organizadas pelo território, em periferias da Zona Leste, Sul e Norte. Com tal tripé, o Levante visa cumprir o objetivo central de reaver o denominado trabalho de base e, desse modo, valer-se de uma tradição de movimentos sociais que colocam no centro das dinâmicas sociais o conflito de classes e no horizonte um projeto popular que culmine numa "sociedade sem classes", a denominada Revolução Brasileira. [5]

Outras organizações reacendem o movimento de juventude com ânimos renovados. Sem pretensão exaustiva, devemos incluir aqui pelos menos mais duas forças. A primeira seria o *Juntos*, que tem origem na São Paulo de 2011 como um jornal online feito pela e destinado à juventude. No mesmo ano organiza um primeiro acampamento e passa a construir a rede de cursinhos populares Emancipa. Não por acaso, o Juntos se define como a geração que se formou no caldo do movimento das praças – os indignados espanhóis, tunisianos, gregos, os estudantes chilenos –, nos termos deles, um "novo momento do mundo", diante do qual os jovens se colocam dispostos a construir "um mundo radicalmente novo."[6]

Em linha mais próxima daquela do Juntos, outra organização importante traz um nome elucidativo, o *Rua.* Sua identidade "anticapitalista" se fundamenta na ofensiva aberta pelo movimento *Occupy*, mas já amplamente difundida, de acordo com a qual nossas pretensas democracias são um regime socioeconômico que não representa 99% da população mundial.[7] Também para esses jovens, somente se pode pensar em liberdade numa sociedade pautada pela igualdade de condições de produção da vida. O Rua divide suas frentes entre antiprobicionista, estudantil e popular. E é nessa última que ganha destaque a luta pelo "direito à cidade".[8]

Mas se de um ponto de vista próximo as diferenças entre essas organizações são fortemente demarcadas, porque disputam os mesmos espaços no movimento estudantil, de um ponto de vista histórico mais distanciado há afinidades bastante visíveis. Todas elas reconhecem a necessidade de colocar o movimento de juventude para além dos muros universitários, sobretudo nas periferias dos grandes centros urbanos. Todas atentam para o cotidiano sofrível das classes trabalhadoras e orientam suas análises por essa clivagem fundamental da sociedade. Todas pautam a interseccionalidade das relações de dominação entre gênero, raça e classe.[9] Já está claro para esses grupos que a população espoliada no trabalho tem cor, são os negros e negras que carregam os ônus da tradição escravista e patriarcal brasileira. A luta contra essas desigualdades é também uma luta por outro modelo de sociabilidade e vida urbana. Já em termos de repertórios de ação, todos operam de modo híbrido entre as redes e as ruas, com uma plataforma digital em forma de site, além de páginas em redes sociais, comunicação

[5] Estas diretrizes podem ser vistas no documento disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/CArtilha%204%20-%20trabalho%20de%20base.pdf>. Acesso em 08 abr. 2018.

[6] Cf. https://juntos.org.br/quem-somos/. Acesso em 21 out. 2017.

[7] Cf. a Tese do Rua para o 52º Congresso da UNE. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/4eb36a_c42d3c5c27b546329029e0bf5a05b6cd.pdf. Acesso em 08 abr. 2018.

[8] Cf. <https://www.movimentorua.org/cultura-popular-e-periferia>. Acesso em jan. 2018: "A frente de Movimento Popular do RUA surge com o objetivo de reunir nossa atuação em favelas, quebradas, comunidades e bairros de norte a sul do Brasil. São pautas da frente o direito à cidade, à arte e cultura, à educação popular, à moradia, as pautas de combate às opressões, o esporte, a violência policial, combate à guerra às drogas, a luta contra o latifúndio, as pautas indígenas e quilombolas e quaisquer outros temas que digam respeito à vida cotidiana das quebradas do país. Combatemos, a partir de nossa frente de movimento popular, a lógica de empreendedorismo social que disputa conosco a perspectiva de transformação da realidade da juventude periférica popular. Estamos presentes realizando projetos e criando espaços de resistências como a Casa da BXD, os cursinhos populares +Nós e Educar é TransFormar, o Cine Campana e o Rap School."

[9] A referência fundamental para esssa sobreposição é Angela Davis, em especial sua obra *Mulheres, Raça e Classe*.

intensa via aplicativos de celulares.[10] Nas ruas, seus atos levam batucadas, faixas feitas coletivamente e canções dançadas que parodiam hits populares.

Além disso, todos estão nos atos contra aumento de tarifa, fazem formações a respeito e chamam plenárias com referências intelectuais e políticas no assunto,[11] mesmo que não tenham a pauta da mobilidade como única ou prioritária, como é o caso do Movimento Passe Livre.

Em 2017 ocorreu um encontro singular em nome de uma ação convergente entre jovens secundaristas e universitários, autônomos e organizados. Após cortes no passe livre estudantil, reconhecendo que a conjuntura era de fechamento, os estudantes do Rua, Juntos, Levante, União da Juventude Socialista e muitos outros redobram a aposta. Não apenas travam ruas, mas deliberam por ocupar a Câmara Municipal dos Vereadores.

[10] Todos têm páginas de Facebook (em março de 2018, Levante com 350 mil seguidores; Juntos com 63.900 mil, Rua com 42.500 mil)

[11] A título de exemplificação, vale elencar aqui alguns artigos nos anos pós-2013. No site do Rua, de 2016: https://www.movimentorua.org/blog/tag/Passe%20Livre. Um do Levante Popular da Juventude, de 2015: http://levante.org.br/blog/?tag=passe-livre. Uma campanha do Juntos contra o corte do passe livre estudantil em 2017: https://juntos.org.br/passelivre/ . O Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, a UBES, contou com uma conferência de Lúcio Gregori, ex-secretário dos transportes na gestão Erundina e idealizador do projeto Tarifa Zero: https://ubes.org.br/2017/lucio-gregori-transporte-publico-hoje-tem-papel-segregador/

Estudantes ocupam a Câmara dos Vereadores de SP, 09 de agosto de 2017. Imagem: Levante Popular da Juventude.

Uma ação como esta não acontece sem mudança nas subjetividades. A decisão de bloquear o cotidiano de uma instituição de tal porte somente é vista como possível quando há um reforço recíproco entre os grupos, uma certeza de que se trata de uma pauta legítima e, ainda, de que as autoridades políticas não têm condições de defendê-las. Trata-se de uma insurgência de grande risco, mas que coletivamente os jovens avaliaram ser necessário correr a título de dar visibilidade pública àquilo que acreditavam ser justo. É outro episódio onde a noção de resistência biopotente se torna providencial.

A imagem da ocupação da Câmara dos Vereadores em 2017 é uma boa síntese de nosso argumento. Podemos compreender essas aproximações e

interações na chave das "conexões geracionais" estudadas por Karl Mannheim (1952). Tal conexão ocorre na medida em que a experiência social recente – em seus bloqueios e oportunidades – marca-os com uma tendência pelo menos próxima; isto os coloca em interações e em participação num destino coletivo comum, e os faz partilhar de conteúdos que estão relacionados de alguma forma.[12]

Embora os jovens não tenham obtido resultados imediatos, a pauta não deixa de atravessá-los. Interessante perceber que desde pelo menos 2015 a "questão urbana" figura entre os tópicos do Conselho de Entidades Gerais da União Nacional dos Estudantes, com destaques para o tema da mobilidade e, especialmente, defesa do passe livre estudantil.[13] O mesmo acontece com o Congresso de 2017 da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e na recepção de calouros de 2018 do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo (DCE-USP). [14] Essas redes de atores, cujas vozes circulam pelo tecido social e impactam a opinião pública com suas narrativas contra-hegemônicas, constituem os nós a partir dos quais a questão da mobilidade tem gerado novos marcos na cultura urbana, mesmo numa conjuntura de fechamento. Os eventos acima são paradigmáticos.

Resistências biopotentes no Levante da Juventude

É de se esperar que o deslocamento da politica institucional para as ruas não se dá sem uma série de transformações em códigos, protocolos e rituais. Instaura-se um outro universo linguístico e prático, com uma reabilitada presença de afetos, trocas intensificadas entre corpos em movimento, o que podemos entender com Hardt e Negri (2016) como uma "razão biopolítica". As ruas funcionam como o sítio fundamental dessa liberação subjetiva e confluência coletiva insurgente, que ressignifica o espaço urbano. Essa racionalidade biopotente aproxima emoções que a princípio podem parecer distantes, como negatividade e gozo, resistência e inventividade, festa e luta. Para esses jovens, conhecimento crítico e ludicidade festiva se constelam em reforços recíprocos, sintetizados nessas ações estético-politicas contagiosas e de grande apelo popular.

Festa aqui é uma liberação biopotente em relação a um cotidiano espoliativo, feito de trabalho como sacrifício, maçante, em torno do qual se desenvolve uma série de relações impessoais, onde se submete a uma série de autoridades

[12] Há uma passagem de Mannheim bastante elucidativa a respeito dessa noção e seus afins (1952, p. 306): "Enquanto que a afinidade para a posição geracional seja apenas algo de caráter potencial, uma conexão geracional é constituída através da participação, dos indivíduos que pertencem à mesma posição geracional, no destino comum e nos conteúdos de conexão que, de alguma forma, formam parte disso. As unidades geracionais específicas podem nascer, então, dentro dessa comunidade de destino. Essas unidades geracionais são caracterizadas não só por significar várias conexões de eventos ligados em uma participação compartilhada fraca experimentada por diferentes indivíduos, mas também porque significam uma maneira de reagir unitariamente - um 'agitar juntos' e uma maneira de configurar que são moldados por um senso semelhante - dos indivíduos que são (na medida em que estão) diretamente ligados a uma certa conexão geracional. [...] Dentro da mesma conexão geracional, podem ser formadas várias unidades geracionais que lutam entre si a partir de posições polarizadas. Pois bem, essas unidades constituirão uma 'conexão' precisamente quando estiverem em sintonia entre si, ainda que se combatam."

[13] Cf. <https://www.une.org.br/noticias/especial-eleicoes-2016-une-quer-mais-mobilidade-e-qualidade-de-vida/> . Acesso em 08 abr. 2018.

[14] O CONUBES de 2017 promoveu uma mesa com a participação de Lúcio Gregori, ex-secretário de transportes na gestão de Luiza Erundina (1989-1993), idealizador do projeto tarifa-zero. Na mesa sobre mobilidade urbana na recepção de calouros, promovida pelo DCE da USP, ocorrida na Faculdade Politécnica, em março de 2018, a organização convidou Nilce Aravechia, professora da FAU-USP, Jilmar Tatto, ex-secretário de transportes na gestão Haddad, e Paolo Colosso, autor deste artigo.

que nem sempre se mostra digna de tal posição. A festa é uma negação dessas relações e uma celebração. E como essa negação não é evasiva, mas uma confrontação, a festa não é um esvaziamento das emoções da luta, mas um alimento para o ânimo jovem que subverte organizadamente, destitui e desobedece, mas também demanda outras formas de sociabilidade e de estruturação da vida cotidiana.

Há um refrão amplamente utilizado em diversas canções, que é bastante elucidativo: "No poder só tem playboy/ A crise é dos ricos e os pobre é que se fode". Remete-se diretamente ao fato de que os governantes, sobretudo em tempos de adversidade, governam para elites econômicas e coincidem com elas. Os ônus da crise, no entanto, são transferidos ao grosso da população. Não há outra remissão mais direta à ideia dos "outros 99%" usada pelos Occupy. Passemos imediatamente a outra canção dançada na qual temos signos operadores análogos, mas agora mais gerais:

Para avançar
Tem que lutar
Criar poder popular
Porque o povo não aguenta essa injustiça
Dos poderosos e sua corrupção
Vem pra rua, vem causando esse Levante
Popular pela Revolução[15]

Estão aí os elementos fundamentais desse conhecimento que se converte em repertório de ação: ele se insere num movimento de insurgência, no qual as camadas antes segregadas tomam uma postura ativa e ganham voz, agora coletivamente e de forma organizada. Trata-se de uma "luta" que exige esforço e disciplina política, mas é também prazerosa, traz portanto afetos expansivos. A expressão "criar poder popular" é amplamente compartilhada com outros movimentos jovens, mas também com os de moradia.

Preencher as resistências com cantigas e danças não é, nem de longe, esmorecer a luta -- como querem alguns espíritos austeros pouco atentos a essa nova sensibilidade. Pelo contrário, é por em circulação esses afetos expansivos, reconectar potências corpóreas, reforçar laços entre si e com a cidade, elementos que compõem um caldo de autodeterminação coletiva com o qual essa juventude se movimenta entre as ruas e plenárias.

Não é um aspecto menor dizer que tais canções dançadas se dão basicamente em dois lugares. Ora em espaços de formação da militância, onde funciona como reforço interno, como disparador de interações, mas também como celebração, comemoração de uma vitória possível. Ora em espaços públicos, onde funciona como expressão da energia coletiva, como produção de vida urbana, como inscrição do poder popular em lugares de grande visibilidade – podem ser ruas, praças, mas também plenárias. Em ambos os casos, *a canção dançada é uma convocação quase sedutora ao movimento; subjaz ali um conjunto de práticas e valorações que se remete a um outro modo de viver juntos, isto é, outra sociabilidade e subjetivação.*

Mas qual a relação entre o duplo festa-luta se e as ruas? Porque a rua marca o imaginário social como o espaço das interações espontâneas, do transbordamento, do encontro popular, porque não estratificado por renda nem poder de consumo. A rua é o lugar onde cabem todas e todos. No ato de levantar-se, portanto, os sujeitos reclamam, em tom de quem clama, outro mundo.

Escracho ao prefeito Dória

Os escrachos são uma referência emprestada de organizações argentinas, de quando jovens denunciaram torturadores do período ditatorial; aqui também as primeiras edições tiveram essa pauta. Os jovens foram até as

[15] As duas cançoes se encontram num panfleto distribuído no ato.

casas de ex-militares, pintaram calçadas e muros com dizeres como “aqui mora um torturador”. A ação trouxe a público questões de interesse coletivo que eram ignoradas ou pouco tratadas pelas instituições politicas e narrativas oficiais. Nos últimos anos, o Levante escrachou a Rede Globo(2013), lembrando o apoio da emissora ao regime civil-militar, lançou notas de dólares no deputado Eduardo Cunha (2015), quando vem à tona um dos envolvimentos do então deputado federal em práticas de corrupção. Outro alvo foi o também deputado Jair Bolsonaro(2016), figura conhecida e condenada seguidas vezes por suas posições conservadoras, discriminatórias com mulheres, negros e grupos homoafetivos.

O escracho ao então prefeito de São Paulo, João Dória Jr., envolveu cerca de duzentos integrantes do movimento. O clima de tensão é claro entre os jovens, pois sabem que se trata de uma ação que rompe protocolos. O percurso e os elementos da performance são deliberados com antecedência, mas por borrar os limites da ordem, o desenrolar guarda uma dimensão do imprevisto.

Em frente à residência do prefeito – monitorada por câmeras e protegida por uma viatura da Guarda Civil militar --, o Levante monta um teatro, onde o protagonista põe em oferta bens públicos e patrimônios da cidade; a peça é musicada por canções que enfatizam um caráter privatista e ao mesmo tempo elitista de um gestor que corta direitos no transporte estudantil (o passe livre de secundaristas), corta na alimentação de crianças de primeira idade e no subsídios a coletivos culturais periféricos.

Ôh me libera, Dória!

Deixa eu ir estudar

Ôh me libera, Dória

Passe livre eu quero sim

Me libera, Dória

E para de privatizar

Cidade só e linda com o PROJETO POPULAR

Projeto popular (2x)

Nenhum dos versos é gratuito; cada um desses traz uma síntese importante. Subjaz a eles uma análise de conjuntura, um ataque ao opositor e a evocação de um horizonte de sociedade. Isso por meio da paródia de uma música de grande circulação na indústria cultural, considerada um *hit,* esta com cerca de 8 milhões de visualizações no Youtube naquele momento. Escolher um ritmo já popular mantem a familiaridade e toca grandes públicos fora do meio militante; já a nova melodia busca levar o público à crítica pretendida.

“Deixa eu ir estudar” e “passe livre eu quero sim” remetem-se ao fato político daquelas semanas, o corte no passe livre estudantil. O “para de privatizar” aponta o que se considera ser a linha central e estruturante das políticas do prefeito gestor, isto é, o discurso da eficiência do mercado seguido das denominadas privatizações. Não por acaso compõem a cena do escracho cartazes e grandes faixas com dizeres ”SP não está à venda”, “nenhum direito à menos”. A canção traz também uma ressignificação do slogan oficial do prefeito, “a cidade linda”. Para os jovens, não se pode dizer que é bela uma cidade cujos espaços não estão abertos ao acesso das camadas trabalhadoras. Com isso, a canção encarna a voz e os enunciados daqueles que não são representados por uma gestão de cunho elitista. A ação toda se move nesse tom, que reforça a necessidade de outro projeto para a cidade.

Escrachar é um ato de insubordinação a uma autoridade considerada não-representativa e, ao mesmo tempo, um prazer, uma “delicia”; uma quebra da ordem à qual cotidianamente se subordina. Uma desobediência que provoca riso. Há nesse levante algo de cólera e de júbilo e, encenar a autoridade de modo cômico, significa também destitui-la simbolicamente, como ensaio para uma ação futura mais literal. Do ponto de vista dos afetos, esse levante representa uma vitória parcial no aqui e agora.

O elemento previsto por poucos até então é o de que alguns dos integrantes coroarão a ação com um picho no muro da residência: “São Paulo não está à venda”. Os seguranças avançam assim que a jovem, encapuçada, escala os ombros de outro e imprime a tinta das primeiras letras. Uma corrente de outros jovens vão em direção aos guardas, defendendo que se trata de uma manifestação pacífica. Um grupo de quatro jovens saem em disparada por uma rua lateral, junto daquela que empunhou o spray; os guardas correm atrás dos jovens, mas não o alcançam. Todos sabem que a ação vai ter uma repercussão midiática e será necessário ter um fato público. Os guardas detém, na pequena multidão, um integrante sem documentos pessoais, que aparece na mídia como o suspeito. [16]

A ação tem um efeito multiplicador imediato, vai quase simultaneamente para versão online de grandes jornais – Estadão, Folha de S. Paulo –, mas também para jornais menores como Brasil de Fato e sites como G1-Globo, Conversa Afiada, além de mídia ativistas como Jornalistas Livres e Mídia Ninja. A pauta do corte do passe livre estudantil e das privatizações ganha, por um período, redes diversas da opinião pública.

[16] A ação ocorreu em 15 de julho de 2017, capa no site da Folha de S. Paulo, Estadão, Globo G1, Brasil de Fato, comentada em Conversa Afiada. Na Folha: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1901564-doria-e-alvo-de-ato-contra-privatizacao-e-tem-muro-de-sua-casa-pichado.shtml ;No Conversa Afiada: https://www.conversaafiada.com.br/tv-afiada/ao-vivo-levante-escracha-a-casa-do-prefake-doria; No G1: https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/protesto-em-frente-a-casa-de-doria-acaba-em-tumulto-e-manifestante-preso-por-pichacao.ghtml , No Estadão: http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,manifestante-e-preso-durante-protesto-na-frente-da-casa-de-doria,70001891564 . No Brasil de Fato: https://www.brasildefato.com.br/2017/07/15/levante-popular-da-juventude-faz-escracho-na-casa-de-doria-manifestante-e-detido/ ; Jornalistas Livres ao vivo no Facebook: https://www.facebook.com/jornalistaslivres/videos/566027756854439/

Considerações

Interessante notar que, mesmo entre forças progressistas, a presença da festividade por vezes é vista como uma despolitização, estetização sem força transformadora das organizações jovens. Mas tal crítica nos parece alheia à realidade desses mais novos sujeitos que entram em cena. Sobretudo, por ainda não perceberem as ligações sutis entre resistência e ludicidade, entre o festivo e o inventivo, entre erotização e insurgência, que aparecem combinados num mesmo ato de destituição do existente e aspiração instituinte de outra realidade. Em nossa chave, é nessas constelações que se instauram o que podemos denominar “resistências biopotentes”.

Viemos argumentando nessa apresentação a importância desses personagens em ocupar e se valer do espaço urbano em seus repertórios de ação. Dissemos, noutra formulação, que o urbano funciona como mediação, infraestrutura, espaço para o uso e instituição de um futuro em comum. Deve ter ficado mais claro que esse valer-se do espaço urbano não se dá sem transformações nos sujeitos e na sociabilidade que ocupam esse espaço. Em ações coletivas nas quais a aproximação dos corpos e as trocas de afetos propiciam a instituição de narrativas contra-hegemônicas, produz-se um conhecimento que não se desvincula da ação e do movimento de *insurgência aglomerativa*, uma *insujeição vinculante.* Remete-se ao popular e à conjuntura para dela extrair linhas mais gerais. Os afetos e emoções circulam rapidamente e coloca a todos e todas numa sintonia com menos ressalvas do que em uma plenária, menos divergências do que em um debate. Há uma potência expansiva, não-logocêntrica que envolve os corpos, entretecendo-os por um tempo posterior ao final do ato. Essa é a

composição de elementos capazes de produzir uma vida urbana reabilitada, prenhe de potências estético-políticas[17].

[17] Esse tópico sobre a produção de uma vida urbana renovada não é um aspecto menor, sobretudo se lembrarmos de debates dos anos 1990, nos quais prevalecia uma tônica no esvaziamento do público nos espaços de consumo ou no domínio do virtual. Essa discussão foi mobilizada em COLOSSO, Paolo. *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business*. São Paulo: ed Annablume, 2017, sobretudo no terceiro capítulo.

Bibliografia

ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo -- e outros estudos sobre a era da emergência***.** São Paulo: ed. Boitempo, 2014.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. **"Junho de 2013: dois anos depois – polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil".** Nueva Sociedad, out 2015. Disponível em: http://nuso.org/media/articles/downloads/COY1_Bringel_Pleyers.pdf

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest.** Oxford University Press, 2017

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais***.** São Paulo: Edições Loyola, 2009.

MANNHEIM, Karl. **«The Sociological Problem of Generations».** Em P. Kecskemeti (Ed.). Essays on the Sociology of Knowledge: Routledge and Kegan Paul, Londres, 1952, pp. 276-322.

NEGRI, Antonio et HARDT, Michael. **Multitude: war and democracy in the age of the empire.**

_____. **Commonwealth.** Cambridge: Harvard University Press, 2009

_____. **Bem-estar comum.** Rio de Janeiro: Record, 2016.

COLOSSO, Paolo. *Rem Koolhaas nas metrópoles delirantes: entre a Bigness e o big business.* São Paulo: ed. Annablume, 2017.

SINGER, A. **"Classes e ideologias cruzadas".** In: *Novos Estudos*, n.97, novembro de 2013.

TORET, Javier(coord). *Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas*. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya, 2013,

Sites consultados:

Exposição Cidade Gráfica. http://novo.itaucultural.org.br/programe-se/agenda/evento/cidade-grafica/>.

EL País. **"A minha métrica do sucesso não é a reeleição – entrevista de Fernando Haddad".** Jornal El País, 3 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/03/politica/1388787506_411833.html>.

"Dória é alvo de ato contra privatização e tem muro pichado". **Folha de São Paulo, 15 de julho de 2017.** Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1901564-doria-e-alvo-de-ato-contra-privatizacao-e-tem-muro-de-sua-casa-pichado.shtml ;

"Levante escracha a casa do prefake Dória". **Conversa Afiada, 15 de julho de 2017.** Disponível em: https://www.conversaafiada.com.br/tv-afiada/ao-vivo-levante-escracha-a-casa-do-prefake-doria;

"Protesto em frente a casa de Dória acaba em tumulto e manifestante preso por pichação". **Globo- G1, 15 de julho de 2017.** Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/protesto-em-frente-a-casa-de-doria-acaba-em-tumulto-e-manifestante-preso-por-pichacao.ghtml

"Manifestante é preso durante protesto na frente da casa de Dória". **Estadão, 15 de julho de 2017.** Disponível em: http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,manifestante-e-preso-durante-protesto-na-frente-da-casa-de-doria,70001891564 .

" Levante Popular da Juventude faz escracho na casa de Dória e manifestante é detido". **Brasil de Fato, 15 de julho de 2017.** Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2017/07/15/levante-popular-da-juventude-faz-escracho-na-casa-de-doria-manifestante-e-detido/

"Levante escracha Dória". **Rede TVT.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uO3icI_sg98

UNE. **"UNE quer mais mobilidade e qualidade de vida".** Disponível em: https://www.une.org.br/noticias/especial-eleicoes-2016-une-quer-mais-mobilidade-e-qualidade-de-vida/> .

MOVIMENTOS SOCIAIS E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O FÓRUM DE LUTA PELA MORADIA EM NITERÓI

ALVES, LUIZ EDUARDO (1); BIENENSTEIN, REGINA (2)

1. Universidade Federal Fluminense. Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos
Rua São João, 312, apt. 202, Centro, Niterói, RJ CEP 24.020-047
ledcads@gmail.com
2. Universidade Federal Fluminense. Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos e Programa de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo
Rua Gavião Peixoto 343, apt. 2106, Icaraí, Niterói, RJ CEP 24.230-093
bienenstein_regina@id.uff.br

Resumo

Este trabalho acompanha as articulações ocorridas entre movimentos populares da sociedade civil da cidade de Niterói – RJ e o projeto de extensão Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU-UFF), que, juntos de outros atores civis e institucionais, têm sido exemplo de participação popular no recorte das audiências públicas do Plano Diretor de Niterói. Visa discutir o potencial da participação institucional quando camadas populares mobilizadas e uma universidade socialmente referenciada trocam experiências e conhecimento para garantir participação democrática. A partir de autores como Maria da Glória Gohn (2008), Sherry Arnstein (1969) e Toro e Werneck (2007) avalia-se a efetivação da participação popular em tal contexto institucional. Questões urbanas tendem a movimentar a população, talvez por sua característica intrínseca de interferir de modo concreto no espaço de vida dos cidadãos. De fato, muitas mobilizações de camadas populares se consolidam a partir de uma ofensiva direta do poder público quanto ao seu direito de permanência em territórios consolidados, isto é, a política urbana pode ser considerada espacialização de direitos (ou ataque a esses direitos). O Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 2001) define como diretrizes da política urbana a "gestão democrática por meio da participação da população" e a "cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social". Mais especificamente, ao versar sobre Plano Diretor, exige "a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade". Durante o processo de acompanhamento das doze audiências públicas aqui citadas surgiu o que se chamou de Fórum de Luta pela Moradia, espaço horizontal de troca de experiência entre as comunidades afetadas e atuantes na discussão corrente, buscando auxílio do NEPHU-UFF, de alguns elementos do poder legislativo e do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Mais do que abrir reivindicações pontuais e negociação – que cessam até a próxima investida –, o Fórum se configura como um espaço para a percepção da luta pela moradia como uma luta unificada de todos os cidadãos, ou melhor, dos cidadãos que não têm seus direitos.

Palavras-chave: Direito à moradia; Assessoria técnica; Estatuto da Cidade; Movimento popular

INTRODUÇÃO

O processo participativo na produção urbana brasileira tem sua costura teórica e legal desde a Constituição Federal de 1988 (Artigos 182 e 183). Esses artigos foram regulamentados no chamado Estatuto da Cidade, Lei 10.257 / 2001. O Estatuto define como diretrizes da política urbana a "gestão democrática por meio da participação da população" e a "cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social". Mais especificamente, ao versar sobre Plano Diretor, exige "a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade".

O Estatuto da Cidade cria um arcabouço jurídico-urbanístico capaz de garantir tanto o direito a habitar a cidade dignamente quanto o direito de participar ativamente nos processos de sua construção – gestão democrática da cidade.

O munícipio, enquanto principal ente federativo responsável pela Política Urbana, tem a função de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantir o bem-estar dos cidadãos e que o território urbano cumpra sua função social. Esse poder de definir a politica urbana pode – e deve – ser uma oportunidade de aproximar os cidadãos das decisões políticas, contribuindo para que eles atuem diretamente em sua conformação jurídico-urbanística e, garantindo algum grau de autodeterminação.

Nesse sentido, o Plano Diretor deve ser instrumento do direito ao exercício da cidadania e do direito à cidade, reconhecendo-a como produto coletivo que, portanto, deve democratizar os benefícios da urbanização. Para tanto, não se pode prescindir da submissão da propriedade privada a sua função social, o que exige estabelecer limites ao poder econômico em conformar o urbano e mitigar a geração de desigualdade decorrente do processo de urbanização em moldes capitalistas.

Ribeiro e Cardoso (2003) alertam que a gestão democrática da cidade deve visar a conquista real da cidadania e a defesa de padrões mínimos de qualidade de vida – padrões que podem ser tecnicamente desenvolvidos e avaliados como condições de habitabilidade e de preservação ambiental. A cidade, para os autores, deve regular publicamente a produção privada do ambiente construído e regular publicamente os serviços urbanos. A gestão democrática da cidade é a arena de embate entre a cidade para pessoas, como lugar de moradia, pelo seu valor de uso, e a cidade para negócios, do chamado planejamento estratégico, do seu valor de troca.

Santos Júnior (1997) alerta que garantir participação nas decisões da gestão urbana (controle social) integra todo um entendimento de gestão democrática das cidades, uma construção institucional a ser feita intermitentemente.

A própria construção da Constituição, através do processo da Assembleia Constituinte, foi um momento de participação popular, enfatizando a necessidade de participação da população interessada nas definições das variadas políticas públicas. Conselhos de políticas públicas têm um histórico que remonta ao governo Vargas, passando pelo de Fernando Henrique Cardoso, se generalizando no país durante o governo do presidente Lula.

Pode-se dizer, no entanto, que os espaços institucionais de participação no Brasil ainda não se consolidaram. Apesar de incluídos no Estatuto da Cidade, ainda demandam regulamentação, o que foi tentado através do Decreto Presidencial n. 8243, de 23 de maio de 2014, voltado para instituir uma Política Nacional de Participação Social, com definição de diretrizes e objetivos, a qual, porém, não se concretizou, pois o governo não conseguiu tê-la aprovada pela Câmara Federal. Esse decreto definia a audiência pública como "mecanismo participativo de caráter presencial, consultivo, aberto a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, cujo objetivo é subsidiar decisões governamentais".

Há necessidade de avançar, buscando um equilíbrio entre a crítica à "burocratização da participação", em contraponto à necessidade de criar e regulamentar instâncias de participação com força institucional.

A cidade de Niterói, na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, como toda cidade acima de 20 mil habitantes, deve atualizar seu Plano Diretor, elaborado e aprovado no ano de 1992 e apenas adaptado ao Estatuto da Cidade, em 2004, com a inclusão dos instrumentos disponibilizados por ele. Portanto, seu Plano Diretor estava defasado em 15 anos, quando deveria ser revisto e atualizado a cada 10 anos. Em 2014, começa o processo de revisão do Plano Diretor, com apresentação do Diagnóstico para confecção de um Projeto de Lei (PL n. 08/2017).[1]

O presente artigo se concentra no exame do processo de participação popular na elaboração dos Planos Diretores, exigida pelo Estatuto da Cidade, tomando como caso referência a cidade de Niterói e analisando a forma pela qual essa participação foi efetivada, no que se refere ao tratamento dos territórios populares. Está organizado em três partes, além desta introdução. A primeira apresenta rápida revisão dos instrumentos analíticos para a participação popular, recuperando alguns autores que poderão auxiliar na análise pretendida; a segunda resgata o processo das audiências públicas enquanto instrumento de participação popular e conclui-se o artigo com observações a cerca da eficácia de tal processo, além dos obstáculos e das dificuldades enfrentadas.

[1] Parte considerável dos documentos apresentados pelo poder municipal de Niterói e discutidos neste artigo estão disponíveis no portal: http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/planodiretor/

1. INSTRUMENTOS ANALÍTICOS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Recuperar autores que estruturaram um pensamento sobre a participação popular se torna importante, para adiante aplicarmos tais conceitos no exame do caso concreto das audiências públicas do Plano Diretor de Niterói, durante o ano de 2017.

Maria da Glória Gohn (2008) define alguns eixos analíticos nas teorias dos movimentos sociais. Entre elas, as teorias sobre o processo de construção de identidade e cultura; sobre justiça social e reconhecimento; sobre autonomia e resistência ao mercado; sobre a institucionalização das ações coletivas. Segundo a autora, as teorias que focam na justiça social e reconhecimento lidam com redistribuição, compensação de injustiças históricas e desigualdade. As teorias que focam na autonomia e resistência ao mercado e ao processo econômico neoliberal criticam duramente as próprias institucionalizações de demandas e da participação social. Os processos participativos aqui são vistos como apaziguadores de conflitos, enquanto mantêm a estrutura intacta.

Sherry Arnstein recupera a "escada de participação cidadã" (1969). Para a autora, há oito degraus de participação. Os dois primeiros degraus configuram a não-participação: (1) manipulação e (2) terapia. Os degraus seguintes apresentam níveis de "concessão mínima de poder": (3) informação, (4) consulta e (5) pacificação. Os últimos degraus consolidam o "poder cidadão": (6) parceria, (7) delegação de poder e (8) controle cidadão.

Nos degraus de manipulação e terapia não há realmente participação popular. Nos níveis de concessão mínima de poder há degraus importantes para a avaliação realizada mais a frente sobre o processo desenvolvido em Niterói. Os degraus de informação e consulta representam a escuta da população. Entretanto, nesses níveis, os cidadãos se frustram quando

percebem que podem falar, mas que suas falas não irão necessariamente se refletir e influenciar nas decisões, que continuam nas mãos do Estado.

Toro e Werneck (2007, p.5) discutem a questão da Mobilização Social. Para os autores, "mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados". A construção de uma interpretação e propósitos comuns é justamente o desafio de colocar as questões concretas cotidianas das mobilizações sociais dentro de uma leitura do processo, no caso em estudo, da gestão urbana. Essa construção consolidaria um movimento social.

Os autores também trabalham as categorias de "produtores" e "reeditores" sociais. Para eles, são os atores da mobilização social que lidam com a comunicação cotidiana necessária. Esses atores precisam de legitimidade alcançada em seu próprio meio, horizontalmente. Em última instância, os autores estão trabalhando a aplicação de uma visão de mundo e de gestão política que nada mais é do que a democracia.

Souza e Rodrigues (2004) definem planejamento urbano como uma atividade focada no futuro (em contraste com a gestão urbana, que seria focada no presente). Um Plano Diretor pode ser considerado como o principal documento do planejamento urbano. Isto é, evidencia as intenções futuras com respeito ao espaço urbano de um município, denuncia problemas (ou o que é considerado como problemas a serem combatidos/resolvidos) e, se lido atentamente, indica os interesses por trás dos processos de urbanização.

Dentro de uma visão democrática, as instituições públicas serão mais fortes quanto mais elas "sintetizam e representam os interesses, contraditórios ou não, de todos os setores da sociedade" (TORO; WERNECK, 2007, p.10).

Com base nesses conceitos, discute-se a seguir o processo participativo desenvolvido em Niterói e sua efetividade na construção do diagnóstico sobre a situação urbana, no contexto das audiências públicas do PL 08/2017. Aplicados ao caso em questão, o Plano Diretor de Niterói terá tanta força e legitimidade, quanto mais ele for reflexo e síntese dos interesses dos cidadãos.

2. O PROCESSO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Nosso recorte temporal analisa as doze audiências públicas chamadas para a discussão do Projeto de Lei no 08/2017, que "Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano do município e institui o Plano Diretor de Niterói, e revoga as Leis nº 1.157 de 29/12/1992 e nº 2.123 de 04/02/2004", isto é, a revisão do Plano Diretor, concentrando-se no exame do tratamento dispensado à demarcação das Áreas Especiais de Interesse Social. As audiências públicas ocorreram semanalmente, no período entre os dias 17 de julho de 2017 e 02 de outubro de 2017, em um esforço da Câmara Municipal de levar a discussão para diferentes bairros e áreas da cidade. A revisão do Plano Diretor de Niterói foi definida em quatro etapas: (i) Leitura da Cidade; (ii) Construção de Cenários; (iii) Princípios e Diretrizes, etapas nas quais o Executivo realizou audiências públicas e (iv) Definição do Projeto de lei. As propostas não passaram por audiências públicas, que foram executadas pelo Legislativo municipal.

Dentre os atores que participaram dessas audiências, destacou-se o movimento popular, com especial ênfase para o Fórum de Luta pela Moradia[2] e a Universidade Federal Fluminense, através do NEPHU/UFF. A cidade de Niterói tem um histórico de participação popular em questões urbanas que vem desde o processo de lutas dos moradores da região de

[2] Durante o processo de acompanhamento das doze audiências públicas aqui citadas foi criado, em 2016, o que passou a se chamar Fórum de Luta pela Moradia, espaço horizontal de troca de experiência composto por moradores e lideranças de comunidades que lutam por melhores condições de moradia e pelo direito à cidade e que buscaram o auxílio do NEPHU-UFF, de alguns elementos do poder legislativo e do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro para a luta que empreendiam.

Pendotiba contra remoções, nos anos 1980, que consolidou a Federação de Associações de Moradores de Niterói (FAMNIT).

Apesar de a luta por moradia e pela terra estar arrefecida, a discussão do Plano Diretor foi capaz de atrair moradores de áreas populares. Dentre eles, podem ser destacados a Ocupação Mama África e a Ocupação do Casarão da Presidente Domiciano, região central, que marcaram presença nas audiências públicas, trazendo a pauta do aproveitamento de imóveis vazios e subutilizados, na malha urbana consolidada do centro da cidade, para a habitação de interesse social; os membros da Associação de Moradores de Jurujuba (AMORJ) que, no começo do ano de 2017, receberam notificações de interdição por risco geotécnico da Defesa Civil e que há décadas lutam pela urbanização e regularização fundiária; e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que ocupa atualmente um casarão na área central da cidade e uma gleba na região de Pendotiba, e acompanha as discussões do Plano Diretor.

Na verdade, muitos coletivos de moradores e lideranças de assentamentos precários e de ocupações, reunidos no Fórum de Luta pela Moradia participaram ativamente da discussão do Plano Diretor, defendendo a aplicação dos instrumentos jurídicos e urbanísticos disponibilizados pelo Estatuto da Cidade, confrontando a proposta do Executivo municipal que não deseja planejar o uso do território, não reservando áreas vazias infraestruturadas para a produção de habitação de interesse social e o enfrentamento do déficit de moradia do município, além de proteger os assentamentos populares existentes.

No entanto, nesse processo, é importante considerar a influência de fatores, cada vez mais presentes, que obstaculizam ou ao menos dificultam a formação de um movimento popular forte: a presença do narcotráfico e/ou da milícia nos territórios e o processo histórico, é verdade, de cooptação de lideranças comunitárias por representantes políticos que as silencia.

Apesar de presentes em praticamente em toda a cidade, se destacam no maior complexo de comunidades, situado na região central: o Morro de Estado, da Chácara e do Arroz, e marcadamente no primeiro deles. Mesmo assim, há moradores que se articulam entre si e com outras comunidades e instituições, na busca de seus direitos.

Mas nesse processo de discussão e disputa de propostas, surgiram mais recentemente, importantes organizações sociais atuando em defesa de questões ambientais. Niterói ainda tem quase metade de seu território verde, ambientalmente protegidos. Isto pode ser constatado no próprio projeto de lei para o Plano Diretor, que reconhece 56% do território como “Macrozona de Proteção e Recuperação do Ambiente Natural”. Em seu ambiente natural são notáveis o Parque Estadual da Serra da Tiririca e as duas importantes lagunas, Piratininga e Itaipu.

Moradores da região Oceânica[3], na qual estão situados o bairro e a própria laguna de Itaipu, têm intensa preocupação com as investidas do mercado imobiliário na área, inclusive nas pressões que estes têm exercido na recente revisão do Plano Diretor. Dentre os movimentos de defesa do meio ambiente se destacam “Lagoa para Sempre”, que aglutina os moradores do bairro – tanto em áreas de interesse social quanto em áreas “formais” -, e a Colônia de Pescadores de Itaipu, além de profissionais interessados no valor arqueológico da área.

Interessante notar que aí e na região de Pendotiba, a mobilização não se restringe às camadas de mais baixa renda que lutam pelo seu direito à moradia, mas inclui também moradores de classe média que, nas audiências públicas, se posicionam fortemente contra o adensamento e a verticalização de seus bairros e a mudança de seu modo de vida.

[3] Niterói está dividida em cinco regiões de planejamento: Região das Praias da Baía, Região Oceânica, Região de Pendotiba, Região Norte e Região Leste.

Além isso, durante o processo de discussão do Plano Diretor, outros movimentos marcaram também presença,mesmo que não necessariamente defendendo a pauta do direito à moradia. Entre eles, destacaram-se o SOS Engenho do Mato e as quiosqueiras de Charitas, mulheres organizadas pelo seu direito ao trabalho nos quiosques daquele bairro.

Outro ator importante nesse processo foi a universidade, através do NEPHU-UFF[4], que vem prestando assessoria técnica aos coletivos e moradores que participam do Fórum de Luta pela Moradia, por meio de um programa de extensão ao qual estão articulados sete projetos de extensão, distribuídos nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Comunicação, Direito, Engenharia e Serviço Social. O NEPHU/UFF participou da discussão do Plano Diretor, contribuindo para a construção de emendas à proposta do Executivo municipal, apresentadas e demandadas pelo Fórum e disponibilizando subsídios técnicos para os integrantes do Fórum defender suas reivindicações.

Dentre as propostas debatidas, uma questão se revelou extremamente séria, foi a demarcação de Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS). O

[4] O NEPHU/UFF é um laboratório de apoio à extensão, à pesquisa e ao ensino, cuja origem está ligada à demanda por assessoria técnica, encaminhada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF por uma comunidade de São Gonçalo ameaçada de remoção total, em 1983, em decorrência da implantação do novo traçado da rodovia BR-101, no trecho Niterói-Manilha. O desafio foi aceito pelas professoras (Maria Elisa Meira e Regina Bienenstein) de uma das disciplinas obrigatórias do curso, voltada para a temática da habitação de interesse social. Visando garantir a continuidade da assessoria técnica, foi necessário extrapolar o período letivo da disciplina e estruturar o trabalho dentro de um projeto de extensão e de pesquisa. Com apoio da universidade e sua intensa mobilização, os moradores da Favela do Gato, mesmo em um contexto político complexo, conseguiram ver atendidas suas reivindicações, mantiveram-se em seu território e foram titulados como proprietários plenos de seus terrenos e casas. Desde então, o NEPHU se consolidou como espaço de extensão e pesquisa universitária que tem como diretriz dar assessoria técnica às camadas populares, mantendo-as sempre como protagonistas das decisões sobre suas condições de vida urbana, apoiando comunidades da região metropolitana do Rio de Janeiro, e se articulando com outras universidades, com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e da União e com outras organizações da sociedade civil.

Executivo argumentava que elas poderiam ser objeto de ajuste posterior, não necessitando ser parte integrante do Plano Diretor. O movimento popular defendia que esta tarefa não deveria ser delegada a algum outro tipo posterior de lei ou regulamentação[5], tendo em vista serem o principal instrumento de reconhecimento de comunidades e da desigualdade socioespacial. Argumentava que tais zonas garantem que as áreas assim delimitadas sejam utilizadas, predominantemente, para fins de moradia de interesse social, servindo para garantir a permanência dos moradores consolidados e para garantir investimentos em infraestrutura.

O debate de ZEIS teve de ser aprofundado em reuniões do Conselho de Política Urbana de Niterói (COMPUR), instância consultiva do poder executivo. Houve exigências de conselheiros em aprofundar o debate concreto de limites e até mesmo das diretrizes para definições de ZEIS.

Sabemos da ausência de "eficácia deliberativa" (TATAGIBA, 2002) em Conselhos Municipais. A definição de limites de ZEIS foi disputada nas ditas reuniões, com alguns ajustes sendo feitos, muito pela insistência dos participantes e moradores que mostravam inconsistências. Mesmo assim, o debate conceitual das diretrizes para marcação de ZEIS não encontrou espaço.[6]

Mesmo assim, importante considerar que o processo participativo cria sujeitos e grupos políticos durante o seu desenrolar que passam a se relacionar, a se identificar com uns ou outros, a consolidar sua experiência e suas demandas. Aos poucos, se apropriam de conhecimentos necessários a sua luta e ao se apropriar de certos conhecimentos, despertam para um maior

[5] Aqui já se percebeu algum desconhecimento de agente públicos quanto ao desenho legal do Plano Diretor, ao relativizar a obrigatoriedade de definição de ZEIS no Plano Diretor.

[6] Podemos citar a inexistência, até a confecção desse artigo, de marcação de ZEIS em ocupações de casarões no centro de Niterói, pois estes não se encaixariam na definição de "comunidade" aplicada pelo poder executivo.

entendimento de suas demandas e necessidades. Criam, assim, identidade a partir de suas relações horizontalizadas, da troca. “As construções são relacionais, ainda que as estruturas maiores existam a priori, antes das ações.” (GOHN, 2008, p.444).

Nesse sentido,

> *“Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras do mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes, se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa, e não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral” (GOHN, 2008, p.444-445).*

No caso do Fórum de Luta pela Moradia, dentro da lógica de Toro e Werneck, é um espaço em que a aglutinação de mobilizações se torna movimento. Mais do que abrir reivindicações pontuais e negociação – que cessam até a próxima investida – o Fórum se configurou como um espaço para a percepção da luta pela moradia como uma luta unificada de todos os cidadãos, ou melhor, dos cidadãos que não têm seus direitos concretizados. Mesmo que cada área tenha suas particularidades (riscos ambientais ou não, comunidade com conformação urbana consolidada ou ocupação em área pública ou privada), a luta, em última instância, é por garantia e concretização de direitos. Assim, a troca de informação entre as comunidades e o mútuo apoio tem sido essencial para o processo de construção de uma cidadania e para cada indivíduo conseguir situar seus problemas concretos em um panorama mais amplo.

É importante reconhecer também que, por mais que os movimentos sociais aqui citados precisam fazer demandas objetivas, uma leitura dessas demandas como pequenas peças em um quadro de mudança de paradigma de gestão urbana se faz necessário. Isto é, fragmentar a discussão, tratar cada grupo ou indivíduo como representante apenas de seu interesse é justamente uma estratégia do poder para se legitimar como o agente de “consenso”. O Fórum, portanto, visa sempre encaixar cada demanda no que ela significa em um quadro geral de luta por moradia e contra desigualdade socioespacial. A dinâmica do real exige em alguns momentos um embate para a resposta de uma demanda específica, principalmente frente a um risco iminente (tentativas de remoção, catástrofes ambientais), mas sempre urge perceber que esses casos são o sintoma agudo e imediato de processos de exclusão que exigem um entendimento teórico e crítico mais amplo.

3. CONCLUSÕES

Questões urbanas tendem a movimentar a população, talvez por sua característica intrínseca de poder interferir de modo concreto no espaço de vida dos cidadãos. De fato, muitas mobilizações de camadas populares se consolidam a partir de uma ofensiva direta do poder público quanto ao seu direito de permanência em territórios consolidados, isto é, a política urbana pode ser considerada a espacialização de direitos (ou ataque a esses direitos).

O direito à cidade e à moradia adequada deve ser lido, portanto, nas suas dimensões garantidoras de outros direitos: saúde (saneamento, equipamentos urbanos); educação (escolas, creches); alimentação (acesso a serviços e proteção à produção própria); ir e vir (política de transportes); cultura e lazer (garantia de permanência e reconhecimento de modos de vida e manifestações culturais).

Uma questão de fundo importante é pensar o próprio desenvolvimento urbano para além do crescimento puramente da expansão urbana e da atividade econômica. Desenvolver o urbano deve passar por reconhecer as atividades sociais e culturais – e econômicas – consolidadas e garantir sua sustentabilidade. Claro, este pensamento ataca frontalmente a lógica de acumulação capitalista que faz, por exemplo, o capital imobiliário girar.

Quer dizer, o discurso da sustentabilidade usado pelos agentes econômicos nunca se pergunta “o que” fazer – e o que não fazer. Apenas absorve o mínimo de “como” fazer para parecer sustentável frente à opinião pública. Obviamente, “o não fazer” (por exemplo, respeitar a autodeterminação de moradores de um bairro em manter sua morfologia em baixos gabaritos) não é uma opção para a lógica capitalista na cidade. O “o que” fazer é dado e indiscutível: aproveitar oportunidades de lucro.

A participação institucional acaba por exigir uma capacitação diferente das lideranças e participantes de movimentos sociais para navegar dentro dos espaços formais conquistados. Isto significa entender a estrutura de uma audiência pública, entender os processos legislativos. Consolidar uma cultura de participação democrática em uma cidade exige insistência. E o processo não é linear ou exponencial. Há altos e baixos nas forças políticas populares. Há contingências.

A universidade, portanto, tem papel importante em fazer essa ponte entre a sociedade civil e a linguagem do poder municipal. A universidade aqui pode ser vista aqui como um agente garantidor do direito à educação na medida em que, ao trocar conhecimentos, colabora para a formação cidadã dos indivíduos (tanto das camadas populares quanto dos estudantes envolvidos no processo) e para o conhecimento de caminhos para garantia de direitos e emancipação.

A própria noção de participação da sociedade civil cria uma dicotomia entre a sociedade e o Estado, como se a sociedade civil tivesse que se abster de qualquer atitude político-partidária e estar em oposição a um Estado patrimonialista e oligárquico. Isso se justifica, é claro, pois historicamente o Estado brasileiro é utilizado pelas elites que o manejam para seus interesses e não para o interesse coletivo.

No âmbito da academia, há discussão sobre as relações históricas entre movimentos sociais e partidos políticos. Críticas são feitas quanto a essas relações e como elas prejudicam a autonomia da participação cidadã. Por exemplo, a movimentos sociais que se tornam apenas pressão de oposição ao governo ou base popular quando este governo está no poder. Em Niterói, podemos dizer que o maior dano à autonomia da participação está na cooptação de lideranças, que passam a fazer parte do quadro comissionado do governo. Entretanto, julgar que a sociedade civil atuará sempre politicamente neutra não tem base na realidade.

O planejamento urbano, portanto, vive uma dualidade. Deve se consolidar em lei – é, portanto, impositivo. Mas tais leis, como o Plano Diretor, devem ser a cristalização de um processo democrático e inclusivo de discussão e tomadas de decisão que envolve todos os atores urbanos, isto é, como lei, o Plano Diretor só garante a sua legitimidade se teve a participação popular efetiva.

O próprio funcionamento das instâncias participativas ainda está em um vir-a-ser, à mercê da vontade e dos jogos de força políticos. Isso se vê, no caso do Plano Diretor, pela decisão do número de audiências públicas surgir a partir da pressão popular e as devolutivas[7] decorrerem imediatamente da pressão popular. O problema desse vir-a-ser está na sensação da população de que o sistema de participação é confuso e não tem efetividade. Durante o plano de Niterói, em mais de um momento ouviu-se críticas sobre as apresentações do poder executivo que não eram absorvidas e corrigidas para a audiência seguinte.

Outro desafio de entendimento do poder municipal é citar a “sociedade civil organizada”, como se os movimentos sociais só tivessem legitimidade quando burocratizados. Ora, para isso as audiências públicas dão voz a

[7] Consequência da participação popular nas audiências públicas, as chamadas devolutivas do poder legislativo foram uma tentativa de síntese e reconhecimento dos problemas insistentemente levados às doze audiências.

qualquer cidadão. “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição” (Constituição Federal, 1988, grifo nosso). Em que pese as vantagens em se consolidar espaços de participação institucional, de normatizar movimentos, não se deve perder de vista a mobilização inicial, conectada diretamente às demandas dos indivíduos em um processo de retroalimentação entre a efervescência das demandas e a consolidação institucional.

Importa também avaliar a que ponto a proposta de Plano Diretor é chamado de “generalista” – definindo diretrizes gerais que parecem não rebater concretamente na vida dos indivíduos –, assim afastando a própria participação popular, que vê o Plano como uma abstração. Podemos discutir se a linguagem jurídico-urbanística pode ser usada intencionalmente para afastar a participação popular e manter o poder de decisão nas mãos de atores que conseguem navegar nessa linguagem – técnicos e agentes econômicos – ou, melhor, técnicos submetidos a agentes econômicos.

No caso de Niterói, pareceu claro a efetividade da pressão popular em, no mínimo, uma aparente disposição do executivo e legislativo em ouvir com mais proximidade a população. Importante dizer que Niterói, com seus 500 mil habitantes, ainda é uma cidade média e seus políticos (vereadores) tem certa proximidade com parte da população – alguns com ideias de políticas sociais mais progressistas, outros com uma política datada do tipo “curral eleitoral”.

Pode-se ainda dizer que as audiências públicas de Niterói transitaram por degraus de participação, às vezes chegando ao degrau de pacificação – por exemplo, na decisão de aumentar o número de audiências públicas. Isto porque em “pacificação” há algum nível de recomendação popular que é ouvida, um nível mínimo de concessão. No entanto, as propostas não chegaram a ser acolhidas.

Urge lembrar que Niterói é um caso em que – embora não tão grande quanto o Rio de Janeiro, sua metrópole – se apresenta um cenário de capacitação dos agentes públicos e, de certa forma, da própria população para a discussão da participação. Quer dizer, um cenário com as instituições públicas estruturadas, com pessoal capacitado atuando. Um cenário com presença de uma Universidade Federal altamente inserida na cidade, rebatendo na alta escolaridade e renda de boa parte da população. Certamente outros municípios apresentam cenários diferentes, provavelmente em que uma luta complexa e institucionalizada pela moradia nem tem condição de florescer.

Para concluir, não podemos esquecer que audiências públicas são instâncias consultivas. Ser apenas consultivo é apenas dar voz, não ser deliberativo, não dar poder de decisão. Mesmo assim, no processo das doze audiências públicas, foi importante para a população fazer a sua voz ser ouvida, pois, minimamente, os integrantes do legislativo sentem a pressão de responder a seus eleitores. No fim das contas, o poder decisório ainda é do poder municipal, poder consolidado nas alianças entre executivo e legislativo.

Por tudo isso, este estudo espera contribuir para mostrar uma dinâmica possível de mobilização de diferentes atores e efetivo impacto na construção de políticas públicas, com seus percalços comuns a um país ainda inexperiente em uma genuína participação democrática, quiçá em uma democracia emancipatória.

4. REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, Sherry R. **Uma escada da participação cidadã.** Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

BIENENSTEIN, G; BIENENSTEIN, R; SOUSA, D. **(orgs.).** Universidade e luta pela moradia. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

BIENENSTEIN, Regina; CRUZ, Marcus César Martins. **Desafios e enfrentamentos no processo de regularização fundiária do assentamento popular Engenho Velho, Itaboraí, RJ.** In: 3º Seminário Internacional de Curitiba – Ateliês de Projeto Urbano. Disponível em: <http://sicwb2010.up.com.br/arquivos/sicwb2010/anais/c10.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Lei n.** 10.257 de 10 de julho de 2001: Estatuto da Cidade. Brasília, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014.** Brasília., 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina.** CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2001.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. **Plano diretor e gestão democrática da cidade.** In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio (Org.). Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Reforma urbana: por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Fase, 1995.

SOUZA, M. **L.;** RODRIGUES, G. B. Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004.

TATAGIBA, L. **2002.** Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra.

TORO, Jose Bernardo; WERNECK, Nísia. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

O comum e as ocupações urbanas de moradia: reflexões a partir da Ocupação Solano Trindade

Petrus do Prado Silva, Fernanda (1); Da Silva Andrade, Luciana (2)

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Urbanismo (Prourb)
Av. Reitor Pedro Calmon, 550. Prédio da FAU/Reitoria - 5° andar - sala 521 | Cidade Universitária - Rio de Janeiro, RJ - 21941-901
fernandapetrus@gmail.com

2. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Urbanismo (Prourb)
Av. Reitor Pedro Calmon, 550. Prédio da FAU/Reitoria - 5° andar - sala 521 | Cidade Universitária - Rio de Janeiro, RJ - 21941-901
luciana.s.andrade@gmail.com

Resumo

O artigo analisa as (re)configurações físico-espaciais que resultam da ação coletiva organizada por movimentos populares no contexto das ocupações urbanas de moradia, a fim de investigar o comum como uma dimensão alternativa possível para os espaços urbanos. Atualmente, a ideia de comum foi resgatada nos discursos políticos de diversos campos de luta e resistência contra-hegemônica nas metrópoles mundiais, inclusive na construção de espaços autônomos - que não se enquadram nos parâmetros do público ou do privado - como é o caso das ocupações urbanas de moradia. Questões empíricas provenientes da atuação no contexto de um programa de extensão da UFRJ que estabelece um acordo de cooperação técnica com a Ocupação Solano Trindade, organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM-RJ, acionaram as reflexões teóricas que motivaram o presente trabalho. Ao pleitear recursos públicos do programa MCMV-Entidades para a construção de unidades habitacionais na ocupação, foram suscitadas uma série de questões entre técnicos e lideranças. Os debates trataram das configurações socioespaciais possíveis nas modalidades urbanísticas admitidas pelo programa, indicando a necessidade de reflexão sobre outras possibilidades de espaços coletivos e regimes de propriedade, mais compatíveis com o projeto de cidade almejado por esse e outros movimentos sociais. Nesse mesmo sentido, algumas lideranças dos movimentos populares que protagonizaram a produção habitacional autogestionária recente, atribuem à lógica proprietária dos programas federais, a causa do esvaziamento dos processos e práticas coletivos após a finalização das unidades habitacionais. O MNLM-RJ, por sua vez, pauta sua atuação a partir da indissociação do direito à cidade do direito ao trabalho emancipado. A organização do trabalho é defendida por seus membros como ponto central para a sobrevivência das ocupações a longo prazo, e por isso, buscam a conformação de cooperativas para atuar em diversos ramos produtivos. Ao observarmos, sob à luz da noção de comum, o caso da Ocupação Solano Trindade, e sobretudo, a natureza de seus espaços coletivos, podemos identificar inúmeras apropriações físico-espaciais associadas, onde o sentido principal do uso dos espaços é o trabalho autogerido. O comum, quando compreendido como princípio político que abarca uma variedade de lutas contra o neoliberalismo, que envolve recursos, pessoas e práticas de produção e reprodução da vida social, nos permite costurar os dois campos de luta anticapitalista que se articulam em Solano Trindade: Reforma Urbana e Economia Solidária. Neste

contexto, especulamos que as experiências que se situam na interseção de campos de luta anticapitalista, - dentre os que compõe a pluralidade de lutas do comum, podem potencializar práticas autogestionárias e encaminhar transformações mais profundas nos espaços urbanos. Sendo assim, a partir do estudo de caso da Ocupação Solano Trindade, analisamos os debates empíricos e as configurações espaciais resultantes das apropriações coletivas, para, em seguida, acionar reflexões teóricas acerca da aproximação dos campos de luta da Reforma urbana e da Economia Solidária. Nossa pesquisa aponta para a potência transformadora da organização socioespacial baseada nos princípios do comum na (re)construção de espaços urbanos, bairros e cidades.

Palavras-chave: Comum; Autogestão; Reforma Urbana; Movimento social

Introdução

O objetivo desse artigo é analisar as (re)configurações físico-espaciais que resultam da ação coletiva organizada por movimentos sociais populares nas ocupações urbanas de moradia, a fim de investigar o comum como uma dimensão alternativa possível para os espaços urbanos. As motivações para o desenvolvimento deste trabalho surgem de questões empíricas que se apresentaram a partir da nossa atuação enquanto assessoria técnica à ocupação Solano Trindade, organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia-MNLM[1]. Diante da necessidade de escolher entre a configuração de loteamento ou condomínio, o MNLM suscitou a possibilidade de outro caráter para os espaços urbanos da ocupação. O debate provocado a partir da imposição pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E) de escolha entre condomínio e loteamento girou em torno do regime de propriedade que incidiria sobre os espaços livres da ocupação, em cada uma das duas configurações urbanísticas admitidas. Não houve consenso entre técnicos e lideranças, e nem mesmo internamente entre os dois grupos quanto a qual seria a melhor alternativa. O impasse, revelou que, na verdade, nenhuma das duas configurações se enquadra na demanda do MNLM para a produção habitacional autogestionária em Solano Trindade, e mais ainda, no seu projeto de cidade.

Paralelamente a esse acirramento das contradições e tensões resultantes da lógica de propriedade dos programas habitacionais, o comum se faz presente em diversos campos de luta e resistência política nas grandes metrópoles mundiais. Movimentos sociais, ativistas, pesquisadores, intelectuais e outros grupos, recorrem à noção de comum não só em defesa dos bens naturais - contra privatizações de recursos promovidas pelo neoliberalismo -, mas também para a construção de espaços autônomos,

[1] O MNLM é um movimento popular de moradia que luta pela Reforma Urbana, organizado nacionalmente em 18 estados.

que não se enquadram nos parâmetros do público ou do privado[2]. As ocupações urbanas de moradia, cada vez mais presentes nas grandes metrópoles brasileiras, são uma particularidade desse fenômeno.

Não pretendemos apontar um caminho possível para institucionalização do comum, mas sim, a investigar a natureza das apropriações coletivas dos espaços livres das ocupações urbanas por seus moradores e suas (re) configurações espaciais resultantes, a partir do caso específico da Ocupação Solano Trindade. Verificar como essas apropriações e suas transformações espaciais podem se configurar como comum, pode nos auxiliar na compreensão de uma outra dimensão possível para os espaços urbanos mais compatível com um projeto de cidade democrática e desmercantilizada.

O debate suscitado pela necessidade de escolha entre loteamento e condomínio contribui para um momento inicial de formulação sobre uma dimensão alternativa possível para os espaços urbanos produzidos pelos movimentos de moradia - que não se enquadram nos parâmetros do Estado ou do mercado. Para isso, em um primeiro momento, introduzimos o conceito de “comum” e sua aproximação com as ocupações urbanas de moradia. Em seguida, apresentamos a Ocupação Solano Trindade, explicitada à luz da parceria formada entre o MNLM-RJ e grupos da UFRJ. Posteriormente, analisamos o debate loteamento x condomínio a partir do conceito de comum, o que suscitou uma reflexão teórica em torno do trabalhador como sujeito da luta pela Reforma Urbana, e a aproximação desse campo com outro campo de luta anticapitalista, a Economia Solidária. Por fim, apontamos como a interseção entre esses dois campos de luta orientou as (re)construções dos espaços de uso coletivo na ocupação Solano Trindade.

[2] A noção do “comum” como sendo algo que se estabelece para “além do público e do pivado” está presente na obra de muitos teóricos do conceito. Para Michael Hardt e Antonio Negri (2005), bem como apresentado na obra de Dardot e Laval (2017) - que inclusive reverbera a teoria dos dois primeiros autores ao tratar do tema -, a relação “público x privado” está relacionada à dualidade correspondente “Estado x Mercado”, ao partir do pressuposto que, durante a modernidade, aquilo que é “público” foi apropriado pelo Estado, e portanto, inviabiliza a aproximação entre “público” e “comum”. Segundo essa interpretação, a noção do “comum” obrigatoriamente superaria a dualidade “público x privado”. Ver, por exemplo, DARDOT e LAVAL, 2017, p. 15.

O comum e as ocupações urbanas de moradia

O campo de produção da cidade é central para a reprodução das relações sociais capitalistas, onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso e, por isso, se configura como um campo estratégico em disputa. No sentido contra hegemônico, se destacam, nessa luta, as ações dos movimentos sociais na cidade, as quais destacam-se, entre outras, experiências de produção autogeridas da moradia.

É inegável que as experiências autogestionárias brasileiras, bem como as acumuladas nas cidades latino-americanas, evidenciam a melhoria dos parâmetros de bem-estar urbano quando comparadas à produção majoritária de programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida. (LAGO, 2012). Entretanto, no Brasil, algumas lideranças dos movimentos populares que protagonizaram a produção habitacional autogestionária recente, acreditam que a lógica proprietária dos programas habitacionais é a causa do esvaziamento dos processos e práticas coletivos. A mobilização dos moradores, que embasava a ação inicial em ocupações e projetos autogestionários da moradia, invariavelmente atrofia após a titulação individual das unidades habitacionais.

Nesse sentido, a investigação do conceito de comum nos auxilia em um momento inicial de formulação sobre uma dimensão alternativa possível para os espaços urbanos que não se enquadram nos parâmetros do público ou do privado. Os autores que escrevem sobre o tema, identificam a noção de comum com iniciativas de apropriação da cidade por seus viventes, de modo que o valor de uso prevalece em relação ao valor de troca. Dentre

elas, apontam, como exemplo, as ocupações urbanas de moradia, entre outros tipos de insurgências:

> *"As manifestações multitudinárias, as ocupações para moradia, as festas religiosas e culturais, os modos residuais de locomoção, a produção divergente de alimentos, cada qual em uma medida diferente, tomam o espaço urbano e redefinem seus usos, sem indagar à autoridade externa se isso é direito". (ALVES, 2017, p. 13)*

Outros autores, focam nas práticas autogestionárias das ocupações de moradia que, justamente, questionam a lógica da propriedade privada e fomentam reivindicações comunais à propriedade da terra:

> *"Acreditamos ainda que as ocupações urbanas remetem a diferentes relações na direção do comum não apenas através do fomento de muitas práticas e espaços comuns (como hortas coletivas, autoconstrução de instalações comunitárias, planejamento participativo, prestação de serviços solidários, etc.), mas também pela sanção de reivindicações comunais à propriedade da terra, contra as leis de mercado, que assim perturbam e questionam o modelo de propriedade privada plena." (TONUCCI, 2017, p.16).*

Há ainda autores, como é o caso de Mariana Cruz, que destacam a importância e as dificuldades de apropriação, tradução e interpretação do termo em um contexto local, propondo um "novo vocabulário do comum" para uma perspectiva decolonizada. Além disso, ressalta que o empenho de uma tradução contextualizada é apenas um dos desafios a serem enfrentados para delinear o "comum" a partir de uma teoria pós-colonial:

> *"...é preciso também se esforçar para compreender quais práticas de fazer-comum, comunidades e recursos comuns podem ser identificados a partir de um contexto local. E embora não tenha sido abordada, essa necessidade não pode ser relevada". (CRUZ, 2017, p. 13)*

Nesse sentido, a pertinência de analisar o conceito no contexto da Ocupação Solano Trindade se justifica não só pelo fato das ocupações serem reconhecidamente um "espaço de produção do comum", mas também por contribuir na delineação do conceito a partir de uma perspectiva local e brasileira.

A tensão em torno da lógica individualista dos programas habitacionais, no sentido de que concedem às famílias o direito de uso privado (através da concessão de uso ou da titulação individual da propriedade) será investigada a partir de uma análise do debate que se apresenta ao longo da nossa atuação como assessoria técnica a movimentos de moradia. Para isso, primeiramente, apresentaremos a ocupação Solano Trindade à luz da parceria realizada pelo MNLM-RJ com grupos da UFRJ.

A parceria do MNLM com a UFRJ: o caso da ocupação Solano Trindade

A Ocupação Solano Trindade se localiza no município de Duque de Caxias, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em uma terra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), abandonada há mais de quinze anos desde, pelo menos o ano 2000. Havia sido concedida para funcionamento do Centro Panamericano de Febre Aftosa, localizada na atual Avenida Governador Leonel de Moura Brizola, no bairro Parque São Bento. O MNLM-RJ adota como sua principal estratégia a ocupação de terras, em especial públicas, com o objetivo de denunciar terrenos e imóveis ociosos. Sendo assim, o apoio de unidades da UFRJ à Ocupação Solano Trindade é decorrente de seu fomento ao cumprimento da Função Social da Propriedade e ao Direito Fundamental à Moradia Digna (Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001), uma vez que atribuiu um papel às edificações ociosas, bem como planeja a produção de moradia adequada em terra bem localizada no contexto de Duque de Caxias.

As demandas por assessoria técnica por parte dos movimentos sociais urbanos de luta por moradia, e especificamente do MNLM-RJ, provocaram uma articulação, a partir de 2013, entre grupos formados por professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação de três unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)[3]. Esses grupos já vinham trabalhando com questões no campo da política urbana e, mais especificamente, da política habitacional.

Essa experiência prática resultou na formação do coletivo de assessoria técnica - o Catálise[4] - ao qual se somaram ainda profissionais, não necessariamente vinculados à UFRJ, que já haviam atuado junto a movimentos de moradia. Além disso, essa mesma experiência orientou o desenho do Programa de Extensão Autogestão urbana no estado do Rio de Janeiro (2015-2017), cujo objetivo era fortalecer e institucionalizar a colaboração entre atores universitários e movimentos populares demandantes de tecnologias sociais inovadoras, para o desenvolvimento de formas associativas de trabalho e de produção do ambiente construído urbano.

Ao longo do último ano, outros grupos da UFRJ se somaram à atuação na Ocupação Solano Trindade e outros projetos de extensão foram formalizados no âmbito da parceria universidade-movimento. Hoje, existem alguns projetos de extensão vigentes que propõem atuar no contexto da ocupação Solano Trindade. Aqui citamos quatro deles. Um está relacionado às ações de transformação do espaço arquitetônico e urbanístico da ocupação e seu potencial para a formação de estudantes e moradores. Outro está relacionado ao campo da Agroecologia para desenvolvimento de tecnologias sociais relacionadas à produção de alimentos, restaurante agroecológico e compostagem de resíduos orgânicos em curso na ocupação. Um terceiro, atua com a organização do trabalho coletivo nas atividades que visam a sustentabilidade econômica das famílias ocupantes, e há ainda o que está relacionado à questão do saneamento ambiental e das águas urbanas.

É interessante frisar que a proposta da parceria MNLM-RJ e UFRJ é no sentido de ruptura epistemológica com a fragmentação de saberes. Assim, o planejamento das ações de projeto urbano e habitacional não está dissociado daquele relativo à geração de trabalho e renda, nem de formação cidadã e profissional. A dimensão da produção cooperativa se insere, consequentemente, nesses diferentes aspectos da vida urbana. Isto se dá com o intercâmbio entre os saberes acadêmicos e populares em uma perspectiva de construção horizontal.

Neste ponto, cabe lembrar que, historicamente, as experiências autogestionárias dos movimentos de moradia tem formulado políticas que transcendem a ação setorial, característica das políticas públicas. Neste sentido, ressaltamos sua perspectiva de superação da ação meramente reivindicatória em prol da assunção de protagonismo na transformação sociourbana. Aí se revela uma potência transformadora que se incrementa na articulação dos movimentos sociais com setores progressistas da universidade. (LAGO, 2012: s.p.). Nesse contexto, a atuação em Solano Trindade vem alimentando importantes reflexões teóricas e o presente trabalho é um desdobramento de um dos debates que surgiram ao longo do último ano.

[3] Tratam-se do Observatório das Metrópoles do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR); do então Grupo de Pesquisa Cidade, Habitação e Educação (CiHabE), atualmente Núcleo de Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Morar Metropolitano [na]MORAR, do Programa de Pós-graduação e Urbanismo (PROURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES). Posteriormente se agregou à equipe o Laboratório de Estudos das Águas Urbanas (LEAU), também do PROURB/FAU.

[4] Integrantes do Catálise: Ana Lucia Britto (Profª PROURB/FAU/UFRJ); André Santos (arq.); Danilo Filgueiras (arq.) Ingrid Clasen (arq.); Irene Mello (socióloga/pesquisadora); Fernanda Petrus (arq./pesquisadora); Fernando Minto (arq./pesquisador); Luciana Andrade (Profª PROURB/FAU/UFRJ); Luciana Lago (Profª IPPUR/UFRJ)

Loteamento x condomínio: o conflito através da lente do "comum"

Como dito anteriormente, um dos debates importantes que se apresentaram na atuação do Catálise em Solano Trindade, se deu em torno da escolha que foi colocada ao longo do processo de seleção para recursos do PMCMV- E: havia a necessidade de enquadramento da proposta na modalidade loteamento ou condomínio. Esta escolha recairia sobre o regime de propriedade que regularia os espaços urbanos de convivência dentro da ocupação. A discussão suscitada revelou questões que evidenciam as contradições em torno da lógica de propriedade que se apresenta, e que serão investigadas aqui a partir da noção de "comum".

Já enfatizamos que o tema, de extrema complexidade, revelou posicionamentos divergentes dentro do próprio coletivo de assessoria, bem como entre as lideranças, apresentando ambos, argumentos de natureza política e técnica. O único consenso se deu em relação ao caráter alienante dos condomínios fechados. Entretanto, houve dissenso mesmo entre as possibilidades de configurações abertas. Nos aprofundaremos nos argumentos de dois grupos principais que se destacam no debate diante das duas únicas opções apresentadas.

Por um lado, um grupo de técnicos defendia a opção pelo condomínio. Seus argumentos incluíram questões relativas ao aumento dos custos de infraestrutura pela rigidez e imposição de uma configuração que resulta em áreas excessivas de vias carroçáveis. Além disso, foram pautados argumentos de natureza política relacionados ao desenho da unidade habitacional atrelada ao modelo de loteamento, que impõe uma lógica da rua-quadra-lote individual, que reproduz um desenho de cidade que seria anti propriedade coletiva. Isto reforçaria a propriedade individual e facilitaria a sua comercialização. A intenção do grupo era fugir dessa lógica para valorizar o valor de uso em detrimento do valor de troca dos imóveis, a partir de um desenho urbano mais ligado a espaços autogestionários, que dificultaria a comercialização dos lotes individuais pela forma como se constitui o desenho urbano-arquitetônico.

Por outro lado, as lideranças de Solano Trindade, apesar de pontuarem a restrição da ação do poder público nos espaços urbanos periféricos, insistiram na configuração loteamento por entenderem ser necessário não prescindir do direito de exigir a ação estatal na produção e manutenção de serviços urbanos coletivos. A maioria das lideranças do MNLM-RJ se posiciona radicalmente contra o condomínio, defendendo, que o Estado deve ser responsável pela manutenção das vias e praças públicas. Finalmente, defendem que a gestão dos espaços de convivência não pode recair sobre o movimento nos casos em que o sentido do coletivo se esvazie, o que afirmam ocorrer, em alguns casos, no momento após a titulação de propriedades individuais imposta pelos programas de financiamento habitacional.

Ao final do debate que se estendeu por quase um mês, o projeto enviado para pleitear os recursos do edital foi desenvolvido como loteamento. Vale ressaltar que em nenhum momento as lideranças recorreram ao conceito de "comum" para reivindicar uma outra categoria possível de institucionalização dos espaços livres de uso coletivo. Entretanto, ao olharmos para o conflito utilizando como lente esse conceito, pudemos enxergar outros aspectos relacionados a esse embate que não são tão imediatos quanto à restrição da escolha dual que se apresentou.

Interessante notar o receio - revelado pelas lideranças - de um possível esvaziamento dos processos coletivos que poderia vir a ocorrer atrelado à titulação individual da propriedade. Em sua argumentação, justificam essa apreensão baseando-se em experiências anteriores nas quais estiveram envolvidos. O acirramento das contradições existentes entre a riqueza de práticas de cooperação que questionam a hegemonia da propriedade privada e as pressões de ordem proprietária, é interpretada por Tonucci

(2017) de maneira pertinente para o caso de Solano Trindade, a partir da perspectiva do "comum", no seguinte trecho:

> *"... as ocupações vivem em um tipo de entre-situação: ao mesmo tempo em que os movimentos sociais e residentes aspiram a ser reconhecidos pelo Estado (e portanto não mais sujeitados a viver sob o risco do despejo), eles também reconhecem que essa entrada na "cidade formal" pode significar a perda de muitos dos projetos coletivos e dos arranjos de propriedade mais associadas ao comum que eram possíveis enquanto muitos estavam engajados na resistência e em experimentações socioespaciais". (TONUCCI, 2017, p. 16)*

Outra leitura do conflito que podemos fazer a partir da noção de "comum" está relacionada à opção final pelo loteamento e por não abrir mão de disputar o Estado quando se trata das vias e praças públicas que serão implantadas no terreno. Como ressaltado, mesmo reconhecendo a restrição da ação pública nos espaços urbanos periféricos, afirmam que a opção pelo loteamento e pelo regime de propriedade pública, é mais próxima do projeto de cidade do movimento do que a propriedade privada. A escolha final do movimento dialoga com a seguinte estratégia apontada por Tonucci (2017) a partir de sua intepretação da obra de Hardt e Negri (2014):

> *"Mas essa passagem do público ao comum só pode-se dar por meio de lutas contra a privatização, muitas das quais podem ser, em determinadas circunstâncias, e ainda que paradoxalmente, em defesa do controle público. Hardt e Negri (2014) advogam portanto uma importante estratégia de combate de mão dupla, já experimentada por muitos movimentos, que lutam tanto em favor do público contra o domínio da propriedade privada, quanto contra o poder público na direção da autogestão, do comum. Trata-se de um movimento de caminhos não excludentes, que não rejeita as estratégias de afirmação do público sobre o privado, mas tampouco com elas se contenta, na medida em que o horizonte deve ser de movimento rumo ao comum." (HARDT e NEGRI apud TONUCCI, 2017, p. 81)*

Outra questão que se apresenta ao longo do debate e é interessante de ser analisada, é o fato das lideranças do movimento compreenderem os diferentes espaços da ocupação em três categorias distintas. A primeira seria relativa aos espaços destinados à moradia, ou seja, as unidades habitacionais, que seriam regidas pela propriedade individual privada[5]. A segunda categoria corresponde às ruas e praças, que se enquadrariam no regime de propriedade pública compreendido por eles, nesse caso, como estatal.[6] Uma terceira categoria é denominada pelas lideranças de "espaços do movimento de moradia" ou "da associação de moradores" e corresponde aos espaços de uso coletivo, tanto livres quanto construídos.

Na Ocupação Solano Trindade, a categoria correspondente aos espaços "do movimento social", é constituída, em sua parcela que corresponde aos espaços livres, por uma área destinada à plantação de alimentos com produção agroecológica, à compostagem de resíduos orgânicos, e ainda, uma área onde foi implantada uma bacia de evapotranspiração-BET (solução de saneamento ecológico que tem como resultado a produção de bananas). Além disso, essa categoria, na visão das lideranças, engloba ainda espaços construídos, como é o caso do edifício que já existia no terreno, quando o mesmo foi ocupado, e que abriga a cozinha coletiva e o restaurante

[5] O debate acerca de uma alternativa à titulação da propriedade individual privada no que diz respeito as unidades habitacionais não é aprofundado pelas lideranças. Nota-se uma contradição no que diz respeito ao argumento utilizado pelos mesmos da propriedade privada como causa do esvaziamento dos processos coletivos. Entretanto, isso não invalida a questão central colocada aqui. Os espaços onde o uso e apropriação coletiva inviabilizam a incidência dos regimes de propriedade reconhecidos legalmente e fomentam o debate acerca de outras categorias possíveis para os espaços urbanos são os espaços denominados "do movimento de moradia", que serão compreendidos aqui como "espaços comuns".

[6] A noção de que a propriedade pública, nos dias de hoje, pode ser compreendida como propriedade estatal, e que essa forma de propriedade não é compatível com o projeto de cidade do movimento, parte do pressuposto de que o "Estado é agente ativo na construção dos mercados a apropriação das riquezas é obra do poder público e das forças privadas". (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 105)

agroecológico, além de outros usos compartilhados como biblioteca e auditório para atividades de formação política. Portanto, podemos perceber que a maioria dos espaços assumidos como "espaços do movimento" são espaços destinados ao trabalho coletivo, e por consequência, à geração de renda das famílias envolvidas.

Sendo assim, podemos afirmar que esses espaços abrigam práticas de cooperação e reciprocidade e que são reconhecidos como espaços de "produção do comum" por vários teóricos do conceito[7]. Acreditamos, então, que a noção do comum pode funcionar aqui, como uma alternativa propositiva para pensar uma outra natureza dos espaços urbanos, como a que é reivindicada pela ação dos movimentos populares na cidade. Nos referiremos aos espaços designados "do movimento de moradia" como espaços "comuns" daqui em diante.

O trabalhador como sujeito da luta pela Reforma Urbana

Em Solano Trindade, quando observamos a natureza da apropriação dos espaços comuns, percebemos que seu uso e função, bem como as constantes (re)construções resultantes de sua apropriação coletiva, tem forte relação com as atividades de trabalho coletivo. Portanto, o sujeito da análise que se segue é o trabalhador no contexto da luta pela Reforma Urbana.

O campo da Reforma Urbana é um campo de luta anticapitalista que tem como pauta a reivindicação de direitos fundamentais na cidade, e portanto, tem como sujeito o cidadão. Por sua vez, o campo da Economia Solidária, tem como protagonista o trabalhador (trabalho coletivo). Justamente o cruzamento entre esses dois campos é o que orienta a produção dos espaços comuns de Solano Trindade.

[7] Ver, por exemplo, Dardot e Laval (2017), Hardt e Negri (2009), Alves (2017), Tonucci (2017)

O comum, quando compreendido como princípio político, como nos colocam Dardot e Laval (2017), abarca uma variedade de lutas contra o neoliberalismo, que abrange não só o campo político da Economia Solidária – os princípios de "emancipação do trabalho" e "associação na economia" -, bem como o sentido político das lutas que fundamentam às ocupações urbanas de moradia. Portanto, o "princípio político do comum" nos serve aqui por articular os dois campos de luta anticapitalista que se cruzam em Solano Trindade: Reforma Urbana e Economia Solidária.

Assim como quando entendido como princípio político, o "comum" nos aponta a possibilidade de uma costura entre os sentidos da luta anticapitalista travada nos campos da Economia Solidária e da Reforma Urbana, a noção do "comum artificial", cunhada por Hardt e Negri (2009), nos permite, de forma análoga, uma costura das práticas correspondentes a cada um desses campos: trabalho e moradia, quando articulados além do Estado e do mercado.

Se entendemos que o "comum artificial" engloba as subjetividades, trabalho intelectual, ideias, linguagem e tudo mais que é resultante da produção e cooperação social, que escapa potencialmente da apropriação privada ou pública, e que pressupõe formas democráticas de produção e gestão de recursos compartilhados, além de reivindicar o livre uso dos mesmos para os integrantes da comunidade envolvida em momentos futuros, podemos afirmar que as práticas de trabalho coletivo e produção habitacional praticadas em Solano Trindade produzem e são resultantes do que denominamos "comum artificial".

Além dos autores do comum apresentados acima, utilizaremos para a análise físico-espacial dos espaços "comuns" da ocupação Solano Trindade a noção

de “reprodução ampliada da vida”, trazida por José Luis Coraggio[8] (1998), autor argentino que pesquisa o campo da Economia Solidária.

Coraggio compreende os processos de produção e reprodução trabalho e moradia– como parte de um mesmo processo socioeconômico. A perspectiva trazida pelo autor do campo da Economia Social, parte de uma inversão da racionalidade hegemônica capitalista, onde as estratégias produtivas estão subordinadas às necessidades reprodutivas, e não o contrário.

Além disso, o autor incorpora em sua definição de trabalho as atividades domésticas, e portanto, a aproximação das práticas relacionadas ao trabalho e a moradia como parte de um mesmo processo, nos auxiliando na compreensão das constantes transformações espaciais resultantes e produtoras dos espaços comuns em Solano Trindade. A noção de reprodução ampliada da vida, como caracteriza Coraggio (1998), nada mais é que a necessidade de constante reformulação dos “satisfatores”, termo que usa para parâmetros de bem-estar, no sentido de suprir as necessidades humanas fundamentais. Essa noção orienta a análise físico-espacial que se segue.

As reconstruções do comum

Desde o início da ocupação em Agosto de 2014, o espaço físico de Solano Trindade sofreu transformações consideráveis relacionadas à apropriação dos espaços livres e construídos por iniciativas coletivas, que podemos interpretar como resultantes físico-espaciais de uma produção do comum.

[8] José Luis Coraggio (1938) é um economista argentino, professor emérito da Universidade Nacional de General Sarmiento. É uma das principais referências na América Latina por sua atuação como pesquisador, professor universitário e profissional no campo da Economia Social e Solidária. Sua obra parte da superação das noções de “precariedade” e “informalidade” - características das análises hegemônicas no campo da economia e do urbanismo – nos permite enxergar formas de produção e reprodução fora do mercado e da lógica produtivista.

As práticas autogestionárias que se articulam na interseção dos campos de luta anticapitalista da Reforma Urbana e Economia Solidária transformaram de forma considerável o caráter dos ambientes da área ocupada. Analisando essas transformações a partir da noção de reprodução ampliada da vida trazida por Coraggio (1998), podemos perceber como se deram as (re) construções / (re)configurações dos espaços comuns com a apropriação do coletivo, desde o início da ocupação, até o momento atual.

As transformações mais perceptíveis nos espaços comuns da ocupação se deram a partir da inserção de atividades relacionadas à Agroecologia, através da parceria movimento-universidade. Mais especificamente, a atuação do Mutirão de Agroecologia (MUDA-UFRJ) na ocupação Solano Trindade fomentou uma troca profunda e horizontal de saberes populares e técnicos, que, seguramente, teve como resultado transformações consistentes no sentido dos parâmetros de bem-estar e saúde coletivos, e que culminou, também, na conformação de frentes de trabalho associativo para sustentabilidade econômica (Economia Solidária).

Neste sentido, é pertinente entender em que medida as práticas coletivas relacionadas à agroecologia (re)configuraram os espaços urbanos da Ocupação em sua dimensão físico-espacial. Primeiramente, analisaremos as (re)construções dos espaços livres, para, posteriormente, analisarmos as (re) construções dos espaços construídos.

Uma mandala agrícola sempre esteve presente no imaginário dos moradores de Solano Trindade. Um dos moradores que participou do início da ocupação, e veio a se tornar uma liderança do MNLM, sempre manifestou seu desejo de ter uma área para produção de alimentos, organizada em círculos concêntricos, acionado por suas experiências anteriores no nordeste. Uma das primeiras imagens ilustrativas gerada pela equipe da assessoria técnica para compor o projeto que serviria como instrumento de disputa pelo direito de uso do terreno, três meses após o início da ocupação, já contava

com a mandala no lugar onde está implantada hoje. Uma espécie de pátio, nos fundos do edifício principal, onde hoje vivem as famílias ocupantes. Entretanto, a mandala só veio a ser construída de fato no final de 2016, quando o MUDA-UFRJ aceitou um convite de parceria para desenvolver tecnologias sociais relacionadas à agroecologia na ocupação. Os membros do MUDA nunca tinham implantado um sistema de agrofloresta em forma de mandala, e alguns moradores de Solano não tinham experiência em cultivo de alimentos, sem a utilização de agrotóxicos. Após um primeiro ciclo de debates profundos,nasceu o primeiro círculo da mandala agroecológica. Atualmente, o espaço para plantio ocupa uma área de aproximadamente 450m² em constante expansão e reconfiguração.

A partir da experiência da mandala, ainda através da parceria MUDA-Ocupação Solano Trindade, somaram-se outras (re)construções no campo da Agroecologia. Foi implantado no mesmo pátio, ao fundo do edifício principal, uma área para compostagem de resíduos orgânicos provenientes do restaurante e cozinha coletivos. Além disso, foi construído um galinheiro para produção de ovos para consumo interno, e uma bacia de evapotranspiração para tratamento do esgoto de um dos banheiros coletivos e produção de banana com maior velocidade.

As (re)configurações dos espaços livres comuns, foram acompanhadas de (re)configurações dos espaços construídos. Também a partir da mandala produtiva, a cozinha coletiva, utilizada inicialmente para produção de refeições para consumo interno, se transformou em um restaurante agroecológico com geração de renda para o coletivo de mulheres trabalhadoras.

É sensível a melhoria da qualidade da alimentação produzida na cozinha coletiva e individualmente. Inicialmente rica em carboidratos, passou a ser mais balanceada, com maior presença de vitaminas e proteínas. Além disso, essas transformações físicas resultaram ou precederam o surgimento de frentes de trabalho que iniciaram uma estruturação para sustentabilidade econômica das famílias. Por exemplo, o restaurante agroecológico passou a atender visitantes nas atividades desenvolvidas na Ocupação, bem como é realizada à venda de alimentos em feiras.

Considerações finais

Todas as (re)construções espaciais relatadas aqui podem ser compreendidas a partir da noção de "reprodução ampliada da vida". A constante reformulação dos parâmetros de bem-estar e saúde coletivos, ou seja, as necessidades reprodutivas (domésticas), orientam as estratégias produtivas (trabalho), e não o contrário. O espaço urbano é (re)produzido a partir de uma outra lógica que rompe com lógica hegemônica da moradia-mercadoria

As ações no campo da agroecologia em Solano Trindade, se destacam, até o momento, no sentido da apropriação pelo coletivo de moradores e, consequentemente, das (re)construções físico-espaciais. Possivelmente, por demandar menos recursos do que as atividades relacionadas à construção civil, ou pela especificidade da ocupação em questão que conta com áreas verdes e livres em abundância. Por conta disso, foi utilizada aqui por ser um eixo de análise possível para investigar as (re)construções do comum no espaço urbano da ocupação.

De qualquer forma, o que nos interessa aqui, é pensar como a ação dos movimentos populares nas ocupações urbanas fomenta práticas produtivas que articulam campos de luta anticapitalista e vão além da reivindicação de direitos e do setor da construção civil. Luciana Lago (2015) afirma que "trata-se do desdobramento de uma organização política para além de sua ação reivindicatória, tornando-se agente econômico com saber acumulado sobre os princípios e as práticas da autogestão". Nesse sentido, é importante refletir também, como essas experiências podem contribuir para pensar uma ampliação da agenda da Reforma Urbana que incorpore o trabalho como tema estratégico para o direito à cidade.

As (re)construções físico-espaciais do comum relatadas aqui no caso de Solano Trindade, representam uma transformação qualitativa na vida dos ocupantes e estreitam a relação entre a Reforma Urbana e a Economia Solidária, bem como suas práticas autogestionárias. Isto nos permite localizar Solano Trindade - no universo das ocupações urbanas de moradia - dentro de um caminho de politização e transformação através da prática política que possa vir a encaminhar uma transformação - no contexto da pluralidade de lutas anticapitalistas do" comum" - para uma outra cidade regida pelo princípio do comum e não do capital.

Referências bibliográficas

ALVES, R. **Fazer-comum e direito à cidade: elementos para o debate e ação.** In: XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR, São Paulo: 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/?page_id=1316>. Acesso em: 21 Maio. 2018

CORAGGIO, José Luis. **Economía urbana.** La perspectiva popular. Quito, Abya Yala, 1998.

CRUZ, Mariana. **O novo vocabulário do Comum – ensaio para uma leitura pós-colonial.** In: Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR. São Paulo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth.** Cambridge, Massachusets: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Declaração – isto não é um manifesto.** São Paulo: n-1 edições,2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do império.** Rio deJaneiro: Record, 2005.

LAGO, Luciana C. **Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

LAGO, Luciana C. **Autogestão urbana no estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/IPPUR/UFRJ, 2015 (Programa de Extensão).

LAGO, Luciana C. **Economia Solidária e reforma urbana: Caminhos para uma**

interação político territorial das práticas associativas. Anais do XVI Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte, 2015

SANTOS JUNIOR, O. **Políticas Públicas, Arenas e Atores Sociais: o Fórum Nacional de Reforma Urbana e a agenda pelo direito à cidade.** In: Jorge Natal. (Org.). Território e Planejamento. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011, p. 279-301.

SINGER, P. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição.** In: Singer, P. e

TONUCCI FILHO, João B. **M.;** MOURA COSTA, Heloísa. O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana? In: Anais do XVII Encontro Nacional da ANPUR. São Paulo, 2017.

TONUCCI FILHO, J.; **COSTA, H.** S. M. O comum urbano: Cidade além do público e do privado. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017

“OCUPAS”: protestos pelo direito à cidade e construção de um coletivo comum

IZELI, RAFAELA L. (1)

1. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Avenida Sete de Setembro, 3503, apto 305, Barra, Salvador. CEP 40130-000
rafaela.izeli@hotmail.com

Resumo

Este artigo busca compreender as manifestações conhecidas por “Ocupas” que se espalharam pelo país, em sua maioria a partir das Jornadas de Junho de 2013, e que procuraram construir em conjunto um enfrentamento a diversas ordens estabelecidas, questionando a produção hegemônica da cidade e as forças de poder atuantes. Para isso, mobilizamos alguns exemplos como: Desocupa em Salvador (2012), Ocupe Cocó em Fortaleza (2013) Ocupe Estelita em Recife (2014), Ocupa Golfe no Rio de Janeiro (2014) Ocupa Parque Augusta em São Paulo (2015), e Ocupa Minc e Primavera Secundarista, ambos em escala nacional e ocorridos em 2016. Entendemos que tais ocupações fizeram parte de uma conjuntura global em que as mobilizações populares nos espaços públicos ganharam visibilidade, sobretudo em 2011, com os movimentos Occupy Wall Street em Nova York, a revolta dos Indignados em Madri e a Primavera Árabe. Ademais, pretendemos pontuar a inserção destes episódios em um contexto de protestos antiglobalização ocorridos no final da década de 1990 e início dos anos 2000, exemplificados pelas manifestações contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle, contra o Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em Praga, e contra a reunião do G8 em Gênova. Assim, a partir dos exemplos elucidados e da compreensão histórica dos protestos, acreditamos ser possível identificar de que forma as ocupações brasileiras foram importantes e puderam contribuir na discussão acerca da participação da sociedade civil nos espaços de decisão, na luta pelo direito à cidade e na construção de um coletivo “comum”. Em contraponto, e a partir dos desdobramentos destas manifestações possíveis de serem identificados, pretendemos investigar como o “deslocamento de sentido” observado neste campo, contribuiu para que a participação possivelmente tenha sido esvaziada politicamente, questionando-se assim os limites e as forças da construção deste “comum” e o quanto, e até que ponto, esta noção pode ser compreendida como uma forma de resistência à produção hegemônica ou como parte constituinte imbricada nas práticas neoliberais da cidade contemporânea.

Palavras-chave: “ocupas”; comum; participação; ativismo

1. INTRODUÇÃO

"Ocupas" são manifestações que se espalharam pelo Brasil, sobretudo, após o período conhecido como Jornadas de Junho de 2013, caracterizados pela ocupação de manifestantes em edifícios e espaços públicos e pela construção coletiva de um enfrentamento a diversas ordens estabelecidas, questionando as forças políticas e econômicas atuantes e a produção hegemônica de cidade. Podem ser constituídos por diferentes ações em torno das pautas mais diversas, porém trazem como característica convergente, o estabelecimento de uma rede que, acompanhada da disseminação de informações através das mídias sociais, se fortaleceu e pulverizou o debate em nível nacional.

Assemelham-se, e estão relacionados, a um contexto de revoltas globais que tomaram a cena em 2011, como os movimentos *Occupy Wall Street* em Nova York, a revolta dos Indignados em Madri e a Primavera Árabe, e que contribuíram para a emergência do que foi considerado a "volta às ruas"[1]. Para Slavoj Zïzek (2013) "o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todos reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista" e se colocam como um enfrentamento a questões econômicas e político-ideológicas, incluindo demandas pela democracia.

Já para Manuel Castells, tais ações são parte de um movimento, coletivo e global, que não é político, e sim social. "São estes movimentos, sociais e não políticos, que realmente mudam a história, pois realizam uma transformação cultural, que está na base de qualquer transformação de poder". Esses movimentos começam na internet, mas não são essencialmente digitais. "Eles só tornam-se visíveis e passam a existir de fato quando tomam as ruas" (CASTELLS, 2013 apud GOHN, 2014, p.438).

[1] Expressão que ganhou ampla disseminação durante as Jornadas de Junho de 2013, utilizada para caracterizar uma "retomada" dos protestos de rua no Brasil e que, posteriormente, após apropriação do termo pelas manifestações de cunho mais conservador, transformou-se inclusive em *slogans* de propaganda comercial e política.

Ao discorrer sobre o movimento nova iorquino, Castells enfatiza a rápida difusão das manifestações como reflexo da sua propagação pelo espaço *online* através das mídias sociais. "O movimento nasceu na internet, difundiu-se pela internet e manteve sua presença pela internet, já que muitas ocupações, assim como grupos específicos e outras redes sociais, criaram seus próprios sites". Entretanto, afirma ao mesmo tempo a importância da ocupação do espaço público como forma material do movimento, em que "os manifestantes podiam reunir-se e formar uma comunidade para além de suas diferenças. Um espaço de convivência. Um espaço de debate (...). Em suma, um espaço de autonomia" (CASTELLS, 2013, p.128).

O que o autor caracteriza como "espaço de autonomia" é justamente esta atuação dos manifestantes neste campo híbrido entre o *online* e *offline*, possibilitando a constituição de uma nova forma de espaço e tempo que amplifica o debate. Assim, para o sociólogo espanhol, a materialização dos acampamentos do *Occupy* permitiu, face a face, a coletivização das decisões, o compartilhamento das experiências cotidianas e dos riscos enfrentados. Somado a isso, a divulgação pelos meios digitais possibilitou o apoio interno e externo à ocupação e a disseminação fundamental das suas práticas.

Ainda, Castells irá afirmar que estas "novas vias de mudança social, mediante a capacidade autônoma de comunicar-se e organizar-se têm sido descobertas por uma nova geração de ativistas, para além do alcance dos métodos usuais de controle empresarial e político". Tais vias de mudança, aponta o autor, embora já houvessem precedentes no início dos anos 2000, tiveram maior visibilidade, ou ainda, alcançaram a "manifestação plena", na Islândia em 2008, com a Revolução das Panelas em prol da construção coletiva de uma Constituição, e na Tunísia em 2010, com a Revolução do Jasmim a favor de um governo democrático; considerado este último o estopim para os protestos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe e se espalharam por países como Egito, Líbia, Síria, Iêmem e Barein.

Em face destas apreensões e caracterizações dos movimentos que vêm sendo difundidas pelos pensadores contemporâneos, e considerando as noções apontadas até então, sobretudo, de exaltação da construção de um espaço autônomo de gestão e ação desses "novos ativistas", procuramos refletir, a partir de algumas ocupações brasileiras elencadas, sobre a participação da sociedade civil nos espaços de decisão, na luta pelo direito à cidade e na construção de um coletivo "comum". Pelos desdobramentos destas manifestações possíveis de serem identificados, pretendemos investigar como o "deslocamento de sentido" (DAGNINO, 2004) observado neste campo, contribuiu para que a participação possivelmente tenha sido esvaziada politicamente, questionando-se assim os limites e as forças da construção deste "comum" e o quanto, e até que ponto, esta noção pode ser compreendida como uma forma de resistência à produção hegemônica ou como parte constituinte imbricada nas práticas neoliberais da cidade contemporânea.

2. MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO NACIONAIS: UMA TÁTICA[2] "COMUM"

Os movimentos apontados, e os que serão posteriormente elucidados, podem encontrar relações históricas, guardadas as devidas peculiaridades, a tantos outros protestos que tomaram as ruas em momentos anteriores, desde as manifestações de "Maio de 68" na França às "Diretas Já" no Brasil em 1984. Ainda, entre outros inúmeros exemplos possíveis, podemos relacionar tais movimentos a precedentes como as manifestações de 1999 contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle, as de 2000 contra a reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial em Praga, e as de 2001 contra a reunião do G8 em Gênova.

Estes últimos três protestos citados, pela abordagem que a antropóloga Julia di Giovanni nos traz, também possuem como característica comum, principalmente, a ocupação da rua como tática de confronto. "Entre eles estão a chamada 'ação direta', percebida como expressão comum de um movimento, a orquestração da ação pública entre grupos de identidades e táticas distintas e a ideia do protesto como liberação de espaços regulados por uma ordem definida como capitalista, opressiva e homogeneizante" (GIOVANNI, 2007, p.111).

Esta "tática de confronto" facilmente perpassa pelas manifestações brasileiras, que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho de 2013, e que posteriormente irão se desdobrar em distintas formas político-ideológicas. Sabe-se que estes protestos iniciaram-se pontualmente em São Paulo pelo coletivo Movimento Passe Livre (MPL), contra o aumento municipal da tarifa do transporte público, e assumiram uma maior dimensão a partir da sua visibilização pela mídia. "O crescimento das manifestações levou à ampliação das demandas com um foco central: a má qualidade dos serviços públicos, especialmente transportes, saúde, educação e segurança pública" (GOHN, 2014, p.431).

Contudo, o crescimento destas manifestações em diversos territórios nacionais, para além da ampliação das reivindicações, contribuiu para sua desembocada em ondas conversadoras, ainda extremamente difíceis de serem analisadas, culminando em importantes mudanças políticas, e que viemos colhendo os seus frutos até então. Por outro lado, a abrangência nacional também permitiu que movimentos de ocupação se espalhassem pelo país, afirmando-se como importantes forças de resistência ao

[2] Para Michel de Certeau (2014, p.94) tática é a "ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve joga com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento 'dentro do campo da visão do inimigo', como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado".

momento turvo e incerto que se instaurava. É neste contexto que se inserem os denominados “Ocupas”, foco deste ensaio, e que serão aqui exemplificados, entre inúmeros outros possíveis, pelos movimentos como: o Desocupa, ocorrido em Salvador (2012); Ocupe Cocó, em Fortaleza (2013); Ocupe Estelita, em Recife (2014); Ocupa Golfe, no Rio de Janeiro (2014); Ocupa Parque Augusta, em São Paulo (2015); e Ocupa Minc e Primavera Secundarista, ambos em escala nacional e sucedidos em 2016.

Apesar do movimento Desocupa Salvador ter ocorrido um ano antes do período denominado como Jornadas de Junho, e não ter se caracterizado pelo acampamento temporário dos manifestantes em um determinado espaço, foi importante somá-lo a esta conjuntura por tocar em questões relacionadas à produção hegemônica de cidade, além ter contribuído para acender uma “fagulha” nas ruas. As manifestações, convocadas pelas redes sociais, se deram contra a privatização de uma praça pública que, à época recentemente reformada pela iniciativa privada, encontrava-se fechada por tapumes para a montagem de um camarote para o carnaval da cidade (SERPA, 2013).

Reivindicações como esta, em torno do espaço urbano em constante disputa pelas intervenções públicas e privadas, fizeram com que outras ações se desenvolvessem. Este foi o caso da ocupação do Parque Cocó, em Fortaleza, que protestava contra a construção de viadutos que avançariam pelo parque, uma das poucas áreas verdes da cidade (ROLNIK, 2013). Neste caso, os manifestantes acamparam na área por quase três meses e tiveram que deixá-la sob violência policial e mandado de reintegração de posse. O acampamento contava com debates, palestras de professores, apresentações artísticas e até concurso de alternativas à construção do viaduto. O resultado foi a concretização da obra e, em nota, a prefeitura municipal informou o plantio de algumas árvores para compensação ambiental[3].

Situação semelhante se deu no Rio de Janeiro, no período antecedente às Olimpíadas de 2016, em que, para a construção prevista do campo de golfe olímpico, a prefeitura municipal teria alterado e flexibilizado os limites do Parque Marapendi, permitindo a construção do projeto em áreas de mata atlântica nativa. A manifestação, que também se caracterizou pelo acampamento dos envolvidos em frente ao terreno destinado às obras, exigia a suspensão da licença ambiental obtida e o reflorestamento da reserva que já havia sido desmatada[4]. Anos após as Olimpíadas, os envolvidos na ocupação ainda pedem a responsabilização do poder público por crime ambiental.

Ainda nesta seara, dois movimentos amplamente divulgados, como o Ocupe Estelita e o Ocupa Parque Augusta se caracterizaram pela posição direta contra a especulação imobiliária e suas desmedidas forças atuantes sobre a cidade. Em Recife, a disputa se dava sobre a área do Cais Estelita, um terreno de mais de cem mil metros quadrados situado às margens do Rio Capibaripe, ao lado do centro histórico e no caminho para a valorizada zona sul da cidade. Vendida para a iniciativa privada, a área estava destinada a receber o projeto “Novo Recife”, com doze torres de uso estritamente privado, prevendo a demolição dos antigos armazéns de açúcar locais[5].

Ocupada pelos manifestantes que exigiam a anulação do processo administrativo autorizando a construção do empreendimento, a área se transformou em um grande acampamento, que contava com assembleias

[3] Disponível em <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/cotidiano-2/manifestantes-relembram-momentos-de-luta-dois-anos-apos-ocupacao-do-coco/> Acesso em: 19 de abr. 2018.

[4] Disponível em:<http://www.eliomar.com.br/movimento-ocupa-golfe-o-que-queremos/> Acesso em: 19 de abr. 2018.

[5] Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256.html> Acesso em: 19 de abr. 2018.

diárias, programação cultural, e aulas públicas, almejando assim uma forma outra de se fazer política. Cenário semelhante se desenvolveu em São Paulo, nas discussões em torno do Parque Augusta, em que as reivindicações pediam a manutenção do parque e sua abertura para usufruto da população. O terreno, em que parte é tombado como patrimônio histórico, estava destinado à construção de dois prédios residenciais e comerciais em uma área extremamente valorizada da cidade.

Mais recentemente, sem um cunho estrito de reivindicação urbana, e já em resposta à conjuntura política instaurada após o trauma sofrido pelo regime democrático brasileiro, ocupações como o Ocupa Minc e a Primavera Secundarista alcançaram o âmbito nacional e conquistaram recuos importantes dos governantes. A primeira, pode ser resumida em uma reação à tentativa de fechamento do Ministério da Cultura, em que manifestantes, em geral, relacionados à classe artística, ocuparam vários dos edifícios culturais espalhados pelo país. Após a sua enorme repercussão, o governo Temer anunciou a recriação do Ministério.

Já a segunda, teve seu início na capital paulista, contra a reorganização das escolas estaduais propostas de forma impositiva e opressora pelo governo Alckmin. O movimento que teve como lema "Não fechem a minha escola" alegava falta de diálogo e ausência de justificativas para o fechamento dos prédios escolares. Em resistência, os estudantes ocuparam os edifícios cobrando melhorias no ensino e na infraestrutura, realizando atividades culturais e de manutenção do espaço, e quebrando "o velho paradigma, construído pelos próprios meios de comunicação e imaginário coletivo de considerar os jovens da periferia como desinteressados pelos estudos e responsáveis pelo sucateamento, violências e depredações das escolas públicas" (BARJA; LEMES, 2016, p.95).

O movimento também ampliou sua abrangência a nível nacional e fez com que as decisões fossem revogadas e as escolas mantidas abertas. Ainda, outras manifestações tomaram a cena e poderiam ser exemplificadas aqui nesta tentativa de elucidar formas diversas de organização, mobilização social e pressão política que giraram em torno dos acampamentos, como o Ocupa Cabral, Ocupa Funai, Ocupa SUS, Ocupa Alckmin, Ocupa Alemão, Ocupa Câmara, Ocupa a Rede Globo, entre diversos outros protestos que se valeram dos meios da ocupação[6].

Foram mobilizações como estas que apontaram para um possível descolamento entre estas formas de reivindicações e os mecanismos tradicionais de representação política, fazendo emergir, para alguns autores, o que se denominou de "novos movimentos sociais" (GOHN, 2014). Qualificados por serem movimentos sem associação partidária, por trabalharem em redes e por se definirem como organizações horizontais, sem liderança formal, pluriorganizacional, multi-identitárias e de práticas mobilizatórias mais amplas (SCHERER-WARREN, 2013), estas manifestações reaquecerem as discussões sobre o "direito à cidade" (LEFBREVE, 2001) e a possibilidade de exercer política em práticas coletivas, priorizando a autogestão como um dos seus princípios de formação e atuação.

Entretanto, esta "capacidade autônoma" não se restringe apenas aos eventos pontualmente caracterizados aqui como "Ocupas", realizados por esta "nova geração de ativistas", mas tem encontrado reverberações importantes sobre uma visão idealista de construção social e política contemporânea, que tem sido intitulada, por diversos autores, de "comum". Pierre Dardot e Christian Laval, no livro "Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI", trazem a compreensão do conceito como "um princípio de atividade política constituído pela atividade específica da deliberação, julgamento, decisão e a aplicação de decisões".

[6] Uma breve listagem dos diversos protestos ocorridos no Brasil pode ser visualizada em:<https://www.cartacapital.com.br/politica/os-protestos-do-brasil-dialogam-com-as-revoltas-globais-4371.html> Acesso em: 19 de abr. 2018.

Para os autores, o "comum" estaria relacionado à maneira dos movimentos contemporâneos de "transformar a resistência persistente e corajosa de amplos setores da sociedade às políticas de austeridade em vontade e capacidade de transformar as próprias relações políticas, em ir da representação à participação". Nesta abordagem, a oposição dualista ao mercado e Estado que vem sendo há anos adotada como forma de enfrentamento às forças atuantes, não se mostra como uma "alternativa política positiva" (DARDOT; LAVAL, 2017), justamente pelo fato de o Estado assumir-se como um protagonista neoliberal, desempenhando as mesmas lógicas de mercado. Trata-se aqui, para os autores em questão, da necessidade de uma concepção de participação que evoque a autogestão, pressupondo como regra a abrangência de toda a sociedade em todos os níveis políticos e administrativos, a fim de alcançar assim, uma "democracia real".

> *Em outras palavras, o comum pode ser definido como o público não-estatal, que garanta o acesso universal através da participação direta dos usuários na administração dos serviços. Uma de nossas 'propostas políticas', na terceira parte do livro, é a transformação dos serviços públicos em instituições do comum. Isso significa que esses serviços não pertencem ao estado no sentido de o Estado ser proprietário ou mesmo o único gestor. Para realizar esse tipo de transformação, é necessário quebrar com o monopólio da administração estatal de modo a garantir verdadeiro acesso universal a esses serviços. Portanto, os usuários não devem ser considerados como 'consumidores', mas como cidadãos participando lado a lado dos funcionários nas deliberações e decisões concernentes a eles próprios. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 219-220)*

Ainda, estes debates poderiam encontrar semelhanças e aproximações ao que se tem construídos acerca do planejamento insurgente, conflitual (VAINER [et al], 2013) ou subversivo (RANDOLPH, 2014). Estas compreensões se opõem aos processos de participação constituídos por ações simbólicas, representativas ou meramente comunicativas, defendem a necessidade de "inverter ou subverter as relações tanto entre Estado e sociedade em geral, como entre planejadores e a população envolvida e afetada", e acreditam que o conflito, inerente ao espaço urbano, possibilita a constituição de "sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública".

> *A rejeição à democracia representativa mobiliza uma política de democracia direta para governar os acampamentos por meio de reuniões gerais, redes horizontais e grupos de trabalho, com foco no desenvolvimento de estratégias tanto de contestação como de proposição de direitos de cidadania e práticas justas. Os manifestantes não se contentam apenas em contestar as falhas na comunicação verticalizada com seus representantes políticos eleitos. Eles demonstram o que uma forma diferente de política pode ser com a criação de novas formas de comunicação horizontal, por meio de assembleias e mídias sociais abertas, participativas e deliberativas, sem a necessidade de uma liderança. Essas novas formas são exemplos de planejamento insurgente. (HOLSTON, 2016, p.199).*

Noções relacionadas à autogestão das mobilizações recentes, perpassam também pelo que Bianca Tavolari (2016), ao analisar as diversas abordagens sobre o termo "direito à cidade", afirmará como possibilidade das manifestações trabalhadas aqui dialogarem com a atualização do conceito desenvolvido por Henri Lefebvre. Para a autora "o direito à cidade não se restringe a reivindicações imediatas dos movimentos por direitos ou serviços urbanos específicos — ele seria o conjunto dessas demandas, apontaria para outras noções como as de democracia, cidadania e autonomia", sendo muito mais "uma tentativa de organizar lutas fragmentadas num denominador comum, de ampliar pautas específicas para um contexto mais abrangente com objetivos políticos não imediatos".

De fato, as ocupações demonstraram uma forma outra de fazer política e de lutar pelos direitos sociais, que vão muito além do direito à cidade. Foi a partir destes espaços coletivos e autogeridos, que os movimentos conquistaram ressonâncias importantes no cenário atual, ainda que

pontuais e sem um alcance estrutural a nível nacional. Sabe-se, contudo, da aguçada capacidade das lógicas neoliberais em se apropriarem rapidamente dos discursos mais diversos, fazendo com que tenhamos que enxergar, para além das possibilidades, as limitações destes novos modos autônomos, compreendendo assim a conjuntura em que se insere essa difundida dimensão de participação.

3. DESLOCAMENTO DE SENTIDO: UM POSSÍVEL ESVAZIAMENTO POLÍTICO DA PARTICIPAÇÃO

Para tal, é necessário percebermos que a noção de participação assume diversas formas e que, a partir de um possível "deslocamento de sentido" (DAGNINO, 2004), que vêm sendo delineado desde os anos 1990, pode se desdobrar em um sintomático esvaziamento político. Evelina Dagnino (2004), trará uma análise dessa dimensão da participação no momento de passagem dos movimentos de disputa e lutas sociais para as práticas associadas ao mercado e de ação conjunta com o Estado, em um contexto de mudanças políticas e econômicas nacionais.

A autora utiliza o termo "confluência perversa" para caracterizar um período em que, por um lado, vivencia um processo de alargamento da democracia e da "participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas" (TEIXEIRA; DAGNINO e SILVA, 2002 apud DAGNINO, 2004, p.95) quando da elaboração da Constituição de 88 após a queda da ditadura militar; e por outro, aposta na implementação de uma política neoliberal com a eleição de Fernando Collor em 1989, com a proposta de um Estado mínimo transferindo para a sociedade as responsabilidades estatais.

Para a autora, a perversidade comum a estes dois projetos políticos antagônicos estaria justamente em, assumindo direções opostas, terem como fundamental propulsor uma "sociedade ativa e propositiva". Entretanto, Dagnino irá ressaltar que "essa identidade de propósitos, no que toca a participação da sociedade civil, é evidentemente aparente", e relacionar esta aparência solidamente construída com uma crise discursiva em que estes distintos projetos homogenizam termos como participação, sociedade civil, cidadania e democracia, obscurecendo as suas diferenças. É justamente nestes deslocamentos semânticos que se avançam as lógicas neoliberais, e a participação democrática no país nos anos 1990 é tensionada.

Desdobrando tais deslocamentos produzidos pelo projeto neoliberal, Dagnino irá discorrer sobre a redefinição destes termos. Sem nos estender, mas com o intuito de compreender e problematizar aqui um possível achatamento político da participação, torna-se importante ao menos pontuar essas três dimensões construídas pela autora. No caso do termo "sociedade civil", para Dagnino a sua redefinição está relacionada ao crescimento acelerado das ONGs, a emergência do Terceiro Setor e a marginalização dos movimentos sociais. A relação entre Estado e ONGs é um exemplo claro do que é considerado como "confluência perversa", em que, vistas como fortes interlocutoras e construtoras de representatividade local em diversos setores sociais, o Estado transfere suas responsabilidades para estes novos parceiros, contratando-os como prestadores de serviço.

No âmbito do deslocamento do termo "participação", sua ressignificação emerge do que a autora chama de "participação solidária" com ênfase no trabalho voluntário, passando-se a adotar uma perspectiva individualista que se apoia na dimensão privada da moral, sem o seu devido significado político.

> *Além disso, este princípio tem demonstrado sua efetividade em redefinir um outro elemento crucial no projeto participativo, promovendo a despolitização da participação: na medida em que essas novas definições dispensam os espaços públicos onde o debate dos próprios objetivos da participação pode ter lugar, o*

> *seu significado político e potencial democratizante é substituído por formas estritamente individualizadas de tratar questões tais como a desigualdade social e a pobreza (DAGNINO, 2004, p.102).*

Por fim, a redefinição da noção de "cidadania" reduz o significado anteriormente empreendido pelos movimentos sociais, de constituição de um sujeito social ativo participante na construção e luta pelos seus direitos, a uma noção individualista e relacionada ao mercado, em que "tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor". Assim, ser cidadão está relacionado cada vez mais com uma "mera caridade", o que para Dagnino acaba por tornar-se o "*hobby* favorito da classe média brasileira".

Entendemos que os "Ocupas", objeto deste ensaio, transitam entre esses dois cenários: uma participação propositiva e eventual, concentrada pontual e momentaneamente sobre um determinado foco em questão, sem, em muitos casos, almejarem uma perspectiva maior de abrangência ou um desdobramento outro das reivindicações; e, uma participação que, carrega características específicas de enfrentamento a ordens vigentes, permitindo, portanto, o estabelecimento de relações politizadas. Entretanto, não podemos deixar de relacioná-los a um momento, fruto também deste projeto político e econômico neoliberal, de proliferação dos denominados coletivos ativistas que resguardam, por muitas vezes, formas participativas esvaziadas, banalizadas ou tecnicistas.

Alguns casos podem ser mobilizados, nesta tentativa de pensarmos os desdobramentos destas formas autônomas de atuação e os seus possíveis achatamentos. A exemplo, a organização que se intitula por Escola de Ativismo[7], autodefinida como um coletivo independente, multidisciplinar e não hierárquico, com a missão de "fortalecer grupos ativistas por meio de processos de aprendizagem em estratégias e técnicas de ações não-violentas e criativas, campanhas, comunicação, mobilização, e segurança da informação, voltadas para a defesa da democracia". Para auxiliar em seus processos de aprendizagem a Escola procura registrar conteúdos e produzir materiais que "vão desde Roteiros de Aprendizagem utilizados para cada processo até a sistematização de conhecimentos relacionados ao ativismo contemporâneo".

Esta transformação da participação em manuais sistematizados, que vão desde "listagem de ações não-violentas", "estratégias de campanha" e "técnicas de como falar com a imprensa", claramente, são sintomáticas do que poderíamos nos atentar para uma maneira de uma burocratização das formas participativas, deslocando, assim, os seus sentidos. A proliferação destes manuais perpassa por diversos outros grupos e está presente em publicações como o "Manual para pessoas manifestantes" do coletivo Urucum, o "Kit de ferramentas para ativistas" do Greenpeace, o "Guia de proteção do manifestante" do Protesto.org e o "Guia para filmar violência policial em protestos" do Witness, entre outros.

São exemplos como estes que nos fazem questionar até que ponto estas tentativas de construção de uma prática de participação coletiva estariam, de fato, almejando mudanças significativas políticas, ou culminando na inserção em lógicas produtivistas e burocráticas, características de uma produção hegemônica neoliberal. A transformação do sujeito social em sujeito propositivo e instrumentalizado, mobilizado em torno de pautas que muitas vezes se confundem com os interesses públicos ou permitem associações com os interesses privados, colocam em cheque, ou dificultam a identificação, das resistências ainda latentes e potentes no cenário atual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista desses apontamento, podemos considerar, portanto, que os "Ocupas" e as manifestações do início do século XXI foram movimentos

[7] Ver mais informações em <https://ativismo.org.br/> Acesso em: 04 de jun. 2018.

importantes e pulsantes de práticas de resistência política. Contudo, exercidos de maneira pontual e isolada, demonstraram limitações. Ao elencarmos algumas formas participativas, chamadas aqui de tecnicistas, que derivam, ou guardam estreitas relações a estes momentos de efervescência mobilizados, nos indagamos, o que poderíamos esperar desta participação autônoma. Seria possível atribuir à sociedade civil, aos movimentos sociais, ou coletivos ativistas, a total responsabilidade pelas mudanças políticas a partir de uma autogestão, isentando o Estado do seu papel?

No entanto, se não insistirmos nestas formas, em que outros modos de participação poderíamos nos apoiar? Ainda, ao caracterizarmos as ocupações como expressões reivindicatórias contemporâneas significativas, em contraposição a práticas consideradas esvaziadas ou burocratizadas, estaríamos afirmando que as únicas formas participativas politizadas, devem estar associadas a estes momentos de manifestação social? Neste sentido, seria, portanto, um estado momentâneo a capacidade autônoma de organização e gestão da sociedade civil, que não conseguiria avançar diante das ordens preestabelecidas? E, sendo assim, pela impossibilidade de vislumbrar uma dimensão social e política contínua e duradoura destas formas autônomas, poderíamos caracterizá-las como “comum”?

Não procuramos respostas para tais inquietações, mas buscamos compreender que estas complexas relações que perpassam as noções de participação, não permitem que seus delineamentos sejam claramente definidos. O que procuramos afirmar, é que esses movimentos de ocupação, e seus desdobramentos, esbarram e acabam por transitar constantemente pelas lógicas políticas neoliberais que enfrentam. Talvez por isso, a dificuldade em imaginar uma desassociação completa de tais práticas da ação do Estado e do mercado, que culminaria em uma sociedade exclusivamente autogerida.

E sendo assim, questionamos se, neste contexto, em que o próprio Estado está facilmente permeado pelas regras de mercado, seria um caminho virtuoso propormos um espaço autônomo de decisão e gestão, ou, ainda deveríamos lutar pela efetiva administração estatal e pelo desempenho do seu papel, de fato? Parece-nos que, mesmo que as ocupações tenham sido a forma mais radical de enfrentamento experimentada recentemente, e que tenham repercutido em possibilidades de uma construção “comum”, ainda estariam distantes da concreta instituição dos seus preceitos, deixando dúbia a real viabilidade de uma “capacidade autônoma”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARJA, Paulo; LEMES, Cláudia. **Ocupação das escolas estaduais paulistas: o discurso estudantil contra a reorganização avaliado a partir da produção de um cordel coletivo.** In: Linha Mestra, n.30, set./dez., 2016.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.** In: Revista Lugar Comum, n. 49, p. 217-226, (tradução de Renan Porto), 2017.

GIOVANNI, Julia Ruiz di. **Seattle, Praga, Gênova: política anti-globalização pela experiência da ação de rua.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais**

In: Caderno CRH. **Universidade Federal da Bahia, Salvador, v.** 27, n. 71, p. 431-441, jun./ago., 2014.

HOLSTON, James. **Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI.** In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais. Recife, v. 18, n. 2, p. 191-204, mai./ago., 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

RANDOLPH, Rainer. **Subversão e planejamento como "práxis": uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade.** In: CASTRO, Edna; LIMONAD, Ester. (Org.). Um novo planejamento para um novo Brasil?. 1º ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, v. 1, p. 40-57.

ROLNIK, Raquel. **Ocupe o Cocó: resistência em defesa do parque continua em Fortaleza.** Blog da Raquel Rolnik, 2013. Disponível em <https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/09/02/ocupe-o-coco-resistencia-em-defesa-do-parque-continua-em-fortaleza/>. Acesso em: 19 de abr. 2018.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes e movimentos sociais projetando o futuro.** In: Revista Brasileira de Sociologia. V. 1, n. 1, jan./jul., 2013.

SERPA, Angelo. **Espacialidade do corpo e ativismos sociais na cidade contemporânea.** In: Revista Mercator. Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 23-30, 2013.

TAVOLARI, Bianca. **Direito à cidade: uma trajetória conceitual.** In: Novos Estudos, n. 104, mar., 2016.

VAINER, Carlos [et al]. **O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual.** In: OLIVEIRA, Fabricio L.; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle; MONTEIRO, Poliana. (Org.). Planejamento e Conflitos urbanos: experiências de luta. 1º ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p. 27-64.

ZIZEK, Slavoj. **Problemas no paraíso.** In: MARICATO, Ermínia (et al.). Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boi Tempo: Carta Maior, 2013.

OS COMMUNITY LAND TRUSTS COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA AOS PROJETOS URBANOS NEOLIBERAIS

RIBEIRO, TARCYLA F.; ANTÃO, RENATA C. N.

1.Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ
Endereço Postal
E-mail: tarcylafidalgo@gmail.com

2. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ
Endereço Postal
E-mail: renata.antao@gmail.com

RESUMO

Os "Community Land Trusts" são modelos estabelecidos com vistas à proteção de permanência de comunidades vulnerabilizadas em certos territórios. A figura surge nos EUA, na década de 60, atrelada aos movimentos por direitos civis e à população residente em áreas rurais (DAVIS, 2010). Atualmente, os CLTs estão em operação em 45 estados e em outros países como Canadá, Inglaterra, Escócia, Austrália e Quênia (DAVIS, 2010).

O presente artigo buscará avaliar as potencialidades e os limites da aplicação do instrumento dos "Community Land Trusts" no Brasil enquanto resistência e prática biopotente, visto que, à imagem de outras cidades latino-americanas, nosso país tem seu espaço urbano marcado por elevados percentuais de irregularidade e por uma grave situação de desigualdade socioespacial.

Em um contexto de acirramento do neoliberalismo, onde os mecanismos de poder sobre a vida se manifestam na normalização das populações pela biopolítica, o cenário se agrava após os megaeventos no início da segunda década do século XXI, a ruptura democrática e o aprofundamento da lógica neoliberal nas cidades a partir de 2016. Necessário e urgente o estabelecimento de novas práticas e formas de gestão da propriedade de forma a desenhar possíveis subversões à lógica do Poder. Os CLTs são propostos aqui como forma de prática jurídica subversiva, seja a partir da defesa do desenho de uma legislação própria sobre o tema, seja pela utilização dos instrumentos jurídicos já existentes de forma a basear a criação de um modelo proprietário emancipatório.

Palavras-chave: Community Land Trusts, segurança na posse, resistências, neoliberalismo

OS COMMUNITY LAND TRUSTS COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA AOS PROJETOS URBANOS NEOLIBERAIS

Introdução

As cidades brasileiras vêm passando por grandes transformações nas últimas décadas, especialmente relacionadas com as demandas do modelo hegemônico neoliberal que se capilarizou de forma decisiva nas cidades. O modelo de cidade neoliberal é aquele que as transforma em mercadoria e sua gestão em algo o mais próximo possível do empresariamento, com investimentos destinados ao lucro e ao marketing. Neste cenário, os direitos dos moradores e o ideário de construção de cidades mais justas e igualitárias é deixado de lado, com um importante acentuamento das fragmentações e desigualdades socioespaciais.

Associado a isso, as cidades se tornam parte de um modelo de normalização e disciplinamento, como lócus privilegiado de controle dos corpos, especialmente dos mais vulneráveis, excluídos e tratados como indesejados. No entanto, no que parece um cenário desolador, surgem também resistências, práticas biopotentes com potencial disruptivo desta ordem que se estabeleceu nas cidades no sentido de torná-las mais inclusivas e justas para todos os seus habitantes.

No presente artigo se propõe a análise dos Community Land Trust como um possível instrumento de resistência biopotente, que a partir da propriedade privada pode subverter seu caráter clássico individualista em direção a uma gestão coletiva da terra.

Desigualdades sócio-territoriais no Brasil e as Cidades fragmentadas

As proposições analíticas sobre as desigualdades e transformações recentes nas cidades brasileiras não podem ignorar sua inserção em um cenário global de hegemonia neoliberal, que traz demandas específicas para as cidades, especialmente aquelas situadas no sul global.

Estas cidades buscam se adaptar a tais demandas que visam favorecer, de forma especialmente marcante, os atores financeiros que passam a atuar sobre o espaço urbano. Assim, uma série de mudanças regulacionais e espaciais são instituídas no sentido de privilegiar a atuação destes atores, além de garantir a criação de infraestruturas necessárias para as novas atividades do capitalismo, especialmente as financeiras.

Para além destas demandas, as cidades vêm, cada vez mais, cumprindo um papel de ajuste espaço-temporal (HARVEY, 2015) para as situações de sobreacumulação típicas do capitalismo. Assim, se colocam como espaço privilegiado de alocação de recursos, sob uma lógica de absorção de capitais e garantia de lucros elevados, fato que leva a uma compreensão da gestão urbana como uma espécie de empresariamento, no qual cabe a cada cidade se colocar como o produto mais interessante a fim de atrair capitais.

Esta dinâmica de empresariamento urbano (HARVEY, 2005) e de transformação das cidades conforme as necessidades recentes de um capitalismo que atua sob dominância financeira (GUTTMAN, 2008) vem se impondo às cidades brasileiras nas últimas décadas, com destaque para os megaeventos - dos quais o Brasil foi sede na última década -, os impactos da ruptura democrática recente na gestão urbana e o movimento crescente de militarização assistido nos últimos anos.

Os megaeventos (Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos de 2016), vivenciados de forma mais intensa pela cidade do Rio de Janeiro, podem

ser considerados como um importante ponto de inflexão no sentido do empresariamento urbano. Sua preparação envolveu elevados gastos públicos voltados para a construção de infraestruturas relacionadas não apenas com as competições esportivas, mas também com interesses de frações ligadas ao capital imobiliário e financeiro.

Um exemplo é o processo de "renovação urbana" promovido na região portuária carioca, que consumiu uma quantidade significativa de recursos públicos e entregou, como principais resultados, um museu futurista assinado por um arquiteto espanhol famoso, um aquário cujo ingresso o torna uma atração inacessível à maioria da população e um sistema de transporte ineficiente e pouco utilizado - o veículo leve sobre trilhos (VLT).

A construção de todas estas infraestruturas, que não se justificam do ponto de vista das competições esportivas ou das necessidades da população citadina, deve ser considerada sob o aspecto do marketing urbano e da necessidade de produção da cidade no formato de uma empresa/mercadoria (VAINER, 2000), pronta a ser vendida e apta a atrair a maior quantidade possível de investimentos, preferencialmente estrangeiros. Nesta esteira, as cidades "se copiam", criando um pacote de infraestruturas e amenidades básico para sua inserção em posições o mais privilegiadas possíveis na hierarquia global (SASSEN, 1998).

Todo este processo é aprofundado e ganha dimensões ainda mais perenes a partir da ruptura democrática estabelecida no Brasil com o golpe jurídico-parlamentar de 2016. A ruptura tem impactos severos sobre as cidades brasileiras, seja pelo aprofundamento de sua inserção no cenário capitalista internacional por meio de políticas públicas e regulamentações construídas neste sentido, seja pelo aprofundamento das fragmentações territoriais por uma política de segurança baseada na militarização e pelo acentuamento dos processos de desigualdade socioespacial, especialmente aqueles impulsionados pelo mercado.

Desta forma, a partir dos megaeventos e da ruptura democrática experimentada pelo país nos últimos anos, vivemos um aprofundamento da lógica neoliberal nas cidades brasileiras, que se relaciona intrinsecamente com a visão do empresariamento urbano e da cidade mercadoria (VAINER, 2000) e sua gestão comprometida eminentemente com interesses econômicos, deixando de lado os direitos da população e o ideário de cidades mais justas e solidárias.

Esta cidade mercadoria tem na legislação excludente seu instrumental de manutenção e reprodução, isto porque, a partir da produção legislativa, a modificação do espaço urbano é facilitada a partir do uso de instrumentos jurídicos como operações urbanas consorciadas, solo criado ou outorgas onerosas do direito de construir[1], os processos políticos são mitigados (haja vista a recente Lei Antiterrorismo, o uso da Lei de Organizações Criminosas que vem sido utilizada contra movimentos reivindicatórios de direitos ou mesmo a tipificação penal para manifestações em defesa

[1] Tais instrumentos jurídicos e políticos são trazidos pelo estatuto da Cidade como forma de instrumentalizar a execução da política urbana conforme estabelecida pelos Planos Diretores das Cidades, que deveriam dar suporte a uma nova ordem urbana. Ocorre que os mencionados instrumentos acabaram tendo um histórico de implementação que longe de propiciar o alcance da função social da cidade, acabaram abrindo espaço para especulação imobiliária e lucros privados, reproduzindo e agravando problemas sociais. Interessante crítica sobre o uso das operações urbanas consorciadas faz João Sette Whitaker para quem "O poder dos lobbies do setor imobiliário e o alto grau de promiscuidade entre Estado e classes dominantes no Brasil nos levam a crer que não será fácil conduzir as operações urbanas para algumas das finalidades aqui descritas." [tais quais interesse público e social] - Disponível em http://cidadesparaquem.org/textos-acadmicos/2002/7/1/operao-urbana-consorciada-diversificao-urbanstica-participativa-ou-aprofundamento-da-desigualdade - Acesso em 28/05/2018.

de direitos) e o capital se capilariza ainda mais facilmente no território[2]. Produção normativa e neoliberalismo tanto caminham junto que podemos ver o avanço de pautas conservadoras, as urgentes e rápidas reformas de direitos e alterações legislativas percebidas após o golpe parlamentar.

Dentre a legislação produzida neste cenário de aprofundamento neoliberal, podemos trazer a nova lei de regularização fundiária, 13.465/17, que modifica substancialmente o modelo de gestão fundiária nacional.

Sem a intenção de abordar de forma mais completa as alterações efetivadas pela nova lei, desejamos destacar aqui a questão da mudança de "modelo" da regularização fundiária e seus possíveis impactos para as cidades.

A regularização fundiária no Brasil apenas teve uma primeira sistematização em nível nacional em 2009, com o capítulo III da Lei 11.977/09, que regula o programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida". Esta lei trazia um modelo de regularização fundiária de caráter amplo, no qual eram considerados os aspectos dominial, registral, urbanístico e social de assentamentos irregulares, no sentido de promoção da segurança da posse e garantia de direitos a seus moradores.

No entanto, com apenas 08 anos de vigência (o que é muito pouco se considerarmos a necessidade de capilarização desta legislação federal para mais de 5.200 municípios), e poucos meses após a subida ao poder do governo ilegítimo de Michel Temer, o referido capítulo legislativo foi inteiramente revogado pela Medida Provisória 759, posteriormente convertida na Lei 13.465/17, que se tornou o novo marco normativo nacional sobre o tema da regularização fundiária.

[2] O urbano é condição para a realização dos processos de reprodução do capital. Nos alinhamos ao pensamento de HARVEY para quem "os processos de acumulação do capital não existem (...) fora dos respectivos contextos geográficos". Ainda para o autor, as cidades seriam uma solução virtuosa para as cada vez mais frequentes situações de sobreacumulação no capitalismo, o que as torna cenário privilegiado de sua capilarização e aplicação.

Este novo marco deixa de lado o aspecto plural do modelo de regularização anterior, fazendo opção clara pela regularização dominial e registral. Ou seja, deixam se ser exigidas medidas de urbanização e de assistência social, por exemplo, para se permitir chamar de regularização fundiária medidas apenas de distribuição de títulos para os moradores. Neste contexto, também não se deve perder de vista que a nova Lei privilegia a titulação pela propriedade privada plena, desprestigiando outras formas de aquisição de domínio como as concessões de uso.

Este modelo, que pretende então disseminar, por meio de política pública, a propriedade privada plena e individual no Brasil, se revela perigoso para as populações urbanas vulnerabilizadas. Isto porque a propriedade privada não se mostra como instrumento suficientemente adequado para a garantia da segurança da posse destas populações uma vez que favorece expulsões mercadológicas, especialmente em assentamentos localizados em áreas já valorizadas das cidades (caso das favelas situadas na zona sul carioca, por exemplo).

Nesse processo podemos perceber a intencionalidade de abrir espaço para os interesses de frações capitalistas às custas dos direitos dos moradores e das sociabilidades presentes no território. A luta pela manutenção no território é pauta antiga dos movimentos de moradia os quais com a pauta de Reforma Urbana tiveram avanços como o artigo 182 e 183 na Constituição Federal do Brasil, a criação do Estatuto da Cidade, a criação do Ministério das Cidades ou mesmo o Conselho das Cidades e demais espaços representativos e participativos de políticas públicas.

Ocorre que, conforme visto, em pouco mais de um ano de ruptura democrática muitos desses avanços que estavam sendo construídos desde antes da constituinte de 1988 foram rapidamente esvaziados e mitigados e a reforma urbana tão vislumbrada nunca chegou a se concretizar e se distancia cada vez mais das possibilidades e objetivos da atual agenda política do governo

brasileiro. Junto com a reforma urbana, outros direitos defendidos pelos movimentos de moradia, como o direito de segurança na posse também se vêem esvaziados na atual conjuntura.

Biopoder, legislação e propriedade privada: quando a exclusão se torna direito

As sociedades ocidentais desenvolveram ao longo do tempo mecanismos de poder de coordenação e controle das populações, os quais em sua nova formatação inauguram o que Michel Foucault denomina "biopoder", o direito "de fazer morrer e de deixar viver". Este direito de fazer morrer e deixar viver, que inicialmente era marcado pela morte, pelo "fazer morrer" (nas penas e suplícios impostos aos corpos desviantes - tema trabalhado no Vigiar e punir de Foucault), evolui para um novo poder baseado na vida (agora controlada, disciplinarizada e segurada), se transformando em "um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e ordená-las", o qual é exercido "positivamente sobre a vida, que se encarrega de a gerir, de a valorizar, de a multiplicar, de sobre ela exercer controles precisos e regulações de conjunto"(EWALD, p.77). Um poder positivo exercido sobre a vida e gerenciado pelo poder soberano.

> *"O soberano só exerce, no caso, o seu direito sobre a vida exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só o marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como 'de vida ou morte' é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver. Afinal de contas, era simbolizado pelo gládio. E talvez se devesse relacionar essa figura jurídica a um tipo histórico de sociedade em que o poder se exercia essencialmente como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos. O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la." (FOUCAULT, 2014, p. 146)*

Esse mecanismo de poder normaliza e se manifesta na biopolítica das populações, onde o corpo-espécie passa ser o centro, a base de processos biológicos. Dentre as intervenções com o objetivo o controle da população, podemos citar a obrigatoriedade de vacinas e o controle dos nascimentos e da mortalidade, mas também intervenções no modo de vida dentro das políticas remocionistas e higienistas do início do século XX[3], intervenções e controles de Biopolítica das populações (FOUCAULT, 2014).

Importante mencionar que este controle dos corpos é elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, havendo uma compatibilização do controle da população aos processos econômicos. Isto porque o poder investido no corpo do sujeito tem sua "utilidade" e está mergulhado num campo político.

> *Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 2013, p. 28-29).*

O desenvolvimento do biopoder tem na norma, e não necessariamente no sistema jurídico da lei, seu sustentáculo:

> *(...) um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos.*

[3] No processo de urbanização brasileiro, datado de XX, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro foram palco de diversas modificações urbanas, baseadas em um pensamento higienista que expulsou as populações pobres das áreas centrais e modificou o espaço urbano central. O Rio de Janeiro as remoções foram tantas que o período é conhecido pelos historiadores de "Era das demolições".

> *(...) Não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições da justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como a norma e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos) cujas funções são, sobretudo, reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (FOUCAULT, 2014, p.135).*

A formação de uma sociedade normalizada provoca a proliferação legislativa, na qual a norma está a todo instante designando a média, o padrão, para assim contrapor e apreciar o desvio, ou seja, "(..) a norma toma agora o seu valor do jogo das oposições entre o normal e o anormal ou entre o normal e o patológico" (EWALD, 1993, p.79).

Essa delimitação entre o normal e o anormal pode ser transpassada para o espaço urbano nas normas de direito público, administrativo ou urbanístico que delimitam o legal e o ilegal, o proprietário e o invasor, o loteamento regular e o aglomerado subnormal[4], sempre a partir da lógica proprietária, que alavanca a propriedade privada a direito individual fundamental e consequentemente torna a exclusão direito.

A propriedade, arranjo jurídico das relações sociais, se mostra, assim como direito natural ou essencial, como condição para a autonomia individual. Tanto que o artigo 17 da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789 a trata como direito sagrada e inviolável:

> *"Sendo a propriedade um direito inviolável e sagrado, ninguém pode ser privado dela, a não ser quando a necessidade pública, legalmente comprovada, o exigir e sob a condição de uma justa e prévia indenização" (Art. 17 da DUDHC)*

Podemos dizer que o principal significado social do direito à propriedade é esta ser uma liberdade individual que se constitui sobre a exclusão do outro. Este outro é construído socialmente junto com os padrões estabelecidos pelas normas instituidoras de direitos, como o direito de morar, o direito de circular ou o direito de participar das cidades. Existem, assim, diversas relações de poder no espaço da cidade, as quais são tensionadas e negociadas a todo momento e que determinam as legalidades e as ilegalidades, naquilo que Foucault denomina "gestão dos ilegalismos". Nesta "gestão" são riscados os limites da tolerância, são definidos os possuidores, são excluídos outros da propriedade, são neutralizados outros tantos.

> *(...) Foi sem dúvida contra o novo regime de propriedade da terra - instaurado pela burguesia, que aproveitou a Revolução — que se desenvolveu a ilegalidade camponesa que sem dúvida conheceu suas formas mais violentas do Termidor ao Consulado, mas não desapareceu então; foi contra o novo regime de exploração legal do trabalho que se desenvolveram as ilegalidades operárias no começo do século XIX: desde os mais violentos, como as quebras de máquinas , ou os mais duráveis como a constituição de associações, até os mais cotidianos como o absenteísmo, o abandono do serviço, a vadiagem, as fraudes nas matérias primas, na quantidade e qualidade do trabalho terminado. Uma série de ilegalidades surge em lutas onde sabemos que se defrontam ao mesmo tempo a lei e a classe que a impôs (FOUCAULT, 2013, p. 268-269).*

A noção focaultiana de ilegalismos nos possibilita compreender as relações de poder que se dão em determinados tempos-espaços, rompendo com o binarismo do legal e ilegal e dos nós e eles (os outros), uma vez que vemos que o "eles" é poroso e que os preconceitos que sintetizam o estereótipo que define a diferença são muitos e variam em cada sociedade e tempo, a exemplo dos jovens pobres de comunidades precárias ou uma categoria política (subversivos, burgueses). As características desses

[4] Terminologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1987 que define "conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e tamanho ou forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública. Fonte:www.ibge.gov.br. Acesso em 19/05/2018.

grupos estigmatizados são mutáveis conforme o tempo e o lugar, mas vão definir aqueles grupos que serão vulnerabilizados em seus direitos. Ignorando o percurso que constitui as manifestações socioespaciais e seus conflitos subjacentes, direito e judiciário preocupam-se apenas com a manutenção e proteção da propriedade e a segurança patrimonial dos proprietários.

> *São favelas, cortiços, ocupações informais, bairros periferizados, "aglomerados subnormais" e outras denominações indicativas de espaços ocultados pela racionalidade da titularidade formal de propriedade e que se tornam preferenciais na atuação do controle social punitivo do Estado (MILANO, p. 21).*

Tal intencionalidade vai ao encontro do cenário legislativo neoliberal para as cidades, uma vez que legislação e discurso delimitam aqueles que podem ter acesso aos bens e territórios, à moradia e à cidade. Ou seja, trata-se de uma visão do direito à cidade enquanto mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite, de potenciais compradores, que sejam solúveis (VAINER, 2000). Quem não se enquadra nesse devir de consumo da cidade deve, então, ser neutralizado, excluído.

Ora, se o direito à cidade, o direito à moradia e a segurança na posse não podem ser garantidos e viabilizados dentro dos esquemas políticos-jurídicos existentes no cenário neoliberal, se os moradores, ocupantes fora da legalidade normalizadora da cidade são pensados enquanto alvos a serem eliminados, como pensar práticas e resistências que ultrapassem o direito "de fazer morrer e de deixar viver", para garantir uma atuação positiva sobre a vida e a existência dessa população? Nas próximas linhas iremos apresentar o modelo dos Community Land Trusts e pensar se esta prática pode se configurar em uma resistência ao "biopoder".

Os "Community Land Trusts": Uma história recente

É possível afirmar que os "Community Land Trusts" são, antes de qualquer outra definição de caráter mais técnico, um instrumento de garantia de segurança da posse para populações vulneráveis.

A tradução do termo para a língua portuguesa é controversa e envolve mais do que a busca por palavras cujo significado seja mais próximo dos termos trazidos pela língua inglesa. Dada sua origem nos Estados Unidos da América, que adota o sistema jurídico da common law, baseado mais em precedentes judiciais em detrimento de textos legais, a figura do ˜Land Trust" não é reprodutível ao passível de tradução ao português. Sendo assim, prefere-se trabalhar com a tradução de Termo Comunitário Territorial, evocando o aspecto consensual e comunitário do instrumento.

As primeiras experiências foram realizadas nos Estados Unidos da América na década de 60, ligadas aos movimentos por direitos civis e localizadas, na sua totalidade, em áreas rurais. No início, o projeto enfrentou a resistência dos moradores e poucos foram efetivamente implantados neste primeiro momento. O primeiro CLT urbano penas foi organizado em 1980.

Os primeiros CLTs fracassaram, especialmente por dificuldades relacionadas à obtenção de recursos para a aquisição das terras. Entretanto, estas primeiras experiências se mostraram fundamentais para os próximos passos do modelo e as reflexões a partir delas deram origem a uma publicação, em 1972, denominada "The Community Land Trust", que trazia um protótipo de CLT a partir das experiências fracassadas e acabou se tornando um guia para as novas tentativas da implantação do modelo.

No entanto, apenas em 1982, com a publicação de um novo livro: "The Community Land Trust Handbook", a formatação do modelo pode ser considerada acabada, definindo as bases comuns nas quais se fundam até

os dias atuais os CLTs. Além disso a publicação foi responsável por uma difusão inédita do modelo, dando origem a um verdadeiro movimento em seu entorno.

Com o passar do tempo, o modelo dos CLTs foi se aperfeiçoando e a demonstração de resultados começou a vencer as desconfianças iniciais, dando-lhe mais força: em 1995 haviam cerca de 100 CLTs nos Estados Unidos da América, enquanto que em 2005 haviam mais de 200, com uma estimativa de 12 novos sendo constituídos a cada ano. Atualmente, os CLTs estão em operação em 45 estados e em outros países como Canadá, Inglaterra, Escócia, Austrália e Quênia (DAVIS, 2010). Muito desta expansão se deve ao fato dos CLTs terem deixado as fronteiras rurais e passado a ter aplicação expressiva nas cidades nas quais, de fato, as situações de vulnerabilidade são múltiplas e graves.

A difusão dos CLTs fez com que sua modelagem se tornasse maleável, para que pudesse se adaptar às diversidades locais. Nas palavras de Davis (2010):

> *"The CLT has been reinvented repeatedly over the years, adapting to new audiences, conditions, and applications. Such flexibility has been a perennial source of renewal and vigor, helping the CLT to spread far and wide. A deeper appreciation for the model `s evolution may encourage today `s practitioners to continue the experimentation that gave rise to the model in the first place" (pág.10)*

Os arranjos jurídicos e institucionais dos CLTs de fato passaram a variar conforme a realidade de cada uma das localidades em que se instaura. No entanto, é possível definir algumas características comuns às ações que se colocam sob o título de CLT, que são: (i) terra de propriedade coletiva; (ii) construções/moradias de propriedade individual; (iii) sustentabilidade na manutenção do CLT; (iv) gestão participativa e (v) ingresso voluntário.

Aplicabilidade dos "Community Land Trusts" e suas possibilidades

Os Community Land Trusts vêm sendo implantados em diversos países do mundo, com realidades igualmente diversas, de forma exitosa no que se refere à capacidade de proteção da segurança da posse de populações vulnerabilizadas. O fato de se tratar de instrumento que admite larga margem de flexibilidade quanto ao seu modelo de implantação prática auxiliou sobremaneira no alcance deste cenário de disseminação atual.

No Brasil, embora haja experiências de propriedade coletiva que se assemelhem aos CLTs, como é o caso do FICA[5] em São Paulo, ainda não há uma estrutura definida como modelo para implantação de um CLT no Brasil, com todas as características elencadas acima.

As possibilidades de implementação são diversas, mas dependem de alterações legislativas ou de um grande esforço de composição de instrumentos já existentes, uma vez que a lógica da propriedade individual permeia a produção normativa brasileira e a legislação vigente não abarca, individualmente e de forma direta, todas as necessidades de um modelo coletivo de propriedade.

Em um primeiro panorama sobre o tema, podemos identificar que a instituição de um CLT deve ser realizada por etapas, que poderiam ser assim definidas em uma análise mais generalista: (1) institucionalização da pessoas jurídica que irá gerir o CLT; (2) regularização da terra e titulação; (3) organização e gestão do CLT.

[5] FICA é um fundo gerido pela Associação pela Propriedade Comunitária, uma associação formalmente registrada, sem fins lucrativos. É composto de dinheiro e imóveis, com o objetivo de garantir moradia acessível nas grandes cidades de forma permanente, na forma de aluguel social, assim como equipamentos complementares à moradia social. Evita-se assim a expulsão dos mais pobres das regiões centrais. Mais informações no sítio:- https://www.fundofica.org/

Quanto à instituição de pessoa jurídica, esta se configura em um elemento chave na instituição e manutenção de um CLT, visto que vão promover o gerenciamento coletivo da propriedade e, por vezes, adquirir sua titularidade. São diversos os formatos associativos presentes na legislação brasileira e que um CLT pode assumir, dentre eles a associação, fundação ou cooperativa, a depender das configurações pessoais de cada grupo e área a ser inserida no modelo.

Uma vez instituída a pessoa jurídica responsável pela gestão do CLT, outro passo fundamental é a regularização fundiária da propriedade. Isto porque o CLT tem por base a propriedade privada pré-constituída, situação pouco comum no Brasil. De fato, dado seu histórico fundiário e as dificuldades envolvendo a gestão da terra desde os primórdios da colonização, estima-se que o Brasil tenha a maioria do seu território atualmente com algum nível de irregularidade em termos fundiários. Esse cenário tende a ser ainda mais importante em áreas ocupadas por população de baixa renda, o que confirma a importância da utilização dos instrumentos disponíveis para a regularização fundiária como forma de possibilitar a implantação de um CLT.

Não se pode deixar de destacar aqui o aspecto subversivo do direito nesta utilização da regularização fundiária. Isto porque, como visto anteriormente, trata-se de instituto recentemente alterado no sentido de atender aos interesses de frações capitalistas, deixando em segundo plano a proteção e garantia de direitos às populações urbanas vulnerabilizadas, que passa a ser utilizado como base para a instituição de regime jurídico que demonstra potencialidade para exatamente garantir esses direitos e a segurança da posse destas populações.

A última das etapas que destacamos no presente texto se refere à organização e gestão do CLT, pressupondo a superação das etapas anteriores e sua efetiva implantação. Esta etapa talvez seja a de maior potencial emancipatório e a que deve receber maior atenção no processo de implantação do CLT. Este instrumento não poderá ser considerado como tal sem um modelo de gestão coletiva, paritária e baseada na corresponsabilidade dos indivíduos pela propriedade coletiva.

Para além de buscar, consideradas as especificidades de cada grupo, o arranjo formal mais adequado para a garantia desta participação, é preciso criar estruturas de transmissão de informações e coleta permanente de opiniões e percepções advindas dos moradores. Um processo participativo no sentido da instituição de um modelo de CLT deve passar por práticas realmente participativas, sem se limitar à instituição de votações com peso paritário entre os agentes.

Este aspecto da gestão coletiva, mais do que os arranjos formais e jurídicos necessários para a implementação de um CLT, é que podem trazer um caráter verdadeiramente emancipatório e subversivo para o instrumento, especialmente em um cenário de predomínio de uma visão individualista da propriedade e de crescente desigualdade socioespacial nas cidades.

"Community Land Trusts" enquanto resistências Biopotentes?

A gestão de vida e morte das populações é potencializada em um modelo neoliberal, de modo que aqueles indivíduos que não servem ao sistema hegemônico possam ser facilmente descartados. Tanto que na leitura crítica de Achille Mbembe ao falar da violência do capitalismo que está a afligir o mundo, processos de abstração e classificação que historicamente atingiram povos específicos (como no tráfico de escravos e os processos colonizatórios dos séculos XIX e XX) cada vez mais se espraiam globalmente. O poder contemporâneo, segundo Giorgio Agamben, passa a se incumbir de produzir sobrevida. Nas palavras de Giorgio Agamben:

> *"Pois não é mais a vida, não é mais a morte, é a produção de uma sobrevida modulável e virtualmente infinita que constitui*

> *a prestação decisiva do biopoder de nosso tempo. Trata-se, no homem, de separar a cada vez a vida orgânica da vida animal, o não-humano do humano, o muçulmano da testemunha, a vida vegetativa, prolongada pelas técnicas de reanimação, da vida consciente, até um ponto limite que, como as fronteiras geopolíticas, permanece essencialmente móvel, recua segundo o progresso das tecnologias científicas ou políticas. A ambição suprema do biopoder é realizar no corpo humano a separação absoluta do vivente e do falante, de zoè e biós, do não-homem e do homem: a sobrevida" (AGAMBEN, 1999, p.205).*

O biopoder contemporâneo cria sobreviventes e produz sobrevida. Porém, produz também força de luta, que emerge da própria vida, atravessa a morte e os sofrimentos gerados pelo avanço neoliberal, que Deleuze chama de uma vida, vida enquanto potência. De onde o poder incide com maior força sobre a vida, também brota resistência a esse poder. Essa potência da vida pode ser vista nos diversos movimentos contestatórios, organizados nos mais diversos e nos mais variados formatos, desde os formatos "tradicionais"[6] aos chamados novíssimos movimentos sociais, manifestações espontaneistas[7] ou redes. Neste movimentos, ao menos uma semelhança é perceptível: com a crise da modernidade e a emergência de novas formas de racionalidades, elevam o território a categoria ressignificada e uma das mais utilizadas para explicar as ações localizadas, isto é, o território cada vez mais se coloca como espaço de disputa e ação.

[6] Gohn ao estudar movimentos sociais traça determinadas características e elementos constituintes comuns, vejamos: "(1) demandas que configuram sua identidade; (2) adversários e aliados; (3) bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações -; (4) práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; (5) projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; (6) culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações." (GOHN, 2014, p.14) características que começam a ser borradas pelos novíssimos movimentos sociais ou coletivos.

[7] Manifestações e movimentos espontâneos, que se constroem no momento em que se expressam.

Sendo o território o maior *locus* de disputa, importante pensá-lo também enquanto espaço de materialização de direitos e portanto de chave para a luta anticapitalista e defesa de direitos, enquanto espaço de prática biopotente que ao poder sobre a vida responde com a potência da vida. Ora, a propriedade privada é questão central à empresa privada, ao capitalista, de modo que novos olhares e experimentações de novas práticas que, se não superem, ao menos rompam parcialmente com a propriedade privada são forte exemplo de potenciais de práticas biopotentes.

Neste sentido, os CLTs podem ser tidos enquanto potência de vida, em suas experimentações de gestão coletiva da propriedade, uma vez que o modelo traz em sua constituição características como a sustentabilidade na manutenção do CLT, a gestão participativa e a voluntariedade do ingresso. Os CLTs apresentam potencialidade para a criação de espaços onde o individual dá lugar ao coletivo, numa busca comum por novas formas democráticas de gestão da propriedade, novas associações e novas formas de cooperação.

Ainda há muito o que se avançar no que concerne à lógica proprietária e comunização de bens, mas não há que se negar o quanto os CLTs avançam no sentido de garantir a segurança na posse e assim construir não apenas um novo imaginário político mas também uma prática potencialmente emancipatória.

Conclusões

Os CLTs, longe da negação ou disputa do paradigma da propriedade privada, representam a busca de um formato de apropriação privada da terra que garanta a segurança da posse dos moradores diante das inúmeras ameaças que se colocam no âmbito da (re)construção constante da cidade no capitalismo, especialmente aquelas relacionadas às sucessivas mudanças nos gradientes de valorização, que implicam a expulsão mercadológica dos

moradores de localidades que vão se valorizando rumo às sempre renovadas franjas da cidade.

A partir de uma incursão sobre seu histórico e características, é possível agregar à definição do CLT uma potencialidade emancipatória, de substancial sucesso na proteção da segurança da posse de determinadas comunidades a partir de um arranjo de iniciativa e gestão dos moradores. Embora não haja um enfrentamento frontal da ideologia e dos arranjos jurídicos e institucionais da propriedade privada, há uma utilização dos mesmos de forma a empoderar os moradores e garantir sua permanência em territórios dos quais, de outro modo, já teriam sido expulsos por forças estatais ou mercadológicas. Esta potencialidade dos CLTs é fundamental no cenário atual de aprofundamento de uma visão mercadológica de cidade e moradia sob um capitalismo dominado pelas finanças.

Além da sua importância pragmática, enquanto instrumento garantidor da segurança da posse de populações vulnerabilizadas, os CLTs têm potencial de se colocar como prática potente e biopolítica, que emerge na propriedade privada mas subverte seu sentido individual clássico para avançar no sentido do coletivo, especialmente quanto a mecanismos de gestão.

Bibliografia

BUNCE, S. **Pursuing urban commons: politics and aliances in community land trust activism in East London.** In: Antipode, vol. 48, n.1, 2016.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **Propriedade, apropriação social e instituição do comum.** *Tempo soc.* [online]. 2015, vol.27, n.1 [citado 2018-05-19], pp.261-273. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702015000100261&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0103-2070. http://dx.doi.org/10.1590/0103-207020150114.

DAVIS, John Emmeus. **The Community Land Trust Reader.** Massachussets: Lincoln Institute of Land Policy, 2010.

_____e Jacobus, R. **The city-CLT partnership: municipal support for community land trusts.** Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2008

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas Jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.

_____. **Ditos e escritos.** Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. V. 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2014.

_____. **Segurança, Território e População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete.** Petrópolis, Vozes, 2013.

GUTTMANN, Robert. **Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças.** *Novos Estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 82, p. 11-33, nov. 2008.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo, 2015.

HICKEY, Robert. **The role of community land trusts in fostering equitable, transit-oriented development: case studies from Atlanta, Denver and the twin cities.** Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais.** Editora Loyola. São Paulo: 2008

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão negra.** Editora Antígona. Portugal: 2017.

MILANO, Giovanna Bonilha. **Conflitos fundiários urbanos e Poder Judiciário : decisões jurisdicionais na produção da segregação socioespacial.** Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 12/08/2016. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/44636?show=full

PELBART, Peter Pál. **Biopolítica.** Sala Preta, Brasil, v. 7, p. 57-66, nov. 2007. ISSN 2238-3867. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57320>. Acesso em: 01 june 2018. doi:http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v7i0p57-66 .

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial***.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VAINER, Carlos B. **(2000), "Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano",** *In:* **Otília Arantes; Carlos Vainer & Ermínia Maricato,** *A cidade do pensamento único,* **Petrópolis, Vozes.**

PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO: ESTUDO DE CASO PUR PENDOTIBA, NITERÓI, RJ.

GORHAM, CYNTHIA
Universidade Federal Fluminense. Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos
Rua General Pereira da Silva 237/901, Icaraí, Niterói, RJ
cgorham@id.uff.br

Resumo

O artigo pretende refletir sobre os processos participativos na discussão e decisão de iniciativas voltadas à transformação e/ou renovação de áreas urbanas. Tal reflexão encontra-se apoiada na observação das propostas sugeridas no período de 2013-16, durante a administração do prefeito Rodrigo Neves da cidade de Niterói, RJ, destacando o processo de discussão e deliberação do Plano Urbanístico Regional de Pendotiba, o PUR Pendotiba ocorrido em 2015. A metodologia utilizada prioriza as discussões ocorridas nas audiências públicas através das gravações e documentos disponibilizados publicamente.

O cenário político administrativo que emergiu durante a década de 1970 identificado com o que vulgarmente se chama neoliberalismo tem, desde então, se ampliado e fortalecido com o gradativo avanço e subordinação às novas formas globalizadas de acumulação do capital, exigindo, dentre outras não menos importantes demandas das administrações urbanas, agilidade na adequação e transformação do novo produto em que se havia convertido as cidades. Cidade mercadoria, cidade empresa, cidade empreendimento passam a ser os codinomes para identificar os rumos e as faces que haviam tomado aquela que fora o espaço de habitar, de morar e viver, (mesmo) com as distorções e contradições intrínsecas ao sistema capitalista em vigência.

Para dar conta de atender tais exigências - agilidade e transformação - presume-se que alguns atributos foram introduzidos no cotidiano da gestão de modo a garantir maior desenvoltura e melhor desempenho na promoção das novas orientações a serem cumpridas no processo de planejamento, com especial atenção para a flexibilização na regulação urbana, a rapidez de processos decisórios e formas de discussão, apresentação e convencimento da pertinência das propostas contidas nos planos, não necessariamente nesta ordem.

Desta forma os processos decisórios têm se transformado num simulacro voltado à aprovação de propostas que dificilmente atingem um contingente considerável da população. A transparência, o incentivo à participação, a integração da gestão entre o poder público e a população não são utilizados no todo e nem em partes suficientes para garantir atingir princípios vinculados à gestão democrática. A participação popular se torna um discurso retórico para obter o êxito esperado na implementação das políticas públicas (urbanas) de acordo com os interesses e imperativos da coalizão política que elegeu e sustentou a gestão analisada no período, instaurando um novo modus operandi de planejar a 'nova' cidade. Considera-se como um dos princípios norteadores que a legitimidade da implementação de políticas públicas dependeria da participação da população, tanto no debate, na deliberação e posterior monitoramento.

Desse modo, o objetivo geral é analisar as formas relativas aos processos decisórios, visando especialmente, ampliar o protagonismo de grupos sociais organizados na sua luta pelo direito à cidade; verificar a efetividade da participação social, utilizando as audiências públicas como instrumento de aferição e análise dos processos de discussão e aprovação do mencionado Plano Urbanístico Regional e avaliar o grau de absorção das demandas populares ao Projeto de Lei proposto do PUR Pendotiba, ou seja, a capacidade e interesse – dos gestores e legisladores – em além de só ouvir, considerar as questões e propostas da população.

Palavras-chave: Processo participativo; PUR Pendotiba.

INTRODUÇÃO

Este artigo é baseado na dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo denominada Planejamento e participação: estudo de caso PUR Pendotiba, Niterói, RJ apresentada e aprovada em março de 2018 no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – PPGAU UFF.

Enquanto a dissertação foca as escalas de planejamento e a participação popular nas ações de planejar na gestão de 2013-16 em Niterói, no presente artigo o recorte está restrito à participação no PUR Pendotiba.

Niterói no contexto GEOGRÁFICO E das políticas urbanas

Importante e necessário contextualizar o território e as principais políticas públicas que antecederam o caso de Pendotiba, em Niterói, RJ - ocorrido no ano de 2015 - de modo a subsidiar a compreensão de suas possíveis repercussões e/ou suas justificativas.

Situada do outro lado da Baía de Guanabara, em oposição à cidade do Rio de Janeiro, Niterói teve sua existência referenciada a esta cidade, que se destacava por seus papéis institucionais, comerciais e simbólicos mais importantes na escala regional e federal.

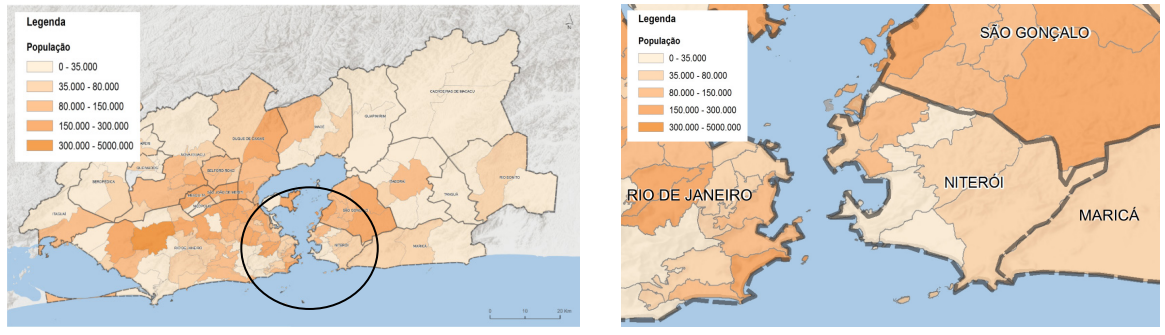


Figura 1 - A Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 2017 e detalhe do município de Niterói. Fonte: Modelar a metrópole. 2017. Disponível em: <http://www.modelarametropole.com.br/documentos/#documentos-mapas>. Acesso em: 13.05.2018. Editado pela autora.

O crescimento populacional em Niterói se manifesta mais expressivamente a partir dos anos 50 manifestado pela multiplicação de edificações na área central e bairros vizinhos, conforme Mizubuti (1986) e Bienenstein (2001). A partir dos anos 60, os bairros da zona Sul (Icaraí, Ingá e Boa Viagem), ultrapassavam, até aproximadamente o ano de 1976, o ritmo das construções do Centro, que em seguida se reduziu até 1980 com o esgotamento do 'milagre econômico'. Neste período francamente desenvolvimentista, foram impostos à cidade dois grandes episódios, quase simultâneos, que produziram fortes impactos urbanos. Primeiro a construção da Ponte Rio-Niterói em 1974, e, um ano depois, a fusão dos estados do Rio e da Guanabara, implicando na transferência da capital do estado (do Rio) de Niterói para a cidade do Rio de Janeiro. A perda de sua centralidade e de seu *status* perante o estado, com a transferência de diversas instituições públicas para a nova capital, abala não apenas a economia, mas se esvai também a identidade do niteroiense, vinculada a essa condição, "instaurando-se um "vazio" identitário, um limbo que perduraria até meados dos anos 90, quando da inauguração do MAC[1]"(Oliveira; Mizubuti, 2009, p.71).

[1] MAC - Museu de Arte Contemporânea, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em Niterói e inaugurado em 1996.

Com a Ponte, o afluxo populacional em direção a Niterói, forçou ainda mais a expansão da cidade promovendo novos investimentos em loteamentos unifamiliares nos bairros da Região Oceânica e em Pendotiba. Essas regiões também foram ocupadas por moradores que fugiam dos altos preços e do adensamento dos bairros da zona Sul. A facilidade de acesso pela Ponte permitiu que uma nova população flutuante buscasse residências para os períodos de férias e de veraneio em Niterói (Mizubuti, idem, p. 98-99), pertencentes às classes média e alta da Região Metropolitana, em busca de locais que ainda guardavam características de maior tranquilidade e com um mercado imobiliário com preços mais razoáveis que a cidade vizinha, o Rio. Tal movimentação provocou considerável aumento populacional – cerca de 25% em 10 anos[2], passando de aproximadamente 320 mil para quase 400 mil habitantes – sendo que a cidade não estava adequadamente preparada em sua infraestrutura de mobilidade e de saneamento para atender essa população. De forma semelhante o afluxo de operários provenientes de outros locais atraídos pela construção da Ponte e do Metrô do Rio (inaugurado em 1979) também colaborou para o incremento populacional em Niterói. De 1971 para 1975 a população que habitava os morros e periferias cresceu de 6.196 habitantes distribuídos em 44 favelas para 26.890 habitantes em 50 favelas (Codesan[3] apud Mizubuti, 1986, p.79) e, segundo os arquivos da Fundação Leão XIII[4], os dados de 1975 para 1977, informavam que a população em favelas quintuplicou (Mizubuti, 1986, p. 79).

A primeira iniciativa de elaboração de planejamento em Niterói ocorreu em 1976, com o primeiro plano diretor, não implementado. Ao fim de uma década economicamente difícil, em 1988, o prefeito eleito Jorge Roberto Silveira (PDT-1989/92), deu início ao processo de discussão participativa e democrática do Plano Diretor de Niterói, uma exigência da então recente Constituição Federal para as cidades com mais de 20 mil habitantes. Em 29 de dezembro de 1992 foi aprovada a Lei Municipal nº 1.157, o Plano Diretor de Niterói, com o qual se identifica o início da transformação das orientações da política urbana da cidade de Niterói. Este Plano dividia o município em cinco regiões de planejamento, a saber: Praias da Baía, Oceânica, Norte, Pendotiba e Leste. Paralelamente à incorporação de instrumentos de democratização do acesso à terra, foram iniciadas ações que se integravam ao *city marketing* (Sánchez, 2010), como, por exemplo, a construção de ícones arquitetônicos, como o MAC, que dá origem à posterior construção do Caminho Niemeyer[5].

A coalizão de forças políticas observadas a partir dos anos 90 entre os dois partidos dominantes em Niterói, PDT e PT, à frente de diversas gestões a partir do primeiro mandato de Jorge Roberto Silveira (1989/92), pode explicitar um padrão de ações consoantes com as políticas hegemônicas nacionais para as áreas urbanas a partir da década de 80, identificadas com um ideário neoliberal. Em 2002, em continuidade a esses princípios, o prefeito Jorge Roberto, em sua 3ª gestão, atendendo o capital imobiliário, setor local com o qual era comprometido, ao invés de promover a revisão do Plano Diretor então com 10 anos, realizou a revisão do Plano Urbanístico Regional das Praias da Baía (com novos gabaritos atendendo àqueles interesses) e o novo PUR da Região Oceânica. Em 2004 o Plano Diretor foi adequado às exigências do Estatuto da Cidade (2001) e introduzidos os instrumentos garantindo a função social da propriedade e feita a criação do Fundo Municipal de Habitação. Em 2005, foi realizado o PUR da Região Norte. Ficou assim adiada

[2] Dados compilados de Sousa (2016, p. 113).

[3] Codesan - Companhia de Desenvolvimento de Niterói, fundada em 1975.

[4] A Fundação Leão XIII foi criada em 1947 por decreto presidencial, com a proposta de recuperar os favelados e "conter a infiltração comunista" (Mizubuti, 1986). O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em Niterói em 1922 e gozava à época da criação da Fundação de grande apoio popular.

[5] O Caminho Niemeyer é composto por conjunto de edificações projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer e distribuídas ao longo da frente marítima desde o Centro até o bairro da Boa Viagem e Charitas.

a revisão do Plano Diretor e relegada a realização dos planos urbanísticos para as Regiões de Pendotiba e Leste.

Em 2013, com o novo prefeito Rodrigo Neves (então PT), embora houvesse essas lacunas no planejamento urbano da cidade, a prioridade estabelecida foi atender demandas de parcerias público-privadas com empreiteiras de escala nacional[6], visando a requalificação da área central da cidade através de uma Operação Urbana Consorciada. A opção por "revitalizar" um centro empobrecido com a perda de suas funções e usos anteriores à transferência da capital, mas que, no entanto, não perdera sua vitalidade seria o começo de uma gestão marcada por projetos pontuais, fragmentados, desvinculados de qualquer visão de "planejamento" mais amplo e integrado. Possivelmente, ante a carência de recursos, as políticas públicas atendiam a uma pasta de interesses que não contemplavam a maioria da população, ou seja, a mais pobre. As aspas ao planejamento esclarecem que não havia planejamento efetivo, mas um açodamento para atender agendas dentro de um prazo de conveniência dos interesses (não tão públicos assim) do governo. Tratava-se da implantação de ações descontínuas e de alto custo, fruto de uma performance ilusionista. Se as políticas de gestores anteriores já traziam características voltadas ao *city marketing*, com ênfase em obras de Niemeyer, nesta gestão não foi diferente. Com rigorosa obediência à ciência do *marketing*, a gestão foi contundente ao expor suas ações como "participativas", se comprometendo ao menos em sua retórica, com uma agenda voltada à escuta das demandas locais. A estratégia se confirmava por justificativas como "janelas de oportunidades" e pela emergência de metas estratégicas que contornavam a necessidade de estudos e análises de conteúdo.

Naquele mesmo ano de aprovação da Operação Urbana para o Centro, foi realizado um planejamento estratégico para 20 anos, o Niterói Que Queremos, com integral realização e apoio privados. Em seguida se deu início ao estudo para construção de corredor viário restrito à Região Oceânica – a Transoceânica – sem que houvesse preliminarmente a elaboração de um Plano de Mobilidade para toda a cidade. Ainda que se iniciasse concomitantemente os estudos para a realização da revisão do Plano Diretor, este foi novamente preterido pela súbita determinação pela elaboração do PUR para Pendotiba.

A opção inicial da gestão em priorizar o Centro de Niterói, aplicando uma Operação Urbana Consorciada, dizia menos respeito às necessidades reais daquela área, nunca negadas, mas antes à submissão a outros capitais nacionais interessados em investir naquela frente marítima extrapolando as prioridades do território niteroiense como um todo, seu espaço e sua população. Esta escolha, porém, excluía o setor imobiliário local que previa a inviabilidade da implantação da OUC. Efetivamente a operação não se concretizou até os anos seguintes (junho 2018). Sequer foi submetida à Comissão de Valores Mobiliários, a CVM, para venda de CEPACs – Certificado do Potencial Adicional de Construção - que embasavam a transação financeira.

A determinação - e urgência - em elaborar o PUR Pendotiba sugeria o pagamento de uma dívida decorrente da escolha dos novos parceiros empresários vinculados a OUC que foram priorizados e preteridos os velhos aliados locais.

MOTIVAÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PUR PENDOTIBA

A entrada massiva do mercado imobiliário em Pendotiba se deu a partir de 2007 verticalizando a região predominantemente ocupada por residências unifamiliares. Antes disso Pendotiba era ocupada por pequenas casas nos morros e entorno da área central, com pequeno comércio de varejo, enquanto

[6] Decreto nº 11.373/2013. Disponível em: <https://goo.gl/j89sBV>.

condomínios fechados das classes média e alta se localizavam na periferia. Tal processo se intensificou por ocasião da alteração na Lei do PAR[7], com a nova Lei nº 2.511/2007, também conhecida como PAR' (PAR linha), ou lei Godofredo (o prefeito à época, Godofredo Pinto - PT), e a possibilidade aberta por sua interpretação dúbia ao alterar as limitações das construções. O PAR, que a princípio permitia a construção de pequenos edifícios exclusivamente destinados a habitações populares, com a alteração de seu texto em 2007, por má redação e uma questão de "falta de vírgula", conforme pondera Aono (2012, p. 176-7), abre brechas a outros entendimentos:

> *estas concessões [que] seriam exclusivas ao programa PAR, entretanto, [...] os [novos] benefícios dados [...] sejam destinado[s] a projetos de habitações populares, unifamiliares ou multifamiliares enquadrados nas normas de empréstimos ou financiamentos à habitação popular disponibilizados pelo Governo Federal e pelo Sistema Financeiro da Habitação [deixando] dúvidas quanto à abrangência legal nela estabelecida ao permitir, nas entrelinhas, a ampliação para outras linhas de financiamento além do PAR. (grifo desta autora).*

O texto "correto" deveria ser: "[..] projetos de habitações populares, unifamiliares ou multifamiliares, [vírgula] enquadrados nas normas [...] etc. As alterações ao PAR se verificavam também nos parâmetros de construção com acréscimo de pavimentos (de quatro para até sete) e ampliação da área útil, possibilitando às edificações se tornarem mais atraentes a um público já não tão popular. Dessa forma, não se restringiam as novas construções às normas do PAR, ou seja, já não se garantia o atendimento exclusivo à faixa de renda de menor poder aquisitivo. Aono (2012) descreve com perplexidade e indignação a ação desvirtuada do gestor público que se utilizou da legalidade para distorcer sua responsabilidade "em promover políticas públicas na solução dos problemas inerentes [...] do modelo econômico que explora a desigualdade" e, de forma permissiva, legislou "para, nas entrelinhas, alterar os objetivos de produção de habitação para a faixa de renda em que se concentra o déficit habitacional" (Aono, idem, p. 179), ou seja, abaixo de seis salários mínimos, para favorecer setores da construção civil na cidade. O que se verificava, extraoficialmente, eram apartamentos sendo vendidos sem a inclusão do valor das garagens no montante do financiamento, que eram compradas à parte, de modo a adequar a compra da unidade à faixa exigida pela Caixa Econômica Federal. Tal "oportunidade", ou porta aberta ao capital imobiliário, principalmente para empreendimentos de padrão médio, não veio acompanhada da implantação de infraestrutura na região, nem de saneamento e nem mobilidade.

O aumento do número de empreendimentos, trazendo mais moradores a um bairro já sem infraestrutura, levou os mais antigos moradores a procurarem a Prefeitura e a pressioná-la para executar o Plano Urbanístico para Pendotiba[8], na ilusão que tal viria a contemplar suas demandas. Embora tivesse o recurso de suspender temporariamente os licenciamentos em curso, o Executivo se absteve da responsabilidade alegando não poder agir de forma discricionária! Ou seja, uma alusão explícita que não poderia favorecer uns, se referindo à população de Pendotiba, em oposição a "punir" os empreiteiros já licenciados, ou possuidores de licença prévia.

E, mais importante, a Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI - já se manifestava desde 2012 a favor do solucionamento das questões urbanas da cidade, demandando regras definidas para toda a

[7] Lei Municipal nº 1.763/1999, conhecida como Lei do PAR - Programa de Arrendamento Residencial, gerido pela Caixa Econômica Federal, concedia incentivo para construção exclusiva de imóveis para a população de baixa renda, através de isenção de 100% de taxas como Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBIM) e do Imposto Sobre Serviços (ISS).

[8] "Secretaria de Meio Ambiente quer frear construções em Pendotiba". O Dia. 11/08/2014. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/niteroi/2014-08-11/secretaria-de-meio-ambiente-quer-frear-construcoes-em-pendotiba.html>.

cidade que poderiam, entre outros interesses, elevar o patamar de renda de um novo público alvo, potenciais proprietários de novos empreendimentos, acima dos seis salários mínimos, conforme limite estabelecido pelo PAR em 2007.

Outro possível componente para a pressão na elaboração do PUR Pendotiba foram ações públicas movidas pelo Ministério Público Estadual (MPRJ). Desde fins de 2013 tramitavam no Tribunal de Justiça diferentes ações movidas pelo MPRJ contra o município exigindo a elaboração da revisão do Plano Diretor, do Plano Urbanístico para Pendotiba e mais outra para a elaboração do PUR para a Região Leste, nesta ordem. Em diversas ocasiões ao longo das audiências públicas do PUR Pendotiba quando a população reivindicava a priorização da revisão do Plano Diretor, a mesa composta por representantes do Executivo respondia estar obedecendo à demanda do MPRJ, o que era apenas meia verdade. Observando-se as datas de cada uma delas, a ação exigindo o Plano Diretor era a primeira das três, o que a rigor, só se poderia alegar a prioridade desta sobre as demais.

• PUR PENDOTIBA

A gestão democrática preconiza, entre outros instrumentos, a utilização das audiências públicas, conforme as recomendações firmadas pela Constituição Federal/1988[9], reiterada pela Constituição Estadual do Rio de Janeiro/1989, e a Lei Orgânica do Município de Niterói/1990. É o Estatuto da Cidade[10] em 2001, o marco regulatório que sugere explicitamente as audiências públicas como instrumento objetivo para garantir a gestão democrática.

[9] O princípio da participação social na administração pública está presente na CF/1988, por exemplo, nos Artigos 10, 187 e 194, inciso VII; 198, inciso III; 204, inciso II; 206, inciso VI; e 216, §1º; assim como em instrumentos de controle, como previsto no Artigo 5º, incisos XXXIII, LXXI e LXXIII; e no Artigo 74, § 2º. (IPEA, 2013, p.17).

[10] Lei nº 10.257/2001, artigos 2, inciso XIII e 43, inciso II.

Embora a questão da participação social esteja presente nas pautas públicas voltadas à questão urbana e ao planejamento desde a década de 60, sua efetividade pouco tem avançado. A ciência dos onze longos anos de luta e negociações em torno da discussão e aprovação do Estatuto da Cidade onde estavam em campo todos os interesses em jogo, entre os diversos representantes do capital imobiliário e diversos movimentos populares compostos pela classe trabalhadora, representados pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), não permite a ilusão de que a palavra escrita, a letra da lei, seria suficiente para que a gestão democrática fosse algo fácil de ser realizado.

No presente artigo é o PUR Pendotiba em Niterói, seu processo de elaboração e aprovação ocorrido ao longo do ano de 2015, que se observa através das audiências públicas, Executivas e Legislativas, como principal instrumento de aferição da efetiva participação social. Foram realizadas ao todo oito audiências públicas, sendo duas promovidas pelo Executivo e seis pelo Legislativo. A votação final ocorreu em dezembro de 2015. Na análise das audiências, foram considerados, principalmente, aspectos ligados: (i) a sua divulgação; às datas e horários propostos; (ii) às características das apresentações do Plano à população e a linguagem utilizada e (iii) ao formato estabelecido que define quem participa da mesa e ao tempo de manifestação dos presentes.

O processo público participativo que envolveu o diagnóstico foi composto pela realização de atividades – reuniões, oficinas e audiências – de modo a checar e complementar, ao menos teoricamente, o material recolhido a partir da participação dos moradores. A divulgação se restringiu às exigências formais onde se constatava um esforço mínimo para que os moradores participassem. Sequer o espaço virtual das redes sociais, sem ônus, não foi utilizado. A grande responsabilidade pela participação nas atividades se deve a ativistas, moradores e bancadas parlamentares de oposição ao governo.

Nas primeiras reuniões promovidas pelo Executivo, anteriores às previstas oficinas de complementação aos diagnósticos, foram convocados alguns grupos de moradores escolhidos separadamente. Tal método, denunciado, se por um lado facilitava a comunicação com poucas pessoas, por outro dificultava o amplo questionamento e apresentação e discussão do contraditório à fala oficial. Como já citado por Corrêa (1993), essa setorização corresponde à fragmentação do uso do espaço onde a presença do dissenso interessa, por parte dos agentes dominantes, para ter reduzidas suas arestas e captar consensos revalidando suas próprias propostas. Não se trata de uma ilustração de transparência ao lidar dessa forma, reforçando a fragmentação, com um processo de discussão que se pretenda democrático.

Embora os diagnósticos técnicos afirmassem buscar atender as prerrogativas do Plano Diretor de 92, de modo a "assegurar a participação ativa dos atores sociais envolvidos"[11] onde privilegiava a conciliação do "conhecimento técnico e a leitura de lideranças locais quanto aos problemas e potencialidades da região", não foi assim percebido pelos moradores, conhecedores da Região de Pendotiba. O pouco tempo permitido à expressão da população, além da realização das reuniões (dezembro 2014) e oficinas no período de festas, férias escolares e carnaval (janeiro e fevereiro de 2015) demonstravam que o calendário escolhido pelo governo não era o mais apropriado à participação.

À guisa de compensar a falta de participação como nos moldes e desejos dos moradores, o presidente de uma associação de moradores, de um loteamento de classe média, o Jardim América (Amaja), apresentou em resposta um documento de nove páginas onde descrevia algumas das características da Região que considerava importantes a serem preservadas. Além disso explicitava a importância da manutenção do *modus vivendi* daquela população; alertava para as deficiências crônicas de infraestrutura; para o problema fundiário, não no seu loteamento, mas das comunidades vizinhas e para os principais anseios da população como um todo.

Com as duas audiências seguintes a atitude do Executivo não mudou apesar de inúmeras reclamações. Além da linguagem técnica de difícil compreensão, o tempo de apresentação do governo excedia as expectativas e os técnicos não esclareciam com clareza suficiente o conteúdo dos diagnósticos. Estes foram, no entanto, severamente criticados por sua superficialidade e inconsistência em vista da ausência de dados importantes ou dados não atualizados, sendo insistentemente demandado para que fossem refeitos. A falta de visita a campo era outra denúncia dos moradores ante a afirmação da equipe do Executivo de que havia visitado a Região.

Nesse período de diagnóstico foi também realizada consulta pública *online* por um mês, contabilizadas 175 respostas. A metodologia utilizada não foi disponibilizada. Apenas quantificadas e tabuladas sem apresentação nem das perguntas e nem das respostas propriamente ditas. Processos de consulta semelhantes utilizados em outras cidades, com todas as críticas pertinentes, apresentaram o rol da perguntas e respectivas respostas possibilitando seu controle e consequente confiabilidade.

Em seguida a essas atividades de diagnóstico foi realizada uma reunião do Conselho Municipal de Política Urbana – Compur - onde foram intensivamente discutidas com técnicos e moradores as diretrizes do Plano a ser proposto. No entanto, o Projeto de Lei nº 109/2015 foi encaminhado à Câmara, em regime de urgência, em 21/05/2015, sem que o texto final do projeto fosse reencaminhado à discussão pública. Tal procedimento, além de não observar o regimento interno do Conselho, deslegitimando seu caráter deliberativo, o regime de urgência instaurado em promover a renovação urbana, e principalmente econômica, com um discurso justificado em um atendimento possível das exigências da sociedade, denota o descompromisso no envolvimento efetivo da população nos processos decisórios, acarretando a

[11] SMU/PMN, Estratégias para uso e ocupação do solo na Região Pendotiba Volume I – Diagnóstico Técnico, 2015.

transformação do processo em mero rito exigido pela lei (Bienenstein, R. et al., 2017).

A falta de divulgação oficial era recorrente, em ambas as fases. A Prefeitura se justificava dizendo que obedecia aos trâmites. Na 4ª audiência legislativa realizada em 29/10/2015[12] o subsecretário afirmou que havia sim um esforço em divulgar, mas que este nem sempre era percebido! Em se tratando de publicidade, a falta de percepção do público alvo é indício marcante de que não houve divulgação ou que esta foi malfeita.

Projeto de Lei - Fase Legislativa: Processo de Discussão

Nas audiências legislativas que se seguiram, mesmo podendo-se alegar que a quantidade de pessoas presentes era pouco expressiva frente ao total de moradores/usuários[13] locais, explicado pela divulgação deficiente, denotando assim em mais este aspecto a "excelência desse processo democrático" (sic), esta presença foi relevante em termos de qualidade do conteúdo apresentado, em grau de questionamento.

A principal demanda da população que já habitava a Região de Pendotiba era uma legislação adequada às características do bairro de modo a coibir os empreendimentos verticais que avançavam impactando sobre as áreas verdes, a falta de saneamento básico e o crescente problema da mobilidade. E, principalmente, manter as qualidades ambientais e paisagísticas do bairro que lhe conferiam uma identidade própria.

[12] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/pauloeduardogomes.psol/photos/?tab=album&album_id=1017404978315762>

[13] Considera-se como usuários, as diversas pessoas que embora não moradores de Pendotiba, são comerciantes ou trafegam diariamente cortando o bairro, provenientes dos municípios vizinhos. Este aspecto em particular, da mobilidade pela vizinhança, será destacado adiante.

O foco principal do Projeto de Lei, por sua vez, era a crítica ao espraiamento urbano com a invasão de áreas verdes, o uso intenso e excessivo do automóvel que tal ocupação demandava apontando como solução a defesa contundente da cidade compacta e seus 'inquestionáveis' benefícios. As justificativas eram os malefícios das pessoas afastadas umas das outras, a insegurança provocada por esta distância e o resgate do 'senso de vizinhança'.

A solução oficial era o adensamento e a verticalização ao longo das principais vias projetando um crescimento de 10 mil pessoas apostando em planos futuros de infraestrutura de saneamento e de mobilidade. A área prevista para maior adensamento com o maior coeficiente construtivo era o Largo da Batalha. Particularmente habitada por população mais pobre, estes estariam sujeitos a processo de gentrificação, onde a valorização da terra promoveria a inviabilização de sua permanência no local. Harvey (2012, p. 83-84) denomina esse processo de deslocamento de "acumulação por despossessão" (cf. Harvey, 2003) como reflexo da absorção de capital pelo desenvolvimento urbano, onde

> *o poder financeiro apoiado pelo Estado força a desobstrução dos bairros pobres, em alguns casos, tomando posse violentamente da terra ocupada por toda uma geração. A acumulação de capital através da atividade imobiliária é incrementada, já que a terra é adquirida quase sem custo. (Harvey, 2012, p.84).*

Não havia no PL a intenção de respeitar o *modus vivendi* e nem corrigir os efeitos (supostamente) 'danosos' da ocupação espraiada, característica do bairro. Não foi proposto, por exemplo, uma opção de transporte público de alta capacidade que mantivesse as características locais, motivação daquelas pessoas para escolherem aquele lugar para morar e possibilitasse eficiência na mobilidade, além de diminuir a quantidade de veículos das vias. A proposta era a substituição do habitar pelo habitat, como explica Lefebvre, a introdução do pensamento "urbanístico", entre aspas, qualificando o pseudoconceitocaricatural, que reduz, restringe o viver do ser humano. "O

habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o "vivido" a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou "máquinas de habitar"". O habitat, prossegue Lefebvre, viria reprimir as características elementares da vida urbana, "a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos, dos "patterns", modelos culturais e valores vinculados a modalidades ou modulações da vida cotidiana"(Lefebvre, 1999, p. 78/79). Não se pode ignorar que a ocupação espraiada é permitida pelo poder público, quando o interessa, em atendimento ao capital imobiliário.

O modelo de cidade proposto pelo plano não incluía a classe de trabalhadores mais pobres. Afinal, se a intenção final era elevar a renda do bairro, ou melhor construir empreendimentos mais caros, e atrair uma população externa mais rica, vizinhos mais pobres não combinariam com esse modo de vida. Esse é o pensamento hegemônico. O custo de vida se eleva e a vizinhança popular não pode pagar pelos respectivos equipamentos e serviços mais caros e é compulsoriamente obrigada a se afastar.

Harvey faz uma correlação aqui pertinente sobre o desenvolvimento dos subúrbios 'monótonos e tranquilos' que agora parecem encontrar "seu antídoto em um movimento de "novo urbanismo" que mobiliza o comércio da comunidade e os estilos de vida para satisfazer os sonhos urbanos". E afirma que

> *A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, [...] turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. Este é um mundo no qual a ética neoliberal de intenso individualismo possessivo e a correlata renúncia política a formas de ação coletiva tornaram-se padrão para a socialização humana. (Harvey, 2012, p.81)*

A população não identificava no Projeto de Lei o atendimento às suas propostas realizadas no processo anterior. No exame de questões recorrentemente levantadas pelos moradores, estando a maioria delas gravadas, pode-se constatar a sistemática omissão nas respostas, ou distorção das perguntas, tornando evidente a insatisfação do demandante. A decisão do Legislativo de aprovar o PUR Pendotiba não refletia a genuína vontade da população.

Participantes da academia e ativistas percebiam a lei como hermética; seu texto não facilitava sua análise por parte dos moradores e sem definição clara sobre muitos aspectos, adiando a interpretação ao futuro técnico que fosse aprovar e licenciar projetos e seu próprio juízo de valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O formato adotado nas audiências públicas não atendeu aos anseios da população. 'Em nome da democracia', o tempo disponibilizado pelas autoridades para que os presentes pudessem se manifestar não era suficiente. De fato, a participação social era um quesito a ser preenchido; atender as necessidades formais de prestação de contas junto ao Ministério Público, caso houvesse alguma denúncia. O caráter efetivamente não participativo ficou evidenciado pela postura recorrentemente defensiva das autoridades, de ambos os poderes, desvelando o mero cumprimento de uma formalidade onde a postura dos técnicos – ou mesmo das autoridades – estaria associada à tradição de hierarquia vertical do conhecimento onde subjaz que o saber técnico vale mais que o saber popular. Ou, pior ainda, daqueles que já sabem que se trata apenas de uma formalidade. Tratam o conteúdo dos planos como já "certos" e, portanto, como algo fechado, sem (interesse e) margem para flexibilização.

Princípios vinculados à gestão democrática tais como a transparência, o incentivo à participação popular, a integração da gestão entre o poder público local e a população não foram observados.

Se, por um lado, aquele foi o processo participativo possível naquela conjuntura e com aquela correlação de forças, fica a lembrança do afinco

e persistência dos cidadãos nas audiências e oficinas, colocando suas demandas e aspirações, e que tal determinação pudesse se sobrepor à derrota dessa batalha. Em depoimentos posteriores à votação, alguns moradores revelaram o profundo pesar, sensação de traição e de desesperança. A queda da participação da população de Pendotiba nas audiências públicas, por ocasião da revisão do Plano Diretor em 2017, foram ilustrativas do sucesso dessa gestão em desestimular a população a participar dos processos de discussão e decisão.

A participação popular, nesse meio de disputas por prioridades e parceiros, aparece neste governo só como o 'molho', o interstício, a dissimulação. A gestão participativa é moda, é 'bonita' e vende. Apenas. Compra quem quer.

Sem maiores ilusões, recordando Raquel Rolnik (2013, p.2) quando afirma que:

Se por um lado, ao longo dos anos 80 e 90 os movimentos sociais e populares conseguiram pautar o processo de redemocratização com questões pertinentes à construção de um Estado de direitos - onde o acesso à terra e sua função social tem um papel central -, por outro lado o projeto neoliberal de política urbana e a integração do país aos circuitos globalizados do capital e das finanças, assim como a forma através da qual o jogo político eleitoral no país foi sendo estruturado no período, pautaram igualmente os rumos da política urbana no país, marcando este processo de forma ambígua e contraditória.

Assim foi pretensão deste artigo refletir e desvelar sobre as relações de poder considerando processos de decisão em que a representatividade da democracia parece comprometida com princípios um tanto questionáveis e pouco, ou nada, republicanos.

A via da persuasão sobre grupos sociais, utilizada em época mais cinza de nossa história recente, incabível nos novos tempos pós 1988, é suplantada, na era da globalização, por modelos de interagir com a população mais sutis, por vezes até dissimulados, que atingem os objetivos colocados pela gestão na discussão e aprovação de suas políticas públicas municipais às quais, sob o império do ideário neoliberal da atualidade, têm via de regra, assegurado vantagens privadas em detrimento do interesse público.

Nenhuma das exigências judiciais foi cumprida. O diagnóstico não foi aprofundado; o Projeto de Lei não foi submetido ao Compur. A prefeitura recorreu de todas as decisões do MPRJ, e a Justiça liberou a tramitação do projeto. Nada aconteceu e o trâmite na Câmara continuaria sem alterações até sua votação final. Todas as tentativas de oposição a sua concretização, em prol das escolhas dos moradores, falharam.

Diante dessa perspectiva parece que a direção para alguma mudança de curso deverá partir de baixo para cima da pirâmide econômico social, de dentro para fora dos movimentos, da maioria da população para a minoria mais poderosa. Nesta árdua tarefa, a informação, o esclarecimento, a conscientização, os debates, o colocar os pingos nos iis assumem um papel relevante.

O preço que a sociedade niteroiense pagou, e paga, é um valor muito alto, direto e indireto, para o exercício de 'democracia' limitada a interesses particulares. Quem ganha com isso é o sistema subliminar e quase invisível que aposta na retração da população na participação e no controle social das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AONO, Ruth. *Quo Vadis Niterói: Entre o discurso e a prática da política socioambiental***.** Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

BIENENSTEIN, Regina. *Redesenho Urbanístico e Participação Social em Processos de Regularização Fundiária***.** Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco: GORHAM, Cynthia; CAPUTO, Cláudia. *Desafios da participação e controle social na gestão urbana contemporânea: o caso de Niterói***.** Fórum Habitar 2017. Belo Horizonte: 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano***.** São Paulo: Ática, 1993.

HARVEY, David. *The New Imperialism.* Oxford University Press. 2003.

_____. **O direito à cidade.** *Lutas Sociais*, São Paulo, n.29, p.73-89, jul. /dez. 2012.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana***.** Ed. Gallimard, 1970. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MIZUBUTI, Satie. *O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ)***.** Tese (Doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). São Paulo: Universidade de São Paulo. 1986.

MODELAR A METRÓPOLE. **2017.** Disponível em: <http://www.modelarametropole.com.br/documentos/#documentos-mapas>. Acesso em: 13.05.2018.

NITERÓI. *Estratégias para uso e ocupação do solo na Região Pendotiba Volume I – Diagnóstico Técnico***, SMU/PMN: 2015.** Disponível para baixar em: <http://urbanismo.niteroi.rj.gov.br/purdependotiba/> ou disponível para leitura em: <https://goo.gl/k5PU4S>.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de; MIZUBUTI, Satie. **Niterói: o jogo político e sua repercussão na paisagem, cultura e representações.** *Revista Espaço e Cultura*, n. 25, p. 69-83. Rio de Janeiro. Jan. / jun. de 2009.

ROLNIK, Raquel. *10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo***.** 2013. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>. Acesso: 20 nov.2017.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial***.** Chapecó: Argos, 2003. 2ª ed. 2010.

SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de. *Limites e possibilidades das operações Urbanas Consorciadas: Notas sobre o Caso da área Central de Niterói (RJ)***.** Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2016.

Por um performer parresiasta: relações entre filosofia, arte e vida

SILVA, MATHEUS.

1. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes
Rua Antônio Torres, 146/302. Sagrada Família, Belo Horizonte/MG 31030130
matheus_silva84@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo tem o interesse em traçar uma convergência entre os dispositivos teóricos do processo de criação na arte da performance e o conceito de "parresia", conforme Michel Foucault em "O governo de si e dos outros". Com ênfase no processo e na ação mais do que no produto, a arte da performance estendeu um espaço de tensão entre pensamento e encadeamento cognitivo para relacionar-se com forças desconhecidas, mas sem transformar o novo em algo familiar. Não se trata apenas de uma experiência extra cotidiana, mas de uma intensidade que não se transforma em linguagem e focaliza seus esforços para gerar um "acontecimento", conforme Gilles Deleuze e Félix Guattari, a partir do mais trivial e banal da cotidianidade demonstrando, pelas vias de fato, que todas as dimensões humanas estão implicadas em todos os movimentos da vida. Através de uma investigação na interface entre filosofia, arte e vida, almeja-se entrecruzar a prática criativa e "precária", conforme Eleonora Fabião do corpo na arte da performance com alguns conceitos filosóficos que acometem à "parresia" de Michel Foucault, tais como "verdade" e "modos de existência". Esses conceitos são instrumentos de intensificação de uma prática que liberta o corpo de uma prática dominante e o leva para lugares não conhecidos, selvagens e impessoais. Para tanto, muitas questões se mostram em aberto e precisam serem discutidas: Mas como superar os valores sociais normativos e "instaurar" um corpo na arte da performance? Como tal atividade afeta seu entorno, as pessoas? Como os conceitos filosóficos podem contribuir não só para o processo criativo de um performer, como também para seu modo de existir e de dar existência a outras potências inventivas que lhe coabitam? Em que medida é possível conceituar uma produção aproximando a perresia com o "modo de existência" na arte da performance e na filosofia? Como poderei relacionar essas instâncias? Como tal potência parresiástica, partido de um performer, pode afetar um mundo, uma existência em comum?

Palavras-chave: Arte da performance; Parresia; Precariedade; Verdade; Acontecimento.

Para o pesquisador Renato Cohen, a arte da performance pode ser apreendida enquanto "uma forma de se ver arte em que se procura uma aproximação direta da vida, em que se estimula o espontâneo, o natural, em detrimento do elaborado, do ensaiado" (COHEN, 2009, p.38). Trata-se, segundo o autor, de uma experiência que se faz imediata na afetação entre performer, público e espaço, que interroga a fronteira entre arte e vida, colapso e criação. O performer é, portanto, aquele que testemunha coisas que sem ele não teriam existência e, para estar à altura desse acontecimento, pactua seu corpo com o inusitado, o indizível, o impensado, para assim ousar, permitir, inventar, inovar e correr riscos. É possível apreender a arte da performance:

> *como uma linguagem que não constitui apenas como uma representação de uma determinada situação ou contexto, mas que, realizando e efetuando-se, modifica o presente, influi ativamente nele, propondo transformações nos modelos de poder vigente, remodelando as subjetividades e as relações previamente estabelecidas. A potência principal da performance, que não representa, mas recria e transforma modelos vigentes, tornando visível o invisível, e palpável o despercebido. Questionando. Remodelando. Reiventando, sempre. [...] Outra característica inerente ao desejo de transformação é a presença "ao vivo" dos artistas, a qual gerou o nome de Live Art, como sinônimo de performance. Artistas individuais ou coletivos se colocam em situação de presença e de encontro com a plateia sem quarta parede ou espaço ficcional que poderia possivelmente entravar o encontro entre artista e público, dentro de acontecimentos também denominados happenings, que transcendem a ideia de uma apresentação artística enquadrada por dados como horários e espaços de apresentação específicos e anulam a distância moderna entre artista e público (ALICE, 2013, p.36-38).*

A arte da performance, também como é tratada por Renato Cohen, trata-se de uma expressão plástico-cênica, na qual acontece uma ação que foi delineada, não necessariamente ensaiada, repetida, revista, mas que ocorre no presente e corre riscos. Uma *Live art,* no qual o performer lança-se na experiência, não estando imune a ela; acompanha os processos de emergência, deparando-se sempre com o imprevisto. Sua atividade é sempre um *work in progress*:

> *A criação pelo work in progress opera-se através de redes de leitmotive, da superposição de estruturas, de procedimentos gerativos, da hibridização de conteúdos, em que o processo, o risco, a permeação, o entremeio criador-obra, a iteratividade de construção e a possibilidade de incorporação de acontecimentos de percurso são as ontologias da linguagem. O uso de linhas de força (leitmotive criativos, narrativas) de "irracionalidade", a incorporação do acaso/ sincronicidade, são operações do work in progress, no qual o paralelismo entre o processo e o produto são matrizes constitutivas da linguagem (COHEN, 2013, p.1-2).*

A aproximação entre a arte da performance com a *Live art* evidenciou que, enquanto campo de prática, ambas conseguem ultrapassar os limites de um padrão, apagar as margens entre as disciplinas, amalgamar artista e participador, enfatizar o processo sendo feito, o desenrolar da ação e a experiência que ela traz. Uma realização no qual o performer manipula, explora seu corpo assim como um artista visual faz com uma tela: "é que o performer não representa, ele é. Ele é isso que ele apresenta. Ele é sempre ele próprio, mas em situação. [...] ele é na unicidade da matéria, na imediatidade do fazer, na urgência da experiência" (FÉRAL, 2015, p.146-147). É que, a partir daí:

> *podemos pensar a performance como uma atividade interdisciplinar, de alargamento das fronteiras das Artes Cênicas e, mais ainda, como uma atividade indisciplinar e de conjunção de momentos trans-históricos que se configuram como tantos momentos de resistência. Podemos entender os processos de hibritização como transbordamentos de campos disciplinares e de linguagens artísticas que se contaminam, desterritorializam-se e reterritorializam-se por meio de uma atualização artística. [...] A performance como prática espiritual, existencial, como fusão de arte e vida, intensificação de afetos e das relações. [...] A*

> *performance como reterritorialização na terra fértil dos possíveis, como resposta a urgência de cuidar de si, do outro e do planeta, como estética emergente e urgente de um mundo globalizado. Como ritual de comunhão, convite para a partilha, o sossego, a troca (ALICE, 2014, p.45).*

Portanto, em seu processo criativo, um performer está atento nas rearticulações de seu corpo com os espaços, em suas possíveis relações de forças; ele está atento à travessia, aos movimentos entre o pesquisador e o pesquisado, ao curso subjetivo e objetivo, à maneira "rizomática"[1] e processual da produção de conhecimentos, funções e variações. O corpo do performer é o platô irradiador de seu fazer, sua matéria de experimentação; opera através de um entrelaçamento rizomático que dissolve funções pré-estabelecidas e refunde funcionamentos, abrindo-o para uma dimensão precária:

> *Precariedade é ferramenta conceitual utilizada aqui para flexibilizar definições rígidas – de "espectador", "artista", "cena", "obra de arte", "sujeito" – e vibrar separações estanques – entre arte e cotidiano, ritualístico e mundano, corpo e cidade, entre cidadãos. [...] Compreendo o precário como referente teórico para pensar performance e como estratégia composicional [...]. Que fique claro: meios e modos de produção dependerão de cada trabalho; não se trata de um elogio à pobreza heroica de um quase-gênero rebelde, mas da defesa e sua extraordinária riqueza poética, crítica e política. [...]*
>
> *Performers valorizam a precariedade num contexto econômico que a compreende exclusivamente como ausência de valor; num contexto mercadológico que a define como um fracasso; num contexto moral que a condena como debilidade e deficiência; num contexto psicossocial que a associa exclusivamente com tristezas e penúrias. Um contexto cultural que perversamente determina que sua precariedade – e não a ditadura do capital, a formatação do sentido, a calcificação identitária, a normatização do desejo ou o encouraçamento do corpo – é o justo oposto da vida. Aqui o precário não é um vilão a ser combatido, mas é condição do vivo e potência de vida que pode tornar-se meio de criação e modo de produção (FABIÃO, 2015, p.129).*

Pode-se pensar, assim, na investigação de um corpo que intervém escapando aos controles, um corpo controverso frente a um sentido tido como oficial e totalitário, inclusive na própria subjetividade e sua maneira fundante de organizar o pensamento. "O performer instala a ambiguidade de significações, o deslocamento dos códigos, os deslizes de sentido [...] e institui a pluralidade, a ambiguidade [...]" (FÉRAL, 2015, p.122-123). Em outras palavras, uma atividade que desmonta ao invés de buscar conformidades, que aventura-se ao invés de esperar; o performer torna-se outro, diferente, múltiplo e possível. Em geral, um performer pode gerar uma vertigem não somente em si, mas em todos que estão ao seu redor, deslocando de modo agudo todo um funcionamento racional ao acionar uma nova lógica de sensações intensivas que lhe cruzam:

> *Performances são elogios ao precário porque desestabilizam mecânicas comportamentais, rotinas cognitivas e hábitos de valoração; porque desfixam sentido e desmontam convenções; porque inventam [...] novos corpos, possibilidade de encontros, agrupamentos e devires. Performances são elogios ao precário porque suspendem o estabelecido. O trabalho do performer é revelar e valorizar a precariedade emancipadora do vivo [...]. Pois o performer investe na potência vital da precariedade, na condição de instabilidade, relatividade e indefinição em favor da permanente renovação de si, do meio e da arte (FABIÃO, 2011, p.66).*

A realidade desse movimento "precário" abre passagem a fluxos mais descodificados e livres, não submetidos a uma lei do rendimento, nem

[1] BAREMBLITT, 2010, p. 35. "Um rizoma, ou seja, um sistema transsistêmico, uma espécie de rede móvel de canais, fluxos, redemoinhos e turbulências, de limites internos e externos difusos."

atados ao rentável. Trata-se, enfim, de uma prática de ações arriscadas, cuja dinâmica extrapola completamente qualquer dado inicial, embaralhando os códigos e reverberando variações inusitadas. Uma arte de viver, que se constitui em outras possibilidades de vida; tudo é passagem e travessia, e o performer está desde sempre e para sempre inserido em ação direta na realidade. É uma produção da ordem do contágio, da peste, da infestação, da proliferação via corpo. O performer é, portanto, aquele que se reconecta a percepções infinitesimais que "instauram" novas existências:

> *Instaurar é fazer valer esse direito, promovê-lo. É legitimar uma maneira de ocupar um espaço-tempo. [...] A partir de então, instaurar é como se tornar advogado dessas existências inacabadas, seu porta-voz, ou melhor, seu porta-existência. Carregamos sua existência como elas carregam a nossa. Compartilhamos com elas a mesma causa, contando que possamos ouvir a natureza das suas reivindicações, como se exigissem ser amplificadas, aumentadas, enfim, tornadas mais reais. Ouvir essas reivindicações, ver nessas existências aquilo que elas têm de inacabado, é forçosamente tomar o partido delas. É o que significa entrar no ponto de vista de uma maneira de existir, não apenas para ver por onde ela vê, mas para fazê-la existir mais, aumentar suas dimensões ou fazê-la existir de uma outra maneira (LAPOUJADE, 2017, p.90).*

Assim, o corpo do performer é aquele no qual os incompossíveis coexistem, e "cuja existência se legitima por si mesma por uma espécie de demonstração radiante de um direito à existência, que afirma-se e se confirma pelo brilho objetivo, pela extrema realidade de um ser instaurado" (PELBART, 2013, p. 393), no qual o que é embrionário ganha passagem. Trata-se de possuir seu próprio caminho como objetivo, de apostar ao invés de levantar hipóteses, de fazer, conhecer, transmutar os processos e construir novos mundos; um performer está sempre conectando e ampliando estratégias, imbricando sujeito e objeto em processos experimentais. A potência dessa prática é fazer

"corpo com", é permitir-se ser atravessado por outras tribos, redesenhar-se e se refazer continuamente; conectar sua potência com a potência do mundo no espaço limiar entre arte e vida. Bem como para Quilici (2015):

> *A relação arte-vida não é pensada aqui apenas como aproximação entre o produto artístico e o cotidiano: uso de espaço alternativos para a arte, incorporação de elementos artísticos na paisagem urbana, nos processos industriais, etc. É o próprio cotidiano que ganharia outros caminhos de ser percebido e experimentado. A arte como modo de criar e cuidar das nossas formas de relação com o mundo e conosco mesmos. Transformação do cotidiano significa aqui a descoberta de um agir que não é o mero esquecer-se das ocupações, o perder-se nos hábitos já cristalizados. Um agir renovado que começa na mudança de qualidade da própria percepção. [...] A expressão "arte da existência" nos aspira aqui a falar de algo que se realiza nas mínimas ações, e que não se identifica necessariamente com os espaços consagrados e possíveis para a realização de atividades artísticas, apesar de não excluí-los também" (QULICI, 2015, p.143).*

Ou seja, mais interessado no processo que em um resultado final, o performer não apoia-se em uma técnica que garanta os seus resultados; sua ação não é da ordem da persuasão, e sim da arte de viver enquanto adoção de um modo de vida que trabalha sobre si próprio, sua autonomia nas maneiras de constituição de si mesmo.

Explico melhor: essas práticas são da ordem de trabalhar sobre si próprio, sua performatividade e não um conteúdo doutrinal. Seu funcionamento, contudo, não seria o de um "enunciado performativo", mas o de uma "enunciação parresiástica", como nos indica Foucault:

> *Para haver um enunciado performativo, é preciso que haja certo contexto, mais ou menos estritamente institucionalizado, um indivíduo que tenha o estatuto requerido ou que se encontre numa situação bem definida. Dado tudo isso como condição para*

que um enunciado seja performativo, pois bem [um indivíduo] formula esse enunciado. E o enunciado é performativo na medida em que a própria enunciação efetua a coisa enunciada [...]. É que num enunciado performativo os elementos dados na situação são tais que, pronunciado o enunciado, pois bem, segue-se um efeito, efeito conhecido de antemão, regulado de antemão, efeito codificado que é precisamente aquilo em que consiste o caráter performativo do enunciado. Ao passo que, ao contrário, na parresia, qualquer que seja o caráter habitual, familiar, quase institucionalizado da situação em que ela se efetua, o que faz a perresia é que a introdução, a irrupção do discurso verdadeiro determina uma situação aberta, ou antes, abre a situação e torna possível efeitos que, precisamente, não são conhecidos. A parresia não produz um efeito codificado, ela abre um risco indeterminado. E esse risco indeterminado é evidentemente função dos elementos da situação. Quando nos encontramos numa situação como essa, o risco é de certo modo exatamente aberto [...] (FOUCAULT, 2010, p.59-60-61).

Ao colocar-se em risco, um performer, bem como na *parresia*, revela seu pacto consigo mesmo e atua, assim, em um "enunciado parresiástico", e não performativo. Ao defender que a pesquisa é uma intervenção, o performer aprofunda-se no plano da experiência, plano este em que conhecer é produzir uma realidade outra de si e do mundo. O performer parresiasta seria, portanto, um poeta da ação que abre espaço às diferenças intensivas que se "instauram" em seu corpo para produzir um novo modo de percepção e ação na realidade. "Ele está, no aqui e agora da enunciação, e age de acordo com seu lugar como artista que propõe, vivencia e/ou conduz a experiência [...]" (PEDRON, 2006, p.34). Ao pensar na produção performática enquanto uma "enunciação parresisástica", é preciso pensar na condição de enunciação. Como um corpo passa a funcionar como um "enunciado"? Para apreender o sentido proposto de "enunciado", Pelbart colabora afirmando que:

> *O enunciado, por sua vez, não se refere apenas às palavras, frases ou proposições, mas à diagonal que os cruza, aos locutores e destinatários variáveis, aos segredos e interstícios que ela cria, enfim, a um regime de enunciação e suas condições, um ser-linguagem anônimo (a priori) e singular (histórico) que distribui a seu modo as discursividades. Entre o procedimento enunciativo e o processo de visibilidade não há correspondência, continuidade, causalidade ou simbolização, mas disjunção, guerra e entrelaçamento. Nunca o enunciado conterá o visível nem o visível sugerirá o enunciável, ainda que se cruzem com "incisões do discurso na forma das coisas", "quedas de imagens no meio das palavras, raios verbais que sulcam os desenhos", "ataques lançados, flechas atiradas (do texto à figura) contra o alvo adverso, iniciativas de solapagem de destruição, golpes de lança e feridas, uma batalha..." (Foucault) (PERBART, 2009, p.117).*

Arrisco-me a pensar, conforme Quilici, na ação performática como uma atividade parresiástica, pois ela age enquanto "[...] uma atitude da arte e do mundo, uma escolha por tentar interferir mais diretamente nas relações sociais, no campo político, nas dinâmicas existenciais dos envolvidos, recusando a segmentação em áreas (política, econômica, estética, ciência, religião, etc.)" (QUILICI, 2015, p. 114). Porém, a partir de Foucault, essa atitude de arte no/do mundo é aquela que transforma a si próprio enquanto enuncia o verdadeiro:

> *A partir do momento em que o enunciado da verdade [...] constitui um acontecimento irruptível, abrindo para o sujeito que fala um risco não definido ou mal definido, nesse momento pode-se dizer que há parresia. É portanto, em certo sentido, o contrário do performativo, em que a enunciação de algo provoca ou suscita, em função do código geral e do campo institucional em que o enunciado performativo é pronunciado, um acontecimento plenamente determinado. Aí, ao contrário, é um dizer-a-verdade, um dizer-a-verdade irruptível, um dizer-a-verdade que fratura e que abre o risco: possibilidade, campo de perigos, ou em todo caso eventualidade não determinada (FOUCAULT, 2010, p.61).*

"A *parresia* é uma prática humana, é um direito humano, é um risco humano" (FOUCAULT, 2010, p143). O performer é, portanto, um parresiasta na medida

em que, ao arriscar-se formular e enunciar a verdade, instaura em si e no mundo um corpo cujas ações "vazam estes escudos anti-transformações e tentam exemplificar outras possibilidades de outros mundos, simultâneos e distintos, que se trocam e produzem outros mundos, inclusivos e questionadores de absolutismos restringentes" (VILLAR, 2003, p.79). Para tanto, o que seria para um performer formular uma verdade?

> *a parresia é uma espécie de formulação da verdade em dois níveis: um primeiro nível que é o do enunciado da própria verdade (nesse momento como no performativo, diz-se a coisa, e ponto final); e um segundo nível do ato parresiástico, da enunciação parresiástica, que é a afirmação de que essa verdade que nomeamos, nós a pensamos, nós a estimamos, nós a consideramos efetivamente, nós mesmos autenticamente, como autenticamente verdadeira. Eu digo a verdade e penso verdadeiramente que é verdade, e penso verdadeiramente que digo a verdade no momento em que a digo. Esse desdobramento, ou esse redobramento do enunciado da verdade pelo enunciado da verdade, devido ao fato de que penso essa verdade e que pensando-a, eu a digo, é isso que é indispensável ao ato parresiástico (FOUCAULT, 2010, p.61-62).*

É possível, enfim, afirmar que um performer age conforme um parresiasta, uma vez que "a *parresia* é a livre coragem pela qual você se vincula a si mesmo no ato de dizer a verdade. Ou ainda, a *parresia* é a ética do dizer-a-verdade, em seu ato arriscado e livre." (FOUCAULT, 2010, p.64). A peculiaridade do conceito por Foucault está na sua relação com a verdade, uma vez que essa vontade de verdade de algum modo informa um modo de ser, um *bios*. Ainda sobre o verdadeiro e sua relação com o enunciado, afirma Deleuze a partir de Foucault:

> *O verdadeiro não se define por uma conformidade ou por uma forma comum, nem por uma correspondência estre as formas. Há disjunção entre falar e ver, entre o visível e o enunciável: "o que se vê não se aloja mais no que diz", e inversamente. A conjunção é impossível por duas razões: o enunciado tem seu próprio objeto correlativo, que não é uma proposição a designar um estado de coisas ou um objeto visível, como desejaria a lógica; mas o visível não é tampouco um sentido mudo, um significado de força que se atualizaria na linguagem, como desejaria a fenomenologia. [...] Certamente, não há encadeamento indo do visível ao enunciado ou do enunciado ao visível. Mas há um perpétuo reencadeamento sobre a ruptura irracional ou por sobre o interstício. É nesse sentido que o visível e o enunciado formam um estrato, mas sempre atravessado, constituído por uma fissura central arqueológica (Straub). Enquanto nos atemos às coisas e às palavras, podemos acreditar que falamos o que vemos, que vemos aquilo de que falamos e os dois se encadeiam: é que permanecemos num exercício empírico. Mas, assim que abrimos as palavras e as coisas, assim que descobrimos os enunciados e as visibilidades, a fala e a visão alçam num exercício superior, "a priori", de forma a cada uma atingir seu próprio limite que a separa da outra, um visível que tudo o que pode é ser visto, um enunciado que tudo que pode é ser falado. E entretanto, ainda, o limite próprio que separa cada uma é também o limite comum que relaciona uma à outra e que teria duas faces assimétricas, fala cega e visão muda. Foucault está singularmente próximo do cinema contemporâneo (DELEUZE, 2005, p.73-74).*

Um performer é um parresiasta, portanto, quando investiga outras relações com a própria existência e suas relações com o verdadeiro, extrapola as funções convencionais e o já vivido, compõe de modo "precário" com todo o agrupamento de coisas desconexas; desenha novos modos de ser e estar no mundo, percorre uma rota outra da percepção para dar conta de contextos singulares, de situações-limite, de estrangulamentos existências ou políticos. Trata-se de uma maneira de viver cujo caráter transitório articula-se a partir de uma passagem nômade pelos lugares, suas fronteiras imateriais e seus movimentos invisíveis. Eis um modo de existência que se converge com a filosofia, uma vez que:

> *a filosofia não é simplesmente um aprendizado de um conhecimento, mas deve ser também um modo de vida, uma*

> *maneira de ser, certa relação prática consigo mesmo pela qual você se elabora a si mesmo e trabalha sobre si mesmo, se é verdade que a filosofia deve portanto ser áskesis (ascese), assim também o filósofo, quando tem de abordar não somente o problema de si mesmo mas também o da cidade, não pode contentar com ser simplesmente logos, com ser simplesmente aquele que diz a verdade, mas deve ser aquele que participa, que põe mãos ao érgon (FOUCAULT, 2010, p.200-201).*

Em sua obra "Michel Foucault e verdade cínica" (2013), Ernani Chaves colabora afirmado que Foucault conecta "o conceito de *parresia* ou ainda do lugar concedido ao cinismo antigo como uma espécie de modelo de crítica" (CHAVES, 2013, p. 11). O autor faz um estudo de como a *parresia* é o "dizer verdadeiro" que interessou a Foucault como postura dos cínicos antigos, e investiga "as modulações do conceito de *parresia*" para evidenciar "como e por que o cinismo antigo é pensado como a expressão maior do "dizer verdadeiro", a partir da confrontação entre os cínicos e Sócrates" (CHAVES, 2013, p. 16). O autor, em sua obra, revela uma alteridade no cinismo enquanto uma "prática de vida "caracterizada pela insolência e pelo escândalo" por uma ética e uma pedagogia orientadas pelo papel central desempenhado pelo corpo" (CHAVES, 2013, p. 16). Candiotto contribui afirmando que:

> *Na perspectiva do movimento cínico assim como, de resto, em boa parte da tradição socrática, o modo pelo qual uma pessoa vive constitui a marca de seu vínculo com a verdade. Os cínicos afirmavam que as verdades deveriam ser proclamadas a fim de que fossem acessíveis a todos. Por isso preferiam pregar em lugares públicos para que seus ensinamentos se traduzissem na visibilidade de sua vida pública, quase sempre provocativa e escandalosa. A atitude cínica - e essa é a razão principal do interesse de Foucault pelos cínicos - pode ser caracterizada como a encarnação radical da relação entre bios e logos, entre a prática de vida e o discurso verdadeiro. Como salientado por Foucault, a associação grega entre discurso e modo de vida não é a mesma quando são estudados os estóicos, os aristotélicos, os platônicos e até mesmo os epicuristas, se estas correntes forem comparadas ao movimento cínico. Entre as primeiras, a referência fundamental é sempre a doutrina, as sentenças e máximas ou os princípios de suas respectivas filosofias. Já na tradição cínica, as referências são as vidas exemplares ou a figura do herói filosófico, personificada principalmente por Diógenes, o Cínico. Três marcas da atitude cínica, destacadas por Foucault, merecem nossa atenção: a pregação crítica, o diálogo provocativo e o comportamento escandaloso. Pregação e diálogo têm a ver com a tomada da palavra, com a enunciação pública do logos. Já o comportamento escandaloso remete ao bíos, a uma maneira de viver singular em relação à coletividade e às instituições e seus padrões de normatividade e normalidade (CANDIOTTO, 2014, p.219-220).*

Como fazer corpo com aquilo que vem vindo através de nós, e nem sabemos lhe dar contorno? O performer parresiasta, portanto, é aquele que, a partir de sua "precariedade", coloca-se verdadeiramente em risco sempre atravessado por forças nem imprecisas nem gerais, mas imprevistas e excessivas. Bem como um "Cínico", através de um "comportamento escandaloso", atinge um limiar de sensações no qual novos modos de existências "instauram-se" em seu corpo, lançando-o ao encontro de novas conexões, novos arranjos de forças:

> *A constituição dos modos de existência ou dos estilos de vida não é somente estética, é o que Foucault chama de ética, por oposição à moral. A diferença é esta: a moral se apresenta como um conjunto de regras coercitivas de um tipo especial, que consiste em julgar ações e intenções referindo-se a valores transcendentais (é certo, é errado); a ética é um conjunto de regras facultativas que avaliam o que fazemos, o que dizemos, em função do modo de existência que isso implica. Dizemos isso, dizemos aquilo: que modo de existência isso implica? Há coisas que só se pode fazer ou dizer levado por uma baixeza de alma, uma vida rancorosa ou por vingança contra a vida. Às vezes basta um gesto ou uma palavra. São os estilos de vida, sempre*

> *implicados, que nos constituem de um jeito ou de outro. Já era a ideia de "modo" em Espinosa. E será que isso não está presente desde a primeira filosofia de Foucault: o que somos "capazes" de ver e dizer (no sentido do enunciado)? (DELEUZE, 1992, p.129-130).*

Como pensar modos de vida, de subjetivação, de existências outras e práticas artísticas, "linhas de fuga" que quebrem com a atrofia e paralisia da capacidade produtiva e possibilitem que acontecimentos mobilizem tanto o corpo quanto o pensamento no cotidiano? Ou como indagaria Deleuze, a partir de Foucault: "quais são nossos modos de existência, nossas possibilidades de vida ou nossos processos de subjetivação; será que temos maneiras de nos constituirmos como "si", e, como diria Nietzsche, maneiras suficientemente "artistas", para além do saber e do poder?" (DELEUZE, 1992, p.128). A atividade de um performer parresiasta é imanente ao seu modo de existência; seu corpo é, então, tomado pela fluidez das sensações que provocam mutações, alterações indomáveis que o faz produzir, criar novos focos de experiências:

> *A subjetivação não foi para Foucault um retorno teórico ao sujeito, mas a busca prática de um outro modo de vida, de um novo estilo. Isso não se faz dentro da cabeça: mas hoje, onde será que aparecem os germes de um novo modo de existência, comunitário ou individual, e em mim, será que existem tais germes? Com certeza é preciso interrogar os gregos, mas apenas porque foram eles, segundo Foucault, que inventaram essa noção, essa prática do modo de vida... Houve uma experiência grega, experiências cristãs etc., mas não são os gregos nem os cristãos que farão a experiência por nós, hoje (DELEUZE, 1992, p.136).*

O performer depara-se diante de um sistema cultural disciplinar e empresarial, represado a um molde normatizado e demarcado que, de certa maneira, segrega e exclui, impondo controles e homogeneização. Esses sistemas, implementados pelas instituições, tecem relações, modos de vida individualizadas que consideram o outro como opositor e competidor, esvaziando a potência da alteridade em sua capacidade de criar e produzir diferenças. O corpo do performer "cínico" e "parresiasta", passaria, então, por um transbordamento de si que trai as normatividades; suas ações escapam da legenda e embarcam no desmanche das formas institucionalizadas em favor de novas formas de expressão, novos modos de existência ou, então, de uma "verdadeira vida" cujas composições de forças vibráteis, de blocos de sensações inquietas o faz passar por mutações descontínuas:

> *O Bíos é o novo índice privilegiado da produção da verdade ao qual o logos faz referência e encontra sua legitimidade. Não se trata simplesmente do risco assumido pela palavra na condição de democrata, como conselheiro, como filósofo, mas da própria vida continuamente exposta na crueza de sua existência.*
>
> *Em consequência, o parresiasta deixa de ser identificado principalmente pelo discurso verdadeiro, ao mesmo tempo em que se torna fundamental saber o que é a verdadeira vida que faz dele um parresiasta. [...] Nesse sentido, a perspectiva da alteridade no último Foucault assemelhasse a um pêndulo a partir do qual, de um lado o cuidado de si deixa de se referir a uma interioridade a ser preservada ou descoberta; e, de outro, a parresía cínica, no sentido de vida combativa e militante, jamais pode ser situada como uma crítica situada totalmente fora do jogo da governamentalidade política. A alteridade a que conduz a verdadeira-vida envolve um incessante combate: contra o refúgio na tranquilidade da cidadela interior e contra o conformismo diante das artificialidades da polis e do modo como ela é governada. Sem remeter a um modo de vida totalmente outro como um além, separado da imanência do mundo, e sem conduzir essa imanência a uma interioridade a ser preservada, a alteridade que Foucault identifica nos cínicos não designa uma ontologização da vida, mas o excesso de sua visibilidade inquietante em relação a qualquer discurso que pretenda capturá-la em sua identidade e esgotá-la em sua verdade (CANDIOTTO, 2014, p.223-224-235).*

Trata-se de um performer que atua enquanto "parresiasta" uma vez que seu corpo se transforma em matéria-prima de um processo de criação não só artística, como também da própria existência. A arte da performance desafia a explorar um corpo outro, uma vez que "ela aspira a convocar as próprias potências criativas do humano, antes mesmo da sua configuração em formas e gêneros, comprometida que está com a reinvenção da cultura e dos modos de vida" (QUILICI, 2015, p.114). Um "performer parresiasta" seria, por fim, aquele "cínico" que se implica com o dizer verdadeiro, mesmo que esse verdadeiro não seja real, mas que de algum modo está conectado às relações imanentes a uma sociedade, produzindo em si um corpo enquanto um híbrido feito de conjunções tendentes às deformidades necessárias e capazes de gerarem um novo modo de existência, "uma vida":

> *A própria noção de vida deixa de ser definida apenas a partir dos encontros biológicos que afetam a população. Vida inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea, o intelecto geral. Vida significa inteligência, afeto, cooperação, desejo. Como diz Lazzarato, a vida deixa de ser reduzida, assim, a sua definição biológica para tornar-se cada vez mais uma virtualidade molecular da multidão, energia a-orgânica, corpo-sem-orgãos. O bios é redefinido intensivamente, no interior de um caldo semiótico e maquínico, molecular e coletivo, afetivo e econômico. Aquém da divisão corpo/mente, individual/coletivo, humano/inumano, a vida ao mesmo tempo se pulveriza e se hibridiza, se dissemina e se alastra, se molecuraliza e se totaliza. E ao descolar-se de sua acepção predominantemente biológica, ganha uma amplitude inesperada e passa a ser definida como poder de afetar e ser afetado, na mais pura herança espinosana (PELBART, 2003, p.25).*

Um "performer parresiasta" trata, por fim, de um sentido inventado para esboçar, na interface entre arte e filosofia, um processo criativo capaz de propiciar que efetuações se atualizem por variação contínua, heterogêneses, transversalidades e funcionamentos enquanto acontecimentos, devires e novos regimes de signos, novas estratificações, novas territorializações rizomáticas existenciais, em suma, novos modos "precários" e "cínicos" de existências. Uma produção performática que se agencia povoada por distintas intensidades e sensações, onde a vida é força produtora, e toda produção é afirmação da vida.

REFERÊNCIAS

ALICE, Tania. **"Diluição das fronteiras entre linguagens artísticas: a performance como (r)evolução dos afetos".** In: Palco Giratório: Circuito nacional/ Sesc Departamento Nacional. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2013.

BAREMBLITT, Gregorio F. Introdução à esquizoanálise. Belo Horizonte: Biblioteca da Fundação Gregório Baremblitt/Instituto Félix Guattari, 2010.

CANDIOTTO, Cesar. **"Parresia cínica e alteridade na perspectiva de Michel Foucault".** In: Dissertatio: Revista de Filosofia. Universidade Federal de Pelotas UFPel: 2014.

CHAVES, Ernani. Michel Foucault e a verdade cínica. Campinas: Editora Phi, 2013.

COHEN, Renato. **Performance como linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. Work in progress na cena contemporânea: criação, encenação e recepção. São Paulo: Perspectiva, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Conversações.** Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed.34, 1992.

_____. **Foucault.** Tradução de Claudia Sant'Anna Martins; revisão da tradução Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FABIÃO, Eleonora. Ações. Programa Rumos Itaú Cultural. Rio de Janeiro, 2015.

_____. "Performance e precariedade". In: OLIVEIRA JUNIOR, Antonio Wellington de (Org.). A performance ensaiada: ensaios sobre performance contemporânea. Fortaleza: Expressão Gráfica e editora, 2011.

FÉRAL, Josette. **Além dos limites: teoria e prática do teatro.** Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva. 2015.

FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

LAPOUJADE, David. **As existências mínimas.** Tradução de Hortencia Santos Lencastre. São Paulo: n-1 edições, 2017.

PEDRON, Denise Araújo. **Um olhar sobre a Performatividade na cultura contemporânea: a performance como conceito e a produção artística de Diamela Eltit.** Tese defendida. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

PELBART, Peter Pál. **Da clausura do fora ao fora da clausura: loucura e desrazão**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

_____. **Vida capital: ensaios de biopolítica.** São Paulo: Iluminuras, 2003.

QUILICI, Cassiano Sydow. O ator-performer e as poéticas da transformação de si. São Paulo: Annablume. 2015.

VILLAR, Fernando Pinheiro. "performanceS". In: CARREIRA, André Luiz Antunes N. [*et al*.] (Org.). Mediações performáticas latino-americanas. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2003.

POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS NA DIFÍCIL LUTA PELO DIREITO À MORADIA: o caso da Ocupação Mama África em Niterói, RJ.

BIENENSTEIN, REGINA; GORHAM, CYNTHIA; BIENENSTEIN, GLAUCO; VERMIL, RAPHAEL

Universidade Federal Fluminense. Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos e Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua Gavião Peixoto, 343, apto. 2106, Icaraí, Niterói, RJ, CEP: 24.230-093
bienenstein_regina@id.uff.br
2. Universidade Federal Fluminense. Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos
Rua General Pereira da Silva, 237, apto. 901, Icaraí, Niterói, RJ, CEP: 24.220-030
cgorham@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense. Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbanos / Laboratório Globalização e Metrópole e Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
Rua Dr. Souza Dias, 79, apto. 701, Icaraí, Niterói, RJ, CEP: 24.230-400
gb@id.uff.br

4. Universidade Federal Fluminense. Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos
Rua General Savari, lote 07, quadra 119, Jardim Bom Retiro, São Gonçalo, RJ, CEP: 24.726-020
raphaelvermil@id.uff.br

RESUMO

O artigo discute as dificuldades, obstáculos, estratégias e avanços de movimentos insurgentes na conquista do direito à moradia em um cenário urbano que tende a privilegiar os negócios em detrimento dos direitos e necessidades da população. Toma como caso referência a Ocupação Mama África, situada em Niterói, RJ, que luta contra a remoção e por melhorias de suas condições de moradia, examinando sua trajetória junto ao Fórum de Luta pela Moradia, uma rede de comunidades que coletivamente lutam por seus direitos e cujas atividades são desenvolvidas para chamar a atenção do poder público e da população sobre os problemas enfrentados pela parcela mais pobre dos moradores de Niterói. A comunidade é formada por 26 famílias de baixa renda, majoritariamente mulheres, que ocuparam, ainda na década de 1980, dois casarões e respectivos terrenos. Está situada no bairro de São Domingos, onde se localizam os dois principais campi da UFF. Trata-se de um bairro vizinho ao centro da cidade, em processo de valorização, resultado da proximidade da universidade e de ações recentes do Executivo Municipal voltadas para a revitalização da região central da cidade. Na década de 2010, a interdição dos imóveis pela Prefeitura de Niterói, com a alegação de risco de desabamento, impulsionou a organização dos moradores e a busca por apoio na luta que iniciavam contra a ameaça de remoção. Nesse movimento, eles encontraram suporte jurídico na Frente Internacionalista dos Sem Teto e assessoria técnica no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense, o que garantiu, ainda que provisoriamente, sua permanência. A assessoria técnica resultou na elaboração, em conjunto com os moradores, de um projeto de reforma e adaptação daquele espaço, de modo a oferecer condições adequadas de moradia a todas as famílias. Apesar de, em 2013, o projeto ter sido declarado pelo recém-empossado prefeito, como possível modelo de habitação de interesse social para o município, nada ocorreu. Assim, em 2018, frente ao descaso da Prefeitura, foi

desenvolvida atividade de uma semana, um mutirão que incluiu a pintura da fachada principal e a realização de grafites nas paredes dos corredores internos, além da instalação de faixa ao longo da testada convocando as autoridades a tomarem providências. A iniciativa aponta para a possibilidade de articulação de diferentes grupos sociais e ativistas com as questões urbanas. Destaca também o papel da universidade pública socialmente referenciada que, em suas pesquisas e atividades de extensão, busca a participação e o envolvimento de seus alunos, desde o seu ingresso, com os problemas que afligem as classes populares. A repercussão alcançada em diversas mídias locais, algumas de grande abrangência, e o apoio, inclusive financeiro, de instituições e moradores de diferentes pontos da cidade são indicativos das possibilidades de articulação e reforço derivados desse modo de conduzir e incentivar a luta pela moradia e por melhores condições de habitar. No entanto, isso não ocorreu sem o enfrentamento de obstáculos e reveses, indicando que esse processo merece ser examinado, buscando-se apontar perspectivas de desdobramentos e possíveis avanços.

Palavras-chave: Movimentos insurgentes; Assessoria técnica; Habitação de interesse social.

INTRODUÇÃO

A Ocupação Mama África, composta por 26 famílias, majoritariamente por mulheres negras, está situada em São Domingos, zona sul de Niterói, entre dois campi da Universidade Federal Fluminense, bairro que ainda guarda algumas das características do período colonial, com casarões, alguns abandonados e em franco estado de deterioração, outros ocupados por famílias de baixa renda (Figura 1).

Figura 1 – Localização da Ocupação Mama África, Niterói, RJ. Em amarelo o perímetro da Operação Urbana Consorciada da área central

A comunidade ocupa dois antigos casarões e seus respectivos terrenos e sua origem está ligada a jovens egressas de um orfanato, situado no município Barra do Piraí, RJ (Orfanato Oswaldo Aranha). Conforme foram chegando ao local, a partir da década de 1980, passaram a dividir o espaço com famílias que as antecederam na ocupação. Além do espaço interno dos casarões, em toda a área externa dos dois terrenos foram construídos pequenos cômodos

que funcionam como habitações, separadas apenas por estreitos corredores de acesso ao fundo do terreno em aclive.

O processo de valorização da terra, fruto do avanço do mercado imobiliário na cidade, principalmente a partir dos anos 1990, progressivamente significou a possibilidade de um processo de gentrificação, com a expulsão branca da população mais pobre. Mama África, assim como outras ocupações vizinhas, logo começou a sofrer sucessivas ameaças de remoção por parte da Prefeitura de Niterói, justificadas sempre com argumentos de risco de desabamento.

Com o objetivo de resistir a tais intimidações, buscaram o apoio externo à luta que iniciavam. O apoio jurídico da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST) e o suporte técnico do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF)[1], ao qual se somou o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ETTERN/IPPUR/UFRJ), permitiu garantir a permanência dos moradores e moradoras, assim como a manutenção de sua cultura, hábitos e laços de sociabilidade. Possibilitou também elaborar o Projeto Popular Mama África, que expressa seu direito de continuar no local ocupado, com condições adequadas de habitação, salubridade e saneamento, além de afirmar o de decidir seus próprios destinos. Todas as propostas nasceram da troca de experiências e conhecimentos entre a comunidade e as universidades, e

[1] O trabalho do NEPHU–UFF teve origem em fins de 1982, a partir da solicitação de assessoria técnica encaminhada por uma favela ameaçada de remoção total, e sua institucionalização se deu em 1986, em face dos resultados obtidos nesse primeiro projeto. Neste Núcleo se integram atividades de ensino, pesquisa e extensão e dele participam professores, técnicos e estudantes de várias áreas do conhecimento (arquitetura e urbanismo, engenharia civil, geotecnia, ciências sociais, economia, serviço social, comunicação, direito etc.). No que se refere às atividades de extensão, o referido Núcleo está primordialmente voltado para a assessoria técnica ao movimento popular pela moradia, atuando sempre a partir da solicitação das comunidades.

atendem aos critérios exigidos pelos órgãos públicos de financiamento para habitação de interesse social.

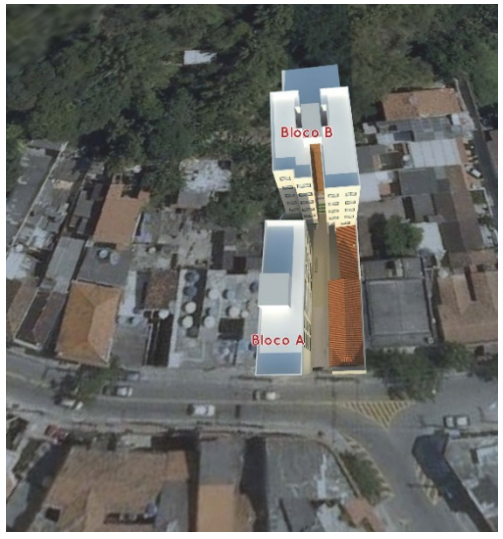
O PROJETO popular da ocupação MAMA ÁFRICA

A proposta do Projeto Popular da Ocupação Mama África define uma nova forma de planejar em que é a comunidade que assume o protagonismo do processo e afirma seu direito de decidir seu próprio destino. Nele, os moradores levantaram seus problemas, cadastraram os moradores, apontaram suas prioridades e necessidades, e escolheram soluções a partir de um leque de alternativas desenvolvidas pelas equipes técnicas das universidades, em termos de moradia, saneamento e meio ambiente, e atividades a serem desenvolvidas naquele espaço. Isto foi feito através de visitas a campo, reuniões de orientação e inúmeras assembleias com os moradores (Figuras 2 e 3).

Figura 2 – Situação em 2013
Figura 3 – Reuniões e assembleias com moradores

A análise das condições físicas dos dois casarões apontou para a manutenção e recuperação de um deles e o não aproveitamento do outro, tendo em

vista seu estado extremamente precário. Assim, e com base na composição familiar identificada na Ocupação, foi prevista a construção de dois edifícios de cinco pavimentos, com a proposta, em cada um deles, de espaço para futura instalação de elevador. Nesses blocos, foram distribuídos: a) apartamentos de quarto e sala, destinados a pessoas sozinhas e casais sem filhos; e b) apartamentos com sala e dois quartos para famílias compostas por um dos pais com filhos ou casal com filhos. O casarão preservado abrigará duas unidades habitacionais térreas, uma biblioteca, ampliando e adequando o pequeno espaço de leitura existente e utilizado pelas crianças, e ainda duas salas, uma para atividades de artesanato desenvolvidas pela comunidade e outra, comunitária, para reuniões e atividades de cunho cultural e social, um espaço para atividades coletivas desenvolvidas pela comunidade. O projeto manteve as características locais da área de serviços (lavanderia e secagem de roupas), hoje junto à cisterna, como área de uso coletivo, melhorando suas condições de funcionamento.



Figuras 4 e 5 – Projeto Popular – Localização e perspectiva.

Processo de luta pelo projeto popular da ocupação MAMA ÁFRICA

Apesar dos marcos regulatórios representados pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Cidade/2001 e a Lei no 11.977/2009, enunciando princípios e diretrizes e facilitando o tratamento da questão habitacional e da regularização fundiária de ocupações informais, e ainda do arcabouço de planejamento composto pelo Ministério das Cidades (2003) e pelos programas e planos implementados a partir dele, apesar de toda esta legislação, a reforma urbana ainda está por acontecer.

Na verdade, desde a década de 1990, o que se tem testemunhado é uma prática de planejamento que se firma, enquanto exercício do *city marketing* (S, através do planejamento de exceção, do planejamento pontual por projeto, da limpeza e resgate de territórios para a ampliação das fronteiras de atuação do capital imobiliário. Abandona-se o enfrentamento de sua complexidade política, social, econômica e ambiental, e as necessidades da classe trabalhadora e dá-se lugar à lógica mercantilista de apropriação e uso do espaço urbano, preparando-se assim a cidade para os negócios e não para as pessoas.

É neste cenário que uma parcela significativa das famílias de baixa renda tem como alternativa de moradia a ocupação informal de áreas ambientalmente frágeis e inadequadas ou de imóveis desocupados ou subutilizados. Mesmo assim, não tem sido sem luta e conflitos que esses grupos conseguem se manter nos espaços conquistados (Bienenstein et.al., 2016).

Niterói não tem sido exceção neste cenário. Também a partir da década de 1990, é iniciado o movimento do poder público municipal no sentido da afirmação da cidade como mercadoria a ser vendida, disputando recursos e investimentos.

Em 2013, ao assumir a gestão municipal de Niterói, o candidato do Partido dos Trabalhadores cria, junto ao movimento popular pela moradia da cidade, grande expectativa de possíveis conquistas. A oportunidade de apresentar o Projeto Popular ao recém-empossado prefeito representou um momento de grande esperança para os moradores, a partir de sua declaração de que este Projeto Popular específico poderia se tornar um modelo de aproveitamento de imóveis vazios e subutilizados para habitação de interesse social.

No entanto, logo ficou clara a diretriz de planejamento que o Executivo municipal privilegiaria, com a adoção de uma proposta de Operação Urbana Consorciada voltada para a revitalização da área central da cidade (Sousa, 2016), apresentada pelo grande capital imobiliário, e que iria gerar intensa valorização fundiária num recorte territorial caracterizado pelas ocupações informais, moradia e comércio populares. Nesta área está localizada a Ocupação Mama África.

A partir dessa primeira ação, outras se seguiram, todas seguindo o receituário do planejamento estratégico voltado para consolidar a cidade amigável aos negócios. Foram assim propostos o Plano Urbanístico da Região de Pendotiba, o Projeto Orla de Recuperação da Lagoa de Piratininga, um Projeto de Mobilidade com abertura de túnel em Icaraí, que beneficiaria uma restrita parcela deste bairro, além da construção da via Transoceânica com a abertura do túnel Charitas-Cafubá.

A partir da reeleição do prefeito, em 2016, a mesma política é continuada, mas a gestão acaba cedendo à pressão pela elaboração da revisão do Plano Diretor, aprovado em 1992. A proposta do Executivo municipal prioriza a preservação ambiental, defende o adensamento da cidade, mas adia o tratamento de questões básicas, como a mobilidade, o uso e ocupação do solo e a habitação de interesse social. A proposta não contempla a reserva de terra para futura implantação de moradia popular e a identificação de todos os assentamentos populares, como Áreas de Interesse Social (vazias e ocupadas), se recusando a reconhecer a Ocupação Mama África como local de moradia de interesse social. Importante considerar que Niterói é uma cidade com a mais alta renda familiar do estado do Rio de Janeiro de um lado e, de outro, com um déficit habitacional estimado em 15 mil unidades[2], apresentando 85 assentamentos populares precários, onde se distribuem cerca de 40 mil moradias[3].

A repercussão do Projeto Popular da Mama África junto aos responsáveis pela política habitacional no município permitiu a abertura de negociações com a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, articulação essa que se estendeu à Caixa Econômica Federal e tornou possível a hipótese de captar recursos através do Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades (PMCMV-e). Para isso, foi necessário encontrar um parceiro habilitado junto ao Ministério das Cidades e que tivesse quotas do Programa, o que foi conseguido por meio de parceria com a ONG Soluções Urbanas[4] Porém, com a lentidão das negociações e as inúmeras exigências a serem cumpridas, a dificuldade de ter a proposta efetivada logo ficou evidente. Essa situação foi agudizada pelos cortes no PMCMV-e, efetivados a partir de 2016, e com a recusa do município em utilizar recursos próprios.

Neste quadro, os moradores perceberam a importância de participarem de coletivos que agregassem outras comunidades que também lutam pelo direito à moradia. Incorporaram-se assim ao Fórum de Luta pela Moradia de Niterói e São Gonçalo, movimento criado em 2017, que reúne moradores e lideranças de territórios populares e busca colocar na pauta da política

[2] Segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de 2011.

[3] UFF; ONU-Habitat, 2012.

[4] Criada em 2002, a Soluções Urbanas é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento de projetos de habitação e desenvolvimento socioambiental Disponível em: <http://www.solucoesurbanas.org.br/quem-somos>. Acesso em 30.05.2018.

pública a questão do direito à moradia e à cidade, entendendo que somente com luta coletiva será possível avançar na conquista desses direitos.

Reunindo-se quinzenalmente, o Fórum discute estratégias para a condução dos casos emergenciais, como ameaças de remoção, perigos de agravamento de situações de risco de escorregamento, solução para famílias que perderam suas casas e a própria discussão e preparação para participar de audiências públicas sobre os projetos apresentados pelo Executivo municipal. Este Fórum tem a assessoria técnica do NEPHU/UFF e jurídica do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH/DPE).

Essa articulação do Fórum com o NEPHU/UFF deu origem a um Programa de Extensão Universitária que articula cinco áreas do conhecimento da própria universidade: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Direito, Serviço Social e Comunicação. É composto por sete projetos, que estão voltados para a elaboração de diagnósticos e planos populares, desenvolvimento de ações de defesa jurídica das comunidades que integram o Fórum, ações sociais e a comunicação entre os integrantes deste movimento, divulgação de seus direitos e deveres, além da promoção de eventos voltados para a formação e capacitação de seus integrantes para a defesa do direito à cidade e à moradia. É objetivo do Programa também chamar a atenção para o problema de moradia que atinge inúmeros territórios populares, entre eles a Ocupação Mama África.

Nesse contexto, foi proposta a atividade aqui estudada, como forma de dar visibilidade à causa e de protestar contra a inépcia da Prefeitura.

A SEMANA DE ATIVIDADE

Um dos principais objetivos do Fórum é, por meio de eventos diversos, dar visibilidade ao problema de moradia enfrentado por parte significativa das famílias residentes nos municípios de Niterói e de São Gonçalo. O suporte técnico de uma universidade pública, socialmente referenciada, está voltado, por meio de suas pesquisas e atividades de extensão e com a participação e o envolvimento de seus professores, pesquisadores e alunos, para desenvolver estudos, planos e projetos populares que funcionem como instrumentos de defesa de direitos daquelas comunidades e que contribuam para a formação de novos profissionais comprometidos e capacitados para resolver os problemas que afligem as classes populares.

Neste sentido, foi proposta a realização da atividade na Ocupação Mama África, de modo a dar maior visibilidade para a precária situação da comunidade e provocar as autoridades a tomar providências urgentes. Esta atividade pretendia, mesmo não resolvendo os graves problemas enfrentados por aquelas famílias, uma maior articulação de diferentes coletivos, grupos sociais e ativistas, e divulgar amplamente as suas lutas. O mote principal do evento estaria na manifestação anterior do governo municipal, que teria apontado o Projeto Popular da Ocupação Mama África como modelo para Niterói. As atividades convergiam para um mutirão de pintura da fachada principal (o casarão de frente de rua e o muro de frente do casarão recuado), com a realização de grafites nos corredores internos de acesso à comunidade, além de instalação de faixa de protesto ao longo da testada.

O evento foi programado para o início do semestre letivo e possibilitou o envolvimento de estudantes calouros do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFF, tendo feito parte das atividades programadas para o "Trote Cultural"[5]. Representou uma experiência diferenciada de recepção aos calouros, escapando dos tradicionais festejos e pinturas dos corpos dos alunos, colocando-os frente a frente com a realidade de moradia de amplos

[5] Alguns dos alunos conheciam o Projeto Popular Ocupação Mama África e já haviam participado das reuniões do Fórum de Luta pela Moradia, o que os motivou a lançar mão do incentivo oferecido pela Pró-Reitoria de Graduação da UFF (PROGRAD/UFF). O projeto incentiva os novos universitários à realização de atividades socioculturais e voluntárias, agregando assim valores e experiências societárias às suas vidas acadêmica e pessoal.

segmentos dos trabalhadores. Ao aceitar a sugestão da equipe de professores e alunos do NEPHU, o Diretório Acadêmico do Curso de Arquitetura passou a indicar, aos calouros, o trote social como atividade colaborativa, o que permitiria dar aos novos alunos uma outra perspectiva sobre a cidade, a partir da visita e do contato com uma comunidade vizinha às instalações da Escola de Arquitetura e Urbanismo, assim como colocar a "mão na massa", pintando paredes.

Foram realizadas várias reuniões e atividades prévias de organização para a elaboração de orçamento, abertura de campanha de financiamento coletivo online para a arrecadação de fundos que viabilizasse a compra do material necessário, realização de breve vídeo ilustrativo para a plataforma de financiamento, com depoimento dos moradores, venda de rifas (de dois livros e uma bicicleta montada por profissional morador da Ocupação), além da distribuição desses afazeres e a compra do material necessário. A mobilização e o envolvimento da comunidade e dos coletivos do Fórum assumiram papel central na organização.

O evento propriamente dito estendeu-se por uma semana e compreendeu as seguintes atividades:

(i) Roda de conversa com a participação de calouros, alguns moradores da comunidade e a equipe do NEPHU/UFF. Os temas compreenderam a responsabilidade social da universidade pública e gratuita e do profissional de Arquitetura e Urbanismo; as atividades de extensão universitária desenvolvida pelo NEPHU; o problema habitacional da classe trabalhadora; além da apresentação das principais características e demandas da Ocupação Mama África (Figura 6);

(ii) Preparação e execução do emboço das paredes da fachada, realizada por moradores da própria comunidade e de outras áreas populares, com a participação e acompanhamento de profissionais da construção civil e a contratação de pedreiro e servente de outra comunidade (Figura 7).

(iii) Pintura das paredes a serem grafitadas, contando com a participação de 25 calouros que passaram a manhã na comunidade conversando com os moradores, aprendendo a misturar tinta e aplicar sobre as paredes. Nessa ocasião os estudantes tiveram a oportunidade de aprender um pouco sobre o Curso que estavam ingressando, conforme seus relatos gravados e divulgados, contendo depoimentos entusiasmados por estarem participando do que identificavam como uma iniciativa com propósito de ação social (Figuras 8 e 9);

(iv) Execução de grafites, por grupo popular de uma comunidade próxima, Morro do Estado, nas laterais dos corredores, com motivos escolhidos pelos próprios moradores, incluindo o desenho do continente africano encabeçado por cabeça feminina e uma homenagem à vereadora e ativista negra Marielle Franco, assassinada naquela semana (Figura 10);

(v) O mutirão para a pintura da fachada e a instalação de faixa de protesto "Prefeito, já temos o projeto. Queremos a obra" - ao longo da fachada foram realizadas no último dia do evento. Foi um momento de confraternização, organizada pelas mulheres da comunidade, que se mostraram especialmente ativas, ocupando parte da via com brincadeiras e jogos ao longo da tarde. Nesta mesma ocasião foi lido um breve manifesto dos moradores que, gravado, seria utilizado para a divulgação dos problemas de moradia nas redes sociais (Figura 11).

Figura 6 – Roda de conversa com calouros / Figura 7 – Emboço das paredes (Fotos de Guina Ramos)

Figura 8 e 9 – Calouros reunidos e pintando as paredes (Fotos de Guina Ramos)

Figuras 10 – Execução de grafite e 11 – Confraternização dos moradores e apoiadores (Fotos de Guina Ramos)

A visibilidade do empreendimento foi garantida através de sucessivas publicações de divulgação nas redes sociais, assim como através da imprensa, tendo sido publicadas matérias ao longo da semana pelas mídias locais[6]. A repercussão alcançada e o apoio, inclusive financeiro, de instituições e moradores de diferentes pontos da cidade foram indicativos das possibilidades de articulação e de reforço derivados desse modo de conduzir e incentivar a luta pela moradia e por melhores condições de habitar (Figura 12). Sem dúvida alguma após todos estes eventos, físicos e virtuais, a comunidade ganhou maior visibilidade. Diversas pessoas queriam entender melhor onde se situava e quais eram as condições do local. Um incidente também é marcante da promoção que as atividades alcançaram: um anônimo chega

[6] Jornais O Fluminense, Toda Palavra, portal online do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - RJ e caderno local do jornal O Globo.

à comunidade em uma noite e, intimando, exige a remoção da faixa que sugeria ao prefeito a tomada de providências. Ainda que expressa de uma maneira não desejada, a comunidade foi notada. Pode-se afirmar que, com todas as dificuldades, o objetivo tinha sido alcançado, ainda que em parte.

TODA PALAVRA do dia

Está nascendo o primeiro jornal diário para celular de Niterói

Primeira página | Niterói | País/Mundo | Estado/Cidades | Outras editorias

Edições anteriores - Niterói

Mutirão solidário muda a cara da Ocupação Mama África em Niterói

March 15, 2018

A comunidade Mama África vai realizar, em parceria com estudantes da UFF e o Fórum de Luta pela Moradia de Niterói, no próximo 17/3, a última etapa de um mutirão de reforma da sua fachada e renovação da pintura e grafite dos espaços internos. No último 13/3, calouros da Arquitetura da UFF participaram de uma primeira etapa do mutirão. Nestas quinta (15/3) e sexta (16/3), será feita a grafitagem dos corredores com artistas do Morro do Estado e outros. Neste sábado, será concluído o acabamento da obra e haverá uma grande confraternização com comida boa e bebida, além de apresentações de teatro e música.

Figura 12 – Matéria publicada no jornal Toda Palavra, 18.03.2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta de comunidades pelo direito à moradia, assim como pelo direito à cidade, vem sendo uma constante em Niterói. O privilégio dado ao capital imobiliário remonta, no mínimo, às três últimas décadas, tendo se agravado paulatinamente. A demonstração da falta de vontade política para implementar uma política pública voltada para a HIS é notória. Instrumentos do Estatuto da Cidade, como a demarcação de áreas/imóveis com a Ocupação Compulsória, IPTU progressivo, Direito de Preempção, simultaneamente com Área de Interesse Social, voltados para garantir a função social da propriedade, a regularização fundiária e a urbanização de áreas populares, são relegadas para um futuro sempre sem data. Na verdade, as sucessivas gestões municipais têm se recusado a efetivamente tratar do problema de moradia que aflige os trabalhadores mais pobres da cidade. Nos últimos anos, com o Programa Minha Casa Minha Vida, a única ação tem sido a construção de conjuntos habitacionais. Ainda que se reconheça o avanço que foi a implantação dessa política nos últimos anos, esta ainda guarda inúmeras falhas ou incompletudes que não estão dirigidos a atender os interesses da classe trabalhadora mais pobre. A fundação do Programa se estrutura - equivocadamente - sobre o setor empresarial que decide os terrenos que melhor lhe atende às necessidades de reduzir custos, que recaem também na baixa qualidade das construções. Estes empreendimentos são realizados, se não em terrenos inadequados, sempre na periferia, em locais com valores mais acessíveis aos construtores e, no entanto, mais caros para a população, na medida em que lhes impõem não somente um gasto financeiro, mas também horas a mais de transporte até o local de trabalho, isto acontecendo em uma cidade com graves problemas de mobilidade e engarrafamentos em qualquer hora do dia. Além da distância do local de origem, que resulta na perda de referências culturais, a adoção de sorteio na distribuição das unidades habitacionais e não de escolha pelas famílias contempladas destrói as redes sociais previamente existentes.

Fator adicional a esse cenário de descaso com o direito à moradia pode ser atestado por recente divulgação de prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FUHAB - ao Conselho Municipal de Política Urbana (abril 2018)[7], quando ficou evidenciado que o problema não é a falta de recursos financeiros, já que a expectativa de investimento em

[7] Gravação disponível em: <https://youtu.be/a8mAmhgEtCs>

construções destinadas a HIS para 2018 é de apenas aproximadamente 20% do valor deste Fundo[8].

Nesse contexto, o trabalho realizado junto com as comunidades que integram o Fórum de Luta pela Moradia, entre elas, como mostra o presente relato, a atividade realizada na Ocupação Mama África, é revelador também das dificuldades, em particular o cansaço e o desânimo que, de modo geral, se abatem sobre essa parcela da população que, além de buscar cotidianamente sua sobrevivência, deve ainda lutar por direitos que a Constituição lhes garante. O esforço dessa população em participar de reuniões à noite, após longo dia de tarefas e trabalho, para discutir questões relativas à moradia, exige uma persistência e determinação que é frequente e subliminarmente minada por membros, mais ou menos, próximos do governo que acenam com facilidades que nunca chegam, mas que podem aplacar o ânimo para a luta. Não foi diferente com a realização deste evento, que não ocorreu sem o enfrentamento de obstáculos e reveses.

Considerando o nível de precariedade e pobreza dos moradores da Ocupação Mama África, e o tempo de luta, as dificuldades e as ameaças que têm enfrentado, não se poderia ter como expectativa uma organização e mobilização ininterrupta, forte e permanente. Na verdade, esta comunidade, apesar de seu histórico de luta, não chegou a forjar uma liderança forte, criando uma estrutura horizontal frágil onde se sobressai um ou outro personagem. Assim, este processo tem se desenvolvido com altos e baixos, encontros e desencontros, mas sempre, porém, numa curva ascendente. Isto se refletiu na própria organização do evento e no grau de participação dos moradores. O evento contribuiu para o envolvimento de moradores que, até então, pouco participavam das atividades e reuniões. O Fórum e seu trabalho passaram a ser mais conhecidos por esta comunidade assim como por apoiadores de outras comunidades. Ainda que os laços não tenham se estruturado da forma desejada, há a certeza de que “algo” aconteceu na vida daquelas famílias que se envolveram com a atividade. Da mesma maneira com todos os participantes do Fórum e os calouros e demais estudantes.

O desafio atual da luta da população da Ocupação Mama África é fazer chegar o Projeto Popular ao Executivo municipal e conquistar a sua implementação. Nesse sentido, estão programadas algumas outras atividades, como a publicação do Projeto Popular e sua apresentação para subsidiar o encaminhamento ao governo das reivindicações dos moradores. O Projeto Popular da Mama África torna-se assim, instrumento de luta. Ainda que a materialização final desejada, com a implantação das propostas nele contidas, possa estar em um futuro não muito próximo, a publicação poderá representar uma concretude necessária para o avanço e fortalecimento desta luta.

A Ocupação Mama África é mais um reflexo da realidade de moradia de uma grande parcela dos moradores (em torno de 25% em cidades do Sul, atingindo índices superiores no Norte e Nordeste do país) que constroem essa cidade e que deveriam ter direito à moradia digna sem ter que lutar por isso. Nesse cenário o NEPHU/UFF, parte de uma universidade pública socialmente referenciada, vem cumprindo seu papel de estar ao lado da classe trabalhadora, seja preparando profissionais para ir além do atendimento das demandas do mercado, mas para efetivamente responder às necessidades da sociedade, em especial a sua parcela mais empobrecida, além de gerar e disponibilizar conhecimento técnico que possa subsidiar movimentos insurgentes de luta pelo direito à cidade. A universidade pública e socialmente referenciada, ao se comprometer com esta pauta de atuação, cumpre sua função de devolver à sociedade o que dela recebe.

[8] Importante esclarecer que o saldo total do FUHAB de Niterói é da ordem de 13,5 milhões de reais, oriundos exclusivamente da Outorga Onerosa do Direito de Construir e respectivos rendimentos, embora haja outras fontes de recursos ali não computadas.

ReferênciaS BIBLIOGRÁFICAS

BIENENSTEIN, R.; **BIENENSTEIN G.;** FREIRE, E. H. B.; Limites e possibilidades da assessoria técnica na luta pelo direito à moradia e à cidade. In: *IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 2016, Porto Alegre. Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre: PROPAR / UFRGS, 2016. p. 1-16.

BIENENSTEIN, R. **et al.** *Monitoramento de indicadores socioeconômicos nos municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro: COMPERJ: boletim eletrônico de acompanhamento no município de Niterói: 2000-2010*. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2012. v. 1. 51p.

CAU-RJ. *Mama África realiza novo mutirão para reforma de sua fachada***.** Disponível em: <http://www.caurj.gov.br/mama-africa-realiza-mutirao-para-reforma-de-fachada/>. 13/03/2018.

O FLUMINENSE. *Mutirão revitaliza fachada de casarão.* Disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/en/cidades/mutir%C3%A3o-revitaliza-fachada-de-casar%C3%A3o>. 17/03/2018.

O GLOBO. *Mutirão vai revitalizar a comunidade Mama África, em Niterói* **Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/mutirao-vai-revitalizar-comunidade-mama-africa-em-niteroi-22475603#ixzz5CYdTAaFz>.10/03/2018.**

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial***.** Chapecó: Argos, 2003. 2ª ed. 2010.

SOUSA, Daniel Mendes Mesquita de. *Limites e possibilidades das operações Urbanas Consorciadas: Notas sobre o Caso da área Central de Niterói (RJ)***.** Dissertação (Mestrado em Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ. 2016.

TODA PALAVRA. *Mutirão solidário muda a cara da Ocupação Mama África em Niterói***.18/03/2018.**

eixo temático 3

Tecnopolíticas

Cartografia como ferramenta de denúncia e planejamento insurgente: experiências na "Cracolândia", São Paulo, Brasil

MARINO, ALUÍZIO. (1); LINS, REGINA. (2); ROLNIK, RAQUEL. (3); VILLELA, FELIPE. (4); ANZEI, TALITA. (5)

1. Universidade Federal do ABC. Planejamento e Gestão do Território
Alameda da Universidade, s/n - Anchieta, São Bernardo do Campo - SP, 09606-045
aluizio.marino@ufabc.edu.br

2. Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Av. Lourival Melo Mota - Tabuleiro do Martins Maceió, Maceió - AL, 57072-900
reginalins.br@gmail.com

3. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
R. do Lago, 876 - Butantã, São Paulo - SP, 03178-200
raquelrolnik@usp.br

4. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Av. Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, 21941-485
flipvillela@gmail.com

5. Universidade Federal do ABC. Planejamento e Gestão do Território
Alameda da Universidade, s/n - Anchieta, São Bernardo do Campo - SP, 09606-045
talita.anzei@gmail.com

Resumo

Verificamos recentemente o crescimento de estudos e práticas cartográficas contra hegemônicas, compreendidas como campo emergente identificado como ativismos cartográficos. O artigo trata de uma experiência cartográfica em curso na cidade de São Paulo, nos bairros da Luz e Campos Elíseos - onde se localiza o fluxo da cracolândia. Identificada como "Fórum Aberto Mundaréu da Luz", e fruto de articulação entre universidades, instituições, movimentos sociais, coletivos culturais e/ ou antiproibicionistas, profissionais e cidadãos, propõe a partir de múltiplas leituras desse território a construção de um planejamento insurgente como alternativa às políticas institucionais em curso, marcadas por violência e remoções sistemáticas. Apresentam-se ao longo do artigo os processos de mapeamento desenvolvidos, suas potencialidades e limites, os resultados cartográficos existentes, incluindo a primeira versão de um plano urbanístico social para o território, nomeado "Campos Elíseos Vivo". Argumentamos que as metodologias e instrumentos cartográficos utilizados cumprem duas funções principais: (i) denunciar e dar visibilidade às sistemáticas violações de direitos humanos e (ii) subsidiar propostas coletivas para a elaboração e pré-figuração de uma experiência de planejamento insurgente

Palavras-chave: Ativismos cartográficos, cartografia, cracolândia, planejamento insurgente, território, Campos Elíseos Vivo.

Introdução

Os mapas, além de representações geográficas, são instrumentos políticos e representam também os interesses daqueles que detêm o saber cartográfico. A cartografia, como "ciência moderna" eurocêntrica, esteve historicamente vinculada à afirmação de uma hegemonia, configurando um campo de conhecimento - e poder - que proporcionou instrumentos imprescindíveis para o processo de dominação e colonização de territórios e culturas (LACOSTE, 1988).

Entretanto, emerge na contemporaneidade uma produção que denuncia a relação saber-poder presente na cartografia e se apropria de técnicas e conhecimentos para fins contra hegemônicos. Verificamos essa emergência a partir do final da década de 1990, principalmente em produções de cartografias colaborativas que envolvem universidades, organizações comunitárias, movimentos sociais, coletivos, ativistas e cidadãos (CRAMPTON e KRYEGER, 2008). Essa produção está diretamente ligada à consolidação de uma agenda participativa/comunicacional do planejamento territorial e a disseminação das tecnologias da informação, em especial dos Sistemas de Informação Geográficos Participativos - SIGP (LOBATON, 2009).

Na América Latina, especialmente na Argentina, Colômbia e Brasil, para muitos dos processos colaborativos inseridos em diferentes contextos: urbano, rural, comunidades tradicionais, a produção de cartografias é um elemento central. Os principais conceitos que descrevem essas experiências são: "cartografia social" (ASCELRAD, 2008 e 2010); "cartografia participativa" (SLETTO, 2009 & SLETTO et al., 2013); "cartografia da ação social" (RIBEIRO,

2009)[1]. Não detalharemos aqui suas especificidades, mas seus elementos comuns: o caráter colaborativo; a compreensão que o ato de mapear é um processo educacional e político e a ênfase em leituras territoriais do espaço vivido e de camadas invisíveis nas representações cartográficas estatais. Santos (2011) enfatiza que a produção cartográfica vinculada a essas práticas participativas constitui um "campo dialógico complexo e múltiplo", identificado como "ativismos cartográficos". Segundo o autor tal campo se faz presente através do uso de cartografias como (i) ferramenta de luta, articulação, denúncia de violações de direitos, visibilidade de potências e construção de alternativas; (ii) tecnologia social para gestão estatal / elemento mediador entre a sociedade e o poder público; (iii) softwares e sistemas de captura e representação de informações geográficas.

Trata-se de um campo em disputa que não necessariamente se traduz em produções cartográficas contra hegemônicas, podendo inclusive ser capturada por atores e interesses hegemônicos (Santos, 2011). São exemplos disso: espaços institucionais que adotam o selo da inovação política a partir de tecnologias de mapeamento como instrumento de participação social, mas cujo resultado não altera a lógica tecnoburocrática do planejamento e das políticas públicas; fornecimento de tecnologias "gratuitas" de mapeamento, em especial a empresa global *Google*, que proporciona o controle e a comercialização de informações com baixo nível de transparência e a atuação de ONGs internacionais com levantamentos censitários que subsidiam programas de microcrédito.

Neste artigo, apresenta-se uma experiência de fortalecimento das resistências e (re)existências em territórios populares, especificamente no território que

[1] Também merecem destaque as produções cartográficas do coletivo argentino "Iconoclassistas", que elaborou em 2013 um manual de mapeamento coletivo sob licença aberta, com reflexões sobre experiências cartográficas anteriores, metodologias, suportes e iconografias que podem ser replicadas (http://www.iconoclasistas.net/). As cartografias de denúncia, presentes na próxima sessão do artigo, utilizam algumas das iconografias disponibilizadas pelo coletivo.

compreende a intersecção entre os bairros da Luz e Campos Elíseos. Embora o tema das contradições existentes no campo dos ativismos cartográfico seja instigante e demande reflexões[2] não será tratado aqui. É nesse lugar da cidade onde se concentra o "fluxo" da Cracolândia - internacionalmente reconhecido pela cena de consumo e venda de substâncias químicas a céu aberto, em especial o *crack*.

Trata-se de um lugar que desde meados da década de 1990, tem sido sistematicamente objeto de repressão policial e demolições, articulados a anúncios de projetos de "revitalização" . Focalizaremos aqui em especial o processo que ocorreu a partir de maio de 2017, ano em que os governos municipal e estadual aumentaram significativamente o processo de militarização e destruição desse território, gerando uma série de remoções forçadas para viabilizar duas Parcerias Público-Privadas (PPPs) – a PPP Casa Paulista e a PPP do Hospital Pérola Byington. Neste contexto que surge o Fórum Aberto Mundaréu da Luz, uma experiência de "planejamento insurgente" (MIRAFTAB, 2009 e 2016; HOLSTON, 2016) para discutir futuros possíveis para o território.

O Mundaréu agrega diferentes atores em um processo que busca contemplar vozes historicamente silenciadas pelas intervenções urbanísticas nesse território. Um dos atores é o Observatório de Remoções, um projeto de pesquisa-ação que desde 2012 dá visibilidade aos processos de remoções forçadas e articula uma rede de resistência na região metropolitana de São Paulo. Os autores do artigo compõem a equipe do Observatório.Uma das principais estratégias adotadas pelo Mundaréu para compreender a complexidade, elaborar propostas e intervir no território foi a produção

[2] Alguns autores citados ao longo do artigo trazem exemplos de captura por parte de instituições e profissionais que impõe sua concepção de território na experiência cartográfica. SLETTO (2013) identifica ações com "espírito missionário", no qual a criação de mapas, de produtos é o objetivo central, ignorando o processo político, formativo e emancipatório da cartografia.

de cartografias coletivas, com a participação de moradores, ativistas, profissionais, estudantes e frequentadores do "fluxo".

Iremos apresentar ao longo do artigo os processos de mapeamento desenvolvidos, explicitando seu processo de elaboração, as potencialidades e limites e resultados ou objetos cartográficos.

Argumentamos que a produção cartográfica desenvolvida pelos grupos que compõem o Mundaréu cumprem duas funções principais: (i) denunciar e dar visibilidade às sistemáticas violações de direitos humanos na região e (ii) subsidiar a construção de propostas coletivas e prefigurá-las.

1. Cartografia como ferramenta de denúncia: violações, violências e remoções.

Demolições, lacramentos, remoções, incêndios, violência policial e internações forçadas são situações recorrentes nos bairros Luz e Campos Elíseos, área central de São Paulo. Essas situações ficaram mais evidentes a partir de 2005, quando, não por coincidência, foi lançado o projeto Nova Luz.

A relação direta entre os projetos de "revitalização" desse território com os processos de violência e violação de direitos foi o primeiro objeto cartográfico do Mundaréu da Luz. Para tanto, foi realizada uma produção cartográfica colaborativa, que contou com o envolvimento de pesquisadores, profissionais e ativistas com atuação consolidada na região.

O resultado é uma cartografia interativa que registra as ocorrências de violações de direitos desde 2005 na região, através de uma sequência de mapas que ilustra e denuncia a relação entre aumento da violência e ações do poder público. As fontes para os registros das ocorrências foram notícias em veículos da mídia empresarial, registros de mídias ativistas, denúncias de grupos de proteção, e observações de campo realizadas pela equipe do Observatório de Remoções. As informações foram organizadas em uma planilha, informando data, tipo, descrição, local com coordenadas geográficas e links de referência (quando existiam) de cada violação registrada.

Trata-se de uma cartografia que dá visibilidade e denuncia uma sistemática violação de direitos que impacta todo o território. Não somente os frequentadores do "fluxo", mas também famílias que residem majoritariamente em pensões e ocupações, assim comoos trabalhadores de assistência social e saúde que atuam na região.

A população pobre que reside em pensões, ocupações e assentamentos informais na cidade, sente os efeitos das políticas de remoção, vivendo em situação de "transitoriedade permanente" (ROLNIK, 2015). Nos Campos Elísios, a "guerra às drogas" – motivação apresentada pelo poder público – se transformou em justificativa para remover sujeitos considerados indesejados do território que ocupam, para abrir espaço para frentes de expansão imobiliária expressas através da ideia de "revitalização". Este quadro apenas agrava problemas mais amplos e estruturais como a falta de moradia adequada e o encarceramento em massa. Mais do que uma coincidência, a análise histórica e geográfica aqui apresentada questiona os interesses em torno dessas violações sistemáticas.

Sob a justificativa da internacionalmente fracassada guerra às drogas, o Estado abre espaço para uma política de reestruturação urbana excludente e violenta. Como mostra a cartografia na área central de São Paulo, as violações acontecem paralelamente à elaboração e implementação de projetos urbanísticos.

Portanto, a potencialidade dessa cartografia está no fato de dar visibilidade a uma problemática complexa. Entretanto, existem dois limites a essa produção cartográfica: (i) não consegue representar todas as violações que ocorreram nesse território, porque nunca existiu um esforço do poder público de registro e sistematização desses dados com transparência, e pelo

grande número de violações cotidianas invisíveis para a sociedade[3]; (ii) o próprio caráter de denúncia é também um limite, na medida em que o ato de denunciar se encerra em si mesmo, já que por si só a cartografia não traz alternativas para transformar essa realidade.

1.1 Resultados cartográficos: linha do tempo das violações

O projeto urbanístico Nova Luz, anunciado em 2005, mas nunca implementado previa a concessão urbanística de quadras inteiras da Santa Ifigênia para um concessionário privado que, podendo desapropriar e demolir, poderia abrir um espaço " limpo " para a atração de novos produtos imobiliários. Entretanto, mesmo sem o projeto ter sido de fato implementado, ele justificou a demolição de uma série de edificações – entre elas o prédio da antiga rodoviária, onde na época funcionava um shopping popular. Além disso, como podemos visualizar através das cartografias, verifica-se que as operações policiais coincidem com o perímetro do projeto.

No mesmo período do Nova Luz teve início a "Operação Limpa Cracolândia" (2005), que deslocou com violência os usuários do entorno da antiga estação da Luz para a região dos Campos Elíseos. A partir de então, verifica-se um deslocamento das ações de repressão para a alameda Dino Bueno, rua Helvetia e praça Júlio Prestes. Foi lá que o fluxo se instalou depois das operações policiais e demolições no âmbito do projeto Nova Luz.

[3] A partir de 2017, quando surge "A Craco Resiste", um coletivo cultural e antiproibicionista que realiza atividades regulares junto aos usuários – principalmente vigílias, ações de cuidado e intervenções artísticas –, houve um maior acompanhamento das violações de direitos na região, publicadas regularmente nas redes sociais. Anteriormente, inclusive em outros períodos de operações policiais como a Operação Sufoco, em 2012, não existiam grupos que registravam esses fatos diariamente, limitando qualquer cartografia por falta de dados.

No mesmo período, a favela do Moinho também sofreu com uma série de incêndios. Destaca-se que, assim como o pedaço onde se encontra atualmente o fluxo da Cracolândia, o local onde está a favela do Moinho é demarcado como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), desde 2004. Mesmo com a definição de uso para moradia popular, garantida pelo Plano Diretor, nunca se efetivou um projeto que procurasse solucionar a precariedade habitacional na região.

O ano de 2012 ficou marcado pela "Operação Sufoco" quando policiais militares e guardas civis metropolitanos reprimiram de forma violenta o "fluxo", realizando ações diárias na região. Uma das táticas da "Operação Sufoco" foi impedir as pessoas de parar na rua, obrigando todos a circular. A intenção era fazer com que abandonassem o local devido ao "sufocamento". Entretanto, não houve êxito. O fluxo continuou existindo e se espalhou mais.

Na época, ganhou repercussão na mídia as chamadas “procissões do crack” (RUI, 2013).

VIOLAÇÕES, VIOLÊNCIAS E REMOÇÕES (2009-2012)

Ocorrências nos bairros Luz e Campos Elísios, e a relação com os projetos urbanísticos e zoneamentos vigentes

LEGENDAS

Violência Policial
Ameaça de Remoção
Homicídio e Tortura
Internação Forçada
Demolições, Lacramentos e Remoções
Incêndios

: Perímetro do Nova Luz
: Zonaemento revogado (ZEIS-3)

0 100 200 300 400 m

labcidade

A partir de 2013, após a prefeitura desistir de implementar a concessão urbanística nova luz, observa-se pela primeira vez experiências alternativas de atuação do poder público nesse território. O programa “De Braços Abertos” oferecia moradia, trabalho e ações culturais e de redução de danos para usuários de drogas em situação de rua. Entretanto, nesse período ainda houve demolições - e consequentemente remoções - por parte do Governo do Estado. A justificativa apresentada na época era a construção do Complexo Cultural Luz, um teatro de ópera e dança, que – assim como os equipamentos culturais que já haviam sido implantados anteriormente, tais como a Sala São Paulo e o Museu da Língua Portuguesa – tinha como objetivo funcionar como um equipamento “âncora”, atraindo frequentadores e empreendimentos comerciais e residenciais para a área[4].

Com a revisão do Plano Diretor em 2014, verifica-se o aumento da demarcação de ZEIS na região. A insegurança e vulnerabilidade permaneceram. Um exemplo emblemático dessa afirmação é a Favela do Moinho. Nesse período houve novas ocorrências de incêndio na favela, e mesmo sendo o lugar demarcado como ZEIS não houve atendimento habitacional definitivo para a maioria das famílias. A insatisfação da população local traduziu-se em uma série de protestos, que foram duramente reprimidos pela polícia militar e pela guarda civil metropolitana.

VIOLAÇÕES, VIOLÊNCIAS E REMOÇÕES (2013-2016)

Ocorrências nos bairros Luz e Campos Elísios, e a relação com os projetos urbanísticos e zoneamentos vigentes

LEGENDAS

Violência Policial
Ameaça de Remoção
Homicídio e Tortura
Internação Forçada
Demolições, Lacramentos e Remoções
Incêndios

: PPP Habitacional
: ZEIS 3
: ZEIS 5

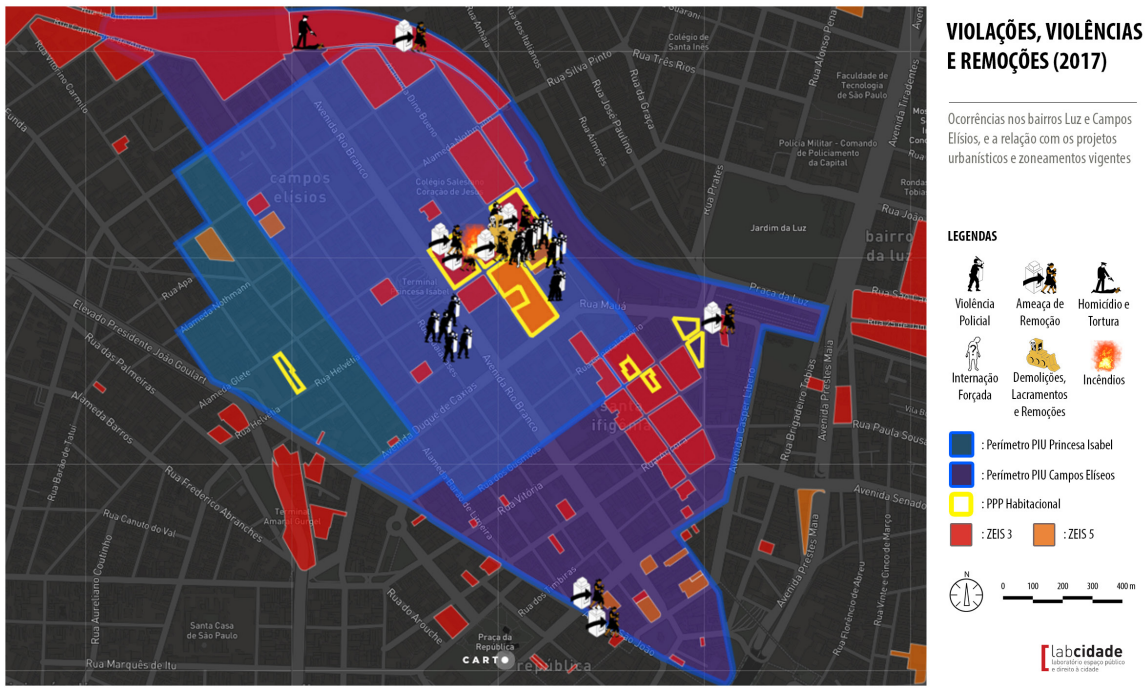
0 100 200 300 400 m

labcidade

[4] O projeto do complexo, assinado pelo escritório suíço Herzog & De Meuron, nunca saiu do papel.

Em 2017, apesar do reconhecimento da mídia e de pesquisadores de que a repressão policial não resolveria os problemas da região, há uma intensificação das violações, violências e remoções. O número de ocorrências entre os meses de maio e julho são os maiores desde 2005. Evidencia-se também uma maior violência institucional, com denúncias de tortura e assassinato de um morador da favela do Moinho por policiais militares. Em outro episódio, um jovem perdeu a visão de um olho atingido por uma bala de borracha na Praça Princesa Isabel, disparada por policias militares. Em outro caso com grande destaque na mídia, a prefeitura feriu três pessoas dentro de seus quartos em uma pensão vizinha ao prédio em ruínas que estava sendo demolido.

Todo esse triste cenário se desenrola concomitantemente a uma enxurrada de novos projetos urbanos para a região, especificamente os Projetos de Intervenção Urbana (PIUs) Princesa Isabel e Campos Elíseos; e duas PPPs, a de habitação proposta pela Agência Casa Paulista e a do novo hospital Perola Byington da Secretaria de Saúde, as duas propostas pelo do governo do estado.



Após a megaoperação policial em maio de 2017, o então prefeito, João Dória, chegou a afirmar que a cracolândia havia acabado. Entretanto, o acompanhamento dos fatos após esse período aponta para algo bem diferente: mesmo com a intensificação de operações policiais e remoções, a cracolândia não acabou. Na realidade, o fluxo passa a se deslocar com maior frequência, esquivando-se das operações policias e das recorrentes limpezas realizadas pela prefeitura três vezes ao dia. Esse deslocamento acontece principalmente entre diferentes alturas da Rua Helvetia, desde a praça Júlio Prestes até a praça Princesa Isabel. O movimento itinerante do "fluxo" pode ser acompanhado nos mapas pela presença dos ícones que correspondem à "violência policial".

Portanto, mais uma vez o discurso da guerra às drogas justifica violências contra o "fluxo" e as famílias que ali residem. Entre outras questões, essas ações violam os parâmetros da política urbana em vigor, já que a área alvo de demolições por parte dos governos municipal e estadual é uma ZEIS. Este instrumento do Plano Diretor prevê a permanência da população moradora de baixa renda e o da oferta de moradia popular, assim como a participação da população residente, via conselho gestor, na elaboração e implementação dos projetos de intervenção urbana naquele território.

Atualmente, o clima naquele território é de guerra, prejudicando todos os que ali habitam, trabalham e circulam. Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação (LAI) pelo portal Ponte corroboram com a cartografia (MELLO & MOTA, 2018). De maio até dezembro de 2017, foram realizadas 29 operações com bombas de efeito moral. Após a grande operação de maio, a insegurança também aumentou, como mostram dados divulgados pelo jornal O Estado de São Paulo, que via LAI constatou que o número de roubos registrados na região quase triplicou (TOLEDO, 2017).

2. Cartografia como prática insurgente de planejamento

"Planejamento insurgente", assim como a noção de "ativismo cartográfico" são conceitos emergentes que se contrapõem às linhas teóricas que os antecederam, compreendendo-as como resultado de um processo de colonização que influenciou diretamente a formação do pensamento sobre território e sobre cidade. No caso, a crítica do planejamento insurgente é direcionada às concepções "colaborativa", "comunicacional" (HEALEY, 1997 e 2003) e "radical" (FRIEDMANN, 1987 e 2011) do planejamento territorial. Tais concepções sustentaram o debate recente e influenciaram o desenho do planejamento territorial em diferentes países. A crítica aponta que o foco na dimensão técnica – instrumentos de planejamento – é insuficiente para alterar a estrutura social e política nas cidades, permanecendo ou até mesmo intensificando as desigualdades sócio territoriais. Em resumo essas concepções colonizadoras de planejamento territorial, mesmo abrindo espaços de participação institucional (convidados) que ampliaram significativamente o debate acerca das problemáticas urbanas, garantiram poucos avanços na direção de efetivamente transformar os modos de produção da cidade (ROLNIK, 2012). Mais do que a busca por um modo padrão (colonizador) de planejar o território, Miraftab (2009) apresenta a noção de práticas/experiências insurgentes de planejamento. São práticas contra hegemônicas, transgressoras e imaginativas, pois contestam a ordem, desconsideram as fronteiras entre formal/informal e experimentam alternativas.

O planejamento insurgente transfere o sujeito de sua teorização: do planejador para o planejamento. Trata-se de uma ruptura epistemológica e ontológica com os preceitos que guiaram o planejamento territorial, ou seja, é um novo tipo de planejamento, com outro significado e imaginação (MIRAFTAB, 2016).

> *"Na arquitetura conceitual do planejamento insurgente, planejadores profissionais nada mais são que um ator em um conjunto de atores que conformam o questionável campo de ação conhecido como planejamento. A preocupação principal é portanto com as práticas e não com seus atores." (MIRAFTAB, 2016: p. 368)*

Em um ensaio recente o antropólogo James Holston reflete acerca do "planejamento urbano insurgente" por meio de "rebeliões metropolitanas" ocorridas nas duas primeiras décadas do século XXI. Para Holston, imaginar um planejamento insurgente implica necessariamente no engajamento com movimentos de "cidadania insurgente" (HOLSTON, 2008) contemporâneos. "Insurreições urbanas" distintas, com motivações e localidades diferentes[5], mas que possuem características comuns: "a intersecção entre (1) fazer a cidade acontecer, (2) ocupar a cidade, e (3) reivindicar direitos" (HOLSTON, 2016: p. 192).

Essas revoltas urbanas se configuram como exemplos de planejamento insurgente, pois são prefigurações de uma nova ordem social desejada. Os sujeitos ativos desses processos insurgentes não se contentam com o modelo de representação vigente e experimentam outras formas de fazer política, como por exemplo a partir de assembleias horizontais, mídias abertas, aulas abertas, cartografias.

> *Esse processo político alternativo tem a capacidade de gerar novas formas associativas e organizacionais – com efeito, novas instituições – que substanciem uma cidadania urbana que, necessariamente, subverta as instituições pré-existentes. (HOLSTON, 2016: p. 201)*

Ainda segundo Holston, o elemento central do planejamento insurgente está nessas experiências políticas alternativos, protagonizados pelas

[5] O autor cita rebeliões metropolitanas no norte e no sul global, tais como: Occupy Wall Street (Estados Unidos, 2011), Indignados (Espanha, 2011), Dias de Fúria na Praça Tahir (Egito, 2011), Protestos no Parque Taksim Gezi (Turquia, 2013) e Jornadas de Junho (Brasil, 2013).

insurgências. Nesse sentido, aponta que o método de constituição de um planejamento insurgente inicia com a identificação e engajamento dessas experiências.

Para Miraftab, práticas de planejamento insurgente transitam entre os "espaços de ação convidados" e os "espaços de ação inventados". O planejamento insurgente não se faz apenas nos espaços de ação convidados, eles tensionam e desafiam a hegemonia ocupando os espaços de ação convidados, travando disputas institucionais, atuam como hackers, produzem rupturas e criam alternativas.

> *"O planejamento insurgente avança [...] ao abrir a teorização do planejamento a outras formas de ação, para incluir não apenas formas selecionadas de ação dos cidadãos e de organizações sancionadas pelos grupos dominantes, as quais designo de espaços de ação convidados; mas também as insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar – que designo de espaços de ação inventados." (MIRAFITAB, 2016: p. 368)*

O Fórum Aberto Mundaréu da Luz propõe uma experiência de planejamento insurgente que dialoga com os conceitos citados. Trata-se de uma iniciativa que partiu do encontro do Observatório de Remoções com organizações da sociedade civil atuantes no campo da redução de danos que engajou diferentes atores: coletivos e movimentos sociais, universidades, organizações da sociedade civil e também instituições públicas. Em sua estratégia de ação atravessa os espaços convidados e inventados, ao mesmo tempo que cria outras formas de ação política, também disputa e ocupa espaços institucionais, como por exemplo dois conselhos gestores de ZEIS, que foram criados após ação conjunta com o Ministério Público e que se configuram como um espaço fundamental na articulação com os moradores e comerciantes locais.

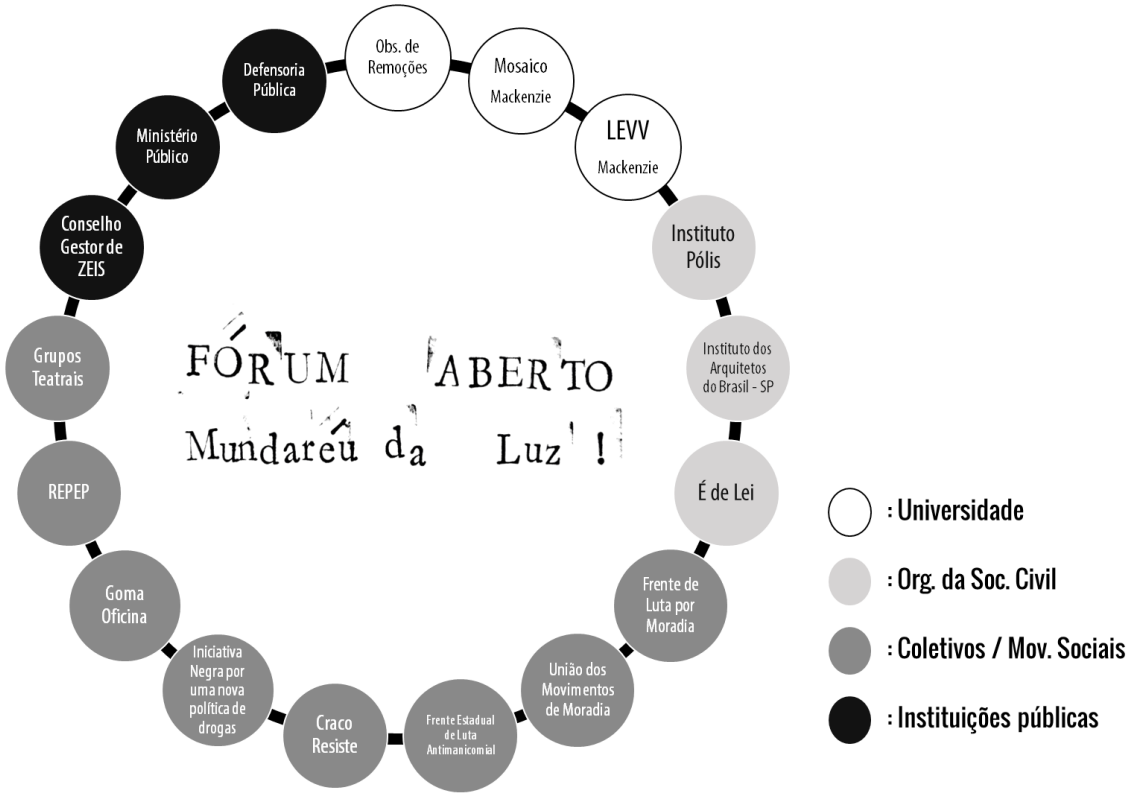


Imagem 1. Atores engajados no Fórum Aberto Mundaréu da Luz

O reconhecimento dos atores mostrou uma diversidade notável, tanto de moradores – pessoas que estão de passagem e residem em pensões, famílias que moram na mesma casa há mais de 50 anos, locatários de imóveis que residem e mantem o comércio no mesmo local, pessoas em situação de rua – como dos grupos e movimentos que atuam no território – coletivos culturais, antiproibicionistas, instituições de pesquisa, movimentos de moradia organizados, ocupações de moradia autônomas e instituições da área da saúde. Essa complexidade de atores implicou na necessidade de diversificar o método cartográfico, pensando em abordagens específicas para cada ator ou grupo.

2.1 Cartografias do fluxo da Cracolândia

A produção cartográfica mais desafiadora foi realizada em pleno fluxo de usuários de drogas na Cracolândia. Para buscar leituras e sonhos em uma situação tão vulnerável, fizemos um dia inteiro de atividades na rua Helvetia – um dos lugares com maior concentração de usuários – com diferentes tipos de dispositivos cartográficos coletivos[6] para estimular o envolvimento das pessoas. Iniciamos o dia com a montagem da uma geodésica de tubos de PVC. Após a montagem da geodésica, iniciamos a Rádio Mundaréu, com programação musical definida coletivamente. Dentro da geodésica, foi disposto um mapa do entorno impresso em lona, além de materiais para intervenção como ícones, adesivos e canetas. O último dispositivo foi um slam[7], que fechou o dia.

A intervenção conseguiu engajar um grupo muito diverso de pessoas. Os frequentadores do fluxo iam e viam a todo momento, mas houve um envolvimento especial com a rádio Mundaréu, onde eles colocaram para tocar muitos clássicos do rap nacional – principalmente grupos da década de 1990, como Racionais MC, Consciência Humana e RZO –, em alto e bom som. A cracolândia também é periferia, apesar de estar na área central da cidade. Muitos também experimentaram rimas e poesias no microfone aberto, mostrando que também existem potências nesse território estigmatizado pelas vulnerabilidades.

Entretanto, o dispositivo cartográfico mais usual presente nessa intervenção (mapeamento coletivo) foi mais apropriado apenas pelas crianças. Filhos das famílias que moram nas casas, pensões, ocupações e que ocupam as ruas do entorno principalmente aos finais de semana. Essa é uma constatação importante: as ruas do entorno do fluxo também são ocupadas frequentemente, o que demonstra a existência de uma vizinhança. As crianças ficaram fascinadas com os ícones adesivos e logo um grupo de aproximadamente dez passou a cola-los de maneira frenética no mapa. Para nossa surpresa, os ícones que mais chamaram a atenção das crianças e estamparam a cartografia foram os que tinham relação com a polícia.

Essa leitura territorial a partir da participação espontânea das crianças gerou um questionamento no grupo: a presença ostensiva da polícia no território é um elemento de segurança ou insegurança para as crianças? Apenas com o mapeamento coletivo era impossível responder a esse questionamento. Nesse momento ficou evidente a importância dos múltiplos dispositivos, pois conseguimos encontrar a resposta durante o slam. Quando um dos poetas convidados fez uma poesia em que gritava “Fora PM!”, foi nítido o incômodo dos agentes policiais e a debandada das crianças, que acompanhavam animados a competição de poesias. Após o término dessa poesia, algumas crianças retornaram e nos disseram o motivo de terem saído assustadas: “tio, a gente achou que eles iriam jogar bomba”. Ou seja, uma das principais leituras cartográficas da intervenção foi a profunda sensação de insegurança e medo diante da presença da polícia. .

[6] Compreendemos como dispositivos cartográficos coletivos, ações que promovem o encontro entre pessoas e estimulam a leitura e análise de um território comum. Identificamos como dispositivos pois contempla outros formatos, não apenas os mapas tradicionais.

[7] Slam é uma batalha de poesia, organizados por coletivos culturais e que acontecem principalmente no espaço público. Na região metropolitana de São Paulo existem pelo menos 30 slams, principalmente na zona leste da cidade. Trata-se de um formato que surge nos Estados Unidos, mas que no Brasil foi ressignificado pela cena da poesia marginal, que já tinha sua força nos saraus e raiz no movimento HIP HOP. O Slam Fluxo foi o que compôs a intervenção, ele é organizado por jovens da zona leste mas acontece mensalmente na escadaria do Teatro Municipal, sem autorização da gestão municipal.

A PRÓXIMA CIA
LUTA POR MORADIA
AV. PRIMEIRO DE MAIO
AV. PRESIDENTE VARGAS
AV. PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
AV. PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK
AV. PRESIDENTE CASTELO BRANCO
AV. PRESIDENTE KENNEDY
AV. PRESIDENTE TANCREDO NEVES
AV. PRESIDENTE ITAMAR FRANCO
AV. PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
AV. PRESIDENTE LULA
AV. PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF
AV. PRESIDENTE MICHEL TEMER
AV. PRESIDENTE JAIR BOLSONARO
AV. PRESIDENTE BOLSONARO
AV. PRESIDENTE BOLSONARO
AV. PRESIDENTE

do Programa de Braços Abertos, realizando diálogos com os moradores, registros visuais e intervenções com colagens nas fachadas[9].

Foto 2. Lambe da linha do tempo "Território em disputa", colado na mesma fachada onde estava o Jornal Mural do Coletivo Paulestinos

[9] O coletivo circula pela região colhendo relatos, histórias e realizando retratos dos moradores, comerciantes e usuários de droga. Toda essa pesquisa se transforma em lambes que são colados em grande parte das fachadas das casas e comércios. Junto aos moradores eles criaram o jornal mural, dispositivo para informações públicas e estratégia para fortalecer os vínculos comunitários. A fachada onde estava o jornal mural infelizmente já não existe mais, foi demolida em maio de 2018, assim como quase totalidade da quadra 36 em Campos Elíseos.

O suporte de mapeamento utilizado com os mediadores foi o mesmo que na intervenção realizada no fluxo da cracolândia, mas evidentemente o processo e o resultado foram completamente distintos. Entre as questões levantadas ao longo do mapeamento, destacam-se: (i) a refutação da suposta necessidade de revitalização, pois se trata de um território ocupado, onde já existe vida; (ii) a necessidade de transformar as condições de vida no território, desde que não haja remoções e que essas transformações sejam elaboradas por aqueles que ali vivem; (iii) a relação direta entre intervenções do poder público, do mercado imobiliário e de grandes empresas no processo de "revitalização" em curso – visível, por exemplo, nas recentes PPPs e nos investimentos e intervenções realizadas pela Porto Seguro, entre eles o "Fórum Revitalização do Centro", evento realizado em parceria com o jornal Folha de São Paulo, nos dias 19 e 20 de setembro de 2017 no SESC 24 de maio.

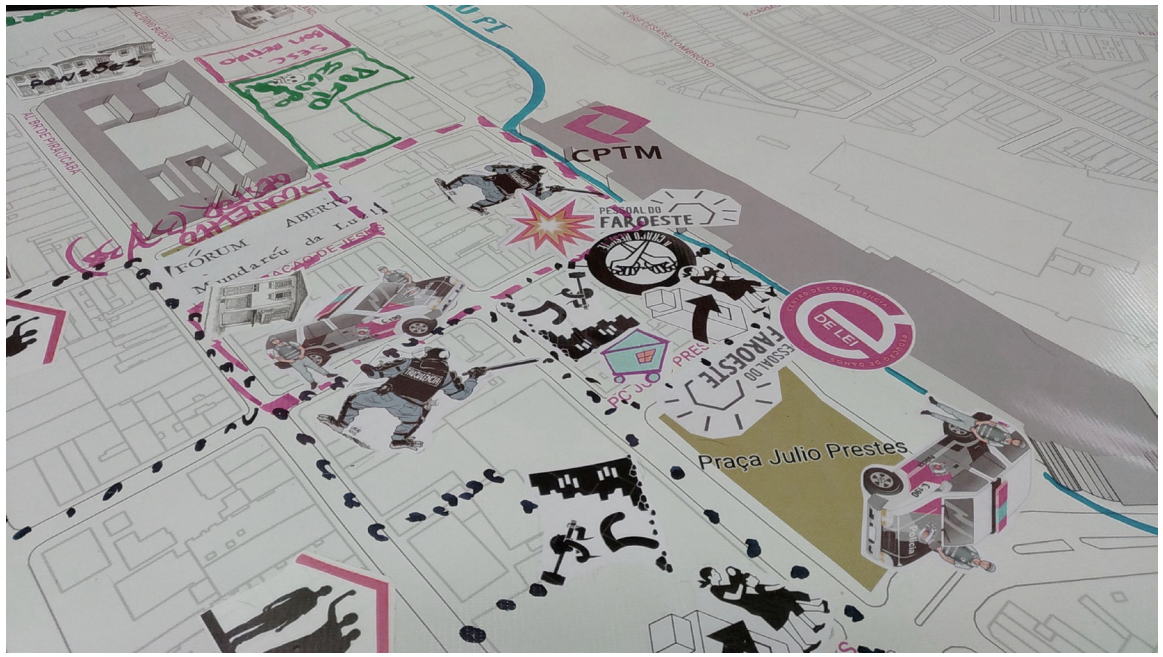


Foto 3. Recorte do mapa coletivo realizado pelos mediadores

Um dos painéis utilizados como dispositivo cartográfico tinha como objetivo levantar práticas sociais, protagonizadas pelas insurgências, que transformam o território e transgridem a ordem. O processo de discussão e as intervenções no painel evidenciaram a existência de uma diversidade de práticas, tais como: redução de danos, ações culturais no espaço urbano, educação/comunicação popular e ocupações de moradia, e a cooperação entre elas acontece em especial na intersecção de ações de redução de danos e artístico-culturais[10].

Foto 4. Encontro cartográfico na sede da Cia. Pessoal do Faroeste.

[10] As ações em rede de coletivos culturais, antiproibicionistas e instituições no campo da redução de danos e assistência social existem há pelo menos uma década no território, conformando um circuito de cooperação entre profissionais. Esses vínculos foram fortalecidos no período de vigência do Programa de Braços Abertos (DBA), entre janeiro de 2014 e dezembro de 2016.

Neste painel também apareceram lutas ou agendas amplas as quais essas práticas transformadoras estão conectadas, tais como: desencarceramento, antiproibicionismo / descriminalização das drogas, genocídio da juventude periférica majoritariamente preta ou parda, saúde mental, direito à cidade, direito à comunicação e reforma urbana. Um resultado cartográfico que nos mostra potências presentes no território e a complexidade por trás da experiência de planejamento insurgente, que possui um recorte local da Cracolândia, mas envolve a superação de problemáticas estruturais presentes na cidade.

Foto 5. Resultado do painel para reconhecimento de práticas sociais/insurgentes

As cartografias realizadas pelos mediadores do Fórum Mundaréu foram fundamentais para a experiência de planejamento insurgente. Em primeiro lugar, os dispositivos cartográficos coletivos auxiliaram na articulação entre os diferentes atores (instituições, coletivos, indivíduos) e temáticas abordadas (urbanismo, saúde, cultura, habitação) em um processo comum, que encontrou no território seu eixo de pesquisa e ação. Em segundo, o processo e os resultados cartográficos subsidiaram a elaboração de um plano urbanístico e social, uma alternativa aos projetos estatais anteriores e em curso no território. O plano insurgente, nomeado "Campos Elíseos Vivo", é transgressor, pois ultrapassou os espaços de ação convidados e estabeleceu um processo de construção coletiva no espaço público; contra hegemônico, pois articulou atores diversos, muitos criminalizados pelo poder hegemônico, em torno de denúncias e propostas que fissuram o *status quo*; e imaginativo, pois se configura como uma alternativa, não só de projeto, mas também ação concreta no território.

Considerações finais

As cartografias desempenharam papel fundamental na articulação do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, na produção e na pré-figuração de uma experiência de planejamento insurgente. Destaca-se também o fato das cartografias terem fundamentado as apresentações públicas do plano insurgente[11] e o impacto que as produções cartográficas tiveram nas mídia e redes sociais, em especial a cartografia de denúncia que foi alvo de reportagens e teve um grande número de visualizações e interações nas redes sociais.

Enfrentamos também alguns desafios ao longo dos processos cartográficos expostos no artigo. Alguns deles merecem atenção especial, nesse sentido elencamos três precauções: (i) por mais coletivas que sejam as cartografias, elas dificilmente vão representar toda a realidade, sendo fundamental traçar diferentes experimentos cartográficos para atualizar constantemente a leitura territorial sob a ótica de diferentes sujeitos; (ii) cada dispositivo cartográfico abre uma possibilidade distinta de leitura territorial, por isso é fundamental utilizar diferentes dispositivos, além dos recorrentes mapas coletivos, linhas do tempo e painéis; (iii) o processo cartográfico é ainda mais potente quando explora diferentes dispositivos, pois proporciona leituras complementares que podem desvelar conflitos e esclarecer relações complexas – como mostrou a intervenção no fluxo da Cracolândia, quando a leitura do mapa coletivo e a presença das crianças no slam de poesias evidenciou a relação de medo proporcionada pela presença da polícia.

O Fórum Aberto Mundaréu da Luz prossegue com sua articulação territorial, inclusive expandindo o conjunto de atores em torno da experiência. Também se pretende compartilhar os conhecimentos produzidos no Fórum para que experiências semelhantes possam ocorrer em outros contextos. O "Campos Elíseos Vivo" é um projeto-processo, que não está fechado e não tem um fim pré-estabelecido. Sua existência – em conjunto com outras práticas contra hegemônicas como o planejamento conflitual do Plano Popular da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, e do Plano Alternativo da Vila da Paz, em São Paulo, ambos elaborados no contexto dos megaeventos esportivos – demonstram que outro planejamento territorial é possível, no qual todos os atores importam e não apenas os profissionais do urbanismo.

O processo cartográfico é, portanto, um elemento central da experiência em torno do Mundaréu, na medida em que potencializa as micropolíticas e infrapolíticas presentes no contexto das disputas em torno da área central de São Paulo. Evidente que esse processo permanece em curso, e o artigo trata de uma leitura de parte dele, como um filme que dá conta de retratar, até um momento, uma história que prossegue. No período de fechamento do texto foram iniciados outros dois experimentos cartográficos: um por iniciativa dos alunos do grêmio e da professora de geografia da ETEC Maria Augusta Saraiva,

[11] Uma das estratégias estabelecidas pelo Fórum é realizar uma disputa institucional, ocupando os espaços de ação convidados e criando brechas junto ao poder público, inclusive estabelecendo parcerias com alguns agentes, especialmente o Ministério Público e a Defensoria Pública.

escola estadual de ensino técnico localizada em Campos Elíseos; e o "Fique Vivo" uma roda de conversa com os moradores e comerciantes recentemente removidos da região, que conta com mediação de professora e alunos do Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social (LEVV – Mackenzie).

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro, RJ: IPPUR/UFRJ. 2008

ACSELRAD, H. Mapeamento, identidades e territórios. In: Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFPR/IPPUR, 2010. p. 9-46.

CRAMPTON, J; KRYGIER, J. **Uma introdução à cartografia crítica.** In: Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2008. p. 85-112.

FRIEDMANN, J. **Insurgencies: essays in planning theory, London and New York: Routledge.** 2011.

FRIEDMANN, J. **Planning in the public domain: From Knowledge to Action, Princeton, NJ: Princeton University Press.** 1987.

HEALEY, P. **Collaborative planning in perspective.** Planning Theory, vol 2 (2): 101-123, 2003.

HEALEY, P. **Collaborative planning: shaping places in Fragmented Societies.** London: Macmillan, 1997.

HOLSTON, J. Rebeliões Metropolitanas e Planejamento Insurgente no século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 18, n. 2. pp. 191-204. Recife, PE: 2016.

LABCIDADE. Região da Luz em disputa: mapeamento dos processos em curso. 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B-n77aCjawPIenNNRGtKcFc4Q2c/view (acessado em: 03 de junho de 2018)

LACOSTE, Y. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas: Ed. Papirus, 1988

LOBATÓN, S. B. Reflexiones sobre sistemas de información geográfica participativos (sigp) y cartografía social. Cuadernos de Geografía, Issue 18, pp.9-23. 2009.

MIRAFTAB, F. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol. 18, n. 3. pp. 363-377. Recife, PE: 2016.

MIRAFTAB, F. **Insurgent Planning: situating radical planning in the global south.** Planning Theory - vol. 8(1). pp. 32-50. 2009.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social: região latino- americana e novo desenvolvimento urbano. In: Poggiese, Hector; Egler, Tâmara Tania Cohen (Org.). Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democratica. Buenos Aires. pp.147-156: 2009.

RISLER, J.; & ARES, P. Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Tinta Limón. Buenos Aires: 2013.

ROBIN, K. **Race Rebels: culture, politcs and the black working class.** Free Press. New York: 1994.

ROLNIK, R. Informal, ilegal, ambíguo: a construção da transitoriedade permanente. In: Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial .São Paulo: 2015. pp. 169-194.

ROLNIK, R. 10 Anos do Estatuto da Cidade: Das Lutas pela Reforma Urbana às Cidades da Copa do Mundo. In: RIBEIRO, A. C. T. et.al. (org.). Leituras da Cidade. ANPUR. Letra Capital: Rio de Janeiro. 2012. pp. 87-104

RUI, T. Depois da "Operação Sufoco": sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na "cracolândia" paulistana. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, 2013, pp. 287-310.

SANTOS, R. E. dos. Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. Revista Geográfica de América Central. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica: Semestre 2011. pp. 1-17

SLETTO, B. **I.;** BRYAN, J.; TORRADO, M.; HALE, C.; BARRY, D. Territorialidad, mapeo participativo y política sobre los recursos naturales: la experiencia de América Latina. Cuadernos de Geografía, Vol.22(2): 2013. pp.193-310.

SLETTO, B. **I.** "We Drew what We Imagined": Participatory Mapping, Performance and the Arts of Landscape-Making. Current Anthropology 50 (4): 2009. pp. 443-476.

Artigos de jornal e blogs (meio eletrônico)

MELLO, D.; MOTA, J. PM faz em média uma ação por semana com bombas de gás na Cracolândia. Ponte Jornalismo, São Paulo, 16 jan. 2018. Disponível em: <https://ponte.org/pm-faz-em-media-uma-acao-por-semana-com-bombas-de-gas-na-cracolandia/>. Acesso em 09 jun. 2018.

TOLEDO, L. F. T. Mesmo com ações policiais, cresce o número de roubos na região da Cracolândia. Jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, 07 ago. 2017. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,mesmo-com-acoes-policiais-cresce-o-numero-de-roubos-na-regiao-da-cracolandia,70001926479>. Acesso em 09 de jun. 2018.

Cartografias:

Violações, violências e remoções na região da Luz-Campos Elíseos. https://labcidadefau.carto.com/builder/e4276b70-601a-11e7-a793-0e98b61680bf/embed

Repositório cartográfico do Mundaréu da Luz: https://mundareudaluz.org/2018/03/14/cartografia/

CONTRACARTOGRAFIA DO GRAJAÚ: Repensando o território a partir das vivências

MASSIMETTI, FLÁVIA (1); RODRIGUES, MARLA (2); BASSANI, JORGE (3)

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP
Rua do Lago 876, São Paulo-SP, Brasil - 05508-080
flavia.massimetti@gmail.com

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP
Rua do Lago 876, São Paulo-SP, Brasil - 05508-080
marlarodrigues049@gmail.com

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP
Rua do Lago 876, São Paulo-SP, Brasil - 05508-080
jbassani@usp.br

Resumo

Partindo-se da consciência e compreensão do território como elemento transformador e formador do sujeito, entende-se a necessidade da discussão da territorialização como uma ferramenta pedagógica e política. Esse pensamento pode ser encontrado em debates em cursos de Arquitetura e Urbanismo. No entanto, quando se expande esses limites disciplinares e alcança-se outros espaços e agentes, como escolas, por exemplo, a discussão ganha uma nova força. As escolas caracterizam-se como agentes do território que apresentam um grande potencial transformador. Quando tal potencialidade é associada ao conhecimento técnico produzido nas universidades, os resultados gerados podem impactar a sociedade produzindo reais transformações sociais naquele determinado território. Esse processo pode ser notado em projetos de extensão universitária. O objetivo do artigo é apresentar uma reflexão sobre os desdobramentos da relação sociedade-universidade que visam repensar as formas de produção do espaço e ressignificar a relação do sujeito com seu território, a partir das experiências do projeto "Revisitando o território: novas percepções sobre o Grajaú", realizado com apoio do LABHAB da FAUUSP, em parceria com a Escola Estadual Professor Adrião Bernardes.

Localizado no extremo sul da cidade de São Paulo, na região dos mananciais, o território estudado apresenta complexidades distintas de outros extremos periféricos da cidade. Somam-se às questões de vulnerabilidade social, os aspectos ambientais determinantes na região, que acabam, muitas vezes, criando novas barreiras e reforçando a segregação e exclusão dos habitantes. Sob essas condições, discutir o papel do território no entendimento da cidadania é fundamental. Quando essa reflexão é trabalhada desde a infância e adolescência, é possível formar sujeitos que se posicionem e se apropriem da cidade de maneira mais segura e sólida. Por meio de oficinas de cartografias afetivas e sociais e derivas pela região, têm-se olhado para o território sob diferentes perspectivas, construindo com os alunos da escola reflexões sobre o lugar onde vivem chegando ao debate de direito à cidade.

Palavras-chave: Território; direito à cidade; cartografia; extensão.

Ao se abordar a estruturação das universidades brasileiras, diz-se que elas se sustentam pelo tripé ensino-pesquisa-extensão. No entanto, este frequentemente é colocado em segundo plano, visto que há a ideia de que extensão seja tudo que não se encaixe em ensino e pesquisa. Evidentemente, existe um acúmulo de conhecimento sobre extensão nas universidades, porém não se equipara ao material teórico dedicado ao ensino e à pesquisa, e tampouco a suas ações práticas – muitas vezes realizadas e não documentadas. Dessa forma, é fundamental trazer a discussão sobre projetos de extensão, entendendo seu significado e alcance dentro e fora do meio acadêmico.

É válido lembrar: extensão não é diletantismo. Não se pode esvaziar o caráter político de seus projetos. Precisa-se reforçar a imagem da extensão como uma ação política e como um espaço privilegiado para se estabelecer a interação entre comunidade e universidade, tendo em vista uma prática inclusiva, democrática e crítica. (D'Ottaviano e Rovati, 2017). É neste espaço que estudantes e professores conseguem atuar próximos à realidade, com demandas concretas, algo que muitas vezes não ocorre durante o curso. A proposta da extensão é agir conjuntamente, e não replicar ideias "prontas" do corpo técnico, ou funcionar como algo "improvisado" para quem não pode acessar experiência didáticas mais sofisticadas. A extensão é uma ação dialógica, na qual o aprendizado é uma via de mão dupla: se aprende ensinando, e ao aprender também se ensina – como já falava Paulo Freire. Sendo assim, em um projeto de extensão, o processo é mais importante que o produto. E como processo, a extensão é um meio para se desenvolver a formação de um sujeito autônomo e crítico, que mescla o saber técnico com o saber vivido.

Para ilustrar o que foi dito, o artigo partirá da experiência do projeto de extensão *Revisitando o território: novas percepções sobre o Grajaú*, desenvolvido com apoio do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). O projeto se insere nas atividades do Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP), atuante há cinco anos e alocado na FAUUSP. A edição no Grajaú teve início em agosto de 2017, como uma continuação de dois Trabalhos Finais de Graduação (TFG). No ano anterior, estabeleceu-se o primeiro contato com a Escola Estadual Professor Adrião Bernardes e com a Casa Ecoativa (grupo com forte atuação na região), localizadas na Ilha do Bororé, distrito do Grajaú, extremo sul de São Paulo, na região dos mananciais. Na ocasião, realizou-se uma oficina de cartografia social e afetiva com os alunos, na qual se abordou algumas noções sobre o território e sua apropriação. Com o intuito de aprofundar essa discussão, decidimos propor o projeto de extensão. O objetivo geral foi a construção afetiva do conhecimento, baseada em atividades em que os alunos fizessem reflexões sobre o lugar onde vivem, conversassem a partir de seus próprios saberes e visitassem lugares da região. Com isso, propusemos a construção de diferentes cartografias do território – uma contracartografia - e a renovação do olhar dos jovens sobre o espaço onde vivem; e no sentido inverso, a renovação dos conceitos sedimentados, porém questionáveis sempre, que os universitários traziam da academia.

Para a melhor análise e compreensão do projeto, podemos dividi-lo em cinco etapas. A primeira delas se refere ao processo de aproximação com os diferentes atores. No caso, tanto a E.E. Prof. Adrião Bernardes quanto a Casa Ecoativa já nos conheciam, mas o contato havia sido pontual. É nesta etapa que a relação de confiança começa a ser estabelecida e o futuro do projeto desenhado. É preciso ter em mente que se trata de uma parceria, e não um estudo de caso, no qual sujeito e objeto se distanciam. Todos precisam se sentir confortáveis e estar dispostos, afinal lidamos com a vida e experiências das pessoas, por isso a confiança mútua é tão importante. Para a construirmos, fizemos reuniões com a direção e o corpo docente e participamos dos eventos da escola, para que alunos, professores e outros agentes se familiarizassem conosco.

O segundo momento foi a apresentação da proposta e a construção coletiva do trabalho. A ideia era que as atividades e materiais produzidos fossem incorporados no Projeto Político-Pedagógico da escola. Em grupo, pensamos na estrutura e roteiro das atividades, no cronograma e os alunos que participariam do projeto – cerca de 25 alunos do Ensino Médio. A terceira etapa foi o desenvolvimento das atividades com os estudantes, que em comum acordo com os representantes da escola local, optamos por fazer em oficinas semanais. Cada oficina teve um tema: Geografia, Antropologia, Etnografia e Patrimônio socioambiental-cultural. Elas ocorreram na escola e foram realizadas derivas pelo território e visita à Casa Ecoativa. Uma das premissas do projeto era "desmistificar" o mapa – associado ao mapa do Brasil ou Mapa-múndi das aulas de Geografia; um objeto estático – e utilizá-lo como um instrumento de poder, de autonomia, de formação. Em atividades com o grupo todo ou individuais, foram realizados mapeamentos a partir de bases diferentes e até um mapa produzido do início pelos alunos. Acompanhando essa produção, fizemos discussões sobre a inserção daquele território no restante da cidade, seus pontos positivos e negativos, lugares de afeto e constrangimento – e o que isso significava socialmente –, identidade, memória, patrimônio, chegando, de forma orgânica e natural, à discussão de direito à cidade.

A quarta fase – onde nos encontramos no momento – é a finalização e discussão de todo o processo até aqui. Nesta etapa refletimos sobre a atividade, as questões e propostas que surgiram no caminho. Ela é essencial para "amarrar os nós" e situar o projeto, evitando que fique apenas como uma atividade isolada. A quinta e última fase é pensar nos futuros desdobramentos. Ao longo dos meses, a parceria entre universidade e comunidade tem se fortalecido, os diferentes agentes se apropriaram do projeto e há o desejo de pensar novos projetos que ressignifiquem o território da Ilha do Bororé.

Embasados por essa experiência, propomos desenvolver reflexões a partir de duas questões: qual o potencial do reconhecimento aprofundado e interativo do território enquanto perspectiva de transformação social? (política e pedagógica), e quais ferramentas praticáveis viabilizam os trabalhos de consciência do território por partes da comunidade local?

Oficinas realizadas no projeto *Revisitando o território: novas percepções sobre o Grajaú*, na E.E. Prof. Adrião Bernardes, Ilha do Bororé.

Território e política

Nessa experiência de extensão, buscamos uma aproximação das áreas da Arquitetura e Urbanismo e da Educação, repensando como aquelas poderiam ser aplicadas como ferramentas pedagógicas. O caminho escolhido foi situar a discussão com os alunos na questão do território e da territorialidade. Entendemos que para se analisar qualquer aspecto da sociedade, seja econômico, político, cultural, não se pode desassociá-lo do território, é preciso apreender seu alcance e impacto. Ao se levar essa abordagem para escolas, alguns ganhos são observados. Entre eles, podemos citar a redução da distância entre a Arquitetura e a vida cotidiana. Essa área ainda é vista como algo elitizado, um artigo de luxo, que só quem tem poder aquisitivo pode e deve acessar. Quando ocorre a aproximação entre arquiteto e comunidade, é possível revisar a imagem e atuação desse profissional. Outra vantagem é levar o debate sobre o território e sua apropriação para o processo de formação de crianças e adolescentes, contribuindo para a construção de um olhar e um posicionamento mais críticos para a cidade.

Este ponto é muito importante e merece ser aprofundado. Mas antes, é preciso entender o que queremos dizer com território[1]. De acordo com Raffestin (1993, p. 144), o território se caracteriza como uma produção a partir do espaço, decorrente da relação de diferentes atores, e justamente por isso, essa produção se insere no campo do poder. Isso quer dizer que o território é um produto social, fruto da atividade humana naquele determinado espaço, e nesse jogo de relações em que diferentes interesses se fazem presentes, a luta pelo poder também aparece. Podemos, então, continuar esse pensamento sob uma perspectiva dialógica: se as relações sociais influenciam a conformação do território, a constituição territorial influencia nas relações e dinâmicas sociais. Por isso, pensamos o território como ferramenta de transformação social. Dessa forma, ao se levar a discussão da *formação do território – formação social* para escolas, os jovens começam a se entender parte desse processo e podem atuar de forma consciente, crítica e autônoma ao iniciarem a vida adulta:

> *"O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também na história." (Freire, 2016, p. 53).*

Seguindo essa lógica da produção do espaço, o território passa a ser um lugar de disputa, de encontros, de interação criativa, de diferenças. É o lugar do conflito. Na disputa pelo poder do território, os mercados imobiliário e financeiro assumem um papel central. Seguindo os fundamentos mercadológicos, o território também se torna mercadoria e, como consequência, são construídas cidades que segregam, que excluem, que marginalizam. Junto a isso, temos um Estado insuficiente que prioriza as demandas do mercado em detrimento às necessidades da população, o que explica a formação de territórios fragmentados e privatizados. Disso decorre uma espécie de cidadania condicionada à posição social da população. Quem tem dinheiro desfruta de serviços sociais com garantias mínimas de funcionamento, como serviços de saúde e educação privados. Quem não tem, utiliza serviços públicos degradados e ameaçados ou procura uma forma alternativa. Nesse processo fica claro o atrelamento do poder político com o poder econômico e seu reflexo no território. A partir desse panorama, começa-se a se delinear a relação entre território e política.

Resistir a essas dinâmicas é um ato político. Para Lefebvre (2008) e Harvey (2014), essa reapropriação territorial aconteceria pela atuação de movimentos político-sociais, na medida em que o valor de uso se sobrepusesse ao valor

[1] A discussão e conceituação de território é muito ampla. Podem ser encontradas mais informações nos trabalhos de Rogerio Haesbaert (*O mito da desterritorialização*) e Milton Santos (*Por uma geografia nova*).

de troca. Estaríamos, então, reivindicando nosso direito à cidade. O direito à cidade é o direito à vida urbana. É o direito de participar da tomada de decisões, de discutir a produção do espaço. Ele não se limita ao que já existe, mas reivindica o poder de mudar a cidade seguindo nossos desejos e necessidades. Quando se discute o tipo de cidade que queremos, estamos, na verdade, decidindo que tipo de pessoas queremos ser:

> *"As únicas pessoas que vão defender o seu direito a esta cidade são vocês. Vocês não têm o grande capital do seu lado, vocês não têm as grandes corporações do seu lado, então, a única forma de defender o que vocês têm é indo pra rua, com outras pessoas, unidas, realizando atividades culturais, se divertindo e fazendo política ao mesmo tempo. Eu escrevo sobre o direito à cidade e vocês o praticam. Isso é o mais importante." (Harvey, 2014, p. 54).*

Nesse processo de (retomada do) acesso à cidade, não se observa apenas uma organização política dos sujeitos, mas também o desenvolvimento de outras formas de se relacionar com o território, que abrangem questões de identidade e o sentimento de pertencimento. Retomemos ao que foi discutido anteriormente sobre o uso da cartografia nesse processo de ressignificação. O mapa é um instrumento de poder uma vez que ele mostra os interesses de quem o produz, contribuindo para esse jogo político de forças. Isso quer dizer que nenhum mapa é neutro, é preciso entender o que está por trás da imagem retratada. Quando nos apropriamos dessa ferramenta, pensando em uma cartografia contra-hegemônica – ou uma contracartografia – podemos expandir os horizontes da representação e contar outras narrativas, as nossas próprias narrativas. Olhando para o projeto de extensão realizado no Grajaú, podemos entender melhor na prática.

Partindo de relatos dos alunos e de moradores da Ilha do Bororé e complementando com os dados oficinas, notamos se tratar de um território à margem das dinâmicas urbanas de São Paulo. Nas palavras dos alunos, eles são "excluídos e não importantes" para a cidade. Ao se trabalhar novos olhares sobre o território, abordando questões de identidade, apropriação, memória, reforçamos o direito de se estar ali e ampliamos o entendimento que podemos estar onde quisermos, é nosso direito e a forma de confrontar uma rede política de forças que querem o contrário. Transferindo esse debate para o mapa, o que era abstrato se torna concreto e podemos visualizar possibilidades de atuação. Dessa forma, entendemos o território como um instrumento de transformação social.

Aprender com o território - se territorializar

A ideia de *direito à cidade* não é a única reabilitada recentemente para reforçar a participação política e comunitária nas práticas urbanas atuais. Outra noção tem sido ampliada e ressignificada visando novas possibilidades de convívio no espaço social, a de "território". Além do entendimento político, como já apontado, a partir das históricas manifestações de 1968 desenvolvem-se debates que colocam definitivamente a dimensão cultural do território. O que fica definitivamente associado a esta noção é a de um corpo ativo e dinâmico composto da terra, do chão, mais das atividades diárias da população que nela vive, ao contrário da ideia de pré-existência estática ocupada pelas sociedades que constroem seus espaços.

Nesta perspectiva, o *território* não é o suporte para manifestações de sua população, mas, sim, como nos mostram os fenômenos da cultura urbana, define em grande parte os padrões e intensidade destas manifestações, de forma que ambos, território e população, estão em permanente transformação. Considerando as dinâmicas territoriais e sua dialética com o cotidiano de seus habitantes que, propostas como "cartografias afetivas" ou "território educativo", por exemplo, passaram a frequentar as discussões e práticas sobre os territórios urbanos.

Território: Representações e derivas com os estudantes da USP e da E.E. Prof. Adrião Bernardes.

Também considerando estas dinâmicas e a nova pauta colocada por estas propostas, que propusemos para comunidade da Ilha do Bororé um trabalho conjunto sobre o seu território. A primeira pergunta que surge para definir bases para esta parceria universidade – comunidade: o que objetivamente é o "trabalho sobre o território" proposto?

A resposta, apesar de objetividade contaminada por grande subjetividade, é amplamente entendida e consegue criar as bases para o trabalho em conjunto: propomos observar, sentir, representar, pensar, questionar, intervir, viver e aprender (com) o território. O entendimento em si pelos dois lados da parceria já consiste em motivação para sua realização e, também, para as reflexões sobre o potencial de mobilização de conhecimento e política do trabalho proposto.

Todo o processo de realização com grande participação e entusiasmo de professores e estudantes (universitários e secundaristas locais) nos mostra a pertinência da proposta enquanto atividade de cultura e extensão, também, e muito importante, de trocas de saberes. Resta-nos, ao final do projeto, proceder com as reflexões, ou seja, avaliar e analisar em profundidade quais entendimentos e consciências sobre o território, e mesmo quais transformações no coletivo de participantes, ele proporcionou.

Tarefa extensa demais para este artigo e prematura demais dado que mal finalizamos o trabalho. Contudo, o próprio processo foi definindo questões que devem mobilizar estas reflexões e que aqui colocamos como indicativos fundamentais para a avaliação do trabalho: o que é aprender com o território? Decorrente desta: como se aprende com o território? E como problematização das duas: aprender com o território significa se territorializar?

O conceito de *territorialização* foi escavado à fundo pelo filósofo Gilles Deleuze em parceria com o psicanalista Félix Guattari. Na obra *Mil Platôs* (primeira publicação em 1980) eles o associam a dois momentos/movimentos que se sobrepõem, *desterritorialização* e *reterritorialização.* Sem desconsiderar

a enorme complexidade do conceito desenvolvida nesta obra, dedicada à crítica do pensamento moderno e propondo a organização deste como uma teoria da multiplicidade, tomamos ao pé da letra as recomendações dos próprios autores[2] e nos apossamos de partes destes conceitos como *ferramentas* para refletir a cerca desta problematização.

> *"O território não é primeiro em relação à marca qualitativa, é a marca que faz o território. As funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território. É bem nesse sentido que o território e as funções que nele se exercem são produtos da territorialização. A territorialização é o ato do ritmo tornado expressivo, ou dos componentes de meios tornados qualitativos. A marcação de um território é dimensional, mas não é uma medida, é um ritmo." (Deleuze e Guattari, 1997, p. 106).*

A partir deste único parágrafo é possível expor a parte que nos interessa, utilitariamente, desta teoria e discriminar sobre quais patamares propomos a reflexão sobre o território enquanto conscientização, conhecimento e transformação social. O primeiro destes patamares, já incorporado pela noção ampliada e política de território, é relativo ao seu caráter ativo, ou seja, aprender é um ato. Território substantivo é estático e em si não promove ações, nos interessa o verbo *territorializar*, este promove ação, logo, transformações no sujeito da ação (nós e os participantes do projeto) e no objeto (o próprio território). Subsidiado por este, seguem-se os patamares que oferecem referências para as ações propostas nas oficinas realizadas no Bororé; a marca faz o território, portanto nos territorializamos na medida em que nos inscrevemos sobre ele, não dimensionalmente, mas sim com *ritmos tornados expressivos* e *meios tronados qualitativos*.

Ainda de maneira muito introdutória e simplificadora, nas primeiras discussões sobre o desenvolvimento do projeto e a perspectiva de sua finalização, tem ficado muito claro a ideia que mais do que coordenar oficinas de reconhecimento do território do Bororé, fomos conduzidos e coordenados pelos fluxos de territorialização (e para nós, estrangeiros, *des* e *reterritorialização*) próprios da comunidade.

Colocando em termos práticos, nossa proposta, inserida nas metodologias da maior parte dos trabalhos desta natureza, consistia de representação e frequentação (as derivas) do território. No caso da Ilha do Bororé, diferentemente de outras edições do mesmo projeto em outros territórios, a comunidade em torno da E.E. Prof. Adrião Bernardes não se limitava à naturalização do "estar" na terra como consciência de territorialização. Ao contrário, a presença dos coletivos de artistas e ambientalistas, mais uma direção escolar que se vê como instrumento de transformação social, já tinha um campo voltado à experimentação do território e, mesmo sem usar os termos conceituais, praticavam a *territorialização* como ato permanente, como existência cultural naquela geografia tão específica e especial.

O que estamos observando com clareza, neste momento, é que não existem agenciamentos externos que movimentem conhecimento do território que não seja com uma comunidade que atue sobre ele, que fazem das ações territorializadoras atividades de seu cotidiano. Somente nestas perspectivas nos é possível discutir processos de aprendizado a transformação social a partir do território. Desde a primeira edição do projeto criado no Grupo de Estudos Mapografias Urbanas, em 2012, com escolas públicas nos territórios das bordas metropolitanas, temos a consciência de que o processo de aprendizado é em via dupla, ou seja, de trocas, nós da academia e a comunidade nos 'ensinamos' mutuamente. Entretanto, esta consciência

[2] "Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá−la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada ou que o momento ainda não chegou." (DELEUZE, Gilles.Os Intelectuais e o Poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 41.).

era fruto dos modelos científicos e de suas representações, na E.E. Prof. Adrião Bernardes esta consciência tornou-se uma experimentação do real, proporcionada pela pró-atividade dos agentes locais envolvidos no projeto (e como vamos apresentar na próxima parte deste artigo).

Produção de mapas durante as oficinas.

Extensão universitária: trabalho coletivo universidade e comunidade

A extensão universitária é uma ação política, é o lugar em que universidade e sociedade interagem em busca de inventar um conhecimento que transforma, de modo que a prática da extensão é uma oportunidade de aprendizado e atuação coletiva do estudante universitário com a sociedade (D'Ottaviano e Rovati, 2017). Ademais, implica na formação de sujeitos mais conscientes sobre a realidade e comprometidos em sua atuação profissional com a transformação desta.

> *"Há perguntas a serem feitas insistentemente por todos nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante do mundo, alheado de nós e nós dele." (Freire, 1996, p. 76).*

A extensão é o momento em que os aprendizados da universidade buscam o seu sentido de ser, quando, munidos de um posicionamento dialógico, buscam compreender e atuar coletivamente na realidade social em que se insere, no sentido de promover transformações com a comunidade, sendo a primeira delas de cunho formativo e político.

O projeto de extensão universitária *Revisitando o território: novas percepções sobre o Grajaú* propõe a compreensão e a discussão do território da Ilha do Bororé a partir do olhar das pessoas que vivem neste lugar. Os moradores com quem o projeto estabelece este diálogo são os alunos da Escola Estadual Professor Adrião Bernardes, único colégio da península localizada na periferia do extremo sul de São Paulo.

A elaboração de um projeto que se propõe a discutir o território a partir da percepção dos próprios moradores parte do desejo de construção de um processo de formação afetivo e, por isso, dialógico e horizontal entre

universidade e comunidade. Desde o princípio, as ideias e interesses foram apresentados e discutidos junto aos professores e gestores da escola, para que, a partir de suas propostas pedagógicas, fossem elaboradas dinâmicas que atendessem às expectativas de ambas as partes, escola e universidade. A concretização de cada oficina proposta ocorreu somente a partir do momento em que os estudantes participantes falaram (Freire, 1983), de modo que o desenvolvimento da reflexão sobre território dependeu fundamentalmente das vivências e conhecimentos que os moradores tinham do lugar em que vivem.

Os agentes envolvidos no projeto são diversos de ambos os lados, tanto da universidade quanto da comunidade. Integram o grupo de extensão três estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo e uma estudante do curso de Geografia. Alguns deles, assim como no contexto em que atuam, também são moradores de regiões periféricas de São Paulo, como os municípios de Guarulhos e Taboão da Serra. O professor orientador do grupo, Jorge Bassani, já realizou trabalhos de extensão universitária de cunho semelhante em outras escolas públicas de São Paulo. Participam do grupo ainda, duas arquitetas (as duas ex-alunas mencionadas), que trabalharam na região durante seus Trabalhos Finais de Graduação discutindo cultura e direito à cidade. Ressalta-se ainda que uma delas é moradora da região do Grajaú.

Os agentes envolvidos por parte da comunidade são diversos. A E.E. Prof. Adrião Bernardes, integrada por um corpo de pessoas aberto e comprometido a fazer do espaço da escola um lugar aberto a diferentes práticas de formação para além da sala de aula. Ressalta-se ainda, um grupo específico da escola, coordenador, diretora e professor, cuja abertura e receptividade para a realização deste trabalho transformaram a experiência do projeto em uma relação mais próxima entre as pessoas. Destaca-se a fundamental participação deste professor que, a partir de uma relação afetiva com os alunos, participa da Casa Ecoativa e realiza projetos extracurriculares a partir de um comprometimento político e pessoal.

Os alunos, parte dos quais integram o grêmio da escola, são os agentes em função dos quais o projeto existe. Em sua maioria vivem na Ilha do Bororé e revelam possuir conexões afetivas com o território devido a algumas especificidades características do lugar, como a relação com a natureza e a tranquilidade. Durante as atividades realizadas, ficou evidente entre os jovens uma consciência em relação a diversos fatores atuantes sobre o território, como a invisibilidade quanto às prioridades de atuação do poder público e as rápidas transformações por que passa o espaço devido à chegada constante de novos moradores. Destaca-se ainda, a participação da mãe de um dos alunos na atividade sobre a memória e a formação do Bororé. O desenvolvimento do projeto para além de seu escopo formal também se superou devido à participação ativa e à receptividade dos alunos em relação ao trabalho e às pessoas.

Em parceria com a escola, está a Casa Ecoativa, um projeto situado na Ilha do Bororé, que tem como proposta o desenvolvimento da região a partir da realização de oficinas, saraus, mutirões de plantio com crianças, jovens e adultos e outras atividades culturais. Este coletivo, em seu trabalho multidisciplinar e em sua rede de atuação e contatos, tem contribuído para a visibilização e discussão desta parte da cidade, por meio da construção de discursos renovados sobre a periferia de São Paulo, compreendendo as margens como o lugar da diversidade e da abundância.

Durante as atividades participaram representantes da Unidade Básica de Saúde Alcina Pimentel Piza (UBS da Ilha do Bororé), da qual se percebe um trabalho de aproximação e aconselhamento com a comunidade. Estiveram envolvidos também nas atividades representantes do Parque Natural do Bororé, contribuindo com informações, integrando-se às atividades e conduzindo uma visita ao parque.

Desafios e conquistas na prática da extensão universitária na escola

A realização de um projeto de extensão universitária, que tem como pressuposto a prática formativa de caráter dialógico dentro do ambiente escolar, compreende o enfrentamento de alguns desafios, dentre eles, o silêncio dos estudantes em determinados momentos.

> *"Temos perguntado, investigado, procurado saber as razões prováveis que levam os camponeses ao silêncio, à apatia em face de nossa intenção dialógica? E onde buscar estas razões, senão nas condições históricas, sociológicas, culturais, que os condicionam?" (Freire, 1983, p. 31).*

Este silêncio pode ser compreendido como proveniente de uma estrutura tradicional de ensino que preconiza o processo de educação de forma não dialógica. Desse modo, compreende-se como natural o silêncio dos jovens em determinados momentos do processo, devido, justamente, à herança desta estrutura antidialógica. A construção do diálogo entre diferentes agentes como prática formativa é um processo temporal e gradativo, de modo que a abertura desta escola a práticas educativas para além dos muros é parte de um posicionamento político que tenta estabelecer possibilidades de formação mais críticas com seus alunos e comunidade.

> *"O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o "pronunciam", isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos." (Freire, 1983, p. 28).*

O diálogo e a abertura a esta proposta de trabalho viabilizaram a aproximação entre os agentes envolvidos e o estabelecimento de vínculos afetivos (Freire, 1983). Ademais, a vivência cotidiana e o conhecimento dos jovens da escola sobre a Ilha do Bororé foram fundamentais para o processo de aprendizado dos estudantes universitários sobre o território e para o desenvolvimento do projeto tal como se desenha hoje: estabelecendo parcerias com coletivos de cultura da região, com perspectiva de continuidade e abrindo novas frentes de atuação.

A aproximação territorial e afetiva com as pessoas durante o projeto, sem mencionar a abrangência de atuação para além dos objetivos previstos na proposta de trabalho, foi possível devido a uma prática anterior de territorialização entre a E.E. Prof. Adrião Bernardes e o coletivo Casa Ecoativa. O caso da escola Adrião constitui-se como um canteiro experimental em práticas educativas que alia métodos formais e não formais de ensino, abrindo-se a diferentes iniciativas de agentes externos, como o coletivo. Foi neste contexto fértil em que o projeto de extensão universitária encontrou abertura para dar continuidade ao processo de territorialização com os estudantes e demais agentes envolvidos direta ou indiretamente. Dessa forma, os trabalhos realizados neste projeto não têm caráter somente extracurricular, mas fazem parte de uma proposta metodológica de educação e territorialização.

Encontro na última oficina, que reuniu alunos da USP, da E.E. Prof. Adrião Bernardes, agentes da UBS e da Casa Ecoativa, realizado na própria Casa Ecoativa.

Cabe ressaltar ainda que, o Grajaú, assim como outros bairros das periferias de São Paulo, tem manifestado práticas insurgentes de atuação no território onde se localizam, pelas iniciativas de coletivos de cultura, os quais criam processos de territorialização que conduzem os participantes a se entenderem como sujeitos atuantes e agentes da transformação da realidade em que vivem.

Referências bibliográficas

BASSANI, Jorge (Org.). *PDP – Mapografias.* São Paulo: FAUUSP, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo : Ed. 34, 1997. v. 4.

D'OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. **Os territórios da extensão universitária.** In: _____ (Org.). *Para além da sala de aula: extensão universitária e planejamento urbano e regional.* São Paulo: FAUUSP, 2017. cap. 1, p. 14-24.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **(1996).** *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários às práticas educativas*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HARVEY, David. **(2012).** *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.* São Paulo: Martins Editora Livraria Ltda., 2014.

LEFEBVRE, Henri. **(1968).** *O direito à cidade.* 5 ed. São Paulo: Centauro, 2008.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder***.** São Paulo: Atica, 1993.

CONTRACARTOGRAFIAS: tecnopolíticas de espacialização da informação - atores, agenciamentos e sistemas

SPERLING, DAVID (1) RAMOS, GABRIEL (2); SANTANA, MARIANE (3)

1. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo
Av. Trabalhador Sãocarlense, 400, Centro, São Carlos, SP - Brasil
sperling@sc.usp.br

2. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo
Av. Trabalhador Sãocarlense, 400, Centro, São Carlos, SP - Brasil
gabrieltramos@gmail.com

3. Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo
Av. Trabalhador Sãocarlense, 400, Centro, São Carlos, SP - Brasil
mariane.arq@hotmail.com

RESUMO

As articulações entre tecnologia, estética e política presentes na produção de cartografias podem extrapolar limites do que se compreende como representação e tornar visíveis importantes relações de poder presentes em um determinado território. Dentro da diversa gama de manifestações cartográficas, nos chamam atenção as que disputam criticamente a produção de narrativas, as "contracartografias". Embora cartografias sejam historicamente conhecidas enquanto estratégias de se visibilizar um território, a aparição das contracartografias, por sua vez, tem contribuído para intervenções estético-políticas, sendo caracterizadas, principalmente, por colocar em disputa estratégias de poder e os próprios sujeitos participantes dessa produção cartográfica. São discutidos trabalhos de dois grupos que produzem contracartografias, Bureau D'Etudes (França) e Iconoclasistas (Argentina), tendo como objetos específicos o Atlas of Agenda (2015) e o Manual de Mapeo (2013), respectivamente. Em seguida, são apresentados resultados preliminares do projeto "SP S. A. Negócios e Participações Imobiliárias, um sistema em tempo real" em realização pelo Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC.USP). São discutidas, por fim, as inventividades tecnopolíticas dessas manifestações contracartográficas, observando os diferentes objetos e escalas com que operam, bem como as visibilidades que pretendem, desde os poderes transnacionais e supraestruturais às articulações fenomênicas e locais, duas escalas que estão inextricavelmente conectadas com a produção do urbano no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: Contracartografias; Tecnopolítica; Visibilidade; Relações de poder; Produção do espaço urbano.

Mapas, cartografias, mapeamentos...

Podemos narrar histórias das cidades ocidentais relacionando-as à fabricação de mapas desde que os localizemos em seus devidos contextos históricos, políticos, sociais e geográficos, e a diferentes necessidades, interesses, intenções e vontades daqueles que os produzem em determinadas circunstâncias. Porém, acreditamos que há um modo de fazer mapas que pode enriquecer essas relações e contextos. A complexidade das cidades pode ser estudada a partir de um tipo de cartografia, que, diferente de uma mera representação, trata-se de uma forma de relacionar pensamentos que possibilita tornar visíveis experiências coletivas nas cidades e nos auxilia a compreender campos de disputa: as "contracartografias".

Em sua maioria, as cartografias se apresentam enquanto peças gráficas contendo informações e dados sobre fatos, acontecimentos e relações espaciotemporais. Dessa forma, podemos afirmar que o mapa faz parte do campo disciplinar da cartografia, apresentando-se como "ramo científico que se organiza pari passu com o desenvolvimento das relações capitalistas" (Girardi e Soares, 2015, p.47), ao qual podemos nos referir, sumariamente, como "mapa-objeto" e "cartografia-ciência".

Além disso, é importante demarcarmos que as palavras "mapa" e "cartografia", em muitos casos, vêm tendo seus usos empregados para designar o mesmo processo, mas abordam noções distintas. Embora seja agenciada simultaneamente no campo dos estudos cartográficos, a cartografia diz respeito à tessitura, ao modo de fazer ou à tarefa de relacionar acontecimentos, informações, dados, fatos e processos, geralmente, dispostos em uma forma gráfica específica que é o mapa. Sucintamente, podemos definir que a cartografia se conformaria como uma contextura e o mapa como um produto por ela tecido.

Como uma espécie de linha de fuga, há ainda um terceiro termo que aparece nessa relação: o "mapeamento", que não se constitui como técnica do campo da cartografia ou da geografia, tampouco se relaciona a uma forma específica de cartografar. O mapeamento pode ser compreendido "como processo [que] apresenta potência para exercitar a cartografia-analítica no entendimento das práticas humanas de produção de mapas-objetos como imagens que produzem pensamentos sobre espacialidades." (Girardi e Soares, 2015, p.48)

A partir de Foucault (1984) e Agamben (2005), Girardi e Soares (2015) propõem que se considerem os mapeamentos como dispositivos: estão inscritos em jogos de poder (e saber); articulam discursos, instituições, enunciados e proposições; modulam distintas relações entre os elementos em jogo; possuem uma função estratégica dominante. O dispositivo - e assumindo-se o mapeamento como dispositivo - teria "a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes" (Agamben, 2005, p. 13).

Na América do Sul, o termo "mapeamento" surge por meio de uma série de acontecimentos no campo cartográfico, incorporando a perspectiva de sua atuação como dispositivo de luta política pela ocupação do território. Numa espécie de "virada territorial" advinda dos anos 1980 (Acselrad, 2015), com o uso de ferramentas cartográficas, processos de mapeamento são utilizados nas demarcações e titulações de terras indígenas na América do Sul, estabelecendo-se como "base legal para os direitos culturais, a autodeterminação e o reconhecimento das terras tradicionais" (Offen, 2009, p.165).

Nesse contexto, notamos uma série de estudos cartográficos que se propunham ser coletivos e participativos, com relevância emancipatória significativa, a partir de objetivos específicos desses povos, encampando novas estratégias para pleitear o campo da cartografia e com problemáticas cruciais a serem consideradas com esse aprendizado. A cartografia, nesse

contexto, pode produzir consequências não intencionadas, pois os mapas "podem ser constitutivos de, e ao mesmo tempo, constituídos por, relações sociais que conectam pessoas a lugares, identidades a territórios e, por essa razão, têm o potencial de criar novas, e com frequência, perturbadoras relações de poder" (Acselrad, 2015, p.12).

Em contrapartida, para Harley (1995), crítico da utilização da ferramenta cartográfica participativa, seria complexo para os indígenas apreenderem tal técnica, pois eles jamais conseguiriam imprimi-la adequadamente, devido à distância simbólica que existiria entre suas vidas e as realidades produzidas pelo aparato tecnológico do mapa. Por outra ótica, Andrews (1994 apud Acselrad, 2015) criticou a utilização da ferramenta, arriscando que essa técnica aplicada serviria de instrumento para os grupos majoritários, a seu modo, pacificarem o debate. Isto se deve ao fato de que, ao serem expostos em mapas diferentes aspectos das vidas desses sujeitos, essa cartografia tomaria uma forma de "autocrítica" (Acselrad, 2015), permitindo uma minimização dos problemas e uma maximização de dados e informações presentes no mapa.

Um outro ponto a ser considerado decorre do viés político em torno da utilização dos mapas pelos indígenas, pois para eles não há uma diferenciação na forma de representação do mundo ou pelo que se apresenta em termos de realidade. Dito de outra maneira, para eles, "o mapa é o território" (Acselrad, 2015), ou seja, a própria representação é a realidade. Logo, há um processo de retomada do território a partir do próprio mapa.

Ao articularem pessoas e lugares, identidades e territórios (Acselrad), pressuporem processos de (des)codificação (Harley), e (dis)tensionarem dados e demandas (Andrews), os mapas operam como dispositivos de disputa pelas próprias relações de poder; podem - arriscadamente - contribuir para as sobre-determinações ou, a partir de uma visada política comprometida com os dissensos, contribuir para processos de emancipação.

… contracartografias

Autores relevantes já sinalizaram a importância de uma inflexão na produção de mapas (Harley, 1989; Dodge, 2009; Crampton, 2010; dentre outros). Retomamos esta necessidade de inflexão acionando o pensamento de Jacques Rancière (1996), pelo qual os processos de mapeamento (as cartografias agenciadas e os mapas produzidos) devem ser enfocados, em um campo que articula o estético e o político, a partir da noção de dissenso. Ao compreendê-los como narrativas de espacialização, podemos operar pelo dissenso como o "desentendimento entre mesmas falas com sentidos parcial ou completamente distintos" (Sperling, 2016, p.86), falas compreensíveis como regime discursivo, entretanto, diferentes sobre o que se visibiliza ou do que se narra. São esses modos de fazer alternativos ao que se propôs como mapeamento durante boa parte da historiografia ocidental que passam a enfrentar e colocar o mapa não mais como representação, mas, sobretudo, como produção de realidades.

As formas de fazer mapa vêm sendo pensadas como ações horizontalizadas e cooperativas que envolvem a espacialização da informação acerca de contextos de vida nos quais os próprios agentes se veem implicados como sujeitos, instaurando campos de dissenso em relação aos mapas hegemônicos, que os assumem como objetos ou ainda agentes assujeitados. É na conjunção *in situ* entre coletivos que enfrentam situações de liminaridade e coletivos interdisciplinares (compostos por artistas, geógrafos, arquitetos, sociólogos, cientistas da informação, designers, antropólogos...) que conhecimentos informais e cotidianos e conhecimentos formais são (re)articulados. Muitos desses processos apontam outras operações possíveis e tensionam a forma positivista da cartografia como produção de representaçõesprecisas e, portanto, unívocas. Mais além, repensar e repropor mapas remonta à cartografia como um campo ampliado que coloca em articulação aspectos técnicos, proposições estéticas e posicionamentos políticos (Sperling, 2016).

Portanto, uma reviravolta nas cartografias provoca necessariamente importantes rebatimentos em diferentes campos disciplinares. Ao serem reconfigurados os modos de se pensar e fazer mapas, um campo relevante e de significativa potência no contexto contemporâneo passa a se configurar, o qual referenciamos como "contracartografia", a partir de Brian Holmes (2006). Holmes conecta o termo que utiliza (*counter cartographies*) com o conceito foulcaultiano de "contraconduta": como "recusas deliberadamente desnormalizadas da razão do Estado, elaboradas com as próprias ferramentas que consolidam a sociedade de controle." (Holmes, 2006). Retomando diretamente Foucault, contracondutas

> *[...] são movimentos que têm como objetivo outra conduta, isto é: querem ser conduzidos de outro modo, por outros condutores e por outros pastores, para outros objetivos e para outras formas de salvação, por meio de outros procedimentos e outros métodos. São movimentos que também procuram, eventualmente em todo o caso, escapar da conduta dos outros, que procuram definir para cada um a maneira de se conduzir. (Foucault, 2008, p. 256-257)*

Compreender as contracartografias como articulações entre técnica, estética e política no sentido da produção de regimes de visibilidade dissidentes, permite considerá-las como formas tecnopolíticas de espacialização da informação. Para isso, é importante compreendermos que "estratégia" e "tática" são duas palavras provenientes das artes da guerra, intrinsecamente, associadas às formas de fazer mapa. Com Certeau (2013), podemos inferir que *estratégia* se trata de um saber que regula, gere e disciplina, tendo como objetivo a manutenção das estruturas que articulam o poder. As *táticas*, por sua vez, seriam o que o autor considera como *práticas*, ou seja, linhas de escape das membranas governamentais, mas que atuam por dentro da *estratégia*, nas suas possibilidade de decodificação no cotidiano.

De posse disso, podemos nos aproximar do conceito de tecnopolítica, situado por Toret (2015) que se articula, no contexto contemporâneo, como:

1) uso tático e estratégico das ferramentas digitais para a organização, a comunicação e a ação coletiva; 2) capacidade de automodulação de ações conjuntas, de cérebros, corpos e multidões conectados; 3) utilização da rede para inventar formas de agir, sem se esgotar ao universo digital.

A dupla condição de centralidade das redes digitais e o não esgotamento das ações políticas a elas, nos sugere uma aproximação mais precisa com o pensamento de que as tecnopolíticas "são híbridos de sistemas técnicos e práticas políticas que produzem novas formas de poder e agenciamento" e que "as tecnologias não são si mesmas tecnopolíticas. Antes, a prática de uso delas em processos políticos e/ou com objetivos políticos constitui a tecnopolítica." (Edwards e Hecht, 2010, p.256-7 apud Kurban, Peña-Lopez, Haberer, 2016, p.502)

Estratégias contracartográficas e relações de poder

Em artigo anterior, destacamos três "linhas cartográficas" que vêm sendo sistematizadas em nossa pesquisa em andamento, com proximidades por meio de um comum, mas diferenças em especificidades: trajetória-narrativa, arquivo visual e gráfico-diagrama (Sperling, 2016). Para o recorte desta comunicação, refletiremos acerca dos "gráficos-diagramas" que se constituem como:

> *[...] cartografias que desenham similitudes com o visível por meio de linhas abstratas ou contornos semelhantes; selecionam campos de atuação e desenham projeções de configurações de totalidades (sempre) parciais, em movimento, em processo de (des)articulação. Como postura, o cartógrafo-agenciador assume o mundo composto por conexões no espaço e no tempo entre agentes e poderes, estados e potências, presentes e devires (Sperling, 2016, p.88).*

Como “ativismos cartográficos” (Santos, 2011) - ativismos sociais e políticos ou manifestações artísticas - as práticas contracartográficas na forma de gráficos-diagramas vêm se consolidando como tecnopolíticas de explicitação de relações de poder, articulando atores, agenciamentos e sistemas. São experimentações que atualizam a necessidade indicada por Jameson (1991) - e retomada por Holmes (2006) - da pesquisa em direção à “estética do mapeamento cognitivo”, buscando-se delinear totalidades provisórias das intrincadas e fugidias dinâmicas do complexo econômico-cultural-espacial contemporâneo.

Em se tratando do campo da arquitetura e urbanismo, o contexto de onde parte nossa pesquisa, a incorporação de práticas contracartográficas inter e indisciplinares, focadas em processos espaciais e sociais mostra-se de extrema relevância para a compreensão da produção dos territórios urbanos por ativos intangíveis geridos cada vez mais pelas lógicas da financeirização globalizada, seus atores correlatos e efeitos colaterais.

Um atlas de agendas: contracartografias de sistemas mundiais

“Atlas of Agendas” (2015) é um livro-atlas que compila mapas e textos produzidos ao longo de mais de uma década pelo coletivo de design e pesquisa francês Bureau d’Études, fundado por Léonore Bonaccini e Xavier Fourt, em 1988 (Figura 1). Disponíveis anteriormente para consulta e impressão em grande formato, e orientadas a desvendar sistemas políticos, sociais, econômicos do contexto atual, “estas visualizações de interesses e relações re-articulam a ordem simbólica e atualizam estruturas existentes que de outra maneira permaneceriam escondidas e desconhecidas” (Bureau d’Études, s/d). Dentre os temas abordados pelo grupo encontram-se: política e petróleo; biopolítica e agronegócio; sistema financeiro mundial e produção de crises; complexos industriais da fármacos, de mídia e financeiros.

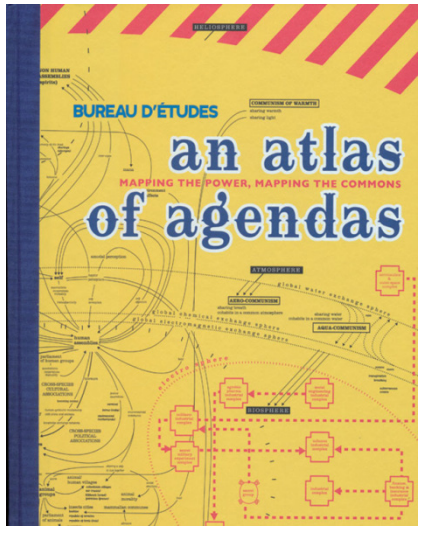


Figura 1: An Atlas of Agendas. Fonte: Bureau d’Études, 2015.[1]

Dois de seus mapas mais conhecidos, *Wartime Chronicles 1 e 2*, ou Crônicas de Tempos de Guerra, produzidos sintomaticamente em 2001, são desenhados como gigantescos organogramas que mimetizam códigos visuais empresariais e militares para articular relações de hierarquia, dependência e retroalimentação entre agentes de um sistema, e indicações de porcentagens em participações societárias entre parceiros.

O primeiro, que delineia um polo tecnológico e militar, apresenta relações entre empresas de armamento e telecomunicações, serviços secretos, Estados, *think tanks*, forças policiais que atuam em rede, facções, redes de cabos, satélite e universidades. O segundo (Figura 2), que apresenta o pólo de controle de fluxos financeiros globais, expõe conexões entre bancos, fundos de pensão públicos e privados, empresas transnacionais, corpos de liderança, companhias de investimento, *lobbies*, Estados, redes de máfia, zonas *off-shore* e organizações públicas internacionais. Ao serem lidos conjuntamente,

[1] Disponível em: <https://bureaudetudes.org>. Acesso em jun. 2018.

os mapas permitem o reconhecimento de atores que operam em cadeias intrincadas tanto de controle financeiro, quanto tecnológico e militar.

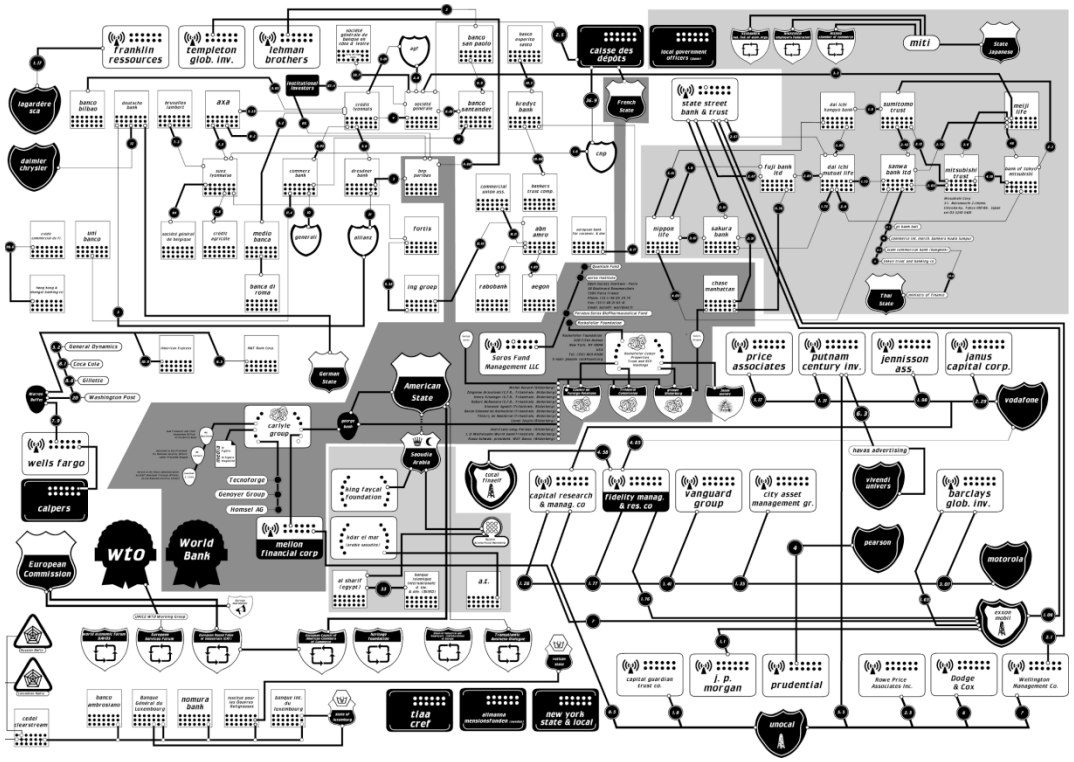


Figura 2: Wartime Chronicles 2. Fonte: Bureau d'Études, 2001[2].

Sabendo que a produção dos territórios urbanos não é o foco destes mapas, não é possível deixar de inferir que os agentes deste sistema e suas ramificações operam igualmente na formulação de manuais de boas práticas para políticas públicas e oferecimento de créditos financeiros para países em desenvolvimento (como o Banco Mundial), e no investimento em fundos imobiliários que atuam em grandes centros urbanos (como o Soros Fund Management LLC).

Um manual de "mapeo": contracartografias de agenciamentos locais

"Manual de Mapeo Colectivo" (2013) é um livro sistematiza estratégias de mapeamento e cartografias críticas realizadas pelo duo argentino Iconoclasistas, fundado em 2006 por Pablo Ares e Julia Risler (Figura 3). Por meio de oficinas, a dupla se aproxima de determinado contexto convertendo-se em facilitadores; ativando questionamentos em torno do território em que vivem os participantes, no sentido de circunscrever um tema agudo que envolve agentes locais, processos de dominação e formas de resistência. Mapas provisórios são produzidos em aproximações sucessivas até que uma estrutura visual se configure, em "um processo de criação que subverte o lugar de enunciação para desafiar os relatos dominantes sobre os territórios, a partir dos saberes e experiências cotidianas dos participantes" (Risler e Ares, 2013, p.12). Mais que os mapas resultantes, o coletivo assume como seu foco a pedagogia e a experiência disseminada de realização de cartografias visuais contra-hegemônicas.

Dentre os temas enfrentados pelo coletivo tem-se: condições de trabalho e vida cotidiana, impactos sociais e ambientais de conglomerados de agronegócio e mineração, especulação imobiliária e gentrificação, narrativas de movimentos sociais e resistências políticas.

Um caso representativo de seu trabalho é a cartografia crítica *La República de los Cirujas*, ou A república dos Catadores, realizado em 2013 a partir de convite da *Universidad San Martin*, para sistematizar um processo de cooperação entre a universidade, catadores/recicladores de lixo e cidadãos de bairros

[2] Disponível em: <http://utangente.free.fr/anewpages/war2.html>. Acesso em jun. 2018.

periféricos da cidade de Buenos Aires, próximos ao maior aterro sanitário da cidade (Complejo Ambiental Norte III CEAMSE - *Coordinación Ecológica Área Metropolitana Sociedad del Estado*). O trabalho, em formato de publicação e mapa, visibiliza a situação da região a partir de uma economia dos rejeitos (migrantes, imigrantes, lixo e contaminantes), das condições extremamente precárias de vida (crise habitacional, água contaminada, falta de esgoto, violência) e de trabalho (desemprego e subemprego como catadores há várias gerações), e a ausência do Estado (inexistência de serviços públicos) (Figura 4).

Figura 3: Manual de mapeo colectivo. Fonte: Iconoclasistas, 2013[3].

[3] Disponível em: <http://www.iconoclasistas.net/mapeo-colectivo/>. Acesso em jun. 2018.

El territorio CEAMSE
El trabajo invisible
CAMPO DE MAYO
CEAMSE
RELLENO NORTE III
LA MONTAÑA
Río Reconquista
Río de la Plata
"REPÚBLICA CIRUJA"
CONTAMINACIÓN RÍO RECONQUISTA
Pesticidas
Metales pesados
Materia fecal
Planta modelo Ceamse
RECUPERAR
Papel
Alimentos envasados
Metales
Plásticos
Vidrio
Plásticos
Papel / cartón
RECUPERAR
RECUPARQUE
ENTRADA A LA MONTAÑA
Largada
Relleno clandestino
Centro Comunitario Diego Duarte
BARRIO COSTA ESPERANZA
BARRIO 8 DE MAYO
BARRIO 9 DE JULIO
BARRIO INDEPENDENCIA
BARRIO LIBERTADOR
VILLA LANZONE
VILLA HIDALGO
BARRIO LA CARCOVA
Centro Cultural Ameros Menéndez
Bachillerato Popular La Esperanza
Capilla
Centro de Madres
Biblioteca Popular La Carcova
Inmaculada Concepción
Estación José León Suárez
Las Piletas
Taller de Arte Recuperarte
Fábrica de ropas obreras Patagonia
Punto de Encuentro
MTE
Liberados
Socracren
Defensa Civil
FM Reconquista
Asociación Civil de Mujeres La Carmona Jardín La Carmona
Familias desalojadas
Tramas
Complicidad policial
Complicidad policial política
NUEVO CONFLICTO SOCIAL
Rancho
Carros 200 a 300 kg
Rancho 2 m²
Centro Universitario UNSAM (CUSAM)
Parque General San Martín
Ciudad Universitaria José León Suárez
Avenida General Manuel de Rosas
Avenida Presidente Perón
Avenida Eva Perón
Avenida Libertador
Avenida Ricardo Balbín
Avenida Gral. José de San Martín
Avenida Gral. Lemos
Avenida Gral. Paz
Avenida Gral. Mosconi
Avenida Gral. Roca
Avenida Gral. Belgrano
Avenida Gral. Pueyrredón
Avenida Gral. Savio
Avenida Gral. Tomás Guido
Avenida Gral. Urquiza
Avenida Gral. Vedia
Avenida Gral. Viamonte
Avenida Gral. Yrigoyen
Avenida Gral. Zapiola
Avenida Gral. Zuviría
Avenida Gral. Alvear
Avenida Gral. Arenales
Avenida Gral. Belgrano
Avenida Gral. Bosch
Avenida Gral. Brown
Avenida Gral. Cabrera
Avenida Gral. Campos
Avenida Gral. Castro
Avenida Gral. Cerviño
Avenida Gral. Conesa
Avenida Gral. Costa
Avenida Gral. Deheza
Avenida Gral. Devoto
Avenida Gral. Díaz
Avenida Gral. Donovan
Avenida Gral. Dorrego
Avenida Gral. Elía
Avenida Gral. Espejo
Avenida Gral. Fernández Oro
Avenida Gral. Flores
Avenida Gral. Francisco Bosch
Avenida Gral. García
Avenida Gral. Gelly y Obes
Avenida Gral. Guido
Avenida Gral. Hornos
Avenida Gral. Iriarte
Avenida Gral. Irigoyen
Avenida Gral. Isidoro Suárez
Avenida Gral. Jacinto Arauz
Avenida Gral. Jorge Newbery
Avenida Gral. José de San Martín
Avenida Gral. José Tomás Guido
Avenida Gral. Juan Madariaga
Avenida Gral. Juan Martín de Pueyrredón
Avenida Gral. Juan Pedro Pringles
Avenida Gral. Lavalle
Avenida Gral. Lemos
Avenida Gral. Lucio Norberto Mansilla
Avenida Gral. Manuel Belgrano
Avenida Gral. Manuel Nicolás Savio
Avenida Gral. Manuel Rodríguez
Avenida Gral. Martín Miguel de Güemes
Avenida Gral. Mitre
Avenida Gral. Paz
Avenida Gral. Pedro Ramírez
Avenida Gral. Rivadavia
Avenida Gral. Roca
Avenida Gral. San Martín
Avenida Gral. Tomás de Iriarte

Em trabalho iniciado em 2018, o núcleo vem desenvolvendo a pesquisa “SP S. A. Negócios e Participações Imobiliárias, um sistema em tempo real”, acerca da ocupação do território da cidade de São Paulo por empresas ligadas a práticas de *offshore*, pelas quais o principal beneficiário é mantido sob sigilo e cujas jurisdições, em geral, localizam-se em paraísos fiscais. Embora tal atividade não seja considerada ilegal no Brasil, sua prática está fortemente atrelada a situações que envolvem corrupção e lavagem de dinheiro. Junto a isso, é significativo pensar na influência dessas práticas sobre o território da cidade, utilizando-se da compra de imóveis que, por vezes, aglutinam-se em determinadas regiões, influindo na conformação urbana.

O estudo tem como ponto de partida um dos relatórios disponibilizados pela organização Transparência Internacional, intitulado “São Paulo: a corrupção mora ao lado” e publicado em fevereiro de 2017 - levando-se em consideração a especificidade e as conexões desta organização, fato a ser tratado adiante. Assumimos o documento como uma fonte de dados sobre como se apresentava o setor de empresas *offshore* na cidade de São Paulo até a data de sua publicação, revelando um quadro que se reflete na ocupação do território urbano no qual “mais de 3.450 imóveis pertencem a 236 empresas que são ou foram ligadas a arranjos corporativos baseados em jurisdições pouco transparentes, entre elas as Ilhas Virgens Britânicas, o estado norte-americano de Delaware e o Uruguai.” (Angélico, 2017, p.6)

Uma das conclusões apresentadas pelo relatório é a concentração dos imóveis pertencentes a empresas *offshore* em regiões mais nobres da cidade de São Paulo, como o eixo entre as Avenidas Chucri Zaidan e Engenheiro Luiz Carlos Berrini, a Avenida Paulista e o bairro Vila Nova Conceição (Figura 5).

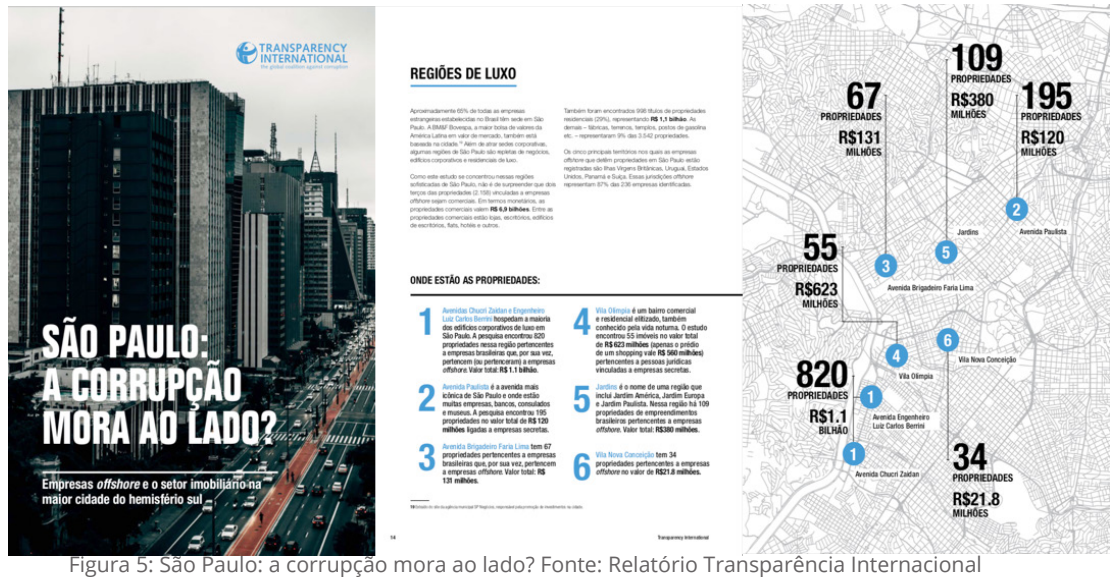


Figura 5: São Paulo: a corrupção mora ao lado? Fonte: Relatório Transparência Internacional (2017)[5].

Apesar de conter informações acerca dessas práticas na cidade de São Paulo, o relatório não se desdobra sobre o agenciamento e a espacialização dessas informações, métodos que seriam próprios da atividade contracartográfica. Contendo dois anexos nos quais são tabeladas as 236 empresas e os 3452 imóveis identificados, o relatório apresenta dados como o endereço da sede da empresa, a sua jurisdição de *offshore* e os endereços dos imóveis pertencentes a estas empresas, assim como suas tipologias, área e valor venal.

Diante de tal profusão de informações, que se apresentam em números exorbitantes, que permanecem desconexas, iniciamos experimentações com referência à “estética do mapeamento cognitivo”, no sentido de “dotar o sujeito de algum novo senso ampliado de seu lugar no sistema global” (Jameson, 1991, p.54, tradução nossa). O projeto orienta-se pela elaboração

[5] Disponível em: <www.transparency.org/whatwedo/publication/sao_paulo_a_corrupcao_mora_ao_lado.> Acesso em jun. 2018.

de outras aproximações que busquem situar os dados disponibilizados em estruturas cognoscíveis e críticas, próprias das contracartografias

> *[...] como modos de correlação e espacialização da informação que, por meio de re-elaborações estéticas e aproximações daquilo que usualmente se apresenta ou é oferecido de modo disperso à percepção, podem desvelar aspectos da realidade contemporânea, ativando a compreensão e a tomada de posições críticas. (Sperling; Santos, 2017, p. 19)*

A primeira contracartografia (Figura 6) enfoca o que chamamos de "territorialidades empresariais", localizando e dimensionando a atuação das empresas *offshore* na compra de imóveis da cidade de São Paulo, segundo os dados do relatório utilizado. Produzida por meio de software de geração de gráficos georreferenciados (Excel), esta contracartografia revela eixos de concentração dessa prática no território, assim como empresas hegemônicas, ao conectar endereço (posição no mapa), quantidade de imóveis por proprietário (dimensão dos círculos) e proprietário (cor do círculo). Na legenda, foram destacadas as 15 maiores empresas ligadas à prática de *offshore* proprietárias de imóveis na cidade. Como resultado, tem-se um vetor Sudoeste-Noroeste de maior concentração de imóveis ao redor do qual há uma dispersão gradual, em uma imagem que remete a um enxameamento sobre o território.

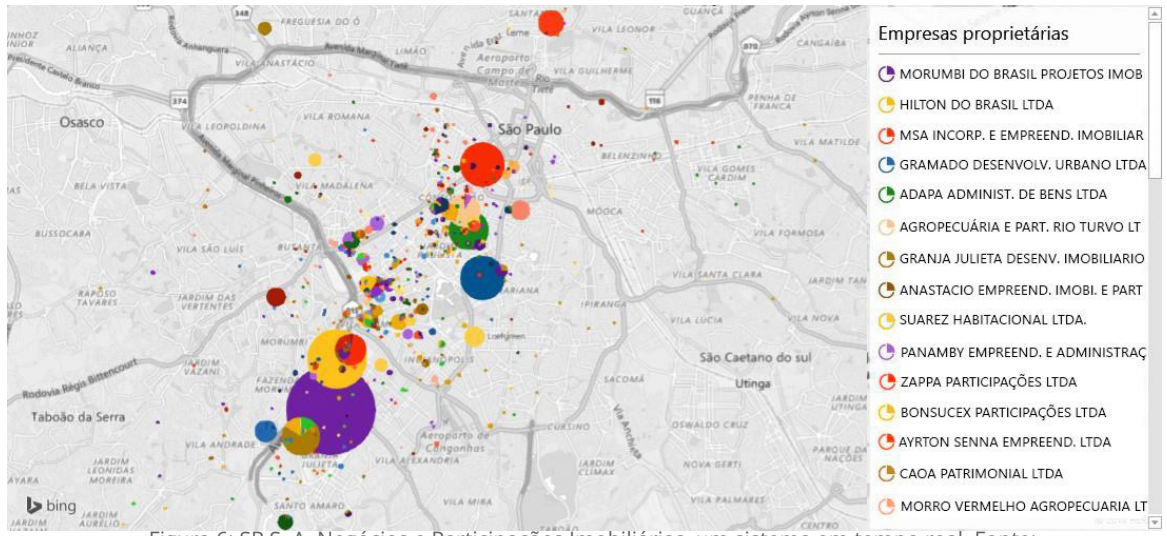


Figura 6: SP S. A. Negócios e Participações Imobiliárias, um sistema em tempo real. Fonte: Autores, 2018.

A segunda contracartografia (Figura 7) foi produzida a partir de uma abordagem inter-escalar, adotando como território o bairro da Vila Nova Conceição, que foi destacado pelo relatório como um dos pontos de concentração dos imóveis registrados, contendo 34 propriedades que, somadas, representam um valor venal de mais de 21 milhões de reais. Diante desse dado, a elaboração dessa contracartografia atuou estabelecendo conexões entre as esferas local — o imóvel, o endereço que representa o ponto de interferência fenomenológica dessa prática na cidade de São Paulo — e global — a rota proveniente das superestruturas do capital traçada em direção a paraísos fiscais ao redor do mundo —, ambas entrelaçadas diante da figura das empresas *offshore*.

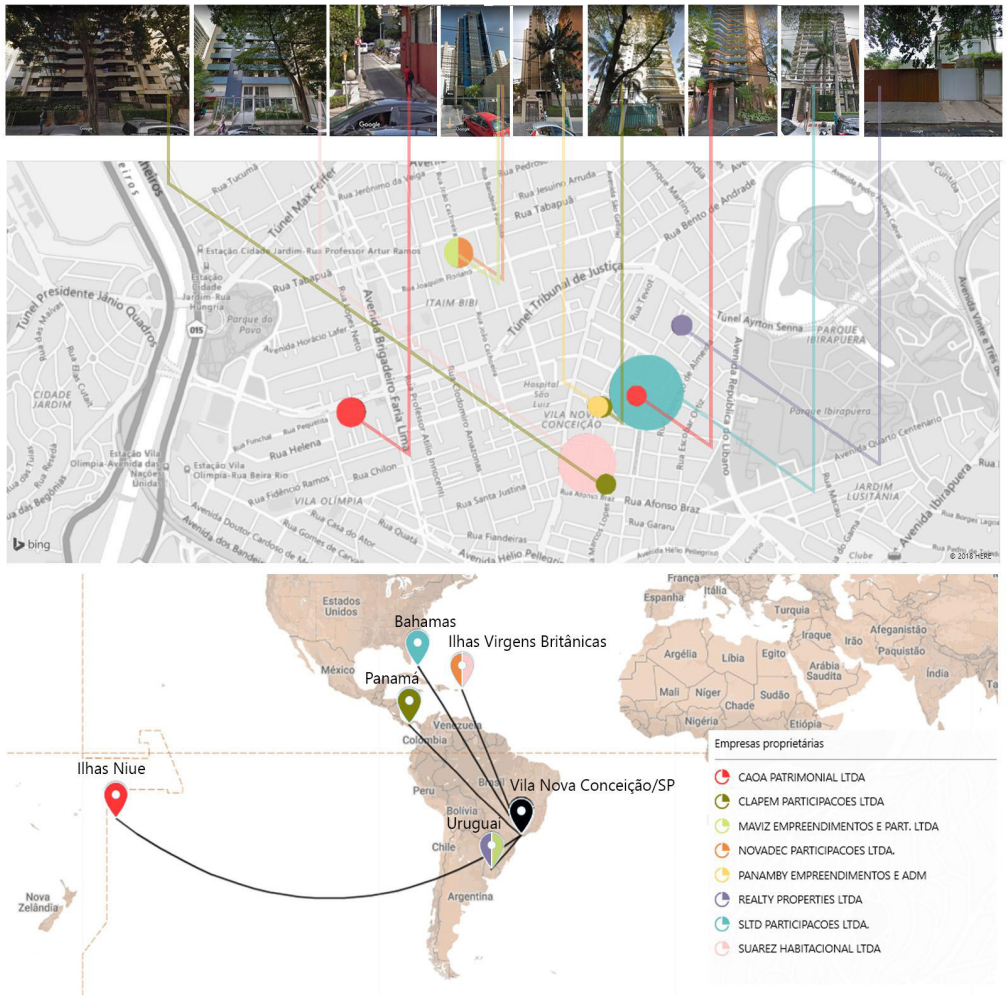


Figura 7: SP S. A. Negócios e Participações Imobiliárias, um sistema em tempo real.
Fonte: Autores, 2018.

O projeto contracartográfico "SP S. A. Negócios e Participações Imobiliárias, um sistema em tempo real" utiliza como referência o trabalho de arte conceitual do artista alemão Hans Haacke, intitulado "Shapolsky et al. Manhattan Real Estate Holdings, a Real-Time System, as of May 1, 1971" (Figura 8)[6]. Nessa obra, Haacke expõe 142 imóveis de habitação de baixa renda no distrito de Manhattan, utilizando de diferentes formas representacionais, desde a fotografia do edifício até documentações referentes à propriedade do imóvel. A partir desses distintos universos de informação, interligando tanto a característica tipológica dos prédios quanto os dados recolhidos em suas documentações, o artista esboça uma teia de relações entre as construções, de modo que, apesar de registradas "em nome de mais de 17 corporações distintas" (Solfa, 2010, p.21), revela-se que todas as propriedades são pertencentes à família nova-iorquina Shapolsky, diluída e invisibilizada em corporações "[...] que hipotecavam e vendiam constantemente os edifícios entre si como forma de diminuir os impostos e aumentar as taxas de lucro" (ibidem, p.21), controlando, inclusive, o preço dos aluguéis nesta região.

[6] Em paralelo, Haacke realizou uma obra similar focada em outro "complexo imobiliário familiar", Sol Goldman and Alex Di Lorenzo Manhattan Real Estate Holdings, A Real-Time Social System, as of May 1, 1971. Ver:http://www.tate.org.uk/art/artworks/haacke-sol-goldman-and-alex-dilorenzo-manhattan-real-estate-holdings-a-real-time-social-t13797

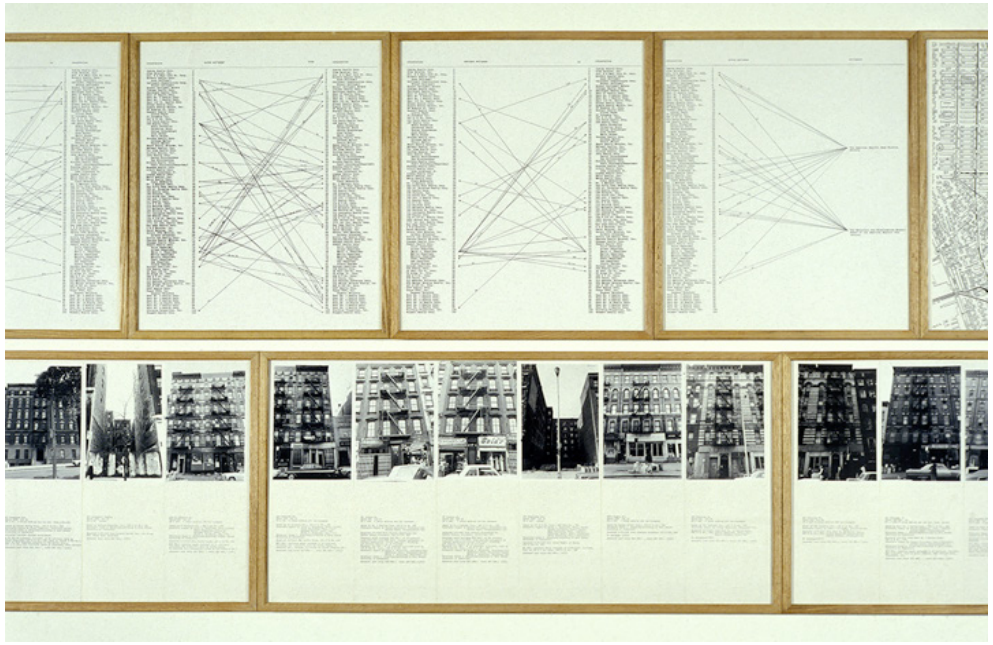


Figura 6: Shapolsky et al. Manhattan Real Estate Holdings, a Real-Time System, as of May 15, 1971 – Hans Haacke. Fonte: Gabrielsen, 2015.[7]

Em seu processo de levantamento imobiliário, Haacke também elabora mapeamentos que correlacionam o tecido urbano com a prática de controle imobiliário estabelecida pela família Shapolsky, indicando pontos de influência e manchas que se sobrepõem ou se aglutinam, bastante representativas enquanto zonas onde o poder de influência das corporações se dá de maneira mais intensa (Figura 9). Um mapa como esse, ao qual nos referenciamos para o Projeto SP S. A., é capaz de promover uma outra leitura

[7] Disponível em: <http://www.kunstkritikk.no/artikler/ga-institusjonen-pa-nervene/>. Acesso em jun. 2018.

do território urbano, concedendo pistas de processos de poder econômico que modelam e subjugam uma realidade urbana.[8]

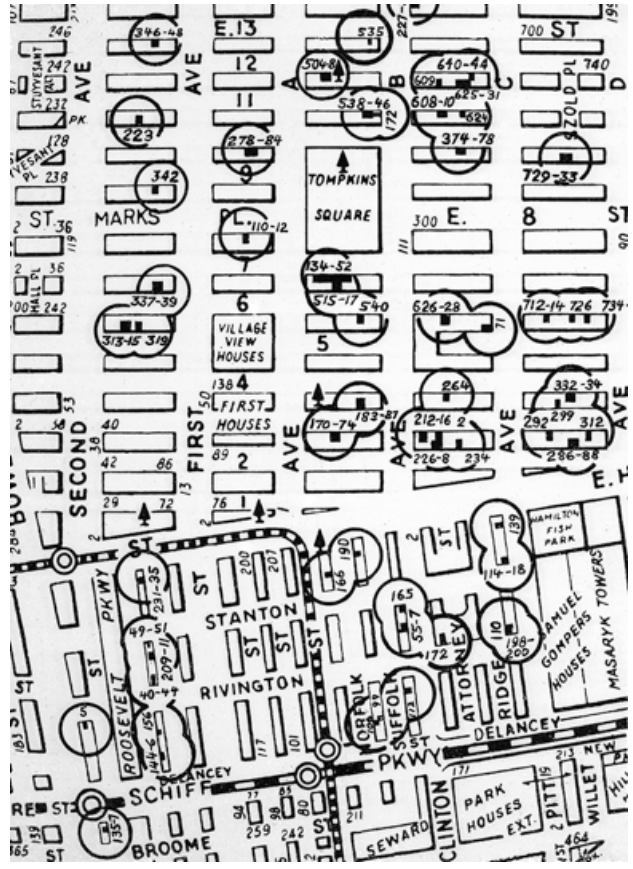


Figura 7: Shapolsky et al. Manhattan Real Estate Holdings, a Real-Time System, as of May 15, 1971 (excerto) – Hans Haacke. Fonte: Gabrielsen, 2015[9].

[8] Para um histórico de atuações de *Shapolski Real State ver*: https://www.shapolskyrealestate.org

[9] Disponível em: <http://www.kunstkritikk.no/artikler/ga-institusjonen-pa-nervene/>. Acesso em jun. 2018.

Diferentemente do trabalho de Haacke, o projeto SP S. A. assenta-se até o momento em fontes secundárias (relatório produzido pela Organização Transparência Internacional) e formas mediadas de acesso à informação (interfaces de informação e imagens georreferenciadas como Bing Maps Google StreetView). Estão no horizonte do desenvolvimento deste trabalho algumas linha de ação: a ampliação do projeto piloto para as outras áreas; a incorporação de outras fontes de informação; a comparação das territorialidades empresariais com as territorialidades dos imóveis vazios e em disputa por movimentos de luta por moradia; a comparação de fluxos internacionais de capital de offshores e fluxos migratórios de pessoas em luta por moradia.

No que diz respeito ao papel da Transparência Internacional na realização de relatórios que expõem dados que articulam negócios imobiliários com processos de corrupção, interessa-nos incluir no projeto as redes que a conectam, dentre outros financiadores, à Open Society Foundation, conectada ao fundo de serviços financeiros *Soros Management Group*, de propriedade do mega-investidor George Soros, e destacada no Mapa Wartime Chronicles 2 de Bureau d'Études.[10] Entre cifras bilionárias de seu patrimônio doadas para esta fundação, pairam sobre suas ações rumores de financiamento econômico e influência no cenário político de vários países ao redor do globo para a facilitação da criação de ambientes para negócios.

A ação de contracartografar exige, portanto, que se coloquem em relação, na medida do possível, todos os atores implicados, o seu papel nos agenciamentos e nos sistemas engendrados. Neste processo, não existem sujeitos e objetos, os cartógrafos também estão implicados.

[10] Para a rede de financiadores da Transparency International ver: https://www.transparency.org/whoweare/accountability/who_supports_us/2.

Considerações finais

A partir de um conjunto de referências, compreendemos contracartografias à luz do conceito de "mapeamento crítico" (Crampton & Krygier, 2006), como uma prática pós-representacional focada não em representações verídicas de realidades pré-existentes, mas em delinear hipóteses, construindo conhecimento e disputando narrativas sobre processos e situações dinâmicas (Abrams & Hall, 2006). Em segundo lugar, contracartografias são conectadas com a noção de "mapeamento cognitivo" (Jameson, 1991) como um modo de mapear: i) posições individuais e coletivas; ii) informações espaciais e sociais; iii) articulando coordenadas existenciais com totalidades abstratas para o entendimento das realidades que construímos e nas quais vivemos. Em terceiro lugar, práticas contracartográficas se originam das artes, da geografia, filosofia, ciência da informação, estudos sociais e culturais, assim como da arquitetura e do design, ou - e ainda com mais interesse - de agenciamentos interdisciplinares de diferentes atores e comunidades que têm em comum um comprometimento em engajar: i) na articulação entre conhecimento formal e informal (Ashley, Kenton & Milligan, 2006); ii) na experimentação estética com vários tipos de mídia que podem ser utilizadas para conectar dados (D'Ignazio, 2009); iii) nos sentidos políticos do próprio ato de mapear criticamente (Crampton, 2010).

As contracartografias produzidas por Bureau d'Études e Iconoclasistas partem de origens distintas em direção a um território comum. Enquanto as primeiras pretendem desvendar articulações sistêmicas em escala global, diante das quais todos estão *in situ*, as últimas explicitam agenciamentos locais com a participação de comunidades em situação de liminaridade. Ambas expõem lógicas de produção de dominação e controle econômico e social, baseadas em articulações escusas entre atores e na expropriação da vida - às quais as produções dos espaços urbanos estão inextricavelmente vinculadas.

Nesta esteira se coloca o projeto contracartográfico “SP S. A. Negócios e Participações Imobiliárias, um sistema em tempo real”, apresentando ainda que em estágio preliminar aspectos da realidade urbana paulista, representada na posse e uso de imóveis que encontram-se diretamente atrelados a circuitos financeiros globais em práticas não-transparentes.

Correlacionar estas duas escalas: a conformação de ruas, bairros e regiões, com a espacialização de empresas que operam em redes de paraísos fiscais mundiais, assim como correlacionar tais práticas empresariais com outras vinculadas à produção de relatórios como o utilizado como fonte - é uma estratégia contracartográfica em busca de uma maior compreensão sobre a conformação dos territórios urbanos contemporâneos, induzindo, com tal visibilização, a realização de outras formas de pensar e produzir cidade, o desenvolvimento de contracondutas.

Referências Bibliográficas

ABRAMS, Janet; HALL, Peter. *Else/where*: **mapping - new cartographies of networks and territories.** Minneapolis, MN: University of Minnesota, 2006.

ACSELRAD, Henri. *Introdução*: **o debate sobre cartografia e processos de territorialização - anotações de leitura.** In: ACSELRAD, Henri; GUEDES, Alexandre; MAIA, Laís Jabace. (orgs.). *Cartografias sociais, lutas por terra e lutas por território: um guia de leitura.* Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2015, pp.8-29.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** *Outra Travessia*, v. 5, p. 9-16, 2005.

ANGÉLICO, Fabiano. *São Paulo: a corrupção mora ao lado?* São Paulo: Transparência Internacional, 2017.

ASHLEY, Holly; KENTON, Nicole; MILLIGAN, Angela (ed.). **Participatory learning and action.** *Mapping for change*: practice, technologies and communication. Issue, n.54, London: IEED, 2006.

BUREAU D’ÉTUDES (2015). **Atlas of agendas – mapping the power, mapping the commons, Eindhoven: Onomatopee, 2015.**

BUREAU D’ÉTUDES (s/d). **Atlas of agendas – mapping the power, mapping the commons.** Disponível em: https://bureaudetudes.org. Acesso em 11 de junho de 2018.

CRAMPTON, Jeremy W.; **KRYGIER, John.** An Introduction to Critical Cartography, *ACME*: An International E-Journal for Critical Geographies, 2006, Vol. 4, N. 1, pp.11-33.

CRAMPTON, Jeremy W. **Mapping- A Critical Introduction to Cartography and GIS.** West Sussex, Wiley-Blackwell Publishing, 2010.

D'IGNAZIO, Catherine. **Art & Cartography.** In: KITCHIN, Rob; THRIFT, Nigel (ed.). *International Encyclopedia of Human Geography*. Coventry: Elsevier Press, 2009. pp.190-206.

DODGE, Martin; KITCHIN, Rob; PERKINS, Chris (Ed). **Rethinking Maps.** New York: Routledge Studies in Human Geography, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a história da sexualidade.** In: ___. Microfísica do poder.4a. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1984. Cap. 16, p. 243-276.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população***.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIRARDI, G.; **SOARES, P.** Construção de um problema de pesquisa sobre o mapeamento como dispositivo. In: *Revista Olhares & Trilhas*, Ano XVII, Número 22, jul-dez 2015.

HARLEY, J. **B.** Deconstructing the map.*Cartographica*: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization. Volume 26 Issue 2, Summer 1989, pp. 1-20.

HARLEY, Brian, Mapas, saber e poder. **In: GOULD, Peter; BAILY, Antoine.** Le pouvoir des cartes et la cartographie (Tradução: Mônica Nunes). In: *Antropos*. Paris, 1995, p. 19-51. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/5724?lang=pt. Acesso em 10 jun. 2018.

HOLMES, Brian. **Counter cartographies.** In: ABRAHAMS, Janet; HALL, Peter. *Else/Where*: mapping new cartographies of networks territories. Minnesota: University of Minnesota Press, pp.20-25, 2006.

JAMESON, Fredric. *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism***.** Durham: Duke University Press, 1991.

KURBAN, Can; PEÑA-LOPEZ, Ismael; HABERER, Maria. *What is technopolitics?* A conceptual scheme for understanding politics in the digital age", Building a European digital space. Proceedings of the 12th International Conference on Internet, Law & Politics, 499-519, 2016.

OFFEN, Karl. **O mapeas o te mapean: Mapeo indígena y negro en América Latina.** In: *Tabula Rasa.* Bogotá, n.10: 163-189, enero-junio, 2009.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Ativismos Cartográficos: notas sobre formas e usos de representação espacial e jogos de poder.** v.2, N.47E, 2011.

SOLFA, Marilia. *Interlocuções entre arte e arquitetura como práticas críticas***: a teoria arquitetônica de Bernard Tschumi e a cena artística dos anos 1970.** Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2010.

SPERLING, David. **Você (não) está aqui: convergências no campo ampliado das práticas cartográficas.** In: *Revista Indisciplinar*, EA-UFMG. Belo Horizonte (MG), V. Semestral, n.2, v.2, 2016, pp. 77-92.

SPERLING, David; SANTOS, Fábio (orgs.). *GRU-111:* **contracartografias.** São Carlos: IAU/USP, 2017.

TORET, Javier. *Tecnopolítica***: la potencia de las multitudes conectadas.** El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuída. IN3 Working Paper Series, 2013. Disponível em: https://tecnopolitica.net/sites/default/files/1878-5799-3-PB%20(2).pdf. Acesso em 11 de junho de 2018.

Da Vila Autódromo às Vargens: Planos Populares na luta contra-hegemônica na cidade

TANAKA, GISELLE. (1); OLIVEIRA, FABRÍCIO LEAL DE. (2); SANTOS, FERNANDA DOS. (3); COLI, LUIS RÉGIS. (4)

1. Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ
Rua Santo Amaro, 268-A/301, Glória – Rio de Janeiro - RJ
gisellemegumi@gmail.com

2. Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ
Rua das Laranjeiras, 360, apto 101, Laranjeiras – Rio de Janeiro, RJ
flealdeoliveira@gmail.com

3. Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ
Rua Além Paraíba, 777 casa 36, Higienópolis – Rio de Janeiro, RJ
dosssantosfsouza@gmail.com

4. Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório ETTERN/IPPUR/UFRJ
Rua Caruaru, 753/301, Grajaú - Rio de Janeiro, RJ
regiscoli@hotmail.com

Resumo

O momento recente de retomada de grandes investimentos na cidade, marcadamente através de dois programas federais – PAC e MCMV – foi também de acirramento de conflitos urbanos. Soma-se ainda a realização de megaeventos esportivos no Brasil – a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 – usados como justificativa para a imposição de grandes projetos urbanos nas 12 cidades escolhidas para receber as instalações dos jogos. No campo da luta pelo direito à cidade destacam-se nesse momento ações de resistência contra as remoções e violações de direitos. A partir dessas lutas, formam-se novas coalizões políticas e, a partir de 2013, grandes manifestações de rua que trazem para a pauta pública urbana questões como da mobilidade urbana, violência institucional contra, principalmente, a juventude negra, feminismo e direito à cidade. Outras pautas também ganham espaço como movimentos culturais de favela e periferia, agricultura urbana e o direito a morar e plantar. Nesse contexto, os Planos Populares ganharam destaque no Rio de Janeiro como forma de contestação de grandes projetos urbanos. A luta dos moradores da Vila Autódromo contra a remoção mobilizou movimentos e organizações tradicionais de luta pela moradia, organizações da sociedade e universidades que atuam na defesa do direito à cidade, novas organizações políticas e de defesa de direitos humanos e novos militantes. Localizada na área destinada à construção do Parque Olímpico (através de uma Parceria Público-Privada) para os Jogos Olímpicos de 2016, a Vila Autódromo apresentou um plano alternativo que se tornou central em sua luta pela permanência. Passado o ciclo de megaeventos esportivos, o modelo de grandes intervenções urbanas através de Parcerias Público-Privadas (PPP) continuou a ser apresentado como forma de gerar desenvolvimento urbano na cidade. No contexto de crise econômica e política pós-2015, esse modelo reforçou-se ainda mais, apresentado como forma de se captar recursos privados na ausência de recursos públicos. Junto com as novas PPPs, vieram novas ameaças de remoção e novas frentes de resistência. Apresentamos a experiência da Articulação Plano Popular das Vargens (APP) como um caso desse novo momento e sua relação com as lutas que a precedem, em especial da Vila Autódromo. A APP reuniu lideranças locais, principalmente mulheres, que já haviam protagonizado lutas anteriores, integrantes de quilombolas, organizações e movimentos sociais de luta pela moradia e de defesa de direitos humanos, de atuação local e na escala da cidade. A elaboração do Plano Popular foi um dos instrumentos de mobilização e unificação de entidades e militantes que atuavam em pautas diversas no território. Como no caso da Vila Autódromo, o coletivo popular pretendia mostrar que havia outra possibilidade concreta de futuro para a região, que respeitasse sua população e os modos de vida locais. Este trabalho apresenta o processo de elaboração dos dois planos populares, entendidos como processos de Planejamento Conflitual. Os planos contaram com assessoria do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual – NEPLAC, do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro – NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ, em sua elaboração.

Palavras-chave: Remoções; Planejamento Urbano; Planejamento Conflitual; Lutas Sociais Urbanas.

Introdução

No Brasil, conflitos sociais urbanos motivados por grandes projetos urbanos e megaeventos esportivos têm gerado novas e autônomas organizações da sociedade, que se somam a movimentos sociais existentes na busca por novos caminhos de ação política. A partir de dois casos, os processos de elaboração dos Planos Populares da Vila Autódromo e das Vargens, no Rio de Janeiro, propomos uma reflexão quando às novas práticas nascidas e elaboradas nesse campo de luta e resistência.

Inicialmente, apresenta-se o contexto em que esses conflitos aconteceram, de ampliação de investimentos em grandes projetos urbanos que prometiam transformar a dinâmica urbana das cidades através de Parcerias Público-Privadas e que previam a remoção de bairros populares consolidados. Marca também esse momento o programa habitacional federal Minha Casa, Minha Vida, utilizado por governos locais para viabilizar e legitimar as remoções.

Nesse ambiente, configura-se um novo momento nas lutas urbanas no Brasil, de ações articuladas para a defesa de territórios populares e do aumento das ocupações urbanas organizadas por movimentos sociais em grandes cidades brasileiras. As formas de resistência têm em comum a reivindicação do reconhecimento de bairros populares, mas, mais do que isso, também da forma de produzir sua moradia e seu espaço urbano.

Os dois casos apresentados configuram-se como formas de resistência popular e práticas autônomas de planejamento (de fora do Estado), realizadas com assessoria técnica de laboratórios universitários e apoio de articulações políticas envolvendo redes de movimentos sociais e militantes.

A análise dos casos tem como suporte pesquisas realizadas ao longo desta última década pelo Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual, que integra o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro – NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ. Tais casos, brevemente apresentados, contaram com metodologias de acompanhamento, pesquisa-ação, participação em reuniões, negociações e ações nas quais integrantes do NEPLAC se envolveram durante o transcurso dos acontecimentos. O acompanhamento dos casos incluiu levantamentos de informações junto aos atingidos e aos seus apoiadores, a sistematização de informações oficiais disponíveis, a realização de visitas aos locais e o registro de depoimentos.

Um novo contexto dos conflitos urbanos

Como já largamente descrito na literatura, as cidades brasileiras são historicamente marcadas pela extrema desigualdade no acesso aos serviços e à infraestrutura urbana. Parcelas expressivas da população trabalhadora são levadas a buscar moradia, quase sempre precária, em áreas excluídas do mercado residencial privado legal e da produção formal da cidade (Maricato, 2001). Nos períodos de ampliação dos investimentos na cidade, frentes de valorização imobiliária avançam sobre áreas ocupadas por populações pobres, qualificadas como informais, que se veem ameaçadas. Com o avanço das políticas urbanas neoliberais no Brasil, estas ameaças têm se apresentado, em geral, sob a forma de grandes projetos conduzidos através de parcerias público-privadas (PPPs), às quais vêm associadas novas formas de gestão privada sobre o espaço urbano. O Estado abre espaço para que empresas privadas exerçam seu poder sobre a gestão da cidade (Rizek, 2011). A essas formas se combinam relações de poder local, de controle e violência, nascidas nesses espaços de informalidade, onde o legal e o ilegal se imiscuem em redes de relações e jogos de poder (Telles, 2011).

A partir de 2007, observa-se uma aceleração dos investimentos em grandes obras urbanas, seguindo esse modelo. A seleção do país para sediar megaeventos esportivos somou-se a um projeto político de crescimento econômico baseado na realização de grandes obras de construção civil - o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, empreendido pelo Governo Federal. O PAC foi criado com o objetivo de retomar obras de infraestrutura

econômica e social (praticamente interrompidas desde os anos 1980, quando os ajustes fiscais impõem uma retração nos investimentos públicos) em um contexto de crescimento econômico do país e retomada de um projeto desenvolvimentista, e de atender a interesses de empreiteiras, empresas da construção civil e incorporadoras imobiliárias, que buscavam fontes de financiamento público e desobstruções legais para expandir seus negócios. A conjuntura de crise econômica internacional, que teve seu ápice em 2008, converte o PAC também em um programa anticíclico, associando a ele medidas de incentivo ao consumo.

Como parte integrante do PAC, dentro da linha "infraestrutura social e urbana", foi criado, em 2009, o programa "Minha Casa, Minha Vida" (PMCMV), declaradamente um programa para gerar crescimento econômico, emprego e renda, além de resguardar o setor da construção civil da crise imobiliária global (Rolnik, 2015), por meio do financiamento da construção de unidades habitacionais que, como se observa, vem impondo novos vetores de espraiamento da área urbana às cidades brasileiras. O PMCMV destinou um volume expressivo de recursos públicos para a produção habitacional em grande quantidade (chegando a mais de 4,5 milhões de unidades contratadas em 2016) e foi desenhado de tal forma que coube aos agentes do mercado imobiliário (empreiteiras responsáveis pela produção habitacional) a definição da localização dos empreendimentos (conjuntos habitacionais), bem como das características da produção e do "produto" final a ser entregue (Maricato, 2011, p. 67). O resultado foi a produção em massa de conjuntos habitacionais para baixa renda nas periferias urbanas mais extremas, onde o solo é mais barato.

Ainda que destine uma quantidade inédita de recursos para a construção de habitação destinadas às faixas de renda mais baixas, o PMCMV foi um componente importante para viabilizar a realização de grandes projetos, amortecendo os conflitos relacionados à retomada agressiva de uma política de remoções de populações mais pobres, deslocando-as para conjuntos habitacionais na periferia. A pretexto de fazer dos pobres urbanos proprietários de moradias em condições dignas e formais – ponto central do discurso de legitimação do programa -, promoveram-se maciços deslocamentos forçados (Oliveira et al, 2016) para áreas cada vez mais distantes dos principais centros de emprego, geralmente com transporte precário e toda a sorte de precariedades relacionadas ao acesso aos serviços e equipamentos públicos.

Conflitos Sociais Urbanos e Planejamento

Nas lutas urbanas, especialmente nos conflitos que envolvem grupos e movimentos organizados, projetam-se na arena política demandas e pautas que nos permitem um olhar crítico sobre a produção do espaço urbano. Na cidade neoliberal, um dos elementos centrais para a legitimação do poder é a construção de um consenso em torno de projetos voltados para o crescimento econômico e a garantia de lucros para o setor privado e financeiro. Na visão dominante, o conflito é apresentado como disfunção social e, portanto, como secundário ou marginal à estrutura social e à reprodução do sistema (Vainer, 2013).

A leitura que se apresenta parte do entendimento oposto, de que estão nos conflitos urbanos as fontes criativas para a construção de cidades justas e democráticas. A democracia seria o regime em que o potencial criativo e inovador do dissenso é reconhecido. Em uma cidade profundamente desigual, o conflito teria o papel de gerar as condições necessárias para uma mudança:

> *Recuperar o sentido virtuoso do conflito e da política, entendida como ação coletiva no espaço público que diz respeito ao exercício do poder, é o único caminho, acredito, para desafiar esta cidade que condena a imensa maioria a terríveis condições de trabalho e de vida (Vainer, 2007, p.8).*

Avançando ainda mais nesta proposição, é importante lembrar que na ação política se constituem sujeitos coletivos autônomos, entendendo sujeito coletivo como "uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas". A condição de sujeito não pressupõe necessariamente a autonomia, mas a primeira condição é necessária para a segunda. O sujeito coletivo abre a possibilidade da construção da autonomia, entendida como a capacidade de reelaborar sua identidade e seu discurso em função daquilo que define como sua vontade (Sader, 1988, p. 55-56).

Na cidade neoliberal, onde dominam estratégias consensualistas ou negociais, está colocado o pressuposto de que grupos de interesses constituídos tem a capacidade de negociar soluções que levem ao benefício de todos. Acontece que, enquanto grupos dominantes detém meios e poder para a defesa de seus interesses, grupos dominados não se encontram previamente organizados e só terão condições de se impor no processo político através de sua organização coletiva, que se constitui na ação.

São nos conflitos, nas lutas políticas, que os sujeitos se constituem e somente eles, por sua condição social, seriam capazes de "introduzir desequilíbrios e rupturas numa cidade que se produz e reproduz em escala ampliada a desigualdade". Somente através dos conflitos "será possível constituir e impor políticas realmente transformadoras das estruturas e dinâmicas fundiárias de nossas cidades" (Vainer, 2007, p. 6). Visando, portanto, destacar as possíveis alternativas aos modelos de planejamento que se pretendem *consensuais,* delinearam-se concepções voltadas à reflexão sobre iniciativas contra-hegemônicas que, em variadas escalas, são direcionadas a desafiar, ou mesmo transformar, estruturas sociais, políticas e econômicas que criam e mantém o *status quo*. A noção de *planejamento conflitual*, construída em articulação com processos autônomos de planejamento em contexto de conflito social, refere-se aos processos que surgem "de dentro do próprio processo de constituição de sujeitos coletivos" e que são parte desta construção, refletindo e alimentando "o processo de constituição de um sujeito que se constrói simultaneamente enquanto sujeito político e técnico" (Vainer, 2009, p.10).

Os planos populares expostos neste trabalho buscaram, sob tal suporte conceitual e político, apoiar populações em situação de conflito, constituindo-se em um contraponto à hegemonia de *experts* e consultores - e de seus modelos - contratados por agências estatais e empresariais. Eles surgem em um município no qual uma sequência de administrações públicas consolidou uma estratégia de gestão e planejamento que, com variações relacionadas aos perfis políticos específicos dos prefeitos e suas coalizões de poder, privilegiou a íntima relação com o empresariado e a realização de parcerias público-privadas na transformação da cidade. As Olimpíadas de 2016 e a Copa do Mundo 2014 e os correlatos vultuosos investimentos em grandes projetos de todo tipo (estádios, estruturas de mobilidade, etc.) reforçaram os vetores de ampliação da desigualdade que sempre acompanham as estratégias de gestão e planejamento empresarial das cidades.

Neste ambiente, a realização de parcerias público-privadas (PPPs) como forma privilegiada de financiamento de projetos urbanos ganha cada vez mais força, apesar do fracasso financeiro das suas principais "marcas", como a Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha ou a renovação e concessão do estádio do Maracanã (Pinho, 2016; Oliveira et al, 2017). PPPs aparecem cada vez mais como soluções para a construção e concessão da gestão de estádios esportivos e outros equipamentos públicos, inclusive na área de saúde e educação. Eduardo Paes (prefeito entre 2009-2016) propõe a realização de uma OUC abrangendo uma região de 50 km2 na principal frente de expansão da produção imobiliária formal da cidade, na região das Vargens. Marcelo Crivella, o atual prefeito, com mandato até 2020, chegou a propor a remoção de mais de 60 mil moradores da favela Rio das Pedras, no

âmbito de uma grande operação urbana nas proximidades de uma grande área de propriedade do maior incorporador e grande latifundiário da cidade, a empresa Carvalho Hosken S.A., também beneficiada pela PPP do Parque Olímpico, como se verá a seguir.

Como a valorização fundiária é o coração do sistema de financiamento das operações urbanas e parcerias público-privadas de forma geral, as populações de baixa renda, as favelas, as habitações precarizadas apresentam um risco para os negócios e são, portanto, indesejáveis, como mostra amplamente a literatura[1].

Em oposição a mudanças propostas e implementadas por coalizões de governos (municipal, estadual, federal) no Rio de Janeiro com grandes empresas se constituíram os planos populares discutidos nos próximos tópicos.

Planos Populares na Luta Contra as Remoções

Muitas resistências organizadas se insurgiram contra os grandes projetos que previam processos de remoção e/ou descaracterização de ambientes urbanos populares no Rio de Janeiro da década de 2010[2]. Os casos de Vila Autódromo e da região das Vargens, que serão discutidos a seguir, se destacam pela sua estratégia de luta que envolveu a elaboração de planos populares. O contexto de elaboração dos planos é muito diverso: o Plano Popular da Vila Autódromo se construiu no auge da fúria de investimentos para abrigar as Olimpíadas de 2016, principalmente, e a Copa do Mundo 2014, época em que governos municipal, estadual e federal se aliaram para viabilizar as condições para a realização dos eventos; o Plano Popular das Vargens começa sua trajetória poucos meses antes das Olimpíadas e se desenvolve no cenário de fim de festa, crise econômica e política que se arrasta desde meados de 2016 até o momento em que este texto é escrito, em junho de 2018.

Elaborados por moradores com assessoria de pesquisadores, professores e alunos de universidades federais, os Planos Populares de Vila Autódromo e das Vargens fornecem campos de análise que trazem novos insumos para a discussão sobre a produção de planejamentos alternativos no Brasil e no Sul Global e, possivelmente, insumos e incentivos para lutas urbanas por igualdade, democracia e justiça social.

O Plano Popular da Vila Autódromo nas lutas contra a remoção

A luta dos moradores da Vila Autódromo contra a remoção mobilizou movimentos e organizações tradicionais de luta pela moradia, organizações da sociedade e universidades, novas organizações políticas e de defesa de direitos humanos e novos militantes. Localizada na área destinada à construção do Parque Olímpico (através de uma Parceria Público-Privada) para os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, a comunidade passou a sofrer intensa pressão para remoção quando a cidade foi escolhida para sediar os jogos em 2009. A comunidade já vinha sofrendo ameaças de remoção desde os anos 1990, momento de grande expansão imobiliária na região, mas resistia.

[1] Ver, por exemplo, os trabalhos de Mariana Fix, João Whitaker Ferreira e Erminia Maricato sobre as operações urbanas em São Paulo, a análise crítica de Álvaro Pereira (2014) e Thiago do Pinho (2016) sobre o projeto Porto Maravilha, a pesquisa de Lucas Faulhaber (2012) sobre remoções no Rio de Janeiro e os dados sistematizados pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro sobre as remoções no Morro da Providência e nas ocupações de prédios na área portuária carioca.

[2] Pesquisa conduzida pelo NEPLAC/ETTERN no período entre 2011 e 2016 registrou conflitos e resistências relacionados a assentamento populares envolvendo famílias afetadas por projetos direta ou indiretamente relacionados à realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Rio de Janeiro

A Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA) foi criada em 1987 para buscar melhorias para o bairro e, desde o início, se colocou à frente de uma luta por direitos. Lideranças da AMPAVA tinham um histórico de participação na luta pela redemocratização do país e participaram ativamente da constituição de espaços institucionais de defesa do direito à moradia, como o Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH). Diante das ameaças de remoção, passaram a atuar com movimentos de luta pela moradia e pela reforma urbana na cidade. Como resultado desse primeiro momento de lutas, a Vila Autódromo conquistou a regularização fundiária junto ao Governo do Estado através de títulos de concessão de posse nos anos 1990.

Em 2005, no contexto da preparação da cidade para os Jogos Panamericanos, que inicia o ciclo de megaeventos esportivos do século XXI, formou-se um coletivo político para denunciar e resistir às remoções de bairros populares e violações de direitos: o Comitê Social do Pan. A mobilização política em torno do Comitê conseguiu impedir a remoção das comunidades do Canal do Anil, da Vila Autódromo e parte da Arroio Pavuna, nas regiões de Jacarepaguá e Barra da Tijuca. Em 2009, baseado nessa experiência, considerada vitoriosa, constituiu-se o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. As lideranças da Vila Autódromo participaram ativamente dos dois Comitês, que se definiam como espaços de articulação política, compostos por redes de entidades, movimentos e ativistas reunidos por uma pauta comum relacionada aos impactos dos jogos.

A luta da Vila Autódromo, ao mesmo tempo em que se constituiu como uma luta da cidade, contra as remoções, teve como base a organização dos moradores na defesa de sua moradia, seu bairro e seu modo de vida. Os moradores afirmavam com orgulho que a Vila era uma comunidade "pacífica e ordeira", um lugar privilegiado para se viver. A Vila Autódromo denunciava um projeto de cidade perverso, onde não havia lugar para os pobres, a ausência de justificativa real para a remoção e reivindicava um tratamento democrático: o direito à informação e a participar da definição do projeto para o seu bairro. Através do Comitê Popular, lideranças da Vila propuseram a elaboração de um projeto alternativo ao projeto da prefeitura, prevendo a construção das instalações olímpicas com a permanência da comunidade e, para isso, contou com a assessoria técnica de duas universidades públicas: o NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ e o NEPHU/UFF[3] (Vainer et al, 2013).

O Plano Popular da Vila Autódromo foi elaborado pelos moradores com sua assessoria técnica e se tornou um instrumento de mobilização interna dos moradores, de defesa de seu modo de vida, de base para a defesa jurídica contra a remoção (assessorada pelo NUTH) e como caso emblemático na luta contra as remoções no contexto dos megaeventos esportivos. A partir do Plano Popular, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas iniciou a campanha "Viva a Vila Autódromo: Rio Sem Remoções".

O processo de elaboração do plano em si envolveu a realização de assembleias, reuniões, levantamentos de campo, levantamento documental, oficinas, diversos métodos de discussão e proposição de alternativas e tomada de decisões coletivas. Tiveram como referência um repertório trazido pela assessoria técnica, mas considerando as práticas e dinâmicas de organização locais. Na escala da cidade e das lutas contra as remoções no Brasil, as lideranças da Vila Autódromo passam a levar sua experiência através de depoimentos e da ocupação de espaços políticos.

O Plano Popular rejeitava a remoção voluntária de qualquer morador e incluiu um processo de caracterização da Vila Autódromo e de elaboração de propostas articuladas em quatro programas: Habitacional; Saneamento, Infraestrutura e Meio Ambiente; Serviços Públicos e Desenvolvimento Cultural e Comunitário. As propostas previam desde a construção de infraestrutura de saneamento ambiental e o reassentamento na própria área de população

[3] Núcleo de Estudos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF), coordenado pela Professora Regina Bienenstein.

residente à beira da Lagoa de Jacarepaguá, até a implantação de áreas de lazer e equipamentos públicos, a ampliação da Associação de Moradores, o aproveitamentos dos espaços públicos, a criação de estratégias de comunicação interna e externa, entre muitas outras propostas.

Imagem 1. Plano Popular da Vila Autódromo

A resistência da Vila Autódromo e os espaços de articulação política que se constituíram em torno de sua luta se tornaram referência no Rio de Janeiro e no Brasil, alcançando repercussão internacional. Essa inserção política modificou as relações internas na comunidade e fez surgir novas lideranças.

Na medida em que se aproximam os Jogos Olímpicos houve um acirramento do conflito, com aumento das diversas formas de pressão sobre os moradores (psicológicas e físicas). No ano de 2014, moradores começaram a ceder e iniciou-se a fase mais violenta do processo de remoção da Vila Autódromo. As primeiras famílias aceitam mudar para apartamentos do conjunto Parque Carioca (do PMCMV), e iniciou-se o processo de demolição da Vila Autódromo, que seguiu pelos anos de 2015 e 2016 até as vésperas das Olimpíadas. Um coletivo organizado, apoiado por uma rede de movimentos sociais, entidades e lideranças resistia, mas a cada dia mais famílias cediam e as demolições das casas reduziam a área da comunidade. Com o aumento da tensão interna, mulheres da Vila Autódromo assumiram o protagonismo da resistência no trabalho cotidiano de identificar e organizar as famílias que resistiam, construir diariamente ações de resistência e visibilidade política e manter ativa uma rede de aliados (ver Oliveira et al, 2016; Tanaka, 2017).

Imagem 2. Uma das quadras da Vila autódromo inteiramente demolida em 2014. Fonte: Acervo NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ

Imagem 3. Casas demolidas na Vila Autódromo. Ao fundo gruas da construção do Parque Olímpico. Fonte: Acervo NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ

Ao final, as propostas do Plano Popular não se implementaram e foram poucas as famílias que resistiram na Vila Autódromo até o final. Mas sua luta contra a remoção se tornou emblemática e passou a inspirar outros processos de resistência e a constituição de novos coletivos políticos. Hoje, em junho de 2018, as vinte e duas famílias resistentes residem em novas casas construídas em meio a um imenso estacionamento construído para servir aos equipamentos olímpicos. Conscientes de sua importância política, valorizam a sua conquista enquanto reconstroem suas vidas e lutam pela complementação do projeto de urbanização da comunidade. Em função da resistência da comunidade, os moradores que primeiro aceitaram as propostas de remoção residem hoje em conjuntos habitacionais relativamente próximos, diferentemente do que aconteceu com quase todos os demais removidos na preparação para os megaeventos, hoje residindo a 30, 40 quilômetros de distância de suas resistências. Cerca de uma centena de famílias que resistiu à primeira ofensiva da prefeitura terminou por aceitar indenizações inéditas em casos de remoção no Rio de Janeiro – e, talvez, no Brasil –, conseguindo valores que consideraram o valor do solo, próximos ou mesmo superiores aos de mercado, ao invés das tradicionais remunerações com base nas benfeitorias realizadas.

Imagem 4. Ultima versão do Plano Popular da Vila Autódromo.

Passado o ciclo de megaeventos esportivos, o modelo de grandes intervenções urbanas através de Parcerias Público-Privadas (PPP) continuou a ser apresentado como forma de gerar desenvolvimento urbano na cidade. No contexto de crise econômica e política pós-2015, esse modelo reforçou-se ainda mais, apresentado como forma de se captar recursos privados na ausência de recursos públicos. Junto com as novas PPPs, vieram novas ameaças de remoção e novas frentes de resistência. As lideranças da Vila Autódromo passaram a ser procuradas para relatar a experiência e para

apoiar ações contra a remoção em outras comunidades. Novas relações entre as lideranças populares foram se conformando.

Nesse segundo momento, observa-se a constituição de novos espaços pelas lideranças populares, com apoio e inspirado nas experiências de resistência contra as remoções dos megaeventos esportivos. Comunidades que se veem ameaçadas pelos novos grandes projetos urbanos apresentados pela prefeitura, ou mesmo por avanços de interesses privados sobre suas terras, como comunidades da Região das Vargens, Araçatiba, Barrinha, Rio das Pedras, Radio Sonda, entre outras, passam a procurar lideranças da Vila Autódromo e de outras comunidades que protagonizaram lutas contra as remoções, para elaborar suas estratégias de resistência. Passam a acontecer reuniões, rodas de conversa, assembleias em comunidades em que as lideranças são convidadas para dar seus depoimentos e manifestar seu apoio. O Plano Popular da Vila Autódromo tem sido objeto de especial atenção nesses espaços, debatem-se os resultados alcançados, com as posições mais diversas, positivas e negativas.

Uma das iniciativas que nasceu nessa nova dinâmica foi a constituição da Articulação Plano Popular das Vargens, relatada a seguir.

Plano Popular das Vargens

A Articulação Plano Popular das Vargens (APP) foi constituída por moradores e lideranças da grande região das Vargens, que abrange 50 km2 de área dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Recreio dos Bandeirantes, Camorim e Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro. A APP reagia às ameaças geradas pela nova legislação urbanística apresentada pela prefeitura para a região: a Operação Urbana Consorciada (OUC) e o Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens (Projeto de Lei Complementar n. 140/2015). De fato, a prefeitura já vinha modificando a legislação incidente sobre esse território, atendendo interesses fundiários e imobiliários, principalmente através do aumento do potencial construtivo e do gabarito permitidos, e alterando de forma expressiva diversas localidades, com impactos ambientais permanentes.

A região já tinha um histórico de organização popular em defesa da moradia. Em 2002, moradores de comunidades da região fundaram o MUP – Movimento de União Popular com o objetivo de barrar proposta da Prefeitura que implicava ameaças de remoção. Essa mobilização conquistou a demarcação de vinte e nove Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) nas edições anteriores dos PEUs das Vargens[4].

As ameaças do Projeto de Lei 140/2015 abrangem novas normas que desconsideram a produção de pequenos agricultores da região e incluem a implantação de uma série de novas vias financiadas pela Operação Urbana que, caso implantadas, implicam a destruição de áreas de preservação ambiental, o aterro de extensos brejos e campos alagados fundamentais para a drenagem de toda a Baixada de Jacarepaguá, onde se insere a região das Vargens, e a remoção de dezenas de milhares de famílias residentes em 40 favelas que ocupam total ou parcialmente áreas destinadas à implantação dessas vias ou afetadas por outras disposições do projeto de lei.

A APP começou reunindo novas e antigas lideranças locais, principalmente mulheres, que atuam em diferentes esferas de luta: ativistas que participaram do movimento Ocupa Golfe, que denunciou ilegalidades relacionadas à construção do campo de golfe para as Olimpíadas de 2016, integrantes quilombolas que vinham lutando por reconhecimento, organizações agroecológicas, coletivos feministas e de movimentos de moradia. É importante ressaltar que o que se constituiu como maior potência da APP também se constitui como seu maior desafio: a associação

[4] Inicialmente eram 30 áreas, mas a Vila Autódromo foi retirada do projeto de lei original e foi objeto de legislação específica, que modificava o uso e ocupação da área à época destinada às instalações para os Jogos Panamericanos.

entre agroecologia, moradia popular e proteção ambiental; questões que muitas vezes foram tratadas como opostas na construção do urbano. A primeira reunião, de lançamento do coletivo, foi também um momento político de trazer para a luta local movimentos sociais, lideranças, políticos e profissionais que vinham apoiando na escala da cidade lutas contra as remoções, grandes projetos urbanos e defesa da agroecologia. Para essa reunião foram convidadas moradoras da Vila Autódromo e foi anunciada a intenção de elaboração de um Plano Popular, inspirado em sua experiência. Na fundação do coletivo foram apresentadas cinco denúncias, que depois viriam a constituir os princípios para o Plano Popular: (1) ameaça de remoções de bairros populares e de produtores locais de alimentos (defesa do morar e plantar); (2) riscos para a população da privatização do território através de parcerias público-privadas; (3) ameaça aos campos molhados e várzeas que constituem grande parte do território; (4) ameaça à conservação ambiental de encostas e montanhas; (5) proposição de uma ocupação intensiva do território incompatível com a infraestrutura, principalmente de água e de mobilidade urbana.

O processo de elaboração do Plano Popular das Vargens foi construído pela APP com a assessoria técnica do NEPLAC, pensando em uma metodologia que envolvesse essa rede de entidades e lideranças e garantisse o protagonismo popular, principalmente da juventude e de mulheres. Por outro lado, a APP enfrentava um histórico de repressão e ameaças, principalmente por grupos paramilitares que dominam o território. A elaboração de um plano popular foi proposta para mobilização e unificação de pautas diversas, como forma de se defender das ameaças motivadas pelos interesses de grandes proprietários, incorporadoras imobiliárias e empreiteiras associadas ao poder público. Como no caso da Vila Autódromo, o coletivo popular pretendia mostrar que havia outra possibilidade concreta de futuro para a região, que respeitasse sua população e os modos de vida locais.

A elaboração do plano popular se deu ao longo do segundo semestre de 2016, por meio de encontros amplos com a participação de entidades e ativistas que atuam em diferentes pontos da cidade e de um Curso de Planejadores Populares, voltado para a participação da população local. O lançamento do plano ocorreu em 2017, em uma audiência pública realizada na região. O plano teve como eixos importantes o reconhecimento de formas tradicionais de ocupação do território (quilombolas e agricultura familiar), e a defesa de novos modos de vida presentes nas áreas urbanas – “morar e plantar” – que combinam as relações urbanas com tradições rurais refletindo trajetórias e heranças da população que ali habita. Um dos principais desafios foi pensar coletivamente como o planejamento urbano poderia ser um instrumento de garantia e de valorização desses modos de ocupação do território.

Imagem 5. Aula do Curso de planejadores Populares nas Vargens. Fonte: Acervo NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ

MAPA SÍNTESE – PRINCIPAIS PROPOSTAS

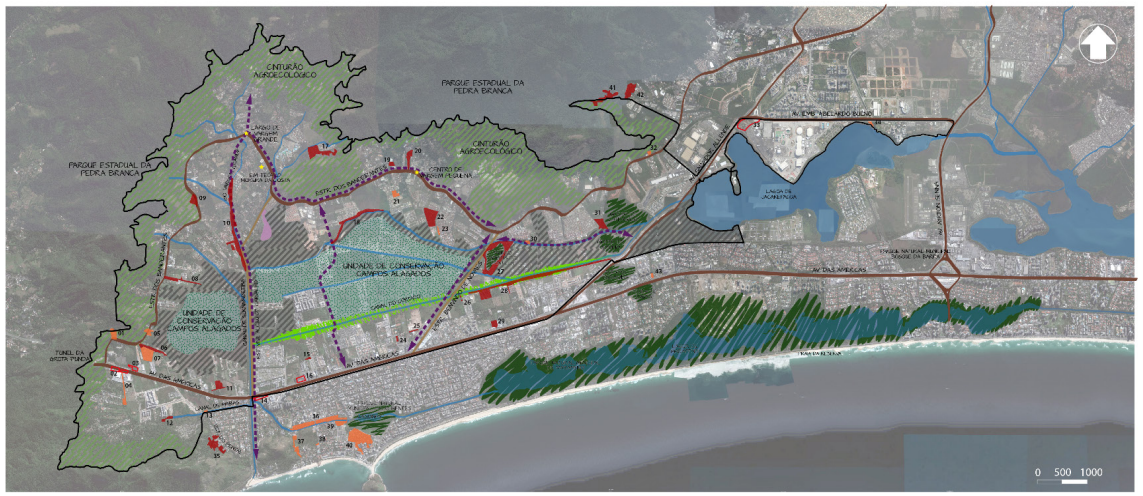


Imagem 6. Mapa de propostas do Plano Popular das Vargens

Desdobramentos analíticos

É possível observar, em ambas as experiências, alguns elementos que têm caracterizado as distintas formas de mobilização elencadas por grupos populares e movimentos sociais que ousaram, em condições adversas, resistir aos poderes de ordem estatal e empresarial que visavam sua desterritorialização. É nesse sentido que se buscou avançar nas análises práticas e teóricas das lutas sociais que se deram no contexto ora demonstrado. Vale lembrar, por sua vez, que certamente reconhecemos a complexidade inerente à teorização sobre os movimentos sociais, e nos juntamos aos muitos esforços que vêm alimentando este debate, pois, como já apontava Melucci (1994, p.190 apud GOHN, 1997), tais movimentos compõem "parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é portadora imediata de tessitura relacional da sociedade e do seu sentido".

Assim, também foi possível perceber como as mobilizações estudadas foram, e continuam sendo, capazes de gerar novas solidariedades, alterar a estrutura associativa das classes populares e criar uma pluralidade de novos espaços públicos, ampliando e revitalizando espaços já institucionalizados (MEDEIROS, 2012). Ainda que ações em torno de demandas por habitação, terra, trabalho, equipamentos e serviços coletivos tenham uma longa tradição (MUTZENBERG, 2011), é fundamental que não se ignore o papel contemporâneo das articulações em redes e da tecnologia comunicacional, observados nos dois estudos de caso. Sobre articulações em redes, por exemplo, Scherer-Warren (2009, p. 9) destaca que elas:

> *[...] tem empoderado os movimentos sociais, na medida em que aproximam e criam espaços inter-organizacionais, de trocas materiais e simbólicas, comunicação e debate, entre as bases das ações coletivas (incluindo-se aí os espaços comunitários do cotidiano dos grupos subalternos), contando com a mediação de agentes políticos articulatórios (fóruns e redes interorganizacionais diversas), com a possibilidade de participação em mobilizações na esfera pública (marchas, protestos e campanhas), formando assim as redes de movimentos sociais.*

Os casos aqui estudados, nesse sentido, parecem bastante ilustrativos. Neles podem ser percebidos, na dinâmica de construção coletiva, diversos esforços centrados na "dessingularização" de suas causas, processo que envolveu um recurso que Boltanski (2000) denominou de "ascensão à generalidade", pois enquanto determinados atores vão buscar "esvaziar" os casos – tal como a prefeitura da cidade -, buscando minimizá-los e particularizá-los, as articulações populares buscarão revelar suas "faces ocultas" e mostrar que, na realidade, aqueles casos concernem a todos, visando torná-los, assim,

"causas coletivas". Os instrumentos capazes de dinamizar a comunicação entre as pessoas e produzir novas formas de ação, amplamente observados nas mobilizações estudadas, por sua vez,

> *[...] vêm se mostrando capazes não só de gerar protestos presenciais (por exemplo, na forma tradicional de atos públicos), como também mobilizações on line, na forma de campanhas, que podem originar ações de protesto coletivo de caráter presencial. Em todas essas situações, o que chama a atenção é a velocidade com que a informação circula e sua capacidade de atingir cada vez mais pessoas, além de demonstrar seu grande potencial de afetar tanto o cotidiano, quanto a vida econômica, social e política." (MEDEIROS, 2012, p.8)*

Ademais, os autores deste trabalho, através da breve exposição que aqui se coloca – e que, obviamente, está longe de esgotar os muitos aspectos relacionados à temática em questão – buscam se somar aos esforços que têm como objetivo estimular um amplo conjunto de reflexões acerca das formas contemporâneas assumidas pelas lutas sociais urbanas e, assim, apreender as operações de construção de coletivos examinando a formação das causas coletivas, ou seja, a dinâmica da ação política (Boltanski, 2000). Ora, como lembra Cefaï (2009), a ação coletiva está no agir, mas também no sofrer e no compartilhar, algo que, assim como a ele, tem nos estimulado a observar as distintas lógicas de racionalidade e de legitimidade que se imbricam nos cursos de ação, tal como a desenvolver esforços abrangentes de descrição e análise dos variados casos estudados no âmbito do NEPLAC.

Confrontados com um projeto de cidade plutocrático, excludente e violento, sob uma lógica de exceção que relativiza direitos fundamentais, as resistências protagonizadas pelos moradores da Vila Autódromo e da região das Vargens desnudam a própria inviabilidade democrática dos modelos de governança urbana neoliberal. Modelos estes em que a possibilidade do acesso à moradia e à terra urbanizada para as classes populares é inviabilizada por concepções e interesses privatistas - inclusive de diversos agentes do Estado -, assim como pelo predomínio de modos de controle e "gestão" dos conflitos sociais, frequentemente agressivos, em áreas metropolitanas. Os planos populares, ao contestarem o avanço de grandes projetos urbanos, parecem capazes de colocar em questão processos que produzem e reproduzem as desigualdades territoriais, regidas por relações de poder e dominação que se impõem sobre os habitantes das favelas e periferias do país.

Referências Bibliográficas

BOLTANSKI, Luc. *El amor y la justicia como competencias***: tres ensayos de sociología de la acción.** Amorrortu editores, 2000.

CEFAÏ, Daniel. *Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva*. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

FAULHABER, Lucas. *Rio Maravilha - práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI***.** Trabalho Final de Graduação. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais***.** São Paulo: Loyola, 1997.

MARICATO, Ermínia. *O Impasse da Política Urbana no Brasil***.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

_____. *Brasil, Cidades***: Alternativas para a Crise Urbana.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas***.** Mundos do Trabalho, v. 4, n. 7, p. 7-31, 2012.

MUTZEMBERG, Remo. *Movimentos sociais***: entre aderências, conflitos e antagonismos.** Revista Sinais, v. 1, n. 09, p. 127-143, 2011.

OLIVEIRA, Fabricio L.; **BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle.** A Batalha da Vila Autódromo: "negociação" e resistência à remoção. In OLIVEIRA, F.; SÁNCHEZ, F.; TANAKA, G.; MONTEIRO, P.(org.). Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

OLIVEIRA, Fabricio L.; **SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; TANAKA, Giselle.** Rio de Janeiro: social and urban impacts of the Maracanã stadium renovation. In: NOBRE, Eduardo C. (Ed.). *Sports Mega-events and Urban Legacies*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos. *Intervenções em centros urbanos e conflitos distributivos***: modelos regulatórios, circuitos de valorização e estratégias discursivas.** Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2015.

PINHO, Thiago A. *O capital financeiro imobiliário no Brasil***: O caso da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RIZEK, Cibele Saliba. **Intervenções urbanas recentes na cidade de São Paulo: processos agentes, resultados.** In CABANES, Robert et al (org.). *Saídas de Emergência*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares***: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** Boitempo, São Paulo, 2015

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena***: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970- 80).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais na América Latina***: revisitando as teorias.** In: Palestra proferida na Mesa Redonda "Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade" no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009.

TANAKA, Giselle. *"Planejar para Lutar e Lutar para Planejar"***: Possibilidades e Limites dos planejamentos alternativos.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro:

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

TELLES, Vera da Silva. **Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade.** In CABANES, Robert et al (Org.). *Saídas de Emergência*. São Paulo: Boitempo, 2011.

VAINER, Carlos. **Quando a cidade vai às ruas.** In: MARICATO, Ermínia et. al. *Cidades Rebeldes*: Passe livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. **Projeto de pesquisa: Laboratório Experimental de Planejamento Conflitual.** Rio de Janeiro: texto disponibilizado pelo autor, 2009.

_____. **Sem título.** Palestra no Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos. Salvador: GT Conflitos Fundiários Urbanos / Programa Nacional de Capacitação das Cidades / Conselho Nacional das Cidades / Ministério das Cidades, 6 a 8 de agosto de 2007.

Do armário DISCIPLINAR à sexualidade ciborgue: Usos e abusos da informação no aplicativo Grindr

RODRIGUES, Gustavo R.

Universidade Federal de Minas Gerais
gustavoramos_102@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho explora as relações entre controle social e incitação ao prazer a partir das relações entre as sexualidades dissidentes e as novas tecnologias, pensando sobretudo os modos pelos quais os territórios digitais reconfiguram o regime normativo do armário. A partir de um estudo do aplicativo Grindr, são examinados dois eixos de controle social e vigilância: o primeiro deles diz respeito à vigilância vertical que incide da relação assimétrica pela qual a empresa coleta de forma massiva os dados dos seus milhões de usuários. O segundo eixo gira em torno de uma série de usos da plataforma por atores que não tem acesso privilegiado aos servidores da plataforma, mas que utilizam de funcionalidades dela para monitoramento e rastreamento dos usuários – uma espécie de vigilância horizontal. Através de uma etnografia multissituada, as diversas controvérsias envolvendo os diferentes usos da plataforma ao longo da última década, para concluir com uma reflexão em torno das formas como os mecanismos de busca do prazer promovem uma exposição crescente de dados sensíveis dos indivíduos sobre si próprios, algo que facilita o controle social e se agrava no contexto de corpos historicamente vulneráveis á violência.

Palavras-chave: redes geossociais de encontros; geolocalização; homossexualidade; controle social; estudos de vigilância.

Introdução

O *Grindr* é uma aplicação digital móvel voltada para a busca de contatos sexo-afetivos entre "pessoas gays, bis, trans e *queer*" (GRINDR LLC, 2018) que integra o recurso de geolocalização à sua interface para esse fim. Criada em 2009 pelo israelita Joel Simkhai, a plataforma conta hoje com mais de 3.6 milhões de usuários ativos diariamente distribuídos por pelo menos 192 países (GRAAF, 2018), o que a torna a aplicação mais utilizado com essa finalidade por seu público-alvo no mundo. O aplicativo apresenta uma interface simples na qual a foto de perfil do usuário é exibida no canto superior esquerdo da tela e as dos outros usuários são mostradas em sequência junto a seus nomes de exibição, da esquerda para a direita, por ordem de proximidade. Ao clicar na foto de outro usuário é possível visualizar seu perfil, distância aproximada e, com um clique, iniciar uma janela de bate-papo.

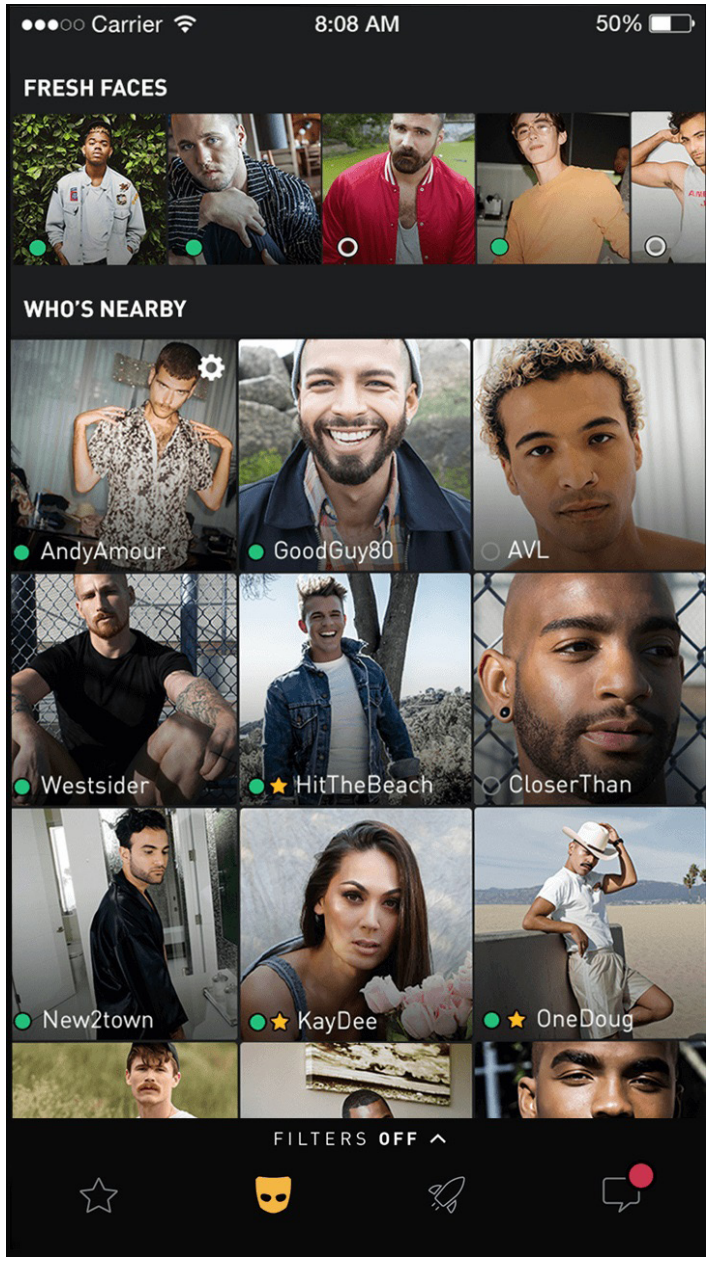


Figura 1 – Interface padrão do Grindr
Fonte: GRINDR LLC (2018b)

Além da foto, o perfil pode ser preenchido com os seguintes campos: nome de exibição, breve descrição pessoal, idade, peso, etnia, porte físico, posição[1], tribos[2], situação de relacionamento, o tipo de interação que o usuário busca na plataforma (encontros, amizades, namoros, etc), status sorológico, data do último teste de HIV e endereços de perfis em outras redes sociais. O usuário pode ainda escolher ocultar sua idade e distância de outros perfis, selecionar uma opção para que aplicativo o lembre de realizar o teste de HIV periodicamente e consultar pequenos guias de referência sobre identidade de gênero e saúde sexual.

O aplicativo apresenta duas versões principais: uma gratuita e uma paga. Na versão gratuita o tem acesso limitado às funcionalidades do aplicativo e é obrigado a visualizar anúncios. Em sua versão paga, o *Grindr Xtra*, o usuário utiliza da plataforma sem anúncios e ganha acesso a uma série de funcionalidades adicionais, incluindo: visualização de 6x mais perfis em sua grade, envio de múltiplas fotos de uma vez, acesso a filtros avançados para facilitar buscas, número ilimitado de bloqueios e favoritos, possibilidade de salvar frases favoritas para serem enviadas com um só clique na janela de bate-papo e possibilidade de visualizar somente perfis com foto.

O aplicativo ganhou notoriedade pública crescente ao longo da última década, sendo citado em programas como *Saturday Night Live*, porém também esteve imerso em numerosas controvérsias envolvendo temáticas como racismo, proteção de dado, privacidade e segurança. Em 2012, a empresa tornou-se alvo de críticas quando, através da exploração de uma série de vulnerabilidades técnicas existentes no software da aplicação, um cibercriminoso foi capaz de acessar dados pessoais dos usuários armazenados nos servidores do Grindr, o que incluía as senhas dos usuários. A partir daí o criminoso acessou diversos perfis e enviou mensagens como se fosse o usuário real, além de modificar fotos de perfil para imagens de conteúdo sexual explícito (algo proibido pelas diretrizes da plataforma), levando ao banimento dos usuários reais (YIN, 2012).

Em 2018, a empresa voltou a ser duramente criticada após a revelação pela organização de pesquisa norueguesa SINTEF de que ela estaria compartilhando dados sensíveis dos usuários com as empresas de otimização de software *Apptimize* e *Localytics* (GRAAF, 2018; GHORAYSHI e RAY, 2018). Os dados incluíam a geolocalização e o status sorológico dos usuários e eram compartilhados sem sua consciência ou consentimento expresso dos usuários, o que levantou um debate mais amplo sobre a política de privacidade da empresa.

Esses dois casos foram instâncias óbvias de situações nas quais dados sensíveis dos usuários foram expostos em função da interação entre sua condição de vulnerabilidade social enquanto minoria histórica e o teor dos dados pessoais armazenados nos servidores na aplicação. Nos últimos anos, contudo, houve um outro tipo de abuso da plataforma que ganhou notoriedade midiática: situações nas quais atores que não tinham acesso a tais servidores fizeram uso do aplicativo para rastrear, monitorar e agredir de diferentes formas aos usuários. Tais agressões incluíram desde situações de exposição forçosa da sexualidade até prisão em algumas localidades.

Como seria possível compreender esses casos em que a vigilância não incide de cima para baixo, mas acontece num plano que de certa forma é horizontal a partir do simples aproveitamento de funcionalidades da plataforma? Eles exploraram funcionalidades da plataforma através da criação de perfis falsos articulado ao uso de geolocalização, algo que qualquer usuário

[1] Refere-se à posição sexual preferida pelo usuário em relação à prática da penetração, as opções oferecidas são: Ativo, versátil ativo, versátil, versátil passivo e passivo.

[2] Refere-se a uma série de categorias identitárias utilizadas na sociabilidade homoafetiva e que podem se referir a elementos altamente variados (forma física, comportamento sexual, estereótipos racistas, identidade de gênero, status sorológico, idade, entre outros). As opções oferecidas são: barbie, cafuçu, couro, discreto, elegante, garotos, malhadinho, nerd, papai, soropositivo, trans, urso.

comum pode fazer. Não se trata exatamente da relação de vigilância vertical, mas do aproveitamento de funcionalidades da plataforma para finalidades desconectadas de seu propósito original de facilitação da busca de contatos sexo-afetivos entre minorias sexuais.

Nesse sentido o *Grindr*, assim como outras plataformas do tipo, levanta uma série de controvérsias relativas a privacidade, segurança, subjetividade, corpo, vigilância e prazer. O presente trabalho explora algumas dessas controvérsias na medida em que elas evidenciam a complexidade das relações entre os mecanismos de busca do prazer possibilitados pela tecnociência contemporânea e os modos como tais tecnologias são utilizadas para vigilância, monitoramento e controle social dos indivíduos no início do século XXI.

Objetivos e métodos

Esta pesquisa teve teor qualitativo e o método empregado foi a "etnografia multissituada" (MARCUS, 1995; CESARINO, 2014). Essa metodologia foi desenvolvida em meio à "virada crítica na antropologia" (COLEMAN, 2012, p. 4) que caracterizou os debates da disciplina no final do século XX. Tal momento foi permeado por questionamentos éticos, epistemológicos e políticos relativos ao ferramental teórico-metodológico da antropologia. As relações entre o uso homogeneizante e essencializador da noção de cultura no texto etnográfico e a omissão histórica da disciplina em relação a temas como colonialismo, capitalismo e poder tornaram-se alvo de análise crítica.

Nesse contexto houve um interesse pelo desenvolvimento de novos métodos capazes de dar conta de fenômenos distribuídos espacial e temporalmente através de redes heterogêneas. A etnografia multissituada articula a tradicional observação-participante ao uso de fontes variadas (documentais, jornalísticas, etc) para seguir os atores humanos e não-humanos conforme eles interagem em diferentes escalas. A potência desta abordagem reside em sua capacidade de conectar práticas locais a processos macroteóricos de ampla extensão territorial (nacionais ou internacionais). Outra inspiração metodológica deste trabalho veio da "etnografia da infraestrutura" (STAR, 1999) associada à tradição estadunidense de estudos sociais de ciência e tecnologia:

> *"Nessa perspectiva, a infraestrutura é comumente definida de modo relacional na medida em que se coloca como base para uma série de práticas que supõem seu funcionamento. Assim, uma infraestrutura é algo que se toma como dado. Algo invisível, que passa despercebido a não ser quando uma falha lhe dá visibilidade ao interromper o fluxo das práticas para as quais serve de base" (VICENTIN, 2016, p. 420)*

O objetivo é evidenciar as conexões entre as práticas de vigilância vertical da empresa sobre os usuários e as práticas de vigilância horizontal pelas quais alguns dos principais abusos da privacidade dos usuários acontecem, ressaltando aspectos da interface da aplicação (a infraestrutura relacional aqui etnografada) que favorecem ou inibem tais práticas. Para esse fim, discuto teoricamente os processos históricos que conformam as dinâmicas de atenção e controle social que atravessam as cibertecnologias para compreender as relações de vigilância vertical entre empresa e usuários. Posteriormente analiso as controvérsias e abusos de funcionalidades da plataforma nas quais os atores envolvidos não tinham acesso aos servidores da empresa e encontram-se, de certa forma, em relação de horizontalidade com os usuários comuns. Finalmente, retomo a análise do lugar de tecnologias como o *Grindr* para as relações entre controle social e busca do prazer individual.

Para isso, articulo diferentes fontes de dados. Em primeiro lugar, os textos jornalísticos a partir dos quais pude apreender as diversas controvérsias nas quais o *Grindr* esteve envolvido ao longo dos últimos anos. Em segundo lugar, a observação participante que realizei como usuário do aplicativo entre os anos de 2016 e 2018. Finalmente, no ano de 2016 realizei entrevistas

semiestruturadas com quatro usuários do aplicativo que o eram há pelo menos seis meses. Todos de classe média e ensino superior completo ou em andamento, três autoidentificados como brancos e um como negro, idades variavam entre 22 e 27 anos, dois residentes em Belo Horizonte (MG) e dois residentes em Macapá (AP).

Da regime do armário à sexualidade ciborgue

As conexões entre as técnicas de produção e gestão do par indivíduo-massa (FOUCAULT, 1987; 1999) e os processos de estabilização das identidades sexuais no contexto da modernidade europeia (Id., 1998) tem sido objeto de exploração crescente nas ciências sociais. Preciado (2011), por exemplo, ressalta a importância das relações entre sexualidade e trabalho para a fundamentação científica da patologização das condutas sexuais não reprodutivas no âmbito do regime disciplinar descrito por Foucault. Uma vez que o regime disciplinar se voltava para a moldagem do indivíduo como "um produtor descontínuo de energia" (DELEUZE, 1992, p. 4), a percepção científica em relação a tais comportamentos era de que eles constituíam um dispêndio de energia produtiva, o que resultava na normatização de uma continuidade entre sexualidade e reprodução.

Desse modo, no século XIX foi desenvolvida a categoria médica da homossexualidade para designar uma associação presumida estável entre práticas sexuais socialmente desviantes, uma estrutura psíquica (orientação do desejo) e uma anomalia biológica (a causa do desvio). Como parte do aparato de gestão desses corpos dissidentes em meio à ordem jurídico-política do século XIX, foi instituído o regime de regulação da sexualidade hegemônico: o armário (SEGWICK, 2007). Esse regime opera através do reforço contínuo de uma série de normas que, com diferentes graus de explicitude, produzem continuamente a homossexualidade como segredo relegado à esfera privada ao passo que a esfera pública é contraproduzida como mundo heterossexual. Nesse sentido, Miskolci (2013) observa que um efeito histórico de tal regime foi a restrição espacial das homossexualidades a certas regiões, em geral periféricas, das grandes cidades.

No século XX, as sociedades disciplinares descritas por Foucault não desaparecem, mas aos mecanismos disciplinares passa a se sobrepor um novo regime. Deleuze (1992) denomina "sociedades de controle" as formações sociais baseadas na modulação contínua da existência social através de métodos que ultrapassam os limites dos confinamentos disciplinares. A emergência deste novo regime de poder pode ser atribuída a interação entre diversos processos históricos, mas aqui cabe destacar dois: as disputas estratégicas-informacionais entre as potências militares durante a guerra fria e a expansão da esfera do consumo a partir da globalização neoliberal.

A informação é a matéria básica que os novos mecanismos manipulam em suas operações. Costa (2004) observa que o controle impõe aos indivíduos o encargo de atualizar as informações sobre si próprios em diversos bancos de dados através de sua atividade consumerista, algo exemplificado pela dinâmica de funcionamento dos cartões de crédito. Um exemplo mais recente seria o *smartphone*, computador de bolso utilizado primariamente para o acesso a plataformas de *software* nas quais são oferecidos os mais diversos bens e serviços (alimentação, transporte, entretenimento, etc) de forma móvel e facilitada. A portabilidade de ambas as ferramentas não é coincidência, e sim um indicativo de uma forma de existir como indivíduo na qual o corpo, para todos os efeitos, não termina na pele.

Foi a extensão das consequências de uma realidade social caracterizada pela crescente interpenetração entre zonas ontológicas continuamente produzidas como opostas pelo pensamento moderno (LATOUR, 1994) que Donna Haraway (2000, p. 37) buscou visibilizar ao comentar que "o conceito de biopolítica de Michel Foucault não passa de uma débil premonição da

política-ciborgue - uma política que nos permite vislumbrar um campo muito mais aberto". Não se trata somente a entrada do *bios* no campo das disputas políticas, mas da incorporação de uma hibridização generalizada do aparato de controle. No fim do século XX, o poder não só reconhecia como promovia o aumento na porosidade das fronteiras entre natureza e cultura, organismo e máquina, público e privado, hétero e homo, normal e anormal, entre outras oposições modernas, na medida em que isso facilitava o aprofundamento dos mecanismos de controle.

Como compreender historicamente esse crescente atrelamento entre nossos corpos, subjetividades e *smartphones* que parece tornar cada vez mais óbvia nossa condição de ciborgue? Bem, de acordo com Jair Ramos (2015), a massificação do computador pessoal (PC) a partir da década de 1980 seria um momento chave para entender tal processo. Tal ponto correspondeu a uma ruptura no paradigma de rede predominante na internet até então, o qual era baseado na articulação de redes já existentes (*intranets* institucionais situadas em empresas, universidades e nas forças armadas) por meio de protocolos comunicacionais. Ainda que fosse menos eficaz em termos de processamento, armazenamento e circulação, o PC possibilitava a individualização de uma série de atividades que agora poderiam ser realizadas no espaço doméstico.

A partir daí a integração entre internet, PC e usuário foi se intensificado cada vez mais, até culminar na fusão das redes de telefonia com a internet por meio da combinação entre planos de pacotes de dados, redes Wi-Fi e *smartphones* no início do século XXI. Essa combinação facilita que, em circunstâncias ideais, o usuário se encontre num estado de conectividade contínua e móvel a uma rede na qual os mais diversos serviços são ofertados, sobretudo aqueles relacionados ao consumo. Conectividade contínua e móvel implica, entre outras coisas, na possibilidade de busca ininterrupta do prazer.

Conectada à nossa ciborguização está a expansão contínua e acelerada da chamada "economia da experiência" (RIFKIN, 2001). Nessa economia, o tempo de vida de cada indivíduo é valorizado na medida em que cada segundo dele pode ser transformado numa experiência de consumo. Enquanto a operação central do mercado no capitalismo industrial associado ao regime disciplinar era a alienação permanente da propriedade (compra), a neoliberalização do ocidente contemporâneo implica na proliferação de empresas cuja estratégia de negócios se baseia na provisão de um serviço como bem (acesso).

O segundo modelo possibilita a exploração econômica do próprio tempo do consumidor na medida em que o momento da provisão de acesso pode ser estendido indefinidamente, ao passo que o primeiro se circunscreve ao momento da compra. Daí a formação de valor nas versões gratuitas de aplicações como o *Grindr*: o usuário que não pode pagar por uma conta *premium,* "paga" com seu tempo de atenção na medida em que este é utilizado para veiculação forçosa de anúncios. Em ambos os casos, o usuário se torna matéria prima para a produção de dados.

Finalmente, é importante ressaltar os estreitos vínculos entre a busca do prazer, as tecnologias digitais e a sociedade de controle. Enquanto o regime disciplinar voltava-se para a docilização dos corpos úteis com a finalidade de facilitar sua gestão, inibir a produção de revolta e maximizar sua utilidade produtiva, o novo regime estimula-os continuamente ao desejo e a liberação dos impulsos (SANT'ANNA, 2002). Muitas das condutas que eram suprimidas pela norma disciplinar passam a ser incitadas, é nesse sentido que Castro-Gomez (2005, p. 6, ênfase do autor) observa que "mais que reprimir as diferenças, como fazia o poder disciplinar da modernidade, o poder libidinoso da pós-modernidade *as estimula e as produz*."

Se o regime disciplinar suprimia práticas sexuais desviantes a partir da patologização estigmatizadora, o novo regime viabiliza sua exploração econômica como fonte de demandas mercantis. A relação de atrelamento

crescente entre práticas de consumo e percepção de si na experiência urbana ocidental no início do século XXI (CAMPBELL, 2004) é uma via de mão-dupla: as pessoas constroem suas identidades em relação aos bens tangíveis e intangíveis que consomem e, simultaneamente, buscam consumir bens que reflitam suas identidades. Nesse sentido, Miskolci comenta que as regiões periféricas foram paulatinamente se transformando nas últimas décadas do século XX, conforme emergia um circuito comercial de maior complexidade e extensão geográfica que passa a ser conhecido como "meio *gay*".

O autor observa que o crescimento da Internet comercial no Brasil a partir de 1997 esteve associado ao crescimento desse meio na medida em que a tecnologia recriava e ampliava o território de socialização homoerótica. A interpenetração entre público e privado característica do novo regime ganha materialidade na produção dos territórios digitais. Se isto é verdadeiro para as redes sociais de modo geral, a combinação entre geolocalização móvel e a posição histórica associada às identidades sexuais do público-alvo do *Grindr* complexificar ainda mais esse processo, como explorarei melhor a seguir.

Usos e abusos da informação no Grindr

Em 2014, o pesquisador Patrick Wardle denunciou vulnerabilidades que possibilitavam determinar a localização exata de usuários sem grande dificuldades, sendo necessário apenas um mapa da cidade, um compasso, um lápis e o uso de técnicas matemáticas de nível de ensino médio para a realização de trilateração. Wardle (2014) observou que mesmo nos casos em que o usuário desabilita a opção de mostrar distância, esses dados simplesmente eram omitidos de ser exibidos da interface do usuário, porém seu envio aos servidores da empresa continuava ocorrendo. A implicação disso é que um atacante com maior conhecimento técnico ainda seria capaz de recuperar tais dados facilmente e, portanto, estimar a localização do usuário.

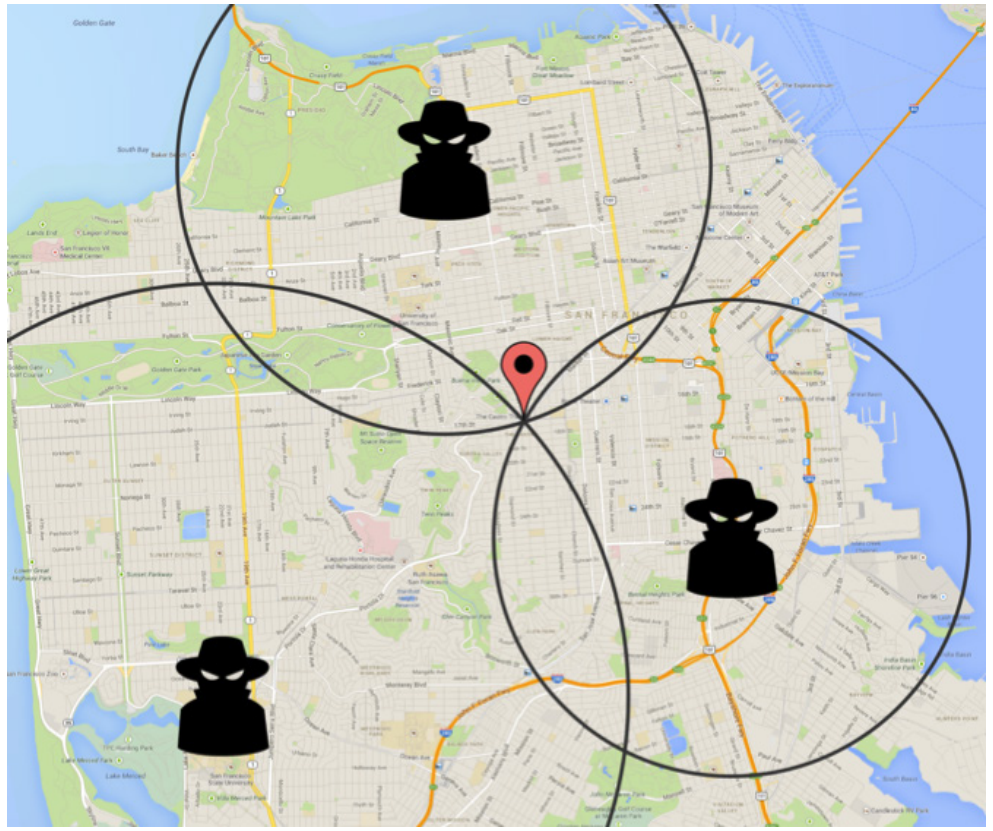


Figura 2 – Ilustração do método de trilateração
Fonte: Wardle (2014)

No mesmo ano, veículos de mídia como *Cairo Scene* (SHEILS, 2014), *The Independent* (CULZAC, 2014) relataram o uso da plataforma pela polícia egípcia para identificação e perseguição de LGBTs no país, onde atos homossexuais são comumente enquadrados na prática criminosa de incitação à devassidão. A publicidade da controvérsia envolvendo tal uso policial da plataforma levou a empresa a anunciar que a opção de ocultar distância passaria a estar selecionada por padrão em alguns países (PATON, 2014). Além disso,

usuários egípcios que se conectavam ao aplicativo passaram a receber imediatamente uma notificação com o seguinte texto:

> *"Fale com segurança*
>
> *O Egito está prendendo pessoas LGBT, e a polícia pode estar fingindo ser LGBT em mídias sociais para apanhar você numa armadilha. Por favor seja cuidadoso em relação a marcar encontros com pessoas que você não conhece, e seja cuidadoso em relação a postar qualquer coisa que possa revelar sua identidade." (PATON, 2018, tradução minha)*

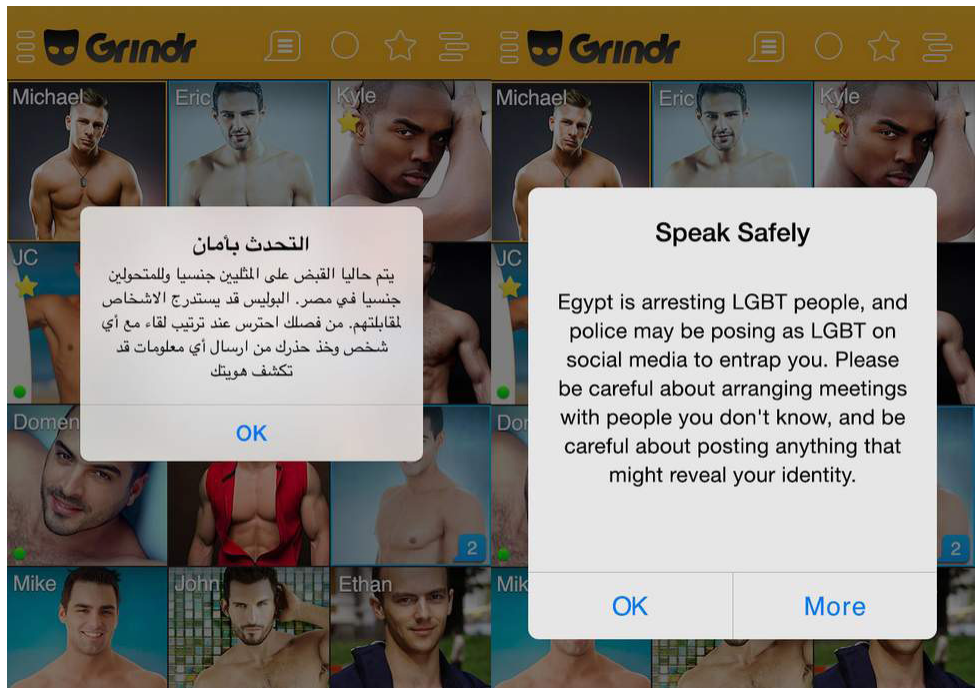


Figura 3 – Notificação enviada aos usuários egípcios em 2014
Fonte: Paton (2018)

Em agosto de 2016, durante a realização dos jogos olímpicos internacionais no Rio de Janeiro, o jornalista britânico Nico Hines publicou um artigo intitulado "Eu consegui três encontros no Grindr em uma hora na Vila Olímpica" (tradução minha) no site *The Daily* Beast (BUSEY, 2016). O texto em questão descrevia como Hines havia entrado na Vila Olímpica após criar perfis falsos em quatro redes geossociais de encontros diferentes (dentre elas o *Grindr*), conversado com diversos atletas e marcado encontros com eles. O artigo listava seus nomes, países de origem e esportes praticados, além de incluir trechos das conversas que o jornalista teria tido com os atletas. Hines foi amplamente criticado na mídia, chegando o Simkhai a classificar seu artigo como "lixo homofóbico" (CHAN, 2016), enfatizando que a matéria chegava a expor atletas provenientes inclusive de países como a Rússia, onde minorias sexuais encontram-se em situação particularmente vulnerável.

Mais recentemente, em 2017, a pesquisadora e ativista Dalia Abdel-Hameed veio a público denunciar a prática de "armadilhagem online" (FARID, 2018, tradução minha) pela polícia egípcia. Tal técnica consiste no emprego de perfis falsos em aplicativos como o *Grindr* com a finalidade de atrair LGBTs para quartos de hotéis e então prendê-los. No fim do mesmo ano, a empresa anunciou uma parceria com a organização não-governamental de direitos humanos Artigo 19 para desenvolver novos mecanismos para assegurar a privacidade dos usuários da plataforma, incluindo a implementação de uma funcionalidade chamada "ícone discreto", que possibilita ao usuário modificar o ícone do aplicativo por outro a sua escolha para ser exibido nas notificações na área de trabalho de seu *smartphone*.

Embora todas essas controvérsias apresentem diferenças notáveis entre si, um aspecto comum a todas elas é a possibilidade de rastreamento, monitoramento e armadilhagem de minorias sexuais por parte de pessoas comuns a partir da simples criação de perfis falsos e aproveitamento da geolocalização. É possível conectar esses abusos da plataforma com um uso muito mais corriqueiro e cotidiano que se faz da plataforma pelos usuários comuns que buscam apenas interações sexo-afetivas na plataforma. Trata-se

do fenômeno documentado por Aureliano e Ribeiro (2014, p. 9) em que o *Grindr* é "utilizado para descobrir quem, a pouca distância, também é *gay*".

Isto indica a percepção de que a possibilidade de uso do *Grindr* como uma tecnologia de detecção de minorias sexuais está presente num certo imaginário homoerótico compartilhado, um artefato técnico na forma de *software* que possibilitaria retirar forçosamente usuários do armário. O caso da exposição do reverendo Matthew Makela em 2015 evidencia esse ponto: após expressar posturas abertamente conservadoras e anti-LGBT na mídia, o reverendo foi exposto publicamente quando o veículo de notícias *Queerty* obteve capturas de tela nas quais ele fazia uso do *Grindr* e se descrevia como "um ativo [...] que gosta de oral e massagem" (BLEIER, 2015).

Não obstante as tentativas, contudo, a descoberta efetiva da sexualidade frequentemente não acontece em situações mais cotidianas. Isso se dá tanto em função da não adesão à plataforma por parte de muitos indivíduos que compõem seu público-alvo, quanto devido ao fato de que muitos usuários constroem seus perfis de modo a não permitir sua identificação imediata através da foto de exibição.

Partes do corpo associadas à masculinidade (abdômen, braços, peito, barba ou coxas) fotografadas, imagens que aludem a práticas sexuais ou simplesmente a ausência de foto são comumente empregadas como foto de perfil. Meus entrevistados, em geral, atribuíam isso ao estigma que incide sobre a homossexualidade. Embora eu compreenda que uma parcela desses casos pode ser explicada pelas próprias práticas discriminatórias que incidem sobre corpos politicamente minoritários no contexto das socialidades homoeróticas, Estou de acordo que outra parte significativa pode ser explicada por esse estigma.

Em sua etnografia sobre relações homoeróticas masculinas *online*, Miskolci (2013) observa que muitos homens que buscam tais relações em sites de bate-papo mobilizam um repertório de práticas discursivas associadas à masculinidade heterossexual. Esses autointitulados "machos" e "brothers" buscam homens que reproduzam tal padrão normativo tanto em suas aparências quanto em práticas corporais, sociais e discursivas, o que frequentemente inclui uma existência pública e familiar heterossexual. Esses indivíduos reconhecem na internet um espaço no qual podem ter certa autonomia em relação às prescrições sociais, principalmente na medida em que esta abriria a possibilidade de desenvolver tais relações sem ser descoberto.

Apesar dessa autonomia suposta, o autor observa que esses homens reconhecem certa periculosidade nas interações estabelecidas nesse meio, pois que a revelação de si implica na dependência do outro para a manutenção do segredo. O autor (Ibid., p. 312) utiliza do termo "armário para dois" para designar esta situação resultante das arquiteturas de muitas plataformas digitais: o compartilhamento do risco de exposição é o que assegura o segredo mútuo da interação. No caso do *Grindr*, padrões similares de conduta são apresentados por muitos usuários em suas construções de perfil: desde os nomes de exibição adotados até textos de auto descrição nos quais o sigilo é posto como condição para o encontro. Isso indica tanto uma extensão do regime do armário para os territórios digitais quanto sua reconfiguração no contexto das novas condições de interação propiciadas pelas especificidades desses territórios.

Nesse sentido, pode-se dizer o regime do armário adquire materialidade na interface do *Grindr*. A opção "discreto" no campo "Tribos" do perfil, por exemplo, é um indicador de que o usuário, estando ou não "fora do armário", não expressa ou deseja expressar sua sexualidade em suas práticas corporais e sociais. As opções de ocultar idade e distância também permitem reduzir o grau de exposição do usuário, ainda que de forma limitada, pois a distância do usuário ainda pode ser estimada a partir de sua posição em relação a outros na grade. Algo que a própria plataforma informa ao usuário:

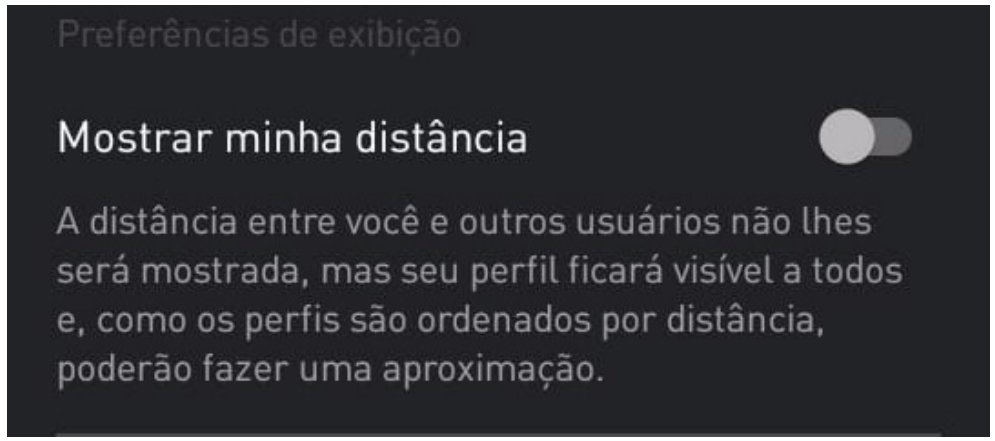


Figura 4 – Captura de tela da função de mostrar distância desativada
Fonte: Produzida pelo autor

Conclusão

A dinâmica de funcionamento da cultura digital capitalista contemporânea está fortemente ligada à busca do prazer por um lado e à intensificação do controle, por outro. Trata-se de um modelo no qual o consumidor, para ter acesso individualizado um serviço ou bem, passa a participar de uma rede na qual seus dados serão coletados e armazenados. A facilitação do acesso ao prazer garantida pela conectividade contínua implica também, sob esse ponto de vista, numa facilitação do controle a partir de um monitoramento contínuo. Esta relação entre busca do prazer e aceitação do controle se dá, em boa medida, através da mediação de tecnologias digitais.

No caso do *Grindr*, há pelo menos dois eixos relevantes no que concerne a forma como a vigilância é viabilizada. O primeiro deles é através da relação vertical pela qual a empresa acumulam grandes quantidades de dados referentes as vidas e comportamentos de seus usuários. Isso é marcado nas controvérsias envolvendo o cibercriminoso que acessou os servidores da empresa em 2012, assim como o compartilhamento indevido de dados sensíveis em 2018. São casos de falhas e abusos na lida com os dados pessoais que decorrem diretamente da assimetria de transparência e visibilidade que caracteriza a relação entre empresas de *software* e seus usuários, algo agravado pela condição de vulnerabilidade social decorrente da posição histórica dos usuários do *Grindr*.

O segundo eixo que busquei explorar concerne às formas como usuários que não tem acesso aos servidores da empresa são capazes de fazer uso da interface da plataforma para rastrear e monitorar usuários comuns e desse modo viabilizar ações que variam desde exposição forçada até mesmo a prisão. Nesse sentido, embora esses atores não estejam na posição de centralidade que a empresa esteja com relação a todos os usuários, eles são beneficiários do aprofundamento dos mecanismos de controle social que tais tecnologias promovem. Isto ocorre porque, como comenta Miskolci, o perigo passa a figurar como condição para o prazer inclusive no próprio nível das interações horizontais, pois deixar-se conhecer (isto é, fornecer informações sensíveis sobre si) é condição para o experiência do encontro sexual na plataforma.

Me parece ser adequado caracterizar essas interações supostamente horizontais nas quais os usuários em posição de equivalência em relação à plataforma se vigiam como uma relação de "vigilância palinóptica", como designado por Fernanda Bruno (2013) para falar de um modelo reticular de vigilância no qual ver e ser visto tornam-se partes integrais do mesmo processo. A autora insere a lógica palinóptica num debate mais amplo em torno das características da vigilância distribuída contemporânea. Dentre essas características é conveniente destacar seu caráter ubíquo, disperso e muitas vezes incidental. Não estamos mais limitados ao panóptico, quando a vigilância dizia respeito a uma instância centralizadora a monitorar corpos individuais num espaço institucional. Na vigilância distribuída, esse tipo de monitoramento se articula com práticas de ver e ser visto que não podem ser referidas a priori a qualquer instância central, mas a práticas diversas e difusas.

> *"Se por um lado a vigilância se justifica ou se exerce pelo medo e pela promessa de segurança, ela também mobiliza ou expressa todo um circuito de libidos, prazeres e desejos. Os afetos e as subjetividades contemporâneas não encontram na vigilância apenas um meio de inspeção e controle ou de segurança e proteção, mas uma forma de diversão, prazer, sociabilidade." (BRUNO, 2013, p. 34)*

Algumas das controvérsias envolvendo o aplicativo se tornam mais inteligíveis quando examinadas a partir desse quadro analítico. O emprego da plataforma pelo jornalista Nico Hines, pela polícia egípcia e no caso da exposição do reverendo Makela não foi uma novidade absoluta, e sim uma atualização de um uso corriqueiro do aplicativo pelos usuários e possibilitada tanto pela interação entre interface e posição histórica do público-alvo. Nesse sentido, me parece possível afirmar com relativa segurança dois pontos em relação aos impactos das novas tecnologias com relação as sexualidades dissidentes: 1) a sobreposição entre os regimes disciplinar e de controle resulta sim numa reconfiguração nítida do regime do armário, sobretudo em sua manifestação nos territórios digitais e 2) essa reconfiguração não implica na emancipação em relação aos mecanismos de regulação da sexualidade, e sim no aprofundamento da eficácia de tais mecanismos.

Bibliografia:

AURELIANO, N. **O.** S.; RIBEIRO, J. W. Desenvolvendo uma sexualidade mediada: uma análise do aplicativo Grindr e a sociabilidade homoafetiva. Apontamentos Midiaticos, v. 2, n. 4, 2014. Disponível em: http://www.ichca.ufal.br/grupopesquisa/intermidia/Revista2014/artigos/4%20-%20Desenvolvendo%20uma%20sexualidade%20mediada.pdf. Acesso em 25 mai. 2018.

BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade.** Porto Alegre: Sulina, 2013.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **Ciências sociais, violência epistêmica e problema da "invenção do outro.** *In*: E. Lander, A colonialidade do saber*:* eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, Clacso, 2005.

CAMPBELL, C. **"Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno".** In: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (Org.) Cultura, consumo e identidade. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.47-64.

CESARINO, L. **Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira.** Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 20, n. 41, p. 19-50, Junho de 2014

COLEMAN, E. **G.** Coding Freedom: The Ethics and Aesthetics of Hacking. Princeton: Princeton University Press, 2013. 264 p.

COSTA, Rogério da. **Sociedade de controle.** São Paulo Perspec., São Paulo , v. 18, n. 1, p. 161-167, Mar. 2004 .

COUTO, E. **S.,** SOUZA, J. D. F. de, NASCIMENTO, S. P. Grindr e Scruff: amor e sexo na cibercultura. Simpósio em tecnologias digitais e sociabilidade: performances

Interacionais e Mediações Sociotécnicas. Salvador/BA, out. 2013.

DELEUZE, G. **Post-scriptum sobre as sociedades de controle", In: G.** Deleuze, Conversações, 1972-1990, Rio de Janeiro, Editora 34, 1992.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Graal, p. 149, 1998.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HARAWAY, Donna. **"Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX".** In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org. e Trad.). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 37-129

LATOUR, Bruno. **1994 [1991].** Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34.

MARCUS, G. **Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography.** Annual Review of Anthropology, n. 24, p. 95-117, 1995.

MISKOLCI, Richard. **Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line.** Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), v. 21, p. 301-324, 2013

PRECIADO, Paul B. **"Transfeminismo no regime fármaco-pornográfico".** Tradução de Thiago Coacci. in L. Borghi, F. Manieri e A. Pirri, Le cinque giornate lesbiche in teoria. Roma, Ediesse, 2011.

RAMOS, J. **S.** Subjetivação e poder no ciberespaço: da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. Vivência: Revista de Antropologia, v. 1, p. 57-76, 2015.

RIFKIN, J. **A era do acesso.** Sao Paulo: Makron Books, 2001.

SANT'ANNA, Denise B. **de.** Transformações do corpo: controle de si e uso dos prazeres. In: RAGO, M.; ORLANDI, L.B.L.; VEIGA-NETO, A. (Org.). Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário.** Cad. Pagu [online]. 2007, n.28, pp.19-54

SANTOS, S. **C.** Meu Tinder tá bombando!? Geolocalização, sociabilidade e vivências da sexualidade. 2016. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 30., 2016, João Pessoa. Anais...

STAR, S. **L.** The Ethnography of Infrastructure. American Behavioral Scientist, v. 43, n. 3, p. 377–391, 27 nov. 1999.

VASCONCELOS, O. **S.;** VIEIRA, M.; CAL, D. Vitrine Virtual: aspectos e práticas corporais no Grindr. In: Congresso Internacional Comunicação e Consumo, 2015, São Paulo. Anais.

VICENTIN, D. **Governança da internet, infraestrutura e resistência.** In: IV Simpósio Internacional LAVITS: Nuevos paradigmas de vigilancia? Miradas desde América Latina, 2016, Buenos Aires. Anais do IV Simpósio Internacional LAVITS: Nuevos paradigmas de vigilancia? Miradas desde América Latina, 2017. v. 1. p. 419-432.

Notícias:

BLEIER, E. **Anti-gay pastor and married father-of-five who compared homosexuality to alcoholism resigns after his profile is uncovered on gay**

hook-up site Grindr. Daily Mail, Londres, 20 mai. 2015. Disponível em: www.dailymail.co.uk/news/article-3088757/Reverend-Matthew-Makela-resigns-Grindr-profile-uncovered-Queerty.html Acesso em 05 jun. 2018.

BUSEY, Kelli. **Daily Beast, Fire Nico Hines for Grindr Outing.** Planet Transgender, Dallas, 12 ago. 2016. Disponível em: http://planettransgender.com/daily-beast-fire-nico-hines-for-rio-grindr-outing/. Acesso em 25 mai. 2018.

CHAN, J. **Clara.** Read the Grindr founder's response to Daily Beast outing olympians. The Wrap, Los Angeles, 13 ago. 2016. Disponível em: <http://www.thewrap.com/grindr-founder-responses-to-daily-beast-outing-olympians/>. Acesso em 25 mai. 2018.

CULZAC, Natasha. **Egypt's police 'using social media and apps like Grindr to trap gay people'.** The Independent, Londres, 17 set. 2014. Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/africa/egypts-police-using-social-media-and-apps-like-grindr-to-trap-gay-people-9738515.html. Acesso em 26 mai. 2018.

FARID, F. **Egypt gay entrapment via app a sign of authorities' desperation.** The Age, Melbourne, 28 out. 2017. Disponível em: <https://www.theage.com.au/world/egypt-gay-entrapment-via-app-a-sign-of-authorities-desperation-20171024-gz6v4v.html> Acesso em 04 jun. 2018.

HUDSON, D. **Grindr to allow users in anti-gay countries to change Grindr icon on their phone to keep them safe.** Gay Star News, Londres, 28 nov. 2017. Disponível em: https://www.gaystarnews.com/article/grindr-icon-anti-gay-countries/#gs.lwEdT7A. Acesso em 11 jun. 2018.

GRAAF, Mia de. **Grindr under fire for sharing millions of users' HIV status, phone ID and GPS coordinates with two other companies.** The Daily Mail, Northcliffe House, 02 abr. 2018. Disponível em: www.dailymail.co.uk/health/article-5570619/Grindr-fire-sharing-users-HIV-status-two-companies.html. Acesso em 26 mai. 2018.

GHORAYSHI, Azeen; RAY, Sri. **Grindr is letting other companies see user HIV status and location data.** Buzzfeed News, Nova Iorque, 03 abr. 2018. Disponível em: https://www.buzzfeed.com/azeenghorayshi/grindr-hiv-status-privacy. Acesso em 26 mai. 2018.

PATON, C. **Grindr urges LGBT community to hide their identities as Egypt persecutes nation's gay community.** The Independent, Londres, 26 set. 2014. Disponível em:

https://www.independent.co.uk/news/world/africa/grindr-urges-lgbt-community-to-hide-their-identities-as-egypt-persecutes-nations-gay-community-9757652.html. **Acesso em 05 jun.** 2018.

SHEILS, Conor. **Egyptian cops using Grindr to hunt gays.** Cairo Scene, Cairo, 01 set. 2014. Disponível em: <http://www.cairoscene.com/LifeStyle/Egyptian-Cops-Using-Grindr-To-Hunt-Gays>. Acesso em 25 mai. 2018.

YIN, Sara. **Grindr hack leaves hundreds of thousands exposed.** PC Magazine, Nova Iorque, 20 jan. 2012. Disponível em: < https://securitywatch.pcmag.com/security/293112-grindr-hack-leaves-hundreds-of-thousands-exposed>. Acesso em 26 mai. 2018.

GRINDR LLC (West Hollywood). **About.** 2018a. Disponível em: <https://www.grindr.com/about/>. Acesso em: 04 jun. 2018.

GRINDR LLC (West Hollywood). **Homepage.** 2018b. Disponível em: https://www.grindr.com/. Acesso em 04 jun. 2018.

WARDLE, P. **The Do's and Don'ts of Location Aware Apps; A Case Study.** Synack, Redwood City, 09 set. 2014. Disponível em: https://www.synack.com/2014/09/05/the-dos-and-donts-of-location-aware-apps-a-case-study/. Acesso em 05 jun. 2018.

ESTUDO PARA O DIAGNÓSTICO E A PROPOSIÇÃO DE PLANO DE AÇÃO PARA O BRASIL EM INTERNET DAS COISAS: Uma análise das propostas para as cidades e dos interesses dos atores envolvidos

BORGES, JÉSSICA (1); BRITO, MICHELE (2); DE SÁ, ANA ISABEL (3); MAIA, MARCELO (4)

1. Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG
Rua Ciclópica, 153, Apto. 403, Caiçara, Belo Horizonte, MG. CEP 30.750-390
jessicaborges-ea@ufmg.br

2. Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG
Rua Aimée Semple McPherson 250, Apto. 304 Bl 2, Liberdade, Belo Horizonte, MG. CEP 31.270-220
mibrito@dcc.ufmg.br

3. IFMG Campus Santa Luzia e Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG
Rua Odilon Braga, 164, Apto. 301, Anchieta, Belo Horizonte, MG. CEP 30.310-390
ana.sa@ifmg.edu.br

4. Grupo de Pesquisa Indisciplinar UFMG. Departamento de Urbanismo
Rua Paraiba, 697, sala 400, Funcionários, Belo Horizonte, MG. CEP 30.130-150
marcelomaia@ufmg.br

Resumo

Este trabalho faz uma análise preliminar do estudo para o diagnóstico e a proposição de plano de ação estratégico para o Brasil em Internet das Coisas (Internet-of-Things - IoT), com foco nas propostas para as cidades e os interesses dos atores envolvidos direta ou indiretamente na produção. Os documentos foram produzidos com apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e com responsabilidade técnica do consórcio McKinsey/Fundação CPqD/Pereira Neto Macedo. A chamada pública para a elaboração dos documentos foi divulgada em março de 2016, durante o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, e a seleção e contratação da proponente teve início em setembro, já no governo de Michel Temer. O estudo é dividido em quatro fases, sendo as duas primeiras de diagnóstico geral e seleção de pontos a serem aprofundados e as últimas, mais propositivas, elaboram um Plano de Ação e desenham um suporte para sua implantação. Tais documentos estabelecem diretrizes que podem ter impactos significativos na regulamentação do acesso e proteção de dados produzidos em rede no Brasil – afetando o debate acerca da privacidade e da vigilância –, no estabelecimento de contratos comerciais e de serviços que podem ou não privilegiar grupos específicos do setor privado e também na implementação de políticas que repercutem diretamente nos processos de produção e gestão das cidades. Dessa forma, é fundamental fazer uma análise dos interesses de grupos políticos, sociais e empresariais por detrás das propostas, em especial no conturbado contexto político atual. A metodologia aplicada dividiu-se em dois eixos principais. O primeiro foi a análise crítica dos documentos supracitados, apontando potencialidades, limitações e implicações na produção do espaço urbano e nas relações entre mercado e poder público, tomando por base a produção teórico-crítica recente acerca do tema. O segundo eixo tratou-se de um exame dos grupos envolvidos na elaboração do plano estratégico, buscando rastrear possíveis interesses e relações com o contexto político atual. O artigo faz, também, uma reflexão acerca de código e dados abertos, referindo-se às soluções de internet das coisas adotadas pelo Poder Público, e do modelo de parceria público-privada, fortemente incentivado pelo estudo.

Palavras-chave: internet das coisas; políticas de dados; tecnopolíticas; vigilância; parcerias público-privadas.

Introdução

Internet das coisas (Internet-of-Things - IoT) é um conceito que se refere à conexão em rede entre objetos físicos, como carros, eletrodomésticos, edifícios, equipamentos médicos, câmeras, entre outros. É utilizado nos mais diversos setores com intuito de otimizar os processos através de uma ampla produção de dados, que, aliada ao seu processamento em grande volume em técnicas de big data, pode dar conta de um entendimento maior e em tempo real do ambiente em que IoT é empregada. As aplicações geralmente envolvem interação direta com o ambiente, através da leitura de parâmetros reais a partir de sensores ou da interferência no ambiente por meio de atuadores. Um dos exemplos de solução na escala do município é a instalação de lixeiras com sensores que informam o volume preenchido, trazendo à coleta de lixo um caráter adaptável e instantâneo, mudando a lógica de desenho das rotas dos caminhões.

Possibilitando a racionalização e flexibilização da produção e da gestão de recursos, essas tecnologias podem ter forte impacto na produção do espaço urbano e estão por trás do conceito de cidade inteligente. O termo vem sendo usado crescentemente na literatura voltada à produção contemporânea das metrópoles e, sobretudo, no marketing urbano, ao se referir à aplicação das tecnologias digitais de comunicação à infraestrutura ou à governança das cidades (SÁ, 2015, p. 52-53). Podendo se referir a propostas e situações completamente diversas, a expressão cidade inteligente acaba, no entanto, se esvaziando e carecendo de limites mais bem definidos, tornando-se um dos termos que "ninguém se dá ao trabalho de explicar, pois não há consenso algum sobre o que realmente significam" (TOWNSEND, 2013, p. 15) – da mesma forma que outros conceitos utilizados com grande imprecisão, como sustentabilidade.

● Estudo

Para produzir material sobre o estágio atual e as perspectivas de implantação de Internet das Coisas no Brasil e no mundo, com fim de orientar futuras políticas públicas no tema, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), através de seu Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), faz chamada, inicialmente em janeiro de 2016, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), para a elaboração de estudo com propósito de realizar um diagnóstico e propor um plano de ação estratégico em Internet das Coisas para o Brasil.

A produção - de acordo com o Produto 1 (BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO, 2017b), a Chamada Pública (BNDES, 2016) e a página do estudo (BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO, s.d.) - se dividiu em 4 fases, como pode ser visto na Figura 1 abaixo.

Fase 1 - Diagnóstico Geral

1A Relatório de benchmark

2A Sumário Executivo de Roadmap Tecnológico

2B Relatório Roadmap Tecnológico Completo

3A Aspiração do Brasil para IoT

3B Ambientes para IoT

3C Análise de Demanda

3D Análise de Oferta

3E Análise da Horizontal Ambiente Regulatório

3F Análise de Horizontais

4A Relatório de Entrevistas e Pesquisas

Fase 2 - Seleção de verticais e horizontais

4B Relatório de entrevistas e pesquisas – Fase II

5A Apresentação do resultado de priorização de verticais

5B Relatório de seleção de horizontais e verticais – Parcial

6 Relatório de seleção de horizontais e verticais – Final

Fase 3 - Aprofundamento e elaboração de plano de ação

4C Relatório de entrevistas e pesquisas – Fase III

7A Relatório de aprofundamento das verticais – Cidades

7B Relatório de aprofundamento das verticais – Saúde

7C Relatório de aprofundamento das verticais – Rural

7D Relatório de aprofundamento das verticais – Indústria

8A Relatório do Plano de Ação;

8B Plano de Ação – Capítulo Regulatório

9A Relatório final do estudo

9B Síntese do relatório final do estudo

Fase 4 - Suporte à implantação do Plano de Ação

10 Desenho do modelo de governança para o PNIoT

11 Desenho de plataformas de inovação e Centros de Competência

12 Modelo Conceitual Observatório de IoT

13 Cartilha de Cidades

14 Desenho da Estrutura de monitoramento (PMO)

Figura 1 - Fases do estudo

A primeira fase realizou um diagnóstico geral descrevendo as melhores práticas internacionais e o quadro brasileiro para mapear os segmentos de aplicações (verticais) e questões estruturais (horizontais) com maior potencial de impacto no contexto do país. A segunda fase se dedicou a selecionar as verticais, e, consequentemente, as horizontais críticas para tais aplicações, que deveriam ser aprofundadas. De acordo com a chamada pública (BNDES, 2016), tanto os critérios como a seleção final deveriam passar por validação do BNDES e atores relevantes do tema. Não foi possível, entretanto, encontrar documentos públicos que descrevessem esse processo ou mesmo confirmassem sua existência. Na terceira etapa, foi feito um aprofundamento dos pontos escolhidos, com proposições para a superação das questões estruturais que poderiam trazer impeditivos, e, a partir disso, elaborou-se um plano de ação. O quarto e último estágio se dedicou ao suporte à implantação de tal plano. Contando com orçamento extra, que de acordo com as regras, não poderia exceder 15% do total, o consórcio produziu documentos com desenho de modelos e de plataformas e realizou apresentações adicionais como o Workshop de Aspectos Regulatórios, o Workshop de Tendências Tecnológicas e o Seminário para Construção da Visão IoT, com vídeos disponíveis na página do estudo (BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO, s.d.). Abaixo é possível ver a nuvem de palavras[1] gerada a partir de todos os documentos que estavam em formato pdf textual e não de apresentação[2].

Figura 2 - Nuvem de palavras do estudo

O foco deste trabalho está na perspectiva de cidade que traz o estudo, tendo sido dada atenção maior, em função disso, nos relatórios finais da fase 3 e nos documentos da fase 4, em especial a Cartilha de Cidades (BNDES;

[1] Todas as nuvens de palavras deste artigo foram geradas a partir da ferramenta TagCrowd (TAG CROWD, s.d.), depois de o conteúdo dos documentos ser copiado e passado por processamento de retirada de acentos no site 4Devs (4DEVS, c2014-2018). A frequência mínima de ocorrência utilizada foi de 1,5% das palavras possíveis, das quais foram eliminadas, através dos próprios recursos do site, as palavras comuns da língua portuguesa e os seguintes termos: *acoes, alem, alm, and, area, areas, base, baseada, baseado, casos, declararam, devem, elo, estao, ex, ha, http, https, jun, milhoes, nao, observa-se, of, principais, quadro, sao, seguir, seja, tambem, the, usd, uso, versao e www*.

[2] Isto é, os arquivos 1, 2A, 2B, 3A, 3B, 3C, 3D, 3F, 7A, 7B, 7C, 7D, 8A, 8B, 9A e 13.

CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO, 2018). Esta se divide em três capítulos em que contextualiza o que seria internet das coisas no ambiente das cidades, expõe algumas aplicações destacadas no Brasil e no Mundo e propõe caminhos para a implantação de IoT nas cidades brasileiras. Já no primeiro capítulo, apontam-se 10 eixos de oportunidades e desafios nos municípios e são selecionados 5 nos quais IoT tem impacto significativo: mobilidade, segurança pública, eficiência energética, saneamento e saúde. O último eixo é discutido separadamente e os outros são aprofundados na Cartilha. Abaixo é possível verificar a nuvem de palavras mais relevantes.

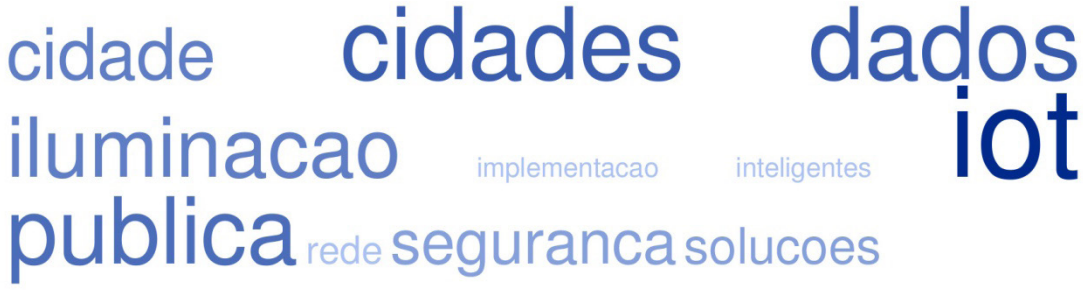


Figura 3 - Nuvem de palavras da Cartilha de Cidades

A chamada pública definiu, também, a necessidade de realização de seminários de avaliação e discussão de resultados ao final de cada fase de trabalho entre os elaboradores do estudo, o BNDES e entidades convidadas. Não foi possível encontrar, entretanto, nenhuma informação pública sobre tais seminários e seus participantes. De fato, além dos documentos produzidos, só há comunicados públicos do Fundo de Estruturação de Projetos durante a fase de seleção do consórcio como beneficiário (BNDES, 2016). Tendo isso em vista, o que resta de mais relevante para entender essas discussões é a compreensão dos atores diretamente envolvidos na elaboração, isto é, o consórcio e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e seus dirigentes, além de levar em consideração que a própria ausência de informações, ou sua dificuldade de acesso, é um dado por si só.

Elaboração do Estudo

O estudo "Internet das Coisas: um plano de ação para o Brasil" foi elaborado com apoio financeiro oferecido pelo Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), constituído com parte dos lucros anuais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A elaboração dos documentos contou com parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e foi conduzida pelo consórcio McKinsey& Company/ Fundação CPqD/Pereira Neto Macedo.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Criado em 20 de junho de 1952, através da Lei 1.628 (BRASIL), no governo de Getúlio Vargas, o BNDES tem autonomia administrativa e personalidade jurídica própria e pode ser visto como "o principal formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico" (CPDOC). Inicialmente sob a jurisdição do Ministério da Fazenda, o Banco hoje está sob supervisão do Ministério do Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e é fiscalizado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União (TCU), Banco Central (Bacen), Congresso Nacional e Ministério da Fazenda (BNDES, s.d. b).

Com Luciano Galvão Coutinho na presidência, o BNDES promove, em maio de 2014, o "Seminário Internacional: a Internet das Coisas – Oportunidades

e perspectivas da nova revolução digital para o Brasil" (BNDES, 2014) e (TELESINTESE, 2014) e em 2016 decide aprofundar as discussões no tema divulgando chamada pública para o estudo dia 24 de março de 2016 (BNDES, 2016).

Em 16 de maio, menos de uma semana após o afastamento de Dilma Rousseff do comando do governo federal em razão do processo de impeachment, o Presidente interino naquele momento, Michel Temer, indica Maria Silvia Bastos Marques para presidência do BNDES. Embora não seja possível, através dos documentos públicos, determinar o cronograma preciso e real das etapas, uma vez que o planejamento não foi seguido à risca, pode-se notar que é ela quem estava à frente do banco durante o processo de seleção e contratação e no decorrer da primeira fase do estudo, possivelmente também no início da segunda fase, cujo primeiro documento foi publicado em julho de 2017 (BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO, 2017a). No dia 26 de maio desse ano, a então Presidenta do banco havia pedido seu desligamento da instituição. À época, a mídia brasileira levantou a hipótese de sua saída ter ligação com a pressão de empresários por liberar mais empréstimos e aceitar a internacionalização da JBS, mas sua carta de demissão alegou razões pessoais (G1, 2017).

No mesmo dia de liberação do cargo, o economista Paulo Rabello Castro, naquele momento à frente do IBGE, foi anunciado como novo presidente do BNDES, tomando posse na semana seguinte (G1, 2017). Ele comanda o banco durante todo o processo restante do estudo, que tem seus últimos documentos publicados em janeiro de 2018. Com o intuito de se dedicar à pré-candidatura à Presidência da República pelo Partido Social Cristão (PSC), Castro deixa o BNDES no dia 28 de março deste ano (FERNANDES, 2018b). No dia 9 do mês seguinte, Dyogo Henrique de Oliveira deixou o Ministério do Planejamento para assumir o cargo à frente do banco, o qual ainda ocupa atualmente (FERNANDES; BECK, 2018a).

Chamada pública BNDES/FEP Prospecção nº 01/2016

A chamada pública (BNDES, 2016), divulgada menos de 2 meses antes do afastamento da ex-presidenta Dilma Rousseff e com Luciano Galvão Coutinho ainda à frente do banco, estabelece o escopo e os resultados esperados, determinando as instituições que deverão fazer parte da coleta de informações, além de outras mais que possam parecer relevantes. O documento define, também, algumas regras de relacionamento entre a beneficiária dos recursos e o BNDES, como reuniões presenciais entre o banco e os elaboradores do estudo com frequência mínima de 15 dias e os seminários de avaliação e discussão ao final de cada fase, além de listar os critérios de seleção. Um ponto interessante a se notar no texto da chamada pública é a menção à consultoria McKinsey, empresa que lideraria o consórcio vencedor, no primeiro parágrafo da contextualização sobre Internet das Coisas (BNDES, 2016, p. 2).

Podiam participar do processo pessoas jurídicas de direito público ou privado com sede e administração no Brasil, individualmente ou agrupadas em consórcio. Também eram elegíveis instituições brasileiras de ensino e pesquisa com comprovada reputação ético-profissional na área e que não tivessem fins lucrativos.

De acordo com o comunicado nº 13, do dia 13 de maio de 2016 (BNDES, 2016), 29 propostas foram recebidas por meio de consultas prévias listadas no documento do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP). No comunicado nº 16, de 19 de julho (BNDES, 2016), são divulgados os 5 consórcios finalistas, todos liderados por empresas globais (Bain, Deloitte, McKinsey & Company, Roland Berger e Strategy&). No 17º comunicado, no dia 20 de setembro (BNDES, 2016), o consórcio McKinsey & Company/Fundação CPqD/Pereira Neto | Macedo foi selecionado e cessam, então, os comunicados públicos do

FEP, dificultando o entendimento do processo de contratação e de aprovação de documentos em cada fase do estudo.

McKinsey & Company

A McKinsey & Company, que encabeça o consórcio que elaborou os estudos, é uma consultoria empresarial de alcance global considerada líder mundial nesse mercado. Tem escritórios em mais de 120 cidades em mais de 60 países. Com sedes no Rio de Janeiro, em Salvador e São Paulo, concentra suas atividades principalmente nos Estados Unidos, onde se estabelece em mais de 30 localidades, e se dispersa por todos os 5 continentes mais habitados.

Em seu terceiro mandato, Dominic Barton é o sócio global (tradução livre de *global managing partner*) desde 2009, estando, portanto, à frente da companhia durante todo o estudo junto ao BNDES (MCKINSEY & COMPANY, c1996-2018b). Há previsão de que em julho seja substituído por Kevin Sneader, atual presidente do conselho da região Ásia-Pacífico (tradução livre de *regional chairman)* (MCKINSEY & COMPANY, 2018a). Barton, nascido em Uganda em 1962, tem nacionalidade canadense e exerce o cargo desde Londres. É autor de mais de 80 artigos e do livro *China Vignettes: An Inside Look at China*, sobre a vida cotidiana chinesa, além de ser co-autor em inúmeros livros sobre o mercado, capitalismo e gerenciamento de empresas, como *Re-Imagining Capitalism: Building a Responsible Long-Term Model* (Oxford University Press, 2016)*, Dangerous Markets: Managing in Financial Crises* (Wiley & Sons, 2002) *e Talent Wins: The New Playbook for Putting People First* (Harvard Business Review Press, 2018).

Com o objetivo de entender bem o contexto institucional dos clientes, a dinâmica do setor e o ambiente macroeconômico, a consultoria investe na produção do conhecimento e publica em três plataformas próprias: McKinsey Quarterly, McKinsey Global Institute e McKinsey Knowledge Network (MCKINSEY & COMPANY, c1996-2018c).

Com grande impacto na agenda dos dirigentes em todo o mundo, a McKinsey Quaterly (MCKINSEY & COMPANY, c1996-2018a) é uma publicação, iniciada em 1964, com conteúdo produzido por consultores do próprio quadro e importantes especialistas a nível mundial. Toda a produção se encontra disponível gratuitamente no site da empresa e em versão impressa à qual os clientes da consultoria têm acesso com antecedência. Entre os artigos produzidos, estão vários relacionados às tecnologias e às cidades, como *Big data: what's your plan?* (MCKINSEY & COMPANY, 2013), *Booming cities, unintended consequences* (MCKINSEY & COMPANY, 2018c) e *What AI can and can't do (yet) for your business* (MCKINSEY & COMPANY, 2018b).

Fundado em 1990, o McKinsey Global Institute é um espaço de pesquisa de negócio e economia. Sua pesquisa já produziu relatórios aprofundados a respeito de mais de 20 países e, atualmente, tem foco em produtividade e crescimento, recursos naturais, mercados de trabalho, evolução dos mercados financeiros globais, impacto da tecnologia e inovação na economia e urbanização. Alguns dos conteúdos da plataforma são *Smart cities: Digital solutions for a more livable future* (MCKINSEY & COMPANY, 2018d)*, Preparing Brazil for the future of work: Jobs, technology, and skills* (MCKINSEY & COMPANY, 2018e) e *The power of parity: Advancing women's equality in Asia Pacific* (MCKINSEY & COMPANY, 2018f).

McKinsey Knowledge Network é uma rede com mais de 2000 profissionais em todo o mundo trabalhando ao lado dos consultores para produzir conhecimento relevante para atender a seus clientes e desenvolver tecnologia proprietária (MCKINSEY & COMPANY, c1996-2018d).

Fundação CPqD

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) está localizado em Campinas, SP, e atua em pesquisa, desenvolvimento e suporte de diversos setores, como industrial, agrícola, telecomunicações, financeiro,

energia elétrica, corporativo e administração pública (CPQD, s.d. a). De acordo com consulta realizada no site da Receita Federal (MINISTÉRIO DA FAZENDA) através do CNPJ da empresa, 02.641.663/0001-10, o CPqD é uma fundação privada, criada em 1998, cujos administradores são José Eduardo Azarite, Edvaldo Paro, Carlos Eduardo Salla e Alberto Paradisi e o presidente é Sebastião Sahao Júnior.

Seus parceiros no incentivo à tecnologia são o BNDES, a Finep – Inovação e pesquisa, o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). As tecnologias de produto geradas dentro do Centro são transferidas para organizações do Universo CPqD, criadas a partir da iniciativa direta ou indireta da fundação. Essas empresas são o Instituto Atlântico, a Já!, a Padtec e a Trópico (CPQD, s.d. b).

Com manufatura avançada, agronegócio inteligente, cidades inteligentes; smart grid[3], banda larga, Banco do Futuro e defesa e segurança como apostas estratégicas, o CPqD divulgou, em agosto de 2017, solução desenvolvida no âmbito da EMBRAPII que combina telegestão da iluminação pública com outras aplicações de IoT, em parceria com a Exati Tecnologia.

A Exati Tecnologia tem em seu site um portfólio que a sugere, embora não de forma direta, como responsável pela iluminação pública de Curitiba, Fortaleza, Belém, Maceió, Londrina, Porto Velho, Santos e Belo Horizonte (EXATI TECNOLOGIA). No caso de Curitiba, tal ligação é confirmada por notícia (GONÇALVES, 2016), que também informa que a solução foi aplicada em cerca de 200 municípios brasileiros. Em Belo Horizonte, entretanto, fazer essa conexão é mais complicado, já que a iluminação ficou por conta de uma concessionária em regime de Sociedade Anônima: a Belo Horizonte Iluminação Pública S.A. (BHIP) (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2016). Por outro lado, o aplicativo da BHIP foi desenvolvido pela Exati Tecnologia (GOOGLE PLAY, 2017), dando mais um indício de que as cidades citadas usam, de fato, a solução da Exati.

[3] Também denominada no Brasil como rede elétrica inteligente

Pereira Neto | Macedo Advogados

O Pereira Neto | Macedo Advogados é um escritório de advocacia com foco em assuntos empresariais aberto em 2009 como sociedade simples pura, segundo consulta, com CNPJ 07.917.443/0002-71, no site da Receita Federal (MINISTÉRIO DA FAZENDA) e site institucional (PEREIRA NETO MACEDO, s.d. a).

Com sedes em São Paulo e Brasília, suas especialidades são assessoria a ONGs, casos de antitruste – tendo participado da compra da Quattor pela Braskem e da fusão da Oi com Brasil Telecom, societário, direito público e regulação – com experiência em procedimentos de contratação pública –, direito ambiental, contencioso e arbitragem, trabalhista, direito tributário, reestruturação de empresas e mídia, tecnologia e propriedade intelectual. Seus clientes são “conglomerados industriais, grupos de telecomunicações e energia, grandes instituições financeiras e fundos de pensão” (PEREIRA NETO MACEDO, s.d. b).

Em notícia produzida pelo escritório para o portal Jota.info (PEREIRA NETO MACEDO, 2018), em série de artigos produzida no âmbito do estudo realizado pelo consórcio, aparecem como autores Ronaldo Lemos e Mateus Piva Adami como sócio e Philippe Sundfeld como advogado do Pereira Neto | Macedo. Todos os três, ao que indica a notícia, participaram diretamente da elaboração dos estudos custeados pelo FEP/BNDES.

Discussão

Durante a análise do documentos, dois aspectos chamaram a atenção, seja por excesso ou escassez de menções. Chegando a aparecer apenas 11 vezes

nos relatórios[4], o termo “dados abertos” tem pouca relevância no estudo - contrapondo ao tema privacidade que é amplamente tratado - e sequer aparece na Cartilha de Cidades ou no Plano de Ação (arquivos 8A, 9A, 9B), com exceção do *8B – Relatório do Plano de ação: Capítulo Regulatório* (BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO, 2017), que recomenda soluções que utilizem *software livre* ou open source e API para dados abertos. Por outro lado, um tema que pode parecer bem menos amplo e básico como a iluminação pública tem incríveis 85 referências (do vocábulo “iluminação”) apenas na Cartilha de Cidades, tendo um peso na nuvem de palavras (Figura 3) maior que “segurança” e não muito menor que “dados”, citados, respectivamente, 67 e 112 vezes.

Dados abertos

Dados abertos, de acordo com (OFFENHUBER; RATTI, 2014), se refere à ideia de que alguns dados devem estar disponíveis sem restrições por todos que queiram acessá-los. A aplicação desse conceito nas aplicações dos serviços públicos possibilita aos cidadãos, organizados ou individualmente, entender melhor as ações do governo e participar ativamente no planejamento (GOLDSMITH; CRAWFORD, 2014).

O Capítulo Regulatório do Plano de Ação incentiva não apenas o uso de dados abertos, como também de software livre ou *open source*. Entretanto, além de não fazer qualquer comentário a respeito nos outros relatórios do Plano de Ação, o documento conceitua erroneamente os conceitos como gratuitos e colaborativos (BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO, 2017, p. 128), podendo, na verdade, dissuadir o leitor de querer usar tal meio. Um software é livre se segue uma licença que permite ao usuário executar, copiar, distribuir, estudar, modificar e melhorar a aplicação, que não necessariamente é gratuita, sem pedir qualquer autorização (STALLMAN, 2002). *Open source*, por outro lado, não inclui todas essas liberdades, vendo como essencial apenas a de estudar a aplicação, ou seja, de ver seu código.

A adoção de software livre ou de código aberto atende não apenas ao princípio constitucional da eficiência no setor público (art. 47 da Constituição Federal), como argumenta o produto 8B, mas permite ao cidadão entender, por exemplo, os critérios de cobrança ou seleção que possam ter determinado serviço público ou quais dados seus são coletados e o que é feito com eles. Assim como não deveria-se confiar em um dispositivo ou aplicação de código fechado (STALLMAN, 2002), um cidadão preocupado não pode estar tranquilo quando uma empresa instala um microfone para detecção de ruídos como disparos de arma de fogo (BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO, 2018, p. 16), se sequer o poder público tem acesso ao código do dispositivo embarcado e da central de processamento para saber que outros sons ele pode captar.

Parcerias público-privadas e iluminação pública

As parcerias público-privadas (PPPs) são tópico frequente no estudo, muito incentivadas nos argumentos da Cartilha de Cidades, principalmente quando se trata da iluminação pública. É dedicada uma seção inteira para tratar do assunto, “3.3 – O caso da Iluminação Pública” (BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO, 2018, p. 56-64), considerada tão importante na disposição do texto quanto o “Passo a passo para estruturação de iniciativas em IoT” e os “Pontos de atenção para os gestores durante a estruturação do projeto”, 3.1 e 3.2 respectivamente. A Cartilha estimula, ainda, iniciativas consorciadas, em que um único contrato de PPP serve para mais de um município (BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO, 2018, p. 59). Coincidência ou não, a Fundação CPqD, parte do consórcio que produziu os documentos,

[4] Nos arquivos 1, 2A, 2B, 3A, 3B, 3C, 3D, 3F, 7A, 7B, 7C, 7D, 8A, 8B, 9A e 13 do estudo

tem uma solução, já divulgada em 2017, antes da publicação do produto 13 do estudo, para telegestão de iluminação pública em parceria com EMBRAPII e Exati Tecnologia[5].

De acordo com (SARMENTO, 2016, p. 1-2), uma parceria público-privada pode ser descrita como um contrato de prestação de serviços, normalmente executados anteriormente pelo Estado, por uma entidade privada, através de remuneração por parte do poder público. No contexto da iluminação pública no Brasil, as PPPs começaram a ser adotadas após a transferência dos ativos de iluminação pública da União para os municípios, que se inicia com a edição da Resolução ANEEL nº 414/2010 e dá origem, com a renegociação dos prazos, à Resolução ANEEL nº 587/2013 (BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO, 2018, p. 57). A partir da definição dessa competência, a Cartilha argumenta que o estabelecimento de PPPs se mostra opção interessante já que muitos municípios não têm capacidade financeira e organizacional para prestar o serviço tradicional.

Apesar de citar o malsucedido caso de São Paulo na página 60 do mesmo documento, o estudo não faz crítica ao formato de parceria público-privada em si, que muitas das vezes deixa o lucro à iniciativa privada enquanto o poder público arca com os riscos (HARVEY, 2000). Em sentido contrário, as PPPs são tratadas como a única possibilidade de arranjo eficiente.

Tendo em mente tais demonstrações de interesses particulares, é importante questionar se não teriam sido diferentes os resultados se a chamada pública houvesse priorizado instituições públicas de ensino e pesquisa para a elaboração do estudo e estabelecido formas de envolvimento da sociedade civil mais diretas e mais claras. Os seminários de avaliação e discussão ao final de cada fase, por exemplo, poderiam ter sido públicos e demandado aprovação de outras instâncias interessadas.

[5] Para mais detalhes ler sobre a Fundação CPqD na seção Elaboração do Estudo.

Referências Bibliográficas

4DEVS. **4 Devs Ferramentas Online.** Remover Acentos de um Texto, c2014-2018. Disponivel em: <https://www.4devs.com.br/remover_acentos_de_um_texto>. Acesso em: 8 jun. 2018.

BNDES. **Seminário Internacional: a Internet das Coisas - Oportunidades e perspectivas da nova revolução digital para o Brasil, 2014.** Disponivel em: <https://bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Seminarios/201405_14.html>. Acesso em: 30 maio 2018.

BNDES. **Comunicados 1-17 de 01 de abril de 2016 a 20 de setembro de 2016, 2016.** Disponivel em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/e638286e-7276-4441-ab76-5af3347e8bca/fep_IdC_2016_comunicado1-17.zip?MOD=AJPERES&CVID=lIhoxlL>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BNDES. **Chamada Pública BNDES/FEP Prospecção nº 01/2016, 2016.** Disponivel em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/37d2249d-2456-418a-a6dc-eb67cfec7ce3/chamada_internet_das_coisas_2016.pdf?MOD=AJPERES&CVID=lk3IQlY>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BNDES. **BNDES.** Quem somos, s.d. a. Disponivel em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acesso em: 30 maio 2018.

BNDES. **Relações com órgãos governamentais, s.d.** b. Disponivel em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/estrutura-de-gestao-do-sistema-bndes/relacao-orgaos-governamentais/!ut/p/z0/fY6xTgMxEES_heJKax1AgdYKEhEinJLqcBNtLotjOO_m7L0Af48TUaec0cybAQ8deMZTDKhRGIeq3_18-7B-Xizd_ey1fVrOrbtr1->. Acesso em: 30 maio 2018.

BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO. **BNDES.** 8B - Relatório do Plano de ação: Capítulo Regulatório, 2017. Disponivel em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/f9582d36-4355-4638-b931-e2e53af5e456/8B-relatorio-final-plano-de-acao-produto-ambiente-regulatorio.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m7tyLs1>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO. **Estudo "Internet das Coisas".** Relatório de entrevistas e pesquisas - Fase II, 2017a. Disponivel em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/f9dc4f85-5a94-4ee2-aa21-921ea30d7b13/relatorio-de-entrevistas-e-pesquisas-fase-2-produto-4b.pdf?MOD=AJPERES&CVID=lR.kH06>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO. **Estudo "Internet das Coisas".** Produto 1: Benchmark de iniciativas e políticas públicas, 2017b. Disponivel em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/aa2f9e17-a263-452d-bf9f-9c7667366b3b/fep_IdC_2016_apresentacao.pdf?MOD=AJPERES&CVID=lk3M3Oq>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO. **BNDES.** 13 - Cartilha de Cidades, 2018. Disponivel em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/db27849e-dd37-4fbd-9046-6fda14b53ad0/produto-13-cartilha-das-cidades-publicada.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m7tz8bf>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BNDES; CONSÓRCIO MCKINSEY | FUNDAÇÃO CPQD | PEREIRA NETO MACEDO. **BNDES.** Estudo "Internet das coisas: um plano de ação para o Brasil", s.d. Disponivel em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/pesquisaedados/estudos/estudo-internet-das-coisas-iot/estudo-internet-das-coisas-um-plano-de-acao-para-o-brasil>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BRASIL. **Lei 1.628/1952.** Dispõe sôbre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abr. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1628.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

CPDOC. **FGV.** E ele voltou. o segundo governo Vargas > Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), c2017. Disponivel em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BNDE>. Acesso em: 30 maio 2018.

CPQD. **CPqD.** Sobre o CPqD, s.d. a. Disponivel em: <https://www.cpqd.com.br/sobre/>. Acesso em: 1 jun. 2018.

CPQD. **CPqD.** Universo CPqD, s.d. b. Disponivel em: <https://www.cpqd.com.br/universo/padtec/#1518138885610-03bb7f8a-dc09>. Acesso em: 30 55 2018.

EXATI TECNOLOGIA. **Exati, c2018.** Disponivel em: <https://exati.com.br/>. Acesso em: 8 jun. 2018.

FERNANDES, L.; **BECK, M.** O Globo. Temer acerta ida de Dyogo Oliveira para presidência do BNDES, 2018a. Disponivel em: <https://oglobo.globo.com/economia/temer-acerta-ida-de-dyogo-oliveira-para-presidencia-do-bndes-22544146>. Acesso em: 30 maio 2018.

FERNANDES, T. **Filiado ao PSC, Rabello de Castro deixa BNDES para disputar eleições.** Folha de S. Paulo, 2018b. Disponivel em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/filiado-ao-psc-rabello-de-castro-deixa-bndes-para-disputar-eleicoes.shtml>. Acesso em: 30 maio 2018.

G1. **Temer escolhe Maria Silvia Bastos Marques para presidência do BNDES, 2016.** Disponivel em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/05/temer-escolhe-maria-silvia-bastos-marques-para-presidencia-do-bndes.html>. Acesso em: 30 maio 2018.

G1. **Economista Paulo Rabello Castro é o novo presidente do BNDES, 2017.** Disponivel em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/paulo-rabello-castro-e-o-novo-presidente-do-bndes.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2018.

G1. **Presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos pede demissão ao presidente Michel Temer, 2017.** Disponivel em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/presidente-do-bndes-maria-silvia-bastos-pede-demissao-ao-presidente-michel-temer.ghtml>. Acesso em: 30 maio 2018.

GOLDSMITH, S.; **CRAWFORD, S.** The Interactive City. In: GOLDSMITH, S.; CRAWFORD, S. The Responsive City: Engaging Communities Through Data-Smart Governance. São Francisco: Jossey-Bass, 2014. p. 55-72.

GONÇALVES, A. **Home Decore.** Curitiba adota gestão inteligente de iluminação pública e serviço, 2016. Disponivel em: <http://www.homedecore.com.br/curitiba-adota-gestao-inteligente-de-iluminacao-publica-e-servico/>. Acesso em: 8 jun. 2018.

GOOGLE PLAY. **Google Play.** BHIP - Belo Horizonte Iluminada, 2017. Disponivel em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.exati.bhip&hl=pt_BR>. Acesso em: 8 jun. 2018.

HARVEY, D. **Espaços de esperança.** In: HARVEY, D. Os espaços de utopia. [S.l.]: Edições Loyola, 2000. p. 181-207.

MCKINSEY & COMPANY. **McKinsey.** Big data: What's your plan?, 2013. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/digital-mckinsey/our-insights/big-data-whats-your-plan>. Acesso em: 4 jun. 2018.

MCKINSEY & COMPANY. **McKinsey.** Meet our next global managing partner: Kevin Sneader, 2018a. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/about-us/new-at-mckinsey-blog/meet-our-next-managing-partner-kevin-sneader>. Acesso em: 4 jun. 2018.

MCKINSEY & COMPANY. **McKinsey.** What AI can and can't do (yet) for your business, 2018b. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/mckinsey-analytics/our-insights/what-ai-can-and-cant-do-yet-for-your-business>. Acesso em: 4 jun. 2018.

MCKINSEY & COMPANY. **McKinsey.** Booming cities, unintended consequences, 2018c. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/meeting-societys-expectations/booming-cities-unintended-consequences>. Acesso em: 4 jun. 2018.

MCKINSEY & COMPANY. **McKinsey.** Smart cities: Digital solutions for a more livable future, 2018d. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/industries/capital-projects-and-infrastructure/our-insights/smart-cities-digital-solutions-for-a-more-livable-future>. Acesso em: 9 jun. 2018.

MCKINSEY & COMPANY. **McKinsey.** Preparing Brazil for the future of work: Jobs, technology, and skills, 2018e. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/future-of-organizations-and-work/preparing-brazil-for-the-future-of-work-jobs-technology-and-skills>. Acesso em: 6 jun. 2018.

MCKINSEY & COMPANY. **McKinsey.** The power of parity: Advancing women's equality in Asia Pacific, 2018f. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/gender-equality/the-power-of-parity-advancing-womens-equality-in-asia-pacific>. Acesso em: 6 jun. 2018.

MCKINSEY & COMPANY. **McKinsey.** About the Quarterly, c1996-2018a. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/quarterly/about-the-quarterly>. Acesso em: 4 jun. 2018.

MCKINSEY & COMPANY. **McKinsey.** Dominic Barton, c1996-2018b. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/our-people/dominic-barton>. Acesso em: 30 maio 2018.

MCKINSEY & COMPANY. **McKinsey.** About Us Overview, c1996-2018c. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/about-us/overview>. Acesso em: 30 maio 2018.

MCKINSEY & COMPANY. **McKinsey.** Welcome to the McKinsey Knowledge Network, c1996-2018d. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/knowledge-network>. Acesso em: 6 jun. 2018.

MCKINSEY&COMPANY. **McKinsey.** Meet our next global managing partner: Kevin Sneader, 2018. Disponivel em: <https://www.mckinsey.com/about-us/new-at-mckinsey-blog/meet-our-next-managing-partner-kevin-sneader>. Acesso em: 4 jun. 2018.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Receita.** Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. Disponivel em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/CNPJ/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp>. Acesso em: 7 jun. 2018.

OFFENHUBER, D.; **RATTI, C.** Using Big Data to Research Human Mobility. In: OFFENHUBER, D.; RATTI, C. Decoding the city: how big data can change urbanism. [S.l.]: Birkhäuser Verlag GmbH, 2014. p. 28-33.

PEREIRA NETO MACEDO. **Pereira Neto Macedo.** Proteção de dados na Administração Pública, 2018. Disponivel em: <https://www.pnm.adv.br/?p=1440>. Acesso em: 8 jun. 2018.

PEREIRA NETO MACEDO. **Pereira Neto Macedo, s.d.** a. Disponivel em: <https://www.pnm.adv.br/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

PEREIRA NETO MACEDO. **Pereira Neto Macedo.** Nossas especialidades, s.d. b. Disponivel em: <https://www.pnm.adv.br/?page_id=277#1504105837678-49a6a77c-2eda>. Acesso em: 2 abr. 2018.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Diário Oficial do Município.** DOM do dia 29 de julho de 2016, 2016. Disponivel em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/Files/dom5099%20-%20assinado.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2018.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Diário Oficial do Município.** DOM do dia 29 de julho de 2016, 2016. Disponivel em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia&dia=29/07/2016&comboAno=2016>. Acesso em: 8 jun. 2018.

SÁ, A. **I.** D. Smart City e urbanismo entre pares: reflexões sobre urbanidade e tecnologia. In: RENA, A.; BAMBOZZI, L.; RENA, N. Tecnopolíticas do comum: artes, urbanismo e democracia. [S.l.]: Cidade Eletrônika, 2015. p. 52-53.

SARMENTO, J. **M.** O que são as PPPs? In: SARMENTO, J. M. Parcerias público-privadas. [S.l.]: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016. p. 1-2.

STALLMAN, R. **M.** Can you trust your computer? In: STALLMAN, R. M. Free Software, Free Society: Selected Essays of Richard M. Stallman. Boston: GNU Press, 2002. p. 117-119.

STALLMAN, R. **M.** Free Software Definition. In: STALLMAN, R. M. Free Software, Free Society: Selected Essays of Richard M. Stallman. Boston: GNU Press, 2002. p. 43-45.

TAG CROWD. **Tag Crowd, s.d.** Disponivel em: <https://tagcrowd.com/>. Acesso em: 8 jun. 2018.

TELESINTESE. **Tele Síntese.** BNDES promove evento internacional sobre internet das coisas, 2014. Disponivel em: <http://www.telesintese.com.br/bndes-promove-evento-internacional-sobre-internet-das-coisas/>. Acesso em: 30 maio 2018.

TOWNSEND, A. **M.** Smart cities: Big data, civic hackers, and the quest for a new utopia. [S.l.]: WW Norton & Company, 2013.

KERS URBANO: Tecnopolíticas como catalisadores do microplanejamento

Magalhães de Oliveira, Pedro Henrique

UFRJ. PROURB.
Av. Pedro Calmon, 550 - 521 –
Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, 21941-485
prourb@fau.ufrj.br

Resumo

Em um contexto de crise multidimensional e multiescalar, onde infraestruturas de suporte à sociedade civil são agenciadas por poderes transnacionais e o próprio estado soberano de direito é colocado em questão, a investigação busca mapear sistemas alternativos a lógica hegemônica, iniciativas emergentes em rede, capazes de ampliar potenciais deliberativos-participativos, a luta por direitos fundamentais e políticos, compartilhamento e troca, que se utilizem de plataformas e redes digitais na construção de uma esfera comum de luta, troca e fortalecimento civil reterritorializada. Neste sentido, a investigação encontra a replicação de sua hipótese sistêmica operacionalizada no estudos de caso escolhido: a Casa Fluminense.

O aprofundamento no estudo de caso alimenta a hipótese levantada pelo trabalho sobre a capacidade de tecnopolíticas atuarem como catalisadores do microplanejamento, definido aqui como um processo emergente de planejamento introduzido nas lacunas deixadas pelo macroplanejamento. Processo este, legitimado por práticas cotidianas e resistências biopotentes na escala da micropolítica, produto de decisões e projetos coletivos e pessoais, realizados através de redes sociotécnicas.

Palavras-chave: Tecnopolíticas; microplanejamento; territórios emergentes, redes sociotécnicas; territórios híbridos.

INTRODUÇÃO

As relações provocadas pela hibridação do território físico com o virtual exigem a revisão de temas relacionados a soberania, participação, engajamento político e instâncias deliberativas, complexificando tais relações devido sua característica multiescalar e multidimensional, evidenciando problemas inerentes as lógicas vigentes e suas fragilidades.

Assim, o artigo intenciona apresentar principalmente a estruturação de um arcabouço teórico que articule áreas do Direito, Ciências políticas e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) com o Urbanismo, apresentando primeiramente um panorama analítico sobre conceitos primordiais para o entendimento do contexto de crise omnilateral atual, suas características multiescalares, seus meios de propagação e ferramentas de captura.

Na parte final do artigo, será apresentada a hipótese construída até aqui sobre um modelo sistêmico capaz de catalisar (KERS[1]) os desafios apresentados pelo sistema de crise permanente a serem superados e os movimentos que surgem como alternativa a esta realidade apoiados em tecnopolíticas com o potencial de ampliar sistemas deliberativos, de participação na construção da esfera comum, representados pela estudos de caso sobre a Casa Fluminense.

MODELO DE CRISE PERMANENTE

Como um amálgama de diversas profecias distópicas do séc. XX, o universo pré-apocalíptico do séc. XXI vem sendo forjado no limite entre a ficção futurista e o consequente presente trágico, sob o enfrentamento de um universo

[1] KERS - O termo é dado genericamente aos dispositivos que recolhem a energia cinética gerada na desaceleração do carro que seria desperdiçada e, em seguida, a reutiliza. Ao serem acionados os freios a energia do torque resultante normalmente desperdiçada é transformada em eletricidade e levada a um capacitor, o qual alimenta o sistema propriamente dito, o qual, ligado ao eixo de propulsão do motor, faz com que ganhe potência.

cíclico de pré-fabricação de crises do capital transnacional, insurreições civis, crescente desigualdade socioeconômica e violenta segregação socio-espacial, reintroduzidas no cotidiano em "tempo real", através de jornais televisivos, canais de Youtube, *feeds* de notícia e documentários do Netflix.

Essas diversas camadas de informação em massa e seus distintos diagramas de pervasividade em rede recodificam o que chamamos consensualmente de realidade, num processo acelerado de transmutação de reificação[2] (JAMESON, 1996), alterando rapidamente práticas sociais, hábitos cotidianos de consumo, habitar, compartilhar e se relacionar. "

Novos dispositivos móveis mais difusos, aliados a tecnologias da comunicação e informação em rede suportadas por plataformas e apps, criam ambientes híbridos de hiperconectividade, cujas possibilidades de articulação civil, mobilização social e convergência de ações vem questionando cada vez mais a legitimidade dos meios ortodoxos de fazer política assim como as instituições que os representam. Por outro lado, atualizações desses sistemas vem ocorrendo a partir de associações opacas entre o poder estatal e organizações de capital privado que sob o slogan de "boas práticas institucionais" e das "Smart Cities", vem atualizando perspectiva panópticas de poder. O COR – Centro de operações do Rio de Janeiro – é um exemplo claro da influência físico-territorial dessa política, inaugurado em 2010 pela prefeitura do Rio em parceria com a IBM, "funciona 24 horas por dia e sete dias por semana", segundo seu próprio material institucional diz:

> *"900 câmeras monitoram espaços públicos da capital, além de um painel georeferenciado (chamado geoportal) que visualiza, associa, minera e simula em tempo quase real informações*

[2] fil segundo Georg Lukács 1885-1971, alargando e enriquecendo um conceito de Karl Marx 1818-1883, processo histórico inerente às sociedades capitalistas, caracterizado por uma transformação experimentada pela atividade produtiva, pelas relações sociais e pela própria subjetividade humana, sujeitadas e identificadas cada vez mais ao caráter inanimado, quantitativo e automático dos objetos ou mercadorias circulantes no mercado.

> *provenientes das mais diferentes fontes: além das câmeras, radares de trânsito, sensores, informações meteorológicas, bases de dados sobre populações de áreas específicas, defesa civil, serviços de eletricidade, gás, até redes sociais como Waze e Twitter. (BRUNO, 2015 In RENA, 2015, p. 116).*

Tais relações, quando estabelecidas de forma mais direta, configurariam um novo sistema de regulações sutis, representadas por uma orientação das escolhas individuais mediadas por dispositivos biopolíticos[3] através de políticas algorítmicas internas (próprias de cada aplicação ou corporação). Plataformas muito difundidas como Facebook, Instagram e Youtube, apresentam uma lógica própria, mutável, e focada na produção de conteúdo e captura de dados, contendo algoritmos que estimulam esses ciclos e filtros que direcionam as relações dos usuários com suas redes, privilegiando a monetarização de suas atividades.

> *"A manipulação consciente, inteligente, das opiniões e dos hábitos organizados das massas desempenha um papel importante nas nossas sociedades democráticas. Aqueles que manipulam este mecanismo social imperceptível formam um governo invisível que dirige verdadeiramente o país. (*INVISÍVEL, 2017, p. 78 apud *BERNAYS, 1928)*

Este "governo invisível" relaciona diferentes frentes de atuação, desde o ecossistema de mineração, armazenamento e processamento de dados, desenvolvido por empresas privadas ao agenciamento de forças estatais, utilizadas como meio facilitador de lógicas externas e verticalizadas de poder (*top-down*). Neste sentido, verdadeiros "Estados de exceção de direitos" tem sido criados, gerando zonas de anomia[4]. Esta realidade de desmaterialização de direitos fundamentais e o recorrente enfraquecimento do estado soberano deixa incerto o papel do "Governo" como protetor, não apresentando respostas adequadas às demandadas geradas por esta crise estrutural, agravada pela privatização e securitização de infraestruturas tanto em processos de urbanização contemporâneos quanto na construção e controle de infraestruturas críticas (SIROLI, 2006).

CAPITALISMO DE ESPOLIAÇÃO

Para Harvey, as crises advêm da dificuldade congênita do capitalismo em absorver de forma lucrativa os seus próprios excedentes de capital sendo assim, portanto, "crises de sobreacumulação". Seus resultados acarretariam a desvalorização de ativos, a destruição de regiões assim como configurariam uma nova paisagem espaço-temporal para acomodar a perpétua acumulação de capital e uma acumulação "interminável de poder". "A teoria do capitalismo de espoliação aparece como um retorno à acumulação primitiva[5], isto é, a uma situação onde a economia não é autônoma ao sistema político." (MUSSI, R., 2013, p.12 apud HARVEY, D. 2004)

No mundo atual, o capitalismo não teria mais a possibilidade de criar lucros somente a partir da produção industrial. Através de estratégias como a acumulação por espoliação, financeirização, a globalização e a política neoliberal, ele exploraria as diferenças, envolvendo mulheres, imigrantes

[3] Dispositivos biopolíticos atuariam através da pervasividade cada vez maior alcançada pelas redes na vida cotidiana, possibilitando a penetração do capital de maneira dispersa e sutil (Hardt & Negri, 2005).

[4] Anomia - Estado da sociedade em que desaparecem os padrões normativos de conduta e de crença, e o indivíduo, em conflito íntimo, encontra dificuldade para conformar-se às contraditórias exigências das normas sociais..

[5] A emergência de uma classe capitalista não dependia inicialmente da capacidade desta classe de extrair excedente. Ela repousa sobre sua capacidade em apropriar-se do mesmo, de tratá-lo como sua propriedade privada e integrá-los na circulação a fim de aumentá-los. (Harvey, 2010, p. 213).

marginalizados e o sub-proletariado das favelas para sobreviver à crise. Sua inabilidade crônica em dispor o excedente de capital, geraria uma "montanha russa de crises e abalos regionais, como afirmado anteriormente, o ciclo de crises inerente a lógica de acúmulo e expansão do capital se reafirma revelando em cada cume uma diversificação das modalidades de vulnerabilidade social e segregação espacial.

RECODIFICAÇÕES DE REALIDADES CONSENSUAIS

O "estatuto da certeza" na sociedade atual passa por reconfigurações estruturais. A crise dos estados soberanos de direito e dos direitos fundamentais é discutida no trabalho a partir da teoria do Estado de Exceção, (AGAMBEN, 2007) e do Homo Sacer (AGAMBEN, 2007). Em seguida, é apresentada a perspectiva em torno do novo campo de batalha decorrente da disputa pela captura e processamento de dados (informação) nos meios digitais e seus diferentes desdobramentos na reconfiguração dos territórios físicos, constituindo o conceito de territórios híbridos.

A VIDA NUA E A EXCEÇÃO COMO REGRA

A politização da vida nua como tal, constitui o evento decisivo da modernidade, que assinala uma transformação radical das categorias político-filosóficas do pensamento clássico. A vida nua, seria o elo portador do nexo soberano e do limiar indefinível entre violência e direito. No sentido jurídico, seria como aquela vida despida do seu estatuto de direito, nua de personalidade, desprovida da capacidade de contrair direitos e obrigações. Portanto, segundo Agamben, só é possível entender os atuais problemas da política sob a ótica da biopolítica. Quando a exceção torna-se a regra, aniquila-se a pessoa jurídica do homem e declara-se sua morte moral, seguindo-se a destruição da sua individualidade, a gerar mortos-vivos que não pertencem mais ao mundo dos vivos

HOMO SACER

O Homo sacer era um conceito limite do direito romano situado no cruzamento entre direito divino e direito humano, expelido de ambos, mas que tem o condão de expor à luz a ambivalência do que é sacro, no caso uma dupla exceção: o homo sacer está decididamente excluído do universo religioso, que em princípio coincidiria com a borda política da sociedade; aquele que matá-lo pode invocar sua sacralidade e assim escapar da condenação pelo homicídio.

SOBERANIA

A noção do Soberano como aquele relacionado ao poder absoluto, que independe de decisões de terceiros (GROTIUS, 2005), exercendo sua soberania muitas vezes através do poder de exclusão (SCHIMITT, apud BAUMAN, 2008) é modificada na sociedade em rede. Habermas parte do princípio de que os estados nacionais não conseguem mais dar conta dos problemas de legitimação da política, (ou dos efeitos colaterais de outras esferas de ação, como a economia), decorrentes da movimentação transnacional, e que acaba afetando, de uma forma ou de outra, os mecanismos de legitimação institucionalizados nos estados nacionais. No contexto de economias transnacionais aliadas ao poder estatal, os estados-nação estariam perdendo sua capacidade de agir independentemente, pois estariam atrelados a uma teia global impulsionada por cooperação mútua entre estados, organizações não estatais e supranacionais.

Segundo DARNTON (2006) no caso do direito privado, a legislação internacional, baseada na soberania do Estado, já não estaria adequada a um ambiente de intercâmbios transnacionais. O autor identifica uma tendência de mistura entre os campos civil e militar condensadas no conceito "Civilianization", onde atores não estatais já envolvidos em atividades de guerras se integrariam ao estado em atividades mais abrangentes, motivados

por fatores como o custo e uma certa ideologia econômica, lógica também trabalhada por GRAHAM (2016) onde a tecnologia militar e o mercado de concorrência invadiriam o cotidiano civil.

ESTADO DE EXCEÇÃO PERMANENTE

O estado de exceção não é um direito especial (como o direito de guerra), mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica, define seu patamar ou o seu conceito-limite. Daí nasce a ideia do verdadeiro estado de exceção que possa, assim, excepcionar, operar a exceção daquilo que é regra permanente numa zona de anomia e que, por um lado, prevê a manutenção da relação com o direito, e, de outro lado, deve ser inexoravelmente liberada dessa relação que captura a vida do vivente por meio do direito, ou seja, pelos dispositivos de poder.

Assim, não se confunde com estado de guerra, de sítio ou de emergência, justamente porque não é um estado de direito, mas um estado sem direito, no qual argumentos da emergência são utilizados para todo tipo de crise, limites entre normalidade e exceção são extintos e, ao final, emergência vira regra.

O referido estado de emergência, fundado na sagaz administração do medo social, permite a atual suspensão da lei, tornando-se, portanto, um eficiente e poderoso instrumento potencial de repressão e controle, evocando uma era de suspensão da lei, na qual a criação voluntária de um estado de emergência permanente, ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico, se tornaria uma das práticas essenciais dos Estados

CYBERPOWER E OS TERRITÓRIOS HÍBRIDOS

O enfraquecimento dos Estados soberanos frente as complexas cadeias transnacionais de influência e atores não estatais ganha mais uma camada de complexidade quando a obtenção e o processamento de dados informacionais, na perspectiva da internet 2.0[6], estabelecem uma vantagem política e econômica segundo as dinâmicas do mercado internacional em um contexto do capitalismo cognitivo. O ciberespaço, neste contexto, se configura como um dos principais territórios de disputa com grande contingente de investimentos.

Nesse sentido a definição de poder no ciberespaço, segundo NYE (2010) é dada pela capacidade de se utilizar do espaço cibernético para gerar vantagens e influenciar eventos em outros ambientes operacionais, perpassando os vários instrumentos de poder, onde se utilizam a computação e a eletrônica para explorar informações por meio de sistemas interconectados e suas infraestruturas associadas. (NYE, 2010, p.3)

As definições sobre este "mundo virtual" já reconhecido como um território por teóricos tanto neorrealistas como neoliberais (OLIVEIRA, 2011 p.22 apud MANJIKIAN, 2010, p. 383), suscita uma série de discussões sobre as definições de seus limites e liberdades, principalmente devido a sua capacidade multiescalar de gerar influências do individual/local aos megassistemas transnacionais – onde são definidos seus usos futuros – viabilizando interações comerciais, culturais e políticas multiescalares. (OLIVEIRA, 2011 p.22 apud Fritsch, 2006, p.107).

O debate sobre o direito de propriedade de dados no âmbito das relações internacionais, adentra uma oposição entre a teoria realista e a liberal. Os realistas consideram a informação como um bem público, que deve ser protegido e controlado pelo Estado, que adaptando suas estratégias de

[6] Internet 2.0 - É um termo popularizado a partir de 2004 pela empresa americana O'Reilly Media para designar uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo como conceito a "Web enquanto plataforma", envolvendo wikis, aplicativos baseados em folksonomia, redes sociais, blogs e Tecnologia da Informação.

coerção a partir das tecnologias da informação, utilizaria a informação "como uma arma na luta por territórios, por credibilidade e na guerra de ideias" apenas com outras armas e estratégias (OLIVEIRA, 2011 p.22 apud MANJIKIAN, 2010, p. 383). Com uma ideologia econômica capitalista, o ciberespaço seria mais uma camada do campo de batalha entre atores estatais e não estatais por poder, defesa contra os inimigos, expansão territorial e o seu controle deveria ser direcionado ao atendimento a interesses nacionais.

A visão liberal atualizada assumiria a premissa de que o ciberespaço seria essencialmente privado e não público, levantando questões sobre a regulação deste, considerando que o bloqueio de determinados conteúdos, ou atitudes na rede a partir de legislações locais estariam estabelecendo fronteiras na internet, demonstrando que o espaço cibernético não seria um mundo construído separadamente do real, já que o influencia diretamente gerando efeitos neste. A questão do impacto no mundo real fez com que as cortes de justiça passassem a considerar o ambiente virtual como espaço para o exercício de controles de comportamentos e também do discurso (OLIVEIRA, 2011, p.19 apud STEIN. P. 388). Esta questão suscita uma discussão profunda sobre os limites encontrados pelo campo jurídico, a garantia de liberdade de expressão na rede e a proteção dos dados individuais.

VULNERABILIDADES DO ESTADO NO DOMÍNIO VIRTUAL

A falta de um poder representativo reconhecidamente legítimo referente ao Estado e a ascensão do setor privado em vários campos cujo acesso anteriormente era restrito como: Valor de moedas, o lançamento de satélites, espiões e a capacidade de influenciar as conversações entre as nações (ROTHKOPF, 1998) e o controle da internet por atores não-estatais, frente ao aumento gradativo da dependência de atividades humanas relacionadas aos computadores evidenciam a vulnerabilidade dessas hibridações e a evidência do papel mais ativo do setor privado na comunidade global. Melander (2009) afirma que a formação de organizações sociais exclusivistas é decorrente do fracasso do desenvolvimento cidadão e que esta situação levaria ao fortalecimento de organizações em torno de afinidades comuns como a religião, e não sob a bandeira de um Estado, ou ideal de nação democrática.

Tais indivíduos, grupos, associações, viriam se articulando e ganhando cada vez mais potência no cenário global, formando novas esferas de autoridades vinculadas aos diversos atores que emergiriam do processo de globalização, aumentando o intercâmbio sócio-cultural e estabelecendo uma "Corte Internacional de Opinião Pública" com crescente influência sobre os Estados, devido a facilidade da disseminação de informações por meio das TIC's (OLIVEIRA, 2011, p. 41 apud ROTHKOPF, 1998, p. 329). Evoluindo no sentido oposto, a capacidade de controle sobre esse fluxo de informações fica cada vez mais reduzida devido a diversidade de meios para acesso aos dados. (OLIVEIRA, 2011, p. 41 apud Fritsch, 2006, p 101).

Neste contexto existe o reconhecimento, por Fritsch, do poder da tecnologia de catalisar a turbulência existente nesses intercâmbios porém, LARKIN (2006) afirma que a construção de um ambiente estável e seguro demandaria mais do que o controle exercido através de forças militares ou soluções tecnológicas, este viria apenas de um esforço visando a segurança coletiva e a formação de uma comunidade com interesses políticos comuns.

POLÍTICAS ALGORÍTMICAS

O novo território constituído pelas matrizes algorítmicas e suas hibridações com a realidade, seus processos normativos e consequentes alterações nos padrões de conduta das populações aconteceria "encapsulado nas

caixas-pretas[7] dos estados e corporações" (BRUNO, 2015, p. 118) onde os limites institucionais e coorporativos, público e privado, civil-militar-estatal, estariam sendo reconfigurados em escalas transnacionais, colocando em questão o próprio papel do Estado de direito como garantidor dos direitos fundamentais do homem, assim como sua capacidade de legislar sobre tais mudanças.

Fernanda Bruno aborda os mecanismos de mediação algorítmica utilizados por dispositivos biopolíticos, através de duas estratégias principais de pervasividade: A visibilidade e a escala. (BRUNO, 2015)

A dimensão da visibilidade estaria relacionada a troca entre o que os indivíduos conectados ofertam às redes – sua visibilidade, ações, imagens, posicionamento, etc. – frente a opacidade da lógica algorítmica que estrutura um mundo personalizado, reconfigurado de acordo com o que é ofertado. A Escala estaria relacionada a desproporção entre a capacidade de processamento de dados (Big data) operada pelos algoritmos que constituem os serviços e aplicativos que modulam nossa experiência e as nossas capacidades de apreensão e negociação.

As duas dimensões configurariam uma "tática algorítmica" onde simultaneamente dados de diversos tipos seriam coletados, virtualidades configuradas e o distanciamento entre a consciência sobre as ações e suas consequências moldados pela lógica algorítmica opaca a visão do usuário, e a incomensurabilidade sensorial e cognitiva da escala de processamento, naturalizaria tais virtualidades em "realidades consensuais".

[7] Caixa preta - Trata-se de um mecanismo fictício que permite que o observador de certo sistema atue, sem ter o domínio total dos processos ali envolvidos. Uma vez que o input e o output são conhecidos, a caixa-preta possibilita que os resultados sejam interpretados como a atuação de um instrumento invisível, inserido pelo cientista.

Nesse sentido, seria identificado um processo normativo estabelecido por esses sistemas, onde a leitura dos fluxos dos corpos e a absorção de padrões de conduta desses ambientes sociotécnicos auxiliariam na integração dos sistemas às dinâmicas existentes, possibilitando a absorção de determinada lógica em prol de sua previsibilidade e projeção, munindo-os de ferramentas capazes de detectar possíveis irregularidades passíveis de controle, manipuláveis ou estigmatizáveis. Uma política do visível subdividiria duas realidades, uma regular operando como pano de fundo de nossas percepções, e outra irregular, suspeita, algo não funcional.

SOCIEDADE DO CONTROLE

O modelo de Sociedade Disciplinar, desenvolvida por Foucault, baseada no controle panóptico realizado por instituições modernas e exercidos principalmente pela tríplice: Medo, julgamento e destruição, é atualizado a partir da filosofia de Deleuze para estruturas de comando mais dinâmicas, pós-modernas, descentralizadas e desterritorializadas ampliando a atuação de seus dispositivos. Esta reconfiguração do modelo disciplinar de sociedade, a sociedade do controle, vem corresponder a fase do capitalismo atual, caracterizado como cognitivo.

Peter Perbart (2005-2016) estabelece uma discussão acerca da biopolítica dentro destes preceitos, relacionando a conceitos desenvolvidos pela filosofia de Deleuze e Guatarri, na obra Mil Platôs, e o panorama político-econômico apresentado na obra Império, escrita por Michael Hardt e Antônio Negri.

Nessa fase o biopoder alcançaria o máximo de sua pervasividade, alavancado pelas novas práticas sociais desenvolvidas em rede, mecanismos de monitoramento mais difusos, móveis e imanentes, aliados as novas tecnologias da comunicação e informação que exerceriam influência direta sobre as mentes dos indivíduos, prescindindo mediações institucionais. Com os limite espaço-temporais muito mais dissolvidos por essa dinâmica

tecnológica de trabalho e trocas imateriais, o poder sobre a vida atingiria uma dimensão inédita, apresentando paradoxalmente também sua potência na construção de resistências. “A subjetividade apareceria cada vez mais no cerne da economia dita imaterial e a própria vida desta dinâmica biopolítica (PELBART, 2005-2016).

DESTERRITORIALIZAÇÕES

Este tema aborda como as lógicas indexadas anteriormente vem apresentando suas consequências nos territórios físicos e do Direito, em processos constantes de financeirização do solo a partir reconfigurações violentas de áreas urbanas geradoras de forte segregação socioespacial, segundo lógicas neoliberais de urbanização. E como a combinação entre diferentes indústrias (bélicas, TIC’s, entreterimento) vem naturalizando lógicas militares no cotidiano gerando ciclos rentáveis de securitização de infraestruturas a partir da atmosfera de medo e violência naturalizada pelas populações, gerando uma “ecologia do medo”, desmaterializando direitos fundamentais e recodificando noções sobre as esferas público e privadas.

URBANISMO NEOLIBERAL E DESIGUALDADE INFRAESTRUTURAL

As políticas de expansão da propriedade privada aparecem no cerne da expansão do modelo capitalista em sua fase neoliberal criando novos sistemas de maximização de valores relacionados a terra e redução de gastos nestas transações. A promoção da ideia de segurança de posse de assentamentos populares ganha a esfera do direito internacional gerando fóruns de discussão em instituições como UN-Habitat (1999) da ONU e subsequentes políticas de crédito mobilizadas pelo Banco mundial. Tais reivindicações históricas dos movimentos sociais apesar de sua legitimidade, muitas vezes ocorrem de maneira desamparada pelo estado neoliberal funcionando como catalisadores de dinâmicas escusas do capital que prejudicam a implantação plena deste direito e se aproveitam em muitos casos, para mascarar mecanismo de expropriação da terra pública como fonte de financiamento de projetos de infraestrutura. (ROLNIK, 2015, p.219)

Este mecanismo é explicitado através da “nova lógica de produção de cidades a partir do exemplo da urbanização chinesa” (ROLNIK, 2015 p.224) onde a terra seria mobilizada para alavancar o financiamento, na medida que assegura um fluxo de ganhos futuros, o investimento na expansão de infraestruturas modernas, o lucro passaria a vir pela expropriação da terra e estaria na diferença entre o valor que o governo pagou pela terra e o valor que ela poderá gerar no futuro remunerando o investidor. O conteúdo destes projetos ficaria à mercê do lucro e o papel dos governos seria evidenciado em garantir a entrega desses terrenos limpos para a execução das obras infraestruturais. (ROLNIK, 2015, p 225)

ECOLOGIA DO MEDO - CONTROLE E VIOLÊNCIA

O resultado dessa equação estabeleceria uma lógica desigual gerada pela próprio investimento em infraestruturas modernas em detrimento da função social do solo, gerando enclaves econômicos aproveitados pelo capital transnacional e por uma elite minoritária em detrimento de vastas áreas criminalizadas, vulneráveis tanto econômica quanto socialmente, que alimentam a lógica da violência, do preconceito e da propriedade como garantidora de direitos civis.

O conceito de Rede urbana mundial (TAYLOR, 2004) é incorporado ao capitulo Novo Urbanismo Militar (GRAHAM, 2016) para elucidar como “um complexo transnacional de cidades estratégicas, partes de cidades e infraestruturas destinadas a serem delimitadas, cercadas e reconstruídas como terrenos globais”, se fundem harmonicamente com as arquiteturas globais do controle e da guerra. Esta fusão, de conceitos largamente

introduzidos na cultural neoliberal difundida nos anos 90, ajudaria a mesclar limites estabelecidos entre os campos militar e o civil. Atos banais da vida urbana inerentes as disputas por direitos civis básicos como atos de protesto, desobediência civil, resistência, mobilização social, movimentos sindicais, passariam a ser tratados como atos de guerra urbana, demandando reação militar como parte de um conflito de baixa intensidade, configurando nesta ordem neoliberal instauradora de urbanização, uma "geografia da violência de muros e morte" caracterizadas pela hiperdesigualdade, militarização urbana, securitização e expansão do neoliberalismo, passando a naturalizar processos de eliminação de pessoas e locais, recorrentes principalmente no sul global, alavancando o mercado de segurança.

Esta "ecologia do medo" estaria apoiada num fundamentalismo de mercado para organizar a vida social, política e econômica das populações e se manifestaria através do conceito do "urbanismo militar", garantidor do ponto de vista global sobre a segurança infraestrutural e do fluxo de complexas cadeias de investimentos e dividendos. A acumulação por espoliação ou expropriação, como vista anteriormente, e o estado de guerra permanente, compreenderiam as estratégias cotidianas, de controle urbano e "urbicídio" (GRAHAM, 2016, p. 150).

O estado dentro desta lógica, faria uso de seus poderes para reconfigurar violentamente ou apagar o espaço urbano, tendo como suas ferramentas tanto a violência política como as geografias contemporâneas de desapropriação, meios de aliviar supostas ameaças, preparando o terreno para formação da cidade global, território capaz de gerar bolhas extremamente lucrativas de especulação imobiliária.

DIREITOS DE PROPRIEDADE

"Pelo trabalho e pela propriedade o homem saiu da miséria e conheceu o bem estar e a prosperidade". (DARDOT & LAVAL, 2016. p. 268). Esta afirmação antecipava a criação do estado moderno, onde o foco na propriedade privada individual foi ampliado, frente a qualquer direito de propriedade, individual ou comum, experimentado anteriormente.

John Locke defendia o conceito de propriedade privada que engloba a vida, a liberdade e os bens, recorrendo a comunidade primitiva como positiva, afirmando que a terra originalmente seria todos, contra a ideia de "comunidade negativa". Surge ai o axioma do Indivíduo proprietário do eu e de seu corpo, de sua força de trabalho legitimadora da obtenção bens pelo princípio da auto conservação.

Dardot & Laval (2016) criticam a criação da nova ciência do direito no séc. XVI, e do direito civil, por ter sido elaborada basicamente por juristas protestantes alemãs embasados praticamente no direito privado romano e não no *jus civiles*, que regia toda a norma relativa ao comportamento dos cidadãos. A criação do direito civil e mais tarde sua bipolarização entre o direito público e o privado, que se prolongará na economia política entre estado e mercado, dariam mais atenção ao status proprietário relegando outras possibilidades reais de propriedade.

Neste contexto, os princípios liberais de igualdade individual no Estado moderno, seriam garantidos por meio de contratos sociais, baseados na liberdade de comerciar principalmente relacionada as propriedades privadas de terras, dando origem a homologia entre ter direitos e ser proprietário (ROLNIK, 2015, p. 196).

A evolução para o estado democrático de direito inclui direitos fundamentais a serem garantidos fazendo uma diferenciação entre objetos que tem preço e coisas que estão acima da precificação dotadas de dignidade (KANT, 1785), porém, com o aprimoramento das práticas neoliberais de produção e apropriação, algumas dessas garantias democráticas foram gradativamente debilitadas em favor da ampliação de diversos tipos de direito à propriedade e pela substituição de lógicas de produção espacial

● C●MUM

Segundo Dardot & Laval, o comum como princípio daquilo que nos faz viver juntos, é inapropriável como tal, daí a tese que se o comum tem de ser instituído, ele só poderá sê-lo como inapropriável. Os autores fazem referência ao ato de "pôr em comum" como ato fundador da comunidade, considerando a participação como consequência deste. Consideram dois tipos principais: O pôr em comum todos os bens, que compromete ou impede o comum político do viver junto; e o das palavras, dos pensamentos e das ações, que ao contrário, constitui-se esse mesmo comum naquilo que ele tem de irredutível.

Estabelecem assim o comum político como o justo, e o bem político, como a vantagem comum, onde é preciso haver concordância sobre o que é justo sendo alcançada apenas através da deliberação (assembleia). A partir da necessidade prática de se instituir o comum constantemente, a capacidade de compartilhar com outros homens a habilidade de pôr em comum ganha evidência assim como a atualização dessa habilidade. Esse espaço comum de deliberação que o configuraria como ordem, e a atividade de pôr em comum produziria direito.

Este espaço comum estaria localizado justamente no fazer comum, realização heterotópica, um conceito imanente e inerente a natureza do embate biopolítico, que através de sua natureza biopotente produziriam uma vida comum, promovendo trocas não hierarquizadas e "novas formas de vida como meta política." (RENA, 2015, p. 07)

M●DEL●S SISTÊMIC●S - "KERS" URBAN●

Assim, o estudo identifica um grande potencial de resistência e transformação, nas redes de cultura e ativismo periféricas auxiliadas por plataformas digitais. A associação entre suas metodologias locais de atuação através do planejamento subversivo, autoconstrução e autogestão relacionadas à escala de lutas mais amplas pela ampliação de direitos fundamentais, contra o racismo, desigualdade, na promoção de educação, por direito a infraestruturas básicas, na formação de uma cultura periférica e de rua, e as consequentes associações de diversos movimentos geraria uma esfera política comum de produção e compartilhamento, instituidora de cidadanias autoconstruídas e de direitos mais equilibrados, desarticulando o estado de anomia pela própria potência da produção e atualização do comum, frente a violência do estado de direito.

A hipótese de que a alternância entre os movimentos de poder, numa perspectiva verticalizada, configurada pelos movimentos de cima-para-baixo (poder hegemônico) e de baixo-para-cima, e suas disputas, poderiam gerar um modelo sistêmico a ser catalisado por tecnopolíticas a partir das dinâmicas do estado de crise permanente, em um estágio pré-analítico, denotaria a existência de duas camadas de articulação existentes, a do *bottom-up* instituições provindas de movimentos da sociedade civil, que com o auxílio de redes digitais e sociotécnicas, ampliaram sensivelmente sua capacidade de troca e realização culminando hoje, em uma segunda camada, considerada intermediária entre os movimentos de poder, classificada como *midle-out*, representada pela instituição da Casa Fluminense, *hub* e catalisador de movimentos, instituições e organizações sociais e não governamentais fortalecendo articuladamente suas pautas históricas de luta, e organizando uma agenda para debates, requisições e deliberação a nível metropolitano.

C●NCLUSÃ●

O processo de hibridação entre os territórios físicos e virtuais alavancados pela revolução das TIC's e pela internet 2.0, trazem uma complexidade multiescalar de cenários, do local ao internacional No cenário internacional, esta associação tem consequências diretas sobre o conceito de Estado soberano, anteriormente regente de políticas internacionais, agora

enfraquecido por dinâmicas colaborativas onde atores estatais e não estatais se confundem, e organizações supranacionais aparentemente estabelecem novos regimentos internacionais que possibilitam a abertura destes Estados para exploração do capital transnacional estabelecimento de cadeias de "infraestruturas críticas" globais e por fim sua dependência.

O conceito da "cyberwar" esclareceu que este novo território de disputa onde a captação, armazenamento e processamento de dados, junto a mecanismos militares absorvidos introjetados nos mercados e no cotidiano dos civis, num contexto de desmaterialização de direitos fundamentais e fortalecimento de políticas internacionais de direitos humanos, demonstra o distanciamento de reais instrumentos garantidores de direitos a proteção de dados, liberdade de expressão, direitos trabalhistas e de qualquer ator estatal responsável pela garantia dos direitos fundamentais.

As possibilidades revolucionárias trazidas pelas novas práticas de cooperação, compartilhamento e produção em rede, e o seu grande potencial revolucionário sobre as práticas vigentes acaba sendo minado pela própria lógica que rege o ciberespaço, invadido pelo capital transnacional que associa atores estatais e não estatais, esvaziando em muitos casos, o papel de defensor das garantias fundamentais do homem, exercido pelos Estados de direito, em prol de políticas coorporativas renegadas a obtenção de lucro e exploração de dados e informação. Apesar disso, algumas associações entre movimentos da sociedade civil, tem alcançado abrangência de atuação além de seus territórios de origem, principalmente quando associados a ferramentas digitais associadas e redes sociotécnicas de resistência amadurecidas, organizando resistências distribuídas aliando pautas locais às gerais. Essas novas associações de movimentos, organizadas sob um núcleo de liderança compartilhado entre as lideranças "locais" (de cada movimento) estabelece uma nova esfera comum de luta, configurando um sistema alternativo de deliberação, troca e participação em um movimento contra hegemônico, legitimado por sua própria construção histórica, objeto passível de ser investigado a fundo com grande potencial de contribuição para a revisão dos campos do direito, da política e da produção de valores.

BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, G. Estado de Exceção. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

AGAMBEN, G.; O. Homo Sacer. 2. ed. Belo Horizonte - MG: Editora UFMG, 2007.

ALMEIDA, Edson Pinto de. O poder anônimo. Valor Econômico, São Paulo, 11, 12 e 13 de março de 2011. Eu & Fim de Semana, ano 11, no. 541, p. 4-7.

AMIN, Ash. Rethink the urban social. City. Londres, v 11, n.1, p 100–114, abr. 2007.

AMIN, Ash. Lively Infrastructure, Theory, culture and society, Londres, v. 31, p. 137-161, out, 2014.

BRUNO, F. Maquinas de ver, modos de ser. Porto Alegre: Sulina, 2013.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARNTON, Geaoffrey. InformationWarfare and the Laws of War. In: HALPIN, Edward et al. Cyberwar, Netwar and the Revolution in Militar Affairs. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

DURAND. M. Dogmas da competência interurbana In 1º Seminário internacional de Urbanismo Biopolítico., Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, novembro-2017.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 20o ed. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, F. Contrários e complementares. In: Microplanejamento - Práticas urbanas criativas. 2o edição ed. São Paulo: Editora de cultura, 2011. v. 1p. 232–232.

FRITSCH, Stefan. **Technology as a source of global turbulence?** In: HALPIN, Edward et al. Cyberwar, netwar and the Revolution in Military Affairs. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

GUATTARI, F.; **ROLNIK, S.** Micropolítica: cartografias do desejo. 4o ed ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUATTARI, G. **D.** F. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. 1o ed ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1980. v. 2

GODOY, F. Hannah Arendt e Giorgio Agamben: Duas visões do estado de direito. Campinas - SP: 2013

GRAHAM, S. Cidades Sitiadas - O novo urbanismo militar. 1o Edição ed. SãoPaulo: Boitempo, 2016.

GROTIUS, Hugo. O direito da guerra e da paz. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005 [1625]. 767p.

HABERMAS, J. Direito e democracia: entre facticidade e validade, vol II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARVEY, D. Cidades Rebeldes. 1º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HARVEY, D. O enigma do capital e as crises do capitalismo. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. O novo imperialismo. 2º ed. São Paulo: Loyola, 2005.

INVISÍVEL, C. Aos nossos amigos. 1. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

JOSE, M. Estado de Exceção na obra de Giorgio Agamben: da politização da vida à comunidade que vem. São Paulo: [s.n.].

KAPP, S. Direito ao espaço cotidiano : moradia e autonomia no plano de uma metrópole Imaginar a cidade. Cadernos Metrópole, v. 14, n. 28, p. 463–483, 2012.

LATOUR, B. Reassembling the Social. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2006. v. 43

MALINI, F.; ANTOUN, H. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANJIKIAN, Mary McEvoy. From Global Village to Virtual Battlespace: the colonizing of the internet and the extension of realpolitik. International Studies Quarterly, 2010. ed. 54. p. 381-401. Disponível

MARICATO, E [et. Al.]. Cidades rebeldes. 1º ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MAVIAEL. **J.** Estado de Exceção na obra de Giorgio Agamben: Da politização da vida à comunidade que vem. PUC-SP. São Paulo, 2014

MCFARLANE, Colin; VASUDEVAN, Alex. Informal infrastructures, In: ADEY, Pet al (Org.). The Routledge Handbook of mobilities. Londre: Routledge, 2013. P. 256-264.

MORADO,, Denise. Saberes [Auto]construídos.1 ed. Belo Horizonte: Associação imagem comunitária, 2016.

NYE, Joseph S. Cooperação e Conflito nas relações internacionais. São Paulo: Editora Gente, 2009.

NYE, Joseph S. Cyber Power. Paper, Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School, May 2010. Disponível em: http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/cyber-power.pdfOLIVEIRA, L. Cyberwar: Novas fronteiras da guerra. 78 f. Monografia. IREL-UNB. Brasília, 2011.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 20o ed. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica: cartografias do desejo. 4o ed ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUATTARI, G. D. F. Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia. 1o ed ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1980. v. 2

OLIVEIRA, L. Cyberwar : Novas Fronteiras Da Guerra Cyberwar : Novas Fronteiras Da Guerra. [s.l.] UNB - Universidade Federal de Brasília, 2011.

PELBERT, P. Vida Capital - Ensaios de biopolitica. [s.l.] Iluminaturas, 2016.

RENA, A. A multidão conectada e as máquinas da resistência. In: Design e Política. 1o edição ed. Belo Horizonte: Fluxos, 2015. p. 129–137.

RENA, A.; RENA, N.; BAMBOZZI, L. Cidade Eletronika: Tecnopolíticas do comum. v. 1, p. 250–250, 2015.

RENA, N.; MAYER, J.; CANETTIERE, T. Metrópole biopolítica, urbanismo neoliberal e ocupações enquanto resistências biopotentes Colômbia, 2015.

ROCHA, P. B. N. DE M. Direitos humanos, globalização e soberania. Revista eletrônica da Faculdade de Direito de campos, v. 2, p. 1–10, 2007.

ROLNIK, R. Guerra dos Lugares - A colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1o Edição ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSA, M. L. Micro Planejamento - Práticas urbanas criativas. 2o edição ed. São Paulo: Editora de cultura, 2011.

ROTHKOPF, David J. Cyberpolitik: the changing nature of power in the information age. Journal of International Affairs, volume 51, nº2, 1998. p. 325 – 359.

SA, A. Urbanismo entre pares cidade e tecnopolítica.. UFMG. Belo Horizonte, 2015.

SCHEUERMAN WILLIAM E. Entre o radicalismo e a resignação: teoria democrática em Direito e democracia, de Habermas. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 13, n. nota 5, p. 155–185, 2014.

TAYLOR, P. Worlrd city network: A global urban analysis. 2ª ed. Londres: Routhledge, 2014.

TORET, J. et al. Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas. El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuida. IN3 Working Paper Series, p. 178–178, 2013.

METROPOLIZAÇÃO DA REBELDIA

TAVARES, FELIPE. (1)

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia
Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea, Rio de Janeiro-RJ
tavares.geo@gmail.com

Resumo

O urbano contemporâneo experimenta um fenômeno de implosão-explosão, denominado por alguns autores como "urbanização planetária", evidenciando o processo de metropolização do espaço. O caráter espacial do processo é constituído pela tensão entre dominação e apropriação que revela as contradições nas espacialidades socialmente construídas. Neste sentido, debruçamo-nos sobre as espacialidades das mobilizações, isto é, na articulação coletiva de iniciativas, lutas e movimentos de negação e superação do estado de coisas atual, enquanto "metropolização da rebeldia". Nosso objetivo é refletir acerca das condições que determinam a fase atual da urbanização, focalizando a problemática a partir das categorias rede e escalas no intuito de instrumentalizar a insurgência das mobilizações em âmbito metropolitano.

Palavras-chave: metropolização, redes, escalas, insurgência, rebeldia.

Introdução

A cidade explodiu e implodiu. Quem a detonou? As forças e os poderes dominantes, as resistências e forças rebeldes contra-hegemônicas. A tensão entre dominação e apropriação manifesta-se no espaço urbano e materializa-se na cidade, adquirindo caráter fundacional de tais realidades, isto é, a cidade e o urbano são, simultaneamente, produtos de contradições e produtores de conflitos. Ao visitarmos a noção de explosão-implosão, referimo-nos à urbanização difusa ou planetária que, atualmente, metamorfoseia o espaço, constituindo-o de aglomerações difusas polinucleadas, cujas dinâmicas e influências extrapolam as fronteiras legalmente institucionalizadas. Este processo é denominado metropolização do espaço: seus limites são poucos precisos, os fluxos e a circulação intensos, o que suscita por parte da governança urbana, uma série de estratégias de coesão e coerção da população e do território. Nosso objetivo é refletir acerca das condições que determinam a fase atual da urbanização, focalizando a problemática a partir das categorias rede e escalas no intuito de instrumentalizar a insurgência das mobilizações em âmbito metropolitano. Para prosseguir nesta tarefa, adotamos o ponto de vista da geografia crítica, lançando mão dos conceitos de produção do espaço e metropolização, e das categorias analíticas espaço, território, redes e escalas. Na primeira parte, apresentamos uma discussão acerca do fenômeno da urbanização planetária e a produção de espacialidades antagônicas a partir da tensão entre dominação e apropriação, enfatizando a espacialidade das mobilizações. Na segunda parte, focalizamos o processo de metropolização do espaço no que tange à relação entre território, redes e escalas. Na última parte, advogamos sobre a necessidade de compreender os discursos e práticas escalares no âmbito do processo de metropolização para desativar as operações de reprodução do capital a partir de redes de contestação, ou melhor, *redes de profanação dos dispositivos.* Apontamos para a necessidade de compreender as múltiplas escalas do processo de metropolização para correspondê-lo com ações direcionadas a desativar suas operações de reprodução do capital a partir de redes de contestação, criação e invenção de uma cidade fundada sobre o comum.

O fenômeno da implosão-explosão da cidade e os atores da "detonação": a espacialidade forjada na tensão entre dominação x apropriação

O ponto de partida que tomamos para realizar a reflexão proposta situa-se na tese cujo espaço urbano é simultaneamente produto de contradições e produtor de conflitos, pois permite-nos focalizar os atores e ações que suscitam a tensão entre dominação e apropriação na cidade. Neste sentido, o fenômeno da implosão-explosão da cidade é "detonado" por determinados atores que, portanto, forjam espacialidades antagônicas: a cidade é o lócus do controle, da opressão e da repressão, como também da insurgência, rebeldia e transgressão. Cabe, assim, considerar o espaço enquanto um produto social de grupos distintos que, a partir de suas ações – ou práticas espaciais – constroem determinadas espacialidades: mais ligadas à dominação ou, mais ligadas à contestação. A análise que empreendemos aqui se debruça sobre esta última.

Lançamos mão da teoria crítica do filósofo francês Henri Lefebvre (1991), para o qual o espaço social é um produto social que contém as relações sociais de reprodução (bio-fisiológicas e, em sentido estrito, socioeconômicas) e certas representações de determinadas relações sociais, constituindo-se, simultaneamente como físico e social, concreto/funcional e simbólico. Para o filósofo, cada sociedade, ou modo de produção, produziu seu espaço, sendo este – simultaneamente – um meio de produção e de controle, portanto, meio de dominação e de potência. Sendo assim, o espaço tem um caráter instrumental, que serve tanto ao pensamento, quanto à ação. E, neste sentido, o espaço é político e ideológico, justamente porque o processo de

sua produção está vinculado a grupos particulares que dele se apropriam para geri-lo, para explora-lo. Para Lefebvre (2016) o espaço é objeto de estratégias e caberá à análise crítica do espaço definir como e de acordo com qual estratégia determinado espaço constatado foi produzido. Na obra *O direito à cidade*, Lefebvre (2008) situa a cidade num nível intermediário entre duas ordens, a saber, *a ordem distante* – a ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado, organizações supranacionais, oligopólios transnacionais); e a *ordem próxima*, relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações destes grupos entre eles. A ordem distante se institui num nível dotado de poderes, comporta princípios morais e jurídicos, formalizados ou não, projetando-se na realidade prático-sensível, na ordem próxima, manifestado seu poder coator. A apresentação dessas ordens leva o filósofo a considerar a cidade com obra de certos "agentes" históricos e sociais, sendo necessário distinguir a ação e o resultado, o grupo ou os grupos e se "produto". Grupos distintos, ordens, estratégias, ideologias, dominação e apropriação estão contidos no espaço revelando as tensões e contradições que o fundam enquanto produto e produtor de relações sociais. Segundo Gottdiener (2010), Lefebvre vê o conflito de classes como se se desenvolvesse no espaço, numa perspectiva na qual os padrões espaciais adquirem uma dinâmica própria à medida que são produzidos por uma formação social antagônica, envolvendo contradições que nascem da natureza dialética da organização sócio-espacial.

> *A principal contradição espacial da sociedade é a confrontação entre espaço abstrato, ou a exteriorização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado, e espaço social, ou o espaço de valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes na vivência diária. (Lefebvre, 1979:241 apud Gottdiener, 2010:131).*

Neste sentido, concordamos com Ferreira (2007), ao considerar que as *relações sociais são sempre espaciais,* existindo a partir da construção de certas espacialidades que evidenciam os conflitos de interesses engendrados em torno do espaço social e do espaço abstrato. A sobredeterminação do valor de uso em relação ao valor de troca, no que diz respeito à cidade, é focalizada por Ferreira (2007) como processo que garante a sobrevivência do capitalismo e, portanto, ponto de apoio à tensão entre dominação/apropriação e ordem distante/ordem próxima: a dominação está ligada ao valor de troca e também à ordem distante, enquanto a apropriação da cidade pelo cidadão está ligada ao valor de uso e à ordem próxima.

Cabe ressaltar que a tensão entre valor de uso/valor de troca, dominação e apropriação como problemática da realidade urbana se acirra no período denominado por Lefebvre como explosão-implosão da cidade. Escrevendo no ano de 1968, o filósofo pontua:

> *O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território, nos grandes países industriais. Atravessa alegremente as fronteiras nacionais; a Megalópole da Europa do norte vai do Ruhr ao mar e mesmo às cidades inglesas, e da região parisiense aos países escandinavos. Este território está encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades. Ao mesmo tempo, nesse tecido e mesmo noutros lugares, as concentrações urbanas tornam-se gigantescas; as populações se amontoam atingindo densidades inquietantes (por unidade de superfície ou de habitação). Ao mesmo tempo ainda, muitos núcleos urbanos antigos se deterioram ou explodem. As pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos. Às vezes (nos Estados Unidos) esses centros são abandonados para os "pobres" e tornam-se guetos para os desfavorecidos. Às vezes, pelo contrário as pessoas mais abastadas conservam fortes posições no coração da cidade (em redor do Central Park em New York, no Marais em Paris). (Lefebvre, 2008, p.18,).*

No fenômeno de implosão-explosão, portanto, são observados a expansão da fronteira urbana, para além dos municípios e até limites nacionais (no caso europeu), como também a concentração populacional, o aumento dos deslocamentos, a segregação sócio-espacial e a afirmação e/ou dissolução dos centros urbanos. No ano de 1989, o jornal *Le Monde Diplomatique* publica um texto de Henri Lefebvre, cuja tradução é, "quando a cidade se perde na urbanização planetária", no qual o autor versa acerca do fenômeno urbano estendido a todo o planeta. Lefebvre inicia seu texto com a evidência de que as esperanças no urbano enquanto portador de novos valores e de uma civilização alternativa se esvaem com as últimas ilusões da modernidade, em primeiro lugar, porque, quanto mais a cidade se estende, mais as relações sociais se deterioram. De acordo com Lefebvre, a situação na cidade piorou, por um lado, devido à extensão das formas urbanas e, por outro, devido à fragmentação das formas tradicionais de trabalho. O centro urbano se transforma e assume um valor de consumo, o centro histórico desaparece, restando apenas centros de poder e espaços fictícios e artificiais. O planejamento urbano não se traduziu num verdadeiro pensamento de cidade, mas, numa espécie de catecismo para os tecnocratas, sendo o sistema institucional (tecnocracia e burocracia) verdadeiros inimigos da vida urbana – o que paralisa o devir. Os direitos do cidadão existem apenas na teoria, pois na prática a decisão e os poderes permanecem nas mãos das autoridades. Contudo, dentre tais evidências, o maior perigo para Lefebvre, reside na homogeneização acarretada pelo processo de planetarização, uma vez que promove o desaparecimento das diferenças. À homogeneização, acompanha-se a fragmentação e a hierarquização do espaço – que falaremos a frente. Concluindo sua visão, Lefebvre afirma que o cidadão e o habitante da cidade foram dissociados, uma vez que ser cidadão significava permanecer muito tempo em um território e, sob o império dos fluxos – com o advento das tecnologias de informação e comunicação – o habitante está em constante movimento, circulação. Para Lefebvre, cidadão e habitante da cidade devem se encontrar sem, no entanto, se confundir – o que implica a reformulação do quadro de cidadania política – que, no direito à cidade, se constitui enquanto concepção revolucionária.

No âmbito de uma urbanização planetária, tem-se a deterioração das relações sociais. Como essas relações são sempre espaciais, conformadoras de espacialidade antagônicas, a cidade também se deteriora, ou seja, ela se perde à medida em que a experiência urbana predominante é a da mercadificação de todas as dimensões da vida social, processo que revela o triunfo do espaço abstrato – numa escala antes não vista. De acordo com Neil Brenner (2013) a problemática urbana contemporânea é definida pela extensão desigual do processo de destruição-criativa capitalista em escala planetária e a dialética implosão-explosão afirma-se como horizonte analítico, empírico e político fundamental para qualquer teoria crítica de urbanização no século XXI. Considerando o horizonte político e os atuais debates sobre o direito à cidade, em torno da política do espaço e da luta pelo bem comum local em grandes cidades, Brenner (2013) pontua sobre a necessidade de conectar as lutas ao largo dos mais variados cenários de urbanização estendida, afirmando que camponeses, pequenos proprietários de terra, trabalhadores agrícolas, populações indígenas e setores afins estejam unidos na busca de um mesmo objetivo político. Isto porque, para o autor, novos vetores de luta social e urbana cristalizam-se e a cidade não pode mais ser concebida apenas como um sítio ou cenário de conflitos políticos, pois as condições urbanas aparecem com um meio para modificar as estruturas políticas-econômicas e as formações espaciais gerais do capitalismo mundial (Brenner, 2013, p.43).

Tal perspectiva corrobora com a tese de Harvey (2014), para o qual, algum tipo de luta de classes está inevitavelmente envolvido no processo de urbanização, este, crucial para a história da acumulação do capital. Neste sentido, a proposta do geógrafo de "reivindicar a cidade para luta capitalista", consiste em considerar que o urbano funciona como um espaço importante

de ação e revolta política (Harvey, 2014). Ele propõe, para além disso, a reivindicação do direito à cidade, o que "equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental" (Harvey, 2014).

Sendo assim, a partir da análise de Brenner (2013) e Harvey (2014), torna-se evidente algum tipo de articulação coletiva de iniciativas, lutas e movimentos na direção da negação e superação do estado de coisas atual. Ao nos debruçarmos sobre as espacialidades mais ligadas à apropriação, lançamos mão do conceito de mobilizações, concordando com Ferreira (2013) ao se referir à necessidade de incorporar maneiras novas e alternativas de insurgência e contestação, desprendendo-se dos debates e reflexões que não condizem com o tempo presente e, para além disso, rejeitando as hierarquizações, que desqualificam ativismos e outras formas de engajar-se politicamente em detrimento do tradicionalismo de determinados movimentos sociais.

Deste modo, ao lançar mão do conceito, pretendemos notabilizar, além das práticas espaciais alternativas de contestação e reivindicação, as ações em âmbito espacial capazes de criar um outro espaço para outras e novas relações sociais, no sentido de uma cidade pós-capitalista. Advogamos que o movimento capaz de instaurar outra sociedade advém das mobilizações. Neste sentido, é preciso trazer a ação para o centro do debate, como propõe Ferreira (2015) ao articular as categorias espaço-cotidiano-ação, analisando as escalas da ação, os sentidos da ação, o que e quem está por trás das ações. Portanto, cabe-nos desvelar o fenômeno da urbanização planetária, tarefa que empreendemos no próximo tópico, no intuito de compreender processos e categorias para instrumentalizar a ação rebelde em âmbito metropolitano.

Metropolização: território, redes e escalas

Ao visitarmos a noção de explosão-implosão, referimo-nos à urbanização difusa ou planetária que, atualmente, metamorfoseia o espaço, constituindo-o de aglomerações difusas polinucleadas, cujas dinâmicas e influências extrapolam as fronteiras municipais ou nacionais legalmente institucionalizadas. Este processo é denominado metropolização do espaço: seus limites são poucos precisos, a enorme densidade de fluxos e as redes materiais e imateriais são componentes essenciais na dinâmica da metropolização. O processo de metropolização *condiciona e produz* a experiência do espaço-tempo contemporâneo, para corresponder às necessidades impostas pelo capital.

A metropolização do espaço pode ser caracterizada pelo desenvolvimento de aspectos que "impregnam o espaço de características metropolitanas" (Lencioni, 2006). Que características são essas? Àquelas relacionadas à administração e gestão do capital, como também, relativos à esfera pública, sendo a concentração de tais serviços uma *necessidade e condição* à reprodução capitalista e sua viabilização política – ou seja – funções de serviços avançados e fomento de redes e infraestruturas que garantam a circulação e os fluxos (materiais e imateriais), de mercadorias, informações e pessoas. O processo de metropolização caracteriza-se pelos múltiplos, intensos e permanentes fluxos de pessoas, mercadorias e informações (Lencioni, 2006, p.48), o que suscita por parte da governança urbana, uma série de estratégias de coesão e coerção da população e do território. Os fluxos evidenciam as transformações que marcam a história urbana atual, onde "os fenômenos de dilatação e a dispersão predominam sobre as demais formas do urbano" (Lencioni, 2015b, p.7). É neste sentido que Lencioni (2015, 2015b) utiliza a metáfora de uma "nebulosa urbana" – fazendo referência ao geógrafo Jean Gottmann – considerando seu "corpo difuso", isto é, "uma urbanização difusa sob o império dos fluxos em que o binômio formado pelos

eixos de circulação e os automóveis são, dentre outros elementos principais, estruturantes". O elemento-chave que assegura a coesão na dispersão é a integração, sendo necessário examina-la para compreender os limites da urbanização dispersa, pois, segundo Lencioni (2015b), é a integração que permite entender a tensão que existe entre fragmentação e totalidade.

Como forças produtivas fundamentais de uma economia globalizada que evidenciam a dimensão do espaço enquanto meio, isto é, como mediação necessária à reprodução do capital em escala globalizada (Lencioni, 2006b, 2010, 2015), as redes expressam as relações de circulação do capital e, neste sentido, a produção de um espaço global que se situa na relação entre a forma global de se organizar a produção e a rede de fluxos. Distinguindo as redes em duas categorias, a saber, as redes de proximidade territorial e as redes de proximidade relativa, Lencioni (2006b) observa que, as novas formas de organizar a produção e o desenvolvimento das redes de fluxos, produzem novos arranjos e dinâmicas territoriais. As redes de proximidade territorial consistem nas redes materiais, como as de circulação (transportes viários), que redimensionam as distâncias e podem acentuar algumas centralidades conforme a densidade e capacidade de fluidez, construindo um padrão espacial constituído de nós e redes. Já as redes de proximidade relativa, dizem respeito às redes imateriais, ligadas aos fluxos de informação e comunicação que estruturam o sistema mundial de cidades em redes. Conforme Lencioni (2006b), esses complexos sistemas de redes se apresentam como um dos elementos estruturadores de novos arranjos territoriais e subvertem a tradicional relação e hierarquia entre os lugares, tornando a "forma hierárquica piramidal" de divisão das escalas (local, regional, nacional, internacional) insuficiente e anacrônica para compreender tais fenômenos. Observando por outro ângulo analítico, Lencioni (2008) apresenta outra metodologia para apreender as redes materiais e imateriais, sobretudo no que diz respeito à multiescalaridade do fenômeno da metropolização, a saber, a lógica topográfica e a lógica topológica. À lógica topográfica corresponde a superfície do terreno e, à lógica topológica, a densidade virtual dos lugares, medida em termos dos fluxos imateriais entre dois pontos, que dizem respeito aos fluxos de informação e comunicação (Lencioni, 2008, p.17). Neste sentido, afirma que, uma característica dos dias atuais é o desenvolvimento do *território em redes*.

As contribuições de Haesbaert (2014, 2016) acerca da categoria território e dos territórios-rede são fundamentais para focalizarmos a problemática em questão, compreendê-la e intervir na realidade. Segundo o autor,

> *[o território] imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais "concreta" e "funcional" à apropriação mais subjetiva e/ou "cultural-simbólica". (...) Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações, que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos – tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas subalternas de resistência – pois, poder sem resistência, por menos que ela seja, não existe. (Haesbaert, 2014, p.58-59).*

Ao pensar numa concepção reticular de território, ou, território-rede, o autor refere-se à rede como componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a "superfície" territorial, ressalta seu dinamismo, movimento, perspectivas de conexão e profundidade (Haesbaert, 2016, p.286-287). A característica mais importante das redes, segundo Haesbaert (2016), se situa no seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador, o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser, ora de sustentação, mais "interno" ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais "externo" ou desarticulador de territórios. Analisando a rede terrorista *Al Qaeda*, o autor ilustra a configuração simultânea de

territórios-rede e a diversidade de modos de organização espaço-territorial, trazendo a lição de que,

> *a eficácia do poder [e das resistências], hoje, passa pela capacidade e a agilidade (velocidade) de atuar nas mais diversas escalas e pelos diferentes tipos de territórios, articulados em rede (territórios em rede), usufruindo assim das vantagens que cada um deles proporciona (...) o poder pode estar nas mãos de quem é capaz de "jogar" com essas multiplicas escalas: do local ao regional, ao nacional, e ao global. Quanto mais presos ficarmos a um território (ou a uma de suas modalidades) e a uma escala específicos, mais estaremos sujeitos a perder o poder de controlar fenômenos e ações. (Haesbaert, 2016, p.306). Grifo meu.*

Sendo assim, diante dos termos implosão-explosão e urbanização planetária, existem dimensões que se expressam em termos de *escalaridade*, o que confere sentido particular e histórico aos processos considerados. Como mencionado anteriormente, a estrutura de compreensão escalar piramidal é limitada para compreender as dinâmicas que condicionam e determinam o urbano contemporâneo. Neste sentido, é importante repensar a escala como *categoria de análise* e *categoria da prática* (Moore, 2018), uma vez que, as ações dos grupos e atores na produção de espacialidades, ou, territorialidades, engendram noções de escala.

Seguindo a análise de Moore (2018), a escala deve ser considerada uma categoria da prática ao invés de uma categoria de análise, isto porque, como categoria analítica – principalmente entre os geógrafos – a adoção de escalas reificadas (local, regional, nacional, global) gera uma série de suposições apriorísticas, que tenta encaixar políticas espaciais complexas dentro dos estreitos limites de um punhado de escalas conceitualmente estabelecidas, ao invés de interrogar tais políticas e projetos socioespaciais, dirigindo a atenção para longe dos vários atores e práticas sociais envolvidos na política de escalas. Outra questão apontada por Moore (2018) diz respeito ao tratamento de escalas como níveis, plataformas ou arenas na política, diminuindo ou distorcendo uma variedade de processos socioespaciais, além de simplificar a posicionalidade espacial complexa e múltipla dos atores e eventos sociais. De acordo com Moore (2018, p.12), é preciso dirigir a atenção para as práticas e processos, sem assumir ou manter um compromisso com a existência de escalas, isto é, realizar uma manobra analítica que focaliza nos conjuntos de práticas e de discursos, de uma forma ou de outra, - poderosos e institucionalizados - em vez de coisas concretas.

> *Impele-nos a considerar os processos através dos quais as configurações de escala específicas se solidificam na consciência e na prática, bem como os efeitos que esses desenvolvimentos têm sobre as relações sociais, políticas e culturais. (Moore, 2018, p.12).*

Neste sentido, a atenção deve ser dirigida "para as maneiras pelas quais as narrativas, classificações e esquemas cognitivos de base escalar restringem ou permitem certas formas de ver, pensar e agir" (Moore, 2018, p.12). O ponto que, segundo o autor, merece mais atenção, apresenta-se a partir da seguinte questão: "o que as pessoas fazem com as categorias de escala, e como elas as utilizam para construir o espaço e relações sociais para fins políticos específicos?" – pois implica considerar os atores sociais, seus discursos e práticas de natureza reificante, delimitadores do espaço e definidores de um ordenamento vertical (Moore, 2018, p.15). A virtude de tal procedimento analítico reside no fato de demonstrar como os atores usam categorias de escala para enquadrar, definir, constituir e organizar a vida social, uma vez que os processos de "enquadramento escalar" de problemas e soluções funcionam tanto para organizar a experiência quanto para guiar a ação.

> *Tratar a escala como uma categoria da prática também nos alerta para níveis flutuantes de escalaridade – a dimensão em que os atores pensam e agem em termos de escalas e em que as relações sociais e instituições são organizadas de acordo com preceitos de escala. Sob esse ponto de vista, os arranjos políticos e sociais não são continuamente "afixados" e "reafixados" em*

> *escalas específicas, como alega a tradição político-econômica. Modos alternativos de conceber e organizar a vida social, como as relações em rede, frequentemente coexistem ao lado de arranjos de escala, ou operam no lugar deles. (Moore, 2018, p.16).*

Para Moore (2018), a abordagem de redes e escalas promete facilitar uma investigação mais produtiva que ilumina projetos espaciais, processos de delimitação e ordenamento relacional, tal como, a constituição mútua de perspectivas e metáforas de escalas e de rede, uma vez que, o entrelaçamento entre práticas escalares e práticas em rede tornaram-se, possivelmente, os modos espaciais dominantes de raciocínio tanto na cultura popular, quanto na geografia humana nos últimos anos.

Se o espaço, atores, discursos e práticas são produzidos e condicionados por tais determinações históricas e procedimentos estratégicos, que marcam a atual fase da urbanização, como negar e superar essa realidade?

Metropolização da rebeldia: a ação rebelde em âmbito metropolitano

Finalmente, é necessário compreender os discursos e práticas escalares no âmbito do processo de metropolização – instrumentalizados pela compreensão das dinâmicas e categorias de análise/prática – para desativar as operações de reprodução do capital a partir de redes de contestação, criação e invenção de uma cidade pós-capitalista: *redes de profanação dos dispositivos, o que nos permitem vislumbrar uma cidade fundada sobre o comum*. Deste modo, caberia aos atores, em suas mobilizações rebeldes contra-hegemônicas, apropriar-se das condições e dispositivos que determinam o urbano nos dias atuais e "profaná-los", isto é, restituí-los à partilha comum. Ou seja, compreender as condições que determinam o urbano contemporâneo para correspondê-las através da transgressão e subversão que, concomitantemente, lhes imprime uma outra racionalidade.

No intuito de imprimir outra racionalidade na produção de outro espaço, as contribuições que embasaram a análise até então, possibilitam-nos apreender espacialidades e/ou territorialidades de resistência que, a partir das mobilizações e mais próximas das relações de apropriação/valor de uso/obra, são capazes de fundar outra cidade, outro urbano. É neste sentido que lançamos mão da abordagem de Hardt e Negri (2016, p.288), para os quais a metropolização pode significar, não apenas a generalização de estruturas de hierarquia e exploração, mas também, "uma generalização da rebelião e então, possivelmente, o crescimento de redes de cooperação e comunicação, a crescente intensidade do comum e dos encontros entre singularidades". Para os autores, a metrópole é o lugar da produção biopolítica, uma fábrica da produção do comum. Propondo uma analogia entre *fábrica/classe operária industrial* e *metrópole/multidão*, Hardt e Negri (2016) apontam para a metrópole como lugar da *produção, do encontro, da organização e da rebelião.* Para os autores, a metrópole é o lugar do comum, das pessoas vivendo juntas, compartilhando recursos, comunicando-se, trocando bens e ideias, linguagens, imagens, afetos, conhecimentos, códigos, hábitos e práticas. A alteridade, o imprevisível e o aleatório se apresentam como qualidades da metrópole enquanto lugar do encontro. Contudo, eles avançam dizendo que é preciso ir além dos encontros inesperados e espontâneos propiciados na experiência do cotidiano vivido – é preciso organizar-se politicamente, superando as contradições e estabelecendo *redes de comunicação e cooperação*. As manifestações decorrentes das injustiças, descontentamentos e insatisfações relacionadas ao cotidiano de opressão, exploração, violência, medo e dor – tal como na fábrica – exemplificam *a metrópole enquanto lugar do antagonismo e da rebelião*. Para Hardt e Negri, "essas rebeliões não se dão apenas *na* metrópole, mas também *contra ela*" (p.288, 2016).

Afirmamos que as rebeliões, neste sentido, podem ser constituídas enquanto "redes de profanação". Ao debruçar-se sobre o conceito de dispositivo de Michel Foucault, Agamben (2005) evidencia que o termo se refere à

disposição de uma série de práticas e de mecanismos com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas, mas, sobretudo, a rede estabelecida entre esses elementos. O filósofo propõe situar os dispositivos em um novo contexto, no qual eles serão definidos como "qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes" (Agamben, 2005, p.13). Deste modo, afirma que não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelada, contaminado ou controlado por algum dispositivo. O que fazer diante dessa captura contínua? A estratégia proposta por Agamben (2005) está relacionada ao conceito de *profanação*, que provém da esfera do direito e da religião romana, cujo objetivo é liberar o que foi capturado e separado pelos dispositivos para restituí-lo a um possível uso comum – o que implica intervir sobre os processos de subjetivação que, atualmente, segundo Dardot e Laval (2016), sob a égide da racionalidade neoliberal, tem como característica e modelo, a empresa e a generalização da concorrência como norma de conduta. Assim, a profanação é um contradispositivo que, também tem sua relevância nas redes estabelecidas entre processos, mobilizações e iniciativas de liberação e restituição do comum.

De acordo com Harvey (2014), o comum deve ser entendido como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodefinido e os aspectos já existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico. Para Dardot e Laval (2015a, 2015b), a reinvindicação pelo comum – enquanto princípio político – nasce, em primeiro lugar, nas lutas sociais e culturais contra a ordem capitalista e o Estado empresarial, sendo um termo central de alternativa ao neoliberalismo que marca a emergência de uma nova forma de se opor ao capitalismo e, inclusive, de considerar sua superação: o comum nomeia um regime de práticas, de lutas, de instituições e de investigações que apontam um porvir não capitalista. É somente pela atividade prática dos homens que algo pode tornar-se comum, da mesma forma que, somente a atividade prática é capaz de produzir um sujeito coletivo, isto porque, "atuar em comum" requer uma certa obrigação recíproca entre todos que estão comprometidos numa mesma atividade – o que Dardot e Laval (2015a) denominam co-atividade –, isto é, homens que se comprometam juntos numa mesma tarefa e produzam, atuando dessa maneira, normas morais e jurídicas que regulam suas ações. Nesta direção, Dardot e Laval (2015b) propõem a necessidade de articular a defesa dos serviços públicos com uma perspectiva de transformação que permita assegurar a coerência entre suas finalidades coletivas, suas regras de gestão e os procedimentos definidores das orientações da sua atividade. O essencial na constituição do comum é a compreensão da destinação social, o exercício de um direito de uso coletivo, muito mais que a reinvindicação de uma "propriedade coletiva" e a formalização jurídica. Os autores apontam alguns princípios gerais, dos quais destacamos, no escopo da pesquisa: a dimensão do indisponível e do inapropriável; a práxis instituinte enquanto resguardar de qualquer lógica de apropriação, reservando a coisa comum para o uso coletivo; e, por fim, a coprodução de regras de direito por um coletivo – cuja força,

> *Advém do engajamento prático que liga aqueles que elaboraram coletivamente as regras pelas quais o indisponível se encontra subtraído de toda lógica de apropriação. [Resguardando] de fazer o comum um novo "modo de produção" ou, ainda, um terceiro a se interpor entre o mercado e o Estado: "comum" é, na verdade, o novo nome de um sistema de práticas e lutas. (Dardot e Laval, 2015b, p.271).*

Considerando a discussão sobre a escala, podemos compreender a razão pela qual Harvey (2011) chama atenção para a necessidade de dar importância às possibilidades políticas numa variedade de escalas espaçotemporais em âmbito coletivo. Ele afirma: "a real mudança política advém de alterações simultâneas e bem pouco coordenadas tanto no pensamento como na ação em várias escalas" (Harvey, 2011, p.306). Por este motivo ele recorre à

metáfora de vários "teatros" (operações) possíveis de pensamento e de ação em alguma "longa fronteira" de práticas políticas "rebeldes". Não há primazia entre eles, todos estão inter-relacionados, e, conforme o geógrafo declara, "para haver uma insurgência generalizada que altere a forma e a direção da vida social são necessárias ações colaborativas e coordenativas em todos os teatros" e "avançar num dado teatro acabam por estagnar ou mesmo regredir caso não seja apoiados por avanços noutros teatros" (Harvey, 2011, p.306-307).

O encadeamento de operações de contestação, insurgência e coletivização, visa a unificação política, que segundo Harvey (2010), deve ter como objetivo, controlar a organização, a produção e a distribuição do produto excedente para o benefício a longo prazo de todos, isto porque, o geógrafo considera que "o capitalismo precisa de urbanização para absorver o excedente da produção que nunca deixa de produzir" (Harvey, 2014, p.30), logo, o direito à cidade se configuraria pelo estabelecimento do controle democrático sobre a utilização dos excedentes na urbanização. Nesta perspectiva, o controle democrático em âmbito metropolitano só poderá ser alcançado mediante a articulação em rede de mobilizações que atuem nos momentos da organização, produção e distribuição do produto excedente, seja pela via da reivindicação, seja pela via da formulação de novas práticas e relações – aquelas que, pelo ato de profanação, instituem o comum pelo exercício do direito de uso coletivo.

O grande desafio é a unificação política em torno de pautas múltiplas e agendas particulares. É preciso alinhavar essa multiplicidade e particularismos, sob um horizonte em comum, a partir de princípios norteadores que, construídos coletivamente, podem desencadear investidas e ofensivas em várias direções. Portanto, devem estar engajados nessa tarefa – organizando-se de forma autônoma e reticular – movimentos sociais, ativismos de base/nível local, mobilizações de cunho artístico (música, dança, grafite, fotografia), coletivos de mídia independente/alternativa, coletivos de técnicos, grupos de economia coletiva/solidária, a universidade representada por grupos de estudos, núcleos de pesquisa, e instituições do âmbito da comunidade, como escolas, grupos religiosos e outras organizações sociais, como fóruns, conselhos, associação e comissão de moradores. Partidos políticos e sindicatos, desde que estejam comprometidos com perspectivas anticapitalistas/revolucionárias e não haja cooptação e desvio de interesses. Compreendendo a relevância de uma articulação territorial no sentido funcional/concreto/material, é preciso fazer uso das lógicas imateriais – tecnologias digitais, plataformas virtuais e redes sociais, principalmente, para estabelecer a integração/coesão diante de uma morfologia urbana constituída na dispersão: *Youtube, Facebook, whatsapp*, entre outros aplicativos, desempenham o papel de importantes dispositivos de aproximação-difusão. E, mais importante que tais dinâmicas de associação, é preciso garantir a incessante abertura para a discussão, negociação e definição de alvos, ações e intervenções – sob o prisma da rebeldia e da revolução permanente.

Neste sentido, lançamos a noção de "tramas políticas" (figura 1) como categoria de análise e da ação – no sentido de intervenção política no âmbito do vivido – para evidenciar a necessária articulação multi e transescalar em rede de atores e práticas espaciais de resistência-contestação-profanação, isto é, as possibilidades de ação rebelde em múltiplas escalas espaço-temporais. As tramas estão estruturadas em eixos que engendram distintas práxis, representadas pela ciência, técnica e arte, que se entrecruzam e interpenetram no espaço-tempo. A ideia de tramas busca eliminar as noções de linearidade, etapas ou sequências rígidas, advogando pela urgência de mobilizar todos os pontos, linhas e nós desta trama simultaneamente no espaço, apreendido aqui como sempre aberto, em construção, pois ilumina o possível e o devir de novas territorialidades mais próximas daquilo que apresentamos como o comum.

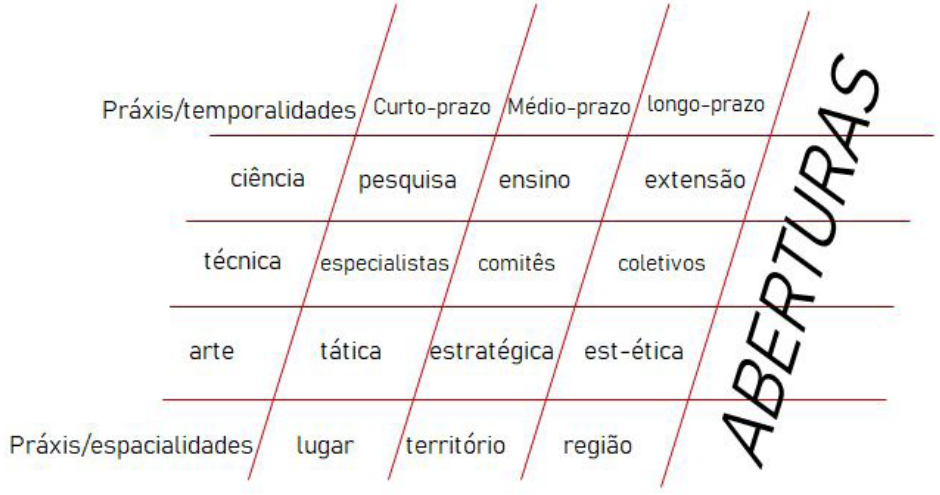


Figura 1. Tramas políticas: Possibilidades de ação rebelde numa variedade de práticas escalares espaço-temporais

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo.** *Revista Outra Travessia*, n. 5, p.9-16, Ilha de Santa Catarina, 2005.

BRENNER, Neil. **Tesis sobre la urbanización planetaria.** *Revista Nueva Sociedad*, n.243, jan-fev, p.38-66, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal***.** São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

_____. *Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI***.** 2ª edição, Barcelona: Gedisa editorial, 2015a.

_____. **Propriedade, apropriação social e instituição do comum.** *Revista Tempo social*, v.27, n.1, 2015b. <http://www.scielo.br/pdf/ts/v27n1/0103-2070-ts-27-01-00261.pdf>

FERREIRA, Alvaro. *A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço: por que falar em agentes, atores e mobilizações?* I SIMEGER, Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

_____. **A produção do espaço: entre dominação e apropriação.** Um olhar sobre os movimentos sociais. *Scripta Nova*, Universidade de Barcelona, vol.XI, n.245(15), 2007.

_____. *Metropol**i**zação do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica***.** In: Desafios da metropolização. FERREIRA, A. RUA, J. MATTOS, R. (orgs.) 1ª edição, Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano***.** 2ª ed., São Paulo, Editora

da Universidade de São Paulo, 2010.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite*: **Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** 1ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2014.

_____. *O mito da des-territorialização*: **do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 10ª ed, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2016.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Bem-estar comum*. 1ª edição, Rio de Janeiro: Record. 2016.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. *O enigma do Capital*: **e as crises do capitalismo.** São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. *Espaços de esperança*. 4ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Blackwell Publishing: 1991.

_____. *O direito à cidade*. 5ª edição, São Paulo: Centauro Editora, 2008.

LENCIONI, Sandra. *Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: Metrópole – governo, sociedade e território*. SILVA, C. A. da. FREIRE, D. G. & OLIVEIRA, F. J. G. de (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

_____. *Da cidade e sua região à cidade-região*. In: Panorama da Geografia Brasileira I. SILVA, José Borzacchielo da et al. São Paulo: Annablume, 2006b.

_____. **Redes, Coesão e Fragmentação do território metropolitano.** Vol. XIV, 2010. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>.

_____. **Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões.** In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina. (Org). Desafios da metropolização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. **Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro.** In: *Revista eletrônica e-metropolis*, nº22, ano 6, setembro de 2015b, p.06-15. <http://emetropolis.net/artigo/167?name=urbanizacao-difusa-e-a-constituicao-de-megarregioes-o-caso-de-sao-paulo-rio-de-janeiro>.

MOORE, Adam. **Repensar a escala como uma categoria geográfica: da análise para a prática.** *Revista GEOgraphia*, vol. 20, n. 42, jan/abr, p.3-24, 2018.

Mídias Insurgentes: A influência do midiativismo na cobertura de protestos de rua a partir das Jornadas de Junho de 2013

Davi Figueiredo de Sousa

Universidade Federal de Minas Gerais - Belo Horizonte MG

Resumo:

O presente artigo apresenta de que maneira as mídias radicais, contra-hegemônicas, que têm insurgido na presente década a partir das manifestações que ficaram conhecidas como "Jornadas de Junho", e que ocorreram em território brasileiro no ano de 2013, têm se relacionado na maneira como se cobrem jornalisticamente protestos sócio políticos de rua a partir de então. Foram entrevistados jornalistas e midiativistas no intuito de compreender a partir de suas experiências em protestos, os atravessamentos existentes no exercício de se cobrir acontecimentos em manifestações de rua. Aponta-se que a relação entre essas duas formas de cobrir protestos em conjunto aos adventos tecnológicos informacionais e a apropriação de dispositivos transmidiáticos, transformaram a cobertura de mobilizações populares de rua.

Palavras Chave: Protestos, Mídia, Jornalismo Digital, Ativismo, Internet.

Introdução

Estamos vivenciando um período histórico em que inéditos formatos midiáticos insurgem e trazem consigo novos dilemas para o campo dos estudos comunicacionais. Para abordarmos o tema do midiativismo, seu significado e implicações na cobertura de manifestações populares, é importante retomar o processo embrionário que desencadeou esse segmento informativo. Estudiosos da comunicação e de seus fenômenos influenciaram as pesquisas acerca de uma mídia de caráter popular e horizontal, que se diferencia do modo tradicional de veicular informações dentro dos padrões jornalísticos de produção da notícia (CARDON 2012; CASTELLS 2013; DOWNING 2004; LÉVY, 2000; PERUZZO 2006). Várias são as denominações atribuídas às mídias contra hegemônicas: mídia alternativa, mídia dos cidadãos, mídia da comunidade, mídia tática, mídia independente, mídia de contrainformação, mídia participativa, mídia do terceiro setor, mídia dos movimentos sociais (DOWNING, 2010).

Mesmo com essa miríade de nomenclaturas existentes para designar o tipo de veiculação de notícia que pretendo tratar, e das efetivas diferenças entre tais práticas, podemos encontrar um fio condutor que aponta particularidades inerentes a esse modelo midiático: o intuito de produzir conteúdo comunicacional de maneira autônoma, desprovida de dependência, mas não de interação, com os conglomerados midiáticos tradicionais que estão vinculados ao meio corporativo, nos quais o foco principal é a obtenção do lucro através dos anunciantes interessados em vender suas marcas por meio da audiência que obtêm. São poucos os grupos que detêm o poder econômico que impulsiona os veículos de comunicação de massa ao redor do planeta. O que nós chamamos atualmente de midiativismo, ou midialivrismo, obteve um aumento exponencial na contemporaneidade, dada a expansão de mecanismos que possibilitam o desenvolvimento e veiculação de conteúdo acessível, o que torna imprescindível pesquisá-los para que possamos compreender os fenômenos de comunicação e mobilização social que surgiram a partir do advento e popularização da rede mundial de computadores (CASTELLS, 2006).

A busca pelo aprofundamento do debate público fez da internet um campo de atuação profícuo para o desenvolvimento de mídias contra hegemônicas. O fim do século XX e início do século XXI são marcados pela presença das redes sociais nos processos de mobilização que se espalharam pelo mundo. Essa nova possibilidade de se comunicar em rede trouxe consigo formatos inéditos de organização social e de transmissão de informações.

No entanto, este modelo de comunicação tem sua origem em períodos que antecedem a conjuntura atual de um mundo conectado através da web. A comunicação popular surge tanto da preocupação em exercer um diálogo entre essa vertente das humanidades e o processo de aprendizagem pedagógico, como também para ser uma possibilidade de instrumento contestatório contra hegemônico que possibilita os movimentos sociais pautarem suas demandas através da comunicação midiática. (KAPLÚN, 1985).

Nas décadas de 70 e 80, havia uma forte preocupação em desenvolver formas de levar ao conhecimento da sociedade as mazelas causadas pelas desigualdades sociais, de retirar da invisibilidade aqueles que sofriam com a exploração, de denunciar a censura e a perseguição política; essa foi uma forte tendência nos estudos de comunicação desenvolvidos na América Latina durante esse período. Este foi um momento em que surgiram no Brasil diversos veículos que atuavam no intuito de contrapor o discurso promovido pela imprensa tradicional submetida à censura do regime militar. (PERUZZO, 2009)

A comunicação popular se inspirou no que foi chamado de imprensa alternativa pelos estudiosos da comunicação no período das ditaduras militares latino-americanas. Esse tipo de imprensa tinha como principal

foco driblar a censura do regime. A reabertura política diversificou e demandou profissionalização desses setores envolvidos na produção de uma comunicação contra hegemônica. A redemocratização possibilitou que algumas demandas e assuntos antes não abordados na imprensa tradicional passassem a ganhar espaço e o que veio a ficar conhecido como comunicação popular remodelou sua maneira de transmitir conteúdo em dispositivos de mídia audiovisuais. As programações de caráter educativo ganharam mais espaço, as temáticas se diversificaram e o caráter estritamente contestatório que tinha como principal adversário o regime militar ganhou traços mais fluidos e polifônicos. (PERUZZO, 2006)

A imprensa alternativa que deu origem ao conceito de comunicação popular era um modelo visivelmente pautado em conceitos marxistas, tendo como eixo principal a luta de classes, o fomento à organização dos trabalhadores do campo e da cidade e dialogava com movimentos como a teologia da libertação, movimento ligado a setores progressistas da igreja cristã e ao conceito de pedagogia do oprimido desenvolvido por Paulo Freire. A partir dessa linha de pensamento que defendia a comunicação popular como parte do processo emancipatório das classes exploradas, houve a ampliação do debate acerca da democratização dos meios de comunicação. O aumento na quantidade de redes de televisão adquiridas através do sistema de transmissão UHF e do sinal a cabo, além da multiplicação de rádios comunitárias, foram resultados dessa mobilização em prol de uma comunicação que vinha "dos de baixo" (PERUZZO, 2006).

Existem poucas análises da inter-relação entre mídias e movimentos sociais, o que há em abundância são pesquisas que comparam mídias de finalidades e características distintas e suas relações em separado com os movimentos. Minha finalidade com essa pesquisa é tentar traçar uma triangulação entre mídia radical, mídia convencional e os movimentos sociais; buscar compreender de que forma a gramática do midiativismo perpassa, influencia e/ou interfere, na cobertura da mídia convencional quando o assunto em questão são as mobilizações sócio-políticas. Para auxiliar esse processo foram realizadas entrevistas com dez jornalistas e midiativistas, no intuito de adquirir através de suas experiências, respostas acerca desses atravessamentos na forma de cobrir protestos de rua a partir das Jornadas de Junho de 2013.

São colocados em evidência os formatos midiáticos contra hegemônicos e de que maneira eles abordam a comunicação. Em seguida. Demonstra-se através das entrevistas de que modo o midiativismo modificou o *modus operandi* da cobertura de protestos de rua.

Estudo de Caso: as Jornadas de Junho e o Midiativismo

Para realizar o estudo de caso que compõe o presente artigo, foram entrevistados dez agentes de mídia, dentre eles profissionais remunerados por redações, midiativistas e pessoas que já exerceram as duas funções, em alguns casos na mesma época. O critério de escolha para selecionar os entrevistados consistiu na atuação desses indivíduos na cobertura de protestos a partir de Junho de 2013, em Belo Horizonte. Os jornalistas são profissionais que passaram por três grandes redações de jornais da capital mineira: "Estado de Minas", "O Tempo" e "Hoje em Dia". Os midiativistas atuam ou já atuaram em coletivos como o "Mídia Ninja", o "Jornalistas Livres", e o coletivo "Maria Objetiva", além da F.R.A.U.D.I (frente revolucionária do audiovisual). Das pessoas entrevistadas seis são homens e quatro mulheres. As idades dos e das entrevistadas variam entre vinte e quarenta anos. Seus nomes foram trocados por nomes fictícios no intuito de preservar suas identidades para que se evite quaisquer tipos de possíveis constrangimentos.

A partir dessas entrevistas traça-se um panorama de alguns conceitos que norteiam e fundam o exercício de um agente midiático, no intuito de compreender de que maneira o jornalismo se vê afetado pela insurgência

de novos modos de cobertura dos fatos dentro do contexto de protestos de rua. O primeiro conceito com o qual irei trabalhar é o de critério de noticiabilidade. O jornalismo seleciona fatos que, de alguma maneira, podem ser considerados mais relevantes do que outros para que se tornem notícias. O que se ouve com frequência nas entrevistas é que o jornalismo comercial tem como critério de noticiabilidade predominante a questão da audiência, porque é a audiência que sustenta a circulação desses veículos, sendo que as pautas giram em torno dela. Segundo vários desses agentes de mídia que foram entrevistados, as mídias que insurgem com maior evidência a partir das jornadas de Junho criam condições de geração de audiência para os protestos através das redes sociais, o que influencia os veículos tradicionais a atribuírem uma relevância maior à cobertura das mobilizações.

O uso das transmissões ao vivo foi citado como uma ferramenta de inovação utilizada pelas mídias insurgentes que possibilitou essa geração de audiência. A jornalista Mônica, que à época das jornadas de Junho trabalhava no jornal "O Tempo" e já foi jornalista do "Estado de Minas" e do jornal "Aqui", relata de que modo isso ocorreu:

> *"Eles influenciaram principalmente na forma, e não acho que tenha sido para inovar, mas eles tinham o equipamento na mão. E aí se pensava: 'o que que eu posso fazer? Eu tenho um celular, não tenho uma câmera gigantesca 'uma ideia na cabeça e uma câmera na mão é meio isso". Então eu não sei se eles estavam pensando 'nós vamos mudar tudo aqui agora porque a gente teve uma ideia genial', não eu não acho que foi por aí. Acho que tinha muito a ver com o que eu tinha te falado do momento, 2013 foi muito atípico. Então da mesma maneira que a gente teve que trabalhar com o celular eles também estavam trabalhando, mas estavam dando um passo à frente. Nós estávamos levando para redação e eles estavam fazendo ao vivo." (Informação verbal).*

O fotojornalista Francisco, que já foi repórter fotográfico no jornal "O Tempo", já teve uma agência de fotografia que atendia à Folha de S. Paulo, editora Abril dentre outros, e trabalhou como editor de jornal na Record internacional, em Londres, à época das jornadas de junho cobriu protestos como midiativista, e relata como um registro audiovisual feito por ele acabou virando notícia no telejornal local da rede Globo, o MGTV:

> *"No primeiro dia que eu filmei com o celular foi o dia em que o cara caiu lá de cima do viaduto[1]. Eu falei: 'parece que o cara caiu lá de cima do viaduto' e o policial respondeu: 'deixa ele lá, não estava rezando não'. Eu fiz de celular, cheguei em casa e postei, de repente estava circulando em uma proporção que eu nunca imaginava. Tinha uma amiga que trabalhava na Globo e eu perguntei pra ela se a gente podia enviar para o MGTV e ela disse que sim. Então, de repente, o vídeo que eu fiz estava sendo veiculado no MGTV. Claro que eu ter contato com os jornalistas facilitou um pouco, mas foi um vídeo que teve tanta repercussão nas redes sociais que a mídia se interessou por ele. A mídia tradicional já há um tempo que o que é pauta na internet vira notícia na TV, não sei se isso começou em 2013 mas hoje em dia já é muito mais evidente. Apesar de ter muitas críticas à mídia Ninja, o papel que eles tiverem em 2013 foi fundamental, porque eles foram os primeiros a emplacar live stream e conseguir uma audiência muito grande. E além disso eles criaram uma rede de conteúdo na internet, então o que era postado na página deles circulava no mundo." (Informação verbal).*

Através da fala de ambos podemos constatar que a velocidade da transmissão dos fatos nas plataformas web pelos coletivos e indivíduos possibilitou uma geração de audiência que não poderia ser descartada pelos veículos tradicionais. O critério de noticiabilidade foi pautado de dentro para fora da redação, e essa é uma mudança de paradigma jornalístico oriunda desse processo de insurgência midiática. O papel que era antes desempenhado

[1] Douglas Henrique de Oliveira Souza, de 21 anos, morreu ao cair do viaduto José de Alencar, situado na Avenida Antônio Carlos em Belo Horizonte, ao tentar se dispersar das bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral durante os protestos na Copa das Confederações, em junho de 2013.

fundamentalmente pelo jornalista *gatekeeper,* termo utilizado para o profissional que fica responsável dentro das redações por selecionar os fatos que se tornarão notícias, agora está nas mãos de agentes que geralmente não fazem parte da equipe de redação, mas que são parte constitutiva do próprio protesto, os midiativistas.

Outro conceito que é caro ao jornalismo e que pode ser analisado sob o olhar das entrevistas é o de enquadramento, que fica responsável por estabelecer as "molduras de sentido" de determinado fato através da capacidade do agente midiático de transformar os fatos em notícias. Várias das entrevistas apontam que a cobertura de protestos desempenhada pela mídia tradicional tinha muitas das vezes um caráter distanciado, de um olhar de *outsider,* e que as mídias insurgentes disponibilizaram uma abordagem de enquadramento *in loco*, de dentro para fora. Esse método de cobertura modificou profundamente o *modus operandi* de se transmitir protestos. Roberto, que cobriu as Jornadas de Junho pelo jornal "Estado de Minas" e faz parte do sindicato dos jornalistas de Minas Gerais, discorre acerca dessas formas de se enquadrar as notícias e fala da dificuldade que alguns profissionais da imprensa tradicional tiveram para cobrir as manifestações *in loco:*

> *"A mídia alternativa pautou coisas que geralmente a grande imprensa não presta atenção, estando ali de cima, a cobertura da grande mídia é mais afastada dos acontecimentos. Agora, os grupos alternativos têm um público muito restrito, é muito de quem já é engajado, você geralmente não consegue romper essa barreira. O caso do Rafael Braga[2] se não fossem os veículos alternativos não teria havido a repercussão que teve, o caso do Amarildo[3] também, momentos que conseguem romper essa barreira. A minha vivência que marcou mais foi estar na grande imprensa e de ter sido militante também. Ter essa percepção diferente assim, do que eu estava cobrindo, e depois do que saía no jornal, de ter essa tensão com outros repórteres e principalmente com os editores." (informação verbal).*

Lucas, que era repórter de política do jornal "O Tempo" à época das jornadas e que já trabalhou também no Estado de Minas, já foi colaborador de vários outros jornais de âmbito nacional e internacional, além de participar da atual gestão do sindicato dos jornalistas de Minas Gerais, descreve como a mídia tradicional começou a incorporar técnicas de enquadramento estético através de coberturas *in loco* influenciadas pelas mídias insurgentes:

> *"Eu percebo que o que mudou na forma do jornalismo cobrir de um modo geral foi o smartphone, que exige uma velocidade maior, principalmente quando você está fornecendo a informação pela internet, outra coisa que eu percebi, foi que nas manifestações de 2013 com a mídia Ninja quando ela estava*

[2] Na manifestação do dia 20 de junho havia mais de um milhão de pessoas nas ruas e diversos manifestantes foram feridos. Nesse mesmo dia ocorreu a prisão do Catador de Latas Rafael Braga que levava consigo água sanitária e pinho sol, considerados materiais com poucas características incendiárias. Porém, o Ministério Público do Rio de Janeiro o denunciou por porte de aparato incendiário ou explosivo levando à sua condenação a cinco anos e dez meses de prisão pelo no inciso III, do artigo 16, do estatuto do desarmamento, que proíbe carregar ou usar "artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar". (MARTIN, 2015 *apud*. SILVA, 2015 p. 8).

[3] Amarildo era ajudante de pedreiro e morador da favela da Rocinha, desapareceu à época das Jornadas de Junho
após incursões policiais das unidades de "pacificação" após adentrar um viatura da PMERJ. Seu desaparecimento tornou-se uma das pautas dos protestos onde se perguntava "Cadê o Amarildo?". Após investigações descobriu-se que Amarildo havia sido executado após sofrer tortura dentro da unidade de pacificação da comunidade. (MENDES, 2014)

> *começando, começaram a fazer aquelas transmissões ao vivo, de dentro da manifestação com perspectiva mais... isso mudou um pouco, foi incorporado pelos jornais, acho que eles começaram a adotar mais essa tática, que pode ser chamada de 'tática de guerrilha' e também coincidiu que desde 2013 o Brasil virou um barril de pólvora de manifestações por vários motivos, com presidente caindo[4] e protestos de todas as matizes ideológicas. Essas duas coisas modificaram muito o panorama sim. Na técnica e na forma os midiativistas influenciaram o jornalismo tradicional, porém no conteúdo não, são perspectivas diferentes, mas a maneira de se inserir ali no meio sim. Você via repórter da Globo News, do G1, usando o mesmo equipamento da mídia Ninja cobrindo ao vivo, sem qualidade nenhuma técnica, mas conseguindo estar lá dentro sem precisar de um cinegrafista com uma câmera imensa." (Informação verbal).*

O entrevistado ao se referir aos repórteres da Globo News se valendo de técnicas semelhantes às de midiativistas que envolvem dispositivos de transmissão ao vivo, retrata bem de que modo as mídias insurgentes influenciaram no enquadramento estético de cobertura do jornalismo feito nas redações tradicionais. Lucas salienta que os adventos tecnológicos transmidiáticos foram de suma importância para possibilitar essas modificações.

As fontes são fundamentais no processo de produção da notícia, são elas que testificam e dão credibilidade ao enunciados, fazem parte da rotina jornalística. Nas entrevistas constata-se que as mídias insurgentes trouxeram consigo uma diversificação maior das fontes na cobertura de protestos, o que abre precedentes para que haja mais espaço para o contraditório. O jornalista Fernando, que já foi colaborador do jornal "Hoje em Dia e "O Tempo", além de trabalhar com assessoria de comunicação e ter presidido o sindicato dos jornalistas de Minas Gerais, fala sobre isso em uma das entrevistas:

[4] Impeachment da então presidente da República Federativa do Brasil Dilma Rousseff, em agosto de 2016. (SOARES, *et al.* 2017).

> *[...] então essa que é a melhor forma de fazer a cobertura de um protesto [...] Nas décadas anteriores você só tinha os veículos tradicionais então a informação que chegava ao receptor era apenas aquela visão do veículo tradicional e com a internet, que gera uma democratização do acesso e da produção jornalística ela dá possibilidade pra alguém com um smartphone fazer a sua própria transmissão. Então ele tira a interferência do editor, do dono, do patrocinador, que influenciava mais do que o próprio repórter, com isso a cobertura abriu essa possibilidade, de você ter uma cobertura mais democrática que eu respondi na primeira pergunta [de dar voz a todos os setores]. Claro que os grandes jornais não mudaram de dono, as tv's não mudaram de dono e têm seus objetivos, têm os seus interesses e continuam com uma cobertura conservadora, mas você tem um contraponto que é essa cobertura mais democrática que vem do midiativismo[...] se criaram coletivos que quebraram essa cadeia produtiva conservadora dos grandes grupos econômicos. Então há uma grande mudança hoje em uma cobertura jornalística e foi realmente a partir de 2013, que foi um marco naquele momento principalmente com o mídia Ninja. Eu lembro de uma frase famosa de um jornalista da mídia tradicional, trabalhador da Globo, o Ednei Silvestre, ele estava acompanhando a cobertura do Mídia Ninja e escreveu no seu twitter: 'enquanto a bateria do mídia Ninja não acabar ninguém dorme'. Ou seja, é um paradigma porque ali é um cara da Globo que está acompanhando através do mídia Ninja, não só ela mas também outros coletivos[...] mas então há uma grande mudança hoje que possibilita uma forma mais democrática de se cobrir protestos." (Informação verbal).*

Podemos observar na fala de Fernando que a internet e o midiativismo ampliaram as possibilidades de se fazer ouvir fontes múltiplas. Segundo o entrevistado, o monopólio exercido pela mídia comercial fazia com que menos fontes fossem ouvidas, no entanto, a partir do advento da internet o jornalismo tradicional se atentou mais para a necessidade de ouvir uma

diversidade maior de atores, no intuito de não transmitir a ideia de uma cobertura parcial dos acontecimentos à sua audiência.

A jornalista Aparecida, que já trabalhou no "Hoje em Dia", no "O Tempo" e atualmente atua como profissional no "Estado de Minas" reforça a ideia de como o midiativismo influenciou para que haja uma multiplicidade maior de vozes dentro de um protesto:

> *"Não há nos jornais um caderno para editoria de protestos. Isso é feito pela editoria de cidades ou de política. O que acontece muitas vezes é que os protestos são encarados de maneira negativa pelos veículos de comunicação. Por exemplo você vai cobrir um protesto de professores, e ao invés de falarem das reivindicações se fala de trânsito. Eu acho que em geral a cobertura de protestos nas redações é uma cobertura negativa. As matérias não são completas, não trazem todas as vozes, dos movimentos sociais. E para que houvesse uma cobertura completa quase sempre tinha de haver um engajamento pessoal do repórter, de reivindicar determinada pauta, determinado enquadramento. Às vezes isso era possível e às vezes não. Com o midialivrismo essas possibilidades de cobertura compartilhada nas redes sociais, você ganha uma outra perspectiva e de alguma forma isso influencia a maneira como os veículos tratam os protestos. Em muitas situações um protesto que não receberia cobertura ganha uma cobertura exatamente por ser um tema muito reproduzido nas redes sociais... Gera engajamento, e isso não é necessariamente porque os veículos mudaram sua opinião política. Tem a ver com algo que é importante pra qualquer veículo de comunicação que é a audiência. Então às vezes mesmo que algo não vá de encontro com o que a linha editorial propõe essa cobertura é feita porque é um tema que gera muito engajamento e muito debate nas redes. Eu acho que isso tem a ver com o fato de o midialivrismo estar nas ruas, mas também de uma perspectiva de engajamento que existe nas redes relacionada a uma série de questões.". (Informação verbal).*

Aparecida cita as redes sociais como um mecanismo utilizado por midiativistas que acabou por estabelecer novos paradigmas de cobertura para a mídia convencional. Afinal de contas a velocidade em que a informação circula é fundamental no ganho de audiência. O engajamento é outro termo utilizado pela entrevistada e que atualmente é muito relevante no tocante a estabelecer vínculos de audiência com o espectador, por isso aumenta-se a possibilidade de mais fontes serem ouvidas ao se cobrir protestos.

Um conceito muito conhecido pelo público em geral utilizado para formatar o jornalismo é o de isenção. É de praxe que essa palavra apareça quando o assunto diz respeito à veiculação de notícias e que os meios tradicionais de mídia façam uso dela ao exporem seus princípios editoriais de produção jornalística. Em entrevistas em que os jornalistas levantaram esse tema, o que foi dito de modo recorrente é que não há no midiativismo a pretensão de alcançar esse ideal, que o midiativismo é um tipo de mídia que tem essencialmente a característica de demarcar posicionamento. Nesse aspecto, especificamente, não se percebe muita influência do midiativismo no jornalismo tradicional, que necessita manter publicamente a autodeclaração de isenção frente aos acontecimentos, mesmo que isso não represente necessariamente o que eles de fato sejam, ou que isso sequer seja possível de acontecer. O jornalista Aparecida destaca que essa é uma das principais diferenças entre os dois modelos de agência midiática:

> *"A cobertura dos veículos comerciais de um certo modo te exige isso, uma isenção. Inclusive o jornalista quando assume um discurso militante ele é repreendido, então você tem que olhar para essas coberturas com uma visão distanciada disso, o que faz com que as vezes você inclusive cometa erros." (Informação verbal).*

O midiativista Morfeu, que já foi militante do Fora do Eixo, da mídia Ninja, do coletivo Maria Objetiva e que atualmente tem um projeto de construir uma frente audiovisual que dê assistência à vários midiativistas e coletivos, suscita

um debate acerca da isenção dentro do próprio midiativismo. Ele faz uma dissociação entre midiativismo e midialivrismo. Segundo ele o midialivrismo está contido no midiativismo, mas nem todo midiativismo é livre:

> *"Existem grupos que se intitulam mídia livre mas a mídia Ninja por exemplo, já foi mídia livre mas hoje tem o rabo preso com grupos de esquerda, assim como o jornalismo tradicional tem o rabo preso com grupos de direita. Então você não tem liberdade de expressão para falar tudo que quer ali, não é verdadeiramente livre, eles têm seus acordos. Para mim a mídia Ninja é uma mídia ativista, mas não é uma mídia livre. Eu já critiquei gente de movimentos que eu fiz a cobertura e depois as pessoas vieram reclamar, e eu disse: vocês fizeram merda eu vou falar de vocês também, não importa quem faça a merda. O jornalismo de redação tem lá a pessoa que vai selecionar as pautas, o jornalista não tem essa liberdade de escolher seu material publicado... No midiativismo atual tem começado a se trabalhar em um modal parecido, ainda que se tenha um pouco mais de liberdade para compor suas matérias, mas passa pelo crivo de alguém de dizer: pode ou não pode publicar isso. Não só o mídia Ninja mas já têm outros midiativistas fazendo isso, passa por um crivo, alguém vai falar pode ou não pode. Na imprensa tradicional também existem algumas pessoas que já têm mais tempo, mais respeito e têm uma certa autonomia, no midialivrismo não, em geral eles são grupos menores, muitas vezes pessoas independentes ou pequenos coletivos, mas não tem esse crivo, por isso é livre, não tem esse filtro do que pode ou não pode ser falado. Essa é a principal diferença." (Informação verbal).*

Nesse quesito isenção, a partir do que foi explicitado pelos entrevistados, poderíamos nos perguntar se não há algum tipo de influência da mídia tradicional no midiativismo, de grupos externos que ajudam a financiar mídias insurgentes e que acabam por interferir na produção jornalística desses grupos. Podemos notar através da fala do entrevistado Batolomeu, que a autonomia na produção de notícias já não é uma característica inerente ao midiativismo, que há midiativismo sendo produzido sob a manutenção de grupos que esperam um resultado que condiz com os interesses daqueles que estão financiando esses coletivos. É por esse motivo que o entrevistado demarca diferenças entre o que chama de midialivristas e midiativistas. Percebe-se pelas falas dos entrevistados que o quesito isenção está correlacionado ao financiamento das mídias, sejam elas de caráter ativista ou comercial. O midiativismo paulatinamente desvela a possibilidade de uma isenção pura, o que permite que veículos midiáticos tradicionais tenham mais liberdade de demarcar suas posições, algo que há alguns anos atrás se via com menor frequência.

O produto final seria a soma dos processos jornalísticos que transformam fatos em notícias. É através dele que os emissores estabelecem a relação comunicacional com os receptores das notícias e estabelecem vínculos de audiência. Vejamos o que um dos entrevistados diz acerca do modo como o midiativismo influencia na maneira de cobrir protestos da mídia tradicional levando em conta esse quesito. Lucas fala de que modo o jornalismo convencional tem se apropriado esteticamente da cobertura midiativista:

> *"Na técnica e na forma os midiativistas influenciaram o jornalismo tradicional, porém no conteúdo não, são perspectivas diferentes, mas a maneira de se inserir ali no meio sim. Você via repórter da Globo News, do G1, usando o mesmo equipamento da mídia Ninja cobrindo ao vivo, sem qualidade nenhuma técnica, mas conseguindo estar lá dentro sem precisar de um cinegrafista com uma câmera imensa." (Informação Verbal).*

O que fica evidente é que a figura do agente imerso aos acontecimentos portando a câmera, muitas vezes sem a presença de um cinegrafista, é uma técnica que foi desenvolvida pelos midiativistas e posteriormente foi adotada pelos repórteres da mídia convencional. Ganha relevância a importância do repórter como testemunha ocular, que interage com o acontecimento *in loco.* Chega-se, então, à conclusão de que em termos de produto final, o midiativismo tem exercido influência na forma de se cobrir protestos através de especificidades estéticas que ganharam força através

de dispositivos tecnológicos transmidiáticos, que possibilitam a transmissão de acontecimentos em tempo real.

Considerações Finais

Após traçar esse percurso que conta um pouco da história de uma comunicação que se coloca à serviço das causas populares, de sua transformação com o passar dos anos e das alterações que ela sofreu condicionadas principalmente pelos adventos tecnológicos que modificaram profundamente nossa forma de interagir com o mundo, chegamos às considerações finais. Esse tipo de comunicação midiática esteve presente por muito tempo na sociedade civil e existe bem antes da popularização do universo online, onde grande parte da população mundial se conecta através de redes de computadores e demais dispositivos tecnológicos que acessam a internet, e viu através da web o seu nível de visibilidade e alcance aumentarem exponencialmente em períodos de convulsão social e protestos políticos na presente década.

A velocidade com que dados são transmitidos por esses dispositivos tecnológicos e a popularização das redes sociais possibilitou que coletivos de mídia ativista conseguissem modificar conceitos e fazeres jornalísticos de redações comerciais que detinham há décadas o monopólio quase que absoluto da audiência dos leitores e espectadores. Foram tratados conceitos que ajudaram a consolidar esse tipo de comunicação desde os tempos em que a luta principal era para que houvesse liberdade de imprensa, pois não havia garantia de um Estado democrático de direito e o Brasil, dentre outros países estava submetido à censura de um regime cívico militar. A comunicação popular teve um importante papel na luta pela redemocratização do país e na consolidação de mecanismos de participação que ampliaram os caminhos de construção coletiva de instâncias de aperfeiçoamento das democracias.

A mídia radical que nasce do ímpeto contestatório de movimentos sociais e coletivos assume amplos formatos através do modo de vida diverso e multifacetado dos grandes centros urbanos, e estabelece uma interatividade que permite que emissores e receptores de notícias produzam conteúdo midiático através de uma estrutura orgânica horizontal e retroalimentativa. Esse tipo de mídia conta com a especificidade de não ser oriunda nem das instâncias de poder estatais nem das corporações comerciais, o que traz para ele singularidades que influenciam paralelamente aos poderes de instituições que contam com logística e recursos mais abastados. A mídia radical fomenta a produção autônoma e independente de conteúdo informacional. A expansão da internet desde o momento em que ainda engatinhava como potencial modelo de veiculação de notícias, gradativamente ganhou espaço na vida da população através do aumento do acesso à web e dos novos dispositivos tecnológicos transmidiáticos que trouxeram consigo um mundo de possibilidades interativas, que se aperfeiçoou cada vez mais. Foram abordados os dilemas que envolvem a internet sendo utilizada como meio de se estabelecer debates acerca de temas de interesse público, da cultura cibernética que se criou a partir do crescimento do número de usuários, e do aumento da acessibilidade às transmissões ao vivo, que modificaram consideravelmente as abordagens e enquadramentos da confecção de notícias e das dinâmicas de inserção espacial nos protestos de rua.

Os movimentos sociais viram no ciberespaço uma nova forma de difundirem suas ideias e espalharem seus informativos de atuação, e com o alcance e visibilidade maiores se tornaram atores mais relevantes para formar opiniões e construir narrativas no seio da sociedade civil. Os protestos de rua, as ocupações, as mobilizações populares encontraram na internet uma ferramenta que passou a ser uma aliada fundamental na organização e divulgação de pautas e acontecimentos políticos. A conectividade proporcionada pelo mundo digital modificou as instituições de um modo geral e tanto o jornalismo como os movimentos sociais foram afetados por essas mudanças tecnopolíticas.

As “Jornadas de Junho” e seus desdobramentos inseridos temporalmente em seu período histórico expõem o porquê de sua importância na revolução informacional brasileira, que modificou profundamente a maneira como são transmitidos e enquadrados os processos de mobilização social, mais especificamente falando dos protestos de rua. As amplas mobilizações que ocorreram mundo afora e que utilizaram a internet como ferramenta na última década, têm como característica comum a velocidade em que as informações circulam e a força que têm de gerar engajamento. Fica explícita a relevância de coletivos midiativistas na confecção de narrativas e enquadramentos que se formaram a partir da cobertura desses grupos, e que modificaram a forma como as redações de jornal lidam com a abordagem dos acontecimentos, chegando inclusive a rever narrativas que haviam construído anteriormente por interferência de novas peças no “quebra cabeças” das imagens que são divulgadas na web.

Através deste artigo conclui-se que as técnicas utilizadas e o modelo implementado pelo midiativismo na cobertura de protestos estão ligados à transformações dos métodos de abordagem dos acontecimentos e de produção das notícias. Para se adaptar às demandas da contemporaneidade as mídias convencionais precisam ouvir e compreender vozes que têm caixas de ressonância mais potentes do que outrora, o que não significa que haverá uma supressão sistemática ao antigo formato de transmissão de notícias e de cobertura dos acontecimentos. É desejável que as trocas mútuas de experiência, valendo-se da capacidade inédita de conectividade e interação que temos nos dias atuais, sejam úteis no aperfeiçoamento da comunicação social. Isso não significa que seja necessariamente o que tem ocorrido no atual cenário em que vivemos, pois há de se levar em conta que a apropriação dessas tecnopolíticas também se faz presente no meio corporativo através dos seus ímpetos mercadológicos.

Referências Bibliográficas:

CARDON, Dominique. *A democracia Internet*: **promessas e limites.** Tradução [de] Nina Vicente e Tiago Coutinho; Revisão técnica [de] Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede:* **a Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.** 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999

_____. *A Galáxia Internet:* **reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. *Redes de indignação e esperança:* **movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

DOWNING, John D. *Mídia Radical:* **rebeldia nas comunicações e movimentos sociais.** São Paulo: Senac, 2004.

HARVEY, David, *et al*. *Cidades rebeldes:* **passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência***.** São Paulo: Aleph, 2015.

KAPLÚN, Mário. *El comunicador popular***.** Quito: CIESPAL, 1985.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura***.** São Paulo: Ed. 34, 2000.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Alguns Argumentos em prol do audiovisual comunitário***.** Belo Horizonte: Autentica, 2010 (Coleção Comunicação e Mobilização Social).

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006, Brasília. *Anais...*São Paulo: INTERCOM, 2006. p.1-17. Disponível em: < http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço.** *Galáxia- Rev. Do Prog. De Pós-Grad. Em Comunicação e Semiótica*, São Paulo, n. 17, p. 131-146, Jun.2009. Disponível em: < https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108/1247>. Acesso em: 15 de fev. 2017.

_____. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que "o gigante acordou" (?).** *Matrizes*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 73-93, Jul./Dez. 2013. Disponível em: < https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/69407/71976>. Acesso em: 20 de fev. 201.

ROLNIK, Raquel. **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações.** In: VAINER, Calos B. *Cidades rebeldes:* passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. P. 5-10.

RUDÁ, Ricci; ARLEY, Patrick. *Nas ruas:* **a outra política que emergiu em junho de 2013.** Belo Horizonte: Letramento, 2014.

SANTORO, Luís Fernando. *Video e Movimentos Sociais* **– 25anos depois.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Coleção Comunicação e Mobilização Social).

SILVA, Fernando Firmino da. **Smartphones na produção jornalística.** Âncora – Rev.. Latino -americana de Jornalismo, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 23-40, Jul./Dez. 2014.Disponível em: < http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/22735/12626>. Acesso em: 11 fev. 2017.

SILVA, Regina Helena Alves da (Org.). *Ruas e redes dinâmicas dos protestos Br***.** Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo***.** Florianópolis: Insular, 2005.

WAISBORD, Silvio. **A sociedade civil pode mudar o jornalismo?** A experiência do jornalismo da defesa civil na América Latina. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 5, n. 1, p.4-19, Jun. 2009. Disponível em: < https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/192/191>. Acesso em: 15 fev. 2017.

Perícia popular no centro histórico de salvador. ficções políticas, desentendimentos radicais e encontros com cuidado

ESTÉVEZ-VILARIÑO, Brais; FIGUEIREDO, GLÓRIA CECÍLIA

1. UFBA. Programa de Pós-graduação em Geografia
Rua Barão de Geremoabo, s/n Campus Universitário de Ondina 40170-970, Salvador-BA
brais.vilarinho@gmail.com

2. UFBA. Faculdade de Arquitetura
Rua Caetano Moura, 121, Federação, CEP: 40210-905, Salvador-BA
gloria.cecilia@ufba.br

Resumo

Inspirando-se na lógica do protótipo, a Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador é uma prática de resistência urbana desenvolvida desde finais de 2016 através de uma parceria (sic) de pesquisadoras da UFBA e integrantes da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH). Instituída no âmbito da disciplina extensionista de Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) –ofertada pela Faculdade de Arquitetura–, a Perícia Popular se articulou com o intuito de trazer uma avaliação coletiva das condições de vida dos habitantes do Centro Histórico de Salvador (CHS) beneficiários do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da 7a Etapa do Programa de Recuperação do CHS. Após 12 anos de descumprimentos, o objetivo da proposta é desenvolver a ideia-prática de um novo tipo de instrumento voltado para o reconhecimento avaliativo de situações de vida coletiva em contextos de precarização e remoção, desde que provocados pela ação direta do Estado –particularmente após acordos formalizados entre as partes envolvidas. Mas, para além disso, a Perícia Popular também é um experimento coletivo, um espaço de encontro, agenciamento e subjetivação crítica que, por meio de uma política da igualdade cuidadosa –que propõe uma nova "partilha do sensível" (Rancière, 2009)– luta coletivamente contra as ficções (necro) políticas da racionalidade político-urbanística implementada pelo Estado.

Palavras-chave: Cosmopolítica, cuidado, mobilizações urbanas, necropolítica, perícia popular.

Introdução

No decurso da segunda metade do Século XX, especialmente desde os anos 60, o Centro Histórico de Salvador (CHS) conheceu diferentes iniciativas de preservação e tombamento que terminariam dando lugar, já em 1985, à declaração de Patrimônio Mundial pela UNESCO. Porém, foi a partir da década de 1990, quando o CHS sistematizou um processo de mudança que pretendia transformar um bairro popular –povoado por uma multidão de formas de vida subalternas e precárias–, num proscênio turístico –normalizado e pacificado–, inscrito em uma nova estratégia de governabilidade do Carlismo destinada tanto a canalisar um projeto político consensual, como a gerar valor de mercado. Esse movimento desterritorializador, articulado ao redor de tropos habituais como patrimônio, turismo e cultura, desmantelou um mundo comum popular, cujas relações de imanência seriam reorganizadas pela ação de uma poderosa e transcendental máquina patrimonial. Por meio de uma violenta ação patrimonializadora que depurava modos de existência e capturava valores, potências e relações, os novos agenciamentos coletivos de enunciação e maquínicos dos corpos colocados em cena pela máquina patrimonial, não só não alargavam nem potencializavam as possibilidades de existência e vida em comum de uma população –maioritariamente pobre e negra– que habitava um território abandonado pelo poder público com gravosas condições de deterioração material, insalubridade, risco e até ruína. Mas, pelo contrário, esses outros agenciamentos instauravam uma nova governamentalidade que, dentre outras coisas, implicava a remoção de aquela mesma população que durante décadas tinha tomado conta –sem nenhum tipo de auxílio–, de um centro histórico que havia sido abandonado pelas elites. Com aquele movimento, o patrimônio deixava de ser parte de uma relação imanente para devir uma representação transcendente mais ligada com o valor de troca e os interesses das tecnologias do poder.

Para além das diferentes atuações e projetos de recuperação e restauro orientadas à preservação do patrimônio, uma das principais iniciativas de esse movimento desterritorializador foi o Programa Recuperação do CHS, iniciado em 1992. Dividido em 7 etapas, e abrangendo uma área de 12 hectares, o Programa Recuperação inseriu uma operação de linha de fuga (Deleuze & Guattari, 1997) no CHS que, enquanto rompia com o existente –desfazendo territórios, destruindo agenciamentos precários, formas de vida e modos de existência–, produzia novos arranjos, novas intensidades e novas formas de subjetividade: novas territorializações que reorganizavam os corpos e os encontros "submete[ndo] os homens à nova inscrição imperial, ao novo corpo pleno, ao novo socius". (Deleuze & Guattari, 2010, p. 258).

De um modo parelho à análise de Deleuze & Guattari (2010) no que diz respeito às dinâmicas de desterretorialização que introduzia o Estado nas comunidades pré-capitalistas; no CHS, a máquina patrimonial substitui o princípio de imanência –o patrimônio como bem comum múltiplo e localizado– pelo princípio de transcendência: o patrimônio como despótico ponto de passagem obrigatório, como unidade transcendente e representação cultural que determina o leque de possíveis de um mundo; refuncionalizando as relações sociais, prefigurando formas de vida possíveis e produzindo novas hierarquias no devir das obras de reabilitação e restauro.

Ora bem, a ação desterritorializadora também gerou controvérsias, conflitos e resistências. O expansão da máquina patrimonial por meio de uma operação dupla que, por um lado, capturava e depurava muitas das tradições, práticas e valores de aquelas pessoas que até então mantinham uma relação imanente com o patrimônio; e, por outro lado, desmantelava seus territórios –com ações de reintegração de pose de moradia e pontos comerciais que promoviam a remoção de população pobre (em sua maioria, negra)–, conduziu a um grupo de moradoras da 7ª etapa a enfrentarem aquela operação de necropolítica urbana (Mbembe, 2018).

O nascimento da AMACH e o litígio com a CONDER

Em um estudo de junho de 2000, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) –órgão executor e principal operador tecnocrático de este processo– identificou 1.674 famílias habitando em 73, de um total de 130, imóveis da 7ª Etapa -além de 55 comerciantes que atuavam na área (SETEPLA/TECNOMETAL, 2002). Essas famílias, predominantemente biscateiros, trabalhadores domésticos e ambulantes (Mourad, 2011), seriam objeto de um Plano Preliminar de Reassentamento com o que a CONDER pretendia –em atendimento às indicações do Regulamento Operativo do Programa Monumenta[1]– garantir a *sustentabilidade* do processo. A previsão para a 7ª Etapa era de que 130 imóveis com 316 unidades habitacionais seriam reformadas e disponibilizadas para funcionários públicos. Em inícios de 2002, 1023 auxílios relocação –a uma média de R$ 1.882 por família– tinham sido pagos; e em 2003, o total de famílias indenizadas chegava a 1.292.

Em abril de 2002 foi publicado o decreto de desapropriação dos imóveis privados da área da 7ª Etapa, mesmo com 698 moradores ainda residindo no local (veja-se Rebouças, 2012). Porém, essas pessoas se recusaram a deixar seus imóveis, não aceitaram receber os auxílios-relocação, nem as ofertas de reassentamento oferecidos pela CONDER, e decidiram lutar pelo seu direito à permanência e a moradia no Centro Histórico de Salvador.

[1] O Ministério da Cultura e o Estado da Bahia, com a participação do município de Salvador, assinaram, em 2002, o convênio de Requalificação da 7ª Etapa do Centro Histórico de Salvador, através do Programa de Preservação de Patrimônio Cultural Urbano (Programa Monumenta) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN), do Ministério da Cultura, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além de recursos de contrapartida do governo Estadual.

O dia 3 de julho de 2002 foi criada a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH). Liderada e integrada quase exclusivamente por mulheres negras, iniciou uma estratégia de ação coletiva, contundente e original, que, para além da organização e a mobilização das moradoras e moradores, construiu alianças inovadoras com outros atores da sociedade civil. O heterogêneo repertório de ação coletiva da AMACH, dentre outras coisas, contou com ações na assembleia legislativa do Estado, denúncias na mídia, ações jurídicas junto ao Ministério público, articulação e trocas com outros movimentos do CHS, produção de múltiplos artefatos audiovisuais, celebração de Audiências Públicas, obtenção e estudo da documentação do projeto, construção de uma Ação Civil Pública contra a CONDER, etc. A vitória da Ação Civil Pública em 2004, somada ao impacto da visita dos representantes do Ministério da Cultura do Governo Federal e posterior visita do Relator para o Direito a Moradia da ONU resultou na ampliação dos limites da controvérsia. De fato, a vitória da Ação Civil Pública obrigou ao Governo do Estado a abrir um processo de negociação com as moradoras até que um acordo entre a AMACH e o Governo fosse firmado. Para isso, e a instância do Ministério Público, foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado em junho de 2005, pola AMACH, a CONDER e o MinC, com a mediação do Ministério Público da Bahia (veja-se, Bittencourt, 2011; Mourad, 2011; Rebouças, 2012).

Esse termo garantia o direito à permanência de 103 famílias na área da 7ª Etapa – contemplando o remanejamento das mesmas, dentro do próprio Centro Histórico, durante o período de restauro dos imóveis– com sua inclusão no projeto através de subsídios do Governo do Estado e do Ministério das Cidades para a construção das unidades de habitações de interesse social, através do Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS). Dos 317 apartamentos construídos na 7ª Etapa, 103 seriam de habitação de interesse social e 234 para funcionários públicos (financiados pelo Programa de Habitação para Servidores Estaduais–PROHABIT). Também foram

projetados 55 pontos comerciais, dos quais 13 deveriam ser destinados às famílias da 7ª Etapa, além de um imóvel para instalação de equipamentos comunitários (sede da AMACH e creche comunitária)

Aliás, o TAC instituiu uma novidade, o Comitê Gestor, um espaço de interlocução e deliberação coletiva definido como "instância participativa efetiva da comunidade no projeto" (TAC, 2005, p. 2). Este Comitê estava composto por dois representantes da CONDER, um/a representante da Secretaria de Combate à Pobreza do Estado da Bahia (SECOMP), um/a representante da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (SEDUR), um/a representante da AMACH, um/a representante do Centro de Estudos Sociais (CEAS), um/a representante da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e um/a representante da Cooperação para o Desenvolvimento da Moradia Humana (CDM).

De algum modo, se iniciava a possibilidade de um momento político dissensual, aquilo que para Rancière (1996, 2009) fundamenta a democracia; isto é, uma situação de desarranjo que discute uma distribuição de papéis desigualitária e hierárquica e afirma a capacidade –que estava sendo negada– de qualquer/a um/a –também das moradoras- para tratar assuntos comuns. As moradoras da 7ª Etapa, aqueles corpos e sujeitos que, usando palavras de Paul B. Preciado (2018), estão marcados como infra-cidadãos, e que não podiam ter acesso às técnicas de governo, nem aos locais de produção de conhecimento; e que para os porta-vozes políticos e técnicos do poder público eram simplesmente pessoas pobres (quando não marginais, putas e drogados), de repente, desafiavam a partilha do sensível que os considerava incapazes e povoavam um espaço onde não eram esperados:

> *A política é a atividade que reconfigura os âmbitos sensíveis nos quais se definem objetos comuns. Ela rompe a evidência sensível da ordem "natural" que destina os indivíduos e os grupos ao comando ou à obediência, à vida pública ou à vida privada, votando-os sobretudo a certo tipo de espaço ou tempo, a certa maneira de ser, ver e dizer. Essa lógica dos corpos tem seu lugar numa distribuição do comum e do privado, que é também uma distribuição do visível e do invisível, da palavra e do ruído, é o que propus designar com o termo polícia. A política é a prática que rompe a ordem da polícia que antevê as relações de poder na própria evidência dos dados sensíveis. Ela o faz por meio da invenção de uma instância de enunciação coletiva que redesenha o espaço das coisas comuns. Tal como Platão nos ensina a contrário, a política começa quando há ruptura na distribuição dos espaços e das competências -e incompetências. Começa quando seres destinados a permanecer no espaço invisível do trabalho que não deixa tempo para fazer outra coisa tomam o tempo que não têm para afirmar-se coparticipantes de um mundo comum, para mostrar o que não se via, ou fazer ouvir como palavra a discutir o comum aquilo que era ouvido apenas como ruído dos corpos. (Ranciére, 2012: 59-60).*

A Perícia Popular

Em 2016, no âmbito de um intercâmbio acadêmico que envolve ao grupo de pesquisa Lugar Comum da Faculdade de Arquitetura da UFBA, o Mestrado em Prática do Desenvolvimento Social da Bartlett Development Planning Unit (UCL), e alguns movimentos de Salvador –como o Acervo da Laje, a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador, Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo e o Movimento dos Sem-Teto da Bahia (MSTB)–, teve lugar uma (re)descoberta dolorosa. O intercâmbio em questão, estruturado ao redor de uma metodologia de trabalho com base em roteiros e leituras territoriais colaborativas dos espaços nos quais atuam as organizações da sociedade civil envolvidas, busca problematizar diferentes perspectivas do direito à cidade, e aprender dos encontros e desencontros entre lutas, mundos e saberes.

Como dizíamos, as atividades de indagação e pesquisa do intercâmbio trouxeram para à tona um achado agoniante. A comunidade da 7ª Etapa,

que em 2005 tinha conquistado seus direitos de moradia por meio do TAC, continuava 11 anos após sofrendo um grave processo de abandono e vulnerabilização das condições de vida. Muitas famílias continuavam morando em casas de passagem com condições de habitabilidade lamentáveis, enquanto a outras às quais lhes haviam sido entregues seus imóveis –denunciavam um design inadequado para suas necessidades, desejos e formas de vida, para além de múltiplos problemas materiais e infraestruturais. Como consequência desse achado, o intercâmbio deu lugar a um arranjo coletivo novo, a Perícia Popular, que rapidamente conseguiu se instituir como uma disciplina extensionista de Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS): a ARQB 19 Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador –com oferta pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia em colaboração com a AMACH.

Desde dezembro de 2016, a Perícia Popular começou se construir como um instrumento de ação coletiva voltado para o reconhecimento e avaliação de situações de vida coletiva em contextos de vulnerabilização social, provocados pela ação direta do Estado, notadamente após acordos formalizados entre as partes envolvidas. A avaliação desenvolvida pela Perícia Popular é protagonizada por um grupo de moradoras e diz respeito às suas condições de vida, com identificação de problemas, questões e demandas relacionadas. No entanto, a Perícia Popular não é uma avaliação estanque, nem se resume à mera identificação de problemas ou à denúncia dos mesmos

Ora bemn, além de um instrumento avaliativo, a Perícia Popular também é um experimento coletivo, um espaço de encontro, agenciamento e subjetivação crítica que, por meio de uma política da igualdade cuidadosa –que propõe uma nova "partilha do sensível" (Rancière, 2009)–, luta coletivamente, e a partir do encontro, contra as ficções (necro)políticas da racionalidade político-urbanística implementada pelo Estado. Em um contexto político incerto e de profunda crise de representação, a Perícia Popular é um espaço de possibilidades epistêmicas e políticas comprometida com algumas "questões de interesse" (Latour, 2005) e "cuidado" (Puig de la Bellacasa, 2017) que, menosprezadas e reprimidas pelas agendas urbanas dominantes, permitem imaginar e compor uma cidade justa e igualitária, para além dos limites da pós-democracia como política de consenso.

Aliás, enquanto o instrumento de desenrola, a comunidade que se reúne ao seu redor lida com o desafio da vida em comum. Um repto especialmente *interessante* e *cuidadoso* em uma cidade marcada pelo desencontro, o isolamento e a desvinculação de muitos dos seus cidadãos a respeito de qualquer dimensão comum e coletiva da vida.

Um mundo comum

Uma das questões que a Perícia Popular traz para à tona tem a ver com o desafio cosmopolítico (Latour, 2004; Stengers, 2005) da construção de um mundo comum. Enquanto a máquina patrimonial (Alonso, 2014) dirigida pela tirania distante dos representantes se esforça em restringir –à maneira das *enclosure*s– um processo de transformação urbana que no seu devir sacrifica formas de vida e modos de existência populares –fundamentalmente aqueles da população negra que durante décadas habitou, cuidou e sustentou o centro antigo de Salvador–, a Perícia Popular confirma que o acontecimento ainda não terminou. Em vez de simplesmente denunciar os descumprimentos e resistir aos aspetos mais violentos do projeto, a Perícia Popular irrompe como uma iniciativa dissensual que "desmancha a evidência sensível da ordem 'natural' que destina os indivíduos e os grupos ao comando ou à obediência, à vida pública o à privada" (Rancière, 2012, p. 59) –e afirma as capacidades de qualquer uma para o pensamento e a ação.

Identificando as ficções políticas com as quais as técnicas de governo e a representação confinavam a transformação da 7a etapa como um assunto de especialistas ao qual era impossível resistir, a Perícia Popular aposta por imaginar coletivamente outras ficções políticas que não produzam formas de

violência, opressão e exclusão. Para isso, reúne moradoras, pesquisadoras e ativistas que "se metem no que não é da conta deles" (Stengers, 2015), e propõem, objetam e exigem participar da formulação das questões –não apenas das soluções.

Não se trata, portanto, simplesmente de denunciar descasos e avaliar descumprimentos mas de articular de maneira coletiva "a produção de capacidades comuns"; isto é, criar difração e pensar a partir dos modos de existência violentados, das vidas negras "descartáveis" (Simone, 2016) e da criatividade das lutas, as questões que afetam o futuro comum –e aberto– da 7a etapa.

Se a pulsão necropolítica da representação implicava, em primeiro lugar, a gestão de uma população que não devia se imiscuir nas questões dos especialistas, a Perícia Popular coloca na cena da política os corpos, demandas e desejos de aqueles outros mundos comuns que a máquina patrimonial se dispunha a depurar.

E para isso, confia numa política do cuidado (Puig de la Bellacasa, 2017) que, por meio de vínculos comprometidos, contribui a que as questões de interesse de esses mundos comuns afetem, importem e desmanchem o consenso das ficções políticas da máquina patrimonial.

● TAC e ● Comitê ● Gestor

Durante os primeiros meses de construção da Perícia Popular, a gente observou algumas questões que inquietavam muito à comunidade. Em primeiro lugar, um leque de demandas ligadas ao não cumprimento do TAC.

Nas falas das moradoras, o TAC era enunciado como uma questão de extrema importância: "o direito que a gente ganhou e que garante a moradia da gente" (Entrevista AMACH). Portanto, o seu descumprimento significava a violação de um direito conquistado.

Após 11 anos de sua assinatura, cerca de 30% do total de 108 famílias beneficiárias do TAC não tinha tido acesso às unidades habitacionais recuperadas; a creche não havia sido construída; a sede da AMACH estava ameaçada de despejo; a cozinha comunitária estava fechada; o Ministério Público tinha se omitido de fiscalizar o cumprimento do TAC, etc. Mas além disso, o Comitê Gestor tinha sido desativado anos atrás, o diálogo com a CONDER passava por enormes dificuldades, e uma nebulosa muito densa se apropriava do devir do bairro.

Nos múltiplos encontros, visitas e vistorias, a Perícia também identificou um leque heterogêneo de problemas. Em primeiro lugar, importantes deficiências dos projetos das novas unidades habitacionais que tinham sido entregues às famílias. Precariedade construtiva; incompatibilidade dos projetos–tamanhos das unidades habitacionais às necessidades das famílias; conflitos condominiais; problemas de Manutenção. E, falta de um espaço democrático e igualitário para tratar essas questões com a CONDER.

Em segundo lugar, observamos como algumas famílias continuavam habitando por quase 12 anos em casas de passagem; como muitas de essas situações provisórias tornaram-se permanentes; como algumas das casas de passagem mostravam precariedades extremas. Em terceiro lugar, um conjunto de problemas relativos à segurança da posse–regularização fundiária dos imóveis que afligia às moradoras e constituía mais um sinal de uma condição precária. Era necessário fazer um registro das concessões de moradia; as moradoras se achavam desassistidas e com necessidade de assessoria técnica para a instrução dos processos, etc. Aliás, a mudança do Aluguel Social para o sistema de Bolsa Aluguel tinha ocasionado importantes prejuízos entre as famílias, pois se bem, inicialmente, a CONDER assumia o contrato e os custos do aluguel social –além das taxas de serviços públicos domiciliares–, passou a definir a Bolsa Aluguel no valor de 450 reais, em substituição à forma do aluguel social anterior, sem negociação com as famílias.

A desativação do Comitê Gestor

> *O Comitê Gestor quando estava funcionando dava uma certa segurança para a AMACH porque os representantes eram responsáveis pelos erros e acertos conjuntamente. Sempre era a CONDER que marcava as reuniões. Os representantes na época participavam ativamente. Com a mudança de coordenação. Começa a era do eu posso, faço e delibero sem a aprovação ou consulta da Associação. Esquecendo do TAC e que o mesmo tem que ser cumprido goste ou não quem está na direção ou à margem dela. O TAC é da AMACH.*
>
> *(...)*
>
> *Gostaríamos de saber por andam os representantes do Comitê e como podemos chamá-los à sua responsabilidade ou se eles não sabem que o TAC está sendo violado e eles também são culpados e responsáveis por serem omissos. (Entrevista AMACH).*

Na sequência do conflito vivido entre as moradoras da 7ª Etapa e as instituições públicas que dirigiam o processo de revitalização do Centro Histórico de Salvador – pouco tempo após a assinatura do TAC – ficou instituído o Comitê Gestor, um espaço concebido como a "instância participativa efetiva da comunidade no projeto" (TAC, 2005, p. 2).

Tal e como se depreende tanto das falas das moradoras da 7ª Etapa, como dos trabalhos publicados por algumas pesquisadoras (Bittencourt, 2011; Mourad, 2011; Rebouças, 2012), o Comitê Gestor operava como um espaço de diálogo, inscrição institucional das reivindicações populares e vigilância das mesmas. Mas, outras questões se colocam, ao avaliarmos a problemática do Comitê Gestor a partir da noção de cosmopolítica de Isabelle Stengers (2005) e fundamentalmente da sua premissa do "operador de igualdade" (ibid.).

De acordo com Stengers, a proposta cosmopolítica não tem capacidade para sugerir os termos de um bom mundo comum, mas contaria com recursos e ferramentas para criar um tipo de espaços de hesitação que ela chama de "operadores de igualdade". Estas instâncias se caracterizam por reunirem no mesmo plano opiniões, versões da realidade e pontos de vista heterogêneos, frequentemente separados em diferentes arenas de discussão e com uma distribuição assimétrica de legitimidades; mas, sobretudo, por impelirem técnicos e porta-vozes institucionais a "falarem na presença de" (Stengers, 2005, p. 1002) aquelas pessoas que se verão afetadas pelas suas decisões. E assim, um dos principais recortes dos eventos cosmopolíticos seria sua capacidade para facilitarem situações produtoras de igualdade, por propiciarem aberturas nas que as pessoas participantes estão dispostas a deixar se tocar pela conversa, o afeto, a incerteza e a alteridade. Em efeito, esses espaços de hesitação supõem uma oportunidade para "desacelerar a razão e criar uma oportunidade de despertar uma consciência levemente diferente dos problemas e situações que nos mobilizam" (Stengers, 2005, p. 994), sobretudo, em aqueles atores acostumados a possuírem o monopólio do saber e o poder.

Sendo capazes de simetrizar saberes, desarranjar hierarquias e fazer gaguejar as certezas e premissas dos especialistas, os eventos cosmopolíticos são o tipo de fenômenos que podem nos ajudar a criar situações de igualdade onde compor mundos em comum que não sejam resultado de uma soma de perspectivas hierarquizadas, mas de diálogos inéditos entre iguais.

Como nos lembra Stengers (2005), os mundos em comum não são realidades constituídas nem prefiguradas que tão só devam ser aceites por uma minoria resistente. O grande desafio cosmopolítico seria compor de maneira colaborativa e progressiva – não isento de conflitos e desacordos – esse mesmo mundo que para Latour "se vier a existir, é algo que teremos que construir, com unhas e dentes, juntas" (Latour, 2004, p. 457).

Se imaginarmos a rearticulação da 7ª Etapa do CHS como a composição de um mundo comum possível, que papel deveria ter jogado o Comitê Gestor? Foi uma situação produtora de igualdade ou apenas um simulacro participativo?

Pelo que nos dizem as falas das moradoras, poderia parecer que inicialmente sim se aproximou a uma instância com qualidades de operador de igualdade:

> *Quando a gente discutia dentro do comitê gestor, todo mundo acertava, todo mundo errava e de lá saía um encaminhamento pras coisas [...]. Porque a gente conversava em reuniões, dentro do Comitê Gestor, junto com os técnicos da CONDER e os nossos assessores, e questionava mudanças pra facilitar ou melhorar o ambiente. Hoje, como nada disso tem, e falta essa comunicação, até mesmo essa experiência doméstica (nossa), essa experiência de vida eles não estão nos ouvindo (Entrevista AMACH).*

Ora bem, as mesmas falas e pesquisas que assinalavam as virtudes do Comitê Gestor, traziam à tona o fato de os poderes públicos terem protagonizado uma desarticulação progressiva do mesmo que acabaria na sua completa desativação. Segundo relatos de moradoras, o Comitê Gestor, ao longo dos seis últimos anos, foi gradualmente desarticulado. Isto devido ao fato de os gestores públicos não reconhecerem o direito de atuação do Comitê, tampouco do que foi acordado através dele.

São diversas as questões assinaladas, sobretudo determinados giros e mudanças produzidos no seio da CONDER que acabariam eliminando algumas figuras chave, sensíveis à expansão da democracia e, portanto, à participação popular e à articulação das demandas da AMACH no mundo comum da 7ª Etapa.

De modo recorrente, a atuação da CONDER no espaço do Comitê Gestor esteve pouco aberta à possibilidade de uma autêntica co-produção dos bens públicos com as moradoras, através do Projeto da 7a Etapa. No processo de desarticulação progressiva do Comitê Gestor, as questões e possibilidades colocadas pelas moradoras neste espaço passaram a ser cada vez mais ignoradas. A CONDER atuou frequentemente no sentido de submeter as moradoras da 7ª Etapa a consensos e decisões técnicas pré-determinadas, nas quais não cabiam as demandas dos habitantes –e muitas vezes, também não seus corpos e vidas.

Após a desativação do Comitê Gestor pela CONDER, esse órgão estabeleceu, sem pactuar com as moradoras, que os diálogos passariam a ocorrer através do setor social da sua Diretoria do Centro Antigo de Salvador (DIRCAS). Este atenderia às demandas do aluguel social, disposição das famílias nas unidades habitacionais que ainda não foram entregues ou o que surgisse. Entretanto, entendeu-se, a partir dos relatos das moradoras e de reunião com técnicos/as da DIRCAS, que o posicionamento da CONDER é de restrição ao diálogo com as associadas da AMACH. Isso porque subetendeu-se que os(as) técnicos(as) consideram já terem atendido a todos compromissos firmados no TAC.

> *Quando a gente também fala da má qualidade, ela não está voltada só para as habitações de interesse social, elas estão voltadas para as habitações dentro da sétima etapa. Porque a minha preocupação quando vejo as pessoas falando assim: 'a sétima etapa ia acabar em 2008'. Estava lá o painel gigantesco, não sei quantos milhões, os milhões foram embora e a gente já está em 2016. Já não é mais a sétima etapa, não é mais o PHIS, é um conjunto como um todo que era para ser terminado. Então, toda vez que a gente fala na sétima etapa, o gostoso é que a gente não está preocupada somente com o PHIS, a gente está preocupada também com a qualidade de vida de quem vem morar aqui (Entrevista AMACH).*

O Conselho de Acompanhamento de Obras (CAO) que assegurava à AMACH a possibilidade de acompanhamento das obras também foi desativado. Com isso, as moradoras perderam a possibilidade de participar efetivamente das discussões do processo de reforma das unidades e, principalmente, de compreender o que ainda está sendo (ou será) executado:

> *Estou trazendo para vocês o fato de que a gente precisa de mais braços para que a gente possa resolver essa situação. [...] precisava de um engenheiro, de um grupo jurídico. Se a gente*

> *tivesse continuado com o acompanhamento do CAO isso não teria acontecido. Porque a gente conversava em reuniões, dentro do Comitê Gestor, junto com os técnicos da CONDER e os nossos assessores e questionava mudanças para facilitar ou melhorar o ambiente. Hoje, como nada disso tem e falta essa comunicação, até mesmo essa nossa experiência doméstica, essa experiência de vida, eles não estão ouvindo (Entrevista AMACH).*

A desativação do Comitê Gestor e do Conselho de Acompanhamento de Obras aponta para um retrocesso democrático produzido quando a CONDER decidiu deixar de "jogar à democracia" e falar na presença das moradoras e dos moradores da 7ª Etapa – uma decisão que interrompeu a composição coletiva dum mundo comum mais poroso socialmente e frustrou o desafio democratizador da 7ª Etapa.

> *"fizemos uma Perícia popular para saber quem e como está aqui; como e o que é este bairro; para saber se o bairro está doente e se precisa remédios" (Entrevista AMACH)*

Durante um ano, ao mesmo tempo que a gente trabalhava no reconhecimento das questões que afetavam o bairro, tentamos iniciar um processo de diálogo com a CONDER para que o mundo comum da 7ª Etapa pudesse ser pensado coletivamente. As moradoras queriam reativar o Comitê Gestor e a Perícia se dedicou com intensidade. Ora bem, a campanha de mobilizações, conversas e encontros; todas as atividades e iniciativas dispostas, fundamentalmente, para reativar o Comitê Gestor eram sabotadas constantemente pela tirania de um poder técnico que simplesmente queria entregar os últimos imóveis e livrar-se definitivamente do mundo comum da 7ª Etapa. Como se a política urbana e as necessidades da população mais precarizada pudessem se cancelar facilmente. Aquilo que a gente queria, no espírito da cosmopolítica, era reabrir o processo e manter ele aberto permanentemente por meio de um espaço em que, além de administrar as questões relativas ao TAC, tivessem cabida as novas questões, demandas e desejos da 7ª Etapa.

Mas isso não foi possível, a CONDER não tinha a menor intenção de abrir as portas de um processo de experimentação política, fundamentalmente porque aquelas famílias organizadas na AMACH, que exigiam o seu direito a uma vida digna no centro, eram vistas como uma anomalia para o processo desterritorializador do CHS.

Na própria existência da população negra e pobre no centro de Salvador existia uma diferença radical[2] que a CONDER se negava a aceitar. De algum modo, o cosmos que os técnicos do Estado imaginavam para um centro antigo patrimonializado não tolerava a presença de modos de existência subalternos, e aquele excesso deveria desaparecer ou se tornar invisível.

Esse descuido, essa falta de vontade dos especialistas para "pensar com", para se importar por toda aquela teia de relações, entidades e corpos que no território da 7ª Etapa lutavam pelo direito a uma vida digna, nos conduziu a rearticular a Perícia como uma política urbana do cuidado. Maria Puig de la Bellacasa (2017) argumenta que defender a necessidade vital do cuidado equivale a defender uma relações sustentáveis e florescentes, e não simplesmente supervivencialistas ou instrumentais.

A falta de afetividade, cuidado e de ética política por parte dos técnicos coadjuvava no enfraquecimento de uma comunidade, muito precária, que tinha e tem muitos problemas para se reproduzir: "Não tem uma farmácia, não tem creche, não tem uma cantina, não tem xerocs, não tem luz quando escurece" (Entrevista AMACH).

Assim, tanto conceptualmente como do ponto de vista das práticas, a Perícia passou a ser uma experiência mais voltada para a ficção do que para a crônica. O TAC e o conjunto de técnicas políticas desterritorializadoras que intervém no Centro tinham-se convertido em ficções políticas feticihizadas, opressoras, mascaradas de verdades inelutáveis. Se essas tecnologias políticas não

[2] "Radical difference emerges as a relationship of excess with state institutions" (de la Cadena, 2015, 275)

são democráticas, discutíveis e abertas ao múltiplo –e especialmente ao minoritário e precário–, se não são instrumentos ao redor dos quais poder tomar decisões inclusivas e plurais talvez seja melhor desistir.

Foi assim que a Perícia Popular decidiu enfrentar um novo desafio. Se até agora a gente se movimentava no espaço da crônica: aquilo que diz como as coisas acontecem, decidimos dar um pulo e nos comprometer com a ficção: aquilo que diz como as coisas podem acontecer.

A ficção como diz Rancière, não é o oposto da realidade, mas a construção de um senso de realidade:

> *"Ficção não é criação de um mundo imaginário oposto ao mundo real. É o trabalho que realiza dissensos, que muda os modos de apresentação sensível e as formas de enunciação, mudando quadros, escalas ou ritmos, construindo relações novas entre a aparência e a realidade, o singular e o comum, o visível e sua significação. Esse trabalho muda as coordenadas do representável; muda nossa percepção dos acontecimentos sensíveis, nossa maneira de relacioná-los com os sujeitos, o modo como nosso mundo é povoado de acontecimentos e figuras.(...) O problema não é opor a realidade a suas aparências. É construir outras realidades, outras formas de senso comum, ou seja, outros dispositivos espaço temporais, outras comunidades de palavras e coisas, formas e significados. Essa criação é trabalho da ficção, que não consiste em contar histórias, mas em estabelecer relações novas entre as palavras e as formas visíveis, a palavra e a escrita, um aqui e um alhures, um então e um agora. (Rancière, 2012, p. 64-65).*

Os sensos de realidade que a gente está construindo têm a ver, em primeiro lugar, com um ensaio de política experimental que pensa e quer desenvolver políticas para o Centro, fora dos canais tradicionais. Um laboratório da vida em comum, que cria um espaço onde se reúnem mundos e pessoas diferentes, em uma cidade marcada pelo desencontro. Um mecanismo para conhecermo-nos e aprender a viver juntos e, por exemplo, aprendendo a escutar. Um lugar para conhecer e aprender sem hierarquias, sem especialistas que possam bloquear as questões. Um espaço de igualdade no qual as velhas fronteiras entre as pessoas que sabem e as que não sabem deixaria de ter sentido.

Frente à impossibilidade ou a impotência para sustentar o direito à cidade por meio da interlocução com o poder público, a Perícia decidiu apostar por costurar comunidade e agenciar práticas que reinstituam e cuidem dessa comunidade; práticas que defendam e façam possível a existência dessa comunidade.

Assim, na linha de menos protestos e mais arranjos autônomos e cuidadosos que fortaleçam à comunidade, a Perícia Popular está trabalhando na campanha pela reabertura da cozinha comunitária –como alternativa de trabalho, mas também como espaço coletivo de convivência e fortalecimento da autonomia e articulação, com base no cooperativismo e na economia solidária. E, também, na criação de uma comunidade de práticas e aprendizagem que envolve a diferentes movimentos do CHS com o intuito de praticar o encontro e costurar uma comunidade que, com certeza, vai para além da 7ª etapa, e cuja fragmentação facilita a expansão da necropolítica.

Referências

ALONSO GONZÁLEZ, Pablo. **The heritage machine: the neoliberal order and the individualisation of identity in Maragatería (Spain**). *Identities Global Studies in Culture and Power* 22 (4):397-415. 2014

BITTENCOURT, José Maurício Carneiro Daltro. **A participação popular nos projetos públicos de intervenção urbana: o caso da 7a Etapa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador.2011.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

2011. **166 p.** Mestrado em Ciências Sociais.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti–édipo.** Capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997]

LATOUR, Bruno. **"Whose Cosmos, Which Cosmopolitics?** Comments on the Peace Terms of Ulrich Beck." *Common Knowledge* 10 (3): 450–62. 2004

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: an introduction to Actor-Network Theory.** Oxford: Oxford University Press, 2005.

MOURAD, Laila. **O processo de Gentrificação do Centro Antigo de Salvador 2000 a 2010.** 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie.** Sexo, drogas e biopolítica. São Paulo: n-1 ediçoes, 2018.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. **Matters of care.** Speculative ethics in more than human worlds. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

RANCIÉRE, Jacques. **O desentendimento.** Política e filosofia. São Paulo: editora 34, 1996.

RANCIÉRE, Jacques. **A partilha do sensível.** São Paulo: editora 34, 2009.

RANCIÉRE, Jacques. **O espectador emancipado.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

REBOUÇAS, Thais. **Costurando escalas: 7ª Etapa de recuperação do Centro Histótrico de Salvador, Programa Monumenta e BID.** 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SETEPLA/TECNOMETAL. **Relatório do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, UEP-Salvador, Perfil do Projeto, Volumes 1, 2, e 3, apresentado para o Ministério da Cultura/ Programa Monumenta.** Elaborado pela empresa SETEPLA TECNOMETAL ENGENHARIA, consultoria – projeto-gerenciamento – contratada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, 2002.

SIMONE, AbdouMaliq. **Urbanity and generic blackness.** Theory, Culture & Society. 33: 183–203. 2016

STENGERS, Isabelle. **The cosmopolitical proposal.** Em: Latour B e Weibel P (eds.) Making things public: Atmospheres of Democracy. Cambridge, MA: MIT Press. 2005.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes.** Resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: COSACNAIFY, 2015.

DE LA CADENA, Marisol. **Earth beings: Ecologies of practice across Andean Worlds.** Durham: Duke University Press, 2015.

REDES URBANAS HÍBRIDAS: conflitos na criação dos espaços virtuais de participação

MENESES, Vítor Domício de (1); CARDOSO, Daniel Ribeiro (2); BEIRÃO, José Nuno (3)

1. Centro Universitário UniFanor/Wyden. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Av. Santos Dumont, 7800 - Fortaleza CE
vitor.meneses@unifanor.edu.br

2. Universidade Federal do Ceará / Universidade de Lisboa. Faculdade de Arquitetura
Av. da Universidade, 2890 - Fortaleza CE
danielcardoso@ufc.br

3. Universidade de Lisboa. Faculdade de Arquitetura
Rua Sá Nogueira - Pólo Universitário - Alto da Ajuda - 1349-063 Lisboa
jnb@fa.ulisboa.pt

Resumo

A incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na vida contemporânea influencia profundamente a forma de se comunicar e de se relacionar em um contexto de transição de uma sociedade urbano-industrial para uma sociedade da informação e do conhecimento. Porém, admitir o alcance dessas tecnologias nos diversos setores da sociedade não é suficiente para compreender a complexa rede urbana que se forma a partir da criação de um espaço híbrido. As redes urbanas existentes, formadas pelas relações entre diversos atores sociais, são potencializadas pelo uso das TICs na medida em que possibilitam outros espaços de interação que não somente os espaços públicos físicos. A previsão de uma "enxurrada de informação" referente às novas formas de produzir e compartilhar mídias não apenas se confirmou como também foi reforçada através dos novos meios de comunicação da Internet. Com isto, atualmente é percebida a proliferação de canais de participação política e debates sobre decisões de interesse público. Essas ferramentas são espaços virtuais de participação que permitem uma interação inédita sem os tradicionais obstáculos de tempo, locomoção e gastos financeiros, facilitando e estimulando a participação. Por outro lado, a participação virtual pressupõe que o usuário possua os aparelhos e o conhecimento necessários para ingressar no espaço de debate. As ferramentas colaborativas utilizam-se de um "excedente cognitivo" para, através da criação de uma rede de pessoas em diversas partes do mundo, trabalhar em prol de uma causa coletiva. Porém, apesar dos ganhos provenientes das TICs, é preciso refletir sobre o processo de construção das redes urbanas híbridas. Se antes essas redes eram entendidas como a junção de espaços virtuais e físicos, atualmente, por causa da ubiquidade das TICs, pode-se admitir a criação de um espaço "ampliado". Desse modo, considerando as recentes pesquisas sobre a produção de informações falsas e manipulações de eventos públicos, esta pesquisa parte de reflexões sobre a credibilidade das informações produzidas e compartilhadas nas redes e, principalmente, possui o objetivo de compreender como os espaços virtuais podem ser utilizados para potencializar os processos participativos através da criação de ambientes seguros. A necessidade desta investigação parte dos ruídos que os espaços de participação podem conter, principalmente pela utilização de "trolls", "bots", "stalkers" ou perfis falsos para proliferação de notícias falsas pondo em risco a credibilidade do meio. Para refletir sobre esses questionamentos, esta pesquisa realizou um levantamento de espaços

virtuais existentes cujo objetivo é possibilitar o debate e a participação em torno de questões coletivas. A partir deste levantamento, foi realizada uma caracterização dos diferentes espaços para identificar que mecanismos foram desenvolvidos para garantir maior segurança e credibilidade das informações produzidas e compartilhadas. Somente descrevendo minuciosamente os espaços virtuais de participação é possível compreender como eles afetam as dimensões democráticas e influenciam nos processos decisórios de planejamento e gestão das cidades.

Palavras-chave: Redes urbanas; Espaços virtuais; Participação; Tecnologias de Informação e Comunicação.

01. Introdução

O debate acerca da influência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas sociedades contemporâneas permanece transformando-se na mesma velocidade com que as novas possibilidades de comunicação se multiplicam. Pierre Lévy descreve enfaticamente um "dilúvio de informações" gerado pelas telecomunicações por causa da sua "natureza exponencial, explosiva e caótica de crescimento" (LÉVY, 1999, p. 13). A descrição permanece atual e, além disso, a produção de informações parece crescer a medida que o tempo passa.

Porém, o conceito de "ciberespaço" ou "rede", definido como um novo meio de comunicação a partir da internet que contempla tanto a infraestrutura material como as informações geradas (LÉVY, 1999. p. 17), passa por uma revisão a partir da ressignificação do espaço produzida pelas TICs. Ou seja, a definição do ciberespaço separado do espaço urbano produz uma compreensão errônea sobre a cidade contemporânea e a presença das TICs nesses espaços. Firmino e Duarte (2008) descrevem o espaço urbano contemporâneo como um espaço "infiltrado" pelas TICs e, por isso mesmo, ampliado:

> *A ampliação, hoje, não depende da vontade e das crenças de indivíduos ou grupos (como ocorre com os transes); acontece em todos os meios, a todo instante, independente de nossa vontade, ou até mesmo independente de nossa própria percepção de que este fenômeno esteja ocorrendo. É a essa 'invisibilidade' e caráter indistinto às vontades individuais que Duarte chama de cidade infiltrada; infiltrada por tecnologias que ampliam nossas capacidades comunicativas e interativas, sem nos darmos conta das proporções dessa 'infiltração'. Hoje, e por isso considera-se o espaço ampliado, justamente por ser infiltrado, não importa o que crêem ou não os indivíduos – vivemos em um espaço ampliado tal sua infiltração. (FIRMINO E DUARTE, 2008)*

Num contexto no qual as redes urbanas passam a ser admitidas como híbridas e o espaço urbano torna-se ampliado e experienciado de outras formas, novos canais de participação popular são criados e geridos, fortalecendo as redes sociais *off line* (CASTELLS, 2013) e potencializando as conexões para viabilização de manifestações e atos democráticos.

Porém, admitir o alcance dessas tecnologias nos diversos setores da sociedade não é suficiente para compreender a complexa rede urbana que se forma a partir da criação de um espaço híbrido. As redes urbanas existentes, formadas pelas relações entre diversos atores sociais, são potencializadas pelo uso das TICs na medida em que possibilitam outros espaços de interação que não somente os espaços públicos físicos.

Com isto, atualmente é percebido um grande número de canais de participação política e de debates sobre decisões de interesse público. Essas ferramentas propõem a concepção de espaços virtuais de participação que permitem uma interação inédita sem os tradicionais obstáculos de tempo, locomoção e gastos financeiros, estimulando a participação. Por outro lado, a participação virtual pressupõe que o usuário possua os aparelhos e o conhecimento necessários para ingressar no espaço de debate.

Porém, apesar dos ganhos provenientes das TICs, é preciso refletir sobre o processo de construção das redes urbanas híbridas. Se antes essas redes eram entendidas como a junção de espaços virtuais e físicos, atualmente, por causa da ubiquidade das TICs, pode-se admitir a criação de um espaço "ampliado". Desse modo, considerando as recentes pesquisas sobre a produção de informações falsas e manipulações de eventos públicos, este trabalho parte de reflexões sobre a credibilidade das informações produzidas e compartilhadas nas redes e, principalmente, possui o objetivo de compreender como os espaços virtuais podem ser utilizados para potencializar os processos participativos através da criação de ambientes seguros.

A necessidade desta investigação parte dos ruídos que os espaços de participação podem conter, principalmente pela utilização de "trolls", "bots", "stalkers" ou perfis falsos para proliferação de notícias falsas pondo em risco a credibilidade do meio. Para refletir sobre esses questionamentos, este trabalho baseia-se em um levantamento e uma classificação de espaços virtuais de participação. Somente caracterizando minuciosamente os espaços virtuais de participação é possível compreender como eles afetam as dimensões democráticas e influenciam nos processos decisórios de planejamento e gestão das cidades.

02. As redes urbanas híbridas

A ubiquidade das TICs no espaço urbano estabelece para os cidadãos, ainda que estes não tenham consciência disto, novas formas de agir na cidade e relacionar-se com os espaços e com os outros habitantes. A transformação na forma de experienciar a cidade pode ser observada também – e talvez, principalmente – no conteúdo compartilhado pelos usuários das redes sociais, considerado uma relevante "chave de leitura da vida urbana contemporânea" (MANOVICH E INDACO, 2016). Este conteúdo, composto de imagens, descrições e *tags*, permite aos usuários compartilharem suas experiências e contribui para a formação de uma "imagem da cidade":

> *Pode-se argumentar que a identidade de qualquer cidade compõe-se, hoje, tanto pelo conteúdo mediatizado nela compartilhado através de redes sociais quanto por sua infraestrutura e suas atividades econômicas. (MANOVICH E INDACO, 2016).*

Castells (1999) defende que o protagonismo dos sistemas digitais tem implicações sociais, econômicas, culturais e interpessoais e define isto como a "Era da Informação", uma revolução, "um evento histórico da mesma importância da Revolução Industrial do século XVIII" e, assim como as outras revoluções tecnológicas, caracteriza-se por sua "penetração em todos os

domínios da atividade humana" (CASTELLS, 1999. p. 88). Diversos autores referem-se a inserção das TICs em todas as esferas da sociedade como um período de grandes mudanças, constituindo uma profunda transformação social, como diz François Ascher:

> *As sociedades ocidentais estão em mutação, entrando em uma nova fase da modernidade, que assiste a evolução profunda das maneiras de pensar e agir, da ciência e da técnica, das relações sociais, da economia, das desigualdades sociais e das formas de democracia. Essas mutações implicam e tornam necessárias transformações importantes na concepção, produção e gestão das cidades e do território; elas engendram uma nova revolução urbana moderna, a terceira desde a revolução da cidade clássica e da cidade industrial. (ASCHER, 2010. p. 17-18)*

Ao admitir a complexidade própria do espaço urbano e adicionar a isto o advento das TICs, os autores apontam para a transição de uma sociedade urbano-industrial para uma sociedade da informação e do conhecimento (ASCHER, 2010; CASTELLS, 1999), manifestada principalmente pela emergência de redes, "ou melhor, como uma série de redes interconectadas, que asseguram uma mobilidade crescente de pessoas, bens, informações." (ASCHER, 2010. p.45). Essas redes manifestam-se em diversos setores da sociedade, nas relações humanas e ambientais, infiltradas pelas tecnologias (FIRMINO E DUARTE, 2008).

A mobilidade crescente de elementos físicos e abstratos também representa uma transformação dos sistemas democráticos, uma vez que as novas conexões criam espaços de debate. Os novos meios de comunicação, principalmente através da Internet, contribuem para potencializar as redes sociais existentes, criando novos espaços de troca no ambiente virtual.

As redes humanas, sejam sociais ou infraestruturais, modificam-se e tornam-se mais complexas a medida que aumenta a conectividade, transformando as cidades em "redes complexas que emaranham dados de distintas procedências" (BEIGUELMAN, 2016). Comparando esta definição com os conceitos de Ascher (2010), temos que os "dados de distintas procedências" são fruto da complexidade da cidade contemporânea, que não pode mais ser definida somente como uma rede, mas como um conjunto de redes que se relacionam (ASCHER, 2010).

O surgimento e a multiplicação das possibilidades de conexão, compreendendo isto como uma característica das redes, permite que sejam reconfiguradas as relações dos cidadãos com o espaço urbano e suas edificações. Beiguelman (2016), através da análise de diversos projetos de arquitetura, arte e design descreve uma nova forma de agir na construção da cidade:

> *...uma transformação essencial no modo de pensar a relação das tecnologias com as cidades, que passam a ter de explorar as dimensões arquitetônicas de ambientes ricos em dados. A arquitetura externa deixa de ser pensada como carcaça para ser problematizada como lugar de tensão e espaço a ser ocupado a partir de instâncias provisórias e de exercício de outras formas de cidadania, mediadas pelas tecnologias digitais em rede. (BEIGUELMAN, 2016).*

A autora caracteriza isto como uma apropriação da arquitetura enquanto interface e plataforma de ação e, para exemplificar a relevância desta discussão, relembra que em um dos mais importantes movimentos políticos da atualidade – o Occupy Wall Street – ocorreu a "tomada simbólica da fachada do edifício da Verizon, via projeções infiltradas, reunindo dezenas de milhares de pessoas em um ato noturno na Ponte do Brooklyn" (BEIGUELMAN, 2016).

Outra característica desta nova sociedade é a reformulação dos sistemas democráticos, que agora precisam se reinventar principalmente na escala local frente a ampla variação de possibilidades:

> *Em uma sociedade de 'n' dimensões e em territórios que mudam de tamanho e de natureza, conforme as práticas e as mobilidades individuais, torna-se necessário elaborar dispositivos de âmbito estatal com escalas relativamente flexíveis, fundamentadas mais*

> *fortemente sobre o princípio da subsidiariedade, permitindo mecanismos de consulta à população e aos atores de forma continuada e diversa. (ASCHER, 2010, p. 73)*

A flexibilidade defendida pelo autor está presente na essência dos dispositivos de participação através da internet que, através do sistema proporcionado aos usuários, contribuem para potencializar as redes sociais existentes, criando novos espaços de troca e novas formas de participação, que, além de ser um importante instrumento para a solução de problemas é, sobretudo, uma necessidade fundamental e inata do ser humano (BORDENAVE, 1983).

Na última década, observou-se em diversas partes do mundo, movimentos sociais, manifestações e revoluções inteiras formadas a partir de redes sociais da internet. As redes sociais preexistentes não foram ignoradas, mas potencializadas pelos novos meios, que possibilitaram uma maior conexão entre os atores sem impedimentos de espaço e tempo, reforçando o argumento sobre a importância das redes na cidade, tanto para a interpretação do território quanto para o planejamento urbano considerando a participação cidadã em processos democráticos. Os novos meios tem um papel importante na organização e desenvolvimento dos movimentos sociais contemporâneos, como afirma Manuel Castells ao analisar os protestos árabes ocorridos em 2011:

> *...os levantamentos árabes foram processos espontâneos de mobilização que emergiram de apelos da internet e de redes de comunicação sem fios com base nas redes sociais pre-existentes na sociedade, tanto digitais como cara a cara. (CASTELLS, 2013. p. 116).*

Outro fato a ser considerado para mensuração do alcance destas redes é a conexão entre diversas ações populares ao redor do mundo, mostrando que as redes extrapolam os limites físico-territoriais, promovendo a conexão entre diferentes cidades. Este fato contribui para o fortalecimento de uma rede global de participação cidadã na medida em que os fatos ocorridos em um país influenciam e inspiram a atuação de movimentos em outros países:

> *Esses movimentos [árabes, ocorridos em 2011] emergiram devido a causas específicas de cada país e evoluíram de acordo com as condições dos seus contextos e das idiossincrasias de cada revolta. Contudo, foram todos levantamentos espontâneos, estimulados pela esperança e inspirados pelo sucesso das revoluções tunisina e egípcia, transmitido pelas imagens e mensagens que chegavam pela internet e pelas redes de televisão de satélites árabes. (CASTELLS, 2013. p. 105)*

Todos os movimentos citados possuem motivações em comum: grande insatisfação da população em relação aos representantes políticos e o desejo de exercer seus direitos democráticos de forma eficiente.

03. Participação, mobilização e dispositivos virtuais

A Era da Informação aponta para uma mutação do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo, uma valorização do conhecimento – informações e procedimentos – enquanto produto a ser apropriado e vendido (ASCHER, 2010). Esta tendência é reforçada pelo conceito de "excedente cognitivo", definido como o tempo livre gasto online em prol de ações coletivas (SHIRKY, 2011). Ao longo dos anos, com a evolução dos meios de comunicação, a forma de consumir informação sofreu transformações. A conduta apática e solitária do público da televisão foi dando espaço para todas as possibilidades de interação dos usuários da Internet com uma diferença principal: as pessoas passaram de uma posição passiva, de apenas consumidores, para uma posição ativa, de agentes participantes do processo da informação. O autor demonstra isto com o caso da enciclopédia virtual Wikipédia:

> *As pessoas perguntam 'Onde eles encontram tempo?', referindo-se aos que trabalham na Wikipédia, não compreendem como todo aquele projeto é minúsculo em relação ao tempo livre coletivo*

> *que todos possuímos. Algo que torna a era atual notável é que podemos agora tratar o tempo livre como um bem social geral que pode ser aplicado a grandes projetos criados coletivamente, em vez de um conjunto de minutos individuais a serem aproveitados por uma pessoa de cada vez. (SHIRKY, 2011. p.15).*

Os novos meios de comunicação podem ser compreendidos, a partir desta argumentação, como interfaces que possibilitam a concretização de ações colaborativas, dando vazão a uma necessidade inata de participação: "As pessoas querem fazer algo para transformar o mundo em um lugar melhor. Ajudam, quando convidadas a fazê-lo." (SHIRKY, 2011. p. 21).

O esquema a seguir demonstra o conceito de excedente cognitivo explorado por Shirky (2011) através da comparação entre a conduta do consumidor da informação.

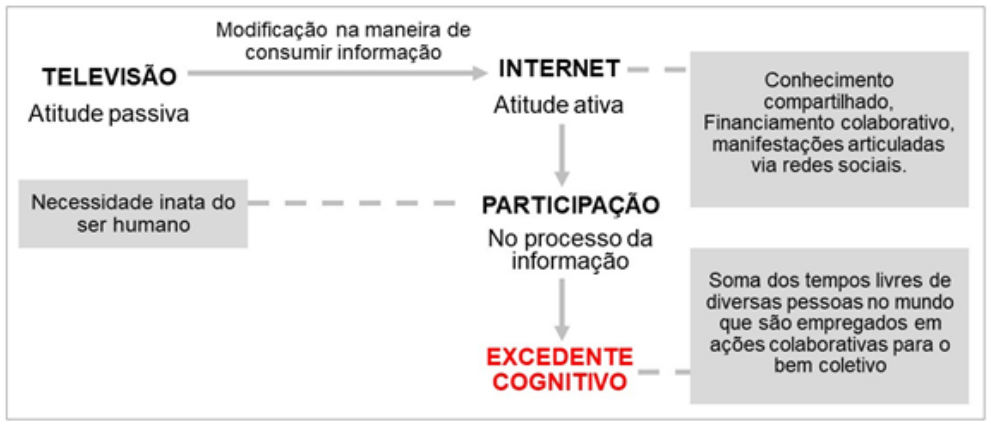


Figura 01. Diagrama da transformação da participção e do excedente cognitivo.
Fonte: Desenvolvido pelos autores a partir de Shirky (2011).

O principal impacto dos novos meios nas relações e na vida urbana está ligado a comunicação que, através de aparelhos como smartphones e tablets, empodera as pessoas dando-lhes cada vez mais conectividade, transformando cada cidadão em um agente ativo do processo de comunicação (SHIRKY, 2011).

Considerando a atual crise de representatividade política vivida nos sistemas democráticos, a participação torna-se pauta essencial devido ao "descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos." (BORDENAVE, 1983). Nesse sentido, a Internet possibilita, entre outras atividades, a criação de redes de mobilização populares em prol de reinvindicações coletivas e debates sobre questões urbanas e decisões políticas, ampliando o espaço democrático através da participação popular.

Pode-se observar a influência da internet através do protagonismo das redes sociais online que potencializam as redes sociais *off-line* existentes e dão suporte aos movimentos sociais contemporâneos. Embora a atuação destes movimentos seja organizada através da Internet, o meio de conexão é sempre utilizado como extensão do espaço urbano para mobilização em prol de ações coletivas (CASTELLS, 2013), fato que amplia o grupo de pessoas participantes e dá notoriedade aos movimentos.

Através da análise dos movimentos sociais, compreende-se a internet como foco do novo sistema social, uma grande plataforma de compartilhamento de informações, transformando os espaços virtuais em extensões do espaço físico e criando um locus híbrido de relações. Esse espaço híbrido – fruto das redes urbanas híbridas, onde o espaço permanece "infltrado" – nada mais é do que a própria sociedade espacializada na cidade. Nesta "sociedade em rede" (CASTELLS, 1999) surgem iniciativas independentes de resistência e participação, nas quais a informação é protagonista. Esse processo é maximizado no atual momento histórico ao estabelecer redes de colaboração em prol de causas coletivas e dar mais autonomia aos movimentos sociais:

> *...os movimentos ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões. (CASTELLS, 2013. p. 12).*

Sobre o contexto das manifestações, Castells (2013) revela comunidades e movimentos sociais que, através da conexão possibilitada pela internet, trocam experiências e compartilham conquistas com outras comunidades em diversos locais do mundo. Este fato exemplifica a superação dos limites físico-territoriais através da rede. A internet pode ser entendida, portanto, como uma plataforma virtual de extensão do espaço público físico. Isto demonstra as novas possibilidades de organização, mobilização e comunicação dos movimentos sociais. O espaço virtual, ou "ciberespaço" (LÉVY, 1999), através do ciberativismo, já é utilizado para construir grandes manifestações que influenciam diretamente no espaço público real.

No Brasil, seguindo um comportamento observado em diversas partes do mundo relativo a "cultura da participação" (SHIRKY, 2011) e a descoberta das redes sociais virtuais como "espaços de autonomia" (CASTELLS, 2013), diversas iniciativas não-governamentais com o intuito de estimular a "webcidadania" (ROCHA; PEREIRA, 2011) podem ser apontadas, tanto com objetivo de acompanhar as ações dos representantes eleitos como para debater e publicar sugestões, demandas e reclamações populares. Rocha e Pereira (2011) admitem que "será preciso muito mais do que usar a Internet para a mobilização massiva e veloz" e questionam sobre os resultados efetivos das iniciativas nascidas na Internet (ROCHA; PEREIRA, 2011).

Castells enfatiza a importância das redes sociais pré-existentes e das ações nos espaços públicos da cidade como aspectos de grande contribuição para as redes multimodais espontâneas que auxiliam na organização das ações dos movimentos sociais contemporâneos (CASTELLS, 2013). Em um estudo sobre as redes sociais virtuais enquanto espaços de participação, Rocha e Pereira atestam que:

> *Apesar das imensas possibilidades de utilização das chamadas mídias sociais – blogs, wikis, redes sociais, ferramentas de troca de vídeos, ferramentas de discussão, entre outras – verifica-se que não vêm sendo predominantemente utilizadas para constituir espaços virtuais de interação capazes de incluir o cidadão como ator ativo na tomada de decisões. Pelo contrário, em geral, elas têm sido utilizadas pelo Estado para um tipo de comunicação unidirecional, que não incorpora os princípios de sociabilidade da nova cultura tecnológica. (ROCHA; PEREIRA, 2011)*

A condição de subutilização dessas ferramentas por parte do Estado é um reflexo do que ocorre, grande parte das vezes, com as ferramentas de participação tradicionais – ou que não utilizam tecnologias de base digital. No entanto, a divulgação de informações relativas a gestão e suas ações é um passo importante para conquistar um patamar de controle social.

Segundo Marques (2014), grande parte dos estudos relativos aos impactos das tecnologias digitais sobre a democracia apresentam dois problemas: "determinismo tecnológico" e ingenuidade nas análises sobre o poder das instituições e agentes representativos. O determinismo tecnológico diz respeito a compreensão de que a tecnologia provoca transformações na sociedade e não o contrário. Porém, segundo Castells (1999), a tecnologia não pode influenciar a sociedade, visto que foi a sociedade que a criou, então, as transformações sociais dizem respeito ao processo normal da evolução humana. Além disso, Marques (2014) atesta como proeminentes nestes estudos "os questionamentos acerca dos limites que a exclusão digital impõe a projetos dedicados ao aperfeiçoamento dos mecanismos de participação ou de transparência" (MARQUES, 2014).

Além da exclusão digital que é um dos mais relevantes obstáculos para implantção de sistemas virtuais de participação, a legitimidade do sistema também deve ser discutida, objetivo maior deste trabalho. Castells (2013), quando descreve os movimentos sociais que foram organizados com auxílio de Tecnologias de Informação e Comunicação em diversas partes do mundo, cita que os movimentos começaram nas

> *redes sociais na Internet, já que esses são espaços de autonomia, bem para lá do controle dos governos e das empresas, os quais,*

> *ao longo da história, monopolizaram os canais de comunicação enquanto fundação do seu poder. (CASTELLS, 2013, p. 20).*

Porém, atualmente se tem amplo conhecimento sobre diversas ferramentas de controle e manipulação através das redes sociais, muitas delas desenvolvidas e utilizadas por grandes empresas e governos, contradizendo em parte o que disse Castells. Entende-se, no entanto, que o argumento do autor refere-se a uma liberdade de comunicação permitida pelas redes sociais, ao contrario de outros meios de comunicação, como a televisão. Além disso, fica claro que o autor refere-se a "autonomia das redes sociais" em comparação a meios que estão "completamente dominados" pelas grandes empresas.

A partir do exposto, percebe-se que a conectividade trazida pelo avanço das TICs possibilitou a emergência de novos espaços de participação, de difusão de informações e de controle social. No entanto, é importante considerar que as TICs trazem a possibilidade, e não a garantia desses espaços, por causa de diversos fatores já explorados.

Essas novas maneiras de interação, em maior ou menor grau, entre cidadãos e gestores, são sistemas aqui denominados como dispositivos virtuais de participação e utilizam a internet como base de trabalho para proporcionar canais de comunicação, mobilização e colaboração em torno de pautas políticas, ambientais, socioeconômicas e de planejamento urbano.

O principal parâmetro para selecionar os dispositivos de participação diz respeito a conexão que é proporcionada entre cidadãos e gestores. A seleção e classificação aqui considerada é a que foi proposta em Meneses (2017). Existem diversos tipos de dispositivos, alguns deles, principalmente os portais governamentais, têm o objetivo de apenas informar o usuário, ou seja, o governo pretende somente fornecer dados sobre o município e a gestão, não prevendo nenhum feedback. Estes são os Dispositivos de Informação.

O segundo tipo de dispositivo virtual de participação é o de Mobilização e Ativismo. Este dispositivo pode ser chamado de "rede" tem o objetivo de proporcionar conexão direta entre usuários e com gestores. Esse tipo de dispositivo contempla projetos de lei populares, lista de assinaturas e abaixo assinados virtuais, todo e qualquer ferramenta de apoio a ações coletivas.

O terceiro e último tipo de dispositivo é o Didáticos e de Pesquisa assemelha-se a tipologia "Informação", porém, inserindo mecanismos de interatividade e permitindo analises, comparações e configurações na exibição dos dados. Geralmente criados através da associação de empresas e instituições particulares, esses dispositivos, embora também possuam o objetivo de compartilhar informações para empoderar os cidadãos, também possuem uma preocupação didática e de pesquisa. São exemplos desse tipo de dispositivo os portais de informação e pesquisa que dispõe de dados para o usuário.

Os dispositivos virtuais de participação possibilitam muitos avanços no que diz respeito a ampliação do processo participativo e representam ganhos para o cidadão. Porém, admitindo que aqui está sendo realizada uma investigação acerca da eficiência destes dispositivos, é preciso, para contribuir com o aperfeiçoamento desses sistemas, questionar quais são os conflitos na construção dos espaços de participação na internet e com o auxílio de TICs. Dentre os conflitos, a maioria de ordem política, ética e social, está a credibilidade da informação, que traz consigo a legitimidade do espaço, dos usuários e por consequência, das decisões tomadas.

04. A credibilidade da informação nos espaços virtuais

Segundo Aviv Ovadya, Chefe do Centro de Responsabilidade de Mídia Social da Universidade de Michigan, desde 2016, mais precisamente na época das eleições, começou a ocorrer um fenômeno denominado por

ele como “Infocalypse”, uma complexa crise de desinformação. À primeira vista, a informação parece contraditória uma vez que as sociedades vivem atualmente na “Era da Informação”, fato que acaba com a possibilidade de alguém estar desinformado num contexto de acesso fácil e rápido a todo tipo de informação desejada. Porém, a desinformação a qual se refere Ovadya é proveniente das notícias falsas e, mais do que isso, da simulação de imagens, falas e acontecimentos.

O contexto descrito por Ovadya diz respeito a diversas ferramentas para manipular a percepção e falsificar a realidade através de recursos para adulterar vozes, fazer montagens de imagens e vídeos, além dos perfis falsos, do tipo “trolls”, “bots” e “stalkers”. Esses perfis são criados a partir de interesses políticos e econômicos para influenciar opiniões sobre fatos específicos. Porém, o maior problema não são as ferramentas em si e nem o fato de declaradamente, terem sido utilizadas ou não. O conflito maior é o simples fato das ferramentas existirem, pois isso, por si só, coloca em cheque a credibilidade dos canais de comunicação virtuais.

Os bots ou *internet bot* ou *web robot* são robôs que contém um dispositivo ou um conjunto de dispositivos capazes de, com recursos de inteligência artificial, realizar trabalhos de maneira autônoma ou pré-programada. No caso das redes sociais, podem ser programados através de perfis falsos para compartilhar informações e multiplicar o número de vizualizações das publicações, ou ainda podem interpretar os perfis reais e produzir respostas automáticas para possíveis interações nas redes.

Outra previsão importante feita por Ovadya é que, após muito tempo de produção de informações falsas, as informações divulgadas em rede de uma forma geral vão cair em um processo crescente de descrédito. O mesmo descrédito na política e nas instituições que motivou as manifestações, a criação de dispositivos de participação afetará a população com uma síndrome chamada de “apatia da realidade”. Segundo Ovadya, “sitiadas por uma torrente de desinformação constante, as pessoas simplesmente começariam a desistir de se informarem”.

O debate acerca da credibilidade da informação não é somente sobre a produção de “fake news”, mas é uma discussão que atinge o questionamento sobre a validade das decisões tomadas em ambientes virtuais, uma vez que a participação legítima não pode ser assegurada quando pode existir a presença de perfis “bots” entre o público de usuários do espaço.

05. Considerações finais

A partir da caracterização das redes urbanas híbridas e das considerações sobre os conflitos na construção e gestão de espaços virtuais de participação, é possível perceber principalmente dois aspectos importantes para esta discussão.

A primeira consideração sobre isto é a percepção da influência das TICs enquanto possibilidades de interface de comunicação, redes que estão “infiltradas” nas redes sociais *off-line* e no espaço urbano. Sobre isto, Castells (1999) afirma que as tecnologias estão em todos os setores da sociedade quando descreve a “penetrabilidade” das TICs como um dos fatores do paradigma da informação a ser considerado. Este fato já é largamente conhecido – ainda que inconscientemente – no cotidiano, no entanto, o que deve ser considerado é como essa ubiquidade influencia e modifica o comportamento das pessoas através de recursos de mineração e modelagem de dados e manipulação de tendencias, modificando sobremaneira as redes existentes (GUIMÓN, 2018). No caso dos dispositivos de participação, as TICs potencializam relações já existentes e estabelecem novas formas de comunicação. Essas novas maneiras de conectar-se com o outro dizem respeito a condição híbrida que as TICs produzem no espaço e nas redes.

O segundo aspecto observado é relativo aos conflitos na construção dos espaços virtuais de participação. A forma de planejar, produzir e gerir a

cidade replica-se no espaço virtual juntamente com os conflitos existentes. É por isso que a noção de espaço urbano e espaço virtual como espaços separados não corresponde à realidade, tal como já foi citado neste trabalho. Dessa forma, o espaço virtual é uma ampliação do espaço real, e a partir da infiltração das TICs passa a ser híbrido. Neste sentido, a principal diferença do espaço virtual está nos novos recursos para manipulação da informação.

Portanto, é essencial perceber que os entraves encontrados nos espaços virtuais são totalmente relativos aos conflitos políticos, economicos, sociais, ou seja, são fruto da sociedade. Além de identificar a origem dos conflitos, esta afirmação também é confirmada quando relembra-se o conceito de "espaço ampliado", suscetível aos avanços e conflitos sociais. Refletindo a partir disto e objetivando construir e gerir espaços virtuais de participação mais democráticos e mais genuínos, é preciso observar as possibilidades trazidas pelas TICs enquanto novas formas de participação e, além disso, refletir sobre os conflitos observados no intuito de criar mecanismos de feedback, controle e fiscalização para auxiliar na eficiência de processos mais democráticos.

Referências Bibliográficas

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo.** São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BEIGUELMAN, Giselle. **Arte e espaço público: da cidade interativa à cidade participativa.** In: Atas do 1º Colóquio Internacional ICHT, 16 a 17 de março, 2016, São Paulo, SP, Brasil. Imaginário: construir e habitar a Terra; cidades 'inteligentes' e poéticas urbanas. São Paulo: FAU/USP, 2016.

BORDENAVE, Juan E. **Diaz.** O que é participação? São Paulo: Editora Braziliense, 1983.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança – Movimentos sociais na era da internet.** Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação: Economia, sociedade e cultura.** Volume 1: A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FIRMINO, Rodrigo; DUARTE, Fábio. **Cidade infiltrada, espaço ampliado.** Arquitextos, São Paulo, 096.01, Vitruvius, maio 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.096/3408>. Acesso em: 15 dez. 2016.

GOMES, Wilson. **Participação política online: questões e hipóteses de trabalho.** In: ROUSILEY, C. M. M.; GOMES, W.; Marques, F. P. J. A. (Org.). Internet e participação política no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GUIMÓN, Pablo, Charlie. **O 'Brexit' não teria acontecido sem a Cambridge Analytica.** El País 22.mar.2018. Disponível em <https://brasil.elpais.com/autor/pablo_guimon/a/>. Acesso em: 25 mar. 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MANOVICH, L.; **INDACO, A.** A imagem da cidade de dados. Traduzido do inglês por Marcelo Tramontano. V!RUS, São Carlos, n. 13, 2016. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus13/?sec=4&item=1&lang=pt>. Acesso em: 01 junho. 2018.

MENESES, Vítor Domício de. **Participação na era da informação : uma Análise do uso das TICs nos processos participativos.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design. 118 f. Fortaleza, 2017.

ROCHA, Maria Célia Furtado; PEREIRA, Gilberto Corso. **Mídias Sociais e espaços de participação.** Simpósio em Tecnologias Digitais e Sociabilidade. Salvador, 2011.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

WARZEL, Charlie. **Ele previu a crise de notícias falsas em 2016.** Agora está preocupado com um apocalipse de informações. Buzz Feed News 23 mar. 2018. Disponível em <https://www.buzzfeed.com/charliewarzel/apocalipse-informacoes-internet?utm_term=.rgayO5j15v#.iv1yYmw0mg>. Acesso em: 25 mar. 2018.

MEMÓRIA, TECNOLOGÍA y PRODUCCIÓN DEL TERRITORIO ECUATORIANO

MARX, JANAINA (1); ESPINOZA, HERNÁN (2); GODOY, IRINA (3); CEVALLOS, LUIS ANDRÉS (4)

1. Universidad Central del Ecuador. Universidade de São Paulo
jmarx@uce.edu.ec, jmarx@usp.com

2. Universidad Central del Ecuador. Universidade de São Paulo
hrespinoza@uce.edu.ec, hrespinoza@usp.com

3. Universidad Central del Ecuador.
lacevalloss@uce.edu.ec, cevallosluisandres@gmail.com

4. Universidad Central del Ecuador.
imgodoy@uce.edu.ec, irina.g.c@gmail.com

Resumen

En 1946 es inaugurada la primera Escuela de Arquitectura, en la Universidad Central del Ecuador, principal institución de enseñanza superior pública del país. Desde el inicio, la facultad ha contribuido en la formación del pensamiento de la arquitectura y del urbanismo ecuatoriano, influenciando y participando activamente en la producción de este territorio. El gran número de estudiantes formados y su carácter público, contribuyeron para que la producción académica fuera significativa en el escenario nacional, buscando responder a las particularidades de los contextos económico, social y cultural de este país sudamericano. La FAU UCE graduó 7.040 arquitectos entre los años 1952 e 2014, con una producción de aproximadamente 3.163 trabajos de fin de carrera (TFC). Sin embargo, sólo a partir del año 2014 esta producción empezó a ser sistematizada y digitalizada. La producción anterior permanece en el Archivo General de la universidad, con acceso restringido a la comunidad. La poca difusión de estos 60 años de producción significó una pérdida de la memoria entre estudiantes y docentes. A partir de la vinculación con la sociedad (extensión universitaria), el proyecto "RECUPERACIÓN DE LA MEMORIA FAU UCE", creado por el "Observatorio de la Producción del Territorio Ecuatoriano - OPTE", busca relacionar la memoria de la facultad a la producción del territorio ecuatoriano a partir de la tecnopolítica, creando redes entre estudiantes, docentes e investigadores movidos por la búsqueda de un pensamiento latinoamericano.

Palabras-claves: recuperación de la memoria; vinculación con la sociedad; tecnopolítica; producción del territorio ecuatoriano

Universidad, estudiantes y sociedad: la formación del pensamiento de la arquitectura y del urbanismo en Ecuador

La Universidad Central del Ecuador surge en el contexto político, social y económico de formación de las naciones latinoamericanas, a partir de la instauración de la Gran Colombia[1]. Por un decreto de Simón Bolívar, en el año de 1826 se crean las universidades centrales de Ecuador y de Venezuela, aún sobre fuerte influencia del clero, situación que cambiaría años más tarde a partir de las luchas por autonomía universitaria.

Al inicio del siglo XX, mientras otros países latinoamericanos como Argentina, Brasil, Uruguay y México discutían la necesaria participación del arquitecto como el organizador del espacio, en Ecuador se entendía a la arquitectura como una rama derivada de la ingeniería, que abarcaba problemas menores y complementarios relacionados con la idea de la funcionalidad del plano y el embellecimiento de las fachadas.

En esta misma época, el proceso de modernización de la ciudad de Quito impulsó un acelerado crecimiento urbano. Entre los años 1908 y 1930, la llegada del ferrocarril, la fuerte migración campo ciudad y la participación de nuevos actores en la ciudad, hicieron que la Universidad Central incursione en el mundo académico de la arquitectura. Inicialmente, fue impartida desde la Escuela de Bellas Artes y luego dentro de la Facultad de Ciencias, creadas bajo los auspicios del general Eloy Alfaro[2]. En 1932 se crea la Escuela de Arquitectura, aunque por problemas económicos e internos de la universidad ésta no prosperó, quedando solamente como un curso de especialización dentro de la Escuela de Ingeniería Civil en la Facultad de Ciencias Físicas y Matemáticas (Noboa, 2001, p.14).

De este periodo hay pocas evidencias sobre los estudiantes graduados y sus respectivos trabajos de titulación enfocados en arquitectura. En realidad, en esta época, no se trataba de una formación académica normal, más bien se trataba de un proceso de convalidación de los estudios realizados en el exterior por estudiantes ecuatorianos o extranjeros que requerían la revalidación de su título para poder ejercer la profesión en el Ecuador (Noboa, 2001, p.33).

En 1940, el decano de la Facultad de Arquitectura de Montevideo – Uruguay, Armando Acosta y Lara, llega a la Universidad Central, donde dictó conferencias sobre el desarrollo urbano y la necesidad de crear una escuela de arquitectura en el país. Así empezaba un fructífero intercambio entre ambos países, donde la academia tuvo un papel fundamental en la promoción del desarrollo urbano de la ciudad de Quito.

Poco tiempo después, el arquitecto uruguayo Guillermo Jones Odriozola llegó a Quito, financiado por una beca concedida por la Facultad de Montevideo[3], para realizar investigaciones sobre la arquitectura y el urbanismo del país. El entonces rector de la Universidad Central, Dr. Julio Enrique Paredes, le encargó la creación de la Escuela de Arquitectura, tarea finalmente ejecutada por el arquitecto uruguayo Gilberto Gatto Sobral[4]. (Noboa, 2001, p.14).

[1] Estado formado por el independentista General Simón Bolívar, correspondiente a los territorios de Venezuela, Colombia, Ecuador y Panamá. Este gran Estado tuvo una duración de once años, entre 1819 y 1830 (León de Labarca; Morales, 2005, p.150).

[2] Líder de la revolución liberal ecuatoriana y presidente del país por dos ocasiones de 1895 a 1901 y de 1906 a 1911.

[3] Guillermo Jones Odriozola obtuvo la beca por ganar el Gran Premio de la Facultad de Arquitectura de Montevideo en 1937. La situación por la cual pasaba el continente europeo en este momento hizo con que Odriozola hiciera su viaje de estudios por América Latina. Su plan de viaje contemplaba la visita a Argentina, Bolivia, Perú, Ecuador, Colombia, Guatemala, México y Estados Unidos con el objetivo estudiar la evolución de la arquitectura en América, desde el período precolombinos hasta la contemporaneidad. (Odriozola, 1991).

[4] Gatto Sobral llega a Quito en 1942 invitado por Jones Odriozola para integrarse al equipo técnico de planificadores urbanos responsables por la elaboración del Plan Regulador de Quito, siendo nombrado el director del mismo en 1944 (Sobral, s.f.)

En la década de 1940, Quito manifestaba un acelerado crecimiento longitudinal, especialmente hacia el norte de la ciudad, donde se concentraba la oferta de vivienda para los sectores de medios y altos ingresos. Sin embargo, los instrumentos legales y administrativos que disponía el municipio eran inadecuados y obsoletos. Este escenario, llevó a que los sectores dominantes impulsen, desde el municipio, una serie de medidas de reordenamiento de usos del espacio y promuevan la ejecución del primer plan urbano de la ciudad, el Plan Regulador de Quito[5], elaborado por Jones Odriozola y Gatto Sobral.

En el año 1946, la Escuela de Arquitectura comenzó a funcionar, adscrita a la Facultad de Ciencias Físicas, Matemáticas e Ingeniería. El arquitecto Gatto Sobral se encargó de la formulación del plan de estudios, del reglamento interno y de la selección del personal docente. Sobral tomó como modelo el plan de estudios y el reglamento de la Facultad de Arquitectura de Montevideo, incluyendo las modificaciones impuestas por el régimen legal de la Universidad Central (Noboa, 2001, p.14).

En 1952 se gradúa los dos primeros arquitectos[6] formados integralmente en la escuela. Los trabajos de fin de carrera eran elaborados bajo la tutoría de dos docentes, uno para el diseño arquitectónico y otro para el componente técnico constructivo. En aquel entonces la duración del trabajo de fin de carrera era determinada por la disponibilidad de docentes y por la magnitud del trabajo. Los estudiantes se tardaban hasta 3 años para la obtención del título. Finalmente, el trabajo debía ser defendido frente a un tribunal designado por las autoridades de la Escuela para la aprobación (Noboa, 2001, p.33). Este modelo generó una acumulación de estudiantes egresados en espera de la asignación de directores de tesis, provocando que el proceso sea muy demorado[7].

Hasta finales de la década de 1950, la evolución de la escuela transcurrió de manera lenta y gradual. A partir de este momento algunos hechos contribuyen a la creación de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo[8], en 1959. En primer lugar, podemos citar la vinculación de nuevos docentes graduados en el exterior, que promovieron la revisión del plan de estudios con la incorporación de los nuevos conocimientos científicos y tecnológicos. Se integraron a la planta docente Sixto Durán Ballén[9], Boanerges Navarrete, Milton Barragán, Luis Oleas, Mario Arias, Jaime Dávalos, arquitectos responsables de la incursión del movimiento moderno en Ecuador. En segundo lugar, la destacada actuación de los arquitectos y estudiantes en la planificación y dirección de las obras de reconstrucción tras el terremoto de la ciudad de Ambato, en 1949[10] y finalmente, la realización de la XI Conferencia Panamericana de Naciones en Quito, evento que demandó la coordinación de los arquitectos para la transformación de la ciudad con la construcción de nuevos edificios.

La nueva facultad surge en un contexto donde la práctica profesional de la arquitectura estaba dirigida fundamentalmente a la construcción de vivienda para los sectores de altos ingresos. Esto orientó la formulación del plan de estudios basado en una arquitectura con fuertes componentes artísticos,

[5] Según Carrión y Erazo (2012, p. 513), el "Plan Regulador asumió, en su contenido, la imagen de ciudad deseada por y para los terratenientes", es decir la implementación del concepto de la ciudad jardín en la zona norte (zona ocupada por ellos).

[6] El arquitecto Roberto Noboa afirma que en 1951 se graduó el primer estudiante, sin embargo, no se ha encontrado ningún registro de esta información en el Archivo General.

[7] En la entrevista realizada al arquitecto Roberto Noboa como parte de este proyecto, se ofrece una explicación de las dinámicas en la primera generación de graduados de la Facultad de Arquitectura. Fragmento disponible en https://youtu.be/eQjvxFhe_rw

[8] El Consejo Universitario dispuso la creación de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo durante el rectorado del Dr. Alfredo Pérez Guerrero. El Arq. Jaime Dávalos fue nombrado primer decano de la nueva facultad.

[9] Presidente de la República del Ecuador entre los años 1992 y 1996

[10] Ante la emergencia, el Estado ecuatoriano fue obligado a responsabilizarse, creando la Caja de Reconstrucción en el Ministerio de Obras Públicas

sin responder a las reales necesidades de la sociedad. A pesar de eso, el procedimiento para la elaboración de los trabajos de fin carrera no cambió, contribuyendo a la acumulación de egresados.

El surgimiento de otras facultades de arquitectura en el país[11] motivó la realización de la primera Conferencia Nacional de Facultades de Arquitectura, en la ciudad de Cuenca, en 1962. En esta primera reunión se tomaron importantes resoluciones sobre la enseñanza-aprendizaje de la arquitectura en nuestro país. Los temas tratados demuestran los intentos iniciales de articular una verdadera formación profesional a partir de exámenes de ingreso, creación de organismos de capacitación e intercambio de profesores y tesis de grado. Dos años después, la siguiente conferencia realizada en Quito, inaugura el debate sobre la necesidad de que las facultades, no sólo aborden el tema específico de la arquitectura, sino que, en concordancia con recomendaciones internacionales, realicen estudios urbanos con la finalidad de apoyar a los gobiernos locales y regionales en este reto. Como resultado, en el mismo año se incorpora la disciplina de urbanismo en la FAU-UCE y en 1967 se crea la Escuela de Posgrado de Planificación, a fin de responder a la exigente demanda del país por planificadores urbano-regionales (Noboa, 2001, p.17).

La efervescencia de los movimientos de contracultura, principalmente estudiantiles, en todo el mundo en la década de 1960, reivindicaban cambios en el sistema vigente. En América Latina, los efectos de la revolución cubana desataron una serie de movilizaciones de carácter social. Los movimientos estudiantiles exigían la autonomía universitaria, el cogobierno paritario y la apertura de la universidad hacia los sectores populares. La función social de la universidad se expresaría principalmente a partir de la extensión

[11] Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Guayaquil, 1960; Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Cuenca, 1961.

universitaria y del libre ingreso, luchas que delinearon la II Reforma Universitaria, aprobada en 1969 (Unda, 2011, p.44).

La supresión de las pruebas de selección para el ingreso a la Universidad Central a partir de 1969, cambió profundamente la base social de la Universidad y de la Facultad de Arquitectura. Se amplía el número de estudiantes[12], cambia la composición socioeconómica a favor de sectores antes marginalizados. Estudiantes de origen campesino, obrero, indígena y sectores medios, acceden a estudiar conjuntamente con los sectores medios y altos de la sociedad ecuatoriana (Noboa, 2001, p.18). La falta de estructura física, de capacidad académica, administrativa, financiera, jurídica, técnica y política y la insuficiencia de personal docente culminan en una crisis de la universidad. En el caso de los trabajos de titulación, el ingreso masivo de estudiantes y la falta de respuesta a la creciente acumulación de egresados no tuvo la adecuada respuesta, aplazando la graduación de los estudiantes durante años. En el año 1970, las actividades se trasladan al nuevo edificio de la facultad, aunque las obras no se habían concluido[13] (Arquitectura y Sociedad, 2010, p.15).

En la Facultad de Arquitectura se plantea un nuevo Plan de Estudios, donde se intenta implementar metodologías que respondan a la nueva realidad de la universidad. Sin embargo, los primeros intentos no tuvieron continuidad por ser calificados como excesivamente ambiciosos y por la falta del personal docente. En respuesta al nuevo perfil de ingreso, un grupo de profesores ensaya, a partir de 1972, el sistema de Talleres Verticales mediante la integración de estudiantes de segundo a quinto año, mientras otros grupos

[12] La población estudiantil se triplicó y hasta se cuadriplicó en menos de tres años (Noboa, 2001, p.18).

[13] El edificio de la Facultad de Arquitectura empieza a ser construido en 1967. El proyecto del Arq. Luis Oleas fue el ganador del concurso realizado en 1965.

deciden integrar horizontalmente las asignaturas del departamento de humanidades, que lo llamándolo Taller Integral (Noboa, 2001, p.19).

El Plan de estudios de 1969, tampoco definió con precisión el sistema de titulación, no obstante, la facultad abrió posibilidades para solucionar el problema: tesis colectivas de corto y mediano tiempo de duración, con muy pocos directores que evalúen el proceso (Noboa, 2001, 34). A pesar de los intentos no hubo una solución definitiva para el problema de los trabajos de titulación.

Se hicieron rectificaciones al Plan de Estudios, a la estructura departamental y a los talleres, buscando simplificar la metodología. Además, se estableció la aprobación de la denuncia de tesis como requisito previo y se determinó que los temas de los trabajos de titulación se dividirían en cuatro áreas de conocimiento: (1) diseño arquitectónico, (2) diseño urbano, (3) tecnología y (4) teoría-historia.

La gran cantidad de estudiantes egresados a espera de la titulación siguió siendo el desafío a ser superado por la facultad. En 1972, se crea el curso pre profesional, y en 1978 se establece el reglamento para la elaboración del trabajo de titulación, donde se determina, entre otros parámetros, la conformación de una comisión permanente, la definición de un coordinador[14] y el límite de cinco estudiantes por grupo para la elaboración de los trabajos. Además, se estableció la evaluación final, se eliminó la exposición pública del trabajo y se consolidó una planta docente como directores de tesis (Noboa, 2001, p.35). Para Noboa, la gran cantidad de estudiantes se debe a que la FAU

[14] El Arquitecto Roberto Noboa fue uno de los coordinadores que durante varios años estuvo al frente del proceso de titulación, desde 1978 hasta el 2009.

UCE se presentaba como la única alternativa laica en el sector norte del país, además de ser la única en Quito que otorgaba el título de arquitecto[15] .

La crisis económica que ya se anunciaba en el país en la década de 80 impactó severamente la rama de la construcción, afectando directamente la profesión con la disminución de las posibilidades de trabajo y la subocupación (Noboa, 2001, p.22). Por otro lado, la Facultad de Arquitectura sufre las consecuencias de los numerosos cambios de normas y reglamentos, que, a pesar de las buenas intenciones, presentaban un desconocimiento de la realidad nacional. La inexistencia de actividades de investigación y de una cultura académica acabó por perjudicar la formación crítica del estudiante. En respuesta a este escenario surgen tendencias vinculadas a los sectores populares, con el propósito de ampliar la formación del arquitecto, como por ejemplo la creación del Taller TISDYC[16].

En 1989, finalmente se propone una Nueva Estructura Académica[17], donde se definía que "...el arquitecto aún en su práctica debe circunscribirse a una actividad claramente sectorial, requiere de una formación universal y humanística, para encontrarse en posición favorable de realizar propuestas ajustadas al medio social, económico, político y natural: al hábitat, en suma". Se incluyeron el curso pre-profesional y la investigación en la formación académica. En el curso pre profesional el estudiante debería asumir el rol

[15] Solamente en el año 1994 se crea la Facultad de Arquitectura, Diseño y Artes de la Pontificia Universidad Católica (FADA-PUCE), como una opción privada para la obtención del título de arquitecto en la ciudad de Quito.

[16] El TISDYC (Taller de Investigación social, diseño y comunicación) duró aproximadamente 30 años y estuvo a cargo del Arq. Wilson Herdoíza quién fundó el taller con un pensamiento reformista y revolucionario influenciado por sus estudios doctorales en sociología a comienzos de los años 70 en la Sorbonne en París. (Testori, 2016). El objetivo del taller era el desarrollo de proyectos arquitectónicos y urbanísticos para crear soportes para las clases más pobre y propiciar la reforma universitaria dentro de la FAU.

[17] En 1984 se formula una propuesta de reestructuración académica de la Facultad de Arquitectura que no fue aprobada.

de director del diseño, integrando los conocimientos específicos de las diferentes áreas de formación. La investigación pasa a ser considerada y desarrollada como uno de los tres pilares fundamentales de la Universidad, junto a la formación y a la extensión universitaria. Aunque la reestructuración académica fue aprobada por el Consejo Directivo de la facultad, los organismos de la Universidad lo negaron y exigieron que se regrese al sistema anterior.

El fallido intento para la aplicación de la Nueva Estructura Académica culminó en un notable deterioro de la facultad. La frustración y los ajustes arbitrarios en los años siguientes se sumaron al escenario de crisis política[18]. En 1995, la Universidad Central aprueba un nuevo Plan de Reforma Integral y en 1998 se aprueba el nuevo Plan Académico de la Facultad de Arquitectura que se constituyó en un motor importante de la vida académica. El objetivo era formar los arquitectos a partir del conocimiento de la realidad socio-económica y cultural del país, para que a los cinco años de formación el estudiante esté capacitado para actuar en las áreas de diseño arquitectónico, urbano, tecnología de la construcción, control y administración de obras, manejo de factores de intervención sobre el medio ambiente, acondicionamientos y crítica arquitectónica y urbanística, ajustándose a un marco de ética y respeto al individuo, a la sociedad y a la naturaleza (Noboa, 2001, p.31).

A partir de 2007, Rafael Correa asume la presidencia y realiza una serie de cambios en el país, desde el nivel productivo hasta el nivel educacional. La nueva Constitución aprobada por referéndum popular en 2008; el Plan Nacional del Buen Vivir, creado en 2009 y la Ley Orgánica de Educación Superior – LOES publicada en 2010 son documentos que buscan fortalecer el compromiso universidad y comunidad (Marx; Espinoza, 2016). A pesar de realizar cambios estructurales (y necesarios) en la educación superior del país, existieron aspectos negativos como la funcionalización de la universidad,

[18] De 1996 hasta 2007 el Ecuador se sumerge en una crisis económica y política que lleva a la destitución de 8 presidentes en 11 años (PDBA, 2009).

la formación tecnocrática y la falta de autonomía (Unda, 2011, p.61). Las reformas del gobierno resultaron en importantes cambios entre los años 2013 y 2017. Son realizados dos concursos de oposición y merecimiento que promovieron la renovación generacional de su planta docente[19]. Hoy la facultad cuenta con 105 docentes y 1562 estudiantes.

Este pequeño relato histórico de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo es en gran parte resultado del trabajo desarrollado por el arquitecto Roberto Noboa, quien durante varios años estuvo a cargo de la coordinación del proceso de titulación de la facultad, recopilando informaciones que nos ayudan a tejer la historia de la institución. Por lo tanto, el proyecto recuperación de la memoria FAU UCE puede ser considerado una continuación y profundización de la obra del arquitecto Noboa.

El Estado, la universidad pública y los trabajos de fin carrera: tejiendo la memoria de la FAU UCE

Las sociedades del mundo están organizadas políticamente en estados nacionales, que se conformaron a partir del siglo XIX en América Latina. El Estado ecuatoriano debe ser no sólo un conjunto institucional, sino una expresión constante de la soberanía y poder popular. Ese poder popular se expresa en la toma de decisiones, pero también en la libertad de crear y recrear la cultura y la memoria social. El Estado tiene como responsabilidades: identificar, proteger, defender, conservar, restaurar y difundir la memoria colectiva (Ecuador, 2008, Art. 380). Asimismo, el sistema nacional de cultura tiene como finalidad fortalecer la identidad nacional y salvaguardar la memoria social y el patrimonio cultural (Ecuador, 2008, Art. 377). El Estado está obligado a efectivizar el derecho al conocimiento de la historia, el

[19] En el concurso de merecimiento realizado en 2013 ingresaron 18 docentes y en 2016 ingresaron 32 docentes, sumando 50 nuevos docentes de un total de 105 docentes.

patrimonio y al ejercicio de memorizar los procesos colectivos y sociales. Para cumplir con tales derechos se debe: (i) ciudadanizar los patrimonios; (ii) promover investigaciones científicas históricas, que incluyan nuevos enfoques y visibilicen a los sectores populares y a las sociedades originarias; (iii) difundir la historia en espacios públicos por medio de eventos, relatos museográficos y escritos y (iv) crear espacios de diálogos de las diferentes memorias en relación a América Latina y sus procesos libertarios (Ecuador, 2014, p.3).

La memoria es el proceso social mediante el cual un grupo o comunidad reconstruye sus acciones en el tiempo, considerando las identidades y alteridades dentro de un sistema de representaciones. Los registros, también llamados vehículos o artefactos de la memoria, pueden ser las bibliotecas, los archivos, los museos, los monumentos, las edificaciones, entre otros (Jaramillo; Marín, 2014, p.427). Sin embargo, es importante distinguir la memoria histórica de la historia. La memoria implica una cercanía a la ética y a la moral, parámetros asumidos no desde la religión, ni de la política, sino desde el ser humano como ser social, como individuo perteneciente a la comunidad. En este sentido, la gran mayoría de las evidencias, datos o información de los que se vale y con los que se construye la historia las proporcionan los documentos. Entendamos siempre al documento en su más amplio sentido, es decir como fuente de información, registrado en cualquier soporte, que sirve de testimonio y prueba de la actividad humana, siendo al mismo tiempo memoria de una época, de un lugar y de una sociedad (Turrión, 2009, p.159).

En Ecuador, la constitución establece que los ecuatorianos tienen derecho a "conocer la memoria histórica de sus culturas y acceder a su patrimonio cultural, a difundir sus propias expresiones culturales y tener acceso a expresiones culturales diversas" (Ecuador, 2008, Art. 21). Así mismo la Carta Magna señala que "las personas tienen derecho a gozar de los beneficios y aplicaciones del progreso científico y de los saberes ancestrales" (Ecuador, 2008, Art. 25). Las acciones para el reconocimiento de la historia y de la memoria deben considerar la Constitución, pero también las directrices del Plan Nacional de Desarrollo 2017-2021[20], que tiene como propósito afirmar la interculturalidad y plurinacionalidad, valorizando las identidades diversas (Ecuador, 2017, p.60).

Es cierto que las sociedades tienen diversas memorias, sin embargo, los Estados son lugares donde convergen las memorias emblemáticas o referenciales que son compartidas por la mayoría y que generalmente están relacionadas con los momentos trascendentales y revolucionarios en el proceso de la lucha popular. Es fundamental que las diversas instituciones que forman el Estado Ecuatoriano se dediquen a investigar y sistematizar la información sobre su historia. Además, se hace necesaria la difusión de esta información, posibilitando la creación, circulación y expresión de las memorias colectivas para que la ciudadanía utilice la historia como instrumento de comprensión de la realidad presente. La difusión de la historia, ciudadanización del patrimonio y ejercicio de la memoria colectiva, efectivizan derechos constitucionales y fortalecen la cohesión e identidad nacional, desarrollando las capacidades críticas y analíticas de la población.

La Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Central del Ecuador es una importante institución pública, comprometida con la formación de arquitectos que han participado activamente de la construcción del país. Entrelazar la historia del Ecuador a la historia de la facultad tiene un gran valor para la recuperación de la memoria. Sin embargo, poco se sabe acerca de su producción académica, gran parte se encuentra olvidada en el Archivo General, en riesgo de extinguirse por la falta de espacio físico y malas condiciones de almacenamiento. Aunque exista el esfuerzo de los funcionarios del Archivo, la falta de interés institucional compromete la preservación de los trabajos de fin de carrera. Estos trabajos, desarrollados

[20] Ver el objetivo número 2 del Plan Nacional del Desarrollo.

por los ex alumnos de la FAU UCE entre los años 1952 y 2014[21], son lo poco que queda documentado acerca de la producción académica de la facultad. La producción de los talleres y de las actividades extensionistas no ha sido suficientemente documentada, por lo que mucho se ha perdido de la memoria de tan importante facultad.

Frente a esta problemática, el Observatorio de la Producción del Territorio Ecuatoriano - OPTE[22] emprende el proyecto RECUPERACIÓN DE LA MEMORIA FAU UCE. El proyecto pretende registrar, sistematizar y difundir los trabajos de fin de carrera por medio de tecnologías digitales, con el objetivo de fortalecer y visibilizar la producción académica de la FAU, valorar el pensamiento desarrollado dentro de la facultad y construir una memoria colectiva de la misma, entretejiendo las historias de la facultad y del país.

En el Archivo General identificamos 3.163 trabajos de fin carrera elaborados desde el año 1952 hasta el año 2014. El criterio administrativo bajo el cual se han almacenado y organizado históricamente los trabajos de titulación ha sido exclusivamente cronológico, sin valorar el contenido académico. Los documentos fueron trasladados al Archivo General únicamente con un índice de títulos y autores. Asimismo, las políticas sobre derechos autorales no estaban claras, dado que la universidad no había establecido reglas sobre este tema. Esto presenta un problema para la difusión de los contenidos producidos en las primeras décadas.

[21] A partir de 2014 los trabajos de fin de carrera pasan a ser archivados digitalmente por la biblioteca de la FAU.

[22] El Observatorio de la Producción del Territorio Ecuatoriano fue creado en 2017 por un grupo de docentes recién ingresados a la facultad, como un espacio analítico, de generación y difusión de resultados de investigaciones que tengan incidencia territorial producidas por estudiantes y docentes de la UCE, para que contribuyan a la solución de problemáticas sociales, promoviendo la integración entre la comunidad académica y la sociedad civil, para fortalecer políticas públicas alineadas con el Plan Nacional del Buen Vivir. Ver www.opteuce.com.

Aunque el equipo técnico del Archivo General ha tenido el interés de sistematizar y catalogar los trabajos de fin carrera de las diferentes facultades, la falta de conocimientos específicos para establecer una metodología coherente dificulta este tipo de trabajo. Inicialmente se establecieron reuniones entre el Archivo General y los investigadores del OPTE (estudiantes y docentes), donde se definieron protocolos y metodologías de trabajo referentes al manejo físico de documentos históricos, asignación de atribuciones y funciones a los miembros del equipo y la construcción de un cronograma.

En relación a los estudiantes, se hizo una convocatoria abierta para participación en proyectos de vinculación con la sociedad (extensión universitaria) para la conformación del equipo[23]. En el desarrollo de las actividades se reconocieron intereses y destrezas particulares de cada estudiante, algunos fueron responsables de la recolección de datos primarios, mientras los demás se dedicaron a la elaboración de los primeros análisis.

La memoria reconstruida a partir de una metodología de análisis documental

El método de clasificación de los datos recolectados responde a la comprensión de la estructura del pensamiento académico de la facultad. Esto implica que existe, en las decisiones metodológicas, un espíritu de reivindicación del pensamiento local y una voluntad científica propia de la facultad para estudiar su contexto. Al revisar estudios similares, como el realizado por Hannah Lewi y Andrew Peckham (2016), se observa que gran parte de la tarea de clasificación es la identificación de patrones y rasgos comunes entre

[23] Después de las reformas universitarias promovidas por el gobierno de Rafael Correa se estableció que todos los estudiantes de instituciones públicas y privadas del Ecuador cumplan obligatoriamente con el mínimo de 160 horas de vinculación con la sociedad para obtener la titulación.

los documentos estudiados. Así, la estructura que fundamentó la toma de decisiones para la clasificación es explicada en tres grandes etapas (figura 01): (1) sistematización, donde se establecen estrategias de organización del universo de documentos; (2) análisis, donde se estudia los datos en las dimensiones espacio y tiempo; y (3) selección, donde se identifica el conjunto de contenidos, autores y tutores relevantes.

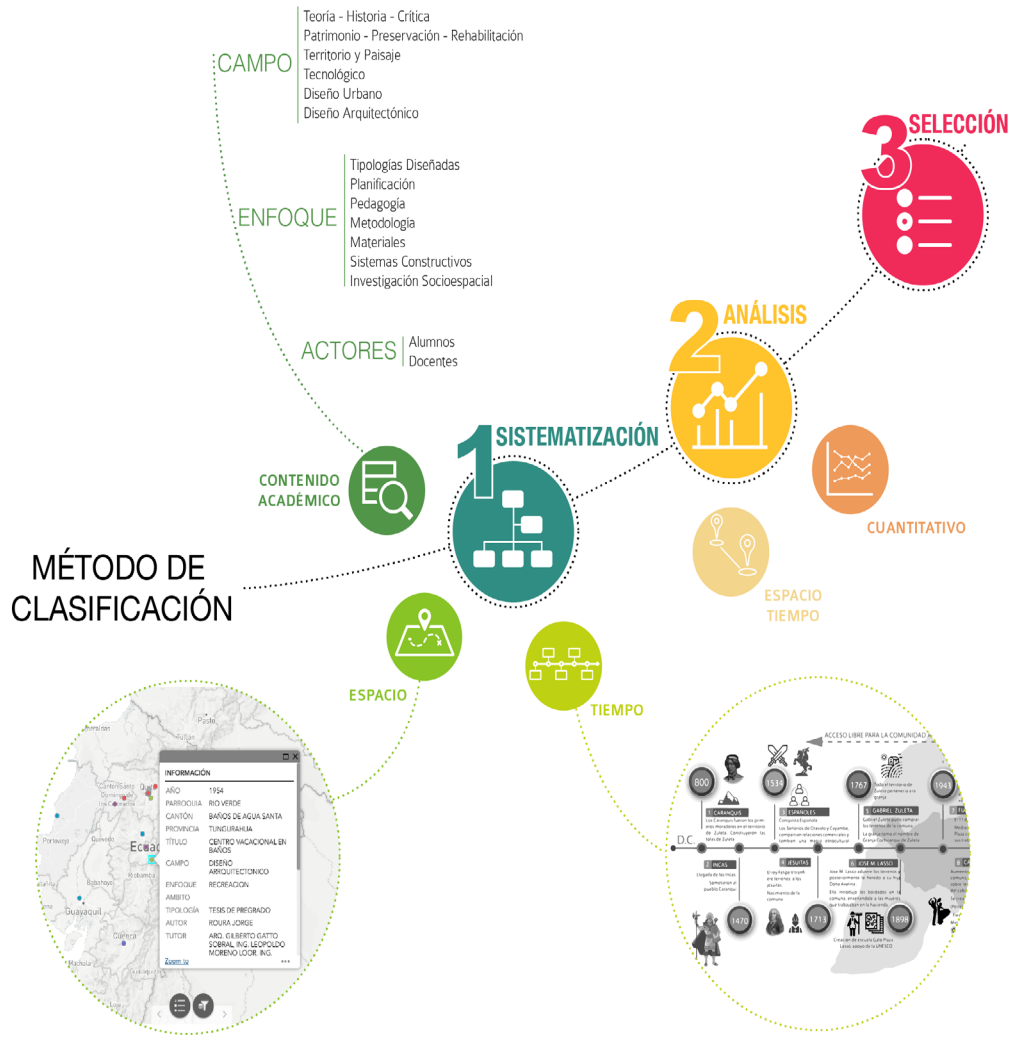
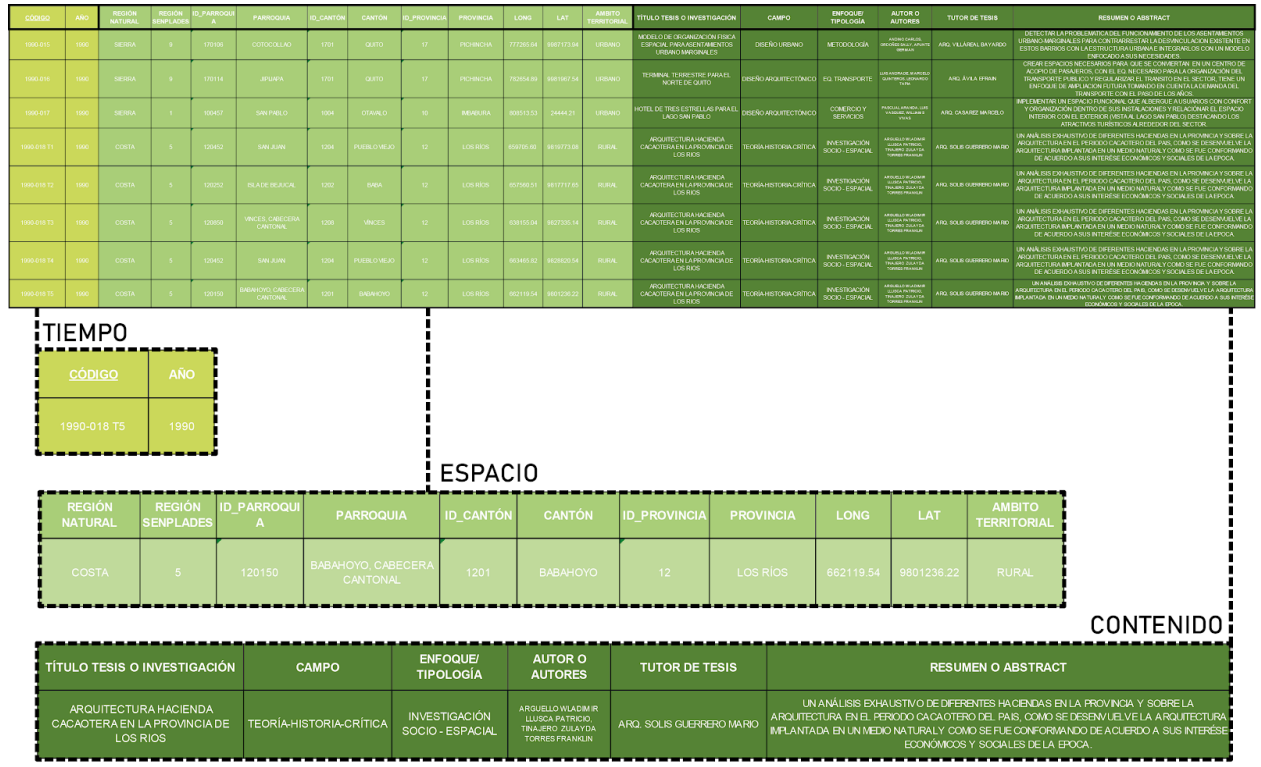


Figura 01. Definición de las variables de sistematización (Fuente: OPTE, 2018)

La sistematización de los documentos partió de la observación de los contenidos académicos, espacio y tiempo (Figura 01). El producto de esta etapa es un *manual de sistematización* y una base de datos con variables que caracterizan cada documento analizado. El contenido académico fue delimitado por las variables *título, campo, enfoque, autor, tutor y resumen*

(Figura 02). Las variables *autores* y *tutores* permitieron asociar los sujetos a la producción académica, ayudándonos a comprender las corrientes de pensamiento en base a la identificación de personajes relevantes para la facultad y el país. El *campo* se refiere a las líneas derivadas de la práctica de la arquitectura y refleja la especialidad que adopta el autor del documento. El *enfoque* permite entender como el autor aborda el objeto de estudio y el *resumen* es una breve descripción de los contenidos encontrados en cada documento. Esta variable adquiere especial importancia en la etapa 3, en la selección de los trabajos relevantes.

Para las dimensiones espacio y tiempo se utilizaron los códigos definidos por la Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo del Ecuador - SENPLADES[24] con la finalidad de cruzar los datos de los trabajos de fin de carrera con los datos del gobierno. Estos datos permitieron la territorialización de la información a partir de herramientas SIG (espacio), ayudando a evidenciar relaciones entre el contenido y el contexto local. A su vez, la temporalidad (tiempo) posibilitó relacionar los contenidos al momento histórico del país.



TIEMPO

CÓDIGO	AÑO
1990-018 T5	1990

ESPACIO

REGIÓN NATURAL	REGIÓN SENPLADES	ID_PARROQUIA	PARROQUIA	ID_CANTÓN	CANTÓN	ID_PROVINCIA	PROVINCIA	LONG	LAT	AMBITO TERRITORIAL
COSTA	5	120150	BABAHOYO, CABECERA CANTONAL	1201	BABAHOYO	12	LOS RÍOS	662119.54	9801236.22	RURAL

CONTENIDO

TÍTULO TESIS O INVESTIGACIÓN	CAMPO	ENFOQUE/ TIPOLOGÍA	AUTOR O AUTORES	TUTOR DE TESIS	RESUMEN O ABSTRACT
ARQUITECTURA HACIENDA CACAOTERA EN LA PROVINCIA DE LOS RIOS	TEORÍA-HISTORIA-CRÍTICA	INVESTIGACIÓN SOCIO - ESPACIAL	ARGUELLO WLADIMIR LUZCA PATRICIO TINAJERO ZULAYDA TORRES FRANKLIN	ARQ. SOLIS GUERRERO MARIO	UN ANÁLISIS EXHAUSTIVO DE DIFERENTES HACIENDAS EN LA PROVINCIA Y SOBRE LA ARQUITECTURA EN EL PERIODO CACAOTERO DEL PAIS, COMO SE DESENVUELVE LA ARQUITECTURA IMPLANTADA EN UN MEDIO NATURAL Y COMO SE FUE CONFORMANDO DE ACUERDO A SUS INTERESE ECONÓMICOS Y SOCIALES DE LA EPOCA.

Figura 02. Captura de pantalla con una muestra de 8 documentos ya clasificados dentro de los sistemas de variables. (Fuente: OPTE, 2018)

En la segunda etapa se inició el proceso de análisis. El objetivo fue relacionar la producción académica a las dimensiones espacio y tiempo, donde se observaron: la evolución espacial de la producción académica, su incidencia territorial, la expansión de la actuación de la facultad y las relaciones territoriales construidas (Figura 03).

[24] Las variables son las siguientes: coordenadas geográficas; códigos territoriales de parroquia, cantón y provincia; códigos de región, región natural, nombre de parroquia, cantón y provincia.

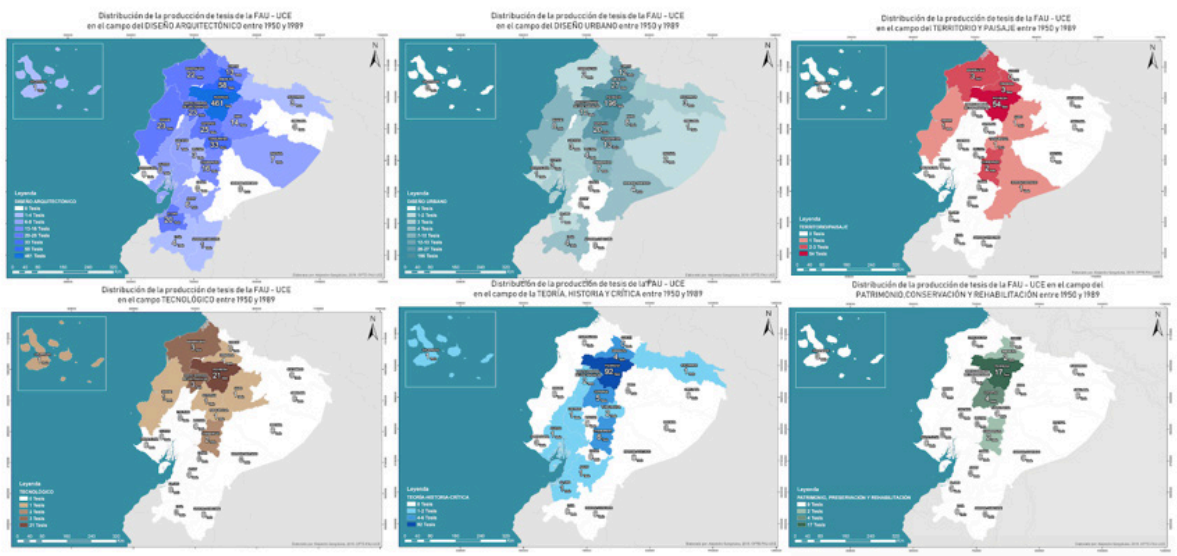


Figura 3. Mosaico de mapas de la distribución espacial de los CAMPOS de los trabajos en las diferentes provincias del Ecuador, entre 1950 y 1989. (Fuente: OPTE, 2018)

Además, se hicieron análisis en función del tiempo. Por ejemplo, la diversificación de la profesión a lo largo del tiempo, a partir de la variable *campo*. Ahí se evidencia cómo el diseño arquitectónico deja de ser dominante en la formación del estudiante (figura 04), la creciente presencia de las mujeres en la facultad (Figura 05) o la inclusión del patrimonio como una especialidad.

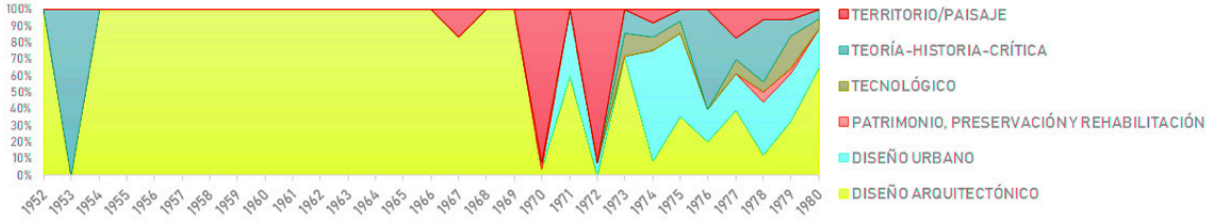


Figura 4. Cambios en las tendencias por CAMPO de estudio entre 1950 y 1980 (Fuente: OPTE, 2014)

En la última etapa del proceso metodológico, la selección, los trabajos de fin de carrera son estudiados a profundidad, apoyados en las observaciones presentes en las bases de datos. Esta etapa exige mayor nivel de detalle del registro histórico y ofrece una ventana hacia el pasado, revelando la huella de personajes relevantes. Se abre la posibilidad de entender el pasado de las ciudades, barrios y luchas populares; el rescate de técnicas constructivas y de metodologías de investigación de los miembros de esta comunidad. Las estrategias que soportan este proceso incluyen: la triangulación de datos, el recogimiento de testimonios de autores seleccionados, entrevistas, entre otras.

Estas metodologías buscan reconstruir la memoria y descifrar el proceso de construcción de la facultad y de su pensamiento entretejiendo los trabajos de fin de carrera, la historia de la facultad y del país. Las entrevistas, se configuran como un instrumento de comunicación a ser difundido y ofrecido a la comunidad, generando un archivo documental audiovisual. Es necesario destacar la visión de actores claves en la producción académica local, como el arquitecto Roberto Noboa.

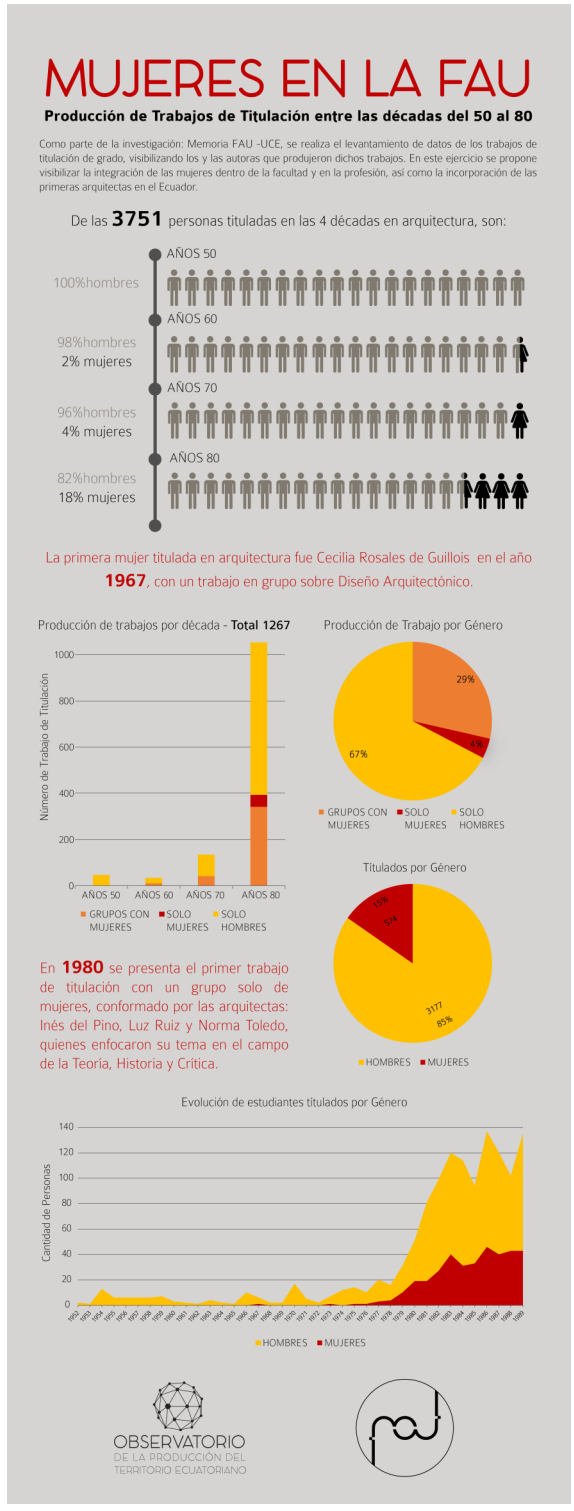


Figura 5. Mujeres en la FAU – Estudio de la participación femenina en la Facultad de Arquitectura y Urbanismo (Fuente: OPTE, 2018)

Tecnologías de la información, investigación del Sur y Tecnopolítica

Es evidente la importancia histórica y académica de la FAU UCE en el contexto nacional: por estar en la principal institución pública del país, ser la primera facultad de arquitectura y urbanismo y la única de Quito hasta los años 80. Sin embargo, su producción académica ha sido invisibilizada durante años. El acceso a la información juega un papel estratégico en la democracia, en la formación de identidad y en la soberanía de los pueblos. Hoy, parece imposible pensar la democracia sin una atención especial a las tecnologías digitales. Sin embargo, esto no significa que tales tecnologías produzcan en sí mismas la democracia (...) es necesario comprender como estas tecnologías atraviesan procesos de subjetivación, relaciones y prácticas sociales de una manera amplia (Fabrino, 2015, p.33,34).

Las tecnologías de la información han revolucionado el acceso al conocimiento y están cada vez más presentes en el cotidianeidad de la universidad. En un esfuerzo por crear nuevas estructuras críticas, híbridas y horizontales de la producción del conocimiento dentro de la academia (Fabrino, 2015, p.34), el proyecto RECUPERACIÓN DE LA MEMORIA FAU UCE realiza acciones que buscan democratizar la información y construir redes entre docentes y estudiantes. Al incorporar las tecnologías digitales a esta investigación buscamos reconstruir la historia de la facultad y del país a través de la producción de académica de la facultad, de tal forma que la información esté al servicio de la comunidad.

Al finalizar el primer año de trabajo, observamos que el registro de los documentos ha generado mayores vínculos entre los estudiantes y la facultad. En poco tiempo ellos se apoderaron de la información, reconociéndose como parte de la historia de la facultad. La incorporación de las tecnologías

digitales (mapas digitales, infográficos, blogs, wikis y páginas web) aproximó los estudiantes de su objeto de investigación. El proyecto, que empezó con la recuperación de trabajos de fin de carrera, se amplió para la recuperación de otros documentos, como: las revistas "Arquitectura y Sociedad"[25], cuya primera edición es de 1975 y entrevistas con personajes claves identificados a lo largo de la investigación, por medio de material audiovisual. También se observa la importancia de esta investigación cuando los trabajos abordan temas de relevancia nacional, como por ejemplo los trabajos desarrollados sobre la construcción en bambú, que identifican técnicas constructivas de la época que vuelven a ser relevantes en el escenario pos terremoto, en 2016[26].

La diversidad de temáticas abordadas por los antiguos trabajos de fin de carrera, nos despertó el interés en crear una agenda de investigación propia de la FAU, contextualizada a la realidad ecuatoriana en los aspectos político, social y económico. Además, estos trabajos se convirtieron en fuentes de datos primarios para las investigaciones en curso. En el contexto de la FAU, creemos que este proyecto puede ser la semilla para discutir temáticas de investigación desde el Sur Global, en respuesta a la imposición hegemónica de modelos internacionales que han dominado las facultades del país.

El uso táctico y estratégico de las herramientas digitales para la organización, comunicación y acción colectiva (Toret, 2015, p. 228) nos lleva a incursionar nuestro trabajo en el campo de la tecnopolítica. Entendemos la tecnopolítica como el medio por el cual la información y la tecnología se funden, atravesando tejidos culturales, económicos, sociales y políticos. Consideramos que los instrumentos tecnopolíticos aliados a la vinculación con la sociedad son dispositivos que cualifican el debate en defesa de una universidad pública de calidad, con una producción académica crítica a servicio de la sociedad.

Al identificar el potencial de la producción científica de la FAU, apostamos en la capacidad de conectar y reinventar el medio y el imaginario colectivo a partir del uso de las herramientas tecnológicas. En este sentido, el OPTE busca actuar de manera biopolítica (Hardt; Negri, 2011), produciendo afectos y deseos para la recuperación de la memoria de esta comunidad académica. Por medio de los dispositivos tecnopolíticos se espera ultrapasar las fronteras de la facultad y pautar debates para el fortalecimiento de la institución. Podemos hablar entonces de una tecnopolítica académica que se refiere a la capacidad colectiva de una universidad en reinventarse.

[25] https://hemerotecafauuce.wordpress.com/

[26] El Ecuador se vio afectado el mes de Mayo de 2016 por un sismo de magnitud de 6.8 grados en la escala de Richter que destruyó gran parte de las poblaciones del litoral.

Referencias Bibliográficas

LEWI, H.; **PECKHAM, A.** Transcribing The Journal of Architecture: research, production and publication 2004–2013. The Journal of Architecture. 20th Anniversary Anthology, v. 21, n. 4, jun. 2016, p. 479-489. Disponible en: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13602365.2016.1175717?scroll=top&needAccess=true . Acceso en: 29 may. 2018.

HARDT , Michael; NEGRI Antonio, Commonwealth. **Cambridge: Belknap P, 2011**

TORET, Javier. **Tecnopolítica: la potencia de las multitudes conectadas.** El sistema red 15M, un nuevo paradigma de la política distribuída. IN3 Working Paper Series. Disponible en: https://tecnopolitica.net/sites/default/files/1878-5799-3-PB%20(2).pdf Acceso em 12/5/2018.

NOBOA, Roberto. **La Tesis de Grado en Arquitectura una visión de futuro.** Quito: Universidad Central del Ecuador, 2001

LEÓN DE LABARCA, Alba Ivonne; MORALES Manzur, Juan Carlos. **La Gran Colombia: algunos intentos reintegradores después de 1830.** Revista de Artes y Humanidades UNICA, Maracaibo, v. 6, n. 13, ago. 2005, p. 149-173. Disponible en: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=170121652009. Acceso en: 20 may. 2018.

ODRIOZOLA, Jones Guillermo. **"Entrevista sobre el plan regulador de Quito."** Domingo Walter. [s.ed], Punta del Este, jul. 25 de 1991. Disponible en: https://www.scribd.com/document/112321914/Entrevista-Original-a-Jones-Odriozola. Acceso en: 23 may. 2018.

SOBRAL, Gilberto Gatto. **Portada revista.** [s.f]. Disponible en: https://www.scribd.com/doc/75151115/Gilberto-Gatto-Sobral Acceso en: 23 may. 2018.

UNDA, Mario. **La Universidad Central del Ecuador: 1972-2011.** En: Historia de la Universidad en el Ecuador. Simposio permanente sobre la universidad, facultad de economía. n. 3, nov. 2011, p. 37-63. Disponible en: https://issuu.com/docspuce/docs/3-simposio-permanente-historia-universidad-ecuador Acceso en: 20 may. 2018.

CARRIÓN, Fernando y ESPINOSA Jaime Erazo. **La forma urbana de Quito: una historia de centros y periferias », Bulletin de l'Institut français d'études andines ed.41, n.3, 2012.** p.503-522. Disponible en: http://journals.openedition.org/bifea/361; DOI : 10.4000/bifea.361 Acceso en: 18 may. 2018.

FABRINO, Ricardo. **A teoria democrática e o papel das tecnologias da comunicação.** En: RENA, Alemar; BAMBOZZI Lucas; RENA Natacha (Orgs). Tecnopolíticas do Comum: Artes, Urbanismo e Democracia. Belo Horizonte: Fluxos, 2015. Disponible en: http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/Rena_Bambozzi_Rena_ELTNK_Cidade_Baixa.pdf Acceso en: 25 may. 2018

REVISTA ARQUITECTURA Y SOCIEDAD. **Quito: Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Central del Ecuador.** n. 16, 2010. Disponible en: https://hemerotecafauuce.wordpress.com/portfolio/arquitectural-y-sociedad-16/ Acceso en: 15 may. 2018.

TESTORI, Giulia. **Cooperation reconsidered: the case of Comité del Pueblo in Quito.** In: Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. "VIII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Balneário Camboriú, Junio 2016". Barcelona: DUOT, 2016. Disponible en: https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/100242/92BCN_TestoriGiulia.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acceso en: 10 may. 2018.

MARX, Janaina; ESPINOZA, Hernán. **Artesanías urbanas: la enseñanza de arquitectura y urbanismo por medio de la vinculación con la comunidad en Ecuador.** Revista Indisciplinar, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p.145-157, dez. 2016. Disponible en: http://www.editora.fluxos.org/LivrosPDFDownload/

RevistaIndisciplinar3FinalAlta.pdf Acceso en: 13 may. 2018.

POLITICAL DATA BASE OF THE AMERICANS - PDBA. **Cronología de presidentes de a República del Ecuador.** Georgetown University Political Database of the Americas Nov. 17 de 2009. Disponible en: < http://pdba.georgetown.edu/Executive/Ecuador/pres.html > Acceso en: 15 may. 2018.

TURRIÓN, M. **J.** El papel de los archivos en la memoria. Centro Documental de La Memoria Histórica de Salamanca, España, 12 ago. de 2009, p. 157-172. Disponible en: http://ccfib.mcu.es/patrimonio/docs/MC/IPHE/PatrimonioCulturalE/N1/14_PCE1_Centro_Memoria_historica.pdf Acceso en: 20 may. 2018.

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN, A. **Sebastián A.** Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. Revista El Profesional de la Información, España, v. 23, n. 4, ago. 2014, p. 425-432. Disponible en: https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2014.jul.11/16972 Acceso en: 18 may. 2018.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador.** 20 de octubre de 2008. Disponible en < http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/es/ec/ec030es.pdf>.

ECUADOR. **Plan Nacional de Desarrollo 2017-2021.** Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo – SENPLADES, Quito, 22 sept. de 2017. Disponible en: http://www.planificacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2017/10/PNBV-26-OCT-FINAL_0K.compressed1.pdf

ECUADOR. **Proyecto de inversión.** Difusión de la memoria emblemática y fortalecimiento de la cohesión e identidad nacional. Centro Cívico Ciudad Alfaro, Montecristi, nov. 2014. Disponible en: http://www.ciudadalfaro.gob.ec/planificacion/archivogeneral/Proyecto%20Difusion%20de%20la%20Memoria.pdf

UBERIZAÇÃO E A AÇÃO POLÍTICA DA UBER: A precarização como norma e o uso do território como recurso[1]

CASTANHEIRA, GABRIEL ROCHA. (1); DUARTE, LEANDRO RIBEIRO (2)

Graduando em Geografia. Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Av. Antônio Carlos, 6.627 - Pampulha - CEP: 31270-901 Belo Horizonte – MG.
E-mail: gabsrochacast@gmail.com .

2. Graduando em Geografia. Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Av. Antônio Carlos, 6.627 - Pampulha - CEP: 31270-901 Belo Horizonte – MG.
E-mail: duarterleandro1@gmail.com

[1] Esta pesquisa conta com apoio financeiro, via bolsas de Iniciação Científica, do Programa de Auxílio a Doutores Recém-Contratados (ADRC) da UFMG (Edital 01/2017).

RESUMO

Este artigo compila as análises de duas pesquisas, ainda em andamento, que pretende compreender os debates teóricos e algumas observações empíricas sobre a Uber e sua atuação no Brasil, principalmente em Belo Horizonte e sua Região Metropolitana. Visa discutir a ação política desta empresa em diversas escalas da federação, quer nas esferas políticos administrativos, quer nas esferas de poder do país; e as estratégias da empresa no território nacional. Apresentam-se, também, discussões referentes à agenda neoliberal e à precarização do trabalho, enfatizando o teor de exploração dos motoristas-parceiros como norma da Uber. Por fim, o artigo ressalta a nova relação de trabalho chamada uberização e suas consequências para os motoristas-parceiros.

Palavras-chave: Uber; Território usado; Uberização; Precarização; Federação.

Introdução: Do uso do território à uberização do trabalho

A Uber é uma empresa digital californiana, fundada em 2009, por Travis Kalanick e Garrett Camp. Seu crescimento ocorreu juntamente às outras empresas que compõem a chamada Economia de Compartilhamento, como a Airbnb (STONE, 2017). A Uber, entretanto, traz como característica o intenso uso do território enquanto recurso estratégico, ao mesmo tempo em que normatiza um novo estágio da exploração do trabalho chamado *uberização*.

O uso do território enquanto recurso estratégico é essencial para a Uber, pois implica maior poder político-econômico para a empresa. Além da consequente aceitação, tanto da sociedade quanto do Estado, da imposição das suas normas internas como normas externas, isto é, sociais. Partindo disso, há recorrentes conflitos da Uber com o poder público em vários países, como no Brasil, na Índia e na Inglaterra. Ao mesmo tempo em que esse conflito é gerado, a empresa depende do Estado, como fica evidente a partir das infraestruturas e outros meios de transporte público. É essa a relação dialética entre poder público e multinacionais enquanto novos agentes hegemônicos: estes tentam se impor sobre o território de forma vertical, reorganizando-o de forma a obter mais benefícios. Criam-se, assim, redes para promover cada vez mais fluidez espacial para as mercadorias e, portanto, para uma reprodução do capital cada vez mais rápida.

Em paralelo a esse processo, para que a Uber consiga ter uma reprodução ampliada de mais-valia, ela contribui na normatização de um novo estágio de exploração do trabalho pautado em uma precarização cada vez mais intensa. Como forma de se eximir de responsabilidades sobre seus motoristas-parceiros (*partner drivers*), a empresa não concede aos prestadores de serviços direitos, garantias trabalhistas e vínculo empregatício. A uberização do trabalho, nesses termos, é cada vez mais comum, sobretudo entre as empresas digitais. Entretanto, o fato dessa nova organização do trabalho ter ganhado destaque com essas empresas, que medeiam o prestador de serviço e o consumidor a partir de um aplicativo, não significa que esse processo se iniciou agora. Suas bases encontram-se justamente no início do processo de flexibilização do trabalho, com o início da agenda neoliberal.

Portanto, cabe à Geografia analisar esse processo a partir das suas categorias de análise, tendo em vista que a Uber depende totalmente do uso do território enquanto recurso estratégico para normatizar a uberização do trabalho.

Regionalização como ferramenta da Uber e a autonomia do município como empecilho para sua ação

O modelo de federação como sistema de governo, estruturado e introduzido a partir das treze colônias e que, mais tarde, sucederia a formação do estado norte-americano, serviu de paradigma para a implantação no Brasil. A república adotou o federalismo como meio de descentralização do poder imperial, instituindo as três esferas de poder: Legislativo, Executivo e o Judiciário; e as três esferas político-administrativos: União, unidades federativas e os municípios. Nesse sentido, o pacto federativo destaca-se como "*um acordo de base territorial no qual grupos localizados em diferentes partes de um território organizam-se em busca da harmonização entre suas demandas particulares*" (CASTRO, 2014, p. 164). Ao final de interrupções e contiguidades dos pactos federativos no país, isto é, períodos de revezamento da centralização e a descentralização do poder entre os entes federados que perduraram por quase meio século, a Constituinte de 1988, em certa medida, descentralizou o poder da União entre os demais entes. A busca pelo acesso e condições necessárias para exercer a cidadania da população, incentivado, a partir de 1988 permitiu com que um ente se destacasse: o município.

O município é "*a menor unidade territorial com governo próprio, formado pelo distrito-sede, onde está localizada a cidade*" (SOARES, 2006, p.78). Sendo assim, os municípios são espaços políticos por competência e desempenham um importante papel na vida dos munícipes, pois a proximidade e contato entre os cidadãos e as representações políticas é simplificada em relação aos demais entes da federação. As representações municipais são mais acessíveis do que as representações estaduais e federais. Há, também, uma significativa distinção que, para tal tema, é de suma relevância: município e cidade. Estes dois conceitos são, para muitos, sinônimos e, por isso, a tautologia é frequentemente praticada. Entretanto, a Ciência Geográfica, especialmente a Geografia Política, distingue a cidade como a sede municipal e que faz parte de um todo que, no caso, é o município. Logo, cidade e município não são sinônimos e sim complementares e, ao mesmo tempo, distintos.

Ademais, a clara noção do fenômeno urbano e sua concretude é essencial para compreensão da atuação de empresas de transporte privado de passageiros no território brasileiro. Para Santos (1994, p.66), "*O urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, interno.*", isto é, a cidade, particular, incorpora o urbano, externo, em proporções diferentes que resultam na materialidade do espaço urbano. Nesse sentido, Santos (1996, p. 286) ressalta que "*as cidades são o ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades*", isto é, as verticalidades, que exercem desordem e impõem uma nova ordem ao seu interesse, e as horizontalidades, que exercem algum tipo de resistência, objetivam-se nas cidades. Essa articulação diante dos entes federativos, o esforço incessante para manter seu funcionamento nos lugares e a elevada utilização da informação para conhecer território são as tônicas de análise do poder da empresa. O resultado desse poder da empresa nas diversas camadas da Federação gera conflitos, oposições e redefinições de legislações em diversas escalas, sobretudo nos municípios. Nesse sentido, Márcio Cataia (2013), resgatando a ideia de Raffestin (1993) de que o Estado não é o único agente a exercer o poder, ressalta:

> *[...] é fundamental colocar no centro da análise o poder de decisão de agentes estatais e "poderes periféricos", que operam nas disputas em torno da produção dos espaços locais, e qualificar as novas formas de produção social e política do território, colocando as questões do poder do Estado – dos agentes hegemônicos – e agentes não hegemônicos no centro da análise e da ação. (CATAIA, 2013, p.1144)*

A empresa Uber, por sua vez, aproveita-se da materialidade da formação socioespacial para que possa maximizar as taxas de lucro graças à coleta, à sistematização e à criação de informações para o conhecimento, dominação, manipulação e uso do território brasileiro por meio das tecnologias, quer dizer, o conhecimento do território e o uso da informação como fator produtivo são cruciais para sua atuação no Brasil. A impregnação do território por tecnologias de informação é o diferencial da empresa, pois as estruturas necessárias que este serviço demanda são tecnologias recentemente difundidas e excessivamente usadas, como a telefonia móvel, o GPS e a rede mundial de computadores. Nesse sentido, há o controle e vigilância do território e das dinâmicas dos fluxos de pessoas e de mercadorias, bem como a distribuição seletiva de certos serviços nos espaços urbanos no país, como é o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Figura 1 - Municípios com atuação da Uber no Brasil (Maio de 2018)
Fonte: Levantamento realizado na página da empresa: https://www.uber.com/pt-BR/cities/.
Acesso: 02/05/2018

Além disso, a presença da Uber no Brasil é bastante desigual. A seleção dos lugares obedece a construção socioespacial brasileira, ou seja, a concentração de áreas da empresa é bastante visível no litoral em detrimento dos estados do Nordeste e do Norte. Em 2014, as primeiras áreas de atuação da Uber foram no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e, no ano seguinte, Porto Alegre recebe a empresa. Posteriormente, em 2016, a empresa se instala em um total de 12 capitais e Campinas. Entre 2016 e 2017, a empresa demonstra uma clara estratégia de interiorização de estados onde já estava instalada e de capitais do Centro-oeste e do Norte do país, passando de 13 para 85 áreas de atuação. Assim, a Uber possui regiões de atuação em todas as unidades federativas. Atualmente, em 2018, a Uber atua em 117 áreas de atuação, como pode ser observado na Figura 1. Entre as 117 áreas podemos destacar atributos em comum que nos apresentam indicações da estratégia da empresa, segundo Tozi (2016), como: a concentração populacional[2], economias de aglomeração, engarrafamentos e sistemas de transporte público ineficientes.

Assim como mencionado, a Uber atua em uma área, assim sendo, uma região. Os municípios que denominam cada região são aqueles centrais e que possuem mais atributos citados anteriormente. Como discutido em outra ocasião por Tozi e Duarte (2017), a corporação usa a *regionalização como ferramenta* (RIBEIRO, 2004) para a maximização dos lucros, impondo, assim, limites próprios em detrimento dos limites municipais. Os municípios e suas cidades são, na realidade, parte de um todo que Beaujeu-Garnier (1995, p. 17) chama de *região urbanizada*, caracteriza-se por ser um "espaço coberto pela cidade e seus prolongamentos externos, quer dizer, a aglomeração total". A centralidade dos fluxos de mobilidade, sobretudo a migração pendular, e de serviços concedem a Belo Horizonte tal posto.

[2] A maior parte das regiões de ação da Uber possuem mais de 200 mil habitantes.

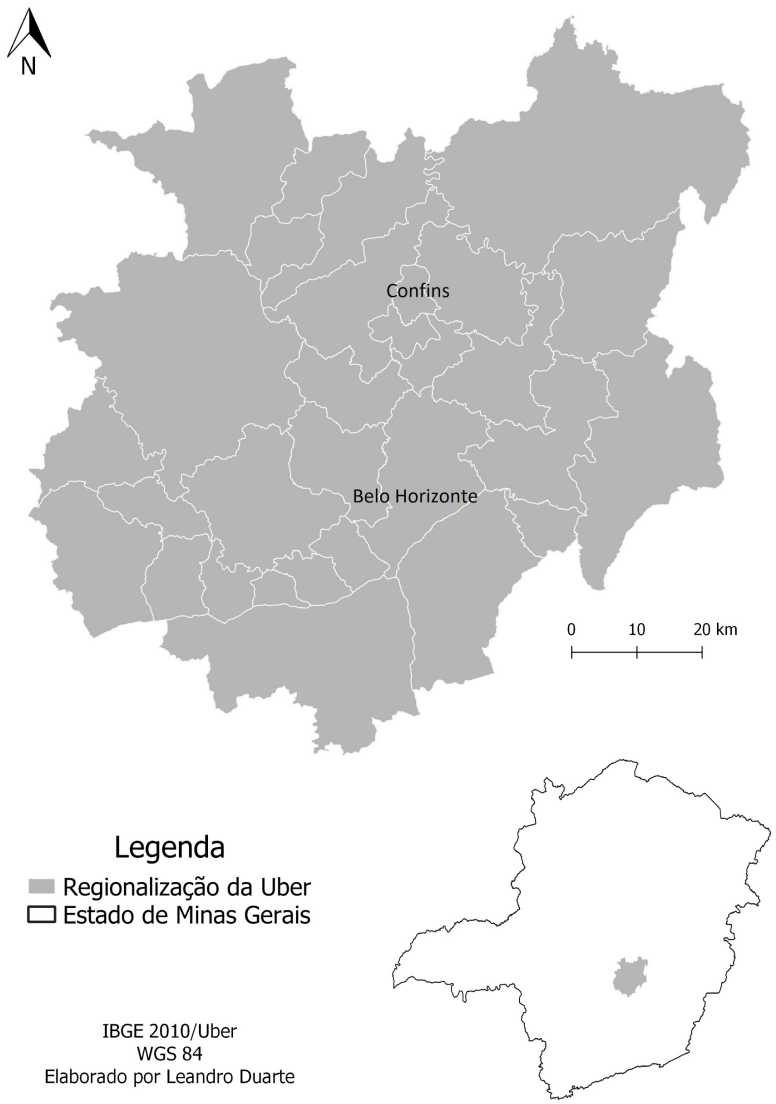


Figura 2 - Regionalização de atuação da Uber e os limites municipais (2018)
Fonte: Levantamento realizado na página da empresa: https://www.uber.com/pt-BR/cities/belo-horizonte.
Acesso:02/05/2018

A autonomia legislativa de cada um desses municípios é abalada no sentido que não há uma única legislação ou, ainda, a presença de um poder metropolitano para impor à empresa normas de transporte privado de passageiros, haja vista as formas de insubordinação às leis municipais. No caso da regionalização de Belo Horizonte, a Uber, como pode ser observado na figura 2, atua em 30 municípios[3] e o desacatamento da empresa manifesta-se concretamente após a regulamentação através da Lei nº 10.900[4] em Belo Horizonte. A insubordinação, a priori, materializa-se em comunicado divulgado pela empresa na mesma data da regulamentação, afirmando que continuaria prestando o serviço de transporte privado de passageiros no município. A Uber, a posteriori, solicita liminares judiciais no âmbito estadual da federação. A justificativa jurídica é baseada, estritamente, na diferença entre o transporte público de passageiros, este obrigatoriamente normatizado pelo município, e o que a empresa se autodenomina como transporte motorizado privado de passageiros, este sem a obrigatoriedade de submissão às leis municipais.

Outra estratégia usada pela empresa refere-se ao "Plano de Integração Metropolitana". Este plano tem como objetivo oferecer descontos nas tarifas em solicitações de corridas nas cidades da região metropolitana de Belo

[3] Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Prudente de Morais, Raposos, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, São Joaquim de Bicas, Sarzedo, Sete Lagoas, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

[4] De acordo com a Lei nº 10.900/2016, sancionada pelo prefeito do município de Belo Horizonte, exige *"...o credenciamento de pessoas jurídicas que operam e/ou administram aplicativos baseados em dispositivos de tecnologia móvel ou quaisquer outros sistemas georreferenciados destinados à captação, disponibilização e intermediação de serviços de transporte individual remunerado de passageiros no Município, bem como sobre os dispositivos de segurança e controle da atividade e as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento."* Disponível em: http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1156232 Acesso em 27/05/2018.

Horizonte (RMBH) às infraestruturas de transporte público metropolitanos, como estações do metrô e do BRT (Bus Rapid Transit), na intenção de integrar a região metropolitana que, segundo a empresa, reside 60% da população[5]. No entanto, ao contrário do discurso e ação que transmitem certa benevolência da empresa, essa estratégia foi implementada dias após a chegada de mais uma empresa de transporte privado por aplicativos em Belo Horizonte, a 99. Apesar da inexistência de uma livre concorrência entre poucas dessas empresas (Uber, 99 e Cabify) de transporte, a Uber expande sua área de atuação para garantir a maximização dos lucros em um espaço onde a empresa tem ação oligopólica.

Na esfera superior da federação, a Uber realizou mobilizações contra a aprovação da PL 5587/2016. Este Projeto de Lei Complementar (PLC) impedirá a atual atividade da empresa em diversos municípios, pois a regulação de serviços de transporte de passageiros, privados e públicos, será responsabilidade do município. Ora, as legislações distintas sobre o mesmo tipo de serviço não coincidem com a regionalização e a lógica de ação da empresa. Assim, impossibilita, teoricamente, sua atuação nos lugares. Segundo Tozi e Duarte (2017), como forma de resistência, as corporações Uber, 99, Cabify e LadyDriver (aplicativo exclusivo para o público feminino) cooperam e organizam manifestações a partir do slogan "Todos pela Mobilidade". Essas manifestações evocaram os motoristas-parceiros desses aplicativos para contribuir com o recolhimento de assinaturas com a alegação de que esses seriam os únicos afetados e o estado como empecilho para o trabalho dessas pessoas.

[5] "*Na capital mineira, apenas 26% das viagens com a Uber são realizadas na área em expansão e nas cidades da região metropolitana, onde se concentra 60% da população. Por isso, motorista parceiro também faz menos viagens por hora nessas áreas. Para os que moram nessas regiões, isso significa ter de se deslocar todos os dias para começar a receber chamadas de viagens*." Disponível em: https://www.uber.com/pt-BR/blog/belo-horizonte/uber-lanca-plano-para-integracao-da-grande-bh/ Acesso em 27/05/2018

A campanha intensa ocorreu em mídia impressa e televisiva, redes sociais e e-mails, além do encontro do CEO da Uber, Dara Khosrowshahi com o ministro da fazenda, Henrique Meirelles, momentos antes da votação no Senado, enfatiza a capacidade geopolítica e de articulação desta empresa. Todo este espetáculo midiático promoveu pressões tão fortes à Câmara Federal e ao Senado que, em 28/02/2018, o projeto foi aprovado. A união, descentralizando o poder, importou aos municípios a responsabilidade de impor normas específicas em cada lugar, mas, centralizando o poder, impos que as empresas não poderiam ter o seu *laissez-passer* violados.

A agenda neoliberal e a precarização do trabalho como projeto político

O neoliberalismo é uma teoria que afirma que o bem-estar social seria alcançado mediante o livre mercado e garantia à propriedade privada. O Estado, nesses termos, seria posto à margem, dando lugar às multinacionais na condição de novos atores hegemônicos. Como será visto, a agenda neoliberal, além de ter promovido profundas desigualdades geográficas por todo o mundo, desencadeou uma intensa precarização no mundo do trabalho.

As primeiras experiências da obra neoliberalizante foram no Chile, Reino Unido e nos Estados Unidos da América. No Reino Unido, sob o governo de Margaret Thatcher, houve uma contenção orçamentária traduzida em diminuição de gastos sociais como forma de resolver as altas taxas de inflação presentes naquele território. Essa diminuição dos gastos sociais, no entanto, serviu também como forma de neutralizar a classe trabalhadora e os sindicatos da época. Segundo Antunes (2000, p. 68), os sindicatos foram muito perseguidos durante todo o governo Thatcher. Para isso, o governo impôs aos coletivos trabalhistas uma série de regulamentações abusivas e, em caso de descumprimento, estes eram penalizados com rigorosas multas. Para que fosse instaurada uma greve, por exemplo, havia toda uma

burocracia a ser seguida. Isso fez com que, aos poucos, o número de greves fosse diminuindo.

> *A retração também é visível quando se compara a ocorrência das greves: enquanto na segunda metade dos anos 70 a média anual foi de 2.412 greves, na primeira metade dos anos 80 houve uma redução para 1.276 paralisações, tendência que se acentuou ainda mais entre 1986 e 1989, quando ocorreram em média 893 greves por ano. Durante a década de 90 essa tendência acentuou-se ainda mais no Reino Unido: em 1990 ocorreram 630 greves; em 1991, esse número caiu para 369; em 1992 chegou a 253; em 1993 a 211, e em 1994 reduziu-se a 205 greves. (ANTUNES, 2000, p. 76)*

Nos Estados Unidos, o projeto neoliberal foi instaurado com o governo Carter, mas ganhou forças no governo Reagan. Da mesma forma que Thatcher, a perseguição aos sindicatos como forma de desestabilizar a classe trabalhadora foi extremamente presente nesses governos estadunidenses. Segundo Harvey (2014, p.34), o salário mínimo caiu cerca de 30% em oito anos de governo, com uma taxa de desemprego estimada em cerca de 10%.

Compreender, primeiro, o neoliberalismo no Reino Unido e nos Estados Unidos é de suma importância. Isto porque, como já foi dito, estes dois territórios simbolizam uma das primeiras experiências neoliberais no mundo. Além disso, o Estados Unidos passou a se utilizar de políticas imperialistas que visavam expandir o neoliberalismo para outros países. Isto fez com que teoria neoliberal deixasse de ser algo minoritário para tornar-se a ideologia política que mais avança atualmente. Como coloca Harvey (2014, p. 37), há décadas que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial têm sido utilizados para esses fins. Nota-se que a partir da década de 1980, houve uma grande liberalização do crédito para muitos países, sobretudo os "periféricos". Devido ao fato de que uma pequena oscilação do dólar abalava intensamente a moeda desses países, muitos acabavam endividados e em situação de inadimplência. Mas isso fazia parte do projeto de liberalização do crédito como forma de implantação do projeto neoliberal nestes países:

> *Por volta de 1994, cerca de dezoito países (como México, Brasil, Argentina, Venezuela e Uruguai) aceitaram acordos que previam o perdão de 60 bilhões de dólares de suas dívidas. Naturalmente, tinham a esperança de que esse alívio da dívida iria provocar uma recuperação econômica que lhes permitiria pagar num momento oportuno o resto da dívida. O problema estava no fato de o FMI ter imposto aos países que aceitaram esse pequeno perdão da dívida (quer dizer, pequeno em relação ao que os bancos poderiam ter concedido) que engolissem a pílula envenenada das reformas institucionais neoliberais. A crise do peso de 1995, a crise brasileira de 1998 e o total colapso da economia argentina eram resultados previsíveis. (HARVEY, 2014, p. 85)*

Como é analisado por David Harvey, a América Latina foi um dos principais alvos dessas políticas imperialistas. Segundo Campana (2000, p.135), a agenda neoliberal expande-se no território latino-americano a partir do Consenso de Washington. As implicações desse projeto político nesses países, para a autora, encontram-se em torno de um mesmo problema: o Estado periférico passa a ser, desde então, mais submisso às forças dos países centrais. Há, nesses termos, maior dificuldade em garantir a integridade territorial desses países, agora, em estado maior de vulnerabilidade.

Nos países coibidos a implantar esse projeto político, também se assistiu às ofensivas contra os direitos da classe trabalhadora. A perseguição aos sindicatos e a maior exploração do trabalho são generalizadas. A precarização torna-se, portanto, o cerne de uma nova organização trabalhista. A partir disso, disseminam-se trabalhos parciais, trabalhos temporários e relações de trabalho sem vínculo empregatício. A privatização da seguridade social também se generaliza. O indivíduo passa a ser responsável por suas ações, seus sucessos e seus fracassos. Enfim, pelo seu próprio "bem-estar". Ao mesmo tempo, oculta-se a perversidade sistêmica, da qual indicava

Santos (2000, p. 58), como sendo a maior responsável por todos esses acontecimentos. Afinal, a perversidade deixa de ser eventual para tornar-se, com a globalização, estrutural.

Todas essas características descritas evidenciam uma presença do Estado cada vez menos presente nos interesses públicos da sociedade. Os "produtos sociais" advindos do Estado tornam-se objeto de contenção de gastos. A condução política passa a ser feita pelos novos agentes hegemônicos: as multinacionais. Sendo elas as únicas beneficiadas com todo esse desmantelamento da seguridade social e, sobretudo, dos direitos da classe trabalhadora. Daí a necessidade de impor a precarização do trabalho enquanto algo estrutural. Como fica evidente, os novos agentes transformam-se nos novos reguladores dos territórios, mas possuem absolutamente nenhum compromisso ético com a sociedade. Muito pelo contrário: as empresas, ao instalarem-se nos territórios, reorganizam-nos de forma a criar redes propícias a fluidez espacial para seus produtos Santos (2000, p.67). Trata-se de um movimento intrinsecamente vertical, no qual o espaço banal, abrigo da diversidade de formas de vida, torna-se, cada vez mais, um espaço econômico, isto é, racional. Ao mesmo tempo, se "política" implica solidariedade e coletividade, assiste-se a um período marcado pela não-política.

A empresa Uber insere-se nessa lógica na condição de um agente hegemônico. Sua falta de responsabilidade é clara, como foi visto. Para além da falta de ética, sua instalação é acompanhada pela imposição de uma série de normas para benefício próprio e também pela imposição de um novo estágio da precarização do trabalho: a *uberização*.

A uberização é, segundo Abílio[6], um novo estágio de exploração do trabalho. A flexibilização, aos poucos, fica para trás para dar lugar à total desregulamentação, colocando o trabalhador em uma posição de completa ausência de direitos. Segundo Campana (2000), há uma crucial diferença entre flexibilização e desregulamentação:

> *Flexibilização, devendo ser percebida, poderia ser definida como a possibilidade,inserida na própria lei existente, de excetuar alguns direitos trabalhistas, tornando-os maleáveis, o que já ocorre. E, nessa orientação flexibilizadora, pode-se tentar conceituar o que seja a "desregulamentação", como uma segunda etapa do projeto neoliberal, pois a legislação trabalhista não sofre mais maleabilidade e sim é descartada, em nome de formas autocompositivas de solução de conflitos (CAMPANA, 2000, p. 136).*

Nesses termos, emergem-se empresas digitais que passam a se utilizar de aplicativos como blindagem jurídica para promover uma relação trabalhista sem nenhuma responsabilidade sobre os que trabalham. Para isso, declaram-se como empresas puramente tecnológicas que fornecem aplicativos para quem queira utilizá-lo na condição de prestador de serviços ou na condição de usuário. O trabalhador, assim, transforma-se em um prestador de serviços, sem direitos tampouco garantias.

A Uber, empresa com maior poder no âmbito das empresas digitais vinculadas ao transporte, dialoga diretamente com isso. Os chamados motoristas-parceiros não têm direitos trabalhistas e a precarização sofrida por eles é nítida. No entanto, como forma de convencimento, a Uber incorpora como tática o *marketing* da imagem do motorista enquanto um microempreendedor. O microempreendedorismo é característica fundamental da uberização do trabalho. Isso fica claro nas propagandas feitas pela empresa no seu site: "defina seu próprio horário"; "ganhe mais em

[6] ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>. Acesso em: 21 maio 2018.

qualquer lugar"[7]. Dessa forma, muitos são condicionados a se posicionar enquanto microempreendedores.

Para Pochmann[8], esse novo cenário rompe com uma visão coletivista entre a classe trabalhadora, presente até o taylorismo. O salário, para o autor, também deixará de ser um fixo para tornar-se variável, de acordo às taxas de lucro (crescentes ou não) da empresa. Além disso, Pochmann é enfático ao afirmar que a uberização do trabalho acarretará maior competitividade entre os trabalhadores e um grande enfraquecimento das tradicionais lutas trabalhistas, já que, os pretensos microempreendedores deixam de se reconhecer na classe trabalhadora. Mediante a observação feita a partir da análise da Uber, nota-se também que o microempreendedorismo propagandeado pelas empresas uberizadas é falso. Apesar do prestador de serviço ser autônomo com relação à sua rotina de trabalho, a maioria dos motoristas-parceiros precisa trabalhar mais de 12 horas por dia para se sustentar[9]. Isso põe em evidência o quão precários são os "contratos zero hora" feitos entre a empresa e o motorista: este não sabe o quanto precisará trabalhar de fato para se sustentar.

Além disso, a liberdade característica do microempreendedor não está presente entre os motoristas da Uber. Este é submetido a um rigoroso sistema de vigilância a partir de avaliações feitas pelos usuários. Essas avaliações são dispostas em torno de uma nota que pode variar de zero à cinco. Para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, caso o motorista tenha uma média inferior à 4.7, ele estará sujeito a penalidades, como, por exemplo, ser expulso da plataforma. O discurso da empresa sobre o sistema

[7] UBER. A oportunidade que coloca você em primeiro lugar: Dirija quando quiser. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/drive/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

[8] POCHMANN, Márcio. A uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores. 2016. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-uberizacao-leva-a-intensificacao-do-trabalho-e-da-competicao-entre-os>. Acesso em: 27 maio 2018.

[9] Dados extraídos a partir de entrevistas estruturadas com os motoristas

algorítmico de reputação é que este não apenas substitui a regulamentação do serviço como também é mais eficiente. Entretanto, como argumenta Slee (2017, p. 167), a regulamentação de um serviço tem como objetivo proteger o consumidor daquilo que ele não pode ter acesso. Nesse sentido, não há como os usuários avaliarem o estado do freio ou do motor do carro do motorista, por exemplo. Assim, conclui-se que o sistema de avaliação proposto pela Uber é apenas um conjunto de opiniões de usuários. A primeira falha do sistema de reputação da Uber é que, juntamente com o conjunto de opiniões, vem uma série de preconceitos. Dessa forma, as mulheres que são motoristas-parceiras, por exemplo, encontram-se mais susceptíveis às notas baixas, devido à cultura machista que diz que as mulheres dirigem mal.

Além disso, como coloca o autor, os dados referentes ao sistema de notas estão dispostos em forma de "J", o que significa uma certa tendência por parte dos que avaliam. O autor conclui que isso ocorre devido ao fato dos usuários terem tendência a avaliar com notas altas os motoristas que já possuem boas notas. Dessa forma, os que possuem boas notas tendem a ter sua reputação ainda maior, enquanto os que têm notas baixas tendem a ser expulsos do aplicativo. Há, também, um sistema de vigilância sobre o número mínimo de corridas que podem ser rejeitados pelos motoristas. Estes devem aceitar no mínimo 90% das corridas. Caso contrário, recebem uma advertência que ameaça tirar-lhes da plataforma[10].

Junto ao microempreendedorismo, a Uber difunde também ideais meritocráticos como uma outra forma de convencimento. A empresa disponibiliza aos motoristas mapas e tabelas com locais e horários de maior demanda pelo serviço. Além disso, trabalha a ideia de que, caso os motoristas saibam interpretar corretamente os dados, conseguirão ter sua

[10] MY Reply to Uber's 'Low Acceptance Rate' email. 2014. Disponível em: <https://www.reddit.com/r/uberdrivers/comments/2mykji/my_reply_to_ubers_low_acceptance_rate_email/>. Acesso em: 01 jun. 2018.

renda aumentada. Para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, segundo Tozi (2018, p. 12), os horários concentram-se nos fins de semana, no fim da tarde até o fim da noite. Os locais de maior procura pelo serviço localizam-se na região Centro-Sul. Isso faz com que grande parte dos motoristas se concentre na mesma região, nos mesmos horários. Como consequência, há uma acirrada competitividade entre os motoristas, confirmando a hipótese de Pochmann, descrita anteriormente.

A uberização promove, também, um aprofundamento da desigualdade na relação entre capital e trabalho. O discurso de que as empresas devem dialogar diretamente para os que prestam serviços para ela é extremamente característico nesse novo estágio de exploração do trabalho. Dessa relação, conforme mostra o presente artigo, há a promoção do benefício da Uber, enquanto os motoristas saem prejudicados. Como indício de falhas desta relação entre capital e trabalho, em Belo Horizonte, inúmeros protestos dos motoristas-parceiros da Uber já aconteceram. Em 2016, a reivindicação era apenas um posicionamento da empresa com relação aos recorrentes casos de violência e assaltos sofridos pelos prestadores de serviço da empresa[11]. Entre 2016 a 2018, outros protestos na Região Metropolitana surgiram e, consequentemente, emergiram também novas reivindicações. Não que os assaltos e a violência contra os motoristas da Uber tenham cessado, mas outras pautas emergenciais tiveram de ser incorporadas nas manifestações. Em 2017, a empresa Uber diminuiu a tarifa mínima da corrida sem consultá-los, de R$7,75 a tarifa foi para R$6,00, afetando diretamente a renda de todos os motoristas. Assim gerando uma série de paralisações e carreatas pelo município de Belo Horizonte.

[11] CAETANO, Carolina. Motoristas do Uber fazem carreata em BH e pedem por mais segurança. 2016. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/motoristas-do-uber-fazem-carreata-em-bh-e-pedem-por-mais-seguran%C3%A7a-1.1317772>. Acesso em: 27 maio 2018.

Como resposta, a Uber não só não revogou a medida, como também aprovou, como já se discutiu anteriormente, o Plano de Integração para a Região Metropolitana de Belo Horizonte[12]. Como foi visto, essa política adotada pela empresa tem íntima relação com o território enquanto recurso estratégico. Além disso, relaciona-se também como mais uma forma de promover a precarização do trabalho. Segundo o Plano, o motorista não seria lesado, pois o número de corridas aumentaria com a diminuição do preço delas. Entretanto, a diminuição claramente incide sobre a renda dos motoristas: agora eles terão que fazer mais corridas por dia se quiserem manter a renda que tinham antes. Para a empresa, não há diferença no lucro auferido.

Como foi analisado, a política de diálogo direto entre a empresa e seus prestadores de serviços mostrou-se completamente ineficiente e injusta. Os motoristas-parceiros, apesar afirmarem-se enquanto microempreendedores, têm buscado ações coletivistas, como os sindicatos atuam. Parecem ter compreendido que entre eles e a Uber não existe exatamente um diálogo, mas uma relação de poder na qual a empresa será sempre vitoriosa às custas de uma multidão de prestadores de serviços.

Considerações finais: Por um território de todos

A empresa Uber, assim como diversas outras firmas da Economia do Compartilhamento, tende a criar um discurso meritocrático com a defesa de uma função idônea para a sociedade em um período em que o desemprego é bastante elevado. A uberização, como a nova face das relações de trabalho advinda da agenda neoliberal, e o discurso de microempreendedor aos

[12] UBER. Uber lança plano para integração da Grande BH. 2017. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/belo-horizonte/uber-lanca-plano-para-integracao-da-grande-bh/>. Acesso em: 01 jun. 2018

motoristas devem ser condicionados à efetiva realidade da natureza deste trabalho. Paralelamente, a relação entre o uso do território como recurso pela empresa e as legislações dos entes federativos sobre o transporte de passageiros mostra-se profundamente tênue, haja vista as pressões obstinadas da empresa em manter-se no país.

O resultado desta conjuntura é o uso perverso do território, não como *território como abrigo* (SANTOS, 2005), ou seja, o território de todos, e sim o território como recurso de uma empresa ao passo que precariza o trabalho humano, iniciado ao não ser considerá-lo como um trabalho propriamente dito. Enquanto a empresa usa o território como recurso, tem-se, por exemplo, a coibição dos camelôs das metrópoles de exercer o mesmo direito. Propomos, como ressalta o autor, a busca pelo uso do território como esse bem comum de todos que nascem no país, pois é um legado, uma herança do trabalho morto acumulado e, ainda, em processo constante de formação pela sociedade. Portanto, a solidariedade horizontal deve sobrepor-se à perversidade vertical da globalização no sentido de possibilitar a todas e todos o espaço humanizado.

Referências Bibliográficas

ABILIO, Ludmila Costhek. **Uberização do trabalho: subsunção real da viração.** Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>. Acesso em: 21 maio 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Do neoliberalismo de Thatcher à "terceira via" de Tony Blair.:** Neoliberalismo, mundo do trabalho e crise do sindicalismo na Inglaterra. In: ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo-SP: Boitempo Editorial, 2009.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana.** 2. ed. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997 [1980].

CAMPANA, Priscila. **O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico.** Revista de Informação Legislativa, Brasília, n. 147, p. 129-144, set. 2000. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/614/r147-12.PDF>. Acesso em: 24 maio 2018.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CATAIA, Márcio. **Território Usado e Federação: Articulações Possíveis.** EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1135-1151, dez. 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** 5. ed. São Paulo-SP: Loyola, 2005.

POCHMANN, Márcio. **A uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores, 2016.** Entrevista a André Antunes. EPSJV/Fiocruz. Disponível em:<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-uberizacao-leva-a-intensificacao-do-trabalho-e-da-competicao-entre-os/> Acesso

em: 27 maio 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Secretaria Municipal de Governo.** LEI Nº 10.900. Belo Horizonte, 08/01/2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Regionalização: fato e ferramenta.** In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. Brasil, século XXI – por uma nova regionalização. Agentes, processos, escalas. São Paulo: CNPq/Max Limonad, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996. 392 p.

_____. **Por uma outra globalização.** 13. ed. Rio de Janeiro - RJ: Record, 2000.

_____. **O Retorno do Território.** Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, v. 6, n. 16, p. 251-261, abr. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110310111117/osal16.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado..** 1. ed. [S.l.]: Elefante, 2017.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Cidade e município: observações sobre o poder local.** In: José Borzachiello da Silva; Luiz Cruz Lima; Denise Elias. (Org.). Panorama da Geografia Brasileira. 1ed.São Paulo: Annablume editora, 2006, v. 1, p. 77-94.

STONE, Brad. **As Upstarts: Como a Uber, o Airbnb e as killer companies do novo Vale do Sílicio estão mudando o mundo.** 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017. 384 p.

TOZI, Fábio. **A estratégia da Uber no Brasil: a informação como fator produtivo e o território como recurso da empresa In: POLIDO, Fabrício; ANJOS, Lucas; BRANDÃO, Luíza (Org.).** Tecnologias e conectividade: direito e políticas na governança das redes. 1. ed. Belo Horizonte: Instituto de Referência Em Internet e Sociedade, 2018. cap. 7, p. 108. Disponível em: <http://irisbh.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Tecnologias-e-Conectividade-Direito-e-Pol%C3%ADticas-na-Governan%C3%A7a-das-Redes.pdf> . Acesso em: 27 maio 2018

_____. **As novas tecnologias da informação como suporte à ação territorial das empresas de transporte por aplicativo no Brasil.** Actas del XV Coloquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, v. 1, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/FabioTozi.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2018.

_____; DUARTE, Leandro Ribeiro. **Conhecimento e controle do território: do discurso da mobilidade à geopolítica da Uber.** Anais do Iº Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico: Urbanismo neoliberal e a produção do comum urbano, Belo Horizonte: Fluxos 2018. v. 1. p. 326-357

UNIVERSIDADE, TECNOPOLÍTICAS, SINGULARIDADES

SILVA, BRENO. (1); TOSTES, SIMONE. (2)

1. Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Santa Luzia
Rua Érico Veríssimo 317, Londrina, Santa Luzia, MG. CEP 33115-390
breno.silva@ifmg.edu.br

2. Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Santa Luzia
Rua Érico Veríssimo 317, Londrina, Santa Luzia, MG. CEP 33115-390
Simone.tostes@ifmg.edu.br

Resumo

Abordar as tecnopolíticas implica considerar, a partir da universidade, as forças que na atualidade se batem no campo sociopolítico em suas dimensões entre o micro e o macro. Neste embate é cada vez mais estratégico o papel da universidade como instância que fornece uma linguagem de sentidos e de categorias que particularizam e legitimam a dominação como lógica e tendência majoritária das relações. Em sua dúbia diversidade, o grande sortimento de objetos, disciplinas, práticas e saberes produzido em seu interior opera, por meio de efeitos de uníssono e reverberação de tendências e hegemonias, certo bloqueio das singularidades. Neste sentido, questionamentos éticos e políticos que interpelam os funcionamentos dos campos de saberes em seus desdobramentos molares e moleculares podem permitir uma dobra singular capaz de ensejar outras relações. No que se refere ao urbanismo como campo das questões surgidas das demandas de controle do espaço pelo e para o capital, no qual a colonização e a dominação são lógicas explícitas inscritas em sua própria origem, dobrar estas forças permite um possível fora da falsa alternativa entre a positividade da adesão e a negatividade da inação e do julgamento. Por isso interessa-nos indagar sobre as forças que agem em nós e nos levam a incorporar o habitus do dominador, assumindo por meio da prática especializada acerca das questões urbanas um lugar e um métier próprios, isolando e privilegiando determinados aspectos em detrimento de outros e assim criando os âmbitos que fornecerão a operacionalidade para investidas econômicas e subjetivas da dominação. Nessa incorporação emerge a fragilidade do engajamento encorpando em grupos minoritários e aproximando-os da imagem daquilo que combatiam. Mas é nessa fragilidade colocada em suspeição que os grupos se deixam atravessar pela singularidade. Do movimento desorientado e atravessador a singularidade extravasa a produção de conhecimento como uma política de relações, uma ética dos encontros que não proteja dos desvios, dos conflitos mal resolvidos, das irrupções e dos desencontros. O atravessamento da singularidade no grupo é a chance da intimidade. Quando desse dois- em-um prescinde das relações sujeito-objeto tão caras a modelização científica, descortinando outro tipo de experiência, por sua vez, nada metafísica. Dunker pensando o abalo relacional, chama a intimidade de uma "experiência produtiva de indeterminação". Isso quer dizer que a intimidade se encontra na indeterminação entre um e outro e que o comum é a própria indeterminação da qual emerge a despossessão dos envolvidos e uma aliança advinda do não sei o quê. É o movimento do desejo no sentido mais imediato, de fazer alguém gostar de alguém despropositadamente. A intimidade acontece no interlúdio da aproximação despropositada.

Palavras-chave: Tecnopolíticas; universidade; tecnologia social; singularidade.

Universidade, tecnopolíticas, singularidades

Apesar da sequência geral do título, tendendo a uma temática vasta e transbordante do formato artigo, a singularidade nos oferece a bifurcação para uma abordagem ética sobre o grande caminho da produção de conhecimento desviando das relações de poder modeladoras nas escalas institucionais, o que tange a universidade, o ensino tecnológico e a dimensão empresarial subtraída do mundo do trabalho. E o recorte das ciências sociais aplicadas torna-se espaço privilegiado para mirar microscopicamente a atuação do pesquisador como um "objeto" de pesquisa. Isso, pois a "ética do respeito"[1] mais ou menos amalgamada à da responsabilidade social – aqui ainda sem reverberar no slogan empresarial – consistem o plano relacional da pesquisa. É ele o possibilitador dos atravessamentos entre o pesquisador e aqueles aos quais ele ilumina os recortes e aplica soluções. Dos detalhes corroborantes sai a voz modulada, nem sempre previsível, mas emoldurada pela luneta da previedade conceitual e técnica em uníssono. À vezes em prol da âncora de pensamento, associada à ética do respeito, soluções se sobrepõem à reciprocidade dos atravessamentos. E o pesquisado, seja ele sujeito ou não, vira espelho, respondendo aquilo que esperam dele – ainda que seja algo inesperado ou imprevisível. Isso dá um contorno confortável ao pesquisador, uma certa isenção que lhe permite, por exemplo, dormir o sono dos justos após trabalhar com pessoas em situações bastante vulneráveis. Num certo sentido, ele tira o seu corpo fora. A sua parte é pouco atravessada por aquilo que desvia da moldura ou do espelho e mesmo o seu sono frágil é protegido pelas grossas paredes institucionais. Paredes estranhamente opacas e simuladoras de transparências elas reforçam distâncias e garantem a arregimentação do saber na torre do poder.

As relações entre saber e poder tomam parte de um mesmo regime e não se dissociam das relações de forças que o sustentam, estreitando-se nos modos de descrever o que se vê e as práticas destinadas a modificá-lo: o visível e o dizível, assim como as forças que os enlaçam e os tornam possíveis, se transformam junto com o próprio exercício de dominação. "Os de cima e os de baixo [...] mudam ao mesmo tempo que o sistema de poder que os une." (Topalov, 1996, p.28). Os modos de ver o outro, quem vê e o que é visto são produzidos por modos de ação, ou técnicas, secretadas pelas redes de relações que constituem os exercícios de poder de uma época, abertos a avanços e retrocessos. Estas visibilidades, por paradoxal que pareça, não são imediatamente visíveis, não saltam aos olhos, como ressalta Gilles Deleuze na leitura que faz da obra de Michel Foucault : "Elas são até mesmo invisíveis enquanto permanecermos nos objetos, nas coisas ou nas qualidades sensíveis, sem nos alçarmos até as condições que as abre.[...] as evidências se tornam incompreensíveis a uma outra época." (DELEUZE, 2005, p.66). Ainda Deleuze (2005, p.66): "A condição à qual a visibilidade se refere não é, entretanto, a maneira de ver de um sujeito: o próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, uma função derivada da visibilidade."

O espaço da cidade transformado em ameaça a demandar controle e ordem liga-se a uma destas remodelações estratégicas dos regimes de poder que criam novos problemas a partir de novos sujeitos, novos objetos e novos modos de abordá-los. Ali onde as hierarquias tradicionais se dissolvem alterando arranjos existentes, surge a percepção de perigo e a solicitação de intervenção. Algo estremece e se rompe ao mesmo tempo em que novas visibilidades se constituem. A demanda pela organização da cidade assinala a investida desestabilizadora do capitalismo sobre o espaço, cuja heterogeneidade constitutiva passa a ser percebida como entropia e desordem, desvio a ser lido, abordado e traduzido à força de ser domesticado.

[1] Ver BAPTISTA. Luis Antonio. Noturnos urbanos. Interpelações da literatura para uma ética da pesquisa. In: Estudos e Pesquisas em psicologia, UERJ, ano 10, n.1, p. 103-117.

A autoridade do especialista é assim condição e resultado da demanda de controle sobre o espaço, transformado em organismo com suas partes funcionais e também disfuncionais por alusão a uma funcionalidade ideal, assim como cada especialidade é uma das partes funcionais ao organismo da ciência. A forma, o objeto e o objetivo de cada intervenção dizem de padrões e visões que extrapolam as bases internas dos campos de conhecimento (Ribeiro, 1996) e remetem à constituição do problema-cidade nos quadros da sociedade capitalista. A lógica de relações que transforma o saber em técnicas de ordenação e cria pesquisadores como funcionários da ordem torna-se uma das coordenadas desta nova visibilidade.

As redes que outrora secretaram a reforma social, o notável ilustrado e o desvalido tutelado preparam e cedem terreno para outras redes que vão disputar a primazia da leitura e da produção de mundos. Novas e intrincadas redes que agora secretam a uma só vez a administração tecnocrática, o especialista e o beneficiário (Topalov,996) em agenciamentos de anonimato que reatualizam a antiga tutela, recriada em novas bases e conduzida a outras paisagens. Não mais as da moral, do dever e da caridade personalista, mas as da eficácia impessoal da tabulação de dados e tratamento da informação. O mundo submetido a um novo olhar unifica-se em realidade social que demanda à ciência definir os encadeamentos de causas e efeitos que permitirão extrair elementos e agrupá-los em sequências objetivas e mensuráveis. Sequências que explicam os problemas e designam os âmbitos da ação racional capazes de solucioná-los. O arbítrio pessoal dá lugar à norma científica e abstrata de valor universal que produz, ao enunciar, as necessidades objetivas do indivíduo e do grupo, assim como o meio para satisfazê-las em operações que implicam ao mesmo tempo um conhecimento e um mascaramento das realidades da vida do outro:

> *Cada indivíduo se situa em uma série de posições independentes umas das outras, construídas por vários sistemas de classificação prática. Enquanto as leis científicas ignoram o indivíduo concreto, as normas que as ciências permitem estabelecer reconstroem um indivíduo diferente, que se converte em sujeito de administração. (Topalov, 1996, p.41).*

Usuário, beneficiário, paciente, atingido, desassistido, vacinado, desempregado, pensionista, aposentado, favelado, suburbano, morador da periferia. Catador, gari, analfabeto, precarizado, assalariado. Removido, desabrigado, pobre, mendigo, pedinte, morador de rua, grupo em situação de vulnerabilidade social. Mas também leitor, consumidor, estudante, ouvinte, eleitor, pesquisador, acadêmico, professor. O indivíduo, seja ele sujeito ou objeto de intervenção, é produzido na intersecção de uma multiplicidade de redes de instituições, tecnologias e dispositivos, nas quais a ciência e a academia desempenham papel cada vez mais estratégico. Técnicas, objetos e métodos oriundos das disciplinas científicas constroem a referência de objetividade e legitimidade que encerra no circuito de especialistas, experts e pesquisadores a definição de problemas e a formulação de questões por meio de operações responsáveis por organizar "a centralização e o monopólio da produção de conhecimento nos laboratórios e gabinetes de experts, a centralização da tomada de decisão política nas instituições e a centralização da produção do discurso público nas redações da mídia."(Lazzarato, 2011, p.124).

Esta legitimação fornece ao especialista a crença de agir cientificamente em prol dos interesses superiores da sociedade e não de interesses particulares de grupos (Topalov, 1996), no momento mesmo em que se coloca a serviço destes:

> *[...] enquanto os negros apodreciam nas senzalas, teorias médicas enquadravam-nos em sub-raça. Histéricas, frágeis e nervosas, eram assim definidas as mulheres por uma psiquiatria que sinalizava o avanço público da mulher. Fomentador da desordem, promíscuo e perigoso era o perfil do trabalhador, enquanto vilas operárias eram construídas pelos patrões para um maior controle e vigilância dos seus atos. A perigosa vida fora*

das fábricas era cuidada pela polícia e pela medicina patronal. (Baptista, 1990, p.46).

A produção destes indivíduos-objetos não se dissocia dos poderes que incidem sobre o espaço das cidades e produzem novas relações e frentes de ação. Nelas se requer a produção do sujeito individuado, assim como a ativação e a captura de seus componentes pré-subjetivos. Sujeição e dessubjetivação são assim processos opostos e complementares que investem sobre as relações de poder e de saber.

Mas esses processos, apesar de dominantes, vacilam na impossibilidade da totalidade relacional ou de uma inversão de papéis, subsistindo fragilmente um plano relacional pautado na indeterminação. Neste sentido, assinalar estas incidências não equivale a postular sua condição de absoluto, nem responde a anseios denuncistas ou anti-científicos. Trata-se, antes, de declinar das complacências e explorar as brechas dobrando as forças em ação. Assim, nesse resto da captura, uma possibilidade de atravessamento se vislumbra em uma experiência produtiva de indeterminação[2] na qual as partes se movimentam fora do espelhamento e das vozes dadas. Sem a reciprocidade objetivada a iluminação da questão se torna mais difusa e as soluções engasgam, o pesquisador é atravessado e as demandas amplificadas pelo desejo. Um sonho pode encaminhar processos nas alças institucionais? Num lapso o pesquisador se pergunta sobre o alcance ético de seu trabalho:

> *"Técnicas e objetos científicos representam o destino de um pensamento e de uma época. Cabe-nos perguntar se estes instrumentos produzem subjetividades que possam, partindo de seus limites, ultrapassar a si mesmos gerando novas formas de subjetividades e criando condições para que os objetos não identificados não impeçam a produção de uma nova sociedade [...] uma solidariedade gerada pelas interpelações do diverso e da indignação" (Baptista, 1990, p.30)*

Pensando sobre a capacidade técnica, as repercussões éticas e a produção de outras subjetividades reestruturando a sociedade, nos parece desejável uma aproximação da noção de tecnologias sociais no âmbito da experiência e da produção do espaço nas cidades. As tecnologias sociais abrangem um conjunto infindável e cada vez mais popular no domínio acadêmico de investidas para resolução de questões urgentes e estruturais das camadas mais excluídas da sociedade. Tais investidas perpassam as técnicas inseridas em contextos locais considerando repercussões educacionais, ambientais, econômicas e políticas. São pautadas em soluções acessíveis tanto financeiramente, quanto em termos de execução e preferencialmente realizadas mediante o intercâmbio de saberes entre os técnicos e as pessoas imediatamente afetadas pelas tecnologias. No que condiz ao "tanto quanto" o acesso se dá em mão dupla implicando o desenvolvimento de soluções por parte do pesquisador considerando uma abrangência de variáveis e da apropriação mais ou menos inventiva pelo atingido contemplado. Uma se afirma à distância no já dado das soluções técnicas e a outra na precariedade artesanal das soluções a partir, por exemplo, de reciclagens de garrafas pets. Porém, no "preferencialmente" - talvez dizendo de um desejo nosso - o intercâmbio de saberes, ao nosso ver, ainda é uma lacuna na produção dessas tecnologias.

Ao escutar o termo tecnologias sociais o pesquisador distraidamente dissimulado questiona não se tratar de uma redundância, já que toda tecnologia enquanto produção de uma sociedade e a serviço de uma sociedade não seria inerentemente social? Contornando o questionamento do óbvio o que parece se colocar no social das tecnologias é a capacidade co-criativa e expandida para fora dos âmbitos tradicionais e privilegiados de sua produção. Ou seja, fora do endogenismo acadêmico e do privilégio dado

[2] A noção de intimidade é definida por Dunker como "experiência produtiva de indeterminação". Ver DUNKER, C. A reinvenção da intimidade. Políticas do sofrimento cotidiano São Paulo: Ubu, 2016. .p.296

aos setores produtivos empresariais. Fora também de uma participação teleguiada tendendo à folclorização opressiva das pessoas. Tratar-se, por exemplo, de se enveredar na produção sobre uma determinada realidade no cotidiano da cidade numa revaloração dos campos de força e de atuação. Poderíamos avançar cada vez mais no fora e dizer fora da dominância dos saberes técnicos e acadêmicos, da sua subordinação aos ditames do capital, e mais ainda, fora das dominâncias dos saberes populares domesticados e folclorizados por essas instâncias? Poderíamos avançar ainda mais longe, tateando um fora do social, para encontrar, quem sabe, não a barbárie, a irracionalidade ou o terror desumano, mas uma disposição vital e persistente para conexões de outra natureza?

Visando uma reparação no âmbito das desigualdades sociais é inegável um movimento de baixo para cima em termos de aplicações locais de tecnologias, de mobilização e de reestruturação de modelos sociais. Porém o espaço intrigante da partilha do conhecimento - sem nos eximirmos das relações de saber poder -, o ponto de transformação da realidade social, ou está dado pela tecnologia que vem de fora e deve ser apropriada, isso na maioria do casos, ou em especulações frágeis das populações locais calcadas num empoderamento social, vindo de fora daquela realidade de modo estruturante e controlador. Evidentemente que não se trata de um problema de disputa entre a originalidade científica ou dos saberes populares. A questão posta entre o dentro e o fora são as proporcionalidades das intrusões, as medidas de atuação a partir de cada participante numa situação específica. Se as tecnologias sociais pressupõem a atuação na escala local como possibilidades de replicações a partir de adaptações em outros contextos, talvez seja o caso de se pensar a técnica sobre o mesmo pressuposto. Isso quer dizer, pensar e produzir técnicas inventivas e plásticas, que mesmo diante de seus apriorismos científicos possuam aberturas para redimensionar as proporcionalidades de sua invenção e aplicação. Daí as repercussões para o pesquisador a partir da necessidade de uma metodologia incompleta, falha, para se perder no hibridismo por saberes desempoderados. Descentralizar em si aquilo que observa, e no fora de si, o pensamento está aberto ao contágio e a contribuições não dominadoras.

Nessa outra proporcionalidade da intrusão, o pesquisador baixa a imunidade do saber. A solicitação da ampliação de sua vulnerabilidade acompanha a questão metodológica amparada por uma ética que recai sobre ele e o outro. Trata-se de uma ética de relação. Parece redundante, pois a ética pressupõe preceitos e valorações sobre a vida em sociedade, mas trata-se de diminuir o distanciamento entre os envolvidos, de perturbar o sono do pesquisador. Supondo essa baixa de resistência, ele inventa com o outro as soluções para ambos, seja a solução para determinado problema local muito específico, seja a solução precária para o impasse da relação saber-poder das tecnologias sociais. Supondo mais ainda que as soluções não sejam definitivas, não muito bem resolvidas, implicam numa política desde a negociação na precariedade até a reverberação tremendo a inabalável cooperação do saber-poder. A abordagem de um desenvolvimento tecnológico com foco na criação fora dos domínios confortáveis, ainda que a criação seja por si mesmo tomada por uma afecção desconfortável, encontra o seu espaço fora dos esquadrinhados territórios acadêmico e da comunidade. Um espaço arriscado, inquieto, errante se desenha como uma geometria de deslocamento. Nesse espaço da invenção: “Inventa-se porque o que ele encontra nesse perder-se poderá ser insuportável se o viajante lastimar ou tentar recuperar a eficiência dos velhos parâmetros. Cria-se porque os espaços não são desenhados na mais completa paz.”

As tecnologias sociais enquanto produtos da inventividade provocam a produção de espaços inquietos. Essa inquietude bifurca nos espaços de práticas educacionais. As universidade, institutos tecnológicos, escolas de ensino básico, fundamental e médio, mas também a casa, a rua e a cidade, podem ser espaços que possibilitam a produção de conhecimento e formação para o mundo do trabalho, compreendido como formas

criativas de transformar realidades visando à melhoria da qualidade de vida da coletividade. Sob esse aspecto, são espaços inquietos de reinvenção, inclusive deles mesmos. Para vigorar outras realidades escolares, seria preciso inicialmente um pacto entre a insubordinação e o sonho. Outrora os reveses do espaço faziam a sobreposição dos usos. A escola, do vocábulo grego skholê, ês significava "descanso, repouso, lazer, tempo livre; estudo; ocupação de um homem com ócio, livre do trabalho servil" e do latim schòla, scholae significando, entre outros, "lugar nos banhos onde cada um espera a sua vez, divertimento, recreio". Inicialmente espaço de prazer, do lado de fora onde se banhava nos rios e se passeava adentrando cada vez mais no espaço obscuro da floresta - espécie de imagem para um caminho experimental do conhecimento -, onde o divertimento era irrestrito. Mas no modelo que conhecemos a escola foi esquadrinhada, regulada no continente de caixas onde as disciplinas subordinam aqueles que nela adentram. E a produção de conhecimento sai das miríades da floresta de vida noturna animada para encaixar o saber iluminado artificialmente nas salas de aula. Caixa essa que faz do território da escola um campus, que se origina do espaço de organização para as batalhas dos soldados romanos. Sentido, ordenação, direção unilateral, meia volta volver sobre um comando superior e uma hierarquia muito bem definida. Espaço de pretensão microcósmica na produção do saber.

Fazer do campus um espaço que não promova a batalha da exclusão desde seu interior passa por um processo de revisão autocrítica dos espaços instituídos das práticas educacionais. Talvez seja esse o sentido mais imediato para um alarde de desarmamento nas escolas. Desarmar para aprimorar a escuta e a relação com o outro enquanto experiência produtiva de indeterminação. Por sua vez, a cidade pode ser outra imagem de tangibilidade, assim como a floresta animada, para o espaço obscuro de produção prazerosa de conhecimento. Nos parece ser preciso inicialmente estranhá-la. Esquivá-la das prescrições urbanísticas e adentrar na singularidade de uma solução de apoio para uma caixa d'água avistada da janela do ônibus pelo alto do muro de uma casa; conversar com quem vê a cidade de baixo, com as crianças brincando nos buracos dos muros, com os habitantes das ruas, sentados na calçada ou encostados nas paredes e portões de lojas fechadas enquanto observam pessoas que tentam se anular a qualquer custo no deslocamento entre um lugar e outro. Estranhá-la um pouco mais e se aproximar intuitivamente da inteligência material das coisas antes da captura intelectual das soluções técnicas. Nessas conversas, provoca-se a insubordinação das situações e dos fatos materiais constituintes de uma cidade difícil de se denominar, de se categorizar. Essas insubordinações sussurradas podem levar a reivindicações coletivas e a revisão das técnicas e tecnologias prescritivas?

"Vocês são um deserto para mim". Escutamos de um habitante das ruas no caminho de sempre para a padaria. Ele falava a esmo, para si mesmo como um pensamento descarrilhado pela fala e, ao mesmo tempo, se dirigia a todos os passantes naquele instante em uma rua comercial movimentada do centro da cidade. Falava de um canto sujo encostado na parede que fazia a vez de um anti-outdoor, onde qualquer slogan estaria tampado pela poeira impregnada. Aderido àquele espaço, ele se tornava imperceptível para os pedestres hipnotizados na maquinação do deslocamento. O trecho da aderência virava cena de um videoclipe para a moça transeunte alucinada escutando música pelo fone de ouvido; um não lugar para o executivo cheio de demandas burocráticas e para o pagador de contas em busca de uma lotérica; um lugar de caça de assinaturas para o jovem empregado de uma empresa ecológica peneirando doações; um espaço a ser notado no fim de semana pelo caridoso distribuidor de sopas; um espaço de dúvida para o estudante angustiado. Ele pensava: "olhando para ele sinto pena de mim, sinto medo na medida em que me invade um sentimento de um dia estar na mesma situação que ele". No instante seguinte avistamos o pensador do deserto da cidade cumprimentando uma senhora que saía do prédio ao lado

para passear com o cachorro. Parecia que todos os dias ele olhava para ela com um olhar brilhante de um saber antigo e perdido, saber de um profundo conhecedor sobre as saídas banais cotidianas das pessoas. O interesse investigativo daquele olhar era desconcertante. Que tipo de tecnologia produziremos desse sem conserto? Como atuar no espaço-tempo inútil?

Nos desertos dos campi as soluções técnicas são como oásis, conectores com o fora dali e, às vezes, miragens. As soluções prévias em vários casos se ajustam aos problemas locais e as técnicas seguras de si são instrumentos que não devem ser totalmente abandonados, trata-se de avançar sobre os deslocamentos de sua aplicação. Por exemplo, em casos de mobilizações sociais, o lugar da técnica enquanto solução consagrada induz um modelo de organização pautada na funcionalidade, na eficiência para cumprimento de etapas, numa série de protocolos sobre o tempo da vida dos diretamente envolvidos. A adequação subordinada se impõe e logo se estabelecem "lideranças" locais que fazem a ponte com os especialistas e assim vai se estruturando um esquema de "porta-vozes". Esquema hermético no qual os interesses e desejos nas duas vias nem sempre estão presentes nessa linha única de comunicação. Esses protocolos para portar as vozes são mais ou menos matizados conforme cada situação, cabendo nessas linhas uma problematização nas reverberações nos processos de subjetivações aglutinando esses tantos diferentes sob a égide do termo de amparo: a comunidade. Um mal contato na linha: "Mas que comunidade é essa que eu desconheço?" Escutamos certa vez de um antigo morador de um bairro periférico da cidade enquanto era arguido por bolsistas de pesquisa sobre o seu pertencimento àquele bairro. A sua voz rouca e a colocação simples diziam de uma vida que desconhecia a imunidade pacificada, ainda menos em suas novas terminologias.

O espaço de abalo da imunidade pacificada dificilmente será nomeado a partir de si mesmo como comum. Uma revisão do comum declina do comunitário passando pela crítica da ênfase na relação, o com, isolado da imunidade. Trazendo tal crítica para o debate das tecnologias sociais ela reafirma a ênfase na relação com a comunidade, essa abstração para a fala unidirecional, não em termos de produção da tecnologia, mas em termos de uso mesmo quando acontece alguma apropriação considerada subversiva. Sem estabelecer a relação interna entre o com e a imunidade, ou seja, a abertura para indiscernibilidade entre os termos da relação na baixa resistência ao outro, com a produção de uma diferença ainda não categorizável - talvez, o que existe de comum nesse momento - , o comum deixa de atuar como extrator para figurar como uma palavra de ordem em relações de desigualdade, logo encampando grupos minoritários e grupos comunitários. Parece que estamos falando de um impasse, de uma dificuldade do modo capitalizado contemporâneo de pensar e agir no mundo do qual não escapamos seja como pesquisadores, seja como membros de grupos, comunidade e sociedade. Ainda bem que às vezes desacreditamos nas pretensões subjacentes às categorias abrangentes e bem amparadas.

Para uma outra proporcionalidade intrusiva é preciso pensar com o lado de lá, com os apropriadores das tecnologias sociais vindas das academias e dos criadores de soluções artesanais, formas de empoderamento à contra pêlo. Desvitimizar os excluídos, os atingidos, provocar estratégias de não inclusão em processos domesticadores. Subverter a folclorização opressiva. Desreconhecer a comunidade pré-fabricada. Esses parecem ser pressupostos perversos, dado o sofrimento causado pelas desigualdades sociais e a necessidade de reconhecimento (de identidades?), mas são atormentamentos na zona de conforto dadas nas relações institucionais e com possibilidade de reverberação em outras dimensões humanas. Relações que aplicam o discurso do comum e da diferença para ampliar as zonas de domínio e subordinação. Assim, a comunidade passa a ser o agrupamento das diferenças de modo a proporcionar uma unilateralidade cooptativa enquanto as diferenças são encampadas em grupos, as tais minorias em sítios bem definidos por cercas expansíveis. Espécies de colônias do saber-

poder atreladas majoritariamente ao Estado e subordinados ao capital. Talvez seja preciso um pouco de desilusão sobre essas bandeiras para que as mobilizações sociais não aceitem o pacto neo-colonialista de exploração embutido nas relações do saber-poder. Avançar sobre aquela parte desinteressante, inconformada, incapturável, que se encontra nos restos do processo, nas subjetivações reinventando os modos de vida insubordinados.

E se cabe dizer que "chega às novas figuras quem sabe transpor o limite" (DELEUZE, 1997, p.33), cabe ressaltar que este movimento demanda certa prudência: não eliminar limites, sob o risco de uma diluição generalizada, nem inverter as hierarquias em uma condescendência obsequiosa com aqueles que habitam o além dos limites - da universidade, do conhecimento, da história, da cultura, do humano. Mas um desmanche cuidadoso que faça ruir as cristalizações e preserve os fragmentos expressivos anteriores às agregações que os retêm. Fragmentos de matérias vivas que não assinalam as propriedades estáveis nem as configurações particulares de indivíduos, grupos, objetos ou lugares que os liames saber-poder da cooptação social não cessam de criar. Buscar um fora demandaria talvez o desvio dos clichês da emancipação, da conscientização, da participação, da justiça, do empoderamento e demais convocações de inclusão. O que não implicaria a cumplicidade com seus pólos contrários - exclusão, alienação, exploração, injustiça, dominação - mas constelaria, talvez, uma abertura à heterogeneidade. A chamada realidade social não cessa de obstruir e mutilar as múltiplas e heterogêneas realidades irredutíveis ao social.

Os restos do processo das tecnologias sociais nesse lugar de desconforto para os criadores nos parece conduzir à produção de outras subjetivações. Ensejar movimentos de improvisação, hibridização e criação que carregam a potência do acontecimento. É essa, ao nosso ver, a contribuição ética das tecnologias sociais no sentido de uma construção coletiva para modos de vida pautadas na redução das desigualdades, nas condições de vida entre todos os vivos e para além das pessoas, na valorização do diverso e da reinvenção criativa e crítica de suas realidades.

Referências Bibliográficas

BAPTISTA, Luis Antonio. *A cidade dos sábios***.** São Paulo: Summus, 1999.

_____. **Noturnos urbanos.** Interpelações da literatura para uma ética da pesquisa. In: Estudos e Pesquisas em psicologia, UERJ, ano 10, n.1, p. 103-117

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica***.** São Paulo: Ed. 34,1997.

_____. *Foucault.* São Paulo: Brasiliense, 2005.

DUNKER, C. *A reinvenção da intimidade***.** Políticas do sofrimento cotidiano São Paulo: Ubu, 2016

LAZZARATO, Maurizio. *Signos, máquinas, subjetividades***.** São Paulo: Edições SESC São Paulo: n-1 edições, 2014.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil.** In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). *Cidade, povo e nação:* Gênese do urbanismo moderno. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 15-21.

TOPALOV, Christian. **Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX.** In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). *Cidade, povo e nação:* Gênese do urbanismo moderno. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 23-51.